



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3729

Quarta-feira - 05 de Janeiro de 2022

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	3	Curitiba.....	313	Luzerna.....	891
Águas de Chapecó.....	8	Descanso.....	367	Mafrá.....	894
Águas Frias.....	10	Dionísio Cerqueira.....	371	Major Gercino.....	897
Águas Mornas.....	11	Dona Emma.....	373	Major Vieira.....	898
Alfredo Wagner.....	13	Ermo.....	381	Maracajá.....	899
Alto Bela Vista.....	23	Faxinal dos Guedes.....	383	Maravilha.....	953
Anchieta.....	25	Flor do Sertão.....	418	Marema.....	954
Angelina.....	58	Formosa do Sul.....	426	Matos Costa.....	956
Anita Garibaldi.....	60	Forquilha.....	431	Meleiro.....	957
Anitópolis.....	62	Fraiburgo.....	439	Modelo.....	958
Antônio Carlos.....	68	Frei Rogério.....	446	Mondaí.....	978
Arabutã.....	79	Garopaba.....	447	Monte Carlo.....	980
Araranguá.....	87	Gaspar.....	450	Monte Castelo.....	981
Arroio Trinta.....	121	Governador Celso Ramos.....	453	Navegantes.....	984
Atalanta.....	130	Grão Pará.....	474	Nova Erechim.....	1004
Balneário Arroio do Silva.....	135	Gravatal.....	480	Nova Trento.....	1006
Balneário Barra do Sul.....	138	Guarujá do Sul.....	482	Nova Veneza.....	1008
Balneário Camboriú.....	143	Guatambú.....	483	Novo Horizonte.....	1013
Balneário Gaivota.....	145	Herval d'Oeste.....	495	Orleans.....	1022
Balneário Piçarras.....	146	Ibiam.....	523	Otaclio Costa.....	1077
Bandeirante.....	150	Ibicare.....	573	Ouro.....	1079
Barra Bonita.....	154	Ibirama.....	578	Paial.....	1081
Barra Velha.....	157	Içara.....	581	Palhoça.....	1082
Belmonte.....	170	Ilhota.....	602	Palma Sola.....	1092
Biguaçu.....	173	Imaruí.....	603	Palmeira.....	1098
Blumenau.....	180	Imbituba.....	619	Paraíso.....	1107
Bocaina do Sul.....	183	Iporã do Oeste.....	624	Passo de Torres.....	1113
Bom Jesus.....	187	Ipuacú.....	672	Passos Maia.....	1119
Bom Jesus do Oeste.....	199	Ipumirim.....	676	Paulo Lopes.....	1121
Bom Retiro.....	204	Iraceminha.....	680	Penha.....	1127
Braço do Trombudo.....	208	Irani.....	681	Peritiba.....	1199
Brunópolis.....	213	Irineópolis.....	687	Pescaria Brava.....	1208
Brusque.....	215	Itá.....	719	Petrolândia.....	1209
Caçador.....	228	Itaiópolis.....	750	Pinhalzinho.....	1210
Calmon.....	240	Itapema.....	759	Pinheiro Preto.....	1212
Campo Erê.....	245	Itapiranga.....	761	Piratuba.....	1221
Campos Novos.....	248	Itapoá.....	783	Ponte Alta do Norte.....	1223
Canoinhas.....	255	Ituporanga.....	786	Ponte Serrada.....	1224
Capinzal.....	257	Jaborá.....	790	Porto Belo.....	1279
Capivari de Baixo.....	259	Jaguaruna.....	792	Porto União.....	1285
Catanduvas.....	260	Jaraguá do Sul.....	800	Pouso Redondo.....	1287
Celso Ramos.....	262	Jardinópolis.....	804	Praia Grande.....	1290
Chapecó.....	264	Joaçaba.....	847	Presidente Castello Branco.....	1295
Cocal do Sul.....	277	Lages.....	856	Quilombo.....	1296
Concórdia.....	279	Laguna.....	857	Rancho Queimado.....	1304
Cordilheira Alta.....	292	Lajeado Grande.....	858	Rio das Antas.....	1306
Coronel Freitas.....	294	Lebon Régis.....	867	Rio do Campo.....	1307
Coronel Martins.....	296	Lindóia do Sul.....	887	Rio Negrinho.....	1312
Cunha Porã.....	305	Lontras.....	890	Romelândia.....	1313

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

ASSINATURA DIGITAL



DIÁRIO OFICIAL  
DOS MUNICÍPIOS DE  
SANTA CATARINA





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3729

Quarta-feira - 05 de Janeiro de 2022

Florianópolis/SC

## Sumário

Salto Veloso .....	1322	São Miguel da Boa Vista .....	1560	Treze de Maio .....	1701
Santa Helena .....	1330	São Miguel do Oeste.....	1561	Treze Tilias .....	1702
Santa Terezinha do Progresso .....	1333	São Pedro de Alcântara.....	1563	Trombudo Central.....	1703
Santiago do Sul.....	1337	Schroeder .....	1572	Tunápolis .....	1704
Santo Amaro da Imperatriz .....	1341	Seara .....	1576	Turvo .....	1760
São Bento do Sul.....	1344	Serra Alta .....	1581	Urupema .....	1764
São Bernardino .....	1351	Siderópolis.....	1641	Urussanga .....	1765
São Bonifácio .....	1363	Sombrio.....	1659	Vargeão.....	1767
São Carlos .....	1398	Sul Brasil .....	1665	Vargem .....	1768
São Domingos.....	1403	Taió.....	1667	Vargem Bonita .....	1788
São Francisco do Sul.....	1405	Tangará .....	1670	Vidal Ramos.....	1792
São João Batista.....	1455	Tigrinhos .....	1674	Videira.....	1825
São João do Oeste .....	1470	Tijucas .....	1679	Vitor Meireles.....	1836
São José.....	1472	Timbé do Sul .....	1681	Xanxerê.....	1837
São José do Cedro.....	1546	Timbó Grande.....	1684	Xavantina .....	1839
São Lourenço do Oeste.....	1551	Três Barras .....	1685	Xaxim.....	1840
São Ludgero .....	1558	Treviso .....	1692		

## Consórcios

ARIS .....	1843
CIGA .....	1843
CIMVI.....	1846
CINCATARINA .....	1847
CIS/AMARP .....	1948
ISAMA .....	1951
CVC.....	1953
CONDER.....	1955
CIRSURES.....	1981





# Água Doce

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 01/2022

Publicação Nº 3520703

DECRETO Nº01/2022 – DE 03 DE JANEIRO DE 2022

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 26 § II, da Lei nº 3.009/2021, 07 de dezembro de 2021,

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 3.009/2021 de 07 de dezembro de 2021, um crédito adicional suplementar no valor de R\$60.084,38 (sessenta mil e oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção Fundo Municipal de Saúde de Água Doce

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas: Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.301.0027.2.059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.0.3.02.0198/6 Aplicações Diretas ..... R\$50.000,00

10.301.0027.2.060 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS

3.3.90.00.0.3.38.0674/9 Aplicações Diretas ..... R\$ 6.575,42

3.3.90.00.0.3.38.0153/9 Aplicações Diretas ..... R\$ 3.508,96

TOTAL ..... R\$60.084,38

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º desta Lei ficam autorizados a utilização do superávit financeiro do exercício de 2021 verificado nas rubricas: 0.1.02.0087 - Recursos de Impostos e Transferências, 0.1.67.0069 – Assistência Farmacêutica Básica e 0.1.38.0067 – Farmácia Básica Federal.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de janeiro de 2022.

Nelci Fátima Trento Bortolini  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 02/2022

Publicação Nº 3520708

DECRETO 002/2022 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

“ANULA PARCIAL TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E CRIA FONTE DE RECURSOS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI Prefeita Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 27 ° da Lei nº 3.009 de 07 de dezembro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº3.009 de 07 de dezembro de 2021, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para Prefeitura Municipal de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Convênio Trânsito – Polícia Militar.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0054/140 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

08 SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

## 05 DEPTO. DE TRÂNSITO

15.452.18.2042 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

3.3.90.00.00.0054/140 Aplicações Diretas ..... 12.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica autorizado a anular o seguinte elemento de despesa.

## 08 SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

05 DEPTO. DE TRÂNSITO

15.452.18.2042 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

3.3.30.00.00.0054/139 TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRIO ..... 12.000,00

TOTAL ..... 12.000,00

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2022.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 03/2022**

Publicação Nº 3520831

DECRETO 03/2022 – 04 DE JANEIRO DE 2022

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 26 § II, da Lei nº 3.009/2021, 07 de dezembro de 2021,

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 3.009/2021 de 07 de dezembro de 2021, um crédito adicional suplementar no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Assistência de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

11 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA

01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ÁGUA DOCE- SIMA

08.244.0028.2.064 MANUTENÇÃO DO SIMA – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

3.3.90.00.0.3.00.0224/1 Aplicações Diretas ..... R\$100.000,00

TOTAL ..... R\$100.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrentes do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a utilização do superávit financeiro do exercício de 2021 verificado na rubrica: 0.1.0000 Recursos de Contribuição dos Associados, Câmara Municipal, Prefeitura Municipal, Outras restituições e Remuneração Bancária.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2022.

Nelci Fátima Trento Bortolini

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 04/2022**

Publicação Nº 3520834

DECRETO Nº 04/2022 – DE 04 JANEIRO DE 2022

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR ESTIAGEM – COBRADE: ESTIAGEM – 1.4.1.0.0, CONFORME IN 36/2020, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município, e ainda, pelo disposto no inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de abril de 2012:

**CONSIDERANDO**

I - Que a estiagem provocada pela redução acentuada das precipitações pluviométricas, desde o mês de dezembro/2021, provocaram danos e prejuízos aos agricultores, considerando ainda que há previsão para os meses de janeiro e fevereiro, de que as chuvas, ficarão abaixo da média climatológica e de forma irregular e mal distribuídas, comprometendo também as reservas hidrológicas, a capacidade de captação e distribuição do sistema de abastecimento de água do município de Água Doce - SC;

II - Que a falta de precipitação pluviométrica neste período, resultou escassez de água para consumo humano e significativos prejuízos econômicos e ainda da reunião realizada em 03 de janeiro de 2022, conforme ATA 001/2022 de 03 de janeiro de 2022, pela Comissão de Defesa Civil do Município, que recomenda a decretação de Situação de Emergência.

**DECRETA:**

Art.1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município em virtude do desastre classificado e codificado como Estiagem - COBRADE, conforme IN nº36/2020. Estiagem - 1.4.1.0.0.

Art.2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art.3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

Art.4º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art.5º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do Orçamento fiscal vigente.

Art.6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2022.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 05/2022**

Publicação Nº 3521460

**DECRETO Nº 005/2022 – DE 04 DE JANEIRO DE 2022****“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 26 § II, da Lei nº 3.009/2021, 07 de dezembro de 2021,

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 3.009/2021 de 07 de dezembro de 2021, um crédito adicional suplementar no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesas: Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

08.244.0028.2.055 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.00.0.3.00.0240/5 Aplicações Diretas ..... R\$5.000,00

TOTAL ..... R\$5.000,00

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a utilização do superávit financeiro do exercício de 2021 verificado nas rubricas: 0.1.0000 Recursos Ordinários.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2022.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA 025/2022**

Publicação N° 3519454

PORTARIA N° 025/2022 – DE 04 DE JANEIRO DE 2022

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora BERENICE CONCEIÇÃO DOS SANTOS, inscrita no CPF nº 029.599.489-47 efetiva no cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza no período de 04/01/2022 até 18/01/2022, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de janeiro de 2022.

Clair Antonio Gemelli	Camila Luiza Lucian Bedin
Sec. Administração e Fazenda	Diretora Dpto de Recursos Humanos

Nelci Fátima Trento Bortolini  
Prefeita de Água Doce

**PORTARIA 026/2022**

Publicação N° 3519458

PORTARIA N° 026/2022 – DE 04 DE JANEIRO DE 2022

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora CAMILA JOHANN SIMÃO, inscrita no CPF nº 077.365.959.50 efetiva no cargo de Técnico em Vigilância Sanitária no período de 04/01/2022 até 25/01/2022, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de janeiro de 2022.

Patricia de Faria	Camila Luiza Lucian Bedin
Sec. Saúde e Promoção Social	Diretora Dpto de Recursos Humanos

Nelci Fátima Trento Bortolini  
Prefeita de Água Doce

**PORTARIA 027/2022**

Publicação N° 3519460

PORTARIA N° 027/2022 – DE 04 DE JANEIRO DE 2022

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora LUCIARA VIEIRA DE ANHAIA, inscrita no CPF nº 025.683.119-08 efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem no período de 04/01/2022 até 18/01/2022, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de janeiro de 2022.

Patrícia de Faria  
Sec. Saúde e Promoção Social

Camila Luiza Lucian Bedin  
Diretora Dpto de Recursos Humanos

Nelci Fátima Trento Bortolini  
Prefeita de Água Doce

# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº01/2022 - GOVFÁCIL

Publicação Nº 3520366

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº:	01/2022
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
CONTRATADO:	GOVFÁCIL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DA LICENÇA DE USO DO APLICATIVO GOVFÁCIL QUE FAZ O ACOMPANHAMENTO DE CERTIDÕES E OBRIGAÇÕES ESTADUAIS E FEDERAIS, RECEITAS, DEMONSTRATIVOS DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS, EDUCAÇÃO, FUNDEB, SAÚDE E FOLHA DE PAGAMENTO, ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS E CONVÊNIOS FEDERAIS, ANÁLISE DA PRÉVIA FISCAL, DADOS DE EMPRESAS, EMPREGOS, FROTA, ACOMPANHAMENTO DAS PUBLICAÇÕES REFERENTE AOS PROCESSOS JURÍDICOS DOS PRINCIPAIS TRIBUNAIS, INDICADORES GERENCIAIS, E ALGUNS COMPARATIVOS ONDE É POSSÍVEL TRAZER DIVERSAS INFORMAÇÕES FUNDAMENTAIS COM O OBJETIVO DE FACILITAR O CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA E TORNAR MAIS EFICIENTE A GESTÃO DO MUNICÍPIO.
Valor:	R\$5.000,00 (cinco mil reais).
Vigência	Início: 04/01/2022 Término:31/12/2022
CONTRATAÇÃO DIRETA	
ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 04 de janeiro de 2022.	
LEONIR ANTÔNIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE LICITAÇÃO Nº01/2022 DL Nº01/2022- HIDROESTE**

Publicação Nº 3519766

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 819B13A270BE8EE1DC2EF4A4CA5F8E4354EE2DC6

Estado de Santa Catarina

**CIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo de Licitação. Nº.01/2022.

Dispensa de Licitação nº01/2022

**OBJETO:** SERVIÇOS NA ÁREA DE ENGENHARIA, ASSESSORIA E COORDENAÇÃO TÉCNICA CORRESPONDENDO A REGULARIZAÇÃO E CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO – ANM.

Razão da Escolha: LEI 8666/93, art. 24, INCISO I.

Contratante: **COMPANHIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE - HIDROESTE**Contratada: **CAVE- CONSULTORIAS E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA.**

Valor Total: R\$ 27.000,00(vinte e sete mil reais).

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, nos dias úteis de Segunda à Sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00hrs, endereço eletrônico: [aguasdechapeco.sc.gov.br](http://aguasdechapeco.sc.gov.br), ou INFORMAÇÕES pelo email: [compras@aguasdechapeco.sc.gov.br](mailto:compras@aguasdechapeco.sc.gov.br), fone (0\*\*49) 33390855.

Águas de Chapecó-SC, 04 de janeiro de 2022.

**LADIMIR PAULO PILATTI - DIRETOR PRESIDENTE**

# Águas Frias

## PREFEITURA

### DECRETO Nº04/2022

Publicação Nº 3520345

#### DECRETO No 04/2022

Decreta situação de emergência no Município de Águas Frias-SC, em razão da estiagem que atinge todo o território municipal em virtude do desastre classificado e codificado como ESTIAGEM – COBRADE: 1.4.1.1.0, conforme IN/MI nº 02/2016.

LUIZ JOSÉ DAGA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal e 81 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7º do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

#### CONSIDERANDO:

I - A intensificação da baixa precipitação pluviométrica que assola o Município de Águas Frias/SC, inferior ao normal ocasionando insuficiência na recarga dos mananciais, que vem comprometendo o armazenamento de água, causando sérios problemas de abastecimento ao consumo animal e humano;

II - Que a baixa precipitação pluviométrica que acontece no Município de Águas Frias desde o mês de março de 2020 e que se agravou a partir dos meses de março de 2021, ocasionou uma situação de estiagem em todo o território do município (zona rural e urbana);

III - Que em decorrência de perdas significativas na produtividade de milho (- 40%), milho silagem (- 45%), soja (-50%), leite in natura (-20%), bovinocultura de corte (- 50% referente ao ganho de peso dos bezerros) cujos valores foram estimados até o momento em R\$ 11.094.800,00 (Onze milhões, noventa e quatro mil e oitocentos reais);

– Que o parecer nº 01/2022 da Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC) relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGENCIA nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como ESTIAGEM – COBRADE: 1.4.1.1.0, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC), nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC)

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a: I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação; II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano. Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre. § 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras. § 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993 e no inciso VIII do artigo 75 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência de 180 dias a contar de sua publicação.

Águas Frias-SC, em 04 de Janeiro de 2022.

LUIZ JOSÉ DAGA  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado no DOM/SC.

OLDAIR NATAL CITADELLA  
Sec. Adm. Finanças e Planejamento



# Águas Mornas

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 01/2022

Publicação Nº 3519278

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B54CC3A18E5A7E3AF7D0576BAFD864AD3F40B87E  
Publicação Resumida do Contrato nº 01/2022. Contratado: Auto Posto Águas Mornas Ltda. Objeto: Aquisição parcelada de óleo diesel para a frota Municipal. Prazo: 03/01/2022 a 31/12/2022. Valor: R\$ 912.275,00. Processo de Licitação: 69/2021. Águas Mornas, 03 de janeiro de 2022. Omero Prim – Prefeito Municipal. Código de registro TCE: B54CC3A18E5A7E3AF7D0576BAFD864AD3F40B87E.

### CONTRATO Nº 02/2022

Publicação Nº 3519300

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 164175645ECF099A9E3A41C0ED3A8CC7CB8E57B6  
Publicação Resumida do Contrato nº 02/2022. Contratado: Auto Posto Serramar Ltda. Objeto: Aquisição parcelada de óleo diesel para a frota Municipal. Prazo: 03/01/2022 a 31/12/2022. Valor: R\$ 1.052.836,00. Processo de Licitação: 70/2021. Águas Mornas, 03 de janeiro de 2022. Omero Prim – Prefeito Municipal. Código de registro TCE: 164175645ECF099A9E3A41C0ED3A8CC7CB8E57B6.

### CONTRATO Nº 03/2022

Publicação Nº 3519316

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1E1A64945C0D0EB46E44463384F821C52C35B5C9  
Publicação Resumida do Contrato nº 03/2022. Contratado: Auto Posto Águas Mornas Ltda. Objeto: Aquisição parcelada de combustíveis, lubrificantes, filtros e prestação dos serviços de lavagem, lubrificação e pulverização para a frota municipal. Prazo: 03/01/2022 a 31/12/2022. Valor: R\$ 364.102,00. Processo de Licitação: 71/2021. Águas Mornas, 03 de janeiro de 2022. Omero Prim – Prefeito Municipal. Código de registro TCE: 1E1A64945C0D0EB46E44463384F821C52C35B5C9.

### CONTRATO Nº 04/2022

Publicação Nº 3519320

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D5935900CDE9A5537C57F2B513E46AA56FCFD394  
Publicação Resumida do Contrato nº 04/2022. Contratado: Auto Posto Serramar Ltda. Objeto: Aquisição parcelada de combustíveis, lubrificantes, filtros e prestação dos serviços de lavagem, lubrificação e pulverização para a frota municipal. Prazo: 03/01/2022 a 31/12/2022. Valor: R\$ 332.108,00. Processo de Licitação: 71/2021. Águas Mornas, 03 de janeiro de 2022. Omero Prim – Prefeito Municipal. Código de registro TCE: D5935900CDE9A5537C57F2B513E46AA56FCFD394.

### PORTARIA Nº 007/2022 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519323

PORTARIA N.º 007/2022

Nomeia o Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio para os Pregões Presenciais para Exercício de 2022.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor CRISTIANO TOMAZ, para atuar como Pregoeiro nos Processos Licitatórios na modalidade Pregão Presencial, com as atribuições e competências definidas na Lei 10.520/2002 e subsidiariamente na Lei 8.666/93 e suas alterações, com efeitos até 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como Equipe de Apoio nas Licitações na modalidade Pregão Presencial, os servidores abaixo relacionados:

01. Nayra Seidler
02. Barbara Steinbach
03. Cléia Marcia Ferreira Kuhnen

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 04 de janeiro de 2022.

Omero Prim  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois.

Denise Diniz Cordeiro  
Responsável

## **TOMADA DE PREÇOS 01/2022**

Publicação Nº 3519929

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 24C7A985033197573357FC8046D0FA36A9A77D2C  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS MORNAS. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: TOMADA DE PREÇOS. Modalidade: Menor preço global. Processo nº 01/2022. Objeto: Contratação de empresa para Pavimentação da Rua José Samuel Kuhnen, na localidade de Santa Cruz da Figueira, relativo 693,40 m2, conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e convênio junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, e demais especificações contidas no edital e seus anexos. Retirada do Edital: Na Prefeitura, à Praça José Adão Lehmkuhl, 62, Centro, Águas Mornas/SC, fone: (48) 3245-7252, das 07 às 12 horas, ou pelo site: [www.aguas-mornas.sc.gov.br](http://www.aguas-mornas.sc.gov.br). Entrega das Propostas: No mesmo Local acima, até às 09:00 horas do dia 19/01/2022. Águas Mornas, 04 de janeiro de 2022. Omero Prim – Prefeito Municipal. Código de Registro no TCE: 24C7A985033197573357FC8046D0FA36A9A77D2C.

# Alfredo Wagner

## PREFEITURA

### DECRETO N° 4738/2022

Publicação N° 3519933

DECRETO N° 4738/2022

NOMEIA MEMBROS TITULARES DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

GILMAR SANI, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, N°. 170/90 de 05/04/90, Artigo 93, VIII e XII

DECRETA:

ART. 1º- Ficam nomeados, de acordo com o que estabelece o Item XVI, Artigo 6º, Seção II da Lei de Licitações nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 com as alterações subsequentes, os servidores: Ilson Neri dos Santos, portador da CI nº 8/R 1.623.623, Juliana Hasckel, portadora da CI nº. 393.782-3, Magda da Rosa Gunsch, portadora da CI nº 708.185.471-8, Vera Regina de Souza Espíndola, portadora CI nº 486167-1, Francieli Bardt Gamba, portadora da CI nº 40690750, Mônica Horst, portadora da CI nº 6.150.779, Igor Bruda Pereira, portador da CI nº 7.058.215 e Belagia Regina Kreusch, portadora da CI nº 2.188.374-2 como membros titulares da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, para cumprirem mandato até 31 de dezembro de 2022.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 1º de janeiro de 2022.

ART. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Santa Catarina

04 de janeiro de 2022

GILMAR SANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
PUBLICADO NESTA DATA

### DECRETO N° 4739/2022

Publicação N° 3519949

DECRETO N° 4739/2022

NOMEIA MEMBROS TITULARES DA COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

GILMAR SANI, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, N°. 170/90 de 05/04/90, Artigo 93, VIII e XII

DECRETA:

ART. 1º- Nomeia Vera Regina de Souza Espíndola, para operar o Processo Licitatório na qualidade de Pregoeira e nomeia os servidores Ilson Neri dos Santos, portador da CI nº 8/R 1.623.623, Juliana Hasckel, portadora da CI nº. 393.782-3, Magda da Rosa Gunsch, portadora da CI nº 708.185.471-8, Francieli Bardt Gamba, portadora da CI nº 40690750, Mônica Horst, portadora da CI nº 6.150.779, Igor Bruda Pereira, portador da CI nº 7.058.215 e Belagia Regina Kreusch, portadora da CI nº 2.188.374-2 para compor Equipe de Apoio, com as atribuições e competências definidas pela Lei nº 10.520/02 e cumprirem mandato até o dia 31 de dezembro de 2022.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 1º de janeiro de 2022.

ART. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Santa Catarina

04 de janeiro de 2022

GILMAR SANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
PUBLICADO NESTA DATA

**PORTARIA N° 002/2022**

Publicação N° 3520330

PORTARIA N° 002/2022  
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO O SERVIDOR ADRIANO DOS PASSOS

GILMAR SANI, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Admitir em caráter temporário, de acordo com Lei Municipal nº 539/2002 de 26/09/2002 alterada pela lei nº 710/2007 da Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, ADRIANO DOS PASSOS, para desempenhar o cargo de Mecânico, com lotação na Secretaria Municipal da Infraestrutura, a partir do dia 04 de janeiro de 2022.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Santa Catarina

04 de janeiro de 2022

GILMAR SANI  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA

**PORTARIA N° 001/2022**

Publicação N° 3520155

PORTARIA N° 001/2022

ATRIBUI EXERCÍCIO AO SERVIDOR ANDERSON CHINI NA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

GILMAR SANI, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Atribuir exercício ao servidor ANDERSON CHINI para exercer o cargo de Assistente Administrativo com lotação na Secretaria Municipal da Educação e Desporto, tendo em vista a concessão de férias à servidora PAMELA REGINA SCHLEMPER, a partir do dia 04/01/2022.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Santa Catarina

04 de janeiro de 2022

GILMAR SANI  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA

**PROCESSO SELETIVO 01/2021**

Publicação Nº 3519859



Estado de Santa Catarina  
Município de Alfredo Wagner  
Processo Seletivo n.º 01/2021  
Publicação Legal: Ato Administrativo

**RHEMA**  
CONCURSOS

**ATO 017: Edital de Homologação do Resultado Final**

**GILMAR SANI**, Prefeito do Município de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

**CONSIDERANDO** que o Município de Alfredo Wagner, realizou no dia 21 de novembro de 2021, as provas escritas objetivas e as provas práticas do Processo Seletivo n.º 01/2021, destinado ao provimento de vagas em regime temporário;

**CONSIDERANDO**, ainda, que realizadas as provas foi dado conhecimento do seu resultado final, com a publicação da relação nominal dos aprovados e classificados no site [www.rhemaconcursos.com.br](http://www.rhemaconcursos.com.br), no dia 15 de dezembro de 2021;

**CONSIDERANDO** que foram respeitados e praticados todos os princípios e normas aplicáveis aos certames públicos, garantindo a legalidade, impessoalidade e o bom andamento do Processo Seletivo n.º 01/2021.

**RESOLVE:**

Fica **HOMOLOGADO** o resultado final do Processo Seletivo, concernente ao Edital n.º 01/2021 tendo em vista a classificação final publicada no dia 15 de dezembro de 2021, e em conformidade com o Anexo I do presente Edital.

Alfredo Wagner/SC, 16 de dezembro de 2021.

**GILMAR SANI**

Prefeito do Município de Alfredo Wagner

**Legendas Utilizadas na Publicação:**

**POR:** Nota relativa às questões de Língua Portuguesa.

**MAT:** Nota relativa às questões de Matemática.

**ATU:** Nota relativa às questões de Atualidades e Conhecimentos Gerais.

**ESP:** Nota relativa às questões de Conhecimentos Específicos.

**PRA:** Nota relativa à Prova Prática.

**NPE:** Nota da Prova Escrita.



Estado de Santa Catarina  
Município de Alfredo Wagner  
Processo Seletivo n.º 01/2021  
Publicação Legal: Ato Administrativo

**RHEMA**  
CONCURSOS

### ANEXO I – Classificação Final (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Cargo: MÉDICO (ESF)									
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	139	RYAN MATOS MENDES	19/02/1989	1,50	0,90	1,20	3,30	6,90
Classificado	2º	47	MARIA EDUARDA ONOFRE	03/12/1998	1,20	0,60	0,60	3,30	5,70
Classificado	3º	72	RAFAEL VIEIRA	22/07/1989	0,60	0,90	0,90	3,30	5,70

Cargo: PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO)											
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	129	FABRICIA MANNRICH HAMES	28/05/1982	0,90	0,30	0,60	1,65	3,45	3,00	3,36
Classificado	2º	180	SABRINA CAPISTRANO HAMES	12/02/2000	1,20	0,30	0,60	1,65	3,75	0,30	3,06

Cargo: PROFESSOR DE ARTES (NÃO HABILITADO)											
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	57	MARILDO KUHNEN	28/03/1971	0,60	0,90	1,50	2,20	5,20	-	4,16

Cargo: PROFESSOR DE CIÊNCIAS (HABILITADO)											
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	96	PATRICIA SANTOS FERREIRA PERUQUETTI	01/11/1972	0,90	1,20	0,90	3,85	6,85	7,00	6,88
Classificado	2º	211	LEILA PAITER	10/04/1991	0,60	0,90	1,20	3,30	6,00	7,30	6,26
Classificado	3º	276	ROSEMARI DE MELO	08/06/1974	1,20	0,60	0,90	3,30	6,00	1,00	5,00
Classificado	4º	175	DOUGLAS RAFAEL STUPP	10/07/1989	0,90	0,00	0,90	3,30	5,10	3,00	4,68
Classificado	5º	258	ELIANDRA CARLA SEBOLD	02/09/1991	0,90	1,20	0,60	2,75	5,45	-	4,36
Classificado	6º	80	MARISTELA STEFFEN SCHAUKOSKI	05/04/1983	0,90	1,20	0,90	2,20	5,20	0,30	4,22
Classificado	7º	195	VALQUIRIA STEINHAUSER EGER	21/01/1986	0,60	0,30	0,60	3,30	4,80	1,40	4,12
Classificado	8º	283	MARLUCE RAMOS MATAURO SCHVARTZ	06/03/1984	0,90	1,20	0,30	2,75	5,15	0,00	4,12
Classificado	9º	277	JUSSARA MARIOTTI DA SILVA	13/12/1974	1,20	0,30	0,30	3,30	5,10	-	4,08

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA											
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	49	MATHEUS ULIAN MARIAN	28/04/1998	0,90	0,60	0,90	2,75	5,15	5,10	5,14
Classificado	2º	109	CASSIANO HEIDERSCHIEDT	24/10/1994	0,60	0,30	0,60	3,30	4,80	5,80	5,00
Classificado	3º	50	LEONARDO STOPASSOLI	14/06/1997	0,60	1,20	0,30	3,30	5,40	3,30	4,98
Classificado	4º	230	ANELISE SCOTTI GAMBA	14/02/1997	0,30	0,30	1,20	2,75	4,55	-	3,64
Classificado	5º	308	BRUNA VERÔNICA NEUHAUS	07/03/1999	0,90	0,60	0,30	2,20	4,00	-	3,20
Classificado	6º	147	UESLEI KLAUBERG	26/02/1996	1,20	0,00	0,30	1,65	3,15	3,00	3,12

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)											
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	116	ALEXANDRA CHERCHI	02/06/1974	1,50	0,30	0,90	4,40	7,10	5,00	6,68
Classificado	2º	121	SAMANTRA BRANGER	05/11/1987	0,90	0,60	0,60	4,40	6,50	5,10	6,22
Classificado	3º	61	CARINA HEINZ DOS SANTOS	05/10/1993	0,60	0,60	0,60	4,95	6,75	3,70	6,14
Classificado	4º	32	VITORIA DUARTE BEZERRA	08/11/1999	0,90	0,90	0,90	4,95	7,65	-	6,12
Classificado	5º	112	JÉSSICA MARIA MARTINS BARBOSA	08/05/1992	1,50	0,60	1,20	3,30	6,60	3,80	6,04
Classificado	6º	184	JÉSSICA CATIANE FORSTER	17/02/1997	0,60	1,20	0,60	3,85	6,25	5,00	6,00
Classificado	7º	89	GEOVANIA BORGES DOS SANTOS AVILA	27/07/1990	0,60	0,60	0,60	4,40	6,20	5,10	5,98
Classificado	8º	232	CLEIDE GILVANA GUCKERT DE ANDRADE FERREIRA	30/06/1973	0,90	0,60	0,60	3,85	5,95	6,00	5,96
Classificado	9º	252	TAÍS GUCHERT	17/10/1999	0,90	0,90	0,90	4,40	7,10	0,20	5,72
Classificado	10º	190	LARISSA STAHLING VALIM	10/02/1998	1,20	0,60	0,90	3,85	6,55	2,10	5,66
Classificado	11º	267	VIVIANI GRUDTNER	20/03/1983	0,90	0,60	0,60	3,85	5,95	4,50	5,66
Classificado	12º	132	MARIA DO CARMO DA SILVA	21/10/1966	0,90	0,00	0,90	4,40	6,20	3,40	5,64
Classificado	13º	189	SILENI SCHAFER BRATFISCH	09/12/1981	1,20	0,30	0,60	3,85	5,95	4,00	5,56
Classificado	14º	83	NATHALIA CRISTINA DE SOUZA	08/12/1990	0,90	0,30	0,90	3,85	5,95	4,00	5,56
Classificado	15º	144	MARILIA CRISTINA SCHEITZ SCHUTZ	11/02/1993	0,90	0,90	0,90	2,75	5,45	6,00	5,56
Classificado	16º	127	DEISE HUNTEMANN	06/08/1988	0,30	0,00	0,60	4,95	5,85	4,00	5,48

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados à organizadora, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 2 de 7



Estado de Santa Catarina  
Município de Alfredo Wagner  
Processo Seletivo n.º 01/2021  
Publicação Legal: Ato Administrativo

**RHEMA**  
CONCURSOS

Classificado	17º	188	DIEME DELL ANTONIA ROGÉRIO	23/08/1978	0,90	0,30	0,30	3,85	5,35	6,00	5,48
Classificado	18º	91	GABRIELI DE DEUS BORGES	01/03/1999	0,60	0,60	0,60	3,85	5,65	4,40	5,40
Classificado	19º	14	ANA CAROLINE SCHAFER	29/11/1997	0,60	0,90	0,90	3,30	5,70	3,00	5,16
Classificado	20º	67	MARIA HELENA KUSTER	20/08/1989	0,90	0,60	0,60	3,30	5,40	4,00	5,12
Classificado	21º	177	NILVA HAMILTON	17/10/1979	0,60	0,30	0,60	3,85	5,35	4,00	5,08
Classificado	22º	22	SIMONE HASCKEL	18/01/1989	0,90	0,60	0,90	3,85	6,25	-	5,00
Classificado	23º	141	MARÍLIA MOHR	01/07/1999	0,60	0,90	0,90	3,85	6,25	-	5,00
Classificado	24º	104	DANIELA MARA DOS SANTOS RAIMUNDO	03/09/1983	0,60	0,60	0,30	3,30	4,80	5,70	4,98
Classificado	25º	2	LARISSA SCHAFER DE SOUZA	25/03/1996	0,60	1,20	0,30	3,30	5,40	3,00	4,92
Classificado	26º	164	MARIA NADIR LUCHTEMBERG DE MELO	05/08/1960	0,90	0,60	0,90	2,75	5,15	3,50	4,82
Classificado	27º	212	ANA CAMILA SCHAFER DE SOUZA	29/07/1997	0,30	0,30	0,90	4,40	5,90	-	4,72
Classificado	28º	13	MARCELA MACIEL SCHEIDT	26/06/1983	1,20	0,30	0,90	3,30	5,70	0,70	4,70
Classificado	29º	263	LEILA DA SILVA ALVES DE JESUS	11/05/1983	0,90	0,60	0,60	3,30	5,40	1,80	4,68
Classificado	30º	76	CRISTIANE HINTEMANN DA SILVA	31/01/1986	0,60	0,30	0,60	2,75	4,25	5,40	4,48
Classificado	31º	81	CATINEI KALBUSCH KRAUSS	05/06/1987	0,90	0,90	0,90	1,65	4,35	5,00	4,48
Classificado	32º	191	PATRICIA DE MORAIS FARIAS	01/10/1989	0,60	0,90	0,60	2,20	4,30	5,00	4,44
Classificado	33º	156	DAIANE DA SILVA RIBEIRO	28/08/1988	0,60	0,30	0,30	3,30	4,50	3,90	4,38
Classificado	34º	225	FRANCIELE CRISTINA SILVEIRA	13/06/1987	0,90	0,00	0,60	3,30	4,80	2,00	4,24
Classificado	35º	160	KARINA AMORIM GELSLEICHTER	08/08/1988	0,30	0,60	0,60	3,30	4,80	2,00	4,24
Classificado	36º	237	DÉBORA FARIAS	07/07/1998	0,90	0,60	0,30	2,75	4,55	2,30	4,10
Classificado	37º	154	FRANCIELE MENDES	24/08/1996	0,60	0,90	0,30	2,75	4,55	2,00	4,04
Classificado	38º	165	MARIA LIDIA KUSTER	31/12/1989	0,90	0,60	0,90	2,20	4,60	1,50	3,98
Classificado	39º	269	MARLI COELHO KUNTZE	08/10/1985	0,90	0,60	0,60	2,75	4,85	-	3,88
Classificado	40º	170	VANESSA MARIAN STEINHEUSER	18/03/1986	0,60	0,60	0,90	2,75	4,85	-	3,88
Classificado	41º	79	LUANA DA CUNHA	12/12/1998	0,60	0,60	0,90	2,75	4,85	0,00	3,88
Classificado	42º	202	CLEUSA TELLES	13/02/1986	0,90	0,30	0,00	2,75	3,95	3,00	3,76
Classificado	43º	11	DINIANE SCHISLI DOS SANTOS	04/12/1974	0,90	0,30	0,00	2,20	3,40	4,10	3,54
Classificado	44º	172	VANESSA GUCKERT DE ANDRADE SCHAFER	15/09/1986	1,50	0,30	0,90	1,10	3,80	2,00	3,44
Classificado	45º	43	JESSICA DOS SANTOS	04/10/1995	0,60	0,30	0,60	2,75	4,25	0,00	3,40
Classificado	46º	246	SILVIA ALESSANDRA KUSTER SCHLICKMANN	03/07/1976	0,60	0,00	0,30	2,20	3,10	4,30	3,34
Classificado	47º	248	FLÁVIA HEIDERSCHIEDT	01/09/1980	0,90	0,60	0,90	1,65	4,05	0,10	3,26
Classificado	48º	260	TAMARA TUANI RAMOS	28/12/1993	0,30	0,30	0,60	2,20	3,40	0,20	2,76
Classificado	49º	289	TEREZINHA FIRMINO	02/12/1972	0,90	0,00	0,60	1,65	3,15	-	2,52

**Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)**

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	198	DANIELA PATRÍCIA DOS SANTOS MACHADO	01/04/1984	0,90	0,60	0,60	3,30	5,40	0,00	4,32
Classificado	2º	221	JULIANA HORST	06/11/1996	0,60	0,60	0,90	2,75	4,85	2,00	4,28
Classificado	3º	270	MARCELA STOPASSOLI	19/08/1981	0,90	0,90	1,20	2,20	5,20	-	4,16
Classificado	4º	120	BRUNA SEBERINO	15/09/2000	0,90	0,60	0,90	2,75	5,15	-	4,12
Classificado	5º	281	ALICIA VERONICA MACIEL SCHEIDT	10/09/2002	0,90	0,30	0,90	2,75	4,85	0,00	3,88
Classificado	6º	301	ANA MARIA PRUS	28/03/1984	0,60	0,30	1,20	2,75	4,85	-	3,88
Classificado	7º	94	ANA CLAUDIA ONOFRE DA SILVA	09/10/1987	0,60	0,00	0,90	3,30	4,80	-	3,84
Classificado	8º	140	PATRICIA MARIAN DE ABREU	29/04/1996	1,20	0,90	0,30	2,20	4,60	0,00	3,68
Classificado	9º	200	MICHELLE AMBROSIO DOS PASSOS	23/10/1981	0,90	0,30	0,60	2,75	4,55	-	3,64
Classificado	10º	113	ELAINE CRISTINA DAROLT CACHOEIRA GROSCH	08/07/1989	0,60	0,60	0,60	2,75	4,55	-	3,64
Classificado	11º	59	SABRINA STEINHEUSER ELLER	06/08/2000	0,60	0,30	0,90	2,75	4,55	-	3,64
Classificado	12º	4	JESSICA HUNTMANN	21/05/1998	0,30	0,30	0,30	3,30	4,20	0,80	3,52
Classificado	13º	35	ANA CLARA LEHMKUHL	07/04/2000	0,60	0,60	0,30	2,20	3,70	0,80	3,12
Classificado	14º	25	EDUARDA ONOFRE	21/04/2000	0,30	0,30	0,90	2,20	3,70	-	2,96
Classificado	15º	148	ÍRIS CORREIA HEINZ	28/01/1966	0,60	0,30	0,60	1,65	3,15	-	2,52

**Cargo: PROFESSOR DE GEOGRAFIA (NÃO HABILITADO)**

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	20	TAMARA SCHEITZ	22/05/1995	0,90	0,00	0,60	2,20	3,70	-	2,96

**Cargo: PROFESSOR DE HISTÓRIA (HABILITADO)**

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	86	FLÁVIA HASCKEL	24/10/1992	0,90	0,90	0,60	1,65	4,05	-	3,24

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados à organizadora, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 3 de 7





Estado de Santa Catarina  
Município de Alfredo Wagner  
Processo Seletivo n.º 01/2021  
Publicação Legal: Ato Administrativo

**RHEMA**  
CONCURSOS

Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS (HABILITADO)											
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	205	SHEILA DAIANA DA CONCEIÇÃO	28/09/1978	1,20	0,90	1,50	2,75	6,35	-	5,08

Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA (HABILITADO)											
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	234	CAMILA DA CUNHA	20/10/1990	0,90	1,20	0,60	2,75	5,45	0,80	4,52

Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA (NÃO HABILITADO)											
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	183	JUNIOR JUSSIE ALVES	25/05/1986	0,60	0,60	0,60	3,85	5,65	-	4,52
Classificado	2º	210	NAIARA ANDRADE WALTER	10/01/2001	0,30	1,20	0,60	3,30	5,40	-	4,32

Cargo: PROFESSOR DE PORTUGUÊS (HABILITADO)											
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	264	MARIO SÉRGIO KALBUCH	13/10/1992	0,60	0,60	0,30	3,30	4,80	5,10	4,86

Cargo: PROFESSOR DE PORTUGUÊS (NÃO HABILITADO)											
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	159	MARCIANI MACIEL	04/05/1981	1,50	0,60	1,20	1,10	4,40	0,30	3,58

Cargo: PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS (1º AO 5º ANO) (HABILITADO)											
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	145	MARILIA CRISTINA SCHEITZ SCHUTZ	11/02/1993	0,90	0,90	0,90	3,85	6,55	6,00	6,44
Classificado	2º	92	GABRIEL DE DEUS BORGES	01/03/1999	0,90	0,90	0,90	3,85	6,55	4,40	6,12
Classificado	3º	233	CLEIDE GILVANA GUCKERT DE ANDRADE FERREIRA	30/06/1973	0,90	0,60	0,60	3,85	5,95	6,00	5,96
Classificado	4º	185	JÉSSICA CATIANE FORSTER	17/02/1997	0,60	0,90	0,60	3,85	5,95	5,00	5,76
Classificado	5º	213	VIVIANI GRUDTNER	20/03/1983	0,90	0,90	0,30	3,85	5,95	4,50	5,66
Classificado	6º	209	DINITA STORM	08/12/1972	0,90	0,60	0,90	3,85	6,25	3,20	5,64
Classificado	7º	149	JANICE HÜNTEMANN DOS SANTOS	08/03/1980	0,90	1,20	0,60	2,75	5,45	6,00	5,56
Classificado	8º	240	MILENA GUCKERT DE ANDRADE BACK	05/09/1978	0,60	0,60	0,90	3,30	5,40	6,00	5,52
Classificado	9º	77	CRISTIANE HINTEMANN DA SILVA	31/01/1986	0,60	0,30	0,60	3,85	5,35	5,40	5,36
Classificado	10º	194	LARISSA STAHLING VALIM	10/02/1998	1,20	0,60	0,90	3,30	6,00	2,10	5,22
Classificado	11º	239	JÉSSICA MARIA MARTINS BARBOSA	08/05/1992	1,50	0,60	1,20	2,20	5,50	3,80	5,16
Classificado	12º	265	LEILA DA SILVA ALVES DE JESUS	11/05/1983	0,90	0,30	0,90	3,85	5,95	1,80	5,12
Classificado	13º	10	DINIANE SCHISLI DOS SANTOS	04/12/1974	0,90	0,30	0,00	3,85	5,05	5,10	5,06
Classificado	14º	218	ROBERTO ARRUDA OLIVEIRA DA SILVA	31/05/1966	0,90	1,20	0,30	3,85	6,25	0,00	5,00
Classificado	15º	82	CATINEI KALBUSCH KRAUSS	05/06/1987	0,90	0,90	0,90	2,20	4,90	5,00	4,92
Classificado	16º	42	DJEINE MACHADO	19/10/1996	1,20	0,60	0,60	2,75	5,15	3,60	4,84
Classificado	17º	60	CARINA HEINZ DOS SANTOS	05/10/1993	0,60	0,60	0,60	3,30	5,10	3,70	4,82
Classificado	18º	33	VITORIA DUARTE BEZERRA	08/11/1999	0,90	0,90	0,90	3,30	6,00	0,00	4,80
Classificado	19º	78	LUANA DA CUNHA	12/12/1998	0,60	0,60	0,90	3,85	5,95	0,00	4,76
Classificado	20º	103	INALEZIA TEREZINHA REHBEIN ROCHA	13/01/1970	0,90	0,90	0,30	2,20	4,30	6,00	4,64
Classificado	21º	123	SAMANTHA BRANGER	05/11/1987	0,90	0,60	0,60	2,20	4,30	5,10	4,46
Classificado	22º	192	PATRÍCIA DE MORAIS FARIAS	01/10/1989	0,60	0,90	0,60	2,20	4,30	5,00	4,44
Classificado	23º	166	MARIA LIDIA KUSTER	31/12/1989	1,20	0,60	0,90	2,20	4,90	1,80	4,28
Classificado	24º	214	SILVIA ALESSANDRA KUSTER SCHLICKMANN	03/07/1976	0,60	0,00	0,30	3,30	4,20	4,40	4,24
Classificado	25º	84	NATHALIA CRISTINA DE SOUZA	08/12/1990	0,90	0,30	0,90	2,20	4,30	4,00	4,24
Classificado	26º	196	CLEUSA TELLES	13/02/1986	0,60	0,60	0,00	3,30	4,50	3,00	4,20
Classificado	27º	178	NILVA HAMILTON	17/10/1979	0,60	0,30	0,60	2,75	4,25	4,00	4,20
Classificado	28º	250	TAÍS GUCHERT	17/10/1999	0,90	0,60	0,90	2,75	5,15	0,20	4,16
Classificado	29º	23	SIMONE HASCKEL	18/01/1989	0,90	0,60	0,90	2,75	5,15	0,00	4,12
Classificado	30º	161	KARINA AMORIM GELSLEICHTER	08/08/1988	0,30	0,60	0,90	2,75	4,55	2,00	4,04
Classificado	31º	173	VANESSA GUCKERT DE ANDRADE SCHAFFER	15/09/1986	1,50	0,30	0,90	1,65	4,35	2,00	3,88
Classificado	32º	245	MARIA HELENA KUSTER	20/08/1989	0,90	0,60	0,60	1,65	3,75	4,00	3,80

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados à organizadora, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 4 de 7





Estado de Santa Catarina  
Município de Alfredo Wagner  
Processo Seletivo n.º 01/2021  
Publicação Legal: Ato Administrativo

**RHEMA**  
CONCURSOS

Classificado	33º	87	GEOVANIA BORGES DOS SANTOS AVILA	27/07/1990	0,30	0,60	0,30	2,20	3,40	5,10	3,74
Classificado	34º	187	DIEME DELL ANTONIA ROGÉRIO	23/08/1978	0,90	0,30	0,30	1,65	3,15	6,00	3,72
Classificado	35º	130	FABIOLA SEQUINEL DA SILVA	21/01/1979	1,20	0,60	0,90	1,65	4,35	1,00	3,68
Classificado	36º	238	DÉBORA FARIAS	07/07/1998	0,90	0,60	0,30	2,20	4,00	2,30	3,66
Classificado	37º	105	DANIELA MARA DOS SANTOS RAIMUNDO	03/09/1983	0,60	0,60	0,30	1,65	3,15	5,70	3,66
Classificado	38º	136	SUNEIDE ROZAR	22/06/1966	0,60	0,30	0,60	1,65	3,15	5,70	3,66
Classificado	39º	126	DEISE HUNTEMANN	06/08/1988	0,30	0,00	0,90	3,30	4,50	-	3,60
Classificado	40º	155	FRANCELE MENDES	24/08/1996	0,60	0,90	0,30	2,20	4,00	2,00	3,60
Classificado	41º	8	DALZIRA DOS SANTOS	03/11/1962	1,20	0,00	0,60	1,65	3,45	4,00	3,56
Classificado	42º	288	CIBELE TERESINHA FARIAS	16/12/1981	0,60	0,00	0,60	2,20	3,40	4,00	3,52
Classificado	43º	171	VANESSA MARIAN STEINHEUSER	18/03/1986	0,60	0,60	0,90	2,20	4,30	-	3,44
Classificado	44º	150	ANA CAMILA SCHAFFER DE SOUZA	29/07/1997	0,30	0,30	0,90	2,75	4,25	-	3,40
Classificado	45º	19	ANA CAROLINE SCHAFFER	29/11/1997	0,60	0,90	0,90	1,10	3,50	3,00	3,40
Classificado	46º	163	MARIA NADIR LUCHTEMBERG DE MELO	05/08/1960	0,90	0,60	0,60	1,10	3,20	3,50	3,26
Classificado	47º	44	JESSICA DOS SANTOS	04/10/1995	0,60	0,30	0,60	2,20	3,70	0,00	2,96
Classificado	48º	117	ALEXANDRA CHERCHI	02/06/1974	1,50	0,30	0,90	0,55	3,25	0,00	2,60

**Cargo: PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS (1º AO 5º ANO) (NÃO HABILITADO)**

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	220	JULIANA HORST	06/11/1996	0,60	0,90	0,90	3,30	5,70	0,00	4,56
Classificado	2º	182	MARIETA CRISTIANE GORGES	26/02/1982	0,90	0,30	0,90	3,30	5,40	-	4,32
Classificado	3º	279	BRUNA SEBERINO	15/09/2000	0,90	0,90	0,60	2,75	5,15	-	4,12
Classificado	4º	199	DANIELA PATRÍCIA DOS SANTOS MACHADO	01/04/1984	0,90	0,60	0,60	2,75	4,85	0,00	3,88
Classificado	5º	282	ANA MARIA PRUS	28/03/1984	0,60	0,60	1,20	2,20	4,60	-	3,68
Classificado	6º	296	MAÍSA DEUCHER	04/05/2002	0,90	0,60	0,30	2,75	4,55	-	3,64
Classificado	7º	111	ELAINE CRISTINA DAROLT CACHOEIRA GROSCH	08/07/1989	0,60	0,60	0,90	2,20	4,30	-	3,44
Classificado	8º	36	ANA CLARA LEHMKUHL	07/04/2000	0,60	0,60	0,30	2,20	3,70	-	2,96
Classificado	9º	26	EDUARDA ONOFRE	21/04/2000	0,30	0,30	0,90	2,20	3,70	-	2,96
Classificado	10º	261	SABRINA STEINHEUSER ELLER	06/08/2000	0,60	0,30	0,60	1,65	3,15	-	2,52

**Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	153	PATRÍCIA NASCIMENTO	01/05/1977	0,90	0,00	1,20	2,75	4,85
Classificado	2º	215	ANDREA LOPES	14/06/1977	0,60	0,30	0,60	2,75	4,25
Classificado	3º	95	KARINA SILVA	18/04/1995	0,60	0,30	0,90	2,20	4,00
Classificado	4º	16	ROSILEI RODRIGUES DOS SANTOS	28/02/1984	0,90	0,60	0,90	1,10	3,50
Classificado	5º	152	MARIELZA BURATTO MARIAN	16/11/1975	0,60	0,00	0,60	2,20	3,40

**Cargo: TÉCNICO EM RADIOLOGIA**

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	284	FRANCELLI DA SILVA	07/05/1986	1,20	0,30	0,90	2,75	5,15
Classificado	2º	71	MARILDE RIBEIRO RABELO	12/07/1986	0,90	0,30	0,90	2,75	4,85
Classificado	3º	197	EDNA CRISTINA VARELA RAMOS	17/04/1991	1,20	0,00	0,60	2,75	4,55
Classificado	4º	115	EMILY ENE DE BRITO BASTOS	28/01/1995	0,30	0,00	0,30	3,30	3,90
Classificado	5º	266	NÁDIA KARINA MENDES DA SILVA	26/03/1993	0,90	0,00	0,30	2,20	3,40

**Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	100	SIMONE LANZARINI	20/04/1990	1,20	1,50	1,20	5,50	9,40
Classificado	2º	304	DEBORA CARNEIRO	02/04/1974	1,20	0,90	1,50	5,50	9,10
Classificado	3º	298	SIRLENE APARECIDA PEREIRA	09/09/1991	1,20	1,50	1,20	4,95	8,85
Classificado	4º	299	LISANGELA DA SILVA	13/08/1994	1,20	1,50	0,90	4,95	8,55
Classificado	5º	31	FRANCELI FRANCISCO RICARDO	22/05/1992	0,90	1,50	0,60	5,50	8,50
Classificado	6º	15	IVONETE DAS GRACAS BATISTA DOS SANTOS MELO	14/06/1983	1,20	1,50	1,20	4,40	8,30
Classificado	7º	226	MARIA LUIZA CAPISTRANO DE SOUZA	11/08/2000	1,50	1,20	0,60	4,95	8,25
Classificado	8º	9	EDIANE FREIBERG	06/05/1991	1,20	1,20	0,30	5,50	8,20
Classificado	9º	17	ANA PAULA HEIDERSCHIEDT	22/07/1993	1,20	1,50	1,50	3,85	8,05
Classificado	10º	53	SOLENE REICH SCHEIDT	17/02/1973	0,60	0,90	1,50	4,95	7,95

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados à organizadora, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 5 de 7



Estado de Santa Catarina  
Município de Alfredo Wagner  
Processo Seletivo n.º 01/2021  
Publicação Legal: Ato Administrativo

**RHEMA**  
CONCURSOS

Classificado	11º	295	SIMONE DE OLIVEIRA FARIA	14/08/1983	1,20	1,20	0,90	4,40	7,70
Classificado	12º	40	PATRICIA DE SOUZA	12/05/1985	1,50	1,20	0,90	3,85	7,45
Classificado	13º	45	CHRISTIANE SCHMIDT DA SILVA	18/05/1977	1,20	1,50	0,90	3,85	7,45
Classificado	14º	135	ANA PAULA HINCKEL	06/01/1985	0,90	1,50	1,20	3,85	7,45
Classificado	15º	51	ALDENEZIA REGINA DE SOUZA	08/06/1982	1,20	1,20	0,90	3,85	7,15
Classificado	16º	292	KELI CRISTINA NUNES	09/10/1987	1,20	1,20	0,90	3,85	7,15
Classificado	17º	21	EDNEIA DA ROSA CALVI	27/10/1997	1,20	1,20	0,60	3,85	6,85
Classificado	18º	224	LUÉTI FERRAZ SOUZA	17/08/1982	0,90	0,90	1,20	3,30	6,30
Classificado	19º	243	DAIANA STEFFEN	12/07/1991	0,60	1,20	0,60	3,85	6,25
Classificado	20º	216	PATRICIA DE SOUZA	30/06/1991	0,90	0,60	0,60	3,85	5,95
Classificado	21º	303	GLAUCIA DE ARAÚJO	26/08/1989	0,60	0,60	0,90	3,85	5,95
Classificado	22º	88	JUCELIA APARECIDA DA SILVA DE SOUZA	28/10/1976	1,20	1,50	0,90	2,20	5,80
Classificado	23º	34	MONICA HEIDERSCHIEDT	10/02/1997	0,60	1,20	0,00	3,85	5,65
Classificado	24º	259	ADRIANA APARECIDA FARIAS	23/03/1977	0,30	0,90	0,60	3,85	5,65
Classificado	25º	63	RAQUEL DE SOUZA	31/05/1994	0,90	0,00	0,60	3,30	4,80
Classificado	26º	251	MARIANE DOS SANTOS	11/06/1995	0,90	0,00	0,90	2,75	4,55
Classificado	27º	290	DELIZETI APARECIDA LAMIN	03/11/1982	0,60	1,20	0,30	2,20	4,30
Classificado	28º	305	MARLI KUSTER ALVES	10/11/1975	0,90	0,30	0,90	1,10	3,20
Classificado	29º	291	DIANA BRANGER	26/05/1977	0,30	0,90	0,30	1,65	3,15

**Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO**

RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	271	EDSON DA COSTA	25/02/1984	0,90	1,20	0,90	4,40	7,40
Classificado	2º	242	LAUDINEY DOS SANTOS	01/02/1976	1,20	0,90	1,20	3,85	7,15
Classificado	3º	255	ANA PAULA NETTO ALVES	25/03/1978	0,90	0,90	0,60	3,30	5,70
Classificado	4º	46	DANIEL HACH	20/04/1993	0,60	0,30	0,00	3,30	4,20

**Cargo: MOTORISTA**

RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	PRA	NOTA FINAL
Classificado	1º	93	ISABEL DA SILVA	07/12/1985	1,50	1,50	1,20	3,85	8,05	8,50	8,32
Classificado	2º	280	FELIPE HENRIQUE GERBER	04/09/1958	1,50	1,50	1,50	3,30	7,80	7,75	7,77
Classificado	3º	38	ADAILTO DE SOUZA	21/07/1994	1,20	1,50	1,50	3,30	7,50	7,75	7,65
Classificado	4º	286	LUIZ EDUARDO HEINZ	01/02/1987	1,20	1,50	0,90	2,75	6,35	8,50	7,64
Classificado	5º	133	LUCIULA KLAUMANN HEIDERSCHIEDT	05/07/1980	0,60	0,30	0,90	3,30	5,10	8,75	7,29
Classificado	6º	134	ALCEU LOPES	03/04/1971	0,90	1,20	0,90	1,65	4,65	7,50	6,36

**Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS**

RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	PRA	NOTA FINAL
Classificado	1º	162	ELDER CORREIA	01/09/2001	1,20	1,20	0,90	3,30	6,60	4,50	5,34
Classificado	2º	75	LUCIANO FORSTER	03/05/1990	0,90	0,60	1,20	2,75	5,45	4,00	4,58

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados à organizadora, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 6 de 7



Estado de Santa Catarina  
Município de Alfredo Wagner  
Processo Seletivo n.º 01/2021  
Publicação Legal: Ato Administrativo

**RHEMA**  
CONCURSOS

### ANEXO II – Classificação Final (VAGAS PcD)

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA											
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	50	LEONARDO STOPASSOLI	14/06/1997	0,60	1,20	0,30	3,30	5,40	3,30	4,98

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)											
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	121	SAMANTRA BRANGER	05/11/1987	0,90	0,60	0,60	4,40	6,50	5,10	6,22

Cargo: PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS (1º AO 5º ANO) (HABILITADO)											
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	TITS	NOTA FINAL
Classificado	1º	123	SAMANTRA BRANGER	05/11/1987	0,90	0,60	0,60	2,20	4,30	5,10	4,46

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados à organizadora, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 7 de 7

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 001/2022 - CONCEDE FÉRIAS PATRÍCIA RAMOS**

Publicação Nº 3519947

RESOLUÇÃO Nº 001/2022

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA PATRÍCIA RAMOS, QUE OCUPA O CARGO DE SECRETÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER.

A Presidente da Câmara Municipal de Alfredo Wagner, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares do dia 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2022 à servidora Patrícia Ramos, ocupante do cargo de Secretária da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, relativas ao período de 22/10/2020 à 22/10/2021.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor no dia 04 de janeiro de 2022.

Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, 04 de Janeiro de 2022.

RÚBIA MARIOTTI SCHWEITZER DA SILVA  
Presidente

PUBLICADO NO MURAL DESTA CASA EM 04 DE JANEIRO DE 2022.

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.360, DE 4 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3521131

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

ELTON MATTES, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida férias regulamentar ao Servidor Público Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, conforme abaixo relacionado:

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
950	SONIA KIRSTEN GOSSENHEIMER	04/01/2021	03/01/2022	05/01/2022	19/01/2022
954	CARLINE FÜNCKLER	04/01/2021	03/01/2021	03/01/2022	01/02/2022
961	GELI LUCIA PESSI	04/01/2021	03/01/2021	03/01/2022	01/02/2022
962	TAINARA ALVES MENDES	04/01/2021	03/01/2021	03/01/2022	01/02/2022
966	VANDA MARISE LAUTERT	04/01/2021	03/01/2021	03/01/2022	01/02/2022

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto n.º 3.359 de 03 de janeiro de 2022.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista/SC, 04 de janeiro de 2022.

ELTON MATTES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

VÂNIA PEDROSO  
Responsável pelas publicações

### DECRETO Nº 3.361, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3521142

DECRETA FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO EXERCÍCIO 2022.

ELTON MATTES, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, SC, usando das atribuições conferidas pelo Artigo 99, item VIII da Lei Orgânica

DECRETA:

Art. 1º - Serão considerados Feriados e Pontos Facultativos nas repartições públicas municipais, durante o exercício de 2022 as datas abaixo relacionadas:

- a) Dia 28 de fevereiro, ponto facultativo, em comemoração ao Feriado de Carnaval;
- b) Dia 01 de março, feriado, em comemoração ao Carnaval;
- c) Dia 15 de abril, feriado, em comemoração à Sexta-feira Santa;
- d) Dia 21 de abril, feriado, em comemoração ao Feriado de Tiradentes;
- e) Dia 25 de abril, feriado, em comemoração ao Kerb;
- f) Dia 16 de junho, feriado, em comemoração à Corpus Christi;
- g) Dia 17 de junho, ponto facultativo, em comemoração à Corpus Christi;
- h) Dia 04 de julho, feriado, em comemoração ao Dia do Município;
- i) Dia 07 de setembro, feriado, em comemoração ao Dia da Independência;
- j) Dia 12 de outubro, feriado, em comemoração à Padroeira do Brasil;
- k) Dia 28 de outubro, ponto facultativo, em comemoração ao Dia do Servidor Público;
- l) Dia 02 de novembro, feriado, em decorrência ao Dia de Finados;

- m) Dia 14 de novembro, ponto facultativo, em comemoração à Proclamação da República;  
n) Dia 15 de novembro, feriado, em comemoração à Proclamação da República;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista/SC, em 04 de janeiro de 2022.

ELTON MATTES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

VÂNIA PEDROSO  
Responsável pelas Publicações

## **PORTARIA Nº 5, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521108

CONCEDER FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ELTON MATTES, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias regulamentares aos Servidores Públicos Municipais em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados:

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
494	NADIA ELIANI FISCHER RECH	15/04/2020	14/04/2021	03/01/2022	01/02/2022

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista - SC, em 3 de janeiro de 2022.

ELTON MATTES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

VÂNIA PEDROSO  
Responsável pelas publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 001/2022

Publicação Nº 3520196

DECRETO Nº. 001/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira, para o exercício de 2022, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no caput dos arts. 8º e 13, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 e demais vigentes constitucionais e legais,

#### DECRETA:

Art. 1º A movimentação orçamentária do exercício financeiro de 2022, do Orçamento Geral do Município, dar-se-á através do ingresso das receitas e pelo empenhamento das despesas constantes das dotações Orçamentárias, relativamente aos seus Órgãos, Fundos e Autarquia, constantes da Lei Municipal nº. 2.583, de 19 de novembro de 2021, ficando limitados em conformidade com o disposto nos Anexos deste Ato.

§ 1º Excluem-se do disposto no caput deste artigo as dotações;

I - Relativas aos grupos de despesa:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) juros e encargos da dívida;
- c) obrigações tributárias e contributivas;
- d) precatórios e despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado; e,
- e) amortização da dívida.

II - À conta de recursos de doações consignadas no orçamento com saldo suficiente ao cumprimento deste ato;

§ 2º O empenhamento e pagamento de despesas à conta das fontes de recursos constantes dos Anexos deste Ato, somente poderão ocorrer, respeitadas as dotações aprovadas, até o montante da efetiva arrecadação das receitas correspondentes no presente exercício.

§ 3º No processo regular de empenhamento de despesas por estimativa e global, considera-se para efeitos deste artigo, as despesas propriamente liquidadas dentro dos respectivos períodos.

Art. 2º Fica vedada a transferência de recursos ou o empenhamento de novas despesas, exceto as nos casos previstos no art. 1º deste Decreto, para as unidades orçamentárias que ultrapassarem o limite de pagamento estabelecido neste Ato, enquanto perdurar a situação de excesso de pagamentos, em obediência ao prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º Os créditos suplementares e especiais que vierem a serem abertos durante o exercício, bem como nos casos dos créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Art. 4º A execução orçamentária da despesa com pessoal e encargos sociais dos órgãos do Município no exercício de 2022, obedecerá, em cada mês, ao cronograma estabelecido nos respectivos Anexos integrantes deste Ato.

§ 1º Somente será admitida à realização de despesa superior ao limite estabelecido no caput com o objetivo de pagamento da folha normal com seus respectivos encargos.

§ 2º As demais despesas com pessoal somente poderão ser realizadas, em cada mês, depois de assegurado o pagamento das despesas previstas no § 1º.

§ 3º Para efeito deste Decreto, a folha normal compreende as despesas com remuneração do mês de referência, décimo - terceiro salário e férias e demais na modalidade do grupo de despesa 3.1. das Portarias nº 42, 163, Portaria Conjunta nº 01 e demais legislações posteriores vigentes.

§ 4º A ocorrência da situação prevista no § 1º deste artigo deverá ser objeto de justificativa junto à Secretaria Municipal da Fazenda, quando do encaminhamento das informações sobre a execução de despesas de pessoal e encargos sociais do mês correspondente.

Art. 5º Os recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária de 2022 e seus créditos adicionais, dos Poderes deste Ente Federado, inclusive, créditos recebidos mediante descentralização, ser-lhes-ão entregues até o último dia de cada mês.

Art. 6º Os Órgãos deste Ente Federado, no âmbito de suas respectivas competências, adotarão as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 03 de janeiro de 2022.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Jackline Appio - Secretária de Administração e Gestão

## DECRETO Nº 002/2022 - REPUBLICADO POR ERRO DE DIGITAÇÃO

Publicação Nº 3520160

DECRETO Nº. 002/2022, de 03 de janeiro de 2022.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 2.800,91 (dois mil e oitocentos reais e noventa e um centavos) e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.583, de 19 de novembro de 2021 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:  
TÍTULO I

### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.583, de 19 de novembro de 2021, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 2.800,91 (dois mil e oitocentos reais e noventa e um centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 2.800,91 (dois mil e oitocentos reais e noventa e um centavos), destinados a reforçar a dotação orçamentária abaixo especificada e constante do Orçamento Geral do Município, na seguinte conta, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0024.2.061- BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC – TFD - CONSÓRCIOS  
(38) 4.4.71.00.00.00.00.0002 –Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 2.800,91

Total ..... R\$ 2.800,91

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 2.800,91 (dois mil e oitocentos reais e noventa e um centavos), em conformidade com a seguinte conta, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0024.2.061- BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC – TFD - CONSÓRCIOS  
(31) 3.1.71.00.00.00.00.0002 –Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 2.800,91

Total ..... R\$ 2.800,91

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.576, de 29 de outubro de 2021, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores dessa lei, relativamente ao Crédito e Redução introduzidos no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 03 de janeiro de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Jackline Appio - Secretária de Administração e Gestão



**DECRETO Nº. 003/2022**

Publicação Nº 3520168

DECRETO Nº. 003/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA OS TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em especial pela Lei Complementar nº 001/2005 – Código Tributário Municipal.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o “Calendário Fiscal” para o exercício de 2022, definindo os tributos, sua data de vencimento e parcelas para recolhimento, na forma do Anexo Único que integra o presente decreto.

Art. 2º As receitas tributárias, bem como as não tributárias, serão recolhidas nas agências da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste – Sicoob São Miguel SC, ou, através de ficha de compensação em outras agências bancárias integradas ao sistema FEBRABAN.

Art. 3º Após o prazo fixado no Calendário Fiscal para o exercício de 2022, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades previstas no Código Tributário do Município, bem como passível de inscrição em Dívida Ativa, protesto e posterior cobrança judicial.

Art. 4º Para a inscrição em Dívida Ativa dos tributos do exercício de 2022, considera-se como vencimento o dia 30/12/2022, dia do encerramento do expediente bancário de 2022. A partir do dia 31/12/2022 todos os tributos não pagos serão devidamente inscritos em dívida ativa.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Anchieta/SC, 04 de janeiro de 2022.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito do Município

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Jackline Appio - Secretária de Administração e Gestão

**ANEXO ÚNICO****1) IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (Art. 137 – LC 001/2005)**

COTA ÚNICA	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA
11/04/2022 COM 10% DE DESCONTO	11/04/2022	10/05/2022	10/06/2022

**2) ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA: (Art. 213 – LC 001/2005)****2.1 – IMPOSTO HOMOLOGADO OU POR ESTIMATIVA (Art. 213 Inciso I – LC 001/2005)**

1ª PARC.	2ª PARC.	3ª PARC.	4ª PARC.	5ª PARC.	6ª PARC.	7ª PARC.	8ª PARC.	9ª PARC.	10ª PARC.	11ª PARC.	12ª PARC.
15/02/2022	15/03/2022	18/04/2022	16/05/2022	15/06/2022	15/07/2022	15/08/2022	15/09/2022	17/10/2022	16/11/2022	15/12/2022	16/01/2022

**2.2 – IMPOSTO FIXO (Art. 213 Inciso II e III – LC 001/2005)**

1ª PARC.	2ª PARC.	3ª PARC.	4ª PARC.	5ª PARC.	6ª PARC.	7ª PARC.	8ª PARC.	9ª PARC.	10ª PARC.	11ª PARC.	12ª PARC.
15/02/2022	15/03/2022	18/04/2022	16/05/2022	15/06/2022	15/07/2022	15/08/2022	15/09/2022	17/10/2022	16/11/2022	15/12/2022	16/01/2022

**3) TAXA DE COLETA DE LIXO (Art. 234 – LC 001/2005)**

COTA ÚNICA	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA
11/04/2022 COM 10% DE DESCONTO	11/04/2022	10/05/2022	10/06/2022

4) TLLF/TVCPNU – TAXA DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO E TAXA DE VISTORIA DO CUMPRIMENTO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS (Art. 243 – Parágrafo 2º LC 001/2005)

COTA ÚNICA

28/02/2022

Anchieta/SC, 04 de janeiro de 2022.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito do Município

### DESISTENCIA DE VAGA

Publicação Nº 3520115

Ilmo. Senhor  
Ivan José Canci  
DD. Prefeito Municipal  
Anchieta – Sc.

Eu Daniely Lunardi, aprovada no Concurso Público nº. 001/2019 para o cargo de Psicóloga, ao qual fui convocada para assumir a vaga, venho por meio deste, declarar minha desistência referente ao cargo que fui convocada por não ter interesse em assumir a referida vaga. São Miguel do Oeste (SC) 04 de janeiro de 2022.

Daniely Lunardi

### PORTARIA Nº 01/2022

Publicação Nº 3520076

PORTARIA nº. 01/2022  
De, 03 de janeiro de 2022.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Eliane dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Laboratório, matrícula 1945, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2018/2019, a serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 03 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

### PORTARIA Nº 02/2022

Publicação Nº 3520077

PORTARIA nº. 02/2022  
De, 03 de janeiro de 2022.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Kellin Dal Ri, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula 2128, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2019/2020, a serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 03 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## **PORTARIA Nº 03/2022**

Publicação Nº 3520081

PORTARIA nº. 03/2022  
De, 03 de janeiro de 2022.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Aline de Giacometti, ocupante do cargo de Nutricionista, matrícula 2129, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2020/2021, a serem gozadas no período de 27/12/2021 a 25/01/2022.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 03 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## **PORTARIA Nº 04/2022**

Publicação Nº 3520082

PORTARIA nº. 04/2022  
De, 03 de janeiro de 2022.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal George Luiz Teixeira, ocupante do cargo de Médico Veterinário, matrícula 37, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2020/2021, a serem gozadas no período de 03/01/2022 a 17/01/2022.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 03 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## PORTARIA Nº 05/2022

Publicação Nº 3520084

PORTARIA nº. 05/2022  
De, 03 de janeiro de 2022.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Osmar Alves Siabra, ocupante do cargo de Motorista da Saúde Pública, matrícula 2482, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2020/2021, a serem gozadas no período de 03/01/2022 a 17/01/2022.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 03 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## PORTARIA Nº 06/2022

Publicação Nº 3520085

PORTARIA nº. 06/2022  
De, 03 de janeiro de 2022.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Noeli Guerini Santin, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde – Micro Área 10 – ESF II, matrícula 1941, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2017/2018, a serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 03 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## **PORTARIA Nº 07/2022**

Publicação Nº 3520088

PORTARIA nº. 07/2022  
De, 03 de janeiro de 2022.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Erika Vanessa Rocha Falconi, ocupante do cargo de Médica, matrícula 2726, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2020/2021, a serem gozadas no período de 03/01/2022 a 20/01/2022.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 03 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## **PORTARIA Nº 08/2022**

Publicação Nº 3520089

PORTARIA nº. 08/2022  
De, 03 de janeiro de 2022.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Elenir Schio, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 2475, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2020/2021, a serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 03 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 09/2022**

Publicação Nº 3520091

PORTARIA nº.09/2022

De, 03 de janeiro de 2022.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Conselheira Tutelar Marta de Pelegrin Antunes de Oliveira, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2020/2021 serem gozadas no período de 03/01/2022 à 01/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 03 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 10/2022**

Publicação Nº 3520092

PORTARIA nº. 10/2022

De, 03 de janeiro de 2022.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando o direito do gozo de férias dos Conselheiros Tutelares;  
Considerando a necessidade da substituição dos membros para a continuidade dos serviços prestados;  
Considerando a eleição realizada no dia 15/12/2019 onde conselheiros ficaram na suplência;

RESOLVE:

Nomear Conselheiro Tutelar Suplente,

Art. 1º - Fica nomeado para compor a suplência de Conselheira Tutelar, o senhor Blecaute Teufanis Ribas, lotado no Encargos Gerais do Município.

Art. 2º - A presente nomeação se dá no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 03 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 11/2022**

Publicação Nº 3520094

PORTARIA nº. 11/2022  
De, 03 de janeiro de 2022.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Leonardo Scholtze, ocupante do cargo de Motorista, matrícula 2158, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2018/2019 e 2019/2020, a serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2021.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 03 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 12/2022**

Publicação Nº 3520101

PORTARIA nº. 12/2022  
De, 03 de janeiro de 2022.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Adriano Schaeffer, ocupante do cargo de Operador II, matrícula 2353, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2016/2017 e 2017/2018, a serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2021.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 03 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 13/2022**

Publicação Nº 3520102

PORTARIA nº. 13/2022  
De, 04 de janeiro de 2022.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Adriano Mezzaroba, ocupante do cargo de Mecânico, matrícula 2260, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2021/2022, a serem gozadas no período de 04/01/2022 a 22/01/2021.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 04 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## PORTARIA Nº 14/2022

Publicação Nº 3520104

PORTARIA nº. 14/2022  
De, 04 de janeiro de 2022.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Marlete Todescatto, ocupante do cargo de Gerente de Inclusão Social, matrícula 2742, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2021/2022, a serem gozadas no período de 04/01/2022 a 13/01/2022.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 04 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## PORTARIA Nº 15/2022

Publicação Nº 3520107

PORTARIA nº. 15/2022  
De, 04 de janeiro de 2022.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Guilherme Tiago Flach, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, matrícula 2265, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2020/2021, a serem gozadas no período de 04/01/2022 a 02/02/2021.



Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 04 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## **PORTARIA Nº 16/2022**

Publicação Nº 3520369

PORTARIA nº 16/2022  
De, 04 de janeiro de 2022.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que eventualmente há servidores, das mais diversas secretarias, que mesmo não exercendo o cargo/função de Motoristas dirigem veículos públicos;

Considerando que, para a condução dos veículos é necessária autorização do Executivo;

Considerando que o Servidor Público tem Direitos, Deveres e Responsabilidades;

### **RESOLVE:**

Autorizar Conduzir veículos da Municipalidade,

Art. 1º - Fica autorizado o senhor Edson Luiz Buratti, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos e Obras, para eventualmente conduzir os veículos da municipalidade, ou seja, quando se fizer necessário.

Art. 2º - De posse da direção do veículo é de sua inteira responsabilidade e o mesmo não poderá: Ceder à direção do veículo a terceiros; utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão; conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado; gerar multa de trânsito, sendo de sua inteira responsabilidade o pagamento da mesma.

Art. 3º - Quando do retorno, findando o deslocamento, o veículo oficial deverá ser guardado no órgão detentor, com o devido preenchimento do Diário de Bordo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 04 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## **PORTARIA Nº 475/2021**

Publicação Nº 3520072

PORTARIA nº. 475/2021  
De, 30 de dezembro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

### **RESOLVE:**

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para os servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 23/12/2021 a 21/01/2021, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 30 de dezembro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

1ª RETIFICAÇÃO - ANEXO IV CÁLCULO VALOR DEVIDO RUA TREZE DE MAIO

Publicação Nº 3520175

1ª RETIFICAÇÃO - ANEXO IV - FATOR INDIVIDUAL DE VALORIZAÇÃO E PLANO DE RATEIO DO CUSTO A SER RESSARCIDO

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA TREZE DE MAIO E AVENIDA ANCHIETA

TRECHO ENTRE A AVENIDA ANCHIETA E RUA OLÍMPIO DAL MAGRO

NOME DO CONTRIBUINTE	CODIGO IMÓVEL	TESTADA DO LOTE (m.l.)	ÁREA DO LOTE (m²)	VALOR DO IMÓVEL (PRÉ-OBRA)	VALOR DO IMÓVEL (PÓS-OBRA)	VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL DO IMÓVEL	FATOR INDIVIDUAL DE VALORIZAÇÃO	VALOR INDIVIDUAL DA CONTR. MELHORIA (*)
ZONA DE INFLUÊNCIA: RESIDENCIAL								
Moacir Angelo Cavasin	1286	15,30	137,70	R\$ 200.000,00	R\$ 210.415,50	R\$	2,9464%	R\$ 2.098,42
Valdemar Machado de Souza (Itamar Cavasin)	674	1,70	202,30	R\$ 30.000,00	R\$ 31.234,77	R\$	0,3493%	R\$ 248,80
Bernardo Contini e Elsiara Facioni Contini	288	13,00	315,25	R\$ 200.000,00	R\$ 209.150,34	R\$	2,5885%	R\$ 1.843,51
Nelson Enik e Inéz Enik	530	24,00	415,64	R\$ 200.000,00	R\$ 215.200,84	R\$	4,3001%	R\$ 3.062,51
Lauri Antonio Farina e Carmen Lucia Ticiani Farina	112	13,30	639,89	R\$ 400.000,00	R\$ 411.315,52	R\$	3,2010%	R\$ 2.279,72
Neudi Perin	198	12,50	381,25	R\$ 150.000,00	R\$ 158.375,48	R\$	2,3693%	R\$ 1.687,39
Cristiane Regina Cavasin	230	22,00	2.914,00	R\$ 400.000,00	R\$ 416.100,84	R\$	4,5547%	R\$ 3.243,80
Evandro Buratti e Elisana Forgiarini Buratti	804	22,00	1.012,00	R\$ 300.000,00	R\$ 315.100,79	R\$	4,2718%	R\$ 3.042,33
Albino Vilmes de Oliveira	12	20,00	1.988,00	R\$ 200.000,00	R\$ 213.000,65	R\$	3,6777%	R\$ 2.619,24
Abilio Antonio Piacentini	71	25,00	1428,00	R\$ 200.000,00	R\$ 215.750,90	R\$	4,4557%	R\$ 3.173,33
Carlos Durigon e Ercilida Prevedello Durigon	194	25,00	2000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 417.751,00	R\$	5,0215%	R\$ 3.576,26
Elio Antonio Ungaratti e Aldo Antônio Ungaratti	506	25,00	2000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 215.750,88	R\$	4,4557%	R\$ 3.173,33
Carlos Santin	742	10,00	400,00	R\$ 150.000,00	R\$ 157.000,35	R\$	1,9803%	R\$ 1.410,37
Maria Terezinha Camargo	476	10,00	400,00	R\$ 120.000,00	R\$ 126.700,58	R\$	1,8955%	R\$ 1.349,93
Delcir Sartori	415	15,00	600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 129.450,46	R\$	2,6734%	R\$ 1.903,96
Lidiani Zuppa Sonavilla e Laudir Sonavilla	108	15,00	330,00	R\$ 200.000,00	R\$ 210.250,43	R\$	2,8997%	R\$ 2.065,15
Jebil Antônio Santin	81	25,00	1000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 215.750,88	R\$	4,4557%	R\$ 3.173,33
Ercila Maria Rossato de Rossato	171	12,50	500,00	R\$ 150.000,00	R\$ 158.375,47	R\$	2,3693%	R\$ 1.687,39
Valdecir Bordignon e Maristele Inês Cantú Bordignon	381	12,50	500,00	R\$ 200.000,00	R\$ 208.875,31	R\$	2,5107%	R\$ 1.788,14
Vainel Carlos Stanga e Celia Terezinha Hubert Stanga	1298	11,50	460,00	R\$ 400.000,00	R\$ 410.325,37	R\$	2,9209%	R\$ 2.080,25
Nelson Lange e Marlene Goltz Lange	410	13,50	540,00	R\$ 200.000,00	R\$ 209.425,71	R\$	2,6664%	R\$ 1.898,96
Jucilani Machado Schu e Elizer Machado de Lima	177	12,50	500,00	R\$ 200.000,00	R\$ 208.875,31	R\$	2,5107%	R\$ 1.788,14
Aliceu José Pezario e Dora Eni da Cas Pezario	251	12,50	312,50	R\$ 250.000,00	R\$ 259.375,51	R\$	2,6522%	R\$ 1.888,87
Newerton Carlos Moresco	360	20,00	500,00	R\$ 150.000,00	R\$ 162.500,45	R\$	3,5362%	R\$ 2.518,48
Daniel Moscon e Beatriz Justina Frate Moscon	588	20,00	500,00	R\$ 150.000,00	R\$ 162.500,45	R\$	3,5362%	R\$ 2.518,48
Helio Antonio Morandi e Jucele Piaia Morandi	321	20,00	683,00	R\$ 300.000,00	R\$ 314.000,72	R\$	3,9606%	R\$ 2.820,70
Tatiane Draszewski	847	14,20	355,00	R\$ 300.000,00	R\$ 310.810,37	R\$	3,0581%	R\$ 2.177,95
Ivanir José Frate	305	47,00	600,00	R\$ 600.000,00	R\$ 632.951,85	R\$	9,3216%	R\$ 6.367,77
Pedro Lasarotto e Jaira Maria Lasarotto	581	11,00	273,24	R\$ 200.000,00	R\$ 208.050,60	R\$	2,2774%	R\$ 1.621,93
Rudimar Lasarotto	1228	7,15	276,97	R\$ 300.000,00	R\$ 309.132,67	R\$	2,5835%	R\$ 1.179,89
TOTAL DA RUA				R\$ 7.070.000,00	R\$ 7.423.500,00	R\$	100,00%	R\$ 71.219,38

VALOR TOTAL DA OBRA - R\$ 237.397,94 X 30% (ART. 287 DO CTM) = R\$ 71.219,38 (SETENTA E DEZENOVE REAIS COM TRINTA OITO CENTAVOS)

(\*) O VALOR INDIVIDUAL DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA É ORIUNDO DA APLICAÇÃO DO FATOR INDIVIDUAL DE VALORIZAÇÃO (F.I.V) SOBRE O VALOR TOTAL A RESSARCIDO DE R\$ 71.219,38

Anchieta, SC, em 01 de Dezembro de 2021.

Claudecir Paulo Viera  
Servidor Público Municipal  
Membro

Joel Darcizio Lorenzetti  
Corretor de Imóveis  
Membro

Carlos A. Antonietti  
Servidor Público Municipal  
Membro

Josemir Forgiarini  
Servidor Público Estadual  
Membro

Marceli Wendling  
Servidor Público Municipal  
Membro

ANEXO I - DECRETO Nº 001/2022

Publicação Nº 3520199

Página: 1/6  
Data: 03/01/2022

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022  
Cronograma Bimestral de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L. C. 101/00)  
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA											
Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total			
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.644.720,26	2.644.720,26	2.644.720,26	2.644.720,26	2.644.720,26	2.644.720,26	15.868.324,38			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.539.383,92	1.539.383,92	1.539.383,92	1.539.383,92	1.539.383,92	1.539.383,92	9.236.304,15			
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	6.800,68	6.800,68	6.800,68	6.800,68	6.800,68	6.800,75	40.804,15			
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.532.583,24	1.532.583,24	1.532.583,24	1.532.583,24	1.532.583,24	1.532.583,80	9.195.500,00			
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	210.000,00			
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	210.000,00			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.070.336,34	1.070.336,34	1.070.336,34	1.070.336,34	1.070.336,34	1.070.338,53	6.422.020,23			
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	39.749,96	39.749,96	39.749,96	39.749,96	39.749,96	39.750,20	238.500,00			
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	3.156,02	3.156,02	3.156,02	3.156,02	3.156,02	3.156,13	18.936,23			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.025.097,03	1.025.097,03	1.025.097,03	1.025.097,03	1.025.097,03	1.025.098,85	6.150.584,00			
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,35	14.000,00			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	242.328,91	242.328,91	242.328,91	242.328,91	242.328,91	242.330,07	1.453.974,62			
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	200.495,58	200.495,58	200.495,58	200.495,58	200.495,58	200.496,72	1.202.974,62			
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	716,75	716,75	716,75	716,75	716,75	716,75	4.300,50			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	199.778,83	199.778,83	199.778,83	199.778,83	199.778,83	199.779,97	1.198.674,12			
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	41.833,33	41.833,33	41.833,33	41.833,33	41.833,33	41.833,35	251.000,00			
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	41.833,33	41.833,33	41.833,33	41.833,33	41.833,33	41.833,35	251.000,00			
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00			
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00			
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00			
Totais:		2.897.049,17	2.897.049,17	2.897.049,17	2.897.049,17	2.897.049,17	2.897.053,15	17.382.299,00			

Página: 2/6

Data: 03/01/2022

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L. C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por Empenho

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA		Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.076.595,43	1.076.595,43	1.076.595,43	1.076.595,43	1.076.595,43	1.076.596,28	6.459.573,43
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			527.916,64	527.916,64	527.916,64	527.916,64	527.916,64	527.916,80	3.167.500,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos			11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	67.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			516.666,64	516.666,64	516.666,64	516.666,64	516.666,64	516.666,80	3.100.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			548.678,79	548.678,79	548.678,79	548.678,79	548.678,79	548.679,48	3.292.073,43
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos			5.945,57	5.945,57	5.945,57	5.945,57	5.945,57	5.945,58	35.673,43
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			500.233,22	500.233,22	500.233,22	500.233,22	500.233,22	500.233,90	3.001.400,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos			42.500,00	42.500,00	42.500,00	42.500,00	42.500,00	42.500,00	255.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			58.187,90	58.187,90	58.187,90	58.187,90	58.187,90	58.188,07	349.127,57
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			58.187,90	58.187,90	58.187,90	58.187,90	58.187,90	58.188,07	349.127,57
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos			171,26	171,26	171,26	171,26	171,26	171,27	1.027,57
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			58.016,64	58.016,64	58.016,64	58.016,64	58.016,64	58.016,80	348.100,00
Totais:				1.134.783,33	1.134.783,33	1.134.783,33	1.134.783,33	1.134.783,33	1.134.784,35	6.808.701,00

Página: 3/6

Data: 03/01/2022

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L. C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 3 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA											
Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total			
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	159.533,26	159.533,26	159.533,26	159.533,26	159.533,26	159.533,70	957.200,00			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.999,97	100.999,97	100.999,97	100.999,97	100.999,97	101.000,15	606.000,00			
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,35	95.000,00			
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	85.166,64	85.166,64	85.166,64	85.166,64	85.166,64	85.166,80	511.000,00			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58.533,29	58.533,29	58.533,29	58.533,29	58.533,29	58.533,55	351.200,00			
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	54.366,63	54.366,63	54.366,63	54.366,63	54.366,63	54.366,85	326.200,00			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	12.533,32	12.533,32	12.533,32	12.533,32	12.533,32	12.533,40	75.200,00			
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	12.533,32	12.533,32	12.533,32	12.533,32	12.533,32	12.533,40	75.200,00			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	12.533,32	12.533,32	12.533,32	12.533,32	12.533,32	12.533,40	75.200,00			
Totals:		172.066,58	172.066,58	172.066,58	172.066,58	172.066,58	172.067,10	1.032.400,00			

Página: 4/6

Data: 03/01/2022

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L. C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 4 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIAN. ADOLES. ANCHIETA		1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
Código	Especificação							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	6.833,33	6.833,33	6.833,33	6.833,33	6.833,33	6.833,35	41.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.833,33	6.833,33	6.833,33	6.833,33	6.833,33	6.833,35	41.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	36.000,00
Totals:		6.833,33	6.833,33	6.833,33	6.833,33	6.833,33	6.833,35	41.000,00

Página: 5/6

Data: 03/01/2022

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L. C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 5 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE		Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			140.833,31	140.833,31	140.833,31	140.833,31	140.833,31	140.833,45	845.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			104.999,99	104.999,99	104.999,99	104.999,99	104.999,99	105.000,05	630.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			104.999,99	104.999,99	104.999,99	104.999,99	104.999,99	105.000,05	630.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			35.833,32	35.833,32	35.833,32	35.833,32	35.833,32	35.833,40	215.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			35.833,32	35.833,32	35.833,32	35.833,32	35.833,32	35.833,40	215.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			32.499,99	32.499,99	32.499,99	32.499,99	32.499,99	32.500,05	195.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			32.499,99	32.499,99	32.499,99	32.499,99	32.499,99	32.500,05	195.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			32.499,99	32.499,99	32.499,99	32.499,99	32.499,99	32.500,05	195.000,00
Totals:				173.333,30	173.333,30	173.333,30	173.333,30	173.333,30	173.333,50	1.040.000,00



Página: 6/6

Data: 03/01/2022

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L. C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA		1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
Código	Especificação							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	160.933,32	160.933,32	160.933,32	160.933,32	160.933,32	160.933,40	965.600,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,70	700.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,70	700.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.266,66	44.266,66	44.266,66	44.266,66	44.266,66	44.266,70	265.600,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	42.600,00	42.600,00	42.600,00	42.600,00	42.600,00	42.600,00	255.600,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
Totais:		172.599,98	172.599,98	172.599,98	172.599,98	172.599,98	172.600,10	1.035.600,00
Total Geral:		4.556.665,69	4.556.665,69	4.556.665,69	4.556.665,69	4.556.665,69	4.556.671,55	27.340.000,00

IVAN JOSE CANCI

Prefeito Municipal

## ANEXO II - DECRETO 001/2022

Publicação Nº 3520202

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Página: 1/14  
 Data: 20/10/2021

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA</b>								
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS	3.555.739,45	3.555.739,45	3.555.739,45	4.555.739,45	3.555.739,45	6.372.902,75	25.151.600,00
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas Correntes	4.115.309,46	4.115.309,46	4.115.309,46	5.115.309,46	4.115.309,46	7.258.493,70	28.835.041,00
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.115.142,80	4.115.142,80	4.115.142,80	5.115.142,80	4.115.142,80	7.258.327,00	28.834.041,00
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Impostos	474.169,99	474.169,99	474.169,99	474.169,99	474.169,99	743.212,93	3.114.062,88
4.1.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer	387.521,73	387.521,73	387.521,73	387.521,73	387.521,73	566.564,23	2.504.172,88
4.1.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	103.730,10	103.730,10	103.730,10	103.730,10	103.730,10	172.772,38	691.422,88
4.1.1.1.1.3.0.3.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Tr	103.730,10	103.730,10	103.730,10	103.730,10	103.730,10	172.772,38	691.422,88
4.1.1.1.1.3.0.3.1.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Tr	103.563,44	103.563,44	103.563,44	103.563,44	103.563,44	172.605,68	690.422,88
4.1.1.1.1.3.0.3.1.1.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Tr	103.563,44	103.563,44	103.563,44	103.563,44	103.563,44	172.605,68	690.422,88
4.1.1.1.1.3.0.3.1.1.0.0.01	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	62.138,06	62.138,06	62.138,06	62.138,06	62.138,06	103.563,43	414.253,73
4.1.1.1.1.3.0.3.1.1.0.0.02	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	25.890,86	25.890,86	25.890,86	25.890,86	25.890,86	43.151,42	172.605,72
4.1.1.1.1.3.0.3.1.1.0.0.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	15.534,52	15.534,52	15.534,52	15.534,52	15.534,52	25.890,83	103.563,43
4.1.1.1.1.3.0.3.4.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - O	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.1.1.1.3.0.3.4.1.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - O	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.1.1.1.3.0.3.4.1.0.0.0.01	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	600,00
4.1.1.1.1.3.0.3.4.1.0.0.0.02	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,70	250,00
4.1.1.1.1.3.0.3.4.1.0.0.0.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	150,00
4.1.1.1.1.8.0.0.0.0.0.0.0	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	283.791,63	283.791,63	283.791,63	283.791,63	283.791,63	393.791,85	1.812.750,00
4.1.1.1.1.8.0.1.0.0.0.0.0	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF,	163.174,97	163.174,97	163.174,97	163.174,97	163.174,97	193.175,15	1.009.050,00
4.1.1.1.1.8.0.1.1.0.0.0.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territ	46.374,99	46.374,99	46.374,99	46.374,99	46.374,99	76.375,05	308.250,00
4.1.1.1.1.8.0.1.1.1.0.0.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territ	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	75.000,00	300.000,00
4.1.1.1.1.8.0.1.1.1.0.0.0.01	Imposto sobre a Propriedade Predial e T	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	45.000,00	180.000,00
4.1.1.1.1.8.0.1.1.1.0.0.0.02	Imposto sobre a Propriedade Predial e T	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	18.750,00	75.000,00
4.1.1.1.1.8.0.1.1.1.0.0.0.03	Imposto sobre a Propriedade Predial e T	6.750,00	6.750,00	6.750,00	6.750,00	6.750,00	11.250,00	45.000,00
4.1.1.1.1.8.0.1.1.2.0.0.0.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territ	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.200,00
4.1.1.1.1.8.0.1.1.2.0.0.0.01	Imposto sobre a Propriedade Predial e T	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	720,00
4.1.1.1.1.8.0.1.1.2.0.0.0.02	Imposto sobre a Propriedade Predial e T	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	300,00
4.1.1.1.1.8.0.1.1.2.0.0.0.03	Imposto sobre a Propriedade Predial e T	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	180,00
4.1.1.1.1.8.0.1.1.3.0.0.0.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territ	891,66	891,66	891,66	891,66	891,66	891,70	5.350,00
4.1.1.1.1.8.0.1.1.3.0.0.0.01	Imposto sobre a Propriedade Predial e T	535,00	535,00	535,00	535,00	535,00	535,00	3.210,00
4.1.1.1.1.8.0.1.1.3.0.0.0.02	Imposto sobre a Propriedade Predial e T	222,91	222,91	222,91	222,91	222,91	222,95	1.337,50
4.1.1.1.1.8.0.1.1.3.0.0.0.03	Imposto sobre a Propriedade Predial e T	133,75	133,75	133,75	133,75	133,75	133,75	802,50
4.1.1.1.1.8.0.1.1.4.0.0.0.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territ	283,33	283,33	283,33	283,33	283,33	283,35	1.700,00
4.1.1.1.1.8.0.1.1.4.0.0.0.01	Imposto sobre a Propriedade Predial e T	170,00	170,00	170,00	170,00	170,00	170,00	1.020,00
4.1.1.1.1.8.0.1.1.4.0.0.0.02	Imposto sobre a Propriedade Predial e T	70,83	70,83	70,83	70,83	70,83	70,85	425,00
4.1.1.1.1.8.0.1.1.4.0.0.0.03	Imposto sobre a Propriedade Predial e T	42,50	42,50	42,50	42,50	42,50	42,50	255,00
4.1.1.1.1.8.0.1.4.0.0.0.0	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de E	116.799,98	116.799,98	116.799,98	116.799,98	116.799,98	116.800,10	700.800,00
4.1.1.1.1.8.0.1.4.1.0.0.0.0	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,70	700.000,00
4.1.1.1.1.8.0.1.4.1.0.0.0.01	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos"	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	420.000,00

Página: 2/14  
Data: 20/10/2021

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA</b>								
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.02	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos"	3.555.739,45	3.555.739,45	3.555.739,45	4.555.739,45	3.555.739,45	6.372.902,75	25.151.600,00
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.03	Imposto sobre a Propriedade Predial e T	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,70	175.000,00
4.1.1.1.8.01.4.2.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	105.000,00
4.1.1.1.8.01.4.2.00.00.01	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos"	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.1.1.8.01.4.2.00.00.02	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos"	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	300,00
4.1.1.1.8.01.4.2.00.00.03	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos"	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,85	125,00
4.1.1.1.8.01.4.3.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	75,00
4.1.1.1.8.01.4.3.00.00.01	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos"	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33	33,35	200,00
4.1.1.1.8.01.4.3.00.00.02	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos"	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	120,00
4.1.1.1.8.01.4.3.00.00.03	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos"	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,35	50,00
4.1.1.1.8.01.4.4.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	30,00
4.1.1.1.8.01.4.4.00.00.01	ITBI - Multas e Juros da Dívida Ativa - 6(	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.1.1.8.01.4.4.00.00.02	ITBI - Multas e Juros da Dívida Ativa - 2(	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	60,00
4.1.1.1.8.01.4.4.00.00.03	ITBI - Multas e Juros da Dívida Ativa - 1(	4,16	4,16	4,16	4,16	4,16	4,20	25,00
4.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mer	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	15,00
4.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Naturez.	120.616,66	120.616,66	120.616,66	120.616,66	120.616,66	200.616,70	803.700,00
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	120.616,66	120.616,66	120.616,66	120.616,66	120.616,66	200.616,70	803.700,00
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.02	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	200.000,00	800.000,00
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.03	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	50.000,00	200.000,00
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	30.000,00	120.000,00
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.02	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.03	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	900,00
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	62,50	62,50	62,50	62,50	62,50	62,50	375,00
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	37,50	37,50	37,50	37,50	37,50	37,50	225,00
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.02	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	216,66	216,66	216,66	216,66	216,66	216,70	1.300,00
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.03	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	780,00
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	54,16	54,16	54,16	54,16	54,16	54,20	325,00
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	32,50	32,50	32,50	32,50	32,50	32,50	195,00
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.02	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	900,00
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.03	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	90,00	90,00	90,00	90,00	90,00	90,00	540,00
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.04	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	37,50	37,50	37,50	37,50	37,50	37,50	225,00
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.05	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	22,50	22,50	22,50	22,50	22,50	22,50	135,00
4.1.1.2.0.0.0.0.00.00.00	Taxas	58.139,94	58.139,94	58.139,94	58.139,94	58.139,94	76.140,30	366.840,00
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	5.716,63	5.716,63	5.716,63	5.716,63	5.716,63	5.716,85	34.300,00
4.1.1.2.1.04.0.0.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	5.716,63	5.716,63	5.716,63	5.716,63	5.716,63	5.716,85	34.300,00
4.1.1.2.1.04.1.0.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	5.716,63	5.716,63	5.716,63	5.716,63	5.716,63	5.716,85	34.300,00
4.1.1.2.1.04.1.1.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental -	5.666,65	5.666,65	5.666,65	5.666,65	5.666,65	5.666,75	34.000,00
4.1.1.2.1.04.1.1.00.00.01	Taxa de Licenciamento Ambiental - Print	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00

Página: 3/14  
Data: 20/10/2021

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA</b>								
4.1.1.2.1.04.1.1.00.00.02	Taxa Municipal de Prestação de Serviço	3.555.739,45	3.555.739,45	3.555.739,45	4.555.739,45	3.555.739,45	6.372.902,75	25.151.600,00
4.1.1.2.1.04.1.1.00.00.03	Taxa de Análise Licença Ambiental para	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00
4.1.1.2.1.04.1.1.00.00.04	Taxa de Análise Licença Ambiental EIA e	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.1.2.1.04.1.2.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental -	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.1.2.1.04.1.2.00.00.01	Taxa de Licenciamento Ambiental - Multa	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.1.2.1.04.1.3.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental -	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.1.2.1.04.1.3.00.00.01	Taxa de Licenciamento Ambiental - Dív	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.1.2.1.04.1.4.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental -	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.1.2.1.04.1.4.00.00.01	Taxa Licenciamento Ambiental - Multas e	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	41.233,32	41.233,32	41.233,32	41.233,32	41.233,32	59.233,40	265.400,00
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	41.233,32	41.233,32	41.233,32	41.233,32	41.233,32	59.233,40	265.400,00
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	41.233,32	41.233,32	41.233,32	41.233,32	41.233,32	59.233,40	265.400,00
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principa	37.716,66	37.716,66	37.716,66	37.716,66	37.716,66	55.716,70	244.300,00
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.01	Taxa de Combate, Prevenção, Sinistro e	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.02	Taxa de Coleta de Lixo	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	45.000,00	180.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.99	Outras Taxas de Prestação de Serviços	716,66	716,66	716,66	716,66	716,66	716,70	4.300,00
4.1.1.2.2.01.1.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,70	1.750,00
4.1.1.2.2.01.1.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida A	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	13.500,00
4.1.1.2.2.01.1.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida A	975,00	975,00	975,00	975,00	975,00	975,00	5.850,00
4.1.1.2.8.00.0.0.00.00.00	Taxas - Específicas de Estados, DF e Município	11.189,99	11.189,99	11.189,99	11.189,99	11.189,99	11.190,05	67.140,00
4.1.1.2.8.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	11.189,99	11.189,99	11.189,99	11.189,99	11.189,99	11.190,05	67.140,00
4.1.1.2.8.01.9.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização -	11.189,99	11.189,99	11.189,99	11.189,99	11.189,99	11.190,05	67.140,00
4.1.1.2.8.01.9.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	11.189,99	11.189,99	11.189,99	11.189,99	11.189,99	11.190,05	67.140,00
4.1.1.2.8.01.9.1.00.00.01	Taxa Func. estabel. Com/Ind/Prestação	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.1.1.2.8.01.9.1.00.00.02	Taxa de Licença para execução obras	1.023,33	1.023,33	1.023,33	1.023,33	1.023,33	1.023,35	6.140,00
4.1.1.2.8.01.9.1.00.00.03	Outras Taxas pelo Exerc. Pode de Polici	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.1.3.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	28.508,32	28.508,32	28.508,32	28.508,32	28.508,32	100.508,40	243.050,00
4.1.1.3.8.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Especifica E/M	28.508,32	28.508,32	28.508,32	28.508,32	28.508,32	100.508,40	243.050,00
4.1.1.3.8.04.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e	28.508,32	28.508,32	28.508,32	28.508,32	28.508,32	100.508,40	243.050,00
4.1.1.3.8.04.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação	28.508,32	28.508,32	28.508,32	28.508,32	28.508,32	100.508,40	243.050,00
4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação	28.000,00	28.000,00	28.000,00	28.000,00	28.000,00	100.000,00	240.000,00
4.1.1.3.8.04.1.2.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação	91,66	91,66	91,66	91,66	91,66	91,70	550,00
4.1.1.3.8.04.1.3.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
4.1.1.3.8.04.1.4.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.2.0.0.0.0.0.00.00.00	Contribuições	37.425,00	37.425,00	37.425,00	37.425,00	37.425,00	62.375,00	249.500,00
4.1.2.4.0.0.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumin	37.425,00	37.425,00	37.425,00	37.425,00	37.425,00	62.375,00	249.500,00
4.1.2.4.0.0.1.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilu	37.425,00	37.425,00	37.425,00	37.425,00	37.425,00	62.375,00	249.500,00
4.1.2.4.0.0.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Il	37.425,00	37.425,00	37.425,00	37.425,00	37.425,00	62.375,00	249.500,00



Página: 5/14  
Data: 20/10/2021

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA</b>								
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	3.555.739,45	3.555.739,45	3.555.739,45	4.555.739,45	3.555.739,45	6.372.902,75	25.151.600,00
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	483,31	483,31	483,31	483,31	483,31	483,45	2.900,00
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.01	Recolhimento de entulhos	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.02	Outros Serviços	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
4.1.6.9.0.99.1.2.00.00.00	Outros Serviços - Multas e Juros	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.6.9.0.99.1.3.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33	33,35	200,00
4.1.6.9.0.99.1.4.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.7.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	3.552.626,60	3.552.626,60	3.552.626,60	4.552.626,60	3.552.626,60	6.401.817,00	25.164.950,00
4.1.7.1.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	1.633.108,29	1.633.108,29	1.633.108,29	2.633.108,29	1.633.108,29	3.690.058,55	12.855.600,00
4.1.7.1.8.0.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	1.633.108,29	1.633.108,29	1.633.108,29	2.633.108,29	1.633.108,29	3.690.058,55	12.855.600,00
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	1.501.066,66	1.501.066,66	1.501.066,66	2.501.066,66	1.501.066,66	3.501.066,70	12.006.400,00
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Mui	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	2.500.000,00	10.000.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	2.500.000,00	10.000.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.01	Cota-Parte do Fundo de Participação do	900.000,00	900.000,00	900.000,00	900.000,00	900.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.02	Cota-Parte do Fundo de Participação do	375.000,00	375.000,00	375.000,00	375.000,00	375.000,00	625.000,00	2.500.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.03	Cota-Parte do Fundo de Participação do	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	375.000,00	1.500.000,00
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Mun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.01	Cota-Parte do Fundo de Participação do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00	750.000,00
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.02	Cota-Parte do Fundo de Participação do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Mui	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.01	Cota-Parte do Fundo de Participação do	0,00	0,00	0,00	750.000,00	0,00	0,00	750.000,00
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.02	Cota-Parte do Fundo de Participação do	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade I	1.066,66	1.066,66	1.066,66	1.066,66	1.066,66	1.066,70	6.400,00
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade	1.066,66	1.066,66	1.066,66	1.066,66	1.066,66	1.066,70	6.400,00
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.01	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propried	640,00	640,00	640,00	640,00	640,00	640,00	3.840,00
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.02	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propried	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,70	1.600,00
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.03	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propried	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	960,00
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pel	21.458,33	21.458,33	21.458,33	21.458,33	21.458,33	35.208,35	142.500,00
4.1.7.1.8.02.2.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de R	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.7.1.8.02.2.1.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de I	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - I	20.625,00	20.625,00	20.625,00	20.625,00	20.625,00	34.375,00	137.500,00
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - I	20.625,00	20.625,00	20.625,00	20.625,00	20.625,00	34.375,00	137.500,00
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacion	98.083,31	98.083,31	98.083,31	98.083,31	98.083,31	141.283,45	631.700,00
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	108.000,00	432.000,00
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Prind	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	108.000,00	432.000,00
4.1.7.1.8.05.2.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes a	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	3.900,00

Página: 6/14  
Data: 20/10/2021

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA</b>								
4.1.7.1.8.05.2.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes a	3.555.739,45	3.555.739,45	3.555.739,45	4.555.739,45	3.555.739,45	6.372.902,75	25.151.600,00
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes a	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	3.900,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes a	17.299,99	17.299,99	17.299,99	17.299,99	17.299,99	17.300,05	103.800,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.01	Transferências Diretas do FNDE referentes a	17.299,99	17.299,99	17.299,99	17.299,99	17.299,99	17.300,05	103.800,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.02	PNAE Ensino Fundamental	6.850,00	6.850,00	6.850,00	6.850,00	6.850,00	6.850,00	41.100,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.03	PNAE Creche	6.516,66	6.516,66	6.516,66	6.516,66	6.516,66	6.516,70	39.100,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.04	PNAE AEE	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	900,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.05	PNAE Pré-Escola	3.350,00	3.350,00	3.350,00	3.350,00	3.350,00	3.350,00	20.100,00
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	PNAE EJA	433,33	433,33	433,33	433,33	433,33	433,35	2.600,00
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.01	Transferências Diretas do FNDE referentes a	15.333,32	15.333,32	15.333,32	15.333,32	15.333,32	15.333,40	92.000,00
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.02	Transferências Diretas do FNDE referentes a	15.333,32	15.333,32	15.333,32	15.333,32	15.333,32	15.333,40	92.000,00
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes a	10.333,33	10.333,33	10.333,33	10.333,33	10.333,33	10.333,35	62.000,00
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.01	PNATE Ensino Fundamental	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,70	16.000,00
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.02	PNATE Ensino Médio	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,35	14.000,00
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.03	PNATE Ensino Infantil	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desonera	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoner	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desone	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.01	Transferência Financeira do ICMS – Des	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	24.000,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.02	Transferência Financeira do ICMS – Des	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.03	Transferência Financeira do ICMS – Des	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,35	35.000,00
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,35	35.000,00
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,35	35.000,00
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.01	Outras Transferências da União - Aux. F	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.02	Outras Transferências da União - LC 17	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
4.1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal	1.258.184,98	1.258.184,98	1.258.184,98	1.258.184,98	1.258.184,98	2.050.425,10	8.341.350,00
4.1.7.2.0.0.0.0.00.00.01	Transferências dos Estados - Específica E/M	1.258.184,98	1.258.184,98	1.258.184,98	1.258.184,98	1.258.184,98	2.050.425,10	8.341.350,00
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	1.189.851,66	1.189.851,66	1.189.851,66	1.189.851,66	1.189.851,66	1.982.091,70	7.931.350,00
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.077.360,00	1.077.360,00	1.077.360,00	1.077.360,00	1.077.360,00	1.795.600,00	7.182.400,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	1.077.360,00	1.077.360,00	1.077.360,00	1.077.360,00	1.077.360,00	1.795.600,00	7.182.400,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.01	Cota-Parte do ICMS - Principal - 60%	646.416,00	646.416,00	646.416,00	646.416,00	646.416,00	1.077.360,00	4.309.440,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.02	Cota-Parte do ICMS - Principal - 25%	269.340,00	269.340,00	269.340,00	269.340,00	269.340,00	448.900,00	1.795.600,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.03	Cota-Parte do ICMS - Principal - 15%	161.604,00	161.604,00	161.604,00	161.604,00	161.604,00	269.340,00	1.077.360,00
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	160.000,00	640.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	160.000,00	640.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.01	Cota-Parte do IPVA - Principal - 60%	57.600,00	57.600,00	57.600,00	57.600,00	57.600,00	96.000,00	384.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.02	Cota-Parte do IPVA - Principal - 25%	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	40.000,00	160.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.03	Cota-Parte do IPVA - Principal - 15%	14.400,00	14.400,00	14.400,00	14.400,00	14.400,00	24.000,00	96.000,00
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	25.000,00	100.000,00

Página: 7/14  
Data: 20/10/2021

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA</b>								
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	3.555.739,45	3.555.739,45	3.555.739,45	4.555.739,45	3.555.739,45	6.372.902,75	25.151.600,00
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.01	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principa	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	25.000,00	100.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.02	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principa	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	15.000,00	60.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.03	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principa	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	6.250,00	25.000,00
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção nc	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	3.750,00	15.000,00
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção r	1.491,66	1.491,66	1.491,66	1.491,66	1.491,66	1.491,70	8.950,00
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	1.491,66	1.491,66	1.491,66	1.491,66	1.491,66	1.491,70	8.950,00
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	68.333,32	68.333,32	68.333,32	68.333,32	68.333,32	68.333,40	410.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Princip	68.333,32	68.333,32	68.333,32	68.333,32	68.333,32	68.333,40	410.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.01	Transporte Escolar Estado - Ensino Fun	68.333,32	68.333,32	68.333,32	68.333,32	68.333,32	68.333,40	410.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.02	Transporte Escolar Estado - Ensino Méd	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,70	160.000,00
4.1.7.5.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,70	250.000,00
4.1.7.5.8.0.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas -	661.333,33	661.333,33	661.333,33	661.333,33	661.333,33	661.333,35	3.968.000,00
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Mani	661.333,33	661.333,33	661.333,33	661.333,33	661.333,33	661.333,35	3.968.000,00
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Mai	661.333,33	661.333,33	661.333,33	661.333,33	661.333,33	661.333,35	3.968.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de M	661.333,33	661.333,33	661.333,33	661.333,33	661.333,33	661.333,35	3.968.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.01	Transferências de Recursos do Fundo d	648.000,00	648.000,00	648.000,00	648.000,00	648.000,00	648.000,00	3.888.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.02	Transferências de Recursos do Fundo d	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,35	80.000,00
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	26.971,30	26.971,30	26.971,30	26.971,30	26.971,30	26.971,62	161.828,12
4.1.9.1.0.0.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	11.687,30	11.687,30	11.687,30	11.687,30	11.687,30	11.687,50	70.124,00
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	8.020,65	8.020,65	8.020,65	8.020,65	8.020,65	8.020,75	48.124,00
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica -	8.020,65	8.020,65	8.020,65	8.020,65	8.020,65	8.020,75	48.124,00
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica -	8.020,65	8.020,65	8.020,65	8.020,65	8.020,65	8.020,75	48.124,00
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.01	Multas Previstas em Legislação Especifi	2.566,66	2.566,66	2.566,66	2.566,66	2.566,66	2.566,70	15.400,00
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.02	Multas Previstas em Legislação Especifi	2.616,66	2.616,66	2.616,66	2.616,66	2.616,66	2.616,70	15.700,00
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.03	Multas Previstas em Legislação Especifi	2.837,33	2.837,33	2.837,33	2.837,33	2.837,33	2.837,35	17.024,00
4.1.9.1.0.06.0.0.00.00.00	Multas por Danos Ambientais	3.666,65	3.666,65	3.666,65	3.666,65	3.666,65	3.666,75	22.000,00
4.1.9.1.0.06.1.0.00.00.00	Multas Administrativas por Danos Ambientais	3.666,65	3.666,65	3.666,65	3.666,65	3.666,65	3.666,75	22.000,00
4.1.9.1.0.06.1.1.00.00.00	Multas Administrativas por Danos Ambientai	3.499,99	3.499,99	3.499,99	3.499,99	3.499,99	3.500,05	21.000,00
4.1.9.1.0.06.1.1.00.00.01	Multas e Infrações Ambientais - Notificaç	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.9.1.0.06.1.1.00.00.02	Multa Ambiental	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
4.1.9.1.0.06.1.2.00.00.00	Multas Administrativas por Danos Ambientai	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.9.2.0.0.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	13.284,02	13.284,02	13.284,02	13.284,02	13.284,02	13.284,02	79.704,12
4.1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	Indenizações	784,02	784,02	784,02	784,02	784,02	784,02	4.704,12
4.1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	784,02	784,02	784,02	784,02	784,02	784,02	4.704,12
4.1.9.2.1.99.1.0.00.00.00	Outras Indenizações	784,02	784,02	784,02	784,02	784,02	784,02	4.704,12
4.1.9.2.1.99.1.1.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	784,02	784,02	784,02	784,02	784,02	784,02	4.704,12
4.1.9.2.1.99.1.1.00.00.01	Indenizações	784,02	784,02	784,02	784,02	784,02	784,02	4.704,12





Página: 9/14  
Data: 20/10/2021

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA</b>								
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.03	(R) Imposto sobre a Propriedade Predial	3.555.739,45	3.555.739,45	3.555.739,45	4.555.739,45	3.555.739,45	6.372.902,75	25.151.600,00
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.03		-1.279,52	-1.279,52	-1.279,52	-1.279,52	-1.279,52	-1.279,52	-7.677,15
9.1.1.2.0.0.0.0.0.0.00.00	Taxas	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,70	-38.500,00
9.1.1.2.8.00.0.0.0.0.00.00	Deduções de Taxas - Específicas de Estados, D	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,70	-38.500,00
9.1.1.2.8.01.0.0.0.0.00.00	Dedução das Taxas de Inspeção, Controle e Fi	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,70	-38.500,00
9.1.1.2.8.01.9.0.0.0.00.00	Dedução das Taxas de Inspeção, Controle e I	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,70	-38.500,00
9.1.1.2.8.01.9.1.00.00.00	Dedução Taxas de Inspeção, Controle e Fis	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,70	-38.500,00
9.1.1.2.8.01.9.1.00.00.01	Dedução Taxa Func. estabel. Com/Indi/F	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,66	-6.416,70	-38.500,00
9.1.7.0.0.0.0.0.0.0.00.00	(R) DEDUCOES RECEITA TRANSFERENCIA COF	-544.623,19	-544.623,19	-544.623,19	-544.623,19	-544.623,19	-870.644,05	-3.593.760,00
9.1.7.1.0.0.0.0.0.0.00.00	(R) Transferências da União e de suas Entidades	-301.546,66	-301.546,66	-301.546,66	-301.546,66	-301.546,66	-501.546,70	-2.009.280,00
9.1.7.1.8.00.0.0.0.0.00.00	(R) Transferências da União - Especifica EM	-301.546,66	-301.546,66	-301.546,66	-301.546,66	-301.546,66	-501.546,70	-2.009.280,00
9.1.7.1.8.01.0.0.0.0.00.00	(R) Participação na Receita da União	-300.213,33	-300.213,33	-300.213,33	-300.213,33	-300.213,33	-500.213,35	-2.001.280,00
9.1.7.1.8.01.2.0.0.0.00.00	(R) Cota-Parte do Fundo de Participação dos I	-300.000,00	-300.000,00	-300.000,00	-300.000,00	-300.000,00	-500.000,00	-2.000.000,00
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do Fundo de Participação dos	-300.000,00	-300.000,00	-300.000,00	-300.000,00	-300.000,00	-500.000,00	-2.000.000,00
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.01	(R) Cota-Parte do Fundo de Participação	-180.000,00	-180.000,00	-180.000,00	-180.000,00	-180.000,00	-300.000,00	-1.200.000,00
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.02	(R) Cota-Parte do Fundo de Participação	-75.000,00	-75.000,00	-75.000,00	-75.000,00	-75.000,00	-125.000,00	-500.000,00
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.03	(R) Cota-Parte do Fundo de Participação	-45.000,00	-45.000,00	-45.000,00	-45.000,00	-45.000,00	-75.000,00	-300.000,00
9.1.7.1.8.01.5.0.0.0.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade I	-213,33	-213,33	-213,33	-213,33	-213,33	-213,35	-1.280,00
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade	-213,33	-213,33	-213,33	-213,33	-213,33	-213,35	-1.280,00
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.01	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propried	-128,00	-128,00	-128,00	-128,00	-128,00	-128,00	-768,00
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.02	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propried	-53,33	-53,33	-53,33	-53,33	-53,33	-53,35	-320,00
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.03	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propried	-32,00	-32,00	-32,00	-32,00	-32,00	-32,00	-192,00
9.1.7.1.8.06.0.0.0.0.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoner	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,35	-8.000,00
9.1.7.1.8.06.1.0.0.0.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoner	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,35	-8.000,00
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desone	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,35	-8.000,00
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.01	Transferência Financeira do ICMS - Des	-800,00	-800,00	-800,00	-800,00	-800,00	-800,00	-4.800,00
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.02	Transferência Financeira do ICMS - Des	-333,33	-333,33	-333,33	-333,33	-333,33	-333,35	-2.000,00
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.03	Transferência Financeira do ICMS - Des	-200,00	-200,00	-200,00	-200,00	-200,00	-200,00	-1.200,00
9.1.7.2.0.0.0.0.0.0.00.00	(R) Transferências dos Estados e do Distrito Fede	-243.076,53	-243.076,53	-243.076,53	-243.076,53	-243.076,53	-369.097,35	-1.584.480,00
9.1.7.2.8.00.0.0.0.0.00.00	(R) Transferências dos Estados - Especifica EM	-243.076,53	-243.076,53	-243.076,53	-243.076,53	-243.076,53	-369.097,35	-1.584.480,00
9.1.7.2.8.01.0.0.0.0.00.00	(R) Participação na Receita dos Estados	-243.076,53	-243.076,53	-243.076,53	-243.076,53	-243.076,53	-369.097,35	-1.584.480,00
9.1.7.2.8.01.1.0.0.0.00.00	(R) Cota-Parte do ICMS	-219.063,20	-219.063,20	-219.063,20	-219.063,20	-219.063,20	-341.164,00	-1.436.480,00
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do ICMS - Principal	-219.063,20	-219.063,20	-219.063,20	-219.063,20	-219.063,20	-341.164,00	-1.436.480,00
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.01	(R) Cota-Parte do ICMS - Principal - 60%	-129.283,20	-129.283,20	-129.283,20	-129.283,20	-129.283,20	-215.472,00	-861.888,00
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.02	(R) Cota-Parte do ICMS - Principal - 25%	-53.868,00	-53.868,00	-53.868,00	-53.868,00	-53.868,00	-89.780,00	-359.120,00
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.03	(R) Cota-Parte do ICMS - Principal - 15%	-35.912,00	-35.912,00	-35.912,00	-35.912,00	-35.912,00	-35.912,00	-215.472,00
9.1.7.2.8.01.2.0.0.0.00.00	(R) Cota-Parte do IPVA	-21.013,33	-21.013,33	-21.013,33	-21.013,33	-21.013,33	-22.933,35	-128.000,00
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do IPVA - Principal	-21.013,33	-21.013,33	-21.013,33	-21.013,33	-21.013,33	-22.933,35	-128.000,00
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.01	(R) Cota-Parte do IPVA - Principal - 60%	-12.800,00	-12.800,00	-12.800,00	-12.800,00	-12.800,00	-12.800,00	-76.800,00

Página: 10/14  
Data: 20/10/2021

## Estado de Santa Catarina PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

### LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA</b>								
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.02	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal - 25%	3.555.739,45	3.555.739,45	3.555.739,45	4.555.739,45	3.555.739,45	6.372.902,75	25.151.600,00
		-5.333,33	-5.333,33	-5.333,33	-5.333,33	-5.333,33	-5.333,35	-32.000,00
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.03	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal - 15%	-2.880,00	-2.880,00	-2.880,00	-2.880,00	-2.880,00	-4.800,00	-19.200,00
9.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios	-3.000,00	-3.000,00	-3.000,00	-3.000,00	-3.000,00	-5.000,00	-20.000,00
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-3.000,00	-3.000,00	-3.000,00	-3.000,00	-3.000,00	-5.000,00	-20.000,00
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.01	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Princ	-1.800,00	-1.800,00	-1.800,00	-1.800,00	-1.800,00	-3.000,00	-12.000,00
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.02	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Princ	-750,00	-750,00	-750,00	-750,00	-750,00	-1.250,00	-5.000,00
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.03	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Princ	-450,00	-450,00	-450,00	-450,00	-450,00	-750,00	-3.000,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA</b>								
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	RECEITAS	305.183,21	305.183,21	305.183,21	305.183,21	305.183,21	421.583,95	1.947.500,00
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Receitas Correntes	305.183,21	305.183,21	305.183,21	305.183,21	305.183,21	421.583,95	1.947.500,00
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	293.183,21	293.183,21	293.183,21	293.183,21	293.183,21	409.583,95	1.875.500,00
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.00	Taxas	3.466,65	3.466,65	3.466,65	3.466,65	3.466,65	3.466,75	20.800,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.00	Taxas - Específicas de Estados, DF e Município	3.466,65	3.466,65	3.466,65	3.466,65	3.466,65	3.466,75	20.800,00
4.1.1.2.8.01.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	3.466,65	3.466,65	3.466,65	3.466,65	3.466,65	3.466,75	20.800,00
4.1.1.2.8.01.1.0.0.0.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	3.466,65	3.466,65	3.466,65	3.466,65	3.466,65	3.466,75	20.800,00
4.1.1.2.8.01.1.1.0.0.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
4.1.1.2.8.01.1.2.0.0.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.1.2.8.01.1.3.0.0.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.1.2.8.01.1.4.0.0.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33	33,35	200,00
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.00	Receita Patrimonial	1.301,60	1.301,60	1.301,60	1.301,60	1.301,60	1.302,00	7.810,00
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.00	Valores Mobiliários	1.301,60	1.301,60	1.301,60	1.301,60	1.301,60	1.302,00	7.810,00
4.1.3.2.1.00.0.0.0.0.00	Juros e Correções Monetárias	1.301,60	1.301,60	1.301,60	1.301,60	1.301,60	1.302,00	7.810,00
4.1.3.2.1.00.1.0.0.0.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.301,60	1.301,60	1.301,60	1.301,60	1.301,60	1.302,00	7.810,00
4.1.3.2.1.00.1.1.0.0.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Prir	1.301,60	1.301,60	1.301,60	1.301,60	1.301,60	1.302,00	7.810,00
4.1.3.2.1.00.1.1.1.0.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Rê	1.134,94	1.134,94	1.134,94	1.134,94	1.134,94	1.135,30	6.810,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.09	Remuneração Depósitos Bancários - Aliê	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.10	Remuneração Depósitos Bancários - PR	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.13	Remuneração de Depósitos Bancários -	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.14	Remuneração de Depósitos Bancários -	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33	33,35	200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.15	Remuneração de Depósitos Bancários -	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33	33,35	200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.16	Remuneração de Depósitos Bancários -	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	300,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.17	Remuneração de Depósitos Bancários -	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.18	Remuneração de Depósitos Bancários -	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.19	Remuneração de Depósitos Bancários -	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.20	Remuneração de Depósitos Bancários -	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.21	Remuneração de Depósitos Bancários -	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.22	Remuneração de Depósitos Bancários -	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33	33,35	200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.23	Remuneração de Depósitos Bancários -	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00

Página: 11/14  
Data: 20/10/2021

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA</b>								
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.24	Remuneração de Depósitos Bancários -	305.183,21	305.183,21	305.183,21	305.183,21	305.183,21	421.583,95	1.947.500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.25	Remuneração de Depósitos Bancários -	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33	33,35	200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.26	Remuneração de Depósitos Bancários -	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.27	Remuneração de Depósitos Bancários -	51,66	51,66	51,66	51,66	51,66	51,70	310,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Rê	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	300,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.02	Remuneração de Depósitos Bancários -	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.00.00	Transferências Correntes	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.7.1.0.0.0.0.0.0.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	287.581,63	287.581,63	287.581,63	287.581,63	287.581,63	403.981,85	1.841.890,00
4.1.7.1.0.0.0.0.0.0.00.00	Transferências da União - Específica E/M	245.914,97	245.914,97	245.914,97	245.914,97	245.914,97	342.315,15	1.571.890,00
4.1.7.1.8.03.0.0.0.0.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único c	245.914,97	245.914,97	245.914,97	245.914,97	245.914,97	342.315,15	1.571.890,00
4.1.7.1.8.03.0.0.0.0.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção	245.914,97	245.914,97	245.914,97	245.914,97	245.914,97	342.315,15	1.571.890,00
4.1.7.1.8.03.1.0.0.0.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Únic	171.099,99	171.099,99	171.099,99	171.099,99	171.099,99	267.500,05	1.123.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.0.0.00.00	SUS União - Incentivo Financeiro APS -	171.099,99	171.099,99	171.099,99	171.099,99	171.099,99	267.500,05	1.123.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.0.0.00.01	SUS União - Agentes Comunitários de S	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,35	125.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.0.0.00.02	SUS União - Incentivo Financeiro da AF	33.750,00	33.750,00	33.750,00	33.750,00	33.750,00	56.250,00	225.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.0.0.00.03	SUS União - Incentivo para Ações Estr	5.666,66	5.666,66	5.666,66	5.666,66	5.666,66	5.666,70	34.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.0.0.00.04	SUS União - Incentivo Financeiro APS -	39.750,00	39.750,00	39.750,00	39.750,00	39.750,00	66.250,00	265.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.0.0.00.05	Transferência de Recursos do SUS - Atençã	71.100,00	71.100,00	71.100,00	71.100,00	71.100,00	118.500,00	474.000,00
4.1.7.1.8.03.2.0.0.0.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenci	53.333,33	53.333,33	53.333,33	53.333,33	53.333,33	53.333,35	320.000,00
4.1.7.1.8.03.2.1.0.0.00.00	SUS União - Procedimentos MAC Hospi	53.333,33	53.333,33	53.333,33	53.333,33	53.333,33	53.333,35	320.000,00
4.1.7.1.8.03.3.0.0.0.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Vigilânc	14.814,99	14.814,99	14.814,99	14.814,99	14.814,99	14.815,05	88.890,00
4.1.7.1.8.03.3.1.0.0.00.00	SUS União - Vigilância Sanitária	14.814,99	14.814,99	14.814,99	14.814,99	14.814,99	14.815,05	88.890,00
4.1.7.1.8.03.3.1.0.0.00.01	SUS União - Vigilância Epidemiológica	1.981,66	1.981,66	1.981,66	1.981,66	1.981,66	1.981,70	11.890,00
4.1.7.1.8.03.3.1.0.0.00.02	SUS União - Vigil. Prev. Controle DST/H	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00
4.1.7.1.8.03.3.1.0.0.00.03	SUS União - Agentes de Combate a En	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
4.1.7.1.8.03.3.1.0.0.00.04	Transferência de Recursos do SUS - Assistê	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	45.000,00
4.1.7.1.8.03.4.0.0.0.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Assist	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.7.1.8.03.4.1.0.0.00.00	SUS União - Farmácia Básica	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.7.1.8.03.4.1.0.0.00.01	Transferências dos Estados e do Distrito Federal	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	61.666,70	270.000,00
4.1.7.2.8.03.0.0.0.0.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Pr	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	61.666,70	270.000,00
4.1.7.2.8.03.1.0.0.0.00.00	Transferência de Recursos do Estado para f	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	61.666,70	270.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.0.0.00.00	SUS Estado - Farmácia Básica	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	61.666,70	270.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.0.0.00.01	SUS Estado - Cofinanciamento Atenção	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.0.0.00.02	SUS Estado - Próteses Dentárias	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	50.000,00	200.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.0.0.00.03	Outras Receitas Correntes	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.00.00		833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00



Página: 13/14  
Data: 20/10/2021

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA</b>		<b>36.316,61</b>	<b>36.316,61</b>	<b>36.316,61</b>	<b>36.316,61</b>	<b>36.316,61</b>	<b>36.316,95</b>	<b>217.900,00</b>
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nac	18.999,99	18.999,99	18.999,99	18.999,99	18.999,99	19.000,05	114.000,00
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.01	FNAS/CRAS	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	45.000,00
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.02	FNAS/IGDBF	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.03	FNAS/SCFV	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	45.000,00
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.04	FNAS/Proteção Social Especial - Piso c	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
4.1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.1.7.2.8.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Princ	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.01	Transf. Recursos FEAS/PROTEÇÃO SC	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.02	Transf. Recursos FEAS/PROTEÇÃO SC	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.03	Transf. Recursos FNAS- FEAS - Prot. Sc	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.9.2.0.0.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	Indenizações	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.9.2.1.99.1.0.00.00.00	Outras Indenizações	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.9.2.1.99.1.1.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.9.2.1.99.1.1.00.00.01	Outras Indenizações	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.01	Outras Restituições	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIAN. ADOLES. ANCHIETA</b>		<b>3.666,65</b>	<b>3.666,65</b>	<b>3.666,65</b>	<b>3.666,65</b>	<b>3.666,65</b>	<b>3.666,75</b>	<b>22.000,00</b>
4.0.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS	3.666,65	3.666,65	3.666,65	3.666,65	3.666,65	3.666,75	22.000,00
4.1.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	3.666,65	3.666,65	3.666,65	3.666,65	3.666,65	3.666,75	22.000,00
4.1.3.0.0.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,40	2.000,00
4.1.3.2.0.0.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,40	2.000,00
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,40	2.000,00
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,40	2.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Prir	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,40	2.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.00	Remuneração Depósitos Bancários Recurs	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.01	Remuneração Depósitos Bancários - Do	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.00	Remuneração Depósitos Bancários Recurs	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.04	Remuneração Depósitos Bancários - Pr	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.7.0.0.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00

Página: 14/14  
Data: 20/10/2021

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIAN. ADOLES. ANCHIETA</b>								
4.1.7.0.00.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	3.666,65	3.666,65	3.666,65	3.666,65	3.666,65	3.666,75	22.000,00
4.1.7.0.00.1.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
4.1.7.0.00.1.1.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Princip	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
4.1.7.0.00.1.1.00.00.01	Transf. de Pessoas Físicas - Doações	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
<b>Entidade: 5 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE</b>								
4.0.0.0.00.0.00.00.00	RECEITAS	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.0.0.00.0.00.00.00	Receitas Correntes	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.0.00.0.00.00.00	Receita Patrimonial	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.0.00.0.00.00.00	Valores Mobiliários	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.1.00.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Prir	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.00	Remuneração Depósitos Bancários Recurs	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.05	Remuneração Depósitos Bancários - Prir	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
<b>TOTAL GERAL:</b>		<b>3.901.072,58</b>	<b>3.901.072,58</b>	<b>3.901.072,58</b>	<b>4.901.072,58</b>	<b>3.901.072,58</b>	<b>6.834.637,10</b>	<b>27.340.000,00</b>

IVAN JOSE CANCI  
Prefeito Municipal

# Angelina

## PREFEITURA

### PORTARIA N° 001/2022

Publicação N° 3520025

Portaria N° 001/2022

"Concede Exoneração."

ROSELI ANDERLE, Prefeita Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município de Angelina;

Resolve:

Conceder exoneração à Isac Hames ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretário Municipal de Administração e Finanças a partir de 03/01/2022.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 04 de janeiro de 2022.

Roseli Anderle  
Prefeita Municipal

### PORTARIA N° 002/2022

Publicação N° 3520027

Portaria N° 002/2022

"Revoga Portaria"

ROSELI ANDERLE, Prefeita Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município de Angelina;

Resolve:

A partir de 03/01/2022 fica revogada a Portaria nº 006/2021 de 04/01/2021 que nomeou Michael Soares para a função de Gestor de Tesouraria da Prefeitura Municipal de Angelina e movimentação de recursos do FUNDEB e Tesoureiro do Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 04 de janeiro de 2022.

Roseli Anderle  
Prefeita Municipal

### PORTARIA N° 003/2022

Publicação N° 3520028

Portaria N° 003/2022

"Nomeia Gestor de Tesouraria e Tesoureiro"

ROSELI ANDERLE, Prefeita Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município de Angelina, combinado com a Lei Complementar nº 041/2020;

Resolve:

Nomear Mayte Mahara Raimundo França ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo para a função de Gestor de Tesouraria da Prefeitura Municipal de Angelina e movimentação de recursos do FUNDEB e Tesoureiro do Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social a partir de 03 de janeiro de 2022.



Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 04 de janeiro de 2022.

Roseli Anderle  
Prefeita Municipal

## **PORTARIA N° 004/2022**

Publicação N° 3520029

Portaria N° 004/2022

Nomeia Secretário Municipal de Administração e Finanças”

ROSELI ANDERLE, Prefeita Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município de Angelina;

Resolve

Nomear Michael Soares para o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças do Município de Angelina, a partir de 03 de janeiro de 2022.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 04 de janeiro de 2022.

Roseli Anderle  
Prefeita Municipal

# Anita Garibaldi

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PUBLICA Nº. 001/2022

Publicação Nº 3521244

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BA4035296F27E3310246BC4F4B813E7C10565306

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade Concorrência Publica nº 001/2022: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra: Pavimentação Asfáltica da SC -390 PERIMETRO UBANO, MUNICIPIO DE ANITA GARIBALDI, SC, conforme Projeto Básico constante no anexo Ao objeto Básico constante no anexo "D".

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 14h00 do dia 04/02/2022.

Abertura: às 14h10 do dia 04/02/2022.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.anitagaribaldi.sc.gov.br](http://www.anitagaribaldi.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta das 09:00 às 12:00 e das 13:30 as 17h ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 04 de Janeiro de 2022.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 069/2021

Publicação Nº 3520731

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2021

REFERENTE: A finalidade da presente dispensa de Chamamento Público é a Celebração de Parceria com a Associação Beneficente Frei Rogério de Anita Garibaldi/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 15.281.509/0001-27, na cidade de Anita Garibaldi/SC, por meio da formalização da parceria, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento, no valor total de R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais), a ser repassado por mês o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no dia 10 de cada mês, com vigência de 01/01/2022 a 31/12/2022, sendo para Custeio e Manutenção da Associação Beneficente Frei Rogério para aquisição de materiais, medicamentos, alimentos, luz, INSS, FGTS, internet, materiais para escritório, impressos da gráfica, taxa de coleta de lixo, sistema de informação, contabilidade, gases medicinais, gás para cozinha, materiais e produtos de limpeza, materiais e produtos de lavanderia, manutenção preventiva de equipamentos de pronto socorro e unidade de internação, compra de uniformes para os colaboradores, para atendimento médico 24 horas plantão presencial, laboratório 24 horas por dia, finais de semana e feriados, sobreaviso da radiologia 24 horas por dia, finais de semana e feriados.

RESUMO: Termo de Fomento com a Associação Beneficente Frei Rogério de Anita Garibaldi/SC.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal resumem-se num único objetivo, o bem da coletividade, todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo município, necessitando para atingir o bem comum, estabelecer parcerias com as Organizações da Sociedade Civil. É preciso valorizar essas parcerias com o Terceiro Setor, em destaque com a Associação Esportiva e Recreativa Região dos Lagos, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza e está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Diante do exposto, conforme apresentado a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30, inciso VI, da Lei 13.019/2014 e suas alterações, encaminhadas ao Prefeito Municipal sugerindo a referida parceria com Dispensa do Chamamento. Após estes procedimentos poderá ser efetivada a assinatura do Termo de Fomento, art. 17 da Lei 13.019/2014 e suas alterações posteriores, mediante Parecer da Assessoria Jurídica do Município e Autorização do Prefeito.

Anita Garibaldi/SC, 23 de dezembro de 2021.

COMISSÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO

Letícia Teles Gonçalves Amanda Teiná Detoffol Varela

Luiz Otávio dos Santos Samanta Reolon Américo Daniela Fontana Teles

ASSESSORIA JURÍDICA – A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Anita Garibaldi/SC, 23/12/2021.

Assessor Jurídico: Pâmela Maria Bergamo \_\_\_\_\_

**AUTORIZAÇÃO** – Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes. Publique-se um extrato da justificativa e após cinco dias, ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Anita Garibaldi/SC, 23/12/2021..

Prefeito Municipal: João Cidinei da Silva \_\_\_\_\_

Publicado o presente extrato da dispensa do chamamento público nº 05/2021, aos 23/12/2021.

## **EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 070/2021**

Publicação Nº 3520743

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2021

REFERENTE: A finalidade da presente dispensa de Chamamento Público é a Celebração de Parceria com a Associação Beneficente Frei Rogério de Anita Garibaldi/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 15.281.509/0001-27, na cidade de Anita Garibaldi/SC, por meio da formalização da parceria, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento, no VALOR TOTAL: R\$ 828.000,00 (Oitocentos e vinte e oito mil reais), sendo o VALOR MENSAL: De janeiro a junho/2022 R\$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais) e o VALOR MENSAL: De julho a dezembro/2022 R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais), no dia 10 de cada mês, com vigência de 01/01/2022 a 31/12/2022, sendo para Atendimento Médico (PRESENCIAL) a toda "População Anitense" no Pronto Socorro para Urgência e Emergência, sendo triados conforme o protocolo do Ministério da Saúde conforme a portaria nº 1.600/GM/MS e Resolução do CFM nº 2079 de 2014, e em regime presencial na Instituição Associação Beneficente 24 horas por dia, finais de semana e feriados. Os atendimentos ambulatoriais serão realizados na Associação Beneficente Frei Rogério fora do horário de funcionamento da Unidade Básica, finais de semana e feriados. Durante o horário de atendimento da UBS os atendimentos considerados ambulatoriais, serão acolhidos e contra referenciados para serem atendidos na Unidade Básica, conforme determina as normas do Ministério da Saúde e as Políticas de Saúde.

RESUMO: Termo de Fomento com a Associação Associação Beneficente Frei Rogério de Anita Garibaldi/SC.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal resumem-se num único objetivo, o bem da coletividade, todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo município, necessitando para atingir o bem comum, estabelecer parcerias com as Organizações da Sociedade Civil. É preciso valorizar essas parcerias com o Terceiro Setor, em destaque com a Associação Esportiva e Recreativa Região dos Lagos, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza e está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Diante do exposto, conforme apresentado a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30, inciso VI, da Lei 13.019/2014 e suas alterações, encaminhadas ao Prefeito Municipal sugerindo a referida parceria com Dispensa do Chamamento. Após estes procedimentos poderá ser efetivada a assinatura do Termo de Fomento, art. 17 da Lei 13.019/2014 e suas alterações posteriores, mediante Parecer da Assessoria Jurídica do Município e Autorização do Prefeito.

Anita Garibaldi/SC, 23 de dezembro de 2021.

## **COMISSÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO**

Letícia Teles Gonçalves Amanda Teiná Detoffol Varela

Luiz Otávio dos Santos Samanta Reolon Américo Daniela Fontana Teles

**ASSESSORIA JURÍDICA** – A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Anita Garibaldi/SC, 23/12/2021.

Assessor Jurídico: Pâmela Maria Bergamo \_\_\_\_\_

**AUTORIZAÇÃO** – Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes. Publique-se um extrato da justificativa e após cinco dias, ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Anita Garibaldi/SC, 23/12/2021.

Prefeito Municipal: João Cidinei da Silva \_\_\_\_\_

Publicado o presente extrato da dispensa do chamamento público nº 06/2021, aos 23/12/2021.

# Anitápolis

## PREFEITURA

### CONTRATO 01/2022 ACT

Publicação Nº 3519733

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

#### CONTRATO Nº 01/2022

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora SOLANGE BACK, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o nº 790.161.709-87, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 125, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora FERNANDA MAYER BOING, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 088.155.359-00, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.709.506, residente e domiciliada na Rodovia SC 108, s/n, Rio dos Pinheiros, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de Professora, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/01/2022, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes ou ainda da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de Professora, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

#### CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada de 20 (vinte) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 03 de janeiro de 2022.

Solange Back  
Prefeita Municipal

Fernanda Mayer Boing  
Contratada

**CONTRATO 02/2022 ACT**

Publicação Nº 3519742

**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO****CONTRATO Nº 02/2022**

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora SOLANGE BACK, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o nº 790.161.709-87, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 125, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora LAURA BACK FERNANDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 095.896.179-48, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.709.451, residente e domiciliada na Rua Vereador Tarcísio Fernandes, s/n, Vila Antônio David, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de Professora, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado até 31/01/2022, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes ou ainda da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de Professora, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO**

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

**CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O Contratado cumprirá jornada de 20 (vinte) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 03 de janeiro de 2022.

Solange Back  
Prefeita Municipal

Laura Back Fernandes  
Contratada

**CONTRATO 03/2022 ACT**

Publicação Nº 3519747

**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO****CONTRATO Nº 03/2022**

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora SOLANGE BACK, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o nº 790.161.709-87, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 125, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora BIANCA DAVID DE FREITAS, brasileira, Casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 054.241.069-94, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.509.357, residente e domiciliada na Rua Padre Raulino Deschamps, s/n, Vila Antônio David, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de Professora, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado até 31/01/2022, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes ou ainda da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de Professora, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

#### CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada de 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 03 de janeiro de 2022.

Solange Back  
Prefeita Municipal

Bianca David de Freitas  
Contratada

### CONTRATO 04/2022 ACT

Publicação Nº 3519751

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

#### CONTRATO Nº 04/2022

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora SOLANGE BACK, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o nº 790.161.709-87, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 125, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora MARIA MAI STEFFENS, brasileira, Casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 045.264.619-70, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.540.978, residente e domiciliada na Rodovia SC 108, s/n, Rio Alfa, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de Professora, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.



**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado até 31/01/2022, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes ou ainda da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de Professora, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO**

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

**CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O Contratado cumprirá jornada de 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 03 de janeiro de 2022.

Solange Back  
Prefeita Municipal

Maria Mai Steffens  
Contratada

**PORTARIA 007/2022**

Publicação Nº 3519576

PORTARIA Nº 007/2022  
CONCEDE LICENÇA

A Prefeita Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferida pela Lei nº 504/00 de 28.12.2000, e pela Seção II, Art. 97, Inciso I da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16.12.2004.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido a servidora REGINA PESSOA HAVEROT, matrícula nº 523, ocupante do cargo de Servente/Merendeira do quadro permanente de pessoal desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, licença de suas atividades profissionais pelo período previsto de 90 (noventa) dias para tratamento de saúde, conforme Laudo Pericial anexo, firmado por junta médica oficial do município, nomeados através da nomeados através da Portaria nº 085/2020 de 21.08.2020, a partir de 15 de novembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Município de Anitápolis, 04 de janeiro de 2022.

Solange Back  
Prefeita Municipal

### **REABERTURA DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO 044/2021**

Publicação N° 3520278

REABERTURA DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS N° 044/2021 – Será realizada no dia 10/01/2022, às 09:00 horas, na Sala de reuniões de licitações, no endereço: Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis. FONE: (48) 3256-0188. site: [www.anitapolis.sc.gov.br](http://www.anitapolis.sc.gov.br).Email: [licita@anitapolis.sc.gov.br](mailto:licita@anitapolis.sc.gov.br),

Anitápolis, 04/01/2022.

Rogério Meyer – Secretária Municipal de Educação.

**Antônio Carlos****PREFEITURA****AVISO DE ALTERAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 269/2021 EDITAL DE LEILÃO 001/2021**

Publicação Nº 3519762

**AVISO DE ALTERAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 269/2021  
EDITAL DE LEILÃO 001/2021

OBJETO: Leilão Público Online Eletrônico Via Rede Mundial De Computadores, de bens móveis inservíveis constantes no Anexo I deste Edital (veículos e sucatas em geral).

Após análise do edital, verificou-se haver uma inconsistência no anexo I. Desta forma, emite-se esta errata acrescentando mais 3 itens no leilão.

Será publicado um novo edital com as alterações do lote 10.

LEIA-SE:

LOTE 10:

Patrimônio 7123 – Cadeira Fixa 4 Pés; Patrimônio 2173 - Computador Positivo Cor Preta, Pentium Dual Core 2,00 Ghz, 300 Gb Ram, Hdd 40 Gb; Patrimônio 2174 - Computador Positivo Cor Preta, Pentium Dual Core 2,00 Ghz, 300 Gb Ram, Hdd 40 Gb.

Em virtude de a mudança não alterar a confecção dos lances, e tendo prazo burocrático o dia do leilão permanece inalterado, permanecendo dia 24 de janeiro de 2022.

Antônio Carlos/SC, 04 de janeiro de 2022

Mirlene Manes

Presidente da Comissão de Licitações

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022**

Publicação Nº 3519575

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo n. 004/2022; Pregão Eletrônico n. 004/2022; Tipo: Registro de preços; menor preço por Item. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para atendimentos do Programa de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Data da sessão: Dia 17 de janeiro de 2022. Horário: 09h00min. Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações Municipal, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico [licitacao@antoniocarlos.sc.gov](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov)

Antônio Carlos/SC, 04 de janeiro de 2022

FILIPPE ALEXANDRE SCHMITZ

Prefeito Municipal em exercício

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2022**

Publicação Nº 3519669

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo n. 010/2022; Pregão Presencial n. 009/2022; Tipo: Registro de preços; Menor preço por Item. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para a aquisição de termômetro culinário, estufa de aquecimento e saco de amostra para serem utilizados na cozinha das escolas da rede de ensino do Município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes: Dia 25 de janeiro de 2022, até as 08h30min, no Setor de Protocolos da Prefeitura de Antônio Carlos/SC. Abertura da sessão: Dia 25 de janeiro de 2022, as 09h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações Municipal, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos/SC, 04 de janeiro de 2022

FILIPPE ALEXANDRE SCHMITZ

Prefeito Municipal em exercício

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 001/2022- PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2022**

Publicação Nº 3519571

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo n. 001/2022; Pregão Presencial n. 002/2022; Tipo: Registro de preços; Menor preço por Item. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição de 1 (um) par de tabela de basquete móvel e hidráulica para uso na Escola Municipal Dom Afonso Niehues pertencente a secretária de Educação do Município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes: Dia 17 de janeiro de 2022, até as 08h30min, no Setor de Protocolos da Prefeitura de Antônio Carlos/SC. Abertura da sessão: Dia 17 de janeiro de 2022, as 09h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações Municipal, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos/SC, 03 de janeiro de 2022

FILIPE ALEXANDRE SCHMITZ  
Prefeito Municipal em exercício

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2022 - PREGÃO PRESENCIAL N. 006/2022**

Publicação Nº 3519584

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo n. 006/2022; Pregão Presencial n. 006/2022; Tipo: Registro de preços; Menor preço por Lote. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para melhorias em escolas municipais com a execução de tela de proteção na quadra de esportes do CEIM Coração De Jesus e execução de alambrado para fechamento do muro e fechamento da quadra de esportes com rede em fio de seda no Núcleo Escolar Municipal Raulino Reitz do município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes: Dia 26 de janeiro de 2022, até as 13h30min, no Setor de Protocolos da Prefeitura de Antônio Carlos/SC. Abertura da sessão: Dia 26 de janeiro de 2022, as 14h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações Municipal, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos/SC, 04 de janeiro de 2022

FILIPE ALEXANDRE SCHMITZ  
Prefeito Municipal em exercício

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 007/2022 - CHAMAMENTO PÚBLICO N. 001/2022**

Publicação Nº 3519588

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo n. 007/2022; Chamamento Público n. 001/2022; Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e do Microempreendedor Familiar Rural para a merenda escolar ofertada aos alunos da rede de ensino do Município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes e abertura: Até dia 28 de janeiro de 2022, as 09h00min, na sede desta Prefeitura. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações do Município de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos/SC, 04 de janeiro de 2022

FILIPE ALEXANDRE SCHMITZ  
Prefeito Municipal em exercício

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 008/2022 - PREGÃO PRESENCIAL N. 007/2022**

Publicação Nº 3519602

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo n. 008/2022; Pregão Presencial n. 007/2022; Tipo: Registro de preços; Menor preço por Lote. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de inspeção veicular e deter dos veículos pertencentes à frota de transporte escolar do Município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes: Dia 20 de janeiro de 2022, até as 13h30min, no Setor de Protocolos da Prefeitura de Antônio Carlos/SC. Abertura da sessão: Dia 20 de janeiro de 2022, as 14h00min, na Sala

de Licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações Municipal, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos/SC, 04 de janeiro de 2022

FILIPPE ALEXANDRE SCHMITZ  
Prefeito Municipal em exercício

## **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 009/2022 - PREGÃO PRESENCIAL N. 008/2022**

Publicação Nº 3519618

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo n. 009/2022; Pregão Presencial n. 008/2022; Tipo: Registro de preços; Menor preço por Item. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para a aquisição de material esportivo a ser utilizado nas aulas das modalidades esportivas oferecidas pela Secretaria de Esportes, Turismo, Indústria e Comércio do Município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes: Dia 24 de janeiro de 2022, até as 08h30min, no Setor de Protocolos da Prefeitura de Antônio Carlos/SC. Abertura da sessão: Dia 24 de janeiro de 2022, as 09h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações Municipal, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos/SC, 04 de janeiro de 2022

FILIPPE ALEXANDRE SCHMITZ  
Prefeito Municipal em exercício

## **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.002/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO N. 002/2022**

Publicação Nº 3519574

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo n. 002/2022; Pregão Eletrônico n. 002/2022; Tipo: Registro de preços; menor preço por Item. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição parcelada de quadro branco e armários para uso nas escolas da Rede de Ensino Infantil e Fundamental da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Data da sessão: Dia 27 de janeiro de 2022. Horário: 09h00min. Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações Municipal, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico [licitacao@antoniocarlos.sc.gov](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov).

Antônio Carlos/SC, 03 de janeiro de 2022

FILIPPE ALEXANDRE SCHMITZ  
Prefeito Municipal em exercício

## **AVISO DE LICITAÇÃO- PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 005/2022 - PREGÃO PRESENCIAL N. 005/2022**

Publicação Nº 3519582

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo n. 005/2022; Pregão Presencial n. 005/2022; Tipo: Registro de preços; Menor preço por Item. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição parcelada de livros didáticos de língua estrangeira (inglês) para os alunos do ensino fundamental da rede de ensino do Município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes: Dia 17 de janeiro de 2022, até as 13h30min, no Setor de Protocolos da Prefeitura de Antônio Carlos/SC. Abertura da sessão: Dia 17 de janeiro de 2022, as 14h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações Municipal, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos/SC, 03 de janeiro de 2022

FILIPPE ALEXANDRE SCHMITZ  
Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA N 003/2022**

Publicação Nº 3520739

PORTARIA Nº 003/2022

DISPÕE A RESPEITO DA NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2021, PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO 20H, DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Prefeito Municipal em Exercício, Filipe Alexandre Schmitz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo os(a) candidatos(a) abaixo relacionados(a), aprovados(a) no Concurso Público nº 01/2021, do Poder Executivo Municipal de Antônio Carlos - SC, em virtude da Homologação de seu resultado (Decreto n. 160/2021) publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), Edição nº 3662 de 26 de outubro de 2021, obedecida a ordem de classificação, consoante o seguinte quadro geral:

Inscrição	Nome	Classif.	Cargo
647	IGOR MÁRCIO BARBOSA COUTINHO	2º	MÉDICO 20H

Art. 2º - Os(a) candidatos(a) nomeados(a), na forma do artigo 1º, ficam desde já convocados(a) para tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), iniciando o exercício de suas funções, desde que considerados aptos no exame médico de caráter eliminatório segundo o disposto no item 2 do Edital nº 01/2021, cumpridas as formalidades legais relativas à comprovação dos requisitos mínimos para investidura, nomeação e posse, por meio de declarações e documentações; bem como mediante a entrega dos documentos indispensáveis ao Ato da Admissão constantes do Anexo VI, da Instrução Normativa N.TC-11/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), a saber:

**I. Comprovação relativa a:**

- a) nacionalidade brasileira;
- b) gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor);
- c) quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- d) quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- e) idade mínima de 18 anos;
- f) habilitação exigida no edital;

**II. Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público;****III. Informação concernente aos dados pessoais como: CPF, RG, número do PIS/PASEP;****IV. Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional;****V. Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;****VI. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;****VII. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;****VIII. Comprovante de endereço;****IX. Declaração de bens;****X. Exame médico de aptidão física e mental comprovada por junta médica oficial;****XI. Foto 3x4.**

Art. 3º - O não comparecimento dos(a) candidatos(a) nomeados(a) ou a não apresentação de justificativa, bem como o não cumprimento dos requisitos mínimos exigidos no artigo 2º, implica automaticamente na nulidade de sua nomeação, com a perda dos direitos decorrentes daquela.

Art. 4º - Além da convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), para os fins e efeitos legais, a relação dos convocados de que trata o artigo 1º será divulgada no sítio eletrônico do Município Antônio Carlos - SC, no endereço [http:// www.antoniocarlos.sc.gov.br/](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br/).

Art. 5º - Os nomeados e empossados submeter-se-ão ao Regime Jurídico Único, Estatuto dos Servidores do Município de Antônio Carlos - SC, e demais Leis e Regulamentos municipais em vigor no Município de Antônio Carlos - SC, inclusive quanto às atribuições e vencimentos.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Antônio Carlos - SC, 04 de janeiro de 2022.

Filipe Alexandre Schmitz  
Prefeito em Exercício

Publicado no DOM em: 05 de janeiro de 2022.

**PORTARIA N 004/2022**

Publicação Nº 3520751

PORTARIA Nº 004/2022

DISPÕE A RESPEITO DA NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2021, PARA PROVI-  
MENTO DE CARGO EFETIVO DE FONOAUDIÓLOGO, DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Prefeito Municipal em Exercício, Filipe Alexandre Schmitz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da  
Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo os(a) candidatos(a) abaixo relacionados(a), aprovados(a) no Concurso Público nº 01/2021, do Poder  
Executivo Municipal de Antônio Carlos - SC, em virtude da Homologação de seu resultado (Decreto n. 160/2021) publicada no Diário Oficial  
dos Municípios (DOM-SC), Edição nº 3662 de 26 de outubro de 2021, obedecida a ordem de classificação, consoante o seguinte quadro geral:

Inscrição	Nome	Classif.	Cargo
842	EDUARDA ANZOLIN PEREIRA	1º	FONOAUDÍLOGO

Art. 2º - Os(a) candidatos(a) nomeados(a), na forma do artigo 1º, ficam desde já convocados(a) para tomar posse no prazo de 30 (trinta)  
dias, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), iniciando o exercício de suas funções, desde que  
considerados aptos no exame médico de caráter eliminatório segundo o disposto no item 2 do Edital nº 01/2021, cumpridas as formalidades  
legais relativas à comprovação dos requisitos mínimos para investidura, nomeação e posse, por meio de declarações e documentações;  
bem como mediante a entrega dos documentos indispensáveis ao Ato da Admissão constantes do Anexo VI, da Instrução Normativa N.TC-  
11/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), a saber:

I. Comprovação relativa a:

- a) nacionalidade brasileira;
- b) gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor);
- c) quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- d) quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- e) idade mínima de 18 anos;
- f) habilitação exigida no edital;

II. Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público;

III. Informação concernente aos dados pessoais como: CPF, RG, número do PIS/PASEP;

IV. Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional;

V. Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;

VI. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a  
carga horária;

VII. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;

VIII. Comprovante de endereço;

IX. Declaração de bens;

X. Exame médico de aptidão física e mental comprovada por junta médica oficial;

XI. Foto 3x4.

Art. 3º - O não comparecimento dos(a) candidatos(a) nomeados(a) ou a não apresentação de justificativa, bem como o não cumprimento  
dos requisitos mínimos exigidos no artigo 2º, implica automaticamente na nulidade de sua nomeação, com a perda dos direitos decorrentes  
daquela.

Art. 4º - Além da convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), para os fins e efeitos legais, a relação dos convocados  
de que trata o artigo 1º será divulgada no sítio eletrônico do Município Antônio Carlos - SC, no endereço [http:// www.antoniocarlos.  
sc.gov.br/](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br/).

Art. 5º - Os nomeados e empossados submeter-se-ão ao Regime Jurídico Único, Estatuto dos Servidores do Município de Antônio Carlos –  
SC, e demais Leis e Regulamentos municipais em vigor no Município de Antônio Carlos – SC, inclusive quanto às atribuições e vencimentos.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Antônio Carlos – SC, 04 de janeiro de 2022.

Filipe Alexandre Schmitz  
Prefeito em Exercício

Publicado no DOM em: 05 de janeiro de 2022.



**PORTARIA N 005/2022**

Publicação Nº 3520755

PORTARIA Nº 005/2022

DISPÕE A RESPEITO DA NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2021, PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO VETERINÁRIO, DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Prefeito Municipal em Exercício, Filipe Alexandre Schmitz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo os(a) candidatos(a) abaixo relacionados(a), aprovados(a) no Concurso Público nº 01/2021, do Poder Executivo Municipal de Antônio Carlos - SC, em virtude da Homologação de seu resultado (Decreto n. 160/2021) publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), Edição nº 3662 de 26 de outubro de 2021, obedecida a ordem de classificação, consoante o seguinte quadro geral:

Inscrição	Nome	Classif.	Cargo
792	ELAINE DOS SANTOS HEBERLE	1º	MÉDICO VETERINÁRIO

Art. 2º - Os(a) candidatos(a) nomeados(a), na forma do artigo 1º, ficam desde já convocados(a) para tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), iniciando o exercício de suas funções, desde que considerados aptos no exame médico de caráter eliminatório segundo o disposto no item 2 do Edital nº 01/2021, cumpridas as formalidades legais relativas à comprovação dos requisitos mínimos para investidura, nomeação e posse, por meio de declarações e documentações; bem como mediante a entrega dos documentos indispensáveis ao Ato da Admissão constantes do Anexo VI, da Instrução Normativa N.TC-11/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), a saber:

**I. Comprovação relativa a:**

- a) nacionalidade brasileira;
- b) gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor);
- c) quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- d) quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- e) idade mínima de 18 anos;
- f) habilitação exigida no edital;

**II. Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público;****III. Informação concernente aos dados pessoais como: CPF, RG, número do PIS/PASEP;****IV. Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional;****V. Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;****VI. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;****VII. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;****VIII. Comprovante de endereço;****IX. Declaração de bens;****X. Exame médico de aptidão física e mental comprovada por junta médica oficial;****XI. Foto 3x4.**

Art. 3º - O não comparecimento dos(a) candidatos(a) nomeados(a) ou a não apresentação de justificativa, bem como o não cumprimento dos requisitos mínimos exigidos no artigo 2º, implica automaticamente na nulidade de sua nomeação, com a perda dos direitos decorrentes daquela.

Art. 4º - Além da convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), para os fins e efeitos legais, a relação dos convocados de que trata o artigo 1º será divulgada no sítio eletrônico do Município Antônio Carlos - SC, no endereço <http://www.antoniocarlos.sc.gov.br/>.

Art. 5º - Os nomeados e empossados submeter-se-ão ao Regime Jurídico Único, Estatuto dos Servidores do Município de Antônio Carlos - SC, e demais Leis e Regulamentos municipais em vigor no Município de Antônio Carlos - SC, inclusive quanto às atribuições e vencimentos.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Antônio Carlos - SC, 04 de janeiro de 2022.

Filipe Alexandre Schmitz  
Prefeito em Exercício

Publicado no DOM em: 05 de janeiro de 2022.

**TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 178/2018**

Publicação Nº 3520772

**TERMO ADITIVO****TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 178/2018**

Terceiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES E PESQUISAS CLÍNICAS CONTINENTE LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.331.480/0008-41, com sede na Avenida João Antônio Besen, 420, Sala 02, Antônio Carlos/SC, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que tem como objeto a “prestação de serviços na realização de exames laboratoriais relacionados nos Anexos I e II do Edital de Credenciamento, para pacientes do Município de Antônio Carlos encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante agendamento prévio ou não”, conforme Processo Administrativo nº 036/2017, Edital de Chamamento Público nº 002/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, o prazo anunciado na Cláusula Oitava do Contrato nº 178/2018, cujo novo vencimento será no dia 22 de novembro de 2022.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 19 de novembro de 2021.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	LABORATÓRIO DE ANÁLISES E PESQUISAS CLÍNICAS CONTINENTE LTDA - EPP
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:



**DECRETO Nº 209/2021**

Publicação Nº 3520182

**DECRETO Nº 000209/21 de 23 de Dezembro de 2021**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001677/20 de 15 de Dezembro de 2020.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.318,12 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.366.0006.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

2.318,12

**Art 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação

2.318,12

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Dezembro de 2021**

\_\_\_\_\_  
**GERALDO PAULI**  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 210/2021**

Publicação Nº 3520188

**DECRETO Nº 000210/21 de 23 de Dezembro de 2021**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001677/20 de 15 de Dezembro de 2020.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 89,88 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.366.0006.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

89,88

**Art 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação

89,88

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Dezembro de 2021**

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 211/2021**

Publicação Nº 3520192

**DECRETO Nº 000211/21 de 23 de Dezembro de 2021**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001677/20 de 15 de Dezembro de 2020.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.594,67 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01.08.243.0001.2.002-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	362,10
04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS	
04.02.12.365.0006.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	4.964,52
04.02.12.361.0006.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	133,61
05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	
05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.03.08.244.0008.2.015-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	134,44

**Art. 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	
05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.03.08.244.0008.2.015-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	134,44
Excesso de arrecadação	5.460,23

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Dezembro de 2021**

\_\_\_\_\_  
**GERALDO PAULI**  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 212/2021**

Publicação Nº 3520195

**DECRETO Nº 000212/21 de 23 de Dezembro de 2021**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001677/20 de 15 de Dezembro de 2020.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.974,21 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0012.2.030-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

8.974,21

**Art. 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0012.2.030-3.1.91.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

8.974,21

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Dezembro de 2021**

\_\_\_\_\_  
**GERALDO PAULI**

**Prefeito Municipal**

# Arabutã

## PREFEITURA

**3095**

Publicação Nº 3519387

DECRETO Nº 3095 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

ESTABELECE O VALOR DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – UFRM PARA O EXERCÍCIO DE 2022 OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LEANI KAPP SCHMITT, PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e art. 221 da Lei Complementar nº 15/1993, de 16 de dezembro de 1993, que institui o Código Tributário de Município e dá Outras Providências,

Considerando o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM do exercício 2021;

Considerando o percentual de 10,96 % do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo IBGE, relativo aos meses de dezembro de 2020 a novembro de 2021;

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido o valor de R\$ 190,84 (cento e noventa reais, oitenta e quatro centavos) para a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM no exercício de 2022.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Arabutã - SC, 03 de janeiro de 2022.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita Municipal

Jaíne Wallmann da Silva  
Responsável Pelas Publicações

3096

Publicação Nº 3519393

**DECRETO Nº 3096, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.**

**CORRIGE OS VALORES DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL E DAS MULTAS DECORRENTES DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS, CONFORME ANEXOS I E II DA LEI MUNICIPAL Nº 213, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**LEANI KAPP SCHMITT**, PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e art. 55, da lei Municipal nº 213, de 31 de dezembro de 2001,

Considerando o percentual de 10,96% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo IBGE, relativo aos meses de dezembro de 2020 a novembro de 2021;

**DECRETA**

**Art. 1º** Os valores constantes do Anexo I – Atos de Vigilância Sanitária Municipal e Anexo II – Multas Decorrentes de Infrações Sanitárias, ambos da Lei Municipal nº 213, de 31 de janeiro de 2001, serão reajustados em 10,96%, nos termos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo IBGE, relativo aos meses de dezembro de 2020 a novembro de 2021, cujos valores passa vigorar conforme Anexos I e II deste Decreto.

**Parágrafo único.** Os valores reajustados, conforme este artigo, vigorarão em todo o exercício de 2022.

**Art. 2º** O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogado Decreto Nº 2.748/2021 e demais disposições em contrário.

**Arabutã - SC, 03 de janeiro de 2021.**

**LEANI KAPP SCHMITT**  
**Prefeita Municipal**

**Jaine Wallmann da Silva**  
Responsável Pelas Publicações



**ANEXO I**  
**ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL**  
 (Lei Municipal nº 213, de 31 de dezembro de 2001)

Codificação	Identificação do Ato e Valor	Valor em R\$
<b>1</b>	<b>ALVARÁ SANITÁRIO (Art. 31, III, da lei nº 213/2001)</b>	
<b>11</b>	<b>INDÚSTRIA DE ALIMENTOS</b>	
111	De Maior Risco Epidemiológico	905,23
112	De Menor Risco Epidemiológico	591,42
<b>12</b>	<b>LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS</b>	
<b>121</b>	<b>De Maior Risco Epidemiológico</b>	
12101	Açougue	305,79
12102	Casa de Carnes	175,08
12103	Cantina Escolar	65,68
12104	Casa de Sucos/Caldo de Cana e Similares	65,68
12105	Comércio Atacadista e/ou Depósito de Produtos Perecíveis	472,88
12106	Confeitaria	218,87
12107	Cozinha de Escolas	175,08
12108	Lanchonete/Café Colonial	175,08
12109	Mercado/Supermercado	131,34
12110	Mercearia/Armazém	131,34
12111	Padaria/Panificadora	218,87
12112	Pastelaria	131,34
12113	Pizzaria	218,87
12114	Restaurante/Buffer/Churrascaria	305,79
12115	Sorveteria	131,34
12199	Congêneres	175,08
<b>122</b>	<b>De Menor Risco Epidemiológico</b>	
12201	Bar/Boate	131,34
12202	Depósito de Bebidas	131,34
12203	Depósito de Frutas e Verduras	131,34
12204	Quitanda de Frutas e Verduras	58,41
12299	Congêneres	131,34
<b>13</b>	<b>INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE</b>	
<b>131</b>	<b>De Maior Risco Epidemiológico</b>	
13101	Agrotóxicos	875,86
13102	Cosméticos Perfumes e Produtos de Higiene	875,86
13103	Produtos Farmacêuticos	875,86
13104	Produtos de uso Laboratorial	875,86
13105	Produtos de uso Médico/Hospitalar	875,86



13106	Produtos de uso Odontológico	875,86
13199	Congêneres	875,86
<b>132</b>	<b>De Menor Risco Epidemiológico</b>	
13201	Produtos Veterinários	591,42
13299	Congêneres	591,42
<b>14</b>	<b>COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE</b>	
<b>141</b>	<b>De Maior Risco Epidemiológico</b>	
14101	Agrotóxicos	591,42
14102	Comércio e Distribuição de Medicamentos	591,42
14103	Comércio e Distribuição de Produtos Odontológicos	591,42
14104	Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários	591,42
14105	Comércio e Distribuição de Saneantes/domissanitários	591,42
14106	Produtos Químicos	591,42
14199	Congêneres	591,42
<b>142</b>	<b>De Menor Risco Epidemiológico</b>	
14201	Alimentação animal – ração e supletivos	352,85
14202	Com. E Dist. de Cosméticos, Perfumes e Produtos de Higiene	352,85
14203	Próteses	352,85
14204	Sementes Seleccionadas e Mudas	352,85
14299	Congêneres	352,85
<b>15</b>	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE</b>	
<b>151</b>	<b>De Maior Risco Epidemiológico</b>	
15101	Ambulatório Médico	352,85
15102	Ambulatório Odontológico	352,85
15103	Ambulatório Veterinário	175,08
15104	Clínica Médica	591,42
15105	Clínica Veterinária	352,85
15106	Farmácia	591,42
15107	Drogaria	591,42
15108	Hospital Geral	591,42
15109	Laboratório de Análises Clínicas	591,42
<b>152</b>	<b>De Menor Risco Epidemiológico</b>	
15201	Clínica de Fisioterapia e/ou Reabilitação	462,98
15202	Clínica de Odontologia	462,98
15203	Consultório Médico	352,85
15204	Consultório Odontológico	3570,69
15205	Consultório Veterinário	352,85
15206	Estabelecimento de Massagem	352,85
15207	Laboratório de Prótese Dentária	352,85





15208	Ótica	175,08
15299	Congêneres	175,08
<b>16</b>	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE</b>	
<b>161</b>	<b>De Maior Risco Epidemiológico</b>	
16101	Escola de Natação e Similares	352,85
16102	Estabelecimento de Ensino – Maternal, Educação Infantil, Creche	352,85
16103	Estabelecimento de Ensino – Educação Básica	352,85
16104	Sauna	352,85
16199	Congêneres	352,85
<b>162</b>	<b>De Menor Risco Epidemiológico</b>	
16201	Academia de Ginástica	175,08
16202	Barbearia	65,68
16203	Casa de Espetáculo – Discoteca, Baile e Similares	305,79
16204	Estação de Tratamento de Água para Abastecimento Público	591,42
16205	Estética Facial/Maquagem	160,60
16206	Hotel – por cômodo	43,73
16207	Motel – por cômodo	43,73
16208	Pensão – por cômodo	21,85
16209	Posto de Combustível/Lubrificante	175,08
16210	Oficina Mecânica	131,34
16211	Salão de Beleza/Manicura/Cabeleireiro	131,34
16212	Serviços e Veículos para Transporte de Alimentos – por veículo	131,34
16213	Serviço de Lavagem de Veículos	131,34
16214	Transportadora de Produtos Perecíveis – por veículo	131,34
16215	Transporte Coletivo	131,34
16299	Congêneres	131,34



**ANEXO II**  
**MULTAS DECORRENTES DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS**  
Art. 41, da Lei Municipal nº 213, de 31 de dezembro de 2001.

IDENTIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO	VALOR EM R\$	
	DE	A
Infrações Leves	106,18	610,96
Infrações Graves	488,55	1.166,31
Infrações Gravíssimas	977,15	4.665,41

Arabutã/SC, 03 de janeiro de 2022.

**LEANI KAPP SCHMITT**  
Prefeita Municipal

**Jaine Wallmann da Silva**  
Responsável Pelas Publicações

3097

Publicação Nº 3519396

**DECRETO Nº 3097, DE 03 DE JANEIRO DE 2022****FIXA O CALENDÁRIO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**LEANI KAPP SCHMITT**, PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e art. 222 da Lei Complementar nº 15/1993, de 16 de dezembro de 1993, que institui o Código Tributário do Município e dá outras providências,

**DECRETA**

**Art. 1º** O Calendário Fiscal do exercício de 2022 para a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Taxa de Localização e Permanência no Local de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços e Outros, TLL, Taxa de Coleta de Resíduos – TCR, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza calculado sobre o movimento econômico – ISSQN-ME, Taxa de Sistema de Segurança Contra Sinistros – TVSCS, Financiamento Habitacional junto ao Fundo Municipal de Habitação – FMH e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos, Inter Vivos, a qualquer título, por ato Oneroso – ITBI, fica assim estabelecido:

TRIBUTOS	MESES												
TRIBUTOS	DIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
IPTU	10							X	X	X	X		
TLL	30	X											
TCR	10							X	X	X	X		
ISSQN-FIXO	Dia 10 do mês subsequente ao fato gerador												
ISSQN-ME													
TVSCS	30			X									
FMH	30	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ITBI	Antes da ocorrência da transmissão												



**§ 1º** No pagamento em parcela única (valor integral do IPTU), a ser realizado até o dia 10 de julho haverá um desconto de 10% (dez por cento) do valor total do imposto.

**§ 2º** No pagamento do IPTU em quatro parcelas, sendo a primeira no último dia 10 de julho e as demais nos meses seguintes, não haverá o desconto previsto no parágrafo anterior do presente artigo.

**§ 3º** Os tributos, e demais valores a serem pagos ao Município, quer tributários ou não tributários não previstos no presente decreto, serão pagos de acordo com as normas específicas para cada caso.

**Art. 2º** O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

**Arabutã - SC, 03 de janeiro de 2022.**

**LEANI KAPP SCHMITT**  
Prefeita

**Jaine Wallmann da Silva**  
Responsável Pelas Publicações

# Araranguá

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA Nº 173/2021

Publicação Nº 3521216



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ

### AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA CARTA CONVITE Nº 173/2021

O **MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ**, comunica aos interessados que na licitação nº 173/2021, modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia, que tem como objeto a **Contratação de empresa do ramo pertinente objetivando a execução de serviços, com fornecimento de materiais, necessários a reforma da sala de informática da Escola Básica Jardim das Avenidas - CAIC - Araranguá-SC, cujas especificações encontram-se detalhadas no memorial descritivo e projeto**, foi declarada **FRACASSADA**, pela inabilitação das empresas participantes.

Araranguá/ SC, 02 de Dezembro de 2021.

Liliane Silva de Souza  
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ  
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC  
48 3521 0900 | [www.ararangua.sc.gov.br](http://www.ararangua.sc.gov.br)

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA Nº 179/2021**

Publicação Nº 3520968

Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ****AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA  
CARTA CONVITE Nº 179/2021**

O **MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ**, comunica aos interessados que na licitação nº 179/2021, modalidade Convite para Compras e Serviços, que tem como objeto a **Contratação de empresa ou profissional especializado objetivando a execução de serviços de apoio técnico pericial contábil para análise e verificação da correção dos valores apurados em sentenças condenatórias perante a Justiça do Trabalho, encaminhados a Prefeitura Municipal de Araranguá, cujas especificações encontram-se detalhadas no termo de referência anexo ao edital de licitação**, foi declarada **FRACASSADA**, pela inabilitação das empresas participantes.

Araranguá/ SC, 03 de Dezembro de 2021.

Liliane Silva de Souza  
Presidente da Comissão de Licitação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ**  
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC  
48 3521 0900 | [www.ararangua.sc.gov.br](http://www.ararangua.sc.gov.br)



**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01/2022 - SAÚDE**

Publicação Nº 3520682

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2F912EE1828D15D49D1D2F57992F0ECEA73A675C

**AVISO DE LICITAÇÃO****EDITAL Nº 01/2022- SAÚDE****PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**OBJETO:** Aquisição, sob demanda, de curativos especiais utilizados no serviço de atendimento domiciliar (SAD) e outros mantidos pela secretaria municipal de saúde de Araranguá no ano de 2022, tudo em conformidade com termo de referência anexo ao edital de licitação.

**TIPO DA LICITAÇÃO:** Menor preço por item

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Até às 07h45min do dia 17 de Janeiro de 2022, no Serviço de Protocolo Geral da Prefeitura, sito à Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200, centro.

**ABERTURA DOS ENVELOPES:** Às 08h00 do dia 17 de Janeiro de 2022, na sala de reuniões do Departamento de Licitações da Prefeitura.

**REGIMENTO:** Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Complementar nº147/2014, Decreto Municipal nº. 2.676/2005 de 19 de Maio de 2005, Lei Complementar Municipal nº 310/2021 e demais legislações aplicáveis.

**EDITAL COMPLETO E INFORMAÇÕES:** Está à disposição dos interessados no horário de expediente da Prefeitura, no endereço eletrônico; [www.ararangua.sc.gov.br](http://www.ararangua.sc.gov.br), e afixado no mural, localizado no hall de entrada da sala do Departamento de Licitações da Prefeitura. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 0XX48 3521-0929 ou pelo e-mail: [licitacao@ararangua.sc.gov.br](mailto:licitacao@ararangua.sc.gov.br).

Araranguá, SC, 04 de Janeiro de 2022.

Cesar Antônio Cesa

Prefeito

Liliane Silva de Souza

Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 02/2022 - SAÚDE**

Publicação Nº 3520961

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9F55F28A4521EA1871ED3D59FF06152D8DB25D8D

**AVISO DE LICITAÇÃO****EDITAL Nº 02/2022- SAÚDE****PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**OBJETO:** Aquisição, sob demanda, de nobreaks para suprir as necessidades de setores da Secretaria Municipal de Saúde, cujas especificações encontram-se detalhadas no termo de referência anexo a este edital.

**TIPO DA LICITAÇÃO:** Menor preço por item

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Até às 09h45min do dia 17 de Janeiro de 2022, no Serviço de Protocolo Geral da Prefeitura, sito à Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200, centro.

**ABERTURA DOS ENVELOPES:** Às 10h00 do dia 17 de Janeiro de 2022, na sala de reuniões do Departamento de Licitações da Prefeitura.

**REGIMENTO:** Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Complementar nº147/2014, Decreto Municipal nº. 2.676/2005 de 19 de Maio de 2005, Lei Complementar Municipal nº 310/2021 e demais legislações aplicáveis.

**EDITAL COMPLETO E INFORMAÇÕES:** Está à disposição dos interessados no horário de expediente da Prefeitura, no endereço eletrônico; [www.ararangua.sc.gov.br](http://www.ararangua.sc.gov.br), e afixado no mural, localizado no hall de entrada da sala do Departamento de Licitações da Prefeitura. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 0XX48 3521-0929 ou pelo e-mail: [licitacao@ararangua.sc.gov.br](mailto:licitacao@ararangua.sc.gov.br).

Araranguá, SC, 04 de Janeiro de 2022.

Cesar Antônio Cesa

Prefeito

Liliane Silva de Souza

Pregoeira

**DECRETO Nº 10.275/2021**

Publicação Nº 3521150

Decreto nº 10.275 de 04 de janeiro de 2022.

Estabelece Horário Especial De Funcionamento Nas Repartições Públicas Do Município e dá outras Providências.

O Prefeito Cesar Antonio Cesa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83, VII da Lei Orgânica do Município:

Decreta:

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de funcionamento nas repartições públicas da Administração Direta e Indireta do Município de Araranguá a partir do dia 10 de janeiro de 2022 até o dia 31 de janeiro de 2022.

§ 1º O horário de trabalho nas repartições públicas pertencentes à Administração Municipal a partir do dia supracitado, será das 07:00 horas às 13:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira.

Art. 2º Os serviços de coleta de lixo, a limpeza pública, água, saúde, educação, assistência social e outros serviços entendidos como de natureza essenciais e inadiáveis serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade do Secretário ou

do Diretor da respectiva pasta.

Art. 3º Fica proibida à realização de horas extras sem a autorização expressa do Prefeito Municipal.

Art. 4º As atividades de Estacionamento Rotativo (Zona Azul) funcionarão normalmente nos horários já fixados.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Decreto nº 10.275, de 04 de janeiro de 2022. Fls. 02.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 04 de janeiro de 2022.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 04 de janeiro de 2022.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 10258/2021

Publicação Nº 3520619

Decreto nº 10.258 de 23 de dezembro de 2021.

Declara Não Incidência de Impostos Sobre Áreas de Terras.

O Prefeito Cesar Antonio Cesa, no exercício das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município, e ao que determina o artigo 8º da Lei Complementar nº 163/2014 (Código Tributário Municipal) e considerando o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº. 13071/2021.

Decreta

Art. 1º Fica declarada a não incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, sobre os imóveis cadastrados nesta Municipalidade sob os nºs 24.022 e 24.024 com área total de 16.475,70m², de propriedade de Nilson Alves de Souza, na forma determinada pelo art. 8º, da Lei Complementar nº 163/2014 (Código Tributário Municipal).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 23 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração Municipal, em 23 de dezembro 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 10260/2021

Publicação Nº 3520622

Decreto nº 10.260, de 27 de dezembro de 2021.

Dispõe sobre a Suplementação de Dotações no Orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Araranguá do Exercício de 2021.

O Prefeito Cesar Antonio Cesa, no exercício das suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Araranguá – LOMA, combinado com o Artigo 7º e 9º da Lei nº 3.737, de 08 de Janeiro de 2021 e o do Art. 43, em seu Parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64. Decreta

Art. 1º Fica suplementado o Orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, nos itens orçamentários abaixo, no valor total de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).



Administração Indireta  
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgotos – SAMAE

Projeto/ Atividade:	2.067	Manutenção e Funcionamento das Atividades Técnicas do SAMAE	
Elemento:	3.3.90.00.00.00.178	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
TOTAL .....			R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender à suplementação supra, serão anulados recursos previstos nos itens abaixo, conforme estabelece o Art. 43, em seu Parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgotos – SAMAE

Projeto/ Atividade:	2.067	Manutenção e Funcionamento das Atividades Técnicas do SAMAE	
Elemento:	4.1.90.00.00.00.178	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
TOTAL .....			R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 27 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESAR  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal, em 27 de dezembro de 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 10261/2021

Publicação Nº 3520625

Decreto Nº 10.261, de 27 de dezembro de 2021.

Estabelece O Calendário De Plantão Dos Fiscais De Tributos, Nos Meses De Janeiro A Junho De 2022.

O Prefeito Cesar Antonio Cesa, no exercício das atribuições do seu cargo e com amparo no art. 83, VII e IX, da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 10, VI e no item 3, f, do Anexo único, da Lei Municipal nº 2151, de 13 de dezembro de 2002,

Decreta:  
Art. 1º Os fiscais de tributos da Secretaria de Finanças do Município, exercerão plantões em escala de rodízio, de períodos semanais, de acordo com o seguinte calendário:

### JANEIRO

Período	Fiscal	Matricula	Horário
03/01/2022 a 07/01/2021	Carine Ribeiro da Silva	4893	Integral
10/01/2022 a 14/01/2022	Regis da Silva Ferraz	4243	Integral
17/01/2022 a 21/01/2022	Carine Ribeiro da Silva	4893	Integral
24/01/2022 a 28/01/2022	Regis da Silva Ferraz	4243	Integral

### FEVEREIRO

Período	Fiscal	Matricula	Horário
31/01/2022 a 04/02/2022	Carine Ribeiro da Silva	4893	Integral
07/02/2022 a 11/02/2022	Rita de Cássia Vieira Merêncio	3974	Integral
14/02/2022 a 18/02/2022	Rapahel Ronconi Machado	4242	Integral
21/02/2022 a 25/02/2022	Paulo Ricardo Pacheco	4532	Integral

### MARÇO

Período	Fiscal	Matricula	Horário
28/02/2022 a 04/03/2022	Rita de Cássia Vieira Merêncio	3974	Integral
07/03/2022 a 11/03/2022	Raphael Ronconi Machado	4242	Integral
14/03/2022 a 18/03/2022	Carine Ribeiro da Silva	4893	Integral
21/03/2022 a 25/03/2022	Paulo Ricardo Pacheco	4532	Integral
28/03/2022 a 01/04/2022	Régis da Silva Ferraz	4243	Integral

**ABRIL**

Período	Fiscal	Matricula	Horário
04/04/2022 a 08/04/2022	Rita de Cássia Vieira Merêncio	3974	Integral
11/04/2022 a 15/04/2022	Raphael Ronconi Machado	4242	Integral
18/04/2022 a 22/04/2022	Carine Ribeiro da Silva	4893	Integral
25/04/2022 a 29/04/2022	Paulo Ricardo Pacheco	4532	Integral

**MAIO**

Período	Fiscal	Matricula	Horário
02/05/2022 a 06/05/2022	Régis da Silva Ferraz	4243	Integral
09/05/2022 a 13/05/2022	Rita de Cássia Vieira Merencio	3974	Integral
16/05/2022 a 20/05/2022	Raphael Ronconi Machado	4242	Integral
23/05/2022 a 27/05/2022	Carine Ribeiro da Silva	4893	Integral
30/05/2022 a 03/06/022	Paulo Ricardo Pacheco	4532	Integral

**JUNHO**

Período	Fiscal	Matricula	Horário
06/06/2022 a 10/06/2022	Régis da Silva ferraz	4243	Integral
13/06/2022 a 17/06/2022	Rita de Cássia Vieira Merêncio	3974	Integral
20/06/2022 a 24/06/2022	Raphael Ronconi Machado	4242	Integral
27/06/2022 a 01/07/2022	Carine Ribeiro da Silva	4893	Integral

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 27 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração Municipal, em 27 de dezembro de 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 10264/2021**

Publicação Nº 3520634

Decreto nº 10.264 de 27 de dezembro de 2021.

Atualiza A Tabela De Rodízio Dos Plantões Do Serviço Funerário, Com A Respectiva Escala E Dá Outras Providências.

O Prefeito Cesar Antonio cesa, no exercício das atribuições emanadas da Lei Municipal nº 2.311 de 14 de Julho de 2005, no que determina o art. 1º, e parágrafos §1º, 2º, 3º, 4º, 5º.

Decreta

Art. 1º - Fica instituído o rodízio de funcionamento para as empresas funerárias, com a respectiva escala de Platão, segundo o Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - As empresas funerárias autorizadas a participarem do rodízio de plantões ora instituído, são as seguintes:

- a) Funerária Cristo Redentor Ltda. – ME;
- b) Diomar Pedro Gerônimo – ME (Funerária São Jorge);
- c) Rosangela Rezin dos Santos e CIA Ltda. - ME (Funerária Santa Terezinha);
- d) Funerária Tallis Ltda. ME (em caráter provisório, conforme decisão judicial proferida);
- e) Santana & Rosa Serviços Funerários Ltda. ME (Funerária Menino Deus).
- f) Lamark e Pereira Ltda. Me. (Funerária Santa Catarina).

Art. 3º - As empresas funerárias nominadas no artigo 2º, prestarão atendimento e plantões exclusivamente no local autorizado nos respectivos Alvarás, ficando expressamente proibida a ronda ou plantões nas proximidades dos hospitais, casas de saúde e Instituto Médico Legal, através de seus agentes ou prepostos, com o propósito de contatar com familiares de pacientes em estado grave ou terminal, ou mesmo recém-falecidos.

Art. 4º - Os plantões de atendimento terão início às 8:00 horas de cada dia e terminarão às 8:00 horas do dia seguinte.

Art. 5º - Nos dias de plantão de cada empresa funerária, as demais somente poderão atender durante o horário comercial.

Art. 6º - Fica instituída nos termos da Lei nº 1.588/95, a tarifa de 10% UFM – Unidade Fiscal Municipal, a título de serviço funerário, pela utilização da capela mortuária no Cemitério Público Municipal.

Art. 7º - A empresa funerária que, por força do rodízio ora instituído estiver de plantão, terá a preferência no atendimento dos eventuais óbitos havidos naquele dia.

§ 1º - Os hospitais, casas de saúde e o Instituto Médico Legal, deverão comunicar exclusivamente à empresa funerária de plantão dos eventuais óbitos ocorridos, informando aos responsáveis ou familiares do falecido o nome e endereço da empresa plantonista.

§ 2º - Caso os responsáveis ou familiares do falecido optem pelo atendimento de outra empresa funerária que não aquela de plantão, a empresa escolhida deverá exigir dos mesmos declaração por escrito quanto a preferência, comunicando imediatamente a funerária de plantão sobre o ocorrido.

§ 3º - A empresa funerária de plantão tem a obrigação de atender aos eventuais óbitos de indigentes ou pessoas desassistidas, sob qualquer aspecto, tão logo sejam comunicadas na forma do § 1º.

§ 4º - Fora do horário comercial, ficará a cargo da empresa funerária de plantão, a responsabilidade de cobrança e repasse aos cofres públicos, do valor previsto no art. 6º da presente Lei, no prazo de dois dias úteis.

Art. 8º - A empresa funerária que infringir ou deixar de atender as determinações legais que norteiam os serviços funerários, e especialmente as disposições do presente Decreto, estão sujeitas às penas estabelecidas no artigo 10 da Lei 1.588/95.

Parágrafo Único – Aos hospitais e casas de saúde que desobedecerem à determinação contida no § 1º do artigo 6º serão aplicadas às penalidades previstas nos incisos I e II do artigo 10 da Lei 1.588/95, sem prejuízo as aplicações do artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Art. 9º - Toda e qualquer infração deverá ser comunicada à Administração Municipal por escrito, com as provas existentes, para a tomada das medidas administrativas competentes.

Art. 10 – A Secretaria Municipal de Administração e Finanças ficará responsável pela fiscalização dos serviços funerários e pela aplicação de notificações e penalidades administrativas competentes.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Decreto nº 10.264, de 27 de dezembro de 2021. Fls. 03.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 27 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 27 de dezembro de 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretário de Administração

Decreto nº 10.264, de 27 de dezembro de 2021. Fls. 04.

ANEXO ÚNICO

JANEIRO/2022

Funerária Santa Terezinha		02	08	14	20	26
Funerária São Jorge		03	09	15	21	27
Cristo Redentor		04	10	16	22	28
Funerária Tallis		05	11	17	23	29
Santana & Rosa Serviços Funerários		06	12	18	24	30
Funerária Santa Catarina	01	07	13	19	25	31

FEVEREIRO/2022

Funerária Santa Terezinha	01	07	13	19	25	
Funerária São Jorge	02	08	14	20	26	
Cristo Redentor	03	09	15	21	27	
Funerária Tallis	04	10	16	22	28	

Santana & Rosa Serviços Funerários	05	11	27	23		
Funerária Santa Catarina	06	12	18	24		

**MARÇO/2022**

Funerária Santa Terezinha		03	09	15	21	27
Funerária São Jorge		04	10	16	22	28
Cristo Redentor		05	11	17	23	29
Funerária Tallis		06	12	18	24	30
Santana & Rosa Serviços Funerários	01	07	13	19	25	31
Funerária Santa Catarina	02	08	14	20	26	

**ABRIL/2022**

Funerária Santa Terezinha		02	08	14	20	26
Funerária São Jorge		03	09	15	21	27
Cristo Redentor		04	10	16	22	28
Funerária Tallis		05	11	17	23	29
Santana & Rosa Serviços Funerários		06	12	18	24	30
Funerária Santa Catarina	01	07	13	19	25	

**MAIO/2022**

Funerária Santa Terezinha		02	08	14	20	26
Funerária São Jorge		03	09	15	21	27
Cristo Redentor		04	10	16	22	28
Funerária Tallis		05	11	17	23	29
Santana & Rosa Serviços Funerários		06	12	18	24	30
Funerária Santa Catarina	01	07	13	19	25	31

**JUNHO/2022**

Funerária Santa Terezinha	01	07	13	19	25	
Funerária São Jorge	02	08	14	20	26	
Cristo Redentor	03	09	15	21	27	
Funerária Tallis	04	10	16	22	28	
Santana & Rosa Serviços Funerários	05	11	17	23	29	
Funerária Santa Catarina	06	12	18	24	30	

**JULHO/2022**

Funerária Santa Terezinha	01	07	13	19	25	31
Funerária São Jorge	02	08	14	20	26	
Cristo Redentor	03	09	15	21	27	
Funerária Tallis	04	10	16	22	28	
Santana & Rosa Serviços Funerários	05	11	17	23	29	
Funerária Santa Catarina	06	12	18	24	30	

**AGOSTO/2022**

Funerária Santa Terezinha		06	12	18	24	30
Funerária São Jorge	01	07	13	19	25	31
Cristo Redentor	02	08	14	20	26	
Funerária Tallis	03	09	15	21	27	
Santana & Rosa Serviços Funerários	04	10	16	22	28	
Funerária Santa Catarina	05	11	17	23	29	

**SETEMBRO/2022**

Funerária Santa Terezinha		05	11	17	23	29
Funerária São Jorge		06	12	18	24	30
Cristo Redentor	01	07	13	19	25	
Funerária Tallis	02	08	14	20	26	
Santana & Rosa Serviços Funerários	03	09	15	21	27	
Funerária Santa Catarina	04	10	16	22	28	

**OUTUBRO/2022**

Funerária Santa Terezinha		05	11	17	23	29
Funerária São Jorge		06	12	18	24	30
Cristo Redentor	01	07	13	19	25	31
Funerária Tallis	02	08	14	20	26	

Santana & Rosa Serviços Funerários	03	09	15	21	27	
Funerária Santa Catarina	04	10	16	22	28	

## NOVEMBRO/2022

Funerária Santa Terezinha		04	10	16	22	28
Funerária São Jorge		05	11	17	23	29
Cristo Redentor		06	12	18	24	30
Funerária Tallis	01	07	13	19	25	
Santana & Rosa Serviços Funerários	02	08	14	20	26	
Funerária Santa Catarina	03	09	15	21	27	

## DEZEMBRO/2022

Funerária Santa Terezinha		04	10	16	22	28
Funerária São Jorge		05	11	17	23	29
Cristo Redentor		06	12	18	24	30
Funerária Tallis	01	07	13	19	25	31
Santana & Rosa Serviços Funerários	02	08	14	20	26	
Funerária Santa Catarina	03	09	15	21	27	

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 27 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10265/2021**

Publicação Nº 3520637

Decreto nº 10.265 de 29 de dezembro de 2021.

Credencia A Organização Da Sociedade Civil Que Menciona.

O Prefeito Cesar Antonio Cesa no uso das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município, e ao que determina o artigo 18 do Decreto Municipal nº 8.287, de 22 de novembro de 2017:

Decreta

Art. 1º. Observados os termos do termos do art. 18 do Decreto nº. 8.287/2017, fica credenciada e apta a firmar parceria com o Município de Araranguá, a seguinte Organização da Sociedade Civil:

Nome da Entidade	CNPJ
Associação Feminina de Assistência à Infância – AFAIA (CEI Rodolpho Feliz)	13.582.129/0002-88

Art. 2º. O credenciamento terá validade por 02 (dois) anos, a contar da data de publicação deste decreto.

Art. 3º. Competirá à Organização da Sociedade Civil requerer prorrogação do credenciamento, até 30 (trinta) dias antes do término do prazo previsto no art. 2º, mediante requerimento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 29 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 29 de dezembro de 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 10266/2021**

Publicação Nº 3520639

Decreto nº 10.266 de 29 de dezembro de 2021.

Credencia A Organização Da Sociedade Civil Que Menciona.

O Prefeito Cesar Antonio Cesa no uso das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município, e ao que determina o artigo 18 do Decreto Municipal nº 8.287, de 22 de novembro de 2017:

Decreta

Art. 1º. Observados os termos do art. 18 do Decreto nº. 8.287/2017, fica credenciada e apta a firmar parceria com o Município de Araranguá, a seguinte Organização da Sociedade Civil:

Nome da Entidade	CNPJ
Associação Feminina de Assistência à Infância – AFAIA (CEI Tia Tude)	13.582.129/0001-05

Art. 2º. O credenciamento terá validade por 02 (dois) anos, a contar da data de publicação deste decreto.

Art. 3º. Competirá à Organização da Sociedade Civil requerer prorrogação do credenciamento, até 30 (trinta) dias antes do término do prazo previsto no art. 2º, mediante requerimento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 29 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 29 de dezembro de 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 10267/2021

Publicação Nº 3520642

Decreto nº 10.267 de 29 de dezembro de 2021.

Declara Não Incidência de Impostos Sobre Áreas de Terras.

O Prefeito Cesar Antonio Cesa, no exercício das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município, e ao que determina o artigo 8º da Lei Complementar nº 163/2014 (Código Tributário Municipal) e considerando o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº. 12428/2021.

Decreta

Art. 1º Fica declarada a não incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU pelo período de dois anos, sobre o imóvel cadastrado nesta Municipalidade sob o nº 25164 com área total de 108.835,98m², de propriedade de Maria Zoneide C. Olivo Almeida e outros, na forma determinada pelo art. 8º, da Lei Complementar nº 163/2014 (Código Tributário Municipal).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 29 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração Municipal, em 29 de dezembro 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 10273/2021

Publicação Nº 3520646

Decreto nº 10.273 de 29 de dezembro de 2021.

Designa Servidor Para Responder Interinamente Como Diretor do Depto. de Cultura.

O Prefeito Cesar Antonio Cesa, no exercício das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município, especificamente o art. 83, VII,

Decreta:

Art. 1º Fica designado o servidor ANTENOR DA SILVA, Diretor do Departamento de Turismo, para responder interinamente pelo cargo de Diretor do Departamento de Cultura, pelo período de 03/01/2022 à 01/02/2022, que corresponde ao gozo de férias do titular.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 29 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração Municipal, em 29 de dezembro 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretário de Administração

## **DECRETO Nº 10274/2021**

Publicação Nº 3520649

Decreto nº 10.274 de 03 de janeiro de 2022.

Constitui Comissão Permanente de Licitações e Julgamento da Administração Municipal de Araranguá.

O Prefeito Cesar Antonio Cesa, no exercício das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município, especificamente o art. 83, VII, e ao que determina a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

Decreta

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações e Julgamento, da Administração Municipal de Araranguá, que será formada pelos seguintes membros, todos servidores municipais:

- 1 - PRESIDENTE: Gesse Espindula Gomes
- 2 - MEMBRO: Liliane Silva de Souza
- 3 - MEMBRO: Eliziane Aparecida Daumann
- 4 - SUPLENTE: Jeann Carlo Ramos Barbosa
- 5 - SUPLENTE: Letícia Machado Zuanazzi

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especificamente o Decreto nº 9.634/2021.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 03 de janeiro de 2022.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração Municipal, em 03 de janeiro de 2022.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretário de Administração

## **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 004/2021 - ADMINISTRAÇÃO RETIFICAÇÃO 001**

Publicação Nº 3520581

O MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ – SC torna público o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado a selecionar candidatos para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do Art. 37, IX da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, do Art. 21, § 2º da Constituição do Estado de Santa Catarina, da Lei Municipal nº 1.737, de 23 de maio de 1997 suas alterações e da Lei Municipal nº 2.148 de 13 de dezembro de 2002 e demais normas relacionadas ao certame.

### **DAS REGRAS GERAIS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

1. Este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será realizado de acordo com a legislação específica relacionada à matéria, com as disciplinas constantes neste Edital e será executado pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - FUNDAÇÃO UNISUL.
2. Todas as etapas deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO serão realizadas no Município de Araranguá/SC ou, dependendo do quantitativo de inscritos, em outras localidades, a critério exclusivo da entidade organizadora do certame, obedecendo ao cronograma constante no Anexo I, do presente edital.
3. O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO constará de avaliação escrita objetiva conforme tabela descritiva no Anexo II deste Edital.
4. Será disponibilizada uma CENTRAL DE ATENDIMENTO para sanar dúvidas a respeito deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO pelo



Telefone/WhatsApp: (48) 3660-0655, em horário de atendimento das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis, ou, pelo e-mail: [concursos@faepesul.org.br](mailto:concursos@faepesul.org.br).

5. Será disponibilizado, também, 01 (um) Posto de Atendimento para atender, presencialmente, os candidatos, no seguinte local:

5.1 Local: Secretaria de Educação do Município de Araranguá;

5.2 Endereço: Rua Giacomozzi, n.º 33, Cidade Alta, Araranguá-SC;

5.3 Horário: das 12h. às 18h, em dias úteis.

6. As funções, carga horária, vencimentos e requisitos de escolaridade estão definidos no Anexo III deste Edital.

7. As inscrições ocorrerão, conforme cronograma constante no Anexo I, e deverão obedecer às regras constantes no Anexo IV:

7.1 As PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD) deverão observar as orientações e os requisitos constantes no Anexo V.

7.2 Os candidatos que necessitarem de atendimento especial para a realização das avaliações deverão seguir as orientações e requisitos constantes no Anexo V.

8. A divulgação oficial de todas as etapas referentes a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO dar-se-á por meio de avisos publicados, nos locais a seguir mencionados, mantendo-se acessíveis por até 90 (noventa) dias após a homologação do certame.

8.1 No site do Município de Araranguá/SC: (<http://www.ararangua.sc.gov.br/>);

8.2 No site da Fundação: ([www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos)).

9. É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento integral das etapas deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, por meio dos órgãos de divulgação oficiais citados neste Edital.

10. Os horários e cronograma aqui estabelecidos poderão sofrer alterações em razão de melhor atendimento aos objetivos do presente certame e essas alterações serão publicadas pelos meios de divulgação oficiais mencionados no item 8 deste Edital.

10.1 Qualquer alteração em cronograma das fases desse certame não enseja qualquer direito a cancelamento de inscrição e tampouco a devolução dos valores pagos, a título de taxa de inscrição, salvo se houver decisão em sentido contrário estabelecida pela Fundação Unisul.

11. A interposição de recursos administrativos deverá obedecer às orientações e requisitos constantes no Anexo VIII.

12. O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, para todos os efeitos, terá validade de 01 (um) ano, podendo até igual período, contados da data de publicação do ato de homologação do resultado definitivo, o qual dar-se-á por meio de Decreto do Executivo e a critério, exclusivo, do Município de Araranguá/SC.

13. A aprovação neste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO não implica a admissão do candidato. Todavia, o processo admissional do candidato deverá obedecer a ordem de classificação dos aprovados, sendo que serão chamados à medida que a necessidade funcional assim o permitir, obedecendo aos critérios do Município de Araranguá/SC.

14. Os candidatos aprovados/classificados, quando chamados deverão apresentar todos os documentos admissionais exigidos pelo Município de Araranguá/SC, constante no Anexo IX no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

14.1 O Município de Araranguá/SC utilizará, conforme informações prestadas na inscrição desta seleção, dos seguintes meios para convocação: a) Publicação no Diário Oficial do Município; b) Telefone e c) e-mail.

14.2 Caso o candidato não providencie a entrega de todos os documentos exigidos, ficará impedido de assumir a vaga.

15. Será excluído do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO o candidato que:

15.1 Promover tumulto, incitar violência ou realizar descortêsias com qualquer outro candidato ou membro das equipes encarregadas da aplicação das avaliações.

15.2 For surpreendido durante a aplicação da avaliação escrita objetiva - ou outra que seja vedado - em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma.

15.3 For flagrado, fazendo uso de qualquer meio, na tentativa de burlar qualquer avaliação, ou for responsável por falsa identificação pessoal.

15.4 Afastar-se da sala da avaliação escrita objetiva, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal.

15.5 Ausentar-se da sala da avaliação escrita objetiva, a qualquer tempo, portando a folha de respostas.

15.6 Recusar-se a proceder a autenticação digital do cartão-resposta ou de outros documentos, nos termos deste Edital.

15.7 Recusar-se, em quaisquer das etapas, submeter-se a fiscalização eletrônica e/ou física.

15.8 Recusar-se a cumprir ou instigar outrem a não cumprir as determinações da equipe responsável do certame.

15.9 Faltar a qualquer uma das fases do certame.

15.10 Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital no momento e no prazo da contratação.

15.11 Deixar de adotar medidas sanitárias, definidas neste Edital, ou em normativa, específica a ser fixada.

16. A inscrição dos candidatos implicará na aceitação das condições estabelecidas, no inteiro teor deste Edital, e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

17. Fica delegada competência à FUNDAÇÃO UNISUL, para:



17.1 Receber as inscrições.

17.2 Receber as taxas de inscrições.

17.3 Deferir e indeferir os pedidos de isenção da taxa de inscrição.

17.4 Deferir e indeferir as inscrições.

17.5 Emitir os documentos de confirmação de inscrições.

17.6 Prestar informações sobre o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO;

17.7 Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e conduzir a avaliação escrita objetiva deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, bem como divulgar seus respectivos resultados.

17.8 Receber e julgar os recursos previstos neste Edital.

17.9 Publicar o resultado definitivo do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

18. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela comissão do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

19. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO é o da Comarca de Araranguá/SC.

Araranguá/SC, 29 de dezembro de 2021.

CÉSAR ANTÔNIO CESA

Prefeito

#### ANEXO I CRONOGRAMA

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
29/12/2021	Publicação: Extrato Edital e Edital – Imprensa Oficial.
29/12/2021 a 03/01/2022	Período para impugnação das disposições do Edital, exclusivamente na área do candidato.
29/12/2021 a 05/01/2022	Período de inscrição, solicitação e encaminhamento da documentação comprobatória para isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição.
06/01/2022	Divulgação dos pedidos de isenção deferidas e indeferidas.
07/01/2022	Data para interposição de recursos concernente ao indeferimento da isenção do valor da taxa de inscrição.
10/01/2022	Divulgação das solicitações de isenção deferidas e indeferidas, após análise e julgamento dos recursos;
29/12/2021 a 14/01/2022	Período para: · Inscrição pela internet. · Emissão e remissão do boleto bancário. · Recebimento dos requerimentos para Pessoa com Deficiência (PcD). · Recebimento dos requerimentos de atendimento de necessidades especiais.
17/01/2022	Data limite para pagamento da taxa de inscrição.
19/01/2022	Publicação: · Lista das inscrições deferidas. · Relação das inscrições indeferidas com respectivos fundamentos.
20/01/2022	Data para interposição de recursos concernentes às inscrições indeferidas, exclusivamente na área do candidato.
21/01/2022	Publicação: · Extrato do resultado dos recursos administrativos interpostos. · Homologação das inscrições e divulgação do horário e local para realização da avaliação escrita objetiva.
23/01/2022	APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA (VESPERTINO)
24/01/2022	Divulgação do gabarito preliminar e do caderno da avaliação escrita objetiva aplicado, exclusivamente na área do candidato.
25/01/2022	Data para interposição de recursos administrativos concernentes às questões e ao gabarito preliminar da avaliação escrita objetiva, exclusivamente na área do candidato.
08/02/2022	Publicação: · Extrato do resultado dos recursos administrativos interpostos. · Resultado preliminar da avaliação escrita objetiva.
09/02/2022	Data para interposição de recursos concernentes ao resultado preliminar da avaliação escrita objetiva, exclusivamente na área do candidato.
11/02/2022	Publicação: · Extrato de resultado de recursos interpostos; · Resultado Definitivo do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (cargos com etapa única)

## ANEXO II

### ETAPAS

FUNÇÕES	Avaliação Escrita Objetiva
	Classificatória e Eliminatória
AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA I	X
ALMOXARIFE I	X
ARQUITETO I	X
ASSISTENTE SOCIAL I	X
AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	X
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	X
ENFERMEIRO I	X
FARMACÊUTICO I	X
FISIOTERAPEUTA I	X
GARI I	X
MÉDICO I	X
MÉDICO VETERINÁRIO I	X
MOTORISTA III	X
ODONTÓLOGO I	X
OPERÁRIO I	X
ORIENTADOR SOCIAL I	X
PEDAGOGO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL I	X
PROFISSIONAL DE ABORDAGEM SOCIAL I	X
PSICÓLOGO I	X
TÉCNICO EM ENFERMAGEM I	X
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL I	X
VIGIA I	X

1. O não comparecimento do candidato em hora e local determinados para realização da avaliação escrita objetiva implicará na sua ELIMINAÇÃO deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter CLASSIFICATÓRIO/ELIMINATÓRIO de acordo com a forma constante no Anexo VII.3.

## ANEXO III

FUNÇÕES, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS,

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÕES

1. O nível de escolaridade e as exigências indicadas deverão estar atendidas até a data da contratação. Caso não comprovada a escolaridade e os requisitos mínimos exigidos na tabela constante no item 9 deste Anexo, a contratação não será realizada.

2. As atividades inerentes a cada uma das funções serão desenvolvidas em quaisquer dependências, locais ou órgãos do Município de Aranguá/SC.

3. A carga horária está expressa em tempo semanal de trabalho.

4. O horário/período de trabalho obedecerá à jornada de trabalho do Município, podendo ser diurno ou noturno, bem como poderá ocorrer a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados.

5. Os profissionais serão contratados por prazo determinado e estarão regidos pelo regime Estatutário, e estarão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

6. Os candidatos que não restarem classificados nas de vagas estabelecidas no item 8 deste Edital, constarão como Cadastro de Reserva (CR).

6.1 Os candidatos classificados para as mesmas funções que as previstas neste Edital, ocorridas em outras seleções públicas ainda em vigência, terão preferência na convocação e contratação em relação a este certame.

7. Caso não haja nenhuma inscrição de Pessoas com Deficiências (PcD), a quantidade reservada voltará a reintegrar a quantidade ofertada.

8. FUNÇÃO, TOTAL DE VAGAS, VAGAS RESERVADAS PCD, VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS:

FUNÇÕES	TOTAL DE VAGAS	VAGAS RESERVADAS PCD	VAGAS AMPLA CON-CORRÊNCIA	CARGA HO-RÁRIA	VENCIMENTOS (R\$)
AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA I	C.R.	-	C.R.	40	1.714,73
ALMOXARIFE I	C.R.	-	C.R.	40	1.854,65
ARQUITETO I	C.R.	-	C.R.	40	4.226,32
ASSISTENTE SOCIAL I	C.R.	-	C.R.	40	3.211,66
AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	C.R.	-	C.R.	40	1.714,73
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	C.R.	-	C.R.	40	1.029,82
ENFERMEIRO I	C.R.	-	C.R.	40	3.211,66
FARMACÊUTICO I	C.R.	-	C.R.	40	3.211,66
FISIOTERAPEUTA I	C.R.	-	C.R.	40	3.211,66
GARI I	C.R.	-	C.R.	40	1.158,41
MÉDICO I	C.R.	-	C.R.	20	4.226,32
MÉDICO VETERINÁRIO I	C.R.	-	C.R.	40	3.612,89
MOTORISTA III	C.R.	-	C.R.	40	2.440,60
ODONTÓLOGO I	C.R.	-	C.R.	40	3.612,89
OPERÁRIO I	C.R.	-	C.R.	40	1.029,82
ORIENTADOR SOCIAL I	C.R.	-	C.R.	40	1.465,75
PEDAGOGO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL I	C.R.	-	C.R.	40	2.256,47
PROFISSIONAL DE ABORDAGEM SOCIAL I	C.R.	-	C.R.	40	1.465,75
PSICÓLOGO I	C.R.	-	C.R.	40	3.211,66
TÉCNICO EM ENFERMAGEM I	C.R.	-	C.R.	40	2.086,24
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL I	C.R.	-	C.R.	40	2.086,24
VIGIA I	C.R.	-	C.R.	40	1.204,75

\* C.R. – Cadastro Reserva.

\*\* Para as funções que a remuneração for inferior ao salário mínimo nacional, fixado em Lei, o Município de Araranguá efetuará o respectivo complemento.

#### 9. FUNÇÕES, NÍVEL DE ESCOLARIDADE E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

FUNÇÕES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA I	MÉDIO	Ensino Médio. CNH.
ALMOXARIFE I	MÉDIO	Ensino Médio/CNH.
ARQUITETO I	SUPERIOR	Curso Superior em Arquitetura. Registro no CREA. CNH.
ASSISTENTE SOCIAL I	SUPERIOR	Curso Superior em Serviço Social. Registro no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS. CNH.
AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	MÉDIO	Ensino Médio/CNH.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	FUNDAMENTAL	Ensino Fundamental/CNH.
ENFERMEIRO I	SUPERIOR	Curso Superior em Enfermagem/Registro no Conselho Regional de Enfermagem. CNH.
FARMACÊUTICO I	SUPERIOR	Curso Superior em Enfermagem/Registro no Conselho Regional de Enfermagem. CNH.
FISIOTERAPEUTA I	SUPERIOR	Curso Superior em Fisioterapia. Registro no CREFITO. CNH.
GARI I	FUNDAMENTAL	Ensino Fundamental/CNH.
MÉDICO I	SUPERIOR	Curso Superior em Medicina. Registro no CRM. Especialidade na área específica de atuação. CNH.
MÉDICO VETERINÁRIO I	SUPERIOR	Curso Superior em Medicina Veterinária. Registro no CRMV. CNH.
MOTORISTA III	FUNDAMENTAL	Ensino Fundamental. CNH. Cursos de qualificação profissional na área. Ensino Fundamental. CNH "D". Cursos de qualificação profissional na área.
ODONTÓLOGO I	SUPERIOR	Curso Superior em Odontologia. Registro no CRO. Especialidade na área específica de atuação. CNH.
OPERÁRIO I	FUNDAMENTAL	Ensino Fundamental/CNH.
ORIENTADOR SOCIAL I	MÉDIO	Ensino Médio. CNH.
PEDAGOGO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL I	SUPERIOR	Curso Superior em Pedagogia. CNH.
PROFISSIONAL DE ABORDAGEM SOCIAL I	MÉDIO	Ensino Médio. CNH.
PSICÓLOGO I	SUPERIOR	Curso Superior em Psicologia. Registro no CRP. CNH.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM I	TÉCNICO	Conclusão do Curso Técnico em Enfermagem. Registro no respectivo Conselho Regional. CNH, a fim de dirigir veículo oficial.
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL I	TÉCNICO	Formação profissional técnica em nível médio específica: técnico em laboratório de prótese dentária e técnico em saúde bucal e registro no conselho regional de odontologia. CNH.
VIGIA I	FUNDAMENTAL	Ensino Fundamental. CNH.

10. As atribuições das funções deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO estão previstas na Lei Complementar nº 220/2018.

11. Será exigido, no ato da contratação e durante o exercício das funções, o registro ativo no Conselho de Classe da categoria, para aquelas atividades desenvolvidas por profissões regulamentadas.12.

#### ANEXO IV

#### INSCRIÇÕES

1. As inscrições para este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO deverão ser realizadas no site da FUNDAÇÃO UNISUL, no seguinte endereço: [www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos).

2. O valor das inscrições será de:

2.1 Cargos de nível Superior: R\$ 100,00 (cem reais).

2.2 Cargos de nível Técnico: R\$ 80,00 (oitenta reais).

2.3 Cargos de nível Médio: R\$ 80,00 (oitenta reais).

2.4 Cargos de nível Fundamental: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

3. Serão aceitos pedidos de isenção da taxa de inscrição para doadores de sangue:

3.1 O envio dos documentos exigidos é de responsabilidade, exclusiva, do candidato.

3.2 A FUNDAÇÃO UNISUL não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dos documentos enviados a seu destino, ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

3.3 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação original e caso seja solicitado pela FUNDAÇÃO UNISUL, deverá enviar a via original por meio de carta registrada e no prazo assinalado, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital.

3.4 Os candidatos requerentes que prestarem informação falsa com o intuito de usufruir a isenção prevista neste Edital, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, estarão sujeitos a/ao:

3.4.1 Cancelamento da inscrição e exclusão deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado.

3.4.2 Exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo.

3.4.3 Declaração de nulidade do ato de contrata, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

3.5 O resultado dos pedidos de isenção estará disponível na "Área do candidato" no endereço eletrônico.

3.6 Caso a documentação comprobatória esteja incompleta ou irregular a isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato será indeferida, cabendo a ele realizar o pagamento da taxa durante o período de inscrição, sob pena de seu indeferimento.

3.7 Os candidatos que desejam usufruir da isenção para doadores de sangue devem preencher os requisitos estabelecidos pela Lei Municipal nº 2016, de 22 de novembro de 2000 e seguir com os seguintes procedimentos:

3.7.1 Efetuar a inscrição no sítio de internet descrito no item 1 deste anexo e, assinalar a opção isenção da taxa de inscrição: "Doador de Sangue".

3.7.2 Encaminhar via upload (extensão.jpeg) diretamente na área do candidato dos seguintes documentos:

3.7.2.1 Imagem, legível, do documento de identidade oficial que conste a numeração do Cadastro de Pessoa Física - CPF.

3.7.2.2 Imagem, legível, da declaração que comprove três doações no ano anterior à data da publicação deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

4. Será permitida a inscrição para, no máximo, 02 (duas) funções de nível de escolaridade Superior, Técnico e Médio, podendo ser realizada no mesmo formulário de inscrição, sendo devido o pagamento da taxa para inscrição em cada função (opção) escolhida, conforme item 4 deste Anexo.

4.1 Caso o candidato opte em concorrer para 02 (duas) funções, no momento da inscrição, deverá selecionar as opções apresentadas no Anexo III, da tabela do item 8.

5. O candidato, após preencher o formulário de inscrição, disponível no endereço eletrônico [www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos), deverá imprimir o respectivo boleto bancário, onde consta o valor da inscrição e efetuar o pagamento no prazo estabelecido no respectivo documento.

5.1 O pagamento do boleto bancário poderá ser efetuado em qualquer agência bancária ou lotérica, até o dia do vencimento impresso;

5.2 Não serão aceitas inscrições em que haja divergência de informações entre os dados bancários relacionados à inscrição em decorrência de vírus ou incorreção no pagamento.

6. O sistema de inscrição via internet permite ao candidato a emissão de uma segunda via do boleto bancário, este só poderá ser emitido dentro do período de inscrição.
7. Embora o boleto para pagamento da taxa de inscrição possa ser emitido fora do horário bancário, ele deverá ser quitado dentro do prazo de inscrição estabelecido no Anexo I.
8. As inscrições somente serão deferidas (confirmadas) após a FUNDAÇÃO UNISUL ser certificada pela instituição financeira responsável pelo recebimento dos boletos bancários.
9. Caso o candidato conste na lista de inscrições indeferidas a ser publicada pela FUNDAÇÃO UNISUL e tenha efetuado o pagamento da taxa de inscrição, deverá protocolizar recurso administrativo no prazo estabelecido no Anexo I deste Edital, anexando o respectivo comprovante de pagamento, para fins de regularização administrativa da sua participação no certame e sob pena de ser indeferida a sua inscrição.
10. O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído, salvo em caso de cancelamento do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
11. No caso de pagamento da inscrição com cheque, sendo o mesmo devolvido, a inscrição será considerada nula, independente do motivo da devolução, a qualquer tempo.
12. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outro meio não especificado neste Edital.
13. A FUNDAÇÃO UNISUL não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica de computadores, falhas na comunicação ou congestionamento de linha de comunicação, bem como outros fatores externos que impossibilitem a transferência de dados.
14. A inscrição no presente PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO implica conhecimento expresse e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 15.

#### ANEXO V

#### PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

#### CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ATENDIMENTOS ESPECIAIS E

#### CONDIÇÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

1. Das funções disponíveis para este certame, é reservado o percentual de 5% (cinco por cento) para Pessoas com Deficiência (PcD), para cada uma das funções temporárias, em face da classificação obtida.
  - 1.1 Sua aceitação estará condicionada à compatibilidade da sua limitação com as atribuições das funções.
2. Não havendo Pessoas com Deficiência (PcD) classificadas em números suficientes para preencher as vagas reservadas, estas reverter-se-ão às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
3. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá, dentro do prazo definido no Anexo I deste Edital, realizar os seguintes procedimentos:
  - 3.1 No ato da inscrição, declarar-se como: Candidato com Deficiência.
  - 3.2 Enviar via upload, a imagem (extensão jpg ou jpeg) do laudo médico, emitido nos últimos 12 meses, que deve atestar a espécie e o grau ou nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).
  - 3.3 O envio da imagem do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato, devendo ser atestado inclusive a sua legibilidade e integridade, sob pena de desconsideração.
  - 3.4 A FUNDAÇÃO UNISUL não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada da documentação a seu destino, ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.
  - 3.5 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação original ou cópia autenticada em cartório constante no subitem 3.2 deste Anexo. Caso seja solicitado pela FUNDAÇÃO UNISUL, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas em Lei.
4. O Laudo Médico (original ou cópia autenticada) terá validade somente para esta seleção pública e não será devolvido ou fornecida cópia do instrumento ao final do certame.
5. Ao serem aprovadas, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, as Pessoas com Deficiência inscritas deverão passar por perícia da Junta Médica do Município de Araranguá/SC.
  - 5.1 O candidato será submetido a avaliação médica e de acordo com as atribuições exigidas para a função. O laudo médico deverá constar que as atribuições são compatíveis com a deficiência do candidato
6. O candidato que se declarar deficiente e não conseguir comprovar sua deficiência devidamente para a Junta Médica Oficial do Município de Araranguá/SC será considerado desclassificado/eliminado das vagas reservadas para Pessoa com Deficiência (PcD) e concorrerá apenas as vagas de ampla concorrência.
7. A apresentação do laudo médico, não eliminará a atuação de uma Junta Médica Oficial do Município de Araranguá/SC, cuja conclusão terá prevalência sobre qualquer outra.
8. Para efeito deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, consideram-se deficiências que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas somente as conceituadas na medicina especializada, concordes com os padrões internacionalmente reconhecidos.
9. A opção de concorrer às vagas reservadas à Pessoa com Deficiência (PcD) é de inteira responsabilidade do candidato.

10. O candidato com deficiência participará do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.

11. Os candidatos que necessitarem de algum atendimento especial, para a realização das avaliações escritas objetivas, deverão declará-lo no formulário de inscrição, no espaço reservado para este fim, para que sejam tomadas as providências cabíveis no prazo delineado no Anexo I. Tal manifestação é de responsabilidade exclusiva do candidato e implica a aceitação imediata da condição especial para realização da avaliação.

11.1 Caso a solicitação de atendimento especial não seja aceita em virtude da condição ou da causa que o motive, o candidato deverá realizar a avaliação em igualdade de condições com a dos outros candidatos do certame.

11.2 Serão ofertadas, mediante apresentação de laudo médico (com identificação do profissional e registro no CRM), as seguintes condições especiais:

11.2.1 Ledor (deficiente visual).

11.2.2 Prova ampliada (fontes 20, 30 ou 40).

11.2.3 Auxílio de profissional de Libras.

11.2.4 Candidato com baixa audição (aparelho auditivo).

11.2.4.1 Para esta condição especial (baixa audição), o candidato receberá as instruções da avaliação utilizando o equipamento, mas quando do início da aplicação e execução da avaliação deverá colocar o aparelho em local reservado (sem acesso), não podendo utilizar durante a realização das provas, inclusive quando se deslocar ao banheiro.

11.2.5 Sala de fácil acesso (térreo/rampa).

11.2.6 Auxílio para gestante.

11.2.7 Auxílio para candidatas lactantes.

11.2.8 Utilização de medicação e/ou tratamento durante a avaliação.

12. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da avaliação escrita objetiva, além de solicitar atendimento especial para tal fim (item 11.2.7), deverá levar um acompanhante (maior e capaz), que permaneça em local reservado ou na própria coordenação do evento, o qual será o responsável pela guarda e cuidados do infante e declare que não se comunicará com a candidata.

12.1 A candidata que não atender a essa exigência e vier acompanhada do amamentando não realizará a avaliação.

12.2 O tempo de amamentação será acrescido no tempo de duração da prova, estando limitado a 30 (trinta) minutos.

13. O candidato que necessitar de atendimento especial deverá participar do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.

13.1 Caso não houver manifesto declarado, conforme disposto acima, o candidato realizará a avaliação escrita objetiva em condições normais com os demais candidatos.

## ANEXO VI

### CLASSIFICAÇÃO

1. A classificação deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO obedecerá às disciplinas constantes neste Anexo.

2. A avaliação escrita objetiva terá valor de, no máximo, 10 (dez) pontos.

3. Para o resultado será apurado pela nota (aplicando os critérios de desempate) da avaliação escrita objetiva.

4. Em caso de empate na nota final dos candidatos não eliminados neste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

4.1 Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

4.2 Obtiver maior número de acertos na prova objetiva de conhecimentos específicos.

4.3 Obtiver o maior número de acertos na prova objetiva de conhecimentos gerais.

4.4 Tiver maior idade.

4.5 Tiver exercido a função de jurado, conforme artigo 440 do Código de Processo Penal.

4.5.1 O candidato que tiver o interesse de ter atribuído este critério de desempate deverá assinalar a opção no momento da inscrição.

4.5.2 Os candidatos a que se refere a função de jurado serão convocados, antes do resultado final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, para a entrega da documentação que comprovará o exercício da função declarada.

4.5.3 Para fins de comprovação da função jurado, serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, nos termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008, data da entrada em vigor da Lei nº 11.689/2008.

5. A listagem, com a ordem de classificação dos candidatos da avaliação escrita objetiva, será elaborada com base no número de pontos dos candidatos e apresentada em ordem decrescente de pontuação, e divulgada nos locais de publicações oficiais deste Edital.6.



## ANEXO VII

## AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA

1. A avaliação escrita objetiva terá caráter CLASSIFICATÓRIO/ELIMINATÓRIO, tendo como objetivo primordial a avaliação dos conhecimentos do candidato.

2. O horário e os locais de aplicação da avaliação escrita objetiva serão divulgados em data prevista conforme cronograma no Anexo I.

3. Em decorrência da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, pela possibilidade de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) e, nos termos da Portaria SES nº 714, de 18 de setembro de 2020 e Portaria Conjunta SES/SED/DCSC 1.967, de 11 de agosto de 2021, ambas do Estado de Santa Catarina, os candidatos, para ingresso e permanência nos locais de provas, além de outras medidas a ser devidamente respeitada, devem cumprir as seguintes obrigações:

3.1 Usar máscaras descartáveis de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão, seguindo as recomendações de uso descritas na Portaria SES 224, de 03/04/2020;

3.2 Permitir a aferição da temperatura pela organização local, caso assim seja definido/determinado pela coordenação local, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato;

3.2.1 Caso a temperatura aferida seja igual ou maior que 37,8°C, o candidato poderá ser encaminhado para realizar a prova em sala separada;

3.3 Realizar a higienização das mãos, com álcool 70% nos locais determinados pela organização local;

3.4 Estar ciente, respeitar e cumprir a manutenção de arejamento dos ambientes, com ventilação natural, janelas e portas abertas, e de preferência sem a utilização de aparelhos de ar-condicionado ou climatização de ar central;

3.5 Respeitar o distanciamento, na entrada do prédio, na entrada das salas, para entrada/saída ao banheiro e nos locais de uso coletivo;

3.6 É proibido a utilização de bebedouros com jato inclinado, devendo o candidato trazer a sua bebida, caso assim deseje.

4. O candidato que não comparecer à etapa de avaliação escrita objetiva será considerado ELIMINADO do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

5. A avaliação escrita objetiva será composta de 25 (vinte e cinco) questões, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada questão, havendo apenas 1 (uma) correta.

5.1 Quadro de distribuição das questões das avaliações escritas objetivas:

FUNÇÕES	CONHECIMENTOS GERAIS		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
	LÍNGUA PORTUGUESA	RACIOCÍNIO LÓGICO	
AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA I	10	5	10
ALMOXARIFE I	10	5	10
ARQUITETO I	10	5	10
ASSISTENTE SOCIAL I	10	5	10
AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	10	5	10
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	10	5	10
ENFERMEIRO I	10	5	10
FARMACÊUTICO I	10	5	10
FISIOTERAPEUTA I	10	5	10
GARI I	10	5	10
MÉDICO I	10	5	10
MÉDICO VETERINÁRIO I	10	5	10
MOTORISTA III	10	5	10
ODONTÓLOGO I	10	5	10
OPERÁRIO I	10	5	10
ORIENTADOR SOCIAL I	10	5	10
PEDAGOGO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL I	10	5	10
PROFISSIONAL DE ABORDAGEM SOCIAL I	10	5	10
PSICÓLOGO I	10	5	10
TÉCNICO EM ENFERMAGEM I	10	5	10
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL I	10	5	10
VIGIA I	10	5	10

6.

Cada questão terá o valor conforme abaixo descrito:

QUESTÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
CONHECIMENTOS GERAIS	0,30 (trinta décimos) pontos	4,5 (quatro inteiros e cinco décimo) pontos
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	0,55 (cinquenta e cinco décimos) pontos	5,5 (cinco inteiros e cinco décimo) pontos

7.

O resultado da avaliação escrita objetiva será apurado, computando-se o número total de questões respondidas corretamente.

8. A nota mínima, na avaliação escrita objetiva para classificação e, consequente, continuação do candidato nas próximas fases deste certame é de 02 (dois) pontos, independentemente do componente curricular.

9. O candidato que não atingir o quantitativo mínimo de acertos descritos no item 8 será, automaticamente, ELIMINADO do certame.

10. Na hipótese de anulação de questão(ões) da avaliação escrita objetiva, por parte da comissão de coordenação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, ela(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente por todos os candidatos.

11. Será entregue, pela equipe de fiscalização, um caderno de provas e um formulário para transcrição das respostas (gabarito).

12. Na avaliação escrita objetiva será considerada com pontuação 0 (zero) a resposta do candidato, transcrita para o cartão de respostas (gabarito) quando:

12.1 Conter emenda e/ou rasura, ainda que legível.

12.2 Conter mais de uma opção de resposta assinalada.

12.3 Não estiver assinalada.

12.4 For preenchida fora das especificações contidas nas instruções fornecidas.

12.5 Não estiver a opção completamente preenchida para o espaço destinado a opção da questão.

13. O cartão-resposta deverá ser preenchido e assinado pelo candidato com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul.

13.1 O candidato que não assinar ou recusar a postar sua assinatura no cartão-resposta, por qualquer motivo, será ELIMINADO do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

13.2 O cartão-resposta será personalizado para cada candidato.

13.3 O candidato deverá transcrever as respostas das questões objetivas para o cartão-resposta, que será o único documento válido para a correção dessas questões.

13.4 O preenchimento do cartão-resposta será de inteira responsabilidade do candidato.

13.5 O cartão-resposta não será substituído.

14. A duração da avaliação escrita objetiva, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta, será de 2h30min (duas horas e trinta minutos).

15. O candidato somente poderá se retirar do local da avaliação escrita objetiva após 1h (uma hora) do seu início.

16. Para a entrada nos locais de realização das avaliações escritas objetivas, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, documento de identificação e, se solicitado, a confirmação de inscrição.

16.1 São considerados válidos os seguintes documentos de identificação: Carteira de Identidade (RG); Carteiras Expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelo Corpo de Bombeiro Militar, pela Polícia Militar, pelos Conselhos e Órgãos Fiscalizadores de Exercício Profissional; Certificado de Reservista; Carteiras Funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, Carteira de Trabalho e Carteira Nacional de Habilitação com foto recente e dentro do prazo de validade.

16.2 Não serão aceitos, para ingresso no local de prova (sala), a apresentação de documento virtual/digital.

17. Recomenda-se que o candidato compareça ao local de prova com antecedência mínima de 45 min. (quarenta e cinco minutos) antes do horário previsto para realização da prova.

18. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a avaliação escrita objetiva, nem a possibilidade de realização de prova fora do horário fixado.

19. Durante a realização da avaliação escrita objetiva é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

19.1 Os materiais e equipamentos mencionados deverão ser entregues aos fiscais de sala, antes do início das avaliações, para serem devolvidos ao seu término.

19.2 A FUNDAÇÃO UNISUL não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos.

20. A avaliação escrita objetiva será corrigida por processo optoeletrônico/digital, sendo somente consideradas as respostas transferidas apropriadamente para o cartão-resposta, sendo o único documento válido para a correção da avaliação, desconsiderando-se qualquer



marcação que o candidato tenha feito no caderno de questões da prova.

21. O candidato, ao encerrar a avaliação escrita objetiva, entregará ao fiscal de sua sala o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de avaliação, podendo reter para si, apenas, o espaço delimitado na folha do caderno de avaliação, onde consta o rascunho do gabarito.

22. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala, onde for realizada a avaliação escrita objetiva, somente poderão retirar-se após o último candidato entregar a avaliação, devendo assinarem a ata de encerramento da avaliação escrita objetiva.

22.1 O candidato que se recusar e/ou criar qualquer embaraço com a obrigação descrita no caput deste item será ELIMINADO do certame.

23. O gabarito da avaliação escrita objetiva será divulgado no local indicado no item 8 deste Edital, conforme cronograma disciplinado no Anexo I.

24. Os cadernos de avaliações ficarão disponíveis no site [www.fapesul.org.br/concursos](http://www.fapesul.org.br/concursos), a partir da publicação do gabarito, até a homologação final do certame.

25. O conteúdo programático para a avaliação escrita objetiva será assim composto:

#### 25.1 CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS NÍVEL DE ESCOLARIDADE SUPERIOR, TÉCNICO e MÉDIO:

25.1.1 LÍNGUA PORTUGUESA: Análise e interpretação de texto. Vocabulário. Ortografia. Nova ortografia. Usos dos porquês. Pontuação. Acentuação gráfica. Prosódia. Estrutura e formação de palavras. Classes gramaticais: classificação, empregos e flexões. Adjetivos eruditos. Adjetivos pátrios. Conjugação verbal. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Regência verbal e nominal. Crase. Concordância verbal e nominal. Colocação pronominal. Emprego dos pronomes. Pronomes e formas de tratamento. Níveis de linguagem (ou níveis de fala). Funções da Linguagem. Vícios de linguagem. Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração; Termos acessórios da oração. Orações coordenadas. Orações subordinadas. Estilística: figuras de linguagem. Literatura Brasileira.

25.1.2 RACIOCÍNIO LÓGICO: Conceitos Básicos da Lógica; Proposições simples e compostas; Álgebra proposicional; Implicação lógica; Equivalência lógica; Propriedades Comutativa, Distributiva e Leis de Morgan; Tautologia, contradição e contingência; Sentenças abertas; Proposições categóricas; Diagramas lógicos; Afirmação e negação; Lógica de argumentação; Analogias; Análise Combinatória: raciocínio multiplicativo, raciocínio aditivo; Combinação, arranjo e permutação; Progressões aritméticas e progressões geométricas; Resolução de problemas de Lógica: Formal e Informal; Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; 19. A lógica no contexto histórico; Operações Lógicas; Tabela Verdade; Raciocínio Analítico.

#### 25.2 CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL:

25.2.1 LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura, compreensão e interpretação de textos. Ortografia. Nova Ortografia. Acentuação gráfica. Prosódia. Crase. Classes de palavras: classificação, empregos e flexões. Conjugação verbal. Concordância nominal e verbal. Sinais de pontuação. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Níveis de linguagem (ou níveis de fala).

25.2.2 RACIOCÍNIO LÓGICO: Progressões aritméticas e progressões geométricas; Resolução de problemas de Lógica: Formal e Informal; Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; A lógica no contexto histórico; Lógicas; Tabela Verdade; Raciocínio Analítico.

#### 25.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

25.3.1 AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA I: Conhecimento do Sistema Único de Saúde (SUS): Legislação Básica do SUS; Leis 8080/90 e 8142/90. NOAS 01/02; Norma Operacional de Assistência à Saúde; A obrigatoriedade de notificação pelos profissionais de saúde, de algumas doenças transmissíveis; Relação de doenças para o Brasil. Indicadores de Saúde. Legislação; Sanitária; Epidemiologia e Controle de Zoonoses (Raiva, Controle de Quirópteros, Leptospirose, Controle de Roedores, Toxoplasmose, Tuberculose, Brucelose e, Teníase, Cisticercose, Fasciolose, Salmonelose, Leishmaniose: visceral e cutânea, Larva migrans, Hidatidose, Esquistossomose). Transição demográfica e epidemiológica. Vigilância Epidemiológica. Investigação Epidemiológica de Casos e Epidemias. Sistema de Informação em Saúde e Vigilância Epidemiológica. Doenças de Interesse para a Saúde Pública e Vigilância Epidemiológica: AIDS, Cólera, Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Febre Tifóide, Hanseníase, Antivirose, Hepatites Virais, Leptospirose, Meningites, Raiva, Tuberculose e Tétano. Doenças Emergentes e Reemergentes. Esquema Básico de Vacinação e vacinação de adultos. Dengue, controle. Legislação Sanitária Federal e Vigilância Sanitária ANVISA.

25.3.2 ALMOXARIFE I: Armazenamento, separação de itens, inventários rotativos e contábeis. Codificações de materiais. Inventário rotativo e anual. Fluxo e lay out de almoxarifado. Organização de almoxarifado. Recebimento e separação de materiais. Noções de procedimentos administrativos e processos administrativos. Técnicas de atendimento ao público Noções de Arquivo. Noções de informática. Uso, em nível de usuário dos programas: Microsoft Word, Microsoft Excel, Microsoft Access, Microsoft Power Point. Internet.

25.3.3 ARQUITETO I: Conhecimentos gerais e atuais de teoria e história da arte, arquitetura e urbanismo. Levantamentos - Noções de topografia. Levantamento arquitetônico e urbanístico. Locação de obras. Dados geoclimáticos e ambientais. Legislação arquitetônica e urbanística. Instalações de obras e construções auxiliares-Serviços preliminares. Canteiro de obras. Marcação de obras. Movimentos de terra. Escoramentos. Projeto de Arquitetura – Fases e etapas de desenvolvimento do projeto. Análise e escolha do sítio. Adequação do edifício às características geoclimáticas do sítio e do entorno urbano. Sistemas construtivos. Especificações de materiais e acabamentos. Sistemas prediais de redes. Acessibilidade para pessoas com deficiência física. Projeto urbanístico – Desenho urbano. Morfologia urbana, análise visual. Redes de infraestrutura urbana, circulação viária, espaços livres, percursos de pedestres. Renovação e preservação urbana. Loteamentos, remembramento e desmembramento de terrenos. Projeto paisagístico – Conceitos de paisagem. Paisagismo de jardins e grandes

áreas. Arborização urbana, equipamentos e mobiliários urbanos. Projetos de reforma, revitalização e restauração de edifícios. Fiscalização e gerenciamento – Acompanhamento, coordenação e supervisão de obras. Aceitação dos serviços. Administração de contratos de execução de projetos e obras. Caderno de encargos. Atividades e serviços adicionais – Estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e legal. Estimativas de custos. Orçamentos. Laudos e pareceres técnicos. Noções de representação gráfica digital: AutoCAD. Tecnologia das construções – Fundações, estruturas. Mecânica dos solos. Sistemas construtivo.

**25.3.4 ASSISTENTE SOCIAL I:** O processo de trabalho do Serviço Social: aspectos teórico-metodológicos e ético-políticos; instrumentalidade; estratégias de ação do Serviço Social; dimensões da competência profissional - planejamento, execução, pesquisa; a legislação profissional; a atuação do assistente social na esfera estatal; ética e direitos humanos. As políticas sociais e o Serviço Social: organização e operacionalização das políticas sociais; o trabalho do assistente social com os diferentes segmentos da população em situação de vulnerabilidade social e de pobreza no campo das políticas sociais setoriais e por segmentos; interdisciplinaridade e os novos sujeitos sociais: conselhos de direitos e a rede social. Política Nacional de Assistência Social; SUAS - Sistema Único da Assistência Social; Lei 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Família, Rede, Laços e Políticas Públicas; Violência Doméstica; Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente; Código de Ética Profissional do Assistente Social; Programas Governamentais de Transferência de Renda.

**25.3.5 AUXILIAR ADMINISTRATIVO I:** Atendimento e orientação ao público. Relacionamento interpessoal e Comunicação. Tipos de redação oficial e técnica: atestado, ata, circular, edital, ofício, relatório, requerimento e declaração. Arquivo: organização, transferência, sistemas e métodos de arquivamento. Atendimento ao telefone: ligações locais, estaduais, nacionais e internacionais. Gestão de Tempo. Gestão de Projetos. Ética e postura profissional. Noções de informática. Uso, em nível de usuário dos programas: Microsoft Word, Microsoft Excel, Microsoft Access, Microsoft Power Point. Internet.

**25.3.6 AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, GARI I e OPERÁRIO I:** Limpeza e higiene em geral. Limpeza e conservação dos objetos de uso, de equipamentos e do local de trabalho. Controle de estoque dos materiais de limpeza. Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo. Segurança e higiene do trabalho. Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho. Noções sobre primeiros socorros. Uso de equipamentos de proteção individual – EPIs.

**25.3.7 ENFERMEIRO I:** Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos. Fundamentos e exercício da enfermagem: Lei do exercício profissional - análise crítica. Código de Ética - análise crítica. Epidemiologia e enfermagem. Estatística e enfermagem. Teorias em enfermagem. Enfermeiro como líder e agente de mudança. Concepções teórico-práticas da assistência de enfermagem. Administração dos serviços de enfermagem: Políticas públicas em saúde e sua evolução histórica. Lei orgânica de saúde a partir da Constituição Federal de 1988. Processo social de mudança das práticas sanitárias no SUS e na enfermagem. Administração de materiais e enfermagem. Normas, rotinas e manuais - elaboração e utilização na enfermagem. Teorias administrativas e enfermagem. Organização dos serviços de enfermagem. Estrutura e funcionamento dos serviços de enfermagem. Planejamento na administração e na assistência de enfermagem em ambulatorios. Enfermagem e recursos humanos - recrutamento e seleção. Enfermagem em equipe - dimensionamento dos recursos humanos. Enfermagem, enfermeiro, tomada de decisão na administração da assistência e do serviço. Enfermagem na auditoria dos serviços e da assistência. Normas do Ministério da Saúde para atuação: programa nacional de imunizações, programa da mulher, programa da criança, programa do adolescente, programa do idoso, programa DST e AIDS, programa de hanseníase, programa de pneumologia sanitária, programa de hipertensão, programa de diabético. Processo de enfermagem - teoria e prática. Consulta de enfermagem. Participação do enfermeiro na CIPA. Emergências clínico-cirúrgicas e a assistência de enfermagem. Primeiros socorros na empresa. Assistência integral por meio do trabalho em equipes: de enfermagem, multiprofissional e interdisciplinar. Planejamento do ensino ao cliente com vistas ao autocuidado: promoção e prevenção da saúde. Cadernos da Atenção Básica Nº 19, 27, 30, 32, 33, 34, 39; Acolhimento – Política Nacional de Humanização – PNH, acolhimento; Lei nº 8880 e lei nº 8142; Estratégia Saúde da Família; Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF; Redes de atenção à saúde. Administração em Enfermagem de Saúde Pública. Técnicas Básicas de Enfermagem. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Mulher no Ciclo Grávido - Puerperal. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Criança. Crescimento e desenvolvimento. Controle das infecções respiratórias agudas. Controle das doenças diarreicas e prevenção a acidentes e intoxicações. Participação do Enfermeiro no Controle das Doenças Infecciosas e Parasitárias Prevalentes em Nosso Meio. Assistência de Enfermagem ao Adulto à Nível Ambulatorial. Biossegurança. Processamento de Artigos médico hospitalares. Sistema de Informação em Saúde. Atribuições e rotinas da Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária.

**25.3.8 FARMACÊUTICO I:** Legislação: Constituição Federal art. 196 a 200, Leis Orgânicas da Saúde: Lei Federal nº 8.080/1990, Lei Federal nº 8142/1990; Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde que trata da Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Organização de Almoxarifados, avaliação da área física e condições adequadas de armazenamento. Controle de estoques de medicamentos e material de consumo. Padronização dos itens de consumo. Sistema de compra. Sistema de dispensação de medicamentos e materiais de consumo. Sistema de distribuição de medicamentos. Farmacologia. Conceitos: SUS, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Assistência Farmacêutica. Política de medicamentos - legislação para o setor farmacêutico. Educação em saúde - noções básicas. Estrutura física e organizacional e funções da Farmácia Hospitalar. Seleção de medicamentos, germicidas e correlatos. Programação e estimativas de necessidade de medicamento. Noções básicas de epidemiologia. Farmacologia clínica e terapêutica. Serviços/centros de informação de medicamentos. Farmacovigilância e farmacoepidemiologia. A Farmácia Farmacotécnica e Tecnologia Farmacêutica. Misturas intravenosas, nutrição parenteral e manipulação de citostáticos. Controle de qualidade dos produtos farmacêuticos - métodos físicos, químicos, físico-químicos, biológicos e microbiológicos. Boas Práticas de Fabricação de Produtos Farmacêuticos. Conhecimentos gerais sobre material médico-hospitalar. Garantia de qualidade em farmácia hospitalar. Legislação farmacêutica. O Sistema Único de Saúde: Aspectos históricos. Fundamentação Jurídica e organizacional do SUS: Princípios e Diretrizes do SUS.

**25.3.9 FISIOTERAPEUTA I:** Fundamentos de Fisioterapia, Conhecimentos anatômicos, fisiológicos e patológicos das alterações musculoesqueléticas, neurológicas e mentais, cardiorrespiratórias, angiológicas e pediátricas; conhecimento dos princípios básicos da cinesiologia; Exame clínico, físico, semiologia, exames complementares e plano de trabalho em fisioterapia; Fisioterapia geral: efeitos fisiológicos, indicações e contraindicações de termoterapia, crioterapia, hidroterapia, massoterapia, mecanoterapia, cinesioterapia motora e respiratória, eletroterapia, manipulação vertebral; Fisioterapia em traumatologia, ortopedia e reumatologia; Fisioterapia em neurologia; Fisioterapia em ginecologia e obstetrícia; Fisioterapia em pediatria, geriatria e Neonatologia; Fisioterapia cardiovascular; Amputação: indicações e tipos de prótese e órteses; mastectomias; Fisioterapia em pneumologia; fisioterapia respiratória: fisioterapia pulmonar; insuficiência respiratória aguda e crônica; infecção do sistema respiratório; Fisioterapia na saúde do trabalhador: conceito de ergonomia, doenças relacionadas ao

trabalho, práticas preventivas no ambiente de trabalho; Assistência fisioterapêutica domiciliar; Riscos ocupacionais na fisioterapia e sua prevenção, Código de ética e legislação profissional.

**25.3.10 MÉDICO I:** Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos, Infecção nosocomial do trato urinário, trato respiratório, sistema vascular, Infecções de feridas cirúrgicas, Isolamentos, Infecções comunitárias do trato respiratório, Infecções urinárias e pielonefrites, Insuficiência cardíaca congestiva, Acidente vascular cerebral, Diabetes mellitus tipo I e II, Cetoacidose diabética, Insuficiência Renal, Hemorragias Digestivas, Pancreatites, Insuficiência Hepática. Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico. Indicadores de saúde pública; verminoses, noções de trabalho em equipe, noções de administração e planejamento público, cronograma de atendimento, territorialização, visitas médicas domiciliares, tuberculose e dermatologia. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento; Planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico.

**25.3.11 MÉDICO VETERINÁRIO I:** Clínica e cirurgia veterinária. Compostos sanitários. Controle de produtos de uso veterinário. Controle de raiva, de roedores, vetores e zoonoses. Controle sanitário de alimentos. Cuidados na prevenção de alimentos. Defesa Sanitária. Desenvolvimento e execução de programas de nutrição animal. Formulação e balanceamento de rações. Prevenção de doenças, carências e aumento da produtividade. Doenças infectocontagiosas em Saúde Pública veterinária, determinadas por bactérias: estreptococcias, tuberculose, pasteurelose, estafilococcias, brucelose, salmonelose, shigeloses, peste bubônica e vibriose leptospírose; determinadas por vírus: raiva, encefalites, equinas e aftosa; determinadas por nematóides: triquinose, ascariíase e ancilostomíase; determinadas por trematóides: esquistossomoses e cercarioses; determinadas por cestóides: teníase, cisticercoses e equinococoses. Elaboração e execução de projetos agropecuários, referentes ao crédito rural. Assessoria, assistência e orientação. Acompanhamento de projetos. Produção racional lucrativa de alimentos. Dispositivos legais quanto à aplicação dos recursos. Epidemiologia: conceito e cadeia epidemiológica. Ética Profissional. Exames laboratoriais. Colheita de material e/ou análise anatomopatológica, histopatológica, imunológica. Diagnóstico e terapêutica. Fontes de contaminação. Fundamentos microbiológicos. Higiene, plano de prevenção e conduta na infecção alimentar. Inspeção e fiscalização sanitária em locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização de produtos de origem animal, bem como da qualidade. Legislação pertinente. Inspeção sanitária de produtos de origem animal. Melhoramento do gado. Inseminação artificial. Seleção das espécies mais convenientes. Caracteres mais vantajosos. Rendimento da exploração pecuária. Planejamento e desenvolvimento de campanhas e serviços de fomento e assistência técnica relacionados à pecuária e à Saúde Pública. Levantamentos de necessidades e do aproveitamento de recursos orçamentários existentes, visando favorecer a sanidade e produtividade do rebanho. Planejamento, organização, supervisão e execução de programas de defesa sanitária, proteção, aprimoramento e desenvolvimento da pecuária. Estudos, pesquisas, consultas, relatórios, fiscalização e métodos, visando assegurar a sanidade do rebanho, a produção racional econômica de alimentos e a saúde da comunidade. Procedimentos para avaliação dos surtos de infecção. Profilaxia das intoxicações e infecções alimentares. Profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças de animais. Exames clínicos e de laboratório, visando assegurar a sanidade individual e coletiva dos animais. Vias de Transmissão. Zoonoses: conceituações e classificação; conhecimentos de informática básica, editor de texto(Word), planilha eletrônica (Excel), Windows e internet.

**25.3.12 MOTORISTA III:** Legislação de Trânsito. Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações referentes à condução de veículos. Sistema Nacional de Trânsito. Normas Gerais de Circulação. Sinalização. Veículos, licenciamento, habilitação. Regras de circulação. Deveres e proibições, infrações e penalidades. Medidas e processos administrativos. Direção defensiva. Primeiros socorros. Preservação do meio ambiente. Direitos Humanos e Cidadania no trânsito. Noções sobre funcionamento do veículo. Transporte de urgência e emergência.

**25.3.13 ODONTÓLOGO I:** Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos. Traumatismo em dentes permanentes jovens. Dentística restauradora - diagnóstico e tratamento. Ortodontia preventiva. Níveis de prevenção. Erupção dental. Oclusão. Semiologia - exame do paciente. Técnicas radiográficas. Prevenção das doenças periodontais. Prevenção da cárie dental. Diagnóstico das lesões agudas da cavidade bucal. Anatomia em cirurgia oral. Avaliação pré-operatória. Técnicas Anestésicas. Alterações periodontais agudas. Diagnóstico e tratamento dos problemas de origem endodôntica. Placa bacteriana. Controle de placa - meios físicos e químicos. Epidemiologia da cárie e doença periodontal. Exodontia: técnicas e acidentes. Esterilização e desinfecção em odontologia. Perícia odontológica: no foro criminal, trabalhista e civil. Responsabilidade profissional. Doenças Ocupacionais, Normas Técnicas de Avaliação de incapacidade laborativa; Fundamentos de Normas Técnicas Periciais.

**25.3.14 ORIENTADOR SOCIAL I e PROFISSIONAL DE ABORDAGEM SOCIAL I:** Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Estatuto da Criança e Adolescente. Estatuto do Idoso. Sistema Único de Assistência Social. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. A política social brasileira e os programas sociais de transferência de renda na contemporaneidade. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 (Resolução nº 145, de 15 de Outubro De 2004 - DOU 28/10/2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 – Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. Dispõe o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Programa Bolsa Família. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, dezembro, 2012 (Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. Proteção Social Básica.

**25.3.15 PEDAGOGO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL I:** Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Estatuto da Criança e Adolescente. Estatuto do Idoso. Sistema Único de Assistência Social. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. A política social brasileira e os programas sociais de transferência de renda na contemporaneidade. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 (Resolução nº 145, de 15 de Outubro De 2004 - DOU 28/10/2004). Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Pensadores da Educação e suas concepções. Correntes



teóricas da educação. Relação ensino aprendizagem. Fases do desenvolvimento e sua relação com a aprendizagem. Projeto Político Pedagógico - concepções, importância, papel. Concepções de currículo. Concepções de avaliação. Conceito de interdisciplinaridade. Conceito de transdisciplinaridade. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e documentos relacionados. Concepção de Conteúdo, Habilidades e Competências. Temas Transversais. Conceito e aplicação da Contextualização de Conteúdos. Educação Mediadora. Taxonomia de Bloom.

25.3.16 PSICÓLOGO I: Legislação: Constituição Federal art. 196 a 200, Leis Orgânicas da Saúde: Lei Federal nº 8.080/1990, Lei Federal nº 8142/1990; Portaria 2.436/2017; Portaria nº 2.446/2014 - Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Atenção primária e Atenção em Saúde Mental. Saúde Mental na atenção básica, saúde da mulher, do idoso, da criança e do adolescente. Infância. Adolescência. As inter-relações familiares: casamento, conflito conjugal, separação, guarda dos filhos. A criança e a separação dos pais. A criança e o adolescente vitimizados. O problema de crianças e adolescentes em conflito com a Lei. Os direitos fundamentais da criança e o do adolescente. O trabalho do psicólogo em equipe multiprofissional. Psicodiagnóstico – técnicas utilizadas. A entrevista psicológica. Teoria da Personalidade, Teorias e Técnicas Psicoterápicas. Diferenças individuais e de classes. Noções de cidadania, cultura e personalidade: "status", papel e o indivíduo. Fatores sociais da anormalidade.

25.3.17 TÉCNICO EM ENFERMAGEM I: A inserção dos serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Código de Ética dos profissionais de enfermagem e Lei do exercício profissional. Política de humanização do SUS. Funcionamento dos sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos. Saneamento básico. Educação em saúde. Conceito e tipo de imunidade. Programa de imunização. Noções básicas sobre administração de fármacos: efeitos colaterais e assistência de enfermagem. Procedimentos técnicos de enfermagem. Assistência integral de enfermagem à saúde: da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso e mental. Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos. Assistência de enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Assistência de enfermagem em urgência e emergência. Biossegurança: conceito, normas de prevenção e controle de infecção. Classificação de artigos e superfícies hospitalares aplicando conhecimentos de desinfecção, limpeza, preparo e esterilização de material. Preparação e acompanhamento de exames diagnósticos. Noções de administração e organização dos serviços de saúde e de enfermagem.

25.3.18 TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL I: Processos radiográficos em Odontologia. Radioproteção. Etiologia e comportamento da cárie dental. Métodos e ação do Flúor. Os diversos materiais de uso odontológico e suas propriedades gerais (físico-químicas, biológicas, manipulatórias, estéticas e aplicações clínicas). Biossegurança. Classificação dos procedimentos e instrumentais odontológicos. Princípios de controle das infecções. Proteção pessoal, equipe, paciente e meio ambiente. Montagem, limpeza e desinfecção do consultório odontológico. Preparo do material, monitorização e meios de esterilização. Armazenamento do material estéril. Desinfetantes e anti-sépticos: uso e efeitos. Descarte dos resíduos produzidos no consultório odontológico.

25.3.19 VIGIA I: Serviços de vigilância, portaria, controle de veículos, segurança de pessoal, combate a incêndios e primeiros socorros. Proceder à vigilância diurna e noturna nas dependências dos edifícios e áreas próximas: cuidados básicos essenciais. Comunicação; normas de Segurança do Trabalho e Higiene; noções de hierarquia; noções de segurança; conhecimento dos utensílios possíveis de utilização; conhecimento da função; formas de tratamento; atendimento ao público; telefones públicos de emergência: Pronto Socorro, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros. Noções básicas de Relações Humanas no Trabalho. Ética no trabalho. Relacionamento interpessoal. Atribuições do cargo.

## ANEXO VIII

### INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

1. Caberá interposição de recursos à FUNDAÇÃO UNISUL, conforme definido no Anexo I deste Edital, contados a partir da data de publicação, a respeito de:

1.1 Impugnação deste Edital.

1.2 Revisão do indeferimento de inscrição.

1.3 Revisão de questão e do gabarito da avaliação escrita objetiva;

1.4 Revisão da nota da avaliação escrita objetiva;

2. Os recursos deverão ser interpostos diretamente por meio do site ([www.fapesul.org.br/concursos](http://www.fapesul.org.br/concursos)) na área do candidato.

3. O recurso deverá obedecer ao padrão estabelecido pela FUNDAÇÃO UNISUL, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:

3.1 Fundamentar com argumentação lógica e consistente.

3.2 Apresentar recursos individuais para questões diferentes, se for o caso.

3.3 Estar relacionado ao próprio recorrente e ao objeto do definido no Cronograma (Anexo I) e item 1 deste anexo.

4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão liminarmente indeferidos.

5. Não será aceito pedido de recurso de qualquer natureza, via fax, correios eletrônicos ou apócrifos.

6. Somente será apreciado o recurso que for expresso em termos convenientes e que aponte as circunstâncias que o justifique.

7. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada a data e hora de seu protocolo.

8. As decisões dos recursos estarão disponíveis ao candidato diretamente na sua área do candidato e o resultado na forma de extrato

(procedente, improcedente ou parcialmente improcedente), publicado nos locais especificados no item 8 deste Edital.

8.1 Serão liminarmente indeferidos, o que corresponde a não serem sequer analisadas, os recursos iguais ou similares interpostos por mais de um candidato.

9. Caso o exame do recurso resultar a anulação de item integrante de avaliação, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos. 10.

#### ANEXO IX

#### DAS EXIGÊNCIAS E DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

1. Homologado o resultado, a municipalidade, havendo necessidade, chamará o candidato classificado para o exercício da função, por ordem crescente de classificação, o qual será admitido na forma mencionada neste Edital.

2. São requisitos básicos para a investidura em função temporária:

2.1 A aprovação neste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

2.2 A nacionalidade brasileira.

2.3 O gozo dos direitos políticos.

2.4 A quitação com as obrigações militares, para os homens.

2.5 A quitação com as obrigações eleitorais.

2.6 A idade mínima de 18 (dezoito) anos.

2.7 O nível de escolaridade exigido para o exercício da função.

2.8 Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita (professores e profissionais da saúde) de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público.

3. Documentos necessários para ADMISSÃO:

3.2 Originais:

3.2.1 1 (uma) Foto 3x4;

3.2.2 Carteira Profissional;

3.2.3 Atestado médico admissional.

3.3 Cópias:

3.3.1 Carteira de Identidade;

3.3.2 CPF;

3.3.3 Título de eleitor;

3.3.4 Comprovante de quitação eleitoral;

3.3.5 Reservista para o sexo masculino;

3.3.6 Carteira de motorista;

3.3.7 Certidão de nascimento ou casamento;

3.3.8 Certidão de nascimento ou identidade e CPF dos filhos até 21 anos;

3.3.9 Comprovante de residência atualizado;

3.3.10 Comprovante de escolaridade;

3.3.11 Carteira de registro para profissões regulamentadas;

3.3.12 Comprovante de escolaridade;

3.3.13 Certidão de antecedentes criminais;

3.3.14 Conta corrente ou conta salário em qualquer agência do Banco do Brasil;

3.3.15 Declaração de bens, com a listagem dos bens ou Declaração de IR.

#### EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2021 - ADMINISTRAÇÃO

Publicação Nº 3520592

#### RETIFICAÇÃO Nº 001

O MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ – SC torna público, em razão de erro material no instrumento convocatório, a retificação do Edital de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2021 - ADMINISTRAÇÃO, de 29 de dezembro de 2021, que passa assim a versar:

1. DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

No item 9 do Anexo III do Edital, onde se lê:

FUNÇÕES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
MOTORISTA III	FUNDAMENTAL	Ensino Fundamental. CNH. Cursos de qualificação profissional na área.

Leia-se:

FUNÇÕES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
MOTORISTA III	FUNDAMENTAL	Ensino Fundamental. CNH "D". Cursos de qualificação profissional na área.

Araranguá/SC, 05 de janeiro de 2022.

CÉSAR ANTÔNIO CESA  
Prefeito

### PORTARIA Nº 2973/2021

Publicação Nº 3520667

Portaria Nº 2.973, 02 de dezembro de 2021.

Autoriza Servidor a Dirigir Veículos Oficiais Pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal de Araranguá.

O Prefeito Municipal Cesar Antonio Cesa, no uso das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município.

Resolve

Art. 1º Autorizar o servidor abaixo relacionado a dirigir veículos oficiais pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Araranguá:

Servidor	CNH
Giovane Conti Espindola	06407303415

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 02 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Prefeitura Municipal de Araranguá, em 02 de dezembro de 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 3015/2021

Publicação Nº 3520672

Portaria Nº 3.015, 22 de dezembro de 2021.

Autoriza Servidor a Dirigir Veículos Oficiais Pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal de Araranguá.

O Prefeito Municipal Cesar Antonio Cesa, no uso das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município.

Resolve

Art. 1º Autorizar o servidor abaixo relacionado a dirigir veículos oficiais pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Araranguá:

Servidor	CNH
Vitor de Bem da Silva	06962891310

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 22 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Prefeitura Municipal de Araranguá, em 22 de dezembro de 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretario de Administração

### **PORTARIA Nº 3017/2021**

Publicação Nº 3520674

Portaria Nº 3.017, 29 de dezembro de 2021.

Prorroga Prazo Concedido a Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar Nomeada Pela Portaria que Menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal Cesar Antonio Cesa, no uso das atribuições emanadas pela Lei Orgânica do Município, especificamente o artigo 83, VII, considerando as disposições contidas na Lei Complementar nº 378/2021:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 30 (trinta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar, nomeada pela Portaria 2.970, de 29 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 29 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Prefeitura Municipal de Araranguá, em 29 de dezembro de 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretario de Administração

### **PORTARIA Nº 3018/2021 AO 3020/2021**

Publicação Nº 3520678

Portaria Nº 3.018, 29 de dezembro de 2021.

Dispõe Sobre a Nomeação de Servidor Público em Caráter Temporário, Aprovado Através do Edital de Processo Seletivo nº 003/2021.

O Prefeito Municipal Cesar Antonio Cesa, no exercício das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município.

#### **Resolve**

Art. 1º Nomear como Servidor Público Municipal a senhora DEISE VIANA DA SILVEIRA portadora do CPF nº 009.\*\*\*.980-48 aprovada através do Edital de Processo Seletivo nº 003/2021, para ocupar em caráter temporário o cargo de Monitor de Estacionamento, sob o regime jurídico estatutário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 29 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Prefeitura Municipal de Araranguá, em 29 de dezembro de 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretario de Administração

Portaria Nº 3.019, 29 de dezembro de 2021.

Dispõe Sobre a Nomeação de Servidor Público em Caráter Temporário, Aprovado Através do Edital de Processo Seletivo nº 003/2021.

O Prefeito Municipal Cesar Antonio Cesa, no exercício das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município.

Resolve

Art. 1º Nomear como Servidor Público Municipal a senhora RANIELA NILES JESUINO portadora do CPF nº 072.\*\*\*.739-12 aprovada através do Edital de Processo Seletivo nº 003/2021, para ocupar em caráter temporário o cargo de Monitor de Estacionamento, sob o regime jurídico estatutário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 29 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Prefeitura Municipal de Araranguá, em 29 de dezembro de 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretario de Administração

Portaria Nº 3.020, 29 de dezembro de 2021.

Dispõe Sobre a Nomeação de Servidor Público em Caráter Temporário, Aprovado Através do Edital de Processo Seletivo nº 003/2021.

O Prefeito Municipal Cesar Antonio Cesa, no exercício das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município.

Resolve

Art. 1º Nomear como Servidor Público Municipal o senhor SERGIO DA SILVA NETO portador do CPF nº 038.\*\*\*.680-29 aprovado através do Edital de Processo Seletivo nº 003/2021, para ocupar em caráter temporário o cargo de Monitor de Estacionamento, sob o regime jurídico estatutário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 29 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Prefeitura Municipal de Araranguá, em 29 de dezembro de 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretario de Administração

## **PORTARIA Nº 3021/2021**

Publicação Nº 3520685

Portaria Nº 3.021, 30 de dezembro de 2021.

Concede, a Pedido, Demissão ao Servidor que menciona.

O Prefeito Municipal Cesar Antonio Cesa, no exercício das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município, especificamente o artigo 83, VII:

Resolve

Art. 1º Conceder a pedido, demissão ao servidor abaixo relacionado do respectivo cargo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Nome	Cargo
Terezinha Vieira da Rosa	Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03/01/2022.



Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 30 de dezembro de 2021.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Prefeitura Municipal de Araranguá, em 30 de dezembro de 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretario de Administração

## **PORTARIA Nº 3022/2021**

Publicação Nº 3520688

Portaria Nº 3.022, 03 de janeiro de 2022.

Designa Pregoeiro E Compõe Equipe De Apoio, Para atuarem Em Licitações Na Modalidade Pregão Eletrônico e Presencial, No Âmbito Da Prefeitura Municipal De Araranguá, E Dá Outras Providências.

O Prefeito Cesar Antonio Cesa, no uso de suas atribuições legais que lhe são determinadas pela Lei Orgânica do Município e na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), com base no que dispõe os Decretos nºs 2.676/2005 e 3.063/2006:

### **RESOLVE**

Art. 1º - Designar, para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade Pregão Eletrônico e Presencial, no âmbito da Prefeitura de Araranguá, a servidora: Liliane Silva de Souza, matrícula nº 7501 e CPF: 033.206.499-90.

Parágrafo único – Nas ausências e impedimentos do Pregoeiro titular, será o mesmo substituído pelo servidor Gesse Espindola Gomes, matrícula nº 1024 e CPF: 471.110.979-04 e, o qual terá as mesmas atribuições e prerrogativas do titular.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio, em licitações na modalidade Pregão Eletrônico e Presencial, no âmbito da Prefeitura de Araranguá, os servidores: Leticia Machado Zuanazzi (membros da Equipe de Apoio-Secretaria), matrícula nº 4740 e CPF: 037.707.979-06, e Eliziane Aparecida Daumann (membros da Equipe de Apoio) matrícula nº 6643 e CPF: 040.783.969-09.

Parágrafo único – O Edital indicará os membros da equipe de Apoio para atuarem no certame. Os membros da Equipe de Apoio que atuarão no certame serão, sempre, em um mínimo de 02 (dois) integrantes.

Art. 3º - O Pregoeiro, ou seu substituto, fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores da Prefeitura, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, especificamente a Portaria nº 2.752/2021.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 03 de janeiro de 2022.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Prefeitura Municipal de Araranguá, em 03 de janeiro de 2022.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretario de Administração

## **PORTARIA Nº 3023/2021**

Publicação Nº 3520812

Portaria Nº 3.023, 03 de janeiro de 2022.

Concede, a Pedido, Demissão ao Servidor que menciona.

O Prefeito Municipal Cesar Antonio Cesa, no exercício das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município, especificamente o artigo 83, VII:

### **Resolve**

Art. 1º Conceder a pedido, demissão ao servidor abaixo relacionado do respectivo cargo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Nome	Cargo
Patrícia Cecília Costa	Bioquímica

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 03 de janeiro de 2022.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Prefeitura Municipal de Araranguá, em 03 de janeiro de 2022.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretario de Administração

## **PORTARIA Nº 3024/2021**

Publicação Nº 3520815

Portaria Nº 3.024, 03 de janeiro de 2022.  
Concede, a Pedido, Demissão ao Servidor que menciona.

O Prefeito Municipal Cesar Antonio Cesa, no exercício das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município, especificamente o artigo 83, VII:

Resolve

Art. 1º Conceder a pedido, demissão ao servidor abaixo relacionado do respectivo cargo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Nome	Cargo
Erica da Rocha de Bitencourt	Monitor I

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 03 de janeiro de 2022.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Prefeitura Municipal de Araranguá, em 03 de janeiro de 2022.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretario de Administração

## **PORTARIA Nº 3025/2021**

Publicação Nº 3520841

Portaria Nº 3.025 de 04 de janeiro de 2022.

Instaura Processo de Sindicância para Apurar Os Fatos Relatados no Processo Administrativo nº 12646/2021.

O Prefeito Municipal Cesar Antonio Cesa, no uso das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 378/2021,

Resolve:

Artigo 1º - Instaurar Processo de Sindicância destinado a apurar os fatos relacionados no processo administrativo nº 12646/2021.

Artigo 2º - Em cumprimento aos termos do Parágrafo Único do artigo 1º, da Lei Complementar nº 378/2021, faço constar nesta Portaria denuncia contra Michele Costa.

Parágrafo Único – Para efeito deste artigo, em tese, teria ocorrido infração ao disposto no artigo 49, incisos I, III e X da Lei Complementar nº 378/2021.

Artigo 3º - Para a condução do Processo de Sindicância instaurado por esta Portaria, fica designada Comissão composta pelos servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

- Régis da Silva Ferraz.
- Letícia Machado Zuanazzi.
- Heloisa Maria Manarim.

Parágrafo único – Incumbe ao Presidente da Comissão à indicação de quem irá secretariar os trabalhos.

Artigo 4º - Os trabalhos da Comissão deverão ser instalados, contados desta data, e concluídos no prazo de trinta (30) dias, contados do início dos trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 04 de janeiro de 2022.

CESAR ANTONIO CESA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Prefeitura Municipal de Araranguá, em 04 de janeiro de 2022.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA  
Secretario de Administração

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nº 179/2021**

Publicação Nº 3520957

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE ARARANGUA</b>  CNPJ: 82.911.249/0001-13 RUA VIRGULINO DE QUEIROS N. 200 C.E.P.: 88900-000 - Araranguá - SC	<b>CONVITE</b> <b>Nr.: 179/2021 - CV</b>  Processo Administrativo: 154/2021 Processo de Licitação: 179/2021 Data do Processo: 26/11/2021
Folha: 1/1	

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO PERICIAL CONTABIL PARA ANÁLISE E VERIFICAÇÃO DA CORREÇÃO DOS VALORES APURADOS EM SENTENÇAS CONDENATÓRIAS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO, ENCAMINHADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ, CUJAS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRAM-SE DETALHADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 179/2021 (Sequência: 1)**

Ao(s) 3 de Dezembro de 2021, às 11:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE ARARANGUA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 9634, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 179/2021, Licitação nº. 179/2021 - CV, na modalidade de Convite p/ Compras e Serviços.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

PESSI CONTABILIDADE LTDA - ME FABIO ESTEVAM MACHADO E CIA LTDA CLEBER FARIAS DE SOUSA E CIA LTDA

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- ABRE-SE A SESSÃO REGISTRANDO O NÃO COMPARECIMENTO DE REPRESENTANTES DAS EMPRESAS PARTICIPANTES, COMISSÃO PROCEDE COM A ASSINATURA DOS INVOLUCRUOS, APOS ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, ONDE NÃO TIVEMOS EMPRESAS HABILITADAS PELAS RAZÕES APRESENTADAS ABAIXO: PESSI CONTABILIDADE LTDA - ME - NÃO APRESENTOU CERTIDÃO DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DIVIDA ATIVA DA UNIÃO E CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL. FABIO ESTEVAM MACHADO E CIA LTDA - NÃO APRESENTOU CERTIDÃO DE DEBITOS TRABALHISTA. CLEBER FARIAS DE SOUSA E CIA LTDA - NÃO APRESENTOU CERTIDÃO DE DEBITOS TRABALHISTA.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Araranguá, 3 de Dezembro de 2021

**COMISSÃO:**

LILIANE SILVA DE SOUZA	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
MÁRCIO ALESSANDRO FARIAS	- ..... - MEMBRO
ELIZIANE APARECIDA DAUMANN	- ..... - MEMBRO
GESSE ESPÍNDOLA GOMES	- ..... - SUPLENTE
LETÍCIA M. ZUANAZZI DA SILVA	- ..... - SUPLENTE

**ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº 173/2021**

Publicação Nº 3521212

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARARANGUA****CNPJ:** 82.911.249/0001-13  
**RUA VIRGULINO DE QUEIROS N. 200**  
**C.E.P.:** 88900-000 - Araranguá - SC**CONVITE****Nr.: 173/2021 - CV****Processo Administrativo:** 183/2021  
**Processo de Licitação:** 173/2021  
**Data do Processo:** 17/11/2021

Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, NECESSÁRIOS A REFORMA DA SALA DE INFORMÁTICA DA ESCOLA BÁSICA JARDIM DAS AVENIDAS - CAIC - ARARANGUÁ - SC, CUJAS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRAM-SE DETALHADAS NO MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 173/2021 (Sequência: 1)**

Ao(s) 25 de Novembro de 2021, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE ARARANGUA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 9634, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 173/2021, Licitação nº 173/2021 - CV, na modalidade de Convite p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** REUNIDA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, ESTA DECIDIU POR DECLARAR FRACASSADA A PRESENTE LICITAÇÃO TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE O MÍNIMO DE 3 EMPRESAS HABILITADAS COM PROPOSTAS VÁLIDAS, CONFORME SÚMULA 248 TCU.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Araranguá, 25 de Novembro de 2021

**COMISSÃO:**

ELIZIANE APARECIDA DAUMANN	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
MÁRCIO ALESSANDRO FARIAS	- ..... - MEMBRO
ELIZIANE APARECIDA DAUMANN	- ..... - MEMBRO
GESSE ESPÍNDOLA GOMES	- ..... - SUPLENTE
LETÍCIA M. ZUANAZZI DA SILVA	- ..... - SUPLENTE

**SAMAE - ARARANGUÁ****TERMO DE HOMOLOGACAO PROCESSO LICITATORIO N° 25-2021 - PR N° 18-2021**

Publicação N° 3519473

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E065D659A812B811A7D29C4AB017D1CC5B4F7737

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO DE ARARANGUA</b>  CNPJ: 82.568.221/0001-25 RUA EXPEDICIONARIO IRACY LUCHINA, 711 C.E.P.: 88905-446 - Araranguá - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 18/2021 - PR</b>
	Processo Administrativo: 25/2021 Processo de Licitação: 25/2021 Data do Processo: 03/11/2021

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Geral, JAIRO DO CANTO COSTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 25/2021
- b ) Licitação Nr.: 18/2021-PR
- c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d ) Data Homologação: 10/12/2021
- e ) Objeto da Licitação

O referido Procedimento Licitatório possui como escopo a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de eletricitista na manutenção preventiva, corretiva e reparos nos sistemas elétricos do Samae de Araranguá, em consonância com as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência.

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 008094 - FELIPE DA SILVA CARDOSO	1	0,0000	66.000,00
	1		66.000,00

Araranguá, 10 de Dezembro de 2021.

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2240

Publicação Nº 3520253

DECRETO Nº 2240, de 22 de dezembro de 2021.

Homologa Resolução nº 003/2021 do Conselho Municipal de Assistência Social de Arroio Trinta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 003/2021 do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Arroio Trinta que dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social para os exercícios 2022/2025.

Art. 2º É parte integrante deste decreto a Resolução nº 003/2021.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 22 de dezembro de 2021.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2243

Publicação Nº 3520350

DECRETO Nº 2243, de 03 de janeiro de 2022.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência toda a área de abrangência do Município, afetada pela Estiagem – COBRADE 1.4.1.1.0, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto do Art. 100, inciso XXX da Lei Orgânica do Município de Arroio Trinta, e

CONSIDERANDO, a estiagem climatológica que assola o Município de Arroio Trinta/SC, desde outubro de 2021, com chuvas irregulares e que vem ocasionando falta de água potável para consumo humano, principalmente nas comunidades do interior, bom como, prejuízos na agropecuária com escassez de água para animais, comprometendo parcialmente a capacidade de resposta;

CONSIDERANDO como consequência deste desastre, resultou em danos e prejuízos, constante do Formulário Declaração Municipal de Atuação Emergencial;

CONSIDERANDO a recomendação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a IN 02/16/MI de 20/12/2016;

CONSIDERANDO como critérios de agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população afetada, principalmente do interior do Município, com escassez de água potável às famílias, ainda, pela falta de água aos animais e pela limitação da Defesa Civil local, para fazer frente ao evento;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer uma situação jurídica especial que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência no Município de Arroio Trinta/SC, decorrente da existência de situação anormal em virtude da estiagem climatológica, classificada e codificada na Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE sob nº 1.4.1.1.0 – Estiagem, conforme Instrução Normativa nº 36/2020 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC, Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a mobilização de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente a agirem conforme preceitua a norma constitucional.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Com base no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8666/1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possuam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º Fica a população do Município de Arroio Trinta/SC, alertada para racionalizar o uso da água, de forma consciente, evitando desperdícios e o uso não essencial.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Arroio Trinta – SC, 03 de janeiro de 2022.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 001**

Publicação Nº 3520458

PORTARIA Nº 001, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Nomeia Servidor para Cargo Efetivo, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 1712/2014, Lei Complementar nº 1713/2014 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e de acordo com o Edital de Concurso Público nº 0001/2018,

### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público o senhor, LODOVICO ROBERTO WARTHA, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Linha Gramado, interior, no Município de Arroio Trinta – SC, inscrito no CPF sob o nº 715.608.829-72 e Identidade nº 2.405.977, classificado em 6º lugar no Concurso Público, Edital nº 0001/2018 para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, Nível XI, Lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40h (quarenta horas) semanais, no horário compreendido entre 07h30 às 11h30 e 13h30 às 17h30, de 2ª à 6ª feira, com vencimentos previstos em Lei, a partir do dia 03/01/2022.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 03 de janeiro de 2022.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 002**

Publicação Nº 3520461

PORTARIA Nº 002, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Nomeia Servidor que Menciona para Cargo Comissionado, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município,

### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Nomear para o Cargo de SUPERVISOR DE INFRAESTRUTURA, o senhor AQUILINO FERRANTI, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 743.026 e CPF sob nº 294.821.199-91, residente e domiciliado na Linha Sangaletti, interior, no Município de Arroio Trinta – SC, por 40:00 (quarenta) horas semanais, a partir de 03 de janeiro de 2022.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Arroio Trinta – SC, 03 de janeiro de 2022.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 003

Publicação Nº 3520463

PORTARIA Nº 003, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Retifica Portaria Nº 438/2021.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1.º - RETIFICAR a PORTARIA Nº 438, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021, que "Concede Progressão Funcional Horizontal aos Servidores que Menciona, nos Termos da Lei Complementar nº 1712 de 03/11/2014, e dá outras providências.", publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, em sua Edição nº 3719, na parte que se refere à relação dos servidores, fazendo constar:

Onde se lê:

ANEXO I  
Portaria nº 438/2021

Nome	Posicionamento Atual		Novo Posicionamento	
	Nível	Letra	Nível	Letra
Abílio Antonio da Silva	XI	C	XI	D
Adriane Biava	IX	C	IX	D
Adriano Chenchí	VIII	B	VIII	C
Aline Regina de Oliveira	XV	C	XV	D
Andréia Giacomini	XV	C	XV	D
Angelo Araldi	XI	B	XI	C
Carlos José Neotti	VIII	B	VIII	C
Cesar Luiz Altenhofen	EX-I	C	EX-I	D
Cheila Aparecida Bonassa	V	C	V	D
Claudio Spricigo	EX-IV	C	EX-IV	D
Claudio da Soler	VI	B	VI	C
Cristiano Serighelli	V	C	V	D
Daiane Cristina Pedroso	II	B	II	C
Evaristo Jose Biava	VIII	C	VIII	D
Everton Campagnin	EX-IV	C	EX-IV	D
Fabiana Hoeltgebaum	IX	C	IX	D
Fernando Andre Manenti	VIII	D	VIII	E
Fernando Clauber Manenti	V	A	V	B
Franciane Aparecida Moratelli	EX-III	C	EX-III	D
Gilberto Sebastião de Oliveira	V	C	V	D
Glaucia Appi Betinelli	I	B	I	C
Giovani Jucimar Nava	I	B	I	C
Itacir Antonio Terzi	VIII	C	VIII	D
Ivan Carlos Lidani	VIII	B	VIII	C
João Marcos Ferronato	XIV	C	XIV	E
Jose da Soler	VIII	C	VIII	D
Juliana Nesi Biava	II	C	II	D
Juliana Serighelli	XV	D	XV	E
Juliano Cividini	VIII	C	VIII	D
Kleder Antonio Nordio	XI	C	XI	D
Lídio Augustinho Dalazem	XIII	C	XIII	D
Lindamir Barbacovi Constantini	I	B	I	C
Lindomar Elias Wilpert	VIII	C	VIII	D
Loreni Frezza Consoni	II	C	II	D
Lucimar da Soler Grifante	I	B	I	C
Luciano Locatelli	VIII	A	VIII	B
Manoel Wanderlei de Moraes	X	B	X	C
Magda Cristina Donadeli Gemeli	EX-II	D	EX-II	E
Marcia Biava	I	B	I	C

Marcilene Batista de Oliveira Baldo	V	B	V	C
Maria Iracema de Oliveira Sonogo	V	C	V	D
Marília Borga Ferronato	V	B	V	C
Marina Rotta de Andrade	XIV	K	XIV	J
Michel Junior Serighelli	EX-IV	C	EX-IV	D
Moacir Ariati	VIII	C	VIII	D
Neivaldo Serighelli	XI	C	XI	D
Nestor Mozena	XI	C	XI	D
Norberto Alves Ribeiro	VIII	B	VIII	C
Odete Maria Deitos	XVI	C	XVI	D
Osmarina de Fatima Almeida	X	B	X	C
Rachel Meneguzzi Manenti	I	B	I	C
Rita Aparecida Tasca Canonica	II	B	II	C
Roberto Correa de Mello	EX-V	C	EX-V	D
Ronivan Brandalise	XVII	C	XVII	E
Rosenei Turmina Cabral	II	C	II	D
Saionara Cividini de Oliveira	II	B	II	C
Salette Czerniak	I	B	I	C
Salette Sartori Nesi	VII	C	VII	D
Salute Legnani Nesi	II	C	II	D
Sandra Mara Ceron	VII	C	VII	D
Santo Possato	XVIII	D	XVIII	E
Sibele Munaro	X	C	X	D
Simone Bolzon	II	B	II	C
Sirlei Vanuna Passoni Spricigo	I	B	I	C
Sonia Fatima Nesi	V	C	V	D
Sonia Lazzari Turmina	II	C	II	D
Taciane Nesi	I	B	I	C
Taise Marta Pazin	XIV	B	XIV	D
Thaise Cristina Nesi Serighelli	XVI	D	XVI	E
Valeria Luzia Locateli	I	B	I	C
Vinicius Paulo Gomes	XII	B	XII	C

Leia-se:

# ANEXO I

Portaria nº 438/2021

Nome	Posicionamento Atual		Novo Posicionamento	
	Nível	Letra	Nível	Letra
Abílio Antonio da Silva	XI	C	XI	D
Adriane Biava	IX	C	IX	D
Adriano Chenchí	VIII	B	VIII	C
Aline Regina de Oliveira	XV	C	XV	D
Andréia Giacomini	XV	C	XV	D
Angelo Araldi	XI	B	XI	C
Carlos José Neotti	VIII	B	VIII	C
Cesar Luiz Altenhofen	EX-I	C	EX-I	D
Cheila Aparecida Bonassa	V	C	V	D
Claudio Spricigo	EX-IV	C	EX-IV	D
Claudio da Soler	VI	B	VI	C
Cristiano Serighelli	V	C	V	D
Daiane Cristina Pedroso	II	B	II	C
Evaristo Jose Biava	VIII	C	VIII	D
Everton Campagnin	EX-IV	C	EX-IV	D
Fabiana Hoeltgebaum	IX	C	IX	D
Fernando Andre Manenti	VIII	D	VIII	E
Fernando Clauber Manenti	V	A	V	B
Franciane Aparecida Moratelli	EX-III	C	EX-III	D
Glaucia Appi Betinelli	I	B	I	C
Giovani Jucimar Nava	I	B	I	C
Itacir Antonio Terzi	VIII	C	VIII	D
Ivan Carlos Lidani	VIII	B	VIII	C
João Marcos Ferronato	XIV	C	XIV	E

Jose da Soler	VIII	C	VIII	D
Juliana Nesi Biava	II	C	II	D
Juliana Serighelli	XV	D	XV	E
Juliano Cividini	VIII	C	VIII	D
Kleder Antonio Nordio	XI	C	XI	D
Lídio Augustinho Dalazem	XIII	C	XIII	D
Lindamir Barbacovi Constantini	I	B	I	C
Lindomar Elias Wilpert	VIII	C	VIII	D
Loreni Frezza Consoni	II	C	II	D
Lucimar da Soler Grifante	I	B	I	C
Luciano Locatelli	VIII	A	VIII	B
Manoel Wanderlei de Moraes	X	B	X	C
Magda Cristina Donadeli Gemeli	EX-II	D	EX-II	E
Marcia Biava	I	B	I	C
Marcilene Batista de Oliveira Baldo	V	B	V	C
Maria Iracema de Oliveira Sonogo	V	C	V	D
Marilia Borga Ferronato	V	B	V	C
Marina Rotta de Andrade	XIV	K	XIV	J
Michel Junior Serighelli	EX-IV	C	EX-IV	D
Moacir Ariati	VIII	C	VIII	D
Neivaldo Serighelli	XI	C	XI	D
Nestor Mozena	XI	C	XI	D
Norberto Alves Ribeiro	VIII	B	VIII	C
Odete Maria Deitos	XVI	C	XVI	D
Osmarina de Fatima Almeida	X	B	X	C
Rachel Meneguzzi Manenti	I	B	I	C
Rita Aparecida Tasca Canonica	II	B	II	C
Roberto Correa de Mello	EX-V	C	EX-V	D
Ronivan Brandalise	XVII	C	XVII	E
Rosenei Turmina Cabral	II	C	II	D
Saionara Cividini de Oliveira	II	B	II	C
Salette Czerniak	I	B	I	C
Salette Sartori Nesi	VII	C	VII	D
Salute Legnani Nesi	II	C	II	D
Sandra Mara Ceron	VII	C	VII	D
Santo Possato	XVIII	D	XVIII	E
Sibele Munaro	X	C	X	D
Simone Bolzon	II	B	II	C
Sirlei Vanuna Passoni Spricigo	I	B	I	C
Sonia Fatima Nesi	V	C	V	D
Sonia Lazzari Turmina	II	C	II	D
Taciane Nesi	I	B	I	C
Taise Marta Pazin	XIV	B	XIV	D
Thaise Cristina Nesi Serighelli	XVI	D	XVI	E
Valeria Luzia Locateli	I	B	I	C
Vinicius Paulo Gomes	XII	B	XII	C

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23/12/2021.

Arroio Trinta – SC, 03 de janeiro de 2022.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 004

Publicação Nº 3520464

PORTARIA Nº 004, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.  
Concede Férias ao Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal MOACIR ARIATI, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, relativo ao período aquisitivo de 20/04/2019 a 19/04/2020, cujo gozo dos dias será no período de 10/01/2022 a 19/01/2022, ou seja, 10 (dez) dias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 03 de janeiro de 2022.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 005**

Publicação Nº 3520465

PORTARIA Nº 005, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.  
Concede Férias à Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias à servidora municipal, MARILENI SILVA DA SILVA, brasileira, viúva, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2021 a 28/02/2022, cujo gozo será nos dias 03/01/2022 a 12/01/2022, ou seja, 10 (dez) dias; e 5 (cinco) dias gozados no período de 02/05/2020 a 06/05/2020, totalizando 15 (quinze) dias, sendo que a mesma será efetuado o pagamento de adicional correspondente a 1/3 (um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 03 de janeiro de 2022.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001 2022**

Publicação Nº 3519607

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA****AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2022 - PR.**

**Tipo: Menor preço.**

**Forma de Julgamento: Lote.**

**OBJETO:** Escolha da proposta mais vantajosa objetivando a aquisição de peças necessárias par realizar manutenção corretiva no Trator New Holland TL 95, e aquisição de peças necessárias para manutenção de equipamentos agrícolas pertencentes a Secretaria de Agricultura, de acordo com as exigências estabelecidas pelo Edital e seus anexos.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**Entrega dos Envelopes:** Até às **09:00** do dia **18/01/2022**.

**Abertura dos Envelopes:** Às **09:30** do dia **18/01/2022**.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras1@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras1@arroiotrinta.sc.gov.br) [compras2@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras2@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 3 de janeiro de 2022.

**ALCIDIR FELCHILCHER**

Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 0011/2021 - PR(FMS)**

Publicação Nº 3520620

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA  
CNPJ: 10.479.381/0001-97  
RUA FRANCISCO NAVA, 57, CENTRO  
CEP: 89.590-000 - ARROIO TRINTA - SC

**HOMOLOGAÇÃO**

A Srª Juliana Serighelli, Gestora do Fundo Municipal de Saúde do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Administrativo Nº 0029/2021 - PR

Pregão Presencial Nº: 0011/2021 - PR

Data Homologação: 03/01/2022

Objeto da Licitação: Escolha da proposta mais vantajosa objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços em Cloud Computing (computação em nuvem), contemplando o fornecimento de ambiente virtual (Infraestrutura Como Serviço - IaaS) para hospedar os servidores, de acordo com as exigências estabelecidas pelo Edital e seus anexos.

Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

**4574 - MONITORE SOLUCOES EM TI LTDA (13.738.276/0001-13)**

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	37132 - Locação de servidores - Serviço em Cloud Computing (computação em nuvem). Requisitos dos servidores virtuais/Especificações técnicas: - Servidor Virtual para hospedar o AD: 1 vCPU, 4 vRAM, 50 GB HDD, SO: Windows - Servidor Virtual para hospedar o Servidor de Arquivos: 1 vCPU, 2 vRAM, 150 GB HDD, SO: Windows - Servidor Virtual para hospedar o Servidor do Esus: 1 vCPU, 3 vRAM, 60 GB HDD, SO: Linux - Servidor Virtual para hospedar o Servidor do Gemus: 1 vCPU, 3 vRAM, 100 GB HDD, SO: Linux - Servidor Virtual para hospedar o Servidor do RangSaude: 2 vCPU, 4 vRAM, 40 GB HDD, SO: Linux - Roteador de borda	Mês	VIRTOS	12	647,07	7.764,84

	virtual, acesso ao IP Público com firewall, nat e gerenciamento de regras de acesso. - Link de Comunicação Privada de conexão entre o ambiente em nuvem (Datacenter) e o Cliente com velocidade mínima de 50Mbps Full Duplex sem limite de transferência. - Link de Internet entre os servidores em nuvem e a internet com velocidade mínima de 50Mbps Full Duplex sem limite de transferência. - Monitoramento de consumo de recursos dos servidores através de alertas. - 1 IPv4 público fixo e 1 rede ipv6 /64. - Backup da estrutura de servidores em outro local físico com monitoramento e retenção no mínimo de 7 dias.					
2	37133 - Serviço de implantação. A disponibilização do acesso aos serviços deverá ser concluída em até 14 dias após Autorização de Fornecimento.	Un		1	1.735,06	1.735,06
<b>Total (R\$):</b>						<b>9.499,90</b>

**Forma de Pagamento:** O pagamento pelos serviços de locação dos servidores em cloud computing, será efetuado mensalmente até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido, através de depósito ou transferência bancária, mediante apresentação da Nota Fiscal, que deverá ser devidamente atestada pela Setor requisitante. Quanto ao pagamento referente aos serviços de implantação, será realizado em até 30 dias após a conclusão dos mesmos, mediante termo de aceite emitido pela Secretaria Municipal de Saúde.

**Prazo Entrega:** O prazo de vigência inicial desta contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser renovado por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 48 meses estabelecidos por Lei, para este tipo de objeto de contratação. Conforme prevê o artigo 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, a prestação de serviços a serem executadas de forma contínua, poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas a Administração Pública, desde que haja interesse de ambas as partes.

**Forma de Reajuste:** O reajuste será anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em caso de extinção deste, será utilizado o que vier a substituí-lo. O reajuste de preço só será efetivado mediante prorrogação do presente instrumento, após 12(deze) meses de efetivo Contrato.

**Local de Entrega:** O local de prestação dos serviços está descrito no Anexo I - Termo de Referência do presente Edital.

Arroio Trinta - SC, 03/01/2022

**JULIANA SERIGHELLI**  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta

# Atalanta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 090/2021

Publicação Nº 3519720

DECRETO Nº 090/2021

“Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1682 de 09 de dezembro de 2021:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 241.300,00 (Duzentos e quarenta e um mil e trezentos reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.123.0016.2.006 – Amortização da Dívida Pública

3.2.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.300,00

04.122.0007.2.003 – Manutenção da Administração Geral

3.3.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENVOLV. ECONÔMICO

04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENVOLV. ECONÔMICO

20.606.0025.2.010 – Manutenção das Atividades Produtoras

3.3.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.01.01.0081 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.01.19.0019 – Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00

12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.01.01.0081 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0064.2.028 – Manutenção dos Serviços Urbanos

3.3.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário

3.3.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 110.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0091.2.038 – Manutenção da Farmácia Básica

3.3.90.00.00.00.01.02.0082 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta do excesso de arrecadação da fonte de recursos 01.00.0080 - Recursos Ordinários no valor de R\$ 181.300,00 (Cento e oitenta e um mil e trezentos reais), por conta do excesso de arrecadação da fonte de recursos 01.01.0081 - Recursos Educação 25% no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais); por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 01.19.0019 – Transferências do Fundeb 30% no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais); e por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde

3.3.50.00.00.00.01.02.0082 – Transfer. a Instit. Privadas Sem Fins Lucr ..... R\$ 15.000,00



Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 10 de dezembro de 2021.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 091/2021

Publicação Nº 3519722

DECRETO Nº 091/2021

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1679 de 24 de novembro de 2021:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde  
3.3.90.00.00.00.01.02.0082 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá e por conta do excesso de arrecadação da fonte de recursos 01.00.0082 – Recursos Saúde 15% no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 10 de dezembro de 2021.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 093/2021

Publicação Nº 3519726

DECRETO Nº 093/2021

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1659 de 12 de agosto de 2021:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
13.392.0055.2.025 – Promoção da Cultura e Tradições Locais  
3.3.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde  
3.1.90.00.00.00.01.02.0082 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 15 de dezembro de 2021.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 095/2021**

Publicação Nº 3519729

**DECRETO Nº 095/2021**

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1659 de 12 de agosto de 2021:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde  
3.1.90.00.00.00.01.77.0077 – Aplicações Diretas ..... R\$ 170.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 01.77.0077 – Transferências de Emendas de Bancada de Parlamentares SC no valor de R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 22 de dezembro de 2021.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 096/2021**

Publicação Nº 3519732

**DECRETO Nº 096/2021**

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1683 de 21 de dezembro de 2021:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde  
3.1.90.00.00.00.03.38.0141 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta do superávit financeiro do exercício de 2020 da fonte de recursos 03.38.0141 – Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Covid 19 - Exercício Anterior no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 22 de dezembro de 2021.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 097/2021**

Publicação Nº 3519734

**DECRETO Nº 097/2021**

“Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1682 de 09 de dezembro de 2021:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 166.000,00 (Cento e sessenta e seis mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE	
02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE	
04.122.0004.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice	
3.3.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas .....	R\$ 3.000,00
03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
04.122.0007.2.003 – Manutenção da Administração Geral	
3.3.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas .....	R\$ 10.000,00
08.243.0079.2.048 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	
3.1.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas .....	R\$ 10.000,00
04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENVOLV. ECONÔMICO	
04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENVOLV. ECONÔMICO	
20.606.0025.2.010 – Manutenção das Atividades Produtoras	
3.1.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas .....	R\$ 50.000,00
3.3.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas .....	R\$ 10.000,00
05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.01.18.0018 – Aplicações Diretas .....	R\$ 10.000,00
12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.00.00.00.01.18.0018 – Aplicações Diretas .....	R\$ 15.000,00
3.1.90.00.00.00.01.01.0081 – Aplicações Diretas .....	R\$ 13.000,00
3.3.90.00.00.00.01.01.0081 – Aplicações Diretas .....	R\$ 5.000,00
06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS	
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS	
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário	
3.3.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas .....	R\$ 10.000,00
07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas .....	R\$ 22.000,00
08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE	
08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE	
23.695.0082.2.034 – Promoção do Turismo	
3.1.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas .....	R\$ 8.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta do excesso de arrecadação da fonte de recursos 01.00.0080 - Recursos Ordinários no valor de R\$ 123.000,00 (Cento e vinte e três mil reais), por conta do excesso de arrecadação da fonte de recursos 01.01.0081 - Recursos Educação 25% no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais); por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 01.18.0018 – Transferências do Fundeb 70% no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 22 de dezembro de 2021.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 098/2021

Publicação Nº 3519737

DECRETO Nº 098/2021

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1659 de 12 de agosto de 2021:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

27.812.0058.2.026 – Manutenção do Desporto Amador

3.3.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde

3.1.90.00.00.00.01.02.0082 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 22 de dezembro de 2021.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 099/2021

Publicação Nº 3519741

DECRETO Nº 099/2021

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1638 de 03 de dezembro de 2020:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

13.392.0055.2.025 – Promoção da Cultura e Tradições Locais

3.3.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta do excesso de arrecadação da fonte de recursos 01.00.0080 - Recursos Ordinários no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 22 de dezembro de 2021.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

# Balneário Arroio do Silva

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022 - CADASTRO DE FORNECEDORES

Publicação Nº 3520494

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022

EVANDRO SCAINI, Prefeito do Município de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que de acordo com os Artigos 34 aos 37, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais normas vigentes, à possibilidade geral e irrestrita para proceder ao REGISTRO CADASTRAL, para a atualização ou ingresso de novos fornecedores para a Administração Pública Municipal de Balneário Arroio do Silva – SC, conforme segue:

#### I - DO CADASTRO DE FORNECEDORES:

As pessoas jurídicas que tenham interesse em fornecer ao MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA – SC, materiais e bens de consumo, de manutenção e de investimento, duráveis ou não, execução de obras e serviços, inclusive de publicidade, deverão REQUERER, junto ao Departamento de Licitações e Contratações da Prefeitura Municipal, no horário de expediente a partir da publicação do presente, sua inscrição no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES.

#### II - DA HABILITAÇÃO E INSCRIÇÃO:

O Interessado deverá protocolar seu requerimento (conforme modelo em anexo), no setor de protocolo da Prefeitura Municipal, sito à Av. Santa Catarina, nº 1122, Centro, Balneário Arroio do Silva – SC, no horário de atendimento ao público, que deverá estar acompanhado dos seguintes documentos, em via original ou cópia autenticada, conforme o caso:

##### Ø Pessoas Jurídicas:

- Fotocópia do Cartão do CNPJ/MF - (internet).
- Fotocópia do Contrato Social da empresa e alterações ou consolidado - (autenticados).
- Certidão Negativa de Débitos Municipal - (original e/ou internet).
- Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Federal, abrangendo inclusive as contribuições previdenciárias, e quanto a Dívida Ativa da União, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal - (internet).
- Certidão Negativa de Débitos Estadual - (internet).
- Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS - (internet).
- Dados Bancários (Banco, conta, agência, etc.) - (digitado).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT - (internet).
- Certidão de Concordata e Recuperação Judicial do Sistema SAJ e EPROC.(Site do TJSC).

#### III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os documentos exigidos na forma dos itens anteriores, que tenham data de validade, deverão ser substituídos até o vencimento, para o interessado poder participar de qualquer licitação, ou, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de seu vencimento, somente para manter atualizado o cadastro, sob pena do cancelamento do respectivo registro.

Havendo alteração dos atos constitutivos, o fornecedor deverá providenciar a sua juntada e imediata substituição.

Para efeito de cadastro, a proponente deverá fornecer todas as certidões atualizadas e não vencidas e as que não constam prazo de validade, devem ser emitidas pelo órgão competente após a data deste Edital.

Para efeito de participação em Licitações, todas as certidões devem ser atualizadas e não vencidas e as que não constam prazo de validade, deverão ser emitidas pelo órgão competente após a data do respectivo Edital de que trata a Licitação.

A partir da publicação do presente Edital, na forma da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Município de Balneário Arroio do Silva, prioritariamente admitirá como fornecedor os devidamente cadastrados, ou para os demais Processos Licitatórios, os que atenderem, até o primeiro dia anterior à data da abertura da licitação, todos os documentos exigidos para cadastro acima numerado, sem prejuízo dos exigidos pelo respectivo Edital.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva – SC, pelo fone (48) 3526.1445, Ramal 31.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 5 de janeiro de 2022.

EVANDRO SCAINI  
Prefeito Municipal

## Anexo Único

(Modelo de Requerimento)

Ao:  
Município de Balneário Arroio do Silva – SC.  
Secretaria de Administração e Finanças  
Departamento de Licitações e Contratações  
Comissão Permanente de Licitação de Compras e Serviços, Obras e Serviços de Engenharia

## R E Q U E R I M E N T O

Prezados senhores,

A (descrever a Razão Social), empresa sediada na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF (número do CNPJ/MF), e Inscrição Estadual (número da Inscrição Estadual), Telefone, Fax, e-mail, ramo de atividade (descrever a atividade resumida), representada por (descrever o nome, CPF e RG do responsável pela Empresa), vem pelo presente requerer a inscrição e/ou a atualização do seu cadastro de fornecedor junto a este órgão.

Nestes Termos,

Pede Deferimento

Balneário Arroio do Silva/SC, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

CARIMBO CONTENDO A RAZÃO  
SOCIAL – ENDEREÇO E CNPJ/MF  
DA EMPRESA  
Assinatura do Responsável Pela Empresa

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2022**

Publicação Nº 3520127

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ACE03D65EC56A8C793141AFFCE270E5FE5A408A4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2022  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento dos materiais e instalação do sistema de irrigação para o campo de futebol Severo Scaini, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço por item.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei complementar Municipal nº 117/2021.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10h00min, do dia 17 de janeiro de 2022, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

EDITAL E ARQUIVOS: Pessoalmente, pelo telefone: (48) 3526-1445 ou E-mail: administracao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva/SC, 04 de janeiro de 2022.

EVANDRO SCAINI  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2021**

Publicação Nº 3520780

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D57EFDAE046E107E882CDEBC351409A6737C1F6B

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/22

**TOMADA DE PREÇOS N° 01/2022**

**OBJETO:** Seleção e contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para a escolha da proposta mais vantajosa, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra especializada) para a execução da Pavimentação em Blocos Sextavados de Concreto na Rua Araranguá com extensão de 510,00 metros lineares, de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. Conforme Publicação Portaria 535/SEF, Transferências Especiais – Governo Estado de Santa Catarina, regido pela Portaria SEF nº 321/2021.

**TIPO DE JULGAMENTO:** Menor Preço Global.

**REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por preço Global

**REGIME LEGAL:** Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei complementar Municipal nº 117/2021.

**ABERTURA DOS ENVELOPES:** Iniciará às 09h00min, do dia 21 de janeiro de 2022, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

**EDITAL E ARQUIVOS:** Pessoalmente, pelo telefone: (48) 3526-1445 ou E-mail: [administracao@arroiodosilva.sc.gov.br](mailto:administracao@arroiodosilva.sc.gov.br). Fly transparência – Aba Licitações.

Balneário Arroio do Silva/SC, 04 de janeiro de 2022.

EVANDRO SCAINI  
Prefeito Municipal



# Balneário Barra do Sul

## PREFEITURA

**PORTARIA 002/2022**

Publicação N° 3520449

**PREFEITURA DE BALNEÁRIO  
BARRA DO SUL****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****PORTARIA N.º 002/2022**

**Gilmar José Pereira**, Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições conferidas pela portaria 063 de 12 de janeiro de 2021:

**RESOLVE:**

**ART.1º** - Conceder Férias para os Servidores da Educação conforme relação abaixo:

ADRIANA MORELLO DA CONCEIÇÃO	ANTONIO MARCOS CANARIO DA SILVA
ADRIEL NIVALDO DO NASCIMENTO	ANTONIO PAULO SCHWINGEL
ALESSANDRA CAROLINA PONCIANO NASCIMENTO DIAS	ARIANE BREMEN
ALESSANDRA DA CONCEIÇÃO ZANIN	BRUNA GASPAR
ALESSANDRA DE FREITAS ALVES	CAMILA CRISTINE CORREA
ALESSANDRA DOS SANTOS ZABEL	CAMILA MARODIN ASSIS
ALESSANDRO JOÃO REMENIUKI	CAMILA RIBEIRO GONÇALVES
ALINE VOITENA MATIAS	CARLOS AUGUSTO MACHADO
ANA CAROLINA DE MEDEIROS KURTZ COSTA	CHARLENE BEATRIZ SILVANO MARQUES
ANA KARINA ROCHA	CLAUDIA MOMM
ANDREIA MUER	CLEILA REGINA MAIA
ANDRESSA BILIBIO DA SILVA	CLEIZER CRISTIANE ARAUJO PEDRO
ANGELA WISCHNEWSKI	CLEONI JOSE CUNHA RAULINO
ANNABELLA SAN PEDRO	CRISTIANE VIANA PAIM CORDEIRO

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/01/2022 11:08:03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p61d45464d86>.



47 . 9 9683-5265  
47 . 3448 -1043



[secadministracao@balneariobarradosul.sc.gov.br](mailto:secadministracao@balneariobarradosul.sc.gov.br)  
[www.balneariobarradosul.atende.net](http://www.balneariobarradosul.atende.net)



RUA JOAQUIM JOAO LUIZ,  
Nº 216, CENTRO

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)





PREFEITURA DE BALNEÁRIO  
**BARRA DO SUL**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANTONIO FERNANDO SILVEIRA DE SOUZA	CRISTIANO CARLOS RITA
DALVA SCHROEDER DE ANDRADE	GABRIELA RONCHI
DARLIANA SINARA PRADA MINUZZI	GEANI MACHADO DALCIM
DENISE DO ROCIO ROLOFF	GILMAR VANDERLEI RANKEL
DIANA SILVA DE OLIVEIRA	GISELA ADRIANA BERG
DIOGO NOVAIS MIRANDA	GIZELE MACHADO DA SILVA
EDICLEIA CORREA	GUILHERME STIPP NETO
EDILSON CARLOS WOSNY	HELIANE MARIA TRIERWEILER
EDSON DE AVIZ	HELIDA RODRIGUES DOS SANTOS
EDSON LIMA MORAES	IVANIR EMILIA MOREIRA
EDSON LUIS GOMES	JAQUELINE QUADROS SEBASTIAO XAVIER
ELAINE CARLA RITA VIANA	JAQUELINNE DO AMARANTE
ELAINE DA ROSA PEREIRA	JOANITA RAMOS LEHM
ELAINE DE SOUSA RICARDO	JOCENI APARECIDA MUNIZ MARTINS
ELIANE DA CRUZ FERREIRA	JOSEANE COUTINHO ALVES
ELIANE GUILHERMINA HASSE	JOSEANE FERNANDES
ELOIZA MIRANDA MATIAS	JULIA MENDES CARVALHO
EMERSON CARVALHO	JULIANA JUDACHEWSKY
EMERSON LUIZ BOTION	JULIANO ESTRELA
FABIANE VENTURINI SOUZA	KAMILA SALVALAIO EMERIM

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/01/2022 11:08:03 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p61d454f64d98>.



47 . 9 9683-5265  
47 . 3448 -1043



secadministracao@balneariobarradosul.sc.gov.br  
[www.balneariobarradosul.atende.net](http://www.balneariobarradosul.atende.net)



RUA JOAQUIM JOAO LUIZ,  
Nº 216, CENTRO



PREFEITURA DE BALNEÁRIO  
**BARRA DO SUL**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FABRICIA VIEIRA ROSA OURIQUES	KATRIELI DA ROCHA ILOIS
FERNANDA DE ALMEIDA	KAUE ROEDER BAUMGARTEN
FLAVIA DE OLIVEIRA DA SILVA	KEILA CRISTINA FERREIRA DA COSTA MADEIRA
GABRIELA MIERS ALLIENDE CABRAL	LAUDICEIA DA SILVA
LEANDRA IZABEL LOPES	MATILDE ALTINO SILVEIRA DE CARVALHO
LETICIA DA SILVA GOMES	MENANDRO DE SOUZA CAMINHA
LETICIA EDUARDA DE SOUZA	MONICA DOS SANTOS
LINITHI GRASIANNE DA SILVA	MURILO FERNANDO JUNKES VIEIRA
LIOMAR DA SILVA	NATALIA RIBEIRO DOS SANTOS
LUANA BEATRIZ ROCHA DE FREITAS	NATANAEL ANDRADE DE OLIVEIRA
LUCIANA AMBROSIO MOREIRA	NEIVA GOES DA CUNHA
LUCIANE DE MIRANDA FELIPE	ODETE CECÍLIA BLANK
LUCIANI SOUZA DOS SANTOS	PATRICIA DA SILVA
LUCILENE FERREIRA ALVES	PATRICIA MAFRA BORGES HOLANDA
MARCELA MARIA LISBOA	PAULINE PASIZNICK POERNER
MARCIO JOSE SOUZA	PRISCILA CATARINA DA SILVA
MARIA APARECIDA CANDIDO OLIVEIRA DA SILVA	PRISCILA TEREZINHA DA SILVA GLÓRIA
MARIA APARECIDA DA SILVA TAVARES	RANIELLE FRANCISCO DA SILVA
MARIA EFIGÊNIA FLECHA	RAQUEL PELEGRINI
MARIA ISABEL VECHTER DA CUNHA	RAQUEL RODRIGUES

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/01/2022 11:08:03 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.atende.net/p61d454f64d98>.



47 . 9 9683-5265  
47 . 3448 -1043



secadministracao@balneariobarradosul.sc.gov.br  
[www.balneariobarradosul.atende.net](http://www.balneariobarradosul.atende.net)



RUA JOAQUIM JOAO LUIZ,  
Nº 216, CENTRO



PREFEITURA DE BALNEÁRIO  
**BARRA DO SUL**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

MARIA JUCINEIA ALVES DE SOUZA	RAYZA SIELSKI
MARIANA FERNANDES VAZ XAVIER	RENATA XAVIER
MARIELE ROSA SABINO	RODRIGO LOENERT
MARILENE SENFF DE SOUZA	ROGERIO CARVALHO
MARÍLIA DE ARAÚJO MIRANDA	ROSANA APARECIDA CARVALHO DA SILVEIRA
MARISTELA DE SOUZA FERRAÇA	ROSANGELA FERREIRA DE SOUZA
MARLI APARECIDA DA SILVA	ROSIANE DOS SANTOS
ROVAN SOARES	TAMIRES FERNANDA DE LIMA
RUBIANA CORDEIRO GREIN	TATIANE ALINE PEREIRA DE OLIVEIRA
RUTH ENI ARTHUR LEMES	TATIANE APARECIDA FANTON DE OLIVEIRA
SABRINA APARECIDA HILLE CASTANHO	TAYNARA DE BARROS DA LUZ
SANDRA APARECIDA ROSA MARTINS	VALERIA MIRANDA ELEUTERIO
SANDRA MARIA MORAES TEIXEIRA	VANDA PORTO DA SILVA PITZ
SANDRO LUIZ OLIVEIRA MACHADO	VANESSA DE JESUS FERREIRA DA SILVA
SERGIO LUIZ CISZ	VANESSA DE OLIVEIRA DALICANI
SILVANA IARA ESSER	VANESSA DE SOUZA
SILVANA SCHEID	VERGILIO PEDRO DA SILVEIRA
SIMAURO RODRIGUES LIMA DE SOUZA	VERITA ROSELY BUZZI
SOLANGE QUERINO DOS SANTOS REMENIUKI	VIVIANE VENTURINI SOARES
TAIS SAMARA BARANKIEVICZ	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/01/2022 11:08:03 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/61d454f64d98>.



47 . 9 9683-5265  
47 . 3448 -1043



secadministracao@balneariobarradosul.sc.gov.br  
[www.balneariobarradosul.atende.net](http://www.balneariobarradosul.atende.net)



RUA JOAQUIM JOAO LUIZ,  
Nº 216, CENTRO



PREFEITURA DE BALNEÁRIO  
**BARRA DO SUL**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Período aquisitivo: 01/01/2021 a 31/12/2021.

Período de fruição: 03/01/2022 a 01/02/2022.

**ART. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ART. 3º** - Revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Finanças de  
Balneário Barra do Sul, em 03 de janeiro de 2022.**

**GILMAR JOSÉ PEREIRA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/01/2022 11:08:03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.atende.net/p61d454f64d98>.



Assinado digitalmente por:  
**GILMAR JOSÉ PEREIRA**  
382.899.899-20  
04/01/2022 11:08:52

Assinatura digital avançada com certificado digital não IC  
Brasil.



47 . 9 9683-5265  
47 . 3448 -1043



secadministracao@balneariobarradosul.sc.gov.br  
[www.balneariobarradosul.atende.net](http://www.balneariobarradosul.atende.net)



RUA JOAQUIM JOAO LUIZ,  
Nº 216, CENTRO

# Balneário Camboriú

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 151/2021 - PMBC

Publicação Nº 3520846

RESUMO CONTRATO PUBLICAÇÃO EM 05/01/2022

CONTRATO 151/2021 – PMBC

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2021 - PMBC

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADA: IGARA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA.

OBJETO: Implantação de dunas embrionárias na Praia Central.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.216.241,00 (um milhão duzentos e dezesseis mil duzentos e quarenta e um reais).

DESPESA: 614.

PRAZO CONTRATUAL: 27 meses.

Balneário Camboriú – SC – 20/12/2021.

SAMARONI BENEDET  
Secretário de Compras

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ****28157/2022**

Publicação N° 3521159

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - BCPREVI  
GABINETE

**PORTARIA N.º 28.157/2022**

**FABRICIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra “a”, ambos da Lei Orgânica do Município, e por estar de acordo com o Art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal e ainda em conformidade com os artigos 2º, inciso I, 54 inciso I, letra “a”, e 55, § 1º, da Lei Municipal 2.421/2004, somado ao artigo 1º da Emenda Constitucional 70/2.012 e processo 102/2021,

**RESOLVE:**

**1º. APOSENTAR POR INVALIDEZ**, a Sra. **MARIA BEATRIZ MARQUETTI GIORDANI**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, com **PROVENTOS PROPORCIONAIS**, tornando sem efeito todas as disposições em contrário.

**2º.** - Este ato entra em vigor nesta data.

Balneário Camboriú, 04 de Janeiro de 2022.

**FABRICIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal

Balneário Camboriú – Capital Catarinense do Turismo - CNPJ 83.102.285/0001-07  
Rua Dinamarca, 175 – Nações - CEP 88338-315 – (47) 3360-6253

# Balneário Gaivota

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVO CONVÊNIO 1-001/2021/FMS

Publicação Nº 3519858

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA - EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 001/2021/FMS. Objeto: O presente Termo Aditivo do Termo de Convênio tem como objetivo a continuidade da manutenção hospitalar de urgência e Emergência (Pronto Socorro- 24 horas), de forma complementar ao SUS, com os seguintes serviços: consultas, suturas, drenagens, pequenas cirurgias, observação em ambulatório, traumatizados e curativos entre outros, sendo que os referidos serviços serão feitos nas instalações do Hospital "Dom Joaquim", aos munícipes de Balneário Gaivota – SC CONVENIENTE: Município de Balneário Gaivota/SC. ENTIDADE CONVENIADA: INSTITUTO "MARIA SCHMITT" DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO (HOSPITAL DOM JOAQUIM). VALOR: R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil e quinhentos reais). Vigência: 01/01/2022 a 31/12/2022. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.07.01.2.015.3.3.50.00.00.00. 0072(12). Fundamento Legal: art. 116 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, Instrução Normativa N. TC-014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, bem como da Lei Municipal nº 1.011, de 11 de janeiro de 2019 e em consonância ao disposto e demais legislações correlatas aplicadas. Balneário Gaivota-SC, 28 de dezembro de 2021. Daiane Daboit da Rosa Melo - Secretária Municipal de Saúde.

### EXTRATO ADITIVO TERMO PARCERIA 1-004/2021/PREF

Publicação Nº 3519851

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA - EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO TERMO DE PARCERIA 004/2021. Objeto: O presente Termo Aditivo do Termo de Colaboração tem por objeto a finalidade de desenvolver atividades voltadas no acolhimento de usuários de drogas lícitas e ilícitas, do Município de Balneário Gaivota/SC, contribuindo na recuperação do acolhido, de forma que venha a se reestabelecer na sociedade com novos hábitos e institua valorização a vida, conforme Plano de Trabalho anexo a este termo. CONCEDENTE: Município de Balneário Gaivota/SC. ENTIDADE PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO TERAPEÚTICA E MISSIONÁRIA MAGNIFICAT. VALOR: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais). Vigência: 01/01/2022 a 31/12/2022. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1.04.2.011.3.3.50.00.00.0080 (127) Fundamento Legal: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e legislação correlata. Balneário Gaivota-SC, 28 de dezembro de 2021. Everaldo dos Santos – Prefeito Municipal.

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2022 PMBP

Publicação Nº 3520446

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 656A7160285811DBCF840C699526F77B165EFC33

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2022 - PMBP  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022 – PMBP  
HOMOLOGADO EM 04/01/2022

O Município de Balneário Piçarras/SC, CNPJ 83.102.335/0001-48, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da Secretaria de Municipal de Esporte e Lazer de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que realizará a Dispensa de Licitação para Locação de imóvel, para funcionamento de um Centro de Artes Marciais da Secretaria de Esporte e Lazer. O valor total de referência para o objeto descrito, está estimado no total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Fundamento: Art. 24, II, Lei 8.666/93.

ALEXANDRA PELLENS BUTTENDORF, inscrito no CPF/MF sob n.º 006.806.849-21.

Balneário Piçarras, 04 de janeiro de 2022.

Tiago Maciel Baltt - Prefeito Municipal de Balneário Piçarras (SC).

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2022 IPRESP

Publicação Nº 3521202

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2022 – IPRESP  
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2022 – IPRESP

Fundamento: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Trata-se de contratação via Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no caput do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para prestação de serviços estratégicos de solução de tecnologia da informação (TI) pela DATAPREV ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE BALNEÁRIO PIÇARRAS. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net.

Balneário Piçarras (SC), 04 de janeiro de 2022.

Rosani Cesário Pereira - Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Balneário Piçarras.

### PORTARIA 001/2022

Publicação Nº 3519663

PORTARIA N.º 001/2022

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO, com as atribuições pertinentes ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Piçarras - IPRESP, a Sra. DENISE COELHO DE SOUZA HEIMOSKI RIBEIRO, Matrícula nº 11640, com a imediata posse e com as prerrogativas e competências que lhe concede a legislação deste município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de janeiro de 2022.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA 002/2022**

Publicação N° 3519668

PORTARIA N.º 002/2022

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o exercício da Função Gratificada de Diretora da Escola Professora Felicidade Pinto Figueredo, junto a Secretaria de Educação, a Sra. AMANDA SILVEIRA ASSMANN, Matrícula nº 10695, ocupante do cargo efetivo de Professor III - Nível A-3, com a imediata posse e com as prerrogativas e competências que lhe concede a legislação deste município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de janeiro de 2022.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 003/2022**

Publicação N° 3519671

PORTARIA N.º 003/2022

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o exercício da Função Gratificada de Auxiliar de Direção da Escola Professora Felicidade Pinto Figueredo, junto a Secretaria de Educação, a Sra. SIDICLÉIA APARECIDA DA MAIA SOUZA, Matrícula nº 2094, ocupante do cargo efetivo de Professor III - Nível M-3, com a imediata posse e com as prerrogativas e competências que lhe concede a legislação deste município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de janeiro de 2022.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 741/2021**

Publicação N° 3519524

PORTARIA N.º 741/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria 053/2021 de 04 de janeiro de 2021, a conseguinte EXONERAÇÃO a pedido, da função Gratificada de Diretora da Escola Professora Felicidade Pinto Figueredo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Educação, a Sra. FABIANA CRISTINA FRANCISCO DOS PASSOS, matrícula nº 3562, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competências que lhe concede a Legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 31 de dezembro de 2021.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 742/2021**

Publicação Nº 3519533

PORTARIA N.º 742/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria 047/2021 de 04 de janeiro de 2021, a conseguinte EXONERAÇÃO a pedido, da função Gratificada de Coordenador do Centro Educacional Infantil Tia Pequena Extensão, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Educação, a Sra. CARMEN LÚCIA DOS SANTOS GREGÓRIO, matrícula nº 548, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competências que lhe concede a Legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 31 de dezembro de 2021.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 743/2021**

Publicação Nº 3519657

PORTARIA N.º 743/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria 0051/2021 de 04 de janeiro de 2021, a conseguinte EXONERAÇÃO da função Gratificada de Auxiliar de Direção da Escola Professora Felicidade Pinto Figueredo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Educação, a Sra. AMANDA SILVEIRA ASSMANN, matrícula nº 10695, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competências que lhe concede a Legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 31 de dezembro de 2021.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 744/2021**

Publicação Nº 3519660

PORTARIA N.º 744/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria 0050/2021 de 04 de janeiro de 2021, a conseguinte EXONERAÇÃO da função Gratificada de Secretária Escolar da Escola Professora Felicidade Pinto Figueredo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Educação, a Sra. SIDICLÉIA APARECIDA DA MAIA SOUZA, matrícula nº 2094, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competências que lhe concede a Legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 31 de dezembro de 2021.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração

# Bandeirante

## CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022

Publicação Nº 3520374

#### PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

#### CÂMARA DE VEREADORES DE BANDEIRANTE

#### EDITAL Nº 001/2022

CONSIDERANDO a necessidade temporária de contratação de pessoal e do excepcional interesse público previsto no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal.

CONSIDERANDO a necessidade urgente de contratação de contador, e que não há concurso público vigente.

A Câmara de vereadores de Bandeirante – SC realizará Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Contador para atuar na Câmara de vereadores de Bandeirante.

#### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito.

1.2 Os candidatos que atenderem a todas as condições exigidas neste Edital serão contratados conforme o número de vagas ou ficarão em "Cadastro de Reserva" na expectativa de abertura de novas vagas.

#### 2. DOS CARGOS

##### 2.1- Contador(a)

Cargo	Vagas	Horas	Habilitação	Remuneração
Contador(a)	01 + CR	20 h/sem	Ciências contábeis e registro no órgão (CRC)	R\$ 2.399,15 20h

CR: Cadastro de Reserva

#### 3.0 DO PROCESSO SELETIVO

##### 3.1 REQUISITOS

3.1.1- Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, 18/04/1972;

3.1.2- Gozo dos direitos políticos;

3.1.3- Estar quite com as obrigações do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;

3.1.4- Nível de escolaridade exigido para o cargo;

3.1.5- Aptidão física e mental, salvo nos casos em que a lei determine situação adversa;

3.1.6- Não se enquadrar na vedação de acúmulo de cargos públicos (art. 37 inciso XVI da CF);

3.1.7- Não possuir condenação criminal transitada em julgado, nem responder a processo penal por crime que o incompatibilize a exercer a função pública.

#### 4.0 DA INSCRIÇÃO

4.1- As inscrições serão gratuitas e realizadas em formulário padrão na Secretaria da Câmara Municipal de vereadores de Bandeirante, situada na Rua João Bataglin, 1116 - Centro, Centro de Bandeirante.

4.2- As inscrições serão realizadas no dia 10/01/2022, das 09h00min às 11h00min.

4.3- A inscrição deverá ser efetuada pelo candidato ou por procurador devidamente constituído por instrumento de Procuração Pública ou Particular.

4.4- O candidato ou seu procurador deverá comparecer ao local da inscrição munidos dos documentos exigidos no item 4.5;

4.5- No ato da inscrição o candidato deverá preencher formulário padrão, com letra legível, não podendo haver rasuras e/ou emendas, nem omissão de dados nele solicitado e entregar cópias simples dos seguintes documentos.

a) Documento de Identidade;

b) CPF;

c) Título de Eleitor;

d) Certidão de quitação eleitoral;

e) Alistamento militar, no caso de candidatos do sexo masculino;

f) Inscrição no PIS/PASEP;

g) Comprovante de residência;

h) Curriculum Vitae, devidamente documentado;

i) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;

4.7- Deverão constar no Curriculum Vitae, as informações relativas a dados pessoais, documentação, escolaridade, experiência profissional, qualificação profissional e exigências inerentes do cargo. As informações prestadas no Curriculum Vitae serão de inteira responsabilidade do candidato que deverá fazê-las de forma correta e legível com a comprovação das informações prestadas através de documento comprobatório

4.8 – Nenhum documento poderá ser apresentado após a inscrição;

4.9- Os documentos apresentados deverão estar no vernáculo;

4.10- A inscrição obriga o candidato a aceitar plena e integralmente as condições determinadas neste edital e legislação vigente;

4.11- Feita a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

4.12- Será automaticamente eliminado do processo seletivo simplificado o candidato que não apresentar, na inscrição, os documentos exigidos para o cargo.

## 5.0 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

5.1- O Processo Seletivo será constituído da análise da qualificação profissional e tempo de experiência, realizada por Comissão constituída para este fim.

### 5.2-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

#### 4.1.1 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

I- Doutorado; 3,0 (três pontos);

II- Mestrado; 2,5 (dois pontos e meio);

III- Pós Graduação; 2,0 (dois pontos);

IV- Graduação; 1,5 (um ponto e meio).

Paragrafo Único- Será utilizado para critérios de qualificação profissional a maior titulação no caso dos incisos I, II, III e IV.

#### 5.2.2- TEMPO DE EXPERIÊNCIA

5.2.2.1 - Será considerado para fins de pontuação o efetivo exercício na área de contabilidade, atuando como Contador. Valendo 1,0 (um ponto) a cada seis meses de efetivo exercício limitado a 5,0 (cinco pontos), devendo ser comprovado documentalmente o período apresentado.

Paragrafo Único- Os candidatos serão classificados pela ordem da soma da qualificação profissional e tempo de experiência.

## 6.0 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1- O resultado provisório deste Processo Seletivo Simplificado será Publicado no dia 11 de janeiro de 2022 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site <https://www.bandeirante.sc.gov.br/> da Prefeitura Municipal de Bandeirante

6.2- Após o julgamento dos recursos interpostos contra o resultado provisório, deste Processo Seletivo Simplificado, será divulgado o resultado final, na data de 14 de janeiro de 2022.

6.3- A pontuação total do candidato, utilizada para fins de classificação será o somatório da pontuação obtida na qualificação profissional e tempo de experiência, ocorrendo empate, será considerado como critério de desempate o maior tempo de atuação na área, persistindo o empate o critério para desempate será o de maior idade.

6.4- O candidato deve comprovar a qualquer tempo, quando solicitado, o atendimento a todos os requisitos e condições estabelecidos neste Edital. O candidato que não atender a este item terá sua inscrição CANCELADA, sendo ELIMINADO do Processo Seletivo Simplificado.

## 7.0 DO RECURSO CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO

7.1 - O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado das avaliações disporá de 1 (um) dia para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação do resultado, e deverá protocolar na recepção da Câmara ou encaminhar por correio eletrônico, utilizado na inscrição do candidato, para o endereço; [camara@bandeirante.sc.gov.br](mailto:camara@bandeirante.sc.gov.br), no horário das 8 horas às 17h00 horas.

## 8. DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATO

8.1- A chamada dos candidatos classificados para ocuparem as vagas, será feita pela Secretaria da Câmara.

8.2- O candidato terá prazo de 48 horas, subsequente à convocação, para comparecer a Secretaria da Câmara de vereadores de Bandeirante no setor de Recursos Humanos com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado no período implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

9.1- Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções e exigências contidas neste Edital.

9.2-Todas as publicações oficiais referentes ao presente Processo Seletivo serão feitas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

9.3- O profissional contratado terá avaliado o seu desempenho pela chefia imediata, durante o período de vigência do contrato.

9.4- A aprovação do candidato neste Processo Seletivo Simplificado não assegura a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado seguindo rigorosamente a ordem de classificação e o preenchimento das vagas disponíveis.

9.5- É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este edital que sejam publicados nos locais referidos no item 8.2 deste edital.

9.6- O prazo de validade do Processo Seletivo será de 6 (seis) meses, contado da publicação de sua homologação.

**10. CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	05/01/2022	Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site <a href="https://www.bandeirante.sc.gov.br/">https://www.bandeirante.sc.gov.br/</a> da Prefeitura Municipal de Bandeirante
Inscrições	10/01/2022	Secretaria da Câmara de vereadores de Bandeirante.
Publicação do Resultado Provisório	11/01/2022	Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site <a href="https://www.bandeirante.sc.gov.br/">https://www.bandeirante.sc.gov.br/</a> da Prefeitura Municipal de Bandeirante
Prazo de interposição de recurso, somente em face do Resultado Preliminar	12/01/2022	Por Correio Eletrônico <a href="mailto:camara@bandeirante.sc.gov.br">camara@bandeirante.sc.gov.br</a> ou protocolado na Recepção da Câmara.
Publicação do Resultado Final	14/01/2012	Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site <a href="https://www.bandeirante.sc.gov.br/">https://www.bandeirante.sc.gov.br/</a> da Prefeitura Municipal de Bandeirante
Homologação	14/01/2022	Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site <a href="https://www.bandeirante.sc.gov.br/">https://www.bandeirante.sc.gov.br/</a> da Prefeitura Municipal de Bandeirante.

Bandeirante, 04 de janeiro de 2022.

ADINOR CARVALHO SALLES  
Presidente da Câmara Municipal de Bandeirante

**PORTARIA N. 001/2022 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR**

Publicação Nº 3519857

PORTARIA N. 001, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a servidora SANDRA CARNIEL MERLINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula 99, lotada no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, com gozo a partir do dia 03/01/2022 até 22/01/2022.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, em 03 de janeiro de 2022.

ADINOR CARVALHO SALLES  
Presidente da Câmara Municipal

**PORTARIA N. 002/2022 - EXONERA ASSESSOR JURÍDICO**

Publicação Nº 3519871

PORTARIA Nº 002, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.  
EXONERA O SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR JURÍDICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Senhor MAIKO DANIEL BONAMIGO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, 10 horas semanais, Matrícula 159, lotado no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, deste Ente Federado, com vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante (SC), em 03 de Janeiro de 2022.

ADINOR CARVALHO SALLES  
Presidente da Câmara Municipal

**PORTARIA N. 003/2022 - EXONERA SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DO LEGISLATIVO**

Publicação Nº 3519880

PORTARIA Nº 003, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

EXONERA SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DO LEGISLATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido o Senhor RÔMULO DULTRA DE CAMPOS MAZUTTI, das funções do Cargo em Comissão de Secretário Administrativo do Legislativo, junto à Secretaria Administrativa do Legislativo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta, deste Ente Federado, com as atribuições e remuneração atinente ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante (SC), em 03 de Janeiro de 2022.

ADINOR CARVALHO SALLES  
Presidente da Câmara Municipal

**Barra Bonita****PREFEITURA****CONTRATO 47/2021**

Publicação Nº 3519894

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 146/2021

DATA CONTRATO: 28 de dezembro de 2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Buenos Aires, centro, Barra Bonita/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr AGNALDO DERESZ, brasileiro, casado, portador do CPF nº 016.532.949-14 e da Carteira de Identidade sob RG nº 3526025.

CONTRATADO: JOSIANE PIRES DA SILVA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.098.765/0001-77, com sede Rua Cristóvão Colombo, Bairro Estrela, CEP: 89900-000, São Miguel do Oeste/SC.

OBJETO: Contratação de Empresa para reforma do Centro de Educação Infantil Pingo de Gente com levantamento de paredes, colocação de pisos e forro de PVC com manta térmica conforme projetos anexo.

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ de 124.633,06 (cento e vinte e quatro mil seiscentos e trinta e três reais e seis centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é até 31/03/2022.

AGNALDO DERESZ  
Contratante**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº01/2022**

Publicação Nº 3520332

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº10/2022  
EDITAL DE PREGÃO Eletrônico Registro de Preço Nº 01/2022

O Município de Barra Bonita Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preço, objetivando a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE retroescavadeira nova, 2022, 0,00hrs/trabalhadas com as seguintes características técnicas mínimas: peso operacional mínimo de 7.500kg, equipada com motor turbo diesel de no mínimo 85hp; transmissão de 4 marchas a frente e 4 marchas a ré; tração 4x4; freios a disco; equipada co cabine fechada com ar condicionado original do fabricante, carregador frontal tipo caçamba de no mínimo 1m3; caçamba da retroescavadeira de 0,25m3, profundidade de escavação de 4,4 metros, garantia de 12 meses independente de horas trabalhadas, devendo a máque ser entregue/licenciada e com emissão nota em nome do município de barra bonita/sc. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 20 de janeiro de 2022. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura.

Barra Bonita, em 04 de janeiro de 2022.

AGNALDO DERESZ  
Prefeito Municipal**PORTARIA N.º 04 DE 05 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521566

PORTARIA N.º 04 de 05 de janeiro de 2022

Nomeia servidor comissionado, de livre nomeação e exoneração e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município e combinado com a Lei Complementar 047/2013.

Resolve,



Art.1º. Nomear o senhor, Paulo Sergio Boff, CPF nº 020.586.589-57, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Administração, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com carga horária de 40h semanais, a contar desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 05 de janeiro de 2022

Agnaldo Deresz  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

## **PORTARIA N.º 05 DE 05 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3521568

PORTARIA N.º 05, de 05 de Janeiro de 2022.

“Admite servidor e dá outras providencias”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 038/2011, de 01 de dezembro de 2011, e resultado do Processo Seletivo N° 02/2021 da Secretaria Municipal de Educação conforme Decreto N° 1432 de 10 de Novembro de 2021.

Resolve,

Art. 1º - Admitir em caráter temporário a senhora, Marlene Ferreira, CPF 040.496.539-31 para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para atuar no C.E.I.M. Pingo de Gente, pelo período de 05 de janeiro de 2022 até 10 de novembro de 2022, prorrogável conforme interesse da Administração, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 05 de Janeiro de 2022.

AGNALDO DERESZ  
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

## **PORTARIA N.º 06 DE 05 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3521571

PORTARIA N.º 06, de 05 de janeiro de 2022

“Admite servidor e dá outras providencias”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 20/2004 e alterações, de 05 de março de 2004, e Processo Seletivo Simplificado Edital nº007/2021

Resolve;

Art. 1º - Admitir em caráter temporário, o Senhor, Eduardo Frederichs, CPF nº 069.807.709-18, para ocupar o Cargo de Técnico em Agropecuária, Anexo Único, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, pelo período de 05 de janeiro de 2022 até a realização de novo processo seletivo ou concurso público conforme interesse da Administração, sob regime estatutário e Regime Geral da Previdência Social, e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 05 de janeiro de 2022.

Agnaldo Deresz  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e, publicada na forma da Lei.

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA 057/2021 ELIÇÃO DA MESA DIRETORA

Publicação Nº 3519770

ATA Nº 057/2021  
ATA DA 55º SESSÃO ORDINÁRIA  
DO 1º PERÍODO  
DA 7ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2021

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às dezenove horas e trinta minutos, realizou-se na sala de reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, sito na Avenida Buenos Aires, a quinquagésima quinta sessão ordinária, do primeiro período da sétima legislatura, composta pelos senhores Vereadores Neir Isidoro Mittmann, Presidente, Luiz Gibrail Dresch, Vice Presidente, Valdelirio Barcellos da Cruz, Primeiro Secretario, Jean Christofoli, Segundo Secretario, Joacir Raldi, Dejair Angelo Roman, Vanderlei Pelozato, Olivio Junior Bertan e Ivo Araldi. Sob a Presidência do Vereador Srº. Neir Isidoro Mittmann, que declarou aberta a sessão, sob a proteção de Deus, com a presença dos Vereadores, Senhores, Ivo Araldi, Joacir Raldi, Dejair Angelo Roman, Jean Christofoli, Vanderlei Pelozato, Valdelirio Barcellos da Cruz, Luiz Gibrail Dresch e Olivio Junior Bertan. Após é colocado em votação a ata nº56/2021, realizado no último dia 21 de dezembro, colocado em votação aprovado por unanimidade. Na sequência é colocado em votação a indicação nº069/2021, para que seja instalado uma lombada física na estrada geral logo fora da sede da cidade na linha Tateto em frente a casa do Sr. Luiz Zaccaron. O Vereador Srº Ivo Araldi comenta que é um pedido dos moradores que moram próximos ao local, por ser um local de bastante tráfego de veículos, desta forma se torna necessário este pedido. Colocado em votação aprovado por unanimidade. Após passou-se a eleição da mesa diretora para o ano de 2022. Primeiramente foi feito a eleição para presidente, ficando eleito o Vereador Srº Joacir Raldi com cinco votos e quatro votos para o Vereador Srº Luiz Gibrail Dresch. Após é feito a eleição para vice presidente, ficando eleito o Vereador Srº Neir Izidoro Mittmann com cinco votos, quatro votos para Ivo Araldi. Na sequência é feito eleição para primeiro secretario sendo eleito o Vereador Srº Olivio Junior Bertan com cinco votos e quatro votos para Jean Christofoli. Ato continuo é feito eleição para segundo secretário ficando eleito o Vereador Srº Dejair Angelo Araldi com nove votos. Com os Vereadores eleitos para mesa Diretora o Presidente declara eleita a mesa e empossada que comandará os trabalhos no ano de 2022. Na palavra livre os vereadores fazem agradecimento pelo ano de trabalho. Nada mais a tratar, a Presidente Srº Neir Izidoro Mittmann, declara encerrada a sessão às vinte horas comentando que a Câmara de Vereadores entra em recesso, onde volta ao trabalho no mês de Fevereiro de 2022. Eu, Rogerio Tesser, Secretário executivo, autorizado para estas funções, lavrei a presente ata que lida e achada conforme segue assinada pelos integrantes da Mesa Diretora, devendo ser aprovada na sessão ordinária subsequente a esta.

Presidente  
NEIR IZIDORO MITTMANN .....

Vice-Presidente  
LUIZ GIBRAIL DRESCH .....

Primeiro secretario  
VALDELIRIO BARCELLOS DA CRUZ .....

Segundo Secretario  
JEAN CHRISTOFOLI .....

# Barra Velha

## PREFEITURA

### DECRETO N° 1632, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação N° 3520864

DECRETO N° 1632, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Dispõe sobre Feriados e Pontos Facultativos no âmbito do Município de Barra Velha-SC para o exercício de 2022, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 71, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Em cumprimento ao estabelecido na legislação de cada um dos níveis da Administração Pública, os feriados Nacionais, Estaduais e Municipais instituídos em Lei, serão observados no âmbito do Município conforme o quadro abaixo:

DATA/2022	
01 DE JANEIRO	Confraternização Universal
15 DE ABRIL	Sexta Feira Santa – Paixão de Cristo
17 DE ABRIL	Páscoa
21 DE ABRIL	Tiradentes
1º DE MAIO	Dia do Trabalhador
06 DE JUNHO*	Festa do Divino Espírito Santo
16 DE JUNHO*	Corpus Christi
07 DE SETEMBRO	Independência do Brasil
12 DE OUTUBRO	Dia de Nossa Senhora Aparecida
02 DE NOVEMBRO	Dia de Finados
15 DE NOVEMBRO	Proclamação da República
07 DE DEZEMBRO *	Emancipação Política do Município de Barra Velha
25 DE DEZEMBRO	Natal

\* Feriado Municipal

Art. 2º. Ficam determinados como Ponto Facultativo em todas as repartições da Administração Pública Municipal, ressalvadas as necessidades de cada órgão, as seguintes datas:

DATA/2022	
28 DE FEVEREIRO	Carnaval
01 DE MARÇO	Carnaval
02 DE MARÇO	Quarta feira de Cinzas até as 12h
17 DE JUNHO	Sexta-Feira
28 DE OUTUBRO	Dia do Servidor Público
24 DE DEZEMBRO	Véspera de Natal
31 DE DEZEMBRO	Véspera de ano novo

Parágrafo Único - O ponto facultativo do dia 28 de outubro, não se aplica à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 03 de janeiro de 2022.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA  
Prefeito Municipal

### DECRETO N° 1631, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação N° 3520858

DECRETO N° 1631, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Regulamenta o § 2º do artigo 1º da lei n. 2007, de 19 de novembro de 2021, que dispõe sobre o auxílio alimentação no âmbito do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de conformidade com a Lei municipal n. 2007, de 19 de novembro de 2021;

DECRETA:

Art. 1º O auxílio alimentação, de que tratam as Leis 2007/2021 e 2008/2021, será pago mediante a entrega de um cartão com o crédito no valor estipulado em lei e em decreto com os devidos reajustes.

Art. 2º O pagamento do auxílio alimentação será feito através de um cartão de crédito, em que será disponibilizado o valor mensalmente.

Parágrafo único: o valor não utilizado durante o mês ficará como saldo para os próximos meses, sendo cumulativo.

Art. 3º A administração, controle e gerenciamento do cartão ficarão a cargo de instituição regularmente contratada através de licitação, que terá a incumbência de confeccionar os cartões magnéticos, credenciar as empresas do ramo e repassar às mesmas os valores correspondentes aos produtos adquiridos pelos beneficiários.

Parágrafo único: Enquanto não for homologada a licitação, o pagamento poderá ser realizado na folha de pagamento do servidor.

Art. 4º O pagamento retroativo do auxílio-alimentação poderá ocorrer por motivos operacionais ou por erro da Administração, devendo-se aplicar para os cálculos devidos e a eventual prescrição.

Art. 5º O Cartão auxílio alimentação que trata a presente lei, será pago preferencialmente todo primeiro dia útil de cada mês.

Art. 6º De posse do cartão magnético, o beneficiário comparecerá a qualquer estabelecimento credenciado no município de Barra Velha, de sua livre escolha, para sua utilização, até o limite do valor de seu crédito.

Art. 7º Não receberão o auxílio alimentação o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais.

Art. 8º Cessa o direito ao auxílio quando da exoneração do servidor ou ficará suspenso quando das hipóteses do artigo 3º da lei 2007/2021, podendo o servidor ainda utilizar do saldo que estiver em sua conta.

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 03 de janeiro de 2022.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA  
Prefeito Municipal

**EDITAL Nº 001/2022 FUNDEMA**

Publicação Nº 3520777



Secretaria  
Municipal de  
Administração  
SEMA

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO POR MEIO DE ANÁLISE DE CURRÍCULOS PARA  
PREENCHIMENTO DE VAGA NA CATEGORIA DE TEMPORÁRIO NA FUNDAÇÃO  
MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – FUNDEMA DE BARRA VELHA**

EDITAL Nº 001/2022

Processo Seletivo Simplificado 001/2022,  
para contratação por prazo determinado.

O Prefeito de Barra Velha/SC, no uso de suas atribuições, visando à contratação de 1 (um) engenheiro agrônomo, por prazo determinado, para atuar junto à Fundação Municipal de Meio Ambiente de Barra Velha – FUNDEMA, amparado em excepcional interesse público, com fulcro no Art. 37, IX, da Constituição da República, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado, que será regido pelas normas estabelecidas neste edital, bem como disposto na Lei Complementar nº 189, de 14 de outubro de 2015.

**1 CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

Período das Inscrições	06/01/2022 a 12/01/2022
Publicação preliminar da relação de inscrição	13/01/2022
Recurso da não homologação das inscrições	14/01/2022
Manifestação da Comissão na reconsideração e publicação da relação final de inscritos	17/01/2022
Análise dos currículos	17/01/2022 e 18/01/2022
Publicação do resultado preliminar	19/01/2022
Recurso do resultado preliminar	20/01/2022
Manifestação da Comissão na reconsideração	21/01/2022
Publicação da relação final dos aprovados	24/01/2022

**2 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**2.1** O processo seletivo simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pela Comissão do Processo Seletivo, designada pelo chefe do executivo;

**2.2** A seleção dos candidatos será publicada em Diário Oficial do Município e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e/ou da experiência comprovada;

**47 3446 7700**  
leis@barravelha.sc.gov.br  
www.barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha, SC - CEP: 88.390-000



Secretaria  
Municipal de  
Administração  
**SEMA**

2.3 O processo seletivo simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação temporária até a realização do concurso público;

2.4 Os classificados serão chamados conforme a demanda da Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA;

2.5 O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem crescente de classificação;

### 3 DAS VAGAS

3.1 Serão oferecidas a seguinte vaga, respeitados os requisitos de comprovação presentes no item 3 deste edital e seus subitens:

Cargo/Competência	Vagas	CH	Remuneração
Engenheiro agrônomo	01	40 h	R\$ 5.384,70

### 4 DA INSCRIÇÃO

4.1 – Período de Inscrições: 06/01/2022 a 12/01/2022.

4.2 - Horário: das 08h00min às 17h30min.

4.3 - Local: Sistema Nacional de Emprego (SINE), localizado na Av. Thiago Aguiar, 256-306 - Centro, Barra Velha - SC, 88390-000.

4.4 - A inscrição será efetuada pelo interessado ou procurador devidamente habilitado, gratuitamente, mediante o preenchimento de formulário padronizado – Ficha de Inscrição.

4.5 - O candidato deverá apresentar a documentação comprobatória exigida no presente Edital no ato das inscrições;

4.6 - No ato da inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data do encerramento das inscrições;
- Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- Quando do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar;
- Não estar incurso na condição de acumulação ilícita de cargos públicos;
- Possuir diploma de nível superior para a vaga de engenheiro agrônomo outorgado por entidade oficial ou oficializada;
- Possuir registro definitivo no Conselho Regional respectivo a sua categoria específica, no momento da contratação;
- Estar ciente que será submetido a exame médico no momento da contratação;
- A inscrição do candidato implicará na tácita e integral aceitação das condições estabelecidas no presente comunicado, sendo que o processo seletivo terá validade de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado para mais um ano.

**47 3446 7700**  
leis@barravelha.sc.gov.br  
www.barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha, SC - CEP: 88.390-000



Secretaria  
Municipal de  
Administração  
SEMA

j) A inexistência de afirmativas e ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da assinatura do contrato, implicará na nulidade da inscrição e dos atos dela decorrentes, sem prejuízos da adoção de medidas de ordem administrativa ou judicial.

4.7. Para inscrever-se o interessado deverá apresentar:

- a) Ficha de inscrição modelo Anexo I.
- b) Diploma ou comprovante de conclusão do curso específico;
- c) Todos os documentos comprobatórios, em cópias autenticadas ou cópia simples junto com o documento original. Nesse caso, as cópias simples serão conferidas com os documentos originais no momento da inscrição.
- d) Ficarão (as cópias conferidas e/ou as autenticadas) em posse da FUNDEMA para arquivamento, ficha de inscrição do candidato e planilha para pontuação currículo.

## 5- DAS FORMAS DE AVALIAÇÃO

5.1. O processo seletivo dos candidatos consistirá em análise curricular sob coordenação da Comissão de Processo Seletivo.

5.2. A avaliação do currículo do candidato a engenheiro florestal se dará da seguinte maneira:

5.2.1 - Experiência profissional técnica ou docente nas áreas de engenharia agrônoma. Pontuando da seguinte forma: 12 (doze) pontos por ano, no máximo de 3 (três) anos, (podendo, a pontuação, ser fracionada por mês, sendo 1 (um) ponto/mês), que deverá ser comprovada através de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Declaração em papel timbrado (original e cópia) ou Certidão de Tempo de Serviço expedida por órgão competente (original e cópia).

5.2.2 – Estágio Profissional na área de licenciamento ambiental. Pontuando da seguinte forma: Pontuando da seguinte forma: 12 (doze) pontos por ano, no máximo de 3 (três) anos, (podendo, a pontuação, ser fracionada por mês, sendo 1 (um) ponto/mês), que deverá ser comprovada através de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Declaração em papel timbrado (original e cópia) ou Certidão de Tempo de Serviço expedida por órgão competente (original e cópia).

5.2.3 - Média geral do histórico escolar da graduação em Engenharia Agrônoma que será pontuado na seguinte conformidade: Média do somatório de todas as notas das disciplinas constantes no histórico escolar dividido pelo número de disciplinas. Valor máximo de 10 (dez) pontos. Para fins de comprovação considerar-se-á:

**47 3446 7700**

[teis@barravelha.sc.gov.br](mailto:teis@barravelha.sc.gov.br)  
[www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br)

Avenida Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha, SC - CEP: 88.390-000



Secretaria  
Municipal de  
Administração  
SEMA

declaração/certificado/atestado/histórico contendo a média geral do histórico escolar da graduação, em papel timbrado (original e cópia ou cópia autenticada).

5.2.4 – Comprovações de participação em eventos técnico/científicos nas áreas de engenharia agrônoma de no mínimo 10 horas. Será pontuado na seguinte conformidade: 0,3 (zero virgula três) pontos por evento nacional e 0,6 (zero virgula seis) pontos por evento internacional. No máximo 10 (dez) eventos. Para fins de comprovação considerar-se-á: certificado/declaração/atestado com código digital de verificação ou em papel timbrado com assinatura (original e cópia OU cópia autenticada).

5.2.5 – Intercâmbio acadêmico durante a graduação de Engenharia agrônoma. Será pontuado na seguinte conformidade: 0,5 (zero virgula cinco) pontos por mês. No máximo 5 (cinco) pontos. Para fins de comprovação considerar-se-á: certificado/declaração/atestado ou equivalente, em papel timbrado com assinatura (original e cópia OU cópia autenticada).

5.2.6 - Comprovações de cursos de qualificação nas áreas de engenharia agrônoma, com no mínimo 20 horas. Será pontuado na seguinte conformidade: 0,5 2 (zero virgula cinco) pontos por curso no máximo de 10 (dez) cursos, comprovados através de certificado/declaração/atestado com código digital de verificação OU em papel timbrado com assinatura (original e cópia OU cópia autenticada).

5.2.7 – Curso Técnico de Nível Médio nas áreas de engenharia agrônoma. Será pontuado na seguinte conformidade: 4 (quatro) pontos por curso, no máximo 1 (um) curso. Para fins de comprovação considerar-se-á diploma devidamente reconhecido pelo MEC ou equivalente estrangeiro com validação legal no Brasil.

5.2.8 – Pós-Graduação *latu sensu*, com no mínimo 300 (trezentas) horas, nas áreas de engenharia agrônoma. Será pontuado na seguinte conformidade: 5 (cinco) pontos por curso, no máximo 2 (dois) cursos. Para fins de comprovação considerar-se-á: certificado com código digital de verificação ou em papel timbrado com assinatura (original e cópia ou cópia autenticada).

5.2.9 – Pós-graduação *latu sensu*, com no mínimo 300 (trezentas) horas, em qualquer área do conhecimento. Será pontuado na seguinte conformidade: 2 (dois) pontos por curso, no máximo 2 (dois) cursos. Para fins de comprovação considerar-se-á: certificado com código digital de verificação OU em papel timbrado com assinatura (original e cópia ou cópia autenticada).

**47 3446 7700**  
leis@barravelha.sc.gov.br  
www.barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha, SC - CEP: 88.390-000





Secretaria  
Municipal de  
Administração  
SEMA

5.2.10 – Pós-graduação *stricto sensu* nas áreas de engenharia agrônômica. Será pontuado na seguinte conformidade: 6 (seis) pontos para Mestrado e 8 (oito) pontos para Doutorado. Sem limite de pontuação. Para fins de comprovação considerar-se-á diploma devidamente reconhecido pelo MEC ou equivalente estrangeiro com validação legal no Brasil.

5.3 - Não serão aceitos protocolos de documentos, devendo ser apresentados em cópias reprográficas autenticadas ou acompanhadas dos respectivos originais, para serem autenticadas pelo receptor.

## 6 DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada;

6.2 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação serão utilizados os fatores de desempate na seguinte ordem:

- 6.2.1 maior pontuação por títulos;
- 6.2.2 maior pontuação por experiência comprovada.
- 6.2.3 maior idade.

6.3 A classificação final será publicada por meio de Portaria no Diário Oficial do Município quando concluída a conferência e avaliação de todas as documentações de inscrição.

6.4 Após a publicação da Portaria de Classificação, os candidatos terão direito de recurso sobre o resultado final.

## 7 DOS RECURSOS

7.1 Será assegurado ao candidato o direito a recurso quanto à classificação do Processo Seletivo que deverá ser entregue no SINE de Barra Velha, conforme cronograma apresentado no item 1.

7.2 Será indeferido o pedido de recurso apresentado fora do prazo estabelecido;

7.3 Os recursos poderão ser elaborados livremente pelo próprio candidato, devendo ser observados os seguintes requisitos:

- a) ser fundamentado com argumentação lógica e consistente;

**47 3446 7700**  
leis@barravelha.sc.gov.br  
www.barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha, SC - CEP: 88.390-000



Secretaria  
Municipal de  
Administração  
SEMA

b) conter os dados pessoais e do processo seletivo, devendo ser acompanhado de cópia do documento de identificação do candidato;

7.4 O resultado do recurso junto com parecer da comissão do processo seletivo simplificado será encaminhado aos requerentes por meio de endereço eletrônico fornecido no ato da inscrição.

7.4.1 De modo algum será acatado recurso intempestivo ou recurso do recurso

## 8 - DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação obedecerá rigorosamente à classificação obtida pelo candidato que será integrante da lista final de classificação.

8.1.1. A convocação para a formalização de sua contratação será feita através do DOM e pelo email informado pelo candidato na ficha de inscrição.

8.2. A contratação do candidato decorrerá da assinatura de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Determinado de 6 (seis meses) podendo ser prorrogado por mais 6 (seis) com Fundação do Meio Ambiente de Barra Velha/SC, o qual reger-se-á pelas prerrogativas constantes na LEI COMPLEMENTAR Nº 189, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015, não gerando, portanto, estabilidade ou direitos correlatos.

8.3. A contratação dos candidatos ficará condicionada à classificação final no processo seletivo e à apresentação dos seguintes documentos originais:

8.3.1. 1 (uma) foto 3×4 recente;

8.3.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

8.3.3 Cédula de Identidade contendo RG;

8.3.4 Registro no Conselho de Classe;

8.3.5 Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;

8.3.6. Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

8.3.7. Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição ou justificativa ou Certidão de Quitação Eleitoral emitida digitalmente pelo STE;

8.3.8. Certificado de Reservista (se do sexo masculino);

**47 3446 7700**  
leis@barravelha.sc.gov.br  
www.barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha, SC - CEP: 88.390-000



Secretaria  
Municipal de  
Administração  
SEMA

8.3.9. Comprovante de Endereço (conta de água, telefone, luz ou contrato de aluguel em nome do candidato);

8.3.10 Comprovante da escolaridade exigida;

8.3.11 Certidão de Casamento (quando for o caso);

8.3.12 Certidões de Nascimento;

8.3.13 Comprovante de Declaração de Bens e Valores (Imposto de Renda);

8.3.14 Certidão de Antecedentes Criminais, que pode ser obtida gratuitamente no site da Polícia Federal, dentro da validade, <https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais/certidao>.

8.4. Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária.

8.5. Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidades disciplinares;

8.6. Os candidatos que atenderem à convocação para a contratação e recusarem-se ao preenchimento de vaga e entrega da documentação no prazo de 2 (dois) dias úteis, serão excluídos do cadastro, sendo o fato formalizado em Termo de Desistência.

8.7. Por ocasião da contratação, o candidato será submetido a exame médico e, quando houver necessidade, a exames laboratoriais, para avaliação da compatibilidade de sua saúde física e mental com o exercício da função para a qual concorreu.

8.8 Será eliminado do processo seletivo o candidato que não gozar de saúde física e mental compatível com o exercício da função.

8.9. Os casos omissos e não previstos neste edital serão tratados pela comissão responsável pelo processo.

Barra Velha/SC, 04 de janeiro de 2022.

Douglas Elias da Costa  
Prefeito Municipal

**47 3446 7700**  
[leis@barravelha.sc.gov.br](mailto:leis@barravelha.sc.gov.br)  
[www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br)

Avenida Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha, SC - CEP: 88.390-000



Secretaria  
Municipal de  
Administração  
SEMA

## ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº. \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) M ( ) F Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_  
Nº: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Telefone  
residencial: ( ) \_\_\_\_\_ Telefone comercial: ( )  
) \_\_\_\_\_ Telefone celular: ( ) \_\_\_\_\_ E-mail:  
\_\_\_\_\_

Cargo pretendido: \_\_\_\_\_

Nacionalidade brasileira: ( ) 2. Cópia legível da Carteira de Identidade ou documento oficial com foto: ( ) 3. Cópia do CPF: ( ) 4. Cópia legível do comprovante de residência: ( ) 5. Cópia do Certificado de Ensino Superior em no cargo pretendido e registro no respectivo Conselho: ( ) 6. Cópia Título de Eleitor e quitação eleitoral ( ) Certidão de Reservista ( )

## Informações Adicionais:

O candidato é responsável pela exatidão e veracidade das informações prestadas no requerimento de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros e/ou do não preenchimento de qualquer campo. 2. A inscrição poderá ser efetuada por terceiros através de procuração. 3. A inscrição no processo seletivo implica, desde logo, o reconhecimento e a tácita aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas. 4. Não será admitida, sob nenhuma hipótese, complementação documental fora do prazo de inscrição.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Assinatura do candidato: \_\_\_\_\_

**47 3446 7700**  
leis@barravelha.sc.gov.br  
www.barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha, SC - CEP: 88.390-000

## FUNDEMA Edital 001/2022 ANEXO II - PLANILHA PARA PONTUAÇÃO DO CURRÍCULO

NOME:		PELO CANDIDATO		PELA COMISSÃO	
		Total Indicado		Total atribuído	
CPF:		Total de Pontos			
		PELO CANDIDATO Indicado		PELA COMISSÃO Atribuído	
	CRITÉRIOS	Quantidade	Pontos	Quantidade	Pontos
2.1)	Experiência Profissional				
2.2)	Estágio Profissional				
2.3)	Média Geral Histórico Graduação				
2.4)	Eventos Técnico/científicos na área				
2.5)	Apresent. Trabalhos Técnicos/Cient.				
2.6)	Intercâmbio (meses)				
2.7)	Cursos de Qualificação				
2.8)	Curso Técnico de Nível Médio				
2.9)	PG <i>latu sensu</i> na área				
2.10)	PG <i>latu sensu</i> demais áreas				
2.11)	PG <i>stricto sensu</i> Mestrado na área				
	PG <i>stricto sensu</i> Doutorado na área				
2.12)	Produção científica (artigo publicado)				
Assinatura do Candidato:					
Assinatura da Comissão:					

NOME:		PELO CANDIDATO		PELA COMISSÃO	
		Total Indicado		Total atribuído	
CPF:		Total de Pontos			
		PELO CANDIDATO Indicado		PELA COMISSÃO Atribuído	
	CRITÉRIOS	Quantidade	Pontos	Quantidade	Pontos
2.1)	Experiência Profissional				
2.2)	Cursos de Qualificação na área				
2.3)	Curso Técnico de Nível Médio na área				
2.4)	Estágio Profissional na área				
2.5)	Nível superior na área				
2.6)	PG <i>latu sensu</i> na área				
Assinatura do Candidato:					
Assinatura da Comissão:					

**PORTARIA Nº 05, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520857

PORTARIA Nº 05, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Nomeia Comissão Especial de inventário, e da outras providências

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 71, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Manual de procedimentos de controle patrimonial, homologado pelo Decreto nº 1012, de 26 de janeiro de 2015;

Considerando o item 8.1.1 do manual de procedimentos de controle patrimonial do Município de Barra Velha; e

Considerando o item 8.1.2 que trata da competência da Comissão;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Comissão Especial de inventário, ficando assim constituída:

- Presidente: Osmar Firmo
- Membro: Nicole Malta de Queiroz
- Membro: Edson José Michereff
- Membro: Mônica de Azevedo Pereira Mendes

Parágrafo Único – A presente Comissão terá a função de verificar a localização física, a classificação, a identificação e demais orientações conforme o manual de procedimentos de controle patrimonial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação,

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Barra Velha, 04 de janeiro de 2022.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 003 – GAB, DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521060

PORTARIA Nº 003 – GAB, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, com fulcro no art. 71, Incisos V e VII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais vigentes;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear a partir de 03/01/2022 a Sra. JULIANA TAVARES HESS MORETTI, no cargo comissionado de SUB-PROCURADORA, junto ao Procuradoria Geral do Município.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Barra Velha, 03 de janeiro de 2022.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 004-GAB, DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520916

PORTARIA Nº 004-GAB, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, com fulcro no art. 71, Incisos V e VII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais vigentes;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Colocar a disposição a partir de 03/01/2022, a servidora Sra. JULIANA TAVARES HESS MORETTI, nomeada pela Portaria nº 003-GAB de 03 de janeiro de 2022, na Procuradoria Geral do Município, para que a mesma preste serviços junto ao setor do Procon, realizando exclusivamente os serviços jurídicos pertinentes ao órgão.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 03 de janeiro de 2022.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 2577-GAB, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021**

Publicação Nº 3520848

PORTARIA Nº 2577-GAB, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a partir de 31/12/2021 o Sr. ALEXANDRE BARBOSA JERONIMO, do cargo comissionado de SUB-PROCURADOR, junto a Procuradoria Geral do Município.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 22 de dezembro de 2021.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA  
Prefeito Municipal

## **TP 001/2022 FMS**

Publicação Nº 3520139

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FC33BB6DC32EEA5E358A86B1AD30CB6115EB9FDC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 001/2022

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2022 FMS

FC33BB6DC32EEA5E358A86B1AD30CB6115EB9FDC

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Execução da NOVA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO ITAJUBA. Rua 1123/Areia Branca - com área total de 1.110,56m² e área construída de 539,04m², em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Data/horário recebimento envelopes: 27/01/2022 até 08:45 horas. Data/horário abertura envelopes: 27/01/2022 às 09:00 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 04 de janeiro de 2022.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA – Prefeito

# Belmonte

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2022 FMS

Publicação Nº 3521215

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7B1921E132FC757EDF93329B4C187783EB685E40

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2022

Objeto: O objeto de que trata contratação da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A no valor estimado de R\$ 25.000,00 no pagamento de taxas e faturas de energia elétrica da secretaria municipal de saúde e unidade básica de saúde, para o exercício de 2022. Fundamentação legal no art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2022.

Julimar Favero  
Gestor Municipal de Saúde

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2022

Publicação Nº 3519909

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 23C7538715E8F057B7CFF8A09EE85BBD7C69A175

MUNICIPIO DE BELMONTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2022

Objeto: O objeto de que trata o presente é a contratação de locação e cessão de uso de sistema TR RURAL (bloco de produtor rural), versão AMEOSC período 2022, destinados aos serviços da administração da secretaria municipal de agricultura, por dispensa de certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2022.

Jair Antonio Giumbelli  
Prefeito Municipal



**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2022**

Publicação Nº 3520326

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B44F2B5336E18CFE60858E0B8195B58A0A23C1DC

MUNICIPIO DE BELMONTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2022

Objeto: O objeto de que trata contratação da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A no valor estimado de R\$ 144.450,00 no pagamento de tarifa de energia elétrica para os diversos secretaria e departamentos da administração municipal de Belmonte/SC, para o exercício financeiro de 2022. Fundamentação legal no art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2022.

Jair Antonio Giumbelli  
Prefeito Municipal

**INEXIGIBILIDADE Nº 01/2022**

Publicação Nº 3520806

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EA5C3A532E3974BE6121E6742027BD99651B0C8D

MUNICIPIO DE BELMONTE  
MUNICIPIO DE BELMONTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO Nº 01/2022

Objeto: O objeto de que trata contratação da COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN no valor estimado de R\$ 36.900,00 no pagamento de tarifa de agua para exercício financeiro de 2022, das diversas secretarias municipais e departamentos da municipalidade. Fundamentação legal no art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2022.

Jair Antonio Giumbelli  
Prefeito Municipal

**INEXIGIBILIDADE Nº 01/2022 FMS**

Publicação Nº 3521111

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 348304B119A0D89A75B927ADB5447FA2A960D3A4

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****AVISO DE LICITAÇÃO****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2022**

Objeto: O objeto de que trata contratação da COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN no valor estimado de R\$ 5.200,00, pagamento de taxas e faturas de água na secretaria municipal de saúde e unidade básica de saúde, para o exercício de 2022. Fundamentada no art. 25, caput, da lei n.º 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2022.

Julimar Favero  
Gestora Municipal de Saúde

**PREGÃO PRESENCIAL 01/2022**

Publicação Nº 3521258

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5D2C77708B1B74AB347C938B60442EFFD565375F

**MUNICIPIO DE BELMONTE****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022****Registro de Preços**

Objeto: aquisição de serv. de mão de obra diária de mecânica básica para manutenção de equipamento., máquinas e veículos da municipalidade, junto ao galpão de máquinas, bem como acompanhamento e socorro, quando se fizer necessário, no local onde encontrar-se o equipamento, máquina ou veículo., conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h00min do dia 17/01/2022, no Dpto. De Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 08h10min do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2022.

Jair Antonio Giumbelli  
Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### ATA 01 - DECISÃO DOS PEDIDOS DE QUALIFICAÇÃO

Publicação Nº 3521228



#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

##### PROCESSO DE CONVOCAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL Edital nº. 02/2021- SMS

ATA Nº. 1 - DECISÃO DOS PEDIDOS DE QUALIFICAÇÃO (14388/2021, 14211/2021, 14325/2021, 14692/2021, 14913/2021)

#### I. FUNDAMENTAÇÃO

Em atenção ao Edital nº. 002/2021, cujo objeto consiste na Convocação Pública para Qualificação de Organização Social na área da saúde no âmbito do Município de Biguaçu/SC, dá-se publicidade da análise efetuada nos processos 14388/2021, 14211/2021, 14325/2021, 14692/2021, 14913/2021; e; concede-se o prazo mencionado no Item 6.4 do Edital para as Entidades que tiveram seus pedidos indeferidos.

*6.4. O prazo para apresentação de recurso que verse sobre o INDEFERIMENTO será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação.*

#### II. ANÁLISE

##### • FUNDAÇÃO DE APOIO HEMOSC E CEPON - FAHECE

INDEFERE-SE o pedido formulado no Processo Administrativo nº. 14913/2021 em razão do descumprimento dos seguintes dispositivos:

- Item 1.1.1.1, c. Edital + Art. 4, I, c da Lei 3846/2018
- Item 1.1.1.1, d. Edital + Art. 4, I, d da Lei 3846/2018
- Item 1.1.3. do Edital + Art. 4º, III da Lei 3846/2018
- Item 1.1.4.1, a. do Edital + Art. 5º, I, a da Lei 3846/2018
- Item 1.1.4.1, b. do Edital + Art. 5º, I, b da Lei 3846/2018
- Item 1.1.4.1, c. do Edital + Art. 5º, I, c da Lei 3846/2018
- Item 1.1.4.1, d. do Edital + Art. 5º, I, d da Lei 3846/2018
- Item 1.1.4.1, e. do Edital + Art. 5º, I, e da Lei 3846/2018
- Item 1.1.4.2. do Edital + Art. 5º, II da Lei 3846/2018
- Item 1.1.4.3. do Edital + Art. 5º, III da Lei 3846/2018
- Item 1.1.4.4. do Edital + Art. 5º, IV da Lei 3846/2018
- Item 1.1.4.5. do Edital + Art. 5º, V da Lei 3846/2018
- Item 1.1.4.6. do Edital + Art. 5º, VI da Lei 3846/2018
- Item 1.1.4.7. do Edital + Art. 5º, VII da Lei 3846/2018
- Item 1.1.4.8. do Edital + Art. 5º, VIII da Lei 3846/2018
- Item 1.1.5.1. do Edital + Art. 6º, I da Lei 3846/2018
- Item 1.1.5.2. do Edital + Art. 6º, II da Lei 3846/2018
- Item 1.1.5.3. do Edital + Art. 6º, III da Lei 3846/2018
- Item 1.1.5.4. do Edital + Art. 6º, IV da Lei 3846/2018
- Item 1.1.5.5. do Edital + Art. 6º, V da Lei 3846/2018
- Item 1.1.5.6. do Edital + Art. 6º, VI da Lei 3846/2018
- Item 1.1.5.7. do Edital + Art. 6º, VII da Lei 3846/2018
- Item 1.1.5.8. do Edital + Art. 6º, VIII da Lei 3846/2018
- Item 1.1.5.9. do Edital + Art. 6º, IX da Lei 3846/2018
- Item 1.1.5.10. do Edital + Art. 6º, X da Lei 3846/2018

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

- **INSTITUTO DE APOIO A GESTÃO PÚBLICA**

**INDEFERE-SE** o pedido formulado no Processo Administrativo nº. 14692/2021 em razão do descumprimento dos seguintes dispositivos:

Item 1.1.3. do Edital + Art. 4º, III da Lei 3846/2018

Item 1.1.4.1, a. do Edital + Art. 5º, I, a da Lei 3846/2018

Item 1.1.4.1, b. do Edital + Art. 5º, I, b da Lei 3846/2018

Item 1.1.4.1, c. do Edital + Art. 5º, I, c da Lei 3846/2018

Item 1.1.4.1, e. do Edital + Art. 5º, I, e da Lei 3846/2018

Item 1.1.4.7. do Edital + Art. 5º, VII da Lei 3846/2018

- **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**

**INDEFERE-SE** o pedido formulado no Processo Administrativo nº. 14388/2021 em razão do descumprimento do seguinte dispositivo:

Item 1.1.2. Edital + Art. 4, II, da Lei 3846/2018

- **HOSPITAL MAHATMA GANDHI**

**DEFERE-SE** o pedido formulado no Processo Administrativo nº. 14211/2021 em razão do cumprimento das exigências impostas. O título de Organização Social, no âmbito do Município de Biguaçu, deverá ser expedido através de ato do Chefe do Poder Executivo.

- **Instituto Brasileiro de Saúde, Ensino, Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Humano – IBSAUDE**

**DEFERE-SE** o pedido formulado no Processo Administrativo nº. 14325/2021 em razão do cumprimento das exigências impostas. O título de Organização Social, no âmbito do Município de Biguaçu, deverá ser expedido através de ato do Chefe do Poder Executivo.

### III. DECISÃO

Diante razões apresentadas no presente, esta comissão decide por conceder o **TÍTULO DE QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU** ao **HOSPITAL MAHATMA GANDHI** e ao **INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO – IBSAUDE**.

Salientando, que fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir desta publicação para sua apresentação, conforme exposto no item 6.4 do instrumento convocatório, às Entidades: **FUNDAÇÃO DE APOIO HEMOSC E CEPON – FAHECE; INSTITUTO DE APOIO A GESTÃO PÚBLICA; IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**.

Biguaçu, 04 de Janeiro de 2022.

**VINÍCIUS HAMILTON DO AMARAL**  
Secretário Municipal da Administração  
Presidente

**BRUNO CÉLIO DA SILVA**  
Secretário Municipal da Saúde  
Membro

**OSCAR SILVA NETO**  
Secretário Municipal da Educação  
Membro

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ADITIVOS, 2ª QUINZENA MÊS 12/2021- PMB, FMS, FAMABI**

Publicação N° 3521267

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Biguaçu  
Extrato Contratual

Tipo de Termo de Contrato

N° 218/2021

Contratado GUILHERME AUGUSTO KLEIN WAGNER SERVICOS E VENDAS EIRELI

CNPJ/CPF: 32.852.489/0001-16

N° 180/2021 N° 180/2021

Modalidade Pregão eletrônico

Objeto Contratação de empresa especializada no fornecimento de auxiliar de serviços gerais, destinados a 3ª/10º BBM - Bombeiro Militar de Biguaçu.

Data do 21/12/2021

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 32.388,36

Vigência: 03/01/2022 a 03/01/2023

Despesa(s):

143 - 22.004.06.182.0011.2082.3.3.90.00.00

Tipo de Termo de Contrato

N° 219/2021

Contratado EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

CNPJ/CPF: 04.096.738/0001-55

N° 223/2021 N° 223/2021

Modalidade Inexigibilidade de licitação

Objeto Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais temáticos dos serviços socioassistenciais, para atendimento das demandas do Programa Bolsa Família e dos equipamentos sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Data da 21/12/2021

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 47.349,00

Vigência: 21/12/2021 a 31/12/2021

Despesa(s):

174 - 23.002.08.244.0006.2089.3.3.90.00.00

174 - 23.002.08.244.0006.2089.3.3.90.00.00

160 - 23.002.08.244.0006.2060.3.3.90.00.00

160 - 23.002.08.244.0006.2060.3.3.90.00.00

174 - 23.002.08.244.0006.2089.3.3.90.00.00

166 - 23.002.08.244.0006.2063.3.3.90.00.00

Tipo de Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato

N° 227/2018 Aditivo:7

Contratado DANIELA LAURENTINO DE SOUZA

CNPJ/CPF: 049.256.489-26

N° 195/2018 N° 195/2018

Modalidade Dispensa de licitação

Objeto locação de imóvel conforme orçamento e avaliação realizada pela SEPLAN, para que possa ser instalado o segundo Centro de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS para cumprimento ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, SIG nº 06.2014.00001323-8.

Data do 17/12/2021

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 1.350,53

Vigência: 19/12/2021 a 18/01/2022

Despesa(s):

174 - 23.002.08.244.0006.2089.3.3.90.00.00

Tipo de Prazo Valor - Termo de Contrato

N° 290/2020 Aditivo:1

Contratado AIROLDI & CAMPOS LTDA

CNPJ/CPF: 19.690.075/0001-70

N° 163/2020 N° 163/2020

Modalidade Pregão eletrônico

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, PARA ATUALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE

**PREVENÇÃO DE ACIDENTES E SAÚDE OCUPACIONAL DOS SERVIDORES DA PREFEITURA DE BIGUAÇU.**

Data do 21/12/2021

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 5.947,36

Vigência: 21/12/2021 a 31/03/2022

Despesa(s):

3 - 03.001.04.122.0001.2006.3.3.90.00.00

197 - 24.001.15.452.0009.2091.3.3.90.00.00

140 - 22.001.04.122.0002.2087.3.3.90.00.00

101 - 16.001.20.608.0007.2068.3.3.90.00.00

154 - 23.002.08.244.0006.2058.3.3.90.00.00

5 - 03.002.04.131.0001.2007.3.1.91.00.00

37 - 09.002.12.361.0003.2020.3.3.90.00.00

Tipo de Prazo Valor - Termo de Contrato

N° 120/2019 Aditivo:11

Contratado ZULMAR SCHMITZ

CNPJ/CPF: 343.498.129-20

N° 118/2019 N° 118/2019

Modalidade Dispensa de licitação

Objeto Locação de Imóvel conforme avaliação realizada pela SEPLAN, para que possa ser instalado o Centro de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS - pois onde o mesmo está instalado o imóvel foi colocado à venda.

Data do 21/12/2021

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 4.000,00

Vigência: 27/12/2021 a 26/01/2022

Despesa(s):

Desp. 153 - 11.002.08.244.0006.2089.3.3.90.00.00 / 0.1.00.100.000

Tipo de Prazo - Termo de Contrato

N° 159/2021 Aditivo:1

Contratado MM EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

CNPJ/CPF: 18.414.304/0001-60

N° 125/2021 N° 125/2021

Modalidade Tomada de preços

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA A REALIZAÇÃO DE DRENAGEM DA QUADRA NA E. B. M. FERNANDO BRUGEMANN VIEGAS DE AMORIM, LOCALIZADA NA RUA BENTA GERTRUDES DA SILVA, S/N, JARDIM JANAINA, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, DE ACORDO COM O PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E TERMO DE REFERÊNCIA, PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO.

Data do 22/12/2021

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Vigência: 22/12/2021 a 06/02/2022

Despesa(s):

37 - 09.002.12.361.0003.2020.3.3.90.00.00

Tipo de Prazo Valor - Termo de Contrato

N° 169/2017 Aditivo:8

Contratado MMB TRANSPORTE LTDA

CNPJ/CPF: 01.629.026/0001-66

N° 115/2017 N° 115/2017

Modalidade Pregão presencial

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS EDUCANDOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Data do 22/12/2021

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 434.676,96

Vigência: 31/12/2021 a 18/07/2022

Despesa(s):

Desp. 74 - 09.002.12.361.0003.2024.3.3.90.00.00 / 0.1.62.171.012

Tipo de Prazo Valor - Termo de Contrato

N° 10/2021 Aditivo:5

Contratado MARIO QUERINO GOULART

CNPJ/CPF: 288.847.449-20  
N° 3/2021 N° 3/2021  
Modalidade Dispensa de licitação  
Objeto Locação de imóvel para instalação do abrigo provisório de Biguaçu.  
Data do 22/12/2021  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Valor: R\$ 6.300,00  
Vigência: 06/02/2022 a 06/05/2022  
Despesa(s):  
174 - 23.002.08.244.0006.2089.3.3.90.00.00  
154 - 23.002.08.244.0006.2058.3.3.90.00.00  
154 - 23.002.08.244.0006.2058.3.3.90.00.00  
174 - 23.002.08.244.0006.2089.3.3.90.00.00  
154 - 23.002.08.244.0006.2058.3.3.90.00.00

Tipo de Prazo Valor - Termo de Contrato  
N° 65/2021 Aditivo:3  
Contratado ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL E EDUCACIONAL AMOR INCONDICIONAL  
CNPJ/CPF: 13.161.126/0001-90  
N° 39/2021 N° 39/2021  
Objeto Contratação de empresa para atender o Abrigo Provisório Municipal de Biguaçu para pessoas em situação de rua em razão da pandemia do COVID-19.  
Data do 22/12/2021  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Valor: R\$ 89.449,98  
Vigência: 10/01/2022 a 10/04/2022  
Despesa(s):  
154 - 23.002.08.244.0006.2058.3.3.90.00.00  
174 - 23.002.08.244.0006.2089.3.3.90.00.00  
174 - 23.002.08.244.0006.2089.3.3.90.00.00

Tipo de Prazo Valor - Termo de Contrato  
N° 205/2021 Aditivo:1  
Contratado N.S RESTAURANTE 24 HORAS EIRELI  
CNPJ/CPF: 29.937.246/0001-76  
N° 115/2020 N° 115/2020  
Modalidade Pregão eletrônico  
Objeto Contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições pronta (tipo Buffet) para os servidores da Unidade de Pronto atendimento (UPA 24H).  
Data do 21/12/2021  
Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE BIGUAÇU  
Valor: R\$ 110.588,40  
Vigência: 01/12/2021 a 31/12/2021  
Despesa(s):  
10 - 10.001.10.302.0004.2034.3.3.90.00.00

Tipo de Prazo Valor - Termo de Contrato  
N° 12/2020 Aditivo:3  
Contratado FISIOTERAPIA EIRELI  
CNPJ/CPF: 34.519.088/0001-74  
N° 06/2020 N° 6/2020  
Modalidade Inexigibilidade de licitação  
Objeto Contratação de empresa para realizar sessões de fisioterapia.  
Data do 22/12/2021  
Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE BIGUAÇU  
Valor: R\$ 8.330,00  
Vigência: 31/12/2021 a 14/02/2022  
Despesa(s):  
33 - 10.001.10.302.0004.2043.3.3.90.00.00/0.2.38.228.119

Tipo de Prazo Valor - Termo de Contrato  
N° 25/2020 Aditivo:3  
Contratado TERAPIA & MOVIMENTO LTDA  
CNPJ/CPF: 20.978.579/0001-79  
N° 103/2020 N° 6/2020  
Modalidade Inexigibilidade de licitação

Objeto Contratação de empresa para realizar sessões de fisioterapia para atender as demandas das unidades de saúde do município.

Data do 22/12/2021

Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE BIGUAÇU

Valor: R\$ 3.570,00

Vigência: 31/12/2021 a 14/02/2022

Despesa(s):

33 – 10.001.10.302.0004.2043.3.3.90.00.00/0.2.38.228.119

Tipo de Prazo Valor - Termo de Contrato

N° 27/2020 Aditivo:3

Contratado MICHELE KOERICH SCHWEITZER FISIOTERAPIA E ESTETICA LTDA

CNPJ/CPF: 14.914.370/0001-49

N° 103/2020 N° 6/2020

Modalidade Inexigibilidade de licitação

Objeto Contratação de empresa para realizar sessões de fisioterapia para atender as demandas das unidades de saúde do município.

Data do 22/12/2021

Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE BIGUAÇU

Valor: R\$ 8.330,00

Vigência: 31/12/2021 a 14/02/2022

Despesa(s):

33 – 10.001.10.302.0004.2043.3.3.90.00.00/0.2.38.228.119

Tipo de Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato

N° 244/2018 Aditivo:8

Contratado ATUAL MEDICA GESTAO DE SAUDE LTDA

CNPJ/CPF: 10.836.436/0001-79

N° 47/2018 N° 47/2018

Modalidade Pregão presencial

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS BEM COMO PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEMAIS PROGRAMAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU.

Data do 23/12/2021

Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE BIGUAÇU

Valor: R\$ 2.912.659,29

Vigência: 31/12/2021 a 30/04/2022

Despesa(s):

Desp. 10 - 10.001.10.302.0004.2034.3.3.90.00.00 / 0.2.38.228.015

Desp. 12 - 10.001.10.301.0004.2035.3.3.90.00.00 / 0.2.38.228.042

Desp. 33 - 10.001.10.302.0004.2043.3.3.90.00.00 / 0.2.38.228.016

Desp. 37 - 10.001.10.302.0004.2044.3.3.90.00.00 / 0.2.38.228.187

Desp. 24 - 10.001.10.301.0004.2040.3.3.90.00.00 / 0.2.38.228.304

Tipo de Aditivo de Prazo e Valor) - Termo de Contrato

N° 262/2018 Aditivo:4

Contratado CLINICA ODONTOLOGICA ORTHOFAMILY LTDA

CNPJ/CPF: 31.707.942/0001-38

N° 65/2018 N° 65/2018

Modalidade Pregão presencial

Objeto CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ODONTOLÓGICA PARA ATENDIMENTO A CLIENTES DA REDE PÚBLICA QUE NECESSITAM DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES PARCIAIS REMOVÍVEIS E TOTAIS EM ACRÍLICO, A SEREM FORNECIDAS AOS MUNÍCIPIES INSCRITOS NO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO BUCAL.

Data do 17/12/2021

Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE BIGUAÇU

Valor: R\$ 77.671,02

Vigência: 17/12/2021 a 17/12/2022

Despesa(s):

Desp. 27 - 10.001.10.301.0004.2041.3.3.90.00.00 / 0.2.38.228.104

Tipo de Prazo Valor - Termo de Contrato

N° 117/2017 Aditivo:6

Contratado RECICLE AQUI GESTAO DE RESIDUOS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 24.880.009/0001-00

N° 3/2017 N° 3/2017

Modalidade Pregão presencial



Objeto Coleta e transporte de material reciclável.

Data do 22/12/2021

Entidade: FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE BIGUAÇU - FAMABI

Vigência: 31/12/2021 a 18/05/2022

Biguaçu, 05 de janeiro de 2022

Salmir da Silva

Prefeito Municipal de Biguaçu

**Blumenau****PREFEITURA****EXTRATO - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2020**

Publicação Nº 3520955

EXTRATO - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA

OBJETO: EXECUÇÃO DE PONTE EM ESTRUTURA DE CONCRETO PROTENDIDO SOBRE RIBEIRÃO GARCIA COM EXTENSÃO DE 48,00 METROS E SISTEMA DE ACESSO ENTRE A RUA 15 DE NOVEMBRO E AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO (PROJETO DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL – ETAPA 2E-2), BAIRRO CENTRO, BLUMENAU/SC. CONTRATO DE REPASSE 2016/842262 – MINISTÉRIO DAS CIDADES/CEF/SEMOB.

PROCESSO: Concorrência nº 03-028/2019

PREÇO: Acrescenta a quantia R\$ 17.524,10 (dezessete mil, quinhentos e vinte e quatro reais e dez centavos), em decorrência de reajuste contratual; Acrescenta a quantia de R\$ 73.089,11 (setenta e três mil, oitenta e nove reais e onze centavos) em decorrência de reequilíbrio econômico-financeiro. Totaliza-se o valor do contrato em R\$ 3.886.286,75 (três milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 14 de dezembro de 2021.

**EXTRATO - 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 226/2018**

Publicação Nº 3520959

EXTRATO - 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 226/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA NCR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

OBJETO: LOCAÇÃO DE PARTE DE UM IMÓVEL, COM APROXIMADAMENTE 294,10 M², LOCALIZADO NA RUA FREDERICO JENSEN, Nº 988, BAIRRO ITROUPAVAZINHA, BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. FREDERICO JENSEN

PROCESSO: Dispensa nº 08-090/2018

PREÇO: REAJUSTANDO o valor da locação para R\$ 4.187,81 (quatro mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e oitenta e um centavos) mensais, a contar do dia 13 de outubro de 2021, totalizando o valor do contrato em R\$ 50.253,72 (cinquenta mil, duzentos e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos)

DATA DE ASSINATURA: 7 de dezembro de 2021

**REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2021**

Publicação Nº 3520963

MUNICÍPIO DE BLUMENAU – REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço de Assistência Social Continuada em Regime de Acolhimento Institucional, com atendimento 24 (vinte e quatro) horas, destinado à pessoa idosa (a partir dos 60 anos de idade), sendo usuários portadores de patologias que causam total dependência, os quais não possuem dentro do seio familiar possibilidade de superar as deficiências e obter sobrevivência, conforme especificação – SEMUDES.

Registrado no TCE/SC sob o código: 816A73A633B6F33953A52B927DA4CC4B6ABD89FE

Entrega e protocolo dos envelopes: dia 17 de janeiro de 2022, até às 09h00min. Início da sessão: dia 17 de janeiro de 2022, às 09h30min.

Edital completo: via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/portaltransparência>.

Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

Blumenau, 05/01/2022 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

**PROCESSO DISPENSA 08 - 214/2021**

Publicação Nº 3520972

Processo Dispensa 08 - 214/2021

Objeto: Empenho para serviços médicos hospitalares em urologia atender Ação Civil Pública - SEMUS/FMS

Contratada: ASSOCIACAO CONGREGACAO DE SANTA CATARINA (HOSPITAL STA ISABEL)

Artigo 24, Inciso IV da lei 8.666/93

Valor total: R\$12.308,00

Registrado no TCE/SC sob nº 15B33BCFA1336BAFEF127BA06085D4A3C55CC20

**PORTARIA SEMUS Nº 823/2022**

Publicação Nº 3521003

PORTARIA SEMUS Nº 823, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

DESIGNA O SERVIDOR DANIEL SALVIO MINATTI, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 367/2021, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DE SAÚDE E A EMPRESA EXPURGO LAR PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, Secretário e Gestor do Fundo Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como do art. 7º do Decreto Municipal nº 12.465, de 28 de novembro de 2019, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal Daniel Salvio Minatti, Engenheiro Civil, matrícula nº 228428, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 367/2021, firmado entre a Secretaria Municipal de Promoção da Saúde e a Empresa Expurgo Lar Prestadora de Serviços LTDA, CNPJ nº 07.389.979/0001-80, que tem por objeto a realização de serviços de limpeza de filtros anaeróbicos, limpeza de fossas sépticas e caixas de gordura, desentupimento de canos de esgoto, na Rede Municipal de Saúde do município de Blumenau – ITENS 03,05,06,07 – SEMUS/FMS.

BLUMENAU (SC), em 04 de janeiro de 2022.

p/p OSCAR RAUTENBERG

Diretor Geral da Secretaria de Promoção da Saúde

WINNETOU MICHEL KRAMBECK

Secretário Municipal de Promoção da Saúde

Ciência do Fiscal: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Data da Ciência: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**PORTARIA SEMUS Nº 824/2022**

Publicação Nº 3521007

PORTARIA SEMUS Nº 824, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

DESIGNA O SERVIDOR DANIEL SALVIO MINATTI, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 368/2021, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DE SAÚDE E A EMPRESA IMUNIZADORA BELLI LTDA ME.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, Secretário e Gestor do Fundo Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como do art. 7º do Decreto Municipal nº 12.465, de 28 de novembro de 2019, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal Daniel Salvio Minatti, Engenheiro Civil, matrícula nº 228428, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 368/2021, firmado entre a Secretaria Municipal de Promoção da Saúde e a Empresa Imunizadora Belli LTDA ME, CNPJ nº 11.490.790/0001-57, que tem por objeto a realização de serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água, na Rede Municipal de Saúde do município de Blumenau – ITENS 08 até 17 – SEMUS/FMS.

BLUMENAU (SC), em 04 de janeiro de 2022.

p/p OSCAR RAUTENBERG

Diretor Geral da Secretaria de Promoção da Saúde

WINNETOU MICHEL KRAMBECK

Secretário Municipal de Promoção da Saúde

Ciência do Fiscal: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Data da Ciência: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**1ª CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEVI – 2022**

Publicação Nº 3521019

**1ª CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEVI – 2022**

Por meio do presente documento fica a comunidade convidada e ficam os Senhores Conselheiros convocados para a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento do Distrito da Vila Itoupava, que realizar-se-á no dia 10/01/2021 (segunda-feira), às 18:45 horas em 1ª chamada e às 19:00 horas em 2ª chamada. Lembramos que esta reunião será itinerante, sendo realizada no Clube de Caça e Tiro Braço do Sul, situado a Rua Braço do Sul, 2720, neste Distrito. A reunião será realizada com o fiel cumprimento do regramento vigente/restrições quanto a pandemia do COVID 19.

**ORDEM DO DIA:**

I - Abertura;

II – Aprovação da ata da reunião anterior (ordinária – 18/10/2021), e da prestação de contas do Fundo do COMDEVI – FUMDEVI;

III – Deliberação quanto a proposta de realização de reunião solene do COMDEVI, em homenagem aos 30 anos de fundação do CEI Johanna Conrad;

IV – Deliberação do plenário do Conselho quanto à proposta de destinação de recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Distrito de Vila Itoupava – FUMDEVI, no exercício de 2022;

V – Prestação de contas da equipe da Secretaria Municipal de Obras acerca do andamento da obra de reurbanização de passeios, acessibilidade e demais intervenções junto a Rua Henrique Conrad;

VI – Apresentação, pela presidência da Associação de Moradores da Rua Braço do Sul e transversais, do pleito já apresentado a Secretaria de Educação pela futura transformação da atual estrutura da Escola Municipal Bilíngüe Erich Klabunde (que será transferida para a Itoupava Rega, após a entrega da nova "Escola Bilíngüe Vereador Erno Bublitz"), em um Centro de Educação Infantil, mantendo a homenagem/denominação do futuro CEI de Erich Klabunde;

VII – Prestação de contas da atuação da Comissão Especial designada pelo COMDEVI para o acompanhamento da elaboração do Projeto para pavimentação da Rua Erwin Manzke (primeiro biênio) e eleição de novos membros (atualização de sua composição) - conforme Resolução COMDEVI 2/2019;

VIII – Apresentação das ações previstas para serem realizadas pela Intendência dentro do projeto Esforço Concentrado, no âmbito da região da Rua Braço do Sul e transversais, entre janeiro e março/2022;

IX – Prestação de contas, pela equipe técnica da SEMUS, do processo que permita o início imediato da obra de construção da nova sede do ESF Franz Zimdars, na Rua Erwin Manzke;

X – Apresentação, pelo Comandante da 7ª Região de Polícia Militar, Coronel Jefferson Schmidt, de proposta para viabilizar a instalação de 10 novas câmeras de segurança na Vila Itoupava, conforme solicitado pela Intendência Distrital no Ofício IDIVI 111/2021;

XI – Assuntos Gerais;

XII- Encerramento.

Blumenau/SC, 3 de Janeiro de 2022.

Adm. Leandro Rodrigues da Silva  
Presidente do COMDEVI – 2018/2022  
Intendente do Distrito da Vila Itoupava

**PORTARIA Nº 8402/2022 - SAMAE**

Publicação Nº 3521032

PORTARIA Nº 8402/22

EXONERA DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO O SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 25.729, de 31 de agosto de 2021, RESOLVE:

**E X O N E R A R**

Com base no artigo 46, inciso II, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

LUIZ GUSTAVO GUIDINI DOS SANTOS, cadastro 2115-6, do cargo de provimento efetivo de Técnico Eletricista, no dia 03 de janeiro de 2022.

Samae, 03 de janeiro de 2022.

MICHAEL SCHNEIDER  
Diretor Presidente

# Bocaina do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 3519654

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1338E67E1DF2CA2C9D337AE0F5F1E98BD7AE7C69

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL

#### Extrato 1º Termo Aditivo

O Município de Bocaina do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.606.852/0001-90, representados pelo Prefeito Municipal, Sr. João Eduardo Della Justina, em cumprimento ao art. 68 da Lei Orgânica do Município de Bocaina do Sul, ao parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93, e ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/1988), torna público o extrato da contratação ABAIXO, conforme segue:

1º Termo Aditivo com objetivada Prorrogação de Vigência prevista inicialmente na Cláusula IV ate o dia 31/12/2021 Sendo: aquisição de trator agrícola novo, para utilização nas atividades da agricultura do município Contrato nº99/2021 Contratado: AGRO DIVEI INDÚSTRIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE MAQUINAS AGRÍCOLAS LTDA , CNPJ Sob 83.010.595/0007-89

Joao Eduardo Della Justina – Prefeito Municipal

### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 3520010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL

#### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO

O Município de Bocaina do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.606.852/0001-90, representados pelo Prefeito Municipal, Sr. João Eduardo Della Justina, em cumprimento ao art. 68 da Lei Orgânica do Município de Bocaina do Sul, ao parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93, e ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/1988), torna público o extrato da contratação ABAIXO, conforme segue:

3º Termo Aditivo com objetivo da Prorrogação de Vigência prevista inicialmente na Cláusula III, e ajustamento com consequente alteração de dotações orçamentárias conforme Cláusula VIII., **com efeitos a partir de janeiro do ano de 2022 Sendo: Locação de Impressoras para as secretarias municipais, para o exercício de 2022** Contrato nº02/2020 Contratado: PRO COPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSOES LTDA EPP , CNPJ sob nº 08.016.943/0001-14

Bocaina do Sul, 17 de Dezembro de 2021.

**JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA**– Prefeito Municipal.

### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 3520005

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL

#### Extrato 3º Termo Aditivo

O Fundo Municipal de Bocaina do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.606.852/0001-90, representados pelo Prefeito Municipal, Sr. João Eduardo Della Justina, em cumprimento ao art. 68 da Lei Orgânica do Município de Bocaina do Sul, ao parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93, e ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/1988), torna público o extrato da contratação ABAIXO, conforme segue:

3º Termo Aditivo com objetivo da Prorrogação de Vigência prevista inicialmente na Cláusula III, com efeitos a partir de janeiro do ano de 2022 Sendo: Locação de Impressoras para as secretarias municipais, para o exercício de 2022 Contrato nº02/2020 Contratado: PRO COPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSOES LTDA EPP , CNPJ sob nº 08.016.943/0001-14

Bocaina do Sul 27 de janeiro 2021

Joao Eduardo Della Justina – Prefeito Municipal

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO DOM**

Publicação Nº 3519612

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO**

O Município de Bocaina do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.606.852/0001-90, representados pelo Prefeito Municipal, Sr. João Eduardo Della Justina, em cumprimento ao art. 68 da Lei Orgânica do Município de Bocaina do Sul, ao parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93, e ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/1988), torna público o extrato da contratação ABAIXO, conforme segue:

3º Termo Aditivo com objetivo da Prorrogação de Vigência prevista inicialmente na Cláusula III, e ajustamento com consequente alteração de dotações orçamentárias conforme Cláusula VIII., **com efeitos a partir de janeiro do ano de 2022**  
**Sendo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL ESTADO DE SC, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (DOM)** 0 e Contrato nº85/2020 **Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - DOM**, CNPJ sob nº 09.427.503/0001-12.

Bocaina do Sul, 17 de Dezembro de 2021.  
**JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA** – Prefeito Municipal.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO FUNDO**

Publicação Nº 3519744

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5019EC2C4532BC756AA9CD48EAFB92571B31B67F

Extrato 3º Termo Aditivo

O Fundo Municipal de Bocaina do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.606.852/0001-90, representados pelo Prefeito Municipal, Sr. João Eduardo Della Justina, em cumprimento ao art. 68 da Lei Orgânica do Município de Bocaina do Sul, ao parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93, e ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/1988), torna público o extrato da contratação ABAIXO, conforme segue:

3º Termo Aditivo com objetivada Prorrogação da contratação de empresa especializada para prestação de serviço de telecomunicação para provimento de link de internet para uso das secretarias municipais Contrato nº45/2019 Contratado DIOGO CASSIO CABRAL ME, CNPJ Sob 09.251.473/0001-36

Bocaina do Sul 30 de dezembro 2021

Joao Eduardo Della Justina – Prefeito Municipal

**EXTRATO 3ºTERMO ADITIVO**

Publicação Nº 3519738

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL  
Extrato 3º Termo Aditivo

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 184C8144CFF19DB06F0F94B2F65FED068FFA75D1

O Município de Bocaina do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.606.852/0001-90, representados pelo Prefeito Municipal, Sr. João Eduardo Della Justina, em cumprimento ao art. 68 da Lei Orgânica do Município de Bocaina do Sul, ao parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93, e ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/1988), torna público o extrato da contratação ABAIXO, conforme segue:

3º Termo Aditivo com objetivada Prorrogação da contratação de empresa especializada para prestação de serviço de telecomunicação para provimento de link de internet para uso das secretarias municipais Contrato nº119/2019 Contratado DIOGO CASSIO CABRAL ME, CNPJ Sob 09.251.473/0001-36

Bocaina do Sul 27 de dezembro 2021

Joao Eduardo Della Justina – Prefeito Municipal

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO BETHA FUNDO**

Publicação Nº 3519538

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6C26EB7B38C50D7F6A3E5C3AF35DB0F1B5AD1B81

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL

**Extrato 4º Termo Aditivo**

O Fundo Municipal de Bocaina do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.606.852/0001-90, representados pelo Prefeito Municipal, Sr. João Eduardo Della Justina, em cumprimento ao art. 68 da Lei Orgânica do Município de Bocaina do Sul, ao parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93, e ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/1988), torna público o extrato da contratação ABAIXO, conforme segue:

4º Termo Aditivo com objetivo restabelecer a Prorrogação de Vigência prevista inicialmente na Cláusula IV, até o dia 31/12/2021, com efeitos a partir de primeiro Janeiro de 2022, Sendo: Contratação de empresa especializada em fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública. Contrato nº32/2019 Contratado: Betha Sistemas Ltda, CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67.

Bocaina do Sul 27 de janeiro 2021

Adriany Luciano – Gestora Municipal

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO BETHA PREFEITURA**

Publicação Nº 3519470

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 009825589D6EC5377386C432BFDD64C28111ABAG

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL

**Extrato 4º Termo Aditivo**

O Município de Bocaina do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.606.852/0001-90, representados pelo Prefeito Municipal, Sr. João Eduardo Della Justina, em cumprimento ao art. 68 da Lei Orgânica do Município de Bocaina do Sul, ao parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93, e ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/1988), torna público o extrato da contratação ABAIXO, conforme segue:

4º Termo Aditivo com objetivo restabelecer a Prorrogação de Vigência prevista inicialmente na Cláusula IV, até o dia 31/12/2021, com efeitos a partir de primeiro de janeiro de 2022, Sendo: Contratação de empresa especializada em fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública. Contrato nº32/2019 Contratado: Betha Sistemas Ltda, CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67.

Bocaina do Sul 27 de dezembro 2021

Joao Eduardo Della Justina – Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 132/2021**

Publicação Nº 3519884

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C6548C67A57BEE6E4BD043961A99137B37A16952

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul

**EXTRATO CONTRATO 132/2021 PREFEITURA**

O Município de Bocaina do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.606.852/0001-90, representados pelo Prefeito Municipal, Sr. João Eduardo Della Justina, em cumprimento ao art. 68 da Lei Orgânica do Município de Bocaina do Sul, ao parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93, e ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/1988), torna público o extrato da contratação ABAIXO, conforme segue:

Processo: 59 /2021, Dispensa de Licitação Nº45/2021, Objeto: "Aquisição de 01 (uma) Retroescavadeira e 01 (uma) Escavadeira Hidráulica, para atender as necessidades da secretaria do município; Contrato nº132/2021 Contratado: VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 29.644.666/0001-64, Valor do Contrato: R\$ 1.311.000.00 .

João Eduardo Della Justina – Prefeito Municipal



**EXTRATO CONTRATO 133/2021**

Publicação Nº 3519360

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 920A54CD8FA30041F120E0F069DDD4F7818FD66C

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul

**EXTRATO CONTRATO 133/2021**

O Município de Bocaina do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.606.852/0001-90, representados pelo Prefeito Municipal, Sr. João Eduardo Della Justina, em cumprimento ao art. 68 da Lei Orgânica do Município de Bocaina do Sul, ao parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93, e ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/1988), torna público o extrato da contratação ABAIXO, conforme segue:

Processo: 63/2021 Dispensa de Licitação Nº35/2021, Objeto: "Contratação de serviço de projetos de engenharia ; Contrato nº133/2021 Contratado: DW serviços de Engenharia Construções Eireli jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº21.367.212/0001-81 ,Valor do Contrato: R\$ 32.100,00

João Eduardo Della Justina – Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 3º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 3519610

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO**

O Município de Bocaina do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.606.852/0001-90, representados pelo Prefeito Municipal, Sr. João Eduardo Della Justina, em cumprimento ao art. 68 da Lei Orgânica do Município de Bocaina do Sul, ao parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93, e ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/1988), torna público o extrato da contratação ABAIXO, conforme segue:

3º Termo Aditivo com objetivo da Prorrogação de Vigência prevista inicialmente na Cláusula III, e ajustamento com consequente alteração de dotações orçamentárias conforme Cláusula VIII., **com efeitos a partir de janeiro do ano de 2022 Sendo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOCAÍNA DO SUL ESTADO DE SC, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) Contrato nº19/2020 Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA**, CNPJ sob nº 09.427.503/0001-12.

Bocaina do Sul, 17 de Dezembro de 2021.  
**JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA** – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 35/2021**

Publicação Nº 3519352

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1E554A7CD60E11AB7921DE5EC399F152C2A7D8C9

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº63 /2021  
Processo Administrativo nº 35/2021

O Município de Bocaina do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.606.852/0001-90, representados pelo Prefeito Municipal, JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA, em cumprimento ao art. 68 da Lei Orgânica do Município de Bocaina do Sul, ao artigo 26 da lei 8.666/93, e ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/1988), torna público como requisito para sua eficácia, que foi instaurado o processo de Dispensa supra mencionada, nos termos que segue:

Dispensa de Licitação nº 35/2021 – Processo Administrativo nº 63/2021. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL – SC (CNPJ n. 01.606.852/0001-90).

Contratada: DW Serviços de Engenharia Construções Eireli (CNPJ n. 21.367.212/0001-81).

Objeto: Serviço de engenharia visando a elaboração de Projeto para Pavimentação Asfáltica, Projeto para Execução de Ponte vão de 8mt em concreto

Fundamento legal: Lei 8666/1993, art.24 Inciso II

Valor do Contrato: R\$ 32.100,00

Bocaina do Sul, 30 Dezembro de 2021.

JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA  
Prefeito Municipal



**Bom Jesus****PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2022**

Publicação Nº 3521493

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 851245A04961052B73F9DA8E58528B6B3CC7C6D6

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Código registro TCE: 851245A04961052B73F9DA8E58528B6B3CC7C6D6

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NOME/RAZÃO SOCIAL:

CNPJ: ENDEREÇO:

CIDADE:	ESTADO:
---------	---------

TELEFONE:	FAX:	E-MAIL:
-----------	------	---------

PESSOA PARA CONTATO:

Recebi(emos) através do acesso à página [www.bomjesus.sc.gov.br](http://www.bomjesus.sc.gov.br), nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

LOCAL:	DATA:
--------	-------

ASSINATURA

Senhor licitante,

Objetivando comunicação futura entre a Prefeitura Municipal de Bom Jesus e essa Empresa, solicitamos a Vossa Senhoria o preenchimento e remessa do recibo do Edital supra, à Comissão Permanente de licitação.

Por via postal ou pelo e-mail [licitacao@bomjesus.sc.gov.br](mailto:licitacao@bomjesus.sc.gov.br).

O não encaminhamento do recibo exime a Comissão de Licitação, o Pregoeiro e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório como de quaisquer informações adicionais que não interferem nas cotações.

BOM JESUS/SC	DATA:
--------------	-------

Eduardo João Trevisan – Pregoeiro

LICITAÇÃO COM TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS NA LC 123/2006.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2022

**1 - PREÂMBULO**

1.1 - O Município de Bom Jesus, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Pedro Bortoluzzi, 435, através do Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO que irá realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para a aquisição do objeto indicado no item 2.1 deste Edital. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e regulamentos municipais e, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08h00min do dia 17 de janeiro de 2022, no Setor de Protocolo Geral desta Prefeitura, situado no endereço acima indicado.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO dar-se-á a partir das 08h15min do dia 17 de janeiro de 2022, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Bom Jesus, situada no endereço citado no item 1.1.

**2 - DO OBJETO**

2.1 - O presente processo licitatório tem por objeto a aquisição de combustíveis, óleos lubrificantes novos, sem reciclagem, uso, recondicionado ou de rerrefino e graxa com entrega parcelada, durante o exercício de 2022, de acordo com a necessidade, conforme as especificações contidas no Anexo "F" do presente Edital.

2.1.1 - Os proponentes interessados na contratação de combustíveis deverão disponibilizar, a partir da data de início da vigência do contrato, bomba de abastecimento instalada no Município de Bom Jesus, para abastecimento diário dos veículos e máquinas da prefeitura municipal em bombas adequadas e de sua propriedade, uma vez que o Município não possui referido equipamento, nem local e segurança para o abastecimento. O abastecimento deverá ser mediante requisição, diretamente nos veículos, caminhões e máquinas da Municipalidade.

2.1.2 - Os proponentes interessados na contratação de óleos lubrificantes deverão disponibilizar, a partir da data de início da vigência do contrato, rampa ou equipamento apropriado para troca de óleo lubrificante no Município de Bom Jesus, inclusive com a disponibilização de funcionário para realização da troca, sem acréscimo pecuniário ao Município, uma vez que o Município não possui local apropriado/legalizado, para destinação dos óleos usados, nem segurança nas trocas. As trocas dos óleos lubrificantes deverão ser mediante requisição, diretamente nos veículos, caminhões e máquinas da Municipalidade.

### 3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.1.1 - com falência decretada;

3.1.2 - em consórcio.

3.2 - Poderão participar desta licitação com critério de tratamento diferenciado as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital;

3.3 - Os licitantes na condição de microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar fora dos envelopes 01 e 02, Certidão da Junta Comercial ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas comprovando essa situação, com data de emissão não superior a 60(sessenta) dias, da abertura das propostas.

3.4 - A ausência da comprovação prevista no item anterior impedirá a participação da microempresa, empresa de pequeno porte no processo licitatório, utilizando-se do critério de tratamento diferenciado.

3.5 - Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º, §4º, da Lei Complementar 123/2006, consolidada.

### 4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designado neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2022

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2022

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

4.2 - Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo "A", juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, o representante da licitante deverá apresentar, conforme o caso, ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações contratuais em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.

4.3 - Deverá apresentar ainda, como condição para participação das fases subsequentes, Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, nos termos do Anexo "C" (caso possua representante credenciado, a declaração poderá ser verbal, devendo constar em ata).

4.4 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais e manifestar-se durante a sessão, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.5 - Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.6 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicado para protocolo. A Administração Municipal de Bom Jesus e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no item 1.2, no Setor de Protocolo Geral desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.7 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007, com data de emissão não superior a 60(sessenta) dias, da abertura das propostas. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006, consolidada, com data de emissão não superior a 60(sessenta) dias, da abertura das propostas.

4.8 - A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006, consolidada. Este(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente fora dos envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

4.9 - O licitante que por ventura colocar os documentos exigidos para credenciamento dentro de algum dos envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO não possuirá representante credenciado e, portanto, não poderá participar da fase de lances e manifestar-se durante do processo, e caso não apresente neste momento a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, e não tendo representante credenciado para fazê-la verbalmente, estará a licitante impedida de participar do certame.

### 5 - DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;
- b) Número deste Pregão;
- c) Número do item, descrição dos itens nos termos do "Anexo D" deste Edital, marca, quantidade, unidade de medida, preço unitário e preço total dos itens grafado os algarismos com até 2 (duas) casas decimais após a vírgula, em moeda brasileira corrente;
- d) Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante;
- 5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com no máximo 2 (duas) casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.
- 5.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão-de-obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.
- 5.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.
- 5.5 - A proponente deverá obrigatoriamente informar a marca dos produtos cotados, quando houver, sob pena de desclassificação do item.
- 5.6 - A validade dos produtos a serem entregues deverá ser de no mínimo 01 (um) ano, a contar da entrega.
- 5.7 - Não será aceita proposta que esteja em desacordo com as especificações exigidas neste edital.
- 5.8 - As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:
- a) nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- b) nos casos em que houver uma discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.
- 5.9 - Os preços unitários apresentados no texto da proposta da licitante serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

## 6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual (certificado extraído do site da receita estadual ou documento similar onde conste o número da inscrição) e/ou Municipal (alvará de funcionamento ou documento similar onde conste o número da inscrição), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regular situação perante a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Nacional, relativos a tributos e contribuições Federais e da Dívida ativa da União, abrangendo a previdência social (INSS);
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Certidão negativa de débitos trabalhistas - (CNDT);
- h) Balanço Patrimonial na forma do artigo 31, da Lei 8.666/93, ou, Declaração de Dispensa de Emissão de Balanço Patrimonial para aqueles licitantes isentos por lei da elaboração de Balanço Patrimonial, enquadrados no Simples, conforme Lei LC 123/06 consolidada, emitida por contador habilitado (possuidor de Registro válido no CRC) com firma reconhecida, acompanhada de Declaração/Certidão de optante pelo Simples Nacional extraída do site oficial Simples Nacional, disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.
- i) Prova de regularidade emitida pelo o Poder Judiciário mediante apresentação de Certidão "Falência e Concordata", juntamente com CND e-proc. A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema e-proc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>;
- j) Declarações constantes no Anexo "B" (de não empregabilidade de menores; de que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou-se conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos produtos/prestação dos serviços, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório; e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores);
- k) Licença Ambiental expedida pelo órgão ambiental competente relativamente à atividade desenvolvida pela empresa ou respectivo protocolo de solicitação de renovação da licença, quando exigível;
- l) Para as empresas fornecedoras de combustíveis, comprovante de registro/cadastro ou autorização para operação da Agência Nacional do Petróleo (ANP);
- m) Declaração, Certidão ou Alvará de Funcionamento, ou ainda outro documento hábil a comprovar que a empresa tenha ou terá regularmente instalada no Município, até o dia do início da vigência do contrato, bomba de abastecimento (para os proponentes de combustíveis) ou rampa para troca de óleo (para os proponentes de óleos lubrificantes).
- 6.1.1 - As certidões negativas de débito expedidas pela Receita Federal poderão ser apresentadas na forma consolidada, em conformidade com regulamentação e procedimentos novos adotados pelo expedidor.
- 6.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas alíneas "a" a "i" do item 6.1, por Certificado de Registro Cadastral - CRC, expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Bom Jesus.
- 6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.
- 6.3 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no item 6.2 e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

6.4 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no item 1.3 deste Edital.

6.5 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua autenticidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1 - se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas "c" a "h", relativos à regularidade fiscal, apresentem alguma restrição.

6.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.9.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, renegociando valores ou revogar a licitação.

## 7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, serão classificadas, item a item, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.1.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.1.2 - Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes do item 5 deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

7.2 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.2.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.2.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame.

7.2.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o preço unitário do item do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.2.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.2.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.2.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.2.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.2.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.3 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.4 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.5 - Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006, consolidada.

7.5.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 - Ocorrendo o empate previsto nos itens 7.5 e 7.5.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" deste Item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no Item 7.5.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo



estabelecido no Item 7.5.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.1 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no Item 7.6, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.2 - O disposto no Item 7.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.6.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar o último e derradeiro lance no prazo máximo de 1 (um) minuto, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.7 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.8 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 6 e seus subitens, deste Edital.

7.9 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.9.1 - Ocorrendo a situação referida no item 7.8, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.10 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.11 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.12 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.12.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.12.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.13 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.13.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.14 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.15 - O Pregoeiro, ao término da sessão, poderá devolver os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, registrando o procedimento em ata.

## 8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o menor preço por item desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, pelo menor preço por item, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

8.4 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

## 9 - DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DOS OBJETOS

9.1 - Os contratados deverão fornecer os produtos/serviços de acordo com a necessidade do Município, de forma parcelada, mediante requisição emitida pelo setor responsável, sendo que os combustíveis deverão ser fornecidos em bomba de abastecimento de propriedade da contratada a ser instalada no Município de Bom Jesus a partir da vigência do contrato, e a troca dos óleos lubrificantes deverá ser em rampa ou equipamento apropriado instalado no Município de Bom Jesus, inclusive com a disponibilização de funcionário para realização da troca sem acréscimo pecuniário ao Município.

9.2 - Considerando que o processo licitatório se dará por meio do Sistema de Registro de Preços, não haverá quantidade mínima para requisição por parte do ente municipal.

9.3 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a contratada e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade materiais, equipamentos e pessoal especializado necessário para execução dos serviços, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

## 10 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 - O Município de Bom Jesus efetuará mensalmente o pagamento do objeto desta licitação obedecendo a ordem cronológica de empenhos e apresentação das respectivas notas fiscais acompanhada de autorização para retirada de combustíveis e lubrificantes, através de transferência online em agência de Banco Oficial, preferencialmente Banco do Brasil, ou boleto bancário emitido pela contratada.

10.2 - As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022.

10.3 - Durante todo o prazo de validade do contrato o(s) fornecedor(es) ficará(ão) obrigado(s) a manter atualizados todos os documentos

relacionados nas alíneas "a" a "i" do item 6.1 deste Edital.

#### 11 - RESPONSABILIDADE DOS VENCEDORES

11.1 - O VENCEDOR assumirá responsabilidade pela entrega dos itens, bem como por quaisquer danos decorrentes, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

11.2 - O VENCEDOR obriga-se a cumprir todas as exigências da Administração Municipal, de maneira a atender as necessidades.

11.3 - O VENCEDOR obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

11.4 - O VENCEDOR cumprirá o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do Artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

11.5 - Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta.

11.6 - Fornecer os produtos de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no presente termo.

11.7 - O óleo lubrificante a ser fornecido deverá ser novo, sem reciclagem, uso, recondicionado ou de rerrefino;

11.8 - Em caso de aditivo de valores, o valor do litro da Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 nunca devem ser superiores ao estabelecido na bomba de abastecimento pelo Posto de Combustível vencedor do certame.

#### 12 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Eventuais impugnações do Edital e os recursos previstos em Lei, os quais deverão estar devidamente fundamentados, somente serão recebidos conforme o prazo especificado no item 12.3, mediante:

a) Protocolo na divisão de licitação do Município de Bom Jesus – SC, Rua Pedro Bortoluzzi, 435, centro, de 2ª a 6ª feira, no horário compreendido das 07h00min às 13h00min.

b) Recebimento via postal, por qualquer forma de entrega contando-se o prazo de recebimento, não o prazo de postagem.

12.2 - As impugnações enviadas via Fac-símile ou e-mail não serão recebidos, aceitamos apenas impugnações em vias originais e devidamente fundamentadas;

12.3 - O prazo de impugnação do edital é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

12.4 - A impugnação será dirigida ao Pregoeiro e Equipe de Apoio desta Prefeitura, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

12.5 - Tendo a licitante manifestada à intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

12.6 - O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

12.7 - As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.8 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

12.9 - Decididos os recursos, o (a) Pregoeiro (a) fará a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s).

#### 13 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E RESPECTIVA VIGÊNCIA

13.1 - Tendo em vista a modalidade de Sistema de Registro de Preços, serão consideradas vencedoras as empresas classificadas nos moldes de julgamento ditado anteriormente, no ato datado como fases de proposta e habilitação será lavrada a Ata de Registro de Preços contendo as Cláusulas contratuais, a qual segue como minuta no presente edital.

13.2 - No ato de assinatura da Ata de Registro de Preços, a representante legal da empresa assinará junto com os demais atos do certame. Caso a licitante vencedora de algum item não esteja presente, será intimada pela Comissão Permanente de Licitação para assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de desistência dos objetos vencidos.

13.3 - A ata terá prazo de vigência da sua assinatura até o total de 12 meses, sendo que o participante fica obrigado a manter o Registro nesse período, salvo comprovado fato superveniente, caso fortuito ou força maior, ou ocorrência de Fato do Príncipe, provadas em processo administrativo.

#### 14 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

14.2 - A rescisão contratual poderá ser:

14.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

14.2.3 - judicial, nos termos da legislação.

#### 15 - DAS PENALIDADES

15.1 - Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita, sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, às seguintes penalidades:

I. Advertência;

II. Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato;

III. Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

#### 16 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS PREÇOS

16.1 - A contratação do objeto licitado será efetivada mediante Autorização de Fornecimento e assinatura da Ata de Registro de Preços.

16.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

16.3 - Os preços, durante a vigência do contrato, serão fixos e irrevogáveis, exceto, a critério do município, nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

16.3.1 - O contrato poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

16.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a ata e iniciar outro processo licitatório.

16.5 - O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.

16.6 - Em caso de aditivo de valores, o valor do litro da Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 nunca devem ser superiores ao estabelecido na bomba de abastecimento pelo Posto de Combustível vencedor do certame.

## 17 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

17.1.1 - Automaticamente:

17.1.1.1 - Por decurso de prazo de vigência;

17.1.1.2 - Quando não restarem fornecedores registrados;

17.1.1.3 - Pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

17.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

17.2.1 - A pedido, quando:

17.2.1.1 - Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

17.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço;

17.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

17.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

17.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

17.2.2.2 - Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

17.2.2.3 - O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.2.4 - O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.2.5 - Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

17.2.2.6 - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

17.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no respectivo órgão de imprensa oficial do município.

## 18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (49) 3424-0181, de segunda à sexta-feira, das 07h00min às 13h00min ou no site [www.bomjesus.sc.gov.br](http://www.bomjesus.sc.gov.br).

18.2 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

18.3 - A Prefeitura Municipal de Bom Jesus reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

18.4 - Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Bom Jesus não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

18.6 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

18.7 - As licitantes participantes deste processo desde já declaram, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvados os casos de menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

18.8 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Xanxerê - SC, excluído qualquer outro.

## 19 - DOS ANEXOS DO EDITAL

19.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

a) Anexo "A" – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO.

b) Anexo "B" – MODELO DE DECLARAÇÕES (PARA FASE HABILITAÇÃO).

c) Anexo "C" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (PARA FASE CREDENCIAMENTO).

d) Anexo "D" – MODELO DE PROPOSTA.

- e) Anexo "E" – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.  
f) Anexo "F" - TERMO DE REFERÊNCIA/ RELAÇÃO DE ITENS DO PROCESSO COM VALORES MÁXIMOS.  
Bom Jesus/SC, 04 de janeiro de 2022.

RAFAEL CALZA  
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2022  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ANEXO "A"  
MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:  
À Prefeitura Municipal de Bom Jesus – SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2022  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ANEXO "B"  
MODELO DE DECLARAÇÕES

..... inscrita no CNPJ n. ...., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) .....  
..... portador (a) da Carteira de Identidade n. .... CPF n. .... DECLARA, para fins de participação do Processo Licitatório supra, na modalidade de pregão presencial que:

- a) em relação ao disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezoito anos;  
b) que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou-se conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos produtos/prestação dos serviços, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório;  
c) sob as penas da Lei, até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e data

Carimbo e assinatura do Representante Legal  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2022  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ANEXO "C"  
MODELO DE DECLARAÇÃO FIRMANDO O CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – Pregão Presencial nº 1/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS do Município de Bom Jesus - SC, que esta empresa, nos termos do inciso VII do art. 4º da Lei Federal n. 10.520/02, atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no edital convocatório.

Local e data

Carimbo e assinatura do Representante Legal  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2022  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ANEXO "D"

MODELO DE PROPOSTA

Aquisição de combustíveis, óleos lubrificantes novos, sem reciclagem, uso, reconicionado ou de rerrefino e graxa com entrega parcelada, durante o exercício de 2022, de acordo com a necessidade, conforme as especificações a seguir:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	30	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 68 – 20 litros		
2	40	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 90 – 20 litros		
3	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 140 – 20 litros		
4	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 10w – 20 litros		
5	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 5w30 – 20 litros		
6	30	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 10w30 – 20 litros		
7	50	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 15w40 – 20 litros		
8	50	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 20w30 – 20 litros		
9	30	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 85w140 – 20 litros		
10	30	BAL	Óleo Lubrificante Tipo ATF – 20 litros		
11	30	BAL	Óleo Lubrificante Tipo XP 46 – 20 litros		
12	120	LT	Óleo Lubrificante Tipo Semissintético 15w40 Gasolina – 1 litro		
13	100	LT	Óleo Lubrificante Tipo Sintético 5w30 - Gasolina – 1 litro		
14	50	UNI	Óleo Lubrificante para Motor 2 Tempos Tipo 8017H – 500 ml		
15	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo TRM 40 – 20 litros		
16	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo TRM 50 – 20 litros		
17	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo TO 30 – 20 litros		
18	30	BAL	Óleo Lubrificante Tipo HO 46 – 20 litros		
19	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo WBF 100 – 20 litros		
20	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo TR4 FAE 80W – 20 litros		
21	100	LT	Óleo Lubrificante Tipo ATF – 1 litro		
22	20	BAL	Óleo Lubrificante JCB Transmissão – 20 litros		
23	50	BAL	Óleo Lubrificante ARLA 23 – 20 litros		
24	50	LT	Óleo Lubrificante Tipo sintético 5w30 WR Diesel – 1 litro.		
25	20	BAL	Graxa Lubrificante – 20 KG		
26	24.000	LT	Gasolina Comum – litro		
27	20.000	LT	Óleo Diesel Comum – litro		
28	150.000	LT	Óleo Diesel S10 – litro		

· O óleo lubrificante a ser fornecido deverá ser novo, sem reciclagem, reconicionado, uso ou de rerrefino;

· Em caso de aditivo de valores, o valor do litro da Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 nunca devem ser superiores ao estabelecido na bomba de abastecimento pelo Posto de Combustível vencedor do certame.

OBS: Fica estabelecido como Valor Máximo Total de R\$ ..... ( ..... ).

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2022  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ANEXO "E"

MINUTA DA ATA

Ata nº..../2022

PROCESSO n. 5/2022

PREGÃO n.º 1/2022

OBJETO: Aquisição de combustíveis, óleos lubrificantes novos, sem reciclagem, uso, reconicionado ou de rerrefino e graxa com entrega parcelada, durante o exercício de 2022, de acordo com a necessidade.

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de 2022, autorizado pelo Processo nº 5/2022, Pregão Presencial nº 1/2022, foi expedida



a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: ....., CNPJ/MF nº ....., representado pelo seu ..... , Sr. .... (qualificação), à saber: .....

1.1. Descrição dos itens : .....

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 1/2022.

1.4. O prazo para a o fornecimento dos materiais é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pelo Município serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial Nº 1/2022 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 1/2022.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 1/2022, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. ...., da Secretaria ....., para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Calza, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº ..... e CPF sob o nº .....

Bom Jesus - SC, ..... de 2022.

RAFAEL CALZA .....

Prefeito Municipal CNPJ nº .....

Órgão Participante Detentor da Ata

Testemunhas:

.....  
CPF nº ..... CPF nº .....

.....  
CPF nº .....

Fiscal do Contrato

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2022

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO "F"

TERMO DE REFERÊNCIA/ RELAÇÃO DE ITENS DO PROCESSO COM VALORES MÁXIMOS

Aquisição de combustíveis, óleos lubrificantes novos, sem reciclagem, uso, reconcondicionado ou de rerrefino e graxa com entrega parcelada, durante o exercício de 2022, de acordo com a necessidade, conforme abaixo relacionado com as seguintes especificações:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	30	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 68 – 20 litros	440,25	13.207,50
2	40	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 90 – 20 litros	623,50	24.940,00
3	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 140 – 20 litros	663,25	13.265,00
4	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 10w – 20 litros	627,37	12.547,40
5	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 5w30 – 20 litros	946,50	18.930,00
6	30	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 10w30 – 20 litros	590,95	17.728,50
7	50	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 15w40 – 20 litros	611,75	30.587,50
8	50	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 20w30 – 20 litros	645,50	32.275,00
9	30	BAL	Óleo Lubrificante Tipo 85w140 – 20 litros	622,67	18.680,10
10	30	BAL	Óleo Lubrificante Tipo ATF – 20 litros	672,05	20.161,50
11	30	BAL	Óleo Lubrificante Tipo XP 46 – 20 litros	560,00	16.800,00
12	120	LT	Óleo Lubrificante Tipo Semissintético 15w40 Gasolina – 1 litro	42,97	5.156,40
13	100	LT	Óleo Lubrificante Tipo Sintético 5w30 - Gasolina – 1 litro	50,97	5.097,00
14	50	UNI	Óleo Lubrificante para Motor 2 Tempos Tipo 8017H – 500 ml	50,87	2.543,50
15	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo TRM 40 – 20 litros	754,85	15.097,00
16	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo TRM 50 – 20 litros	690,00	13.800,00
17	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo TO 30 – 20 litros	656,00	13.120,00
18	30	BAL	Óleo Lubrificante Tipo HO 46 – 20 litros	450,00	13.500,00
19	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo WBF 100 – 20 litros	595,00	11.900,00
20	20	BAL	Óleo Lubrificante Tipo TR4 FAE 80W – 20 litros	584,33	11.686,60
21	100	LT	Óleo Lubrificante Tipo ATF – 1 litro	43,72	4.372,00
22	20	BAL	Óleo Lubrificante JCB Transmissão – 20 litros	750,00	15.000,00
23	50	BAL	Óleo Lubrificante ARLA 23 – 20 litros	160,00	8.000,00
24	50	LT	Óleo Lubrificante Tipo sintético 5w30 WR Diesel – 1 litro.	66,50	3.325,00
25	20	BAL	Graxa Lubrificante – 20 KG	496,33	9.926,60
26	24.000	LT	Gasolina Comum – litro	6,54	156.960,00
27	20.000	LT	Óleo Diesel Comum – litro	5,40	108.000,00
28	150.000	LT	Óleo Diesel S10 – litro	5,50	825.000,00

· O óleo lubrificante a ser fornecido deverá ser novo, sem reciclagem, recondicionado, uso ou de rerrefino;  
 · Em caso de aditivo de valores, o valor do litro da Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 nunca devem ser superiores ao estabelecido na bomba de abastecimento pelo Posto de Combustível vencedor do certame.  
 Fica estabelecido como Valor Máximo Total de R\$ 1.441.606,60 (um milhão quatrocentos e quarenta e um mil seiscentos e seis reais e sessenta centavos).

## RETIFICAÇÃO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022

Publicação Nº 3520669

EDITAL Nº 001/2022

Objeto: Abre inscrições para o Processo Seletivo para a contratação de servidores nos cargos atualmente vagos e que vierem a vagar no âmbito das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, em caráter temporário, no Município de Bom Jesus/SC.

RETIFICAÇÃO DE EDITAL 001/2022

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº01.551.148/0001-87, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, 435 - Centro, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL CALZA, FAZ SABER a todos os interessados, a realização de processo seletivo para a seleção de servidores nos cargos atualmente vagos e que vierem a vagar no âmbito das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, em caráter temporário, nos termos e condições previstas no presente Edital.

RESOLVE:

I - Retificar o ANEXO I do Edital 001/2022, passando a constar a seguinte redação:

II - EXCLUIR as exigências de escolha de microáreas de atuação para o cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Bom Jesus-SC, 04 de janeiro de 2022.

RAFAEL CALZA  
Prefeito Municipal  
Bom Jesus / SC

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 156/2021 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação Nº 3520219

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CED3F19C2C650D9602AB8BF440A8FF1CEA265CE5

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 156/2021  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 087/2021 - PRAZO

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Academia Zumba Studio Pulsar Life Ltda – ME  
CNPJ: 35.307.935/0001-08

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para disponibilização de profissional educador físico em carga horária de 20(vinte) horas semanais, na manutenção das atividades da unidade básica de saúde, do Município de Bom Jesus do Oeste para o exercício 2022.

Nova Vigência: 01 de janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022.

Bom Jesus do Oeste (SC) 30 de dezembro de 2021.

Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL 5706/2022

Publicação Nº 3519345

DECRETO Nº. 5706 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Airton Antonio Reinehr, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferida na Lei Orgânica e o Código Tributário Municipal.

#### DECRETA

Art.1º. – Fica aprovado o calendário fiscal para o Exercício de 2022, definindo tributos, sua data de vencimento e parcelamento para recolhimento, na forma do anexo único deste Decreto.

Art.2º. – O pagamento dos tributos deverá ser realizado na rede bancária credenciada junto ao Município de Bom Jesus do Oeste - SC;

Art.3º. – Após o prazo fixado para o recolhimento dos tributos municipais pelo Calendário Fiscal, para o exercício de 2022, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades previstas no Código Tributário Municipal, preconizadas na Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011, bem como a devida inscrição do débito em dívida ativa.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 03 de Janeiro de 2022.

Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 5706 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

TIPO DE TRIBUTO	VENCIMENTO
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA	Quando do início das atividades, pôr ocasião do requerimento do respectivo alvará e/ou sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividades, modificações das características do estabelecimento ou transferência de local no prazo de trinta dias. (Conforme artigo 254 da Lei nº 820/2011)

TAXA DE VISTORIA DO CUMPRIMENTO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO.	Após a vistoria / com prazo máximo até o dia 31 de maio (Art. 261, § 2º).
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	<p>*Para o ISSQN Homologado ou por Estimativa, mensalmente até o décimo quinto (15) dia do mês subsequente à ocorrência do fato gerador.</p> <p>*Para o ISSQN Fixo até o último dia do mês a que se refere o débito.</p> <p>Observação: Quando parcelado mensalmente até o dia 15 do mês subsequente e até o dia 30 dezembro a 12ª parcela (art. 216, I); se pagamento trimestral último dia do mês que fechar o trimestre (art. 216, II) e a cota única do ISSQN 2022 terão vencimento de 28 de fevereiro de 2022 (art. 216, III).</p> <p>Conforme preceitua o art. 216 da Lei nº. 820/11</p>
IPTU, Taxa de Serviços Urbanos e Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Domiciliares.	<p>Parcela Única: 31/05/2022</p> <p>1a.Parcela – 31/05/2022</p> <p>2a.Parcela – 30/06/2022</p> <p>3a.Parcela – 29/07/2022</p> <p>4º.Parcela – 31/08/2022</p> <p>5º Parcela – 30/09/2022</p> <p>6º Parcela – 31/10/2022</p>
Taxa de Serviços Diversos	Vencimento no dia 05 do mês subsequente a prestação do serviço
Taxa de Fiscalização Sanitária	Vencimento em 31/05/2022

**PORTARIA Nº004/2022**

Publicação Nº 3520991

PORTARIA Nº 004/2021, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER, licença prêmio a Servidora Pública Municipal Srª. EDIANE FRANCISCO DA SILVA BRUINSMA, portadora do CPF sob nº 023.716.799-92 inscrito na matrícula sob nº 164-3, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de aux. de enfermagem, referente ao período de 12.09.2016 a 12.09.21, nos termos do Artigo 79, da Lei Municipal nº 542/2006 de 18 de outubro de 2006, (Estatuto dos servidores Públicos Municipais), sendo que a licença será gozada no período de 03 de janeiro de 2022 a 03 de abril de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.  
Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.  
Paço Municipal, aos 03 de janeiro de 2022.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº005/2022**

Publicação Nº 3520992

PORTARIA Nº 005/2021, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER, licença prêmio ao Servidor Público Municipal Sr. JOELCIO JOHANN, portador do CPF sob nº 024.555.989-26 inscrito na matrícula sob nº 162-7, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de motorista, referente ao período de 06.09.2011 a 06.09.2016, nos termos do Artigo 79, da Lei Municipal nº 542/2006 de 18 de outubro de 2006, (Estatuto dos servidores Públicos Municipais), sendo que a licença será gozada no período de 03 de janeiro de 2022 a 02 de abril de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de janeiro de 2022.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº001/2022

Publicação Nº 3520984

PORTARIA Nº 001/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Públicos Municipais nas suas diversas secretarias, conforme períodos aquisitivos e concessões abaixo relacionadas:

Nome	Período Aquisitivo	Período Concessão	Matrícula
Adriana Boni Maggi	04.04.20 a 03.04.21	03.01.22 a 01.02.22	517-7
Adriana C. Birnfeld	04.02.21 a 03.02.22	03.01.22 a 12.01.22	859-1
Adriana Baumbach	22.02.20 a 21.02.21	05.01.22 a 14.01.22	184-8
Adriana Weber dos Santos	08.03.21 a 07.03.22	03.01.22 a 01.02.22	727-7
Alexandra dos Santos Vargas	26.07.20 a 25.07.21	03.01.22 a 12.01.22	683-1
Angelita Schmitt	03.07.20 a 02.07.21	03.01.22 a 01.02.22	679-3
Antonio Nascimento	13.08.20 a 12.08.21	03.01.22 a 22.01.22	157-0
Charlane Kreuz	01.11.20 a 31.10.21	10.01.22 a 29.01.22	369-7
Cleusa Brietembach Mossmann	02.05.20 a 01.05.21	03.01.22 a 01.02.22	532-0
Clevio Antonio Rossi	16.05.20 a 15.05.21	03.01.22 a 01.02.22	671-8
Cosmo Buffon	10.01.20 a 09.01.21	11.01.22 a 25.01.22	831-1
Eleni Pereira Schmitt	08.06.20 a 07.06.21	03.01.22 a 01.02.22	709-9
Elisandra Neu	09.06.19 a 08.06.20	03.01.22 a 12.01.22	678-5
Elisandro Vargas	17.07.20 a 16.07.21	03.01.22 a 22.01.22	736-6
Elisangela Rodovski Fae	05.05.20 a 04.05.21	17.01.22 a 31.01.22	511-8
Elton H. Da Silva	05.01.21 a 04.01.22	03.01.22 a 12.01.22	854-0
Eni R. Wesner	24.05.20 a 23.05.21	03.01.22 a 01.02.22	268-2
Fabiana Katia Thedesco Jung	01.04.20 a 31.03.21	03.01.22 a 14.01.22	520-7
Fabiane Ammes Morandini	16.04.20 a 15.04.21	03.01.22 a 12.01.22	514-2
Fabiane Regina B. Nascimento	01.03.2021 a 28.02.22	03.01.22 a 01.02.22	726-9
Fabricio Scapin	01.07.20 a 30.06.21	03.01.22 a 01.02.22	685-8
Fernanda Baldissera	04.04.20 a 03.04.21	10.01.22 a 29.01.22	512-6
Fernanda Borgheti	26.07.20 a 25.07.21	17.01.22 a 26.01.22	688-2
Fernando Melchior	01.07.20 a 30.06.21	03.01.22 a 01.02.22	684-0
Gabriela Pagliarini	01.04.20 a 31.03.21	03.01.22 a 22.01.22	510-0
Iclair Bottin Garmatz	18.06.20 a 17.06.21	03.01.22 a 01.02.22	577-0
Ismael Antonio Hahn	24.05.20 a 23.05.21	03.01.22 a 17.01.22	266-6
Ivonir Jose Santolin	18.02.21 a 17.02.21	06.01.22 a 25.01.22	59-0



Art. 2º. Os Servidores Srª Adriana Baumbach, inscrita na matrícula sob nº 184-8, Srª Fabiane Ammes Morandini, inscrita na matrícula sob nº 514-2, Srº Antonio Nascimento inscrito na matrícula sob nº 157-0, Srª Alexandra dos Santos Vargas, inscrita na matrícula sob nº 683-1, Srª Charlane Kreuz, inscrita na matrícula 369-7, irão gozar de férias pelo período de 10 e 20 dias, tendo 10 dias convertidos em abono pecuniário conforme prevê o art. 62 & 2º da Lei nº 542/2006(Estatuto dos Servidores)

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de janeiro de 2022.

AIRTON ANTONIO REINEHR,  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº002/2022

Publicação Nº 3520989

PORTARIA Nº 002/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Públicos Municipais nas suas diversas secretarias, conforme períodos aquisitivos e concessões abaixo relacionadas:

Nome	Período Aquisitivo	Período Concessão	Matrícula
Claudinei Perkunh	18.01.21 a 17.01.22	03.01.22 a 12.01.22	855-9
Janete Terezinha Diel Rossi	05.03.20 a 04.03.21	03.01.22 a 01.02.22	562-2
Janiara Keller Ceccon	13.03.20 a 12.03.21	10.01.22 a 27.01.22	482-0
Josiane Serpa Bordin	21.05.20 a 20.05.21	03.01.22 a 01.02.22	536-3
Jucelane Poletti	02.02.20 a 01.02.21	03.01.22 a 01.02.22	589-4
Juliane Fagundes	04.02.21 a 03.02.22	03.01.22 a 12.01.22	858-3
Leonir Simonetti	02.03.21 a 01.03.22	03.01.22 a 01.02.22	393-0
Loreni Salete Diel	28.07.20 a 27.07.21	03.01.22 a 01.02.22	181-3
Marcia Elinice Dentee Schmidt	17.05.20 a 16.05.21	03.01.22 a 01.02.22	513-4
Marcio A. Ribeiro dos Santos	17.03.20 a 16.03.21	03.01.22 a 22.01.22	627-0
Marli Antoninha Fornari Dos Santos	25.08.20 a 24.08.21	03.01.22 a 17.01.22	159-7
Mirian schunemann dos Santos	18.01.21 a 17.01.22	03.01.22 a 17.01.22	856-7
Neiva Dall Agnol Hahn	01.04.20 a 31.03.21	03.01.22 a 01.02.22	516-9
Paulo Piccoli	12.03.20 a 11.03.21	03.01.22 a 01.02.22	628-9
Raquel Baczinski Persch	20.02.20 a 19.02.21	17.01.22 a 05.02.22	383-2
Roseni Simone Jandt	03.09.20 a 02.09.21	03.01.22 a 01.02.22	160-0
Roseni M. De Souza Bruxel	09.02.19 a 08.02.20	03.01.22 a 17.01.22	350-6
Salete Escher	02.05.20 a 01.05.21	03.01.22 a 01.02.22	534-7
Salete F. Zimmermann	27.03.21 a 26.03.22	03.01.22 a 01.02.22	394-8
Sandra F M Steffler	13.02.21 a 12.02.22	03.01.22 a 01.02.22	180-5
Silvia Endler	20.04.21 a 19.04.22	03.01.22 a 01.02.22	344-1
Silvio Cesar Ceccon	06.02.20 a 05.02.20	03.01.22 a 01.02.22	349-2
Solange A. Bonni de Bastiani	21.02.20 a 20.02.21	03.01.22 a 01.02.22	179-1
Solange A. Bonni de Bastiani	16.03.20 a 15.03.21	03.01.22 a 01.02.22	391-3

Sonia de Souza Gonçalves	01.07.20 a 30.06.21	03.01.22 a 01.02.22	681-5
Tatiane Ribeiro Lopes	01.07.20 a 30.06.21	03.01.22 a 01.02.22	682-3
Valdecir Senger	01.02.19 a 31.01.20	17.01.22 a 31.01.22	345-0
Valdir Becker	01.08.19 a 31.07.20	03.01.22 a 17.01.22	152-0
Vera Lucia Cherizoli Flores	02.03.21 a 01.03.22	03.01.22 a 01.02.22	392-1
Vilmar Adriano Bortolozo	12.02.21 a 11.02.22	10.01.22 a 08.02.22	382-4
Volmir Estevao Cecon	15.02.20 a 14.02.21	03.01.22 a 01.02.22	302-6

Art. 2º. Os Servidores Srª Juliane Fagundes, inscrita na matrícula sob nº 858-3, Sr Marcio A. Ribeiro dos Santos, inscrito na matrícula sob nº 627-0, Sr Claudinei Perkunh inscrito na matrícula sob nº 855-9, irão gozar de férias pelo período de 10 e 20 dias, tendo 10 dias convertidos em abono pecuniário conforme prevê o art. 62 & 2º da Lei nº 542/2006(Estatuto dos Servidores).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de janeiro de 2022.

AIRTON ANTONIO REINEHR,  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº003/2022

Publicação Nº 3520990

PORTARIA Nº 003/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Públicos Municipais nas suas diversas secretarias, conforme períodos aquisitivos e concessões abaixo relacionadas:

Nome	Período Aquisitivo	Período Concessão	Matrícula
Sirlei Cantele Schmitz	04.11.19 a 03.11.20	04.01.22 a 24.01.22	693-9
Rosilene Kuhn	03.05.20 a 02.05.21	17.01.22 a 31.01.22	760-9
Lanoir Luiz Schmitt	18.02.19 a 17.02.20	10.01.22 a 21.01.22	58-2
Claudemir Antonio Welter	01.11.19 a 31.10.20	04.01.22 a 23.01.22	209-7
Elisangela Trevisan	08.05.20 a 07.05.21	05.01.22 a 14.01.22	846-0
Lucia Fuzinatto	04.02.21 a 03.02.22	03.01.22 a 12.01.22	848-6
Cleide Fachini Senger	01.10.19 a 30.09.20	17.01.22 a 31.01.22	166-0

Art. 2º. Os Servidores Srª Sirlei Cantele Schmitz, inscrita na matrícula sob nº 693-9, Sr Claudemir Antonio Welter, inscrito na matrícula sob nº 209-7, irão gozar de férias pelo período de 20 dias, tendo 10 dias convertidos em abono pecuniário conforme prevê o art. 62 & 2º da Lei nº 542/2006(Estatuto dos Servidores).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de janeiro de 2022.

AIRTON ANTONIO REINEHR,  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO CONTRATO 04/2018

Publicação Nº 3520515

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1794E29D460A25A9A1EA34566AA73A4B713FE55F

Extrato Sétimo Termo Aditivo do Contrato 04/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Serrana Engenharia Ltda.

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 04/2018, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 04/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo. Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO CONTRATO 06/2020

Publicação Nº 3520607

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 316584E77AB3C6A913D0C5506E2A776690635C46

Extrato Segundo Termo Aditivo do Contrato 06/2020

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Reunidas Turismo S.A.

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 06/2020, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 06/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo. Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO CONTRATO 116/2019

Publicação Nº 3520365

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4617D99665AB0792D1A86273558C705634060FDE

Extrato Sétimo Termo Aditivo do Contrato 116/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: José Roberto Raphael - ME

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 116/2019, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 116/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo. Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO CONTRATO 134/2018

Publicação Nº 3520405

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2B2A66DDABF6606FB5058EFA176918DA14974FBD

Extrato Nono Termo Aditivo do Contrato 134/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: José Roberto Raphael - ME

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 134/2018, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 134/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo. Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO CONTRATO 136/2018**

Publicação Nº 3521039

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1E8F0329D0BE17EBA5E48EC386E710E3603809AB

Extrato Quarto Termo Aditivo do Contrato 136/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: A.J.A Assessoria e Projetos Ltda.

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 136/2018, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 136/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo. Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO CONTRATO 157/2017**

Publicação Nº 3519978

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9B1323FACC7F97FDD1BDA36A581F5B3FEC848866

Extrato Oitavo Termo Aditivo do Contrato 157/2017

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Diogo Cassio Cabral ME

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 157/2017, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 157/2017, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo. Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO CONTRATO 17/2021**

Publicação Nº 3520676

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5C649932DF25CFD6CD2ED6BB7864E04BC9ED306B

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 17/2021

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Associação de Assistência Social de Bom Retiro

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 17/2021, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 17/2021, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo. Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO CONTRATO 176/2017**

Publicação Nº 3519987

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4CB1C6387EA72CC2B61E7D5734E2E62BB2CCD75F

Extrato Quinto Termo Aditivo do Contrato 176/2017

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: DES Informática e Serviços Ltda - ME

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 176/2017, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 176/2017, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo. Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO CONTRATO 18/2020**

Publicação Nº 3520618

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 369074A007F518CC32F742976E4DED6D6F99F705

Extrato Segundo Termo Aditivo do Contrato 18/2020

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Ituara Ltda ME

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 18/2020, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 18/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo. Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO CONTRATO 213/2017**

Publicação N° 3519996

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 901741CDBA2B4F2154394104E4FD112D8A4FBB3F

Extrato Quinto Termo Aditivo do Contrato 213/2017

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Diogo Cassio Cabral ME

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 213/2017, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 213/2017, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo. Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO CONTRATO 23/2020**

Publicação N° 3520636

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9D77D13E19EFB39A50A327A7CBF23A87019ED5F3

Extrato Segundo Termo Aditivo do Contrato 23/2020

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: AutoShow GM Comercio de Veículos Ltda

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 23/2020, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 23/2020. Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO CONTRATO 29/2021**

Publicação N° 3520758

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EAE24C038DA878892ED36FF3404D5351AB59A41E

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 29/2021

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Breitkopf Caminhões Ltda.

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 29/2021, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 29/2021.

Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO CONTRATO 35/2020**

Publicação N° 3520654

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5D243Aafb1ABB64CEa40F46F49E214CC4F76C0BF

Extrato Segundo Termo Aditivo do Contrato 35/2020

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Autoplus Veículos Ltda

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 35/2020, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 35/2020.

Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO CONTRATO 39/2019**

Publicação N° 3520142

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3190874782A9C9A47EC8879B4A523A650230FE1F

Extrato Quarto Termo Aditivo do Contrato 39/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Ecoeficiência Soluções Ambientais Ltda EPP

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 39/2019, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 39/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO CONTRATO 52/2018**

Publicação N° 3520552

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1B214323C6D3DE9798E10F63633D9960B9BCBFC0

Extrato Sétimo Termo Aditivo do Contrato 52/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: DML – Coleta e Transporte de Resíduos Ltda.

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 52/2018, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato n.º 52/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO CONTRATO 91/2019**

Publicação N° 3520508

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4BA00899D082BD396D8CADA46194D3AC8B21DCCB

Extrato Quinto Termo Aditivo do Contrato 91/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Serrana Engenharia Ltda.

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 91/2019, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato n.º 91/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO TERMO DE COLABORAÇÃO 05/2019**

Publicação N° 3520570

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 34D91660820A29F9D250223B6D12E2E0EEEE5B0B

Extrato Sétimo Termo Aditivo do Termo de Colaboração 05/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Termo de Colaboração n.º 05/2019, nos termos da Lei Federal n.º 13.019/14, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas Termo de Colaboração 05/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO TERMO DE COLABORAÇÃO 05/2021**

Publicação N° 3520473

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BCDC4414FDF11D1B24E8397B700E9F4451DB6030

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Termo de Colaboração 05/2021

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Hospital Nossa Senhora das Graças.

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Termo de Colaboração n.º 05/2021, nos termos da Lei Federal n.º 13.019/14, sendo sua vigência até 28 de fevereiro de 2022. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2022. Ficam ratificadas as demais cláusulas Termo de Colaboração 05/2021, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 03 de janeiro de 2022.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇOS 03/2021 FMS

Publicação Nº 3518361

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 3/2021

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: MULLER PRODUTOS PARA SAUDE EIRELLI

CNPJ nº 20.483.619/0001-01

Valor: R\$ 3.188,98

Licitação: 14/2021

Itens: 4,14,17

Objeto: Registro de Preços para eventuais aquisições de equipamentos médicos hospitalares, para fisioterapia, eletrodomésticos e outros materiais para secretaria de Saúde de Braço do Trombudo/SC

Vigência: 05.07.2021 até 05.07.2022.

Braço do Trombudo, 05.07.2021

### ATA REGISTRO DE PREÇOS 04/2021 FMS

Publicação Nº 3518324

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 4/2021

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI EPP

CNPJ nº 05.077.346/0001-01

Valor: R\$ 690,00

Licitação: 14/2021

Itens : 1, 13, 15, 19

Objeto: Registro de Preços para eventuais aquisições de equipamentos médicos hospitalares, para fisioterapia, eletrodomésticos e outros materiais para secretaria de Saúde de Braço do Trombudo/SC

Vigência: 05.07.2021 até 05.07.2022.

Braço do Trombudo, 05.07.2021

### ATA REGISTRO DE PREÇOS 05/2021 FMS

Publicação Nº 3518337

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 5/2021

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Hospitronica comércio de equipamentos médico hospitalar Ltda-me

CNPJ nº 17.737.428/0001-14

Valor: R\$ 4.185,00

Licitação: 14/2021

Item: 5

Objeto: Registro de Preços para eventuais aquisições de equipamentos médicos hospitalares, para fisioterapia, eletrodomésticos e outros materiais para secretaria de Saúde de Braço do Trombudo/SC

Vigência: 05.07.2021 até 05.07.2022.

Braço do Trombudo, 05.07.2021

### ATA REGISTRO DE PREÇOS 06/2021 FMS

Publicação Nº 3518370

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 6/2021

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli EPP

CNPJ nº 17.238.455/0001-42

Valor: R\$ 7.103,00



Licitação: 14/2021

Itens: 3,8,9,10,11,16,18

Objeto: Registro de Preços para eventuais aquisições de equipamentos médicos hospitalares, para fisioterapia, eletrodomésticos e outros materiais para secretaria de Saúde de Braço do Trombudo/SC

Vigência: 05.07.2021 até 05.07.2022.

Braço do Trombudo, 05.07.2021

### **ATA REGISTRO DE PREÇOS 07/2021 FMS**

Publicação Nº 3518377

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 7/2021

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: CCK Comercial Eireli - EPP

CNPJ nº 22.065.938/0001-22

Valor: R\$ 3.770,00

Licitação: 14/2021

Itens: 2,6

Objeto: Registro de Preços para eventuais aquisições de equipamentos médicos hospitalares, para fisioterapia, eletrodomésticos e outros materiais para secretaria de Saúde de Braço do Trombudo/SC

Vigência: 05.07.2021 até 05.07.2022.

Braço do Trombudo, 05.07.2021

### **ATA REGISTRO DE PREÇOS 08/2021 FMS**

Publicação Nº 3518315

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 8/2021

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: BAGATOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO E ELETRÔNICO EIRELI

CNPJ nº 00.897.750/0001-08

Valor: R\$ 15.400,00

Licitação: 14/2021

Item : 7

Objeto: Registro de Preços para eventuais aquisições de equipamentos médicos hospitalares, para fisioterapia, eletrodomésticos e outros materiais para secretaria de Saúde de Braço do Trombudo/SC

Vigência: 05.07.2021 até 05.07.2022.

Braço do Trombudo, 05.07.2021

### **ATA REGISTRO DE PREÇOS 21/2021**

Publicação Nº 3518391

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 21/2021

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: ALDIONIR COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA-ME

CNPJ 20.626.048/0001-17

Valor: R\$ 427.400,00

Licitação: 87/2021

Objeto: Registro de preços para eventuais serviços de conserto de pneus para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo/SC.

Vigência: 05.07.2021 até 05.07.2022.

Braço do Trombudo, 05.07.2021

### **ATA REGISTRO DE PREÇOS 22/2021**

Publicação Nº 3518402

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 22/2021

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: REPRESENTACOES E COMERCIO J.K. LTDA

CNPJ 05.521.565/0001-38

Valor: R\$ 53.290,00

Licitação: 79/2021

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de doses de Sêmen Bovino, nitrogênio, luvas e bainhas para a Secretaria de Agricultura do Município de Braço do Trombudo/SC

Vigência: 05.07.2021 até 05.07.2022.

Braço do Trombudo, 05.07.2021

## ATA REGISTRO DE PREÇOS 30/2021

Publicação Nº 3518309

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 300000/2021

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: ALNAK DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA

CNPJ nº 08.664.810/0001-54

Valor: R\$ 23.151,75

Licitação: 110/2021

Itens: 1,9,19,23,26,30,31,33,60,61,88,101,102,103

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros e óleo lubrificante para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo/SC

Vigência: 05.10.2021 até 05.10.2022.

Braço do Trombudo, 05.10.2021.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 300001 /2021

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: MAQPARTS PECAS LTDA

CNPJ nº 17.537.631/0001-47

Valor: R\$8.110,60

Licitação: 110/2021

Itens: 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42,43,44,45,46,47,48,49,50,51,-52,53,54,55,56,57,58,59,60,61,62,63,64,65,66,67,68,69,70,71,72,73,74,75,76,77,78,79

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros e óleo lubrificante para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo/SC

Vigência: 05.10.2021 até 05.10.2022.

Braço do Trombudo, 05.10.2021.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 300002/2021

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: JULIO SILVESTRI FILHO ME

CNPJ nº 15.608.150/0001-50

Valor: R\$ 19.851,07

Licitação: 110/2021

Itens: 2,4,5,6,7,8,11,12,14,24,25,27,28,29,32,34,35,39,40,41,42,43,47,55,62,64,65,70,71,73,74,76,77,81,83,85,86,87,95

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros e óleo lubrificante para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo/SC

Vigência: 05.10.2021 até 05.10.2022.

Braço do Trombudo, 05.10.2021.

## EXTRATO 15.º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2013

Publicação Nº 3519916

EXTRATO 15.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: HOSPITAL TROMBUDO CENTRAL

CNPJ nº 86.404.597/0001-55

Rua Paulo Skowasch - Centro

Trombudo Central - SC

Objeto: Custear consultas e serviços de urgência e emergência a serem realizados no Pronto Atendimento do Hospital de Trombudo Central, de acordo com as normas do SUS (Sistema único de Saúde).

Valor: R\$ 11.605,91 (onze mil seiscentos e cinco reais e noventa e um centavos) mensais, perfazendo um valor global de R\$139.270,92 (cento e trinta e nove mil duzentos e setenta reais e noventa e dois centavos)

Vigência: até 31.12.2022.

Data da assinatura: 22.12.2021  
Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº02/2022**

Publicação Nº 3520164

**EXTRATO DE CONTRATO 02/2022**

Contratante: Município de Braço do Trombudo  
CNPJ 95.952.230/0001-67  
Sito a Praça da Independência, 25  
Braço do Trombudo – SC.  
Contratada: IMPETUS APOIO A GESTÃO PÚBLICA LTDA  
CNPJ nº 13.596.552/001-56  
Victor Konder  
Bairro Canoas  
Rio do Sul/SC

Objeto: Contratação de empresa para realização de suporte técnico e apoio administrativo, através de apoio técnico especializado na operacionalização dos sistemas de informática na área de planejamento orçamentário em seus vários módulos, em especial o SICONV e na área de Defesa Civil, em especial o S2ID, utilizados na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo/SC

Valor: valor total de R\$74.280,00 (setenta e quatro mil duzentos e oitenta reais), dividido em 12 (doze) parcelas de R\$6.190,00 (seis mil cento e noventa reais) mensais

Vigência até 04/01/2023

Data da assinatura: 04/01/2022

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº03/2022**

Publicação Nº 3520910

**EXTRATO DE CONTRATO 03/2022**

Contratante: Município de Braço do Trombudo  
CNPJ 95.952.230/0001-67  
Sito a Praça da Independência, 25  
Braço do Trombudo – SC.  
Contratada: SHOPPING TRUCK CHAPECO PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ nº 29.724.998/0001-59  
Avenida Leopoldo Sander  
Bairro Eldorado  
Chapecó/SC

Objeto: Aquisição de peças e serviço de mão de obra mecânica especializada para conserto do motor da caçamba M.Benz/2418 ano 1993 placa MAB9016 da Secretaria de Obras do Município de Braço do Trombudo/SC

Valor: R\$ 32.000,00

Vigência até 31/03/2022

Data da assinatura: 04/01/2022

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

**PORTARIA 001/2022**

Publicação Nº 3520078

**PORTARIA 001/2022**

NOMEIA COMISSÃO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO, EM VISTA DA NECESSIDADE DE CONCRETIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS.

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em vista da necessidade de alienar bens móveis inservíveis do patrimônio público do Município de Braço do Trombudo, na modalidade leilão, em conformidade com a legislação vigente;

RESOLVE :

ART. 1º. Designar os seguintes servidores públicos para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Vistoria e Avaliação com o fim especial de vistoriar e avaliar bens móveis inservíveis destinados a leilão:

I. Daniela Prada Mugge - CPF Nº 003.693.279-50 – Secretária da Saúde e Assistência Social.

II. Jean Heidrich - CPF Nº 047.873.169-82 – Secretário de Obras, Estradas, Serviços Urbanos e Agropecuários.

III. Arlei Everaldo Larsen - CPF Nº 915.847.289-49 – Coordenador do Setor da Agricultura.

IV. Monica Dalila Sell Dalmarco - CPF Nº 902.629.489-15 – Secretária da Educação.

ART. 2º. Cabe a Comissão constituída no art. 1º desta Portaria vistoriar, organizar e avaliar os bens móveis inservíveis, bem como elaborar Termo de Avaliação que acompanhará a lei que autoriza o leilão público, seguindo as normas estabelecidas nas leis vigentes. Fica revogada a Portaria nº 086/2021 de 07 de Julho de 2021.

ART. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 04 de Janeiro de 2022

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

# Brunópolis

## PREFEITURA

### CONTRATO N° 057

Publicação N° 3520074

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 28F8FEF63AAEAAE595DEB8BE889047DC4091D653

EXTRATO CONTRATO N° 057/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS

Contrato n° 057/2021, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a empresa Autentika Engenharia e Construtora Ltda.

Objeto: Ampliação da Escola Municipal de Ensino Básico Padre Bruno Paris.

Valor Total: R\$ 577.770,56 (quinhentos e setenta e sete mil setecentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos)

Validade do Contrato: O contrato terá validade até 14/07/2022.

Brunópolis, 14 de dezembro de 2021

Volcir Canuto

### CONTRATO N° 058

Publicação N° 3520148

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 258C65B7E8C1A25D6A7793FF4D7DAB1D4AE3DD66

EXTRATO CONTRATO N° 058/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS

Contrato n° 058/2021, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a empresa Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA.

Objeto: Contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo contratante ao Consórcio Público contratado.

Valor Total: R\$ 37.200,00 (Trinta e sete mil e duzentos reais)

Validade do Contrato: O contrato terá validade até 31/12/2022.

Brunópolis, 17 de dezembro de 2021

Volcir Canuto

### CONTRATO N° 059

Publicação N° 3520166

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 098A6FC6A3C8145EC415FD45D0EA1011D57B77C1

EXTRATO CONTRATO N° 059/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS

Contrato n° 059/2021, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a empresa Controller Tecnologia e Sistemas de Informação Ltda ME.

Objeto: Sistema de Gestão Escolar.

Valor Total: R\$ 5.849,16 (cinco mil e oitocentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos).

Validade do Contrato: O contrato terá validade até 31/12/2022.

Brunópolis, 20 de dezembro de 2021

Volcir Canuto

### CONTRATO N° 060

Publicação N° 3520207

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C4D18E3AD012E8CB30BC8C89E01BC2B03C9DFD29

EXTRATO CONTRATO N° 060/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS

Contrato n° 060/2021, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a empresa Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

Objeto: Prestação de Serviços Continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Valor Total: R\$ 7.011,00 (sete mil e onze reais)

Validade do Contrato: O contrato terá validade até 31/12/2022.

Brunópolis, 20 de dezembro de 2021

Volcir Canuto

**CONTRATO N° 061**

Publicação N° 3520209

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5BA51F72BB6AD8153E669A645A0D0DDD1AE7B1C4

EXTRATO CONTRATO N° 061/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS

Contrato n° 061/2021, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a empresa LOGPRO Serviços Administrativos para Terceiros Ltda. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de treinamento, manutenção, customização e suporte técnico de software de gestão comercial e operacional público homologado pelo ministério das cidades (gsan), na área de saneamento.

Valor Total: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Validade do Contrato: O contrato terá validade até 31/12/2022.

Brunópolis, 20 de dezembro de 2021

Volcir Canuto

**RELAÇÃO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO MÊS 12-2021**

Publicação N° 3520527

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2021

Ata de Registro de Preços n° 014/2021, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a empresa Delcir Boesing, Processo 45/2021, Pregão Presencial 24/2021.

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Tubos de Concreto.

Valor Total: R\$ 246.950,00 (duzentos e quarenta e seis mil novecentos e cinquenta reais).

Validade da Ata: Os preços registrados terão validade de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura da ata de registro de preços.

Brunópolis, 13 de dezembro de 2021

Volcir Canuto

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 015/2021

Ata de Registro de Preços n° 015/2021, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a empresa Garbin Bergamo & Cia Ltda, Processo 46/2021, Pregão Presencial 25/2021.

Objeto: Aquisição de serviços de recapagem, recauchutagem, vulcanização e consertos de pneus.

Valor Total: R\$ 339.500,00 (trezentos e trinta e nove mil e quinhentos reais).

Validade da Ata: Os preços registrados terão validade de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura da ata de registro de preços.

Brunópolis, 14 de dezembro de 2021

Volcir Canuto

# Brusque

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007-2021

Publicação Nº 3520966



### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE 007/2022** **EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 004/2019**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público para Provimento de Cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Brusque, **CONVOCA** os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para os cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

#### **DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA**

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque, a partir do dia **05 de Janeiro de 2022**, no horário das 08:00h às 11:30 h e das 13:30 às 17:00 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga.

1.1 Os candidatos serão atendidos conforme data e horário combinado.

1.2 A falta de qualquer documento constante no anexo II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

1.4 É de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta corrente para recebimento de seus vencimentos preferencialmente pela Caixa Econômica Federal. O candidato, antes de proceder a entrega dos documentos relacionados no anexo II do presente Edital, na hora e data designados no item 1, deverá comparecer ao Correspondente Bancário da Caixa, situado na Prefeitura de Brusque, a fim de realizar a abertura de conta. Se o candidato preferir outra instituição Bancária deverá solicitar a portabilidade.

1.5. A verificação dos documentos apresentados conforme anexo II, será realizada pela Comissão de Concurso.

#### **DA AVALIAÇÃO MÉDICA**

2. A avaliação da junta médica oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

2.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá comparecer no local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, para apresentação dos exames constantes no Anexo III deste edital e submissão à referida avaliação;



2.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

#### DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

3. A publicação dos atos de nomeação, será termo inicial para a posse do candidato, no **prazo de 30 (trinta dias)**, na forma do artigo 16 § 1º da Lei Complementar de Brusque – SC número 147 de 25/09/09;

#### DA POSSE

4. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada posse ao candidato, observado o prazo disposto no item “3” deste edital, nos termos do artigo 16 e seguintes da Lei Complementar de Brusque – SC número 147 de 25/09/09;

5. Empossado, o candidato terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar-se no seu local de trabalho ou no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Brusque, na forma do art. 19 da Lei Complementar de Brusque – SC número 147 de 25/09/09;

#### DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

6. Cumpridas todas as exigências do presente edital, os convocados deverão se apresentar para início das atividades, no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, situada na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque.

Brusque – SC, 04 de Janeiro de 2022.

**JOSÉ ARI VEQUI**  
Prefeito Municipal

2

#### ANEXO I - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 007/2021 EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 004/2019

#### RELAÇÃO DE CANDIDATOS

##### Eletricista

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
0560	SERGIO LUIS NORONHA	7º
0586	EDSON CARLOS OURIQUES	8º

**EXTRATO CONTRATO Nº 004-2021- IBPREV**

Publicação Nº 3520958

**EXTRATO CONTRATO Nº 004-2021**

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 004-2021, ENTRE MUNICÍPIO DE BRUSQUE, ATRAVÉS DA INSTITUTO BRUSQUENSE DE PREVIDÊNCIA – IBPREV E MOSAICO CONSULTORIA FINANCEIRO LTDA - CNPJ 15.621.336/0001-49. OBJETO: LOCAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO (ONLINE) PARA GERENCIAMENTO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO BRUSQUENSE DE PREVIDÊNCIA – IBPREV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N. 003/2021 E PROPOSTA COMERCIAL APRESENTADA PELA CONTRATADA, PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE CONTRATO. VIGÊNCIA: 12 MESES. VALOR: R\$ 16.560,00. SIGNATÁRIOS: HUMBERTO MARTINS FORNARI E PERY DE OLIVEIRA NETO

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021-SMS**

Publicação Nº 3520975

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021**

Dispõe sobre o fluxo de entrega de medicamentos aos idosos com prescrições provenientes de instituições privadas que contenham medicamentos da Relação Municipal de Medicamentos essenciais (REMUME), no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Brusque, e dá outras providências.

A DIRETORA GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições:

Considerando a Lei Municipal n. 4.320, de 03 de novembro de 2020 que dispõe sobre o fornecimento de medicamentos aos idosos na rede pública de saúde, e dá outras providências;

Considerando a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME);

Considerando a Lei n. 10.741, de 1o de outubro de 2003, que dispõe sobre o estatuto do Idoso e dá outras providências;

**RESOLVE:**

Art. 1º Normatizar a entrega de medicamentos da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais a idosos acima de 60 anos, residentes no município de Brusque, que possuam receituários particulares ou de outras instituições privadas;

Art. 2º As entregas serão realizadas na Farmácia Básica Municipal (medicamentos básicos, controlados e restritos) e Unidades Básicas de Saúde (somente medicamentos básicos), mediante apresentação de documento de identificação com foto e Cartão Nacional de Saúde;

Art. 3º A quantidade a ser dispensada será para 30 dias para medicamentos básicos e restritos, e 60 dias para medicamentos sujeitos a controle especial (portaria 344/98);

Art. 4º Nova retirada somente poderá ser realizada depois de passados 25 dias da retirada anterior para medicamentos básicos e restritos, e depois de 55 dias para medicamentos sujeitos a controle especial (portaria 344/98);

Art. 5º As saídas no sistema Gmus deverão obrigatoriamente informar o Centro de Custo (Bairro que o paciente reside). E na aba receita médica deverá informar como receita não fornecida pelo SUS e qual tipo de convênio do paciente.

Art. 6º Todas as prescrições com doses superiores as recomendadas para tratamento serão reavaliadas pelos Farmacêuticos que poderão questionar o prescritor caso necessitem;

Art. 7º A validade dos receituários médicos fica condicionada a lei 14.028, de 27 de julho de 2020; exceto os medicamentos sujeitos a controle especial que devem seguir a regulamentação da Anvisa;

Art. 8º Esta Instrução Normativa revoga a IN no 12 de 4 de novembro de 2020 e entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de dezembro de 2021.

Camila Fernanda Valle Pereira  
Diretora Geral

Patricia Bernardi Sassi  
Diretora de Atenção Farmacêutica

**PORTARIA Nº 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520994

**PORTARIA nº 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.**

O Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Estratégica, nomeado da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, c/c Decreto 8.818/2021,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela ACESSE CONCURSOS LTDA, mediante o Edital nº 004/2019, de 27 de maio de 2019, homologado em 02 de setembro de 2019, para provimento dos cargos efetivos de ELETRICISTA, conforme abaixo nominados:

ELETRICISTA

SERGIO LUIS NORONHA

EDSON CARLOS OURIQUES

Art. 2º Fixar, nos termos do art. 16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse do cargo.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de Janeiro de 2022.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 002-2022**

Publicação Nº 3521042

Portaria nº 002/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1045253	1	DULCIMAR MARTINS GOMES	Gabinete do Prefeito / Defesa Civil	06/01/2022	04/02/2022	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER

Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 003-2022**

Publicação Nº 3521110

Portaria nº 003/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) FLAVIO CESAR DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 04/01/2022 a 02/02/2022, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 004-2022**

Publicação Nº 3521112

Portaria nº 004/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) JULIO LOPES DE SANTA ANNA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 04/01/2022 a 02/02/2022, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/05/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 005-2022**

Publicação Nº 3521113

Portaria nº 005/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) GILSON SCHIRMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Veic Pesados, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 04/01/2022 a 04/03/2022, referente ao período aquisitivo iniciado em 07/04/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 006-2022**

Publicação Nº 3521116

Portaria nº 006/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) SONIA MARA DE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 04/01/2022 a 02/02/2022, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 007-2022**

Publicação Nº 3521117

Portaria nº 007/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) THAYSE PEREIRA CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Odontológico, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 04/01/2022 a 02/02/2022, referente ao período aquisitivo iniciado em 22/09/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 008-2022**

Publicação Nº 3521119

Portaria nº 008/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) NILMA DELGADO MEIRELES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 04/01/2022 a 02/02/2022, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 009-2022**

Publicação Nº 3521120

Portaria nº 009/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) MARILHA EGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 04/01/2022 a 02/02/2022, referente ao período aquisitivo iniciado em 28/05/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 010-2022**

Publicação Nº 3521124

Portaria nº 010/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) NEIVA MORAIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 04/01/2022 a 02/02/2022, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 011-2022**

Publicação Nº 3521126

Portaria nº 011/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) GILBERTO CARLOS SILVEIRA DE AVILA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 04/01/2022 a 04/03/2022, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 012-2022**

Publicação Nº 3521130

Portaria nº 012/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) BEATRIZ PEREIRA KUSTER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 05/01/2022 a 05/03/2022, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/06/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 013-2022**

Publicação Nº 3521133

Portaria nº 013/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) PAULA REGINA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 04/01/2022 a 02/02/2022, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 014-2022**

Publicação Nº 3521044

Portaria nº 014/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4289161	1	LUCAS RODIGHERO MAPA	Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica	05/01/2022	14/01/2022	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.



Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 015-2022

Publicação Nº 3521047

Portaria nº 015/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4305574	1	CILION CHARLES PEREIRA	Secretaria Municipal de Saúde	05/01/2022	20/01/2022	16

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 016-2022

Publicação Nº 3521051

Portaria nº 016/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
17841	1	CLARICE FARIAS	Secretaria Municipal de Educação	22/12/2021	20/01/2022	30
1000135591	6	DOUGLAS MANASSES	Secretaria Municipal de Educação	22/12/2021	20/01/2022	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 22/12/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 017-2022**

Publicação Nº 3521054

Portaria nº 017/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Convalidar as férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
681784	1	TIAGO CONTESINI VINOTTI	Secretaria Municipal de Educação	27/12/2021	25/01/2022	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 27/12/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 018-2022**

Publicação Nº 3521056

Portaria nº 018/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
419370	1	ATILIO ALBERTO GRAF	Gabinete do Prefeito	05/01/2022	19/01/2022	15

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 019-2022**

Publicação Nº 3521058

Portaria nº 019/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Convalidar as férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
865168	2	ALEXANDRE KENJI HONDA	Secretaria de Comunicação Social	03/01/2022	01/02/2022	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 03/01/2022, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 021-2022

Publicação Nº 3521134

Portaria nº 021/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) LUCIANO BATISTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 05/01/2022 a 03/02/2022, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 022-2022

Publicação Nº 3521061

Portaria nº 022/2022

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
743054	0	ROBSON PULZATO DE SOUSA	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	05/01/2022	14/01/2022	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Janeiro de 2022.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de Recursos Humanos

**CIRCULAR N° 001-2022-SAMAE**

Publicação N° 3520981



**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
**RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.**  
**CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC**  
**FONE: (47) 3255 0500**  
**www.samaebru.com.br**

**CIRCULAR 001-2022**

***Estabelece regras para o fornecimento de almoço aos servidores.***

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das suas atribuições legais, vem por meio deste comunicar e determinar que:

- 1) A partir do dia 05/01/2022 o almoço será servido exclusivamente nas dependências do Restaurante situado no Clube Esportivo Guarani, caso algum servidor queira a refeição na forma de marmita, deverá solicitar diretamente no restaurante no seu horário de almoço;
- 2) Nenhum servidor do Samae se responsabilizará pelos pedidos ou retiradas de marmitas de seus colegas de trabalho, frisando que, cada um será responsável pela sua refeição;
- 3) Os casos omissos nesta instrução normativa, serão resolvidos pelo Diretor Presidente do Samae;
- 4) Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/01/2022, revogando as exposições em contrário.

Brusque/SC, 04 de janeiro de 2022

**LUCIANO**  
**CAMARGO:0308**  
**2276970**  
**LUCIANO CAMARGO**  
Diretor Presidente

Assinado de forma digital  
por LUCIANO  
CAMARGO:03082276970  
Dados: 2022.01.04 15:20:24  
-03'00'

**EXTRATO PRORROGAÇÃO EDITAL Nº 003-2020 -SAMAE**

Publicação Nº 3520970



**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
**RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.**  
**CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC**  
**FONE: (47) 3255 0500**  
**www.samaebru.com.br**



**EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**SAMAE EDITAL nº 003/2020**

O Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Brusque, no uso de suas atribuições legais, torna público que, nos termos do disposto no Edital nº 003/2020 - item 1 do Processo Seletivo Simplificado, subitem 1.10, fica prorrogado, por mais 01 (um) ano, a contar de 21 de dezembro de 2021, a validade do processo seletivo cuja homologação do resultado final foi publicada no Diário Oficial dos Municípios do Santa Catarina – DOM/SC de 21 de dezembro de 2020, edição nº 3358, pág. 336.

Brusque/SC, 03 de dezembro de 2021.

**LUCIANO CAMARGO**  
**Diretor Presidente**

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO N° 9.947

Publicação N° 3521262

DECRETO N° 9.947, de 3 de janeiro de 2022.

Delega poderes para autenticação de documentos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam delegados poderes aos Servidores Allison Luiz Boufleur e Silvana Schmidt, ocupantes dos cargos de Secretário Escolar e Assistente Administrativo, respectivamente, para autenticarem documentos da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de dezembro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 3 de janeiro de 2022.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA N° 35.804

Publicação N° 3521236

PORTARIA N° 35.804, de 1º de dezembro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira aos Servidores abaixo relacionados e lotados na Secretaria Municipal da Saúde, a ser pago a contar do mês de NOVENBRO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
405	Luciano Colussi	Auxiliar Serviços Gerais	Nível 11

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 1º de dezembro de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

### PORTARIA N° 35.825

Publicação N° 3521247

PORTARIA N° 35.825, de 15 de dezembro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR os efeitos da Portaria nº 34.777, de 20 de maio de 2021, que designou o médico EDUARDO CASTILHO CASAGRANDE, para responder como Diretor Técnico da Unidade de Pronto Atendimento - UPA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de dezembro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de dezembro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

## PORTARIA Nº 35.826

Publicação Nº 3521237

PORTARIA Nº 35.826, de 15 de dezembro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, afastamento do serviço pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período
17054	Eloir Fogues	Técnico em Enfermagem	08 dias	07/12/2021 a 14/12/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 15 de dezembro de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 35.828

Publicação Nº 3521238

PORTARIA Nº 35.828, de 15 de dezembro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 128 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença prêmio ao Servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
1133	Rubens Reis da Silva	Odontólogo	03/10/2009 a 03/10/2014	14/12/2021 a 11/02/2022

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 15 de dezembro de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.



**PORTARIA Nº 35.834**

Publicação Nº 3521248

PORTARIA Nº 35.834, de 16 de dezembro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 174 combinado com o art. 111, ambos da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor JORGE HENRIQUE MULLER JOÃO, matrícula 14111, ocupante do cargo efetivo de Terapeuta em Dependência Química e lotado na Secretaria Municipal da Saúde, o valor correspondente a 01 (um) mês de vencimento a título de auxílio-doença, com pagamento no mês de novembro de 2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de dezembro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 35.838**

Publicação Nº 3521239

PORTARIA Nº 35.838, de 17 de dezembro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 6º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores o pagamento de gratificação de produtividade, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), em virtude de terem atingido os parâmetros de acompanhamento em sua microárea de atuação no mês de DEZEMBRO de 2021, especificando código, nome, cargo, local de atuação e mês do pagamento da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Mês/Ano de pagamento
11860	Edemir Januario da Costa	Agente Comunitária de Saúde	UBS Centro	Janeiro/2021
11855	Elaine de Fatima Voitach	Agente Comunitária de Saúde	UBS Centro	Janeiro/2021
11882	Ivonete Aparecida Sebem	Agente Comunitária de Saúde	UBS Centro	Janeiro/2021
13972	Josiane Guadagnin	Agente Comunitária de Saúde	UBS Centro	Janeiro/2021
13975	Karine Aparecida dos Santos Bataglion	Agente Comunitária de Saúde	UBS Centro	Janeiro/2021
11940	Classir Terezinha Fenili	Agente Comunitária de Saúde	UBS Santa Catarina	Janeiro/2021
11969	Debora Cristina Muller	Agente Comunitária de Saúde	UBS Santa Catarina	Janeiro/2021
11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitária de Saúde	UBS Santa Catarina	Janeiro/2021
14015	Elaine Aparecida Chaves	Agente Comunitária de Saúde	UBS Santa Catarina	Janeiro/2021

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 17 de dezembro de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 35.841**

Publicação Nº 3521241

PORTARIA Nº 35.841, de 20 de dezembro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 35.816, de 10 de dezembro de 2021, no que se refere à data de rescisão da Servidora abaixo relacionada, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

Cód.	Nome	Função	Portaria Contratação	Data rescisão
17224	Rosemari Santos de Oliveira	Enfermeira	35.454, de 30 de setembro de 2021	31/12/2021

Leia-se:

Cód.	Nome	Função	Portaria Contratação	Data rescisão
17224	Rosemari Santos de Oliveira	Enfermeira	35.454, de 30 de setembro de 2021	15/12/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 20 de dezembro de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 35.842**

Publicação Nº 3521249

PORTARIA Nº 35.842, de 20 de dezembro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato por tempo determinado da Servidora PATRICIA MAESTER, matrícula 16900, ocupante da função de Enfermeira, referência 37, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde e contratada pela Portaria nº 34.396, de 25 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de janeiro de 2022.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de dezembro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 35.843**

Publicação Nº 3521250

PORTARIA Nº 35.843, de 20 de dezembro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso II da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, o contrato por tempo determinado da Servidora NATALIA BETTU RECH, matrícula 17010, ocupante da função de Psicóloga, referência 37, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde e contratada pela Portaria nº 34.638, de 26 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17 de dezembro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de dezembro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 35.844

Publicação Nº 3521251

PORTARIA Nº 35.844, de 20 de dezembro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO que todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2020 para o cargo de Motorista foram devidamente convocados nos termos da Lei,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR os profissionais a seguir relacionados para o preenchimento de função em caráter temporário na Secretaria Municipal da Saúde, especificando nome, função e data de início da contratação, conforme segue:

Nome	Função	A contar de
Anderson Carlos Guimaraes	Motorista	13/12/2021
Diego Antonio Vieira	Motorista	15/12/2021

Art. 2º A vigência do contrato está vinculada à realização e publicação do resultado final de novo Concurso Público e/ou Processo Seletivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de dezembro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 35.845

Publicação Nº 3521252

PORTARIA Nº 35.845, de 20 de dezembro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário na forma do art. 37, inciso IX da Constituição Federal e art. 17, inciso IX da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Portaria nº 34.806, de 26 de maio de 2021, que contrata por prazo determinado o Servidor Tiago Alcides Schematto,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o contrato por prazo determinado do Servidor TIAGO ALCIDES SCHEMATTO para exercer a função de Motorista, referência 10, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal da Saúde, no período de 23/12/2021 à 03/01/2022, em vaga vinculada ao Servidor André Leonardo Mazotti que encontra-se em gozo de férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de dezembro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 35.846

Publicação Nº 3521259

PORTARIA Nº 35.846, de 20 de dezembro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de aprovados no Processo Seletivo nº 01/2020 e o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR os profissionais a seguir relacionados para o preenchimento de função em caráter temporário na Secretaria Municipal da Saúde, especificando nome, função, carga horária semanal e data de início da contratação, conforme segue:

Nome	Função	Carga Horária	A contar de
Marcela Aparecida Pires Fonseca	Auxiliar de Enfermagem	35 h	20/12/2021
Talia Maria Melo Cabral	Auxiliar de Enfermagem	35 h	20/12/2021
Eliziane Costa Palhano	Enfermeiro	35 h	16/12/2021
Rafaela Patriota Resende	Enfermeiro	35 h	17/12/2021

Art. 2º A vigência do contrato está vinculada à realização e publicação do resultado final de novo Concurso Público e/ou Processo Seletivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de dezembro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 35.847

Publicação Nº 3521260

PORTARIA Nº 35.847, de 20 de dezembro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO que todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2020 para o cargo de Psicólogo e Técnico em Enfermagem foram devidamente convocados nos termos da Lei,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR os profissionais a seguir relacionados para o preenchimento de função em caráter temporário na Secretaria Municipal da Saúde, especificando nome, função, carga horária semanal e data de início da contratação, conforme segue:

Nome	Função	Carga Horária	A contar de
Caroline Farias	Psicólogo	35 h	16/12/2021
Sarita de Oliveira Zanotto	Técnico em Enfermagem	35 h	16/12/2021

Art. 2º A vigência do contrato está vinculada à realização e publicação do resultado final de novo Concurso Público e/ou Processo Seletivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de dezembro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**AVISO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS - PROCESSO LICITATÓRIO 118/2021 - TOMADA DE PREÇOS 09/2021**

Publicação Nº 3520112

**PREFEITURA DE  
CAÇADOR**  
*Desenvolvimento é nosso compromisso***SECRETARIA  
DE ADMINISTRAÇÃO****AVISO DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS****Processo Licitatório nº 118/2021****Tomada de Preço nº 09/2020****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DOS TELHADOS DE UNIDADES ESCOLARES

A Comissão Permanente de Licitação, instituída pelo Decreto nº 9.472, de 09 de junho de 2021, no uso de suas atribuições e conforme determinações constantes no instrumento convocatório, e,

Considerando a sessão de julgamento da fase de habilitação no dia 24 de novembro de 2021 em que habilitou as empresas OTTIMIZZARE ENGENHARIA INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO – EIRELI; ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA e ZELAR CONSTRUTORA LTDA;

Considerando que não houve interposição de recurso nesta fase pelas licitantes interessadas;

**RESOLVE**

Convocar as empresas participantes para retomada de julgamento do certame no dia **06 de janeiro de 2022 às 14h00 min. no Auditório da Prefeitura**, a fim de julgar as propostas de preços das licitantes habilitadas.

Ainda, oportuno frisar que serão respeitadas as regras determinadas pela vigilância sanitária, lembrando aos licitantes que ausência na sessão pública não os prejudicará para análise dos documentos e/ou possível interesse de manifestação de recurso, pois os documentos serão disponibilizados conforme requerimento dos licitantes através do web protocolo disponível no site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br), sendo-lhes concedido o direito para apresentar recursos administrativos, se assim desejarem após a publicação da decisão da Comissão Permanente de Licitação.

Lucas Filipini Chaves  
Presidente

Allison Luiz Boufleur  
Membro

Lucas Parizotto Rossi  
Membro

Silvana Schmidt  
Membro

**AVISO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2021 - TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2021**

Publicação Nº 3520372

**PREFEITURA DE  
CAÇADOR**  
*Desenvolvimento é nosso compromisso***SECRETARIA  
DE ADMINISTRAÇÃO****AVISO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS****Processo Licitatório nº 141/2021****Tomada de Preço nº 12/2021****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DA CASA DE PASSAGEM SÃO FRANCISCO DE ASSIS

A Comissão Permanente de Licitação, instituída pelo Decreto nº 9.472, de 09 de junho de 2021, no uso de suas atribuições e conforme determinações constantes no instrumento convocatório, e,

Considerando a sessão de julgamento da fase de habilitação no dia 18 de novembro de 2021 em que habilitou as empresas ENGEGRAU CONSTRUÇOES LTDA e FEZZOLI ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES EIRELI;

Considerando que não houve interposição de recurso nesta fase pelas licitantes interessadas;

Considerando que inicialmente fora determinado a abertura dos envelopes no dia 29 de novembro de 2021 e referido procedimento não foi realizado por questões administrativas;

Considerando, por fim, no intuito de manter a transparência do certame, remarcar novamente a abertura da abertura das propostas de preços em sessão pública para que as licitantes possam acompanhar a audiência pública;

**RESOLVE**

Convocar as empresas participantes para retomada de julgamento do certame no dia **07 de janeiro de 2022 às 16h00 min. no Auditório da Prefeitura**, a fim de julgar as propostas de preços das licitantes habilitadas.

Ainda, oportuno frisar que serão respeitadas as regras determinadas pela vigilância sanitária, lembrando aos licitantes que ausência na sessão pública não os prejudicará para análise dos documentos e/ou possível interesse de manifestação de recurso, pois os documentos serão disponibilizados



**PREFEITURA DE  
CAÇADOR***Desenvolvimento é nosso compromisso***SECRETARIA  
DE ADMINISTRAÇÃO**

conforme requerimento dos licitantes através do web protocolo disponível no site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br), sendo-lhes concedido o direito para apresentar recursos administrativos, se assim desejarem após a publicação da decisão da Comissão Permanente de Licitação.

Lucas Filipini Chaves  
Presidente

Allison Luiz Boufleur  
Membro

Lucas Parizotto Rossi  
Membro

Silvana Schmidt  
Membro

**AVISO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2021 - TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2021**

Publicação Nº 3520228

**PREFEITURA DE  
CAÇADOR**  
*Desenvolvimento é nosso compromisso***SECRETARIA  
DE ADMINISTRAÇÃO****AVISO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS****Processo Licitatório nº 37/2021****Tomada de Preço nº 04/2021****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BOM JESUS.

A Comissão Permanente de Licitação, instituída pelo Decreto nº 9.472, de 09 de junho de 2021, no uso de suas atribuições e conforme determinações constantes no instrumento convocatório, e,

Considerando a sessão de julgamento da fase de habilitação no dia 08 de outubro de 2021 em que habilitou a empresa ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA;

Considerando que não houve interposição de recurso nesta fase pelas demais licitantes interessadas;

**RESOLVE**

Convocar as empresas participantes para retomada de julgamento do certame no dia **07 de janeiro de 2022 às 14h00 min. no Auditório da Prefeitura**, a fim de julgar a proposta de preços da licitante habilitada.

Ainda, oportuno frisar que serão respeitadas as regras determinadas pela vigilância sanitária, lembrando aos licitantes que ausência na sessão pública não os prejudicará para análise dos documentos e/ou possível interesse de manifestação de recurso, pois os documentos serão disponibilizados conforme requerimento dos licitantes através do web protocolo disponível no site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br), sendo-lhes concedido o direito para apresentar recursos administrativos, se assim desejarem após a publicação da decisão da Comissão Permanente de Licitação.

Lucas Filipini Chaves  
Presidente

Allison Luiz Bouffleur  
Membro

Lucas Parizotto Rossi  
Membro

Silvana Schmidt  
Membro

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 001/2021 – TOMADA DE PREÇOS – 001/2021**

Publicação Nº 3521037

**PREFEITURA DE  
CAÇADOR**  
*Desenvolvimento é nosso compromisso***SECRETARIA  
DE ADMINISTRAÇÃO****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR****AVISO DE LICITAÇÃO****PROCESSO DE LICITAÇÃO 001/2021 – TOMADA DE PREÇOS – 001/2021****EDITAL:** TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021;**TIPO:** MENOR PREÇO GLOBAL;**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDIFICAÇÃO E FECHAMENTO DA BASE AVANÇADA DO BAIRRO MARTELLO.**DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:**

LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES	DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES		DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES	
	ATÉ O DIA	HORÁRIO	DIA	HORÁRIO
Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador – SC situado na Avenida Santa Catarina, nº 195, CEP 89.500.124, Caçador – SC	<b>27/01/2022</b>	<b>Até 14:00</b>	<b>27/01/2022</b>	<b>Às 14:15</b>

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 04 de janeiro de 2021.

**SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL**

**Avenida Santa Catarina, 195 | Centro | CEP 89.500-124 | Caçador – SC | Fone (49)  
3666-2433**

# Calmon

## PREFEITURA

**05/2022**

Publicação N° 3519725

PORTARIA N.º 05 DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE CALMON, no uso das atribuições previstas no Art. 37 da Constituição da Republica Federativa do Brasil, no Art. 87 da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 33 de 31 de maio de 2010 e demais alteração de legislação pertinente a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor ALCEBIADES DOS ANJOS ocupante do cargo comissionado de SECRETARIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO , com efeitos a contar a partir desta data.

ART. 2º Esta portaria passa a vigor na data de sua publicação.

Publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Calmon, 04 de Janeiro de 2022.

HELIO MARCELO OLENKA  
Prefeito Municipal de Calmon

**06/2022**

Publicação N° 3519795

PORTARIA N.º 06 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR CONFORME ESPECIFICA.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE CALMON, no uso das atribuições previstas no Art. 37 da Constituição da Republica Federativa do Brasil, no Art. 87 da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 35 de 29 de junho de 2010 e Lei Complementar nº 66 e demais legislação pertinente a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor abaixo, para exercer o cargo em comissão, bem como para desempenhar as funções inerentes ao cargo, com efeitos a contar desta data .

RONALDO PUFF SECRETARIO DE D ECONOMICO

ART. 2º esta portaria passa a vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Prefeitura Municipal de Calmon, 04 de Janeiro de 2022

HELIO MARCELO OLENKA  
Prefeito Municipal de Calmon

07/2022

Publicação Nº 3520249



DECRETO Nº 105 em 23 de dezembro de 2021.

**DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO “SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA”, NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE CALMON, AFETADAS POR ESTIAGEM (COBRADE 1.4.1.1.0) CONFORME IN/MDR Nº: 362020.**

**HÉLIO MARCELO OLENKA**, Prefeito Municipal de Calmon, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, pelo inciso VI do Art. 8º da Lei Federal nº: 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

**CONSIDERANDO:**

**I** - Que a estiagem que atinge área do Município, devido à redução das precipitações pluviométricas;

**II** - Que compete ao Município a preservação do bem-estar da população nas regiões atingidas por eventos adversos, causadores de desastres, para, em regime de cooperação, combater e minimizar os efeitos das situações de anormalidade;

**III** - Que o quadro generalizado de escassez e falta de água obriga propriedades rurais a abrirem poços/fontes de águas ou transporte para atendimento ao abastecimento humano e dos plantéis de suínos, bovinos e aves; registrando perdas significativas, com impactos diretos na produção de leite e gado de corte, aves e suínos e também danos e prejuízo na agricultura em todas as culturas anuais do Município.

[www.calmon.sc.gov.br](http://www.calmon.sc.gov.br)  
Prefeitura Municipal de Calmon  
Estado de Santa Catarina



CNPJ - 95.949.806.0001/37  
Rua Miguel Dzummann, 315 - Centro - CEP: 89.430-000  
Fones: (49) 3573-0179 / 3573-0031

Assinado por 1 pessoa: HELIO MARCELO OLENKA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://calmon.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código EC33-5687-BCD2-3453





**IV** - Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município, em virtude do desastre classificado e codificado como ESTIAGEM (COBRADE – 1.4.1.1.0) e conforme IN/MDR nº: 36/2020.

**Art. 2º** - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

**Art. 3º** - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

**Art. 4º** - Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

[www.calmon.sc.gov.br](http://www.calmon.sc.gov.br)  
Prefeitura Municipal de Calmon  
Estado de Santa Catarina



CNPJ - 95.949.806.0001/37  
Rua Miguel Dzumann, 315 - Centro - CEP: 89.430-000  
Fones: (49) 3573-0179 / 3573-0031

Assinado por 1 pessoa: HELIO MARCELO OLENKA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://calmon.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código EC33-5687-BCD2-3453





**Art. 5º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 23 de dezembro de 2021.



**HÉLIO MARCELO OLENKA**  
Prefeito Municipal

**EDIMAR ANSCHAU SANTIEL**  
Secretário de Administração e Gestão

[www.calmon.sc.gov.br](http://www.calmon.sc.gov.br)  
Prefeitura Municipal de Calmon  
Estado de Santa Catarina



CNPJ - 95.949.806.0001/37  
Rua Miguel Dzumann, 315 - Centro - CEP: 89.430-000  
Fones: (49) 3573-0179 / 3573-0031

Assinado por 1 pessoa: HÉLIO MARCELO OLENKA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://calmon.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código EC33-5687-BCD2-3453







## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EC33-5687-BCD2-3453

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



HELIO MARCELO OLENKA (CPF 792.XXX.XXX-00) em 23/12/2021 16:56:22 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://calmon.1doc.com.br/verificacao/EC33-5687-BCD2-3453>

**08/2022**

Publicação N° 3520295

PORTARIA N.º 08 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR CONFORME ESPECIFICA.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE CALMON, no uso das atribuições previstas no Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 87 da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 35 de 29 de junho de 2010 e Lei Complementar nº 66 e demais legislação pertinente a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora abaixo, para exercerem os cargos em comissão, bem como para desempenhar as funções inerentes ao cargo, com efeitos a contar desta data .

ANA PAULA DOS P GONÇALVES DIRETOR DE TRIBUTAÇÃO

ART. 2º esta portaria passa a vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Prefeitura Municipal de Calmon, 04 de Janeiro de 2022

HELIO MARCELO OLENKA  
Prefeito Municipal de Calmon

# Campo Erê

## PREFEITURA

### PORTARIA 01/2022

Publicação Nº 3521446

PORTARIA Nº 01, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público municipal, e dá outras providências;

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

#### RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, pelo período de 15 (quinze) dias, a servidora pública municipal, SUZANA BRAMBILLA PERICO, matrícula nº 10497-3, ocupante do cargo de Bioquímica, referente ao período aquisitivo de 05/03/2018 à 04/03/2019, a partir de 10 de janeiro de 2022.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, 03 de janeiro de 2022.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA  
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LUIZ FERNANDO TONAL  
Setor de Atos Oficiais  
Matricula nº 10226-1

### PORTARIA 02/2022

Publicação Nº 3521451

PORTARIA Nº 02, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Dispõe sobre a suspensão de férias de servidores públicos municipais, e dá outras providências;

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, VII e o artigo 74, Inciso II "a" da Lei Complementar n.º 011/2002, alterado pela Lei Complementar nº 077/2015;

#### RESOLVE

Art. 1º. SUSPENDER, as férias dos servidores públicos municipais a seguir:

- MARCELO BIANCHI, matricula nº 1058-9;
- ROBERTO LUIZ BIANCHI, matricula nº 10233-4;
- LUCIMARA LUDWIG, matricula nº 1600-4

Conforme prescrição dos atestados médicos anexos.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, 03 de janeiro 2022.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA  
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LUIZ FERNANDO TONIAL  
Setor de Atos Oficiais  
Matricula nº 10226-1

## PORTARIA 03/2022

Publicação Nº 3521457

PORTARIA Nº 03, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público municipal, e dá outras providências;

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

### RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, pelo período de 30 (trinta) dias, aos servidores públicos municipais, lotados na Secretaria da Cidade, a seguir mencionados:

- GIOVANI SILVEIRA DE AVILA – matrícula nº 10947-9, ocupante do cargo de motorista, referente ao período aquisitivo, 23/03/2020 a 22/03/2021.
- ROQUE RANOLFO HERMES – matrícula nº 10960-6, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, referente ao período aquisitivo, 07/04/2020 a 06/04/2021.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, 03 de janeiro de 2022.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA  
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LUIZ FERNANDO TONIAL  
Setor de Atos Oficiais  
Matricula nº 10226-1

## PORTARIA 04/2021

Publicação Nº 3521465

PORTARIA Nº 04, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio a servidor público municipal, e dá outras providências;

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 76 da Lei Complementar n.º 011/2002 e Legislação posterior;  
Considerando o requerimento do servidor protocolado sob o n. 01/22, de 03/01/2022 e o Deferimento da Secretária Municipal de Saúde;

### RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, pelo período de 60 (sessenta dias), ao servidor público municipal, GELSON DA SILVA CAVALHEIRO, matrícula nº 1429-0, ocupante do cargo de motorista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, relativa ao período aquisitivo de 2012 a 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, 03, janeiro de 2022.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA  
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LUIZ FERNANDO TONIAL  
Setor de Atos Oficiais  
Matricula nº 10226-1

## **PORTARIA 05/2022**

Publicação N° 3521474

PORTARIA N° 05, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Dispõe sobre a suspensão de férias de servidores públicos municipais, e dá outras providências;

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, VII e o artigo 74, Inciso II "a" da Lei Complementar n.º 011/2002, alterado pela Lei Complementar n° 077/2015; Considerando a comunicação interna do Secretário de Agricultura e Infraestrutura Rural;

### **RESOLVE**

Art. 1º. SUSPENDER, as férias dos servidores públicos municipais, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, a seguir mencionados:

- NELSON CARLOS COSTA MARTINS, matricula nº 1049-8;
- FRANCISCO DE ASSIS RONCHI, matricula nº 942-3;

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, 03 de janeiro 2022.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA  
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LUIZ FERNANDO TONIAL  
Setor de Atos Oficiais  
Matricula nº 10226-1

## Campos Novos

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2021

Publicação Nº 3520057

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/7  
Processo Nº.: 168/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 94/2021

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 77/2021

No dia 3 do mês de Janeiro do ano de 2022, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) Secretário da Fazenda e Administração, o Sr(a). DARI ORESTE SCARABOTTO, inscrito no CPF sob o nº. 196.312.789-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 94/2021, Processo Licitatório nº. 168/2021, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O ANO DE 2.022, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES À PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E ENTIDADES CONVENIADAS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10699	STANG & STANG LTDA	1, 2, 3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
STANG & STANG LTDA	08.033.253/0023-89	CHARLES ZYGOSKI	091.107.669-79

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O ANO DE 2.022, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES À PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E ENTIDADES CONVENIADAS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

## Fornecedor: 10699 - STANG &amp; STANG LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	GASOLINA COMUM	L		285.000,000	6,1400	1.749.900,00
2	OLEO DIESEL COMUM	L		190.000,000	4,9700	944.300,00
3	ÓLEO DIESEL S10	L		544.500,000	4,9900	2.717.055,00
4	ARLA 32 - ADITIVO PARA DIESEL	L		12.000,000	3,1600	37.920,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 2/7  
Processo Nº.: 168/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 94/2021

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 168/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 94/2021

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/7  
Processo N°. 168/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 94/2021

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

**6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:**

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 168/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 94/2021

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 168/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 94/2021

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 168/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 94/2021

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 3 de Janeiro de 2022.

**DARI ORESTE SCARABOTTO**  
Secretário da Fazenda e Administração

**Empresas Participantes:**

STANG & STANG LTDA

CNPJ: 08.033.253/0023-89 \_\_\_\_\_

**SAMAE - CAMPOS NOVOS**

**EXT CT55/2021**

Publicação Nº 3519891

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 55/2021

OBJETO: Prestação de serviços de gestão da infraestrutura de TI, serviços especializados de monitoramento, suporte técnico de equipamentos e suporte técnico e atendimento aos usuários a serem executados, remotamente ou in loco na sede do SAMAE.

CONTRATADA: CN SYSTEM INFORMÁTICA LTDA (CNPJ: 04.966.414/0001-20)

VALOR: R\$ 1.450,00 (Hum mil, quatrocentos e cinquenta reais) mensais.

PRAZO: 01/01/2022 à 31/12/2022.


ALEXANDRE KUNEN  
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 130/2021 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 3519893



Prefeitura Municipal de Canoinhas

Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC

CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700

<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Maurício Afonso

Chave de Autenticação Digital

1494-2316-190

Página

1 / 1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Licitação: PE130/2021

Modalidade: Pregão

Objeto: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) PARQUE INFANTIL COLORIDO EM MADEIRA PLÁSTICA, ESTRUTURA PRINCIPAL CONFECIONADA EM COLUNAS DE MADEIRA PLÁSTICA COM REFORÇO INTERNO TIPO CRUZETA MEDINDO 9 X 9 CM, COM CANTOS ARREDONDADOS E ACABAMENTO EM POLIPROPILENO E POLIETILENO PIGMENTADO, NA COR ITAÚBA, FERRAGENS GALVANIZADAS A FOGO E PINTURA ELETROSTÁTICA, DESTINADOS 01 (UM) PARA A E.B.M. ALZIRINHA DA SILVA CORREA E 01 (UM) PARA O G.E.M FRED FABIANO GADNINSKI.

Forneecedor: 12921 - CACIQUE INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA

CPF/CNPJ: 29.685.289/0001-01

Valor total (R\$): 37.400,00

Quantidade

Valor unitário (R\$)

Valor total (R\$)

2,00000

18.700,00000

37.400,00

Un. Medida

UNIDADE

1

42777 - PARQUE INFANTIL

Marca: PRÓPRIA

Total Adjudicado (R\$):

37.400,00

Total Geral Adjudicado (R\$):


37.400,00

Winston Beyersdorff Lucchiarri

Assessor Jurídico

Gilberto dos Passos

Prefeito



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO FMS 27/2021**

Publicação Nº 3520230

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 27/2021

O Município de Canoinhas através do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação, Caput do art. 25, da Lei 8.666/93.

**Contratado:** FABIO CASSATI CORREA (CNPJ: 11.656.647/0002-73).

**Objeto:** CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS AOS PACIENTES DO SUS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, ATENDIDOS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME CHAMADA PÚBLICA Nº FMS 05/2021.

**Valor:** R\$ 667.999,92 (seiscentos e sessenta e sete mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

Gilberto dos Passos  
Prefeito

# Capinzal

## PREFEITURA

### ATA Nº 001/2021 POSSE DA DIRETORIA DO CIALAR 2022

Publicação Nº 3521009

ATA Nº 001/2022

#### POSSE DA DIRETORIA PARA EXERCÍCIO DE 2022

Aos três dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta minutos, nas dependências do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar – CIALAR, com sede à Rua Emília Barison 130, em Capinzal, reuniram-se os prefeitos dos municípios que compõem o Consórcio CIALAR, sendo o Sr. Nilvo Dorini – Prefeito do Município de Capinzal; o Sr. Sergio Luiz Calegari - prefeito do Município de Lacerdópolis; Sr. Marcelo Baldissera - prefeito do Município de Ipira; Sr. Claudir Duarte - prefeito do município de ouro; o Sr. Olmir Paulinho Benjamini – Prefeito do Município de Piratuba; a Srª Aline Soccol Minks, coordenadora do Consórcio; a Srª Tayslaine Lopes Rodrigues, Psicóloga da Instituição de Acolhimento; e a Srª Suelen da Cruz, Assistente Social da Instituição de Acolhimento. Na forma do disposto no Edital nº 002, de 23 de dezembro de 2021, a assembleia teve a seguinte Ordem do dia: a) Posse da nova Diretoria para o Exercício de 2022; b) Assuntos Gerais. O presidente do Consórcio, eleito nos termos da Ata nº 009, de 22 de dezembro de 2021, Sr. Nilvo Dorini - Prefeito Municipal de Capinzal, saudou aos presentes, agradeceu a presença e desejou boas vindas a todos. Em seguida deu início a Assembleia, na forma prevista no item “a” do Edital e deu início às solenidades de posse da nova Diretoria, sendo empossados os seguintes membros: Para Presidente o Sr. Nilvo Dorini, Prefeito Municipal de Capinzal; para Vice Presidente o Sr. Claudir Duarte, Prefeito Município de Ouro, e para Secretário o Sr. Sergio Luiz Calegari, Prefeito Municipal de Lacerdópolis. Encerradas as solenidades de posse da Diretoria, o presidente da assembleia, Sr. Nilvo Dorini, agradeceu a confiança dos consorciados em reconduzi-lo à presidência do consórcio, declarou que vai empenhar-se de forma efetiva dando todo apoio e atenção especial a equipe no desenvolvimento das ações realizadas pelo consórcio e solicitou apoio dos prefeitos consorciados para a boa continuidade das ações do CIALAR. Não havendo manifestação dos demais presentes sobre a solenidade de posse da nova diretoria, foi aberto aos presentes o segundo e último item da pauta da assembleia, tratando-se assuntos gerais. Na oportunidade, a coordenadora do CIALAR, Srª Aline Soccol Minks explanou sobre as atividades a serem desenvolvidas durante o exercício de 2022, no atendimento aos abrigados. Citou as necessidades do abrigo, para o bom andamento das atividades lá desenvolvidas e do bem estar dos acolhidos. Destacou as dificuldades enfrentadas no atendimento às crianças por falta de monitores e da necessidade de contratação de novos servidores na função de monitor. Ressaltou também as dificuldades encontradas pelas colaboradoras na rotina da Instituição, e solicitou aos prefeitos consorciados que sempre que possível, estejam presentes no cotidiano dos acolhidos, como forma de potencializar o trabalho que vem sendo realizado em parceria com os municípios. A coordenadora fez ainda um breve histórico sobre o total de acolhidos egressos que passaram pelo abrigo no ano de 2021 e os que se mantêm em acolhimento na instituição num total de 15 acolhidos. Informou aos Prefeitos que nos casos de necessidade de atendimentos à saúde e internação dos abrigados que a responsabilidade recai sobre o município de origem dos abrigados. Salientou que as tarefas no cuidado com os abrigados são árduas e ao mesmo tempo compensadoras pois, se não na totalidade, mas a maioria dos casos é obtido êxito. Encerrando assim a sua fala. Não havendo mais manifestações, encerrada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, o Presidente do Consórcio e da Assembleia, agradeceu a presença de todos e encerrou a assembleia da qual lavrou-se a presente Ata, que segue assinada pelos presentes.

### ATA Nº 009/2021 ELEIÇÃO DIRETORIA E APROVAÇÃO ORÇAMENTO CIALAR 2022

Publicação Nº 3520869

ATA Nº 009/2021

ELEIÇÃO DA DIRETORIA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS AÇÕES PARA 2022 A 2025 (PPA), APROVAÇÃO DAS DIRETRIZES (LDO) PARA 2022, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2022 E DISCUSSÃO DE REAJUSTES AO SERVIDORES DO QUADRO DO CIALAR.

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às nove horas, nas dependências do Gabinete do Prefeito Municipal de Capinzal, no edifício administrativo Prefeito Silvio Santos, sito a Rua Carmelo Zócoli, nº 155, em Capinzal, reuniram-se os prefeitos dos municípios que compõem o Consórcio CIALAR, sendo o Sr. Nilvo Dorini – Prefeito municipal de Capinzal; Sr. o Sr. Sergio Luiz Calegari - prefeito Município de Lacerdópolis; Sr. Marcelo Baldissera, prefeito Municipal de Ipira; Sr. Claudir Duarte, prefeito Município de ouro; Representantes do Prefeito de Piratuba Srª Deonete Gasparini Sandi– Gerente de Ação Social de Piratuba; Srª Maria Luiza Colpani – Assistente Social da Gestão – Município de Piratuba; a Srª Aline Soccol Minks, coordenadora do Consórcio; a Srª Tayslaine de Moraes Lopes Rodrigues, Psicóloga da Instituição de Acolhimento; a Srª Suelen da Cruz, Assistente Social da Instituição de Acolhimento; e o Sr. Benjamim Arcangelo Borsoi, coordenador Administrativo do Município de Capinzal; Na forma do disposto no Edital nº 001, de 08 de dezembro de 2021, a assembleia teve a seguinte Ordem do dia: a) Demonstração dos relatórios financeiros, receitas e despesas período janeiro a dezembro 2021; b) Discussão e aprovação do PPA para o período 2022 a 2025; c) Discussão e aprovação da LDO para o exercício de 2022; d) Discussão e aprovação da LOA para o exercício de 2022; e) Eleição da nova Diretoria para o Exercício de 2022; f) Discussão sobre reajuste do vale alimentação; g) Discussão sobre revisão geral anual dos salários; e h) Assuntos Gerais. O presidente do Consórcio, Sr. Nilvo Dorini, saudando aos presentes, iniciou a Assembléia, agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao Coordenador Administrativo do Município de Capinzal, Sr. Benjamim Arcangelo Borsoi que atendendo ao item “a” do Edital, explanou sobre a prestação de contas preliminar relativa aos gastos com o Consórcio onde foram detalhada as recitas recebidas de cada município consorciado, a aplicação dos recursos, o saldo financeiro disponível e os gastos previstos para o encerramento do exercício de 2021. Na sequência da ordem do dia, itens “b”, “c” e “d” do Edital, tratou-se da análise e aprovação das ações a serem contempladas no Plano Plurianual (PPA) para os exercícios de 2022 a 2025, das ações a serem contempladas na LDO e na LOA para o exercício de 2022. A matéria foi apresentada pelo coordenador Administrativo do

Município de Capinzal, Sr. Benjamim Arcangelo Borsoi, através de planilhas demonstrando a previsão de gastos com pessoal, investimentos e demais despesas de custeio. O valor previsto no PPA para os exercícios de 2022 a 2025, ficou estabelecido em R\$ 4.878.138,76 (quatro milhões, oitocentos e setenta e oito mil, cento e trinta e oito reais e setenta e seis centavos), distribuídos R\$ 4.662.632,51 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta e um centavos) em despesas correntes e R\$ 215.506,25 (duzentos e quinze mil, quinhentos e seis reais e vinte e cinco centavos) em despesas de Capital. O Valor previsto para a LDO para o exercício de 2022, ficou estabelecido em R\$ 1.131.785,92 (um milhão, cento e trinta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos), distribuído em R\$ 1.081.785,92 (um milhão, oitenta, um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos) em despesas correntes e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em despesas de capital. Em consonância com a LDO, O Valor orçado na LOA para o exercício de 2022 ficou previsto em R\$ 1.131.785,92 (um milhão, cento e trinta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos), distribuído em: R\$ 1.081.785,92 (um milhão, oitenta, um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos) em despesas correntes e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Após a apresentação das ações e valores estabelecidos no PPA para o período de 2022 a 2025, das ações e valores previstos na LDO para o exercício de 2022 e para a proposta orçamentária para 2022, o Presidente do Consórcio Sr. Nilvo Dorini, pôs a matéria em discussão. Discutida a matéria foi posta em votação que por unanimidade dos presentes foram aprovadas as três peças orçamentárias (PPA 2022 a 2025; LDO 2022 e LOA 2022). Ficou definido também que no exercício de 2022, os repasses dos municípios ao Consórcio terão início no mês de JANEIRO e serão efetuados em 12 (doze) parcelas, com a possibilidade de suspensão das parcelas relativas aos meses de novembro e dezembro, caso haja saldo suficiente em caixa para o encerramento do exercício de 2022 e para suporte das despesas do mês de Janeiro de 2023. Seguindo a ordem do dia, assunto pertinente ao item "e" do edital tratou-se da Eleição da nova diretoria, para o período janeiro a dezembro do exercício de 2022. O presidente do Consórcio, Sr. Nilvo Dorini, informou aos presentes as normativas estatutárias relativas à eleição, o período de mandato do presidente e consequentemente da diretoria, que na forma estabelecida no art. 16 do Estatuto Social é de um ano com a possibilidade de reeleição por mais um. Na forma do previsto no Estatuto Social, e por consenso houve apresentação de chapa única, assim composta: Para Presidente o Sr. Nilvo Dorini, Prefeito Municipal de Capinzal; para Vice Presidente o Sr. Claudir Duarte, Prefeito eleito Município de Ouro, e para Secretário o Sr. Sergio Calegari, Prefeito Municipal de Lacerdópolis. Em ato contínuo, tendo sido apresentada uma única chapa, foi realizada a eleição da nova diretoria para o exercício de 2022. A eleição ocorreu por aclamação, na forma do disposto no § 10, do art. 16, do Estatuto Social, ficando a nova diretoria assim composta: Presidente o Sr. Nilvo Dorini, Prefeito Municipal de Capinzal; Vice Presidente o Sr. Claudir Duarte, Prefeito Municipal de Ouro e Secretário o Sr. Sergio Luiz Calegari, Prefeito Municipal de Lacerdópolis. Encerrada a eleição o presidente da assembleia, Sr. Nilvo Dorini, deixou a palavra livre para a manifestação dos presentes, sendo que não houve manifestação dos presentes. Em sequência o presidente da assembleia e presidente reeleito o Sr. Nilvo Dorini, agradeceu a confiança dos consorciados em reconduzi-lo à presidência do consórcio, declarou que vai empenhar-se de forma efetiva dando todo apoio e atenção especial a equipe no desenvolvimento das ações realizadas pelo consórcio e solicitou apoio dos prefeitos consorciados para a boa continuidade das ações do CIALAR. Seguindo a ordem do dia, assunto pertinente ao item "f" do edital, foi discutido sobre o reajuste do vale alimentação (foi discutido o assunto e por unanimidade ficou decidido que o vale alimentação para o exercício de 2022, fica estabelecido no valor de R\$ 20,00 (vinte reais). Dando continuidade a ordem do dia, assunto pertinente ao item "g" do edital, foi discutido sobre a revisão geral anual dos salários dos servidores do CIALAR. Foi debatido o assunto e ficou definido que será concedido um reajuste de 10% (dez por cento) sobre o salário atual na folha de pagamento de Janeiro. Também ficou definido que na próxima data base em Abril de 2022 será concedido o reajuste pelo INPC acumulado nos últimos 12 meses aplicado sobre o salário de Março de 2022; e como último item da ordem do dia, item "h" do edital, foram discutidos Assuntos Gerais. Aline Soccol Minks fez algumas demonstrações desenvolvidas durante o ano de 2021, mencionou a quantidade de acolhidos, verbalizou sobre Covid onde a Casa Lar foi fechada, explanou sobre os funcionários onde uma está sofrendo processo administrativo, necessitando de mais servidores onde há necessidade de mais 3 monitores, Prefeito Nilvo Dorini sugeriu que o Processo Seletivo seja aberto antes do período ou que seja realizado Chamada Pública para contratação de novos colaboradores. Aline relatou que o abrigo tem a necessidade mais veículo, pois, a demanda está aumentando com os compromissos dos acolhidos. O Prefeito de Ouro cumprimentou a Coordenadora e agradeceu pelo trabalho que está sendo desenvolvido no abrigo. Não havendo mais manifestações, encerrada a ordem do dia, o atual Presidente do Consórcio e presidente da Assembléia, agradeceu aos prefeitos pelo apoio durante a gestão de 2021, colocou-se a disposição dos consorciados, para as eventualidades que surgirem, reiterou o convite para que todos, cada um dentro de suas possibilidades se façam presentes na gestão 2022. Desejou um feliz Natal e um próspero ano novo a todos. Nada mais havendo a tratar, encerrou a Assembléia da qual lavrou-se a presente Ata, que segue assinada pelos presentes.

## **SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**

### **PORTARIA N º 01/2022/SIMAE-CAO**

Publicação Nº 3520039

PORTARIA Nº 001/2022/SIMAE-CAO, de 04 de janeiro de 2022.

Concede Licença Maternidade à servidora que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, de 01 de janeiro de 2022 até 29 de junho de 2022, a servidora CRISTINA DA SILVA GALVÃO, ocupante do cargo de Engenheiro Sanitarista, matrícula 060.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

Registre-se e Publique-se.

Sidnei Penzo  
Diretor Geral



# Capivari de Baixo

## PREFEITURA

### EXTRATO AVISO DE CADASTRAMENTO 2022

Publicação Nº 3519362

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO/SC.

AVISO DE CADASTRAMENTO E RENOVAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES 2022.

O MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO/SC, nos termos do art. 34 c/c com o art. 36 da Lei 8.666/93 e suas devidas alterações, convida os atuais cadastrados a promoverem a atualização dos registros existentes, bem como as empresas interessadas em fornecer bens, obras e serviços a Administração Municipal, na forma prescrita pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos. O cadastramento pode ser realizado através do site: [www.capivaridebaixo.sc.gov.br](http://www.capivaridebaixo.sc.gov.br) ou junto ao Setor de Licitação localizado na Rua Ernani Cotrin, 187, Centro, Capivari de Baixo, SC, no horário das 07:00 às 13:00. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (48) 3621-4423

Capivari de Baixo/SC, 04 de janeiro de 2022.

VICENTE CORREA COSTA

Prefeito Municipal

# Catanduvras

## PREFEITURA

### PREGÃO Nº 0001/2022

Publicação Nº 3519530

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2022  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2022

O Município de Catanduvras – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, que se encontra aberto até as 08h30min do dia 19 de janeiro de 2022, Edital de Pregão Presencial, visando a contratação de profissional para capacitação de profissionais da Rede Municipal de Ensino, conforme termo de referência, edital e demais informações constantes no anexo. As propostas e demais documentos solicitados deverão ser protocolados no Setor de Licitação do Município de Catanduvras - SC, a partir desta data, encerrando no prazo acima citado. O início da abertura dos envelopes de proposta e habilitação respectivamente, se dará a partir das 08h45min do dia 19 de janeiro de 2022. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação do município de Catanduvras – SC, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Bairro Centro, neste município de Catanduvras – SC, CEP 89670-000, ou pelo e-mail [licitacao@catanduvras.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvras.sc.gov.br) . Cópias do presente edital poderão ser obtidas no site [www.catanduvras.sc.gov.br](http://www.catanduvras.sc.gov.br), ou pelo fone: 49 – 3525-6530.

Código de Registro TCE/SC: FF52B8922B5A0B1E9A68019887FEDC8DE89EC45B

Catanduvras – SC, 04 de janeiro de 2022.

ELENIR FÁTINA CHINATO  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

### PREGÃO Nº 0002/2022

Publicação Nº 3519535

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2022  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2022

O Município de Catanduvras – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, que se encontra aberto até as 10h30min do dia 19 de janeiro de 2022, Edital de Pregão Presencial, visando a aquisição de trator agrícola de pneus, 4x4, fabricação nacional, visando à necessidade das atividades da Secretaria de Infraestrutura do município de Catanduvras - SC, conforme edital e demais informações constantes no anexo. As propostas e demais documentos solicitados deverão ser protocolados no Setor de Licitação do Município de Catanduvras - SC, a partir desta data, encerrando no prazo acima citado. O início da abertura dos envelopes de proposta e habilitação respectivamente, se dará a partir das 10h45min do dia 19 de janeiro de 2022. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação do município de Catanduvras – SC, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Bairro Centro, neste município de Catanduvras – SC, CEP 89670-000, ou pelo e-mail [licitacao@catanduvras.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvras.sc.gov.br) . Cópias do presente edital poderão ser obtidas no site [www.catanduvras.sc.gov.br](http://www.catanduvras.sc.gov.br), ou pelo fone: 49 – 3525-6530.

Registro no TCE/SC: 3525E61AC0C2B94212395338D0F9EE3AD2E9DB63

Catanduvras – SC, 04 de janeiro de 2022.

MÁRCIA PASQUALLI  
Secretária Municipal de Infraestrutura

### PREGÃO Nº 0003/2022

Publicação Nº 3519542

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2022  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2022  
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Catanduvras – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, que se encontra aberto até as 08h30min do dia 20 de janeiro de 2022, Edital de Pregão Presencial, visando o registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes para alunos e professores da Rede Municipal de Ensino, conforme termo de referência, edital e demais informações constantes no anexo. As propostas e demais documentos solicitados deverão ser protocolados no Setor de Licitação do Município de Catanduvras - SC, a partir desta data, encerrando no prazo acima citado. O início da abertura dos envelopes de proposta e habilitação respectivamente, se dará a partir das 08h45min do dia 20 de janeiro de 2022. Maiores informações poderão ser obtidas junto

ao Setor de Licitação do município de Catanduvas – SC, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Bairro Centro, neste município de Catanduvas – SC, CEP 89670-000, ou pelo e-mail [licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br) . Cópias do presente edital poderão ser obtidas no site [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br), ou pelo fone: 49 – 3525-6530.

Código de Registro TCE/SC: F6B8C6C46BA223BC0404D28009D7C923F86C26A9

Catanduvas – SC, 04 de janeiro de 2022.

ELENIR FÁTINA CHINATO

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

## **PREGÃO Nº 0004/2022**

Publicação Nº 3519548

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2022

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2022

O Município de Catanduvas – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, que se encontra aberto até as 08h30min do dia 21 de janeiro de 2022, Edital de Pregão Presencial, visando a contratação de empresa para substituição de cobertura do Centro de Eventos, visando à necessidade das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do município de Catanduvas - SC, conforme edital e demais informações constantes no anexo. As propostas e demais documentos solicitados deverão ser protocolados no Setor de Licitação do Município de Catanduvas - SC, a partir desta data, encerrando no prazo acima citado. O início da abertura dos envelopes de proposta e habilitação respectivamente, se dará a partir das 08h45min do dia 21 de janeiro de 2022. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação do município de Catanduvas – SC, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Bairro Centro, neste município de Catanduvas – SC, CEP 89670-000, ou pelo e-mail [licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br) . Cópias do presente edital poderão ser obtidas no site [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br), ou pelo fone: 49 – 3525-6530.

Registro no TCE/SC: C4B928C918DB1044893E38C1B5A9B5203161E66D

Catanduvas – SC, 04 de janeiro de 2022.

ELENIR FÁTIMA CHINATO

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

# Celso Ramos

## PREFEITURA

### EDITAL 06/2022

Publicação N° 3520530

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC  
EDITAL TOMADA DE PREÇOS: 01/2022  
PROCESSO: 06/2022

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de TOMADA DE PREÇOS 01/2022, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COMPREENDENDO AS ÁREAS CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL.

CÓDIGO E-SFINGE: 5C4DBE5A71B6C88DDCF6B6400A4699D1E2489DB2

Entrega da documentação e proposta até às 14 horas do dia 26/01/2022, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 05 de janeiro de 2022.

LUIZANGELO GRASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N.º 159/2022**

Publicação N° 3520225

**Portaria N.º 159/2022**

**NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO NA FUNÇÃO DE ASSESSOR JURIDICO NOS QUADROS FUNCIONÁIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE CELSO RAMOS- SC.**

**ANDERSON CLEYTON DE MATIA**, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Regimento Interno e lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

**Art.1.º - NOMEAR** a Senhor **PAULO CESAR DA CUNHA TAVARES**, no cargo de provimento em Comissão da função de **ASSESSOR JURIDICO**, Consoante a Lei, bem como regimento Interno da Casa e Lei Orgânica do Município. Regime de trabalho Estatutário, Regime Previdenciário do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, 30 (trinta) horas semanais, sendo que o vencimento passará a ser pago proporcionalmente pelas horas trabalhadas.

**Art.2.º -** A presente nomeação entra em vigor na data de sua publicação.

**Art.3.º -** Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Celso Ramos/SC, 04 de janeiro de 2022.

**ANDERSON CLEYTON DE MATIA**  
**Presidente**

# Chapecó

## PREFEITURA

### DECRETO 41.789

Publicação N° 3520995

DECRETO N°. 41.789, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar n° 130/01, CONSIDERANDO o Termo de Convênio de Cooperação Técnica n° 005/2021 e, CONSIDERANDO o Memorando n° 522/2022,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal AMILCAR SOTTILI LANGOSKI, Código Funcional 4156, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico (04 horas), para a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Chapecó – ASAPREV.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

### DECRETO 41.790

Publicação N° 3521004

DECRETO N°. 41.790, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar n° 130/01, CONSIDERANDO o Termo de Convênio de Cooperação Técnica n° 005/2021 e, CONSIDERANDO o Memorando n° 522/2022,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal CLAUDIA ELISA ALBERTON, Código Funcional 29455, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, para a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Chapecó – ASAPREV.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

### DECRETO 41.791

Publicação N° 3521006

DECRETO N°. 41.791, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar n° 130/01, CONSIDERANDO o Termo de Convênio de Cooperação Técnica n° 005/2021 e, CONSIDERANDO o Memorando n° 522/2022,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal JULIO CEZAR SULZBACK, Código Funcional 61001, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, para a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Chapecó – ASAPREV.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

**DECRETO 41.792**

Publicação Nº 3521011

DECRETO Nº. 41.792, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Termo de Convênio de Cooperação Técnica nº 006/2021 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 524/2022,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal ZAIRE ANTONIO LEMES DA ROSA, Código Funcional 13193, ocupante do cargo de provimento efetivo de Eletricista, para a Casa de Recuperação Nova Vida – RENASCER. Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

**DECRETO 41.793**

Publicação Nº 3521014

DECRETO Nº. 41.793, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Termo de Convênio nº 011/2021 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 527/2022,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal LUCIANO JOSÉ BULIGON, matrícula 51473, ocupante do cargo efetivo de Procurador Municipal, ao Governo do Estado de Santa Catarina para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário de Estado da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE).

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Cessionário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

## DECRETO 41.794

Publicação Nº 3521017

DECRETO Nº. 41.794, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica 2020TN001009 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 529/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 07 de julho de 2025, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal ADRIANA GUZATTI, matrícula 25130, ocupante do cargo de Assistente Social, para a Polícia Civil de Santa Catarina, junto a 6ª Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso da Capital - DPCAMI de Florianópolis.  
Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

## DECRETO 41.795

Publicação Nº 3521021

DECRETO Nº. 41.795, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica 2020TN000828 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 534/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 10 de maio de 2025, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal CRISTINA GUELLA DE OLIVEIRA, matrícula 43734, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, para a Polícia Civil de Santa Catarina, junto a 1ª Delegacia de Polícia da Comarca de Chapecó/SC.  
Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício



**DECRETO 41.796**

Publicação Nº 3521023

DECRETO Nº. 41.796, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica 2020TN000828 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 534/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 10 de maio de 2025, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal MARIZE KAESTNER, matrícula 41264, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, para a Polícia Civil de Santa Catarina, junto a 1ª Delegacia de Polícia da Comarca de Chapecó/SC.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

**DECRETO 41.797**

Publicação Nº 3521025

DECRETO Nº. 41.797, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica 2020TN000828 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 534/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 10 de maio de 2025, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal GERALDO ROMANOSKI, matrícula 26156, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, para a Polícia Civil de Santa Catarina, junto a 3ª Delegacia de Polícia da Comarca de Chapecó/SC.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

**DECRETO 41.798**

Publicação Nº 3521027

DECRETO Nº. 41.798, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica 2020TN000828 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 534/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 10 de maio de 2025, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal LOIMAR ALCHIERI MAESTRO, matrícula 42984, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, para a Polícia Civil de Santa Catarina, junto a CIRETRAN de Chapecó/SC.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

## DECRETO 41.799

Publicação N° 3521030

DECRETO N°. 41.799, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica 2020TN000828 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 534/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 10 de maio de 2025, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal PATRÍCIA REGINA SPIECKER CIELLO, matrícula 75034, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, para a Polícia Civil de Santa Catarina, junto a 2ª Delegacia de Polícia da Comarca - Delegacia de Polícia de Repressão a Roubos e Furtos de Chapecó/SC.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

## DECRETO 41.800

Publicação N° 3521033

DECRETO N°. 41.800, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica 2020TN000828 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 534/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 10 de maio de 2025, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal LUCIANA CERESOLI BOTTON, matrícula 32878, ocupante do cargo de Assistente Social, para a Polícia Civil de Santa Catarina, junto à Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso - DPCAMI Chapecó/SC.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

### DECRETO 41.801

Publicação Nº 3521034

DECRETO Nº. 41.801, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica 2020TN000828 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 534/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 10 de maio de 2025, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal ROSANE CAMARGO DA ROSA, matrícula 27462, ocupante do cargo de Assistente Social, para a Polícia Civil de Santa Catarina, junto à Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso - DPCAMI Chapecó/SC.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

### DECRETO 41.802

Publicação Nº 3521036

DECRETO Nº. 41.802, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica 2020TN000828 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 534/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 10 de maio de 2025, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal SOLANGE SALETE PADILHA, matrícula 26158, ocupante do cargo de Psicóloga, para a Polícia Civil de Santa Catarina, junto à Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso - DPCAMI Chapecó/SC.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

### DECRETO 41.803

Publicação Nº 3521038

DECRETO Nº. 41.803, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica 2020TN000828 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 534/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 10 de maio de 2025, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal ALINE MICHELI GAMBATTO, matrícula 43737, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, para a Polícia Civil de Santa Catarina, junto à Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso - DPCAMI Chapecó/SC. Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

**DECRETO 41.804**

Publicação Nº 3521041

DECRETO Nº. 41.804, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica 2020TN000828 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 534/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 10 de maio de 2025, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal PRISCILLA DAYANE PARIZOTTO, matrícula 79212, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, para a Polícia Civil de Santa Catarina, junto a 12ª Delegacia Regional de Polícia de Fronteira de Chapecó- 12ª DRP-FRON. Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

**DECRETO 41.805**

Publicação Nº 3521043

DECRETO Nº. 41.805, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2021 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 540/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal FABIANE RIBEIRO, matrícula 68156, ocupante do cargo de Assistente Social, para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, junto ao 6º Batalhão de Bombeiros Militar de Chapecó. Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

## DECRETO 41.806

Publicação Nº 3521045

DECRETO Nº. 41.806, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2021 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 540/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal MARLISE VIEIRA, matrícula 71314, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, junto ao 6º Batalhão de Bombeiros Militar de Chapecó.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

## DECRETO 41.807

Publicação Nº 3521053

DECRETO Nº. 41.807, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2021 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 540/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal LEONICE LUCIA BRESSIANI, matrícula 75040, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, junto ao 6º Batalhão de Bombeiros Militar de Chapecó.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

**DECRETO 41.808**

Publicação Nº 3521049

DECRETO Nº. 41.808, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2021 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 540/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal LEONI TEREZINHA MORO, matrícula 42233, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, junto ao 6º Batalhão de Bombeiros Militar de Chapecó.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

**DECRETO 41.809**

Publicação Nº 3521057

DECRETO Nº. 41.809, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2021 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 540/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal NAYARA BALDIN GROTH, matrícula 80306, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, junto ao 6º Batalhão de Bombeiros Militar de Chapecó.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

**DECRETO 41.810**

Publicação Nº 3521065

DECRETO Nº. 41.810, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2021 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 540/2022,

DECRETA:



Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal ZENAIDE PEREIRA DA SILVA FIGUEIRO, matrícula 18508, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Externos, para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, junto ao 6º Batalhão de Bombeiros Militar de Chapecó.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

## DECRETO 41.811

Publicação Nº 3521068

DECRETO Nº. 41.811, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2021 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 540/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal SIMONE MARIA BIONDO, matrícula 13155, ocupante do cargo de Enfermeira, para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, junto ao 6º Batalhão de Bombeiros Militar de Chapecó.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

## DECRETO 41.812

Publicação Nº 3521070

DECRETO Nº. 41.812, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica nº 003.2021 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 543/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal ANTONIO CRISTOVA, matrícula 3755, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Administração, para a Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência – FCD.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

## DECRETO 41.813

Publicação Nº 3521073

DECRETO Nº. 41.813, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica nº 010/2021 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 546/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal ADELSON DA SILVA DUTRA, matrícula 33470, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, para o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

## DECRETO 41.814

Publicação Nº 3521074

DECRETO Nº. 41.814, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO o Convênio de 19 de fevereiro de 2021, oriundo do Processo Administrativo nº 23205.002082/2021-69 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 549/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal ROSANGELA MARIA HUNING, matrícula 25636, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, para a Universidade Federal da Fronteira Sul.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício



**DECRETO 41.815**

Publicação Nº 3521077

DECRETO Nº. 41.815, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO Acordo de Cooperação Técnica nº 010/2019 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 551/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 30 de setembro de 2024, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal ROBSON ANTONIO DE SOUZA, matrícula 80409, ocupante do cargo de Médico Veterinário, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Município de Chapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

**DECRETO 41.816**

Publicação Nº 3521080

DECRETO Nº. 41.816, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01, CONSIDERANDO Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2020 e, CONSIDERANDO o Memorando nº 554/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal LUCINEIA TOFOLO, matrícula 62623, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF 1ª Região.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Cessionário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

**DECRETO 41.817**

Publicação Nº 3521083

DECRETO Nº. 41.817, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Declara vago cargo na Administração Municipal por motivo de passamento de servidor(a) público(a) municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, o inciso VI, do artigo 34 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001 e CONSIDERANDO o Memorando nº 607/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de Motorista, pelo passamento de seu titular LENOIR FERREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 55365, pelo falecimento em 27/12/2021.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTI  
Prefeito Municipal, em exercício

# Cocal do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº. 341/2022

Publicação Nº 3519501

DECRETO LEGISLATIVO Nº 341/2022, de 04 de janeiro de 2022.

CONCEDE O TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO SUL COCALENSE AO GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, VALDNEI DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. É concedido o Título Honorífico de Cidadão Sul Cocalense à:

CARLOS MOISES DA SILVA  
GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 2º. A entrega do Título concedido por este Decreto Legislativo se dará em Sessão Solene da Câmara Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo, correrão por conta de orçamento próprio da Câmara Municipal.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor da data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 04 de janeiro de 2022.

VALDNEI DA SILVA MARCEL FREITAS  
Presidente 1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos quatro dias do mês de janeiro de 2022.

#### CARLOS MOISÉS DA SILVA

Coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, advogado formado em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina, comandou por 18 anos o Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar na cidade de Tubarão. 2018 foi o início de sua carreira política com uma votação histórica, sendo eleito no segundo turno com mais de 71% dos votos válidos e tendo como vice-governadora Daniela Cristina Reinehr.

Carlos Moisés da Silva é cristão, casado, pai de duas filhas.

#### CURRÍCULO

##### Informações Pessoais

Nome: Carlos Moisés da Silva

Nascimento: 17/08/1967

Naturalidade: Florianópolis-SC

Formação Acadêmica

1990

Curso de Formação de Oficiais

APM – Academia da Polícia Militar – Trindade, Florianópolis

1993

Pós-graduação lato sensu

Curso de Especialização de Bombeiros para Oficiais

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina /ETEFESC/APM

1997/A

Curso de Bacharel em Direito

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina – Tubarão

2000-2004

Pós-graduação stricto sensu

Curso de Mestrado em Direito – Concentração em Direito Constitucional

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

2007

Pós-graduação lato sensu

Especialização em Gestão de Serviços de Bombeiros

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

**Experiência Profissional**

1990 – Oficial do Corpo de Bombeiros Militar em Florianópolis

1994 a 2012 – Comandante do Corpo de Bombeiros Militar em Tubarão

2000 a 2004 – Professor da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL

2012 a 2014 – Coordenador Regional de Defesa Civil – SDC

2013 a 2014 – Corregedor-Adjunto do Corpo de Bombeiros Militar de SC

2014 a 2016 – Assessor Bombeiro Militar na Secretaria de Justiça e Cidadania

Desde 2016, Advogado Inscrição na OAB-SC

Instrutor de Cursos de Formação de Bombeiros, no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

**Outros Cursos**

1993 Curso de Formação de Socorristas (ETEFESC) – Florianópolis

1996 Curso de Capacitação para Implantação do Programa de Qualidade e Produtividade Tubarão

1997 Curso de Administração para Redução de Desastres (Diretoria Estadual de Defesa Civil) Tubarão

1998 Curso de Mergulhador Autônomo

2007 Curso de Hidrologia para Prevenção a Desastres Naturais – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

**Produção Intelectual**

Trabalho Acadêmico (Monografia) para conclusão de Curso de especialização de Bombeiros para Oficiais pela APM/UFSC – 1993, com o tema “Abastecimento Urbano para Combate a Incêndios”.

Trabalho Acadêmico (Monografia) para obtenção do Grau de Bacharel em Direito pela Universidade do Sul do Estado de Santa Catarina – UNISUL – 1997/A, com o tema “Habeas Corpus nas Infrações Disciplinares Militares”.

Dissertação para conclusão do Programa de Mestrado em Direito – Concentração em Direito Constitucional pela UNISUL, com o tema “A Administração Pública Brasileira e a Segurança Contra Sinistros” – 2000-2004.

Artigo para Revista Jurídica da UNISUL – “Desvinculação dos corpos de bombeiros oficiais das estruturas de polícia: uma perspectiva histórico-constitucional” – 2002.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão de Serviços de Bombeiros da Universidade do Sul de Santa Catarina (Instância Administrativa para Solução de Conflitos na Administração Pública Militar Estadual) como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Serviços de Bombeiros – 2007.

**RESOLUÇÃO Nº. 310/2022**

Publicação Nº 3519498

RESOLUÇÃO Nº 310/2022, de 03 de janeiro de 2022.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS A VEREADORA MARIA LUIZA DA ROLT.

O VEREADOR VALDNEI DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**CONCEDER**

A VEREADORA MARIA LUIZA DA ROLT, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo de seus vencimentos a partir de 01 de janeiro de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, 03 de janeiro de 2022.

VALDNEI DA SILVA MARCEL FREITAS

Presidente 1º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois.

# Concórdia

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2021 – PMC

Publicação Nº 3520467

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DB3D63C1DD02352026159B9F2C536CD9D6F0EC1B

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2021 ☐ PMC

Aquisição de Bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível e eventual aquisição de materiais de construção (tubos de concreto, brita, concreto usinado convencional e bombeado, galeria em concreto armado, e concreto asfáltico) e materiais para manutenção de pontes, pinguelas, unidades escolares e centros municipais de educação infantil e parques (vigas de eucalipto, pranchas de eucalipto, tabuas, barrotes, molduras, batentes, pregos, arames recozidos e decks de madeira), visando atender as necessidades das unidades do Município de Concórdia, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital..

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 18/01/2022.

Início da Sessão: dia 18/01/2022 as 08 h e 30 min.

, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link ☐ Licitações. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Registrado no TCE/SC, sob o nº DB3D63C1DD02352026159B9F2C536CD9D6F0EC1B

Concórdia, SC, 4 de janeiro de 2022.

CLAITON CASAGRANDE

Secretário Municipal de Gestão Urbana

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2021 FMAS – REPUBLICADO

Publicação Nº 3520475

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ADCD3239A06B35B3331B2EED3519089668273825

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2021 ☐ FMAS

Aquisição de Bens

REPUBLICADO

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de cestas básicas, para as famílias em situação de risco ou vulnerabilidade social, com base na Lei Municipal nº 5.035/2017, de 13 de dezembro de 2017, com recursos ordinários, federais e suas reprogramações, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 19/01/2022.

Abertura: dia 19/01/2022 as 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167. Registrado no TCE/SC sob o código nº ADCD3239A06B35B3331B2EED3519089668273825.

Concórdia, SC, 03 de janeiro de 2021.

JAIME ESTEVAO BERNARDI

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

### EXTRATO 10º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº178/2018 - PMC

Publicação Nº 3521542

Contrato Nº : 178/2018

Aditivo Nº : 10AP Ctr 178/2018/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 30/2018

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de limpeza, higienização, organização e preparo de merenda, visando ao atendimento das necessidades das unidades de ensino no Município.

Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 31/05/2022

Assinatura : 03/01/2022

Valor R\$ : 542.060,35 (Quinhentos e Quarenta e Dois Mil, Sessenta Reais e Trinta e Cinco Centavos )

Dotação : 55 - 06.002.2015.3339034010000000000.01190000

Dotação : 70 - 06.004.2018.3339034010000000000.01190000

Fiscal Técnico-Administrativo: ALEXANDRA DEZZANETTI HOLDEFER

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

## EXTRATO 14º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº255/2018 - PMC

Publicação Nº 3521563

Contrato Nº : 255/2018

Aditivo Nº : 14AP Ctr 255/2018/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SMART POINT LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 91/2018

Objeto : Contratação de empresa, para fornecimento e instalação de relógios ponto biométrico (novos, com impressora), para fornecimento de bobinas de papel e para prestação de serviços de atendimento técnico avulso (por chamado/ conforme demanda), com fornecimento de software de gerenciamento embarcado no equipamento e sua respectiva licença de uso vitalício, instalação física, configuração, suporte técnico, atualização de software e prestação de garantia e manutenção dos equipamentos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 03/09/2022

Assinatura : 03/01/2022

Valor R\$ : 3.782,68 (Três Mil, Setecentos e Oitenta e Dois Reais e Sessenta e Oito Centavos)

Dotação : 21 - 04.001.2008.3339030160000000000.01000001

Dotação : 21 - 04.001.2008.3339039170000000000.01000001

Dotação : 137 - 09.001.2032.3339030160000000000.01000001

Dotação : 137 - 09.001.2032.3339039170000000000.01000001

Dotação : 208 - 13.001.2101.3339030160000000000.01020000

Dotação : 208 - 13.001.2101.3339039170000000000.01020000

Dotação : 265 - 15.001.2201.3339030160000000000.01000001

Dotação : 265 - 15.001.2201.3339039170000000000.01000001

Dotação : 271 - 15.001.2202.3339030160000000000.01000001

Dotação : 271 - 15.001.2202.3339039170000000000.01000001

Dotação : 290 - 15.001.2623.3339030160000000000.01000001

Dotação : 290 - 15.001.2623.3339039170000000000.01000001

Dotação : 306 - 30.001.2451.3339030160000000000.01000001

Dotação : 306 - 30.001.2451.3339039170000000000.01000001

Dotação : 315 - 30.002.2401.3339030160000000000.01000001

Dotação : 315 - 30.002.2401.3339039170000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

Fiscal Técnico-Administrativo: JOAO VALMOR REITEL

Fiscal Técnico-Administrativo: ADRIANA MEINE ANTUNES DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: HAIDE GOSSENHEIMER

Fiscal Técnico-Administrativo: DENISE JUSTI LOPES

Fiscal Técnico-Administrativo: GREICI BERGAMO

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDERSON SCHARDONG

Fiscal Técnico-Administrativo: DARLINE NEUMANN

## **EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº110/2021 - PMC**

Publicação Nº 3519555

Contrato Nº : 110/2021

Aditivo Nº : 2AP Ctr 110/2021/2021

Tipo Aditivo : Apostila (Adequação da dotação)

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 14/2021

Objeto : Contratação de empresa do ramo de venda, instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preços unitários (material e mão de obra) para aquisição, conserto, instalação, manutenção e retirada das infraestruturas e figuras natalinas, iluminação ornamental e luzes natalinas a serem instaladas e operacionalizadas para o Sonho de Natal 2021, neste Município, de acordo com o Termo de referência, Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D deste Edital.

Vigência : Início: 27/12/2021 Término: 15/06/2022

Assinatura : 27/12/2021

Fiscal Administrativo: FERNANDA KRUGER

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

## **EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 84/2021 - PMC**

Publicação Nº 3519463

Contrato Nº : 84/2021

Aditivo Nº : 2TA Ctr 84/2021/2021

Tipo Aditivo : Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONSTRUTORA JR LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 11/2021

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para reforma de ambientes do Centro Administrativo Municipal, localizado neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital

Vigência : Início: 16/12/2021 Término: 18/01/2022

Assinatura : 16/12/2021

Valor Acrescido R\$: 2.946,47 (Dois Mil, Novecentos e Quarenta e Seis Reais e Quarenta e Sete Centavos)

Valor Suprimido R\$: (3.529,84) (Três Mil, Quinhentos e Vinte e Nove Reais e Oitenta e Quatro Centavos)

Dotação : 344 - 34.001.1009.3449051980000000000.01000001

Fiscal Administrativo: FERNANDA KRUGER

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: PATRICIA PAZA LANÇA

**EXTRATO 4º APOSTILAMENTO CONTRATO N°189/2018 - PMC**

Publicação N° 3521545

Contrato N° : 189/2018  
Aditivo N° : 4AP Ctr 189/2018/2022  
Tipo Aditivo : Apostila  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : R & R INCORPORADORA LTDA  
Licitação : Dispensa de Licitação 20/2018  
Objeto : Pagamento de despesas com aluguel e condomínio, referente ao imóvel locado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação de Concórdia, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 1º de junho de 2018, com recursos próprios.  
Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 31/05/2022  
Assinatura : 03/01/2022  
Valor R\$: 59.974,80 (Cinquenta e Nove Mil, Novecentos e Setenta e Quatro Reais e Oitenta Centavos )

Dotação : 137 - 09.001.2032.3339039020000000000.01000001

Dotação : 137 - 09.001.2032.3339039100000000000.01000001

Fiscal Técnico-Administrativo: DENISE JUSTI LOPES

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

**EXTRATO 5º APOSTILAMENTO CONTRATO N°198/2018 - PMC**

Publicação N° 3521548

Contrato N° : 198/2018  
Aditivo N° : 5AP Ctr 198/2018/2022  
Tipo Aditivo : Apostila  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : LIZ SERVICOS ONLINE LTDA  
Licitação : Inexigibilidade 23/2018  
Objeto : Contratação de empresa especializada para implantação, consolidação, compilação, versionamento, gerenciamento de atos oficiais e acesso a banco de dados compreendendo a legislação dos municípios e estados brasileiros em um único ambiente de pesquisa.  
Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 31/05/2022  
Assinatura : 03/01/2022  
Valor R\$: 4.598,15 (Quatro Mil, Quinhentos e Noventa e Oito Reais e Quinze Centavos )

Dotação : 350 - 33.001.2004.3339040010000000000.01000001

Fiscal Técnico-Administrativo: CLEITON ANTONIO ADAMS

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

**EXTRATO 5º APOSTILAMENTO CONTRATO N°241/2018 - PMC**

Publicação N° 3521557

Contrato N° : 241/2018  
Aditivo N° : 5AP Ctr 241/2018/2022  
Tipo Aditivo : Apostila  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : ABASE SISTEMAS E SOLUCOES LTDA  
Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 3/2017  
Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema de gestão para o Convênio da Secretaria Municipal de Educação, incluindo a prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas, licença de direito de uso, customização, implantação, treinamento de suporte técnico, em conformidade com as exigências, características e quantidades constante no Anexo "A" do Edital.  
Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 05/08/2022  
Assinatura : 03/01/2022  
Valor R\$: 33.129,88 (Trinta e Três Mil, Cento e Vinte e Nove Reais e Oitenta e Oito Centavos)

Dotação : 47 - 06.002.2013.3339039110000000000.01010000

Fiscal Técnico-Administrativo: TATIANE LUZZI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN



**EXTRATO 5º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº35/2017 - PMC**

Publicação Nº 3521523

Contrato Nº : 35/2017  
Aditivo Nº : 5AP Ctr 35/2017/2022  
Tipo Aditivo : Apostila  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : MARCOS JOVANI DE ALMEIDA  
Licitação : Pregão Presencial 12/2017  
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza (material e mão de obra) nas dependências internas do 20º Batalhão de Polícia Militar, com recursos oriundos do convênio Rádio Patrulha 055/2016 conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.  
Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 31/03/2022  
Assinatura : 03/01/2022  
Valor R\$: 8.931,99 (Oito Mil, Novecentos e Trinta e Um Reais e Noventa e Nove Centavos )

Dotação : 185 - 12.001.2043.33390397800000000000.01000006

Fiscal Técnico-Administrativo: WILLIAN SARMENTO

Fiscal Técnico-Administrativo: JORGE ANDRIONI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

**EXTRATO 6º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº229/2018 - PMC**

Publicação Nº 3521555

Contrato Nº : 229/2018  
Aditivo Nº : 6AP Ctr 229/2018/2022  
Tipo Aditivo : Apostila  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI  
Licitação : Pregão Presencial 61/2018  
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços técnico-especializados continuados, de cuidadores e psicólogos, visando ao atendimento, auxílio e orientação de crianças e adolescentes, acolhidos no Abrigo Provisório Anjo Gabriel e em atendimento à demanda de famílias em situação de vulnerabilidade temporária, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.  
Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 21/07/2022  
Assinatura : 03/01/2022  
Valor R\$: 262.054,08 (Duzentos e Sessenta e Dois Mil, Cinquenta e Quatro Reais e Oito Centavos)

Dotação : 139 - 09.001.2035.33390340100000000000.01000001

Dotação : 290 - 15.001.2623.33390340100000000000.01000001

Fiscal Técnico-Administrativo: DENISE JUSTI LOPES

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

**EXTRATO 6º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº90/2017 - PMC**

Publicação Nº 3521526

Contrato Nº : 90/2017  
Aditivo Nº : 6AP Ctr 90/2017/2022  
Tipo Aditivo : Apostila  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : BEATRIZ AUGUSTA GONÇALVES MARTINS EIRELI ME  
Licitação : Pregão Eletrônico 1/2017  
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento eletrônico e fornecimento de equipamentos para os Centros Municipais de Educação Infantil, Escolas Básicas Municipais, Centro Administrativo Municipal, Terminal Rodoviário Neudy Primo Massolini, PROCON e FUMDEMA, com recursos federais, estaduais e próprios, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.  
Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 20/04/2022  
Assinatura : 03/01/2022  
Valor R\$: 12.230,61 (Doze Mil, Duzentos e Trinta Reais e Sessenta e Um Centavos )

Dotação : 55 - 06.002.2015.33390397700000000000.01190000

Dotação : 69 - 06.004.2018.33390397700000000000.01010000

Fiscal Técnico-Administrativo: TATIANE LUZZI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

**EXTRATO 7º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº121/2017 - PMC**

Publicação Nº 3521513

Contrato Nº : 121/2017

Aditivo Nº : 7AP Ctr 121/2017/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RICARDO LUIS BONIN EIRELI EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2017

Objeto : contratação de empresa para prestação de serviços de operação, tratamento de resíduos e manutenção do Aterro Sanitário Municipal, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 02/07/2022

Assinatura : 03/01/2022

Valor R\$: 437.974,23 (Quatrocentos e Trinta e Sete Mil, Novecentos e Setenta e Quatro Reais e Vinte e Três Centavos)

Dotação : 118 - 08.001.2030.3339039280000000000.01000001

Fiscal Administrativo: ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA

Fiscal Técnico: ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

**EXTRATO 7º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº91/2017 - PMC**

Publicação Nº 3521531

Contrato Nº : 91/2017

Aditivo Nº : 7AP Ctr 91/2017/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DETECTOR MONITORAMENTO LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2017

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento eletrônico e fornecimento de equipamentos para os Centros Municipais de Educação Infantil, Escolas Básicas Municipais, Centro Administrativo Municipal, Terminal Rodoviário Neudy Primo Massolini, PROCON e FUMDEMA, com recursos federais, estaduais e próprios, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 20/04/2022

Assinatura : 03/01/2022

Valor R\$: 982,44 (Novecentos e Oitenta e Dois Reais e Quarenta e Quatro Centavos )

Dotação : 71 - 06.004.2018.3339039770000000000.01360000

Fiscal Técnico-Administrativo: TATIANE LUZZI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

**EXTRATO 7º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº92/2017 - PMC**

Publicação Nº 3521534

Contrato Nº : 92/2017

Aditivo Nº : 7AP Ctr 92/2017/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PÁTRIA SEGURANÇA EIRELI

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2017

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento eletrônico e fornecimento de equipamentos para os Centros Municipais de Educação Infantil, Escolas Básicas Municipais, Centro Administrativo Municipal, Terminal Rodoviário Neudy Primo Massolini, PROCON e FUMDEMA, com recursos federais, estaduais e próprios, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 20/04/2022

Assinatura : 03/01/2022

Valor R\$: 44.595,78 (Quarenta e Quatro Mil, Quinhentos e Noventa e Cinco Reais e Setenta e Oito Centavos)

Dotação : 20 - 04.001.2007.3339039770000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: WELLINGTON VALDUGA

Fiscal Técnico-Administrativo: LUANA LIS REDECKER KUNRATH

### EXTRATO 8º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº174/2018 - PMC

Publicação Nº 3521539

Contrato Nº : 174/2018

Aditivo Nº : 8AP Ctr 174/2018/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 1/2017

Objeto : Contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistema de Gestão Habitacional incluindo o provimento de DATACENTER (próprio ou locado), solução de mobilidade, a licença de direito de uso, customização, implantação, treinamento de suporte técnico, em conformidade com as exigências, características e quantidades constante no Anexo "A" deste Edital.

Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 09/05/2022

Assinatura : 03/01/2022

Valor R\$: 3.390,56 (Três Mil, Trezentos e Noventa Reais e Cinquenta e Seis Centavos )

Dotação : 145 - 09.002.2605.33390391100000000000.01000001

Fiscal Técnico-Administrativo: DENISE JUSTI LOPES

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2022 – PMC

Publicação Nº 3519845

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 79059ABB0D8F1F4E6F04F5BFB775197142FC8A12

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 1/2022 ☐ PMC

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato da Senhora Tábara Pasqualotto, Diretora Administrativa, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Art. 24, V, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04/01/2022, para a Contratação de serviço médico-cardiológico e ortopédico, necessários para perícias relativas a Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias envolvendo servidores públicos da Municipalidade.; a favor de DALLANORA SERVICOS MEDICOS LTDA no valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil), INTERCLINICAS CAMPOS NOVOS LTDA no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil).  
Registrado no TCE: 79059ABB0D8F1F4E6F04F5BFB775197142FC8A12

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 193/2021 - PMC

Publicação Nº 3519328

Contrato Nº : 193/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ARGOS LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 69/2021

Objeto : Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos diversos a serem utilizados nas Escolas Básicas Municipais e Centro Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 30/12/2021 Término: 30/03/2022

Assinatura : 29/12/2021

Valor R\$: 4.388,00 (Quatro Mil e Trezentos e Oitenta e Oito Reais )

Dotação : 39 - 06.002.1005.34490521200000000000.01010000

Dotação : 49 - 06.002.2013.34490521200000000000.01010000

Dotação : 49 - 06.002.2013.34490523400000000000.01010000

Dotação : 72 - 06.004.2018.3449052120000000000.01360000

Fiscal Técnico-Administrativo: JEAN PAULO DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 194/2021 - PMC

Publicação Nº 3519334

Contrato Nº : 194/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FRANIELI HAIDUK RIGO -ME

Licitação : Pregão Eletrônico 69/2021

Objeto : Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos diversos a serem utilizados nas Escolas Básicas Municipais e Centro Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 30/12/2021 Término: 30/03/2022

Assinatura : 29/12/2021

Valor R\$ : 7.043,94 (Sete Mil, Quarenta e Três Reais e Noventa e Quatro Centavos )

Dotação : 39 - 06.002.1005.3449052120000000000.01010000

Dotação : 49 - 06.002.2013.3449052120000000000.01010000

Dotação : 49 - 06.002.2013.3449052340000000000.01010000

Dotação : 72 - 06.004.2018.3449052120000000000.01360000

Fiscal Técnico-Administrativo: JEAN PAULO DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 195/2021 - PMC

Publicação Nº 3519424

Contrato Nº : 195/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GASKAM COMERCIO E CONSTRUCAO CIVIL EIRELI

Licitação : Pregão Eletrônico 69/2021

Objeto : Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos diversos a serem utilizados nas Escolas Básicas Municipais e Centro Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 30/12/2021 Término: 30/03/2022

Assinatura : 29/12/2021

Valor R\$ : 1.893,99 (Um Mil, Oitocentos e Noventa e Três Reais e Noventa e Nove Centavos)

Dotação : 39 - 06.002.1005.3449052120000000000.01010000

Dotação : 49 - 06.002.2013.3449052120000000000.01010000

Dotação : 49 - 06.002.2013.3449052340000000000.01010000

Dotação : 72 - 06.004.2018.3449052120000000000.01360000

Fiscal Técnico-Administrativo: JEAN PAULO DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 196/2021 - PMC

Publicação Nº 3519438

Contrato Nº : 196/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : R.S. COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 69/2021

Objeto : Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos diversos a serem utilizados nas Escolas Básicas Municipais e Centro Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 30/12/2021 Término: 30/03/2022

Assinatura : 29/12/2021

Valor R\$ : 35.867,00 (Trinta e Cinco Mil e Oitocentos e Sessenta e Sete Reais )

Dotação : 39 - 06.002.1005.3449052120000000000.01010000

Dotação : 49 - 06.002.2013.3449052120000000000.01010000

Dotação : 49 - 06.002.2013.3449052340000000000.01010000

Dotação : 72 - 06.004.2018.3449052120000000000.01360000

Fiscal Técnico-Administrativo: JEAN PAULO DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

### **EXTRATO DO CONTRATO TPU N° 14/2021 - PMC**

Publicação N° 3519528

Contrato N° : TPU 14/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GRANDO PASSAGENS E ENCOMENDAS LTDA-ME

Licitação : Concorrência para Concessão e Permissão de Uso de Bem Público 14/2021

Objeto : seleção de empresa para a outorga de permissão de uso, a título precário, de 1 (uma) sala de propriedade do Município, localizadas no Terminal Rodoviário Neudy Primo Massolini, situado à Rua Doutor Maruri, nº 1474, Centro, descritas abaixo: Sala nº 14, guichê de 32,34 m² (trinta e dois metros e trinta e quatro centímetros quadrados).

Vigência : Início: 29/12/2021 Término: 28/12/2026

Assinatura : 29/12/2021

Valor R\$ : 58.500,00 (Cinquenta e Oito Mil e Quinhentos Reais )

Fiscal Técnico-Administrativo: WELLINGTON VALDUGA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 3-2022 PMC**

Publicação Nº 3520411

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2022****PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2021 PMC****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 282/2021 PMC**

**OBJETO:** assegurar o compromisso, para possível aquisição durante o exercício de 2022, de REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para execução de muros de contenção, em diversos pontos do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital., conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

**VALIDADE:** 04 de janeiro de 2022 até 03 de janeiro de 2023

Fiscal técnica: Regina Aparecida Fornari Tecchio

Fiscal administrativa: Gabriela Camila Chiamenti

**FORNECEDOR:**

Razão Social: CONCORDIA COMERCIO DE PEDRAS EIRELI

CNPJ: 34.672.416/0001-78

<b>Itens Vencedores</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quant.</b>	<b>Unid.</b>	<b>Preço Unit.</b>
1	Escavação de solo manual, exceto rocha (Material)	100	M³	33,50
2	Escavação de solo manual, exceto rocha (Mão de Obra)	100	M³	50,26
3	Escavação de solo mecanizada, exceto rocha (Material)	400	M³	7,10
4	Escavação de solo mecanizada, exceto rocha (Mão de Obra)	400	M³	4,73
5	Camada drenante em muro de arrimo, com brita nº 2 (Material)	160	M³	53,70
6	Camada drenante em muro de arrimo, com brita nº 2 (Mão de Obra)	160	M³	35,80
7	Camada filtro em muro de arrimo, com areia grossa (material)	160	M³	56,55
8	Camada filtro em muro de arrimo, com areia grossa (mão de obra)	160	M³	37,70
9	Tubos de PVC esgoto, 50mm, para execução de barbacãs (material)	400	METRO	11,07
10	Tubos de PVC esgoto, 50mm, para execução de barbacãs (mão de obra)	400	METRO	2,77
11	Muro de contenção de alvenaria de pedras argamassadas, conforme projeto (Material)	800	M³	159,60
12	Muro de contenção de alvenaria de pedras argamassadas, conforme projeto (Mão de Obra)	800	M³	239,40
13	Canaleta de concreto simples, tipo meia cana, d=300mm (material)	200	METRO	16,03
14	Canaleta de concreto simples, tipo meia cana, d=300mm (mão de obra)	200	METRO	16,03

15	Manta geotextil, para execução de camada drenante (material)	700	M2	17,75
16	Manta geotextil, para execução de camada drenante (mão de obra)	700	M2	11,83
17	Concreto armado fck 25Mpa (incluso lançamento, formas, escoramento, desforma), para estrutura das muretas de alvenaria (material)	45	M³	1.781,50
18	Concreto armado fck 25Mpa (incluso lançamento, formas, escoramento, desforma), para estrutura das muretas de alvenaria (mão de obra)	45	M³	1.187,67
19	Transporte com caminhão basculante de 10M³, em via urbana pavimentada, DMT até 10KM (unidade: M³ x Km) (Material)	4000	m3xkm	1,49
20	Reaterro com compactação manual (material)	250	M³	5,88
21	Reaterro mecanizado de solo (mão-de-obra)	250	M³	3,92
22	Alvenaria de vedação com tijolo cerâmico maciço (material)	225	M2	52,01
23	Alvenaria de vedação com tijolo cerâmico maciço (mão-de-obra)	225	M2	34,67
24	Alvenaria de vedação de blocos vazados de concreto de 14x19x39cm (espessura 14cm) - argamassa de assentamento com preparo (material)	225	M2	53,26
25	Alvenaria de vedação de blocos vazados de concreto de 14x19x39cm (espessura 14cm) - argamassa de assentamento com preparo (mão-de-obra)	225	M2	35,51
26	Chapisco aplicado em alvenaria. Argamassa traço 1:3 com preparo em betoneira 400L AF 06/2014 (material)	450	M2	4,02
27	Chapisco aplicado em alvenaria. Argamassa traço 1:3 com preparo em betoneira 400L AF 06/2014 (mão-de-obra)	450	M2	2,68
28	Emboço único em argamassa traço 1:6 + aditivo plastificante, preparo mecânico com betoneira 400L (material)	450	M2	33,96
29	Emboço único em argamassa traço 1:6 + aditivo plastificante, preparo mecânico com betoneira 400L (mão-de-obra)	450	M2	22,63
30	Concreto usinado bombeado - FCK 25MPA (material)	20	M³	486,27
31	Concreto usinado bombeado - FCK 25MPA (mão-de-obra)	20	M³	121,58
32	Tela de aço soldada nervurada, CA-60, Q-92, (1.48 KG/M2), diâmetro do fio=4,2mm, largura = 2.45x60m de comprimento. (material)	50	M2	16,54
33	Tela de aço soldada nervurada, CA-60, Q-92, (1.48 KG/M2), diâmetro do fio=4,2mm, largura = 2.45x60m de comprimento. (mão-de-obra)	50	M2	4,14
34	Grampeamento de muro em rocha (material)	30	METRO	12,97
35	Grampeamento de muro em rocha (mão-de-obra)	30	METRO	19,95
36	Transporte com caminhão basculante de 10M³, em via urbana pavimentada, DMT até 10KM (unidade: M³ x Km) (Mão-de-obra)	4000	m3xkm	0,37

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 4-2022 PMC**

Publicação N° 3520099

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 4/2022****PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 116/2021 PMC  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 292/2021 PMC**

**OBJETO:** assegurar o compromisso, para possível aquisição de gás oxigênio, de gás para solda mig, acetileno, para atender as necessidades das Secretarias e Fundos deste Município, conforme especificações constantes nos anexos “A” e “B” do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

**VALIDADE:** 04 de janeiro de 2022 até 03 de janeiro de 2023

Fiscais técnicos-administrativos:

Tatiane Luzzi

Denise Justi Lopes

Ronei José Cowacicz

Edilene Chitolina

Mara Beatris Czernaik Costa Sampaio

Luana Lis Redecker Kunrath

Neiva Poletto

Fornecedor					
<b>Razão Social: ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA</b>					
<b>CNPJ: 08.780.814/0001-06</b>					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	Marca	Preço Unit.
5	Carga de gás oxigênio, tubo com capacidade 7m3.	20	UNID	Air Products	174,50
6	Carga de gás para solda mig, casco com capacidade de 10m3.	20	UNID	Air Products	349,00
7	Carga de gás acetileno tubo com capacidade de 9KG.	10	UNID	Air Mix	713,50



**IPRECON - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA****PORTARIA Nº 2/2022 - IPRECON**

Publicação Nº 3520782

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 2/2022, DE 4 DE JANEIRO DE 2022.

Designa membros para compor a Comissão Permanente de Licitações do IPRECON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; na Lei Delegada nº 01, de 3 de setembro de 1993 e alteração e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar as servidoras abaixo relacionadas, pertencentes ao Quadro Permanente de Cargos do IPRECON, para compor a Comissão Permanente de Licitações do IPRECON, que terá a incumbência de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações, a partir de 4 de janeiro de 2022, pelo período de 1 (um) ano, sem prejuízo de suas atribuições normais:

I – presidente: ANA CAROLINA COLOMBO;

II – membros:

a) MARGARETE PECINI;

b) VANESSA DAIANE RIFFEL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

DIANE DOS SANTOS

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 4 de janeiro de 2022.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administrador

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 133/2021 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 81/2021

Publicação Nº 3519361

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 133/2021  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 81/2021

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, com sede na Rua Celso Tozzo, n. 27, Centro, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 95.990.198/0001-04, representado por seu Secretário Municipal, Sr. Rudimar Marafon, e CONSTRUPAV INFRAESTRUTURA LTDA, com sede na Rua Alfredo Wagner, nº 724 - E, Bairro Alvorada em Chapecó/SC, CEP: 89.804-430, inscrito no CNPJ nº 30.286.218/0001-15, neste ato representado pelo Sr. Aladir Antônio Picoli, inscrito no CPF n. 082.575.579-43, reportam-se ao Instrumento de Contrato Administrativo n. 81/2021, firmado entre os signatários na data de 08/09/2021, oriundo do Processo Administrativo n. 140/2021, Tomada de Preços n. 09/2021, mediante sujeição mútua às normas constantes no Edital, na Lei n. 8.666/93 e nas demais legislações pertinentes, para alterá-lo nas seguintes condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente termo a ADIÇÃO e SUPRESSÃO do Contrato Administrativo n. 81/2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADIÇÃO

2. O valor da adição é de R\$ 23.950,80 (Vinte e três mil novecentos e cinquenta reais com oitenta centavos), que representa 3% do valor do contrato.

Adição de R\$ 2.260,78 na secretaria da Infraestrutura

Adição de R\$ 19.834,05 na secretaria de Educação

Adição de R\$ 1.855,98 na secretaria de Educação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUPRESSÃO

3. O valor da supressão é de R\$ 2.337,10 (Dois mil trezentos e trinta e sete reais com dez centavos), que representa 0,3% do valor do contrato.

Com a adição de 2.260,78 e a supressão 2.337,10, sendo o total a suprimir da infraestrutura R\$ 76,32.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO

4. O valor de R\$ 810.490,70 (Oitocentos e dez mil quatrocentos e noventa reais com setenta centavos) com a presente adição e supressão passará a ser de R\$ 832.104,40 (Oitocentos e trinta e dois mil cento e quatro reais com quarenta centavos).

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FUNDAMENTO JURÍDICO

5. O presente termo tem amparo no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93, e demais legislações aplicáveis à espécie.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO

6. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2021, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto Atividade 1.018.

Elemento 4.4.9000.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

6. Executadas as alterações introduzidas pelo presente termo, as demais cláusulas, itens e condições contratuais estabelecidas no contrato originário continuam inalteradas e em pleno vigor.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente na presença de duas testemunhas, para que surta seus efeitos legais.

Cordilheira Alta/SC, 23 de dezembro de 2021.

RUDIMAR MARAFON  
Secretário Municipal de Administração

Aladir Antônio Picoli  
CONSTRUPAV INFRAESTRUTURA LTDA  
Contratada

## TESTEMUNHAS:

Angelita Gabriel Kelly Cristina Ranzan  
CPF: 022.893.109-64 CPF: 773.189.001-53

## Fiscais de Contrato

Mireli Pezzini Rocha Valdemar Martins  
CPF: 024.936.860-98 CPF: 059.465.299-51  
Engenheira Municipal Engenheiro Municipal

**DECRETO Nº 494/2021 "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 3521492

## DECRETO Nº 494/2021

## "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.319/2020.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2021 no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03.00 – Secretaria Munic. de Adm. Fazenda e Planejamento  
Unidade: 03.01 – Secretaria Munic. de Adm. Fazenda e Planejamento  
Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 – Gestão e Manutenção das Ações e Projetos da Sec. de Adm. Faz. Planejamento  
Modalidade de Aplicação – 3390.00.00.00 – 13  
Fonte de Recurso – 1000 – Ordinário – R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária.

Órgão: 03.00 – Secretaria Munic. de Adm. Fazenda e Planejamento  
Unidade: 03.01 – Secretaria Munic. de Adm. Fazenda e Planejamento  
Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 – Gestão e Manutenção das Ações e Projetos da Sec. de Adm. Faz. Planejamento  
Modalidade de Aplicação – 4490.00.00.00 – 14  
Fonte de Recurso – 1000 – Ordinário – R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 29 de dezembro 2021.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

RUDIMAR MARAFON  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº 2460/2022

Publicação Nº 3521103

LEI MUNICIPAL Nº 2.460 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 2.290/2019 e dá Outras Providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Delir Cassaro, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER – que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – O § 2º do artigo 1º da Lei Complementar 2.290/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º O vale-alimentação será concedido por dia trabalhado, em pecúnia ou cartão magnético, a critério exclusivo da administração.”

Art. 2º. – Fica acrescido o § 4º ao artigo 1º da Lei Complementar 2.290/2019, com a seguinte redação:

“§ 4º O valor do vale-alimentação será de:  
R\$ 130,00 (cento e trinta reais).”

Art. 3º. – Fica revogado o inciso V do artigo 2º da Lei Complementar 2.290/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Não será concedido vale-alimentação:

- I – Aos servidores aposentados e pensionistas;
- II – Aos estagiários;
- III – Aos Agentes Políticos, assim definidos pela Emenda Constitucional no 19, de 04 de junho de 1998;
- IV – Aos servidores em cargo em comissão;
- V – Aos servidores cedidos;
- VI – Aos Conselheiros Tutelares;
- VII – Aos servidores em licença para desempenho de mandato classista;
- VIII – Aos servidores em benefício de auxílio-doença por período superior a 60 (sessenta) dias;
- IX – Aos servidores em licença não remunerada.”

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2022, salvo se os efeitos da Lei 173 permanecerem, sendo que a entrada em vigor fica prorrogado ao final da vigência da mesma.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Janeiro de 2022.

Delir Cassaro  
Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 2461/2022

Publicação Nº 3521090

LEI MUNICIPAL Nº 2.461 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Revisão Geral de Vencimentos dos servidores e Subsídios dos Agentes Políticos, e Dá Outras Providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Delir Cassaro, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER – que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedida a revisão geral a todos os servidores públicos, bem como aos subsídios dos agentes políticos, a partir de 1º de janeiro de 2022, em 10,56% (dez vírgula cinquenta e seis por cento), com base do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado de novembro de 2020 a outubro de 2021.

Art. 2º. O menor piso salarial do município, referente à Lei Municipal nº. 2.370/2021, fica corrigido de acordo com o artigo 1º da presente lei, correspondendo à importância de R\$ 1.204,34 (Um mil, duzentos e quatro reais e trinta e quatro centavos), a partir de 01 de janeiro de 2022.

Art. 3º. O quadro de vencimentos dos subsídios dos cargos eletivos constante na Lei Nº 2.150/2016, fica corrigido de acordo com o artigo 1º da presente lei, a partir de 01 de janeiro de 2022.

Art. 4º. Os quadros de vencimentos dos servidores contratados por prazo determinado regulados pela Lei Nº 1.964/2013, ficam corrigidos de acordo com o artigo 1º da presente lei, a partir de 01 de janeiro de 2022.

Art. 5º. Os proventos dos servidores inativos e pensionistas ficam corrigidos de acordo com o artigo 1º da presente lei, a partir de 01 de janeiro de 2022.

Art. 6º. Os quadros de vencimentos constantes nas Leis Municipais número: 2077/2015 e 2079/2015, deverão ser atualizados de acordo com os percentuais determinados no artigo 1º da presente lei.

Art. 7º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, serão utilizados recursos consignados no orçamento municipal vigente.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2022, salvo se os efeitos da Lei 173 permanecerem, sendo que a entrada em vigor fica prorrogado ao final da vigência da mesma.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Janeiro de 2022.

Delir Cassaro  
Prefeito Municipal

## RETIFICAÇÃO 02 PREGÃO 65/2021

Publicação Nº 3519822

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

TCE/SCB5A63B8C9DBAF2005D46E3A4E96C63989BB2A296

Edital de Pregão Presencial Nº 65 /2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS DE EXPEDIENTE A SEREM UTILIZADOS POR TODAS AS SECRETARIAS.

Tipo: menor preço por lote.

Entrega dos envelopes: até às 08h30min do dia 17/01/2022

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 17/01/2022

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 04/01/2021

DELIR CASSARO

Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 001/2022

Publicação Nº 3520063

DECRETO Nº. 001, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

AMPLIA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS DOS CARGOS DE OPERADOR DE MÁQUINA, DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, E DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal de 28 de Outubro de 1994, 2ª Edição Consolidada em 12 de Dezembro de 2005.

Considerando que a administração municipal visa atender intrinsecamente aos interesses da administração e dos munícipes uma vez que as atividades agrícolas são inarredavelmente predominantes no município;

Considerando que o período de adequação (abertura e reabertura) de silos e principalmente colheita da silagem é sazonal e é uma demanda de grande importância para a Agricultura Familiar;

Considerando que o Município possui um parque de máquinas limitado para atender a toda demanda existente.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido até 30 de Junho de 2022, a execução de serviços extraordinários e consequentemente o seu pagamento excedendo os limites previstos no parágrafo único do art. 89 da Lei Complementar Nº 040 de 29/04/2014.

Art. 2º - Fica a cargo dos Secretários de Transportes, Obras e Serviços Públicos e de Agricultura e Meio Ambiente, a autorização e o controle das horas-extras realizadas pelos servidores, através de relatório mensal, devidamente assinado, e encaminhado para o Setor de Recursos Humanos, para inclusão do adicional na Folha de Pagamento, conforme inciso I e II do art. 90 da Lei Complementar Nº 040 de 29/04/2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 03 de Janeiro de 2022.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº 004/2022

Publicação Nº 3519600

PORTARIA Nº. 004, DE 03 DE JANEIRO DE 2021

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o Art. 113, da Lei Complementar Nº 040 de 29/04/2014 – Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Martins, Resolve:

Considerando os princípios constitucionais da eficiência, moralidade, legalidade, economicidade, necessidade, interesse público e publicidade;

Considerando as razões de conveniência e oportunidade, aliado com o dever/poder discricionário, Resolve:

#### CONCEDER:

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade, a Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, no período e referência que especifica.

I - Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 01 de fevereiro de 2022 a 02 de março de 2022.

MAT.	FUNCIONÁRIO	CARGO	REFERÊNCIAS
546	Avenir Cecatto	Vigia/Auxiliar Administrativo	03/2016-2019

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 03 de Janeiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

SOELI MOREIRA  
Chefe de Gabinete

## PORTARIA Nº 005/2022

Publicação Nº 3519614

PORTARIA Nº. 005 DE 03 DE JANEIRO DE 2021.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR BRESOLIN, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto nos artigos 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Declaração firmada entre o Servidor e a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças;

Considerando os Princípios Constitucionais de Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;

Considerando as razões de conveniência e oportunidade, aliado com o dever/poder discricionário, Resolve:

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:

I – Para gozo de 60 (Sessenta) dias de férias no período de 03/03/2022 à 01/05/2022.

MAT	NOME	CARGO	REFERÊNCIA (período aquisitivo)
546	Avenir Cecatto	Vigia/Auxiliar Administrativo	06/03/2019 a 05/03/2020 = 30 Dias 06/03/2020 a 05/03/2021 = 30 Dias

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 03 de Janeiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

SOELI MOREIRA  
Chefe de Gabinete

## PORTARIA Nº 006/2022

Publicação Nº 3520956

PORTARIA Nº 006, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES EFETIVOS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, Edição Consolidada em 12/12/2005, e pelos artigos 24 e 28 da Lei Complementar Nº 040 de 29 de

Abril de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica Nomeada a Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores Efetivos e em Estágio Probatório dos aprovados e admitidos em concurso público, com a incumbência de realizar as avaliações especiais de desempenho dos servidores públicos municipais que se encontram em estágio probatório, para os efeitos do disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 040/2014, de 29/04/2014, com base nos formulários de avaliação semestral, sob a presidência do primeiro:

- Ivair Carlos Baldissera – Agente de Vigilância Sanitária;
- Chaiane Zanata – Coordenadora do Cras;
- Egidio Reginatto – Vigia (Auxiliar de Serviços Gerais);
- Janinha Neves Pain Ravarena - Servente, e,
- Sidineia Biazin – Servente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 076, de 17 de Maio de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 04 de Janeiro de 2022.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

SOELI MOREIRA  
Chefe de Gabinete



**CONTRATO 029/2021**

Publicação Nº 3520355

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CE9859329564AC08A02DFA6F885A56708A3A2054

**MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS**  
**Estado de Santa Catarina****CONTRATO PREFE N. 029 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021.**

Credenciamento de pessoa jurídica, privadas ou públicas, lucrativas ou não, para a execução/fornecimento dos serviços sócio assistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, para o exercício de 2022".

O **MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS**, do Estado de Santa Catarina, com endereço à Rua Porto Alegre, 48, inscrito no CNPJ sob No 95.993.093/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal - Prefeito Municipal **Moacir Bresolin**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Saudades, Centro, deste município, portador do CPF n. 422.871.629-68, doravante denominado **CREDENCIANTE** e:

**TERRA NOVA SOCIEDADE BENEFICENTE DO VALE DI PIRAPOCU**, associação privada, inscrita no CNPJ n. 85.217.628/0001-04, com sede na Rodovia Artur Deiss, 454, Bairro Industrial, Mondai/SC, neste ato representada pela Sra. **IVONE HERGENRADER**, brasileira, solteira, portadora do CPF n. 423.392.009-20, acordam celebrar o presente Contrato de Credenciamento mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO**

O objeto deste termo contratual é o credenciamento de instituição para prestação de Serviços sócio assistenciais de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, mediante pagamento mensal pelos serviços prestados, visando o atendimento em regime de abrigo a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DO PAGAMENTO**

FICAM CREDENCIADAS 02 (duas) vagas) R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por vaga.

Parágrafo Primeiro. Serão executados serviços socioassistenciais de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, mediante pagamento mensal pelos serviços prestados, visando o atendimento em regime de abrigo a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, pertencentes ao Município, encaminhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Tutelar do Município, por meio da Justiça da Infância e Juventude da Comarca de São Domingos- SC.

Parágrafo Segundo. Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- Apresentação das autorizações para realização de serviços na execução/fornecimento dos serviços Socioassistenciais, emitidas pela Secretária de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social;
- Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à instituição financeira na qual mantenha conta corrente, mensalmente, até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação de Recibo personalizado, Fatura e/ou Nota Fiscal, que deverá ser apresentado à Secretaria de Assistência Social/Fundo

**administracao@coronelmartins.sc.gov.br**  
**Fone: (49) 3459-0011**



**Rua Porto Alegre, 47 - Centro**  
**CEP 89.837-000 - Coronel Martins - SC**  
**CNPJ 95.993.093/0001-09**



## **MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS**

### **Estado de Santa Catarina**

Municipal de Assistência Social, até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;

d) deve ser apresentado ainda os seguintes documentos relativos ao mês imediatamente anterior: As certidões negativas de débito do FGTS e INSS, vigentes a época da emissão da Fatura e/ou Notas Fiscais e/ou no ato do pagamento da despesa, relação dos menores atendidos no mês, a comprovação do pagamento do INSS e FGTS do mês anterior a competência e Cópia da SEFIP com Relação de Empregados.

e) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento;

Parágrafo Terceiro. Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, inclusive quanto ao preço público fixado e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

#### **CLAUSULA TERCEIRA: DO EVENTUAL ATRASO DO PAGAMENTO**

Na eventualidade da CREDENCIANTE não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES**

Constituem direitos da CREDENCIANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CREDENCIADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro: São direitos e obrigações do CREDENCIANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar à CREDENCIADA as condições necessárias à regular execução do Contrato,
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato.
- d) Poderá exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital, indenizando a CREDENCIADA pelos serviços até então efetuados.

Parágrafo Segundo: A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

Parágrafo Terceiro. A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital.

Parágrafo Quarto. A CREDENCIADA o fornecimento de todos os equipamentos e mão de obra, necessários à plena execução dos serviços e correrão por inteira conta e risco da CREDENCIADA, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessários, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos

**administracao@coronelmartins.sc.gov.br**  
**Fone: (49) 3459-0011**



**Rua Porto Alegre, 47 - Centro**  
**CEP 89.837-000 - Coronel Martins - SC**  
**CNPJ 95.993.093/0001-09**



## **MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS**

### **Estado de Santa Catarina**

causados à CREDENCIANTE e ou a terceiros.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação, correrão por conta dos seguintes recursos da dotação orçamentária do ano de 2022.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

O presente contrato terá vigência de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, não podendo ser prorrogado automaticamente sem a anuência da CREDENCIANTE.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

A rescisão deste contrato poderá ocorrer por iniciativa de qualquer uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias mediante circunstanciada justificativa, ou por qualquer dos motivos constantes 78 da lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada, conforme for o caso.

Parágrafo Primeiro. Constituem motivos para rescisão unilateral do Contrato, independentemente das sanções legais e contratuais aplicáveis:

- a) A decretação de falência, a solicitação de concordata, ou falecimento, no caso de firma individual;
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou a estrutura da CREDENCIADA, de forma que prejudiquem a execução do Contrato, a juízo do CREDENCIANTE;

Parágrafo Segundo. A rescisão unilateral do Contrato será formalizada por ato do Prefeito Municipal, gestor deste Contrato.

Parágrafo Terceiro. Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis a critério do CREDENCIANTE, a rescisão importará em:

- a) Retenção dos créditos decorrentes do Contrato;
- b) Responsabilidade da CREDENCIADA por prejuízos causados ao CREDENCIANTE e a terceiros.

#### **CLAUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº. 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

Parágrafo Primeiro. Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei 8.666/93 e alterações:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública,

**administracao@coronelmartins.sc.gov.br**  
**Fone: (49) 3459-0011**



**Rua Porto Alegre, 47 - Centro**  
**CEP 89.837-000 - Coronel Martins - SC**  
**CNPJ 95.993.093/0001-09**



## **MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS**

### **Estado de Santa Catarina**

- e) enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

Parágrafo Segundo. No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, a CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multa:

- a) 10 % (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;
- b) 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor dos serviços não realizados;
- c) 20% (vinte por cento) quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente; **Parágrafo Terceiro.** A CREDENCIANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA NONA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação dos itens, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, que serão exercidos por um representante do Município, especialmente designado na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro. O fiscal do contrato passa a ser o responsável pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive as pertinentes aos encargos complementares.

Parágrafo Segundo. Não obstante a empresa será a exclusiva responsável pela execução de todos os serviços e entrega dos materiais, o Município reserva-se o direito, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução da obra diretamente por fiscal designado.

Parágrafo terceiro. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Quarto. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização serão encaminhadas à autoridade competente do Município para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da Lei nº. 8.666/93 DOS CASOS OMISSOS

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DOS CASOS OMISSOS**

Qualquer litígio judicial oriundo de aplicação do presente termo, será dirimida, com base na legislação específica, especialmente no edital 061/2021 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

Parágrafo Único. A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos

**administracao@coronelmartins.sc.gov.br**  
**Fone: (49) 3459-0011**



**Rua Porto Alegre, 47 - Centro**  
**CEP 89.837-000 - Coronel Martins - SC**  
**CNPJ 95.993.093/0001-09**



## **MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS**

### **Estado de Santa Catarina**

beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do CONTRATANTE, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMASEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO**

O presente contrato será publicado, por extrato, no DOM/SC, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO**

As partes elegem o Foro da comarca de São Domingos-SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Coronel Martins, 30 de dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_  
**MOACIR BRESOLIN**  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
**TERRA NOVA SOCIEDADE BENEFICENTE DO VALE DI PIRAPOCU**  
**IVONE HERGENRADER**  
**CREDENCIADA**

#### **Testemunhas:**

- 1 - Thaina Santetti
- 2 - Gabriel Roberto Pozzer

**administracao@coronelmartins.sc.gov.br**  
**Fone: (49) 3459-0011**




**Rua Porto Alegre, 47 - Centro**  
**CEP 89.837-000 - Coronel Martins - SC**  
**CNPJ 95.993.093/0001-09**

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 061/2021**

Publicação Nº 3520093

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F5A7EC298893D014678E27D57929A411A2349251

Página: 1 / 1

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS  CNPJ: 95.993.093/0001-09      Telefone: (49) 3459-0011 Endereço: Rua Porto Alegre, 47 - Centro CEP: 89837-000 - Coronel Martins	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 3/2021</b>
	<b>Processo Adm.: 61/2021</b> <b>Data do Processo: 17/12/2021</b>

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 61/2021  
b) **Nr. Licitação:** 3/2021 - IL  
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação  
d) **Data de Homologação:** 30/12/2021  
e) **Objeto da Licitação:** *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE NO ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATÉ 18 ANOS INCOMPLETOS, NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL OU CASA LAR, MEDIANTE PAGAMENTO MENSAL PELOS SERVIÇOS PRESTADOS, VISANDO O ATENDIMENTO EM REGIME DE ABRIGO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, ENCAMINHADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL*

**Participante: TERRA NOVA SOCIEDADE BENEFICENTE DO VALE DO PIRAPOCU**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE NO ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATÉ 18 ANOS INCOMPLETOS, NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL OU CASA LAR, MEDIANTE PAGAMENTO MENSAL PELOS SERVIÇOS PRESTADOS, VISANDO O ATENDIMENTO EM REGIME DE ABRIGO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, ENCAMINHADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SO	12,000	UN	7.000,00	84.000,00

**Total do Participante:** 84.000,00**Total Geral:** 84.000,00

Coronel Martins, 30/12/2021

.....  
MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal

.....  
Assinatura do Responsável

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520157

DECRETO Nº 001, de 04 de janeiro de 2022.

FIXA VALOR DO METRO QUADRADO PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIOS PARA EXECUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do Art. 4º da Lei nº 2.292 alterada pela Lei nº 2.407 de 14.10.2009;

DECRETO:

Art. 1º. Fica fixado em R\$ 7,13 (sete reais e treze centavos) o valor do metro quadrado do passeio objeto de concessão dos auxílios prevista na Lei Municipal nº 2.407 de 14.10.2009, para o exercício de 2022.

Art. 2º. O pagamento será efetuado depois da obra concluída com laudo da Engenharia Municipal em nome do proprietário do imóvel.

Art. 3º. A concessão dos auxílios obedecerá às disposições da Lei Municipal nº 2.292/2007 e da Lei Municipal nº 2.407/2009.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete da Prefeita, 04 de janeiro de 2022.

LUZIA ILIANE VACARIN  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra,

SILVIO RICHARDT  
Secretário de Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520177

DECRETO Nº 002, de 04 de janeiro de 2022.

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO E DESIGNAÇÃO E PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial a Lei 1.668, de 23 de Setembro de 1993;

CONSIDERANDO as disposições do IV do art. 3º, da Lei Federal 10.520 de 17 de Julho de 2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDO, o PREGOEIRO e EQUIPE DE APOIO que terão dentre outras atribuições, a do recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 2º. Fica designado para as funções de PREGOEIRO o servidor municipal LIANE PAGOTTO PASCUALOTTO

Art. 3º. Ficam designados para comporem equipe de apoio ao Pregoeiro, os servidores:

- ROGER FREITAG
- EDSON MAYER
- ELISA HUBNER KUTTNER

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se



Gabinete da Prefeita, 04 de janeiro de 2022.

LUZIA ILIANE VACARIN  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra,

SILVIO RICHARDT  
Secretário de Administração e Fazenda

### **DECRETO Nº 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520197

DECRETO Nº 003, de 04 de janeiro de 2022.

DISPÕE SOBRE CONSTITUIÇÃO E DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial a o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei 1.668, de 23 de Setembro de 1993;

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDA a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Parágrafo único. As atribuições da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO estão definidas na Lei nº 1.668/93.

Art. 2º. Designa os servidores municipais abaixo relacionados, para sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Permanente de Licitação, no Exercício Financeiro de 2021, a saber:

Membros titulares:

- LIANE PAGOTTO PASCUALOTTO
- ROGER FREITAG
- ELISA HUBNER KUTTNER

Membro Suplente:

- EDSON MAYER

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete da Prefeita, 04 de janeiro de 2022.

LUZIA ILIANE VACARIN  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra,

SILVIO RICHARDT  
Secretário de Administração e Fazenda

### **DECRETO Nº 004, DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520210

DECRETO Nº 004, de 04 de janeiro de 2022.

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO E DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE REGISTROS CADASTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial a Lei 1.668, de 23 de Setembro de 1993;

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDA, para o exercício de 2022 a COMISSÃO DE JULGAMENTO DE REGISTROS CADASTRAIS.

Parágrafo único. As atribuições da Comissão de Julgamento de Registros Cadastrais estão definidas na Lei nº 1.668/93.

Art. 2º. Ficam designados para comporem a Comissão de Julgamento de registros Cadastrais, os servidores:

- LIANE PAGOTTO PASCUALOTTO
- EDSON MAYER
- ELISA HUBNER KUTTNER
- ROGER FREITAG



Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete da Prefeita, 04 de janeiro de 2022.

LUZIA ILIANE VACARIN  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra,

SILVIO RICHARDT  
Secretário de Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 171/2021

Publicação Nº 3520071

DECRETO MUNICIPAL Nº 171/2021.

“DISPOE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO 2021 APROVADO PELA LEI Nº 2.873 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 7º, I e II da Lei Municipal nº 2.873, de 23 de novembro de 2020, e as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO os recursos do Superávit Financeiro do Exercício de 2020;

CONSIDERANDO os recursos do Excesso de Arrecadação do Exercício Financeiro de 2021;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro do exercício de 2020 e excesso de arrecadação do exercício de 2021 no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05.01 – EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.365.0011.1.005 – Melhoria, Reforma e ou Ampl. da Estrutura Física Educ. Infantil

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(1830) Fonte: 0.3.79.00.00 – Superávit Financeiro Emendas Parlam. Imp. – Transf. Estado R\$ ..... 100.000,00

ORGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Proj./Ativ.: 15.452.0014.2.024 – Manutenção da Iluminação Pública

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(1831) Fonte: 0.3.08.00.00 – Superávit Financeiro Cosip ..... R\$ 35.000,00

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(290) Fonte: 0.1.08.00.00 – Excesso Recursos Cosip ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, no valor de 100.000,00 (cem mil reais) será utilizado o Superávit Financeiro da conta 15.390-7 do Banco do Brasil, na fonte de recursos 0379 – Superávit Emenda Parlamentar Impositiva - Estado e R\$ 35.000 (trinta e cinco mil reais) da fonte de recursos 0308 – Superávit Financeiro Cosip, conta 14.323-5 do Banco do Brasil, e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0108 - Cosip.

Art. 3º. Fica revogada a abertura de Crédito Adicional Suplementar descrita no Decreto nº 099/2021, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme abaixo especificado:

ORGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05.01 – EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.365.0011.1.005 – Melhoria, Reforma e ou Ampl. da Estrutura Física Educ. Infantil

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(1588) Fonte: 0.1.79.00.00 – Excesso Arrec. Emendas Parlam. Imp. – Transf. Estado R\$ ..... 100.000,00

Art. 4º. Fica pelo presente Decreto, efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação de despesa, no órgão, Projeto e Atividade, conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05.01 – EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.0010.2.015 – Manutenção das Ações do Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(241) Fonte: 0.1.01.00.00 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos R\$ ..... 69.000,00

Art. 5º. Os recursos para cobertura do presente Remanejamento, que trata o artigo anterior, será proveniente da anulação parcial das dotações orçamentárias, no valor de R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais), conforme especificação a seguir:

ORGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05.01 – EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.0010.2.015 – Manutenção das Ações do Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(243) Fonte: 0.1.01.00.00 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos R\$ ..... 69.000,00

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, 31 de dezembro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra,

SILVIO RICHARDT

Secretário de Administração e Fazenda

## **PORTARIA Nº 013, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519750

PORTARIANº 013, de 04 de Janeiro de 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL EDEMAR I DIETRICH.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (Vinte dias) a partir de 10 de Janeiro de 2022 até 29 de Janeiro de 2022 ao servidor Municipal EDEMAR IVO DIETRICH, Técnico em Enfermagem, matrícula 714-5 referente ao período aquisitivo de 07.03.2020 a 06.03.2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 04 de Janeiro de 2022.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

## **PORTARIA Nº 014, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519753

PORTARIANº 014, de 04 de Janeiro de 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL HEINZ ADAM.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (Trinta dias) a partir de 10 de Janeiro de 2022 até 08 de Fevereiro de 2022 ao servidor Municipal HEINZ ADAM, Operador de Maquinas, matrícula 347-6, referente ao período aquisitivo de 05.01.2020 a 04.01.2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 04 de Janeiro de 2022.

LUZIA ILIANE VACARIN  
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

### **PORTARIA Nº 015, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519761

PORTARIANº 015 , de 04 de Janeiro de 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL ANDRE R DE O NASCIMENTO.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (Vinte dias) a partir de 10 de Janeiro de 2022 até 29 de Janeiro de 2022 ao servidor Municipal ANDRE RENATO DE OLIVEIRA NASCIMENTO, Assistente Administrativo, matrícula 2046-0, referente ao período aquisitivo de 05.09.2019 a 04.09.2020.

Art. 2º - O servidor retornara as atividades na data do dia 24 de Janeiro de 2022, pois já usufruiu do período aquisitivo de 06 dias conforme requerimentos solicitados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 04 de Janeiro de 2022.

LUZIA ILIANE VACARIN  
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

### **PORTARIA Nº 016, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519769

PORTARIANº 016, de 04 de Janeiro de 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL RENILDO FERRABOLI.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (Trinta dias) a partir de 11 de Janeiro de 2022 até 09 de Fevereiro de 2022 ao servidor Municipal RENILDO FERRABOLI, Coordenador de Almoxarifado, matrícula 3917-9, referente ao período aquisitivo de 11.01.2021 a 10.01.2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 04 de Janeiro de 2022.

LUZIA ILIANE VACARIN  
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

**PORTARIA Nº 017, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519779

PORTARIANº 017, de 04 de Janeiro de 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL TONI J DREISSIG.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER 1/3 (um terço) das férias em Abono Pecuniário do servidor Municipal TONI JOEL DREISSIG, Diretor de Saúde, matrícula 3904-7, referente ao período aquisitivo de 04.01.2021 a 03.01.2022.

Art. 2º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (Vinte dias) a partir de 11 de Janeiro de 2022 até 30 de Janeiro de 2022 ao servidor Municipal, TONI JOEL DREISSIG, Diretor de Saúde, matrícula 3904-7, referente ao período aquisitivo de 04.01.2021 a 03.01.2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 04 de Janeiro de 2022.

LUZIA ILIANE VACARIN  
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

**EXTRATO DO CONTRATO 158/2021**

Publicação Nº 3521173

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C47871905361CF2BBA2ED0734DE6D69AADA20DF5

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ****Espécie do Contrato: Contrato Administrativo nº 158/ 2021****Das Partes:** MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ e VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 29.644.666/0001-64.**Do Objeto:** PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA NOVA PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, SC**Processo Licitatório:** 622/2021**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 88/2021**Do valor:** R\$ 435.600,00(quatrocentos e trinta e cinco mil e seiscentos reais)**Data do Contrato:** 04/01/22**Luzia Iliane Vacarin – Prefeita Municipal.**

**EXTRATO DO EDITAL PREGAO 001/2022 SERVIÇO DE IMPRESSÃO**

Publicação Nº 3519920

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0240168119891FA9A359433C597AF62FFAF015B5

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ****EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 1/2022**

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados que fará realizar o Processo Licitatório nº 3/2022, na modalidade Pregão, com julgamento do tipo MENOR PREÇO POR LOTE cujo objeto é SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS (OUTSOURCING DE IMPRESSÃO), COM LOCAÇÃO E FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS (MULTIFUNCIONAIS E IMPRESSORAS), SISTEMA DE GERENCIAMENTO DAS IMPRESSÕES EFETIVAMENTE REALIZADAS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE INSUMOS, EXCETO PAPEL, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ – SC.

A Sessão Pública será no dia 24/01/22, com início às 08:00h, horário de Brasília – DF. Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: [licitacao@cunhapora.sc.gov.br](mailto:licitacao@cunhapora.sc.gov.br) ou pelo telefone (49) 3646-3505. A íntegra do edital se encontra disponível no site do Município: [www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br). Cunha Porã/SC, 04/01/22.

Luzia Iliane Vacarin  
Prefeita Municipal

# Curitibanos

## PREFEITURA

### ATO 02 - RETIFICAÇÃO CONCURSO 10/2021

Publicação Nº 3521028

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo prefeito, o Excelentíssimo Senhor KLEBERSON LUCIANO LIMA, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. Onde se lê:

10.18 Para os cargos: MOTORISTA II; OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS; OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA E OPERADOR DE MOTO-NIVELADORA a prova prática corresponde à realização de tarefas conforme disposto no quadro abaixo:

CARGO	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO DOS PONTOS
1. Motorista II (caminhão) – Carteira Nacional de Habilitação C	1- A Prova será realizada em caminhão. Exame prático de direção veicular, será avaliado na presença de examinador, em percurso a ser determinado no momento da prova. 2- A prova será composta de etapa única eliminatória consistirá no comportamento do candidato com relação as regras gerais de trânsito e seu desempenho na condução do veículo como: baliza, partida e parada, rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência da sinalização de trânsito (vertical/horizontal) e semafórica, como também outras situações verificadas durante a realização da prova prática. O aproveitamento do candidato na prova de direção veicular será avaliado em função da pontuação negativa das faltas cometidas no percurso. 3- A tabela com a distribuição dos pontos está contida no Anexo IX. 4- O candidato que provocar acidente, cometer qualquer irregularidade que danifique o patrimônio público ou privado estará eliminado da prova sendo desclassificado. 5- Somente poderá realizar a prova prática o candidato que apresentar carteira nacional de habilitação vigente nos termos da lei e no mínimo categoria "D" ou superior.	10
1. Operador de Retroescavadeira	1- A prova será aplicada em uma Retroescavadeira, com Tempo de prova: Até 15 minutos Tarefa: o candidato deverá executar uma tarefa, a qual será a mesma para todos os candidatos e informada no momento da prova. 2- A tabela com a distribuição dos pontos está contida no Anexo X. 3- Somente poderá realizar a prova prática o candidato que apresentar carteira nacional de habilitação vigente nos termos da lei e no mínimo categoria "C" ou superior.	10
1. Operador de Motoniveladora	1- A prova será aplicada em uma Motoniveladora, com Tempo de prova: Até 15 minutos Tarefa: o candidato deverá executar uma tarefa, a qual será a mesma para todos os candidatos e informada no momento da prova. 2- A tabela com a distribuição dos pontos está contida no Anexo X. 3- Somente poderá realizar a prova prática o candidato que apresentar carteira nacional de habilitação vigente nos termos da lei e no mínimo categoria "C" ou superior.	10
1. Operador de Máquinas Pesadas	4- A prova será aplicada em uma Pá Carregadeira, com Tempo de prova: Até 15 minutos Tarefa: o candidato deverá executar uma tarefa, a qual será a mesma para todos os candidatos e informada no momento da prova. 5- A tabela com a distribuição dos pontos está contida no Anexo X. 6- Somente poderá realizar a prova prática o candidato que apresentar carteira nacional de habilitação vigente nos termos da lei e no mínimo categoria "C" ou superior.	10

Leia-se:

10.18 Para os cargos: MOTORISTA II; OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS; OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA E OPERADOR DE MOTO-NIVELADORA a prova prática corresponde à realização de tarefas conforme disposto no quadro abaixo:

CARGO	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO DOS PONTOS
1. Motorista II (caminhão) – Carteira Nacional de Habilitação C	6- A Prova será realizada em caminhão. Exame prático de direção veicular, será avaliado na presença de examinador, em percurso a ser determinado no momento da prova. 7- A prova será composta de etapa única eliminatória consistirá no comportamento do candidato com relação as regras gerais de trânsito e seu desempenho na condução do veículo como: baliza, partida e parada, rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência da sinalização de trânsito (vertical/horizontal) e semafórica, como também outras situações verificadas durante a realização da prova prática. O aproveitamento do candidato na prova de direção veicular será avaliado em função da pontuação negativa das faltas cometidas no percurso. 8- A tabela com a distribuição dos pontos está contida no Anexo IX. 9- O candidato que provocar acidente, cometer qualquer irregularidade que danifique o patrimônio público ou privado estará eliminado da prova sendo desclassificado. 10- Somente poderá realizar a prova prática o candidato que apresentar carteira nacional de habilitação vigente nos termos da lei e no mínimo categoria "C" ou superior.	10
1. Operador de Retroescavadeira	4- A prova será aplicada em uma Retroescavadeira, com Tempo de prova: Até 15 minutos Tarefa: o candidato deverá executar uma tarefa, a qual será a mesma para todos os candidatos e informada no momento da prova. 5- A tabela com a distribuição dos pontos está contida no Anexo X. 6- Somente poderá realizar a prova prática o candidato que apresentar carteira nacional de habilitação vigente nos termos da lei e no mínimo categoria "C" ou superior.	10
1. Operador de Motoniveladora	7- A prova será aplicada em uma Motoniveladora, com Tempo de prova: Até 15 minutos Tarefa: o candidato deverá executar uma tarefa, a qual será a mesma para todos os candidatos e informada no momento da prova. 8- A tabela com a distribuição dos pontos está contida no Anexo X. 9- Somente poderá realizar a prova prática o candidato que apresentar carteira nacional de habilitação vigente nos termos da lei e no mínimo categoria "C" ou superior.	10
1. Operador de Máquinas Pesadas	2. A prova será aplicada em uma Pá Carregadeira, com Tempo de prova: Até 15 minutos Tarefa: o candidato deverá executar uma tarefa, a qual será a mesma para todos os candidatos e informada no momento da prova. 3. A tabela com a distribuição dos pontos está contida no Anexo X. 4. Somente poderá realizar a prova prática o candidato que apresentar carteira nacional de habilitação vigente nos termos da lei e no mínimo categoria "C" ou superior.	10

## 2. Onde se lê:

11.5 Obtendo os candidatos idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

- Estatuto do Idoso - Candidatos com idade igual ou superior a sessenta anos completos até o último dia da inscrição neste certame terão preferência, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei n.º 10.741/03;
- Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;
- Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;
- Maior número de acertos na prova de Matemática;
- Doadores de sangue ou medula óssea – Candidatos que comprovaram no ato de sua inscrição a condição de doador de sangue ou de medula;
- Tiver exercido efetivamente a função de jurado – Candidatos que comprovaram no ato de sua inscrição a condição de jurado.
- Idade.

## Leia-se:

11.5 Obtendo os candidatos idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

- Estatuto do Idoso - Candidatos com idade igual ou superior a sessenta anos completos até o último dia da inscrição neste certame terão preferência, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei n.º 10.741/03;
- Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;
- Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;
- Maior número de acertos na prova de Matemática;
- Doadores de sangue ou medula óssea – Candidatos que comprovaram no ato de sua inscrição a condição de doador de sangue ou de medula;
- Tiver exercido efetivamente a função de jurado – Candidatos que comprovaram no ato de sua inscrição a condição de jurado.
- Maior Idade.



3. As demais cláusulas e especificações do referido Edital e retificações anteriores, com exceção do que está previsto acima, continuam inalteradas.

Registre-se e publique-se

Curitibanos-SC , 04 de janeiro de 2022.

Kleberson Luciano Lima  
Prefeito Municipal

**ATO 12 - RESULTADO DOS RECURSOS P OBJETIVA E TÍTULOS - PROCESSO 08/2021**

Publicação Nº 3520433



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS

**ATO 012**

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito, o Excelentíssimo Senhor **KLEBERSON LUCIANO LIMA**, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

**1. RESULTADO DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS:**

**Número do Protocolo: 20211116.028.286287.156.0000004843-41**

**Recurso:** Argumentação: Olá, gostaria de pedir encarecidamente se podem revisar novamente meu DIPLOMA DE PEDAGOGIA que foi enviado no dia 16/11/2021 no portal da EPL Concursos. Foi enviado DOIS CURSOS DE 40 HORAS CADA, sendo o primeiro (EDUCAÇÃO ESPECIAL, segundo CURSO DE LIBRAS AMBOS 40 HORAS) solicitados no edital, espero que consigam rever essas situações FOI REPROVADO POR NÃO ESTAR NA CATEGORIA CORRETA MAIS NA MESMA NÃO TINHA O CAMPO PRÓPRIO PARA A OPÇÃO DE GRADUAÇÃO NEM DE CURSOS, estou enviando novamente os documentos para a regulamentação caso serei prejudicada por irregularidade do sistema Desde já, muito agradecida

**Resposta:**

INDEFERIDO.

A candidata não anexou o formulário de títulos, documento obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura.

Cabe ressaltar ainda que conforme o item 9.6.4. é responsabilidade única e exclusiva do candidato preencher corretamente o Formulário de Títulos, bem como certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

Documentos apresentados fora do período previsto no item 9.1 e de forma divergente à estabelecida no item 9.6.1, ambos do Edital de Abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286305.155.0000004823-55**

**Recurso:** Bom dia! Foi com enorme surpresa que vi que zerei na prova de títulos. Tinha certeza que estava tudo certo, então peço a chance se possível de rever minha situação. Ficarei imensamente grata pela atenção. Um feliz ano novo a vocês. obrigada pela atenção Teresinha

**Resposta:**

INDEFERIDO.

A candidata não anexou o formulário de títulos, documento obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211110.028.285750.155.0000004824-47**

**Recurso:** Analisando minha contagem de pontos nos títulos, acredito que está faltando pontos, pois minha somatória não corresponde ao que está no resultado preliminar. Me escrevi com graduação Pedagogia, 8 anos de tempo de serviço e 80 horas de curso extracurriculares, e também a questão da idade, peço que revejam a situação. Desde já agradeço...

**Resposta:**

INDEFERIDO. Análise de alegações:

Graduação: Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação graduação que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função, ou seja, o certificado apresentado pela candidata irá atender os requisitos mínimos para investidura no cargo.

Tempo de serviço: A candidata recebeu o maximo de pontos previsto no item 9.4. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS do edital.

Curso extracurriculares: A candidata obteve apenas a pontuação de 1 certificado apresentado de cursos, pois para receber pontuação cada certificado deve estar anexado individualmente como determina o item 9.6.1 do edital de abertura.

Vale especificar que a candidata anexou em um mesmo arquivo dois curso, cada um com 40 horas e foi concedida a pontuação para 1 certificado conforme edital.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



**ATO 012**

**Número do Protocolo: 20211109.028.285662.155.0000004825-101**

**Recurso:** Olá! Quero que seja reanalisado a minha pontuação na prova de títulos, pois o resultado não confere com o edital. Pelo edital ficaria assim a pontuação: Graduação: 3.5 Pós Graduação: 4.5 Cursos 3.0 Tempo de serviço: 1.0 Resultado: 12.0 Na classificação preliminar consta 8.5. Peço por gentileza a revisão e a colocação certa. Segue em anexo o quadro de pontuação do edital retificado.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação graduação que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função, ou seja, o certificado apresentado pela candidata o certificado de graduação em pedagogia é item para atender os requisitos mínimos para investidura no cargo.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211109.028.285641.155.0000004826-52**

**Recurso:** Analisando o resultado, analisando os títulos observei que está faltando o tempo de serviço e os títulos de pós graduação.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Não prospera a alegação da candidata, então vejamos:

1. O tempo de serviço foi pontuado em 5 pontos;
2. O título de pós graduação foi desconsiderado com base no item 9.9 "g", pois o sobrenome está divergente da inscrição.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211111.028.285822.155.0000004827-82**

**Recurso:** Analisando o resultado preliminar das colocações eu percebi que minha pontuação dos títulos está errada, sendo que me escrevi com pós graduação, 12 anos de tempo de serviço e 60 horas de curso extracurricular, também tem a questão da idade. Peço que revejam minha pontuação. Desde já agradeço...

**Resposta:**

INDEFERIDO. Análise de argumentação.

Graduação: Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação graduação que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função, ou seja, o certificado apresentado pela candidata irá atender os requisitos mínimos para investidura no cargo.

Pós-Graduação: A candidata recebeu a pontuação.

Tempo de serviço: A candidata recebeu o máximo de pontos previsto no item 9.4. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS do edital.

Curso extracurriculares: A candidata obteve apenas a pontuação de 1 certificado apresentado de cursos, pois para receber a pontuação, cada certificado devia ter sido anexado individualmente como determina o item 9.6.1 do edital de abertura.

Vale especificar que a candidata anexou em um mesmo arquivo quatro certificados e foi concedida a pontuação para 1 certificado conforme edital.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211109.028.285625.155.0000004828-510**

**Recurso:** Bom dia, eu peço para verificarem a pontuação dos cursos e títulos. Pq na classificação está dizendo que não recebi nenhum ponto.

**Resposta:**

INDEFERIDO. A candidata não anexou o formulário de títulos em campo próprio, documento obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286168.155.0000004829-66**

**Recurso:** Pedidos de informações referentes aos títulos que não receberam pontuação, pois segundo o edital todos que enviei recebem pontos, como por exemplo a pós-graduação ou especialização e a graduação. Como me inscrevi para dois cargos em um deu um número de pontos e no outro cargo deu diferente se os títulos são os mesmos.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação pós graduação que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função, ou seja, o certificado apresentado pela candidata irá compor juntamente com o certificado de graduação em pedagogia para atender os requisitos mínimos para investidura no cargo, sendo assim a graduação e a pós-graduação não receberam pontuação.



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



**ATO 012**

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido permanecendo a nota divulgada inalterada.

**Número do Protocolo: 20211109.028.285641.155.0000004830-55**

**Recurso:** Analisando o resultado dos títulos observei que está faltando a pós graduação

**Resposta:**

INDEFERIDO. Não prospera a alegação da candidata, então vejamos:

1. O título de pós graduação foi desconsiderado com base no item 9.9 "g", pois o sobrenome está divergente da inscrição.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211109.028.285625.155.0000004831-54**

**Recurso:** Bom dia, eu gostaria que verificassem a pontuação dos títulos e cursos. Pq eu não recebi nenhuma pontuação.

**Resposta:**

INDEFERIDO. A candidata não anexou o formulário de títulos em campo próprio, documento obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211112.028.285982.155.0000004832-91**

**Recurso:** A prova foi realizada como não habilitada, pois a instituição não tinha disponibilizado o documento de conclusão do curso. Segue o documento de conclusão.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Preliminarmente cabe ressaltar que a justificativa da candidata não é objeto de recurso, sendo que cargos permanecem inalterados, sendo assim fica INDEFERIDO sem análise de mérito por ausência de recurso.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286156.155.0000004833-38**

**Recurso:** Bom dia! Estou concorrendo pra dois cargos Segundo professor e Professora de educação Infantil, e enviei a mesma documentação de tempo de serviço nos dois cargo, porém pra segundo professor recebi a pontuação de 4500 e para Professora de educação infantil a pontuação 1,00. Desde já obrigada!

**Resposta:**

DEFERIDO. Prospera a alegação da candidata quanto a pontuação da experiência profissional. Sendo assim fica DEFERIDO o recurso devendo a nota da prova de experiência profissional ser considerada 05 pontos.

Cabe ressaltar que a candidata informou em seu recurso que recebeu a pontuação de 4500 para segundo professor. Não, a candidata recebeu a pontuação de 5,00 para experiência profissional, conforme o item 9.4. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS do edital.

Com base no exposto, a nota da experiência profissional deve ser alterada para 5 pontos.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286451.155.0000004834-99**

**Recurso:** Contabilizou poucas horas

**Resposta:**

INDEFERIDO. Sem análise de mérito por ausência de justificativa.

**Número do Protocolo: 20211118.028.286724.155.0000004835-43**

**Recurso:** Contabilizou poucas horas

**Resposta:**

INDEFERIDO. Sem análise de mérito por ausência de justificativa.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286197.155.0000004836-66**

**Recurso:** Pontuação não está correta, tenho 4 cursos na área habilitação em pedagogia e 1 ano tempo de serviço.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Dos documentos apresentados pela candidata apenas 2 foram possíveis de pontuação: Experiência por tempo de serviço e certificado de curso extracurricular da Semana Pedagógica e Ensino Híbrido de 40h/a. Ocorre que houve a reprovação dos demais pelos fatos de alguns serem com carga horária menor que 20 horas e outros por apresentarem o nome divergente com a inscrição e Formulário e não conter documento comprobatório de alteração de nome nos moldes do item 9.6.3 do Edital de Abertura. Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



ATO 012

**Número do Protocolo: 20211110.028.285706.155.0000004837-110**

**Recurso:** Analisando os títulos percebi que a minha pós graduação não consta , preciso q isso seja revisto , pois estou me sentindo prejudicada.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação pós graduação **que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função**, ou seja, o certificado apresentado pela candidata irá compor juntamente com o certificado de graduação em pedagogia para atender os requisitos mínimos para investidura no cargo. Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211112.028.285982.155.0000004838-95**

**Recurso:** A prova foi realizada como não habilitada, pois a instituição não havia disponibilizado o documento de conclusão do curso. Segue o documento de conclusão. Posso ser incluída no processo seletivo como habilitada?

**Resposta:**

INDEFERIDO. Preliminarmente cabe ressaltar que a justificativa da candidata não é objeto de recurso, sendo que cargos permanecem inalterados, sendo assim fica INDEFERIDO sem análise de mérito por ausência de recurso.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286170.155.0000004839-94**

**Recurso:** Pedidos de informações referente aos títulos que não receberam pontuação pois segundo edital a graduação conta pontos e no meu caso não pontuou.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação graduação **que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função**, ou seja, o certificado de graduação em pedagogia apresentado pela candidata atende os requisitos mínimos para investidura no cargo. Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido permanecendo a nota divulgada inalterada.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286156.155.0000004840-38**

**Recurso:** Bom dia! Em relação o envio dos títulos em arquivo individual, primeiramente salvei tudo individual e tentei enviar e não foi possível o sistema não aceitou, avisava que o arquivo não tinha o tamanho mínimo para aceitar o envio, diante disso salvei todos separando por área, tempo de serviço, cursos e certificado da pós e enviei.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme item: 9.6.1. Após concluir a inscrição, o candidato deverá clicar no campo "Títulos" que se encontra na "área do candidato" e ADICIONAR cada um dos seus títulos no campo relativo à respectiva categoria de titulação, conforme a grade de pontuação dos títulos, item deste edital, devendo, **obrigatoriamente, ANEXAR** cada documento **individualmente** digitalizado e salvo em arquivo único, nas extensões PDF ou JPG, cujo tamanho máximo deve ser de 2MB.

Cabe ressaltar ainda que o item 9.6.4. É **responsabilidade única e exclusiva do candidato** preencher corretamente o Formulário de Títulos, bem como certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286154.155.0000004841-99**

**Recurso:** Bom dia! Em relação o envio dos títulos em arquivo individual, primeiramente salvei tudo individual e tentei enviar e não foi possível o sistema não aceitou, avisava que o arquivo não tinha o tamanho mínimo para aceitar o envio, diante disso salvei todos separando por área, tempo de serviço, cursos e certificado da pós e enviei.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme item: 9.6.1. Após concluir a inscrição, o candidato deverá clicar no campo "Títulos" que se encontra na "área do candidato" e ADICIONAR cada um dos seus títulos no campo relativo à respectiva categoria de titulação, conforme a grade de pontuação dos títulos, item deste edital, devendo, **obrigatoriamente, ANEXAR** cada documento **individualmente** digitalizado e salvo em arquivo único, nas extensões PDF ou JPG, cujo tamanho máximo deve ser de 2MB.

Cabe ressaltar ainda que o item 9.6.4. É **responsabilidade única e exclusiva do candidato** preencher corretamente o Formulário de Títulos, bem como certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



**ATO 012**

**Número do Protocolo: 20211116.028.286337.155.0000004842-67**

**Recurso:** Bom dia pedido de revisão de títulos, pois conforme no edital o candidato pode obter pontuação máxima 30 pontos, Doutorado 6,5 Mestrado 5,5 Especialização 4,5 Graduação 3,5 Experiência Profissional até 5 pontos, Cursos na Área até 5 pontos. Tudo isso pontuação máxima é de 30 pontos. Então minha pontuação não está correta se tenho Especialização 4,5, Graduação 3,5, Experiência profissional 5 pontos, Cursos 5 pontos, se a Graduação está contando no edital para o candidato obter a pontuação máxima porque não está sendo somada. Se a Favor revisar obrigado.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Há na relação de documentos anexados pela candidata apenas:

Pós-graduação - que foi devidamente pontuada;

Curso na área - que foi pontuado apenas 1, pois a candidata anexou todos no mesmo arquivo, indo contra o estabelecido no item 9.6.1;

Experiência profissional - que foi devidamente pontuada, no máximo permitido pelo Edital de Abertura;

Diploma da graduação - que não foi pontuado, tendo em vista o item 9.4, não é pontuada graduação que é requisito para investir-se no cargo, do edital de abertura.

Ao contrário do alegado pela candidata não foram anexados Doutorado e mestrado, e conforme o item 9.9 "a":

9.9. NÃO serão pontuados os Títulos:

a) não encaminhados, mesmo que estiverem relacionados no Formulário de Títulos;

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286476.155.0000004844-27**

**Recurso:** OLÁ! QUERO QUE SEJA REANALIZADO A MINHA PONTUAÇÃO NA PROVA DE TÍTULOS, POIS O RESULTADO NÃO CONFERE COM O EDITAL. PORÉM NO CAMPO TÍTULOS FOI ENVIADO 5 CERTIFICADOS EM PDF. PELO O EDITAL FICARIA ASSIM APONTUAÇÃO: GRADUAÇÃO 3,5, CURSOS 5, TEMPO DE SERVIÇO 5, RESULTADO 13,5 NA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR CONSTA APENAS 6. PEÇO POR GENTIZA A REVISÃO E A COLOCAÇÃO CERTA SEGUE EM ANEXO O QUADRO DE PONTUAÇÃO DO EDITAL RETIFICADO.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Análise de argumentação.

Graduação: Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação graduação que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função, ou seja, o certificado apresentado pela candidata irá atender os requisitos mínimos para investidura no cargo.

Experiência Profissional: A candidata recebeu o máximo de pontos previsto no item 9.4. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS do edital.

Curso extracurriculares: A candidata obteve apenas a pontuação de 1 certificado apresentado de cursos, pois para receber a pontuação, cada certificado deveria ter sido anexado individualmente como determina o item 9.6.1 do edital de abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211110.028.285750.155.0000004845-410**

**Recurso:** Peço para que revejam minha situação quanto a reprovação do meu certificado de Ensino Superior, sendo que o mesmo está dentro de todas normas exigidas no edital item 9.4. Estou me sentindo prejudicada desde que meu curso superior me Habilita para tal cargo. Desde já agradeço

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação graduação que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função, ou seja, o certificado apresentado pela candidata irá atender os requisitos mínimos para investidura no cargo.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286298.155.0000004846-106**

**Recurso:** Por que a pontuação dos meus títulos está constando diferente nessa inscrição. Se eu me inscrevi para dois cargos e os dois são os mesmos títulos.

**Resposta:**

DEFERIDO. Prospera a alegação da candidata, pois não foi contabilizado 5 pontos na experiência profissional, apenas 2, devendo a sua pontuação ser regularizada.

Com base no exposto fica DEFERIDO o recurso, devendo a nota de títulos da candidata ser retificada para um total de 10,5 pontos.



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



**ATO 012**

**Número do Protocolo: 20211116.028.286298.155.0000004847-103**

**Recurso:** Meu tempo de serviço está com a pontuação errada.

**Resposta:**

DEFERIDO. Prospera a alegação da candidata, pois não foi contabilizado 5 pontos na experiência profissional, apenas 2, devendo a sua pontuação ser regularizada.

Com base no exposto fica DEFERIDO o recurso, devendo a nota de títulos da candidata ser retificada para um total de 10,5 pontos.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286299.155.0000004848-78**

**Recurso:** Por que não consta a pontuação do meu certificado de licenciatura em pedagogia se no edital conta 3,5.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação graduação que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função, ou seja, o certificado apresentado pela candidata irá compor para atender os requisitos mínimos para investidura no cargo.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286298.155.0000004849-107**

**Recurso:** Por que não consta pontuação no certificado de licenciatura em pedagogia se no edital ele diz que vale 3,5 pontos.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação graduação que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função, ou seja, o certificado apresentado pela candidata irá compor para atender os requisitos mínimos para investidura no cargo.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286337.155.0000004850-66**

**Recurso:** Boa tarde conforme consta no edital a prova de títulos é somatória o candidato pode obter até 30 pontos. Então porque não estão somando a pontuação da graduação se lá soma. Favor rever minha pontuação na prova de títulos obrigado. Conforme arquivo que vou enviar a graduação é somatória.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Há na relação de documentos anexados pela candidata apenas:

Pós-graduação - que foi devidamente pontuada;

Curso na área - que foi pontuado apenas 1, pois a candidata anexou todos no mesmo arquivo, indo contra o estabelecido no item 9.6.1;

Experiência profissional - que foi devidamente pontuada, no máximo permitido pelo Edital de Abertura;

Diploma da graduação - que não foi pontuado, tendo em vista o item 9.4, não é pontuada graduação que é requisito para investir-se no cargo, do edital de abertura.

Ao contrário do alegado pela candidata não foram anexados Doutorado e mestrado, e conforme o item 9.9 "a":

9.9. NÃO serão pontuados os Títulos:

a) não encaminhados, mesmo que estiverem relacionados no Formulário de Títulos;

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211118.028.286647.155.0000004851-65**

**Recurso:** Interposição de recurso de acordo com o item 10.1 alínea "e". Em conformidade com o Formulário de Inscrição, vide comprovante anexo, não foram computados os títulos, ficando somente a nota de prova objetiva em caráter de classificação, o que prejudica minha colocação neste certame. Portanto requer que sejam analisados e computados os títulos encaminhados na inscrição.

**Resposta:**

INDEFERIDO.

A candidata não anexou os títulos em campo correto conforme previsto no edital de abertura item 9.6.1.

Cabe ressaltar ainda que o item 9.6.4. estabelece que é de responsabilidade única e exclusiva do candidato preencher corretamente o Formulário de Títulos, **bem como certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.**

A inscrição não se confunde com prova de títulos e os documentos anexados no momento da inscrição não são analisados como títulos.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.





MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



**ATO 012**

**Número do Protocolo: 20211117.028.286489.155.0000004852-26**

**Recurso:** Títulos contabilizados incorretamente, gostaria de uma revisão e nova contagem dos títulos, conforme edital contar graduação, os cinco cursos e o tempo de serviço

**Resposta:**

INDEFERIDO. Análise de argumentação.

Graduação: Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação graduação que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função, ou seja, o certificado apresentado pela candidata irá atender os requisitos mínimos para investidura no cargo.

Tempo de serviço: A candidata recebeu o máximo de pontos previsto no item 9.4. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS do edital.

Curso extracurriculares: A candidata obteve apenas a pontuação de 1 certificado apresentado de cursos, pois para receber a pontuação, cada certificado deveria ter sido anexado individualmente como determina o item 9.6.1 do edital de abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286530.155.0000004853-18**

**Recurso:** boa tarde eu preenchi o formulário mas na hora de enviar não foi, mas tenho o comprovante dos títulos em anexo .agora que vi que o pdf não tinha ido junto no anexo.

**Resposta:**

INDEFERIDO.

A candidata não anexou em campo próprio o formulário de títulos, documento obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura.

Cabe ressaltar ainda que o item 9.6.4. É responsabilidade única e exclusiva do candidato preencher corretamente o Formulário de Títulos, bem como certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

Documentos apresentados fora do período previsto no item 9.1 e de forma divergente à estabelecida no item 9.6.1, ambos do Edital de Abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286528.155.0000004854-86**

**Recurso:** Meu arquivo foi enviado mas , não constava o formulário em anexo, mas tenho preenchido o mesmo e achei que estava junto ,somente agora que verifiquei q não tinha ido junto no mesmo pdf.

**Resposta:**

INDEFERIDO.

A candidata não anexou em campo próprio o formulário de títulos, documento obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura.

Cabe ressaltar ainda que o item 9.6.4. É responsabilidade única e exclusiva do candidato preencher corretamente o Formulário de Títulos, bem como certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

Documentos apresentados fora do período previsto no item 9.1 e de forma divergente à estabelecida no item 9.6.1, ambos do Edital de Abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211114.028.286042.155.0000004855-92**

**Recurso:** Boa Tarde! Eu enviei a pós e a graduação as duas deu como reprovado, mas eu mandei tudo certo, na prova de título nenhuma das duas entrou.matrícula 227

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação pós graduação que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função, ou seja, o certificado apresentado pela candidata irá compor juntamente com o certificado de graduação em pedagogia para atender os requisitos mínimos para investidura no cargo.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido permanecendo a nota divulgada inalterada.

**Número do Protocolo: 20211114.028.286042.155.0000004856-91**

**Recurso:** Boa Tarde! Eu enviei a pós e a graduação as duas deu como reprovado, mas eu mandei tudo certo, na prova de título nenhuma das duas entrou.matrícula 227

**Resposta:**





MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



**ATO 012**

INDEFERIDO. Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação pós graduação que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função, ou seja, o certificado apresentado pela candidata irá compor juntamente com o certificado de graduação em pedagogia para atender os requisitos mínimos para investidura no cargo.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido permanecendo a nota divulgada inalterada.

**Número do Protocolo: 20211112.028.285960.155.0000004857-76**

**Recurso:** Boa tarde! não está certo fiquei zerada nos títulos sendo que sou pós graduada

**Resposta:**

INDEFERIDO. Não prospera a alegação da candidata, pois a mesma não anexou o formulário de títulos em campo próprio, documento obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286197.155.0000004858-68**

**Recurso:** minha pontuação dos títulos está errada, 4 cursos de 20 horas ou mais na área, cada curso vale 5 pontos isso.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Dos documentos apresentados pela candidata 4 foram passíveis de pontuação, demais cursos apresentados estavam em desacordo com o item 9.4. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS: item 5 no quadro demonstrativo: Cursos extracurriculares na área de atuação do cargo, com carga horária igual ou superior a 20 horas, obtidos nos últimos cinco e outros certificados por apresentarem o nome divergente com a inscrição e Formulário e não conter documento comprobatório de alteração de nome nos moldes do item 9.6.3 do Edital de Abertura.

Ainda no item 5. Cursos extracurriculares **01 por certificado**.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286185.155.0000004859-36**

**Recurso:** minha pontuação na classificação de títulos está errada, 4 cursos na área, tempo de serviço e graduação em pedagogia.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Dos documentos apresentados pela candidata apenas 2 foram possíveis de pontuação: Experiência por tempo de serviço e certificado de curso extracurricular da Semana Pedagógica e Ensino Híbrido de 40h/a. Ocorre que houve a reprovação dos demais pelos fatos de alguns serem com carga horária menor que 20 horas e outros por apresentarem o nome divergente com a inscrição e Formulário e não conter documento comprobatório de alteração de nome nos moldes do item 9.6.3 do Edital de Abertura. Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211112.028.285960.155.0000004860-710**

**Recurso:** Boa tarde! Estou zerada nos títulos sendo que sou Pós graduada na área e também tenho mais de 12 anos de experiência

**Resposta:**

INDEFERIDO. Não prospera a alegação da candidata, pois a mesma não anexou o formulário de títulos em campo próprio, documento obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211111.028.285762.155.0000004861-79**

**Recurso:** Não foram contabilizados os títulos na somatória da nota, sendo que foram enviados em tempo hábil e consta que foram aprovados.

**Resposta:**

INDEFERIDO, justificativa já foi objeto de recurso respondido anteriormente.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286266.155.0000004862-92**

**Recurso:** Não foi contabilizado minha pontuação para prova de títulos. Segue em anexo os documentos para comprovação.

**Resposta:**

INDEFERIDO.

A candidata não anexou em campo próprio o formulário de títulos, documento obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura.



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



**ATO 012**

Cabe ressaltar ainda que o item 9.6.4. É responsabilidade única e exclusiva do candidato preencher corretamente o Formulário de Títulos, bem como certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

Documentos apresentados fora do período previsto no item 9.1 e de forma divergente à estabelecida no item 9.6.1, ambos do Edital de Abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211111.028.285760.155.0000004863-39**

**Recurso:** Não foram contabilizados nenhum título Cujo foram enviados em tempo hábil e constam aprovados

**Resposta:**

INDEFERIDO. Não prospera a alegação da candidata, houve a pontuação do título em anexo em 2 pontos, porém, o mesmo deve ser retificado, pois houve apenas um período superior que atende ao estabelecido no Edital de Abertura, sendo os demais períodos inferiores a 4 meses e não podendo, conforme previsto no edital de abertura, ocorrer soma de meses dentro do mesmo ano ou anos diferentes. Sendo assim a nota desse título deve ser retificada passando a ser de apenas 1 pontos.

Tendo em vista a reanálise dos títulos da candidata por força desse recurso e com base no item 10.9 do Edital de Abertura fica determinada a retificação da nota final de títulos da candidata passando a ser de 5 pontos.

**Número do Protocolo: 20211113.028.285994.155.0000004864-21**

**Recurso:**

**Resposta:**

INDEFERIDO. Sem análise de mérito por ausência de justificativa.

**Número do Protocolo: 20211111.028.285760.155.0000004865-37**

**Recurso:** Não foram contabilizados nenhum título Cujo foram enviados em tempo hábil e constam aprovados

**Resposta:**

INDEFERIDO. Não prospera a alegação da candidata, houve a pontuação do título em anexo em 1 pontos.

A nota da prova de títulos sofreu reavaliação por força desse recurso, devendo a mesma ser retificada por edital.

**Número do Protocolo: 20211111.028.285760.155.0000004866-36**

**Recurso:** Não foram contabilizados nenhum título Cujo foram enviados em tempo hábil e constam aprovados

**Resposta:**

INDEFERIDO. Não prospera a alegação da candidata, houve a pontuação do título em anexo em 1 pontos.

A nota da prova de títulos sofreu reavaliação por força desse recurso, devendo a mesma ser retificada por edital.

**Número do Protocolo: 20211111.028.285762.155.0000004867-73**

**Recurso:** Não foram contabilizados nenhum título Cujo foram enviados em tempo hábil e constam aprovados

**Resposta:**

DEFERIDO. Prospera a alegação da candidata de que não houve a pontuação do título em anexo devendo o mesmo ser pontuado em 1 ponto, pois houve apenas 1 período superior a 6 meses, sendo os demais inferiores a 6 meses e não podendo, conforme previsto no edital de abertura, ocorrer soma de meses dentro do mesmo ano ou anos diferentes.

Sendo assim, fica DEFERIDO o acréscimo de 1 ponto correspondente ao título apresentado, devendo ainda serem reanalisados todos os títulos que foram apresentados dentro do prazo e formas previstos no edital de abertura e a nota final da prova de títulos ser devidamente retificada.

**Número do Protocolo: 20211111.028.285762.155.0000004868-72**

**Recurso:** Não foram contabilizados nenhum título Cujo foram enviados em tempo hábil e constam aprovados

**Resposta:**

INDEFERIDO, justificativa já foi objeto de recurso respondido anteriormente.

**Número do Protocolo: 20211111.028.285762.155.0000004869-71**

**Recurso:** Não foram contabilizados nenhum título Cujo foram enviados em tempo hábil e constam aprovados

**Resposta:**

DEFERIDO. Prospera a alegação de não contabilização dos pontos, sendo os mesmos revisados e a nota da prova de títulos será retificada através do resultado, conforme a pontuação obtida pela candidata, nos moldes do item 10.9 do edital de abertura.



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



ATO 012

**Número do Protocolo: 20211111.028.285762.155.0000004870-77**

**Recurso:** Não foram contabilizados nenhum título cujo foram enviados em tempo hábil e constam aprovados

**Resposta:**

DEFERIDO. Prospera a alegação de não contabilização dos pontos, sendo os mesmos revisados e a nota da prova de títulos será retificada através do resultado, conforme a pontuação obtida pela candidata, nos moldes do item 10.9 do edital de abertura.

**Número do Protocolo: 20211111.028.285762.155.0000004871-76**

**Recurso:** Não foram contabilizados nenhum título cujo foram enviados em tempo hábil e constam aprovados

**Resposta:**

DEFERIDO. Prospera a alegação de não contabilização dos pontos, sendo os mesmos revisados e a nota da prova de títulos será retificada através do resultado, conforme a pontuação obtida pela candidata, nos moldes do item 10.9 do edital de abertura.

**Número do Protocolo: 20211113.028.285994.155.0000004872-210**

**Recurso:** Por favor, gostaria de saber por que não pontuei nos títulos? Haja visto que enviei toda a documentação, no ato da inscrição, Diploma, comprovação de tempo de serviço, anexo preenchido e escaneado com os dados de todos os documentos que estava anexando.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme item: 9.6.1. **Após concluir a inscrição**, o candidato deverá clicar no campo "Títulos" que se encontra na "área do candidato" e ADICIONAR cada um dos seus títulos no campo relativo à respectiva categoria de titulação, conforme a grade de pontuação dos títulos, item deste edital, devendo, obrigatoriamente, ANEXAR cada documento individualmente digitalizado e salvo em arquivo único, nas extensões PDF ou JPG, cujo tamanho máximo deve ser de 2MB.

Cabe ressaltar ainda que o item 9.6.4. É responsabilidade única e exclusiva do candidato preencher corretamente o Formulário de Títulos, bem como certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211113.028.285995.155.0000004873-98**

**Recurso:** Por favor, gostaria de saber por que não pontuei nos títulos? Haja visto que enviei toda a documentação, no ato da inscrição, Diploma, comprovação de tempo de serviço, anexo preenchido e escaneado com os dados de todos os documentos que estava anexando.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme item: 9.6.1. **Após concluir a inscrição**, o candidato deverá clicar no campo "Títulos" que se encontra na "área do candidato" e ADICIONAR cada um dos seus títulos no campo relativo à respectiva categoria de titulação, conforme a grade de pontuação dos títulos, item deste edital, devendo, obrigatoriamente, ANEXAR cada documento individualmente digitalizado e salvo em arquivo único, nas extensões PDF ou JPG, cujo tamanho máximo deve ser de 2MB.

Cabe ressaltar ainda que o item 9.6.4. É responsabilidade única e exclusiva do candidato preencher corretamente o Formulário de Títulos, bem como certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286539.155.0000004874-42**

**Recurso:** Anexei meus títulos, mas aparece na minha classificação de títulos com pontuação 0. solicito verificação.

**Resposta:**

PARCIALMENTE DEFERIDO. Prospera a alegação da candidata quanto a pontuação da experiência profissional, porém quanto a pontuação da graduação e pós-graduação não há que se falar em pontuação tendo em vista que ambos os diplomas são requisitos para investidura no cargo pretendido conforme item 9.4 do edital. Sendo assim fica PARCIALMENTE DEFERIDO o recurso devendo a nota da prova de experiência profissional ser considerada 04 pontos.

Com base no exposto, a nota da prova de títulos deve ser alterada para 04 pontos.

**Número do Protocolo: 20211118.028.286639.155.0000004875-110**

**Recurso:** Boa noite, conforme edital a pontuação da graduação conta 3,5 porém não foi contabilizado. Com relação aos cursos de aperfeiçoamento tem 5 certificados no mesmo PDF, mas contabilizaram apenas 1 ponto... ou seja contabilizaram somente a pós 4,5, tempo de serviço 2 pontos, e apenas 1 ponto pelo PDF que contém os 5 cursos... Por



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



**ATO 012**

isso gostaria de uma recontagem nos títulos, contabilizando além do PDF contendo os 5 cursos também os pontos da graduação... Obrigada

**Resposta:**

INDEFERIDO. Análise de argumentação.

Graduação: Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação graduação que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função, ou seja, o certificado apresentado pela candidata irá atender os requisitos mínimos para investidura no cargo.

Pós-Graduação: A candidata recebeu a pontuação.

Tempo de serviço: A candidata recebeu o 2 pontos previsto no item 9.4. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS do edital.

Curso extracurriculares: A candidata obteve apenas a pontuação de 1 certificado apresentado de cursos, pois para receber a pontuação, cada certificado deveria ter sido anexado individualmente como determina o item 9.6.1 do edital de abertura.

Cabe ressaltar ainda que o item 9.6.4. É responsabilidade única e exclusiva do candidato preencher corretamente o Formulário de Títulos, bem como certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

Vale especificar que a candidata em sua argumentação de recurso informa que anexou em um mesmo arquivo os certificados e foi concedido a pontuação para 1 certificado conforme edital.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211110.028.285739.155.0000004876-95**

**Recurso:** Solicito a interposição de recursos ao resultado da Classificação Provisória da Nota da Prova de Títulos; pois não consta como anexo o formulário e as cópias dos cursos da área e, hoje foi possível visualizar a falta de pontuação dos mesmos. Tenho o curso de Magistério e, também, participei de diversos cursos na área nos últimos anos e busco uma vaga para atuar como Professora na Educação Infantil, por isso estou enviando novamente os documentos, em um único arquivo, para análise de comprovação dos títulos apresentados na inscrição sob os moldes do edital para validação de pontos.

**Resposta:**

INDEFERIDO.

A candidata não anexou o formulário de títulos, documento obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura.

Cabe ressaltar ainda que o item 9.6.4. É responsabilidade única e exclusiva do candidato preencher corretamente o Formulário de Títulos, bem como certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

Documentos apresentados fora do período previsto no item 9.1 e de forma divergente à estabelecida no item 9.6.1, ambos do Edital de Abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211108.028.285594.155.0000004877-49**

**Recurso:** Não pontuaram meu curso do magistério

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme o edital de abertura, retificado pelo Ato 01, certificado de magistério não recebe pontos, pois não é um dos documentos relacionados no quadro do item 9.4.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211112.028.285925.155.0000004878-62**

**Recurso:** Minha pontuação de títulos não foi contabilizada. Segue a documentação para correção.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação graduação que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função, ou seja, o certificado apresentado pela candidata de graduação em pedagogia é um dos requisitos para atender o mínimo para investidura no cargo.

Outro fato pela reprovação do documento apresentado é que o mesmo está apenas o verso onde não consta o nome da candidata.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



**ATO 012**

**Número do Protocolo: 20211112.028.285925.155.0000004879-61**

**Recurso:** Minha pontuação de títulos não foi contabilizada . Segue a documentação para correção.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Documentos apresentados fora do período previsto no item 9.1 e de forma divergente à estabelecida no item 9.6.1, ambos do Edital de Abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211112.028.285927.155.0000004880-1010**

**Recurso:** Minha pontuação de títulos não foi contabilizada . Segue a documentação para correção.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Documentos apresentados fora do período previsto no item 9.1 e de forma divergente à estabelecida no item 9.6.1, ambos do Edital de Abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286578.155.0000004881-35**

**Recurso:** Área de títulos zerada

**Resposta:**

INDEFERIDO. Sem análise de mérito por ausência de justificativa.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286479.155.0000004882-34**

**Recurso:** Boa noite. Mande a documentação para a comprovação da prova de títulos, porém ao enviar deu erro no sistema, ,as o arquivo que comprova que tenho pós estava bem nitido e tinha como ver, porém ao sair as notas preliminares observei que não contabilizou a minha nota na prova de títulos. Aguardo sua solução. OBRIGADA

**Resposta:**

INDEFERIDO.

A candidata não anexou o formulário de títulos, documento obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286414.155.0000004883-101**

**Recurso:** Solicito a revisão dos meus títulos, pois, ao verificar minha pontuação consta zerado meu título de especialização em Atendimento Educacional Especializado

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme previsto no Quadro de Títulos, item 9.4 do Edital de Abertura, somente recebe pontuação pós graduação que não seja a utilizada como requisito/habilitação para ingresso na função, ou seja, o certificado apresentado pela candidata irá compor juntamente com o certificado de graduação em pedagogia para atender os requisitos mínimos para investidura no cargo.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido permanecendo a nota divulgada inalterada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286417.155.0000004884-18**

**Recurso:** Solicito a revisão da minha pontuação do tempo de serviço, pois ao consultar observei que não possui pontuação.

**Resposta:**

DEFERIDO. Prospera a alegação da candidata quanto a pontuação da experiência profissional, sendo assim fica DEFERIDO o recurso devendo a nota da prova de experiência profissional ser considerada 05 pontos.

**Número do Protocolo: 20211115.028.286124.155.0000004885-86**

**Recurso:** Gostaria de rever a pontuação dos títulos, pois como anexado, possuo 2 pós graduações, uma graduação e alguns cursos na área, sendo que a soma não bate com a pontuação da prova de Títulos.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme o item: 9.4. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS:

I. O candidato somente poderá apresentar **um único Título em cada categoria** (um para Doutorado; um para Mestrado; **um para Especialização**; um para Graduação, e; um para Curso de Nível Médio, na modalidade Normal ou equivalente).

Sendo assim a segunda pós-graduação não é pontuada.

Com relação a graduação, conforme previsto no edital de abertura, item 9.4, não é pontuada graduação que é requisito para investir-se no cargo.



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



**ATO 012**

Curso da referida candidata reprovado por não atender o requisito mínimo de 20 horas.  
Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211118.028.286716.155.0000004886-54**

**Recurso:** Gostaria de rever a pontuação dos títulos, pois como anexado, possui 2 pós graduações, uma graduação e alguns cursos na área, sendo que a soma não bate com a pontuação da prova de Títulos.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Conforme o item: 9.4. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS:

I. O candidato somente poderá apresentar **um único Título em cada categoria** (um para Doutorado; um para Mestrado; **um para Especialização**; um para Graduação, e; um para Curso de Nível Médio, na modalidade Normal ou equivalente).

Sendo assim a segunda pós-graduação não é pontuada.

Com relação a graduação, conforme previsto no edital de abertura, item 9.4, não é pontuada graduação que é requisito para investir-se no cargo.

Curso da referida candidata reprovado por não atender o requisito mínimo de 20 horas.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286481.155.0000004887-22**

**Recurso:** Gostaria de uma revisão na prova de títulos. Conhecemos pessoas que nem Pós-Graduação tem e está com pontuação de Pós. Estou reenviando minha documentação, pois tenho Pós-Graduação e não estou com pontuação. Obrigada.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Não há conforme estabelecido no item 9.6.1 do edital de abertura, documentos anexados pela candidata.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211114.028.286026.155.0000004888-52**

**Recurso:** Acerca da nota de título, venho a reclamar sobre a não pontuação dada a minha pós graduação, a nível de especialização.

**Resposta:**

INDEFERIDO.

O candidato não anexou o formulário de títulos, documento obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211115.028.286119.155.0000004889-44**

**Recurso:** Não foi somado meus cursos

**Resposta:**

INDEFERIDO. Não há conforme estabelecido no item 9.6.1 do edital de abertura, documentos anexados pela candidata.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211115.028.286122.155.0000004890-410**

**Recurso:** Não foi somado a nota dos meus cursos

**Resposta:**

INDEFERIDO. Não há conforme estabelecido no item 9.6.1 do edital de abertura, documentos anexados pela candidata.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211115.028.286119.155.0000004891-49**

**Recurso:** Não foi somado a nota dos meus cursos

**Resposta:**

INDEFERIDO. Não há conforme estabelecido no item 9.6.1 do edital de abertura, documentos anexados pela candidata.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211115.028.286119.155.0000004892-48**

**Recurso:** Não foi somado a nota dos meus cursos

**Resposta:**

INDEFERIDO. Não há conforme estabelecido no item 9.6.1 do edital de abertura, documentos anexados pela candidata.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.





MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



**ATO 012**

**Número do Protocolo: 20211115.028.286119.155.0000004893-47**

**Recurso:** Não foi somado a nota dos meus cursos

**Resposta:**

INDEFERIDO. Não há conforme estabelecido no item 9.6.1 do edital de abertura, documentos anexados pela candidata. Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211112.028.285960.155.0000004894-39**

**Recurso:** Bom dia ! Estou enviando os meus títulos novamente visto que fiquei zerada nos títulos pesso por gentileza que revejam minha classificação pois sou graduada, pós graduada e tenho tempo de serviço na área de educação infantil. Agradeço desde já a compreensão.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Não prospera a alegação da candidata, pois a mesma não anexou o formulário de títulos em campo próprio, documento obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura. Não são considerados válidos documentos enviados fora dos moldes e prazos previstos no edital de abertura. Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286552.155.0000004895-910**

**Recurso:** Não foi colocado os títulos e o tempo de serviço. Tempo de serviço de 10 anos e todos os títulos.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Documento enviado fora dos moldes previstos no item 9.6.1 do edital de abertura. Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211109.028.285639.155.0000004896-82**

**Recurso:** Diploma: Arquivo enviado, mas postado na opção de graduação errada. Não a conseguindo a editar para o envio na opção correta. Extracurricular: Documento não enviado por falta de informações da plataforma para envio nos documentos, havia pedido informação para enviá-lo.

**Resposta:**

INDEFERIDO.

O candidato não anexou o formulário de títulos, documento obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura.

Cabe ressaltar ainda que o item 9.6.4. É responsabilidade única e exclusiva do candidato preencher corretamente o Formulário de Títulos, bem como certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

Ainda sim vale ressaltar que o diploma anexado pelo candidato é requisito para investidura no cargo e de acordo com o edital no item 9.4: não é pontuada graduação que é requisito para investir-se no cargo.

**Número do Protocolo: 20211115.028.286107.155.0000004897-12**

**Recurso:** Estou entrando com recurso, pois tenho títulos de graduação e pos graduação em NEXO.

**Resposta:**

INDEFERIDO.

A candidata não anexou o formulário de títulos, documento obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211113.028.286007.155.0000004898-42**

**Recurso:** Estou entrando em recurso, pois tenho título sou graduada, diploma em anexo.

**Resposta:**

INDEFERIDO.

A candidata não anexou em campo próprio o formulário de títulos bem como demais documentos, procedimento este obrigatório para consideração dos títulos, conforme item 9.6.2 e 9.6.4 do edital de abertura.

Cabe ressaltar ainda que o item 9.6.4. É responsabilidade única e exclusiva do candidato preencher corretamente o Formulário de Títulos, bem como certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

Documentos apresentados fora do período previsto no item 9.1 e de forma divergente à estabelecida no item 9.6.1, ambos do Edital de Abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



**ATO 012**

**Número do Protocolo: 20211111.028.285864.155.0000004899-41**

**Recurso:** Prezados senhores, venho através deste pedir que seja analisado os títulos em nome de Fernanda de Freitas Nogueira / Fernanda de Freitas, por tratar-se da mesma pessoa que efetuou a inscrição cujo número é 0144 para o processo seletivo da cidade de Curitiba-SC para professor de séries iniciais 20 horas habilitado. Pois no ato da inscrição o sistema não aceitou o envio de toda a documentação. Atenciosamente, Fernanda de Freitas. 754.940.199-34

**Resposta:**

INDEFERIDO. Nome diverso da inscrição e não foi juntado o documento obrigatório conforme item 9.6.3 do edital de abertura.

Considerando o item 9.9. NÃO serão pontuados os Títulos:

g) que apresentem o nome do candidato incompleto, abreviado, com erros de digitação ou, ainda, diferente da inscrição e/ou dos documentos apresentados para comprovação;

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211111.028.285864.155.0000004900-46**

**Recurso:** Prezados senhores, venho através deste pedir que seja analisado os títulos em nome de Fernanda de Freitas Nogueira / Fernanda de Freitas, por tratar-se da mesma pessoa que efetuou a inscrição cujo número é 0144 para o processo seletivo da cidade de Curitiba-SC para professor de séries iniciais 20 horas habilitado. Pois no ato da inscrição o sistema não aceitou o envio de toda a documentação. Atenciosamente, Fernanda de Freitas. 754.940.199-34

**Resposta:**

INDEFERIDO. Nome diverso da inscrição e não foi juntado o documento obrigatório conforme item 9.6.3 do edital de abertura.

Considerando o item 9.9. NÃO serão pontuados os Títulos:

g) que apresentem o nome do candidato incompleto, abreviado, com erros de digitação ou, ainda, diferente da inscrição e/ou dos documentos apresentados para comprovação;

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211111.028.285864.155.0000004901-45**

**Recurso:** Prezados senhores, venho através deste pedir que seja analisado os títulos em nome de Fernanda de Freitas Nogueira / Fernanda de Freitas, por tratar-se da mesma pessoa que efetuou a inscrição cujo número é 0144 para o processo seletivo da cidade de Curitiba-SC para professor de séries iniciais 20 horas habilitado. Pois no ato da inscrição o sistema não aceitou o envio de toda a documentação. Atenciosamente, Fernanda de Freitas. 754.940.199-34

**Resposta:**

INDEFERIDO. Nome diverso da inscrição e não foi juntado o documento obrigatório conforme item 9.6.3 do edital de abertura.

Considerando o item 9.9. NÃO serão pontuados os Títulos:

g) que apresentem o nome do candidato incompleto, abreviado, com erros de digitação ou, ainda, diferente da inscrição e/ou dos documentos apresentados para comprovação;

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211111.028.285864.155.0000004902-44**

**Recurso:** Prezados senhores, venho através deste pedir que seja analisado os títulos em nome de Fernanda de Freitas Nogueira / Fernanda de Freitas, por tratar-se da mesma pessoa que efetuou a inscrição cujo número é 0144 para o processo seletivo da cidade de Curitiba-SC para professor de séries iniciais 20 horas habilitado. Pois no ato da inscrição o sistema não aceitou o envio de toda a documentação. Atenciosamente, Fernanda de Freitas. 754.940.199-34

**Resposta:**

INDEFERIDO. Nome diverso da inscrição e não foi juntado o documento obrigatório conforme item 9.6.3 do edital de abertura.

Considerando o item 9.9. NÃO serão pontuados os Títulos:

g) que apresentem o nome do candidato incompleto, abreviado, com erros de digitação ou, ainda, diferente da inscrição e/ou dos documentos apresentados para comprovação;

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211111.028.285864.155.0000004903-43**

**Recurso:** Prezados senhores, venho através deste pedir que seja analisado os títulos em nome de Fernanda de Freitas Nogueira / Fernanda de Freitas, por tratar-se da mesma pessoa que efetuou a inscrição cujo número é 0144 para o processo seletivo da cidade de Curitiba-SC para professor de séries iniciais 20 horas habilitado. Pois no ato da inscrição o sistema não aceitou o envio de toda a documentação. Atenciosamente, Fernanda de Freitas. 754.940.199-34

**Resposta:**





MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



**ATO 012**

INDEFERIDO. Nome diverso da inscrição e não foi juntado o documento obrigatório conforme item 9.6.3 do edital de abertura.

Considerando o item 9.9. NÃO serão pontuados os Títulos:

g) que apresentem o nome do candidato incompleto, abreviado, com erros de digitação ou, ainda, diferente da inscrição e/ou dos documentos apresentados para comprovação;

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211111.028.285864.155.0000004904-42**

**Recurso:** Prezados senhores, venho através deste pedir que seja analisado os títulos em nome de Fernanda de Freitas Nogueira / Fernanda de Freitas, por tratar-se da mesma pessoa que efetuou a inscrição cujo número é 0144 para o processo seletivo da cidade de Curitiba-SC para professor de séries iniciais 20 horas habilitado. Pois no ato da inscrição o sistema não aceitou o envio de toda a documentação. Atenciosamente, Fernanda de Freitas. 754.940.199-34

**Resposta:**

INDEFERIDO. Nome diverso da inscrição e não foi juntado o documento obrigatório conforme item 9.6.3 do edital de abertura.

Considerando o item 9.9. NÃO serão pontuados os Títulos:

g) que apresentem o nome do candidato incompleto, abreviado, com erros de digitação ou, ainda, diferente da inscrição e/ou dos documentos apresentados para comprovação;

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211111.028.285864.155.0000004905-41**

**Recurso:** Prezados senhores, venho através deste pedir que seja analisado os títulos em nome de Fernanda de Freitas Nogueira / Fernanda de Freitas, por tratar-se da mesma pessoa que efetuou a inscrição cujo número é 0144 para o processo seletivo da cidade de Curitiba-SC para professor de séries iniciais 20 horas habilitado. Pois no ato da inscrição o sistema não aceitou o envio de toda a documentação. Atenciosamente, Fernanda de Freitas. 754.940.199-34

**Resposta:**

INDEFERIDO. Nome diverso da inscrição e não foi juntado o documento obrigatório conforme item 9.6.3 do edital de abertura.

Considerando o item 9.9. NÃO serão pontuados os Títulos:

g) que apresentem o nome do candidato incompleto, abreviado, com erros de digitação ou, ainda, diferente da inscrição e/ou dos documentos apresentados para comprovação;

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211114.028.286042.155.0000004906-57**

**Recurso:** Boa tarde! Não foi considerado meus títulos acredito que por estarem em PDF tamanho até 2MB, estou reenviando os arquivos Graduação ou Pós )

**Resposta:**

INDEFERIDO. Documentos apresentados fora do período previsto no item 9.1 e de forma divergente à estabelecida no item 9.6.1, ambos do Edital de Abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286476.155.0000004907-87**

**Recurso:** Olá! Peço que seja reanalisado minha classificação no resultado preliminar de títulos foi anexado 5 títulos no campo títulos assim como foi preenchido a folha com o nome de cada certificado e anexado tbm. Favor colocar minha colocação corretamente .obrigada.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Curso extracurriculares: A candidata obteve apenas a pontuação de 1 certificado apresentado de cursos, pois para receber a pontuação, cada certificado deveria ter sido anexado individualmente como determina o item 9.6.1 do edital de abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286393.155.0000004908-86**

**Recurso:** Estou entrando com recurso, porque não recebi nota de alguns cursos e nem nota do meu tempo de serviço,tenho 10 anos de serviço,gostaria de saber o que aconteceu obrigada.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Análise de argumentação.

Tempo de serviço: A candidata deixou de anexar o comprovante de experiência profissional em campo próprio conforme o item 9.6.1. Após concluir a inscrição, o candidato deverá clicar no campo "Títulos" que se encontra na "área do



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



**ATO 012**

candidato" e **ADICIONAR CADA UM DOS SEUS TÍTULOS NO CAMPO RELATIVO À RESPECTIVA CATEGORIA DE TITULAÇÃO**, conforme a grade de pontuação dos títulos, item deste edital, devendo, obrigatoriamente, ANEXAR cada documento individualmente digitalizado e salvo em arquivo único, nas extensões PDF ou JPG, cujo tamanho máximo deve ser de 2MB.

Cabe ressaltar ainda que o item 9.6.4. É responsabilidade única e exclusiva do candidato preencher corretamente o Formulário de Títulos, bem como certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

Curso extracurriculares: A candidata obteve a máxima pontuação prevista no item 9.4. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286393.155.0000004909-85**

**Recurso:**

**Resposta:**

INDEFERIDO. Sem análise de mérito por ausência de justificativa.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286393.155.0000004910-81**

**Recurso:** Estou entrando com recurso, não recebi nota, em alguns cursos e no tempo de serviço, gostaria de saber o que aconteceu, obrigada.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Análise de argumentação.

Tempo de serviço: A candidata deixou de anexar o comprovante de experiência profissional em campo próprio conforme o item 9.6.1. Após concluir a inscrição, o candidato deverá clicar no campo "Títulos" que se encontra na "área do candidato" e **ADICIONAR CADA UM DOS SEUS TÍTULOS NO CAMPO RELATIVO À RESPECTIVA CATEGORIA DE TITULAÇÃO**, conforme a grade de pontuação dos títulos, item deste edital, devendo, obrigatoriamente, ANEXAR cada documento individualmente digitalizado e salvo em arquivo único, nas extensões PDF ou JPG, cujo tamanho máximo deve ser de 2MB.

Cabe ressaltar ainda que o item 9.6.4. É responsabilidade única e exclusiva do candidato preencher corretamente o Formulário de Títulos, bem como certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

Curso extracurriculares: A candidata obteve a máxima pontuação prevista no item 9.4. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286253.155.0000004911-59**

**Recurso:** Fiquei em 3º lugar na chamada, porém a 2ª colocada tem a mesma pontuação, de 80 pontos. Contudo, ela é mais nova, qual foi o critério de desempate?

**Resposta:**

INDEFERIDO. No caso em tela o desempate está correto, sendo que foram aplicados as regras constantes no edital de abertura:

11.5 Obtendo os candidatos idêntica pontuação final, serão utilizados **os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:**

*b) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;*

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a classificação divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286430.155.0000004912-96**

**Recurso:** Mudar para habilitado

**Resposta:**

INDEFERIDO. Sem análise de mérito tendo em vista que a justificativa não é objeto de recursos, e não há alteração de cargos.

**Número do Protocolo: 20211116.028.286360.155.0000004913-95**

**Recurso:** Envio de títulos para pontuação, Pós Graduação e tempo de serviço no município.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Documentos apresentados fora do período previsto no item 9.1 e de forma divergente à estabelecida no item 9.6.1, ambos do Edital de Abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



**ATO 012**

**Número do Protocolo: 20211117.028.286570.155.0000004914-25**

**Recurso:** Envio de títulos para pontuação, Pós Graduação e tempo de serviço no município.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Documentos apresentados fora do período previsto no item 9.1 e de forma divergente à estabelecida no item 9.6.1, ambos do Edital de Abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286570.155.0000004915-24**

**Recurso:** envio de título para pontuação

**Resposta:**

INDEFERIDO. Sem análise de mérito por ausência de justificativa.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286570.155.0000004916-23**

**Recurso:** Envio de títulos , Pós Graduação e tempo para pontuação.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Documentos apresentados fora do período previsto no item 9.1 e de forma divergente à estabelecida no item 9.6.1, ambos do Edital de Abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286570.155.0000004917-22**

**Recurso:** Envio de títulos , Pós Graduação e tempo para pontuação.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Documentos apresentados fora do período previsto no item 9.1 e de forma divergente à estabelecida no item 9.6.1, ambos do Edital de Abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286570.155.0000004918-21**

**Recurso:** Envio de títulos , Pós Graduação e tempo de serviço para pontuação.

**Resposta:**

INDEFERIDO. Documentos apresentados fora do período previsto no item 9.1 e de forma divergente à estabelecida no item 9.6.1, ambos do Edital de Abertura.

Com base nas informações fica INDEFERIDO o pedido, permanecendo inalterada a nota divulgada.

**Número do Protocolo: 20211117.028.286472.155.0000004919-99**

**Recurso:** Não recebi devida justificativa da reprovação do meu título de informática, tendo em vista que devido a pandemia os dois últimos anos exigiram capacitação e atualização tecnológica dos profissionais de educação, principalmente para o ensino remoto.

**Resposta:**

DEFERIDO. Prospera a alegação da candidata, pois a informática será utilizada para aplicar as aulas, tanto de forma remota quanto de forma presencial, tendo em vista o cenário atual.

Com base no exposto fica DEFERIDO o recurso devendo a nota da candidata ser retificada sendo acrescido na nota da prova de títulos 1 ponto.

1.1. Não houve recurso quanto as notas da prova objetiva.

1.2. Houve por força de recurso alteração de notas da prova de títulos.

**2. DOS RESULTADOS E DESEMPATES:**

2.1. Pelo fato do deferimento de recursos e havendo alteração de notas referente à prova de títulos, retifica-se o resultado divulgado pelo Ato 11 passando a valer o que segue constante no Anexo I deste Edital.

2.2. Considerando que houve empate técnico, onde a aplicação dos requisitos previstos no Edital de Abertura não foram suficientes para sanar o empate, fica estabelecido a realização de sorteio público, conforme



**MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021**  
**REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS**



**ATO 012**

previsto no item 11.8 do Edital de Abertura, somente para os candidatos onde não houve a possibilidade de desempatar pelo critérios estabelecidos no item 11.5 do mesmo edital.

2.3. A relação dos candidatos referentes aos cargos para sorteio público para desempate de classificação estão no Anexo II deste edital.

2.3.1.A classificação para os candidatos constantes no Anexo II, somente será definitivo após a realização do sorteio público e nova divulgação do resultado final.

**Registre-se e publique-se**

Curitibanos-SC , 04 de janeiro de 2022.

**Kleberson Luciano Lima**  
**Prefeito Municipal**



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS

ATO 012

ANEXO I

## RESULTADO PRELIMINAR RETIFICADO

ED ESP 2º PROFESSOR - HABILITADO 20H												
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.	
0439	ANDRÉIA ANDRÉ DE SOUZA	20,00	25,00	20,00	20,00	85,00	10,50	95,50	APROVADO(A)	1º	29/08/1991	
0235	FERNANDA DE FREITAS	25,00	20,00	15,00	25,00	85,00	5,00	90,00	APROVADO(A)	2º	28/12/1971	
0452	BRUNA DE OLIVEIRA LOPES	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	3,00	88,00	APROVADO(A)	3º	05/10/1991	
0091	ANA PAULA FERREIRA CORDEIRO DO PRADO	20,00	20,00	20,00	20,00	80,00	3,00	83,00	APROVADO(A)	4º	05/09/1994	
0107	FLAVIANE DUARTE RODRIGUES	10,00	20,00	20,00	25,00	75,00	7,50	82,50	APROVADO(A)	5º	30/07/1986	
0293	LUCÉLIA CORRÊA	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	10,50	80,50	APROVADO(A)	6º	09/01/1980	
0046	NORMA REGINA FAEDO	25,00	15,00	15,00	20,00	75,00	4,00	79,00	APROVADO(A)	7º	18/05/1968	
0065	THANIA APARECIDA FERNANDES	15,00	15,00	20,00	20,00	70,00	6,00	76,00	APROVADO(A)	8º	06/12/1982	
0225	NATHALIA AMADO GONÇALVES	15,00	25,00	20,00	15,00	75,00	1,00	76,00	APROVADO(A)	9º	12/01/1992	
0102	ERONITA SANTOS DA SILVA	15,00	20,00	20,00	15,00	70,00	6,00	76,00	APROVADO(A)	10º	26/10/1966	
0147	FABIANA LÚCIA ZIERO	10,00	25,00	15,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	11º	23/06/1978	
0238	LIDIANE BALBINOTT	10,00	20,00	20,00	20,00	70,00	4,00	74,00	APROVADO(A)	12º	26/07/1983	
0230	PATRICIA FERREIRA	15,00	10,00	15,00	25,00	65,00	8,00	73,00	APROVADO(A)	13º	11/01/1984	
0227	IRIS RIBAS FERREIRA	10,00	25,00	15,00	20,00	70,00	3,00	73,00	APROVADO(A)	14º	17/07/1984	
0221	ROSE DOS SANTOS AYRES	10,00	25,00	20,00	15,00	70,00	2,00	72,00	APROVADO(A)	15º	23/06/1981	
0365	SAMARA ALVES	15,00	10,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	16º	08/03/1995	
0236	LUCIANA APARECIDA LUCIANO	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	17º	15/08/1972	
0198	SIMONE SÖETT	10,00	20,00	20,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	18º	20/02/1984	
0072	NADINE DÉBORA SANTOS	5,00	15,00	20,00	25,00	65,00	4,50	69,50	APROVADO(A)	19º	07/08/1992	
0267	LUCIANA DA COSTA OLIVEIRA	10,00	5,00	20,00	20,00	55,00	11,50	66,50	APROVADO(A)	20º	02/11/1973	
0508	SIMONE LEITE BETTIN PRESTES	10,00	15,00	20,00	20,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	21º	04/11/1986	
0485	MARIZETE APARECIDA CORREA	10,00	10,00	20,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	22º	04/01/1974	
0569	ARIANE DE LIZ	5,00	20,00	15,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	23º	11/12/1990	
0517	JANETE BORBA	0,00	25,00	15,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	24º	07/02/1985	

Página 20 de 45  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
www.eplconcursos.com.br



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS

**ATO 012**

0045	DANIELA APARECIDA RODRIGUES DE SOUZA	10,00	5,00	15,00	20,00	50,00	6,50	56,50	APROVADO(A)	25º	13/09/1995
0455	FRANCSLAINE SANTOS DE SOUZA	10,00	10,00	15,00	15,00	50,00	3,00	53,00	APROVADO(A)	26º	09/09/1991
0318	LUCIANA EVARISTO DE CAMARGO	10,00	15,00	15,00	10,00	50,00	2,00	52,00	APROVADO(A)	27º	27/05/1981
0298	NOEMI ALBERTON	0,00	10,00	15,00	20,00	45,00	6,00	51,00	APROVADO(A)	28º	25/10/1967
0581	KELLI APARECIDA RIBEIRO GOMES	10,00	10,00	10,00	20,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	29º	18/11/1981
0500	EDINÉIA DE FÁTIMA MILOME	10,00	5,00	10,00	20,00	45,00	4,00	49,00	APROVADO(A)	30º	26/04/1973

**ED ESP 2º PROFESSOR - HABILITADO 30H**

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0191	MARIZETE PROENÇA AMARAL DE SOUZA	5,00	5,00	10,00	20,00	40,00	0,00	40,00	APROVADO(A)	1º	26/01/1978

**ED ESP 2º PROFESSOR - HABILITADO 40H**

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0327	ALLISON CÉSAR DA ROCHA SARTOR	10,00	20,00	20,00	25,00	75,00	10,50	85,50	APROVADO(A)	1º	06/10/1987
0300	ALEXANDRA BATISTA FERREIRA CAMARGO	15,00	25,00	15,00	25,00	80,00	5,00	85,00	APROVADO(A)	2º	12/05/1986
0522	TAMARA APARECIDA MARINS CAMARGO	15,00	20,00	25,00	25,00	85,00	0,00	85,00	APROVADO(A)	3º	09/10/1987
0085	LUCIANA APARECIDA MEIRELLES	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	10,00	85,00	APROVADO(A)	4º	29/04/1973
0613	RUBIA MARTINS PETROWICHI	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	11,50	81,50	APROVADO(A)	5º	19/03/1977
0580	ANNA BEATRIZ CAETANO	15,00	20,00	20,00	20,00	75,00	6,50	81,50	APROVADO(A)	6º	13/06/1996
0242	ELIANE RODRIGUES DE SOUZA ALVES	15,00	20,00	20,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	7º	03/04/1974
0209	MADELAINE CRISTINE ZANATTA PEREIRA	15,00	10,00	15,00	25,00	65,00	10,50	75,50	APROVADO(A)	8º	18/08/1991
0370	EZILDA APARECIDA GREIM CITRA	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	9º	15/01/1972
0366	SUELLEN PADILHA DOS SANTOS	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	4,00	74,00	APROVADO(A)	10º	30/03/1999
0478	ANGENITA FERREIRA CORREA DE SOUZA	10,00	15,00	15,00	20,00	60,00	10,50	70,50	APROVADO(A)	11º	19/02/1981
0442	THAYSE ADRIANA DIAS DA CUNHA	10,00	15,00	15,00	20,00	60,00	10,00	70,00	APROVADO(A)	12º	10/12/1984
0005	SANDRA MARAIA ROSA ORTIZ	5,00	10,00	15,00	25,00	55,00	14,50	69,50	APROVADO(A)	13º	09/07/1974
0588	ZELEIDE SILVA DA ROCHA DE SOUZA	10,00	20,00	10,00	20,00	60,00	5,50	65,50	APROVADO(A)	14º	21/07/1980
0584	SALETE PEREIRA DA CRUZ	10,00	10,00	15,00	20,00	55,00	10,50	65,50	APROVADO(A)	15º	22/01/1967
0392	MICHELE APARECIDA HEINZ	5,00	15,00	15,00	20,00	55,00	10,50	65,50	APROVADO(A)	16º	25/09/1988



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS

ATO 012

0548	CLEONICE F C BARBOZA	10,00	20,00	20,00	15,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	17º	08/05/1980
0119	JAELEINE KRIEGER	15,00	10,00	15,00	20,00	60,00	4,00	64,00	APROVADO(A)	18º	13/03/1991
0120	ADRIANA LOURDES DA SILVA PEREIRA	10,00	15,00	10,00	20,00	55,00	6,00	61,00	APROVADO(A)	19º	09/03/1980
0306	LILI MARLENE BITTENCOURT	10,00	0,00	20,00	20,00	50,00	10,50	60,50	APROVADO(A)	20º	12/11/1960
0523	LILIAN FRITSCH BUSS	10,00	15,00	15,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	21º	21/05/1984
0493	ANGELA DO CARMO SANTIAGO	5,00	10,00	25,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	22º	01/03/1986
0287	JENNYFFER DA SILVA	5,00	0,00	20,00	25,00	50,00	7,00	57,00	APROVADO(A)	23º	16/06/1995
0056	ARLETE TERESINHA FOSSATTI	15,00	10,00	10,00	15,00	50,00	6,00	56,00	APROVADO(A)	24º	28/03/1961
0313	ALESSANDRA MARIA FIGUEIREDO DA SILVA	10,00	5,00	15,00	20,00	50,00	6,00	56,00	APROVADO(A)	25º	04/02/1975
0575	TÂNIA CARMEN RIBEIRO	5,00	15,00	10,00	25,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	26º	19/01/1984
0199	NILSA ALVES DOS SANTOS MANERICH	10,00	10,00	15,00	20,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	27º	28/11/1971
0359	MARIA IVANILDE BRITO	10,00	15,00	15,00	15,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	28º	12/04/1978
0079	JULIANA DE SOUZA CRUZ	5,00	5,00	10,00	25,00	45,00	7,00	52,00	APROVADO(A)	29º	07/01/1980
0088	EDILA DOS SANTOS	10,00	0,00	15,00	25,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	30º	05/03/1978
0423	LUCIANA APARECIDA TELLES	10,00	0,00	15,00	25,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	31º	15/12/1982
0342	ANA PAULA TORMEN HUBNER	10,00	10,00	10,00	20,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	32º	31/10/1984
0531	ELEIDE DUARTE LEMOS DOS SANTOS	10,00	5,00	20,00	15,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	33º	07/07/1970
0168	MARLI BOLZAN	5,00	10,00	10,00	15,00	40,00	0,00	40,00	APROVADO(A)	34º	18/12/1959
0262	SUELLEN REGINA RIBEIRO GOMES	5,00	0,00	10,00	20,00	35,00	0,00	35,00	APROVADO(A)	35º	14/05/1986
0124	BRUNA ANTUNES TARDIOLLE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	28/09/1990

ED ESP 2º PROFESSOR - NÃO HABILITADO 10H

ED ESP 2º PROFESSOR - NÃO HABILITADO 10H											
Inscrição	Candidato	L PORT		C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0290	AMANDA DE OLIVEIRA	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	1º	30/12/2001

ED ESP 2º PROFESSOR - NÃO HABILITADO 10H

ED ESP 2º PROFESSOR - NÃO HABILITADO 10H												
Inscrição	Candidato	L		C GER		C	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
		PORT	MAT	AI	ESP							
0031	VIVIANE DE CHAVES	15,00	20,00	15,00	20,00	70,00	5,00	75,00	APROVADO(A)	1º	02/05/1991	
0527	SABRINA BORGES DOS SANTOS	15,00	20,00	15,00	20,00	70,00	2,00	72,00	APROVADO(A)	2º	18/03/1991	

Página 22 de 45  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
www.eplconcursos.com.br



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS

ATO 012

ED ESP 2º PROFESSOR - NÃO HABILITADO 30H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0624	VALÉRIA DAS GRAÇAS CARRER	10,00	15,00	15,00	15,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	1º	25/05/1998

ED ESP 2º PROFESSOR - NÃO HABILITADO 40H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0542	ELISIANE DA SILVA VAZ SANTOS	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	1,00	86,00	APROVADO(A)	1º	05/09/1983
0387	CIRLENE APARECIDA ALVES DA CRUZ SOUZA	10,00	25,00	20,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	2º	20/07/1969
0312	ANGELA APARECIDA OLIVEIRA	10,00	20,00	15,00	20,00	65,00	5,00	70,00	APROVADO(A)	3º	01/08/1989
0565	MARILÉIA APARECIDA BELOTTO	15,00	15,00	15,00	20,00	65,00	1,00	66,00	APROVADO(A)	4º	24/07/1986
0466	SIMONE RODRIGUES CHAVES	10,00	5,00	20,00	25,00	60,00	5,00	65,00	APROVADO(A)	5º	11/11/1993
0175	VANESSA APARECIDA CARRER	15,00	15,00	20,00	15,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	6º	25/05/1998
0256	MARINA DE SOUZA FERNANDES	5,00	20,00	10,00	25,00	60,00	4,00	64,00	APROVADO(A)	7º	03/08/1992
0285	MARIANE DE SOUZA	5,00	10,00	20,00	25,00	60,00	1,00	61,00	APROVADO(A)	8º	11/07/1991
0417	ANDERLEIA ANTUNES PASINATO LEANDRO	10,00	15,00	10,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	9º	19/10/1989
0112	TAYNÁ HAHN PEICHÓ HALUPP	10,00	10,00	20,00	15,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	10º	01/09/1995
0020	GABRIELA FARIAS DE SOUSA	10,00	0,00	15,00	25,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	11º	28/11/1999
0349	SUELLEN BATISTA ALVES	15,00	5,00	10,00	20,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	12º	09/05/2000
0143	KARINE FREITAS PRADO	5,00	10,00	10,00	15,00	40,00	0,00	40,00	APROVADO(A)	13º	13/11/1991
0435	MORGANA CORREA FREITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	08/02/1997

PROF ARTES - HABILITADO 20H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0499	KATIA APARECIDA DE ALMEIDA	10,00	20,00	10,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	1º	25/11/1976
0607	JESSÉ ALVES DO PRADO	5,00	15,00	10,00	15,00	45,00	0,00	45,00	APROVADO(A)	2º	02/07/1989

Página 23 de 45  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
www.eplconcursos.com.br





MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS

ATO 012

PROF ARTES - HABILITADO 30H												
Inscrição	Candidato	L		C GER		C	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
		PORT	MAT	AT	ESP							
0604	JOSEANE FLORES	15,00	25,00	15,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	1º		06/10/1995
0489	CASIA AP. DIAS LEMOS MOLIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--		10/01/1987

PROF ARTES - HABILITADO 40H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0560	AMANDA STEPHANNYE LEÃO	15,00	25,00	15,00	5,00	60,00	8,50	68,50	APROVADO(A)	1º	18/05/1992
0217	ANGELICA PIRES DE LIMA KOHLER	15,00	20,00	15,00	10,00	60,00	8,00	68,00	APROVADO(A)	2º	11/11/1974
0154	LUANA LAUX KOVALSKI	20,00	15,00	15,00	5,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	3º	13/03/1989
0195	LAÍS CAROLINE DE ALMEIDA	10,00	20,00	20,00	5,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	4º	08/03/1992
0203	TAIANE SALES DE AZEVEDO	15,00	15,00	15,00	5,00	50,00	3,00	53,00	APROVADO(A)	5º	15/06/1996
0426	LETICIA ROSA MARQUES DA SILVA	5,00	20,00	15,00	5,00	45,00	1,00	46,00	APROVADO(A)	6º	28/06/1996

PROF ARTES - NÃO HABILITADO 20H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0151	AMANDA CAROLINA SANTOS SCHEFFER	10,00	20,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	1º	17/09/1995
0319	YARA APARECIDA SEISL	15,00	25,00	15,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	2º	03/06/2001

PROF ARTES - NÃO HABILITADO 30H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0047	NORMA REGINA FAEDO	25,00	15,00	15,00	20,00	75,00	5,00	80,00	APROVADO(A)	1º	18/05/1968

Página 24 de 45  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
www.eplconcursos.com.br



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS

ATO 012

PROF ARTES - NÃO HABILITADO 40H									
Inscrição	Candidato	L PORT	C GER MAT	C AT	ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação
0125	ALINE JASPER	20,00	25,00	15,00	20,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)
									1º
									14/04/2002

PROF CIÊNCIAS - HABILITADO 20H									
Inscrição	Candidato	L PORT	C GER MAT	C AT	ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação
0133	ISABEL DEOLA	20,00	25,00	20,00	20,00	85,00	13,50	98,50	APROVADO(A)
									1º
									16/07/1988

PROF CIÊNCIAS - HABILITADO 40H									
Inscrição	Candidato	L PORT	C GER MAT	C AT	ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação
0504	GIULIANO FERREIRA PEREIRA	20,00	25,00	20,00	20,00	85,00	19,50	104,50	APROVADO(A)
0451	CLAUDIA DOMINICO DA SILVA	15,00	25,00	15,00	10,00	65,00	5,00	70,00	APROVADO(A)
0512	JONATAN FERNANDES DO PRADO	15,00	20,00	15,00	15,00	65,00	1,00	66,00	APROVADO(A)
0259	KELLI LEMOS DE OLIVEIRA	15,00	15,00	10,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)
									4º
									17/03/1982

PROF CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO 20H									
Inscrição	Candidato	L PORT	C GER MAT	C AT	ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação
0109	LETICIA FARIAS HEINZ	15,00	25,00	15,00	15,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)
									1º
									05/12/1987

PROF CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO 40H									
Inscrição	Candidato	L PORT	C GER MAT	C AT	ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação
0296	ANDRESSA APARECIDA STRATMANN	15,00	25,00	15,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)
0252	ANIELA CRISTINA CAGGIANO MENON	10,00	20,00	15,00	15,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)
									2º
									31/12/1981

Página 25 de 45  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
www.eplconcursos.com.br



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS

ATO 012

PROF ED FÍSICA - HABILITADO 20H										
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Data Nasc.
0535	NATHANAELE DOS PASSOS DE PIERI	15,00	20,00	15,00	20,00	70,00	9,50	79,50	APROVADO(A)	1º 23/12/1994
0025	ROBSON POSANSKI	10,00	25,00	15,00	15,00	65,00	4,50	69,50	APROVADO(A)	2º 12/08/1985
0044	DANIELA APARECIDA RODRIGUES DE SOUZA	20,00	5,00	15,00	20,00	60,00	5,50	65,50	APROVADO(A)	3º 13/09/1995
0556	ELTON MAY FERREIRA	20,00	20,00	10,00	15,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	4º 07/05/1990
0071	NADINE DÉBORA SANTOS	5,00	15,00	20,00	15,00	55,00	5,50	60,50	APROVADO(A)	5º 07/08/1992
0509	SIMONE DE FÁTIMA CAVALI	10,00	5,00	15,00	15,00	45,00	9,50	54,50	APROVADO(A)	6º 25/06/1977
0453	TATIANE ALBERTON	10,00	15,00	15,00	10,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	7º 27/11/1989
0577	GISELE MACIEL BRASIL	10,00	15,00	5,00	10,00	40,00	0,00	40,00	APROVADO(A)	8º 01/05/1985

PROF ED FÍSICA - HABILITADO 30H										
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Data Nasc.
0322	RAFAELLA SCHEFFER CAMAGO	15,00	20,00	15,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	1º 09/09/1996

PROF ED FÍSICA - HABILITADO 40H										
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Data Nasc.
0465	LEANDRO SANTOS GOMES DA SILVA	15,00	25,00	25,00	20,00	85,00	0,00	85,00	APROVADO(A)	1º 02/11/1996
0462	SILVIO MARCELO VARELA DE LIMA	5,00	25,00	25,00	25,00	80,00	1,00	81,00	APROVADO(A)	2º 22/01/1976
0024	RAFAEL MENON ROZENTAL	15,00	20,00	20,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	3º 25/01/1996
0561	JOSEANE SANTOS DE ARRUDA	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	4º 16/01/1981
0026	ANTONIO VÍCTOR ARAÚJO	15,00	25,00	15,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	5º 24/02/1997
0216	LUCAS LIMA PADILHA	5,00	20,00	15,00	25,00	65,00	8,50	73,50	APROVADO(A)	6º 25/02/1998
0330	VIVIANE GONÇALVES	5,00	25,00	15,00	20,00	65,00	8,50	73,50	APROVADO(A)	7º 31/03/1997
0335	LUCIANO FRANÇA HRUSCKA	15,00	25,00	15,00	15,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	8º 03/08/1982
0308	MARIANA MOZZER DE OLIVEIRA	10,00	25,00	20,00	15,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	9º 04/01/1991
0117	LAIS PADILHA DOS SANTOS	15,00	15,00	10,00	25,00	65,00	2,00	67,00	APROVADO(A)	10º 06/07/1998
0544	RAFAELA MELO	15,00	15,00	10,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	11º 15/10/1998



**MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021**  
**REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS**

**ATO 012**

0579	MATHEUS GIOVANE SCHIRMER	5,00	25,00	20,00	15,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	12º	18/01/1999
0557	TÁCIO VIEIRA DE ARRUDA	15,00	20,00	10,00	15,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	13º	30/04/1996
0237	MARIZETE SILVANA FANTIN	15,00	10,00	20,00	15,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	14º	05/12/1984
0374	MARIA ELISABET DALACORT PERUZZO	5,00	20,00	20,00	15,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	15º	10/04/1971
0541	CAMILA DELFES RAMOS	10,00	5,00	15,00	20,00	50,00	5,00	55,00	APROVADO(A)	16º	20/05/1996
0048	BRUNO RICARDO DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	20/02/1978

**PROF ED FÍSICA - NÃO HABILITADO 20H**

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0042	JOÃO CARLOS RIBEIRO	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	1º	16/01/1977
0450	MILENA APARECIDA DOS SANTOS GOMES	15,00	20,00	15,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	2º	25/10/1998

**PROF ED FÍSICA - NÃO HABILITADO 30H**

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0029	PRISCILA PENTEADO	10,00	25,00	25,00	25,00	85,00	0,00	85,00	APROVADO(A)	1º	28/09/1985
0323	SÉRGIO ALEXANDRE LISBOA RAMOS	10,00	20,00	15,00	20,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	2º	07/02/1991

**PROF ED FÍSICA - NÃO HABILITADO 40H**

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0416	GUSTAVO SATYRIO DA ROCHA	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	0,00	85,00	APROVADO(A)	1º	22/11/1996
0515	GEOVANI ALVES DOS SANTOS	10,00	10,00	25,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	2º	17/04/1989
0165	THAÍSA MACIEL PEREIRA	20,00	15,00	15,00	15,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	3º	18/10/1996
0583	JOÃO VITOR SANTOS DE SOUZA	5,00	25,00	10,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	4º	05/05/2003
0082	EDIVAN FOGAÇA DE LIMA	10,00	10,00	15,00	10,00	45,00	0,00	45,00	APROVADO(A)	5º	22/11/1969



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



## ATO 012

PROF EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO 20H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	ESP	C T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0240	BRUNA DE OLIVEIRA LOPES	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	7,50	92,50	APROVADO(A)	1º	05/10/1991
0371	CAROLINA LEITE DE SOUZA	15,00	25,00	15,00	25,00	80,00	10,50	90,50	APROVADO(A)	2º	06/07/1988
0279	KATIA REGINA DE LIMA FERRAZ	15,00	20,00	20,00	25,00	80,00	10,00	90,00	APROVADO(A)	3º	19/06/1980
0572	NILSE RODRIGUES DA VEIGA LOEBENS	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	0,00	85,00	APROVADO(A)	4º	22/08/1963
0270	NEUZA MARIA DE SOUZA SURDI	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	9,50	84,50	APROVADO(A)	5º	24/10/1964
0132	VANESSA CARDOSO AMARAL	10,00	20,00	20,00	25,00	75,00	9,50	84,50	APROVADO(A)	6º	11/06/1990
0430	DAIANE CARVALHO FERREIRA	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	5,50	80,50	APROVADO(A)	7º	06/02/1997
0294	LUCÉLIA CORRÊA	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	10,50	80,50	APROVADO(A)	8º	09/01/1980
0101	ERONITA SANTOS DA SILVA	15,00	20,00	20,00	15,00	70,00	10,50	80,50	APROVADO(A)	9º	26/10/1966
0520	ÂNGELA MARIA GOULART	15,00	25,00	15,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	10º	21/05/1975
0386	ANTONIELA APARECIDA RODRIGUES PEREIRA	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	4,50	79,50	APROVADO(A)	11º	02/06/1983
0507	CRISTINA MARIA KLEIN DA SILVA SOUZA	10,00	20,00	20,00	20,00	70,00	5,50	75,50	APROVADO(A)	12º	20/06/1973
0567	CLAUDETE TEREZINHA DASILVA	10,00	25,00	15,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	13º	24/08/1967
0099	LETÍCIA BATISTA DO PRADO	10,00	20,00	20,00	20,00	70,00	5,00	75,00	APROVADO(A)	14º	24/06/1987
0545	FRANCIELLI MORAES VIEIRA	10,00	20,00	25,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	15º	10/07/1989
0036	MICHELLE PEREIRA FARIAS	10,00	10,00	15,00	25,00	60,00	12,50	72,50	APROVADO(A)	16º	17/02/1989
0057	JULIANE DE ALMEIDA POSANSKI	10,00	20,00	10,00	25,00	65,00	5,00	70,00	APROVADO(A)	17º	22/12/1989
0014	THAYNA DE MELLO FERREIRA	15,00	20,00	15,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	18º	27/02/1997
0234	LUCIANA APARECIDA LUCIANO	10,00	10,00	20,00	25,00	65,00	4,50	69,50	APROVADO(A)	19º	15/08/1972
0021	JOELMA APARECIDA PAUL	15,00	15,00	10,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	20º	03/05/1991
0461	RAFAELA CRISTINA CARDOSO	15,00	15,00	15,00	20,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	21º	11/08/1996
0506	SIMONE LEITE BETTIN PRESTES	10,00	15,00	20,00	20,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	22º	04/11/1986
0436	FRANCIANE FURTADO MELLO	15,00	10,00	10,00	20,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	23º	24/07/1991
0310	LUCIANA EVARISTO DE CAMARGO	10,00	15,00	15,00	10,00	50,00	4,00	54,00	APROVADO(A)	24º	27/05/1981
0357	FRANCSLAINE SANTOS DE SOUZA	10,00	10,00	15,00	15,00	50,00	2,00	52,00	APROVADO(A)	25º	09/09/1991
0337	PRISCILA CRISTINA DE LIMA ANTONIAZZI	5,00	10,00	10,00	25,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	26º	02/06/1993
0564	DIANA NUNES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	20/08/1996

Página 28 de 45  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
www.eplconcursos.com.br



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



## ATO 012

PROF EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO 40H												
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.	
0373	ELIANE APARECIDA GODOY	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	10,50	95,50	APROVADO(A)	1º	24/04/1970	
0395	ADRIANA MENDES RIBEIRO	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	10,50	95,50	APROVADO(A)	2º	18/05/1979	
0590	SIMONE ANTUNES DE ALMEIDA PELEGRINI	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	10,50	95,50	APROVADO(A)	3º	17/01/1980	
0129	SIRLENE APARECIDA GATNER	15,00	20,00	25,00	25,00	85,00	10,50	95,50	APROVADO(A)	4º	17/12/1968	
0266	ELIZANDRA DOMINGUES	25,00	25,00	20,00	25,00	95,00	0,00	95,00	APROVADO(A)	5º	05/08/1994	
0281	JULIANA RODRIGUES	20,00	25,00	10,00	25,00	80,00	14,50	94,50	APROVADO(A)	6º	24/07/1984	
0214	JOSIANE DOLBERTH RIBEIRO VELASQUEZ	15,00	20,00	20,00	25,00	80,00	14,50	94,50	APROVADO(A)	7º	18/06/1986	
0037	LUCIANA PAULA SILVA AGUSTINI	20,00	25,00	20,00	20,00	85,00	8,50	93,50	APROVADO(A)	8º	01/11/1976	
0153	TATIANA LUCAS DE PAULA	10,00	25,00	20,00	25,00	80,00	12,50	92,50	APROVADO(A)	9º	11/05/1981	
0301	ALEXANDRA BATISTA FERREIRA CAMARGO	15,00	25,00	15,00	25,00	80,00	9,50	89,50	APROVADO(A)	10º	12/05/1986	
0418	ANDREIA RINALDI	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	14,50	89,50	APROVADO(A)	11º	13/04/1986	
0405	ANGELICA DA SILVA CARVALHO	10,00	20,00	20,00	25,00	75,00	10,50	85,50	APROVADO(A)	12º	15/09/1984	
0176	GISELE HINDIOARA ORTIZ DA SILVA	10,00	25,00	25,00	25,00	85,00	0,00	85,00	APROVADO(A)	13º	15/05/1980	
0376	REGIANE ALVES KRIEGER	10,00	25,00	25,00	25,00	85,00	0,00	85,00	APROVADO(A)	14º	04/05/1989	
0482	KARIANE DA SILVA NAGEL	10,00	25,00	20,00	25,00	80,00	5,00	85,00	APROVADO(A)	15º	20/02/1991	
0248	ELIZANE DE MORAES COPPINI	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	9,50	84,50	APROVADO(A)	16º	25/03/1991	
0390	NICOLLE CAROLINE DOS SANTOS ALMEIDA	15,00	20,00	20,00	20,00	75,00	9,50	84,50	APROVADO(A)	17º	11/04/1994	
0394	ELIANE CRUZ	15,00	15,00	20,00	20,00	70,00	14,50	84,50	APROVADO(A)	18º	01/01/1984	
0585	LAÍS ANDRESSA GRANEMANN HECH	10,00	25,00	15,00	25,00	75,00	9,00	84,00	APROVADO(A)	19º	03/02/1995	
0170	RUBIA MARTINS PETROWICHI	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	11,50	81,50	APROVADO(A)	20º	19/03/1977	
0397	EVELYN PENTEADO	20,00	10,00	20,00	20,00	70,00	11,50	81,50	APROVADO(A)	21º	22/08/1991	
0276	ANNA BEATRIZ CAETANO	15,00	20,00	20,00	20,00	75,00	6,50	81,50	APROVADO(A)	22º	13/06/1996	
0514	LIANA ANDRESSA BRIZOLA CONSTANTE	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	6,00	81,00	APROVADO(A)	23º	12/09/1990	
0480	LUCIMARA PADILHA DE LIZ	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	6,00	81,00	APROVADO(A)	24º	22/03/1995	
0179	MARIZABEL DE SOUZA BITTENCOURT LISBOA	20,00	15,00	20,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	25º	20/05/1987	
0470	SIMONE CHAVES GEMRA	15,00	25,00	15,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	26º	03/02/1976	
0483	ANA CAROLINA BETIOLO	15,00	25,00	10,00	25,00	75,00	5,00	80,00	APROVADO(A)	27º	14/08/1994	
0408	KELLI DE SOUZA RIBEIRO	15,00	20,00	20,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	28º	11/08/1986	

Página 29 de 45  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
www.eplconcursos.com.br



**MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021**  
**REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS**



**ATO 012**

0382	PAULA DE PAULA	15,00	20,00	20,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	29º	23/04/1997
0598	LUCIANA APARECIDA MEIRELLES	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	10,00	80,00	APROVADO(A)	30º	29/04/1973
0428	BÁRBARA ANDRÉIA PALAURO	15,00	20,00	20,00	15,00	70,00	10,00	80,00	APROVADO(A)	31º	12/08/1988
0513	FABIANA LÚCIA ZIERO	10,00	25,00	15,00	25,00	75,00	4,50	79,50	APROVADO(A)	32º	23/06/1978
0228	PRISCILA SILVEIRA ORTIZ	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	9,50	79,50	APROVADO(A)	33º	15/04/1989
0239	LIDIANE BALBINOTT	10,00	20,00	20,00	20,00	70,00	9,50	79,50	APROVADO(A)	34º	26/07/1983
0429	VIVIANE GONÇALVES	5,00	25,00	20,00	20,00	70,00	8,50	78,50	APROVADO(A)	35º	31/03/1997
0260	DAIANE FATIMA PAIM FERNANDES	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	3,00	78,00	APROVADO(A)	36º	24/07/1993
0264	SIMONE SCOLARO DE MELLO	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	8,00	78,00	APROVADO(A)	37º	24/08/1976
0127	ADRIANA DE OLIVEIRA PALHANO	15,00	10,00	15,00	25,00	65,00	12,50	77,50	APROVADO(A)	38º	11/03/1982
0233	PATRÍCIA FERREIRA	15,00	10,00	15,00	25,00	65,00	12,50	77,50	APROVADO(A)	39º	11/01/1984
0549	PRICILA SCHEREDER DOS SANTOS NEVES	10,00	20,00	20,00	20,00	70,00	7,50	77,50	APROVADO(A)	40º	12/03/1988
0380	EDINALVA DOLBERTO COSTA DOS SANTOS	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	6,00	76,00	APROVADO(A)	41º	26/10/1981
0028	THANIA APARECIDA FERNANDES	15,00	15,00	20,00	20,00	70,00	6,00	76,00	APROVADO(A)	42º	06/12/1982
0226	NATHALIA AMADO GONÇALVES	15,00	25,00	20,00	15,00	75,00	1,00	76,00	APROVADO(A)	43º	12/01/1992
0344	CRISTIANE RIBEIRO CONCEIÇÃO	10,00	15,00	15,00	25,00	65,00	10,50	75,50	APROVADO(A)	44º	15/10/1978
0016	PATRÍCIA DILL ALVES HELEODORO	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	5,50	75,50	APROVADO(A)	45º	29/07/1993
0368	BRUNA DA COSTA FARIAS	20,00	10,00	15,00	20,00	65,00	10,50	75,50	APROVADO(A)	46º	29/10/1991
0354	ELIANE ULLIRSCH DE OLIVEIRA PASSOS	20,00	20,00	10,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	47º	29/12/1984
0080	ANDREZA APARECIDA RIBEIRO CATSCHOR	15,00	25,00	10,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	48º	13/12/1985
0369	EZILDA APARECIDA GREIM CITRA	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	49º	15/01/1972
0004	FERNANDA RIBEIRO DA ROSA	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	50º	08/07/1988
0609	SAMANTA MAYER MARTINS GRANEMANN	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	51º	23/09/1991
0352	VANESSA DE SOUZA FAEDO	15,00	25,00	15,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	52º	23/08/1992
0231	MORGANA CAROLINE VETTER SILVA	10,00	25,00	20,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	53º	29/04/2003
0035	FERNANDA LUISA PEREIRA ALVES	15,00	25,00	20,00	15,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	54º	18/08/1993
0245	LILIAN PEREIRA DE PAULA	15,00	10,00	15,00	25,00	65,00	8,00	73,00	APROVADO(A)	55º	07/07/1999
0023	ELIANE ALBANO PERREIRA DE SOUZA	10,00	15,00	15,00	25,00	65,00	8,00	73,00	APROVADO(A)	56º	29/01/1979
0083	JAÍNE WOLINGER DA CUNHA	10,00	25,00	10,00	20,00	65,00	7,50	72,50	APROVADO(A)	57º	24/11/1997
0398	ANA FRANCIELI TORMEN	5,00	20,00	20,00	25,00	70,00	2,00	72,00	APROVADO(A)	58º	15/05/1991
0212	CRISTIANE APARECIDA KILIN SILVEIRA	15,00	25,00	10,00	20,00	70,00	2,00	72,00	APROVADO(A)	59º	07/03/1983

Página 30 de 45  
 REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
[www.eplconcursos.com.br](http://www.eplconcursos.com.br)



**MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021**  
**REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS**



**ATO 012**

0403	ANA CARLA SILVEIRA NEGRINI	10,00	20,00	15,00	20,00	65,00	7,00	72,00	APROVADO(A)	60º	07/04/1994
0496	ROSE DOS SANTOS AYRES	10,00	25,00	20,00	15,00	70,00	2,00	72,00	APROVADO(A)	61º	23/06/1981
0468	SILMARA FRANÇA DA ROCHA	10,00	20,00	10,00	25,00	65,00	6,00	71,00	APROVADO(A)	62º	11/05/1977
0090	LUCIANE APARECIDA RODRIGUES	10,00	20,00	15,00	20,00	65,00	6,00	71,00	APROVADO(A)	63º	01/10/1979
0477	ANGENITA FERREIRA CORREA DE SOUZA	10,00	15,00	15,00	20,00	60,00	10,50	70,50	APROVADO(A)	64º	19/02/1981
0268	ALESSANDRA CLAUDIA MANTOVANI	15,00	15,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	65º	20/03/1979
0501	ELAINE RENATA CRUZ DOS SANTOS	15,00	15,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	66º	29/03/1997
0533	DAVI WILLIAM DOMINGUES DE MORAIS	15,00	15,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	67º	02/10/1997
0615	JOCELI APARECIDA PEREIRA SANTOS VEBER	10,00	25,00	10,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	68º	10/05/1974
0431	STÉFANI CARDOZO PEREIRA	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	69º	03/04/1993
0391	GABRIELLE GUEDES DOS SANTOS	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	70º	04/10/1999
0553	MÁRCIA CHAVES	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	71º	05/05/1977
0502	MARCIA LOPES	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	72º	28/05/1983
0448	FRANCIELE DE SOUZA NOVAES	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	73º	05/08/1984
0219	SANDRA GONÇALVES DE PAULA ANDRADE	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	74º	11/04/1989
0481	RAQUEL APARECIDA BAROA	5,00	20,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	75º	26/08/1993
0472	SILVANA FERNANDES DE SOUZA TRILHAS	15,00	20,00	15,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	76º	30/06/1988
0479	RAILA SILVEIRA VRAGUE	15,00	15,00	15,00	20,00	65,00	5,00	70,00	APROVADO(A)	77º	16/05/1997
0314	ANGELA APARECIDA OLIVEIRA	10,00	20,00	15,00	20,00	65,00	5,00	70,00	APROVADO(A)	78º	01/08/1989
0612	ELIANE FERNANDES ZANINI	10,00	20,00	20,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	79º	22/12/1990
0002	ADRIANA FERREIRA DA CONCEIÇÃO	10,00	20,00	15,00	20,00	65,00	5,00	70,00	APROVADO(A)	80º	23/01/1992
0063	MAYARA GATNER TIGRE	5,00	20,00	25,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	81º	02/09/1994
0061	ALINE DOS SANTOS ORTIZ	5,00	15,00	15,00	20,00	55,00	14,50	69,50	APROVADO(A)	82º	13/06/1991
0118	JAQUELINE KRIEGER	15,00	5,00	20,00	25,00	65,00	4,00	69,00	APROVADO(A)	83º	13/03/1991
0412	AMANDA DE OLIVEIRA	15,00	15,00	15,00	20,00	65,00	3,00	68,00	APROVADO(A)	84º	27/02/1997
0302	LILI MARLENE BITTENCOURT	5,00	10,00	20,00	20,00	55,00	10,50	65,50	APROVADO(A)	85º	12/11/1960
0121	ADRIANA LOURDES DA SILVA PEREIRA	10,00	15,00	10,00	20,00	55,00	10,50	65,50	APROVADO(A)	86º	09/03/1980
0566	SANDRA APARECIDA BORBA DE MARAFIGO	10,00	15,00	10,00	20,00	55,00	10,50	65,50	APROVADO(A)	87º	13/10/1986
0388	MICHELE APARECIDA HEINZ	5,00	15,00	15,00	20,00	55,00	10,50	65,50	APROVADO(A)	88º	25/09/1988
0094	MÁRCIA MORAES	15,00	15,00	10,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	89º	05/11/1991
0055	DAYANE CRISTINA MARQUES	15,00	10,00	15,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	90º	17/11/1986

Página 31 de 45  
 REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
[www.eplconcursos.com.br](http://www.eplconcursos.com.br)





**MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021**  
**REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS**



**ATO 012**

0547	MARIA MADALENA COSTA PELLIZZARO	10,00	15,00	20,00	20,00	20,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	91º	15/04/1963
0181	ANA ALINE OLIVEIRA SILVA	20,00	20,00	10,00	15,00	15,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	92º	05/05/1995
0576	EDNA SOLANGE DA SILVA	10,00	15,00	15,00	20,00	20,00	60,00	4,00	64,00	APROVADO(A)	93º	07/02/1990
0573	JULIANA APARECIDA DE GOIS	10,00	15,00	10,00	25,00	25,00	60,00	1,00	61,00	APROVADO(A)	94º	05/12/1990
0277	DANIELLI DO AMARAL	10,00	10,00	15,00	25,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	95º	10/01/1983
0049	CAROLINE FRANÇA	10,00	5,00	20,00	25,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	96º	13/11/1988
0272	MARIA NICIELIA GONÇALVES DE GODOY	5,00	20,00	10,00	25,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	97º	30/03/1966
0178	ROSELI TEREZINHA DE SOUZA	5,00	20,00	10,00	25,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	98º	15/08/1975
0202	SIMONE TERZINHA DE PAULA	15,00	15,00	10,00	20,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	99º	12/05/1986
0503	DILCE GOULART	15,00	5,00	20,00	20,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	100º	24/08/1970
0223	KELE AP. P. TAVARES CARVALHO	10,00	20,00	10,00	20,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	101º	06/11/1983
0307	VANESSA ANUBIA DOLBERTH FUJIWARA	10,00	15,00	15,00	20,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	102º	23/04/1977
0550	MÔNICA REGINA DUARTE RODRIGUES	10,00	15,00	15,00	20,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	103º	09/05/1982
0487	LEILA LEMOS	10,00	15,00	15,00	20,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	104º	27/11/1986
0320	JOSIANE SALES	10,00	10,00	20,00	20,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	105º	17/02/1990
0464	SIMONE RODRIGUES CHAVES	10,00	5,00	20,00	20,00	20,00	55,00	5,00	60,00	APROVADO(A)	106º	11/11/1993
0471	FERNANDA STOKMANN PEREIRA	5,00	15,00	20,00	20,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	107º	08/04/1986
0438	ELOISA HELENA BONDAVALLE ORTIZ	5,00	15,00	20,00	20,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	108º	02/01/1987
0441	SABRINA ROSSI	15,00	20,00	10,00	15,00	15,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	109º	02/12/1995
0224	FRANCIELLE BATISTA	10,00	10,00	10,00	20,00	20,00	50,00	8,50	58,50	APROVADO(A)	110º	14/05/1992
0381	MARICLÉIA APARECIDA BELOTTO	5,00	15,00	15,00	20,00	20,00	55,00	2,00	57,00	APROVADO(A)	111º	24/07/1986
0490	MARGARETE RODRIGUES DA COSTA	0,00	15,00	10,00	20,00	20,00	45,00	10,50	55,50	APROVADO(A)	112º	10/04/1971
0208	LENI DA SILVA	5,00	15,00	10,00	25,00	25,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	113º	04/03/1971
0343	ROSELAINE APARECIDA DE ANHAIA	15,00	5,00	15,00	20,00	20,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	114º	01/08/1975
0138	MARILIA TAINA DA SILVA	10,00	10,00	15,00	20,00	20,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	115º	15/04/1997
0534	ARIANA APARECIDA CAMARGO	5,00	10,00	20,00	20,00	20,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	116º	26/06/1992
0018	KAROLINE BOGO	15,00	10,00	15,00	15,00	15,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	117º	23/01/1993
0249	ELOISE DE SOUZA RODRIGUES DOS SANTOS	10,00	15,00	15,00	15,00	15,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	118º	22/06/1995
0169	MARLI BOLZAN	15,00	5,00	10,00	20,00	20,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	119º	18/12/1959
0488	CRISTHYNNE FABIELLE DA CUNHA	15,00	5,00	10,00	20,00	20,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	120º	10/07/1997
0351	SUELLEN BATISTA ALVES	15,00	5,00	10,00	20,00	20,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	121º	09/05/2000



**MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021**  
**REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS**



**ATO 012**

0325	MAYARA DOS SANTOS PROENÇA	0,00	15,00	15,00	20,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	122º	11/06/1993
0528	ELEIDE DUARTE LEMOS DOS SANTOS	10,00	5,00	20,00	15,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	123º	07/07/1970
0113	TAYNÁ HAHN PEICHÓ HALUPP	10,00	5,00	20,00	15,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	124º	01/09/1995
0519	RAIANE KAUZE PEREIRA	5,00	10,00	15,00	15,00	45,00	5,00	50,00	APROVADO(A)	125º	18/08/1997
0241	ALDEMIRA DIAS FERREIRA	5,00	10,00	5,00	25,00	45,00	0,00	45,00	APROVADO(A)	126º	09/07/1978
0463	MÔNICA APARECIDA DA TRINDADE GARCIA	5,00	10,00	10,00	20,00	45,00	0,00	45,00	APROVADO(A)	127º	03/06/1983
0347	ANA PAULA TORMEN HUBNER	10,00	0,00	5,00	25,00	40,00	0,00	40,00	APROVADO(A)	128º	31/10/1984
0265	ANGELITA DE SOUZA	0,00	10,00	10,00	20,00	40,00	0,00	40,00	APROVADO(A)	129º	15/06/1978
0410	JULIANI FERNANDES DO PRADO	0,00	0,00	10,00	20,00	30,00	4,50	34,50	APROVADO(A)	130º	04/10/1980
0510	ALESSANDRA PEDROSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	25/05/2000
0617	ANDRÉIA DE FÁTIMA LINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	14/05/1976
0363	ANGELITA CORREA FREITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	27/01/1977
0105	CHAIANA ALMEIDA XAVIER STOKMANN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	09/05/1990
0404	CRISTIANE PEREIRA DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	04/04/1996
0555	EMILAINÉ ULLIRSCH DE ARAUJO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	18/07/1990
0494	LEILA REGINA PIRES DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	31/08/1975
0180	THALIA DE SOUZA OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	23/06/1997
0315	VANESSA PANISSON ROSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	04/08/1993

**PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO 20H**

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0196	REJEANE COLAÇO	20,00	20,00	25,00	20,00	85,00	0,00	85,00	APROVADO(A)	1º	04/10/1990
0361	ADRIELLE ANDRADE CORRÊA DE FREITAS	15,00	20,00	20,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	2º	23/08/1998
0345	MARIANE GARCIA DE SOUZA	15,00	25,00	20,00	20,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	3º	04/08/1998
0497	ANDREIA PIRES DE MORAES	10,00	25,00	15,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	4º	10/09/1981
0190	NATIELE DE JESUS VARELA	15,00	15,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	5º	22/10/1994
0529	SABRINA BORGES DOS SANTOS	15,00	20,00	15,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	6º	18/03/1991
0554	ARLETE LEANDRO DE SOUZA	10,00	15,00	20,00	20,00	65,00	3,00	68,00	APROVADO(A)	7º	14/02/1975
0353	JAQUELINE GISELE NUNES	10,00	20,00	15,00	20,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	8º	27/03/1984
0273	AMANDA DE SOUZA MORAES	10,00	10,00	15,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	9º	06/03/1995

Página 33 de 45  
 REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
[www.eplconcursos.com.br](http://www.eplconcursos.com.br)



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS

ATO 012

0491	KARINE RODRIGUES DOS SANTOS	5,00	20,00	10,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	10º	15/06/1994
0100	FRANCINE TAYNARA LEAL DE FRANCA PEREIRA	15,00	10,00	15,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	11º	03/07/1993
0189	MARIZETE PROENÇA AMARAL DE SOUZA	5,00	5,00	10,00	20,00	40,00	0,00	40,00	APROVADO(A)	12º	26/01/1978
0421	GABRIELLE ORTIZ DE JESUS	0,00	15,00	10,00	15,00	40,00	0,00	40,00	APROVADO(A)	13º	04/07/1998
0446	MARIANE PEREIRA DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	24/11/1999

PROF EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO 40H														
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.			
0073	ALINE KRIEGER	20,00	20,00	25,00	20,00	85,00	0,00	85,00	APROVADO(A)	1º	21/11/1991			
0292	LUANA ELEN DA SILVA	15,00	25,00	15,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	2º	09/02/1993			
0389	CIRLENE APARECIDA ALVES DA CRUZ SOUZA	10,00	25,00	20,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	3º	20/07/1969			
0054	BRUNA FERNANDES DE OLIVEIRA	15,00	10,00	20,00	25,00	70,00	7,00	77,00	APROVADO(A)	4º	16/07/1997			
0192	MÍRIAM QUEREN DOMINGUES DE MORAIS	20,00	15,00	15,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	5º	26/12/1994			
0558	ALINE DE OLIVEIRA MAZIERO	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	6º	29/08/1985			
0009	DEBORA CRISTINA DOS SANTOS	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	7º	10/10/2000			
0156	LILIAN PATRICIA DE OLIVEIRA	20,00	15,00	20,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	8º	29/08/1993			
0586	LUANA WANDRESEN GULARTE LENGENBERG	15,00	25,00	15,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	9º	06/09/1997			
0155	THÂNELA SILVEIRA DOS SANTOS	15,00	25,00	15,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	10º	24/10/2003			
0104	ELIANE APARECIDA MENDES	10,00	25,00	20,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	11º	02/08/1987			
0620	EDJAÍNI ALVES FERREIRA	20,00	25,00	15,00	15,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	12º	25/07/2001			
0291	MARLISE APARECIDA FOGAÇA MACIEL	10,00	25,00	10,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	13º	12/10/1991			
0358	JESSICA CRUZ PEREIRA	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	14º	13/04/1993			
0210	JUCÉLIA PADILHA	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	15º	08/05/1973			
0096	SIMONE LOPES ICHIKAWA	15,00	20,00	15,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	16º	27/03/1985			
0413	MARIELY DE JESUS GONÇALVES	15,00	20,00	15,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	17º	04/12/1999			
0444	ALINE ZOTTO	15,00	15,00	20,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	18º	15/11/2000			
0280	JOSEANE KARINE PADILHA	10,00	25,00	15,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	19º	03/02/1996			
0355	MARCELA GATNER TIGRE	10,00	20,00	20,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	20º	25/08/1996			
0200	GRAZIELA LISBOA BONI ALVES	15,00	15,00	10,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	21º	16/02/2001			
0076	MARTIELLE DE SOUZA CORREIA	10,00	15,00	15,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	22º	17/05/1999			

Página 34 de 45  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
www.eplconcursos.com.br



**MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021**  
**REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS**



**ATO 012**

0449	MARIVETE MARCANTE MACHADO	5,00	15,00	20,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	23º	06/10/1982
0591	EDUARDA NARIELLEN SOUZA	15,00	15,00	15,00	20,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	24º	24/07/1994
0422	REGINA REIS DE PAULA	10,00	15,00	20,00	20,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	25º	26/04/2002
0574	GISLAINE SCHIRMER	15,00	25,00	10,00	15,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	26º	07/10/1991
0284	MARIANE DE SOUZA	5,00	10,00	20,00	25,00	60,00	1,00	61,00	APROVADO(A)	27º	11/07/1991
0244	SONI FRANÇA ALBINO	10,00	15,00	10,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	28º	23/04/1970
0304	MIRIAM PEREIRA DE PAULA	10,00	15,00	10,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	29º	07/07/1999
0305	IDAÍANA APARECIDA RIBEIRO ALVES	5,00	15,00	15,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	30º	22/07/1986
0015	VANESSA FRITSCH	5,00	10,00	20,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	31º	04/07/1988
0218	HELEN VITORIA ORTIZ	10,00	15,00	15,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	32º	28/08/2003
0067	LARISA ALBERTON PEPES	20,00	10,00	15,00	15,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	33º	12/05/2000
0419	CLEIDINARA BOGO FOGAÇA	10,00	20,00	15,00	15,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	34º	19/06/1985
0173	BRUNA DOS SANTOS	10,00	10,00	15,00	20,00	55,00	2,00	57,00	APROVADO(A)	35º	18/12/2000
0551	SUELLEN APARECIDA LEANDRO DA ROSA	5,00	15,00	10,00	25,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	36º	09/01/2003
0316	VANUSA DO AMARAL FERREIRA	10,00	5,00	10,00	25,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	37º	16/09/1999
0013	JOSIANE APARECIDA DOS SANTOS	10,00	5,00	15,00	20,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	38º	12/08/1990
0516	ITAMIRIS CHAVES	10,00	15,00	10,00	15,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	39º	26/07/1988
0008	THAIS ALINE DOLBERTH	10,00	15,00	10,00	15,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	40º	10/11/1998
0032	LARISSA AMARAL DA SILVA	15,00	15,00	10,00	10,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	41º	14/07/2003
0492	MARIA LETÍCIA PADILHA DOS SANTOS	10,00	5,00	10,00	20,00	45,00	1,00	46,00	APROVADO(A)	42º	25/05/1995
0134	ELENICE DIAS FERREIRA	10,00	10,00	5,00	20,00	45,00	0,00	45,00	APROVADO(A)	43º	03/07/1996
0289	KATHRYNNE DOS SANTOS CLEIN	10,00	10,00	10,00	15,00	45,00	0,00	45,00	APROVADO(A)	44º	16/12/1995
0157	LUANA APARECIDA CORRÊA	5,00	5,00	20,00	15,00	45,00	0,00	45,00	APROVADO(A)	45º	13/11/2002
0587	CARLA MARA DE CAMPOS	10,00	5,00	5,00	20,00	40,00	0,00	40,00	APROVADO(A)	46º	15/10/1987
0069	FABIANE DE SOUZA CORREA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	12/11/1984
0511	JACQUELINE DE SOUZA FERREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	09/04/1993
0589	LUERY CAROLINE DOS PASSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	15/03/1993
0340	NATALIA CARRYE PEREIRA VALENTIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	22/07/2001



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS

### ATO 012

PROF EN RELIGIOSO - NÃO HABILITADO 20H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0601	LAIZ FERNANDA FONTANA PRIMON	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	04/11/1997
PROF GEOGRAFIA - HABILITADO 40H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0486	GEISA SILVEIRA DA ROCHA	20,00	25,00	25,00	25,00	95,00	17,00	112,00	APROVADO(A)	1º	30/11/1991
PROF GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO 20H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0350	JAQUELINE GISELE NUNES	10,00	20,00	15,00	5,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	1º	27/03/1984
PROF GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO 30H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0458	DANIELLE DE JESUS	10,00	20,00	15,00	15,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	1º	19/03/1982
PROF GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO 40H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0311	ELIANE PILAR GARCIA	5,00	20,00	10,00	15,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	1º	27/05/1983
PROF HISTÓRIA - HABILITADO 40H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0215	PAULO CESAR ALVES LIMA	25,00	25,00	20,00	25,00	95,00	0,00	95,00	APROVADO(A)	1º	05/05/1980
0526	GIOVANNI FONTES BARBOSA	15,00	25,00	20,00	15,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	2º	27/07/1990
0346	JOSIANE FÁTIMA DA SILVA	10,00	20,00	20,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	3º	19/01/1985
0606	CRISTIANO RAMON RIBEIRO COULTO	5,00	20,00	20,00	20,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	4º	16/05/1990

Página 36 de 45  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
www.eplconcursos.com.br



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS

**ATO 012**

0540	LEANDRO MORAES NUNES	10,00	5,00	20,00	20,00	20,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	5º	10/11/1983
0532	DAVI WILLIAM DOMINGUES DE MORAIS	15,00	15,00	15,00	5,00	5,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	6º	02/10/1997
0331	SISINANDO BATISTA DOS SANTOS	15,00	10,00	5,00	10,00	40,00	40,00	0,00	40,00	APROVADO(A)	7º	21/10/1976

**PROF HISTÓRIA - NÃO HABILITADO 40H**

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0568	GRACIELI SILVEIRA	15,00	20,00	20,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	1º	10/03/1987
0570	SIMONE DE QUADRA	20,00	20,00	20,00	15,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	2º	18/09/1979
0621	MICHELE ROSA DOS SANTOS DIAS	15,00	15,00	10,00	5,00	45,00	0,00	45,00	APROVADO(A)	3º	22/10/1985
0116	LUCAS RICARDO FLECK	10,00	10,00	15,00	5,00	40,00	0,00	40,00	APROVADO(A)	4º	06/09/1994
0040	MARCIANO DO ESPIRITO SANTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	23/06/1977

**PROF LG INGLESA - HABILITADO 20H**

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0086	TATIANA BOGO	15,00	25,00	20,00	20,00	80,00	10,00	90,00	APROVADO(A)	1º	08/09/1990
0041	JOÃO CARLOS RIBEIRO	10,00	25,00	15,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	2º	16/01/1977
0232	ALINE BÊBER DE SOUZA	10,00	10,00	20,00	25,00	65,00	1,00	66,00	APROVADO(A)	3º	15/06/1987

**PROF LG INGLESA - HABILITADO 40H**

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0174	THAYNÁ POSANSKI BOGO	15,00	15,00	15,00	20,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	1º	20/06/1995
0552	ADILSON OLIVEIRA RODRIGUES	15,00	25,00	15,00	10,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	2º	04/05/1988

**PROF LG INGLESA - NÃO HABILITADO 20H**

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0582	SHUANNA RODRIGUES DA ROSA	10,00	20,00	15,00	10,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	1º	04/03/1995



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS

### ATO 012

PROF LG INGLESA - NÃO HABILITADO 40H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0136	ANGÉLICA MARIZA KANTOVISKI	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	1º	28/09/1999
0114	VALÉRIA MARTINAZZO	5,00	20,00	15,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	2º	27/02/1995
0596	CAROLINE RODRIGUES DA ROSA	15,00	15,00	10,00	5,00	45,00	0,00	45,00	APROVADO(A)	3º	28/09/2000

PROF LIG PORTUGUESA - HABILITADO 20H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0089	TATIANA BOGO	20,00	20,00	20,00	15,00	75,00	10,00	85,00	APROVADO(A)	1º	08/09/1990
0052	CAMILA WAGNER DAS NEVES	10,00	25,00	15,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	2º	24/05/1993
0131	LUCIANE FERNANDES DOS SANTOS	20,00	25,00	15,00	10,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	3º	12/01/1977

PROF LIG PORTUGUESA - HABILITADO 40H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0243	MARCELO PEREIRA	25,00	25,00	20,00	25,00	95,00	0,00	95,00	APROVADO(A)	1º	05/10/1981
0163	THAÍSA MACIEL PEREIRA	20,00	15,00	15,00	10,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	2º	18/10/1996
0058	ANDREI FRANCISCO ALBERTI	15,00	10,00	20,00	10,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	3º	02/12/1981
0454	DIANETE ROSA	15,00	10,00	15,00	10,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	4º	28/12/1970

PROF LIG PORTUGUESA - NÃO HABILITADO 20H											
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0578	JENYFER DE SOUZA PIOLA PEREIRA	20,00	25,00	20,00	10,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	1º	19/11/1999

PROF LIG PORTUGUESA - NÃO HABILITADO 40H											
Inscrição	Candidato	L	MAT	CGER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0562	SUELEN WALTRICK MACIEL	15,00	25,00	20,00	15,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	1º	10/11/2000
0051	CAMILA WAGNER DAS NEVES	10,00	25,00	15,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	2º	24/05/1993

Página 38 de 45  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
www.eplconcursos.com.br



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS

ATO 012

0185	MERILUCI DA SILVA GUEDES	15,00	20,00	20,00	10,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	3º	24/01/1988
0476	TAIANE DE LIZ DA ROSA	10,00	5,00	15,00	10,00	40,00	0,00	40,00	APROVADO(A)	4º	04/11/1996

PROF MATEMÁTICA - HABILITADO 20H

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0282	LESSANDRA SOUZA CORREIA DOS SANTOS	15,00	25,00	20,00	20,00	80,00	5,00	85,00	APROVADO(A)	1º	01/12/1977
0399	IZIONETE SOARES LAUREANO DOS SANTOS	5,00	15,00	15,00	0,00	35,00	0,00	35,00	APROVADO(A)	2º	20/04/1979

PROF MATEMÁTICA - HABILITADO 40H

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0447	ELZA SEGUNDO	20,00	20,00	15,00	10,00	65,00	4,50	69,50	APROVADO(A)	1º	25/12/1960
0406	TATIANE MATOS ALMEIDA SURDI	5,00	25,00	15,00	5,00	50,00	11,50	61,50	APROVADO(A)	2º	04/05/1980
0258	HELEN DIANA KOHLER DOS SANTOS	15,00	20,00	20,00	0,00	55,00	5,50	60,50	APROVADO(A)	3º	19/04/1991
0610	ANDRÉIA FRANÇA ALBINO	20,00	20,00	20,00	0,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	4º	12/09/1984
0443	ANDRESSA REGINA MATUSALEM MENUNCIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	19/08/1993

PROF MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO 40H

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0605	RAFAEL MOREIRA DE MORAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	20/04/1993

PROF SÉRIES INICIAIS - HABILITADO 20H

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0183	ANDRÉIA ANDRÉ DE SOUZA	20,00	25,00	20,00	20,00	85,00	11,50	96,50	APROVADO(A)	1º	29/08/1991
0400	ADRIANA MENDES RIBEIRO	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	10,50	95,50	APROVADO(A)	2º	18/05/1979
0130	SIRLENE APARECIDA GATNER	15,00	20,00	25,00	25,00	85,00	10,50	95,50	APROVADO(A)	3º	17/12/1968
0495	KARINE BORGES DE ANDRADE	20,00	20,00	20,00	25,00	85,00	9,50	94,50	APROVADO(A)	4º	07/09/1998
0278	KATIA REGINA DE LIMA FERRAZ	15,00	20,00	20,00	25,00	80,00	10,50	90,50	APROVADO(A)	5º	19/06/1980
0283	LESSANDRA SOUZA CORREIA DOS SANTOS	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	5,00	90,00	APROVADO(A)	6º	01/12/1977

Página 39 de 45  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
www.eplconcursos.com.br





**MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021**  
**REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS**



**ATO 012**

0286	CLAUDETE TEREZINHA DASILVA	15,00	25,00	15,00	25,00	80,00	7,50	87,50	APROVADO(A)	7º	24/08/1967
0144	FERNANDA DE FREITAS	25,00	20,00	15,00	25,00	85,00	2,00	87,00	APROVADO(A)	8º	28/12/1971
0372	CAROLINA LEITE DE SOUZA	15,00	25,00	10,00	25,00	75,00	10,50	85,50	APROVADO(A)	9º	06/07/1988
0619	MIRELA LAVRATTI	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	0,00	85,00	APROVADO(A)	10º	15/11/1982
0019	ELIZA PEREIRA ALVES DE CAMPOS	20,00	20,00	20,00	20,00	80,00	4,00	84,00	APROVADO(A)	11º	12/08/1982
0141	SARITA MUSSKOPF BALDIN	15,00	20,00	20,00	20,00	75,00	9,00	84,00	APROVADO(A)	12º	19/01/1987
0250	ELIZANE DE MORAES COPPINI	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	8,50	83,50	APROVADO(A)	13º	25/03/1991
0247	JUSSARA MORETTO CARVALHO	15,00	15,00	20,00	20,00	70,00	13,50	83,50	APROVADO(A)	14º	14/10/1966
0106	FLAVIANE DUARTE RODRIGUES	10,00	20,00	20,00	25,00	75,00	6,50	81,50	APROVADO(A)	15º	30/07/1986
0184	MARIZABEL DE SOUZA BITTENCOURT LISBOA	20,00	15,00	20,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	16º	20/05/1987
0375	TERESINHA PAULINA LOVATEL	15,00	25,00	15,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	17º	08/08/1962
0427	SIRLEI MORAES DA CUNHA	10,00	25,00	15,00	25,00	75,00	5,00	80,00	APROVADO(A)	18º	09/01/1974
0271	EVERTON ALVES DE JESUS	20,00	15,00	25,00	20,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	19º	12/09/2000
0379	ANTONIELA APARECIDA RODRIGUES PEREIRA	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	4,50	79,50	APROVADO(A)	20º	02/06/1983
0261	DAIANE FATIMA PAIM FERNANDES	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	3,00	78,00	APROVADO(A)	21º	24/07/1993
0457	LAIS ANDRESSA GRANEMANN HECH	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	8,00	78,00	APROVADO(A)	22º	03/02/1995
0160	ADRIANA DE OLIVEIRA PALHANO	15,00	10,00	15,00	25,00	65,00	12,50	77,50	APROVADO(A)	23º	11/03/1982
0213	CRISTIANE APARECIDA KILIN SILVEIRA	15,00	25,00	10,00	20,00	70,00	6,00	76,00	APROVADO(A)	24º	07/03/1983
0432	DAIANE CARVALHO FERREIRA	15,00	15,00	15,00	25,00	70,00	5,50	75,50	APROVADO(A)	25º	06/02/1997
0207	MADELYNE CRISTINE ZANATTA PEREIRA	15,00	10,00	15,00	25,00	65,00	10,50	75,50	APROVADO(A)	26º	18/08/1991
0484	ANA CAROLINA BETIOLO	15,00	25,00	10,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	27º	14/08/1994
0384	MAIARA GABRIELA BULOW FERRONATO	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	28º	26/02/1993
0317	GISELI GATNER DO PRADO	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	29º	08/04/1985
0383	EDINALVA DOLBERTO COSTA DOS SANTOS	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	5,00	75,00	APROVADO(A)	30º	26/10/1981
0445	THAYSE ADRIANA DIAS DA CUNHA	10,00	15,00	15,00	20,00	60,00	14,50	74,50	APROVADO(A)	31º	10/12/1984
0407	ANA CARLA SILVEIRA NEGRINI	10,00	20,00	15,00	20,00	65,00	8,00	73,00	APROVADO(A)	32º	07/04/1994
0084	MICHELLE PEREIRA FARIAS	5,00	15,00	15,00	25,00	60,00	11,50	71,50	APROVADO(A)	33º	17/02/1989
0321	ADRIANA FERREIRA DA CONCEIÇÃO	10,00	20,00	15,00	20,00	65,00	6,00	71,00	APROVADO(A)	34º	23/01/1992
0616	JOCELI APARECIDA PEREIRA SANTOS VEBER	10,00	25,00	10,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	35º	10/05/1974
0393	GABRIELLE GUEDES DOS SANTOS	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	36º	04/10/1999
0220	SANDRA GONÇALVES DE PAULA ANDRADE	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	37º	11/04/1989

Página 40 de 45  
 REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
[www.eplconcursos.com.br](http://www.eplconcursos.com.br)



**MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021**  
**REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS**



**ATO 012**

0197	SIMONE SÖETT	10,00	20,00	20,00	20,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	38º	20/02/1984
0097	LETÍCIA BATISTA DO PRADO	5,00	20,00	20,00	20,00	20,00	65,00	5,00	70,00	APROVADO(A)	39º	24/06/1987
0171	MARIANA ORTIZ FRANÇA	20,00	10,00	10,00	10,00	25,00	65,00	4,50	69,50	APROVADO(A)	40º	19/03/1996
0592	NERILCE DIAS DE OLIVEIRA	15,00	15,00	15,00	15,00	20,00	65,00	4,50	69,50	APROVADO(A)	41º	12/04/1989
0062	ALINE DOS SANTOS ORTIZ	5,00	15,00	15,00	15,00	20,00	55,00	14,50	69,50	APROVADO(A)	42º	13/06/1991
0053	DAYANE CRISTINA MARQUES	15,00	10,00	15,00	25,00	25,00	65,00	4,00	69,00	APROVADO(A)	43º	17/11/1986
0122	JOICE SBARDELLA	10,00	15,00	20,00	20,00	20,00	65,00	3,00	68,00	APROVADO(A)	44º	08/07/1996
0546	SANDRA TERESINHA SIMAS DE OLIVEIRA	5,00	20,00	15,00	25,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	45º	19/12/1958
0356	ELIANE ULLIRSCH DE OLIVEIRA PASSOS	15,00	20,00	5,00	25,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	46º	29/12/1984
0022	JOELMA APARECIDA PAUL	15,00	15,00	10,00	25,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	47º	03/05/1991
0095	MÁRCIA MORAES	15,00	15,00	10,00	25,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	48º	05/11/1991
0460	RAFAELA CRISTINA CARDOSO	15,00	15,00	15,00	20,00	20,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	49º	11/08/1996
0409	JANETE BORBA	5,00	25,00	15,00	20,00	20,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	50º	07/02/1985
0525	EDNA SOLANGE DA SILVA	10,00	15,00	15,00	20,00	20,00	60,00	4,00	64,00	APROVADO(A)	51º	07/02/1990
0246	SONI FRANÇA ALBINO	10,00	15,00	10,00	25,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	52º	23/04/1970
0050	CAROLINE FRANÇA	10,00	5,00	20,00	25,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	53º	13/11/1988
0275	MARIA NICIELIA GONÇALVES DE GODOY	10,00	20,00	10,00	20,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	54º	30/03/1966
0229	ALESSANDRA FERNANDES CORREA DA SILVA	10,00	10,00	10,00	25,00	25,00	55,00	2,00	57,00	APROVADO(A)	55º	03/04/1985
0006	SUELLEN DA SILVA GALON	5,00	10,00	15,00	25,00	25,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	56º	28/09/1997
0152	MARIANE RIBEIRO DA LUZ	5,00	10,00	15,00	25,00	25,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	57º	22/01/1998
0341	ROSELAINE APARECIDA DE ANHAIA	15,00	5,00	15,00	20,00	20,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	58º	01/08/1975
0066	SANDRA MARISA DE ANDRADE	10,00	10,00	15,00	20,00	20,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	59º	01/06/1981
0128	KAROLINE BOGO	15,00	10,00	15,00	15,00	15,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	60º	23/01/1993
0074	ELIANE PILAR GARCIA	5,00	20,00	10,00	15,00	15,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	61º	27/05/1983
0295	EMILIANE ULLIRSCH DE ARAUJO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	18/07/1990

**PROF SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO 20H**

Inscrição	Candidato	L	PORT	MAT	C GER	ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0333	MARIANE GARCIA DE SOUZA	15,00	25,00	20,00	20,00	20,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	1º	04/08/1998
0467	CLAUDIA DOMINICO DA SILVA	15,00	25,00	15,00	15,00	15,00	70,00	7,50	77,50	APROVADO(A)	2º	22/09/1986

Página 41 de 45  
 REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
[www.eplconcursos.com.br](http://www.eplconcursos.com.br)



**MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021**  
**REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS**



**ATO 012**

0164	BRUNA FERNANDES DE OLIVEIRA	15,00	10,00	20,00	25,00	70,00	7,00	77,00	APROVADO(A)	3º	16/07/1997
0253	ANIELA CRISTINA CAGGIANO MENON	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	4º	31/12/1981
0498	ANDREIA PIRES DE MORAES	10,00	25,00	15,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	5º	10/09/1981
0030	VIVIANE DE CHAVES	15,00	20,00	15,00	20,00	70,00	4,00	74,00	APROVADO(A)	6º	02/05/1991
0161	ALINE ZOTTO	15,00	15,00	20,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	7º	15/11/2000
0440	GRAZIELA LISBOA BONI ALVES	15,00	15,00	10,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	8º	16/02/2001
0377	MARIA ELISABET DALACORT PERUZZO	5,00	25,00	20,00	15,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	9º	10/04/1971
0415	ANDERLEIA ANTUNES PASINATO LEANDRO	10,00	15,00	10,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	10º	19/10/1989
0274	AMANDA DE SOUZA MORAES	10,00	10,00	15,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	11º	06/03/1995
0027	JENIFER LUANA SOUZA PAES	5,00	15,00	10,00	20,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	12º	18/12/1994
0530	GABRIELA FARIAS DE SOUSA	10,00	0,00	15,00	20,00	45,00	0,00	45,00	APROVADO(A)	13º	28/11/1999
0263	JULLIANA APARECIDA MARTINS	0,00	5,00	10,00	20,00	35,00	0,00	35,00	APROVADO(A)	14º	05/09/1978
0206	ESTER POLIANA AGUIAR	10,00	5,00	10,00	10,00	35,00	0,00	35,00	APROVADO(A)	15º	09/08/1999
0593	HELIDE MADALENA SANGALLI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	23/11/1974

Página 42 de 45  
 REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
[www.eplconcursos.com.br](http://www.eplconcursos.com.br)



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS

ATO 012

**ANEXO II**  
**RELAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA DESEMPATE**

ED ESP 2º PROFESSOR - HABILITADO 40H									
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação
0088	EDILA DOS SANTOS	10,00	0,00	15,00	25,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)
0423	LUCIANA APARECIDA TELLES	10,00	0,00	15,00	25,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)

PROF EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO 20H									
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação
0099	LETÍCIA BATISTA DO PRADO	10,00	20,00	20,00	20,00	70,00	5,00	75,00	APROVADO(A)
0545	FRANCIELLI MORAES VIEIRA	10,00	20,00	25,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)

PROF EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO 40H									
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação
0373	ELIANE APARECIDA GODOY	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	10,50	95,50	APROVADO(A)
0395	ADRIANA MENDES RIBEIRO	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	10,50	95,50	APROVADO(A)
0590	SIMONE ANTUNES DE ALMEIDA PELEGRI	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	10,50	95,50	APROVADO(A)
0176	GISELE HINDIOARA ORTIZ DA SILVA	10,00	25,00	25,00	25,00	85,00	0,00	85,00	APROVADO(A)
0376	REGIANE ALVES KRIEGER	10,00	25,00	25,00	25,00	85,00	0,00	85,00	APROVADO(A)
0482	KARIANE DA SILVA NAGEL	10,00	25,00	20,00	25,00	80,00	5,00	85,00	APROVADO(A)
0514	LIANA ANDRESSA BRIZOLA CONSTANTE	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	6,00	81,00	APROVADO(A)
0480	LUCIMARA PADILHA DE LIZ	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	6,00	81,00	APROVADO(A)
0470	SIMONE CHAVES GEMRA	15,00	25,00	15,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)

Página 43 de 45  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
www.eplconcursos.com.br



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



ATO 012

0483	ANA CAROLINA BETIOLO	15,00	25,00	10,00	25,00	75,00	5,00	80,00	APROVADO(A)	14/08/1994
0408	KELLI DE SOUZA RIBEIRO	15,00	20,00	20,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	11/08/1986
0382	PAULA DE PAULA	15,00	20,00	20,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	23/04/1997
0127	ADRIANA DE OLIVEIRA PALHANO	15,00	10,00	15,00	25,00	65,00	12,50	77,50	APROVADO(A)	11/03/1982
0233	PATRICIA FERREIRA	15,00	10,00	15,00	25,00	65,00	12,50	77,50	APROVADO(A)	11/01/1984
0344	CRISTIANE RIBEIRO CONCEIÇÃO	10,00	15,00	15,00	25,00	65,00	10,50	75,50	APROVADO(A)	15/10/1978
0016	PATRICIA DILL ALVES HELEODORO	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	5,50	75,50	APROVADO(A)	29/07/1993
0369	EZILDA APARECIDA GREIM CITRA	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	15/01/1972
0004	FERNANDA RIBEIRO DA ROSA	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	08/07/1988
0609	SAMANTA MAYER MARTINS GRANEMANN	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	23/09/1991
0268	ALESSANDRA CLAUDIA MANTOVANI	15,00	15,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	20/03/1979
0501	ELAINE RENATA CRUZ DOS SANTOS	15,00	15,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	29/03/1997
0533	DAVI WILLIAM DOMINGUES DE MORAIS	15,00	15,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	02/10/1997
0431	STEFANI CARDOZO PEREIRA	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	03/04/1993
0391	GABRIELLE GUEDES DOS SANTOS	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	04/10/1999
0553	MÁRCIA CHAVES	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	05/05/1977
0502	MARCIA LOPES	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	28/05/1983
0448	FRANCIELE DE SOUZA NOVAES	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	05/08/1984
0219	SANDRA GONÇALVES DE PAULA ANDRADE	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	11/04/1989
0314	ANGELA APARECIDA OLIVEIRA	10,00	20,00	15,00	20,00	65,00	5,00	70,00	APROVADO(A)	01/08/1989
0612	ELIANE FERNANDES ZANINI	10,00	20,00	20,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	22/12/1990
0002	ADRIANA FERREIRA DA CONCEIÇÃO	10,00	20,00	15,00	20,00	65,00	5,00	70,00	APROVADO(A)	23/01/1992
0121	ADRIANA LOURDES DA SILVA PEREIRA	10,00	15,00	10,00	20,00	55,00	10,50	65,50	APROVADO(A)	09/03/1980
0566	SANDRA APARECIDA BORBA DE MARAFIGO	10,00	15,00	10,00	20,00	55,00	10,50	65,50	APROVADO(A)	13/10/1986
0272	MARIA NICIELIA GONÇALVES DE GODOY	5,00	20,00	10,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	30/03/1966
0178	ROSELI TEREZINHA DE SOUZA	5,00	20,00	10,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	15/08/1975
0307	VANESSA ANUBIA DOLBERTH FUJIWARA	10,00	15,00	15,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	23/04/1977
0550	MÔNICA REGINA DUARTE RODRIGUES	10,00	15,00	15,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	09/05/1982
0487	LEILA LEMOS	10,00	15,00	15,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	27/11/1986

Página 44 de 45  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
www.eplconcursos.com.br



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS

ATO 012

0471	FERNANDA STOKMANN PEREIRA	5,00	15,00	20,00	20,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	08/04/1986
0438	ELOISA HELENA BONDVALLE ORTIZ	5,00	15,00	20,00	20,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	02/01/1987
0488	CRISTHYNNE FABELLE DA CUNHA	15,00	5,00	10,00	10,00	20,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	10/07/1997
0351	SUELLEN BATISTA ALVES	15,00	5,00	10,00	10,00	20,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	09/05/2000
0528	ELEIDE DUARTE LEMOS DOS SANTOS	10,00	5,00	20,00	15,00	50,00	0,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	07/07/1970
0113	TAYNÁ HAHN PEICHÓ HALUPP	10,00	5,00	20,00	15,00	50,00	0,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	01/09/1995

PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO 40H

Inscrição	Candidato	L	PORT	MAT	C GER	AT	ESP	C	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Desempenho para as classificações	Data Nasc.
0558	ALINE DE OLIVEIRA MAZIERO	15,00	15,00	20,00	25,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	75,00	APROVADO(A)	6° e 7°	29/08/1985
0009	DEBORA CRISTINA DOS SANTOS	15,00	15,00	20,00	25,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	75,00	APROVADO(A)	6° e 7°	10/10/2000
0586	LUANA WANDRESEN GULARTE LINGENBERG	15,00	25,00	15,00	20,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	75,00	APROVADO(A)	9° e 10°	06/09/1997
0155	THÂNELA SILVEIRA DOS SANTOS	15,00	25,00	15,00	20,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	75,00	APROVADO(A)	9° e 10°	24/10/2003
0096	SIMONE LOPES ICHIKAWA	15,00	20,00	15,00	20,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	70,00	APROVADO(A)	16° e 17°	27/03/1985
0413	MARIELY DE JESUS GONÇALVES	15,00	20,00	15,00	20,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	70,00	APROVADO(A)	16° e 17°	04/12/1999
0244	SONI FRANÇA ALBINO	10,00	15,00	10,00	25,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	60,00	APROVADO(A)	28° e 29°	23/04/1970
0304	MIRIAM PEREIRA DE PAULA	10,00	15,00	10,00	25,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	60,00	APROVADO(A)	28° e 29°	07/07/1999
0516	ITAMIRIS CHAVES	10,00	15,00	10,00	15,00	15,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	50,00	APROVADO(A)	39° e 40°	26/07/1988
0008	THAIS ALINE DOLBERTH	10,00	15,00	10,00	15,00	15,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	50,00	APROVADO(A)	39° e 40°	10/11/1998

PROF. SÉRIES INICIAIS - HABILITADO 20H

Inscrição	Candidato	L	PORT	MAT	C GER	AT	ESP	C	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Desempenho para as classificações	Data Nasc.
0022	JOELMA APARECIDA PAUL	15,00	15,00	10,00	25,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	65,00	APROVADO(A)	47° e 48°	03/05/1991
0095	MÁRCIA MORAES	15,00	15,00	10,00	25,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	65,00	APROVADO(A)	47° e 48°	05/11/1991
0006	SUELLEN DA SILVA GALON	5,00	10,00	15,00	25,00	25,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	55,00	APROVADO(A)	56° e 57°	28/09/1997
0152	MARIANE RIBEIRO DA LUZ	5,00	10,00	15,00	25,00	25,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	55,00	APROVADO(A)	56° e 57°	22/01/1998

Página 45 de 45  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
www.eplconcursos.com.br

## ATO 13 - CONVOCAÇÃO PARA O DESEMPATE - PROCESSO 08/2021

Publicação Nº 3520438



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



## ATO 013

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito, o Excelentíssimo Senhor KLEBERSON LUCIANO LIMA, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

## 1. CONVOCAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO DESEMPATE

1.1. Na data de 08 de janeiro de 2022 às 16h00min na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, situada na Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427, Bairro São José, Curitiba, SC, será realizada a sessão pública de sorteio para o desempate de classificação dos candidatos abaixo relacionados:

ED ESP 2º PROFESSOR - HABILITADO 40H													
Inscrição	Candidato	L	PORT	MAT	C GER AT	ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Desempate para as classificações	Data Nasc.	
0088	EDILA DOS SANTOS		10,00	0,00	15,00	25,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)		05/03/1978	
0423	LUCIANA APARECIDA TELLES		10,00	0,00	15,00	25,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	30º e 31º	15/12/1982	

PROF EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO 20H													
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Desempate para as classificações	Data Nasc.		
0099	LETÍCIA BATISTA DO PRADO	10,00	20,00	20,00	20,00	70,00	5,00	75,00	APROVADO(A)		24/06/1987		
0545	FRANCIELLI MORAES VIEIRA	10,00	20,00	25,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	14º e 25º	10/07/1989		

PROF EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO 40H													
Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Desempate para as classificações	Data Nasc.		
0373	ELIANE APARECIDA GODOY	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	10,50	95,50	APROVADO(A)		24/04/1970		
0395	ADRIANA MENDES RIBEIRO	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	10,50	95,50	APROVADO(A)		18/05/1979		
0590	SIMONE ANTUNES DE ALMEIDA PELEGRI	15,00	25,00	20,00	25,00	85,00	10,50	95,50	APROVADO(A)	1º, 2º e 3º	17/01/1980		
0176	GISELE HINDIOARA ORTIZ DA SILVA	10,00	25,00	25,00	25,00	85,00	0,00	85,00	APROVADO(A)		15/05/1980		
0376	REGIANE ALVES KRIEGER	10,00	25,00	25,00	25,00	85,00	0,00	85,00	APROVADO(A)		04/05/1989		
0482	KARIANE DA SILVA NAGEL	10,00	25,00	20,00	25,00	80,00	5,00	85,00	APROVADO(A)	13º, 14º e 15º	20/02/1991		
0514	LIANA ANDRESSA BRIZOLA CONSTANTE	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	6,00	81,00	APROVADO(A)		12/09/1990		
0480	LUCIMARA PADILHA DE LIZ	15,00	20,00	15,00	25,00	75,00	6,00	81,00	APROVADO(A)	23º e 24º	22/03/1995		
0470	SIMONE CHAVES GEMRA	15,00	25,00	15,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)		03/02/1976		
0483	ANA CAROLINA BETIOLO	15,00	25,00	10,00	25,00	75,00	5,00	80,00	APROVADO(A)	26º e 27º	14/08/1994		
0408	KELI DE SOUZA RIBEIRO	15,00	20,00	20,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)	28º e 29º	11/08/1986		

Página 1 de 3  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS  
www.eplconcursos.com.br

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



ATO 013

	PAULA DE PAULA	15,00	20,00	20,00	25,00	80,00	0,00	80,00	APROVADO(A)		23/04/1997
0382	PAULA DE PAULA	15,00	10,00	15,00	25,00	65,00	12,50	77,50	APROVADO(A)		11/03/1982
0127	ADRIANA DE OLIVEIRA PALHANO	15,00	10,00	15,00	25,00	65,00	12,50	77,50	APROVADO(A)	38° e 39°	11/01/1984
0233	PATRÍCIA FERREIRA	10,00	15,00	15,00	25,00	65,00	10,50	75,50	APROVADO(A)		15/10/1978
0344	CRISTIANE RIBEIRO CONCEIÇÃO	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	5,50	75,50	APROVADO(A)	44° e 45°	29/07/1993
0016	PATRÍCIA DILL ALVES HELEODORO	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)		15/01/1972
0369	EZILDA APARECIDA GREIM CITRA	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)		08/07/1988
0004	FERNANDA RIBEIRO DA ROSA	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)		
	SAMANTA MAYER MARTINS	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	49°, 50° e 51°	23/09/1991
0609	GRANEMANN	15,00	15,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)		20/03/1979
0268	ALESSANDRA CLAUDIA MANTOVANI	15,00	15,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)		29/03/1997
0501	ELAINE RENATA CRUZ DOS SANTOS	15,00	15,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	65°, 66° e 67°	02/10/1997
0533	DAVI WILLIAM DOMINGUES DE MORAIS	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)		03/04/1993
0431	STÉFANI CARDOZO PEREIRA	10,00	20,00	15,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	69° e 70°	04/10/1999
0391	GABRIELLE GUEDES DOS SANTOS	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)		05/05/1977
0553	MÁRCIA CHAVES	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)		28/05/1983
0502	MARCIA LOPES	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)		05/08/1984
0448	FRANCIELE DE SOUZA NOVAES	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)		
	SANDRA GONÇALVES DE PAULA	10,00	15,00	20,00	25,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	71°, 72°, 73° e 74°	11/04/1989
0219	ANDRADE	10,00	20,00	15,00	20,00	65,00	5,00	70,00	APROVADO(A)		01/08/1989
0314	ANGELA APARECIDA OLIVEIRA	10,00	20,00	20,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)		22/12/1990
0612	ELIANE FERNANDES ZANINI	10,00	20,00	15,00	20,00	65,00	5,00	70,00	APROVADO(A)	78°, 79° e 80°	23/01/1992
0002	ADRIANA FERREIRA DA CONCEIÇÃO	10,00	15,00	10,00	20,00	55,00	10,50	65,50	APROVADO(A)		09/03/1980
0121	ADRIANA LOURDES DA SILVA PEREIRA	10,00	15,00	10,00	20,00	55,00	10,50	65,50	APROVADO(A)		
	SANDRA APARECIDA BORBA DE	10,00	15,00	10,00	20,00	55,00	10,50	65,50	APROVADO(A)	86° e 87	13/10/1986
0566	MARAFIGO	5,00	20,00	10,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)		30/03/1966
0272	MARIA NICIELIA GONÇALVES DE GODOY	5,00	20,00	10,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	97° e 98	15/08/1975
0178	ROSELI TEREZINHA DE SOUZA	5,00	20,00	10,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)		23/04/1977
0307	VANESSA ANUBIA DOLBERTH FUJIWARA	10,00	15,00	15,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)		09/05/1982
0550	MÔNICA REGINA DUARTE RODRIGUES	10,00	15,00	15,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	102°, 103° e 104°	27/11/1986
0487	LEILA LEMOS	10,00	15,00	15,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)		08/04/1986
0471	FERNANDA STOKMANN PEREIRA	5,00	15,00	20,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	107° e 108°	02/01/1987
0438	ELOISA HELENA BONDVALLE ORTIZ	5,00	15,00	20,00	20,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)		10/07/1997
0488	CRISTHYNNE FABIELLE DA CUNHA	15,00	5,00	10,00	20,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	120° e 121°	09/05/2000
0351	SUELLEN BATISTA ALVES	15,00	5,00	10,00	20,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)		





MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 08/2021  
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS



ATO 013

0528	ELEIDE DUARTE LEMOS DOS SANTOS	10,00	5,00	20,00	15,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	07/07/1970
0113	TAYNÁ HAHN PEICHÓ HALUPP	10,00	5,00	20,00	15,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	01/09/1995

PROF EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO 40H

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Desempate para as classificações	Data Nasc.
0558	ALINE DE OLIVEIRA MAZIERO	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)		29/08/1985
0009	DEBORA CRISTINA DOS SANTOS	15,00	15,00	20,00	25,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	6° e 7°	10/10/2000
0586	LUANA WANDRESEN GULARTE	15,00	25,00	15,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)		06/09/1997
0155	THÂNELA SILVEIRA DOS SANTOS	15,00	25,00	15,00	20,00	75,00	0,00	75,00	APROVADO(A)	9° e 10°	24/10/2003
0096	SIMONE LOPES ICHIKAWA	15,00	20,00	15,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)		27/03/1985
0413	MARIELY DE JESUS GONÇALVES	15,00	20,00	15,00	20,00	70,00	0,00	70,00	APROVADO(A)	16° e 17°	04/12/1999
0244	SONI FRANÇA ALBINO	10,00	15,00	10,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)		23/04/1970
0304	MIRIAM PEREIRA DE PAULA	10,00	15,00	10,00	25,00	60,00	0,00	60,00	APROVADO(A)	28° e 29°	07/07/1999
0516	ITAMIRIS CHAVES	10,00	15,00	10,00	15,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)		26/07/1988
0008	THAIS ALINE DOLBERTH	10,00	15,00	10,00	15,00	50,00	0,00	50,00	APROVADO(A)	39° e 40°	10/11/1998

PROF SÉRIES INICIAIS - HABILITADO 20H

Inscrição	Candidato	L PORT	MAT	C GER AT	C ESP	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação	Desempate para as classificações	Data Nasc.
0022	JOELMA APARECIDA PAUL	15,00	15,00	10,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)		03/05/1991
0095	MÁRCIA MORAES	15,00	15,00	10,00	25,00	65,00	0,00	65,00	APROVADO(A)	47° e 48°	05/11/1991
0006	SUELLEN DA SILVA GALON	5,00	10,00	15,00	25,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)		28/09/1997
0152	MARIANE RIBEIRO DA LUZ	5,00	10,00	15,00	25,00	55,00	0,00	55,00	APROVADO(A)	56° e 57°	22/01/1998

1.2. Após a realização do desempate, o resultado final da classificação será divulgado em 10.01.2022 às 17h00min, dele não caberá recurso conforme os moldes do Edital de Abertura.

Registre-se e publique-se

Curitibaanos-SC, 04 de janeiro de 2022.

Kleberson Luciano Lima  
Prefeito Municipal

**ATO 15 - RETIFICAÇÃO DO ATO 13 PROCESSO 09/2021**

Publicação Nº 3520952



**MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 09/2021**  
**REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS**

**ATO 015**

O **MUNICÍPIO DE CURITIBANOS**, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito, o Excelentíssimo Senhor **KLEBERSON LUCIANO LIMA**, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. Fica retificado o quadro do item 1.4 constante do Ato 13 passando valer o que segue:

Onde se lê:

CARGO AFINS	QUANTIDADE DE APROVADOS	HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES
MOTORISTA III	1	8h00min
JARDINEIRO	1	8h00min
COZINHEIRO, SERVENTE/MERENDEIRA	7 9	8h30min
SERVENTE I SERVENTE DE LIMPEZA	2 30	8h30min

Leia-se:

CARGO AFINS	QUANTIDADE DE APROVADOS	HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES
MOTORISTA III	<b>2</b>	8h00min
JARDINEIRO	1	8h00min
COZINHEIRO, SERVENTE/MERENDEIRA	7 9	8h30min
SERVENTE I SERVENTE DE LIMPEZA	2 30	8h30min

2. As demais cláusulas e especificações do Ato 13, com exceção do que está previsto acima, continuam inalteradas.

**Registre-se e publique-se**

Curitibanos-SC, 04 de janeiro de 2022.

**Kleberson Luciano Lima**  
**Prefeito Municipal**

**PORTARIA Nº 001/2022**

Publicação Nº 3521219

PORTARIA Nº 001/2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR DIPLOMA DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Curitiba.

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida à servidora Marilise França da Rocha, matrícula nº 12409101, a Gratificação de Especialização pela conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em Gestão Pública, no valor equivalente a 10% sobre o vencimento de seu cargo na forma autorizada pelo artigo 15 da Lei Complementar nº 23/02, com as alterações da Lei Complementar nº 076/2011, conforme requerimento protocolado sob número 9501/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de janeiro de 2022

Kleberson Luciano Lima  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Diego Sebem Wordell  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 002/2022**

Publicação Nº 3521222

PORTARIA Nº 002/2022

PRORROGA PRAZO DE LICENÇA DE SERVIDOR MUNICIPAL

Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba.

RESOLVE

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de licença para tratamento de saúde concedido ao servidor Adriano Andre de Lima, matrícula nº 1239656, no período de 19/12/2021 à 23/02/2022, conforme laudo médico firmado pela junta médica oficial arquivado nesta Prefeitura, na forma disposta pelo artigo 74 da Lei Complementar nº 026/2002.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de janeiro de 2022

Kleberson Luciano Lima  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Hercílio Beppler  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

**PORTARIA Nº 003/2022**

Publicação Nº 3521224

PORTARIA Nº 003/2022

PRORROGA PRAZO DE LICENÇA DE SERVIDOR MUNICIPAL

Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba.

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de licença para tratamento de saúde concedido ao servidor Thiago Augusto Souza Partika, matrícula nº 1238345, no período de 19/12/2021 à 10/03/2022, conforme laudo médico firmado pela junta médica oficial arquivado nesta Prefeitura, na forma disposta pelo artigo 74 da Lei Complementar nº 026/2002.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de janeiro de 2022

Kleberson Luciano Lima  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Diego Sebem Wordell  
Secretária Municipal de Assistência Social e.e.

# Descanso

## PREFEITURA

### RATIFICAÇÃO DISPENSA 01/2022 - FMS

Publicação Nº 3520763

#### RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável, RATIFICO a contratação com a empresa CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, tendo como fundamento o art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Descanso/SC, em 04 de janeiro de 2022.

CLEBER LUIZ RECH  
Gestor do FMS

### RATIFICAÇÃO DISPENSA PMD - 01/2022

Publicação Nº 3520803

#### RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável, RATIFICO a contratação com a empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CONDER., tendo como fundamento o art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Descanso/SC, em 04 de janeiro de 2022.

IVANEI BRUGNEROTTO  
Prefeito em exercício

### RATIFICAÇÃO DISPENSA PMD - 02/2022

Publicação Nº 3520808

#### RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável, RATIFICO a contratação com a empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CONDER., tendo como fundamento o art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Descanso/SC, em 04 de janeiro de 2022.

IVANEI BRUGNEROTTO  
Prefeito em exercício

### RATIFICAÇÃO DISPENSA PMD - 03/2022

Publicação Nº 3520809

#### RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável, RATIFICO a contratação com a empresa EPAGRI-EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A., tendo como fundamento o art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Descanso/SC, em 04 de janeiro de 2022.

IVANEI BRUGNEROTTO  
Prefeito em exercício

**RATIFICAÇÃO DISPENSA PMD - 04/2022**

Publicação Nº 3520813

**RATIFICAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável, RATIFICO a contratação com a empresa CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, tendo como fundamento o art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Descanso/SC, em 04 de janeiro de 2022.

IVANEI BRUGNEROTTO  
Prefeito em exercício

**RATIFICAÇÃO DISPENSA PMD - 06/2022**

Publicação Nº 3520816

**RATIFICAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável, RATIFICO a contratação com a empresa RENATO LASTA, tendo como fundamento o art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Descanso/SC, em 04 de janeiro de 2022.

IVANEI BRUGNEROTTO  
Prefeito em exercício

**RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 01/2022 - FMS**

Publicação Nº 3520774

**RATIFICAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável, RATIFICO a contratação com a empresa INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA EPP, tendo como fundamento o art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Descanso/SC, em 04 de janeiro de 2022.

CLEBER LUIZ RECH  
Gestor do FMS

**RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 02/2022 - FMS**

Publicação Nº 3520791

**RATIFICAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável, RATIFICO a contratação com a empresa OI/S.A. tendo como fundamento o art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Descanso/SC, em 04 de janeiro de 2022.

CLEBER LUIZ RECH  
Gestor do FMS

**RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 03/2022 - FMS**

Publicação Nº 3520796

**RATIFICAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável, RATIFICO a contratação

com a empresa COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO (CASAN), tendo como fundamento o art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Descanso/SC, em 04 de janeiro de 2022.

CLEBER LUIZ RECH  
Gestor do FMS

### **RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE PMD - 01/2022**

Publicação Nº 3520824

RATIFICAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável, RATIFICO a contratação com a empresa COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO (CASAN), tendo como fundamento o art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Descanso/SC, em 04 de janeiro de 2022.

IVANEI BRUGNEROTTO  
Prefeito em exercício

### **RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE PMD - 02/2022**

Publicação Nº 3520827

RATIFICAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável, RATIFICO a contratação com a empresa OI/S.A. tendo como fundamento o art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Descanso/SC, em 04 de janeiro de 2022.

IVANEI BRUGNEROTTO  
Prefeito em exercício

### **RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE PMD - 03/2022**

Publicação Nº 3520829

RATIFICAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável, RATIFICO a contratação com a empresa INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA EPP, tendo como fundamento o art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Descanso/SC, em 04 de janeiro de 2022.

IVANEI BRUGNEROTTO  
Prefeito em exercício

### **RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE PMD - 04/2022**

Publicação Nº 3520832

RATIFICAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 25 da Lei nº 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável, RATIFICO a contratação com a IMPRENSA NACIONAL E FUNDO DE MATERIAIS PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS DE SANTA CATARINA, tendo como fundamento a Lei nº 8.666/93.

Descanso/SC, em 04 de dezembro de 2022.

IVANEI BRUGNEROTTO  
Prefeito em exercício

**RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE PMD - 05/2022**

Publicação Nº 3520833

**RATIFICAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável, RATIFICO a contratação com a empresa SIMONETTI PILLAR E CIA LTDA (CASA DE REPOUSO VOVÓ EVA), tendo como fundamento o art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Descanso/SC, em 04 de dezembro de 2022.

IVANEI BRUGNEROTTO  
Prefeito em exercício

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 03/2022**

Publicação Nº 3521010

PORTARIA Nº 03/2022, de 04 de janeiro de 2022.

VLADEMIR ORO, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE DESCANSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS E DE ACORDO COM O ARTIGO 84, INCISO I, DA LEI 086/91, DE 27.12.91:

RESOLVE:  
CONCEDER EXONERAÇÃO A PEDIDO

A funcionária JAQUELINE RAQUEL MENEGUETTI GUARESI, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Jurídico – Classificação CPC-02, da Lei Municipal nº 588/2005, de 16 de junho de 2005, matrícula nº 48, sob Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Descanso, com efeitos a contar de 04 de janeiro de 2022.

Salão Nobre Prefeito Ângelo Bedin,  
Descanso – SC, em 04 de janeiro de 2022.

VLADEMIR ORO  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Certifico que a presente Portaria foi registrada e publicada na forma da lei, nesta data.

Neusa Machado da Silva  
Secretária Executiva.

**PORTARIA Nº 04/2022**

Publicação Nº 3521016

PORTARIA Nº 04/2022, de 04 de janeiro de 2022.

VLADEMIR ORO, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE DESCANSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL EM SEU ARTIGO 30, INCISO II, E ARTIGO 24, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO CAMERAL;

RESOLVE:  
Art. 1º - REVOGAR, a partir desta data, a Portaria nº 08/2021, de 12 de janeiro de 2021 e seus efeitos.  
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Salão Nobre Prefeito Ângelo Bedin,  
Descanso – SC, 04 de janeiro de 2022.

VLADEMIR ORO  
Presidente da Câmara Mun. de Vereadores

Certifico que a presente Portaria foi registrada e publicada na forma da lei, nesta data.

Neusa Machado da Silva  
Secretária Executiva.



**Dionisio Cerqueira****PREFEITURA****CONTRATO 1-2022 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 1-2022 - FMS**

Publicação Nº 3519962

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9C96C885A651163AC2937F2D1D78C64CDFBB7790

Contrato Nº: 1/2022

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Contratada: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA AMEOSC - CIS/AMEOSC

Valor: R\$ 26.440,80

Vigência: Início: 04/01/2022 Término: 31/12/2022

Licitação: 1/2022

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA, BEM COMO RATEIO AS DESPESAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - CIS-AMEOSC, ENTRE OS CONSORCIADOS.

Dionísio Cerqueira, 04 de Janeiro de 2022

THYAGO W. G. GONÇALVES

Prefeito Municipal

**CONTRATO 2-2022 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 1-2022 - FMS**

Publicação Nº 3519967

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7BA4F43EDC119C3FDB096A095C6ED726C6B7D263

Contrato Nº: 2/2022

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Contratada: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA AMEOSC - CIS/AMEOSC

Valor: R\$ 199.272,60

Vigência: Início: 04/01/2022 Término: 31/12/2022

Licitação: 1/2022

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA, BEM COMO RATEIO AS DESPESAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - CIS-AMEOSC, ENTRE OS CONSORCIADOS.

Dionísio Cerqueira, 04 de Janeiro de 2022

THYAGO W. G. GONÇALVES

Prefeito Municipal

**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 1-2022 - FMS**

Publicação Nº 3519703

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/22

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/22

HOMOLOGAÇÃO: 04/01/22

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE – CIS-AMEOSC

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE

SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA

COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO

DO MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, EM CONFORMIDADE

COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O

ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E

CONTRA-REFERÊNCIA, BEM COMO RATEIO AS DESPESAS DO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - CIS-AMEOSC, ENTRE

OS CONSORCIADOS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 225.713,40 (duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e treze reais e quarenta centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI da Lei de Licitações.

DATA: 04/01/22 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA ELEICAO MESA DIRETORA**

Publicação Nº 3520004

ATA nº 001/2022

Ata da Primeira Sessão Extraordinária no ano de dois mil e vinte e dois da Décima Sétima Legislatura da Câmara Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, realizada em três de janeiro às oito horas e quarenta e cinco minutos no Plenário "Vereadora Joana Maria Hart". Sob a presidência do Vereador JOELSO VICENTE DOMINGUES DE LIMA, que convidou o Primeiro Secretário da Mesa Diretora, o Vereador VALDECIR SCHMEIER, para fazer a chamada dos senhores edis, o qual a fez e verificou-se a presença dos demais senhores vereadores: EDERSON DIRLEI SCHENKEL, LUIZ FERNANDO ZABOT DE MELLO, CLAUDIOMIRO PAVAN, JEPHERSON A. D. C. SCHUEIGERT, VALENTIM BORGES DA SILVA e MARILENE DE MELLO CHITOLINA. Registrou-se a ausência do Vereador ALEX SEVERIA DO NASCIMENTO A seguir, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e realizou a leitura do Ofício CM nº 001/2022, no qual solicita a renúncia ao cargo de Presidente da Mesa Diretora. Após a leitura, o Presidente agradeceu o apoio dos vereadores durante sua gestão e desculpou-se por qualquer falha cometida enquanto estava à frente da condução dos trabalhos da Câmara, deixando o cargo com a certeza do dever cumprido. Com a renúncia do vereador ao cargo de presidente, o Vice-presidente da Mesa Diretora, o vereador Claudiomiro Pavan, assumiu interinamente a Presidência, passando a condução dos trabalhos da presente sessão e parabenizando o Vereador Joelso pelo trabalho realizado. Na sequência, o Presidente deu início à votação que foi dada de forma nominal, conforme Regimento Interno, e por bancada, sendo eleito por unanimidade dos presentes para o cargo de Presidente da Mesa Diretora o Vereador Luiz Fernando Zabot de Mello, o qual, com o fim da votação, foi empossado automaticamente a partir da presente data, passando a conduzir os trabalhos da presente sessão e solicitando ao Secretário Geral que a Ata da mesma fosse redigida. Assim feito, a presente Ata foi posta em discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente sessão.

# Dona Emma

## PREFEITURA

### EDITAL CONTRIBUIÇÃO MELHORIAS CAMINHO PINHAL

Publicação N° 3519609



#### MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

#### EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N° 01/2022

**NERCI BARP**, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 74/2005, de 13 de dezembro de 2005; Lei Complementar nº 162/2020, de 04 de maio de 2020; e Lei nº 1618, de 03 de setembro de 2020;

**TORNA PÚBLICO** a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos e ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade.

#### 1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóveis dos contribuintes em razão da obra pública de pavimentação, conforme consta da Lei Complementar nº 162/2020, de 04 de maio de 2020; e Lei nº 1618, de 03 de setembro de 2020, estando a cobrança limitada a 20% (vinte por cento) do custo da obra, na forma do art. 4º desta norma.

#### 2. DA DESCRIÇÃO E FINALIDADES DA OBRA:

Trata-se de pavimentação com lajotas hexagonais de concreto, drenagem pluvial, meio fio e sinalização viária, realizada na Estrada Geral Caminho Pinhal.

#### 3. DA DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS OU ZONAS DE INFLUÊNCIAS BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS COMPREENDIDOS:

A pavimentação com Lajota, será realizado no trecho compreendido na Estrada Geral Caminho Pinhal, com uma extensão de 796,25 metros (setecentos e noventa e seis metros e vinte e cinco centímetros).

A contribuição de melhorias será cobrada dos proprietários dos imóveis situados nas áreas diretamente beneficiada, ou seja, dos imóveis confrontantes com a parte a ser pavimentada da Estrada Geral Caminho Pinhal que serão valorizados com a execução da obra, conforme avaliações efetuadas anteriormente ao início da obra por uma comissão constituída para esse fim. Abaixo relação dos imóveis compreendidos na zona de influência beneficiada, a saber:



**MUNICÍPIO DE DONA EMMA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donemma.sc.gov.br)

CPF	CONTRIBUINTE	LADO	TESTADA (FRENTE)	AREA TOTAL (M²)	VALOR ANTES DA OBRA	VALOR APÓS A OBRA
657.118.239-49	Olesio Salvador	Direito	62,25	21.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 255.000,00
439.722.179-00	Antonio Vitoria	Direito	165,00	3.250,00	R\$ 150.000,00	R\$ 157.500,00
82.951.328/0001-58	Secretaria de Estado da Educação - EEB Prof Maria Angelica Calazans	Direito	70,00	10.000,00	R\$ 580.000,00	R\$ 593.000,00
85.788.289/0001-08	Mitra Diocesana de Rio do Sul - Capela São Rafael - Salão - Casa Mor	Direito	70,00	14.500,00	R\$ 600.000,00	R\$ 606.000,00
85.707.487/0001-08	Comercial Joventino Rizzieri	Direito	60,00	6.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 306.000,00
122.606.499-04	Joventino Rizzieri	Direito	75,00	250.000,00	R\$ 280.000,00	R\$ 285.600,00
419.335.249-87	Romeu Rozzieri	Direito	25,00	1.440,00	R\$ 20.000,00	R\$ 22.000,00
693.100.099-34	Cecilia Sachetti	Direito	35,00	6.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 53.000,00
034.156.719-17	Fabio Jose Montagna	Direito	6,00	1.600,00	R\$ 35.000,00	R\$ 35.700,00
838.088.099-49	Valdirene Gilson Brunner	Direito	30,00	500,00	R\$ 60.000,00	R\$ 63.000,00
017.723.079-71	Ademir Schneider	Direito	20,00	475,00	R\$ 50.000,00	R\$ 52.500,00
218.633.509-34	Leopoldo Schneider	Direito	20,00	475,00	R\$ 50.000,00	R\$ 52.500,00
072.271.449-17	Valquirio da Silva	Direito	25,00	500,00	R\$ 50.000,00	R\$ 52.500,00
067.082.569-75	Juliano Schmidt	Direito	75,00	4.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 155.000,00
036.725.709-23	Jaison Formentin	Esquerdo	141,25	5.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ 147.000,00
947.539.039-15	Ivanor Matiola	Esquerdo	75,00	2.500,00	R\$ 60.000,00	R\$ 63.000,00
657.176.199-87	Izelda Dematte	Esquerdo	70,00	1.900,00	R\$ 60.000,00	R\$ 63.000,00
82.951.328/0001-58	Secretaria de Estado da Educação	Esquerdo	50,00		R\$ 10.000,00	R\$ 12.000,00
469.508.189-04	Jair Rizzieri	Esquerdo	35,00	1.200,00	R\$ 65.000,00	R\$ 68.250,00
051.177.479-68	Italico Matiola	Esquerdo	40,00	1.075,00	R\$ 65.000,00	R\$ 68.250,00
420.742.829-15	Alfredo Matiola	Esquerdo	65,00	250.000,00	R\$ 280.000,00	R\$ 285.600,00
055.190.129-20	Ozilio Matiola	Esquerdo	35,00	200.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 255.000,00



**MUNICÍPIO DE DONA EMMA  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83  
Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC  
Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donemma.sc.gov.br)

018.011.999-06	Everaldo Matiola/Alice Schneider	Esquerdo	8,00	750,00	R\$ 50.000,00	R\$ 51.000,00
017.728.359-94	Alindomar Schneider	Esquerdo	15,00	625,00	R\$ 80.000,00	R\$ 84.000,00
950.621.499-91	Maria Rizzieri	Esquerdo	50,00	20.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 104.000,00
552.377.209-78	Jurandir Manarim	Esquerdo	200,00	437.000,00	R\$ 490.000,00	R\$ 499.800,00

**4. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:**

O memorial estabelece parâmetros fundamentais para a elaboração do projeto de engenharia, para a pavimentação com lajotas, compreendendo todos os serviços e materiais necessários à execução da obra, conforme termos definidos no memorial descritivo: terraplanagem, drenagem pluvial, projeto geométrico, pavimentação com lajotas hexagonais de concreto, meio fio e sinalização viária da Estrada Geral Caminho Pinhal. O aludido memorial relata as atividades levadas a termo, bem como as soluções e metodologias adotadas para a elaboração do Projeto.

**5. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA:**

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com Processo Licitatório nº 025/2020, tomada de preço nº 05/2020.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	FORNECEDOR	VALOR – R\$
Serviços de máquinas pesadas (pá carregadeira, motoniveladora e escavadeira hidráulica)	30,00	HORAS	MUNICÍPIO DE DONA EMMA	5.400,00
Conserto das caixas coletoras	-	-	MUNICÍPIO DE DONA EMMA	4.700,00
Conserto da tubulação de drenagem pluvial	100,00	METROS	MUNICÍPIO DE DONA EMMA	1.347,00
Pó de brita	305,57	M³	IPSUM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (RIO DO SUL)	15.889,64
Pó de brita	300,00	M³	PRESI ARTE LTDA ME	22.800,00
Lajotas sextavadas	1.000,00	M²	PRESI ARTE LTDA ME	33.000,00



**MUNICÍPIO DE DONA EMMA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

Lajotas sextavadas	5.655,65	M²	ANTINHAS FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO (PETROLÂNDIA)	139.622,93
Mão de obra para colocação de lajotas	5.655,65	M²	NELSON FARRAPO PAVIMENTAÇÕES (AUORA)	58.643,88
Mão de obra para reassentamento e assentamento de blocos intertravados de concreto empregados na construção de lombadas	1.218,86	M²	NELSON FARRAPO PAVIMENTAÇÕES (AUORA)	12.798,03
Meio tubo de concreto de 1,0 mt com 400 mm de diametro (calha tubular)	200	UNIDADE	JOAREZ MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (DONA EMMA)	5.398,00
Aquisição de placa de sinalização de trânsito em chapa de aço galvanizado 70x50cm	20	UNIDADE	CDR CARD LTDA	4.900,00
Serviço prestado na manutenção de bocas de lobo e afins	113	DIA	MARCOS PAULO VOGEL 08326631906	16.950,00
Serviço prestado em horas de empilhadeira	53	HORA	DR COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	5.830,00
Meio fio pré moldado de concreto arredondado 6x10x10x30 e meia lajota sextavada de concreto 12,5 x 12,5 x 4,0 cm	660	M²	ALVILINO FRANCO 52070069915	11.400,00
Meio fio pré moldado de concreto reto 6x6x30	1.034,74	METROS	JOSMAIR LEANDRO	11.899,47
			<b>VALOR TOTAL</b>	<b>350.578,95</b>

A Contribuição de Melhoria terá como limite individual o valor equivalente à diferença da avaliação do respectivo imóvel antes da realização da obra e a avaliação após a realização da obra, que reflete a exata valorização do imóvel em decorrência da obra pública.



**MUNICÍPIO DE DONA EMMA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

A Contribuição de Melhoria terá como limite global o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do custo total da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

**7. FORMA E OPÇÃO DE PAGAMENTO:**

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo a formula prevista nos Artigo nº 9 da Lei 1618, de 03 de setembro de 2020.

CPF	CONTRIBUINTE	VALOR DEVIDO - R\$
657.118.239-49	Olesio Salvador	R\$ 3.043,22
439.722.179-00	Antonio Vitoria	R\$ 4.564,83
82.951.328/0001-58	Secretaria de Estado da Educação - EEB Prof Maria Angelica Calazans	R\$ 7.912,37
85.788.289/0001-08	Mitra Diocesana de Rio do Sul - Capela São Rafael - Salão - Casa Mor	R\$ 3.651,86
85.707.487/0001-08	Comercial Joventino Rizzieri	R\$ 3.651,86
122.606.499-04	Joventino Rizzieri	R\$ 3.408,41
419.335.249-87	Romeu Rozzieri	R\$ 1.217,29
693.100.099-34	Cecilia Sachetti	R\$ 1.825,93
034.156.719-17	Fabio Jose Montagna	R\$ 426,05
838.088.099-49	Valdirene Gilson Brunner	R\$ 1.825,93
017.723.079-71	Ademir Schneider	R\$ 1.521,61
218.633.509-34	Leopoldo Schneider	R\$ 1.521,61
072.271.449-17	Valquirio da Silva	R\$ 1.521,61
067.082.569-75	Juliano Schmidt	R\$ 3.043,22
036.725.709-23	Jaison Formentin	R\$ 4.260,51





## MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

947.539.039-15	Ivanor Matiola	R\$ 1.825,93
657.176.199-87	Izelda Dematte	R\$ 1.825,93
82.951.328/0001-58	Secretaria de Estado da Educação	R\$ 1.217,29
469.508.189-04	Jair Rizzieri	R\$ 1.978,09
051.177.479-68	Italico Matiola	R\$ 1.978,09
420.742.829-15	Alfredo Matiola	R\$ 3.408,41
055.190.129-20	Ozilio Matiola	R\$ 3.043,22
018.011.999-06	Alice Schneider	R\$ 608,64
017.728.359-94	Alindomar Schneider	R\$ 2.434,58
950.621.499-91	Maria Rizzieri	R\$ 2.434,58
552.377.209-78	Jurandir Manarim	R\$ 5.964,71

O pagamento da contribuição de melhoria da obra, desde que comprovada a valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

- O valor da Contribuição de Melhoria poderá ser pago integralmente, concedendo-se o desconto de 15% (quinze por cento), se feito em parcela única até a data do vencimento.
- O valor da Contribuição de Melhoria será lançado, a critério da Administração Pública, até 36 parcelas, iguais e consecutivas quanto forem necessárias para que o montante anual dos respectivos valores não ultrapasse três por cento (3%) do valor venal do imóvel atualizado à época do lançamento, observado o prazo decadencial para constituição do crédito tributário e prescricional para sua cobrança.
- Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 36 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas.
- Os créditos tributários oriundos, que não forem pagos em quota única ou parcelado, serão inscritos em dívida ativa, corrigidos monetariamente e demais encargos e encaminhados para execução judicial, ou protesto da Certidão de Dívida Ativa, nos termos do Código Tributário Municipal.





**MUNICÍPIO DE DONA EMMA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@донаemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@донаemma.sc.gov.br)

**8. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO DO BENEFÍCIO DA VALORIZAÇÃO NA ZONA BENEFICIADA:**

O fator de absorção do benefício, em face da valorização imobiliária ocorrida posteriormente à execução da obra pública, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 20% (vinte por cento), tendo como limite máximo o custo dela e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

**9. PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES DOS ELEMENTOS CONSTANTES DESTE EDITAL E REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA RESPONSÁVEL PELO JULGAMENTO:**

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra pública de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal Administração, Finanças e Planejamento, na Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro de Dona Emma/SC, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

**10. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA OBRA E DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA QUE DEVERÁ RECEBER AS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:**

O órgão responsável pela obra, objeto do presente Edital, é a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento. As eventuais impugnações não prejudicarão nem obstarão a prática dos atos necessários ao lançamento da Contribuição de Melhoria.

**11. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

O presente Edital, bem como, quaisquer outras informações atinentes ao mesmo, poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento ou através do site [www.donaemma.sc.gov.br](http://www.donaemma.sc.gov.br) ou ainda pelo telefone 47 33642800.

Dona Emma, 04 de janeiro de 2022.

**NILO GRAUPNER**

Prefeito Municipal em exercício

**DAMARCIA ROSANA GUESSER**

Fiscal de Tributos

**LEI Nº 1659/2021, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021**

Publicação Nº 3519590

LEI Nº 1659/2021, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021.

Ratifica as alterações do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIS-AMAVI), autoriza incorporação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI (CIM-AMAVI) e dá outras providências.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Dona Emma aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado em todos os seus termos o Contrato de Consórcio em anexo, que se constitui em alteração do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIS-AMAVI), que passará a se denominar Consórcio Intermunicipal de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí (CISAMAVI), na forma disposta no Contrato de Consórcio em anexo.

Art. 2º Fica autorizada a incorporação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI (CIM-AMAVI) ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIS-AMAVI), nos termos do artigo anterior.

Art. 3º Fica autorizada a transferência de todos os bens, direitos e deveres, de qualquer natureza, constituídos em nome do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI (CIM-AMAVI) ao Consórcio Intermunicipal de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí (CISAMAVI).

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dona Emma (SC), 21 de dezembro de 2021.

NERCI BARP  
Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE  
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de  
Administração, Finanças e Planejamento

# Ermo

## PREFEITURA

### AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2021 – PREGÃO PRESENCIAL

Publicação Nº 3519546

Estado de Santa Catarina  
Município de Ermo

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório nº 50/2021 – Pregão Presencial

O Município de Ermo/SC torna público a Adjudicação e Homologação do resultado do Processo Licitatório nº 50/2021 - Pregão Presencial, objeto: contratação de empresa especializada para executar a destinação final de resíduos sólidos urbanos (domiciliares e comerciais), em aterro sanitário devidamente regularizado nos órgãos competentes, durante o ano de 2022, lavrado em favor da empresa: RAC – SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL – CNPJ Nº 06.101.313/0001-12, com o valor de R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais).

Ermo/SC, 04 de janeiro de 2022.

PAULO DELLA VECCHIA

Prefeito Municipal

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2022 – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 3519965

Estado de Santa Catarina  
Município de Ermo  
Fundo Municipal de Saúde

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 29E7CD18A41DBA772F24B2E6958B450FC0C6DADE

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2022 – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos (incorporados e não incorporados na relação do SUS), produtos, insumos, exames, procedimentos e serviços médicos, para atendimento da demanda da Atenção Básica Municipal de Ermo/SC, para o exercício de 2022.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, sede na Rod. SC 448, km 06, nº 108, neste município, inscrito no CNPJ sob o nº 11.258.199/0001-79, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, Sr. MARCELO DAL TOÉ FERREIRA, portador do CPF nº 076.392.949-24.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC – CISAMREC, inscrito no CNPJ sob o nº 13.791.885/0001-36, com sede na Av. Santos Dumont, 1980 – sala 03 e 04 – Bairro São Luiz, no município de Criciúma/SC.

Valor: O valor global estimado é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso XXVI da Lei de Licitações n.º 8.666/93; Inciso III, § 1º do Art. 2º da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Erika Francisco Tomazi

Diretora de Saúde

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2022 – INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 3519780

Estado de Santa Catarina  
Município de Ermo

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 77109A15E8915B067CD01C8D69B170BE7BE49700

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2022 – INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de Assessoria Jurídica nas demandas que o município de Ermo necessitar, especialmente assessoria extrajudicial, em procedimentos administrativos em geral, como licitações e respectivos contratos, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, assessoria na elaboração de leis, decretos e regulamentos gerais, emissão de pareceres e, também, ajuizamento e acompanhamento de demandas judiciais em que o município seja parte ou interessado.

Contratante: MUNICÍPIO DE ERMO, sede na Rod. SC 448, km 06, nº 120, neste município, inscrito no CNPJ sob o nº 01.608.905/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO DELLA VECCHIA, brasileiro, casado, residente na cidade de Ermo, Santa Catarina, portador do CPF nº 999.910.129-15.

Contratado: THIAGO DA SILVA SIMON, brasileiro, Advogado, Inscrição na OAB/SC nº 40.132, portador do CPF nº 073.687.469-05, com endereço profissional na Rua Ângelo Andrea Scarabelot, 179, Centro, Turvo – SC.

Valor: O valor mensal de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), resultante num valor total do contrato de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

Fundamento Legal: Artigo 25, II, da Lei n.º 8.666/93, c/c Art. 25, § 1º, do Decreto Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, alterado pela Lei nº 14.039, de 17/08/2020.

Ermo/SC, 03 de janeiro de 2022.

Clayton Nazario Américo  
Secretário de Administração e Finanças

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2022 – INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 3519887

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 74AD731593A707F34901CCF9A762AC3BCE8FB0D9

Estado de Santa Catarina  
Município de Ermo

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2022 – INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de Assessoria Jurídica nas demandas que o município de Ermo necessitar, em procedimentos administrativos e processos judiciais, especialmente na área da Assistência Social, Saúde, Executivo Fiscal, emissão de pareceres e, também, ajuizamento e acompanhamento de demandas judiciais em que o Município seja parte ou interessada, na forma do art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Contratante: MUNICÍPIO DE ERMO, sede na Rod. SC 448, km 06, nº 120, neste município, inscrito no CNPJ sob o nº 01.608.905/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO DELLA VECCHIA, brasileiro, casado, residente na cidade de Ermo, Santa Catarina, portador do CPF nº 999.910.129-15.

Contratado: JULIETE PAULINO MEZZARI, brasileira, solteira, Advogada Inscrição na OAB/SC nº 40.889, portadora do CPF nº 071.150.309-52, com endereço profissional na Rua Marcos Rovaris, nº 643, Centro, Município de Turvo/SC, CEP 88930-000.

Valor: O valor mensal de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), resultante num valor total do contrato de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

Fundamento Legal: Artigo 25, II, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 25, § 1º, do Decreto Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, alterado pela Lei nº 14.039, de 17/08/2020.

Ermo/SC, 03 de janeiro de 2022.

Clayton Nazario Américo  
Secretário de Administração e Finanças

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2022 – INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 3519915

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E30072A5B607BEE058470236EF7B27F9C5ABD75A

Estado de Santa Catarina  
Município de Ermo

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2022 – INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de profissional especializado para prestação de serviços Técnicos e Singulares em Contabilidade Pública, elaboração de projetos de lei referentes a PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, LOA – Lei Orçamentária Anual. Formatação e revisão com o devido envio dos dados públicos para o sistema SFING do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Envio dos dados do sistema SIOPS ao Ministério da Saúde. Envio dos dados do sistema SIOPE ao FNDE. Envio dos dados do Município ao SICONF referente às MSC, RREO E RGF E DCA do Ministério da Fazenda. Envio da DIRF para a Receita Federal. Envio da SEFIP e da RAIS ao Governo Federal, acompanhamento das CNDs de todas as áreas, acompanhamento do sistema CAUC do ministério da Fazenda e DART SC Transferências do Governo do Estado. Dentre outras, orientações para emissão e produção dos relatórios de Controle Interno, empenhos, pareceres contábeis, no exercício de 2022.

Contratante: MUNICÍPIO DE ERMO, sede na Rod. SC 448, km 06, nº 120, neste município, inscrito no CNPJ sob o nº 01.608.905/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO DELLA VECCHIA, brasileiro, casado, residente na cidade de Ermo, Santa Catarina, portador do CPF nº 999.910.129-15.

Contratado: JUIR ANTONIO ROVARIS, brasileiro, Contador, portador do CPF nº 341.644.219-91, CRC-SC nº 16.738/O, residente e domiciliado no município de Timbó do Sul/SC.

Valor: O valor mensal de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), resultante num valor total do contrato de R\$ 115.200,00 (cento e quinze mil e duzentos reais).

Fundamento Legal: Artigo 25, II, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 25, § 1º, do Decreto Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, alterado pela Lei nº 14.039, de 17/08/2020.

Ermo/SC, 03 de janeiro de 2022.

Clayton Nazario Américo  
Secretário de Administração e Finanças

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 446/2021

Publicação Nº 3519694

DECRETO Nº. 446/2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2.547 de 25 de Novembro de 2020:

DECRETA:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.506.982,16 (um milhão, quinhentos e seis mil reais e noventa e dois reais e dezesseis centavos), no orçamento de 2021 das entidades do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde e Município de Faxinal dos Guedes, nas seguintes programações de despesas:

Suplementações:

Órgão: 14 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 08.244.801.2037 – Manut. do Fundo M. de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.493,25

Órgão: 14 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 08.244.801.2037 – Manut. do Fundo M. de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 22.000,00

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301.1001.2029 – Manutenção das Atividades da Saúde

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1102 – Ordinários Saúde

Valor: R\$ 300.000,00

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301.1001.2029 – Manutenção das Atividades da Saúde

Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1102 – Ordinários Saúde

Valor: R\$ 60.000,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Projeto Atividade: 26.782.2601.1067 – Aquisição de Máquinas e Veículos

Modalidade de Aplicação: 4490000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1164 – Convênios Outros - Estado

Valor: R\$ 249.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação

Projeto Atividade: 12.306.1002.2005 – Manutenção da Merenda Escolar

Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 7.108,95

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Projeto Atividade: 15.452.1502.2020 – Manut. dos Serviços de Utilidade Pública

Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 24.828,85

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura  
Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Infraestrutura  
Projeto Atividade: 26.782.2601.2016 – Manut. das Atividades de Infraestrutura  
Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 60.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação  
Projeto Atividade: 12.364.1201.2008 – Apoio ao Ensino Superior  
Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 16.727,24

Órgão: 11 – Encargos Gerais do Município  
Unidade Orçamentária: 001 – Encargos Gerais do Município  
Projeto Atividade: 28.846.2800.2027 – Amortização de Precatórios  
Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 29.093,02

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação  
Projeto Atividade: 12.361.1201.2006 – Manut. das Atividades do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1101 – Recursos Ordinários Educação  
Valor: R\$ 58.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação  
Projeto Atividade: 12.361.1201.2006 – Manut. das Atividades do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1101 – Recursos Ordinários Educação  
Valor: R\$ 570.618,95

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação  
Projeto Atividade: 12.361.1201.2006 – Manut. das Atividades do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1118 – Fundeb 70%  
Valor: R\$ 23.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação  
Projeto Atividade: 12.365.1201.2010 – Manut. da Educação Infantil – Pré-Escolar  
Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1101 – Recursos Ordinários Educação  
Valor: R\$ 15.742,47

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação  
Projeto Atividade: 12.365.1201.2009 – Manut. da Educação Infantil – Creche  
Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1101 – Recursos Ordinários Educação  
Valor: R\$ 60.369,43

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que se trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, Ordinários Educação, Ordinários Saúde, Fundeb 70% e Convênios Outros – Estado referente a aquisição de um caminhão usado do Processo SCC00018878/2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 14 de Dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 447/2021**

Publicação Nº 3519706

DECRETO G.P. Nº 447/2021.

DENOMINA O PRÉDIO PÚBLICO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, “AMADO LUIZ LAMONATO”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Inciso III, do artigo 66, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º. Fica denominado o novo prédio público, construída junto a Secretaria de Assistência Social - CRAS de “AMADO LUIZ LAMONATO”.  
Parágrafo único. A denominação é uma singela homenagem ao grande cidadão Faxinalense pelos relevantes serviços prestados à sociedade.  
Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes/SC, 14 de Dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 448/2021**

Publicação Nº 3519715

DECRETO Nº 448 /2021

GILBERTO ANGELO LAZZARI, PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVA PROJETO DE DESMEMBRAMENTO.

DECRETA:

Art. 1º - aprova o projeto de Desmembramento do imóvel constante de uma área de terras localizada em três Lagoas, na Rua do Progresso esquina com a Rua São Luiz, esquina com a Rua Santa Rita, pela Rua Santo Amaro e pela Rua Guaíba, atual quadra n.º 145, Matrícula n.º 28.989 do C. R. I. de Xanxerê de propriedade de d(o)(a)s Sr.(a)s LEUCIR ANTONINHO LAZZARI, ROSALI FATIMA LAZZARI, MARIA DE LOURDES LAZZARI, CELSO LUIZ LAZZARI, LUIZ HENRIQUE LAZZARI, JANEMARI DALL 'ASTA LAZZARI, MARILEI ANGELA BAGGIO, LEONIR BAGGIO, SERGIO LUIZ LAZZARI, HELENA MARIA REBELATTO, MARCIA HELENA LAZZARI, Projeto elaborado pela Arquiteta e Urbanista Michele Santin CAU /SC 73047-5.

Art. 2º - Desmembramento do imóvel constante de uma área de terras localizada em três Lagoas com área de 96.042,35m², matrícula 28.989 do C. R. I. de Xanxerê em 12 áreas: Lote 01 com área de 1.321,80m² da Quadra 145, localizado no final da Rua do Progresso, conforme a descrição a seguir: Nordeste - Com parte da Chácara Lazzari em 12,60 metros; Sudoeste - Com parte da Chácara Lazzari em 23,42 metros e com parte do Lote nº 02 em 10,16 metros; Sudeste - Com a Rua do Progresso em 16,00 metros, com lote 03 de propriedade de André Rebelatto Neto em 20,51 e com lote 04 de propriedade de André Rebelatto Neto em 25,00 metros; Noroeste - Com parte da Chácara Lazzari em 55,14 metros. Lote 02 com área de 1.729,48m² da Quadra 145, localizado no lado de numeração ímpar da Rua do Progresso, distante 39,00 metros da Rua São Luiz, conforme a descrição a seguir: Nordeste - Com a Rua do Progresso em 41,34 metros e com parte do Lote 01 em 10,16 metros; Sudoeste - Com parte da Chácara Lazzari em 50,87 metros; Sudeste - Com o lote 02 em 30,00 metros e com a Chácara Lazzari em 7,94 metros; Noroeste - Com parte da Chácara Lazzari em 30,00 metros. Lote 03 com área de 603,72m² da Quadra 145, localizado no lado de numeração ímpar da Rua do Progresso, distante 19,00 metros da Rua São Luiz, conforme a descrição a seguir: Nordeste - Com a Rua do Progresso em 20,00 metros; Sudoeste - Com parte da Chácara Lazzari em 17,11 metros e com parte do lote 04 em 3,66 metros; Sudeste - Com o lote 03 em 28,64 metros; Noroeste - Com parte do lote 01 em 30,00 metros. Lote 04 com área de 558,81m² da Quadra 145, localizado no lado de numeração ímpar da Rua do Progresso esquina com o lado ímpar da Rua São Luiz, conforme a descrição a seguir: Nordeste - Com a Rua do Progresso em 19,00 metros; Sudoeste - Com parte do lote 04 em 26,34 metros; Sudeste - Com a Rua São Luiz em 21,89 metros; Noroeste - Com o lote 02 em 28,64 metros. Lote 05 com área de 600,00m² da Quadra 145, localizado no lado de numeração ímpar da Rua São Luiz, distante 21,89 metros da Rua do Progresso, conforme a descrição a seguir: Nordeste - Com o lote 03 em 26,34 metros e com parte do lote 02 em 3,66 metros; Sudoeste - Com o lote 05 em 30,00 metros; Sudeste - Com a Rua São Luiz em 20,00 metros; Noroeste - Com parte da Chácara Lazzari em 20 metros. Lote 06 com área de 600,00m² da Quadra 145, localizado no lado de numeração ímpar da Rua São Luiz, distante 41,89 metros da Rua do Progresso, conforme a descrição a seguir: Nordeste - Com o lote 04 em 30,00 metros; Sudoeste - Com o lote 06 em 30,00 metros; Sudeste - Com a Rua São Luiz em 20 metros; Noroeste - Com parte da Chácara Lazzari em 20 metros. Lote 07 com área de 577,47m² da Quadra 145, localizado no lado de numeração ímpar da Rua São Luiz, distante 21,99 metros da Rua Santa Rita, conforme a descrição a seguir: Nordeste - Com o lote 05 em 30 metros; Sudoeste - Com o lote 07 em 30,04 metros; Sudeste - Com a Rua São Luiz em 20,00 metros; Noroeste - Com parte da Chácara Lazzari em 18,50 metros. Lote 08 com área de 669,51m² da Quadra 145, localizado no lado de numeração par da Rua Santa Rita, esquina com o lado ímpar da Rua São Luiz, conforme a descrição a seguir: Nordeste - Com o lote 06 em 30,04 metros; Sudoeste - Com a Rua Santa Rita em 30,00 metros; Sudeste - Com a Rua São Luiz em 21,99 metros; Noroeste - Com o lote 08 em 22,57 metros. Lote 09 com área de 459,23m² da Quadra 145, localizado no lado de numeração par da Rua Santa Rita, conforme a descrição a seguir: Nordeste - Com parte da chácara Lazzari em 20,39 metros; Sudoeste - Com a Rua Santa Rita em 20,41 metros; Sudeste - Com o lote 07 em 22,57 metros; Noroeste - Com o lote 09 em 22,36 metros. Lote 10 com área de 389,68m² da Quadra 145, localizado no lado de numeração par da Rua Santa Rita, conforme a descrição a seguir: Nordeste - Com parte da chácara Lazzari em 17,50 metros; Sudoeste - Com a Rua Santa Rita em 17,51 metros; Sudeste - Com o lote 08 em 22,36 metros; Noroeste - Com o lote 10 em 22,14 metros. Lote 11 com área de 385,81m² da Quadra 145, localizado no lado de numeração par da Rua Santa Rita, conforme a descrição a seguir: Nordeste - Com parte da chácara Lazzari em 17,50 metros; Sudoeste

– Com a Rua Santa Rita em 17,51 metros; Sudeste - Com o lote 09 em 22,14 metros; Noroeste – Com chácara Lazzari em 21,91 metros. Chácara Lazzari, com área total de 88.146,84m², localizada na Quadra 145, conforme a descrição a seguir: Nordeste – Com área de Leucir Antoninho Lazzari, Maria de Lourdes Lazzari; Celso Luiz Lazzari, Luiz Henrique Lazzari, Marilei Angela Baggio, Sergio Luiz Lazzari, Helena Maria Rebelatto e Marcia Helena Lazzari. (Mat. 34.408) em 498,07 metros, com o lote 01 em 23,42 metros, com o lote 02 em 50,87m e com o lote 03 em 17,11 metros. Sudoeste – Com o lote 01 na extensão de 12,60 metros, com o lote 09 na extensão de 20,39 metros, com o lote 10 na extensão de 17,50 metros, com o lote 11 na extensão de 17,50 metros, com a Rua Guaíba na extensão de 444,35 metros e com a chácara 105 na extensão de 29,63 metros. Sudeste – Com a Rua Brasília na extensão de 15 metros, com o lote 01 na extensão de 55,14m, com o lote 02 na extensão de 30 metros, com o lote 05 na extensão de 20,00 metros, com o lote 06 na extensão de 20,00 metros e com o lote 07 na extensão de 18,50 metros. Noroeste – Com área de terras de Carlos Roberto Aléssio (Mat. 11.695) na extensão de 145,14 metros, com a Chácara nº 105 (Mat. 22.330) na extensão de 20,25 metros, com parte do lote 01 na extensão de 7,94 metros e com a Rua Santo Amaro na extensão 27,86 metros.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de Dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 449/2021

Publicação Nº 3519719

DECRETO Nº 449/2021.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DA EXPRESSÃO MONETÁRIA DO VALOR DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – VRM, PARA O EXERCÍCIO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO o disposto do a Lei Complementar nº 20/2003, Alterada pela Lei Complementar 040/2005 e da Lei nº 2.259/2013.

CONSIDERANDO que o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, editado pela Fundação Getúlio Vargas, compreendido pelo período de Dezembro de 2020 a Novembro de 2021 atingiu o percentual acumulado de 17,8976%.

CONSIDERANDO que a expressão monetária do VRM é fixada atualmente, com vigência para o exercício de 2021 em R\$ 113,2168.

DECRETA:

Art. 1º. Altera a expressão monetária do valor de Referência Municipal (VRM), para o exercício de 2022, em R\$ 133,4799 (Cento e trinta e três reais e quarenta e sete centavos).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2022.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes – SC, 17 de Dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 450/2021

Publicação Nº 3519723

Faxinal dos Guedes, SC, 20 de Dezembro de 2021.

Decreto nº 450/2021.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Concede Licença Maternidade a servidora pública municipal MICHELE SANTIN, matrícula nº 3174, ocupante do cargo comissionado de Assessora de Obras e Serviços – 40 horas semanais, no período de 20/12/2021 a 17/06/2022.



Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de Dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

## DECRETO Nº 451/2021

Publicação Nº 3519728

DECRETO Nº. 451/2021.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2.547 de 25 de Novembro de 2020:

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 202.259,70 (duzentos e dois mil e duzentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301.1001.2029 – Manutenção das Atividades da Saúde

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1102 – Ordinários Saúde

Valor: R\$ 66.312,02

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301.1001.2036 – Manut. dos Programas do SUS - Estado

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1367 – Superávit - Transf. do SUS - Estado

Valor: R\$ 4.758,02

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação

Projeto Atividade: 12.361.1201.2006 – Manut. das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1101 – Recursos Ordinários Educação

Valor: R\$ 2.620,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação

Projeto Atividade: 12.361.1201.2006 – Manut. das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1118 – FUNDEB 70%

Valor: R\$ 50.119,28

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação

Projeto Atividade: 12.365.1201.2009 – Manut. da Educação Infantil – Creche

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1118 – FUNDEB 70%

Valor: R\$ 7.334,17

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação

Projeto Atividade: 12.365.1201.2010 – Manut. da Educação Infantil – Pré-Escolar

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1118 – FUNDEB 70%

Valor: R\$ 65.516,21

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 08.244.801.2023 – Manut. das Ativ. da Secretaria de Assist. Social

Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 600,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 08.244.801.2024 – Manut. do Conselho Tutelar

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Subtrai das Dotações:

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301.1001.2029 – Manutenção das Atividades da Saúde

Modalidade de Aplicação: 4490000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1102 – Ordinários Saúde

Valor: R\$ 5.614,94

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301.1001.2029 – Manutenção das Atividades da Saúde

Modalidade de Aplicação: 3393000000 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos

Fonte: 1102 – Ordinários Saúde

Valor: R\$ 60.697,08

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301.1001.2036 – Manut. dos Programas do SUS - Estado

Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1367 – Superávit - Transf. do SUS - Estado

Valor: R\$ 4.758,02

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação

Projeto Atividade: 12.361.1201.2006 – Manut. das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 4490000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1101 – Recursos Ordinários Educação

Valor: R\$ 2.620,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação

Projeto Atividade: 12.361.1201.2006 – Manut. das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1119 – FUNDEB 30%

Valor: R\$ 30.605,42

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação

Projeto Atividade: 12.361.1201.2006 – Manut. das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1119 – FUNDEB 30%

Valor: R\$ 19.513,86

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação

Projeto Atividade: 12.365.1201.2009 – Manut. da Educação Infantil – Creche

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1119 – FUNDEB 30%

Valor: R\$ 7.334,17

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação

Projeto Atividade: 12.365.1201.2010 – Manut. da Educação Infantil – Pré-Escolar

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1119 – FUNDEB 30%

Valor: R\$ 65.516,21

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Assistência Social  
Projeto Atividade: 08.244.801.2023 – Manut. das Ativ. da Secretaria de Assist. Social  
Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 600,00  
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Assistência Social  
Projeto Atividade: 08.244.801.2024 – Manut. do Conselho Tutelar  
Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 5.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 22 de Dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 452/2021

Publicação Nº 3519736

### DECRETO Nº 452/2021

Altera prazo do cronograma do Plano de Ação para Adequação ao Decreto Federal nº 10.540/2020 (Padrão Mínimo de Qualidade do SIAFIC), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o parágrafo único do art. 18 do Decreto Federal nº. 10.540/2020 de 05 de novembro de 2020,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterado prazo do cronograma do plano de ação voltado para a adequação às disposições do Decreto Federal nº. 10.540/2020, no que se refere ao atendimento dos requisitos mínimos de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), conforme constante no Anexo único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Faxinal dos Guedes – SC, em 22 de dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

#### ANEXO ÚNICO PLANO DE AÇÃO – DECRETO FEDERAL Nº 10.540/2020

AÇÃO	Resultado Esperado	Início	Fim	Responsável	Forma de Execução
Ação 1: Instituir uma comissão de estudo e avaliação do Padrão Mínimo de Qualidade SIAFIC	Alinhar ações e metas para um mesmo esforço.	05/05/2021	31/05/2021	Comissão de Avaliação.	Publicação de Portaria instituindo a responsabilidade pela avaliação do processo de adequação do SIAFIC ao decreto 10.540/2020.
Ação 2: Avaliar a situação atual (avaliação do atual sistema de contabilidade se atende aos padrões mínimos de qualidade do Decreto 10.540/2020).	Avaliar e identificar possíveis ações corretivas do sistema atual, ou se a necessidade de uma nova contratação.	01/07/2021	31/10/2022	Comissão de Avaliação	- Analisar o decreto 10.540/2020 e todos os seus critérios técnicos. - Avaliar a situação atual do fornecimento do SIAFIC no Município. - Realizar uma análise comparativa entre o Decreto e a Situação Atual.
Ação 3: Reunião com a empresa fornecedora do Software para alinhamento e atendimento quanto as Ações Evolutivas que estão em curso para adequação aos padrões mínimos de qualidade.	Tomar conhecimento das medidas em andamento adotadas ou planejadas pela empresa que fornece o software para o Município.	01/09/2021	31/10/2022	Comissão de Avaliação.	- Apresentar a empresa a Análise comparativa entre o Decreto 10.540/2020 e a situação atual. - Solicitar a empresa que realize adequação necessárias ao atendimento do Decreto 10.540/2020, se necessário. - Estipular prazo para a empresa efetuar as adequações necessárias.

Ação 4: Adequação no descritivo do edital de licitação para quadro das futuras contratações estejam aderentes aos padrões mínimos de qualidade do SIAFIC.	Garantir que, independente da necessidade atual ou não de contratação, os próximos processos licitatórios envolvam a aquisição ou locação de software de contabilidade, aos critérios exigidos pelo Decreto.	01/01/2022	31/12/2022	Setor de Compras e Licitações, departamento Jurídico do Município, e a Comissão de Licitação.	- Incluir no processo licitatório de contratação do SIAFIC os critérios exigidos pelo Decreto 10.540/2020.
--	--	------------	------------	---	--

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 453/2021

Publicação Nº 3519755

DECRETO Nº. 453/2021.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2.547 de 25 de Novembro de 2020:

### DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 9.796,48 (nove mil e setecentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 14 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 08.244.801.2037 – Manut. do Fundo M. de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.267,59

Órgão: 03 – Secretaria de Administração e Fazenda

Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria de Administração e Fazenda

Projeto Atividade: 04.122.402.2004 – Manut. das Ativ. Administrativas e Financeiras

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 4.581,45

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Projeto Atividade: 26.782.2601.2016 – Manut. das Atividades de Infraestrutura

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.492,97

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 08.244.801.2023 – Manut. das Ativ. da Secretaria de Assist. Social

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.159,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 08.244.801.2024 – Manut. do Conselho Tutelar

Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 295,47

Subtrai das Dotações:

Órgão: 14 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 08.244.801.2037 – Manut. do Fundo M. de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.267,59

Órgão: 03 – Secretaria de Administração e Fazenda  
Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria de Administração e Fazenda  
Projeto Atividade: 04.122.402.2004 – Manut. das Ativ. Administrativas e Financeiras  
Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 4.581,45

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura  
Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Infraestrutura  
Projeto Atividade: 26.782.2601.2016 – Manut. das Atividades de Infraestrutura  
Modalidade de Aplicação: 4490000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 1.492,97

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Assistência Social  
Projeto Atividade: 08.244.801.2023 – Manut. das Ativ. da Secretaria de Assist. Social  
Modalidade de Aplicação: 4490000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 1.159,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Assistência Social  
Projeto Atividade: 08.244.801.2024 – Manut. do Conselho Tutelar  
Modalidade de Aplicação: 3390000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 295,47

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes /SC, 27 de Dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 454/2021

Publicação Nº 3519757

DECRETO Nº. 454/2021.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2.547 de 25 de Novembro de 2020:

### DECRETA:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 156.270,21 (cento e cinquenta e seis mil e duzentos e setenta reais e vinte e um centavos), no orçamento de 2021 das entidades do Fundo Municipal de Saúde e Município de Faxinal dos Guedes, nas seguintes programações de despesas:

#### Suplementações:

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto Atividade: 10.301.1001.2029 – Manutenção das Atividades da Saúde  
Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1102 – Ordinários Saúde  
Valor: R\$ 80.323,18

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Educação  
Projeto Atividade: 12.361.1201.2006 – Manut. das Atividades do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1118 – Fundeb 70%  
Valor: R\$ 74.566,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Assistência Social  
Projeto Atividade: 08.244.801.2023 – Manut. das Ativ. da Secretaria de Assist. Social  
Modalidade de Aplicação: 3190000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 1.381,03

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que se trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, Ordinários Saúde e Fundeb 70%.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 27 de Dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 455/2021

Publicação Nº 3519758

### DECRETO Nº 455/2021

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR ESTIAGEM – COBRADE 1.4.1.1.0, CONFORME IN/MI 036/2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril e 2012, CONSIDERANDO:

I – Considerando que compete ao Município a preservação do bem-estar da população e das atividades socioeconômicas das regiões atingidas por eventos adversos, bem como a adoção imediata das medidas que se fizerem necessárias para, em regime de cooperação, enfrentar situações emergenciais;

II – Considerando a continuidade do período de estiagem que atinge o território do município de Faxinal dos Guedes, desde o mês de junho de 2020, devido a redução das precipitações pluviométricas que assolam as comunidades do município para níveis sensivelmente inferiores aos da normal climatológica e a queda intensificada das reservas hídricas de superfície provocada pela má distribuição pluviométrica na região;

III – Considerando os impactos ocasionados, decorrentes das perdas significativas na agricultura da região, principalmente nas culturas de soja, milho, feijão e pastagem, na pecuária suinocultura, avicultura e bacia leiteira;

IV- Que o parecer do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMDEC, devido a situação de estiagem neste Município é favorável a declaração de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Estiagem - COBRADE 1.4.1.1.0, CONFORME IN/MI 036/2020.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.



Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito Municipal, 29 de dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito de Faxinal dos Guedes - SC

## DECRETO Nº 456/2021

Publicação Nº 3519763

### DECRETO Nº 456 /2021

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, aprova projeto de desdobro.

#### DECRETA:

Art. 1º - aprova o projeto de Desdobro do lote urbano n.º 03 da quadra n.º 147 com área de 940,64m², localizado na Rua 20 de Janeiro, no Bairro 02, Matrícula n.º 1/22.930 do C. R. I. de Xanxerê, neste Município de Faxinal dos Guedes/SC, de propriedade de TEREZINHA CANCI, Projeto elaborado pela Engenheira Civil Carlos Samantha de Campos da Silva CREA SC 171344-0

Art. 2º - Este desdobro resulta em 02 imóveis sendo: Lote 03-A, com área de 540,64m², localizado no lado de numeração par da Rua 20 de Janeiro, distante 132,86 metros da esquina com a Rua Aurélio Lunardelli, conforme descrição a seguir: NORDESTE – Confronta com parte do Lote 11, área verde do Loteamento Zwicker, de propriedade da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes/SC, em 33,11 metros. SUDOESTE – Confronta com parte da Rua 20 Janeiro em 20,55 metros e com o Lote 03-B de Terezinha Canci, matrícula 22.930, em 20,00 metros. SUDESTE – Confronta com o Lote 03-B de Terezinha Canci, matrícula 22.930, em 20,00 metros e com parte do Lote 04, área verde, de propriedade da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes/SC em 5,54 metros. NOROESTE – Confronta com parte do Lote 02, de Marlene Sassi, matrícula 29.954, em 26,60 metros.

Lote 03-B, com área de 400,00m², localizado no lado de numeração par da Rua 20 de Janeiro, distante 112,86 metros da esquina com a Rua Aurélio Lunardelli, conforme descrição a seguir: NORDESTE – Confronta com parte do Lote 03-A, de Terezinha Canci, matrícula 22.930, em 20,00 metros. SUDOESTE – Confronta com parte da Rua 20 Janeiro em 20,00 metros. SUDESTE – Confronta com parte do Lote 04, área verde, de propriedade da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes/SC, em 20,00 metros.

NOROESTE – Confronta com parte do Lote 03-A, de Terezinha Canci, matrícula 22.930, em 20,00 metros, no Bairro 02, neste Município de Faxinal dos Guedes/SC.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de Dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 457/2021

Publicação Nº 3519764

### DECRETO Nº. 457/2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2.547 de 25 de Novembro de 2020:

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 431,19 (quatrocentos e trinta e um reais e dezenove centavos), no orçamento de 2021 da entidade do Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301.1001.2029 – Manutenção das Atividades da Saúde

Modalidade de Aplicação: 4490000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1179 – Emendas Parlamentares Impositivas – Transf. Estado

Valor: R\$ 431,19

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que se trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação dos rendimentos referente ao Processo SCC 00003384/2020 da emenda impositiva nº. 970, Lei nº. 17.875/2019-LOA, autor Deputado Mauricio Eskudlark para aquisição de equipamentos para unidade de saúde de Faxinal dos Guedes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 30 de Dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

### **EXT. ADITIVO 03 CONTRATO Nº0010/2021**

Publicação Nº 3519324

TERMO ADITIVO DE RESCISÃO N. 03 AO,  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0010/2021  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

Art. 1º Fica rescindido, de forma amigável, o contrato administrativo supracitado, a partir de 30 de dezembro de 2021.  
Parágrafo único. Os débitos existentes deverão ser liquidados e pagos até a data prevista no contrato, devendo ser anulado o saldo empenhado remanescente.

Art. 2º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Faxinal dos Guedes/SC, 30 de dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 159/2021**

Publicação Nº 3519799

LEI COMPLEMENTAR Nº 159/2021.

“DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER, que o Poder Legislativo Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. - Ficam acrescidos no Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação – Lei Complementar 0145/2019, os seguintes artigos:

“...Art. 36.A - A ampliação da Carga Horária dos membros do Magistério Público da Educação Básica, quando da existência de vaga e anteriormente a realização de concurso público de provas e títulos, poderá ser requerida à administração pública pelo ocupante do cargo de professor e a concessão deverá seguir critérios:

I - Maior tempo de serviço de cada concurso;

II – Maior nota;

III - Maior idade;

IV – Em caso de empate será feito sorteio com a presença dos envolvidos.

“...Art. 36.B – A ampliação da carga horária a qual trata o Art. 36.A, será efetuada anualmente após a escolha dos efetivos.”

“Parágrafo único: Para efeito de remuneração a carga horária ampliada, observada a proporcionalidade, terá o mesmo tratamento da outra carga horária efetiva, exceto a progressão funcional que iniciará uma contagem própria.”

Art. 2º. - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se às disposições em contrário.



Faxinal dos Guedes/SC, 21 de Dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 160/2021**

Publicação Nº 3519802

LEI COMPLEMENTAR Nº 160/2021.

ACRESCENTA O ARTIGO 10-B NA LEI N. 911/1985, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER, que o Poder Legislativo Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Acrescenta-se o artigo 10-B, na Lei n. 911/1985, de 26 de novembro de 1985:

“...Art. 10-B - Ao longo das faixas de domínio público das rodovias, onde houver edificações consolidadas, ou seja, construídas até 25 de Novembro de 2019 (comprovadas através de laudos fotográficos, imagens google Earth datada, arquivos pessoais entre outros), fica dispensada a reserva da faixa não edificável.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se às disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes/SC, 21 de Dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2.582/2021**

Publicação Nº 3519782

LEI N. 2.582/2021.

“...DISCIPLINA SERVIÇOS PÚBLICO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL POR TÁXI NO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS...”.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER, que o Poder Legislativo Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, regulamenta o Serviço Público Municipal de Transporte Individual por táxi pelas regras constantes na presente Lei.

Art. 2º. Define-se como táxi o veículo automotor de aluguel provido de taxímetro, destinado ao transporte individual de passageiros, com contraprestação paga pelos passageiros, na forma de tarifa fixada pelo Executivo Municipal, segundo as normas e os critérios fixados na legislação vigente, e cuja exploração somente será permitida às pessoas físicas cadastradas na Secretaria Municipal de Infraestrutura, vinculadas a um só prefixo e registradas, obrigatoriamente, na função de condutor de táxi.

Art. 3º. O serviço de transporte remunerado de passageiros em veículos de aluguel – Táxi -, obedecerá, no MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, ao disposto nesta Lei, na Constituição Federal, na Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; Lei n. 12.468, de 26 de agosto de 2011, que regulamenta a Profissão de Taxista, Lei n. 3.870, de 31 de maio de 2017 que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, nos regulamentos nacionais de observância obrigatória e em novas disposições normativas ou regulamentares que por ventura forem editados.

Art. 4º. Para o fim da presente Lei considera-se:

I - Alvará de Tráfego: documento emitido pelo Poder Público que autoriza o veículo a operar no Sistema de Transporte Público por Táxi do Município;

II - Extinção da Autorização: devolução compulsória da autorização por infração legal ou regulamentar;

III - Cassação da Carteira de Identificação de Condutor de Táxi: cancelamento compulsório da autorização para operar o serviço por infração legal ou regulamentar;

IV - CNH: Carteira Nacional de Habilitação;

V - Taxista: condutor auxiliar ou autorizatário inscrito no cadastro de condutores de táxi;

VI - Condutor auxiliar: empregado ou motorista autônomo de atividade profissional, vinculado ao autorizatário ou à empresa autorizatória, inscrito no cadastro de condutores de táxi;

VII - Frota: número de veículos vinculados às autorizações delegadas;

VIII - Operadores: condutores auxiliares, autorizatários e empresas permissionárias;

IX - Autorização: a autorização é ato unilateral, precário, discricionário e pode ser suspensão, extinta, revogada e ou modificada a qualquer tempo pelo Poder Executivo Municipal, mediante processo administrativo;

X - Autorizatário: o titular da autorização para a prestação dos serviços objeto da presente Lei;

XI - Poder Concedente: o Poder Público titular dos serviços municipais de táxi;

XII - Ponto de Táxi: local regulamentado para estacionar o veículo táxi e aguardar passageiro;

XIII - Carteira de Identificação de Condutor de Táxi (CICT): documento obrigatório emitido pelo Poder Concedente que autoriza o taxista a operar o serviço em veículo vinculado ao sistema de táxi;

XIV - Renúncia à autorização: devolução voluntária de autorização;

XV - Reserva de autorização: interrupção temporária de prestação do serviço requisitada pelo autorizatário ou pela empresa autorizada;

XVI - Suspensão de autorização: proibição de prestação do serviço por um período de tempo determinado;

XVII - Suspensão do Condutor: proibição de conduzir o veículo em serviço por um período de tempo;

XVIII - Transferência: é o processo de cessão da autorização;

XIX - Usuário: indivíduo que utiliza o serviço público de táxi;

XX - Veículo: automóvel inscrito no Cadastro de Veículos/Táxi do Poder Concedente;

XXI - Eletrovisor: equipamento externo com letreiro "TÁXI", afixado no teto do veículo;

XXII - Vistoria: ato de submeter o veículo a inspeção veicular para verificação de segurança, conforto, conservação, higiene, equipamentos e características definidas na Legislação Federal, Estadual e Municipal, neste regulamento e em normas complementares;

XXIII - Táxi Acessível: categoria destinada à prestação do serviço de táxi para atender às necessidades de deslocamento de usuários com deficiência ou mobilidade reduzida, temporária ou permanente;

XXIV - Bandeira 1: o preço do quilômetro equivalente ao valor a ser pago por 1 (um) quilômetro de corrida;

XXV - Bandeira 2: preço do quilômetro acrescido em 20% (vinte por cento) em relação ao preço da Bandeira 1;

XXVI - Hora-serviço: hora de espera pelo passageiro, com o motor desligado;

XXVII – Substituição de veículo: Realizar a troca do veículo cadastrado por outro, desde que atenda às exigências prevista nesta Lei;

XXVIII – Permuta de ponto: troca de ponto entre dois autorizatários;

XXIX – Troca de ponto: troca individual do ponto de origem do autorizatário para outro.

## CAPÍTULO II

### DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL POR TÁXI

Art. 5º. O Serviço Público de Transporte Individual por Táxi tem por objeto o atendimento à demanda de transporte ágil, confortável, seguro e individual da coletividade, constituindo um serviço de interesse público, de titularidade do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina e dar-se-á por meio de autorização outorgada pelo Executivo Municipal, em caráter personalíssimo, temporário e precário, que poderá ser outorgada sua execução a particulares.

Parágrafo único - o prazo para a exploração do Serviço Público de Transporte Individual por Táxi será de 420 (quatrocentos e vinte) meses, não prorrogáveis.

Art. 6º. O autorizatário poderá ser titular de apenas 01 (uma) autorização.

Art. 7º. Considerando-se o caráter personalíssimo da autorização, o autorizatário deverá possuir domicílio no Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. O Serviço Público de Transporte Individual por Táxi possui sua contratação restrita ao Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, podendo, destinarem-se a outros municípios desde que a origem da corrida tenha iniciado no município.

Art. 9º. Para habilitar-se e explorar o serviço público de transporte individual por Táxi no âmbito do Município deverão ser atendidos os seguintes requisitos, exigidos pelo Poder Público Municipal:

I - todo veículo utilizado no Serviço Público de Transporte Individual por Táxi deverá encontrar-se devidamente cadastrado e registrado e licenciado no Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Santa Catarina - DETRAN/SC -, emplacado no Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina na categoria aluguel, em nome do autorizatário ou titular do contrato de arrendamento mercantil do veículo.

II - estar habilitado para dirigir veículo automotor na categoria B, exercer atividade remunerada conforme legislação vigente;

III - exigir-se-á do pretendente a escolaridade mínima correspondente ao ensino fundamental completo;

IV - apresentarem certidões negativas de registro e distribuição, emitidas pela Justiça Estadual e Federal, onde não constem registros de crimes contra a vida, contra a fé pública, contra a administração, contra a dignidade sexual, hediondos, de roubo, furto, estelionato, recepção, de quadrilha ou bando, sequestro, extorsão, de trânsito ou aqueles previstos na legislação alusiva repressão, à produção não autorizada e tráfico ilícito de drogas, consumados ou tentados, posse e comercialização de armas de fogo e munição ou à coibição da violência doméstica e familiar contra a mulher;

V - vedada a outorga ou operar na condição de autorizatário, condutor empregado, condutor auxiliar ou procurador, aqueles que possuam vínculos com a Administração Pública Direta ou Indireta, como empregados e servidores, ativos, inativos ou reformados, ou, ainda, que ocupem cargos ou exerçam funções e que são detentores de outorga de concessão mesmo na condição de sócio ou acionista, permissão ou autorização do serviço público de qualquer natureza expedida pela administração pública municipal;

VI - deverão encontrar-se segurados no regime geral de previdência, conforme determinação da Lei n. 12.468, de 26 de agosto de 2011;

VII - certidão negativa de débitos expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, referente ao ISSQN;

VIII - Todo o veículo utilizado no Serviço Público de Transporte Individual por Táxi deverá estar vinculado a uma plataforma on-line, disponibilizando para o usuário o acesso ágil ao solicitar serviço;

IX - comprovante de residência.

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de infraestrutura exigir, implantar, planejar, regulamentar, operar e gerenciar o Serviço Público de Transporte Individual por Táxi, ou delegar a terceiro o serviço de Sistema de Monitoramento e gerenciamento operacional, inclusive quanto a operação, controle, fiscalização e aplicação de penalidades do Serviço Público de Transporte Individual por Táxi.

Parágrafo único - fica delegada competência ao Secretário Municipal de Infraestrutura para emitir e assinar Alvarás de Tráfego, Licenças de Estacionamento, Carteira de Identidade de Condutor do Transporte Público Táxi – CICT - aplicar penalidades, julgar recursos e todos os demais documentos e atos referentes ao transporte individual por táxi, bem como para analisar, praticar e assinar os atos administrativos que objetivem a extinção daqueles, e demais atribuições e competências definidas pela Lei Municipal n. 958/1986, pela Lei n. 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro e pela Legislação Complementar, ou a quem delegar mediante ato administrativo.

Art. 11. A Secretário Municipal de Infraestrutura manterá os seguintes cadastros individuais mínimos relativos ao Serviço Público de Transporte Individual por Táxi:

I - autorizatários;

II - veículos;

III - autorizações revogadas ou extintas;

IV - taxistas cadastrados e descadastrados;

V - autuações e penalidades aplicadas por infração em decorrência desta Lei;

VI - autuações e penalidade aplicadas em decorrência da execução de transporte clandestino;

VII - reclamações e ocorrências apresentadas pelos passageiros, pelos taxistas e por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que tenham relação com o serviço de táxi;

VIII - procuradores.

§ 1º - o cadastro indicado no Inciso IV deste artigo, refletirão o histórico profissional do taxista, com a descrição do que segue, dentre outras informações:

I - documentos expedidos em seu favor;

II - dos prefixos e dos períodos em que executaram o Serviço Público de Transporte Individual por Táxi;

III - das notificações, infrações, penalidades e medidas administrativas aplicadas;

§ 2º - o endereço informado pelo taxista será, por ocasião de seu cadastro e renovações posteriores, válido para fins de notificações e intimações.

§ 3º - a obrigatoriedade do registro das informações inicia-se com a publicação desta Lei, sem prejuízo de eventuais informações anteriores, que poderão ser registradas com a finalidade de complementação.

§ 4º - as informações e os documentos constarão, obrigatoriamente, nos cadastros por 10 (dez) anos e, após esse prazo, poderão ser excluídos, conforme a necessidade e a conveniência administrativa.

#### SEÇÃO I DAS NOVAS AUTORIZAÇÕES

Art. 12. A outorga de novas autorizações dar-se-ão mediante a comprovação prévia do atendimento aos requisitos pessoais para o exercício da atividade, bem como ao veículo, que deverá atender as características exigidas nesta Lei.

I - Mediante requerimento escrito, apresentado ao Executivo Municipal, pela parte interessada até 31 de janeiro;

II- Atender as exigências conforme disposto no artigo 9º desta Lei;

III- Autorização para veículo na categoria comum ano/fabricação zero (0) quilometro, na categoria sedam, com porta-malas com capacidade mínima de 275 litros, possuam 04 (quatro) portas e sistema de ar-condicionado, além das demais exigências previstas no artigo 28;

IV- Autorização para veículo na categoria acessível ano/modelo igual ou inferior a 10 (dez) anos, além das demais exigências previstas no artigo 28;

V - Comprovação da contratação de seguro veicular contra terceiros, incluindo a cobertura ao passageiro, com valor do prêmio não inferior a 50 (cinquenta) salários-mínimos nacionais;

§ 1º - as novas autorizações serão dispostas em pontos livres.

§ 2º - fica facultada a permuta entre autorizatário lotado em ponto fixo e autorizatário em ponto livre, com autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

#### SEÇÃO II DA JORNADA DIÁRIA DO SERVIÇO

Art. 13. É função precípua do autorizatário a execução direta do serviço, independentemente da existência de condutores auxiliares, autônomos ou empregados, ficando a jornada diária de trabalho a critério do autorizatário.

Parágrafo único - de modo a auxiliar a apuração da regularidade da execução do serviço diretamente pelo autorizatário, o Secretário Municipal de Infraestrutura, poderá determinar a adoção obrigatória, nos prefixos, de equipamentos mecânicos, elétricos, eletrônicos diversos e aplicativos, ou por qualquer outra forma de controle, por meio da devida regulamentação própria.

#### SEÇÃO III DA FUNÇÃO DE TAXISTA E DA EXPEDIÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO PARA CONDUTOR DE TÁXI

Art. 14. É facultado ao autorizatário confiar o veículo a terceiros, como condutores auxiliares que complementem e deem continuidade ao trabalho do titular, na condição de autônomos ou de empregados.

Parágrafo único - os autorizatários poderão apresentar e cadastrar até 03 (três) condutores auxiliares por prefixo.

Art. 15. A função de taxista, seja na condição de autorizatário, de condutor auxiliar autônomo ou de condutor auxiliar empregado, somente poderá ser exercida mediante a prévia obtenção de Carteira de Identificação de Condutor de Táxi - CICT, documento de porte obrigatório para a execução do serviço, que possuirá validade condicionada à validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

§ 1º - A CICT poderá ser solicitada pelos autorizatários e condutores auxiliares e somente será emitida ou renovada em favor dos requerentes que apresentarem:

- I – Carteira Nacional de Habilitação categoria B, ou superior, obrigatório exercer atividade remunerada;
- II- certidão judicial criminal negativa da Justiça Federal, emitida pelo Tribunal Regional Federal;
- III – certidão judicial criminal emitido pelo Tribunal de Justiça;
- III- comprovante de inscrição como segurados no regime geral de previdência, NIT/ PIS/PASEP, mesmo nos casos de aposentadoria;
- IV - comprovante de residência com, no máximo, 30 (trinta) dias;
- V – declaração de não vínculo disposto no artigo 9º desta Lei.

§ 2º - a expedição ou manutenção da CICT, ficam condicionadas à análise discricionária da Secretaria Municipal de Infraestrutura relativamente aos registros e ao histórico policial, judicial, de trânsito e de transporte do interessado, passível de indeferimento do requerimento ou a qualquer momento, mediante decisão fundamentada.

§ 3º - a CICT dos condutores auxiliares terá caráter geral, sem vinculação aos prefixos em que venham a exercer a função, ficando a efetiva execução do serviço condicionada ao cumprimento, pelo autorizatário, do dever de formalizar e manter atualizado, junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, o registro dos taxistas que executam o serviço em seu prefixo.

§ 4º - é vedada a execução do serviço pelo condutor auxiliar sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, mesmo com a ciência e concordância do autorizatário.

§ 5º - é vedado o exercício da função de condutor de táxi àqueles que mantenham vínculo com a administração Pública Direta ou Indireta do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina.

§ 6º - são obrigações dos autorizatários, relativamente aos seus condutores auxiliares:

I - Formalizar junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, mediante solicitação protocolada, a autorização para que o condutor auxiliar passe a executar o serviço de transporte no seu prefixo;

II- Formalizar junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, imediatamente, os condutores auxiliares que deixaram de exercer a função junto ao seu prefixo, de modo a ser dada a devida baixa no registro.

Art. 16. É vedado aos autorizatários:

I- deter qualquer outra autorização, permissão ou concessão de serviço público no Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, tampouco podendo figurar como sócios ou acionistas de outros prefixos;

II - o aluguel, o arrendamento, a sub-autorização, a alienação ou qualquer outra forma de negociação da autorização de táxi;

III - exercer ou cadastrar-se nas operadoras de transporte individual privado remunerado com o veículo destinado ao táxi;

IV- exercer função de procurador de prefixo diverso do seu, independente do modal de transporte em que se dê tal situação;

V – conduzir prefixo adverso ao qual seja o titular, exceto por fato alheio a sua vontade que impede o veículo de exercer a atividade desde que devidamente fundamentado, ou no caso previsto no artigo 40 pelo mesmo período que perdurar o impedimento.

Art. 17. A Secretaria Municipal de Infraestrutura poderá proceder ao recadastramento dos autorizatários e dos condutores auxiliares a qualquer tempo.

#### SEÇÃO IV DAS TRANSFERÊNCIAS E EXTINÇÃO

Art. 18. É permitida a transferência da autorização a terceiros e aos demais interessados que atendam às exigências nos termos desta Lei, cumpridos os seguintes requisitos:

I - comprovada a situação de invalidez permanente, perda de capacidade de dirigir ou aposentadoria por tempo de serviço;

II - no caso do falecimento do outorgado, sendo a transferência do direito de exploração do serviço assegurado ao sucessor legítimo, nos termos do artigo 1.829 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a transferência será condicionada em favor de 01 (um) único pretendente;

III - durante o tempo de vigência da autorização, apenas uma vez;

IV - caso a autorização não seja objeto de aplicação da penalidade de extinção;

V - no caso disposto no Inciso I, desde que se enquadre no disposto no inciso II, mediante requerimento escrito apresentado ao Executivo Municipal pela parte interessada a qualquer tempo;

VI - nos demais casos mediante requerimento escrito apresentado ao Executivo Municipal pela parte interessada até 31 de janeiro de cada ano;

VII - As transferências de que se tratam este artigo dar-se-ão pelo prazo da outorga original, e serão condicionadas à prévia anuência do poder público municipal, desde que o pretendente atenda aos requisitos disposto no art. 9º, desta Lei;

VIII - comprovação da contratação de seguro veicular contra terceiros, incluindo a cobertura ao passageiro, com valor do prêmio não inferior a cinquenta (50) salários-mínimos nacionais;

IX - Aos que efetuarem a transferência de suas autorizações, somente poderão solicitar nova autorização ou voltar ao modal como autorizatário, após transcorridos o prazo de sessenta (60) meses.

Art. 19. Cumpridas às exigências desta Lei e da legislação vigente aplicável será firmado o Termo de Autorização, que será expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou pela autoridade competente por ele delegada.

I - Expedido o Termo de Autorização, fica estabelecido ao autorizatário o prazo improrrogável de sessenta (60) dias para o início efetivo da execução do serviço, o não cumprimento ensejará na revogação da autorização;

II - A execução efetiva do Serviço Público de Transporte Individual por Táxi fica sujeita, permanentemente, à prévia expedição de Alvará de Tráfego específico para o veículo, documento de porte obrigatório;

III - A emissão ou renovação do alvará de tráfego está vinculado mediante a devida aprovação do veículo na vistoria, e terá sua validade conforme disposto no artigo 32 desta Lei;

IV- O alvará de tráfego deverá conter as seguintes informações obrigatórias:

- a) nome CPF/CNPJ e prefixo do autorizatário;
- b) marca/modelo do veículo e ano/fabricação e ano/modelo do veículo;
- c) endereço e número do ponto.

V - a alteração dos dados obrigatórios implicará na atualização do alvará, mantendo sua validade conforme disposto no inciso III.

Art. 20. Extingue-se a autorização para o Serviço Público de Transporte Individual por Táxi:

- I - com o falecimento ou a incapacidade do autorizatário, salvo na hipótese referida no artigo 18, desta Lei;
- II - com a ausência ou perda, pelo autorizatário, das condições técnicas ou operacionais, salvo na hipótese referida no artigo 18;
- III - com a perda, pelo autorizatário, da capacidade para exercer a função de condutor de táxi, salvo na hipótese referida no artigo 18;
- IV- com a insolvência civil do autorizatário, salvo na hipótese referida no artigo 18;
- V – com a ausência de interesse do autorizatário ou o abandono do serviço, independentemente de formalização da renúncia;
- VI - em decorrência de revogação ou anulação da autorização, por decisão do Executivo Municipal;
- VII- em decorrência da aplicação da penalidade de extinção ou revogação.

§ 1º - constatada causa que enseje a extinção da autorização, será o autorizatário notificado a apresentar defesa e recurso administrativo;

§ 2º - o autorizatário desvinculado do sistema pela aplicação da penalidade de extinção da autorização deverá aguardar o prazo mínimo de sessenta (60) meses para, novamente investi-lo na condição de delegatário ou de condutor empregado ou auxiliar do Transporte Público Individual por Táxi no Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina;

§ 3º - não configura causa motivadora da extinção da autorização a reserva da autorização previamente solicitada pelo autorizatário e deferida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme artigo 40 desta Lei;

§ 4º - a extinção da autorização não gera qualquer direito de indenização aos autorizatários e aos condutores auxiliares;

§ 5º - extinta a autorização, o prefixo não será mais recolocado em serviço, sendo efetuado a sua baixa do cadastro conforme disposto no artigo 11 da presente lei.

#### SEÇÃO V DO TRÂMITE ADMINISTRATIVO

Art. 21. Exclusivamente nas hipóteses em que o autorizatário ou o condutor auxiliar, comprovadamente, não apresentarem condições de se deslocar a Secretaria Municipal de Infraestrutura, o comparecimento pessoal poderá ser suprido por meio de instrumento de procuração/



autorização, documento que restará, sempre, retido pela Secretaria e que deverá trazer expressos os poderes para o ato específico que o outorgado pretende promover.

§ 1º - com exceção das hipóteses descritas neste artigo, todos os protocolos e as solicitações deverão ser efetuados diretamente pelo autorizador, nos casos de assuntos relativos ao prefixo, ou pelo condutor auxiliar, tratando-se de demandas relativas à sua função de taxista.

§ 2º - a representação por instrumento procuratório não será aceita, sendo indispensável à presença do autorizador para a realização do ato, nos seguintes casos:

- a) autorização para explorar a atividade;
- b) transferência da autorização ou reserva da autorização;
- c) substituição do veículo, liberação de veículo recolhido ou removido;
- d) processo administrativo de extinção da autorização.

§ 3º - a comprovação da impossibilidade de deslocamento referida no caput deste artigo, será analisada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, mediante a apresentação, pelo outorgado, dos documentos relativos ao motivo do impedimento do comparecimento;

§ 4º - visando ao controle do ato de representação e a fim de evitar infração ao disposto nesta Lei, a Secretaria Municipal de Infraestrutura manterá o devido registro, observando que:

- a) cada procurador constituído somente poderá representar 01 (um) prefixo a cada período de 12 (doze) meses;
- b) cada prefixo somente poderá ser representado, ao mesmo tempo, por apenas 01 (um) procurador constituído.

§ 5º - a vedação expressa no § 4º deste artigo, não atinge os advogados devidamente constituídos, exclusivamente na hipótese do ato representado se referir à defesa dos interesses do constituinte em processo administrativo, sem relação com os serviços tipicamente operacionais do prefixo.

## SEÇÃO VI DAS CATEGORIAS DE TÁXI

Art. 22. O Serviço Público de Transporte Individual por Táxi divide-se nas seguintes categorias:

- I - comum;
- II - acessível.

Art. 23. Integram a categoria comum exclusivamente os prefixos que vinculados a uma autorização de táxi delegada pelo município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina e não fazendo parte de nenhuma outra categoria do Serviço Público de Transporte Individual por Táxi, utilizem veículos que preencham as especificações técnicas estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único - os veículos serão dotados de quatro (4) portas, de ar-condicionado e de porta-malas com área livre de, no mínimo, duzentos e setenta e cinco (275) litros, cuja caracterização se dará, conforme exigências previstas nesta Lei.

Art. 24. Integram a categoria acessível exclusivamente os prefixos que utilizem veículos que se destinam à prestação do serviço de táxi para atender às necessidades de deslocamento de usuários com deficiência ou mobilidade reduzida, temporária ou permanente.

§ 1º - os veículos serão adaptados com rampa, contendo fixador de cadeira de rodas ou com plataforma elevatória na extremidade traseira ou lateral, podendo o Poder Público regulamentar outras tecnologias mais modernas;

§ 2º - os veículos deverão estar identificados além das características e exigências previstas nesta Lei, a afixação obrigatória do adesivo internacional de acesso conforme ABNT NBR 9050;

Parágrafo único - as empresas autorizadas no município deverão adequar-se e atender ao disposto no artigo 50, da Lei 13.146/2015, regulamentado pelo Decreto n. 9762/2019, de 11 de abril de 2019, que regulamenta o artigo 51 e artigo 52 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2018 e alterações posteriores.

§ 3º - A Secretaria Municipal de Infraestrutura providenciará para os veículos acessíveis autorização especial para estacionamento em local regulamentado vaga deficiente, respeitando as regulamentações, resoluções e legislação vigentes ou alterações posteriores.

Art. 25. Aos prefixos que na data de publicação desta Lei, possuam veículo que não se enquadre nas disposições desta Lei fica assegurada sua utilização até a substituição voluntária ou o vencimento da vida útil.

## SEÇÃO VII DOS VEÍCULOS E DO CADASTRO



Art. 26. Todo veículo utilizado no Serviço Público de Transporte Individual por Táxi, deverá encontrar-se devidamente cadastrado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, registrado e licenciado no Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Santa Catarina (DETRAN/SC), emplacado no Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina na categoria aluguel, em nome do autorizatário ou, titular do contrato de arrendamento mercantil do veículo.

Art. 27. Os veículos do Serviço Público de Transporte Individual por Táxi, deverão encontrar-se caracterizados, na forma do Manual de Identidade Visual, o qual será regulamentado por meio de Decreto Municipal.

Art. 28. Para fins de registro e cadastro no serviço, os veículos deverão apresentar os seguintes documentos:

I – Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), vigente em nome do autorizatário, ou no caso de financiamento por entidade de crédito, sendo o autorizatário o arrendatário;

II – Marca/modelo, espécie passageiro, categoria aluguel e licenciados no município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina;

III - Cor branca sólido original de fábrica, conforme a categoria que integrem;

IV- Possuir 04 (quatro) portas, porta malas com no mínimo 275 litros, conforme obrigatoriedade específica;

V - Capacidade de cinco a sete lugares;

VI- Possuir sistema de ar-condicionado;

VII- Certificado de Segurança Veicular (CSV) para veículo com alteração em suas características originais de fábrica, desde que cadastrada junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, obrigatórios para os veículos da categoria acessível;

VIII- Taxímetro, mecânico ou eletrônico com Certificado de aferição emitido por órgão acreditado pelo INMETRO;

IX- Certificado de Segurança Veicular (CSV) para os veículos com o Gás Natural Veicular (GNV);

X - adesivos obrigatórios;

XI - faixas laterais de identificação visual; largura 7cm e fonte Arial;

XII - eletrovisor com a palavra TAXI, em letras maiúsculas, e o número correspondente ao prefixo, conforme regulamentação do CONTRAN.

#### SEÇÃO VIII

#### DA VIDA ÚTIL, DA SUBSTITUIÇÃO E DAS VISTORIAS

Art. 29. O Serviço Público de Transporte Individual por Táxi somente poderá ser prestado por veículos cuja idade de permanência ou vida útil máxima, seja igual ou inferior a 10 (dez) anos.

§ 1º - a vida útil será calculada considerando-se, para tanto o ano/modelo do veículo, sendo o ano/modelo computado com um (1) ano de vida útil;

§ 2º - para os veículos que já se encontravam na frota de táxi do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, na data da publicação desta Lei, será considerada a vida útil de no máximo 15 (quinze) anos, a contar do ano de fabricação;

§ 3º - a vida útil que se refere o § 2º, não contempla os veículos que foram substituídos no período de vigência da Lei 958/1986, para estes permanece o caput do artigo;

§ 4º - portando para evitar vencer a vida útil do veículo, deverá o autorizatário efetivar a sua substituição até o dia 31 de dezembro do respectivo ano.

Art. 30. As substituições dos veículos dar-se-ão, a qualquer tempo ou obrigatoriamente por veículos que atendam as seguintes exigências:

I- atender ao disposto no artigo 28;

II- veículos categoria comum ano/modelo igual o inferior a 05 (cinco) anos;

III- veículos categoria acessível ano/modelo igual o inferior a 08 (oito) anos;

IV- exceto em caso de furto, roubo, perda total decorrente de sinistro, retomada do veículo pela credora, desde que devidamente comprovado, poderá ser observado o disposto no artigo 29, § 2º ou § 3º desta Lei, conforme o caso que se enquadre o veículo.

Art. 31. Para a baixa cadastral do veículo serão exigidos:

I – certificado de Registro e Licenciamento do Veículo na categoria Particular;

II – comprovante de retirada do taxímetro, expedido pelo órgão competente;

III - devolução do alvará de tráfego e selo de vistoria;

IV - retirada do eletrovisor e as faixas laterais;

V - retirada de qualquer adesivo, publicidade, inscrições ou equipamento de uso determinado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 32. Os veículos serão submetidos a vistorias independentemente da categoria a que pertençam, para verificação de segurança, conservação, conforto, higiene, equipamentos obrigatórios e características definidas na legislação Federal, Estadual e Municipal, neste regulamento ou em normas complementares:

I - Para o veículo com vida útil de 0 (zero) a 03 (anos) anos incompletos, a cada 12 meses (doze) meses;

II - Para o veículo com vida útil de 03 (três) a 10 (anos) anos incompletos, a cada 180 (cento e oitenta) dias;

III - Para o veículo com vida útil superior a 10 (dez) anos, a cada 90 (noventa) dias;

IV- Fica a vistoria condicionada a negativa de débitos referente ao ISSQN, bem como as multas aplicadas previstas nesta Lei, no caso de pendência aplicar o disposto no artigo 38, inciso II.

§ 1º - a vistoria ou inspeção do veículo deverá ser realizada, conforme o caso e a critério da Secretaria Municipal de Infraestrutura, nas seguintes condições:

a) junto ao INMETRO ou órgão acreditado;

b) junto ao setor específico de inspeção veicular ou demais dependências da Secretaria Municipal de Infraestrutura, se assim julgar necessário;

c) nas vias urbanas do município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, em movimento ou por abordagem, caso a necessidade de verificação do cumprimento desta Lei ou da Lei n. 9.503/1997 e legislações complementares;

d) nos pontos de estacionamentos fixos, livres ou eventual;

e) em qualquer tempo a Secretaria Municipal de Infraestrutura poderá determinar vistorias eventuais além das programadas.

§ 2º - em caráter excepcional, comprovada a necessidade, a vistoria poderá ser antecipada em relação à data fixada, desde que haja a solicitação prévia e seja devidamente autorizada sua antecipação.

#### SEÇÃO IX DA OPERAÇÃO

Art. 33. Fica a Secretaria Municipal de Infraestrutura autorizada a implantar, exigir, operar e gerenciar, ou delegar o serviço do Sistema de Monitoramento e Gerenciamento Operacional a terceiro.

Art. 34. São documentos de porte obrigatórios na execução do serviço, por parte dos autorizatários e seus condutores:

I - Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categoria B ou superior;

II- Certificado de Registro e Licenciamento Veicular (CRLV);

III - Alvará de Tráfego;

VI- Carteira de Identificação de Condutor de Taxi (CICT).

Art. 35. A capacidade de passageiros dos prefixos que possuam adaptação para acessibilidade poderá ser diminuída, conforme análise administrativa discricionária e dos modelos de veículo existentes no mercado.

Art. 36. Os táxis do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, deverão efetuar o transporte, obrigatoriamente, das bagagens e dos volumes portados pelos passageiros, condicionado à possibilidade de acomodação dos objetos no porta-malas, que deverá encontrar-se fechado durante todo o deslocamento.

Art. 37. Não será permitido o transporte de produtos perigosos ou nocivos ao ser humano ou ao meio ambiente.

Art. 38. O veículo será colocado na condição FORA DE OPERAÇÃO, por meio da afixação de identificação própria, emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura:

I - quando receber tal indicação para sanar irregularidade, ensejando a impossibilidade de execução do serviço até a retirada da referida identificação, efetuada exclusivamente após a aprovação em vistoria realizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;

II - As irregularidades podem ser tanto em virtude de pendências de débitos com o fisco Municipal, Estadual ou Federal, ou a multas aplicadas previstas nesta Lei, ou ainda a documentos obrigatórios para a execução do serviço, referente ao autorizatário, condutor auxiliar ou ao veículo;

III- quando receber tal indicação em virtude de aplicação de penalidade ou medida administrativa, ensejando a impossibilidade de execução do serviço até a retirada da referida identificação pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, efetuada, exclusivamente, após o transcurso do prazo dessa penalidade ou sanar a pendência ou irregularidade.

IV - Ao veículo poderá ser atribuída a condição FORA DE OPERAÇÃO tanto em decorrência das situações flagradas em operações de fiscalização de campo como nas constatadas na vistoria pela divisão de inspeção veicular.

Parágrafo único - o veículo nesta condição consiste na imediata medida administrativa de afixação de identificação de FORA DE OPERAÇÃO, e a retirada ou cobertura do eletrovisor.

Art. 39. Não será permitida a exibição de propaganda nos veículos integrantes do Serviço Público Municipal de Transporte Individual por Táxi.

Art. 40. Os autorizatários poderão requerer à Secretaria Municipal de Infraestrutura a reserva da autorização, de modo a não configurar infração ao dever de ininterrupto do serviço.

Parágrafo único - a reserva da autorização, deverá ser solicitada pelo autorizatário, contendo por escrito a motivação do pedido, que será analisada pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, e poderá ser concedido o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, podendo mediante justificativa, ser prorrogado por igual período.

#### SEÇÃO X DOS PONTOS DE ESTACIONAMENTO DE TÁXIS

Art. 41. Pontos de estacionamento de táxis são os locais de espera, embarque e desembarque de passageiros, definidos a critério da Secretaria Municipal de Infraestrutura, exclusivos para uso dos veículos automotores destinados ao Serviço Público de Transporte Individual por Táxi, divididos nas seguintes categorias:

I - ponto fixo;

II - ponto livre;

III- ponto eventual.

§ 1º - a categoria ponto fixo, destina-se a ponto de estacionamento de táxis dotado de lotação licenciados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura para operar no respectivo ponto;

§ 2º - a categoria ponto livre, destina-se a ponto de estacionamento de táxis indicado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme a necessidade, devidamente sinalizado, em que todos os veículos que compõem a frota de táxi poderão estacionar, observado o limite de vagas definido;

§ 3º - a categoria ponto eventual, destina-se a ponto de estacionamento de táxis criado especificamente para atender à demanda de eventos com ocorrência eventual, tais como espetáculos culturais, feiras, eventos esportivos etc., desde que assim entendida a conveniência pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e devidamente sinalizado para o evento em questão;

§ 4º - os pontos de estacionamento de táxis serão criados, remanejados, modificados ou extintos em função do interesse público, da conveniência técnico operacional, das modalidades de serviço e de eventuais condições especiais de operação, sem que tais atos administrativos impliquem indenização aos autorizatários ou aos condutores auxiliares;

§ 5º - conforme se apresentar necessário, a Secretaria Municipal de Infraestrutura, poderá adotar as medidas cabíveis para a fixação, a alteração ou a extinção de pontos de estacionamento de táxi, bem como para a redistribuição dos veículos lotados;

§ 6º - é dever dos autorizatários e dos condutores auxiliares manter as condições de higiene, salubridade, moralidade, emissão de ruídos e conservação do ponto de táxi por eles utilizados regular ou excepcionalmente.

Art. 42. Os pontos de estacionamento de táxis, poderão ser dotados de abrigos, conforme as características da via que os permitam, sempre mediante análise discricionária da Secretaria Municipal de Infraestrutura, observada a regulamentação própria.

Parágrafo único - é vedada a instalação de publicidade ou de qualquer mobiliário urbano nas imediações dos pontos de táxi sem autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 43. A Secretaria Municipal de Infraestrutura, definirá os prefixos integrantes de cada ponto fixo, mediante indicação do número no respectivo Alvará de Tráfego.

Parágrafo único - é permitida a parada para embarque ou desembarque de prefixo em ponto diverso ao definido no Alvará de Tráfego, quando o ponto estiver livre e passageiros na espera de táxis.

Art. 44. Um mesmo prefixo não poderá integrar mais de 01 (um) ponto fixo.

Art. 45. Os pontos de estacionamento de táxis poderão ser livres em período integral ou somente em dias e horários convenientes, conforme definição da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 46. Todos os pontos fixos deverão possuir um responsável, denominado supervisor, que será eleito pela maioria simples dos autorizatórios ali licenciados que, devidamente convocados, comparecerem à assembleia geral em que será procedida a eleição.

Art. 47. A função de supervisor somente poderá ser exercida por autorizatário vinculado ao respectivo ponto fixo.

Art. 48. No ato da votação, o voto será considerado individualmente, limitado a 01 (um) por autorizatário ou representante presente na reunião, independentemente do número de prefixos que venha a representar, e tal representação será formalizada mediante procuração específica para o ato.

Parágrafo único - as empresas que possuírem mais de 01 (um) veículo no mesmo ponto terão direito a somente 01 (um) voto para fins de eleição de supervisor.

Art. 49. Perante a Secretaria Municipal de Infraestrutura, fica assegurada a autoridade do supervisor em assuntos pertinentes ao ponto fixo para o qual está designado.

Art. 50. Os supervisores deverão zelar pela disciplina e pela manutenção dos pontos e pelas despesas referentes à manutenção do local, as quais serão divididas em partes iguais ao número de prefixos cadastrados no ponto fixo.

Art. 51. O supervisor deverá comunicar a Secretaria Municipal de Infraestrutura, por escrito, as desobediências ao estatuto do ponto, praticadas por autorizatórios, de modo a ser oportunizada a defesa ao infrator.

§ 1º - na hipótese de a defesa ser rejeitada ou não apresentada, compete à Secretaria Municipal de Infraestrutura, aplicar as eventuais penalidades, para fins de registro cadastral e adoção de eventuais medidas cabíveis;

§ 2º - não sendo possível ao supervisor fazer com que o autorizatário ou o condutor auxiliar penalizado por infração ao regulamento cumpram o convencionado, o fato será comunicado à Secretaria Municipal de Infraestrutura, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 52. Todos os pontos fixos deverão possuir normatização própria, que regule as relações internas dos autorizatórios e dos condutores auxiliares, conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 53. Fica vedada a possibilidade de formação irregular de ponto de estacionamento por autorizatórios e por condutores auxiliares, mesmo naqueles locais em que a parada de veículos seja permitida.

Parágrafo único – a formação irregular de ponto de estacionamento caracteriza-se pela permanência de um prefixo de táxi em determinado local, mesmo que isoladamente, quando não autorizado pelo Poder Concedente.

Art. 54. No funcionamento do ponto de estacionamento de táxis, os autorizatórios e os condutores auxiliares deverão adotar postura condizente com o serviço a que se propõe prestar, mantendo relação respeitosa com passageiros, demais taxistas, proprietários e possuidores de imóveis vizinhos.

#### SEÇÃO XI DA TARIFA

Art. 55. A contraprestação pelo Serviço Público de Transporte Individual por Táxi executado consistirá no pagamento de tarifa pelos passageiros, conforme valores regulamentados por Decreto Municipal.

Art. 56. É vedada a cobrança de quaisquer adicionais aos passageiros não previstos na legislação.

Art. 57. Compete ao Poder Executivo Municipal a fixação, o reajuste e a revisão da tarifa do Serviço Público de Transporte Individual por Táxi.

Art. 58. A periodicidade de revisão dos valores máximos da tarifa de táxi será de, no mínimo, 12 (doze) meses, podendo observar-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC -, acumulado desde o último aumento tarifário.

Art. 59. É facultado à Secretaria Municipal de Infraestrutura aferir o equilíbrio econômico e financeiro da autorização, por meio de metodologia de cálculo das tarifas e planilha de coeficientes para atualização tarifária, definidas pela Secretaria.

Art. 60. Apurada causa que ensejar o aumento ou diminuição da tarifa, a Secretaria Municipal de Infraestrutura, submeterá a proposta de alteração tarifária à apreciação da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 61. As tarifas de táxis serão fixadas por Decreto, no qual deverão constar:

I - o preço da bandeirada inicial, sendo essa o valor remuneratório correspondente à taxa de ocupação do veículo, a partir do qual se inicia a medição, quando do ingresso do passageiro, equivalente a 02 (duas) vezes o valor da Bandeira 1;

II- o preço da Bandeira 1, equivale ao valor a ser pago a cada quilômetro de corrida;

III- o preço da Bandeira 2, será acrescido em 20% (vinte por cento) em relação ao preço da Bandeira1, cuja vigência se dará:

- a) das 22 (vinte e duas) horas até as 06 (seis) horas do dia seguinte.
- b) durante as 24 (vinte e quatro) horas de domingos, feriados e terça-feira de Carnaval.
- c) a partir das 15 (quinze) horas dos sábados.

IV- o preço da hora-serviço, qual seja, valor a ser pago por hora de espera pelo passageiro, com o motor desligado.

§ 1º - os objetos que não excederem 03 (três) volumes de mão tipo sacola e 01 (uma) mala poderão ser transportados junto à cabina de passageiros, a critério do taxista, e os demais volumes deverão ser acondicionados no porta-malas;

§ 2º - o transporte de volumes de grandes proporções, no que se refere ao pagamento da cobrança adicional prevista neste artigo, será objeto de prévio acordo entre este e o passageiro;

§ 3º - o transporte de animais de estimação de pequeno porte ou médio porte será facultado ao taxista e, no que se refere ao pagamento da cobrança adicional prevista neste artigo, objeto de prévio acordo entre este e o passageiro, excetuando-se o cão-guia, de transporte gratuito.

## SEÇÃO XII DOS DIREITOS DOS PASSAGEIROS

Art. 62. São direitos dos passageiros do Serviço Público de Transporte Individual por Táxi, exemplificativamente e em especial:

I - a ampla liberdade de opção quanto ao prestador do serviço, independentemente da existência e da ordem de fila no ponto de estacionamento de táxi;

II - a informação adequada e clara sobre o Serviço Público de Transporte Individual por Táxi;

III - o acesso aos órgãos administrativos a fim de apresentar sugestões, reclamações, requerimentos e pedidos de informações, acerca do Serviço Público de Transporte Individual por Táxi;

IV- o embarque no veículo acompanhado de seu cão-guia, se passageiro com deficiência visual (cego ou com baixa visão), bem como a conclusão normal da viagem sem a cobrança de acréscimo de tarifa em virtude de transporte do animal, nos termos da legislação vigente, em especial a Lei Federal n. 11.126, de 27 de junho de 2005, o Decreto Federal nº 5.904, de 21 de setembro de 2006;

V - o embarque no veículo e a acomodação de cadeira de rodas ou de outros equipamentos necessários à locomoção, se passageiro com deficiência física, com a conclusão normal da viagem sem a cobrança de acréscimo de tarifa em virtude de transporte daqueles;

VI - a execução da viagem por meio do percurso escolhido pelo passageiro, salvo se a adoção deste representar risco à sua segurança ou à segurança do taxista;

VII- a adequada e eficaz prestação do Serviço Público de Transporte Individual por Táxi;

VIII- ser transportado com segurança, higiene e conforto, do início ao término da viagem;

IX - ser atendido com urbanidade pelo taxista;

X - ser auxiliado no embarque e no desembarque, em se tratando de crianças, pessoas idosas ou com dificuldades de locomoção;

XI - serem-lhe restituídos os pertences comprovadamente esquecidos no interior do táxi ou no ponto de estacionamento de táxi;

XII - serem-lhe restituídos os valores indevidamente pagos a maior pelo transporte e em desacordo com a legislação que fixa a tarifa do serviço, se assim comprovado tal fato;

XIII - o recebimento do respectivo comprovante do serviço, independentemente de solicitação ao taxista;

XIV - a execução do serviço e o atendimento com a devida observância das normas protetivas dos consumidores.

§ 1º - para o exercício do direito referido no Inciso IV, do caput deste artigo, impõe-se que o cão-guia tenha obtido certificado, castrado, isento de agressividade, de qualquer sexo, de porte adequado, treinado com o fim exclusivo de guiar pessoas com deficiência visual;

§ 2º - o usuário de cão-guia treinado por instituição estrangeira deverá portar a carteira de identificação do cão-guia emitida pelo centro de treinamento ou instrutor estrangeiro autônomo ou uma cópia autenticada do diploma de conclusão do treinamento no idioma em que foi expedido, acompanhada de uma tradução simples do documento para o português, além dos documentos referentes à saúde do cão-guia, que devem ser emitidos por médico veterinário com licença para atuar no território brasileiro, credenciado no órgão regulador de sua profissão;

§ 3º - não sendo possível a acomodação de cadeira de rodas no porta-malas, é facultado ao taxista efetuar a viagem mediante a acomodação do equipamento no banco traseiro do veículo ou, ainda, recusar a corrida;

§ 4º - o disposto no § 2º deste artigo não se aplica aos táxis acessíveis, nos quais a obrigatoriedade da execução do transporte fica condicionada à possibilidade de acomodação do equipamento na parte interna do veículo.

### SEÇÃO XIII DOS DIREITOS DOS TAXISTAS

Art. 63. Ficam assegurados os seguintes direitos aos taxistas devidamente habilitados:

I - o acesso e a utilização a todo e qualquer ponto de estacionamento livre;

II - em caso de condução de veículo vinculado a ponto fixo, o acesso e a utilização da respectiva área de estacionamento;

III - a inscrição no procedimento para preenchimento de vaga em ponto fixo, desde que observados os requisitos estabelecidos na legislação e no respectivo edital de seleção;

IV - o acesso às informações cadastrais existentes na Secretaria Municipal Infraestrutura;

V - desembarcar passageiros ou recusar seu transporte:

a) embriagados ou sob a influência de substâncias entorpecentes.

b) que demonstrem descontrole no comportamento ou conduta que implique transtorno à segurança e à tranquilidade do taxista ou à execução do serviço.

c) que se recusem ou aparentem recusar-se ao pagamento da tarifa.

d) que façam uso de produtos fumígenos (fumaça) ou bebidas alcoólicas no interior do veículo.

e) que consumam produtos alimentícios no interior do veículo.

VI - transitar com o veículo sem prestar o serviço, mediante identificação na forma regulamentada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;

VII - utilizar combustível alternativo, atendidas as exigências necessárias.

### SEÇÃO XIV DOS DEVERES DOS TAXISTAS

Art. 64. São deveres dos taxistas:

I - fornecer à Secretaria Municipal de Infraestrutura a documentação, os dados estatísticos e quaisquer outros elementos que forem solicitados para fins de controle e fiscalização;

II - fornecer ao passageiro, independentemente de solicitação, o comprovante do serviço executado, conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

III - portar a CICT afixando em local definido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e apresentá-la ao passageiro, quando solicitada;

IV - manter o veículo em condições de segurança, conforto e higiene, conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

V - obedecer às exigências estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro - Lei n. 9.503/97;

VI - obedecer às exigências estabelecidas em regulamentos municipais;

VII - portar, no veículo, o respectivo alvará de tráfego, válido e expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e todos os demais documentos funcionais de porte obrigatório;

VIII - manter atualizados os dados cadastrais;

IX - tratar com educação, polidez e urbanidade os passageiros, os agentes de órgãos fiscalizadores, os demais taxistas, os motoristas, os transeuntes e o público em geral;

X - preservar o meio ambiente;

XI - prestar o serviço solicitado, salvo motivo justificado;



- XII - seguir o itinerário solicitado;
- XIII - conduzir o passageiro até o seu destino final, sem interrupção voluntária da viagem;
- XIV - acomodar, no local apropriado do veículo, as bagagens e os volumes dos passageiros;
- XV- auxiliar os passageiros a embarcar no veículo, bem como a desembarcar deste, sempre que necessário ou solicitado;
- XVI - solicitar aos passageiros a utilização do cinto de segurança;
- XVII- restituir aos passageiros os pertences esquecidos e os valores recebidos indevidamente;
- XVIII - estar permanente e adequadamente trajado durante a execução do serviço, utilizando vestimenta apropriada para a função de prestador de serviço público, composto de camisa, calçado fechado, calça, vedados bermudões, bermudas estampadas ou esportivas;
- XIX - frequentar os cursos de capacitação, qualificação, aperfeiçoamento, reciclagem e quaisquer outros estabelecidos pela legislação vigente e pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- XX - abster-se de embarcar ou desembarcar passageiro em local proibido ou em desacordo com a regulamentação da via;
- XXI - abster-se de fumar no interior do veículo e solicitar aos passageiros que não o façam durante o curso da viagem;
- XXII - abster-se de dirigir de forma perigosa ou desconfortável ao passageiro;
- XXIII - permanecer junto ao veículo, quando utilizando ponto de estacionamento, salvo em área de estocagem;
- XXIV - manter afixados, nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, os adesivos obrigatórios do veículo;
- XXV - manter, no veículo, a guia de aferição do taxímetro pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro);
- XXVI - manter o taxímetro ligado durante a execução do serviço;
- XXVII - manter a inviolabilidade do taxímetro e de quaisquer outros equipamentos de uso obrigatório no Serviço Público de Transporte Individual por Táxi;
- XXIII - não confiar à direção do veículo a terceiros não autorizados pelo autorizatário;
- XXIX - abster-se de dirigir embriagado ou sob a influência de substâncias entorpecentes;
- XXX - cobrar, exclusivamente, o valor da tarifa correspondente ao deslocamento solicitado e à tarifa indicada no taxímetro, salvas as hipóteses e os acréscimos previstos na legislação vigente;
- XXXI - acompanhar por meio de divulgações municipais (átrio e sítio via web oficial da municipalidade), as publicações legais e as convocações, as intimações, as notificações e as demais comunicações efetuadas pela Secretaria Municipal;
- XXXII - conceder desconto no valor da corrida, desde que mantenha o taxímetro ligado.

Parágrafo único - as notificações de que trata o Inciso XXXI, além das respectivas publicações, deverão ser precedidas de tentativas de comunicação pessoal, presencial ou por aviso de recebimento postal.

**Art. 65. São deveres do autorizatário:**

- I - manter atualizado, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, o registro dos condutores auxiliares junto à autorização, solicitando autorização para que estes iniciem a execução do serviço no prefixo e informando o término de tal vinculação;
- II - somente permitir a circulação do táxi por taxista cadastrado no prefixo e possuidor da CICT válida, salvo nas hipóteses autorizadas pela legislação municipal;
- III - não interromper a prestação do serviço fora das hipóteses legais e sem prévia justificativa aceita pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, em análise discricionária;
- IV - não permanecer, após a realização da vistoria, na condição fora de operação por prazo superior a 60 (sessenta) dias, sem prévia justificativa aceita pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, em análise discricionária;
- V - manter o taxímetro em perfeito estado de funcionamento, devidamente aferido e lacrado pelo Inmetro, e afixado no local determinado, conforme legislação específica;
- VI - executar corretamente o Serviço Público de Transporte Individual por Táxi, com estrita observância à legislação vigente e aos princípios norteadores dos serviços públicos;



VII - manter as características fixadas para o veículo, providenciando a inviolabilidade dos equipamentos e a adequada manutenção do veículo e de seus equipamentos, de maneira que estes se encontrem, sempre, em perfeitas condições de conservação e funcionamento, controlando o seu uso e vistoriados permanentemente;

VIII - submeter o veículo às vistorias periódicas e àquelas assim determinadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, sempre que solicitado;

IX - providenciar para que o veículo porte o conjunto de equipamentos exigidos;

X - zelar pelo funcionamento e pela inviolabilidade de quaisquer equipamentos de uso obrigatório no Serviço Público de Transporte Individual por Táxi;

XI - abster-se de confiar à direção do prefixo a pessoa não constante no cadastro ativo de condutores auxiliares da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

### CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO

Art. 66. A fiscalização consiste no acompanhamento permanente, administrativo ou em campo, do Serviço Público de Transporte por Táxi, visando o cumprimento dos dispositivos da legislação Federal, Estadual e Municipal, desta Lei e de normas complementares.

Art. 67. A fiscalização do cumprimento das disposições estabelecidas nesta Lei será exercida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura por meio de agentes próprios ou conveniados.

### SEÇÃO I DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS

Art. 68. A prestação dos serviços de táxi em desacordo com as normas estabelecidas acarretará a aplicação das penalidades previstas nesta Lei, sem prejuízo de outras previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 69. A inobservância dos preceitos que regem os serviços de transporte individual de passageiros por táxi será aplicado os seguintes procedimentos administrativos:

#### I - penalidades:

- a) multa;
- b) suspensão da autorização;
- c) suspensão do autorizatário;
- d) suspensão do condutor auxiliar;
- e) suspensão do alvará de tráfego;
- f) descadastramento da autorização ou condutor auxiliar;
- g) extinção da autorização.

#### II - medidas administrativas:

- a) notificação;
- b) notificação para regularização;
- c) retenção do veículo para regularização;
- d) recolhimento do veículo;
- e) remoção do veículo;
- f) veículo fora de operação;
- g) recolhimento do alvará de tráfego;
- h) recolhimento da CICT do autorizatário ou condutor mediante recibo;
- i) recolhimento de equipamentos ou documentos mediante recibo;

j) restrição para cadastramento;

k) interdição preventiva dos serviços;

l) determinação para devolução de valores e bens ao usuário;

m) outras que se fizerem necessárias para assegurar a observância dos direitos dos usuários do transporte público ou a correta execução do serviço.

Art. 70. A prestação de qualquer tipo de serviço de transporte local não autorizado pelo Poder Público em desacordo com o disposto nesta Lei e demais normas complementares, implicará a aplicação das seguintes sanções:

I - imediata apreensão do(s) veículo(s).

II - multa de 100 (cem) VRM – Valor de Referência Municipal.

III - ressarcimento das despesas decorrentes dos custos de remoção e de estadia dos veículos.

Parágrafo único - em caso de reincidência a multa prevista no Inciso II, será aplicada em dobro e os custos previstos no Inciso III, ficam ao encargo do infrator.

Art. 71. Para fins de controle da prestação dos serviços de que trata esta norma, bem como de manutenção das autorizações, será efetuado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, um registro das infrações cometidas pelos operadores.

Art. 72. São consideradas infrações LEVES imputadas aos permissionários ou condutores auxiliares, as seguintes condutas:

I – trajar-se inadequadamente.

II – deixar de renovar a Carteira de Identificação de Condutor de Táxi – CICT até a data do seu vencimento.

III – deixar o autorizatário ou condutor de formalizar a baixa do cadastro referente a CICT ao encerrar o vínculo empregatício.

IV – deixar de renovar qualquer documento exigido nesta lei.

V – deixar o autorizatário ou condutor auxiliar de atualizar o cadastro individual.

Multa: 20 (vinte) VRM - Medida Administrativa – Notificação para regularização.

VI – deixar de portar a Carteira de Identificação de Condutor de Táxi – CICT:

Multa: 20 (vinte) VRM - Medida Administrativa – Retenção para regularização - Não regularização fora de operação.

VII – embarcar ou desembarcar o usuário, seus pertences ou bagagem em local proibido ou em desacordo com a regulamentação da via.

VIII – expor ou distribuir no interior do veículo qualquer tipo de panfleto, publicidade ou peças publicitárias sem a devida autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VIX – operar com o eletrovisor fora deposição ou padrão definido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, ou das especificações do CONTRAN.

X – jogar objeto ou detrito na via pública.

Multa: 20 (vinte) VRM - Medida Administrativa – Retenção para regularização;

XI – prestar informações incorretas ou sonegar informação ao usuário.

Multa: 20 (vinte) VRM Medida Administrativa – notificação.

Art. 73. São consideradas infrações MÉDIAS imputadas aos autorizatários ou condutores auxiliares, as seguintes condutas:

I – transitar em local e/ou horário não permitido pela regulamentação da via.

II – aguardar o usuário em local ou área de estacionamento proibido ou desrespeitando a regulamentação da via.

III – conduzir o veículo sem o cinto de segurança.

IV – conduzir o veículo utilizando telefone celular ou fone de ouvido conectado a aparelhagem sonora.

V – conduzir ou fumar no interior do veículo.

Multa: 30 (trinta) VRM - Medida Administrativa – Retenção do veículo para regularização;

VI – abastecer o veículo quando estiver com o usuário, salvo quando tiver sua autorização.

VII - deixar de conduzir o usuário até seu destino final, exceto por interrupção involuntária.

VIII – deixar de emitir comprovante ou recibo de pagamento do valor da corrida, quando solicitado.

Multa: 30 (trinta) VRM - Medida Administrativa – Notificação - Penalidade – Suspensão do autorizatário e/ou condutor auxiliar 05 (cinco) dias, reincidência multa aplicada em dobro.

IX – perturbar a ordem pública nas imediações do ponto de táxi.

X – afixar publicidade não autorizada nas imediações do ponto.

XI – transportes objetos no bagageiro externo, em barras transversais ou longitudinais, quando em atividade.

Multa: 30 (trinta) VRM - Medida Administrativa – Notificação para regularização;

XII – deixar de providenciar outro táxi para o usuário em caso de interrupção involuntária da viagem.

XIII – deixar ou negar-se de acomodar a cadeira de rodas padrão ou utensílio similar do usuário com deficiência de locomoção.

XIV – deixar ou negar-se de que o usuário com deficiência visual embarque no táxi acompanhado com seu cão-guia.

XV – deixar ou negar-se de manter a Carteira de Identificação de Táxi – CICT -, visível ao usuário ou em local determinado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

XVI – tratar os agentes de fiscalização, usuário ou público em geral sem urbanidade e polidez.

Multa: 30 (trinta) VRM - Medida Administrativa – Notificação.

Art. 74. São consideradas infrações GRAVES imputadas aos autorizatários ou condutores auxiliares, as seguintes condutas:

I - deixar de entregar ao usuário, a Secretaria Municipal de Infraestrutura ou a quem delegar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, qualquer objeto esquecido no veículo.

Multa: 40 (Quarenta) VRM – Medida Administrativa - Penalidade - Suspensão do autorizatário ou condutor auxiliar 05 (cinco) dias;

II - não restituir valores recebidos indevidamente ou deixar de providenciar o troco para o usuário.

Multa: 40 (Quarenta) VRM - Medida Administrativa – Notificação - Penalidade - Suspensão autorizatário e alvará de tráfego 05 (cinco) dias, reincidência multa aplicada em dobro;

III - impedir ou dificultar o trabalho dos agentes da fiscalização ou a realização de estudos por pessoal credenciado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Multa: 40 (Quarenta) VRM - Medida Administrativa – Notificação - Penalidade - Suspensão da autorização e alvará de tráfego 10 (dez) dias;

IV - angariar usuários utilizando meios ou artifício de concorrência desleal.

V - desobedecer à fila no ponto de táxi.

VI - abandonar o veículo enquanto estiver estacionado no ponto de táxi.

VII - recusar atendimento ao usuário em preferência de outrem, salvo nos casos de gestantes, doentes deficientes físicos, idosos ou situações de urgência ou emergência.

VIII - recusar atendimento ao usuário, salvo em situações em que possa causar danos ao veículo e/ou condutor.

Multa: 40 (Quarenta) VRM - Medida Administrativa – Notificação - Penalidade - Suspensão da autorização e alvará de tráfego 10 (dez) dias, reincidência multa aplicada em dobro;

IX - manter-se sem ética e decoro moral quando no exercício da atividade.

X - seguir itinerário mais extenso e desnecessário, salvo com autorização do usuário.

XI - deixar de providenciar o troco ao usuário ou cobrar a tarifa superior a estabelecida na tabela em vigor.

Multa: 40 (Quarenta) VRM - Medida Administrativa – Notificação - Penalidade - Suspensão do autorizatário ou condutor auxiliar 05 (cinco) dias, reincidência multa aplicada em dobro;

XII - cobrar tarifa adicional pelo transporte de qualquer equipamento utilizado por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

XIII - dirigir em situações que ofereçam risco à segurança dos usuários ou terceiros.

XIV - praticar jogo de qualquer natureza nos pontos de táxi ou imediações, quando em serviço.

XV - impedir ou dificultar o uso de ponto de táxi por qualquer natureza condutor cadastrado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Multa: 40 (Quarenta) VRM - Medida Administrativa – Notificação - Penalidade - Suspensão do autorizatário ou condutor auxiliar 05 (cinco) dias, reincidência multa aplicada em dobro.

XVI – ameaçar o agente de fiscalização, usuário ou demais operadores no exercício da atividade.

Multa: 40 (Quarenta) VRM - Medida Administrativa – Notificação - Penalidade - Suspensão do autorizatário ou condutor auxiliar 05 (cinco) dias, reincidência extinção da autorização.

XVII - deixar de comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Infraestrutura, acidente que comprometa a segurança do veículo, no prazo de 03 (três) dias úteis, após o sinistro, para agendamento de nova vistoria sem ônus.

Multa: 40 (Quarenta) VRM - Medida Administrativa - Notificação para regularização - Não regularização veículo fora de operação - Penalidade - Suspensão da autorização 05 (cinco) dias, - reincidência multa aplicada em dobro;

XIX - operar, permitir ou instalar nos veículos componentes eletroeletrônicos, legendas, inscrições gráficas ou fotos nas partes internas ou externas sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, vedado, propagandas partidárias.

Multa: 40 (Quarenta) VRM - Medida Administrativa – Retenção do veículo para regularização - Não regularização veículo fora de operação - Penalidade - Suspensão do autorizatário 05 (cinco) dias - reincidência multa aplicada em dobro.

XX – deixar de atender a determinada convocação da Secretaria Municipal de infraestrutura.

Multa: 40 (Quarenta) VRM - Medida Administrativa – Notificação penalidade – Suspensão do autorizatário ou condutor 05 (cinco) dias.

XXI – deixar de apresentar o veículo a vistoria agendada no prazo, data ou horário estabelecido, salvo em caso fortuito ou de força maior, mediante comunicado formal após o primeiro dia útil a data da vistoria.

Multa: 40 (Quarenta) VRM - Medida Administrativa - Notificação para regularização, veículo fora de operação - Penalidade – Reincidência - Suspensão da autorização 05 (cinco) dias - multa aplicada em dobro.

XXII - deixar de efetuar a substituição do veículo no prazo estabelecido.

Multa: 40 (Quarenta) VRM - Medida Administrativa – Notificação para regularização Penalidade - Reincidência - Suspensão da autorização 05 (cinco) dias multa aplicada em dobro;

XXIII – operar com a Carteira de Identificação de Condutor de Táxi - CICT vencida:

Multa: 40 (Quarenta) VRM - Medida Administrativa - Notificação para regularização, veículo fora de operação - Penalidade - Reincidência - Suspensão da autorização 05 (cinco) dias multa aplicada em dobro;

XXIV – deixar de autorizar junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, condutor auxiliar que exercerá a atividade em seu prefixo.

Multa: 40 (Quarenta) VRM - Medida Administrativa - Notificação para regularização, veículo fora de operação - Penalidade – Reincidência - Suspensão da autorização 05 (cinco) dias multa aplicada em dobro.

Art. 75. São consideradas infrações GRAVÍSSIMAS imputadas aos autorizatários ou condutores auxiliares, as seguintes condutas:

I - expor ou usar indevidamente arma de qualquer espécie.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Retenção do veículo para regularização - Recolhimento da CICT do autorizatário ou condutor auxiliar - Penalidade - Extinção da autorização;

II - agredir fisicamente o agente de fiscalização ou demais servidores da administração pública.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Interdição preventiva dos serviços - Recolhimento da CICT do autorizatário ou condutor; mediante recibo - Penalidade - extinção da autorização.

III - apresentar ou expor documento adulterado, falsificado ou declarado extraviado, furtado ou roubado;

IV - efetuar cadastro fraudulento ou em desacordo com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Recolhimento do alvará de tráfego, veículo fora de operação - Penalidade - Extinção da autorização.

V - exercer atividade com a habilitação vencida a mais de 30 dias.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Recolhimento do alvará de tráfego, veículo fora de operação - Recolhimento da CICT do autorizatário ou condutor, mediante recibo - Penalidade - Suspensão da autorização 30 (trinta) dias - Reincidência extinção da autorização.

VI - prestar serviço de taxi com veículo não cadastrado ou licenciado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Remoção do veículo - Penalidade - extinção da autorização.

VII - agredir fisicamente demais operadores ou usuários durante a prestação do serviço.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Retenção do veículo para regularização - Recolhimento da CICT do autorizatário ou condutor, mediante recibo - Penalidade - extinção da autorização.

VIII – não regularizar junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura a situação do veículo, roubado, furtado mesmo que recuperado, ou que tenha sido retomado pela financeira.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Retenção do veículo para regularização - Não regularização fora de operação - Penalidade - Suspensão da autorização 05 (cinco) dias - Reincidência extinção da autorização.

IX - operar ou permitir a operação com o veículo sem ter completado o processo de inclusão ou substituição.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Recolhimento do veículo - Interdição preventiva dos serviços - Penalidade - Suspensão da autorização e alvará de tráfego 15 (quinze) dias - Reincidência extinção da autorização.

XI - instalar mobiliário urbano nas imediações do ponto de táxi sem autorização.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Notificação para regularização - Penalidade - Suspensão do serviço para regularização.

XII - deixar de comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Infraestrutura, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data do sinistro veículo retomado por meio de busca e apreensão ou roubado, furtado mesmo que tenha sido recuperado.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Notificação para regularização - Não regularização veículo fora de operação - Penalidade - Suspensão da autorização e alvará de tráfego 15 (quinze) dias - Reincidência - extinção da autorização.

XIII - operar o veículo com sinais de fraude, alterado ou rasurado inviabilizando sua identificação ou sem o mesmo.

XIV - operar ou permitir a utilização do veículo de aluguel táxi, quando a autorização estiver suspensa em decorrência de penalidade imposta.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Retenção do veículo para regularização - Não regularização veículo fora de operação - Recolhimento selo vistoria - Penalidade - Suspensão da autorização e alvará de tráfego 15 (quinze) dias - Reincidência extinção da autorização.

XV - operar ou permitir a operação do veículo com alvará de tráfego vencido.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Retenção do veículo para regularização - Não regularização veículo fora de operação - Recolhimento alvará de tráfego - Penalidade - Suspensão da autorização e alvará de tráfego 10 (dez) dias - Reincidência extinção da autorização.

XVI - ter o veículo operado quando em serviço por pessoa não autorizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Retenção do veículo para regularização - Não regularização fora de operação - Recolhimento CICT do condutor e do auxiliar - Penalidade - Suspensão da autorização e alvará de tráfego 15 (quinze) dias - Reincidência extinção da autorização.

XVII - descaracterizar o veículo sem autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, salvo nos casos justificamos devidamente autorizados mediante solicitação formal.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Interdição preventiva dos serviços - Penalidade - Reincidência suspensão da autorização e alvará de tráfego 10 (dez) dias.

XVIII - Vender ou transferir a propriedade do veículo, bem como descaracterizar ou trocar a categoria sem a devida autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Notificação para regularização - Penalidade - Suspensão da autorização e alvará de tráfego 10 (dez) dias - Reincidência extinção da autorização.

XIX - deixar de apresentar o veículo expirando o prazo da reserva de autorização.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Fora de operação, lacrar taxímetro, recolhimento alvará de tráfego e selo vistoria - Penalidade - Suspensão da autorização e alvará de tráfego 20 (vinte) dias - Reincidência extinção da autorização;

XX - operar com o veículo quando houver sido reprovado em inspeção veicular ou estando fora de operação.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Remoção do veículo - Penalidade – Suspensão da autorização 30 (trinta) dias - reincidência extinção da autorização;

XXI - operar e manter o veículo em serviço com a vida útil vencida.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa - Remoção do veículo - Penalidade - extinção da autorização;

XXII - deixar de efetuar a substituição do veículo nos casos previstos no artigo 29.

Multa: 100 (cem) VRM - Medida Administrativa – Retenção do veículo para regularização - Não regularização fora de operação - Lacrar taxímetro - Penalidade - Suspensão da autorização - Recolhimento do alvará de tráfego 15 (quinze) dias - Reincidência extinção da autorização;

Art. 76. Constitui infração absolutamente incompatível com o serviço, ensejando a revogação da autorização:

I - a prática de qualquer ato não condizente com os princípios que regem a administração pública ou a prestação dos serviços públicos.

II- utilizar o veículo na prática de crime.

III- exercer a atividade sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.

IV- operar o serviço transportando substância entorpecente ou alucinógena.

## SEÇÃO II DO PROCESSAMENTO ADMINISTRATIVO DAS INFRAÇÕES

Art. 77. A prática de qualquer infração administrativa ensejará no auto de infração, no qual será coletada a devida assinatura do infrator, servindo esta como notificação da autuação, quando o infrator for o autorizatário.

§ 1º - caso o infrator seja o condutor auxiliar, será expedido ao autorizatário a notificação da autuação, na qual será coletada a devida assinatura;

§ 2º - o prazo para o oferecimento da defesa prévia será de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data em que se der a ciência ao infrator;

§ 3º - Inexistente a notificação pessoal, será procedida à ciência do infrator por meio de publicação oficial e no portal do site da municipalidade, contando o mesmo prazo do parágrafo anterior para defesa prévia.

Art. 78. Notificado o autorizatário, quando facultada, poderá este indicar a autoria da infração, no mesmo prazo para a apresentação de defesa, informando se foi o próprio ou condutor auxiliar cadastrado no prefixo quem a praticou, devendo a indicação conter, sempre, a assinatura de ambos, bem como estar acompanhada de cópias da Carteira Nacional de Habilitação e da Carteira de Identificação de Condutor de Táxi - CICT, quando for o caso.

Parágrafo único - não sendo indicada a autoria referida no caput, será atribuída ao autorizatário a infração ou penalidade correspondente.

Art. 79. A defesa da autuação deverá ser protocolada em processos individuais, por auto de infração ou notificação de autuação, vedada a cumulação de notificações em um único expediente.

Art. 80. A defesa da autuação será efetuada por meio de requerimento dirigido ao Secretário Municipal de Infraestrutura, acompanhada dos seguintes documentos:

I- cópia do auto de infração ou a notificação de autuação?

II- cópia do alvará de tráfego?

III- cópias da CNH e da Carteira de Identificação CICT.

§ 1º - o deferimento do pedido ensejará o cancelamento da autuação;



§ 2º - esgotado o prazo sem a apresentação da defesa prévia ou tendo esta sido julgada improcedente, será aplicada a penalidade correspondente à autuação, mediante notificação do penalizado.

Art. 81. A autuação somente gerará efeitos ao autuado depois de transcorrido os prazos para interposição da defesa prévia da autuação e o recurso da penalidade.

Parágrafo único - o vencimento da multa dar-se-á no mesmo prazo de interposição do recurso, contado da Notificação por Aplicação de Penalidade.

Art. 82. Da aplicação da penalidade imposta caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Secretário Municipal de Infraestrutura, para decisão final, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação do indeferimento da defesa ou, caso não apresentada, do término do prazo desta.

§ 1º - tempestivo o recurso, esse será encaminhado ao Secretário Municipal de Infraestrutura que terá prazo de 30 (trinta) dias úteis para julgamento;

§ 2º - o recurso deverá guardar relação com os fundamentos da decisão de indeferimento da defesa, vedada a apresentação de novos fatos ou argumentos, exceto quando versarem sobre vícios, erros materiais ou formais.

§ 3 - notificado o infrator quanto à autuação e não tendo sido apresentada tempestivamente a defesa, o recurso cingir-se-á, tão somente, quanto aos vícios, aos erros materiais e formais.

§ 4º - negado provimento ao recurso, o infrator deverá cumprir a penalidade.

Art. 83. Aos penalizados com o descadastramento da função ou, ainda, com a extinção da autorização, somente será permitido cadastrar-se, recadastrar-se, licitar, arrendar, investir-se por qualquer forma na qualidade de outorgado de serviço público, patrocinar interesse de terceiro na qualidade de procurador ou, ainda, prestar ou figurar, de quais quer formas, no Serviço de Táxi deste Município senão após o transcurso de 180 (cento e oitenta) meses, contados da aplicação da penalidade.

Art. 84. A representação do autuado por terceiro nos processos de defesa ou recurso da penalidade somente será admitida por meio da juntada do respectivo instrumento de procuração, sem o qual o expediente será extinto por ilegitimidade do requerente.

Parágrafo único - aos autorizatários, pessoas jurídicas autuadas deverão juntar ao processo o contrato social e os demais documentos que autorizem sócio a representá-la e, caso o ato seja efetuado por terceiro, a respectiva procuração outorgada por aquele, sem os quais incidirão os efeitos descritos no caput.

Art. 85. Fica delegada competência ao Secretário Municipal de Infraestrutura para julgar as defesas das autuações e ao Secretário Municipal de Fazenda e Administração para julgar os recursos das penalidades do Serviço de Táxi do Município.

Art. 86. Em caso de extinção do Valor de Referência Municipal – VRM, será adotada a Unidade de Referência que lhe venha substituir.

## CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 87. Aos autorizatários que, na data de publicação desta Lei, já se encontravam investidos na titularidade de uma das permissões instituídas por meio da Lei n. 958/1986, e alterações posteriores, serão aplicadas as regras de transição estabelecidas neste capítulo.

Art. 88. Os autorizatários pessoas físicas prosseguirão na titularidade e na execução do serviço, permitida, então, a transferência da autorização a terceiros, aos herdeiros legítimos ou meeiros, com base no direito sucessório, pessoa essa que poderá explorar a delegação pelo prazo remanescente da autorização, desde que atendam aos requisitos disposto no artigo 18.

Art. 89. As permissionárias pessoas jurídicas prosseguirão na titularidade e na execução do serviço, permitida, então, a transferência da autorização a terceiros, aos herdeiros legítimos ou meeiros, com base no direito sucessório, pessoa essa que poderá explorar a delegação pelo prazo remanescente da autorização, desde que atendam aos requisitos disposto no artigo 18:

I - proibida alteração societária, sem previa comunicação e anuência à Secretaria Municipal de Infraestrutura, que implique o ingresso de novos sócios, sob pena de extinção da autorização e descadastramento da função de condutor de táxi para todos os envolvidos.

II - permitida a retirada ou a exclusão de sócios, gradativamente, até a extinção de tal pessoa jurídica.

III- permitida a retirada de 1 (um) ou mais sócios, que se investirão, individualmente, na qualidade de autorizatários pessoas físicas nos prefixos até então pertencentes a tal pessoa jurídica.

Art. 90. Aqueles que vierem a receber autorização com base nas regras de transição previstas nesta Lei serão sujeitos de direitos e de obrigações como se tratassem de novas autorizações.



Art. 91. Fica permitido aos permissionários que não se enquadrem no artigo 9º, Inciso II, a permanecerem na titularidade da autorização até sua transferência ou extinção.

Art. 92. As exigências previstas no artigo 9º, Inciso III, será de caráter obrigatório apenas para as novas autorizações.

## CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 93. O Executivo Municipal promoverá as alterações necessárias para viabilizar a implantação de novo modelo institucional, operacional e de gestão.

Art. 94. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n. 958/1986 e suas alterações posteriores.

Art. 95. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, 21 de dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

### LEI ORDINÁRIA Nº 2.583/2021

Publicação Nº 3519791

LEI Nº 2.583/2021.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CARITATIVA HOSPITAL REGIONAL SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER, que o Poder Legislativo Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta lei, efetuar transferência financeira na ordem de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), ao mês a Associação Educacional e Caritativa Hospital Regional São Paulo de Xanxerê, SC, com CNPJ nº 89.428.734/0022-04, para atendimento de urgência, emergência e sobreaviso das especialidades médicas em atendimento a pacientes do Município de Faxinal dos Guedes SC.

Art. 2º. A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos transferidos de acordo com as normas da Contabilidade e Auditoria da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes SC, em especial da Resolução TC - 16/94 e de acordo com a Instrução normativa n.º 001 de 12 de março de 2001.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Ordinária Municipal nº 2.521 de 05 de dezembro de 2019.

Faxinal dos Guedes/SC, 21 de dezembro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

### REPÚBLICAÇÃO DE PR 0052/2021

Publicação Nº 3519731

REPÚBLICAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0052/2021  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 314B20980914D8C3AEDF22ECF33A487FC7118EB9

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que REPUBLICA o Edital da licitação pública, regradada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0052/2021 – Menor Preço por Item, visando registro de preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL - SMP, PARA COMUNICAÇÃO DE VOZ, DADOS E IMAGENS, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação, em nova data e novo horário, às 08h30m dia 17 de janeiro de 2022, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h00m às 13h00m, de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4340.

Faxinal dos Guedes (SC), 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

CODIGO REGISTRO TCE: 314B20980914D8C3AEDF22ECF33A487FC7118EB9

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 001/2022

Publicação Nº 3521107

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 001/2022  
MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 001/2022  
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2022.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 05 de janeiro de 2022, no site [www.flordosertao.sc.gov.br](http://www.flordosertao.sc.gov.br), e em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 17 de janeiro de 2022. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 03 dias do mês de janeiro de 2021.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO

### CONTRATO Nº. 001/2022

Publicação Nº 3520283

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2022  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 01.201.427/0001-10, com sede administrativa na Rua Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Dirceu Silveira, RG: 1.716.585, CPF: 538.309.899-20, prefeito do Município de Modelo/SC, doravante denominado CONSÓRCIO.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições legais estabelecidas no art. 241 da Constituição Federal, art. 8º da Lei Federal n. 11.107/2005, regulamentado pelo Decreto Federal 6.017/2007, pelo art. 41, III e IV, da lei Federal n. 10.406/2002 (Código Civil), Lei Federal n. 8.080 (Lei Orgânica da Saúde), Lei Federal n. 8.142/90 (Participação da comunidade na gestão do SUS), subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93, no Protocolo de Intenções, que ratificado por Lei deste Município gerou o Contrato de Consórcio Público, conforme estabelecido no Contrato de Programa, o PPA, LDO e LOA deste Município, bem como o teor das cláusulas deste Contrato Administrativo de Rateio.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 2º, III da Lei n. 11.107/2005.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar o repasse financeiro do município para manutenção das atividades do CIS/AMERIOS e/ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, procedimentos cirúrgicos, pessoal e manutenção de software de gerenciamento.

#### DO RATEIO

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará anualmente ao consórcio a importância de R\$ 20.256,00 em doze parcelas iguais e sucessivas, no valor de R\$ 1.688,00, e poderá repassar R\$ 250.000,00 correspondente aos EXCEDENTES a serem utilizados pelo município.

Parágrafo único – Os valores expressos nesta Cláusula, poderão ser alterados na vigência do contrato, com necessárias justificativas, que deverão ser estabelecidas em Termo Aditivo, e posteriormente convalidado pela Assembleia Geral do Consórcio.

#### DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta - São obrigações e responsabilidades do CONSORCIADO/CONTRATANTE:

- I - ter assegurado o correspondente crédito orçamentário, à conta da dotação na Lei Orçamentária Anual do Município;
- II - empenhar os recursos necessários, garantindo o cumprimento do Contrato;
- III - cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio;
- IV - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, nos termos do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93;
- V - receber a prestação de contas e consolidar nas contas do Município;
- VI - controlar e acompanhar toda a execução do contrato.

Cláusula sexta - São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO/CONTRATADO:

- I - receber os recursos financeiros repassados pelo Município;
- II - aplicar os recursos financeiros oriundos do presente contrato, na consecução do seu objeto, observadas as normas da contabilidade pública;
- III - fornecer as informações necessárias para todas as despesas sejam consolidadas nas contas do Município.

#### DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula sétima - A despesa com a execução deste contrato correrá de acordo com a modalidade de despesa nº 01/2022, do orçamento do Município para o exercício de 2022, devendo ser previstos os novos créditos orçamentários capazes de dar guarida às despesas decorrentes de eventuais alterações ou prorrogações deste contrato, mediante termo aditivo.

#### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula oitava – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual 2022, e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

3.1.71.70.01	Participação em Consórcios Públicos	R\$ 47,64
3.3.71.70.01	Participação em Consórcios Públicos	R\$ 211,16
3.3.93.70.01	Participação em Consórcios Públicos	R\$ 1.429,20

#### DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula nona - A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo, posteriormente convalidado pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. Caso os gastos anuais com os serviços sejam ultrapassados pelo Município, o valor do repasse para manutenção será alterado proporcionalmente para manter o equilíbrio entre as partes, desde que aprovados os créditos adicionais nos devidos orçamentos, revistos durante a vigência do presente contrato de rateio pelo Município, que deverá ser convalidado pela Assembleia Geral do Consórcio.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula décima – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio CIS/AMERIOS deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula décima primeira – O consorciado inadimplente com o CIS/AMERIOS será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, tendo sua senha bloqueada para agendamento.

Cláusula décima segunda – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima terceira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de dois meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Cláusula décima quarta – O Repasse mensal somente será efetuado quando o CIS/AMERIOS informar os valores com respectivos elementos econômicos para empenhamento.

**DA VIGÊNCIA**

Cláusula décima quinta - O presente Contrato de Rateio terá vigência de 4º de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

**DO FORO**

Cláusula décima sexta - Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula décima sétima - As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas em Assembleia Geral do CIS AMERIOS, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados aos municípios associados.

Cláusula décima oitava - E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produzam os efeitos legais.

Município de Flor do Sertão - SC, aos 04 dias do mês de janeiro de 2022.

Dirceu Silveira  
Prefeito de Modelo  
Presidente do CONSÓRCIO CIS/AMERIOS

Sidnei José Willinghöfer  
Prefeito de Flor do Sertão  
Município CONSORCIADO

**PORTARIA Nº 027/2022**

Publicação Nº 3519559

	PORTARIA Nº 027/2022
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal NEODIMAR BASSANI, ocupante do Cargo de GMC, lotado na Secretaria Municipal de Administração, no período de 04/01/2022 a 02/02/2022, relativo ao período aquisitivo 02/20 a 02/21.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2022.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA Nº 028/2022**

Publicação Nº 3519561

	PORTARIA Nº 028/2022
	CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO LICENÇA PRÊMIO a servidora municipal KARIN K. M. VON DENTZ, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, nos dias 04 a 13/01/2022, correspondente ao período 08/2014 a 08/2019 conforme dispõe a Lei Municipal nº. 497/2011 em seu artigo 112.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2022.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

## PORTARIA N° 029/2022

Publicação N° 3520630

	PORTARIA N° 029/2022
	CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR ATRIBUIÇÃO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO Gratificação por Atribuição na ordem de 45% (quarenta e cinco por cento), calculado sobre o vencimento base da função ao servidor municipal GESIEL FALKOSKI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º A referida gratificação será concedida em virtude de o funcionário estar desempenhando a função de Operador de Máquinas. Conforme Lei Municipal nº 738/2021.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2022.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

## PORTARIA N° 030/2022

Publicação N° 3520635

	PORTARIA N° 030/2022
	CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR ATRIBUIÇÃO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO Gratificação por Atribuição na ordem de 80% (oitenta por cento), calculado sobre o vencimento base da função a servidora JAQUELINE IVANES FALKOSKI MARTINS DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A referida gratificação será concedida em virtude de a servidora estar desempenhando a função de Agente Endêmico junto a Secretaria Municipal de Saúde. Conforme Lei Municipal nº 738/2021.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2022.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA Nº 031/2022**

Publicação Nº 3520641

	PORTARIA Nº 031/2022
	CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR ATRIBUIÇÃO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por atribuição na ordem de 45% (quarenta e cinco por cento), calculado sobre o vencimento base da função ao servidor LUCAS AUGUSTO SEIBT, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Administração. Conforme Lei Municipal nº 738/2021.

Art. 2º A referida gratificação será concedida em função de o servidor acumular as atribuições de assessoramento ao comércio e a indústria local para implementação de normas de acessibilidade e do programa municipal de saneamento básico e coordenação da comissão do programa REURB.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2022.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA Nº 032/2022**

Publicação Nº 3520644

	PORTARIA Nº 032/2022
	CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR ATRIBUIÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO Gratificação por Atribuição na ordem de 60% (sessenta por cento), calculado sobre o vencimento base a servidora CRISTIANE CARNIEL, ocupante do cargo de Educador Físico para Academia lotada na Secretaria Municipal de Saúde. Conforme Lei Municipal nº 738/2021.

Art. 2º A vantagem será concedida em razão de a servidora desempenhar atividades no horário noturno e aos finais de semana junto a Academia da Saúde aos municípios de Flor do Sertão.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2022.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA Nº 033/2022**

Publicação Nº 3520647

	PORTARIA Nº 033/2022
	CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR ATRIBUIÇÃO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,



**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO Gratificação por Atribuição na ordem de 45% (quarenta e cinco por cento), calculada sobre o vencimento base ao servidor MOACIR SCHWERTZ, ocupante do cargo de Técnico em Informática, lotado na Secretaria Municipal de Administração para acumular a função de responsável pelo Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, conforme Lei Municipal nº 738/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2022.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA Nº 034/2022**

Publicação Nº 3520651

	PORTARIA Nº 034/2022
	CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR ATRIBUIÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO Gratificação por Atribuição na ordem de 45% (quarenta e cinco por cento), calculada sobre o vencimento base a servidora municipal TAIS APARECIDA DE AMARANTE, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social para acumular a função de recepcionista e telefonista do CRAS, responsável pela emissão de identidades e prestar serviços à junta de serviço militar na função de Secretária. Conforme Lei Municipal nº 738/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2022.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA Nº 035/2022**

Publicação Nº 3520653

	PORTARIA Nº 035/2022
	CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR ATRIBUIÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO Gratificação por Atribuição na ordem de 45% (quarenta e cinco por cento), calculada sobre o vencimento base a servidora municipal LUCIANE HAHN, ocupante do cargo de Assistente de Administração, para desempenhar a função de Assessora da Câmara de Vereadores, com a incumbência de assessoramento e consultoria técnica na área legislativa, inclusive redação de projetos de lei, atas, proposições, indicações, elaboração da ordem do dia, receber, registrar, distribuir e controlar a movimentação de papéis, organizar e publicar informações no site da Câmara Municipal e elaboração de outros documentos e trabalhos do Poder Legislativo. Conforme Lei Municipal nº 738/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2022.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA Nº 036/2022**

Publicação Nº 3520658

	PORTARIA Nº 036/2022
	CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR ATRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO Gratificação por Atribuição na ordem de 60% (sessenta por cento) aos servidores municipais GILBERTO DALL AGNOL e PAULO SERGIO BORTOLINI, ocupantes do cargo de Motorista, lotados na Secretaria Municipal de Saúde. Conforme Lei Municipal nº 738/2021.

Art. 2º - A Referida Gratificação será concedida em virtude de os motoristas ficarem de sobre aviso e plantão no período noturno, feriados e finais de semana, fora do horário de funcionamento do Posto de Saúde do Município.

§2º. O servidor ora beneficiado deverá manter o controle dos horários de atendimentos fora do expediente para justificar a vantagem.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2022.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER  
Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA Nº 037/2022**

Publicação Nº 3520662

	PORTARIA Nº 037/2022
	CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR ATRIBUIÇÃO AS AGENTES COMUNITARIAS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO Gratificação por Atribuição na ordem de 20% (vinte por cento), calculado sobre o vencimento base da função as funcionárias ISETE H. GIACOMELLI BASSANI, LIANE MARIA SILVEIRA RAMOS, MARIA DE LOURDES CARDOSO ANTUNES e ROSANE DE FREITAS NORONHA DA SILVA, ocupantes do cargo de Agentes Comunitárias de Saúde, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde. Conforme Lei Municipal nº 738/2021.

Art. 2º A referida gratificação será concedida como forma de ressarcimento e eventuais despesas com deslocamento para a realização das visitas domiciliares.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2022.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA N° 038/2022**

Publicação N° 3520665

	PORTARIA N° 038/2022
	CONVERTE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONVERTIDO em pecúnia relativo a 30 dias de licença prêmio ao Servidor Municipal MAIKO RODRIGO STAMM, ocupante do Cargo de Agente de Controle Interno, lotado no Gabinete do Prefeito, conforme Lei nº 497/2011 art. 112 parágrafo 3º.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 04 dia do mês de Janeiro de 2022.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 5517, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3521089

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5517, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE ANTONIO COMUNELLO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CLAUDIOMAR CECCHIN, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo a serem gozadas no período de 06/01/2022 à 04/02/2022, relativas ao período aquisitivo de 01/11/2020 à 31/10/2021.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 04 de janeiro de 2022.

JORGE ANTONIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### DECRETO MUNICIPAL N.º 5518, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3521100

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5518, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE ANTONIO COMUNELLO Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71, XXIV, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006, e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal TAÍSE GRIS, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a serem gozadas no período de 10/01/2022 à 24/01/2022, relativas ao período aquisitivo de 08/04/2020 à 07/04/2021.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 04 de janeiro de 2022.

JORGE ANTONIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO MUNICIPAL N.º 5519 DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521106

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5519 DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE ANTONIO COMUNELLO Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006, e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal LUIZETE R. LORENSET, ocupante do cargo de Técnica em Tributação, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a serem gozadas no período de 10/01/2022 à 24/01/2022, relativas ao período aquisitivo de 08/04/2020 à 07/04/2021.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 04 de janeiro de 2022.

JORGE ANTONIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO MUNICIPAL N.º 5520, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521115

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5520, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE ANTONIO COMUNELLO Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, LÉO PEDRO MIGLIAVACCA, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a serem gozadas no período de 10/01/2022 à 24/01/2022, relativas ao período aquisitivo de 04/01/2021 à 03/01/2022.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 04 de janeiro 2022.

JORGE ANTONIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO MUNICIPAL N.º 5521, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521125

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5521, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE ANTONIO COMUNELLO Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71, XXIV, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006, e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos 20(vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal ANDERSON TISSIANI VEDANA, ocupante do cargo de ASSESSOR JURIDICO, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a serem gozadas no período de 10/01/2022 à 29/01/2022, relativas ao período aquisitivo de 04/01/2021 à 03/01/2022.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 04 de janeiro de 2022.

JORGE ANTONIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO MUNICIPAL N.º 5522, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521143

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5522, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE ANTONIO COMUNELLO Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71, XXIV, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006, e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos 30(trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal GILMAR FERREIRA, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, lotado na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, a serem gozadas no período de 17/01/2022 à 15/02/2022, relativas ao período aquisitivo de 04/01/2021 à 03/01/2022.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 04 de janeiro de 2022.

JORGE ANTONIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO MUNICIPAL N.º 5523, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521155

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5523, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE ANTONIO COMUNELLO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

## DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal CRISLEI BRUNA BORSOI, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social a serem gozadas no período de 17/01/2022 à 31/01/2022, relativas ao período aquisitivo de 02/02/2020 à 01/02/2021.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 04 de janeiro de 2022.

JORGE ANTONIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL  
REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO MUNICIPAL N.º 5524, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3521156

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5524, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE ANTONIO COMUNELLO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

## DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ANDRIELI GNOATTO TRESSOLDI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a serem gozadas no período de 17/01/2022 à 31/01/2022, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2020 à 31/05/2021.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 04 de janeiro de 2022.

JORGE ANTONIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO MUNICIPAL N.º 5525, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3521161

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5525, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE ANTONIO COMUNELLO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

## DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MARIA DAL BOSCO CONTE, ocupante do cargo de DI-RETORA DE DEPARTAMENTO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a serem gozadas no período de 17/01/2022 à 31/01/2022, relativas ao período aquisitivo de 04/01/2021 à 03/01/2022.



Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 04 de janeiro de 2022.

JORGE ANTONIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

## **DECRETO MUNICIPAL N.º 5526, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3521164

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5526, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE ANTONIO COMUNELLO Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, SOLANAGE FÁTIMA GIROTTO BAÚ, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a serem gozadas no período de 17/01/2022 à 31/01/2022, correspondente ao período aquisitivo de 01/11/2020 à 31/10/2021.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 04 de janeiro de 2022.

JORGE ANTONIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMF Nº 01/2022

Publicação Nº 3520058

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/PMF/2022  
(Referente Pregão Presencial nº. 198/PMF/2021)

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3.400, Paço Municipal 26 de Abril, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ nº. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.746.727, e inscrito no CPF sob o nº 551.394.269-00, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1- LISANE CASSOL - ME inscrita no CNPJ nº. 26.108.091/0001-77 estabelecida na Rua Rosa Rocha Bento nº 561, Santa Cruz, em Forquilha/SC, neste ato representada pela Sra. Lisane Cassol, brasileiro, CI 5010972, CPF 010.710.779-10, Contato (48) 99813-1170;

2- MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILÂNCIA LTDA ME inscrita no CNPJ nº. 10.392.048/0001-46 estabelecida na Rua Agenor Amador Fernandes, nº 292, Tereza Cristina, em Içara/SC, neste ato representada pelo Sr. Julcemar Piucco, brasileiro, CI 2578786, CPF 850.614.849-91, Contato (48) 3432-8931;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 198/PMF/2021, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO através de empresa especializada, para prestar serviços de limpeza e segurança noturna e diurna para atendimento de eventos da administração municipal de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Ordens de Serviço previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo para execução dos serviços será de 72 (setenta e duas) horas e deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste termo.

1.4. A data do evento no qual será necessária a prestação do referido serviço será informada na Ordem de Serviço, bem como os prazos para finalização dos serviços.

1.5. Os materiais necessários serão transportados por conta e risco da licitante fornecedora, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente.

1.6. Os serviços, quando solicitados pelo município, deverão ser executados por profissional especializado.

2. O setor competente do município processará a conferência dos serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

2.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição pela CONTRATADA imediatamente, a partir da notificação da não aceitação.

3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

4. Nos casos da DETENTORA DA ATA não realizar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

5. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

6. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da

Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

1.1. O CERTIFICO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.

1.2. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.

1.4. A empresa contratada deverá destacar na nota fiscal/fatura, além do número e a data de assinatura do contrato, os dados bancários: Banco, Agência e nº Conta-Corrente.

1.5. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer o objeto dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

B) apresentar documentação falsa;

C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

D) ensejar o retardamento da execução do objeto;

E) não mantiver a proposta;

F) cometer fraude fiscal;

G) comportar-se de modo inidôneo.

2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. O Sr. Marcio André Eyng, será a Fiscal desta Ata, sendo dela a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. Ricardo Alexandre Ximenes, Secretário de Administração será o Gestor desta Ata, sendo dela a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

#### Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 198/PMF/2021, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018 (microempresa), no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 04 de janeiro de 2022.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES
Prefeito Municipal
LISANE CASSOL - ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Lisane Cassol
MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILÂNCIA LTDA ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Julcemar Piucco
Marcio André Eyng
Fiscal da Ata

### AVISO DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº.05/PMF/2022

Publicação Nº 3519385

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 54E19F32E9D3947F94841F24002C88E454ABC447

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHA  
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Concorrência Pública Nº. 05/PMF/2022.

**OBJETIVO:** A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa especializada para prestar serviços de recapeamento asfáltico em diversas ruas danificadas na implantação do sistema de tratamento de esgoto sanitário no Município de Forquilha/SC, por meio do Convênio nº. 843/2021 celebrado junto a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.

**DATA DE ABERTURA:** Dia 04 de fevereiro de 2022 às 09:00 horas.

**EDITAL:** Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>.

Forquilha, 04 de janeiro de 2022.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
Presidente da Comissão de Licitação

## **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº.04/PMF/2022**

Publicação Nº 3519250

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ABE7B35ADD5E396659C9F17F9C5B0A3C50ED91A8

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHA  
AVISO DE LICITAÇÃO

**MODALIDADE:** Edital Pregão Presencial Nº. 04/PMF/2022.

**OBJETIVO:** A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de combustíveis (gasolina comum) para consumo da frota do município, Fundos e Fundações de Forquilha/SC.

**DATA DE ABERTURA:** Dia 18 de janeiro de 2022 às 09:00 horas.

**EDITAL:** Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>.

Forquilha, 04 de janeiro de 2021.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
Pregoeira

## **EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 07/PMF/2022**

Publicação Nº 3519775

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D736D34B9DA1C2E98E7A56B8131F4794572401BC

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRO/RENOVAÇÃO DE FORNECEDORES  
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 07/2022

O Município de Forquilha, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto Municipal nº 144/2021 de 19/02/2021, alterado pelo nº 254/2021 de 13/04/2021, atendendo ao disposto na Lei nº. 8.666/93, artigo 34, § 1º, comunica aos interessados que estará recebendo requerimentos de cadastro de novos fornecedores e atualização de dados dos já cadastrados. Poderá se inscrever qualquer pessoa física ou jurídica, atendidas as exigências legais, que tenham interesse em fornecer produtos e/ou serviços ao Município de Forquilha/SC. Os interessados poderão obter maiores informações junto à Comissão de Licitações, pelo telefone (48) 3463-8121 ou (48) 3463-8122 no horário das 7h às 13h ou pelo e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br

Prazo para inscrição: de 05/01/2022 a 31/12/2022.

Local de Inscrição: Através do setor de protocolo das 7h às 13h

Forquilha, 04 de janeiro de 2022.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
Presidente da Comissão de Licitação

## **EDITAL DE CREDENCIAMENTO 06/PMF/2022**

Publicação Nº 3519692

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 89941AA017714D909605A63CABD52D2E462448DA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHA  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO 06/PMF/2022

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA torna pública a convocação de interessados para o CREDENCIAMENTO de prestadores de serviços educacionais, segundo as condições estabelecidas neste edital e na Minuta de Contrato, cujos termos, igualmente a integram, e que está recebendo os "Documentos de Habilitação" no setor de licitações do município de Forquilha/SC, na Avenida 25 de Julho, nº 3.400, Centro, Paço Municipal 26 de Abril, Forquilha/SC, conforme especificado na Cláusula Primeira deste credenciamento, atendendo a legislação específica que regula o sistema de acordo com as normas deste edital, Lei no 8.666/93 e alterações.

As inscrições para o credenciamento se darão pelas proponentes interessadas em até 60 (sessenta) meses contados a partir da data de publicação deste chamamento, junto a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha sítio a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC.

Editais completos e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou: [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br) (transparência; licitações) ou pelo e-mail [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br).

Forquilha/SC, 04 de janeiro de 2022.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
Presidente da Comissão de Licitação

## EXTRATO DO CONTRATO PMF Nº 02/2022

Publicação Nº 3520033

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
--	--

EXTRATO DO CONTRATO PMF Nº 02/2022  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ALLPLAN – CONSULTORIA EM PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL EIRELI

DO OBJETO - Contratação de consultoria para elaboração do Planejamento Estratégico Integrado a partir da elaboração do diagnóstico territorial, econômico e social, da geração e análise de indicadores de desempenho, parâmetros urbanísticos e de ocupação, definição de metas e ações, normativas de uso, organização e evolução territorial, incluindo a revisão do Plano Diretor do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil).

VIGÊNCIA – 270 (duzentos e setenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias).

DOTAÇÃO – Órgão: 03 - Secretaria de Planejamento  
Unidade: 01 – Secretaria de Planejamento  
Proj./Ativ.: 2.005 Manutenção da Secretaria de Planejamento  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 (17) – Aplicações Diretas

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial 196/PMF/2021.

DATA DA ASSINATURA – 04 de janeiro de 2022.

JOSÉ CLÁUDIO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

## RATIFICAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/PMF/2022

Publicação Nº 3520030

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A5F3DF530C0A0305777861405482A53F8042CEAF

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 08/PMF/2022

COMPRADOR: MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VENDEDOR: ALEONOR COLONETTI e TEREZINHA DAROS COLONETTI

OBJETO: Aquisição de um terreno de 427,50 m² anexo à EEB Waldemar Casagrande, ao lado da quadra coberta da escola, no bairro Ouro Negro. A aquisição deste terreno é importante para a construção de novas salas de aula, necessárias para atendermos a demanda dos alunos do Fundamental I do Município de Forquilha/SC.



**IMÓVEL:** Um terreno urbano situado neste Município e Comarca de Forquilha-SC, à Avenida 71, com área de 45,00m<sup>2</sup> (quarenta e cinco metros quadrados), e as seguintes confrontações: ao NORTE 30,00 metros com o lote nº 01; ao SUL, 30,00 metros com o lote nº 02; ao LESTE 1,50 com a Avenida 71 e a OESTE, 1,50 metros com Jucenir Estevan, devidamente matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de Forquilha sob o n.º 1887; e um terreno urbano situado neste Município e Comarca de Forquilha-SC, à Avenida 71, lote nº 02 da quadra G, com área de 382,50m<sup>2</sup> (trezentos e oitenta e dois metros e cinquenta centímetros quadrados), ou sejam 12,75 metros de frente por 30 metros ditos de fundos e as seguintes confrontações: ao NORTE, com o lote nº 01; ao SUL, com o lote nº 03, ao LESTE, com a Avenida 71 e a OESTE, com o lote nº 12, devidamente matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de Forquilha sob o n.º 1.901.

**VALOR:** R\$ 248.000,00 (duzentos e quarenta e oito mil reais).

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, Inciso X da Lei 8.666/93.

**JUSTIFICATIVA:** O imóvel em questão atende os requisitos apresentados pela Secretaria de Educação quanto a localização e a metragem mínima necessária para a finalidade da citada pasta. Faz parte do presente processo o Parecer Técnico constatando a salubridade do imóvel, tornando-o apto à aquisição. Além da avaliação de preço do imóvel a qual indicou que o valor proposto está de acordo com o praticado usualmente no mercado, com a produção do laudo da Comissão de Avaliação Municipal, além de outros laudos de avaliações imobiliárias.

**DESPACHO FINAL:** De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e levando em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Procuradoria-Geral do Município, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com Art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.

Forquilha/SC, 04 de janeiro de 2022.

JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES  
Prefeito Municipal



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL PMF Nº 196/2021**

Publicação Nº 3520031

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA</b>  CNPJ: 81.531.162/0001-58 AVENIDA 25 DE JULHO, 3.400 C.E.P.: 88850-000 - Forquilha - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 196/2021 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 196/2021 Data do Processo: 24/11/2021
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 196/2021  
b) Licitação Nr.: 196/2021-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 20/12/2021  
e) Data da Adjudicação: 20/12/2021 Sequência: 0  
f) Objeto da Licitação: Contratação de consultoria para elaboração do Planejamento Estratégico Integrado a partir da elaboração do diagnóstico territorial, econômico e social, da geração e análise de indicadores de desempenho, parâmetros urbanísticos e de ocupação, definição de metas e ações, normativas de uso, organização e evolução territorial, incluindo a revisão do Plano Diretor do Município de Forquilha/SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**ALLPLAN - CONSULTORIA EM PLANEJAMENTO URBANO E AMB (414900)**

1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INTEGRADO A PARTIR DA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO TERRITORIAL, ECONÓMICO E SOCIAL, DA GERAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO, DA DEFINIÇÃO DE METAS E AÇÕES, COM AUXÍLIO DE TÉCNICAS E TECNOLOGIAS QUE PERMITAM ANALISAR, PROJETER E MONITORAR A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES PROPOSTAS, INCLUINDO AINDA A ATUALIZAÇÃO DO ARCAÇOUÇO LEGAL RELATIVO À GESTÃO TERRITORIAL.	UN	1,00	0,0000	164.000,00	164.000,00
--	----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 164.000,00

Total Geral: 164.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (14)

Forquilha, 20 de Dezembro de 2021.

.....  
**JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL PMF N° 198/2021**

Publicação N° 3520069

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA</b>  CNPJ: 81.531.162/0001-58 AVENIDA 25 DE JULHO, 3.400 C.E.P.: 88850-000 - Forquilha - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 198/2021 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 198/2021 Data do Processo: 01/12/2021
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 198/2021  
b) Licitação Nr.: 198/2021-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 17/12/2021  
e) Data da Adjudicação: 17/12/2021 Sequência: 0  
f) Objeto da Licitação A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO, através de empresa especializada, para prestar serviços de limpeza e segurança noturna e diurna para atendimento de eventos da Administração Municipal de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

(em Reais R\$)					
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<b>LISANE CASSOL (13109)</b>					
2 AGENTES DE LIMPEZA (CONFORME DEMANDA) UNIFORMIZADOS E TREINADOS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. A EMPRESA FORNECERÁ TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, UNIFORME DE IDENTIFICAÇÃO, BEM COMO TODO O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.	HS	500,00	0,0000	28,00	14.000,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>14.000,00</b>
<b>MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILANCIA LTDA. ME (11381)</b>					
1 SERVIÇOS DE SEGURANÇA (CONFORME DEMANDA) UNIFORMIZADO (UNIFORME CEDIDO PELA EMPRESA) E TREINADOS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.	HS	1.500,00	0,0000	33,00	49.500,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>49.500,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>63.500,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Forquilha, 17 de Dezembro de 2021.	<p>_____  <b>JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES</b>  <b>PREFEITO MUNICIPAL</b></p>
------------------------------------	--

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001\_2022 RP 0001 - PMF

Publicação Nº 3521218

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BEAD42A06854304467BAF47E3D73D2A003CB5380

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0001/2022 – PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2021

Processo Administrativo Licitatório nº 0003/2022

Objeto: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisições em contratações futuras de gás oxigênio industrial, acetileno e gás para solda mig, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), pelo período de 12 (doze) meses. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO; Recursos: Próprios. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 horas do dia 07/01/2022 até as 09:00 horas do dia: 18/01/2022. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 horas até as 09:30 horas do dia 18/01/2022. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 18/01/2022. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3001 e-mail: [licita@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:licita@fraiburgo.sc.gov.br). Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) link "LICITAÇÕES"

Fraiburgo(SC), 04 de janeiro de 2022.

CÓDIGO DE REGISTRO TCE: BEAD42A06854304467BAF47E3D73D2A003CB5380

Rui Carlos Braun – Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

### CT22PMF02

Publicação Nº 3521245

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BEE45F4F56688C5F2ECA12BD2FCBFA6F1F464E29

CT22PMF02

CÓD REGISTRO TCE: BEE45F4F56688C5F2ECA12BD2FCBFA6F1F464E29

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE REAGENTES

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Rio das Antas, 185, centro, inscrito no CNPJ sob nº 82.947.979/0001-74, neste ato representado pelo Secretário de Administração, Planejamento e Inovação, Sr. Rui Carlos Braun, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado AGF – ANTI GRANIZO FRAIBURGO LTDA-ME., pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa na Rodovia SC – 453 – Km 08, Caixa Postal 21, na cidade de Lebon Régis-SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.910.392/0001-14, neste ato representado por seu sócio gerente, Sr. João Luiz Walter Rolim, portador do CPF nº 411.411.480-72 e RG 24.656.961, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, com base na Lei nº 8.666/93, nos preceitos de direito público, nos princípios da teoria geral dos contratos, nas disposições de direito privado e nas cláusulas e condições a seguir discriminadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços para operacionalização de 14 (quatorze) geradores de Solo para combate ao granizo, instalados nas seguintes Localidades:

- 1 – Assentamento Dandara;
- 2 – Pomar Rene Fray;
- 3 – Beira;
- 4 – Moraes;
- 5 – Vila Reflor – Butia Verde;
- 6 – Faxinal dos Domingues;
- 7 – Assentamento Rio Mansinho;
- 8 – Linha Brasília;
- 9 – Nossa Senhora da Saúde;
- 10 – Barro Preto;
- 11 – Baía;
- 12 – Macieira;
- 13 – Tabão;
- 14 – São Miguel.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente contrato terá sua vigência a partir janeiro até 31 de dezembro de 2022.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 572.700,48 (quinhentos e setenta e dois mil e setecentos reais e quarenta e oito centavos),

divididos da seguinte maneira:

- a) 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 2.543,82 (dois mil quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e dois centavos), pela prestação dos serviços;
- b) 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 45.181,22 (quarenta e cinco mil cento e oitenta e um reais e vinte e dois centavos), pela aquisição do reagente iodeto de prata.

3.1.1 – O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao vencido mediante depósito na conta de nº 572-9, agência nº 1791, Caixa Econômica Federal, de titularidade da CONTRATADA.

3.2 – A nota fiscal de prestação de serviços deverá ser emitida e entregue no dia 25 de cada mês.

3.3 – Deverão ser emitidas duas notas fiscais por mês, sendo uma referente ao reagente e outra referente a prestação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2022:

Órgão	09.00 – SECRETARIA DE AGRONEGÓCIOS
Unidade	09.01 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Funcional	20.606.0013.2.025 – Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Rural
Compl. Elemento	3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 3.3.90.30.11 – Material Químico
Dotação	99
Recurso	51200

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – São obrigações da CONTRATADA:

I – Instalar os geradores para combate ao granizo, bem como arcar com as despesas de manutenção, conserto, substituição de peças, abastecimento e fornecimento de todos os materiais necessários para o perfeito funcionamento dos mesmos;

II – Treinar os operadores dos geradores para combate ao granizo, orientando-os quanto à operação dos equipamentos e manuseio do reagente;

III – Manter plantão permanente a fim de evitar prejuízos às plantações agrícolas, pomares de maçã e toda infraestrutura urbana do Município, provenientes de chuvas de granizo;

IV – Produzir e distribuir o reagente que será utilizado nos geradores para combate ao granizo;

V – Apresentar relatório trimestral contendo justificativas em fase da eventual precipitação de granizo e sugestões para aperfeiçoamento do sistema;

VI – Responder por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer responsabilidade em virtude da prestação dos serviços, objeto do presente contrato;

VII – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas (art. 55, inc. XIII, da Lei 8.666/93).

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial:

a) No caso de inexecução total ou parcial, bem como pelos motivos enumerados nos artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93;

b) No caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato;

c) Quando, ficar evidenciada a incapacidade da CONTRATADA para dar execução ao contrato ou para prosseguir na sua execução;

d) Se a CONTRATADA falir, entrar em concordata, em liquidação ou dissolução, ou ainda, ocorrer em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução do presente contrato;

e) Ou ainda por qualquer das partes, mediante pré-aviso de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1 – Os serviços ora contratados poderão ser fiscalizados pelo CONTRATANTE sempre que julgar necessários, nos termos do art. 67 da

Lei nº 8.666/93 será acompanhada e fiscalizada pelos servidores designados pela Portaria nº 1840/2019, ou outra que venha substituí-la.

**CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

9.1 – O presente contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0001/2022 – PMF – Inexigibilidade nº 0001/2022 – PMF.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS**

10.1 – Os casos omissos serão resolvidos em estrita obediência a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de Fraiburgo, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Fraiburgo(SC), 03 de janeiro de 2021.

Município de Fraiburgo Rui Carlos Braum Portaria 001/2021 Contratante	AGF – Anti Granizo Fraiburgo Ltda. João Luiz Walter Rolim Contratado
--	--

**EDITAL LANÇAMENTO ISSQN 2022**

Publicação Nº 3521012

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 0001/2022**

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, considerando o disposto nos artigos 107, III, b, 116, IV da Lei Orgânica do Município de Fraiburgo, promulgada em 05 de abril de 1990 e considerando o disposto nos artigos 49 e 136, I, do Código Tributário Municipal (Lei Complementar Municipal nº 053/2003);

**NOTIFICA:**

Os contribuintes com cadastro de econômico ativo no município de Fraiburgo e que estejam enquadrados na modalidade de recolhimento como "FIXO" do lançamento para o exercício de 2022 do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, que tem como fato gerador a prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço de qualquer natureza, não compreendidos no artigo 155, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador, e, definidos na lista de serviços constante na Lei Complementar Municipal nº 053/2003:

**I - Prazo e forma de pagamento do ISSQN:**

O ISSQN devido será recolhido:

**1) Profissionais Liberais (fixo):**

- a) em um só pagamento, com desconto de 20% (vinte por cento), se recolhido até o dia 31 (trinta e um) de janeiro;
- b) de forma parcelada, em até 12 (doze) vezes, com vencimento no último dia útil de cada mês, vencendo a primeira no mês de janeiro, em parcelas não inferiores a 25 UFM's. (valor da UFM – R\$ 2,75).

2) Pessoas Jurídicas (fixo - contabilidades): será recolhido em até 12 (doze) vezes, com vencimento no último dia útil de cada mês, vencendo a primeira no mês de janeiro, em parcelas não inferiores a 25 UFM's. (valor da UFM – R\$ 2,75).

3) Os contribuintes que não se enquadrarem nas hipóteses acima, deverão observar os prazos e formas de pagamento estabelecidos na legislação específica, conforme opção do regime de tributação (Regime Normal ou Simples Nacional).

II - Falta de pagamento: os tributos não pagos nos prazos regulamentares serão inscritos em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente (artigo 748, § 1º do Código Tributário Municipal). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos espontaneamente, serão cobrados judicialmente.

III- Impugnações: o tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação até a data de 31/01/2022, obedecido o disposto nos artigos 609 e seguintes do Código Tributário Municipal.

IV – Impugnação do Presente Edital: o presente edital poderá ser impugnado até cinco dias úteis da sua publicação.

Outras informações: O contribuinte poderá obter maiores informações na Secretaria Municipal de Finanças, junto ao Departamento de Tributos ou pela internet no endereço [www.fraiburgo.sc.gov.br/carnes](http://www.fraiburgo.sc.gov.br/carnes) onde poderá emitir os referidos boletos.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Fraiburgo, 03 de janeiro de 2022.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

GEORGES DOS REIS SANTOS  
AUDITOR FISCAL

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO MARCOS QUEIROZ**

Publicação Nº 3520897

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): MARCOS QUEIROZ  
Endereço: Rua Senador Felipe Schmidt 362 Apto 102 B, Bairro: Centro,  
Joinville – Cep: 89201440  
(47) 999573134 (47) 934336912

CARGO: MÉDICO – SAÚDE DA FAMÍLIA  
Classificação: 20º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;
  - III – Creatinina,
  - IV – Parcial de Urina;
  - V – TGO e TGP;
  - VI – Triglicéridio;
  - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
  - VIII – TSH (acima de 45 anos);
  - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
  - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);  
XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);  
XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;  
XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);  
XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo  
XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;  
XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);  
XIX- Audiometria (Grupo Operacional);  
XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 04 de janeiro de 2022.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

MARCOS QUEIROZ

## TERMO DE CONVOCAÇÃO MICHELE LAZARI

Publicação Nº 3520899

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): MICHELE LAZARI  
Endereço: Vila 10 de Novembro, Bairro: Dez de Novembro,  
Fraiburgo/SC - 89580-000  
(49) 99524-3083 (49) 93246-4188

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM  
Classificação: 28º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com



o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);

r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);

s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);

t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);

u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I – Hemograma Completo;

II – Glicemia;

III – Creatinina;

IV – Parcial de Urina;

V – TGO e TGP;

VI – Triglicerídios;

VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);

VIII – TSH (acima de 45 anos);

IX – PSA (homens acima de 45 anos);

X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XI – Secreção Orofaringeal (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);

XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;

XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);

XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo

XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;

XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 04 de janeiro de 2022.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

MICHELE LAZARI

## TERMO DE CONVOCAÇÃO VIVIANE DO AMARAL RICHTER

Publicação Nº 3520901

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): VIVIANE DO AMARAL RICHTER  
Endereço: Rua 528, Bairro: Nossa Senhora Aparecida,  
Fraiburgo/SC - 89580-000  
(49) 99931-4690 (49) 99824-8586

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO  
Classificação: 56º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

a) 1(uma) foto ¾ recente;

- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;
  - III – Creatinina;
  - IV – Parcial de Urina;
  - V – TGO e TGP;
  - VI – Triglicerídio;
  - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
  - VIII – TSH (acima de 45 anos);
  - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
  - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
  - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
  - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
  - XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
  - XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
  - XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
  - XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
  - XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.
- u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);
- x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 04 de janeiro de 2022.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

VIVIANE DO AMARAL RICHTER

**Frei Rogério****PREFEITURA****EXTRATO 1º TERMO ADITIVO-CT 32-2021-LOCAÇÃO DE SISTEMA-CONTROLE INTERNO-FAEE**

Publicação Nº 3519983

**EXTRATO**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2021

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

Contratante: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

CNPJ: 01.616.039/0001-09

Contratada: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

CNPJ: 07.753.029/0001-93

Objeto: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação de prazo e reajuste de preços referente a locação de SOFTWARE de informática, denominado SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, contemplando a disponibilização do Módulo "Controle Interno".

Valor: R\$ 6.037,32 (seis mil e trinta e sete reais e trinta e dois centavos) pagos em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 503.11 (quinhentos e três reais e onze centavos).

Vigência: 01/01/2022 à 31/12/2022.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal

**EXTRATO-2ºTERMO ADITIVO AO CONTRATO 07-2020-COLETA DE RESÍDUOS DE SERV. DE SAÚDE-T.O.S**

Publicação Nº 3519903

**EXTRATO**

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2020

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

Contratante: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

CNPJ: 01.616.039/0001-09

Contratada: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

CNPJ: 72.332.778/0001-09

Objeto: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação de prazo e reajuste de preços para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento (esterilização em AUTOCLAVE) e destinação final de Resíduos de Serviço de Saúde – RSS, sendo os Grupos A1, A4, (Infectante) e E (Perfuro cortante), e prestação de serviços de Coleta e transporte de Resíduos de Serviço de Saúde – RSS do Grupo B (Químicos e medicamentos).

Valor: R\$ 12.475,20 (doze mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos) pagos em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 1.039,60 (hum mil trinta e nove reais e sessenta centavos), para coleta dos Resíduos dos Grupos A1, A4 e E, com um volume estimado de 450 litros/mês. Para os Resíduos do Grupo B (Químicos/Medicamentos) o município pagará o valor de R\$ 9,19 (nove reais e dezenove centavos), por kg/coletado, com quantidade estimada de 50 kg/ano.

Vigência: 01/01/2022 à 31/12/2022.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### ATA DA PRIMEIRA SESSÃO DO ANO DE 2022 DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS - JARF

Publicação Nº 3521272

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos quatro dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e vinte e dois (04/01/2022), a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba/SC, sob a Presidência do Bacharel Carlos Rafael Macanho Dutra, presentes o Senhor Julgador suplente Giovani Polese Piovesana e a Senhora Julgadora Suelen Baricalla de Carvalho, nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a primeira sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e dois. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Passou-se à pauta de julgamento:

10260092822021 (8041/2021) – Recurso Ordinário – Recorrente: VALERIA FETTER LAGES; Participantes: VALERIA FETTER LAGES (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

Decisão: Recurso Ordinário conhecido e não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270130312021 (1590/2020) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade

Julgador de Primeira Instância; Participantes: QUIRINO JUVENCIO LOPES JUNIOR (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: GIOVANI POLESE PIOVESANA.

Decisão: Reexame Necessário convertido em diligência, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10260068042016 (2294/2017) – Recurso Ordinário – Recorrente: FEBESI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S. A.; Participantes: FEBESI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S. A. (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE CARVALHO.

Decisão: Recurso Ordinário conhecido e não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da primeira sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e vinte e dois. E para constar, eu, Marcelo da Fonte Albuquerque, Secretário Geral da JARF, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

### AVISO DE EDITAL RETIFICADO PE089/2021

Publicação Nº 3519899

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5576ECE3987EF64ABBEFA295D01ABD189B76200E

AVISO DE EDITAL RETIFICADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2021

PROCESSO Nº 124/2021

LICITAÇÃO COM LOTES PARA AMPLA CONCORRÊNCIA E LOTES EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada de filtros e lubrificantes, incluindo o serviço de troca, para atender as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba.

Considerando que as alterações promovidas influenciam na formulação das propostas de preço, foram alterados os prazos para recebimento de propostas e realização da sessão pública conforme segue:

As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.com> até as 09h00min do dia 17/01/2022. A sessão pública será realizada a partir das 09h10min do dia 17/01/2022, no endereço eletrônico <http://bllcompras.com>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site <https://garopaba.atende.net>, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 04 de janeiro de 2022.

Junior de Abreu Bento

Prefeito Municipal de Garopaba

### AVISO DE LICITAÇÃO PE002/2022

Publicação Nº 3520573

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ACD25765F15AB0B167AD5C84066A2BB30533C779

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022

PROCESSO Nº 002/2022

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema

de registro de preços, pretendendo a contratação de empresa especializada para executar os serviços de sanitização de ambientes, para uso das secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Garopaba e Fundo Municipal de Saúde. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.com> até as 14h00min do dia 17/01/2022. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 17/01/2022, no endereço eletrônico <http://bllcompras.com>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site <https://garopaba.atende.net>, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 04 de janeiro de 2022.

Junior de Abreu Bento  
Prefeito Municipal de Garopaba

## AVISO DE LICITAÇÃO PE003/2022

Publicação Nº 3521214

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FEBFA068A73D8D3ED70A4EB2D0036E2A32DF8533

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022  
PROCESSO Nº 003/2022

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preço pelo período de 12 (doze) meses pretendendo a contratação de empresa especializada para executar os serviços de dedetização e desratização de ambientes, para uso das secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Garopaba e Fundo municipal de Saúde, com fornecimento de mão-de-obra e matéria-prima necessário ao tratamento químico para as duas aplicações. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.com> até as 16h20min do dia 17/01/2022. A sessão pública será realizada a partir das 16h30min do dia 17/01/2022, no endereço eletrônico <http://bllcompras.com>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site <https://garopaba.atende.net>, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 04 de janeiro de 2022.

Junior de Abreu Bento  
Prefeito Municipal de Garopaba

## CÂMARA MUNICIPAL

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2021

Publicação Nº 3521261

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 01/2021, celebrado entre o MUNICÍPIO DE GAROPABA – CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA e a empresa, LIMA & LIMA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA – ME, prestação de serviços de locação de imóvel para instalações da Câmara Municipal de Garopaba.

O MUNICÍPIO DE GAROPABA - CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, Estado de Santa Catarina, Rua 30 de dezembro, nº 240, sala 04 – Centro – Garopaba/SC CEP: 88.495-000 Fone, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.987.423/0001-86, neste ato legalmente representada pelo seu Presidente, Senhor Nilton Batista Raupp, brasileiro, casado, CPF 594.479.409-78, RG 1964451 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Baleia Franca – Casa 01, Bairro Ferraz, Cidade de Garopaba/SC, doravante denominada simplesmente como Locatário, e de outro lado a empresa, LIMA & LIMA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.194.970/0001-82, situada na Rua Antônio Claudino de Souza Medeiros, nº 45, Centro, CEP 88.495-000, Garopaba/SC, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Senhor Sérgio Pacheco de Lima, brasileiro, casado, natural da cidade de Garopaba/SC, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 4.217.747 SSP/SC, CPF nº 066.734.809-39, residente e domiciliado à Rua Manoel Álvaro de Araújo, nº 52, Centro, Município de Garopaba/SC, doravante denominado simplesmente Locador, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2021, de 11 de janeiro de 2021, amparado no inciso II do Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93, respeitando as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DE LOCAÇÃO:** O LOCADOR coloca à disposição do LOCATÁRIO um imóvel, situado a Rua 30 de dezembro, nº. 240, sala 04, Centro, Garopaba/SC, em alvenaria, sendo 66,07 m² (térreo) e 574,25 m² (pavimento superior), totalizando 640,32 m², a área conta com total acessibilidade, 01 Plataforma elevatória para acessibilidade 250kg, um auditório para 108 pessoas sentadas, já com cadeiras e climatizado, 6 salas climatizadas, e mais 03 salas com janelas, 01 copa, banheiros com acessibilidade, espaço para o Plenário.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Do prestador de serviço ao locador**

Os colaboradores do locador, que por ventura prestarem serviços para o locatário, não terão qualquer vínculo empregatício com estes, pois não terão subordinação ou salários pagos pelo locatário.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Do valor e do reajuste**

O valor mensal do aluguel será de R\$ 25.611,25 (vinte e cinco mil e seiscentos e onze reais e vinte e cinco centavos), tendo o valor global de R\$ 307.335,00 (trezentos e sete mil e trezentos e trinta e cinco reais). Comprometendo-se a pagar no final de cada mês, ou seja, todo dia 30 (trinta) de cada mês. O reajuste contratual de posteriores aditivos observará o IGPM - Índice Geral de Preços – Mercado, ressalvado o previsto no parágrafo primeiro da Cláusula terceira do contrato 01/2021.

**CLÁUSULA QUARTA – DO IPTU**

Resta a cargo do LOCADOR a responsabilidade pelo pagamento referente ao IPTU (Imposto Predial Territorial), ficando ao LOCATÁRIO compromissado a restituir o valor pago a título de IPTU (Imposto Predial Territorial), ao LOCADOR a partir de 10 de dezembro de 2022, mediante certidão de quitação do referido imposto, independentemente do pagamento do tributo ter sido realizado em quota única ou em parcelas mês a mês.

Os documentos fiscais e recibos originais já pagos pelo LOCADOR, referentes às despesas deste ajuste, deverão ser remetidos à Presidência da Câmara Municipal, para que sejam conferidos e atestados com a assinatura e posteriormente encaminhados à Diretoria de Finanças, Contabilidade e Informática da Câmara, até o dia 02 de dezembro de 2022.

**CLÁUSULA QUINTA – Das atribuições**

O presente instrumento passa a fazer parte integrante do Contrato nº. 01/2021.

**CLÁUSULA SEXTA – Demais cláusulas**

As demais Cláusulas pactuadas do Contrato inicial permanecem inalteradas.

E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Garopaba, 03 de janeiro de 2022.

NILTON BATISTA RAUPP Presidente Câmara Municipal de Garopaba Locatário	SÉRGIO PACHECO DE LIMA Sócio Proprietário Locador
---	---

NELSON PACHECO VIEIRA JUNIOR  
Assessor Jurídico  
Câmara Municipal de Garopaba  
OAB/SC 46809

**Testemunhas:**

Ivaldo da Silva Lobo Filho CPF: 033.372.079.28	Charlene Pacheco de Lima CPF: 036.310.629-40
---	---



# Gaspar

## PREFEITURA

### MUNICÍPIO DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019 EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 004/2020

Publicação Nº 3521263

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

DO CONTRATO SAF Nº 004/2020

Início da vigência: 02/01/2022. Vencimento: 01/01/2023. OBJETO: Regulamenta a renovação, por 12 (doze) meses, do presente contrato de prestação de serviços com disponibilização de equipamentos diversos, com mão de obra inclusa. OBSERVAÇÃO: Concede reajuste contratualmente previsto de 15,31%, mediante acordo entre as partes, referente ao último período aquisitivo (2020-2021) conforme a seguinte Tabela Referencial:

Item	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Unidade	Quantidade Contratada
3	Serviços de caminhão com água pressurizada por motobombas e auto-vácuo com operador (150 bar). Marca: Ford Cargo.	403,62	Horas	3.323,87

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (CNPJ nº 83.102.244/0001-02). CONTRATADO: R.M AMBIENTAL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME (CNPJ nº 27.721.121/0001-89). VALOR TOTAL: R\$ 1.341.580,40 (um milhão e trezentos e quarenta e um mil e quinhentos e oitenta reais e quarenta centavos).

Gaspar (SC), 13 de dezembro de 2021.

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

### MUNICÍPIO DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019 EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 005/2020

Publicação Nº 3521264

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

DO CONTRATO SAF Nº 005/2020

Início da vigência: 02/01/2022. Vencimento: 01/01/2023. OBJETO: Regulamenta e renovação, por 12 (doze) meses, do presente contrato de prestação de serviços com disponibilização de equipamentos diversos, com mão de obra inclusa. OBSERVAÇÃO: Concede reajuste contratualmente previsto de 15,31%, mediante acordo entre as partes, referente ao último período aquisitivo (2020-2021) conforme a seguinte Tabela Referencial:

Item	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Unidade	Quantidade Contratada
2	Serviço de caminhão basculante Truck com motorista, com capacidade mínima de 10 m³, 6 x 4, potência entre 140 a 350 CV e ano de fabricação superior a 1999. Observação: Poderá ser solicitado até 5 (cinco) caminhões. Marca: VW 2008	148,99	Horas	7.147

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (CNPJ nº 83.102.244/0001-02). CONTRATADO: SAMIL TERRAPLANAGENS E TRANSPORTES EIRELI-EPP (CNPJ nº 11.833.114/0001-39). VALOR TOTAL: R\$ 1.064.831,53 (hum milhão e sessenta e quatro mil e oitocentos e trinta e um reais e cinquenta e três centavos).

Gaspar (SC), 13/12/2021

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº SAF 4/2019**

Publicação Nº 3520140

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº SAF 4/2019

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/01/2022. VENCTO: 15/01/2023. Inexigibilidade: 85/2018. OBJETO: Regulamenta a renovação, por 12 (doze) meses, do presente contrato de prestação de serviços para disponibilização de ferramenta que permita realizar a gestão e fiscalização da declaração de ICMS – DIME e do Movimento Econômico Estadual - MOVEC. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR. CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA (82.895.327/0001-33). VALOR TOTAL: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Gaspar (SC), 17 de dezembro de 2021.

JORGE LUIZ PRUCÍNIO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC EXTRATO DO VIGÉSIMO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 02/2018**

Publicação Nº 3519860

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO VIGÉSIMO PRIMEIRO ADITIVO DO

CONTRATO SAF Nº 02/2018

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/01/2022. VENCIMENTO: 15/05/2022. OBJETO: Regulamenta a renovação, por 120 (dias) dias, do presente contrato de locação de equipamentos (impressoras/copiadoras) de primeiro uso e lacrados de fábrica, para impressão e reprodução de documentos, com fornecimento de software de bilhetagem para gestão operacional de impressões para o atendimento das secretarias, fundação, autarquia e órgãos do município de Gaspar, com manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de peças e componentes necessários à manutenção, fornecimento de material de consumo para utilização, exceto papel e grampo, e treinamento dos operadores do equipamento. Observação: Concede reajuste contratualmente previsto de 14,35%, mediante acordo entre as partes, referente ao último período aquisitivo (2020-2021). CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (CNPJ nº 83.102.244/0001-02). CONTRATADA: A4 DIGITAL PRINT LTDA (CNPJ nº 09.285.968/0001-86). VALOR: R\$ 72.327,32 (setenta e dois mil e trezentos e vinte e sete reais e trinta e dois centavos).

Gaspar/SC, 03 de dezembro de 2021.

ANDRÉ PASQUAL WALTRICK

Secretário Municipal de Agricultura e Aquicultura

PABLO RICARDO FACHINI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo

EMERSON ANTUNES

Secretário Municipal de Educação

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS

Secretário Municipal de Planejamento Territorial

JORGE LUIZ PRUCÍNIO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

SALÉSIO ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO

Secretário Municipal de Assistência Social

SILVÂNIA JANOELO DOS SANTOS

Secretária Municipal de Saúde

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor Presidente do SAMAE

RONI JEAN MÜLLER

Diretor Presidente da FMEL

JOSIELI CRISTINA CASANOVA

Chefe de Gabinete

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2022 EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2022**

Publicação Nº 3521186

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2022

Dispensa de Licitação nº 01/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2022

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/01/2022. VENCIMENTO: 02/07/2022. OBJETO: Contratação de empresa, especializada na prestação de serviços contínuos, de fiscalização eletrônica nas vias e acessos do município de Gaspar, conforme especificações previstas no Termo de Referência. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (CNPJ nº 83.102.244/0001/02). CONTRATADA: Fotosensores Tecnologia Eletrônica LTDA (CNPJ Nº 73.688.517/0001-99). VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 358.640,64 (trezentos e cinquenta e oito mil e seiscentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos). BASE LEGAL: Inciso IV do art. 24 da Lei nº 8666/1993.

Gaspar/SC, 03 de janeiro de 2022.

JORGE LUIZ PRUCÍNIO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

**CÂMARA MUNICIPAL****PESQUISA PÚBLICA DE PREÇOS - PDL-001/2022**

Publicação Nº 3521175

PESQUISA PÚBLICA DE PREÇOS - PDL-001/2022 — CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ACESSO À REDE INTERNA DE INTERNET NA FORMA (WI-FI), ATENDENDO A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022.

FUNDAMENTAÇÃO: Licitação dispensável na forma do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

INTERESSADA: Câmara de Vereadores de Gaspar. CNPJ nº 83.543.546/0001-16.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em equipamentos de conexão da rede interna wi-fi, que faça a locação desses equipamentos, que execute os serviços de gerenciamento e manutenção da rede wi-fi corporativo contendo: serviço de ativação de rede wi-fi; gerenciamento da rede wi-fi via nuvem; possibilidade de gerenciamento de velocidade de banda de conexão por grupo/usuário; configuração de toda a rede wi-fi com redes distintas para grupos de usuários distintos a serem definidos; liberação de sinal de wi-fi em todas as dependências da Câmara Municipal de Gaspar (com no mínimo 05 roteadores), com banda de variação entre 2.4Ghz a 5Ghz, proporcionando estabilidade da conexão em todas as áreas comuns desta Edilidade. Como qualificação técnica, solicitamos a apresentação de atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executa e/ou executou, da forma satisfatória, continuada e por período não inferior a 12 (doze) meses, serviços compatível com o objeto citado a cima, atendendo a demanda de todos dispositivos móveis em uso na Câmara Municipal de Gaspar. Mas ficará a critério da Câmara Municipal de Gaspar, exclusivamente, a aquisição ou não de todo ou parte do objeto licitado, bem como a utilização ou não da verba total destinada ao objeto desta dispensa de licitação.

PRAZO DE ACEITAÇÃO DE PROPOSTAS: Será de 05 (cinco) dias úteis a partir dessa publicação no Diário Oficial dos Municípios, para os interessados em fazer o orçamento do referido objeto e poderão fazer o pedido da Carta Pesquisa através do endereço de e-mail: presidencia@camaragaspar.sc.gov.br.

Gabinete da Presidência, 04 de janeiro de 2022.

Franciele Daiane Back  
Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

**002 TAYNARA OHANA MUNIZ CORRÊA**

Publicação N° 3521138



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
Praça 6 de Novembro, 01 - Ganchos do Meio - Gov. Celso Ramos - Santa Catarina  
CEP: 88190-000 - Fone: (48) 3262 0131

## Portaria nº 002/2022

**MARCOS HENRIQUE DA SILVA**, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Artigo 36 da Lei 566 de 29 de novembro de 2007,

### Resolve:

**Exonerar**, a pedido, a Sra. **TAYNARA OHANA MUNIZ CORRÊA** do cargo de provimento **EFETIVO** de **TÉCNICO EM EDUCAÇÃO** do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

**Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.**

Governador Celso Ramos, 03 de janeiro de 2022.

**MARCOS HENRIQUE DA SILVA**  
Prefeito Municipal

Publicado no Mural nesta  
Data   /  /    
Secretaria de Administração

**003 GUILHERME VALÉRIO PEREIRA**

Publicação N° 3521141



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
Praça 6 de Novembro, 01 - Ganchos do Meio - Gov. Celso Ramos - Santa Catarina  
CEP: 88190-000 - Fone: (48) 3262 0131

## Portaria nº 003/2022

**MARCOS HENRIQUE DA SILVA**, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 128 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016 e em atenção à ofício de nº 250/2020 de 10 de dezembro de 2021, expedido pelo Sr. Presidente da FAMGOV – Fundação do Meio Ambiente de Governador Celso Ramos,

**Resolve:**

**CEDER** o servidor **GUILHERME VALÉRIO PEREIRA**, matriculanº 6321, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** do Quadro de Pessoal desta Prefeitura, à FAMGOV – Fundação do Meio Ambiente de Governador Celso Ramos.

**Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.**

Governador Celso Ramos, 03 de janeiro de 2022.

**MARCOS HENRIQUE DA SILVA**  
Prefeito Municipal



**004 CONCEDER PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE**

Publicação Nº 3521146



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
Praça 6 de Novembro, 01 - Ganchos do Meio - Gov. Celso Ramos - Santa Catarina  
CEP: 88190-000 - Fone: (48) 3262 0131

## Portaria nº 004/2022

**MARCOS HENRIQUE DA SILVA**, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto nos artigos nº 22 ao nº 28 da Lei 1086 de 01 de Abril de 2016, alterada pela Lei 1312 de 22 de Janeiro de 2019 e em conformidade com parecer FAVORÁVEL expedido pela COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROMOÇÃO POR AQUISIÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE nomeada pela portaria de nº 134 de 15 de Janeiro de 2021,

**Resolve:**

**Conceder PROMOÇÃO POR AQUISIÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE** à servidora ocupante do cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal desta Prefeitura abaixo relacionados:

ASSISTENTE SOCIAL		
Matricula	Nome	Nível Alcançado
<b>6738</b>	<b>PATRICIA FELICIDADE CATARINA BARON</b>	<b>II</b>

**Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.**

Governador Celso Ramos, 03 de janeiro de 2022.

**MARCOS HENRIQUE DA SILVA**  
Prefeito Municipal

Publicado no Mural nesta  
Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Secretaria de Administração

**005 FABIOLA SOUZA DOS SANTOS**

Publicação Nº 3521153



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
Praça 6 de Novembro, 01 - Ganchos do Meio - Gov. Celso Ramos - Santa Catarina  
CEP: 88190-000 - Fone: (48) 3262 0131

## Portaria nº 005/2022

**MARCOS HENRIQUE DA SILVA**, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 147 da lei nº 1085 de 01 de abril de 2016,

**Resolve:**

**Conceder** à servidora **FABIOLA SOUZA DOS SANTOS**, matrícula nº 9657, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE do Quadro de Pessoal desta Prefeitura, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** (Auxílio Doença).

**Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.**

Governador Celso Ramos, 03 de janeiro de 2022.

**MARCOS HENRIQUE DA SILVA**  
Prefeito Municipal

Publicado no Mural nesta  
Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Secretaria de Administração

**04 - INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS - EDITAL 030-2021**

Publicação Nº 3520905



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

### INSCRIÇÕES DEFERIDAS/INDEFERIDAS EDITAL 030/2021

<b>CARGO 01 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	
1.	AMANDA SAGÁS SOARES BERNADES
2.	ANA PAULA SCHMITZ GONÇALVES
3.	ANA PAULA VALDIRA FERNANDES
4.	ARIANA MONTEIRO OCKER
5.	BARBARA PAZ DE MACEDO
6.	BRUNA BARBOSA DE CASTRO
7.	BRUNA MENDES MAIATO
8.	CARLA SATIERF DE FREITAS
9.	CATEA MARIA PERÃO DE OLIVEIRA
10.	CRISTIANA MIRANDA BEZERRA MARTINS
11.	CRISTINA DA ROSA IZAQUE
12.	DAIANE JÚLIA MIRANDA VITAL
13.	DANIARA DA SILVA
14.	DORACI VASCONCELOS DE JESUS
15.	ELANE CRISTINA DE SOUZA
16.	ELENICE TERESINHA ADRIANO NUNES
17.	ELIANE PERIN HENRIQUE FERNANDES
18.	ELK APARECIDA DA SILVA
19.	FABRICIA ALBA CIRILLO DOS SANTOS
20.	FERNANDA CLÉIA MONTEIRO ALVES
21.	FLAVIA VALENTE DA SILVA TOMÉ
22.	GEOVANI SOARES MARTINS
23.	HILDA MARIA DE MELO DOS SANTOS
24.	ISABELLA ALBANO FAGUNDES
25.	IVONE CRISTINA DIAS
26.	IZABELA JULIANA DOS SANTOS
27.	JAMILA SANDRA DOS SANTOS
28.	JANAINA DE OLIVEIRA BARBOSA
29.	JANETE DE SOUZA SILVA
30.	JILIANA MULLER MACHADO DOS SANTOS
31.	JOELMA LUIZA DOS SANTOS
32.	JULIANA ZIMMERMANN DA SILVA
33.	KELEM MALLIMANN DOS SANTOS
34.	LETICIA SUZENA FAGUNDES
35.	LETÍCIA VALCILENE SAGÁS MARTINS
36.	LILIANE DA SILVA NUNES
37.	LUCIANA MARA DA SILVA
38.	LUIZA FERNANDA GARCIA DANIEL SAGAS
39.	MARIA JÚLYA ZEFERINO
40.	MARLENE MARIA DE MELO
41.	MIKAELE DA SILVA OCKER



Av. Benedito, nº 2455 - Arco do Rio - Governador Celso Ramos - SC 89100-000





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

42.	MONICA DE ABREU DOS SANTOS
43.	NATUANI APARECIDA PRIM
44.	PATRICIA DE ARAUJO RAMOS NOGUEIRA
45.	PRISCILA ALBINO JACQUES
46.	PRISCILA MARIA DUARTE
47.	RAFAELA MARIA TEIXEIRA OCKER
48.	REJANE TAIARA BRUFATTO SOARES
49.	ROSANE DENISE CREPALDI
50.	ROSILANE MARCELINO SILVERA DA SILVA
51.	ROSIMERE TEREZINHA OLIVEIRA QUINTINO
52.	SABRINA SAGÁS SOARES
53.	SAMYRA SOARES GARCIA COSTA
54.	SAMYRA SOARES GARCIA COSTA
55.	SOLANGE MARQUES DOS SANTOS
56.	TAISI PHILIPPE NUNES
57.	TATIANE ADRIANA DA SILVA
58.	TUANE GARCIA AZEVEDO VALENTIM
59.	VANESSA FELICIO GUEDES SOARES
60.	WIVIANE DIAS
<b>INSCRIÇÕES INDEFERIDAS</b>	
61.	DÉBORA SILVA DOS SANTOS FALTA DE DOCUMENTAÇÃO
62.	GABRIELE ELIZABETH DE CARVALHO FALTA DE DOCUMENTAÇÃO
63.	LUANA PATRÍCIA DA SILVA ZEGARRA FALTA DE DOCUMENTAÇÃO
64.	MARIA DE FATIMA CAETANO FALTA DE DOCUMENTAÇÃO
65.	RITA DE CÁSSIA BORTOLON FALTA DE INFORMAÇÃO NA FICHA DE INSCRIÇÃO

<b>CARGO 02- PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>		
1.	ANDREIA CARLA DA SILVA BUYNO	
2.	ELISÂNGELA ALMEIDA FERNANDES DE BRITO	
3.	JUCIMARA ALDILETE SIMÃO	
<b>INSCRIÇÕES INDEFERIDAS</b>		
4.	BRUNA MANES	FALTA DE INFROMAÇÃO NA FICHA DE INSCRIÇÃO

<b>CARGO 03 – PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I</b>		
1.	ALDENISE CELIA MIRANDA SAGAS	
2.	ALINE ARQUINE IZIDORO	
3.	ALINE JACQUES DE OLIVEIRA	
4.	AMANDA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS	



Av. Benedito, nº 2455 - Arco do Boque - Governador Celso Ramos - SC - 89100-000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

5.	ANA CRISTINA SALVADOR ALCENO SOLONCA	
6.	ANA LÚCIA FLORENÇO	
7.	BEATRIZ ADRIANO	
8.	CARMEM LUCIA ZIZA QUINTINO	
9.	CARMEN LÚCIA SOARES SANTOS	
10.	DANIELA IVANILDE ZEFERINO DE SOUZA	
11.	DANIELLA COSTA ZIEGLER	
12.	DAYANE QUINTINO MONTEIRO	
13.	ELISANDRA LOPES BITTENCOURT	
14.	EVANILDO ALVES FILHO	
15.	FELIPE ALVES DE SOUZA	
16.	FRANCIELLY ROZINEIDE COSTA	
17.	GABRIELA FERREIRA	
18.	GISELE CRISTINA DE ABREU	
19.	GRACIARA TEREZINHA ROSA LUZ	
20.	IRIA ARRIECHE OLIVEIRA	
21.	IVONETE WEBER	
22.	IZETE MARIA MARQUES CÊA	
23.	JANAINA ZILDETE SIMÃO	
24.	JONAINÉ BARBOSA	
25.	JULIANA FERNANDA FELIZATTI BRANDÃO	
26.	JULIANA FREIRE BIDÓIA	
27.	JULIANA GRACIELE FERNANDES SANTOS	
28.	KARINE ROSA BINHOTI	
29.	KATIA ROSANGELA PAZ DE MACEDO	
30.	KEITH KARON PEREIRA DA SILVA	
31.	LUIZA GONÇALVES MORAES	
32.	MARIA CARMELICE DOS SANTOS	
33.	MARIÃ ROSELI QUIRINO MOREIRA	
34.	MARIANA CREUZA BITTENCOURT DE CARVALHO	
35.	MAYQUE NUNES SAGÁS	
36.	PATRICIA REGIS DA SILVA	
37.	PRISCILA IZABEL DE OLIVEIRA DOS SANTOS	
38.	RAPHAELA HELOISA EMMERICH	
39.	RAQUEL HELENA MACHADO	
40.	SALETE APRECIDA KUNZ	
41.	SANDRA MARIA DOS SANTOS DE SOUZA	
42.	TAMIRES DA SILVA	
43.	TATIANA NÁDIA DOS REIS RAIMUNDO	
44.	VANESSA DOS SANTOS BONSENHOR	
45.	VANESSA TEREZINHA HOFFMANN MOREIRA	
46.	VATUZA VENANCIO DE ALMEIDA	
47.	VERA LUCIA TEREZINHA FERNANDES GARCIA	
48.	VIVIANE ANGELO FLORINDO	
INSCRIÇÕES INDEFERIDAS		
49.	CAROLINA DE AMORIM MIRANDA	FALTA DE DOCUMENTAÇÃO



Av. Benedito, nº 2455 - Arco do Boque - Governador Celso Ramos - SC - 89100-000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

50.	SORAIA LUZIA DOS SANTOS SIMÃO	<u>FALTA DE DOCUMENTAÇÃO</u>
-----	----------------------------------	------------------------------

CARGO 04 – SEGUNDO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
1.	ADMA FLÔR
2.	ALDANEI ONETE DA COSTA CESCONETTO
3.	ALESSANDRA APARECIDA GONÇALVES
4.	ALINE NARA NICACIO
5.	AMANDA COSTA FARIA
6.	ANDREIA CATARINA DE AMORIM
7.	ANDREIA DALVA OCKER
8.	ANDREIA OLIVEIRA PINHEIRO
9.	ANDREZA TEREZA FERNANDES TOMAZI
10.	ANGELA MARIA MARIANO
11.	ARIANE MARLENE SAGÁS PALHANO
12.	ARINETE ALVES DO NASCIMENTO GARCIA
13.	ARINETE MARLENE SAGÁS PALHANO
14.	BEATRIZ DE SOUZA E CUNHA
15.	CAMILA MIRANDA OLIVEIRA MARTINS
16.	CÉLIA MARIA ANTÔNIO DA SILVA
17.	CHIRLEY ZULEIDE CHAGAS
18.	CIBELLE BERNARDES BITENCOURT
19.	CLEBERSON MACEDO DE SOUZA
20.	CRISTIANE CLEONICE FLORINDO
21.	CRISTIANE DA SILVA FLORENÇO
22.	DAGMA MACHADO DE AZEVEDO DE MEDEIROS
23.	DAIANE ROCHA DA SILVA
24.	DANIELA ARGENTINA VENÂNCIO
25.	DEISE MAURA MIRANDA DA CRUZ
26.	EDERSON NUNES DOS SANTOS
27.	ELAINE TORRES BARCELOS
28.	ELIZANIA DE SOUZA DA SILVA
29.	FABIOLA PEREIRA RODRIGUES
30.	FERNANDA DILMA MARQUES DA ROSA
31.	GABRIELA MIRANDA
32.	GABRIELLY DA SILVA SANTOS
33.	GEOVANA NORBERTA SABINO MONTEIRO
34.	GÉSSICA ARGENTINA VENÂNCIO
35.	GISELE CABRAL
36.	GRAZIELA SALETE DOS SANTOS RAMOS
37.	GRAZIELLE BATISTOTI ALVES
38.	IVANI ATAIDE ANTUNES VALADARES
39.	JAINE GILMARA SAGÁS PINHEIRO



Av. Benedito, nº 2455 - Arco do Boque - Governador Celso Ramos - SC - 89100-000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

40.	JAMILIA LEANDRA OLIVEIRA
41.	JERUBIA DE SOUZA DA SILVA
42.	JOELMA MARIA DA SILVA
43.	JOICE PRICILLA PETRIS
44.	JOICE SALTON
45.	JOSÉ LUIZ ALVES
46.	JULIANA DA SILVA DE SOUZA
47.	KAREN CRISTHINA DA SILVA
48.	KARINE LUCIA ELIAS
49.	KARLA MARINETE DA SILVA FERNANDES
50.	LETÍCIA EVANILDE GRAPE ANDRADE
51.	LOICE PRICILLA PETRIS
52.	MANOELLA COSTA DE SOUSA
53.	MARCELI JANUÁRIO
54.	MÁRCIA FILOMENA MARTINS
55.	MARGARIDA PEREIRA MONTEIRO
56.	MARIA ANGELITA DE LIMA HAENSCH GONÇALVES DO ROSARIO
57.	MARIA JERUSA CASTRO LEMOS
58.	MARILIA ELZITA SAGÁS OLIVEIRA
59.	MILENA DA COSTA ANDERSON BOIN
60.	MIRIELE ILDA DA ROSA VENÂNCIO
61.	MIRIELE IVONIRA DA SILVA MARCELINO
62.	MORGANA FERNANDES GARCIA
63.	NATIELE ILTA DA ROSA
64.	NAYARA BASTOS MESCHKE GUIMARÃES
65.	PATRICIA CARMEM SOUZA DE CAMPOS
66.	PATRICIA MARLENE CABRAL NICÁCIO
67.	PATRICIA VALCILENE SAGÁS ALVES
68.	PRISCILA GISELE VENSKE TEIXEIRA
69.	ROSANA DAS NEVES
70.	ROSIANE NILDA DE OLIVEIRA BITTENCOURT
71.	SABRINA CINAIDE SIMÃO DA SILVA
72.	SABRINA KUZAWA PEREIRA
73.	SABRINA MARIANO
74.	SANDRA MARIA LOPES GONÇALVES
75.	SANDRA REGINA DOS SANTOS VENÂNCIO
76.	SIMONE DOS SANTOS SILVA
77.	TAIS VALDENETE DOS SANTOS
78.	TAMARY PEREIRA MONTEIRO
79.	TAMIRYS MONTEIRO FERNANDES
80.	TATIANE PEREIRA
81.	TAYNÁ FERNANDES DOS SANTOS
82.	THALLITA BONIM PAGLARINI RAMOS



Av. Benedito, nº 2455 - Arco do Boque - Governador Celso Ramos - SC - 89100-000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

83.	VALMIRLENY DE SOUZA OLIVEIRA
84.	VANDERLÉA LACI SAGÁS DOS SANTOS
85.	VÂNIA TEREZINHA JOENCK FAGUNDES
<b>INSCRIÇÕES INDEFERIDAS</b>	
86.	ANA CAROLINA DOS SANTOS SOARES
	FALTA DE DOCUMENTAÇÃO

<b>CARGO 05 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL/ ENSINO FUNDAMENTAL I E II – EDUCAÇÃO FÍSICA</b>	
1.	AILDO MARCELO DA SILVA JÚNIOR
2.	ALESSANDRA SCHNECKEMBERG
3.	ALEXANDRE RUBIM MARIA DIEZ
4.	BRUNA BARBOSA DE CASTRO
5.	BRUNO VICENTE
6.	CRISTIANO RECH BITENCOURT
7.	DANIEL FRANCISCO ROWEDER
8.	DANIELA ZURAINÉ BITENCOURT
9.	DIEGO AMARAL
10.	ELIZANGELA SONIA GALLIZA
11.	FABIANA MOTA GOVEIA
12.	FABRÍCIO ADÍLSON EHLERT
13.	FELIPE ÁLVARO DOS SANTOS
14.	GABRIEL ROBSON ABREU GUILHERME
15.	GISELE AMORIM VIEIRA MANSCHIN
16.	GUSTAVO ELPIDIO DOS SANTOS
17.	JAQUELINE MACHADO
18.	JEFERSON ANDREI SILVEIRA
19.	JOARÊZ FABRO JUNIOR
20.	JOTAN JOSÉ DE MORAES
21.	KARIN SIMONE DA SILVA
22.	KELLI RECH GIULIANI SOARES
23.	LARISSA BITENCOURT QUINTINO
24.	LEANDRA NUNES MEDEIROS
25.	LINCON SABASTIÃO DA CRUZ
26.	LÚIS ROBERTO PEREIRA
27.	MARCELA DE FATIMA NEHLS
28.	MERIELEN ROSIMERE DE OLIVEIRA
29.	MICHELE APARECIDA DA SILVA PRESTES
30.	PRISCILA DE SOUZA
31.	PRISCILLA NORONHA TEIXEIRA
32.	RENATA BINHOTTI DE OLIVEIRA
33.	SAMARA VALDETE ANGELICA OLIVEIRA
34.	SILVANA APRECIDA DE CARVALHO PEREIRA
35.	TATIANA MARLENE SAGAS
36.	THAYS CRISTINA ROSA
37.	VIVIANE APARECIDA DE SOUZA GOETZ



Av. Benedito, nº 2455 - Arco do Boque - Governador Celso Ramos - SC - 89100-000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

38. WILLIAN REIS CHAGAS

**CARGO 06 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL/ ENSINO FUNDAMENTAL I E II – INGLÊS**

1.	AMANDA SOUZA DOS SANTOS
2.	DANIEL TONIAL THOMAZ
3.	JANAINA DOS SANTOS CORRÊA
4.	JOÃO VITOR DE AZEVEDO NUNES
5.	JULY ALVES DE SOUZA
6.	LUIZA OLIVEIRA BEZERRA BATISTA
7.	MARCELO DOS SANTOS
8.	VITOR RAMOS PEREIRA DE ANDRADE

**CARGO 07 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II ARTE**

1.	MARCOS VINICIUS BARROS E SILVA
2.	MARIA CARLA FACCHINI MARTINS
3.	RAISA CECHEM TRILHA
4.	RENATA COSTA CAMARGO
5.	RODRIGO COSTA SILVEIRA
6.	SUELEM DA COSTA LOBO
7.	VERA MARIA ARRIECHE OLIVEIRA

**CARGO 07 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II LÍNGUA PORTUGUESA**

1.	ALICIA MACIEL SANTIAGO
2.	CAROLINE MACHADO DA SILVA
3.	JOSIANE MACHADO SCHUSLER
4.	LUCINEIDE DE AZEVEDO SIMÃO
5.	MARISTELA DUTRA
6.	RAIMUNDO BRAGA PEREIRA
7.	ROSSANA NEGRI COSTA
8.	SANDRA LUCIA CADURI PAZ
9.	SILEIDE ZILDA DA SILVA MARQUES
10.	SOLANGE VALMIRA OCKER DOS SANTOS
11.	TIAGO DA SILVA DE BARROS
<b>INSCRIÇÕES INDEFERIDAS</b>	
12.	RUTILENE SOUSA BRASIL
	FALTA DE INFORMAÇÃO NA FICHA DE INSCRIÇÃO



Av. Benedito, nº 2455 - Arco do Boque - Governador Celso Ramos - SC - 89100-000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

**CARGO 07 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II  
MATEMÁTICA**

1.	FABIO JUNIOR BUENO
2.	GABRIELA SOARES GOMES
3.	GERALDO QUIRINO DOS SANTOS JUNIOR
4.	GIANE NADIR SIQUEIRA
5.	MAYANA DUARTE CAMPOS
6.	REGINA PAULA SAUTNER MAZINE
7.	UBIRACIMAR MONICA BOMBILIO BITTENCOURT
8.	VANESSA DA SILVA
9.	VINÍCIUS DIAS ALVES
10.	WILLIAN DA SILVA MARIA
<b>INSCRIÇÕES INDEFERIDAS</b>	
11.	EMERSON ASSIS FREITAS COUTINHO
	FALTA DE INFORMAÇÃO NA FICHA DE INSCRIÇÃO

**CARGO 07 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II  
CIÊNCIAS**

1.	PRISCILA CANI VIEIRA
2.	GEAN CARLOS VELOSO ARCÊNIO
3.	THATIELE OEIRAS GUEDES CARNEIRO
4.	CÉLIA DAS GRAÇAS GUATÉRIO DE LEMOS GOMES

**CARGO 07 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II  
GEOGRAFIA**

1.	ALEDSON ANANIAS MARTINS
2.	DAVID BRUNO SILVA
3.	EDERSON LUIZ LOPES VIEIRA
4.	GIOVANA SILVA DE PAULA
5.	IZABELA FAGUNDES
6.	JOEL ANDERSON COSTA
7.	LIVIA DOMICIANO CUNHA
8.	ROGÉRIO FERNANDES DE OLIVEIRA REIS

**CARGO 07 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II  
HISTÓRIA**

1.	ANA PAULA CARDOSO GUTIERREZ
2.	CRISTIANO CONSTANTE
3.	CRISTINA DOS SANTOS FRANCISCO



Av. Benedito, nº 2455 - Arco do Boque - Governador Celso Ramos - SC - 89100-000





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

4.	EDSON LUIZ RAMOS	
5.	FABIO RICARDO DA SILVA	
6.	GREYCE DANIEL SAGÁS	
7.	LYN SILVA	
8.	MARCIO ROBERTO MANSCHER	
9.	MARIANE DA SILVA	
10.	PATRICIA PEREIRA LIMA	
11.	ROSE CHANIUK VILLANOVA	
12.	STEPHAN BRIAN SOARES	
<b>INSCRIÇÕES DE CANDIDATOS PCD</b>		
13.	PÁSCOA LENITA GUIMARÃES DA ROSA	
<b>INSCRIÇÕES INDEFERIDAS</b>		
14.	LÚIS FERNANDO FINTELMAN DA SILVA	FALTA DE DOCUMENTAÇÃO
15.	ESTEFANY CRISTINE DE MOURA DOS PASSOS	FALTA DE INFORMAÇÃO NA FICHA DE INSCRIÇÃO
16.	LETÍCIA COSTA SILVA	FALTA DE INFORMAÇÃO NA FICHA DE INSCRIÇÃO

<b>CARGO 08 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL ESPORTE(HABILITADO)</b>		
1.	ADRIENE SILVEIRA	
2.	CHEILA MARILEDA	
3.	GABRIEL SCHEIN KELLERMANN	
4.	GRASIELE DEMARCHE	
5.	RODRIGO DOS SANTOS JESUS	
6.	URSULA ANER	

<b>CARGO 08 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL ARTES - MARCIAIS (HABILITADO)</b>		
1.	RENÉ AUGUSTO MARTINS GESAT	

<b>CARGO 09 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL ESPORTE (NÃO HABILITADO)</b>		
1.	DEREK CASTRO HAUPTLI	
2.	FABIOLA ROZZA	
3.	MAICON RODRIGO PEREIRA	
4.	RICARDO MARIO DE SOUZA	



Av. Benedito, nº 2455 - Arco do Boque - Governador Celso Ramos - SC - 89100-000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

5.	VINICIUS COSTA ALVES
----	----------------------

<b>CARGO 10 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL MÚSICA (HABILITADO)</b>
--

1.	HENRIQUE BATISTA SANTANA
----	--------------------------

<b>CARGO 11 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL MÚSICA (NÃO HABILITADO)</b>
--

1.	ABENER DE SOUZA
----	-----------------

<b>CARGO 12 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL DANÇA (HABILITADO)</b>
---

1.	AMANDA RODRIGUES ALVES DE ALMEIDA
----	-----------------------------------

2.	GLAUCIA FARIA SEBBEN
----	----------------------

3.	JOEL PEDRO NOGUEIRA JUNIOR
----	----------------------------

4.	MARCIA RODRIGUES DE AZEVEDO
----	-----------------------------

5.	VICTOR LIVRAMENTO
----	-------------------

<b>CARGO 13 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL DANÇA (NÃO HABILITADO)</b>
---

1.	ÉRICLES MATHEUS DOS SANTOS
----	----------------------------

<b>CARGO 14 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL ARTES MANUAIS (HABILITADO)</b>
---

1.	CRISTINE SILVA SANTOS
----	-----------------------

2.	ROSANI PAUPERIO RIES
----	----------------------

<b>CARGO 15 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL ARTES MANUAIS (NÃO HABILITADO)</b>
---

1.	ELIZABETH AMADO
----	-----------------

2.	MARIA CECÍLIA NAZÁRIO DA CRUZ
----	-------------------------------



Av. Benedito, nº 2455 - Arroio do Baixo - Governador Celso Ramos - SC - 89100-000

**12 - LOCAL E HORÁRIO DA ESCOLHA DE VAGA - EDITAL 031-2021**

Publicação Nº 3520912

**ESCOLHA DE VAGAS AO EDITAL Nº 031/2021  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**

A escolha de vagas referente ao Edital de Processo Seletivo Público 031/2021, será realizada no dia 07 de janeiro do corrente ano, na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, localizada na Av. Papenborg, nº 2.455, Areias de Baixo, Governador Celso Ramos - SC, 88190-000, conforme cargo e horário abaixo:

CARGO 01 – MERENDEIRA	
HORÁRIO	08h30min.
CARGO 03 – AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	
HORÁRIO	09h45min.
CARGO 04 – MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	
HORÁRIO	10h00min.
CARGO 06 – MOTORISTA	
HORÁRIO	10h30min.

OBS.: Os candidatos deverão estar nos horários determinados acima para escolha das vagas, caso não estejam, serão reclassificados. Ressaltamos conforme determinação do OMS, é indispensável a utilização de máscara e manter distanciamento entre as pessoas.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 187 CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 04/2017**

Publicação Nº 3521227

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 187  
Concurso Público Edital nº 04/2017**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a homologação dos resultados do Concurso Público Edital nº 04/2017, com fundamentos na Lei Complementar Municipal nº 1085/16, através do secretário municipal de administração CONVOCA o(s) candidato(s) relacionado(s) abaixo:

Classificação/Inscrição/Nome	Cargo
005 051142 RICHARDSON GUENTHER SCHECHI	FISCAL DO MEIO AMBIENTE

- 1) Os Convocados deverão comparecer em até 30 (trinta) dias a contar desta data, das 13:30 às 18:00 horas no Paço Municipal junto ao setor de Recursos Humanos, sito a Praça 6 de novembro, 01 – Centro, para manifestar seu interesse de ingressar no quadro de servidores da administração municipal.
- 2) Decorrido o prazo acima especificado, o não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) caracterizará sua desistência, implicando, de imediato, na extinção de todo e qualquer direito de nomeação.
- 3) Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo:
  - 3.1. comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, elaborado por junta médica funcional municipal;
  - 3.2. prova de nacionalidade, para estrangeiros naturalizados;
  - 3.3. declaração de não acumulação, de acumulação lícita ou impedimento para o exercício de cargos, empregos ou funções públicas, se aposentado em outro cargo ou emprego público e a não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário;
  - 3.4. prova de gozo dos direitos políticos; no site do tribunal de justiça; [https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do\(certidão para fins eleitorais](https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do(certidão para fins eleitorais)
  - 3.5. certidão criminal, na comarca de Biguaçu e onde reside; <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do>
  - 3.6. certidão de quitação eleitoral (no site do tse)
  - 3.7. declaração de bens (cópia de declaração de imposto de renda ou formulário próprio no setor de pessoal)
  - 3.8. cópia e original do comprovante de escolaridade (certificado/diploma)
  - 3.9. cópia e original da comprovação de registro em entidade de classe (para os cargos que a exige)
  - 3.10. cópia e original do certificado de dispensa de incorporação ou documento similar (para o sexo masculino)
  - 3.11. cópia e original da c.n.h. carteira nacional de habilitação (para os cargos de motorista)
  - 3.12. cópia e original da carteira de identidade (rg)
  - 3.13. cópia e original do cpf (regular) certidão no site da receita federal
  - 3.14. cópia e original da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais)
  - 3.15. cópia e original do cartão de pis
  - 3.16. cópia e original do título de eleitor
  - 3.17. cópia e original da certidão de nascimento dos dependentes (caso tenha)
  - 3.18. foto ¾ recente (Se possível em encaminhar em meio digital) e-mail: [rhgovcsr@gmail.com](mailto:rhgovcsr@gmail.com)
- 4) Para emissão do comprovante de aptidão física e mental conforme item 3.1, o candidato deverá comparecer de imediato na Prefeitura para se apresentar a junta médica afim de receber a relação de exames a serem providenciados os quais deverão ser entregues junto aos demais documentos até o prazo estipulado no item 1.
- 5) Além dos documentos do item 3, poderá ser solicitado outros documentos complementares que se fizerem necessário.

Governador Celso Ramos, 04 de janeiro 2022

ALCIDES PEREIRA  
Secretário Administração

**ERRATA AO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 041/2020 - ONDE SE LE 32.055,30 (TRINTA E DOIS MIL CINQUENTA E CINCO REAIS COM TRINTA CENTAVOS) LÊA-SE 32.990,70 (TRINTA E DOIS MIL NOVECIENTOS E NOVENTA REAIS COM TRINTA CENTAVOS)**

Publicação Nº 3521217

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 041/2020**

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2020 - QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA GENTE SEGURADORA S.A TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL E SEGURO PARA USO DO DETER (DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E TERMINAIS) PARA VEÍCULOS OFICIAIS EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 88/2020 PROCESSO 88/2020.

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S.A, com sede à Rua, Marechal Floriano Peixoto, 450, centro, Porto Alegre/RS inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.180.605/0001-02 representada neste ato por MARCELO WAIS, RG Nº 7009036166 SSP/SC, CPF Nº 632.005.380-15;

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 82.892.373/0001-89, situado a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos, Santa Catarina, 88190-000, por seu representante legal MARCOS HENRIQUE DA SILVA, CPF n.º 932.694.559-68, Cédula de Identidade n.º 25.8509-2 SSP/SC, portadora da cédula de identidade nº 14258724, resolvem de comum acordo ADITAR O CONTRATO ORIGINAL, que tem por objeto a READEQUAÇÃO E PRORROGAÇÃO POR 12 (DOZE) MESES, respeitando o estabelecido no art. 57, II da Lei nº. 8666/93:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a SUPRESSÃO DOS ITENS RELACIONADO NA TABELA ABAIXO E A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 041/2020 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 08/11/2021.

VEICULO	PLACA	CHASSI	RENAVAN
FIAT UNO MILLE	MAX-6106	9BD15822764872525	891544950
IVECO TECTOR ATTACK	MLP-9403	93ZA1RGH0D8922418	536911606
FORD CARGO 1723	MCU-8194	9BFYEAHD2DBS56299	1002927347
FORD CARGO 1723	MMH-9495	9BFYEAHD1DBS47027	1010965350
FIAT UNO MILLE	MEM-1454	9BD14822786122367	964192004

**CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA****2.1. DO PRAZO**

Tendo em vista o Art. 57 da Lei 8666/93, a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

“II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;”

Segundo disposição legal, salientamos que o serviço a ser prorrogado trata-se de serviço que se caracteriza como contínuo para esta municipalidade já que sua interrupção causará prejuízos a Administração, neste sentido a doutrina do Marçal Justen Filho:

“A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004).”

Assim, é importante asseverar que os serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração, no desempenho de suas atribuições, neste sentido denota-se que o objeto a ser prorrogado é essencial para a manutenção e exercício da máquina pública, que utiliza os serviços inerentes ao presente objeto, tendo em vista que sua interrupção pode acarretar graves prejuízos à administração e também por ser vantajosa a continuidade dos serviços.

**2.2. DA SUPREÇÃO**

Os veículos relacionados na tabela acima, se encontram inoperantes, por isso foram retirados da renovação do contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. Perfazendo o valor total contratado em R\$: 32.990,70 (trinta e dois mil novecentos e noventa reais com setenta centavos).

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 03 de novembro de 2021.

GENTE SEGURADORA S.A  
CONTRATADO

MARCOS HENRIQUE DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PROVA PRÁTICA DE MOTORISTA CATEGORIA D - EDITAL 031-2021**

Publicação Nº 3520917

**AVALIAÇÃO PRÁTICA PARA O CARGO 05 AO EDITAL Nº 031/2021  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**

Avaliação prática para o Cargo 05 – Motorista de Transporte de Passageiros e Cargas, referente ao Edital de Processo Seletivo Público 031/2021, será realizada no dia 07 de janeiro do corrente ano, na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, localizada na Av. Papenborg, nº 2.455, Areias de Baixo, Governador Celso Ramos - SC, 88190-000, às 09h00min.

OBS.: Os candidatos deverão estar nos horários determinados acima para escolha das vagas, caso não estejam, serão reclassificados. Ressaltamos conforme determinação do OMS, é indispensável a utilização de máscara e manter distanciamento entre as pessoas.

**SAMAE - Gov. CELSO RAMOS****CONTRATO Nº 07/2021 – BANCO BRADESCO S.A – CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

Publicação Nº 3521069

**CONTRATO Nº 07/2021**

TERMO DO CONTRATO Nº 07/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E O BANCO BRADESCO S.A. TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TARIFAS E TAXAS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS EMITIDAS PELO SAMAE GCR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS CONSUMIDORES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO E SEUS ANEXOS Nº 34/2021.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Bela Vista, km 14 - Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 74.047.341.0001-59, representada por seu Diretor Geral, o Sr. Nedison Nildo Marins, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e de outro lado o BANCO BRADESCO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Srª Eliete Maria Martins de Souza, portadora do Rg nº 2.212.048-5 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 294.021.648-71 e pelo Srº Jorge Luis Cardouzo, portador do Rg nº 56.472.134-SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 481.633.769-53, firmam o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O presente termo visa ao credenciamento de instituições financeiras para a prestação de serviços bancários de recolhimento de tarifas e taxas e demais receitas públicas emitidas pelo SAMAE GCR, adequadas ao padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados (transmissão eletrônica), obedecendo integralmente o Termo de Referência deste edital e demais anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. A execução do objeto do presente Contrato será de forma indireta, por empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 – Os serviços de recebimento das faturas de água serão prestados em estabelecimento e com equipamentos e funcionários próprios da CONTRATADA.

3.2 – Considerar-se-á recebida a fatura quando seu valor estiver à disposição na conta corrente do SAMAE GCR.

3.3 – O formulário, emissão e distribuição das faturas aos consumidores serão de inteira responsabilidade do SAMAE GCR.

3.4 – A CONTRATADA não se responsabilizará, em qualquer hipótese ou circunstância, pelas informações, cálculos, valores, multas, juros e outros elementos consignados nas faturas, competindo-lhes tão somente recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

3.4.1 – A fatura for imprópria;

3.4.2 – A fatura conter emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres;

3.4.3 – Quando não possuir o código de barras;

3.5 – A instituição credenciada receberá a importância consignada na fatura, mediante a sua quitação através de emissão de comprovante por meio de equipamento, que identificará o estabelecimento receptor, o número da máquina utilizada, a data e o valor da autenticação.

- 3.5.1 – É obrigatório a toda instituição bancária e não bancária o uso de equipamento com leitor de código de barras padrão FEBRABAN;
- 3.5.2 – Fica proibido o uso de carimbos da instituição, por não ser prova de autenticidade de recebimento e quitação da fatura.
- 3.5.3 – O não cumprimento do disposto nos itens 3.5.1 e 3.5.2 implica em descredenciamento e rescisão do contrato, com garantia do contraditório e da ampla defesa.
- 3.6 – O produto da arrecadação será depositado pela CONTRATADA diariamente, nas agências e contas bancárias designadas pelo SAMAE GCR, até as 15:00 horas do dia útil seguinte ao recebimento.
- 3.6.1 – As instituições que não cumprirem o disposto no item 3.6 estarão sujeitas ao bloqueio do sistema até que seja regularizada a pendência.
- 3.6.2 – A reincidência do descumprimento do item 3.6 implicará no descredenciamento da instituição, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 3.7 – Nas instituições bancárias e não bancárias, o relatório diário contendo as informações sobre o valor total arrecadado no dia, o número de faturas e canhotos de faturas, deverão estar à disposição do SAMAE GCR no dia seguinte ao da arrecadação.
- 3.8 – O descumprimento do disposto neste item implica em responsabilização pelos danos que o SAMAE GCR vier a sofrer.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

- 4.1 – As instituições financeiras e não financeiras deverão repassar diariamente ao SAMAE GCR os valores correspondentes às faturas arrecadadas nas referidas instituições, creditando na conta indicada pela autarquia, por meio de crédito no Banco do Brasil ou Caixa Econômica.
- 4.2 – As instituições financeiras e não financeiras disponibilizarão ao SAMAE GCR os arquivos contendo os registros do movimento arrecadado no primeiro dia útil após a arrecadação, por meio de transmissão eletrônica, padrão FEBRABAN, estando a CONTRATADA isenta da entrega dos documentos físicos
- 4.3 - Em caso de inconsistência no arquivo de retorno mencionado no item 10.2, apontada pela CONTRATANTE no meio magnético, a CONTRATADA deve manifestar-se no prazo de 72 horas, após o comunicado de inconsistência.
- 4.4 - A CONTRATADA fica obrigada a prestar informações à CONTRATANTE, relativas aos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores ocorridos em até 30 dias da data da arrecadação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1– As despesas oriundas do presente instrumento correrão à conta da dotação orçamentária 3.3.90.39.91 – Serviços Bancários – do exercício de 2021/2022.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

- 6.1. Será admitido reajuste dos valores propostos, de acordo com o IPCA– Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, não poderá ser aplicado com periodicidade inferior a 1 (um) ano.
- 6.2. Os preços contratados somente poderão ser alterados, excepcionalmente, em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA– DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

- 7.1 - O contrato proveniente do presente processo licitatório terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Podendo ser renovado por períodos sucessivos, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos aditivos;
- 7.2 - O início dos serviços deverá vigorar a partir da assinatura deste instrumento;
- 7.3 - Os prazos serão contados em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente, conforme art. 110 da Lei 8.666/93 e suas alterações;
- 7.4 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal;

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

- 8.1 – Cumprir o horário estabelecido para as atividades comerciais afins podendo, ainda, se for do seu interesse, receber contas aos sábados e horários extras;
- 8.2 – Tratar o consumidor com cortesia, evitando ter com ele qualquer tipo de atrito;
- 8.3 – Orientar o consumidor a procurar o SAMAE GCR para esclarecimentos que julgue necessário sobre sua fatura;



8.4 – Permitir a fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, a qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento destes serviços;

8.5 – Comunicar a CONTRATADA a ocorrência de fato superveniente que possa acarretar o descredenciamento;

8.6 – Aceitar os acréscimos e supressões, que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

8.7 – Atender, dentro do seu horário de funcionamento a todos os consumidores que a procurar, bem como, fora do horário de expediente, a todos aqueles que já estiverem no interior do estabelecimento;

8.8 – Responsabilizar-se pela perda, extravio, roubo ou deterioração dos montantes e documentos afins, inclusive pela reposição, no que for possível, e reparação dos danos causados;

8.9 – Depositar o produto da arrecadação diariamente, nas agências e contas bancárias designadas pelo SAMAE GCR até as 15:00 horas do dia útil seguinte ao recebimento.

8.10. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do contrato;

8.11. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e no edital de Credenciamento.

#### CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - Adquirir, emitir e distribuir as faturas de serviços de água, esgoto e outros serviços de saneamento, aos usuários;

9.2 – Comunicar, de imediato, qualquer alteração na forma de prestação dos serviços;

9.3 – Conferir e aprovar as medições; efetuar o pagamento das tarifas de recebimento das faturas no valor e nos moldes deste contrato;

9.4. - Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, registrar as ocorrências e eventuais deficiências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, e comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

9.5.- Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços.

9.6 - Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

9.7 - O CONTRATANTE, por meio da Coordenadoria de Administração, reserva-se ao direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre a execução deste Contrato e, ainda, aplicar multa ou rescindir o Contrato, caso a CONTRATADA desobedeça a qualquer das Cláusulas estabelecidas neste instrumento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

10.1 – Caso o CONTRATADO não cumpra com as obrigações assumidas estará sujeita às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3 - A multa será imposta ao contratado pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove centésimos por cento);

b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1- O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;



10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do SAMAE de Governador Celso Ramos, de acordo com os prazos a seguir:

- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Município, implicará suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do SAMAE de Governador Celso Ramos;

10.4.2- A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo SAMAE de Governador Celso Ramos;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 – Caso o CONTRATADO apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios pratique atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do SAMAE de Governador Celso Ramos, estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
- b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste contrato poderão também ser aplicadas caso o CONTRATADO:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenha praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro a indicação das penalidades previstas neste Regulamento, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.9 - As penalidades aplicadas serão registradas no SAMAE, no Cadastro Geral de Fornecedores do Município;

10.10 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do SAMAE de Governador Celso Ramos, para registro.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 - A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

11.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3 A rescisão do contrato poderá ser:

11.3.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Contratante nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato;

11.3.2 - amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para a Contratante e

11.3.3 - judicial, nos termos da legislação.

11.4 - A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.5 - De conformidade com o § 2º do artigo 79, da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

11.6 - A rescisão poderá acarretar na retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DESCRENCIAMENTO

12.1 - O descredenciamento, por parte da contratante, sem aviso prévio, pode acontecer quando:

12.1.1 – A CONTRATADA descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na Cláusula décima primeira deste contrato;

12.1.2 – A Instituição proceder a retenções irregulares ou efetuar repasse a menor dos valores recebidos dos usuários do SAMAE GCR;

12.1.3 – A CONTRATADA praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;

12.1.4 – Ficar evidenciada incapacidade da CONTRATADA de cumprir as obrigações assumidas, devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;

12.1.5 – Ocorrer razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado da Diretora do SAMAE GCR;

12.1.6 – Por razão de caso fortuito ou força maior;

12.1.7 – Em todos os casos acima relacionados, no que couber, serão verificados em processo administrativo específico, e sempre com garantia do contraditório e da ampla defesa.

12.2 – Por parte da contratada:

12.2.1 – Mediante solicitação escrita e devidamente justificada ao SAMAE GCR, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

12.2.2 – É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de credenciamento.

12.2.3 – É direito da CONTRATANTE, no caso de descredenciamento, usar das garantias do art. 77 da Lei 8.666/93, no que couber.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 - O presente contrato vincula-se ao CREDENCIAMENTO nº 34/2021, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

13.2 - Todos os demais dados constantes do Edital do 34/2021, e os constantes da proposta da empresa participante, assim como do Termo de Adesão e Colaboração ficam fazendo parte integrante do presente instrumento.

13.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, além de outros previstos no Edital do 34/2021, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no art. 87 da Lei 8666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06/07/94, garantida prévia e ampla defesa.

13.4 – Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e contratados, assinam perante as testemunhas abaixo

Governador Celso Ramos (SC), 17 de dezembro de 2021.

Nedison Nildo Martins  
Diretor Geral SAMAE GCR

BANCO BRADESCO S.A  
Eliete Maria Martins de Souza

BANCO BRADESCO S.A  
Jorge Luis Cardouzo

# Grão Pará

## PREFEITURA

### PORTARIA 01 A 17 2022

Publicação Nº 3521194

PORTARIA Nº. 0001 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE: Alterar o cargo da funcionária JOSIANE KULKAMP MEURER, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para o cargo de Auxiliar de Contabilidade, Nível, AAM/3.07, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria da Administração e Fazenda conforme Memorando Nº 5/2022.

PORTARIA Nº. 0002 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Contratar, em caráter temporário, JAQUELINE BERTO BAGIO, para o cargo de Auxiliar de Administração, para exercer suas funções na Secretaria da Administração e Fazenda, por extrema necessidade de serviço, por não haver concurso público ou processo seletivo vigente, até a realização de concurso público, a partir de 03/01/2022, conforme Memorando Nº 2421/2021

PORTARIA Nº. 0003 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 29.º ítem I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000

RESOLVE: Exonerar, a pedido, JAMIL MUHAMAD ABDUL HAMID SULEIMAN, funcionário desta prefeitura municipal, ocupante do cargo de Odontólogo, código 1.06, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, desde 01/07/2002, conforme portaria de nomeação por concurso nr. 216/2012, de 01/07/2002, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000,

concedendo a despedida voluntária, conforme o que dispõe o artigo 20, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, alterado pela Lei Complementar nº 13/2015, de 12/08/2015, a partir de 10/01/2022, conforme requerimento e memorando 2414/2021.

PORTARIA Nº. 0004 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 29.º ítem I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000

RESOLVE: Exonerar, a pedido, EDIANA MARCELINO KOCH, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, desde 08/02/2021, conforme portaria nr. 84/2021, de 01/02/2021, a partir de 03/01/2021, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0005 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Contratar em caráter temporário, SINARA AMADOR VIEIRA, para ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, a partir de 03/01/2022 a 04/02/2022, conforme Memorando Nº 2511/2021.

PORTARIA Nº. 0006 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Contratar em caráter temporário, DEISY MACHADO FRANCISCO, para ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades no Centro de Educação Infantil Rio Pequeno, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, a partir de 03/01/2022 a 04/02/2022, conforme Memorando Nº 2510/2021.

PORTARIA Nº. 0007 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Contratar em caráter temporário, MARIELI CAETANO MARQUES, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, vinculado a Secretaria

Municipal da Educação e Cultura, a partir de 03/01/2022 a 04/02/2022, conforme Memorando Nº 2504/2021.

PORTARIA Nº. 0008 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Contratar em caráter temporário, JÉSSICA SCHMIDT, para ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades no Centro de Educação Infantil Rio Pequeno, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, a partir de 03/01/2022 a 04/02/2022, conforme Memorando Nº 2509/2021.

PORTARIA Nº. 0009 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Contratar em caráter temporário, GISELE TORRES NAIZ, para ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades no Centro de Educação Infantil Aconchego I, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, a partir de 03/01/2022 a 04/02/2022, conforme Memorando Nº 2508/2021.

PORTARIA Nº. 0010 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Contratar em caráter temporário, BEATRIZ WESLING ANTUNES, para ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades no Centro de Educação Infantil Aconchego I, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, a partir de 03/01/2022 a 04/02/2022, conforme Memorando Nº 2506/2021.

PORTARIA Nº. 0011 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Contratar em caráter temporário, CLÉIA TERESIHA COAN DA COREGIO, para ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40

(quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades no Centro de Educação Infantil Aconchego I, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, a partir de 03/01/2022 a 04/02/2022, conforme Memorando Nº 2507/2021.

PORTARIA Nº. 0012 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Contratar em caráter temporário, NEIDE DA SILVA HONORATO MARTINS, para ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades no Centro de Educação Infantil Aconchego I, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, a partir de 03/01/2022 a 04/02/2022, conforme Memorando Nº 2505/2021.

PORTARIA Nº. 0013 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Contratar em caráter temporário, TAILANE DA CORRGGIO SANTOS, para ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades no Centro de Educação Infantil Rio Pequeno, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, a partir de 03/01/2022 a 03/02/2022, conforme Memorando Nº 2528/2021.

PORTARIA Nº. 0014 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder 30 dias de férias regulamentares, a funcionária PALOMA DE OLIVEIRA DOMINGOS, ocupante do cargo de Bióloga na Fundação do Meio Ambiente (FAMGP), a partir desta data, conforme Memorando Nº 2526/2021.

PORTARIA Nº. 0015 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal n.º 1782/2011, de 20/09/2011  
RESOLVE: Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade à funcionária TANIA SCHMITZ DELLA GIUSTINA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, incluindo a prorrogação de 60 (sessenta) dias do período, de acordo com a Lei Municipal 1782/2011, de 20/09/2011, a partir desta data, conforme documentação em anexo.

**PORTARIA 16 2022**

Publicação Nº 3521198

PORTARIA Nº 16/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso das atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora JOSIANE KÜLKAMP MEURER e os servidores JAQUELINE BERTO BAGIO e EMIR MÜLLER BRATTI, para, sob a presidência de JOSIANE KÜLKAMP MEURER e sob a Secretaria de JAQUELINE BERTO BAGIO, constituírem a Comissão de Licitação, que será responsável pela abertura e julgamento das licitações a serem realizadas durante o exercício de 2022, excetuando-se as licitações nas modalidades Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e Leilão.

Art. 2º Ficam designados os servidores ABNER ULISSES MAZZARO e GREICY DE OLIVEIRA PEDROSO para atuarem como membros suplentes à Comissão de Licitação acima designada, em caso de os membros da Comissão estarem em gozo de férias regulamentares ou impossibilitados de comparecerem às licitações.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará, 03 de janeiro de 2021.

HELIO ALBERTON JUNIOR  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDMAR KEMPER NANDI  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

**PORTARIA 17 2022**

Publicação Nº 3521201

PORTARIA Nº. 0017 / 2022 DE 03 de JANEIRO de 2022

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso das atribuições, e de acordo com o artigo 32º, da Lei Municipal nº 990, de 04/04/2000

RESOLVE:

Alterar a carga horária da funcionária ANA PAULA BELTRAME MICHELS, ocupante do cargo de Professor, Nivel, I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, passando para a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria da Educação e Cultura, partir de 03/01/2022, conforme Memorando Nº 011/2022.

**CONTRATO N. 01-2022 CMM (ESTRUTURA ORGANIZACIONAL)**

Publicação Nº 3521243

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4B04CAD1AB32ADC7FD5F2AF66A5CE8B7DE258C97

***Município de Grão-Pará***  
**ESTADO DE SANTA CATARINA****CONTRATO N. 01/2022  
(DE 03 DE JANEIRO DE 2022)****“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E NO QUADRO DE CARGOS E SALÁRIOS DO MUNICÍPIO”.**

Contrato, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrito no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, portador do CPF n.º 056.885.919-78, e a empresa **CMM ASSESORIA TRIBUTARIA E PROJETOS LTDA**, com sede na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1561, Sala 02-A, Cond. Empresar Office One, Quadra 183, Lote 10, Centro, Francisco Beltrão-PR, CEP: 85601-030, inscrita no CNPJ sob o nº 27.015.954/0001-24, neste ato, representada por sua sócia administradora **CLAUDIA FRIGERI**, portador do CPF nº 628.327.789-68, doravante denominada de **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E NO QUADRO DE CARGOS E SALÁRIOS DO MUNICÍPIO, conforme descrito no Termo de Referência do Edital de Tomada de Preços nº 10/2021, Processo Licitatório nº 65/2021, do qual originou-se este Contrato e que encontra-se totalmente vinculado ao mesmo.**

**CLÁUSULA II – DO VALOR**

Pelos serviços prestados, a **CONTRATADA** receberá a importância de **R\$ 38.890,00 (trinta e oito mil oitocentos e noventa reais)**, divididos em 4 (quatro) parcelas mensais de **R\$ 9.722,50 (nove mil setecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)**.

**CLÁUSULA III - DA VIGÊNCIA**

**O prazo de vigência deste contrato será de 12(doze) meses**, com previsão inicial a contar da assinatura do contrato, podendo ser renovada, a critério da Administração Municipal, na forma da Lei 8.666/93.

O prazo de execução dos trabalhos será de 6 (seis) meses.

**CLÁUSULA IV - DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 4.1 O preço para o fornecimento do objeto deste Contrato é o apresentado na proposta da **CONTRATADA**, devidamente aprovado pelo **CONTRATANTE**, tendo os seus valores unitários especificados na Cláusula II desse contrato;
- 4.2 O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da **CONTRATADA**;
- 4.3 Os valores unitários do Contrato não poderão ser reajustados dentro do período de 12 (doze) meses;
- 4.4 A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela **CONTRATADA** (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 4.5 Recursos para pagamento – Dotação: o recurso necessário à presente contratação, acha-se classificado na dotação orçamentária  
03.01.2.003.3.3.90.35.01.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 8).

**CLÁUSULA V - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

- 5.1 Os serviços, objeto do presente certame, deverão ser prestados de acordo com o termo de referência anexo ao edital.
- 5.2 O recebimento e a fiscalização dos serviços ficarão por conta da Secretaria de Administração Planejamento e Fazenda.





# *Município de Grão-Pará*

## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO**

- 6.1 A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal correspondente aos itens, encaminhando-a ao respectivo requisitante;
- 6.2 O pagamento será efetuado até o dia 10 do mês subsequente, mediante apresentação de Nota Fiscal, referente aos serviços prestados, datada e assinada por responsável dos órgãos municipais; através de cheque nominal a Empresa ou de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

### **CLÁUSULA VII - DAS RESPONSABILIDADES**

- 7.1 A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato e, consequentemente responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE;
- 7.2 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93;
- 7.3 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA;
- 7.4 A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, exigidas neste Edital.

### **CLÁUSULA VIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 4.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:
  - a) providenciar o saneamento de qualquer irregularidade na entrega do objeto no prazo máximo de 48 horas;
  - b) manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas no Edital de Tomada de Preços nº 10/2021-TP, Processo de Licitação nº 65/2021, origem deste contrato;
  - c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
  - d) corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, conforme previsto no art. 69 da lei 8.666/93
- 4.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos itens exigidos no contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA IX – DAS PENALIDADES**

- 9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato estará a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades:
  - a) Advertência;
  - b) Multa:
    - 1 De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento);
    - 2 De até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de descumprimento do Contrato, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
    - 3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará/SC pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos;
    - 4 Declaração de inidoneidade.
- 9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço;
- 9.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

### **CLÁUSULA X – DA RESCISÃO**

- 10.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
- 10.2 A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.





# *Município de Grão-Pará*

## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 11.1 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo;
- 11.2 A CONTRATADA não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto deste contrato, salvo expressa autorização da Administração Municipal;
- 11.3 Aplicam-se a este Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

### **CLÁUSULA XII – DO FORO**

Elegem as partes contratantes o Foro de Braço do Norte/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes.

Grão-Pará/SC, 03 de janeiro de 2022.

**HELIO ALBERTON  
JUNIOR:05688591978**

Assinado digitalmente por HELIO ALBERTON JUNIOR:05688591978  
DN: CN=, O=CP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multiple v6,  
OU=SEBRAE/0000161, OU=Presencial, OU=Certificado PF A3,  
CN=HELIO ALBERTON JUNIOR:05688591978  
Razão: Prefeito Municipal  
Localização: Prefeitura de Grão-Pará  
Emiss: 2022.01.03 16:26:04-0300  
Fonte PDF Reader Versão: 11.0.1

**MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**  
**HELIO ALBERTON JUNIOR**  
Prefeito Municipal

**CMM ASSESORIA TRIBUTARIA E  
PROJETOS LTDA**  
**CLAUDIA FRIGERI**  
Sócia Administradora

### **TESTEMUNHAS**

**Nome: EDMAR KEMPER NANDI**  
**CPF: 046.636.649-38**

**Nome: CRISTIANE CARLA WEINFORTNER**  
**CPF: 043.036.429-67**

**HENRIQUE LAPA LUNARDI**  
Assessor Jurídico – OAB/SC 31.413  
**MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**

# Gravatal

## PREFEITURA

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO (SUPRESSÃO) AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 42/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2021 - TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2021 - PMG

Publicação Nº 3519850

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 46A5F8AAE43D1F0D290FBB03FCE5BE3C3D9E2B84

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 42/2021  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2021  
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 05/2021

OBJETO: "I TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO Nº 42/2021 "PAVIMENTAÇÃO DE BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO (PAVER) NAS RUAS FRANCISCO KNABBEN TRECHO II E ARINO CARGNIN BAIRRO TERMAS NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA VISANDO ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE OGU: Nº 872007/2018, CONFORME PROJETOS EM ANEXO".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: ASCARI CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 35.653.808/0001-52

ENDEREÇO: Rod. Daniel Bruning, s/nº - Bairro Rio Bonito, Braço do Norte/SC.

Cláusula I – Fica suprimido do contrato principal o valor de R\$ 2.142,36 (Dois mil, cento e quarenta e dois reais e trinta e seis centavos) nos serviços contratados conforme Planilha Orçamentária reprogramada em anexo.

Cláusula II – O novo valor do contrato passa a ser de R\$ 735.323,23 (Setecentos e trinta e cinco mil, trezentos e vinte e três reais e vinte e três centavos) considerando a supressão feita.

Cláusula III – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida no art. 65, inciso I, "b" § 1º da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 22 de dezembro de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 18/2022 CONCEDER GRATIFICAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOBREAVISO AOS MOTORISTAS

Publicação Nº 3519890

PORTARIA Nº 18 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar n.º 206, de 13 de junho de 2018, que institui a gratificação de sobreaviso aos motoristas da secretaria municipal de saúde e dá outras providências;

CONSIDERANDO, a prestação de serviços sob o regime de sobreaviso do mês de janeiro do ano de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER gratificação pela prestação de serviços sob o regime de sobreaviso aos servidores abaixo relacionados e lotados na Secretária Municipal da Saúde:

- a) Antônio da Silva Rodrigues
- b) Clayton Cardoso Pereira
- c) Eduardo Fernandes Mendonça
- d) Gilmar Comeli Rodrigues
- e) Juliano Fagundes de Araújo
- f) Marcio Laurentino Mendonça
- g) Rafael Machado Fernandes

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 03 de janeiro de 2022.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20/2022 CONTRATAR SILVIA MACHADO FRANCISCO PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE**

Publicação Nº 3519475

PORTARIA Nº 20 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Agente Comunitária de Saúde, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, a realização do Processo Seletivo n.º 04/2021;

RESOLVE:

Art. 1º- Contratar em caráter temporário SILVIA MACHADO FRANCISCO, Processo Seletivo n.º 04/2021 classificação n.º 1, para o cargo temporário de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, no ESF Várzea das Canoas, bairro Várzea das Canoas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 03 de janeiro de 2022 a 02 de janeiro de 2023, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 03 de janeiro de 2022.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA  
Prefeito Municipal

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

**2/2022**

Publicação Nº 3520041

DECRETO Nº 002/2022  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.735/2021 de 18 de novembro de 2021.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.790,52 (cinco mil, setecentos e noventa reais e cinquenta e dois centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2022, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:  
Unidade 04- Coordenação de programas:  
Atividade: 1104.10.301.0010.2.101  
3.3.90.00-00.00.382 Aplicações Diretas ..... R\$ 5.790,52

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2022, referente aos recursos repasses FNS/APAE, no valor de R\$ 5.790,52.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,  
03 de janeiro de 2022.

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

**DECRETO 003/2022**

Publicação Nº 3520360

Decreto Administrativo nº. 03/2022

Nomeia membros integrantes da Comissão Permanente de Licitação e adota outras providencias.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, em especial o Artigo 51, Seção IV, Capítulo II da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores:

Decreta:  
Art. 1º Para o exercício de 2022, a Comissão Permanente de Licitações nas modalidades de CONVITE, TOMADA DE PREÇO, CONCORRÊNCIA PÚBLICA E LEILÃO do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, incumbidas nos trabalhos de processamento, avaliação e julgamento da: habilitação preliminar, avaliação de pedidos de inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e das propostas, passa a ser integrada pelos seguintes servidores:

Membros titulares

I- Francisco Junior Garcia de Mattos

II- Claudenice Caramori

III- Jessica Fogiato

Parágrafo único A Presidência da Comissão será exercida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo.

Art. 2º Integrarão a Comissão de que trata este Decreto, na condição de suplentes os seguintes servidores:

I - Cheila Vanessa Back

II - Mauro Steffens

Parágrafo único O membro suplente será convocado a atuar na Comissão na ausência do titular.

Art. 3º Os servidores nomeados através deste Decreto exercerão suas função pelo prazo de 1 (hum) ano.

Parágrafo único O membro titular da Comissão Permanente de Licitação poderá ser reconduzido a função respeitando-se o disposto no artigo 51, § 4º da lei 8.666/93

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remunerada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, 03 de janeiro de 2022.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER,  
Prefeito Municipal.

# Guatambú

## PREFEITURA

### COMUNICAÇÃO DE VETO

Publicação Nº 3520044

Of. GP/N. 001/2022 Guatambu/SC, 04 de janeiro de 2022

Excelentíssimo Senhor  
CLADEMIR ANTONIO AZEVEDO DA SILVA  
M.D. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Guatambu - Santa Catarina

### COMUNICAÇÃO DE VETO

Senhor Presidente,

Consignamos o recebimento de vosso ofício nº 63/2021/8ªLEG/LAP, noticiando a aprovação do Projeto de Lei Complementar, com mensagem nº 007/2021, Processo nº 41/2021, de 22 de dezembro de 2021, de iniciativa do Poder Legislativo, que "dispõe sobre o plano de cargos e vencimentos, a capacitação e avaliação de desempenho dos servidores e sobre a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Guatambu".

Informamos, que ao analisar a matéria pertinente ao Projeto de Lei Complementar acima referido, estou apondo o veto parcial, com fundamento no § 1º, do artigo 58, da Lei Orgânica do Município.

Verificados os pressupostos essenciais para as razões que adiante se apresentam, temos o conflito ensejador da oposição por motivação de inconstitucionalidade nos termos e fundamentos apresentados a seguir:

### RAZÕES DO VETO:

#### I – Da Inconstitucionalidade

O referido Projeto de Lei Complementar aprovado, de iniciativa do Poder Legislativo, que "dispõe sobre o plano de cargos e vencimentos, a capacitação e avaliação de desempenho dos servidores e sobre a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Guatambu", possui nas disposições do Anexo III – TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DO QUADRO PERMANENTE e Anexo IV – TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO, afronta as disposições do art. 82, XVI, da Lei Orgânica Municipal.

A propósito, o art. 82, da Lei Orgânica Municipal, assim assevera:

Art. 82 - A Administração Municipal direta e indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade economicidade e também ao seguinte:

[...]

XVI - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo (Grifei).

Ante ao dispositivo legal acima, promovendo uma correlação entre os vencimentos dos cargos dos quadros permanente e em comissão, aprovados no Projeto de Lei Complementar, em comento, de iniciativa do Poder Legislativo Municipal, com os vencimentos atualmente pagos pelo Poder Executivo Municipal, verifica-se valores de vencimentos maiores para os cargos do Legislativo, portanto, manifestamente contrários as disposições da Lei Orgânica Municipal.

Abaixo, apresenta-se tabela comparativa dos cargos, vencimentos e carga horária, dos cargos do quadro permanente e cargos em comissão da proposição do Legislativo, em relação aos do Executivo, que nos termos do art. 82, XVI, da Lei Orgânica Municipal, apresentam-se inconstitucionais:

Descrição do cargo	Carga horária Legislativo	Vencimento Legislativo	Carga horária Executivo	Vencimento Executivo
Auxiliar de Serviços Gerais	30 horas T. Único	1.850,00	40 horas	1.366,85
Técnico em Recursos Humanos	20 horas	2.948,00	40 horas	3.622,43
Controlador Interno	20 horas	3.542,00	40 horas	5.084,70
Contador	20 horas	4.376,00	40 horas	6.648,55
Assessor de Imprensa	20 horas	3.000,00	40 horas	3.534,07
Diretor Parlamentar e Legislativo	30 horas T. Único	3.896,45	40 horas	2.797,51

Assim, considerando que as 30 horas em turno único realizadas por alguns servidores ocupantes de cargos do Legislativo, equivalem as 40 horas em dois turnos dos servidores do Executivo, os valores dos vencimentos dos cargos do Legislativo se apresentam de forma desproporcional, ou seja, superiores aos pagos pelo Executivo.

Portanto, diante da contrariedade as disposições da Lei Orgânica Municipal (art. 82, XVI), no tocante a disparidade dos vencimentos dos cargos do Legislativo em relação aos do Executivo (Anexos III e IV), propostos no Projeto de Lei Complementar, com mensagem nº 007/2021, Processo nº 41/2021, de 22 de dezembro de 2021, de iniciativa do Poder Legislativo Municipal, concluo que os mesmos não reúnem condições de serem sancionados, reputando-se como de parcial constitucionalidade/legalidade a presente proposição.

Diante de todo o exposto, em que pese o respeito a deliberação dos parlamentares que compõem a Casa Legislativa, veto parcialmente o Projeto de Lei Complementar, com mensagem nº 007/2021, Processo nº 41/2021, de 22 de dezembro de 2021, de iniciativa do Poder Legislativo, especificamente os Anexos III e IV, na forma do § 1º, do artigo 58, da Lei Orgânica do Município.

Destarte, devolvo o assunto à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal que, com seu elevado critério, se dignará a reexaminá-lo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência e seus ilustres pares, os protestos de minha alta consideração e apreço.

Atenciosamente,

LUIZ CLOVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 001 / 2022

Publicação Nº 3519623

PORTARIA N. 001/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Jair Carlos Lauxen do cargo de Diretor Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, por um período de 20 (vinte) dias referente ao período aquisitivo de 18/02/2021 a 17/02/2022.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 22/01/2022, com retorno em 24/01/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 002 / 2022

Publicação Nº 3519624

PORTARIA N. 002/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Elizane Milkevitz do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 05/03/2020 a 04/03/2021.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno em 02/02/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 003 / 2022**

Publicação Nº 3519625

PORTARIA N. 003/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Elizabete Matana do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 10/02/2021 a 09/02/2022.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno em 02/02/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 004 / 2022**

Publicação Nº 3519627

PORTARIA N. 004/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Cleonice Simionato do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 17/02/2021 a 16/02/2022.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno em 02/02/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 005 / 2022**

Publicação Nº 3519628

PORTARIA N. 005/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.



LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Alcides José Dutra do cargo de Operador de Máquinas I, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Públicos e Desenvolvimento Econômico, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 10/05/2020 a 09/05/2021.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno em 02/02/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 006 / 2022**

Publicação Nº 3519630

PORTARIA N. 006/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Evandro Antonio dos Santos do cargo de Motorista de Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal de Assistência, Habitação e Promoção Social, por um período de 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de 19/11/2020 a 18/11/2021.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 17/01/2022, com retorno em 18/01/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 007 / 2022**

Publicação Nº 3519631

PORTARIA N. 007/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Odair Jose Correa do cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 11/04/2021 a 10/04/2022.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno em 02/02/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 008 / 2022**

Publicação Nº 3519633

PORTARIA N. 008/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Vanessa Farinon Lanzarini do cargo de Fonoaudióloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 20 (vinte) dias referente ao período aquisitivo de 02/02/2021 a 01/02/2022.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 22/01/2022, com retorno em 24/01/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 009 / 2022**

Publicação Nº 3519634

PORTARIA N. 009/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Neli Terezinha Rilozi do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 20/02/2021 a 19/02/2022.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno em 02/02/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 010 / 2022**

Publicação Nº 3519635

PORTARIA N. 010/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Marilusi Salete Paludo da Silva do cargo de Diretor Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 13/03/2021 a 11/03/2022.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno em 02/02/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 011 / 2022**

Publicação Nº 3519637

PORTARIA N. 011/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Vanessa de Castro do cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, por um período de 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 10/08/2021 a 09/08/2022.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 12/01/2022, com retorno em 13/01/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 012 / 2022**

Publicação Nº 3519638

PORTARIA N. 012/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Salete Aparecida Schneider da Cruz do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/02/2020 a 31/01/2021.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno em 02/02/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 013 / 2022**

Publicação Nº 3519639

PORTARIA N. 013/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Rosane Terezinha Alves do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 25/10/2020 a 24/10/2021.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno em 02/02/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 014 / 2022**

Publicação Nº 3519644

PORTARIA N. 014/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Neiva Terezinha Ramos Maciel do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 11/02/2021 a 10/02/2022.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno em 02/02/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 015 / 2022**

Publicação Nº 3519646

PORTARIA N. 015/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Vivian Schwanke de Oliveira do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, por um período de 20 (vinte) dias referente ao período aquisitivo de 03/02/2021 a 02/02/2022.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 22/01/2022, com retorno em 24/01/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 016 / 2022**

Publicação Nº 3519647

PORTARIA N. 016/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Vanderleia Bageston do cargo de Diretora de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, por um período de 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 07/02/2021 a 06/02/2022.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 12/01/2022, com retorno em 13/01/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 017 / 2022**

Publicação Nº 3519649

PORTARIA N. 017/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Juliana Faccio do cargo de Médica Veterinária, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, por um período de 20 (vinte) dias referente ao período aquisitivo de 04/07/2020 a 03/07/2021.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 22/01/2022, com retorno em 24/01/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 018 / 2022**

Publicação Nº 3519650

PORTARIA N. 018/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Rosangela Schwartz do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 17/03/2020 a 16/03/2021.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno em 02/02/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 019 / 2022**

Publicação Nº 3519652

PORTARIA N. 019/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Giceli Aparecida Gosch do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, por um período de 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 04/03/2020 a 03/03/2021.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 12/01/2022, com retorno em 13/01/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 020 / 2022**

Publicação Nº 3519653

PORTARIA N. 020/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Giana Prevedello Otto do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência, Habitação e Promoção Social, por um período de 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 06/06/2020 a 05/06/2021.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 12/01/2022, com retorno em 13/01/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 021 / 2022**

Publicação Nº 3519655

PORTARIA N. 021/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Fabiana Thais Reckziegel Bones do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal

de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 10/06/2020 a 09/06/2021.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno em 02/02/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 022 / 2022**

Publicação Nº 3519659

PORTARIA N. 022/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Paulo Ricardo Moreira do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência, Habitação e Promoção Social, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 20/08/2020 a 19/08/2021.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno em 02/02/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 023 / 2022**

Publicação Nº 3519661

PORTARIA N. 023/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Rosangela Aparecida Matte Schmitz do cargo de Agente de Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 11/05/2020 a 10/05/2021.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno em 02/02/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 024 / 2022**

Publicação Nº 3519664

PORTARIA N. 024/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos



Servidores Públicos Municipais.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Karla Pasin Sulsbach do cargo de Monitória Social I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência, Habitação e Promoção Social, por um período de 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de 05/04/2020 a 04/04/2021.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 17/01/2022, com retorno em 18/01/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 025 / 2022

Publicação Nº 3519665

PORTARIA N. 025/2022 DO MÊS DE JANEIRO DE 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Carmen Cleci Schneider de Arruda do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 03/03/2021 a 02/03/2022.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno em 02/02/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 03 de janeiro de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### CÂMARA MUNICIPAL

### TERMO ADITIVO AO CONTRATO 3/2020

Publicação Nº 3521101

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7D8C7C9B3F8A59FAC659ECAF254F27B3E8D8CE42  
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2020 (CONTRATO SUPERIOR), QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.646.168/0001-31, com sede à Rua Ângelo Corá, s/n, CEP 89.817-000, na cidade de Guatambu, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Senhor CLADEMIR ANTONIO AZEVEDO DA SILVA, doravante denominada CONTRATANTE e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1.885, Centro Executivo Imperatriz, sala 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor GILSONI LUNARDI ALBINO, daqui por diante simplesmente CONTRATADA, celebram o presente instrumento sob as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto o reajuste do valor do Contrato Administrativo Superior nº 03/2020, ratificado pelo Primeiro Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR REAJUSTADO

2.1 O valor estabelecido no Contrato Administrativo Superior fica reajustado em 9.22% (nove vírgula vinte e dois por cento), passando de R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais) mensais ou R\$ 4.920,00 (quatro mil novecentos e vinte reais) anuais, para R\$ 447,80 (quatrocentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos) mensais ou R\$ 5.373,60 (cinco mil trezentos e setenta e três reais e sessenta centavos) anuais, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro e término previsto para o dia 31 de dezembro de 2022.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR DO PRESENTE ADITIVO**

3.1 As despesas decorrentes do presente instrumento contratual correrão à conta da dotação orçamentária: 3.3.71.00.00 do orçamento aprovado para o ano de 2022.

3.2 O valor do presente aditivo é de R\$ 453,60 (quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos).

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

4.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato originário, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Guatambu/SC, 04 de janeiro de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU  
Clademir Antonio Azevedo da Silva  
Presidente

CONS. INF. GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO ELIAS ALVES DE CANDIDO

Publicação Nº 3521459

#### Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º Convocar o Senhor ELIAS ALVES DE CANDIDO, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.485.569-95, aprovado em 4º (quarto) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2020, homologado pelo Decreto Municipal nº 4.375/2021, para o Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D'Oeste para apresentar Documentos, Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á à medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.  
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste em 04 de Janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ELIAS ALVES DE CANDIDO

### PORTARIA Nº 020/2022

Publicação Nº 3520289

#### PORTARIA Nº 020/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora GERUSA LUCIAN (MATRÍCULA 4055), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PSICÓLOGO, Nível – 12/1, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de fevereiro de 2020 e 07 de março de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

### PORTARIA Nº 021/2022

Publicação Nº 3520299

#### PORTARIA Nº 021/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora DANIELA APARECIDA BARROS DOS SANTOS (MATRÍCULA 3769), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de novembro de 2020 e 16 de novembro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 022/2022**

Publicação Nº 3520300

PORTARIA Nº 022/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora FRANCINE BULH LORASCHI (MATRÍCULA 2676), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRO, Nível – 12/1, Referência "D", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de outubro de 2020 e 18 de outubro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 023/2022**

Publicação Nº 3520301

PORTARIA Nº 023/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora VERONILDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA (MATRÍCULA 4120), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível – 8, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 12 de maio de 2020 e 11 de maio de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 024/2022**

Publicação Nº 3520302

PORTARIA Nº 024/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora JOCELI ANTUNES DA SILVA PALAVACINI (MATRÍCULA 2780), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível – 8, Referência "E", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de julho de 2020 e 24 de julho de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 025/2022**

Publicação Nº 3520303

**PORTARIA Nº 025/2022**

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora LETÍCIA FUGA VARELLA DE OLIVEIRA (MATRÍCULA 2776), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ODONTÓLOGO, Nível – 13/1, Referência "E", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 28 de julho de 2020 e 30 de julho de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 026/2022**

Publicação Nº 3520305

**PORTARIA Nº 026/2022**

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora MARIFATIMA CASARIN (MATRÍCULA 958), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível – 8, Referência "H", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de maio de 2020 e 15 de maio de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 027/2022**

Publicação Nº 3520306

PORTARIA Nº 027/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora MARLI APARECIDA CORONETTI NORA (MATRÍCULA 4049), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível – 12/1, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 30 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10 de fevereiro de 2020 e 13 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 028/2022**

Publicação Nº 3520307

PORTARIA Nº 028/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao Servidor EMERSON JOSÉ ROSSI (MATRÍCULA 4886), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, Nível – 7, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de maio de 2020 e 12 de maio de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 029/2022**

Publicação Nº 3520308

PORTARIA Nº 029/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao Servidor IGOR FONTANA DARONCO (MATRÍCULA 2786), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ODONTÓLOGO, Nível – 13/1, Referência "E", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de julho de 2020 e 10 de julho de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 030/2022**

Publicação Nº 3520309

PORTARIA Nº 030/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora LUCIANE APARECIDA FERRARI (MATRÍCULA 2827), ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, 40 horas semanais, Anexo II do quadro de pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 18 de março de 2020 e 10 de abril de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 031/2022**

Publicação Nº 3520311

PORTARIA Nº 031/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora SOLÁVIA CRISTINA DOS SANTOS LINS DA SILVA (MATRÍCULA 5278), ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, 40 horas semanais, Anexo II do quadro de pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de fevereiro de 2020 e 21 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 032/2022**

Publicação Nº 3520313

PORTARIA Nº 032/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora ADRIANA SPIER (MATRÍCULA 5271), ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, 40 horas semanais, Anexo II do quadro de pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de fevereiro de 2020 e 16 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito



**PORTARIA Nº 033/2022**

Publicação Nº 3520316

PORTARIA Nº 033/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora CRISTABILIE NEVES DOS SANTOS RIBEIRO (MATRÍCULA 3196), ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, 40 horas semanais, Anexo II do quadro de pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 29 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 034/2022**

Publicação Nº 3520319

PORTARIA Nº 034/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora JULIANA PEREIRA DA CRUZ (MATRÍCULA 5269), ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, 40 horas semanais, Anexo II do quadro de pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de fevereiro de 2020 e 19 de março de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 035/2022**

Publicação Nº 3520322

PORTARIA Nº 035/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 90 (NOVENTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos dos artigos 87 a 92 da Lei Complementar nº 006/1994, ao servidor WALDIR HEKSHAUSE (MATRÍCULA 115), ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência - P, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de agosto de 1990 e 31 de julho de 1995, para serem gozadas a contar de 03 de janeiro de 2022 a 02 de abril de 2022.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2021.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 036/2022**

Publicação Nº 3520334

PORTARIA Nº 036/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a Portaria Nº 577/2021, que nomeou o Servidor DIRCEU CENDRON (MATRÍCULA 5549), para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE TRANSPORTES E OBRAS, Nível – DAS-3, Anexo I da Lei Complementar nº 374/2018, o qual, a partir de 03 de janeiro de 2022, passará a ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE TRÂNSITO, Nível – DAS-3, Anexo I da Lei Complementar nº 374/2018, constante do quadro de pessoal do poder executivo municipal.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 037/2022**

Publicação Nº 3521461

PORTARIA Nº 037/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao Servidor ADÃO DE SOUZA (MATRÍCULA 152), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, Nível – 7, Referência "L", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10 de setembro de 2020 e 09 de setembro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 038/2022**

Publicação Nº 3521464

PORTARIA Nº 038/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora OSVALDINA MARTINI (MATRÍCULA 4904), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE CULTURA, Nível – DAS-3, Anexo I da Lei Complementar nº 374/2018, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de fevereiro de 2020 e 31 de janeiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 039/2022**

Publicação Nº 3521466

PORTARIA Nº 039/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora ANDREIA DORINI GIACOMINI (MATRÍCULA 356), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO, Nível – 9, Referência "E", Anexo XII da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de março de 2020 e 06 de março de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 22 de janeiro de 2022, com abono pecuniário de 10 (dez) dias, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 040/2022**

Publicação Nº 3521467

PORTARIA Nº 040/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora ADRIANA DO AMARAL E SILVA LEBKUCHEN (MATRÍCULA 3756), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de abril de 2020 e 22 de abril de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 041/2022**

Publicação Nº 3521469

PORTARIA Nº 041/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora ANA CÉLIA DE ANDRADE SEVERO DOMINGUES (MATRÍCULA 1075), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "E", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 20 de abril de 2020 e 19 de outubro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 042/2022**

Publicação Nº 3521471

PORTARIA Nº 042/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora ANA PAULA ANTUNES DOS SANTOS (MATRÍCULA 4937), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de fevereiro de 2020 e 10 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 043/2022**

Publicação Nº 3521473

PORTARIA Nº 043/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora AUGUSTA POLO BERTUSSO (MATRÍCULA 4024), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de outubro de 2020 e 07 de outubro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 044/2022**

Publicação Nº 3521476

PORTARIA Nº 044/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora DÉBORA DUARTE (MATRÍCULA 5036), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 18 de abril de 2020 e 18 de abril de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 045/2022**

Publicação Nº 3521482

PORTARIA Nº 045/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora DEILY CRISTINE PRUDÊNCIO LUVISON (MATRÍCULA 4709), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de fevereiro de 2020 e 08 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 046/2022**

Publicação Nº 3521483

PORTARIA Nº 046/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora EDI SPIER EBERT (MATRÍCULA 3714), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de setembro de 2020 e 06 de setembro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 047/2022**

Publicação Nº 3521484

PORTARIA Nº 047/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora EDNA ALVES CASSIANO (MATRÍCULA 3762), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 e 07 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 048/2022**

Publicação Nº 3521485

PORTARIA Nº 048/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora ELIANE APARECIDA LIRA (MATRÍCULA 4029), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04 de janeiro de 2021 e 03 de janeiro de 2022, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 049/2022**

Publicação Nº 3521488

PORTARIA Nº 049/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora ELIANE VICENTE (MATRÍCULA 4798), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de fevereiro de 2020 e 21 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 050/2022**

Publicação Nº 3521489

PORTARIA Nº 050/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora EVANILDA APARECIDA MACHADO (MATRÍCULA 3753), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de março de 2020 e 07 de março de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 051/2022**

Publicação Nº 3521494

PORTARIA Nº 051/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora FÁBIA ROBERTA DOS SANTOS FERREIRA (MATRÍCULA 5122), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de janeiro de 2021 e 01 de janeiro de 2022, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 052/2022**

Publicação Nº 3521495

PORTARIA Nº 052/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora FRANSSUIZY MARIA MOREIRA (MATRÍCULA 5325), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 24 de setembro de 2020 e 02 de outubro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 053/2022**

Publicação Nº 3521496

PORTARIA Nº 053/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora GESLAINE FERREIRA (MATRÍCULA 3760), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 27 de março de 2020 e 26 de março de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito



**PORTARIA Nº 054/2022**

Publicação Nº 3521498

PORTARIA Nº 054/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora GISELI CRISTINA DOS SANTOS (MATRÍCULA 4730), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 21 de fevereiro de 2020 e 20 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 055/2022**

Publicação Nº 3521501

PORTARIA Nº 055/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora GRAZIELE DE OLIVEIRA (MATRÍCULA 4708), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 e 07 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 056/2022**

Publicação Nº 3521502

PORTARIA Nº 056/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora IRIA BORSA (MATRÍCULA 1211), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "H", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 24 de fevereiro de 2020 e 23 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 057/2022**

Publicação Nº 3521505

PORTARIA Nº 057/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora IZABEL RODRIGUES (MATRÍCULA 3750), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de fevereiro de 2020 e 10 de dezembro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 058/2022**

Publicação Nº 3521506

PORTARIA Nº 058/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora JENECI ANTUNES DA SILVA DE LIMA (MATRÍCULA 4074), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de fevereiro de 2020 e 26 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 059/2022**

Publicação Nº 3521508

PORTARIA Nº 059/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora JOSEANGELA DE BARBA (MATRÍCULA 3612), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "C", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de novembro de 2020 e 12 de novembro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 060/2022**

Publicação Nº 3521510

PORTARIA Nº 060/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora JOSIANE APARECIDA DE LIMA DOS SANTOS (MATRÍCULA 4079), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 12 de março de 2020 e 11 de março de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 061/2022**

Publicação Nº 3521512

PORTARIA Nº 061/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora JULIANE IDAVINA IGNACIO DE OLIVEIRA (MATRÍCULA 4080), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de março de 2020 e 22 de março de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 062/2022**

Publicação Nº 3521515

PORTARIA Nº 062/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora LENICE MERTINS BIOLCHI (MATRÍCULA 4284), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de março de 2020 e 21 de março de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 063/2022**

Publicação Nº 3521520

PORTARIA Nº 063/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora LINDAMIRA ZARPELON (MATRÍCULA 3768), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de fevereiro de 2020 e 05 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 064/2022**

Publicação Nº 3521522

PORTARIA Nº 064/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora LINDONÊS ALVES (MATRÍCULA 2584), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "E", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de abril de 2020 e 03 de abril de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 065/2022**

Publicação Nº 3521524

PORTARIA Nº 065/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora MARIA ANGELA DE FARIAS SILVA COLLET MOREIRA (MATRÍCULA 3866), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 28 de fevereiro de 2020 e 15 de março de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 066/2022**

Publicação Nº 3521525

PORTARIA Nº 066/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora MARIA APARECIDA DA COSTA DAMÁSIO (MATRÍCULA 2585), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "E", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de fevereiro de 2020 e 21 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 067/2022**

Publicação Nº 3521527

PORTARIA Nº 067/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora MARILHANE PEREIRA DOS REIS (MATRÍCULA 3599), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "C", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 26 de agosto de 2020 e 25 de agosto de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 068/2022**

Publicação Nº 3521529

PORTARIA Nº 068/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora MARILIA MORGANA ZACCARON (MATRÍCULA 3602), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "C", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de agosto de 2020 e 06 de agosto de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 069/2022**

Publicação Nº 3521530

PORTARIA Nº 069/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora MARILU GONÇALVES (MATRÍCULA 946), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "G", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 28 de abril de 2020 e 27 de abril de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 070/2022**

Publicação Nº 3521532

PORTARIA Nº 070/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora MARINEIDE PENSIN VALMÓRBIDA (MATRÍCULA 1074), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "G", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de junho de 2020 e 02 de junho de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 071/2022**

Publicação Nº 3521533

PORTARIA Nº 071/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora MARIVANE ANTONIAZZI DA SILVA (MATRÍCULA 3085), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "D", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de janeiro de 2021 e 03 de janeiro de 2022, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 072/2022**

Publicação Nº 3521536

PORTARIA Nº 072/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora MARIZA MIOTTO (MATRÍCULA 2582), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "E", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de fevereiro de 2020 e 07 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 073/2022**

Publicação Nº 3521537

PORTARIA Nº 073/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora MARLI SALETE REBETCHUCK BEHNKE (MATRÍCULA 2581), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "E", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10 de fevereiro de 2020 e 09 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 074/2022**

Publicação Nº 3521540

PORTARIA Nº 074/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora MIRIAN BASSO (MATRÍCULA 3763), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04 de fevereiro de 2020 e 03 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito



**PORTARIA Nº 075/2022**

Publicação Nº 3521541

PORTARIA Nº 075/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora NAIARA TIEMI TANAKA (MATRÍCULA 3759), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de março de 2020 e 05 de março de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 076/2022**

Publicação Nº 3521543

PORTARIA Nº 076/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora NILZA DE FÁTIMA PEREIRA (MATRÍCULA 1222), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "F", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de setembro de 2020 e 15 de setembro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 077/2022**

Publicação Nº 3521544

PORTARIA Nº 077/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora PATRÍCIA DE COSTA (MATRÍCULA 3752), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 28 de fevereiro de 2020 e 28 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 078/2022**

Publicação Nº 3521546

PORTARIA Nº 078/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora POLIANA THAIS VARELA (MATRÍCULA 4915), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de fevereiro de 2020 e 06 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 079/2022**

Publicação Nº 3521549

PORTARIA Nº 079/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora REGINA TEREZINHA RIBEIRO DE CAMPOS (MATRÍCULA 885), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "G", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 24 de março de 2020 e 21 de abril de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 080/2022**

Publicação Nº 3521552

PORTARIA Nº 080/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora ROSA MARIA SIQUEIRA DE CARVALHO POLO (MATRÍCULA 3725), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de novembro de 2020 e 06 de novembro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 081/2022**

Publicação Nº 3521554

PORTARIA Nº 081/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora ROSELI SALETE DAHMER (MATRÍCULA 1951), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "F", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2020 e 05 de maio de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 082/2022**

Publicação Nº 3521556

PORTARIA Nº 082/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora SUINER SILVA DE OLIVEIRA (MATRÍCULA 3706), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de setembro de 2020 e 15 de setembro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 083/2022**

Publicação Nº 3521558

PORTARIA Nº 083/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora TAMARA ANGELA LOPES (MATRÍCULA 4936), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de fevereiro de 2020 e 11 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 084/2022**

Publicação Nº 3521559

PORTARIA Nº 084/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora TEREZINHA DE FÁTIMA COSTA (MATRÍCULA 483), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "K", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 29 de fevereiro de 2020 e 28 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 085/2022**

Publicação Nº 3521561

PORTARIA Nº 085/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora VALÉRIA APARECIDA MOREIRA (MATRÍCULA 944), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "E", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 24 de fevereiro de 2020 e 23 de fevereiro de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 086/2022**

Publicação Nº 3521562

PORTARIA Nº 086/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora VIVIANE DE SOUSA DE OLIVEIRA (MATRÍCULA 5002), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25 de março de 2020 e 24 de março de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 087/2022**

Publicação Nº 3521564

PORTARIA Nº 087/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora MARIA MARGARETE BORDIN DA ROSA (MATRÍCULA 351), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO, Nível – 9, Referência "C", Anexo XII da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25 de março de 2020 e 04 de abril de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 088/2022**

Publicação Nº 3521567

PORTARIA Nº 088/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora LUCIA ANGELA KLEIN DE CAMPOS (MATRÍCULA 3747), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO, Nível – 7, Referência "D", Anexo XII da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de março de 2020 e 01 de março de 2021, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 089/2022**

Publicação Nº 3521570

PORTARIA Nº 089/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora SALETE ZANCHETTA (MATRÍCULA 2552), ocupante do cargo de provimento efetivo de ORIENTADOR EDUCACIONAL, Nível – 7, Referência "C", Anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 e 07 de fevereiro de 2022, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 090/2022**

Publicação Nº 3521572

## PORTARIA Nº 090/2022

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

## RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, para serem usufruídas a partir de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

MATRÍCULA	NOME
219	ADRIANA LUCIA GANDIN PARIZZI
4059	ADRIANA MARIA DA SILVA XAVIER BERNARDI
597	ADRIANE BERNARDO
5040	ALESSANDRA COLUSSO
3772	ALINI ALVES CABRAL
3722	ANA PIOVESAM
3884	ANALIE PASQUALI
4260/4412	ANDREIA APARECIDA SCALABRIN
3028/4411	ANGELA CRISTINA BILIBIO
4898	ARIANE DE OLIVEIRA BERTUSSO
3723	ARLETE TREVISOL GUINDANI
3643	CARLA APARECIDA VARGAS CORREA
1550	CLAUDETE BERTOTTI
1085	CLAUDIA ANDRÉA DAHMER ROSSI
5145	CLAUDIMARA ANDRIONI
3882	CLECI LEONETE MARAFON CANTELLI
3739	CLEUSA CAMPAGNOLLO CECATTO
3732	CRISTIANE CANUTO BERTELLE
532	CRISTIANE ZABOTT GARVIN
3733	CRISTINA WASSERBERG
3831	DAIANA FACHIN
2952	EDNA SCALABRIN
2576	ELAINE ZANEZI
1012	ELENARI APARECIDA CASSUL DE MENEZES
4063	ELIETE ADRIANA CASANOVA TEDESCO
4061	ELIANE PAVIANI GAB
5149	ELIETE ROVER PARENTI
2564	FÁTIMA APARECIDA PINHEIRO
2851	FERNANDA MARQUEZZE MOTT DA SILVA
3740	FRANCIA TALITA CYRINO RAMOS
3642	FRANCIELI PRANDO DACAS LOKSTEIN
568	GISELE BULH
2565	IEDA SALETE VERGANI BARBOSA
486	INEZITA ROSANA DEURLING
2562	IVO GUINDANI
4482	IVONETE MARCON
574	JAEI MARIA RIBEIRO DOS SANTOS CARLETTI
1042	JANAINA DAVID PALOSCHI
4254	JANELISE BRESSAN DE LAZARO
2573	JAQUELINE BRESSAN DA SILVA
2570	JORGE ADRIANO DOS SANTOS
4726	JULIANA BISATTO MAIER
4902	JULIO PASQUAL RIGO
5147	KARLIN VAGNER
4728	KEITY MARA GAZZOLA
2575	LARIANE ASSIS XAVIER SANTOS DE CARVALHO
5150	LARISSA KASBURG
4710	LARISSA BEZERRA FRIO
2578	LEILA CEZAR
3742	LENIR TEREZINHA BEGNINI
3741	LIVONIR MENDES BALESTRIN

3721	LOURDES FERREIRA BRANDÃO
4214	LUANA LAIS FERRONATO DE MORAES
3094	LUCIANA SORAIA COSTENARO CARRER
4213	LUCIANE FERREIRA BRANDÃO
2579	LUCILA BRINKMANN
4895	MAIARA ZAMBIAZZI
91	MAIRA RITA PARIZE ALBERGUINI
34	MÁRCIA GONÇALVES
3737	MÁRCIA PRONER REBELATTO
1013/5112	MARGARETE VOLPATO PRONER
4106	MARIANA SCHUCK DALCIN
3590	MARILENE DE LURDES ALVES
3736	MARISA LORENZONI
57	MARISTELA CRESTANI
4711	MARISTELA DA SILVA MATOS
3746	MARIZETE COMARETTO
4481	MARLENE DOLSAN
363	MICHELE DA SILVA COELHO
3743	MICHELE DEOLA
3744	NAIARA SEGALIN TRUCCULO
4714	NEDIANE MAIER LEITE
4712	NEUSA DE FÁTIMA GERVÁSIO
2560	NILCE BORTOLUZI
4253	NOELI LOURDES BALESTRIN DEPELEGRIN
1570	ODETE ELISA PERUZZO
5146	PAMELA MARIA BELOTTO CHIESA
4715	PATRÍCIA DE SORDI PAIANO
4484	RAFAELA DARTORA DOS SANTOS
3898	REGINA INÊS REISDORFER
3883	REJANE APARECIDA SEVERGNINI KREMER
1569	RENATA PARENTI
2577	ROSANE APARECIDA PEREIRA
4901	ROSALI SILVA SANTOS
3734	ROSANGELA MARIA LAMPERTI KIELING
2567	ROSEMILDA HERICKS RAMPON
1826	ROSILENE ELEUTÉRIO BRANDALISE
603	ROSI MARIA HILLA
3881	ROSINALDA GRASSI DALPIZZOL DORINI
590	ROZEMARI APARECIDA DANIELI HACK
3156	SABRINA ROVER
4900	SANDRA ADRIANO
4261	SANDRA KANGERSKI BOTTEGA
3731	SANDRA MARA PILATTI SERENA
4483	SANDRA MARIA BERTELLI
4727/4899	SAYONARA APARECIDA TESSER MIGNONI
4896	SILVANA MARIA DORINI
3735	SILVIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
4713	SILVANA SCALABRIN
4060/5254	SILVANA MARIA MUSSULINE
911	SILVANA TREVISOL GAB
370/1010	SIMARA PASINATO
4500	SIMONE APARECIDA BORSOI
233	SIMONE APARECIDA RADAVELLI
1808	SIMONE ROSELI MARTINS
2572	SIRLANDA MARIA RODRIGUES PASINATO
1824	SONIAMAR SEBEN WASEN
3738	TALITA PEREIRA DIAS DE MORAES
4095	TAIZE Sabei
2555	VALDECIR PEREIRA DA SILVA
4897	VERIDIANA APARECIDA FILGUEIRA CORDEIRO
88/492	VILMAR VARELLA DE OLIVEIRA
575	VIVIANE APARECIDA CAMPANHOL SBRUSI
4934	WILLAN FLAGNER DE OLIVEIRA FERREIRA
45	WILSON ROBERTO DE MATTOS



Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 091/2022**

Publicação Nº 3521573

PORTARIA Nº 091/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 507/2021, à Servidora KARINA SOARES DE LIMA SARTORI (MATRÍCULA 4048), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MONITOR SOCIAL, Nível – 4/2, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 29 de fevereiro de 2020 e 01 de março de 2021, para serem usufruídas de 04 de janeiro de 2022 a 18 de janeiro de 2022, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 04 de Janeiro de 2022.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

## **TERMO DE DESISTÊNCIA ANDRÉ LUIZ PEGORARO**

Publicação Nº 3521455

AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Eu, ANDRÉ LUIZ PEGORARO, brasileiro, residente e domiciliado na Rua 09 de Julho, nr. 705, casa, Bairro Santo Antonio – 89610-000- HERVAL D'OESTE-SC, inscrito no CPF sob o nº 056.316.859-57, RG nº 5.239-665, aprovado e classificado em 3º (terceiro) lugar na vaga de OPERADOR DE MÁQUINAS II – 40 horas semanais, no Concurso Público nº 001/2020, conforme Decreto de Homologação nº 4.375/2021, publicado em 15 de fevereiro de 2021, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, a fim de requerer a Desistência da Vaga, por motivos particulares e em caráter irrevogável.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

ANDRÉ LUIZ PEGORARO

Herval d'Oeste/SC, 03 de Janeiro de 2022.

TESTEMUNHAS:

MATHEUS LUIS GEUSTER  
CPF: 088.411.319-18

NEUSA APARECIDA CAMPOS  
CPF: 739.392.009-30

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 0297/2022**

Publicação Nº 3520275

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0297/2022

"Concede férias a Servidor da Câmara Municipal de Vereadores que especifica e dá outras providências"

EVERTON PARISENTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Férias Regulamentares, ao servidor JEFERSON ALFREDO MENDONÇA, inscrito no CPF sob nº 780.714.539-00, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível – 5, Referência "D", constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal no período de 12 (doze) de janeiro de 2022 a 31 (trinta e um) de janeiro de 2022, referente ao período aquisitivo de 10 (dez) de janeiro de 2021 a 09 (nove) de janeiro de 2022.

Art. 2º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste/SC, em 04 de janeiro de 2022.

EVERTON PARISENTI  
Presidente

**Ibiam****PREFEITURA****PORTARIA Nº 355/2021**

Publicação Nº 3519944

PORTARIA Nº 355, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOARES TREVISOL, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores ELIANE DISSEGNA DA COSTA e RODRIGO FELICETTO PEROSA para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAIS do Contrato resultante do Processo Licitatório 108/2021 Tomada de Preços 001/2021, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR COLOCAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA E ALAMBRADO DE FECHAMENTO LATERAL DA QUADRA COBERTA POLIESPORTIVA DE IBIAM, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO EM ANEXO AO EDITAL, SENDO UTILIZADOS RECURSOS DE TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS VOLUNTÁRIAS CONFORME PORTARIA Nº 384/SEF DE 21/09/2021 E RECURSOS PRÓPRIOS.

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidora FLÁVIA LENITA PELENTIR. Como fiscal técnico fica designado engenheiro civil da AMARP Flávio André de Oliveira, CREA/SC 048.529-6.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE NOVEMBRO DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

**Publicação e Registro:**

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
RODRIGO FELICETTI PEROSA Fiscal	FLÁVIA LENITA PELENTIR Substituto do Fiscal

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 002/2022 - MECANICA ZAGO SB LTDA ME**

Publicação Nº 3519642

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B47ACF808A10E3C50CBC0C753DF333285D9A3E20



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM****CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 002/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 002/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 002/2022**

Termo de Contrato, Referente conserto de caminhão basculante MML 8915. (Depois de retirada caçamba de cima do chassi para alinhar o mesmo, percebeu-se que havia muita folga nas articulações (pistões e traseira). Ficando com alto risco de tombamento, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa, MECANICA ZAGO SB LTDA ME, autorizado através do Processo nº 002/2022, Dispensa de Licitação nº 002/2022.

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM**

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20 Representada por: JOARES TREVISOL

**CONTRATADA: MECÂNICA ZAGO SB LTDA ME**

CNPJ: 04.526.146/0001-26

Endereço: Rodovia SC 135, Videira, SC.

CEP:89.560-000

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente a contratação de empresa referente conserto de caminhão basculante MML 8915, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

**Constitui o presente contrato:**

- 06 un. Pino de mola dianteiro, no valor de R\$34,90 (trinta e quatro reais e noventa centavos), cada.
- 06 un. Bucha mola aço traseira, no valor de R\$12,80 (doze reais e oitenta centavos), cada.
- 06 un. Trava pino mola, no valor de R\$09,25 (nove reais e vinte e cinco centavos), cada.
- 12 un. Arruela Pino, no valor de R\$09,90 (nove reais e noventa centavos), cada.
- 01 un. Algema Mola dianteira, no valor de R\$105,34 (cento e cinco reais e trinta e quatro centavos).
- 02 un. Pino de centro, no valor de R\$21,60 (vinte e um reais e sessenta centavos), cada.
- 02 un. Grampo de mola, no valor de R\$27,63 (vinte e sete reais e sessenta três centavos), cada.

1

Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiamsc.gov.br - Site: www.ibiamsc.gov.br



Assinado por 4 pessoas: JOARES TREVISOL, ROSINEI CERON, JACKLINE DALMOLIN ODORIZZI e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código C48F-CB79-D6A2-72B5





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

- 01 un. Disco de desgaste 7, no valor de R\$26,85 (vinte e seis reais e oitenta e cinco centavos).
- 30 un. Eletrodo de carvão, no valor de R\$04,65 (quatro reais e sessenta e cinco centavos), cada.
- 02 un. Fecho tampa traseira L/D/E, no valor de R\$230,00 (duzentos e trinta reais), cada.
- 02 un. Bucha articulação traseira, no valor de R\$134,90 (cento e trinta e quatro reais e noventa centavos), cada.
- 04 un. Bucha chapa articulação traseira, no valor de R\$65,74 (sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), cada.
- 04 un. Mancal pistão superior, no valor de R\$186,47 (cento e oitenta e seis reais e quarenta e sete centavos), cada.
- 04 un. Mancal pistão inferior, no valor de R\$194,71 (cento e noventa e quatro reais e setenta e um centavos), cada.
- 04 un. Pino Pistão, no valor de R\$181,32 (cento e oitenta e um reais e trinta e dois centavos), cada.
- 02 un. Bucha superior haste pistão, no valor R\$145,32 (cento e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos), cada.
- 02 un. Bucha inferior pistão, no valor de R\$105,80 (cento e cinco reais e oitenta centavos), cada.
- 02 un. Pino articulação traseira basc., no valor de R\$174,20 (cento e setenta e quatro reais e vinte centavos), cada.
- Mao de obra no valor de R\$3.240,00 (três mil e duzentos e quarenta reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais e serviços no valor TOTAL de R\$ 8.164,05 (oito mil cento e sessenta e quatro reais e cinco centavos).

2.2 O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando comprovada a execução dos serviços.

O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de infraestrutura, obras e transportes  
Manutenção das Atividades de infraestrutura, obras e transportes  
Red: 66 fonte 1100  
Detalhamento: 3390303900000- Material p/ manut. de veículo.  
3390391900000- Manut. e conservação de veículo.





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

2.3 O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3759/2021, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

2.4 O município designa como gestor deste contrato, responsável pela SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES, e como fiscal, designa servidor Neivo Padilha, e em impedimentos do fiscal fica designado para fiscal substituto o servidor Mauricio Tragancin, para acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização da entrega, devendo registrar todas as ocorrências as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO vigorará:  
INICIO: 03/01/2022 TÉRMINO: 28/02/2022.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO**

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.3. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

3

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 4 pessoas: JOARES TREVISOL, ROSINEI CERON, JACKLINE DALMOLIN ODORIZZI e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código C48F-CB79-D6A2-72B5





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

**4.4.** Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

**4.5.** Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

**4.6.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

**4.7. PENALIDADES**

4.7.1- A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

-Advertência;

-Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

-Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

-Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

-Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada. Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.







Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

- 4.7.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

- 5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.
- 5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.
- 5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiã - SC, 03 de janeiro de 2022.

MUNICÍPIO DE IBIAM  
JOARES TREVISOL  
PREFEITO MUNICIPAL





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE IBIAM**

CONTRATADA  
MECÂNICA ZAGO SB LTDA ME  
CNPJ: 04.526.146/0001-26

Testemunhas:

Jackline Dalmolin Odorizzi  
CPF – 063.XXX.XXX-55

Rosinei Ceron  
CPF: 04.XXX.XXX-25

Henrique Grassi Rossato  
Advogado – OAB/SC 34.173

6

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 4 pessoas: JOARES TREVISOL, ROSINEI CERON, JACKLINE DALMOLIN ODORIZZI e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código C48F-CB79-D6A2-72B5





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C48F-CB79-D6A2-72B5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JOARES TREVISOL (CPF 894.XXX.XXX-49) em 04/01/2022 09:07:05 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ROSINEI CERON (CPF 004.XXX.XXX-25) em 04/01/2022 09:08:30 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JACKLINE DALMOLIN ODORIZZI (CPF 063.XXX.XXX-55) em 04/01/2022 09:09:16 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ HENRIQUE GRASSI ROSSATO (CPF 060.XXX.XXX-90) em 04/01/2022 09:10:11 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/C48F-CB79-D6A2-72B5>

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 001/2022 - MT SOLUÇÕES INFORMATICA E SERVIÇOS EIRELI**

Publicação Nº 3519800

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F07376AE9324FA1144F4AEB84A98B13F41B98189



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM****CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 001/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 001/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 001/2022**

Termo de Contrato, Referente a contratação de empresa para Prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática, implantação de Active Directory, suporte à servidores, serviços de instalação e configuração de software, pontos de acesso sem fio, roteadores, switch, estações de trabalho, gerenciador de Backup web das informações e suporte técnico, bem como atualizar o site do município conforme necessidade da Administração Municipal, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa, MT SOLUÇÕES INFORMATICA E SERVIÇOS EIRELI, autorizado através do Processo nº 001/2022, Dispensa de Licitação nº 001/2022.

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM**

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20

Representada por: JOARES TREVISOL

**CONTRATADA: MT SOLUÇÕES INFORMÁTICA E SERVIÇOS EIRELI**

CNPJ: 27.137.152/0001-97

Endereço: AV Marechal Castelo Branco, nº 1642- centro

Pinheiro Preto -SC CEP: 89.570-000

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente a contratação de empresa para Prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática, implantação de Active Directory, suporte à servidores, serviços de instalação e configuração de software, pontos de acesso sem fio, roteadores, switch, estações de trabalho, gerenciador de Backup web das informações e suporte técnico, bem como atualizar o site do município conforme necessidade da Administração Municipal, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

**Constitui o presente contrato:**

- Os serviços a serem contratados consistem em Reparos físicos em computadores em impressoras, nobreaks, formatações de computadores, instalações de aplicativos e sistemas, cabeamentos, configurações de estações de trabalho, instalações de redes novas, manutenções de redes de acesso a internet, servidores de dados, manutenção em ramais telefônicos, gerenciamentos de senhas de usuários de acesso via remoto, assistência presencial e remota através dos meios de comunicação e-mail, aplicativo de mensagens, etc.
- A prestação de serviços deverá ser realizada na Prefeitura Municipal, Unidade Básica de Saúde, CRAS, Creche Municipal, Centro Educacional Eliziane Tironi, Agricultura, Transportes e Obras (garagem) e na sede do contratado (se necessário) entre outros que a administração julgar necessário, sem adicionais de valores.
- Estão excluídos dos valores mensais os materiais necessários ao cumprimento do objeto

1

Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiamsc.gov.br - Site: www.ibiamsc.gov.br



Assinado por 4 pessoas: JACKLINE DALMOLIN ODORIZZI, JOARES TREVISOL, ROSINEI CERON e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 4DB7-2424-1D13-28C2





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

deste contrato, devendo a administração municipal disponibilizá-los, sendo que a administração reserve-se o direito de adquiri-los onde julgar melhor.

- Os serviços serão executados de forma parcelada, com objetivo de atender os interesses da Administração Pública.
- A Proponente vencedora, terá que cumprir carga horária de 8 horas semanais presenciais, sendo programado com a administração o horário e dia mais adequado, a critério da administração.
- A forma de prestação dos serviços será de acordo com os critérios criados pela contratante.
- Os usuários do serviço deverão ser preparados tecnicamente para executar os serviços necessários e acessar as informações sem a obrigatoriedade da interferência e ou ajuda da equipe técnica da contratada sem qualquer custo adicional à contratante.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 1.129,55 (um mil cento e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos) mensais.

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando comprovada a execução dos serviços e o cumprimento da carga horária estabelecida.

O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda  
Manutenção das Atividades administrativas  
Red: 08 fonte 1100  
Detalhamento: 3390390500000- serviços técnicos profissionais.

2.3. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3759/2021, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

2.4. O município designa como gestor deste contrato, responsável pela SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, e como fiscal, designa servidora Flávia Lenita Pelentir, agente administrativo, e em impedimentos do fiscal fica designado para fiscal substituto a servidora Carmelita Chiesa Tragancin, Diretora de Recursos Humanos, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização da entrega, devendo registrar todas as ocorrências as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO vigorará:

INICIO: 03/01/2022

2

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 4 pessoas: JACKLINE DALMOLIN ODORIZZI, JOARES TREVISOL, ROSINEI GERON e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 4DB7-2424-1D13-28C2





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

TÉRMINO:30/06/2022.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO**

**4.1** - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

**4.2.** O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

**4.3.** Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

**4.4.** Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

**4.5.** Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

**4.6.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

3

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 4 pessoas: JACKLINE DALMOLIN ODORIZZI, JOARES TREVISOL, ROSINEI CERON e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 4DB7-2424-1D13-28C2





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM****4.7. PENALIDADES**

4.7.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada. Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.7.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**5.1.** A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

**5.2.** A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

**5.3.** Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiá - SC, 03 de janeiro de 2022.

4

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 4 pessoas: JACKLINE DALMOLIN ODORIZZI, JOARES TREVISO, ROSINEI GERON e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 4DB7-2424-1D13-28C2







Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

MUNICÍPIO DE IBIAM  
JOARES TREVISOL  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
MT SOLUÇÕES INFORMÁTICA E SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 27.137.152/0001-97

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Jackline Dalmolin Odorizzi  
CPF – 063.XXX.XXX-55

\_\_\_\_\_  
Rosinei Ceron  
CPF: 004.XXX.XXX-25

\_\_\_\_\_  
Henrique Grassi Rossato  
Advogado – OAB/SC 34.173

5

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 4 pessoas: JACKLINE DALMOLIN ODORIZZI, JOARES TREVISOL, ROSINEI CERON e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 4DB7-2424-1D13-28C2





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

6

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 4 pessoas: JACKLINE DALMOLIN ODORIZZI, JOARES TREVISOL, ROSINEI CERON e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 4DB7-2424-1D13-28C2





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4DB7-2424-1D13-28C2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JACKLINE DALMOLIN ODORIZZI (CPF 063.XXX.XXX-55) em 03/01/2022 14:59:22 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOARES TREVISOL (CPF 894.XXX.XXX-49) em 03/01/2022 15:01:41 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ROSINEI CERON (CPF 004.XXX.XXX-25) em 03/01/2022 15:04:38 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ HENRIQUE GRASSI ROSSATO (CPF 060.XXX.XXX-90) em 04/01/2022 08:44:34 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/4DB7-2424-1D13-28C2>

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 003/2022 - RADIO TANGARÁ LTDA EPP**

Publicação Nº 3519773

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 98B0E4DDD25A3CE42D8568591E9A664E513E2FF8



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM****CONTRATO ADMINISTRATIVO 003/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 094/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 045/2021**

Que entre si fazem o Município de Ibiã-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiã - SC, neste ato representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. JOARES TREVISOL, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado RÁDIO TANGARÁ LTDA EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 29.622.21/0001-20, com sede na Rua Amadeo Nardi, nº 050- sala 01- centro do Município de Tangará- SC, CEP: 89642-000, neste ato representada pelo Sra. Maria Fernanda Balbinot Ceron, CPF: 053.xxx.xxx-37, de ora em diante denominada de Contratada, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 094/2021 e Pregão Presencial nº 045/2021, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 045/2021, homologado em 04 de janeiro de 2022, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto **REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E DIVULGAÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSES DO MUNICÍPIO DE IBIAM.**

Todos os custos/despesas com transporte, manutenção, operador, combustível e/ou qualquer outro custo, fica sob inteira responsabilidade da empresa vencedora.

Havendo concordância entre as partes, os horários e dias poderão ser alterados.

A emissora deverá ter alcance na extensão territorial do Município de Ibiã.

A produção da gravação do programa juntamente com as trilhas, vinhetas e outros será de responsabilidade da emissora de rádio, sob a orientação do Município.

Os serviços deverão ser prestados de maneira contínua, já que os assuntos de interesse público geram necessidades diárias de veiculação.

A contratada deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a Terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

1

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiamsc.gov.br - Site: www.ibiamsc.gov.br





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

A (o) CONTRATADA (a) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço GLOBAL de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

**Órgão:** 02- Chefia do Executivo;

**Unidade Orçamentária:** Secretaria de Administração e Fazenda

**Atividade:** Manutenção das Atividades Administrativas

**Reduzido:** 08 fonte 1100;

**Detalhamento:** 339039470000 – Serviços de Comunicação em Geral;

**CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Os atrasos na execução dos serviços somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade do Município de Ibiã e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

**CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: adm@ibiam.sc.gov.br. O Pagamento ocorrerá conforme Decreto Municipal 3759/2021. A nota deve ser liquidada pelo secretário responsável (gestor deste contrato) e o fiscal do contrato.

Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico /financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

A contratada terá direito a atualização dos valores financeiros ao completar 12 (doze) meses de adesão, a qual se dará através da aplicação da variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), considerando os percentuais disponíveis.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular a Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias,

2





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato.

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

**CLÁUSULA QUINTA: VIGÊNCIA**

Este contrato vigorará da data de sua assinatura, com vigência até doze meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93, atualizada

**CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III - O objeto constante do ato constitutivo da contratada deve ser compatível com o objeto licitado.

IV- A contratada não poderá subcontratar ou transferir a outro o objeto deste contrato.

**CLÁUSULA SETIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

**CLÁUSULA OITAVA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO**



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 045/2021, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

**CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES**

Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93, se a licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5(cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município, e no caso de **suspensão de licitar**, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste pregão, a Prefeitura Municipal de Ibiá, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

**I – advertência escrita;**

**II – Multa de 10% sobre o valor total do contrato;**

**III – suspensão temporária** de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

**IV – declaração de inidoneidade.**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c Portaria Municipal **334/2021**, para acompanhamento e execução formal dos materiais fornecidos.







Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

A contratada deverá fornecer relatório contendo o horário de início e término das transmissões e inserções, com o respectivo CD contendo a gravação delas, bem como relatório da quantidade de horas transmitidas, com o respectivo CD contendo a gravação delas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega dos serviços prestados;

Dos serviços prestados fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

A dissolução da empresa, se for o caso;

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a licitante vencedora e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO**

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 045/2021, Processo Licitatório nº 094/2021, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO**

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada e n. 10.520, de 17 de julho de 2002, atualizadas. Os casos omissos serão resolvidos à luz destas Leis e dos princípios gerais de Direito, além da legislação municipal pertinente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiã/SC, 04 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_  
Joares Trevisol  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Maria Fernanda Balbinot Ceron  
CNPJ: 29.622.21/0001-20  
representante da CONTRATADA

## TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Jackline Dalmolin Odorizzi  
CPF – 063.XXX.XXX-55

\_\_\_\_\_  
Rosinei Ceron  
CPF: 004.XXX.XXX-25

\_\_\_\_\_  
Henrique Grassi Rossato  
Advogado – OAB/SC 34.173





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**



**EDITAL DE LICITAÇÃO 004/2022- CHAMADA PUBLICA**

Publicação Nº 3521560

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7F8851DBE836F9D901D3DF477E31FA3765236DC4



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM****EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 004/2022  
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA N. 001/2022****1 – PREÂMBULO**

**O MUNICÍPIO DE IBIAM**, Estado de Santa Catarina, CNPJ: 01.612.745/0001-74, sito a Travessa Leoniza Carvalho Agostini Nº 20. Centro, Ibiã/SC, CEP: 89.652-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o senhor JOARES TREVISO, nas suas atribuições legais e em cumprimento do estabelecido pela **Lei 11.947/2009, ART. 14, e pela Resolução CD/FNDE/ MEC nº 06 de 08 de maio de 2020 e Resolução CD/FNDE/MEC nº 20, de 02 de Dezembro de 2020**, vem através deste tornar público que está realizando **Chamada Pública para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural**, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, durante o período de **FEVEREIRO a DEZEMBRO de 2022**. Os grupos formais e informais deverão apresentar o envelope contendo a documentação de habilitação e o envelope contendo a Proposta de Preços e o Projeto de Venda-Proposta até o **dia 07 de fevereiro de 2022 às 13h45min**, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Ibiã – SC, situada no endereço supracitado, sendo que a abertura dos mesmos será às **14h do dia 07 de fevereiro de 2022**.

**JUSTIFICATIVA**

Justificamos a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, para compor o cardápio de alimentação escolar para todos os alunos matriculados na Rede de Ensino Municipal visando atender Lei nº 11.947/2009 que cita:

Art.2º São diretrizes da Alimentação Escolar:

I-O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica:

V- O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos”.

**2 – DO OBJETO**

Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISO e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.idoc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

**2.1** – Esta Chamada Pública tem por objeto a Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ano de 2022, conforme especificações do **Anexo**, deste Edital.

**3 – DA FONTE DE RECURSO**

**3.1** – Serão utilizados para o pagamento do objeto da presente Chamada Pública, recursos Federais oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Sob as seguintes Rubricas Orçamentárias:

Atividade: – Programa Suplementar de Alimentação Escolar

Reduzidos: 38- Recursos Federais

Fonte : 1143- Trans. FNDE- PNAE

Detalhamento: 3390300700000 – Gêneros de Alimentação

**4 – DAS CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO**

**4.1** – Os Envelopes nº. 01 e nº. 02, contendo respectivamente a Documentação e a Proposta, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente fechados (lacrados), com os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

**CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2022**

**ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**NOME DA PROPONENTE:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

**CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2022**

**ENVELOPE 02 – PROPOSTA (PROJETO DE VENDA)**

**NOME DA PROPONENTE:**

**4.2** – Não poderão participar desta chamada os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93 – Lei de Licitações.

**5 – DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO**

**5.1** O Envelope nº. 01 DE HABILITAÇÃO deverá conter:

**5.1.1 GRUPO FORMAL**, os documentos abaixo enumerados, sob pena de inabilitação:

- a)** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b)** Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- c)** Prova de Regularidade (certidão negativa) com a Fazenda Federal (Certidão da SRF e Certidão da Dívida Ativa e Procuradoria da Fazenda), ou Certidão Conjunta;
- d)** Certidão Negativa de débitos Estadual, e Municipal;
- e)** Prova de Regularidade (certidão negativa) com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISOLO e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

- f) Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- g) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
- h) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da C.F.
- i) Declaração de conhecimento do edital, seus anexos, instruções e procedimentos.
- j) Declaração de idoneidade.
- l) Projeto de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar.

**5.1.2 GRUPO INFORMAL**, os documentos abaixo enumerados, sob pena de inabilitação:

- a) Cópia e original de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF); e cópia da Carteira de Identidade;
- b) Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do PRONAF), ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- c) Prova de Regularidade (certidão negativa) com a Fazenda Federal;
- d) Certidão Negativa de débitos Estadual e Municipal;
- e) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
- f) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da C.F.;
- g) Declaração de conhecimento do edital, seus anexos, instruções e procedimentos;
- h) declaração de idoneidade;
- i) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores familiares participantes;

**6 – DA PROPOSTA - ENVELOPE Nº. 02**

**6.1** No Envelope nº. 02 – Proposta e de acordo com a Resolução nº 38 do FNDE, de 16/07/2009.

**6.2** – O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 20.000,00(Vinte mil reais), por DAP/ano, conforme resolução nº 4, de 02 de abril de 2015.

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISOL e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355







Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

Art. 32. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP Familiar /ano/entidade executora, e obedecerá às seguintes regras:

I - Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP Familiar /ano/EEx.

II - Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares, munidos de DAP Familiar, inscritos na DAP Jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares (DAPs familiares) inscritos na DAP jurídica x R\$ 20.000,00.

§1º Cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos com a EEx. a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos formais.

§2º Cabe às EEx. a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos informais e agricultores individuais. A estas também competem o controle do limite total de venda das cooperativas e associações nos casos de comercialização com grupos formais.

**6.3 – Os valores máximos fixados pela Administração Municipal para pagamento do presente edital estão dispostos no **Anexo II**, deste edital.**

**6.3.1 - A proposta deverá ser formulada em 01 (uma) via, contendo a identificação da associação ou cooperativa, datada, assinada por seu representante legal;**

**6.3.2 - A proposta deverá conter a discriminação completa dos gêneros alimentícios ofertados, conforme especificações e condições do **Anexo II**;**

**6.3.3 – A proposta deverá conter o preço unitário de cada item (algarismo), devendo ser cotado em Real e com até duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).**

**7 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**7.1 - Serão consideradas as propostas classificadas, que preencham as condições fixadas nesta Chamada Pública.**

**7.2 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS PROPOSTAS**

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISOL e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

7.2.1. Só serão aceitas e classificadas cujo valor não seja superior ao máximo definido.

7.2.2. Terão preferência os fornecedores locais aos demais, assim entendidos os sediados no MUNICÍPIO DE IBIAM. Não havendo nenhum fornecedor local, terão preferência os fornecedores regionais aos estaduais. Vencido o critério da localização do fornecedor, terão preferência os agricultores que comprovadamente pertencerem a assentamentos de reforma agrícola, comunidades tradicionais indígenas ou comunidades quilombolas aos demais agricultores ou empreendedores familiar rural, em condições de igualdade.

7.3 - Cada grupo de fornecedores (formal e/ou informal) deverá obrigatoriamente, ofertar sua quantidade de alimentos, com preço unitário, observando as condições fixadas nesta Chamada Pública.

7.4 - A Comissão Permanente de Licitações deverá realizar a análise da documentação apresentada pelos Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações ou Grupos Informais de Agricultores que poderão fornecer os produtos previstos no **Anexo II**.

7.5 - Os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações ou Grupos Informais de Agricultores Familiares que apresentarem a documentação prevista neste edital, conforme análise da Comissão, estarão aptos para a fase seguinte, na qual, serão classificadas as propostas, considerando-se a ordenação decrescente dos valores apresentados no **Anexo II** deste edital.

7.5 - Em caso de empate dos valores previstos, será observado o critério de antiguidade (data da constituição legal) para definição dos Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações ou Grupos Informais de Agricultores Familiares, que serão contratadas.

7.6- Será dada preferência a produtos orgânicos e ou agroecológicos com certificado, conforme Resolução CD/FNDE/MEC nº 06 de 08 de maio de 2020, sendo que o valor para os produtos poderá ser acrescido ao preço em até 30 % em relação aos preços estabelecidos para os produtos convencionais, Lei nº 12.512/2011, Art.17.

**8 – DO LOCAL DE ENTREGA E PERIODICIDADE**

8.1 - Os produtos deverão ser entregues no Centro Educacional de Ibiã – CEI e Creche Municipal José Atilio Grassi, no período compreendido entre fevereiro e dezembro de 2022.

8.2 - A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos itens desta Chamada Pública. Após o dia 31/12/2022, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

8.3- Os gêneros alimentícios deverão ser de primeira qualidade, atendendo ao disposto na legislação de alimentos com característica de cada produto (organolépticas, físico-químicas, microbiológicas, microscópicas, toxicológicas), estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISOLO e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

Sanitária – ANVISA, Ministério da Agricultura/Pecuária e Abastecimento e pelas Autoridades Sanitárias Locais para cada gênero descrito conforme tabela de especificação e quantidades e registro no órgão fiscalizador quando couber (SIM, SIE, SIF).

8.4- Só serão aceitos produtos que estiverem de acordo com o item anterior e as especificações mínimas exigidas: - Identificação do produto; - embalagem original e intacta - utilizar caixas plásticas para transporte e entrega. As caixas devem estar limpas.

8.5- Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações.

8.6- Caso o produto não corresponda ao exigido no Edital, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de 01 (um) dia, a sua substituição, visando o atendimento das especificações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções previstas neste Instrumento.

8.7- A Contratada deve respeitar todas as condições previstas no Edital.

**9 – DO PAGAMENTO**

9.1 O pagamento será realizado conforme Cronograma fixado pela Administração Municipal do Decreto 3759/2021, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, e mediante liquidação da respectiva nota fiscal, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

9.2 Os gêneros alimentícios da agricultura familiar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF).

9.3 O preço de compra será o menor preço apresentado pelos proponentes.

9.4 O valor pago anualmente a cada agricultor (por DAP) não poderá exceder a R\$ 23.786,10 (Vinte e três mil setecentos e oitenta e seis reais e dez centavos).

9.5- A fiscalização será acompanhada pelos servidores municipais Caio Murilo Tragancin Rinaldi, Diretor escolar e Adriana Taiba, nutricionista.

**10 – DA CONTRATAÇÃO**

10.1 – Após o julgamento das propostas, as proponentes vencedoras serão convocadas a assinar o Termo de Contrato, conforme modelo constante do **Anexo VI** deste edital dentro do prazo de até 03(três) dias corridos após a convocação formal, junto ao Departamento de Licitações deste município. Decorrido o prazo acima estipulado, se o proponente não assinar ou retirar o instrumento decairá do direito à mesma, sujeitando-se as sanções previstas no art. 81 da Lei n. 8.666/93 e multa de 5%(cinco por cento) do valor total do contrato.

**11 - DAS PENALIDADES**

11.1 - Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

11.2 - Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISOLO e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

**11.2.1** - multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

**11.3** - Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

**11.3.1** - multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

**11.4** - As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Ibiã, SC.

**12 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**12.1** - Transportar os alimentos conforme as normas da Legislação da Vigilância Sanitária, para garantir a integridade e a qualidade dos mesmos;

**12.2** – Transportar os alimentos em veículos fechados ou abertos com proteção (ex: lona) em perfeitas condições de higiene, para garantir a integridade e a qualidade dos alimentos; os alimentos devem atender a legislação em vigor, contendo registro no órgão competente.

**12.3** – Assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão-de-obra, necessários à boa e perfeita entrega dos produtos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros.

**12.4** – Responsabilizar-se por todos os encargos tributários, sociais e previdenciários incidentes sobre os valores incidentes sobre a aquisição, comprovando, mediante apresentação de documentos, eventual isenção tributária.

**12.5** – Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento;

**12.6** – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcial, o objeto desta Chamada Pública.

**13 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**13.1** – Efetuar, os pagamentos devidos ao CONTRATADO, os descontos e recolhimentos previstos em lei;

**13.2** – Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições do credenciamento;

**13.3** – Fiscalizar a entrega e comunicar possíveis irregularidades a contratada.

**14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1** - Esclarecimentos relativos a presente chamada e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiamsc.gov.br - Site: www.ibiamsc.gov.br



Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISO e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Ibiã, SC, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (49) 3534-0044 de segunda à sexta-feira, no horário de expediente da Prefeitura de Ibiã.

**14.2** - Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, terão prioridade às propostas dos **GRUPOS LOCAIS E AS DOS GRUPOS FORMAIS**, art. 23, § 3º e § 4º, da referida Resolução do FNDE.

**14.3** - A apresentação da proposta, implica aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria, e, se porventura o proponente for declarado vencedor, ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.

**14.4** - O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, conforme dispõe a Lei 8.666/93, atualizada.

**12.5** - Da reunião para recebimento e abertura dos envelopes lavrar-se-á Ata Circunstanciada. Só terão direito de usar a palavra, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas, os participantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão.

**14.6** - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GENEROS ALIMENTÍCIOS**

**ANEXO II – PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS POR ITEM;**

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA C.F;**

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL, SEUS ANEXOS, INSTRUÇÕES E PROCEDIMENTOS;**

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;**

**ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO;**

Ibiã, 05 de janeiro de 2022.

JOARES TREVISOL  
Prefeito Municipal

HENRIQUE GRASSI ROSSATO

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiamsc.gov.br - Site: www.ibiamsc.gov.br



Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISOL e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

Advogado – OAB/SC 34.173

## ANEXO I

**MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS  
DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				
Identificação da proposta de atendimento ao Edital de Chamada pública nº 001/2022				
<b>I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES</b>				
<b>A – Grupo Formal</b>				
1. Nome do Proponente			2. CNPJ	
3. Endereço		4. Município		5. CEP
6. Nome do representante legal		7. CPF	8. DDD/Fone	
9. Banco		10. Nº da Agência	11. Nº da Conta Corrente	
<b>B – Grupo Informal</b>				
1. Nome do Proponente <b>(NÃO PREENCHER)</b>				
3. Endereço <b>(NÃO PREENCHER)</b>		4. Município		5. CEP
6. Nome da Entidade Articuladora			7. CPF <b>(NÃO PREENCHER)</b>	8. DDD/Fone
<b>C – Fornecedores participantes (Grupo Formal e Informal)</b>				
1. Nome	2. CPF	3. DAP	4. Nº. da Agência	5. Nº. da Conta Corrente
<b>II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC</b>				
1. Nome da Entidade MUNICÍPIO DE IBIAM / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			2. CNPJ 01.612.745/0001/74	3. Município IBIAM

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISOLI e HENRIQUE GRASSI ROSSATO

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://ibiam.sc.gov.br/verificacao/ e informe o código 48FE-0962-43DC-3355



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

4. Endereço						5. DDD/Fone 49-3534-0044	
6. Nome do representante e e-mail– Sec. Mun. de Educação – educa@ibiam.sc.gov.br						7. CPF ----- --	
<b>III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS</b>							
	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total	
						Total agricultor	
	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total	
						Total agricultor	
	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total	
						Total agricultor	
	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total	
						Total agricultor	
	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total	
						Total agricultor	
	1. Nome do	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total	

Travessa Lorniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
 CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 2 pessoas em 05/01/2022 às 14:05:35. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.sc.gov.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3395





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

	Agricultor Familiar					
						Total agricultor
<b>Total do projeto</b>						
<b>IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO</b>						
	1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Unidade	5. Valor Total por Produto	
				<b>Total do projeto:</b>		
<b>IV – DESCREVER OS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS DOS PRODUTOS</b>						
<b>V – CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE (breve histórico, número de sócios, missão, área de abrangência)</b>						
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.						
Local e Data:	Assinatura do Representante do Grupo Formal			Fone/E-mail: CPF:		
Agricultores Fornecedores do Grupo Informal			Assinatura			

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
 CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 2 pessoas: JOARES TRINDADE e HENRIQUE ROSSA. Para verificar a validade das assinaturas acesse https://ibiam.sc.gov.br/verificacao/ e informe o código 48FE-0962-43DC-3355



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

Local e Data:		

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISOL e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

**ANEXO II**  
**CHAMADA PÚBLICA 001/2022**  
**PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS POR ITEM**

PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS POR ITEM, BEM COMO QUANTIDADE ESTIMADA DE ITENS NECESSÁRIOS, POR SE TRATAR DE ESTIMATIVA, SERÁ AUTORIZADO O FORNECIMENTO SOMENTE DAS QUANTIDADES NECESSÁRIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME CARDÁPIO ELABORADO PELA NUTRICIONISTA DO MUNICÍPIO DE IBIAM. PROPONENTES QUE COTAREM VALORES ACIMA DOS ABAIXO ESTABELECIDOS SERÃO DESCLASSIFICADOS NO ITEM.

**Em anexo ao edital**

Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISOL e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: [adm@ibiam.sc.gov.br](mailto:adm@ibiam.sc.gov.br) - Site: [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM****ANEXO III**  
**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2022**

MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA C.F. (Nome do Grupo Formal da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações ou Grupos Informais de Agricultores Familiares)

....., CNPJ/CPF nº  
....., estabelecida à

(endereço completo), **declara**, sob as penas da Lei que não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

....., SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022

Nome do(s) e Assinatura(s) do(s) Responsável (eis) pelo (s) Grupo(s) Formal (is) da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações ou Grupos Informais de Agricultores Familiares.

ASSINATURA LEGÍVEL E CPF/CNPJ

Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISOLO e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: [adm@ibiamsc.gov.br](mailto:adm@ibiamsc.gov.br) - Site: [www.ibiamsc.gov.br](http://www.ibiamsc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM****ANEXO IV****EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2022**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL, SEUS ANEXOS, INSTRUÇÕES E PROCEDIMENTOS.

(Nome do Grupo Formal da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações ou Grupos Informais de Agricultores Familiares)

....., CNPJ/CPF nº ....., estabelecida à .....  
(endereço completo), declara, conhecer e concordar integralmente com o edital de Chamada pública nº 001/2022 e seus anexos.

....., SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022

Nome do(s) e Assinatura(s) do(s) Responsável (eis) pelo (s) Grupo(s) Formal (is) da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações ou Grupos Informais de Agricultores Familiares.

ASSINATURA LEGÍVEL E CPF/CNPJ

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiamsc.gov.br - Site: www.ibiamsc.gov.br



Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISOLO e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM****ANEXO V****EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2022****MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

(Nome do Grupo Formal da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações ou Grupos Informais de Agricultores Familiares)

....., CNPJ/CPF nº ....., estabelecida à .....  
(endereço completo), vem por meio desta informar que não foi declarada inidônea por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal ou punida com suspensão pela Administração.

....., SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022.

Nome do(s) e Assinatura(s) do(s) Responsável (eis) pelo (s) Grupo(s) Formal (is) da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações ou Grupos Informais de Agricultores Familiares.

**ASSINATURA LEGÍVEL E CPF/CNPJ**

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiamsc.gov.br - Site: www.ibiamsc.gov.br



Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISOLO e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM****ANEXO VI  
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2022****MINUTA DO CONTRATO N.º.... /2022**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**, Estado de Santa Catarina, CNPJ: 01.612.745/0001-74, estabelecida a Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, representada neste ato por seu Prefeito Sr. JOARES TREVISOL, brasileiro, casado, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado (nome do grupo formal ou informal), com sede à . \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, em (município), inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, (para grupo formal), doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2022, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação pública municipal, verba FNDE/PNAE, para o ano de 2022, conforme itens baixo descritos e conforme Cláusula Terceira deste contrato, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2022, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, conforme segue:

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 23,786,10 (Vinte e três mil setecentos e seis reais e dez centavos) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA**

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUINTA:**

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de Dezembro de 2022, os saldos restantes serão desconsiderados.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita no Centro Educacional Eliziane Titon de Ibiã, sito da Rua Sete de Setembro (atrás da Prefeitura de Ibiã), e Centro de Educação Infantil José Atílio Grassi - Endereço: Rua Vilson Kleinubing S/N – Bairro Centro nos dias determinados pela secretaria de

Assinado por: JOARES TREVISOL e HENRIQUE DE CARVALHO ROSSI  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.idoc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355







Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

educação e quantidades de acordo com o constante nas AF – Autorização de Fornecimento, sem custos adicionais para o Município de Ibiã, e deve ocorrer no prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas após o envio da AF no e-mail do proponente vencedor do item, sob pena das sanções estabelecidas neste contrato.

**b.** O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das respectivas Notas Fiscais de Venda.

**CLÁUSULA SEXTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme cláusula primeira deste contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA:**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Atividade: – Programa Suplementar de Alimentação Escolar  
Reduzidos: 38- Recursos Federais  
Fonte: 1143- Trans. FNDE- PNAE  
Detalhamento: 3390300700000 – Gêneros de Alimentação

**CLÁUSULA NONA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior, CONFORME CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS FIXADO PELO DECRETO MUNICIPAL 3759/2022.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE efetuará os pagamentos ao contratado conforme decreto 3759/2022. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

**CLÁUSULA ONZE:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DOZE:**

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br



Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISOL e HENRIQUE ROCHA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.idoc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA TREZE:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA QUATORZE:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA QUINZE:**

O CONTRATANTE em razão a supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
  - b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
  - c. fiscalizar a execução do contrato;
  - d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DEZESSEIS:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DEZESSETE:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Nutricionista e pelos membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE.

**CLÁUSULA DEZOITO:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 001/2022, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, atualizadas e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DEZENOVE:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiamsc.gov.br - Site: www.ibiamsc.gov.br



Assinado por 2 pessoas: JOARES REVISOL e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM****CLÁUSULA VINTE:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA VINTE E UM**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA VINTE E DOIS:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos até 31 de Dezembro de 2022.

**CLÁUSULA VINTE E TRÊS:**

É competente o Foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Ibiá/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022 .

\_\_\_\_\_  
JOARES TREVISOL  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
PROPONENTE VENCEDOR  
CNPJ: .....  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Advogado – OAB/SC 34.173

Assinado por 2 pessoas: JOARES TREVISOL e HENRIQUE GRASSI ROSSATO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 48FE-0962-43DC-3355

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: [adm@ibiamsc.gov.br](mailto:adm@ibiamsc.gov.br) - Site: [www.ibiamsc.gov.br](http://www.ibiamsc.gov.br)





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 48FE-0962-43DC-3355

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOARES TREVISOL (CPF 894.XXX.XXX-49) em 05/01/2022 07:52:18 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



HENRIQUE GRASSI ROSSATO (CPF 060.XXX.XXX-90) em 05/01/2022 07:52:44 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/48FE-0962-43DC-3355>

**EXTRATO DE CONTRATO 002/2022**

Publicação N° 3519636

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8ADD9EF1DD9D4D20CA14F6ADB230976418BE99A3

Estado de Santa Catarina

Município de Ibiam

Extrato de Dispensa de Licitação

P.A.L: 002/2022

Dispensa de Licitação: **Referente conserto de caminhão basculante MML 8915. (Depois de retirada caçamba de cima do chassi para alinhar o mesmo, percebeu-se que havia muita folga nas articulações (pistões e traseira). Ficando com alto risco de tombamento.**

Contrato: MECANICA ZAGO SB LTDA ME

Valor Total: R\$ 8.164,05 (Oito mil cento e sessenta e quatro reais e cinco centavos).

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 002/2022**

Publicação Nº 3519640

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5759504A8B6C23125ABF5672E152206362FA2F88

Página: 1 / 2

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 2/2022</b>
	<b>Processo Adm.: 2/2022</b> <b>Data do Processo: 03/01/2022</b>

**CNPJ:** 01.612.745/0001-74 **Telefone:** (49) 3534-0044  
**Endereço:** Tv. Leoniza Carvalho Agostini, 20 - Centro  
**CEP:** 89652-000 - Ibiã

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 2/2022  
**b) Nr. Licitação:** 2/2022 - DL  
**c) Modalidade:** Dispensa de licitação  
**d) Data de Homologação:** 03/01/2022  
**e) Objeto da Licitação:** *Referente conserto de caminhão basculante MML 8915. (Depois de retirada caçamba de cima do chassi para alinhar o mesmo, percebeu-se que havia muita folga nas articulações (pistões e traseira). Ficando com alto risco de tombamento.*

**Participante: MECANICA ZAGO SB LTDA ME**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PINO DE MOLA DIANTEIRO - PINO DE MOLA DIANTEIRO MB	6,000	UN'	34,90	209,40
2	BUCHA MOLA AÇO TRASEIRA - BUCHA MOLA AÇO TRASEIRA	6,000	UN'	12,80	76,80
3	TRAVA PINO MOLA - TRAVA PINO MOLA DIANTEIRA E TRASEIRA	6,000	UN'	9,25	55,50
4	ARRUELA PINO - ARRUELA PINO DIANTEIRA	12,000	UN'	9,90	118,80
5	ALGEMA MOLA DIANTEIRA - ALGEMA MOLA DIANTEIRA	1,000	UN'	105,34	105,34
6	PINO DE CENTRO - PINO DE CENTRO 12X7 CABEÇA ALTA	2,000	UN'	21,60	43,20
7	GRAMPO MOLA - GRAMPO MOLA	2,000	UN'	27,63	55,26
8	DISCO DE DESBASTE 7 - DISCO DE DESBASTE 7	1,000	UN'	26,85	26,85
9	ELETRODO DE CARVÃO - ELETRODO DE CARVÃO 1/4X2	30,000	UN'	4,65	139,50
10	FECHO TAMPA TRASEIRA L/D/E - FECHO TAMPA TRASEIRA L/D/E	2,000	UN.	230,00	460,00
11	BUCHA ARTICULAÇÃO TRASEIRA - BUCHA ARTICULAÇÃO TRASEIRA	2,000	UN'	134,90	269,80
12	BUCHA CHAPA ARTICULAÇÃO TRASEIRA - BUCHA CHAPA ARTICULAÇÃO TRASEIRA	4,000	UN'	65,74	262,96
13	MANCAL PISTÃO - MANCAL PISTÃO SUPERIOR	4,000	UN'	186,47	745,88
14	MANCAL PISTÃO - MANCAL PISTÃO INFERIOR	4,000	UN'	194,71	778,84
15	PINO PISTÃO - PINO PISTÃO SUPERIOR/INFERIOR	4,000	UN.	181,32	725,28
16	BUCHA SUPERIOR HASTE PISTÃO - BUCHA SUPERIOR HASTE PISTÃO	2,000	UN'	145,32	290,64
17	BUCHA INFERIOR PISTÃO - BUCHA INFERIOR PISTÃO	2,000	UN'	105,80	211,60
18	PINO ARTICULAÇÃO TRASEIRA BASC. - PINO ARTICULAÇÃO TRASEIRA BASC.	2,000	UN'	174,20	348,40
19	MAO DE OBRA - MAO DE OBRA	1,000	UN'	3.240,00	3.240,00



Página: 2 / 2

Total do Participante: 8.164,05

Total Geral: 8.164,05

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUT. DAS ATIV. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES	08.001.26.782.2601.2051.3.3.90.00.00	R\$ 8.164,05

Ibiam, 03 de Janeiro de 2022

Assinatura do Responsável

Assinado por 1 pessoa: JOARES TREVISOL  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 908B-92F5-8ACC-B452





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 908B-92F5-8ACC-B452

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOARES TREVISOL (CPF 894.XXX.XXX-49) em 04/01/2022 09:00:37 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/908B-92F5-8ACC-B452>

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 094/2021**

Publicação Nº 3519781

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CB91F159940A2D8FB480BB6DAC6186523552BC1F

Página: 1 / 1

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  <b>CNPJ:</b> 01.612.745/0001-74 <b>Telefone:</b> (49) 3534-0044 <b>Endereço:</b> Tv. Leoniza Carvalho Agostini, 20 - Centro <b>CEP:</b> 89652-000 - Ibiam	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 45/2021</b>
	<b>Processo Adm.: 94/2021</b> <b>Data do Processo: 25/10/2021</b>

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 94/2021  
**b) Nr. Licitação:** 45/2021 - PR  
**c) Modalidade:** Pregão presencial  
**d) Data de Homologação:** 04/01/2022  
**e) Objeto da Licitação:** REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E DIVULGAÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSES DO MUNICÍPIO DE IBIAM.

**Participante: RADIO TANGARA LTDA.**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de radiodifusão e divulgação de interesses do município em rádio, sendo: - Serviço de radiodifusão e divulgação de interesses do município em rádio, sendo: programa mensal com veiculação preferencialmente aos sábados com duração de no mínimo 10 (dez) minutos, preferencialmente às 12 horas ou horário a combinar, visando a abordagem das atividades da administração pública. Auxílio para elaboração do programa mensal, veiculação de informações de interesse público, compreendendo inclusive campanhas e publicidade institucional; No mínimo 03 (três) inserções diárias de no mínimo 30 (trinta) segundos, veiculadas de segunda à sexta, totalizando 78 inserções mensais, consistente em avisos de interesse público, assuntos da administração pública, bem como publicidade institucional. Mensagem de natal e ano novo e cobertura do calendário das ações e investimentos realizados pelo município.	12,000	MES	2.000,00	24.000,00
<b>Total do Participante:</b>					24.000,00
<b>Total Geral:</b>					24.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manut. das Atividades Administrativas	02.002.04.122.0402.2004.3.3.90.00.00	R\$ 1,00

Ibiam, 04/01/2022

Assinatura do Responsável



Assinado por 1 pessoa: JOARES TREVISAN. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://ibiam.sc.gov.br/verificacao/ e informe o código 00E6-E1-102022-A485



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 00E6-E137-CA2A-A485

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOARES TREVISOL (CPF 894.XXX.XXX-49) em 04/01/2022 09:00:12 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/00E6-E137-CA2A-A485>

# Ibicaré

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 006-2022

Publicação Nº 3521207

DECRETO No 006, de 04 de Janeiro de 2022.

“DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR ESTIAGEM - 1.4.1.0.0, CONFORME IN/MI 02/2016”

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 96, IX, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que a estiagem provocada pela redução das precipitações pluviométricas, desde os meses de novembro e dezembro de 2021, conforme Declaração Meteorológica, firmada pela EPAGRI/CIRAM;

CONSIDERANDO que a falta de precipitação pluviométrica considerável em dois meses, resultou em significativos prejuízos econômicos e vulnerabilidade social;

CONSIDERANDO a decisão do Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil — COMPDEC de Ibicaré, em reunião realizada, conforme Ata nº 013/2022 de 04 de janeiro de 2022;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do MUNICÍPIO DE IBICARÉ afetadas pela redução de precipitação pluviométrica em virtude do desastre classificado e codificado, conforme IN/MI 02/2016, como Estiagem - 1.4.1.0.0.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e, caso necessário, a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal, fica autorizado as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente de defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas à segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no art. 5º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 2 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras e, o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações em locais seguros será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito, aos 04 dias de janeiro de 2022.

ADRIANO SARTORI  
Prefeito em Exercício

**EXTRATO ATA Nº 001/2022/PMI**

Publicação Nº 3520973

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 001/2022 PMI

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 55/2021, Pregão Presencial nº 026/2021.

OBJETO: registro de preços para aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar da creche e escola municipal e ao consumo dos órgão participantes.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: DELAZERI ATACADISTA EIRELI

CNPJ: 07.383.088/0001-17

Valor Total: R\$ 19.514,70 (dezenove mil quinhentos e quatorze reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: 04 de janeiro de 2023.

Ibicaré, SC, em 04 de janeiro de 2022.

Adriano Sartori

Prefeito em exercício

**EXTRATO ATA Nº 002/2022/PMI**

Publicação Nº 3520997

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 002/2022 PMI

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 55/2021, Pregão Presencial nº 026/2021.

OBJETO: registro de preços para aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar da creche e escola municipal e ao consumo dos órgão participantes.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: KATRY EIRELI

CNPJ: 39.674.834/0001-18,

Valor Total: R\$ 52.156,35 (cinquenta e dois mil cento e cinquenta e seis reais e trinta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 04 de janeiro de 2023.

Ibicaré, SC, em 04 de janeiro de 2022.

Adriano Sartori

Prefeito em exercício

**EXTRATO ATA Nº 003/2022/PMI**

Publicação Nº 3521062

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 003/2022 PMI

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 55/2021, Pregão Presencial nº 026/2021.

OBJETO: registro de preços para aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar da creche e escola municipal e ao consumo dos órgão participantes.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: MUNARI ATACADISTA LTDA

CNPJ: 10.878.273/0001-97

Valor Total: R\$ 27.591,80 (vinte e sete mil quinhentos e noventa e um reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: 04 de janeiro de 2023.

Ibicaré, SC, em 04 de janeiro de 2022.

Adriano Sartori

Prefeito em exercício

**EXTRATO ATA Nº 004/2022/PMI**

Publicação Nº 3521071

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 004/2022 PMI

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 55/2021, Pregão Presencial nº 026/2021.

OBJETO: registro de preços para aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar da creche e escola municipal e ao consumo dos órgão participantes.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: SUPERMERCADO ITAPUÍ LTDA - EPP

CNPJ: 83.704.700/0001-94

Valor Total: R\$ 112.622,50 (cento e doze mil seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 04 de janeiro de 2023.

Ibicaré, SC, em 04 de janeiro de 2022.

Adriano Sartori

Prefeito em exercício

**EXTRATO ATA Nº 005/2022/PMI**

Publicação Nº 3521078

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 005/2022 PMI

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 55/2021, Pregão Presencial nº 026/2021.

OBJETO: registro de preços para aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar da creche e escola municipal e ao consumo dos órgão participantes.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: TATIELLE BUENO ALVES ME

CNPJ: 35.193.845/0001-25

Valor Total: R\$ 6.049,20 (seis mil e quarenta e nove reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: 04 de janeiro de 2023.

Ibicaré, SC, em 04 de janeiro de 2022.

Adriano Sartori

Prefeito em exercício

**PORTARIA Nº 001/2022 - CÂMARA DE VEREADORES**

Publicação Nº 3521129

PORTARIA Nº 001/2022 de 03 de Janeiro de 2022

“Concede férias regulares a servidor que menciona”.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Ibicaré - SC

No uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Legislação em vigor, RESOLVE:

CONCEDER:

Art. 1º – Férias regulares para a servidora GISELA GANDIN, brasileira, casada, nascida aos 02 dias do mês de agosto do ano de 1.976, portadora do CPF nº 016.790.939-83, Identidade nº 3.538.105 e inscrita no Conselho Regional de Contabilidade através do nº SC-025557/O-8, ocupante do cargo efetivo de CONTADORA, desta Câmara de Vereadores, e referentes ao período de aquisição de 02 de janeiro de 2021 a 01 de janeiro de 2022, a que faz juz, gozadas de 03 de janeiro de 2022 à 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2022.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Ibicaré – SC, em 03 de janeiro de 2022.

Gerson Palavicini

PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 002/2022 - CÂMARA DE VEREADORES**

Publicação Nº 3521136

PORTARIA Nº 002/2022 de 03 de Janeiro de 2022

"Concede férias regulares a servidor que menciona".

O Presidente da Câmara de Vereadores de Ibicaré - SC

No uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Legislação em vigor, RESOLVE:

CONCEDER:

Art. 1º – Férias regulares ao servidor Erickson Butzen, brasileiro, solteiro, nascido aos 11 dias do mês de abril do ano de 1973, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriurário, Série de Classe 01, Letra "F", constante do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal e referentes ao período de aquisição de 25 de maio de 2020 a 24 de maio de 2021, a que faz juz, gozadas de 10 de janeiro de 2022 à 25 de janeiro de 2022.

Art. 2º – O saldo remanescente das férias, será gozado posteriormente.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Ibicaré – SC, em 03 de janeiro de 2022.

Gerson Palavicini  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 003/2022 - CÂMARA DE VEREADORES**

Publicação Nº 3521137

PORTARIA Nº 003/2022 de 03 de Janeiro de 2022

"Concede férias regulares a servidora que menciona".

O Presidente da Câmara de Vereadores de Ibicaré - SC

No uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Legislação em vigor, RESOLVE:

CONCEDER:

Art. 1º – Férias regulares para a servidora Thais Caroline Ceroni, brasileira, solteira, nascida no dia 14 do mês de agosto do ano de 1.995, ocupante do cargo Comissionado de Assessora Jurídica (CC-1) da Câmara de Vereadores de Ibicaré, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 046/2018, e referentes ao período de aquisição de 05 de janeiro de 2021 a 04 de janeiro de 2022, a que faz juz, gozadas de 03 de janeiro de 2022 à 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2022.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Ibicaré – SC, em 03 de janeiro de 2022.

Gerson Palavicini  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 068-2022**

Publicação Nº 3520870

PORTARIA Nº 068, de 04 de janeiro de 2022.

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO"

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Inciso II do artigo 08 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000, Lei



Complementar nº 004/2007 de 16 de maio de 2007 e artigo 96, Inciso V e IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEIA, o servidor ISRAEL FACCHIN, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE TRÂNSITO, nível DAÍ-02, Anexo I – Quadro de Pessoal Comissionado, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 04 de janeiro de 2022.

ADRIANO SARTORI  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 069-2022**

Publicação Nº 3520871

PORTARIA Nº 069, de 04 de janeiro de 2022.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares e Antecipa Férias a servidora ADRIANA PERGHER BALBINOT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Higienização, nível 04, classe “C”, Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Gerais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 04 de janeiro de 2022 à 18 de janeiro de 2022, referentes ao período aquisitivo de 01 de abril de 2020 a 31 de março de 2021, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 04 de janeiro de 2022.

ADRIANO SARTORI  
Prefeito em Exercício

**Ibirama****PREFEITURA****CONTRATO Nº: 02/2022 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 3521211

Contrato Nº: 02/2022

Contratante: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA - Número inscrição 03.725.725/0001-35

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 01/2022.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de gerenciamento, divulgação e publicação dos Atos Legais.

Vigência: Início: 04/01/2022 Término: 04/01/2023

Assinatura: 04/01/2022.

Valor: R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais).

Dotação: 04.001.2004.33390000000000000000.32.01000000 –

Manutenção do Departamento de Administração.

FISCAL: FABIO LUIZ FUSINATO

**PROCESSO LICITATÓRIO 01/2022**

Publicação Nº 3521208

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1CA17F9E672CFADD4C960E86601955902DF86CAF

INEX - Processo Licitatório 01/2022.

Base legal: (I art.25 da Lei 8.666/93).

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de gerenciamento, divulgação e publicação dos Atos Legais.

Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA – número inscrição 03.725.725/0001-35

Ibirama, 04 de janeiro de 2022.

Adriano Poffo – Prefeito.

Registrado no TCE com a chave: 1CA17F9E672CFADD4C960E86601955902DF86CAF

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO NR.:1 / 2022 LICITAÇÃO NR.:1 / 2022**

Publicação Nº 3521210

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000  
Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37  
e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

O(a) Prefeito Municipal de Ibirama, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a ) **Processo Nr.:1 / 2022**

b ) **Licitação Nr.:1 / 2022**

c ) **Modalidade:** Inexigibilidade

d ) **Data Homologação:** 04/01/2022

e ) **Data da Adjudicação:** 04/01/2022

f ) **Objeto da Licitação:** Contratação de empresa para prestação de serviço de gerenciamento, divulgação e publicação dos Atos Legais.

g ) **Fornecedores e Itens Vencedores:**

66737 - LIZ SERVICOS ONLINE LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	I - Implantação, consolidação por dentro do texto, compilação e versionamento dos atos oficiais (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias), com a disponibilização em plataforma online para consulta direcionada no portal oficial da prefeitura municipal e via aplicativo mobile para sistemas android e ios;  II - Integração das leis estaduais no banco de dados da legislação municipal, inclusive quando citadas dentro das próprias normas municipais, para consulta e acesso em um único ambiente de pesquisa;  III - Publicação e consulta de documentos administrativos de efeito interno (pareceres, ofícios, despachos, etc.), com possibilidade de acesso exclusivo e restrito aos servidores municipais; e  IV - Acesso exclusivo a banco de dados compreendendo a legislação de municípios e estados brasileiros em um único ambiente de pesquisa, com mais de 6 milhões de normas disponibilizadas.	SERVIÇO		1	R\$11.100,00	R\$11.100,00
Total do Fornecedor:						R\$11.100,00

Total da Homologação:	11.100,00
-----------------------	-----------



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

Ibirama, 4 de janeiro de 2022.

---

JUCELIO JOSE DE ANDRADE  
Prefeito Municipal em Exercício  
CPF: 834.460.799-04

# Içara

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N°.002/FMS/2022

Publicação N° 3519855

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IÇARA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 14ED8B76648C701448F22A6E53BC623809C7E5DF

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO N°. 002/FMS/2022

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data e horário da sessão de abertura: 18/01/2022 às 09:00 horas.

Objeto: Registro preços para a aquisição de peças e prestação de serviços de manutenção e recuperação dos equipamentos médico-hospitais da rede Municipal de Saúde de Içara, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, peças, equipamentos, máquinas e ferramentas normais e especiais necessárias.

Informações: Fone/Fax: (48) 3431-3539 e 3431-3500. Retirada do edital: através do endereço eletrônico: <http://icara.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site <https://www.icara.sc.gov.br/> no link Licitações/Editais.

Içara – SC, 04 de janeiro de 2022.

Tamara Scarpari Magagnin  
Pregoeira

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N°.001/FUNDAI/2022

Publicação N° 3520215

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IÇARA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C1AC8CC65F6C83B5ADF2EFFEE227F3120CABF86F

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N°. 001/FUNDAI/2022

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data e horário da sessão de abertura: 19/01/2022 às 09:00 horas.

Objeto: Registro de Preço para aquisição de plantas ornamentais, insumos e materiais para o paisagismo do parque ambiental, localizado à Rodovia ICR-253, Segunda Linha, Içara/SC.

Informações: Fone/Fax: (48) 3431-3539 e 3431-3500. Retirada do edital: através do endereço eletrônico: <http://icara.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site <https://www.icara.sc.gov.br/> no link Licitações/Editais.

Içara – SC, 04 de janeiro de 2022.

Tamara Scarpari Magagnin  
Pregoeira

### DECRETO N.º 321/2021, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação N° 3519816

DECRETO N.º 321/2021, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021.

Abre crédito suplementar.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, artigo 73 da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei N.º 4.558, de 23 de dezembro de 2020, DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto um crédito para suplementar, no orçamento vigente, os seguintes elementos de despesa:

04 PROCURADORIA GERAL

01 PROCURADORIA GERAL

2.008 Manter e Equipar Depto Assessoria Juridica

31 3.3.90.00.00.00.00 0200 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.200,00

2.011 Pagamento de Precatórios

26 3.1.90.00.00.00.00 0200 Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

08 SECR. DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**01 SECR. DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

2.029 Manutenção do Ensino Fundamental

49 3.1.90.00.00.00.00.00 0202 Aplicações Diretas ..... R\$ 500.000,00

50 3.1.90.00.00.00.00.00 0203 Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

**35 SECRETARIA DE AGRICULTURA****01 SECRETARIA DE AGRICULTURA**

2.071 Manter e Equipar Depto Administrativo e de Apoio ao Agricultor

181 3.1.90.00.00.00.00.00 0200 Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

Art. 2.º O crédito a que se refere o art. 1.º correrá por conta da anulação dos seguintes elementos de despesa:

**04 PROCURADORIA GERAL****01 PROCURADORIA GERAL**

2.008 Manter e Equipar Depto Assessoria Jurídica

32 4.4.90.00.00.00.00.00 0200 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.200,00

2.011 Pagamento de Precatórios

28 4.4.90.00.00.00.00.00 0200 Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

**08 SECR. DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA****01 SECR. DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

2.029 Manutenção do Ensino Fundamental

55 3.3.90.00.00.00.00.00 0203 Aplicações Diretas ..... R\$ 600.000,00

**35 SECRETARIA DE AGRICULTURA****01 SECRETARIA DE AGRICULTURA**

2.071 Manter e Equipar Depto Administrativo e de Apoio ao Agricultor

180 3.1.71.00.00.00.00.00 0200 Transf. a Consórcios Públicos ..... R\$ 30.000,00

190 4.4.90.00.00.00.00.00 0200 Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Art. 3.º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 28 de dezembro de 2021.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrado na Secretaria da Fazenda em 28 de dezembro de 2021.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretora de Gestão de Recursos

**EDITAL 01/2020**

Publicação Nº 3521052

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Diretoria de Gestão de Recursos (Administração), convoca os candidatos abaixo elencados para a posse nos cargos de Agente de Serviços Gerais e Monitor de Sistema de Informática, da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os candidatos deverão retirar a lista de documentos necessários, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, na Diretoria de Gestão de Recursos, na Torre Deobaldo Pacheco, Paço Municipal Ângelo Lodetti.

**a) AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS:**

KARINE NOGUEIRA DA SILVA

MARIA DA CONSOLACAO SAMPAIO

ELIETE STOPA FREITAS

TEREZINHA FERNANDES

FABIANO DE OLIVEIRA

KATIA CILENE MELO ALFONSO

GUILHERME KLOCKNER TEIXEIRA DE FREITAS

ANNY KAROLLENY REIS DOS SANTOS

KARINE DE CASTRO

LUCINEIA PEREIRA DA SILVA

GESSICA BATISTA DOS ANJOS

JONAS TEIXEIRA IGNACIO
PAULO GIOVANNI DE BONA FREITAS
FLAVIO LUIS DA ROSA
RENATE BARON
LUCIANA OMENA GOMES
MARLIZE DE FATIMA PASTORIO
CRISTINA LUMERTZ
ELISANDRA RIBEIRO VISCARDI
SANDRA BENTO MARTINS RODRIGUES
ALENIR DA SILVA DUARTE VALINS
MARILEIA FRANCA LOIOLA
SHEILA RIBEIRO MORAES RAMOS PEREIRA DE LIRA
DAIANA PONCIANO
JORGE GODINHO DA SILVA JUNIOR
MARIA APARECIDA DA SILVA CREPALDI
MISLEINE SCHIPINSKI TEIXEIRA SILVANO
LILIAN CRISTHIAN MARCELINO DA ROSA DA SILVA
GILENE OLIVEIRA BARROS
ZORILDA REUS
COSMO ZEFERINO FERREIRA DA SILVA
JULISANGELA DE SOUZA FERNANDES
CLERIO PACHECO DA SILVA
VINICIUS DANIEL SILVA
IZAURA CANDIOTTO TISNE
LIBIA RECCO DO NASCIMENTO
ROSENEIDE ESTEVES BATISTA
DENISE VIEIRA DA SILVA MOTTA
LUCIANO DE ALMEIDA BORGES
NATALIA VIANA DA SILVA
KEILA MONTEIRO OLIVEIRA
SAMARA MARIA CUSTODIO FREZZA
GISLANE DOS SANTOS FRANCISCO CACHOEIRA
NAELCI BERNARDINO BORGES
LUCILENO MATTOS DE OLIVEIRA
LOIRILEI HOOD VELLEDA
JOSE ISRAEL BARBOSA DE JESUS
SILVIA TIBINCOSKI
RENATO PACHECO DA SILVA
JOSELIA RODRIGUES
NELSON SILVA DA CONCEICAO
CIBELE COELHO NAPOLI
EDILENE NASCIMENTO DE SOUZA
MARIA CECILIA CARDOSO MELO
ALAIDES RAUBER
ROSIANA VIANA FELICIANO DA ROSA
MARCIA SARTOR GHEDIN INACIO
ADAO AMAURI DA SILVA
FERNANDA ZOHLER PAULUS
MARGARIDA VIEIRA
STEPHANIE CAROLINE BERNARDO



PATRICIA BRANCO
MARCOS ANTONIO DA SILVA FERNANDES
GREICE DABOIT SCHINEIDER CUSTODIO
JACIRA BERNADETE DA ROCHA RODRIGUES
CRISTINY NASCIMENTO SCHWANCK
JOSIEL RODRIGUES NETO
JONATHAN DE SOUZA BARTH
ALBERTINA DE JESUS GHISI
DAYANE DA SILVA DE OLIVEIRA BITENCOURT
FERNANDO JOAQUIM SANTANNA
SOLANGE AGOSTINHO MOROTSKOSKI
JANICE FELIX
VIVIANE MEDEIROS FLORIANO
PATRICIA ZANONI DE SOUZA EUGENIO
MARIELE APARECIDA CARDOSO TORETTI
ADAILTO TEIXEIRA FIDELIS
JOAO BATISTA WARMLING
CECILIA IGNES NOGUEIRA
ANDREIA SIMONE GERTZ
KENEDI BRUM PEREIRA
VERA LUCIA NEVES ESPINDOLA
DANIELA CLAUDINO ANALETO
RENATA ZACCARON CHOSEKI
MARILENE RIBEIRO
LEDIMERLI MARLINI FLORIANI
CRISTINA PACHECO FRAGA
MARCOVAN FELICIO REUS
MARIA DE FATIMA SANTIAGO DUARTE
MARCILENE DE SOUZA

**b) MONITOR DE SISTEMA DE INFORMÁTICA:**

ANTONIO ALESSANDRO ROCHA BESERRA

Içara, 4 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

**NOMEAR ELIZANGELA BARCELOS PARA O CARGO DE ASSESSORA PARLAMENTAR DE GABINETE**

Publicação Nº 3521240

ATO Nº 01, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Nomear Elizangela Barcelos para o Cargo de Assessora Parlamentar de Gabinete.

O Presidente da Câmara Municipal de Içara, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 28, II e XIX da Resolução 264/2021 - Regimento Interno.

Resolve:

Art. 1º Nomear Elizangela Barcelos, CPF: 912.\*\*\*.\*\*\*-\*\*, para o Cargo de Assessora Parlamentar de Gabinete, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Içara, a partir de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Câmara Municipal de Içara, 04 de janeiro de 2022.

ITAMAR OLOYDE DA SILVA

Presidente

**PORTARIA Nº 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520865

PORTARIA Nº 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2022,

Designar os seguintes servidores para compor a Comissão Permanente de Licitação

O Presidente da Câmara Municipal de Içara, no uso de suas atribuições, de acordo com os Arts. 21, II e 28, II da Resolução 264/2021 - Regimento Interno e nos termos do Artigo 51 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º. Designar os seguintes servidores para compor a Comissão Permanente de Licitação com as seguintes funções:

Rodnei Mazzorana - Presidente,  
Alexsandro Damázio Rodrigues - Membro  
Ederaldo Inácio- Membro

Art. 2º O mandato dos membros será até 31 de dezembro de 2022.

Art. 3º Fica revogada a Portaria 001, de 05 de janeiro de 2021.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito a partir de 1º de Janeiro de 2022.

Câmara Municipal de Içara, 04 de Janeiro de 2022.

VER. ITAMAR OLOYDE DA SILVA  
Presidente

VER. MAX LUIZ  
1ª Secretário

**PORTARIA Nº GP/0005/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520883

PORTARIA Nº GP/0005/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear, por concurso, ANTONIO ALESSANDRO ROCHA BESERRA, nascido em 17 de julho de 1996, portador(a) do CPF Nº 006.875.271-97, para ocupar o cargo de Monitor de Sistema de Informática, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0006/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520893

PORTARIA Nº GP/0006/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear, por concurso, KARINE NOGUEIRA DA SILVA, nascida em 19 de maio de 1980, portador(a) do CPF Nº 985.792.740-87, para

ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

## **PORTARIA Nº GP/0007/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520894

PORTARIA Nº GP/0007/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

### **RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, MARIA DA CONSOLACAO SAMPAIO, nascida em 17 de julho de 1965, portador(a) do CPF Nº 266.403.843-53, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

## **PORTARIA Nº GP/0008/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520895

PORTARIA Nº GP/0008/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

### **RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, ELIETE STOPA FREITAS, nascida em 14 de junho de 1976, portador(a) do CPF Nº 829.047.079-72, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA N° GP/0009/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520898

PORTARIA N° GP/0009/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público N° 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, TEREZINHA FERNANDES, nascida em 11 de agosto de 1971, portador(a) do CPF N° 898.101.479-53, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA N° GP/0010/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520900

PORTARIA N° GP/0010/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público N° 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, FABIANO DE OLIVEIRA, nascido em 4 de junho de 1975, portador(a) do CPF N° 951.023.459-15, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA N° GP/0011/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520902

PORTARIA N° GP/0011/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público N° 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, KATIA CILENE MELO ALFONSO, nascida em 14 de dezembro de 1977, portador(a) do CPF N° 960.320.650-49, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA N° GP/0012/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520903

PORTARIA N° GP/0012/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público N° 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, GUILHERME KLOCKNER TEIXEIRA DE FREITAS, nascido em 30 de janeiro de 1984, portador(a) do CPF N° 047.595.239-10, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA N° GP/0013/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520904

PORTARIA N° GP/0013/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público N° 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, ANNY KAROLLENY REIS DOS SANTOS, nascida em 10 de fevereiro de 1994, portador(a) do CPF N° 105.219.934-82, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA N° GP/0014/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520908

PORTARIA N° GP/0014/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público N° 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, KARINE DE CASTRO, nascida em 11 de dezembro de 1997, portador(a) do CPF N° 032.326.570-79, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA N° GP/0015/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520922

PORTARIA N° GP/0015/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público N° 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, LUCINEIA PEREIRA DA SILVA, nascida em 31 de outubro de 1979, portador(a) do CPF N° 333.691.318-70, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA N° GP/0016/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520936

PORTARIA N° GP/0016/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público N° 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, GESSICA BATISTA DOS ANJOS, nascida em 24 de novembro de 1984, portador(a) do CPF N° 046.934.399-08, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA N° GP/0017/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520940

PORTARIA N° GP/0017/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público N° 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, JONAS TEIXEIRA IGNACIO, nascido em 23 de setembro de 1996, portador(a) do CPF N° 054.908.599-89, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0018/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520947

PORTARIA Nº GP/0018/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, PAULO GIOVANNI DE BONA FREITAS, nascido em 28 de junho de 1977, portador(a) do CPF Nº 026.503.949-51, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0019/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520950

PORTARIA Nº GP/0019/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, FLAVIO LUIS DA ROSA, nascido em 23 de novembro de 1974, portador(a) do CPF Nº 632.608.670-15, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0020/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520960

PORTARIA Nº GP/0020/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, RENATE BARON, nascida em 1 de junho de 1969, portador(a) do CPF Nº 719.660.309-59, para ocupar o



cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

## **PORTARIA Nº GP/0021/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520967

PORTARIA Nº GP/0021/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

### **RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, LUCIANA OMENA GOMES, nascida em 26 de agosto de 1969, portador(a) do CPF Nº 699.560.304-49, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

## **PORTARIA Nº GP/0022/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520974

PORTARIA Nº GP/0022/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

### **RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, MARLIZE DE FATIMA PASTORIO, nascida em 26 de maio de 1972, portador(a) do CPF Nº 883.572.100-82, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0023/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520986

PORTARIA Nº GP/0023/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, CRISTINA LUMERTZ, nascida em 26 de outubro de 1981, portador(a) do CPF Nº 006.578.069-86, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.  
DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0024/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521001

PORTARIA Nº GP/0024/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, ELISANDRA RIBEIRO VISCARDI, nascida em 6 de abril de 1988, portador(a) do CPF Nº 059.224.269-23, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.  
DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0025/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521020

PORTARIA Nº GP/0025/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, SANDRA BENTO MARTINS RODRIGUES, nascida em 14 de abril de 1974, portador(a) do CPF Nº 016.575.449-40, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.  
DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

### **PORTARIA Nº GP/0026/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521022

PORTARIA Nº GP/0026/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, ALENIR DA SILVA DUARTE VALINS, nascida em 9 de janeiro de 1981, portador(a) do CPF Nº 038.631.029-75, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

### **PORTARIA Nº GP/0027/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521026

PORTARIA Nº GP/0027/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, MARILEIA FRANCA LOIOLA, nascida em 18 de setembro de 1981, portador(a) do CPF Nº 038.119.949-56, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

### **PORTARIA Nº GP/0028/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521031

PORTARIA Nº GP/0028/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, SHEILA RIBEIRO MORAES RAMOS PEREIRA DE LIRA, nascida em 26 de maio de 1986, portador(a) do CPF

Nº 118.728.557-92, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

## **PORTARIA Nº GP/0029/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521035

PORTARIA Nº GP/0029/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

### **RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, DAIANA PONCIANO, nascida em 1º de agosto de 1986, portador(a) do CPF Nº 075.789.819-00, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

## **PORTARIA Nº GP/0030/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521040

PORTARIA Nº GP/0030/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

### **RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, JORGE GODINHO DA SILVA JUNIOR, nascido em 24 de maio de 1997, portador(a) do CPF Nº 102.951.819-07, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0031/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521055

PORTARIA Nº GP/0031/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, MARIA APARECIDA DA SILVA CREPALDI, nascida em 13 de janeiro de 1966, portador(a) do CPF Nº 756.619.939-00, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0032/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521059

PORTARIA Nº GP/0032/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, MISLEINE SCHIPINSKI TEIXEIRA SILVANO, nascida em 27 de setembro de 1982, portador(a) do CPF Nº 036.885.199-06, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0033/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521064

PORTARIA Nº GP/0033/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, LILIAN CRISTHIAN MARCELINO DA ROSA DA SILVA, nascida em 1º de janeiro de 1980, portador(a) do CPF Nº 036.611.199-07, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

### **PORTARIA Nº GP/0034/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521067

PORTARIA Nº GP/0034/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, GILENE OLIVEIRA BARROS, nascida em 10 de agosto de 1987, portador(a) do CPF Nº 023.986.291-04, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

### **PORTARIA Nº GP/0035/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521072

PORTARIA Nº GP/0035/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, ZORILDA REUS, nascida em 13 de março de 1965, portador(a) do CPF Nº 580.348.119-04, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

### **PORTARIA Nº GP/0036/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521076

PORTARIA Nº GP/0036/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, COSMO ZEFERINO FERREIRA DA SILVA, nascido em 9 de dezembro de 1972, portador(a) do CPF Nº 147.690.088-48, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0037/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521079

PORTARIA Nº GP/0037/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, JULISANGELA DE SOUZA FERNANDES, nascida em 26 de dezembro de 1975, portador(a) do CPF Nº 910.229.409-53, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0038/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521082

PORTARIA Nº GP/0038/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, CLERIO PACHECO DA SILVA, nascido em 25 de julho de 1985, portador(a) do CPF Nº 064.673.139-41, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos



**PORTARIA Nº GP/0039/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521085

PORTARIA Nº GP/0039/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, VINICIUS DANIEL SILVA, nascido em 19 de dezembro de 2003, portador(a) do CPF Nº 129.753.574-00, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0040/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521091

PORTARIA Nº GP/0040/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, IZAURA CANDIOTTO TISNE, nascida em 14 de dezembro de 1962, portador(a) do CPF Nº 024.631.279-37, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0041/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521092

PORTARIA Nº GP/0041/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, LIBIA RECCO DO NASCIMENTO, nascida em 11 de junho de 1971, portador(a) do CPF Nº 024.848.789-23, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.  
ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0042/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521095

PORTARIA Nº GP/0042/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, ROSENEIDE ESTEVES BATISTA, nascida em 19 de agosto de 1967, portador(a) do CPF Nº 654.690.979-00, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.  
ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0043/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521097

PORTARIA Nº GP/0043/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, DENISE VIEIRA DA SILVA MOTTA, nascida em 26 de junho de 1976, portador(a) do CPF Nº 022.377.589-48, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.  
ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

**PORTARIA Nº GP/0044/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521098

PORTARIA Nº GP/0044/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, LUCIANO DE ALMEIDA BORGES, nascido em 10 de agosto de 1980, portador(a) do CPF Nº 975.511.390-87, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

### **PORTARIA Nº GP/0045/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521099

PORTARIA Nº GP/0045/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

#### **RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, NATALIA VIANA DA SILVA, nascida em 25 de dezembro de 1983, portador(a) do CPF Nº 008.141.019-09, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

### **PORTARIA Nº GP/0046/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521102

PORTARIA Nº GP/0046/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Inciso I, do art. 9.º da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999, e com o Edital de Concurso Público Nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,

#### **RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, por concurso, ZORILDA REUS, nascida em 13 de março de 1965, portador(a) do CPF Nº 580.348.119-04, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, vaga para a pessoa com deficiência, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de janeiro de 2022.

DALVANIA CARDOSO  
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de janeiro de 2022.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM  
Diretoria de Gestão de Recursos

**EXTRATO DE CONTRATO 001/PMI/2022**

Publicação Nº 3519449

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AA4FCD55439D6D03314BACEF1861ACEA31BFBA26

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 001/2022

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARA

Contratada.: BUDNI E BORTOLIM TERRAPLENAGEM LTDA

Valor.: 234.694,06 (duzentos e trinta e quatro mil seiscentos e noventa e quatro reais e seis centavos)

Vigência.: Início: 03/01/2022 Término: 02/01/2023

Licitação.: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 149/2021

Recursos.: Dotação:

Objeto.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA PASSAGEM INFERIOR DE PEDESTRES NA ROD SC 445, KM 66 + 0,720, NO BAIRRO PRIMEIRO DE MAIO, IÇARA/SC.

Içara, 4 de Janeiro de 2022

# Ilhota

## PREFEITURA

### DECRETO 790

Publicação N° 3520171

DECRETO N° 790, DE 4 DE JANEIRO DE 2022.

"Fixa a Unidade Fiscal Municipal – UFM – para o exercício de 2022".

O Prefeito de Ilhota, Sr. Erico de Oliveira, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município, com fundamento nos artigos 1º e 2º, § 1º da Lei Complementar nº 20/2008 e tomando por base a variação anual do IPCA, publicada pelo IBGE,

Decreta:

Art. 1º O valor da Unidade Fiscal Municipal – UFM – para o exercício de 2022 será de R\$ 3,98.

Art. 2º Fica revogado o Decreto 694/2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Ilhota, 4 de janeiro de 2022.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito

## Imarui

## PREFEITURA

## EDITAL 003.2022 - PROCESSO SELETIVO - EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Publicação Nº 3521346



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI

PROCESSO SELETIVO - Nº 01/2021  
EDITAL Nº 003/2022

O **MUNICÍPIO DE IMARUI**, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas no Edital nº 001/2021, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, em conjunto com a Comissão Organizadora de processos seletivos, nomeada através do decreto nº 081/2021 de 25 de novembro de 2021, resolve,

TORNAR PÚBLICO

**Art. 1º** - A homologação das inscrições dos candidatos ao Processo Seletivo, destinado à contratação de pessoal em regime temporário nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público e formação de cadastro de reserva.

**Art. 2º** - Em razão da pandemia da **COVID-19**, os candidatos **DEVERÃO** fazer o **uso de máscaras** nas intermediações e no interior do local de realização das provas. Na entrada do local de prova será fornecido álcool em gel e serão seguidas todas as normas sanitárias e medidas de higiene e precaução ao COVID-19. Não será permitida a entrada no local e a realização da prova escrita, ao candidato que não estiver fazendo o uso de máscara.

**I** - Sugere-se que o candidato leve uma máscara reserva, caso seja necessária a troca da máscara durante o período de realização da prova.

**II** - Sugere-se que na chegada ao local da prova, o candidato respeite o distanciamento mínimo de 1,5 (um e meio) metros, evitando a proximidade entre as pessoas e obedecendo a metodologia de ordenamento de entrada dos candidatos estabelecida pela Coordenação do Processo Seletivo.

**III** - Sugere-se que os candidatos evitem levar bolsas, mochilas e, principalmente, telefone celular.

**Art. 3º** - Na entrada dos locais onde serão realizadas as provas, a temperatura dos candidatos será aferida através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato. Caso a temperatura aferida seja igual ou maior que 37,8°C, o candidato será encaminhado para realizar a prova em sala separada dos demais candidatos e orientado a procurar assistência médica após a realização da prova. Os candidatos que recusarem a aferir a temperatura, a utilizar os EPI's necessários, serão impedidos de realizar a prova e serão excluídos do certame.

**Art. 4º** - Será proibido o compartilhamento de qualquer objeto (caneta, lápis, borracha, garrafas, alimentos, dentre outros), bem como o candidato deverá trazer sua garrafa de água transparente ou opaca, sem rótulo, abastecida com água e não deverá compartilhar a mesma, de maneira alguma, podendo em caso excepcional utilizar-se dos bebedouros do estabelecimento de ensino para abastecimento das garrafas de uso individual, durante a prova.

**Art. 5º** - O candidato deverá estar munido de caneta esferográfica azul ou preta, sendo imprescindível a apresentação de documento oficial de identificação com fotografia para ingresso na sala de provas. Ressalta-se que não serão aceitos em hipótese alguma a apresentação de qualquer tipo de "documento digital" para ingresso na sala de provas.

**Art. 6º** - Ao realizarem a prova do presente processo seletivo, os candidatos, inclusive os do grupo de risco, estão cientes das obrigações dos protocolos sanitários de segurança, bem como a utilização de máscara de proteção individual durante todo o tempo em que permanecer no local de prova, assim como realizar a correta higienização das mãos e respeitar o distanciamento evitando aglomerações durante a aplicação da prova, estando ainda cientes dos riscos de contaminação com a "COVID-19", não podendo responsabilizar o MUNICÍPIO DE IMARUI -SC e o IPPEC.

**Art. 7º** - A convocação dos candidatos inscritos e homologados neste Processo Seletivo, aos cargos de Assistente Social, Auxiliar de Serviços Gerais – FEMININO, Fonoaudiólogo, Motorista de Transporte Escolar, Nutricionista, Pedagogo, Professor de Artes (Habilitado), Professor de Ciências (Habilitado), Professor de Ed. Infantil (Habilitado), Professor de Ensino Religioso (Habilitado), Professor de Geografia (Habilitado) e Psicólogo, para a realização da prova escrita, a ser realizada no dia **16 de janeiro de 2022 – DOMINGO**, no **período da MANHÃ**, devendo os candidatos comparecer ao local de realização das provas, às **07 horas**, pois os portões permanecerão abertos somente até as 07h30min (horário oficial de Brasília), horário após o qual não será permitido em hipótese alguma, o acesso de candidatos ao local de prova.

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imarui - SC  
(48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) | [prefeitura@imarui.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imarui.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

**Art. 8º** - O local de realização das provas, distribuídos por cargo, conforme segue:

## **16/01/2022 - DOMINGO - PERÍODO DA MANHÃ**

### **1º TURNO**

#### **EEEFM Prefeito Portinho Bittencourt**

Rua Antônio Bittencourt Capanema, 148, Centro, Imaruí, SC

CARGO	CARGO
Assistente Social	Professor de Artes (Habilitado)
Auxiliar De Serviços Gerais - FEMININO	Professor de Ciências (Habilitado)
Fonoaudiólogo	Professor de Ed. Infantil (Habilitado)
Motorista de Transporte Escolar	Professor de Ensino Religioso (Habilitado)
Nutricionista	Professor de Geografia (Habilitado)
Pedagogo	Psicólogo

**Art. 9º** - A convocação dos candidatos aos cargos de Professor de Artes (Habilitado), Professor de Ciências (Habilitado), Professor de Ed. Infantil (Habilitado), Professor de Geografia (Habilitado) e Professor de Ensino Religioso (Habilitado), para a realização da **prova de títulos**, a ser realizada no dia 16 de janeiro de 2022, das 09h30 às 10 horas, no mesmo local da prova escrita, em sala especial para este fim.

**Art. 10º** - A convocação dos candidatos inscritos e homologados neste Processo Seletivo, aos cargos de Auxiliar De Serviços Gerais – MASCULINO, Professor de Anos Iniciais (Habilitado), Professor de Artes (Não Habilitado), Professor de Ciências (Não Habilitado), Professor de Ed. Física (Habilitado), Professor de Ed. Física (Não Habilitado), Professor de Ed. Infantil (Não Habilitado), Professor de Ensino Religioso (Não Habilitado), Professor de Geografia (Não Habilitado), Professor de História (Não Habilitado), Professor de Língua Portuguesa (Habilitado), Professor de Língua Portuguesa (Não Habilitado) e Professor de Matemática (Não Habilitado), para a realização da prova escrita, a ser realizada no dia **16 de janeiro de 2022 – DOMINGO**, no **período da MANHÃ**, devendo os candidatos comparecer ao local de realização das provas, às **10h30min**, pois os portões permanecerão abertos somente até as 11 horas (horário oficial de Brasília), horário após o qual não será permitido em hipótese alguma, o acesso de candidatos ao local de prova.

**Art. 11º** - O local de realização das provas, distribuídos por cargo, conforme segue:

## **16/01/2022 - DOMINGO - PERÍODO DA MANHÃ**

### **2º TURNO**

#### **EEEFM Prefeito Portinho Bittencourt**

Rua Antônio Bittencourt Capanema, 148, Centro, Imaruí, SC

CARGO	CARGO
Auxiliar De Serviços Gerais - MASCULINO	Professor de Ensino Religioso (Não Habilitado)
Professor de Anos Iniciais (Habilitado)	Professor de Geografia (Não Habilitado)
Professor de Artes (Não Habilitado)	Professor de História (Não Habilitado)
Professor de Ciências (Não Habilitado)	Professor de Língua Portuguesa (Habilitado)
Professor de Ed. Física (Habilitado)	Professor de Língua Portuguesa (Não Habilitado)
Professor de Ed. Física (Não Habilitado)	Professor de Matemática (Não Habilitado)
Professor de Ed. Infantil (Não Habilitado)	

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imaruí - SC  
(48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imaruí.sc.gov.br](http://www.imaruí.sc.gov.br) | [prefeitura@imaruí.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imaruí.sc.gov.br)





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

**Art. 12º** - A convocação dos candidatos aos cargos de Professor de Anos Iniciais (Habilitado), Professor de Artes (Não Habilitado), Professor de Ciências (Não Habilitado), Professor de Ed. Física (Habilitado), Professor de Ed. Física (Não Habilitado), Professor de Ed. Infantil (Não Habilitado), Professor de Ensino Religioso (Não Habilitado), Professor de Geografia (Não Habilitado), Professor de História (Não Habilitado), Professor de Língua Portuguesa (Habilitado), Professor de Língua Portuguesa (Não Habilitado) e Professor de Matemática (Não Habilitado), para a realização da **prova de títulos**, a ser realizada no dia 16 de janeiro de 2022, das 13 às 13h30min, no mesmo local da prova escrita, em sala especial para este fim.

**Art. 13º** - A convocação dos candidatos inscritos e homologados neste Processo Seletivo, aos cargos de Agente Educador, Professor de Anos Iniciais (Não Habilitado), Professor de História (Habilitado), Professor de Inglês (Habilitado), Professor de Inglês (Não Habilitado), Professor de Matemática (Habilitado) e Professor Educação Especial (Habilitado), para a realização da prova escrita, a ser realizada no dia **16 de janeiro de 2022 – DOMINGO**, no **período da TARDE**, devendo os candidatos comparecer ao local de realização das provas, às **14h30min**, pois os portões permanecerão abertos somente até as 15 horas (horário oficial de Brasília), horário após o qual não será permitido em hipótese alguma, o acesso de candidatos ao local de prova.

**Art. 14º** - O local de realização das provas, distribuídos por cargo, conforme segue:

## **16/01/2022 - DOMINGO - PERÍODO DA TARDE**

### **EEEFM Prefeito Portinho Bittencourt**

Rua Antônio Bittencourt Capanema, 148, Centro, Imaruí, SC

<b>CARGO</b>	
Agente Educador	Professor de Inglês (Não Habilitado)
Professor de Anos Iniciais (Não Habilitado)	Professor de Matemática (Habilitado)
Professor de História (Habilitado)	Professor Educação Especial (Habilitado)
Professor de Inglês (Habilitado)	

**Art. 15º** - A convocação dos candidatos aos cargos de Professor de Anos Iniciais (Não Habilitado), Professor de História (Habilitado), Professor de Inglês (Habilitado), Professor de Inglês (Não Habilitado), Professor de Matemática (Habilitado) e Professor Educação Especial (Habilitado), para a realização da **prova de títulos**, a ser realizada no dia 16 de janeiro de 2022, das 17 às 17h30min, no mesmo local da prova escrita, em sala especial para este fim.

**Art. 16º** - A apresentação dos títulos se dará por **apresentação do título original e fotocópia no mesmo** local da prova escrita, em sala especial para este fim. O candidato deverá obrigatoriamente trazer uma cópia do certificado juntamente com o original. Não serão realizadas cópias nos locais de recebimento, bem como não serão recolhidos diplomas originais.

**Art. 17º** - A convocação dos candidatos ao cargo de **Motorista de Transporte Escolar**, para a realização da prova prática, a ser realizada no dia 16 de janeiro de 2022, devendo o candidato comparecer na EEEFM Prefeito Portinho Bittencourt, Rua Antônio Bittencourt Capanema, 148, Centro, Imaruí, SC, às 13h00min, pois os portões permanecerão abertos somente até às 13h15min (horário oficial de Brasília), horário após o qual não será permitido em hipótese alguma, o acesso de candidatos ao local da prova, sendo imprescindível a apresentação de documento oficial de identificação com fotografia para realização da prova prática.

17.1- Os candidatos ao cargo de Motorista de Transporte Escolar serão avaliados dirigindo ônibus.

17.2- Os candidatos aos cargos de Motorista de Transporte Escolar deverão possuir CNH compatível com o requisito para o cargo ou categoria superior, em plena validade, no ato da prova prática; não serão aceitos protocolos de alteração de categoria. Não será aceito no ato da prova prática CNH Digital, devendo ser apresentado ao avaliador a CNH original na forma física.

**Art. 18º** - Relação nominal dos candidatos homologados, conforme segue:

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imaruí - SC  
(48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imaruí.sc.gov.br](http://www.imaruí.sc.gov.br) | [prefeitura@imaruí.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imaruí.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**AGENTE EDUCADOR**

INSC	NOME	NASCIMENTO
127128	ADRIELI DE OLIVEIRA PEREIRA	22/02/2004
126204	ALBERTINA SILVINO RODRIGUES	14/08/1975
127719	ALEXSANDRA MORETTI TEIXEIRA	30/06/1998
129199	AMABILLI GABRIELA RAULINO MACHADO	31/08/2002
126316	AMANDA MORAES MANOEL	21/05/2001
126900	ANA CAROLINA GUIMARÃES LESSA	03/11/2000
126819	ANDREZA DA SILVA	30/01/1987
127192	BIANCA DE ESPINDOLA	04/11/1996
127142	BRUNA DE JESUS DOS PASSOS	21/09/1991
127676	BRUNA DOMINGOS LOURENÇO	09/03/2002
126622	CAMILA FRITZN DA ROSA	24/01/2001
129205	CARINA DA SILVA DE OLIVEIRA	03/12/1996
126655	CARINE FONTANIVE	17/10/1986
127174	CARLA MADALENA TELLES	25/08/1985
126181	CRISLAINE GONÇALVES DOS PASSOS KOCK	06/08/1988
126178	DAIANE RAMOS DA SILVA	02/04/1997
126811	DAIANE SERAFIM BITTENCOURT MONTEIRO	27/11/1986
127408	DAIANNY FRANCISCO DE OLIVEIRA	09/09/1994
127115	DANIELE CLEMENTINA MATIAS	22/02/2001
126981	DAYANE ALBINO DOS SANTOS	17/06/1995
127154	DEISE PEREIRA DOS PASSOS	21/07/1999
127360	DENISE HARTZ MARTINHO	27/08/1979
127057	DHÉBORA SCHIMITZ CARVALHO	19/12/2001
127391	DHENIFFER DA SILVA DE SOUSA	25/03/2001
126667	DOUGALS DIAS MARQUES	03/08/1998
127004	EDUARDA COSTA RAMOS	28/06/2003
128397	EDUARDA SELHORST	14/12/2000
128438	ELISÂNDRA ALEXANDRE HERCULANO	18/08/2003
126232	ELOISA ESPINDOLA	26/09/1993
128916	ELUZIA HULSE MATEUS	29/08/1995
127778	ÉRICA BITTENCOURT DA SILVA	10/04/2002
129216	EVELIN POTTER	20/05/1995
128598	FABIANA DA SILVA	10/07/1977
126534	FRANCIELE DA SILVA GONÇALVES	13/08/1998
127690	GABRIELA PEREIRA ROSA	22/03/2003
128436	GABRIELLI FLORENTINO DA ROCHA	18/01/2004
129156	GEAN VITÓRIO DA SILVA	14/04/2003
128652	GRAZIELA BALTAZAR ARMINDA INACIO	13/04/1990
126971	GUSTAVO ANACLETO NUNES	31/10/2000
128424	HELAINÉ MATIAS	21/02/1995
126602	HYANKA DE MEDEIROS ANACLETO	16/12/1998
127892	IONARA DE FÁTIMA CARVALHO	05/03/1984
127051	JAINI MARTINS PATRÍCIO	19/11/2001
127213	JAMILLI DIAS DE SOUZA	01/12/2003
126159	JAQUELINE PIAZZOLI GUI	23/02/1985
126620	JEANI LEOPOLDO DA SILVA LIMAS	25/08/1993
127205	JESSICA BORGES RIBEIRO	23/10/2000
127323	JESSICA DE JESUS GOUART	19/11/1996
127086	JÉSSICA VITORINO VIEIRA	04/02/1992
128633	JHELE OLIVEIRA BITTENCOURT	17/06/1991
127266	JHONATAN DOMINGOS CARDOSO	22/07/2002
129115	JOÃO BATISTA VIZOSO VARGAS	02/04/2002
129130	JOICE BITTENCOURT FELIPE	24/09/1995
127494	JOSÉ CARLOS SOUSA DE CASTRO	08/11/1965
127849	JOSÉ ROBERTO MACIEL COELHO	07/08/2003
127392	JOYCE DA SILVA LAURENTINO	28/12/1998
129149	JULIA DE OLIVEIRA PEREIRA	04/04/2004
126173	JULIANA PURIFICAÇÃO STAROSKY	06/05/1983
127536	KARLENE FERNANDO BARBOSA	06/12/1999

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imaruí - SC  
(48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) | [prefeitura@imarui.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imarui.sc.gov.br)



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

126501	KAROLINE SOUSA RODRIGUES	24/10/1995
126919	KAUANNY DA SILVA FLORENTINO	25/09/2000
127625	LETICIA ALVES GUTERRO	14/09/2001
127754	LETICIA LESSA JOAQUINA	06/06/1996
127492	LETÍCIA STEFFENS	04/07/1994
129232	LEZILI REGINA FRELLO	08/02/1979
126558	LUANA BORGES PADILHA	03/02/2002
126461	LUANA DOS PASSOS	23/04/1993
127100	LUCAS BENTO INÁCIO	15/05/1994
128948	LUCIANA DEOLINDO MACHADO MARQUES	30/04/1971
127379	LUCIMAR SIQUEIRA	17/01/1977
127779	MAIANA VIEIRA DOS SANTOS	24/01/1999
129186	MAIZA SABINO PADILHA	17/04/2002
127495	MARCELO DA SILVA PEREIRA	11/08/2003
127214	MARCELO DOS SANTOS DALBOSCO	08/06/1979
127476	MARCIA ELIZA DA SILVA DOS PASSOS	21/02/1976
126815	MARCIANA ADELINO DE JESUS BACK	23/07/1980
127649	MARI LUCIA AMORIM GLUCK	11/10/1985
127751	MARIA EDUARDA RAULINO PAULO	20/10/2002
128952	MARIA LUISA DOS PASSOS DA SILVA	03/11/1991
128191	MARIELLE DE CARVALHO SELVINO	06/06/1999
126852	MATEUS BITTENCOURT ESPINDOLA	24/03/2000
127130	MATEUS DA SILVA PEREIRA	05/11/2003
128615	MATHEUS ALVES DOS PASSOS	30/07/2002
126334	MAYARA SOARES LIBERATO	27/01/1995
126669	MICAELE DIAS MARQUES	02/03/2002
126325	MOACYR ESPINDULA CORRÊA	01/02/2002
129207	MÔNICA MARCOS	02/03/1986
129079	MORGANA DA ROSA DE OLIVEIRA	26/07/2002
127739	PÂMELA DA SILVA SOUZA	17/02/2003
126185	PATRICIA VITORIA PEIXOTO CORAIN BARRADAS	13/07/1969
126799	RAFAEL CAETANO	02/04/1990
129267	RAFAELA FAGUNDES CORRÊA	24/05/2002
126321	RAFAELA NUNES MIGUEL	21/07/1993
126988	RAFAELA TAVARES BATISTA	14/12/1996
128984	REBECA DOS PASSOS DA SILVA	22/08/2004
127221	REJANE LUIZ RICARDO	09/01/1977
126415	ROSANA DA CONCEIÇÃO MANOEL	22/07/1974
128823	ROSILENE DE SOUSA CARDOSO DE CASTRO	18/05/1971
127224	SABRINA AIRES ESPINDOLA	15/08/1998
129146	SANDRA LÚCIA MEDEIROS DUHART	11/12/1967
126442	SANDY CORREA CONTESSA	22/01/2003
128448	SCHIRLE FERREIRA FERNANDES	05/08/1994
127863	SHAIANNE RAMOS DA SILVA	29/12/1999
127308	SILÉSIA DIONISSA REINERT	15/07/1965
127585	STÉFANY MAFRA NUNES	31/08/2000
128038	SUELLEN LAURETH	19/08/1994
127180	TAMARA ANACLETO TEIXEIRA	23/02/1991
126218	THAINARA BORGES RIBEIRO	07/01/2002
126335	THAIS OLIVEIRA CARDOSO	15/06/2001
127112	THALIA RAMOS	13/04/1998
129174	THAYANE DE SOUSA MIGUEL	23/11/1999
126217	THAYLA KATHIANE VIEIRA DA SILVA	21/03/1997
126806	VALMIR APARECIDO BEZERRA	19/09/1976
126484	VÂNIA FERMINO FERNANDES DE JESUS	13/04/1988
128926	VYTTOR TOME PURCINA	21/07/2002
126582	WILLIAN MIGUEL FELIPE	01/09/2003

#### ASSISTENTE SOCIAL

INSC	NOME	NASCIMENTO
127247	ANDRÉA VITORETTI	13/09/1980

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imaruí - SC  
 (48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) | [prefeitura@imarui.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imarui.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

126476	FERNANDA CRISTINA LEMES FERNANDES	29/12/1981
126772	GIOVANA DA SILVA HERCULANO	25/06/1980
129209	JOSIANE JOSE GONCALVES PLACIDO	04/05/1979
127463	JOSINETE SILVA COELHO VALGAS	14/12/1984
126793	RAFAEL CAETANO	02/04/1990
128689	RENATA MARCELINO FERNANDES	01/09/1987
127837	TAILANA DOS SANTOS DEMETRIO	06/09/1994

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO**

INSC	NOME	NASCIMENTO
126976	ADELIR PACHECO DA SILVA	04/03/1961
128176	ALESSANDRA LANZMASTER NUNES	14/02/1984
126737	ALEXANDRA GARCIA	14/02/1981
126769	ANA PAULA ANDRÉ INÁCIO	01/11/1989
127760	ARLETE CRISPIM RODRIGUES	30/01/1983
126158	BEATRIZ FAUSTINA JERÔNIMO	04/06/1994
127193	BIANCA DE ESPINDOLA	04/11/1996
126813	BIANCA TORQUATO DE SOUZA	16/07/2002
126825	CASSIANE FLORIANO DE SOUSA FLORENTINO	09/03/1992
126760	CHAYENE DOS SANTOS BORBA	22/10/1995
128957	CLAUDETE RAFAEL INÁCIO DE MEDEIROS	19/09/1974
127976	CLAUDIA DA SILVA FERNANDES	14/01/1987
126579	DAIANE FLORENTINO DIONISA	28/04/1986
126809	DAIANE SERAFIM BITTENCOURT MONTEIRO	27/11/1986
127153	DEISE PEREIRA DOS PASSOS	21/07/1999
129175	DEYVIDA CARDOSO AGOSTINHO	22/12/1980
127065	DILCEIA DELFINO ZANELA	02/11/1971
127950	EDENISE SIMAS MARÇAL	07/01/1986
127052	EDNA MARCELINO MACHADO	27/01/1983
129265	FABIANA LAURENTINO PIRES	05/06/1973
127870	FRÂNCIELLI SOARES LIBERATO	23/01/2000
129210	GISSELI CARINI SCHEIFLER	13/08/1976
126989	INDIANARA GOMES MARTINS	12/01/1996
126486	IRONILDES MARIA LAUDELINO MARTINS	29/12/1973
127085	JÉSSICA VITORINO VIEIRA	04/02/1992
126757	JULIANA TAVARES DUARTE	04/08/1986
127087	JULIETI PEDRO DA SILVA	20/08/1989
126504	KAROLINE SOUSA RODRIGUES	24/10/1995
129196	KATRINE SILVA PEREIRA	01/05/1989
126191	KELLY MARA MARCÍLIO DE OLIVEIRA	08/06/1992
127756	LETICIA LESSA JOAQUINA	06/06/1996
126467	LUANA CRISTINE DE AMORIM	14/11/1987
126966	LUANA EMRICH	15/01/2000
126243	LUCIANA DEOLINDO MACHADO MARQUES	30/04/1971
126675	MARCIANA ADELINO DE JESUS BACK	23/07/1980
128304	MARILDE VIEIRA RODRIGUES	01/08/1964
126523	MAYARA SOARES LIBERATO	27/01/1995
129206	MÔNICA MARCOS	02/03/1986
128290	PATRICIA CARDOSO	10/04/1978
127129	PATRICIA EVILASIO NUNES	01/09/1978
126179	PATRICIA VITORIA PEIXOTO CORAIN BARRADAS	13/07/1969
126320	RAFAELA NUNES MIGUEL	21/07/1993
127168	ROSÂNGELA MARIA NOGUEIRA	27/12/1964
126307	ROSÂNGELA TORQUATO DE BARROS	16/04/1987
126464	ROSILENE DOS PASSOS SOARES DOMINGOS	22/01/1983
129006	SILVIA SOARES	25/07/1980
127349	SIMONE DEGLIUOMINI NOGUEIRA	06/05/1969
127182	TAMARA ANACLETO TEIXEIRA	23/02/1991
127528	TEREZINHA ANTONIO MATEUS	10/04/1980
126628	THAIS OLIVEIRA CARDOSO	15/06/2001
128057	VERA LUCIA CARDOSO DE OLIVEIRA	28/03/2003

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imaruí - SC  
(48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) | [prefeitura@imarui.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imarui.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

126246 | VERIA TERESA SERAFIM VALENTIM

16/11/1971

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - MASCULINO**

INSC	NOME	NASCIMENTO
129245	DELIELTON MARQUES DE LIMA	03/05/1993
129270	EDIVANIO ALEXANDRE FRAGA	20/06/1983
129281	FABRICIO RODRIGUES	06/09/1991
126801	RAFAEL CAETANO	02/04/1990

**MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR**

INSC	NOME	NASCIMENTO
128672	ANTONIO BENTO MARGARIDA	15/06/1950
127397	DELZI MACHADO ALVES	22/01/1952
127000	ELI CABRAL ALSIRA	10/02/1969
129107	GIVANILDO FERNANDES FLAUSINO	27/09/2000
127893	ISAAC PEDROSO	16/04/1989
126213	JAILSON GREGÓRIO DA CUNHA	04/04/1975
127384	JAIME WESTRUP	08/08/1958
126511	JÂNIO DE CASTRO	09/04/1981
126872	JASON DA SILVA NUNES	01/12/1987
126190	JHONATA WALMOR GONÇALVES FRANCISCO	11/10/1992
126164	LETÍCIA VALÉRIA LOURENÇO DOMINGUES	29/05/1993
127091	LORIANO RODRIGUES PEREIRA	03/11/1983
126935	LOURIVAL FERNANDO MARTINS	29/12/1968
129123	LUCIANO DE SOUZA	10/08/1975
126297	MADSON ROBERTO OLIVEIRA	01/08/1980
127689	VENICIO LUIZ BORGES NETO	12/08/1988

**NUTRICIONISTA**

INSC	NOME	NASCIMENTO
128789	GABRIELA FRAGA TEIXEIRA	28/03/1995
126544	KARINI PACHECO DE SOUZA	30/08/1988
128551	KAROLINE VIEIRA ALVES	01/12/1995
126610	KILLIAN COLOMBO MACIEL	15/01/1984
127149	LUANA FERNANDA FONSECA LOPES	23/10/1998
127028	MARCOS CIBELLI CASTIEL	01/01/1968
129282	MARIA JANETE SANTOS DE AQUINO	22/11/1968
126841	SUELEM FERREIRA VINAGRE	17/02/1989

**PEDAGOGO**

INSC	NOME	NASCIMENTO
127329	DANIELA DAIANE BRUCHADO MOURA	10/04/1988
129203	JOANA PAULA FAGUNDES	14/07/1980
127573	MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES	18/01/1986
129080	NECINA MACHADO FERNANDES	09/07/1983
128404	RENATO SCHULLER	27/11/1971
126184	SIMONE TALARICO DOS SANTOS	16/03/1987

**PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)**

INSC	NOME	NASCIMENTO
127871	ADENISE CARDOZO HERCULANO	19/09/1983
127105	ADRIANA DE CASTRO MEDEIROS BARRETO	03/09/1973
126968	AMÉLIA DOS REIS DE SOUSA JORGE	12/07/1998
127114	ANA PAULA RAMOS	12/08/1995
126962	CACILDA DE SOUZA PADILHA ALVES	25/08/1980

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imaruí - SC  
(48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) | [prefeitura@imarui.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imarui.sc.gov.br)





## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

129154	CARLA VITÓRIO DA SILVA	25/05/1995
127389	CÍNTIA APARECIDA DOS SANTOS	14/09/1988
128636	CÍNTIA MARIA VIEIRA	11/06/1996
126712	DAIANE FERNANDES CARDOSO	29/07/1987
128412	DAYANI DE OLIVEIRA CARDOSO	13/06/1992
126183	DENISE JOÃO INEZ	17/01/1978
129047	DENISI VIEIRA DAMAS DE SOUZA	22/12/1985
127338	DIELY DOMINGOS DO NASCIMENTO	12/07/1996
126713	EDIMARA MARCELINO MACHADO	17/11/1992
128901	EDINA BERKENBROCK ALVES	19/01/1987
126846	EVALDO DA SILVA	06/08/1965
128621	EVANI DE OLIVEIRA PEREIRA	18/12/1971
126674	FABIULA THIESEN	26/01/1986
129182	FRANCIELE NASCIMENTO JOSÉ	10/01/1995
126401	GISLAINE MATIAS OLIVEIRA	12/05/1988
126619	JEANI LEOPOLDO DA SILVA LIMAS	25/08/1993
128888	JÉSSICA GONÇALVES DA ROSA	19/11/1991
126598	JOICE CAMPOS	17/09/1996
129053	JULIANA GRUNOW MATIAS	02/12/1995
126662	KALITA DE OLIVEIRA CUSTODIO MENDES	19/06/1998
128506	KAREN SIMEIA ROSA DA SILVA	02/08/1977
126876	KARINE CARDOSO DE FREITAS	26/07/1992
128366	KARLA MARQUES DE OLIVEIRA	26/11/1995
129151	KAROLINE DE SOUSA BRASIL	14/09/1995
129139	KELI SABINO PADILHA	09/11/1992
126651	LARISSA DE FREITAS SIMIANO	15/08/1999
128606	LETICIA DOS PASSOS DE SOUZA	29/06/1998
126864	MANUELA BERNARDO DA SILVA	01/07/1997
127143	MÁRIA APARECIDA DE SOUSA	24/05/1964
127490	MÁRIA SALETE JOAO DA ROSA	21/11/1956
127090	MARIELLY VITORINO VIEIRA	28/10/1996
126831	MAX-CINE SILVA MARTINHO	12/04/1978
129247	MIRIANGARETE EDGAR ALVES DOS PASSOS	11/07/1969
129069	MONICA ELLER SELHORST	13/03/1994
126513	MORGANA MATIAS BITTENCOURT	24/11/1996
128924	NADIR WESTRUP RAULINO	24/11/1964
127503	NILENIA VITÓRIO DA SILVA	16/01/1981
126369	PATRICIA DE SOUZA ZAMPIERE	22/02/1987
127564	SABRINA TORQUATO MENDES	19/06/1992
126447	SILVANIA SILVA MACHADO DE SOUZA	04/03/1990
127146	SINARA ALVES	30/09/1988
128305	TATIANE DOS SANTOS VIEIRA RODRIGUES	01/03/1978
127048	VALDETE MANOEL DA SILVA STEFF CARDOSO	07/01/1965
126942	VALDIREENE MARIA DA SILVA	26/05/1976

#### PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (NÃO HABILITADO)

INSC	NOME	NASCIMENTO
128905	ADNILDA PEREIRA SANTOS	22/11/1986
127069	ANA REGINA DE SOUSA DOMINGOS	02/01/1979
128472	DANIELA CUNHA DA SILVA	06/10/1977
127499	DAYSE DE OLIVEIRA BERTO JUSTINO	08/12/1974
128017	EDUARDA SELHORST	14/12/2000
126726	EVA SILVANA SILVEIRA	22/06/1969
127005	FLAVIANA PACHECO	23/12/1972
127869	FRANCIÉLLI SOARES LIBERATO	23/01/2000
126280	GEOVANE TEIXEIRA CUNHA	26/09/1993
127020	GUILHERME WILLIAN MARIANO DA SILVA	05/04/1984
127170	JESSYKA NUNES RAIMUNDO	09/06/1994
126886	KARINE CARDOSO BORGES	21/07/1977
128820	KATIANA DA SILVA FIRMINO	04/10/1986
127643	MARI LUCIA AMORIM GLUCK	11/10/1985

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imaruí - SC  
 (48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) | [prefeitura@imarui.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imarui.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

126485	MARIA LEONORA ADÃO	24/06/2001
126798	MAYARA SEVERINO JOAO ZEFERINO	24/10/1994
126235	MORGANA BERNARDES DE SOUSA	06/07/1995
128694	RENATA MARCELINO FERNANDES	01/09/1987
126627	ROMAICA SACHSE	19/09/1972
127664	ROSIANE MARIA DOS SANTOS ALEXANDRE	17/12/1980
129005	SILVIA SOARES	25/07/1980
127150	SUELLEN ALVES SILVEIRA	13/03/1992
129251	VALDIRENE DO NASCIMENTO HOGIN	28/02/1979
127674	VERA LÚCIA DE SOUSA DIAS	09/03/1967

**PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO)**

INSC	NOME	NASCIMENTO
127066	ANA REGINA DE SOUSA DOMINGOS	02/01/1979
127810	CAMILA VITÓRIO MORAIS SELHORST	28/07/1991
127502	FILIFE CANTO ANTONIO	20/10/1986
126450	ROGER FELIPE MARIANO DA SILVA	24/03/1985
126777	SAMANTA CHRISTMAS DA SILVA	25/12/1992
127313	SUZIANE POLUCENO VIANA	16/11/1976

**PROFESSOR DE ARTES (NÃO HABILITADO)**

INSC	NOME	NASCIMENTO
127306	CARINA DA SILVA DE OLIVEIRA	03/12/1996
126257	INDIANARA DA ROSA	02/04/1996
126238	MORGANA BERNARDES DE SOUSA	06/07/1995
129178	RICARDO DE CASTRO GORDO	08/05/1976
126953	RYCHARD DE CASTRO	15/12/1998

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS (HABILITADO)**

INSC	NOME	NASCIMENTO
128676	AMANDA DA ROCHA MONTEIRO	15/09/1988
127079	BEATRIZ MACHADO BRISTOT	04/02/1997
128284	DANIELA BALZ HARA	05/11/1977
126723	EVA SILVANA SILVEIRA	22/06/1969
126808	HALINE DE MENDONÇA JACQUES DIAS	24/03/1976
128732	JÉSSICA VERGILIO KNABEN	31/08/1997
129161	JOSÉ ROBERTO DA SILVA JUNIOR	16/10/1985
126456	JULIO CESAR VIEIRA	14/06/1983
128872	MARCIA EUNICE SANTIAGO SALES CARDOSO **	10/06/1984
129168	MARINA BONACINA PERGHER	14/12/1992
128985	PATRÍCIA CRESCÊNCIO	22/08/1985

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO)**

INSC	NOME	NASCIMENTO
127885	ANDRÉ LUIZ BOSCO MIRANDA	18/11/1991
129172	BRUNO LEONARDO SGROTT	02/08/1982
127807	DAIANE DE RESENDES ESPÍNDOLA	23/08/1991
126478	EDJANE SILVA DE MATOS	19/01/1996
127414	FERNANDA DA ROSA	01/04/1996
126947	FERNANDO BERKENBROCK TEODORO	03/07/1997
127466	GUSTAVO DA CRUZ ROSA	03/08/1996
127394	JEAN POLICARPO LINO	01/09/1999
127043	JONAS NUNES GONZAGA	14/11/1991
127410	JULIANA COELHO	24/04/1986
127920	JUSELMA FLORENTINO CORREA ISIDORIO	13/07/1987
127599	KLINSMAN COSTA DOS SANTOS	16/07/1996
127073	LUCAS ROSA MARTINS	05/12/1993

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imaruí - SC  
(48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) | [prefeitura@imarui.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imarui.sc.gov.br)





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

126631	LUCIANO JOSÉ FURTADO BEDUSCHI	10/05/1974
128743	MARCIEL FRAGA MIGUEL	13/01/1992
126309	MARCIO ADRIANO RODRIGUES JUNIOR	26/07/1999
127530	RENÉ AUGUSTO MARTINS GESAT	13/05/1985
128813	THIAGO DA SILVA	06/08/1991
126787	VICTOR PEDRIMAR BARRETO	01/10/1996

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (NÃO HABILITADO)**

INSC	NOME	NASCIMENTO
129191	ALISON ALVES DE MORAIS	21/10/1993
127434	DAIANNY FRANCISCO DE OLIVEIRA	09/09/1994
129257	GUSTHAVO DE SOUSA MARTINS	25/11/1997
127464	JOÃO PAULO ANDRÉ INÁCIO	02/04/1999
128904	JOSÉ CARLOS SOUSA DE CASTRO	08/11/1965
128829	MARIA EDUARDA DA SILVA DE OLIVEIRA	12/02/2001
128513	MATEUS BITTENCOURT ESPINDOLA	24/03/2000
127083	MATEUS BORGES	20/03/2002
129074	MORGANA DA ROSA DE OLIVEIRA	26/07/2002
128403	RENATO SCHULLER	27/11/1971
127917	ROGER CIRILO ROLDAO	13/12/1993
127580	STÉFANY MAFRA NUNES	31/08/2000
126843	VALDECI MARTINHO TAVARES	18/03/1979

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)**

INSC	NOME	NASCIMENTO
127103	ADRIANA DE CASTRO MEDEIROS BARRETO	03/09/1973
126266	ADRIANA SILVEIRA DA SILVA	02/08/1972
127718	ADRIELLY SAMPAIO PATRICIO	16/12/1999
126967	AMÉLIA DOS REIS DE SOUSA JORGE	12/07/1998
127113	ANA PAULA RAMOS	12/08/1995
126888	ANDRESSA MACHADO ALEXANDRE	03/10/1987
127297	BRENDA VIEIRA DA SILVA	21/01/1994
128310	CAMILA BORGES VARGAS	09/12/1990
129152	CARLA VITÓRIO DA SILVA	25/05/1995
127122	CÍNTIA APARECIDA DOS SANTOS	14/09/1988
128635	CÍNTIA MARIA VIEIRA	11/06/1996
128498	CLAUDIANE DOS SANTOS DA ROSA	16/11/1986
126714	DAIANE FERNANDES CARDOSO	29/07/1987
129227	DANIELY FAUST FLORIANO	06/03/1996
128406	DAYANI DE OLIVEIRA CARDOSO	13/06/1992
128812	DENISE CASEMIRO FORTUNATO	06/01/1975
126180	DENISE JOÃO INEZ	17/01/1978
129044	DENISI VIEIRA DAMAS DE SOUZA	22/12/1985
126241	DIELY DOMINGOS DO NASCIMENTO	12/07/1996
126706	EDIMARA MARCELINO MACHADO	17/11/1992
128899	EDINA BERKENBROCK ALVES	19/01/1987
126532	FABIULA THIESEN	26/01/1986
129060	FRANCIELE NASCIMENTO JOSÉ	10/01/1995
128385	GABRIELA ARLENE DE OLIVEIRA	19/05/1984
129002	GISLANE FERNANDES FLAUSINO	14/12/1988
127505	HELENA RAMOS FLORENTINO	22/05/1996
128937	INDIANARA DE OLIVEIRA FERMINO	26/12/1986
128085	JANAINA REGINARA ISIDÓRIO	13/10/1975
128912	JAQUELINE DA SILVA LIMAS	19/08/1995
126193	JAQUELINE FLORENTINO DAMAS	08/09/1983
126617	JEANI LEOPOLDO DA SILVA LIMAS	25/08/1993
126597	JOICE CAMPOS	17/09/1996
128560	JOSIANE MONTEIRO VIEIRA CRESCÊNCIO	02/03/1979
127860	JULIANA GRUNOW MATIAS	02/12/1995
126664	KALITA DE OLIVEIRA CUSTODIO MENDES	19/06/1998

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imaruí - SC  
(48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) | [prefeitura@imarui.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imarui.sc.gov.br)



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

126877	KARINE CARDOSO DE FREITAS	26/07/1992
128364	KARLA MARQUES DE OLIVEIRA	26/11/1995
127412	KAROLINA PEREIRA DE CARVALHO	10/04/1995
128907	KAROLINE RODRIGUES DA ROSA	24/05/1995
128646	KELEN CARVALHO PEREIRA ESTEVAO	30/05/1987
129135	KELI SABINO PADILHA	09/11/1992
126821	LAIS NUNES SELHORST	08/07/1998
126653	LARISSA DE FREITAS SIMIANO	15/08/1999
128095	LETICIA DOS PASSOS DE SOUZA	29/06/1998
126863	MANUELA BERNARDO DA SILVA	01/07/1997
127088	MARIELLY VITORINO VIEIRA	28/10/1996
127679	MARINES BORGES RIBEIRO	31/08/1998
126829	MAX-CINE SILVA MARTINHO	12/04/1978
129067	MONICA ELLER SELHORST	13/03/1994
126514	MORGANA MATIAS BITTENCOURT	24/11/1996
129195	NATÁLIA FERMINIO DOS REIS	21/02/1997
128878	NECINA MACHADO FERNANDES	09/07/1983
127504	NILENIA VITÓRIO DA SILVA	16/01/1981
126233	PÂMELA NUNES CORRÊA	08/01/1996
126366	PATRÍCIA DE SOUZA ZAMPIERE	22/02/1987
126977	PATRÍCIA DOS REIS JORGE COSTA	22/04/1997
127099	PATRÍCIA RODRIGUES FORTUNATO	02/04/1994
129177	RICARDO DE CASTRO GORDO	08/05/1976
127126	RITA DE CÁSSIA DA ROSA TAMAZZIA	29/01/1999
127222	SABRINA AIRES ESPINDOLA	15/08/1998
127489	SABRINA RODRIGUES FORTUNATO	31/01/1993
127563	SABRINA TORQUATO MENDES	19/06/1992
126635	SAMIRA CARDOSO NUNES	30/10/1996
126448	SILVANIA SILVA MACHADO DE SOUZA	04/03/1990
127144	SINARA ALVES	30/09/1988
129248	TALITA DOMINGOS	27/11/1995
128914	TATIANE DOS SANTOS VIEIRA RODRIGUES	01/03/1978
127799	THALIA DE SOUZA BORGES	06/02/1998
127702	THAUANA CRISPIM DA SILVA	26/03/1999
126940	VALDIREENE MARIA DA SILVA	26/05/1976

### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

INSC	NOME	NASCIMENTO
128903	ADNILDA PEREIRA SANTOS	22/11/1986
126898	ANA CAROLINA GUIMARÃES LESSA	03/11/2000
127138	BRUNA DE JESUS DOS PASSOS	21/09/1991
127895	CARINE FONTANIVE	17/10/1986
128846	CRISTIANE ALEXANDRE FRAGA SABINO	19/05/1987
128471	DANIELA CUNHA DA SILVA	06/10/1977
127793	DENISE HARTZ MARTINHO	27/08/1979
128764	DENISE PADILHA SABINO	13/08/2001
127058	DHÉBORA SCHIMITZ CARVALHO	19/12/2001
127478	DHENIFFER DA SILVA DE SOUSA	25/03/2001
128016	EDUARDA SELHORST	14/12/2000
126725	EVA SILVANA SILVEIRA	22/06/1969
127296	FLAVIA DE SOUSA GONÇALVES	29/04/1980
127011	FRANCIELE DE BONA PORTON	18/11/1995
127868	FRANCIÉLLI SOARES LIBERATO	23/01/2000
126327	GABRIELLY SOARES DOS SANTOS	18/02/2002
127053	JAINI MARTINS PATRICIO	19/11/2001
127325	JESSICA DE JESUS GOUART	19/11/1996
127171	JESSYKA NUNES RAIMUNDO	09/06/1994
127234	JOCILEIA FERNANDES ESTÁCIO	01/04/1997
128478	JOSIANI CORREIA VENÂNCIO	22/12/1977
128311	JUCILANE INÁCIO NUNES	12/05/1982
126313	JULIANA PURIFICAÇÃO STAROSKY	06/05/1983

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imaruí - SC  
 (48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) | [prefeitura@imarui.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imarui.sc.gov.br)



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

126503	KAROLINE SOUSA RODRIGUES	24/10/1995
128487	LEANDRO DA SILVA COSTA	05/11/1979
129180	LILIANE DE OLIVEIRA	05/06/1994
126557	LUANA BORGES PADILHA	03/02/2002
127477	MARCIA ELIZA DA SILVA DOS PASSOS	21/02/1976
128541	MARIA EDUARDA NUNES MENDES	12/11/2000
127748	MARIA EDUARDA RAULINO PAULO	20/10/2002
127491	MARIA SALETE JOAO DA ROSA	21/11/1956
126797	MAYARA SEVERINO JOAO ZEFERINO	24/10/1994
128650	MORGANA BERNARDES DE SOUSA	06/07/1995
126352	PRISCILA DOS PASSOS	20/08/1987
128692	RENATA MARCELINO FERNANDES	01/09/1987
127455	ROSA MANOEL CARDOSO	18/10/1960
126413	ROSANA DA CONCEIÇÃO MANOEL	22/07/1974
127660	ROSIANE MARIA DOS SANTOS ALEXANDRE	17/12/1980
126914	SAMARA DE SOUZA SEVERINO	29/07/1994
129004	SILVIA SOARES	25/07/1980
127032	SUELLEN ALVES SILVEIRA	13/03/1992
128037	SUELLEN LAURETH	19/08/1994
129213	THAIS CRUZ LOPES	08/02/1993
127800	THALIA DE SOUZA BORGES	06/02/1998
127111	THALIA RAMOS	13/04/1998
126614	THALIA SEVERINO DE ESPINDOLA	31/01/1999
128826	THAYNARA DA SILVA MIGUEL	13/06/1995

#### PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO (HABILITADO)

INSC	NOME	NASCIMENTO
127666	CECILIA EUCLIDES DA ROCHA FLORENTINO	20/04/1968

#### PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO (NÃO HABILITADO)

INSC	NOME	NASCIMENTO
127081	BEATRIZ MACHADO BRISTOT	04/02/1997
126681	GREICE DE DEOS VIEIRA	14/07/1988
127668	ROSIANE MARIA DOS SANTOS ALEXANDRE	17/12/1980
126951	RYCHARD DE CASTRO	15/12/1998

#### PROFESSOR DE GEOGRAFIA (HABILITADO)

INSC	NOME	NASCIMENTO
127348	ANIVALDA NICOLAU MARQUES FERMINO	18/10/1970
127294	FLAVIA DE SOUSA GONÇALVES	29/04/1980
126677	GREICE DE DEOS VIEIRA	14/07/1988
126979	JOSUÉ SILVA SABINO	20/04/1996
128244	LEANDRO GOULART DUARTE	05/01/1995
127169	PAULO CEZAR DOMINGUES BORGES	18/01/1968
128981	RAMONA DOS PASSOS DA SILVA	03/07/1984

#### PROFESSOR DE GEOGRAFIA (NÃO HABILITADO)

INSC	NOME	NASCIMENTO
126599	ADAO JOEL DE BRITO	18/01/1974
126930	AMABILI GONÇALVES FRANCISCO	06/11/2002
127041	EVANDRO DE SOUSA ALVES	06/10/1988
127022	GUILHERME WILLIAN MARIANO DA SILVA	05/04/1984

#### PROFESSOR DE HISTÓRIA (HABILITADO)

INSC	NOME	NASCIMENTO
------	------	------------

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imaruí - SC  
 (48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) | [prefeitura@imarui.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imarui.sc.gov.br)



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

127347	ANIVALDA NICOLAU MARQUES FERMINO	18/10/1970
128593	DANIEL TANCREDO	31/08/1974
129140	FELIPE CARVALHO MONTEIRO	09/05/1995
126895	FLÁVIA MATIAS CARDOSO	24/03/1993
126170	ISMAEL DE SOUSA VIEIRA	05/09/1992
128486	LEANDRO DA SILVA COSTA	05/11/1979
127096	LUIZ CARLOS GOMES FERREIRA	10/01/1967
128083	MARIANI DE FREITAS DA ROSA	04/05/1995
128818	MATHEUS PANDOLFI MARTINS	15/05/1995
126483	ROBERTO CARLOS DA SILVA INACIO	29/09/1965
127239	THIAGO VINICIUS LOPES HAHN	05/05/1984

#### PROFESSOR DE HISTÓRIA (NÃO HABILITADO)

INSC	NOME	NASCIMENTO
127322	FÁBIO JR DA SILVEIRA DOMINGOS	04/10/1986
126444	RODRIGO DE SOUZA	16/06/1990

#### PROFESSOR DE INGLÊS (HABILITADO)

INSC	NOME	NASCIMENTO
128441	ANA CAROLINI DE SOUSA	17/08/1989
128526	ELISANGELA AVILA MAXIMIANO	18/01/1979
129236	HELTON SEBASTIÃO FERNANDES	13/11/1995
127556	ISABEL CRISTINA BRIONES CÁCERES	10/04/1984
127076	JULIO CESAR VIEIRA	14/06/1983
127691	LUCAS ALVES SELHORST	04/11/1994
129273	MAURÍCIO DANIELSKI VICENTE	23/11/1986
126160	RENATO BARBOSA RODRIGUES	29/11/1977
126585	SEBASTIÃO JOSE VIANA	02/04/1967
128545	SORAYA REGINA LEAL	22/06/1981

#### PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO)

INSC	NOME	NASCIMENTO
128670	ARTHUR SOUSA NUNES FLORIANO DE CARVALHO	09/09/2000

#### PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (HABILITADO)

INSC	NOME	NASCIMENTO
128525	ELISANGELA AVILA MAXIMIANO	18/01/1979
126897	FLÁVIA MATIAS CARDOSO	24/03/1993
126939	HELOISA MULLER	22/03/1996
126172	JOSEANE DOS PASSOS VIZOSO VARGAS	03/10/1977
126455	JULIO CESAR VIEIRA	14/06/1983
126318	RENATE BARON	01/06/1969
126177	SIMONE TALARICO DOS SANTOS	16/03/1987

#### PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (NÃO HABILITADO)

INSC	NOME	NASCIMENTO
126659	FILIFE TORQUATO MENDES	15/02/1990
129164	JOSIANE LIMA DA SILVA	26/02/1988
126589	LUIZ FILIPE DOS PASSOS	26/06/1994

#### PROFESSOR DE MATEMÁTICA (HABILITADO)

INSC	NOME	NASCIMENTO
129157	GEYSE NUNES GOULART	04/10/1995
126329	HIAGO ALVES DE JESUS	02/06/1992
128507	MARCOS PADILHA LUIZ	21/05/1996
128986	PATRÍCIA CRESCÊNCIO	22/08/1985

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imaruí - SC  
(48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) | [prefeitura@imarui.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imarui.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

128596	RAFAELA CUNHA COSTA NUNES	10/09/1997
128402	RENATO SCHULLER	27/11/1971
128503	ROSILEI BORGES MILITAO	02/03/1982
126596	THAYNÁ FERNANDES RAFAEL DOS PASSOS	26/09/1997

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA (NÃO HABILITADO)**

INSC	NOME	NASCIMENTO
126834	EDGAR DA SILVA DE SOUSA	27/07/1996
126623	FELIPE GONÇALVES FRANCISCO	05/02/1997
126970	GUSTAVO ANACLETO NUNES	31/10/2000
126207	LUIZ ANTÔNIO SABINO NETO	07/11/1991
128950	MARIA LUIZA DOS PASSOS DA SILVA	03/11/1991

**PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO)**

INSC	NOME	NASCIMENTO
127106	ADRIANA DE CASTRO MEDEIROS BARRETO	03/09/1973
127139	ANA MARIA VIEIRA FERNANDES	04/11/1963
128309	CAMILA BORGES VARGAS	09/12/1990
126845	CAMILA DE SOUSA VITORINO	26/07/1995
129141	DANIELY FAUST FLORIANO	06/03/1996
128410	DAYANI DE OLIVEIRA CARDOSO	13/06/1992
128811	DENISE CASEMIRO FORTUNATO	06/01/1975
127468	ELISABETE MARIA FORTUNATO DUARTE	28/11/1955
128622	EVANI DE OLIVEIRA PEREIRA	18/12/1971
129184	FRANCIELE NASCIMENTO JOSÉ	10/01/1995
129001	GISLANE FERNANDES FLAUSINO	14/12/1988
128088	JANAINA REGINARA ISIDÓRIO	13/10/1975
126198	JÁQUELINE FLORENTINO DAMAS	08/09/1983
128890	JÉSSICA GONÇALVES DA ROSA	19/11/1991
129202	JOANA PAULA FAGUNDES	14/07/1980
128561	JOSIANE MONTEIRO VIEIRA CRESCÊNCIO	02/03/1979
127552	JOSIANI CORREIA VENÂNCIO	22/12/1977
129241	JULIANA GRUNOW MATIAS	02/12/1995
128947	JULIO CESAR VIEIRA	14/06/1983
127413	KAROLINA PEREIRA DE CARVALHO	10/04/1995
126652	LARISSA DE FREITAS SIMIANO	15/08/1999
127089	MARIELLY VITORINO VIEIRA	28/10/1996
127571	MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES	18/01/1986
126800	MIRIAM ALBINO	17/10/1976
129239	NATÁLIA FERMINIO DOS REIS	21/02/1997
127050	PATRICIA DOS REIS JORGE COSTA	22/04/1997
127098	PATRICIA RODRIGUES FORTUNATO	02/04/1994
127127	RITA DE CÁSSIA DA ROSA TAMAZZIA	29/01/1999
127047	ROGÉRIO MATIAS JUSTINO	26/06/1969
127453	ROSA MANOEL CARDOSO	18/10/1960
126186	SIMONE TALARICO DOS SANTOS	16/03/1987
129275	SIRLEY DE SOUSA CARDOSO DE SOUZA	13/03/1969
127075	TATIANE DOS SANTOS VIEIRA RODRIGUES	01/03/1978
126943	VALDIREENE MARIA DA SILVA	26/05/1976

**PSICÓLOGO**

INSC	NOME	NASCIMENTO
126230	ANA CARLA CORRÊA DE OLIVEIRA	17/07/1996
127165	DOUGLAS SEHNEM SCHWERTZ	31/03/1998

\*\* = candidato portador de deficiência.

**Art. 19º** - A relação de pedidos especiais para realização da prova escrita, encontra-se a seguir. O candidato que solicitou o atendimento especial e não constar nesta relação deverá protocolar recurso, no prazo estabelecido em edital, solicitando o atendimento especial que necessita.

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imaruá - SC  
(48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imaruí.sc.gov.br](http://www.imaruí.sc.gov.br) | [prefeitura@imaruí.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imaruí.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**Art. 20º** - O candidato portador de necessidades especiais que não recorrer no prazo estipulado em Edital NÃO poderá reclamar ou solicitar condições especiais no dia da prova.

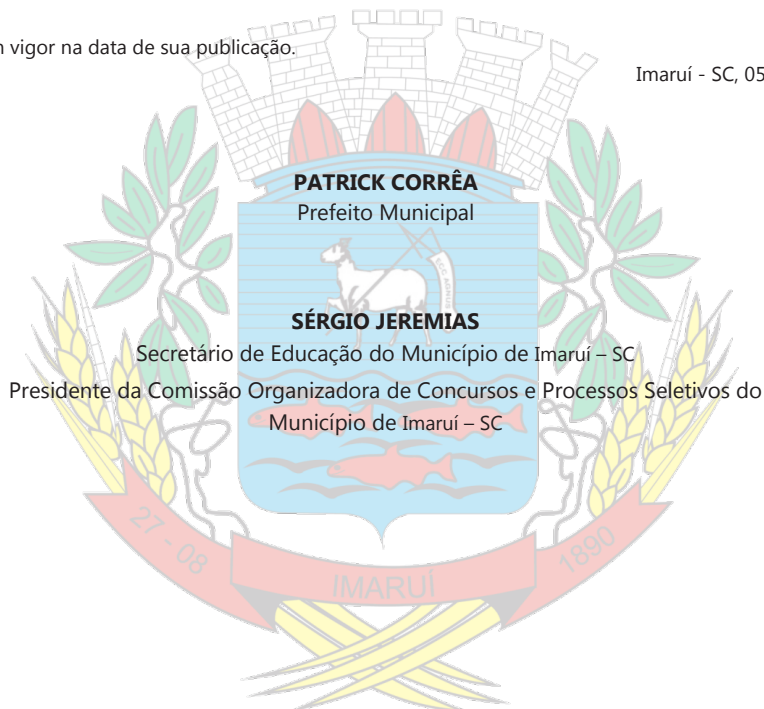
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS QUE SOLICITARAM RESERVA DE VAGAS / CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

**SOLICITAÇÕES DEFERIDAS**

INSC.	NOME	CARGO	RESERVA DE VAGA	NECESSIDADE ESPECIAL	SALA ESPECIAL	PERÍODO
128872	MARCIA EUNICE SANTIAGO SALES CARDOSO **	PROFESSOR DE CIÊNCIAS (HABILITADO)	SIM	NÃO	NÃO	Manhã 1º Período

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí - SC, 05 de janeiro de 2022.



Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imaruí - SC  
(48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) | [prefeitura@imarui.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imarui.sc.gov.br)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ****ANEXO I - FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE TÍTULOS**

Cargo pretendido: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

**QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS (SOMENTE PARA CARGOS DE PROFESSOR)**

Título	Valor de cada título	Valor máximo dos títulos	Pontuação Obtida
a) Certificado e/ou Certidão de Conclusão de Curso de Pós Graduação a nível de <b>ESPECIALIZAÇÃO</b> , com carga horária mínima de 360 horas na área da educação.	5,00	05,00	
b) Certificado e/ou Certidão de Conclusão de Curso de Pós Graduação a nível de <b>MESTRADO</b> , na área da educação.	5,00	05,00	
c) Certificado e/ou Certidão de Conclusão de Curso de Pós Graduação a nível de <b>DOCTORADO</b> , na área da educação.	10,00	10,00	
MÁXIMO DE PONTOS A SER OBTIDO		<b>20,00</b>	

OBS: OS TÍTULOS DEVERÃO SER ENTREGUES GRAMPEADOS COM ESTA FOLHA DE ENTREGA DE TÍTULOS. O CANDIDATO DEVERÁ PREENCHER **SOMENTE O CARGO PRETENDIDO E NOME COMPLETO**. (NÃO COLOCAR EM ENVELOPE)

Para a comprovação de pós-graduação e graduação NÃO serão aceitas DECLARAÇÕES em hipótese alguma, devendo ser apresentado o Diploma ou Certidão de Conclusão.

Os certificados ou diplomas de conclusão de cursos de pós-graduação deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida e credenciada pelo MEC.

A apresentação dos títulos se dará por **apresentação do título original e fotocópia no mesmo** local da prova escrita, em sala especial para este fim, em horário a ser publicado no edital de homologação das inscrições. O candidato deverá obrigatoriamente trazer uma cópia do certificado juntamente com o original. Não serão realizadas cópias nos locais de recebimento, bem como não serão recolhidos diplomas originais.

O candidato deverá obter 40,00 (quarenta) pontos ou mais na prova escrita para ter sua nota da prova de títulos contabilizada.

**PROCESSO SELETIVO****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ****COMPROVANTE DE ENTREGA DE TÍTULOS**

NOME: \_\_\_\_\_

Nº de cópias entregues: \_\_\_\_\_

Assinatura do atendente

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro | CEP 88770-000 | Imaruí - SC  
(48) 3643-0196 | 3643-0213 | 3643-0138 | [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) | [prefeitura@imarui.sc.gov.br](mailto:prefeitura@imarui.sc.gov.br)



# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 01/2022 - PROCESSO 36/2021

Publicação Nº 3521087

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 728F9D063E7C515153ED57B514DB40957909B346

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

Contrato ..... : 01/2022 – A00  
Processo ..... : 36/2021  
Modalidade ..... : Tomada de preço 01/2021  
Contratante ..... : Secretaria Municipal de Saude  
Contratada ..... : ENGEDER ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA  
Vigência ..... : 03/01/2022 a 03/01/2023  
Valor ..... : R\$ 79.845,00  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS, DE ENGENHARIA, MEMORIAIS, PLANILHAS DE QUANTITATIVOS, PLANILHAS DE ORÇAMENTO, DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE BÁSICA DO CENTRO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC (POLICLÍNICA)

Imbituba, 03 de janeiro de 2022  
GRACIELA WIEMES RIBEIRO

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 36/2021

Publicação Nº 3521084

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 22500BDF915F600E65007E33A0569FD77D2A4A96

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo 36/2021  
Licitação 01/2022  
Modalidade Tomada de preço  
Data homologação 03/01/2022  
Fornecedores ENGEDER ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA  
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS, DE ENGENHARIA, MEMORIAIS, PLANILHAS DE QUANTITATIVOS, PLANILHAS DE ORÇAMENTO, DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE BÁSICA DO CENTRO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC (POLICLÍNICA),

Imbituba, 03 de janeiro de 2022.  
GRACIELA WIEMES RIBEIRO  
Secretaria da Saude

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 10/2022

Publicação Nº 3520184

PORTARIA PMI/SEAD Nº 10, de 04 de janeiro de 2022.  
Dispõe sobre a Extinção de Contrato de Professora pelo Término do Prazo Contratual do(a) Contratado(a), e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o Memorando nº 088/2022;

#### RESOLVE:

Art.1º Extinguir, pelo término do prazo contratual do(a) contratado(a), a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019, admitida através da PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO PPE - PMI/SEAD Nº 30/2020, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Extinção de Contrato
Paula Pereira Totti	Prof Ed Infantil II 40hs.	076.007.229-92	03/01/2022

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 04 de janeiro de 2022.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 11/2022

Publicação Nº 3520801

PORTARIA PMI/SEAD Nº 11, de 04 de janeiro de 2022.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 1184, de 22 de novembro de 2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, de 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 29.850/2021 e na legislação em vigor;

### RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 1184, de 22 de novembro de 2021, do servidor, Sr. FRANCISCO FLÁVIO SILVA MAGALHÃES, Auxiliar de Serviços, inscrito na matrícula n.º 1796, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2002 a 2007	01/02/2022 à 02/03/2022 (nova fruição) 01/12/2023 à 30/12/2023

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de janeiro de 2022, conforme PORTARIA PMI/SEAD Nº 1184, de 22 de novembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de janeiro de 2022.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 12/2022

Publicação Nº 3521205

PORTARIA PMI/SEAD Nº 12, de 04 de janeiro de 2022.

Dispõe sobre a Exoneração à Pedido de Auxiliar de Serviços Gerais, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda todo o exposto no Protocolo nº 023/2022;

### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar à pedido, em 03 de janeiro de 2022, o(a) Sr(a). EDUARDO MACHADO FRASSETO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 112.975.729-39, aprovado no Concurso Público n. 01/2017, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitido em 03 de novembro de 2019 através da PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 327/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de janeiro de 2022.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## **PORTARIA PMI/SEAD Nº 13/2022**

Publicação Nº 3521231

PORTARIA PMI/SEAD Nº 13, de 04 de janeiro de 2022.  
Dispõe sobre a Nomeação de Médico Clínico Geral COVID-19, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o Memorando nº 35.502/2021;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 05 de janeiro de 2022, o Sr. JAIME RIBEIRO FREITAS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 071.236.769-12, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2021 na 1ª colocação, para exercer o cargo/função temporária de Médico Clínico Geral COVID-19, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em razão do novo surto do coronavírus (COVID 19) e para fins de prevenção e enfrentamento ao COVID-19, em critério emergencial.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 003/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 04 de janeiro de 2022.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**CÂMARA MUNICIPAL****ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 001/2022**

Publicação Nº 3521189

Ato da Presidência nº 01/2022

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 143 do Regimento Interno e a ELOM nº 003, de 29 de junho de 2004, divulga o CALENDÁRIO DE SESSÕES ORDINÁRIAS DE 2022, referente à 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, a realizarem-se às 19h30min, nas datas a seguir especificadas:

**CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS – 2022 (1º Semestre)**

Fevereiro				
Nº DE ORDEM				
Anual	Mensal	Dia	Dia da Semana	Local
1ª	1ª	01	Terça-feira	Sede
2ª	2ª	07	Segunda-feira	Sede
3ª	3ª	14	Segunda-feira	Sede
4ª	4ª	21	Segunda-feira	Sede
Março				
5ª	1ª	07	Segunda-feira	Sede
6ª	2ª	14	Segunda-feira	Sede
7ª	3ª	21	Segunda-feira	Sede
8ª	4ª	28	Segunda-feira	Sede
Abril				
9ª	1ª	04	Segunda-feira	Sede
10ª	2ª	11	Segunda-feira	Sede
11ª	3ª	18	Segunda-feira	Sede
12ª	4ª	25	Segunda-feira	Sede
Maio				
13ª	1ª	02	Segunda-feira	Sede
14ª	2ª	09	Segunda-feira	Sede
15ª	3ª	16	Segunda-feira	Sede
16ª	4ª	23	Segunda-feira	Sede
Junho				
17ª	1ª	01	Quarta-feira	Sede
18ª	2ª	06	Segunda-feira	Sede
19ª	3ª	13	Segunda-feira	Sede
20ª	4ª	27	Segunda-feira	Sede
Julho				
21ª	1ª	04	Segunda-feira	Sede
22ª	2ª	07	Quinta-feira	Sede
23ª	3ª	11	Segunda-feira	Sede
24ª	4ª	14	Quinta-feira	Sede

**CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS – 2022 (2º Semestre)**

Agosto				
Nº DE ORDEM				
Anual	Mensal	DIA	Dia da Semana	Local
25ª	1ª	01	Segunda-feira	Sede
26ª	2ª	08	Segunda-feira	Sede
27ª	3ª	15	Segunda-feira	Sede
28ª	4ª	22	Segunda-feira	Sede
Setembro				
29ª	1ª	05	Segunda-feira	Sede
30ª	2ª	12	Segunda-feira	Sede
31ª	3ª	19	Segunda-feira	Sede
32ª	4ª	26	Segunda-feira	Sede
Outubro				
33ª	1ª	03	Segunda-feira	Sede
34ª	2ª	10	Segunda-feira	Sede
35ª	3ª	17	Segunda-feira	Sede
36ª	4ª	24	Segunda-feira	Sede
Novembro				
37ª	1ª	07	Segunda-feira	Sede
38ª	2ª	16	Quarta-feira	Sede

39ª	3ª	21	Segunda-feira	Sede
40ª	4ª	28	Segunda-feira	Sede
Dezembro				
41ª	1ª	01	Quinta-feira	Sede
42ª	2ª	05	Segunda-feira	Sede
43ª	3ª	12	Segunda-feira	Sede
44ª	4ª	15	Quinta-feira	Sede

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 03 de janeiro de 2022.

Elísio Sgrott  
Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 03/01/2022 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

### PORTARIA CMI Nº 003/2022

Publicação Nº 3520357

PORTARIA CMI Nº 003/2022

“Alterar João Floriano para o cargo em comissão de Secretário Administrativo.”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Alterar João Floriano, portador do CPF sob o nº 823.264.019-72, para o cargo em Comissão de Secretário Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 04 de janeiro de 2022.

Elísio Sgrott  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 04/01/2022.

### PORTARIA CMI Nº 004/2022

Publicação Nº 3520361

PORTARIA CMI Nº 004/2022

“Alterar Rosana Steinbruch Neu Freitas para o Cargo em Comissão de Secretária de Gabinete”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Alterar a Senhora Rosana Steinbruch Neu Freitas, brasileira, casada, portadora do RG de nº 4.368.466 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 066.623.179-69, para o Cargo em Comissão de Secretária de Gabinete.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 04 de janeiro de 2022.

Elísio Sgrott  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 04/01/2022.

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2022

Publicação Nº 3520954

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2022  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0180/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2021

O Município de Iporã do Oeste, Estado Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, através do Sr. Adélio Marx, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 297.252.409-87, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 0180/2021, homologadas no dia 5 de janeiro de 2022, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS E ARLA PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MOTORIZADA DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC, conforme especificações abaixo.

1.2. As licitantes registradas para o item cotado são as seguintes:

Fornecedor: POSTO DO FAISCA

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	GASOLINA COMUM FILTRADA	Litro	80.000	6,18	494.400,00
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
6	ARLA 32 20LT	Galão	100	79,90	7.990,00

Fornecedor: ABASTECEDORA E TRANSPORTES LD LTDA

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	OLEO DIESEL COMUM FILTRADO	Litro	150.000	5,03	754.500,00

Fornecedor: POSTO DO CHAPA

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
4	ÓLEO DIESEL S10	Litro	100.000	5,20	520.000,00
				Valor Total R\$ 1.776.890,00	

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4.2.1. O valor do reajuste quando solicitado pelas empresas vencedoras NÃO poderá ser maior que o preço A VISTA praticado na bomba de combustível, sob pena de notificação e advertências.

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

#### 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Processo Administrativo nº 0180/2021 - Pregão Presencial nº 055/2021 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Ata de Julgamento.

#### 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará a partir de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

#### 4. DA ENTREGA

4.1. Para os Itens: 01, 02 e 04

OS COMBUSTÍVEIS deverão ser fornecidos ao Município, de forma parcelada e continuada, diariamente, conforme a necessidade do contratante (veículo ou máquina individualizado), em local apropriado e localizado dentro do perímetro urbano do Município de Iporã do Oeste/SC no ano de 2022/2023, diretamente nos tanques e/ou reservatórios de seus veículos e máquinas, devendo ser observadas as condições e regras estabelecidas na portaria 116/2000 da Agência Nacional de Petróleo – ANP. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador/motorista do veículo abastecido.



**4.2. Para os Itens: 03 e 05**

OS COMBUSTÍVEIS deverão ser fornecidos ao Município, de forma parcelada e continuada, diariamente, conforme a necessidade do contratante (veículo ou máquina individualizado), o licitante vencedor, localizado no Município de Iporã do Oeste/SC no ano de 2022 e 2023, deverá dispor de veículo próprio e apropriado, para entregar o combustível sempre que solicitado pelo Município, no interior do Município, num período máximo de 1 (uma) hora, salvo situações mais complexas, que notadamente exigem mais tempo para entrega dos materiais autorizados, sendo previamente acordado entre as partes, as entregas somente poderão ser efetuadas mediante solicitação ou ordem de abastecimento do contratante, constando a quantidade de litros que deverão ser entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente discriminando a quantidade de litros e respectivos valores. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador/motorista do veículo abastecido.

**4.3. Para o Item: 06**

O ARLA 32 deverá ser entregue NOS LOCAIS DEFINIDOS pelas Secretarias Municipais, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Fornecimento com as quantidades solicitadas.

4.4. A empresa vencedora SEMPRE deverá dispor de uma reserva de combustível para o município de Iporã do Oeste/SC de no mínimo 500 litros para o item 01, de 1.500 litros para o item 02 e de 1.500 litros para o item 03.

4.5. O valor do reajuste quando solicitado pelas empresas vencedoras NÃO poderá ser maior que o preço A VISTA praticado na bomba de combustível, sob pena de notificação e advertências.

4.6. As quantidades constantes neste termo de referência são meras estimativas de consumo, não ficando obrigada a Administração à aquisição total, tendo até 12 (doze) meses para efetuar a aquisição dos produtos.

4.7. A licitante, adjudicada no objeto do presente Edital, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos produtos que fornecer, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

4.8. A não entrega do objeto conforme descrito neste edital, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

4.9. O objeto contratado deverá ser entregue a contratante pelo valor lícitado, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor lícitado e aprovado.

**5. DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.

5.2. O Município de Iporã do Oeste não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da empresa CONTRATADA não entregar os produtos de acordo com o solicitado, ou ainda não entregar a nota fiscal.

5.3. A Administração Municipal reserva-se ao direito de devolução da nota fiscal/fatura não aprovada, e em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda o fornecimento dos produtos não entregues ao município e realize a cobrança financeira que não tenham sido autorizados pelo responsável pela Secretaria.

**6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Iporã do Oeste/SC, por ação, programa, projeto atividade, fonte de recursos e elemento da despesa para este exercício e o exercício seguinte.

**7. RESPONSABILIDADES**

7.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

7.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A empresa fornecedora é responsável também pela entrega dos produtos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

7.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

**8. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS**

8.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada na execução do objeto;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

**9. DA INEXECUÇÃO, CANCELAMENTO E ALT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

9.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada de pleno direito:

9.2.1. Pela autoridade administrativa competente, quando:

- a empresa não cumprir com as obrigações dela constantes;
- a empresa der causa para a rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no artigo 78 d, inciso I a XII, ou XVII da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
- por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;



- o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
  - o fornecedor não comparece ou se recusa a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
  - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
  - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.2.2. Pela empresa quando:
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado;
- 9.2.2.1. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultado a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, caso não aceitas as razões do pedido.

## 10. PENALIDADES

- 10.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.
- 10.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.
- 10.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste termo, a Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:
- a) Advertência;
  - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
  - c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 10.6. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.
- 11.2. Elegem as partes contratantes o Foro da cidade de Mondai/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Iporã do Oeste/SC, 5 de Janeiro de 2022.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

ABASTECEDORA E TRANSPORTES LD LTDA	DIRCEU LUIZ KIST
POSTO DO CHAPA LTDA	VALMOR HENN
POSTO DO FAISCA LTDA	NEITON HENN

## AVISO DE LICITAÇÃO - PR 009/2022

Publicação Nº 3520135

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2022

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2022

CHAMADA PARA CREDENCIAMENTO

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados fará realizar processo de CREDENCIAMENTO. O recebimento dos envelopes contendo documentos para o credenciamento dar-se-á no Departamento de Licitações Municipal de Iporã do Oeste/SC, situada na Rua Santo Antônio, nº 100, a partir das 09h00min do dia 7/02/2022 até as 09h00min do dia 20/12/2022, de segunda a sexta feira, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <www.ipora.atende.net>.

Iporã do Oeste/SC, 5 de Janeiro de 2022.

ADELIO MARX

PREFEITO MUNICIPAL.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PR 010/2022**

Publicação Nº 3520347

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2022  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2022  
CHAMADA PARA CREDENCIAMENTO

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados fará realizar processo de CREDENCIAMENTO. O recebimento dos envelopes contendo documentos para o credenciamento dar-se-á no Departamento de Licitações Municipal de Iporã do Oeste/SC, situada na Rua Santo Antônio, nº 100, a partir das 09h00min do dia 7/02/2022 até as 09h00min do dia 20/12/2022, de segunda a sexta feira, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM REALIZAÇÃO DE EXAMES DE IMAGEM PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <www.ipora.atende.net>.

Iporã do Oeste/SC, 5 de Janeiro de 2022.

ADELIO MARX  
PREFEITO MUNICIPAL.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PR 011/2022**

Publicação Nº 3520818

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2022  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2022  
CHAMADA PARA CREDENCIAMENTO

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados fará realizar processo de CREDENCIAMENTO. O recebimento dos envelopes contendo documentos para o credenciamento dar-se-á no Departamento de Licitações Municipal de Iporã do Oeste/SC, situada na Rua Santo Antônio, nº 100, a partir das 09h00min do dia 7/02/2022 até as 09h00min do dia 20/12/2022, de segunda a sexta feira, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS EM ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <www.ipora.atende.net>.

Iporã do Oeste/SC, 5 de Janeiro de 2022.

ADELIO MARX  
PREFEITO MUNICIPAL.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PR 012/2022**

Publicação Nº 3520835

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2022  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2022  
CHAMADA PARA CREDENCIAMENTO

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados fará realizar processo de CREDENCIAMENTO. O recebimento dos envelopes contendo documentos para o credenciamento dar-se-á no Departamento de Licitações Municipal de Iporã do Oeste/SC, situada na Rua Santo Antônio, nº 100, a partir das 09h00min do dia 7/02/2022 até as 09h00min do dia 20/12/2022, de segunda a sexta feira, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS PARA PRESTAÇÃO COM EXAMES DIVERSOS PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC. PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <www.ipora.atende.net>.

Iporã do Oeste/SC, 5 de Janeiro de 2022.

ADELIO MARX  
PREFEITO MUNICIPAL.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PR 013/2022**

Publicação Nº 3520856

MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2022  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2022  
CHAMADA PARA CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados fará realizar processo de CREDENCIAMENTO. O recebimento dos envelopes contendo documentos para o credenciamento dar-se-á no Departamento de Licitações Municipal de Iporã do Oeste/SC, situada na Rua Santo Antônio, nº 100, a partir das 09h00min do dia 7/02/2022 até as 09h00min do dia 20/12/2022, de segunda a sexta feira, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS E ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS DIVERSOS PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <www.ipora.atende.net>.

Iporã do Oeste/SC, 5 de Janeiro de 2022.

ADELIO MARX

PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO N. 001/2022**

Publicação Nº 3519455

DECRETO MUNICIPAL Nº 001 DE 3 DE JANEIRO DE 2022

REGULAMENTA A LEI Nº 1.762/2017 QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE A SUBSIDIAR DOSES DE SEMÊN AOS PRODUTORES MUNICIPAIS, COM VISTAS A PROCEDER O MELHORAMENTO GENÉTICO NA BOVINOCULTURA DE CORTE E LEITE PARA O EXERCÍCIO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.762/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído e regulamentado, para o exercício de 2022, o Programa de Melhoramento Genético, para atender a demanda de Doses de Sêmen para inseminação artificial em bovinos de corte e leite, do Município de Iporã do Oeste por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º O subsídio às doses de sêmen, é parte integrante do Programa de Melhoramento Genético implementado no Município de Iporã do Oeste – SC, que tem como objetivos incentivar a melhoria do plantel genético do gado leiteiro e de corte, visando uma melhoria na produção de leite e carne, usando para tanto sêmen de touros das raças leiteiras e ou de raças de corte.

Art. 3º Para a efetiva execução e implementação do incentivo regulamentado por este Decreto, os produtores de raças bovinas leiteiras e/ou corte interessados na obtenção do incentivo deverão protocolar requerimento junto à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, em cada exercício, mediante apresentação da seguinte documentação:

I - Inventário atualizado dos animais cadastrados junto a CIDASC/ICASA;

II – Bloco de Produtor Rural.

III- Atualização dos dados cadastrais dos blocos feita a partir de 01/01/2017.

Parágrafo Primeiro. No caso de retirada do material por terceiro que lhe preste o serviço, os produtores deverão informar, no momento de abertura do protocolo, o nome do responsável, por escrito.

Parágrafo Segundo: No caso em que a retirada for feita por terceiro que lhe preste o serviço, o prestador de serviço deverá prestar conta mensalmente para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente das inseminações realizadas aos Produtores que tenham aberto protocolo, bem como devolver os vales inseminação referente a tais inseminações:

I- Mediante a devolução das fichas e a prestação de contas o inseminador receberá um recibo da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente contendo o número de inseminações aos quais foi prestado conta.

II- Os inseminadores que não cumprirem com o descrito no parágrafo Segundo e Inciso I ficaram impedidos de retirar mais doses de sêmen como também luvas e bainhas.

III- Os inseminadores que não prestarem conta das doses retiradas e usadas durante o ano deverão reembolsar o município.

IV- No caso dos inseminadores será feita a contagem da quantidade em estoque no início do ano e no final do ano, sendo feito o balanço entre a quantidade existente, retirada e prestada conta.

Parágrafo Terceiro. Em caso de subsídio financeiro, além da documentação elencada no Art. 3º, o produtor deverá apresentar a nota fiscal, até a data de 30 de novembro de 2022, comprovando o investimento na compra de sêmen.

Art. 4º O parâmetro para a concessão do subsídio, bem como a quantidade de luvas e bainhas, devido a cada produtor, será o inventário de animais cadastrados junto a CIDASC, de modo que cada produtor terá direito a 1,40 (um vírgula quarenta) subsídios para cada fêmea cadastrada ACIMA de 12 meses. Nos casos em que der número quebrado de doses, estas serão arredondadas para mais, assim como também no fornecimento de luvas e bainhas as mesmas serão distribuídas com arredondamento para mais.

Art. 5º No momento da abertura do protocolo o produtor rural deverá informar a qual modalidade irá aderir, podendo optar por uma delas,

ou então, a combinação destas, respeitando a quota determinada no Art. 4º.

Art. 6º Estão disponíveis as seguintes modalidades:

I – Doses de sêmen adquiridos pelo Município de Iporã do Oeste, e fornecidas gratuitamente aos produtores rurais, respeitando a quota determinada O teto de doses que o produtor terá direito será de 125 fichas (90 animais)

II – Subsídio financeiro, para a aquisição de sêmen bovino para as raças de leite e de corte, que será no valor de R\$ 16,00 (dezesesseis reais), respeitando a quota determinada no Art. 4º. O teto que o produtor terá direito será de R\$ 2.000,00. (90 animais)

Parágrafo Primeiro. Os produtores de raças leiteiras e/ou corte, que optarem pelo subsídio financeiro, terão o direito de utilizar o subsídio para a compra tanto de sêmen de convencional como de sêmen sexado, ficando a sua escolha o investimento em material genético diverso do que o material oferecido pelo município.

Parágrafo Segundo. O subsídio será pago diretamente ao beneficiário em conta corrente, que será informada junto a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente no momento da entrega da nota fiscal.

Art. 7º Terão direito ao subsídio de sêmen, os produtores rurais que:

I- Prestarem contas das Notas Fiscais de Produtor Rural expedidas nos prazos estabelecidos pela Fazenda Estadual;

II – Não tiverem débito de qualquer espécie com o Município de Iporã do Oeste e que possuam Bloco de Produtor Rural devidamente registrado no Município.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 3 de janeiro de 2022.

Registre-se e publique-se

ADÉLIO MARX

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

ERVINO HENKEL

Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO N. 002/2022

Publicação Nº 3519468

DECRETO MUNICIPAL Nº 002 DE 3 DE JANEIRO DE 2022

“DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE LEILOEIRO E CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DE LEILÃO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a competência privativa prevista no art. 109, incisos IX e XXI da Lei Orgânica do Município, e atendendo as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações;

CONSIDERANDO a realização de Processo Licitatório na Modalidade Leilão, para venda de ativos inservíveis do Município de Iporã do Oeste – SC.

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDA, a COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DE LEILÃO, e DESIGNADO O LEILOEIRO, para atuar especificamente no Processo Licitatório na modalidade Leilão 001/2022 atendendo as finalidades e procedimentos previstos no presente Decreto.

§ 1º. À COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DE LEILÃO cabe emitir Laudo de Avaliação dos bens considerados inservíveis para a Administração fixando preço mínimo de arrematação, devem acompanhar e fiscalizar o processo de realização do leilão, sempre de acordo com o disposto no Edital do Leilão nº 001/2022;

§ 2º. AO LEILOEIRO cabe publicar e divulgar o Edital do Leilão nº 001/2022, realizar a venda de ativos inservíveis para a administração centralizada e descentralizada, através de Leilão Público Oficial on-line, devidamente assessorado por empresa vencedora de processo licitatório para essa finalidade, e ao final do leilão lavrará a ata com os vencedores do certame.

Art. 2º. DESIGNA, sem ônus adicionais para o Município, os servidores: Roberto Scalabrin, matrícula nº 13862, Diretor Especial de Compras e Licitações, vinculada a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, como Leiloeiro e, Nelsi Bernadete Kist Reis, matrícula nº 36530, Coordenadora do Departamento de Patrimônio e Material, vinculada a Secretaria Municipal de Administração e Finanças; Evandro Rauber, matrícula nº 80632, Analista de Suporte em Informática, lotado no Setor de Tecnologia da Informação, vinculado a Secretaria Municipal de Administração e Finanças; Danilo Jorge Brand, matrícula nº 16985, Motorista, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, Desporto, Cultura e Turismo; Joraci Renz Pavan, matrícula nº 63266, Diretora de Departamento de Transportes e Obras, vinculada a Secretaria de Transportes e Obras, para compor, sob a presidência do primeiro, a Comissão Especial de Acompanhamento de Leilão do Edital de Leilão nº 001/2022.

Art. 3º. O Executivo Municipal, se necessário, colocará a disposição da Comissão todo o material necessário para o bom e fiel desempenho das atribuições.

Art. 4º. Fica Revogado o Decreto nº 148 de 16 de agosto de 2021.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste - SC, 3 de janeiro de 2022.

Registre-se e publique-se

ADÉLIO MARX  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

ERVINO HENKEL  
Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO N. 003/2022

Publicação Nº 3519617

DECRETO Nº 003 DE 3 DE JANEIRO DE 2022

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.965/2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 152.358,86 (cento e cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e seis centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	10.00	ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA	
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
Proj./Ativ.	10.301.0008.2021	Manutenc. ações Gerais do Departamento de Saúde	
3.1.71.00.00.00.00.00		Transferências a Consórcios Públicos mediante Contrato de Rateio	
01.02.00.00		Rec. de imp. E de transf.imp-saúde	1.179,43
3.3.71.00.00.00.00.00		Transferências a Consórcios Públicos	
01.02.00.00		Rec. de imp. E de transf.imp-saúde	1.008,92
4.4.71.00.00.00.00.00		Transferências a Consórcios Públicos	
01.02.00.00		Rec. de imp. E de transf.imp-saúde	170,51
3.3.93.00.00.00.00.00		Transferências a Consórcios Públicos	
01.02.00.00		Rec. de imp. E de transf.imp-saúde	150.000,00
		Total	152.358,86

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, redução parcial e/ou total das dotações orçamentárias abaixo especificadas, com fulcro no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes:

Órgão:	10.00	ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA	
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
Proj./Ativ.	10.301.0008.2021	Manutenc. ações Gerais do Departamento de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.02.00.00		Rec. de imp. E de transf.imp-saúde	152.358,86
		Total	152.358,86

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2022/2025 - Lei Municipal nº 1.949/2021, da LDO 2022 - Lei Municipal nº 1.954/2021 e da LOA 2022 - Lei Municipal nº 1.965/2021, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 152.358,86 (cento e cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e seis centavos).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 3 de janeiro de 2022.

Registre-se e publique-se

ADÉLIO MARX  
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

ERVINO HENKEL  
Secretário de Administração e Finanças



**DECRETO N. 275/2021**

Publicação Nº 3519391

DECRETO Nº 275 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021.

PRORROGA O PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO NOMEADA PELO DECRETO Nº 102 DE 2 DE JUNHO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, especialmente o disposto no Art. 109. Incisos XXXI e XLV;

CONSIDERANDO, que a atualização e aperfeiçoamento da legislação se faz necessária para sua eficácia;

CONSIDERANDO, que a demanda de trabalhos para a elaboração da proposta de alteração da referida legislação;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão nomeada pelo Decreto nº 102 de 2 de junho de 2021 pelo período de mais 180 dias a contar de 30 de dezembro de 2021:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 28 de dezembro de 2021.

Registre-se e publique-se

ADÉLIO MARX  
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

ERVINO HENKEL  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO N. 276/2021**

Publicação Nº 3519409

DECRETO MUNICIPAL Nº 276 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 012/2021 DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDA a COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 012/2021 para as finalidades dos procedimentos previstos no presente Decreto.

Parágrafo único. À Comissão Municipal de Acompanhamento de Concurso Público cabe divulgar o Edital de nº 012/2021, auxiliar nas inscrições dos candidatos, verificar a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas, acompanhar e fiscalizar a realização da prova prática executadas pelos candidatos sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital.

Art. 2º. DESIGNA, sem ônus adicionais para o Município, os servidores: LUCIANE SKRYPYCSAK KIST, JORACI RENZ PAVAN, MARCIELE JACINTA DAL BOSCO, NELSI BERNADETE KIST REIS e JANETE CECILIA LAUSCHNER, para compor, sob a presidência do primeiro, a Comissão Municipal de Acompanhamento de Concurso Público do Edital 012/2021.

Art. 3º. O Executivo Municipal, se necessário, colocará à disposição da Comissão pessoas físicas ou jurídicas qualificadas e todo o material necessário para o bom e fiel desempenho das atribuições.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Iporã do Oeste - SC, 28 de dezembro de 2021.

Registre-se e publique-se  
ADÉLIO MARX  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,  
ERVINO HENKEL  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO N. 277/2021**

Publicação Nº 3519417

DECRETO Nº 277 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.913/2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ R\$ 38.082,61 (trinta e oito mil e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	02.00	GABINETE DO PREFEITO	
Unidade:	02.01	Gabinete do Prefeito	
Proj./Ativ.	004.0122.0002-2002	Manut. Das Ações do Gabinete do Prefeito	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
03.34.12.61		Construção Quadra Coberta Barra Gde.	36.969,22
03.34.15.61		Rend. Quadra Coberta Linha Barra Gde.	1.113,39
	Total		38.082,61

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, o superávit financeiro verificado no exercício de 2020 no valor de:

I - R\$ R\$ 38.082,61 (trinta e oito mil e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos), oriundos da Fonte de Recursos 03.34.12.61 e 03.34.15.61 Superávit – Construção Quadra Coberta Barra Grande e Rendimentos Quadra Coberta Barra Grande – Caixa Econômica Federal. conta nº 64.7373-9.

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2021 - Lei Municipal nº 1.907/2020 e da LOA 2021 – Lei Municipal nº 1.913/2020, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ R\$ 38.082,61 (trinta e oito mil e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 28 de dezembro de 2021.

Registre-se e publique-se

ADÉLIO MARX  
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

ERVINO HENKEL  
Secretário de Administração e Finanças**DECRETO N. 278/2021**

Publicação Nº 3519426

DECRETO Nº 278 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.913/2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	03.00	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade:	03.01	Departamento de Administração e Finanças	
Proj./Ati	004.0122.0004.1047	Aquisição e/ou construção de Imóvel	
4.4.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	2.000,00
	Total		2.000,00



Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, o provável excesso de arrecadação no exercício de 2021 no valor de:

I - R\$ 2.000,00 (dois mil reais), oriundos da Fonte de Recursos 01.00.00.00 Recursos Ordinários Conta Receita: 4.1718.0121.0000.0000.00.

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2021 - Lei Municipal nº 1.907/2020 e da LOA 2021 - Lei Municipal nº 1.913/2020, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 30 de dezembro de 2021.

Registre-se e publique-se

ADÉLIO MARX  
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

ERVINO HENKEL  
Secretário de Administração e Finanças

**EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 001/2022**

Publicação Nº 3519603

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022**

O Município de Iporã do Oeste-SC, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, torna público o presente Chamamento Público para a seleção de propostas visando o fomento, desenvolvimento e implementação de projetos, com organizações da sociedade civil que desenvolvam ações de caráter cultural, artístico e desportivo.

**DO OBJETO**

**1.1.** O presente Chamamento tem como finalidade habilitar organizações da sociedade civil para desenvolver atividades culturais, artísticas e desportivas, que se enquadrem nos objetivos da Secretaria Municipal da Educação, Desporto e Cultura, através do Fundo Municipal de Cultura e Departamento de Desporto, com início no ano de 2022, atendendo às especificidades de cada modalidade e público-alvo e garantindo a excelência no serviço público.

**1.2.** Esse chamamento tem como objetivo selecionar proposta(s) para as seguintes campos culturais e modalidades esportivas:

**I - CULTURA - Valor Total do Objeto: R\$ 257.000,00**

Campo Cultural	Atividade Artístico-Cultural	Nº de Projetos
Dança	a) Folclórica alemã	01
	b) Tradicional gaúchesca	01
	c) Patinação sobre Rodas	01
Coral	a) Coral Adulto/Comunitário	05
	b) Coral Infantojuvenil	01
Grupo Musical	a) Orquestra de violões	01
	b) Banda musical	01
	c) Fanfarra	01
Oficina Musical	a) Aulas de gaita	01
	b) Aulas de violino	01
	c) Aulas de teclado e violão	01
	d) Musicalização e aulas de viola, flauta doce e cavaquinho	01
Arte e Movimento	a) Escotismo	01
	b) Teatro	01

**II - ESPORTE - Valor Total do Objeto: R\$ 140.000,00**

Campo Esportivo	Modalidade	Nº de Projetos
Escolinha	a) Futsal	01
	b) Voleibol	01
	c) Handebol	01

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
 Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
 CNPJ: 78.485.554/0001-13



d)Futebol de Campo	01
e)Atletismo	01

**1.3.** As concessões deverão atender organizações da sociedade civil com finalidade estatutária de caráter cultural, artístico e desportivo.

**1.4.** O objeto da proposta deverá contribuir para o desenvolvimento social, a inclusão e construção de cidadania, por meio de atividades que promovem o desenvolvimento do conhecimento, de habilidades, criatividade, protagonismo, liderança e autonomia por meio de ações de difusão e fortalecimento da cultura e desporto do município, como também, incentivo a iniciativas de geração de emprego e renda.

#### **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1.** O valor de referência previsto para a realização da parceria objeto deste chamamento público é de R\$ 397.000,00 (trezentos e noventa e oito mil e quinhentos reais) divididos em valores máximos para cada modalidade conforme segue:

I. Atividades Artístico-Culturais .....	R\$ 257.000,00;
II. Atividades Esportivas .....	R\$ 140.000,00.

**2.2.** As despesas decorrentes da realização da parceria objeto deste chamamento público estão previstas no orçamento do município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão: Secretaria de Educação Desporto e Cultura

Unidade: 02 – Departamento de Desporto

Projeto Atividade: 2044–Manutenção Ações Depart de Desporto – R\$ 140.000,00

Unidade: 04 – Fundo Municipal de Cultura - FMC

Projeto Atividade: 2074–Ações Fundo Municipal de Cultura–FMC – R\$ 257.000,00

**2.3.** As despesas decorrentes da realização da parceria do objeto deste chamamento público serão executadas tendo em vista:

**2.3.1.** A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

**2.3.2.** A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

**(49)3634-1210**

www.ipora.sc.gov.br - administracao@ipora.sc.gov.br  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



2.3.2.1. O pagamento da remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com os recursos recebidos não gera vínculo trabalhista com o poder público.

2.4. É vedado utilizar recursos financeiros provenientes da parceria objeto deste chamamento público para:

2.4.1. Finalidade alheia ao seu objeto;

2.4.2. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica (Lei nº 1.837, de 23 de outubro de 2018) e na lei de diretrizes orçamentárias.

#### **DA PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste chamamento público organizações da sociedade civil em cuja finalidade estatutária estejam contempladas atividades culturais, artísticas e desportivas.

3.2. Para fins deste Chamamento Público, considera-se organização da sociedade civil:

3.2.1. Entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

3.2.2. As sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para o fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social;

3.2.3. As organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social, distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

3.3. Apenas poderão participar organizações da sociedade civil sediadas ou com representação atuante e reconhecida no Município de Iporã do Oeste-SC há no mínimo dois anos, e que comprovem atuação de atividades culturais, artísticas e desportivas de, no mínimo, um ano.

#### **DOS PRAZOS E INSCRIÇÃO**

4.1. As inscrições serão gratuitas e ficarão abertas no período de 30 (trinta) dias após a publicação deste Chamamento Público.

4.2. A inscrição dar-se-á por meio de envelope fechado e lacrado, devendo ser identificado contendo na etiqueta os seguintes dados:

*Edital de Chamamento Público nº 001/2022*

*Título do projeto: .....*

*Nome do proponente: .....*

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



CNPJ: .....

4.2.1. O envelope deverá conter, na seguinte sequência:

- I - Ficha de inscrição, conforme modelo (Anexo I);
- II - Comprovante de que possui, no mínimo, 02 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, conforme certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) emitido pela Receita Federal;
- III - Cópia autenticada do estatuto da instituição e, caso tenha sido atualizado, cópia da atualização;
- IV - Cópia autenticada da ata de eleição ou do termo de posse do dirigente em exercício;
- V - Cópias autenticadas de identidade e CPF do dirigente ou representante legal da entidade;
- VI - Relação nominal dos dirigentes com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (Anexo II);
- VII - Comprovação de, no mínimo, um ano de realização de atividades culturais, artísticas e desportivas, por meio de apresentação de relatório de atividades na área de atuação, o qual pode ser comprovado com atestados, depoimentos, cópias de cartazes, folders, fotografias ou material audiovisual, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, entre outras formas de registro das ações desenvolvidas;
- VIII - Declaração sobre Condições Materiais e Técnicas para desenvolver o objeto do termo de parceria; (Anexo III)
- IX - Plano de trabalho, conforme modelo (Anexo IV). No mesmo envelope, podem ser anexados os Planos de Trabalho para cada Modalidade de inscrição, não sendo necessário repetir a documentação dos I ao VIII.

4.2.2. Os documentos descritos no item anterior deverão ser apresentados em única via, redigidos com clareza e entregues diretamente na prefeitura, ou enviados pelos Correios, com AR, dentro do prazo previsto no cronograma. O Envelope de Entrega e/ou Envio deve ser endereçado para:

*Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC  
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão  
Inscrição Chamamento Público nº 001/2022  
Rua Santo Antônio, 100  
Centro - Iporã do Oeste/SC  
CEP 89.899-000*

4.3. Cada proponente poderá apresentar somente um projeto para cada modalidade deste Chamamento. Na hipótese de haver mais de uma inscrição, todos os projetos apresentados por esse proponente para a referida modalidade, serão inabilitados.

4.4. A inscrição do proponente implicará a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Chamamento Público, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



4.5. Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição depois de finalizada.

4.6. Não serão aceitas as inscrições que não se apresentem de acordo com os prazos e exigências do presente Regulamento.

4.7. O ônus ocasionado com a participação neste Chamamento Público, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do proponente.

4.8. O material apresentado para fins de inscrição em nenhuma hipótese será restituído ao proponente, independentemente do resultado da seleção.

#### **DA PROPOSTA**

5.1. Deverá constar no Plano de Trabalho entregue pelo proponente:

I - Descrição do objeto: de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;

II - Descrição dos objetivos do projeto: identificando as ações que devem ser cumpridas para obtenção do objeto;

III - Justificativa: informar o por que propôs o projeto, o diagnóstico da realidade devendo ser demonstrado o nexos entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;

IV - Público Alvo: quantificar e qualificar as pessoas a serem beneficiadas com o projeto;

V - Relatório de Atividades: informações que comprovem a capacidade técnica e operacional da instituição proponente para a execução do objeto;

VI - Resultados/Produtos Esperados: devem estar relacionados com as justificativas e os objetivos específicos. Registrar os resultados que se espera obter com o projeto e a resposta do projeto aos problemas e demandas sociais. Descrever os benefícios e os impactos positivos que o projeto trará para a comunidade local;

VII - Cronograma de execução: especificar as metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

VIII - Plano de aplicação dos recursos, contendo previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IX - Cronograma de Desembolso: informar o período e valor de desembolso das despesas para cumprimento das metas propostas.

5.2. Entre outras despesas, poderão ser previstas para serem pagas com recursos vinculados à parceria:

5.2.1. Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

5.2.2 Despesas referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



5.2.3 Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

5.2.4 Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

5.3. Para o cumprimento dos objetivos e metas do projeto, é vedada a apresentação de despesas com:

5.3.1. Despesas com publicidade que caracterizem promoção pessoal;

5.3.2. Pagar, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

5.3.3. Pagamento efetuado fora do prazo de vigência do Termo de Fomento;

5.3.4. Pagamento de despesas bancárias, tais como taxas de manutenção de conta e tarifas diversas;

5.3.5. Outras que não atendam aos objetivos do projeto.

5.4. A presença das despesas descritas no item anterior acarretará na subtração destas, do valor total da proposta.

5.5. O prazo para execução do projeto deverá ser de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 06 (seis) meses.

5.5.1. O proponente poderá solicitar prorrogação de vigência do Termo, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência de seu vencimento, desde que devidamente justificada, acolhida e deferida pelo Gestor da parceria.

#### DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. A documentação e as propostas apresentadas serão avaliadas pela Comissão de Seleção, previamente designada pela administração municipal por meio de portaria, reunidos em sessão pública para tal ato.

6.1.1. Estará impedida de participar da Comissão de Seleção pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes deste chamamento público.

6.1.2. Configurado o impedimento previsto, será designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

6.2. A Comissão de Seleção disporá do prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data final de entrega dos envelopes de proposta e de documentação, para o julgamento e ordenação das propostas.

6.3. Ao avaliar as propostas, a Comissão de Seleção observará os benefícios culturais, sociais e econômicos oferecidos, levando em consideração os seguintes critérios e pontuações:

CRITÉRIO DE JULGAMENTOS		METODOLOGIA DE PONTUAÇÃO	PONTOS
A	Informações sobre ações a serem executadas, metas a	- Grau pleno de atendimento (3,0 pontos)	3,0

(49)3634-1210

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13





	serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas.	- Grau satisfatório de atendimento (1,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).	
B	Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria.	- Grau pleno de adequação (1,0) - Grau satisfatório de adequação (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.	01
C	Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto.	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).	1,0
D	Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta.	- O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (1,0); - O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referência (0,5); - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	1,0
E	Capacidade técnica-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	- Grau pleno de capacidade técnico operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).	2,0
F	O proponente manteve	Não = 0	2,0

(49)3634-1210

www.ipora.sc.gov.br - administracao@ipora.sc.gov.br  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



atividades de formação cultural, artística, escoteira e/ou desportiva no ano 2020 e 2021.	Sim = 2 Comprovar por meio de ficha de inscrição, listas de presença, relatório de atividades, ficha de frequência, matéria de jornal, entre outros.	
<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA GLOBAL</b>		<b>10,0</b>

**6.4.** A falsidade de informações nos projetos acarretará a eliminação da OSC, podendo ensejar a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente.

**6.5** Serão eliminados aqueles projetos:

- a) cuja pontuação total for inferior a 5,0 (cinco) pontos;
- b) que recebam nota “zero” nos critérios de julgamento (B), (D) e (E); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;

**6.6.** A proposta será avaliada individualmente pelos membros da Comissão de Seleção, e a pontuação final será obtida a partir do cálculo da média aritmética simples entre as pontuações dos avaliadores.

**6.7.** Havendo empate na totalização dos pontos, o desempate beneficiará o proponente que tenha apresentado sucessivamente:

- a) Maior pontuação no critério A;
- b) Maior pontuação no critério B;
- c) Maior pontuação no critério C;
- d) Maior pontuação no critério D.

**6.6.1.** Persistindo o empate, o vencedor será decidido mediante sorteio público.

**6.8.** Será lavrada Ata pela Comissão de Seleção, contendo o nome dos projetos selecionados, nome das respectivas organizações da sociedade civil, notas finais obtidas nas avaliações e habilitação ou inabilitação.

**6.6.1.** O resultado será divulgado no endereço eletrônico do município.

## DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**7.1.** A contar do primeiro dia útil subsequente à divulgação oficial dos resultados do julgamento dos planos de trabalho e da habilitação ou inabilitação dos proponentes, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que qualquer entidade participante interponha recurso administrativo.

**7.1.1.** Somente serão acolhidos recursos administrativos referentes à inabilitação documental.

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



**7.2.** Os recursos deverão ser protocolados juntos à Prefeitura, ou encaminhados, via Correios, observado o prazo previsto no item anterior.

**7.2.1.** O recurso será dirigido à Comissão de Seleção que se manifestará em até 07 (sete) dias.

**7.2.2.** O recurso que não trouxer expressa a devida justificativa será indeferido.

**7.2.3.** Os recursos que tenham por finalidade encaminhar documentação complementar, não entregue no prazo previsto para inscrição, serão automaticamente indeferidos.

**7.3.** Os casos omissos serão resolvidos, com fundamento na legislação pertinente vigente.

### **DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO**

**8.1.** Transcorrido o prazo de interposição dos recursos, este chamamento público será homologado pelo Prefeito e publicado no endereço eletrônico do município, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, para a qual não caberá recurso.

**8.2.** A homologação não gera, para a organização da sociedade civil selecionada, direito à celebração da parceria.

**8.3.** Após a homologação a OSC selecionada DEVERÁ no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a documentação para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, caput, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019, de 2014), que são:

I - Declaração da não ocorrência de vedações (ANEXO V).

II - Prova de regularidade para com a Fazenda MUNICIPAL, da sede da proponente;

III - Prova de regularidade para com a Fazenda ESTADUAL, da sede da proponente;

IV - Prova de regularidade para com a Fazenda FEDERAL (conjunta);

V - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VI - Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT).

VII - DECLARAÇÃO expressa da entidade ratificando a observância rigorosa do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal que proíbe o trabalho noturno ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e de qualquer trabalho, a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo nas condições de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. (ANEXO VI).

VIII - Comprovar que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, apresentando Atestado de Comprovação de funcionamento regular da instituição, expedido por uma autoridade local;

IX - Alvará de Localização e Funcionamento;

X - Conta em banco público, apresentar Declaração da agência bancária da existência da conta, que deve ser exclusiva para esta finalidade;

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



**8.4.** Não havendo inscrições ou projetos contemplados em número suficiente para a plena utilização dos recursos financeiros estabelecidos no item 2.1, os valores restantes permanecerão no orçamento vigente.

**8.5.** É de total responsabilidade dos proponentes acompanhar a atualização das informações no endereço eletrônico do município.

**DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO**

**9.1.** Para celebração do Termo de Fomento é imprescindível a observância aos artigos. 33 a 38 da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações, bem como dos seguintes itens:

9.1.1. Designação do Gestor da Parceria, servidor que se responsabilizará pelo gerenciamento administrativo, incluindo prazos, pagamentos e prorrogações, e pela fiscalização da execução do objeto da parceria.

9.1.2. Designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, que realizará acompanhamento técnico e financeiro dos Planos de Trabalho.

9.1.3. Parecer técnico e jurídico.

9.1.4. Disponibilidade orçamentária e financeira.

9.1.5. Cumprimento de todas as etapas deste Chamamento Público.

9.1.6. Inexistência de pendências documentais ou ajustes referentes à proposta de parceria.

**9.2.** Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o Gestor da Parceria sanar os aspectos ressaltados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou a sua exclusão.

**9.3.** Os proponentes selecionados celebrarão, com o Município, Termo de Fomento que disporá sobre as obrigações e os prazos para conclusão e entrega do objeto proposto.

**9.4.** Os proponentes selecionados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de convocação, para proceder à assinatura do Termo.

**9.5.** A assinatura do Termo está condicionada à regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa dos proponentes.

9.5.1. O proponente selecionado que apresentar pendências quanto aos quesitos mencionados no item 9.5 terá o prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento de notificação, para sua regularização.

**9.6.** O Termo de Fomento deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, inclusive à Lei n. 13.019/2014, sendo vedado:

9.6.1. Alterar o objeto do Termo de Fomento.

9.6.2. Utilizar, ainda que em caráter de emergência, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento.

9.6.3. Realizar despesas em data anterior à vigência do instrumento.

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



9.6.4. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado pela concedente e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado.

#### **DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

**10.1.** O repasse dos recursos será realizado em conta corrente específica em instituição bancária, e que tenha a organização da sociedade civil como titular, sendo a abertura da conta de responsabilidade do proponente.

**10.2.** Os recursos financeiros serão liberados de forma única e/ou em parcelas, de acordo com cronograma previsto no Plano de Trabalho.

#### **DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**11.1.** As contas deverão ser prestadas conforme disposto no Termo de Fomento e em consonância com a Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores.

**11.2.** A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados obtidos, até o período de que trata a prestação de contas.

**11.3.** A organização da sociedade civil deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício orçamentário, se a parceria exceder um ano.

**11.4.** A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, além do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira.

**11.4.1.** O relatório de execução do objeto deverá incluir datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

**11.4.2.** O relatório da execução financeira deverá dispor com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto.

**11.5.** Caberá ao Gestor da Parceria emitir parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria.

**11.6.** A prestação de contas deverá ser publicada no endereço eletrônico oficial das entidades selecionadas, da Prefeitura, ou outros meios que possam dar publicidade aos atos.

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**12.1.** O presente Chamamento Público poderá ser revogado, no todo ou em parte, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**12.2.** A documentação que contenha vício de qualquer natureza ou inobservância de qualquer vedação deste Chamamento Público acarretará na desclassificação da entidade, podendo ocorrer em qualquer momento do certame.

**12.3.** Os casos omissos serão encaminhados à apreciação e apurados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, cabendo ao Prefeito a decisão terminativa.

**12.4.** A entidade selecionada autoriza o Município a divulgar, sem autorização prévia e sem ônus de qualquer natureza, o seu nome, suas imagens e informações acerca das atividades relacionadas ao projeto selecionado, para divulgação das ações e políticas daqueles entes da administração e para fins educacionais e culturais.

**12.5.** Cabe ao Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Fomento, designar oficialmente a Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos do inciso XI, art. 2º, da Lei nº 13.019/2014.

**12.6.** O Foro competente para dirimir qualquer dúvida ou litígio oriundo do presente Chamamento Público ou da parceria dele decorrente será o da Comarca de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

Iporã do Oeste, SC, 03 de janeiro de 2022.

**ADÉLIO MARX**  
Prefeito

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13

**ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO**

Iporã do Oeste-SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

Ao Município de Iporã do Oeste-SC  
Inscrição Chamamento Público nº 001/2022

Pelo presente, o Sr (a) \_\_\_\_\_, representante legal da  
\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, residente na  
\_\_\_\_\_, vem solicitar credenciamento para receber  
recursos públicos que serão destinados ao objeto do Termo de Fomento.

Informo que estou de acordo com todas as condições estipuladas no Edital de  
Chamamento Público nº 001/2022.

\_\_\_\_\_  
NOME DO REPRESENTANTE

Representante da Organização da Sociedade Civil

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



**ANEXO II - RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRIGENTES**

ENTIDADE: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_

**RELAÇÃO NOMINAL DIRIGENTES  
ANO 2022**

Presidente				
Vice Presidente				
Secretário				
Vice Secretário				
Tesoureiro				
Vice Tesoureiro				

\_\_\_\_\_  
NOME DO REPRESENTANTE  
Representante da Organização da Sociedade Civil

(49)3634-1210  
www.ipora.sc.gov.br - administracao@ipora.sc.gov.br  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei Federal nº 13.019/14, que a **[identificação da organização da sociedade civil – OSC]**:

- dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

- pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

- dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, além de pretender, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

**Obs.: A organização da sociedade civil dotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.**

Iporã do Oeste - SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
NOME DO REPRESENTANTE  
Representante da Organização da Sociedade Civil

(49)3634-1210  
www.ipora.sc.gov.br - administracao@ipora.sc.gov.br  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13

**ANEXO IV – PLANO DE TRABALHO****1- DADOS CADASTRAIS:**

<b>1.1 DA ORGANIZAÇÃO:</b>			
Nome da Entidade:			
CNPJ:			
Endereço:			
Cidade:	UF:	CEP:	Telefone:
E-mail:			
Site:			
<b>1.2 DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO</b>			
Nome do Responsável (Presidente)			
CPF:	RG:	Cargo:	
Endereço:			CEP:
Cidade:			UF: SC
E-mail:			Telefone:
Eleito em:			Vencimento do Mandato:
<b>1.3 DADOS BANCÁRIOS</b>			
Banco:	Agência:	Nº Conta Corrente:	

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



1.4 DIRETORIA	
Nome:	Cargo
Nome:	Cargo
Nome:	Cargo

1.5 CONSELHO FISCAL	
Nome:	Cargo
Nome:	Cargo
Nome:	Cargo

**2 - DO PROJETO**

2.1 TÍTULO DO PROJETO	Período de Execução	
	Início	Término
2.2 OBJETO DA PARCERIA: (indique o objeto do projeto, isto é, o que deseja realizar)		
2.3 OBJETIVOS: (Descreva os objetivos que se pretende alcançar com a execução do projeto, os quais deverão estar alinhados com os objetivos constantes).		
2.4 JUSTIFICATIVA: (informe por que propôs o projeto, o diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas)		
2.5 PÚBLICO ALVO: (quantificar e qualificar as pessoas a serem beneficiadas, de fato, com o projeto)		
2.6 RELATÓRIO DE ATIVIDADES: (informações que comprovem a capacidade		

(49)3634-1210

www.ipora.sc.gov.br - administracao@ipora.sc.gov.br  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



técnica e operacional da instituição proponente para a execução do objeto)

**2.7 RESULTADOS/PRODUTOS ESPERADOS COM A PARCERIA:** (devem estar relacionados com as justificativas e os objetivos específicos. Registrar os resultados que se espera obter com o projeto e a resposta do projeto aos problemas e demandas sociais. Descrever os benefícios e os impactos positivos e negativos que o projeto trará para a comunidade local)

### 3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase)

Meta	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término

#### Legenda:

**Meta:** indicar como meta os elementos que compõem o objeto;

**Etapa/Fase:** indicar cada uma das ações em que se pode dividir a execução de uma meta;

**Especificação:** relacionar os elementos característicos da meta, etapa ou fase;

**Indicador Físico:** refere-se à qualificação e quantificação física do produto de cada meta, etapa ou fase; Quantidade: indicar a quantidade prevista para cada unidade de medida;

**Duração** (início/término): refere-se ao prazo previsto para início e término da implementação de cada meta, etapa ou fase.

### 4 - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Descrição das Despesas	Recurso da Parceria	Contrapartida	Total

(49)3634-1210

www.ipora.sc.gov.br - administracao@ipora.sc.gov.br  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



<b>Total Geral</b>			

Descrever as despesas que serão pagas (exemplo: folha de pagamento, energia, transporte, alimentação, manutenção de veículos...)

## 5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

### CONCEDENTE:

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho

Meta	Julho	Agosto	Setembr o	Outubro	Novembro	Dezembr o

## 6. DOS PEDIDOS

Na qualidade de representante legal desta organização, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o Plano de Trabalho, visando atender os objetivos e metas apresentadas, ..... da entidade.

Iporã do Oeste-SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

Nome e assinatura do responsável pela organização

(49)3634-1210

www.ipora.sc.gov.br - administracao@ipora.sc.gov.br  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE VEDAÇÕES**

Iporã do Oeste – SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

Ao Município de Iporã do Oeste/SC  
Inscrição Chamamento Público nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Na qualidade de representante legal da \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de comprovação junto à concedente, para os efeitos e sob as penas da lei, que esta proposta:

– É apresentada por organização da sociedade civil com constituição jurídica e sem fins lucrativos.

– Não possui qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município, para aplicação na forma prevista no Termo de Fomento.

Declaro ainda que a entidade proponente não se enquadra em nenhuma das vedações abaixo:

- fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;
- entidades integrantes do “Sistema S” (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outras);
- instituições que estejam em mora, inadimplentes com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, em conformidade com a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, Estadual e Municipal;
- entidade que tenha sido punida com uma das sanções previstas no art. 39, V, da Lei 13.019/2014, pelo período que durar a penalidade;
- entidades privadas que possuam como dirigente membro do Poder Executivo Municipal, Legislativo Municipal, Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas da União, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
- órgãos ou instituições públicas federais, distritais, estaduais e municipais;
- entidade que tenha entre seus dirigentes pessoa:
  - cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos;
  - julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13





- considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

Para maior clareza, firmo a presente.

\_\_\_\_\_  
Nome do Presidente

CPF:



MUNICÍPIO DE  
IPORÃ DO OESTE

(49)3634-1210

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13

**ANEXO VI - DECLARAÇÃO****DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins que a entidade \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, cumpre as exigências do artigo sétimo, inciso XXXIII da constituição federal, ou seja:

“Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.

Iporã do Oeste - SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

MUNICÍPIO DE  
IPORÃ DO OESTE

\_\_\_\_\_  
NOME DO REPRESENTANTE  
Representante da Organização da Sociedade Civil

(49)3634-1210

www.ipora.sc.gov.br - administracao@ipora.sc.gov.br  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



### MINUTA TERMO DE FOMENTO

**TERMO DE FOMENTO Nº \_\_\_\_/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.**

O **MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede à Rua Santo Antônio, 100, Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, CNPJ n. 78.485.554/0001-13, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor **ADÉLIO MARX**, portador do CPF sob n. 297.252.409-87, adiante nomeado **MUNICÍPIO**, e a \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ n. \_\_\_\_\_, representado neste ato por seu Presidente, Sr. \_\_\_\_\_, portador do CPF sob n. \_\_\_\_\_, adiante nomeada **ASSOCIAÇÃO**, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento em conformidade com a Lei Federal n. 13.019/2014, Decreto Municipal n. 020/2017 e o Decreto Municipal n. 030/2019, e Chamamento Público nº 001/2022, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Fomento, decorrente do chamamento público edital n. 001/2021, tem por objeto o desenvolvimento e implementação de projetos de caráter cultural, artístico e desportivo, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



## 2.1 - São obrigações dos Partícipes:

### I - DO MUNICÍPIO:

- a) Fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à Comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

### II - DA ASSOCIAÇÃO:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o

(49)3634-1210

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n. 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n. 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n. 13.019/2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

3.1 - O MUNICÍPIO transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o valor de **R\$ \_\_\_\_\_** (\_\_\_\_\_), correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária:

<b>Órgão:</b>	<b>05.00</b>	<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E CULTURA</b>
<b>Unidade:</b>	<b>05.02</b>	<b>Departamento de Desporto</b>
<b>Proj./Ativ.</b>	<b>027.0813.0019.2044</b>	<b>Manutenção Ações Departamento de Desporto</b>
	<b>3.3.50.00.00.00.00.00</b>	<b>Transf. Instituições Privadas sem fins lucrativos</b>
	<b>01.00.00.00</b>	<b>Recursos Ordinários</b>
<b>Unidade:</b>	<b>05.04</b>	<b>Fundo Municipal de Cultura - FMC</b>
<b>Proj./Ativ.</b>	<b>013.0392.0014.207</b>	<b>Ações do Fundo Municipal de Cultura - FMC</b>

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



	<b>4</b>	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transf. Instituições Privadas sem fins lucrativos	
01.00.00.00	Recursos Ordinários	
	<b>Total</b>	

3.2 - O montante de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), será repassado a ASSOCIAÇÃO, em \_\_\_\_ (\_\_\_\_) parcelas, conforme segue:

Nº. Parcela	de	Valor R\$	Montante e Data de Pagamento	Fonte de Recursos
Parcela 01			(.....) em (data).	
Parcela 02			(.....) em (data).	
Parcela 03			(.....) em (data).	
Parcela 04			(.....) em (data).	
Parcela 05			(.....) em (data).	

3.3. As parcelas serão depositadas em conta bancária específica para celebração do presente Termo de Fomento, sendo que a Entidade apresentou os seguintes dados bancários:

OSC  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Banco: \_\_\_\_\_  
Agencia: \_\_\_\_\_  
Conta: \_\_\_\_\_

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

4.1 - O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ASSOCIAÇÃO, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

Parágrafo único: Quando a liberação dos recursos, ocorrer em 3 (três) ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à entrega da prestação de contas referente a primeira parcela e assim sucessivamente.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

(49)3634-1210

www.ipora.sc.gov.br - administracao@ipora.sc.gov.br  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

5.1 - O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do representante da ASSOCIAÇÃO, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13





IV - realização de despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

5.3 - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 1º Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

§ 2º Demonstrada à impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, admitir-se-á a realização de pagamentos em espécie mediante apresentação de justificativa.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir da sua assinatura até 31/12/2022, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ASSOCIAÇÃO devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o MUNICÍPIO, promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ASSOCIAÇÃO, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

(49)3634-1210

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



7.3 - Em cumprimento ao disposto na alínea “g” do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019/2014, fica designado o servidor \_\_\_\_\_ Matricula nº \_\_\_\_\_, Gestor da presente parceria.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;

II – Extrato da conta bancária específica;

III - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil, número do instrumento da parceria, com declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado em conformidade com as especificações nele consignadas;

IV - Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

V - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

VI - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VII – Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso;

VIII – Contratos de Trabalho dos serviços contratados, quando for o caso;

IX – Contratos de Locação, quando for o caso;

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, no prazo de até 60 dias a partir do recebimento de cada parcela.

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - Os impactos econômicos ou sociais;

III - O grau de satisfação do público-alvo;

IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - Aprovação da prestação de contas;

II - Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



III - Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) Omissão no dever de prestar contas;
- b) Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES**

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



9.4 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Assessoria Jurídica do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.5 – Poderá o aditamento do presente instrumento, ser formalizado quando da utilização de recursos remanescentes do saldo deste Termo de Fomento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a ASSOCIAÇÃO as seguintes sanções:

I - Advertência;

II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13





#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES**

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da ASSOCIAÇÃO e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor do Município.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

12.1 - O presente termo de Termo de Fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE**

13.1 - A eficácia do presente termo de Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 10 (dez) dias a contar da respectiva assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou e-mail serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via e-mail, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa o Foro da Comarca de Mondai.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

(49)3634-1210

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Ipore do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13



Iporã do Oeste/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
**ADÉLIO MARX**  
Prefeito

\_\_\_\_\_  
**NOME PRESIDENTE**  
Presidente da OSC

**ASSESSORIA JURÍDICA:**

Após análise do conteúdo do acordo de cooperação acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos legais, opinando assim, pela assinatura do presente termo.

\_\_\_\_\_  
Advogado/Assessor Geral

MUNICÍPIO DE  
**IPORÃ DO OESTE**

**(49)3634-1210**

[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br) - [administracao@ipora.sc.gov.br](mailto:administracao@ipora.sc.gov.br)  
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC  
CNPJ: 78.485.554/0001-13

**EXTRATO CONTRATO 009/2022**

Publicação Nº 3519418

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC  
EXTRATO CONTRATO Nº 009/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2022  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2022

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL, ESPECIAL, DE ALTA COMPLEXIDADE NO ACO-  
LHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATÉ 18 ANOS INCOMPLETOS, NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL  
OU CASA LAR, MEDIANTE PAGAMENTO MENSAL PELOS SERVIÇOS PRESTADOS PARA 02 (DUAS) VAGAS, VISANDO O ATENDIMENTO EM  
REGIME DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL, PERTEN-  
CENTES AO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE SC, ENCAMINHADAS PELO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E CONSELHO  
TUTELAR DO MUNICÍPIO, POR MEIO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE MONDAÍ, ESTADO DE SANTA CATARINA PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

DO VALOR TOTAL: R\$ 126.00,00 (Cento e vinte seis mil reais)

DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC - CNPJ nº. 78.485.554/0001-13.

DO CONTRATADO: TERRA NOVA SOCIEDADE BENEFICENTE DO VALE DO PIRAPOCU - CNPJ nº. 85.217.628/0001-04.

DA VIGÊNCIA: Da data de assinatura até o dia 31/12/2022.

DO FUNDAMENTO: Art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC

Iporã do Oeste/SC, 3 de Janeiro de 2022.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal.

**Ipuacú****PREFEITURA****7 ADTO CT FMS 56/2019**

Publicação Nº 3520349

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BF054CCAD668BC43B421E3BA8B89148D77F99650

SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 56 DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUAÇU.

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 73/2019, Pregão Presencial Pref. n.º 35/2019.

DO OBJETO DO ADITIVO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento de meta do contrato original, sendo assim faz-se endosso ao seguro originalmente contratado, representando o montante de até R\$ 721,82 (setecentos e vinte e um reais e oitenta e dois centavos) conforme proposta apresentada.

DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS: Ficam inalteradas e ratificadas as demais cláusulas do contrato que antecederam o presente Termo Aditivo.

Foro: Foro da Comarca de São Domingos, Estado de Santa Catarina.

Ipuacú/ SC, 04 de janeiro de 2022. Clori Peroza - Prefeita Municipal.

Código registro TCE: BF054CCAD668BC43B421E3BA8B89148D77F99650

**AVISO ADIAMENTO DE LICITAÇÃO PL 118/2021**

Publicação Nº 3520018

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D293B9DD27881D459ABB50DE9A9876DCA131F4FC

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n.º 118/2021 – P.P. PREF n.º 63/2021

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC, no uso de suas atribuições legais, INFORMA aos interessados que a ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL PREF Nº 63/2021, com abertura prevista para o dia 07 de janeiro de 2022 às 08h45min, FICA ADIADA para o dia 03 de fevereiro de 2022 às 08h45min, devido aos inúmeros pedidos de esclarecimento e necessidade de dilação prazo para atender a demanda do setor de contratos e licitações. O Edital completo poderá ser obtido/conferido pelos interessados no endereço eletrônico [www.ipuacu.sc.gov.br](http://www.ipuacu.sc.gov.br), através de e-mail [licitacoes@ipuacu.sc.gov.br](mailto:licitacoes@ipuacu.sc.gov.br) e/ou de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, endereço: Rua Zanella, nº 818 – Centro de Ipuacú/SC, CEP: 89832-000. Outras dúvidas contatar pelos telefones (49) 3449-0045.

Ipuacú/SC, 04 de janeiro de 2022.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz - Pregoeira Oficial

Código registro TCE: D293B9DD27881D459ABB50DE9A9876DCA131F4FC

**DECRETO Nº 002 DE 03 DE JANEIRO DE 2022. FIXA PRAZOS PARA PAGAMENTO DE ALVARÁ DE LICENÇA, IPTU E TAXAS, EXCEPCIONALMENTE PARA O EXERCÍCIO 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 3519945

DECRETO Nº 002

DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

**FIXA PRAZOS PARA PAGAMENTO DE ALVARÁ DE LICENÇA, IPTU E TAXAS, EXCEPCIONALMENTE PARA O EXERCÍCIO 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 082/2021; e

Considerando que na data de 21 de dezembro de 2021, foi sancionada nova Lei regulamentando os tributos de competência municipal (LC nº 082/2021), razão pela qual excepcionalmente neste exercício será prorrogado o calendário fiscal, tendo em vista a necessidade de alterações/adequações no sistema de tributação do Município;

DECRETA:

Art. 1º Os prazos para pagamento do Alvará de Licença, Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxas, excepcionalmente para o exercício 2022, serão os seguintes:

I – Alvará de Licença para Localização e Funcionamento: pagamento até 31 de maio de 2022;

II – IPTU e Taxas em cota única com desconto de 20% (vinte por cento): pagamento até 31 de maio de 2022;

III – IPTU e Taxas em 04 (quatro) parcelas sem desconto conforme segue:

a) Primeira parcela: vencimento em 31 de maio de 2022;

b) Segunda parcela: vencimento em 30 de junho de 2022;

c) Terceira parcela: vencimento em 01 de agosto de 2022;

d) Quarta parcela: vencimento em 31 de agosto de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 03 de janeiro de 2022.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios-[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 01/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU-SC

Publicação Nº 3520935

PORTARIA Nº 001/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

DESIGNA MEMBRO QUE IRÁ COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL E A COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC.

ADELINO LEVINSKI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 do Regimento Interno, visando a economia de recursos público e visando a igualdade de direito a todos, bem resolve:

Art. 1º. Fica nomeada a Vereadora Marizete Leopoldino Belino para compor a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final (Presidente) e a Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente e Turismo (Secretária) da Câmara de Vereadores de Ipuacu - SC, para o ano de 2022, no lugar do atual Presidente Adelino Levinski, ficando com os seguintes membros:

- Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final
- Presidente: Marizete Leopoldino Belino
- Vice Presidente: Cesar de Paula
- Secretário: Vilson Ademir Paliano
  
- Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
- Presidente: Adjalmo José Carneiro
- Vice Presidente: Celso Correia Melo
- Secretária: Marizete Leopoldino Belino

Art. 2º. Esta Portaria Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacu – SC, em 04 de janeiro de 2022.

Adelino Levinski

Presidente

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

Vilson Ademir Paliano

1º Secretário

### PORTARIA Nº 02/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU-SC

Publicação Nº 3520938

PORTARIA Nº 002/2022

CONCEDE FÉRIAS E CONVERSÃO DE FÉRIAS EM DINHEIRO AO SERVIDOR PÚBLICO DE CARGO EFETIVO DE ASSESSOR PARLAMENTAR

Adelino Levinski, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando ser de excepcional interesse público resolve:

CONCEDER:

Art. 1º - Concede conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) das férias, referente ao período aquisitivo abaixo descrito devido à necessidade do serviço público, baseado no Art. 77 da Lei Complementar 011, de 14 de junho de 2005.

Art. 2º - Sendo que o gozo dos 20 dias restante do período aquisitivo do abaixo informado serão gozados:

Nome cargo referência gozo

DOUGLAS SERENA MOTTIN ASSESSOR PARLAMENTAR 13/09/2020 A 12/09/2021 24/01/2022 a 12/02/2022

Art. 3º - Este Portaria Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ipuacu – SC, em 04 de janeiro de 2022.

ADELINO LEVINSKI  
Presidente

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

VILSON ADEMIR PALIANO  
1ª Secretário

### **PORTARIA Nº 03/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU-SC**

Publicação Nº 3520941

PORTARIA Nº 003/2022

CONCEDE FÉRIAS E CONVERSÃO DE FÉRIAS EM DINHEIRO AO SERVIDOR PÚBLICO DE CARGO EFETIVO DE CONTADOR

Adelino Levinski, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando ser de excepcional interesse público resolve:

CONCEDER:

Art. 1º - Concede conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) das férias referente ao período aquisitivo abaixo descrito devido à necessidade do serviço público, baseado no Art. 77 da Lei Complementar 011, de 14 de junho de 2005.

Art. 2º - Sendo que o gozo dos 20 dias restante do período aquisitivo do abaixo informado serão gozados:

Nome cargo referência gozo gozo

MARCIANO CARLOS GIROTTO CONTADOR 02/01/2020 A 01/01/2021 07/01/2022 à 17/01/2022 11/07/2022 à 21/07/2022.

Art. 3º - Este Portaria Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ipuacu – SC, em 04 de janeiro de 2022.

ADELINO LEVINSKI  
Presidente

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

VILSON ADEMIR PALIANO  
1º Secretária

### **PORTARIA Nº 04/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU-SC**

Publicação Nº 3520943

PORTARIA Nº 004/2022

DESIGNA OS MEMBROS QUE IRÃO COMPOR A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC.

Adelino Levinski, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, visando a economia de recursos público e visando a igualdade direito a todos, bem resolve:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Licitação para o ano de 2022 com os seguintes membros.

- Presidente: Maiquel Orlandi
- Membro: Douglas Serena Mottin
- Membro: Marciano Carlos Giroto
- Membro: Adjalmo Jose Carneiro
- Membro: Celso Correia Melo
- Membro: Cesar de Paula
- Membro: Gean Lucas Basi
- Membro: Lucindo Mick
- Membro: Marizete Leopoldino Belino
- Membro: Osmar Barbosa
- Membro: Vilson Ademir Paliano



Art. 2º. Esta Portaria Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Ipuau – SC, em 04 de janeiro de 2022.

ADELINO LEVINSKI  
Presidente

Esta portaria foi registrada e publicada em data supra.

VILSON ADEMIR PALIANO  
1º Secretário

**PORTARIA Nº 05/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU-SC**  
Publicação Nº 3520944

PORTARIA Nº 005/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

DESIGNA SERVIDORES PARA A FUNÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NA MODALIDADE PREGÃO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, promulga e publica o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR para a função de PREGOEIRO para procedimentos licitatórios na modalidade Pregão o Servidor MARCIANO CARLOS GIROTTO, ocupante do cargo efetivo de Contador da Câmara Municipal de Vereadores de Ipuau - SC.

Art. 2º Para compor a Equipe de Apoio ao Pregoeiro ficam designados os seguintes servidores:

- I. Maiquel Orlandi
- II. Douglas Serena Mottin

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal Vereadores de Ipuau – SC, em 04 de janeiro de 2022.

ADELINO LEVINSKI  
Presidente

Esta Portaria foi registrado e publicado em data supra.

VILSON ADEMIR PALIANO  
1º Secretário

# Ipumirim

## PREFEITURA

### PORTARIA 23-2022 - FERIAS CLEIBER MULLER

Publicação Nº 3519759

PORTARIA Nº. 23/2022 de 04 de Janeiro de 2022  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A CLEIBER GERSON MULLER, matrícula 2903, férias de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo de 2020 a 2021 e gozo a partir de 06 de janeiro de 2022 a 04 de fevereiro de 2022.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2022.

Ipumirim - SC, 04 de Janeiro de 2022.

HILARIO REFFATTI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 24-2022 - NOMEIA ADRIANE WILLE

Publicação Nº 3520222

PORTARIA Nº. 24/2022 de 04 de Janeiro de 2022.  
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Edital de Concurso Público 001/2018.

**RESOLVE:**

NOMEAR, ADRIANE MARISA WILLE, com domicílio no município de Arabutã - SC, inscrita sob nº da Carteira de Identidade nº. 5.398.378 e do CPF 092.498.479-12, para o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Danilo João Cason.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 10/01/2022.

Ipumirim - SC, 04 de Janeiro de 2022.

Hilário Reffatti  
Prefeito de Ipumirim

### PORTARIA 25-2022 - EXONERA DIANA MARCHESI

Publicação Nº 3520233

PORTARIA Nº 25/2022 de 04 de Janeiro de 2022.  
EXONERA SERVIDORA NOMEADA NO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições

**E X O N E R A**

DIANA MARCHESI, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.893.872 e do CPF nº. 093.382.389-46, nomeada no cargo comissionado de Diretor Técnico Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, constante no nível salarial CC - 030, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 1º da Lei Complementar 01/2002, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 301/2021, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Janeiro 2022.

Ipumirim - SC, 04 de Janeiro de 2022.

Hilário Reffatti  
Prefeito

## **PORTARIA 26-2022 - EXONERA DILVO VIVIAN**

Publicação Nº 3520235

PORTARIA Nº 26/2022 de 04 de Janeiro de 2022.

EXONERA SERVIDOR NOMEADO NO CARGO COMISSONADO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições

### **E X O N E R A**

DILVO VIVIAN, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.185.490 e do CPF nº. 933.070.209-00, nomeado no cargo comissionado de Diretor de Departamento de Transportes, constante no nível salarial CC - 040, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 1º da Lei Complementar 01/2002, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 15/2021, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Janeiro 2022.

Ipumirim - SC, 04 de Janeiro de 2022.

Hilário Reffatti  
Prefeito

## **PORTARIA 27-2022 - NOMEIA DILVO**

Publicação Nº 3520239

PORTARIA Nº. 27/2022 de 04 de Janeiro de 2022.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL.

HILÁRIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 112 da Lei Complementar nº 018/2005 de 23 de dezembro de 2.005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências,

### **NOMEIA**

DILVO VIVIAN, brasileiro, residente e domiciliado na Cidade e Município de Ipumirim - SC, portador da CI. 3.185.490 e CPF sob o nº. 933.070.209-00, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Urbanismo, com vencimentos previstos na Lei Municipal nº. 1860 de 27 de maio de 2.020 e alterações posteriores, que fixa os subsídios dos secretários municipais do Município de Ipumirim - SC.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 04 de Janeiro de 2022.

Ipumirim - SC, 04 de janeiro de 2022.

HILÁRIO REFFATTI  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 28-2022 - REVOGA REFORÇO ELIANE**

Publicação Nº 3520286

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 28/2022 de 04 de Janeiro de 2022

REVOGA PORTARIA 290/2021 QUE DESIGNOU PARA ATUAR NO PROJETO DE REFORÇO ESCOLAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HILÁRIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar

nº. 072 de 16 de Dezembro de 2009.

#### REVOGA

Art. 1º - Fica revogada a Portaria 290/2021, que designou a servidora Eliane Regina Bonissoni Rossetto, para atuar como Professora – Anos Iniciais – 1º ao 5º ano, no Projeto de Reforço Escolar, 20 horas semanais, atendendo os alunos do NEM Professor Claudino Locatelli, retornando ao cargo de origem.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Janeiro de 2022.

Ipumirim - SC, 04 de Janeiro de 2022.

HILARIO REFFATTI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 29-2022 - REVOGA REFORÇO SIRLÉIA

Publicação Nº 3520287

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 29/2022 de 04 de Janeiro de 2022

REVOGA PORTARIA 155/2021 QUE DESIGNOU PARA ATUAR NO PROJETO DE REFORÇO ESCOLAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILÁRIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº. 072 de 16 de Dezembro de 2009.

#### REVOGA

Art. 1º - Fica revogada a Portaria 155/2021, que designou a servidora Sirléia Kist, para atuar como PROFESSORA ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – CATEGORIA LATU SENSU, lotada no N.E.M. Prof. Claudino Locatelli, para atuar como Professora de reforço escolar com carga horária de 20 horas semanais atendendo os alunos do N.E.M. Professor Claudino Locatelli, retornando ao cargo de origem.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Janeiro de 2022.

Ipumirim - SC, 04 de Janeiro de 2022.

HILARIO REFFATTI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 30-2022 - LICENÇA GESTAÇÃO JULIANA PETZEN

Publicação Nº 3521000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 30/2022 de 04 de Janeiro de 2022.

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA NOMEADA EM CONCURSO PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILARIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

#### C O N C E D E

A JULIANA PETZEN, matrícula 3186, brasileira, casada, residente e domiciliada na Cidade de Ipumirim - SC, CPF sob o nº. 013.031.111-10, nomeada por Concurso Publico no cargo de Médico, com carga horária de 40 horas semanais, licença gestação de 180 (Cento e Oitenta) dias, para o período de 02 de Janeiro de 2022 a 30 de Junho de 2022, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 02 de Janeiro de 2022.

Ipumirim - SC, 04 de Janeiro de 2022.

HILARIO REFFATTI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 31-2022 - FERIAS MILANIA**

Publicação N° 3520993

PORTARIA Nº. 31/2022 de 04 de Janeiro de 2022

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MILANIA MARIA ZUCCHI, matrícula 1716, férias de 20 (vinte) dias, relativas ao período aquisitivo de 2019 a 2020 e gozo a partir de 10 de janeiro de 2022 a 29 de janeiro de 2022.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 10 de janeiro de 2022.

Ipumirim - SC, 04 de Janeiro de 2022.

HILARIO REFFATTI

Prefeito Municipal

# Iraceminha

## PREFEITURA

### DECRETO 008 2022

Publicação Nº 3521470

DECRETO Nº 008/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Nomeia membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

O Prefeito Municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 99 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Municipal nº. 097/2021 e Decreto nº. 005/2022:

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados as pessoas abaixo descritas para comporem o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA:

I – Entidades/Departamento Governamentais:

- a) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: Joacir Carlos Bertoldo
- b) Secretaria Municipal de Administração: Evandro João Rauber
- c) Assessoria Jurídica: Fabiano de Marco
- d) Gabinete do Prefeito Municipal: Roberto Foresti

II – Entidades Não Governamentais:

- a) COMPDEC: José Antonio Kunz
- b) CODEI: Valdecir Piton
- c) POLICIA MILITAR: Marlon Alchieri
- d) ACIPA/CDL: Catiane Santin

Art. 2º Fica convocada a reunião de instalação do CONDEMA para o dia 07/01/2022 as 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal de Iraceminha no Gabinete do Prefeito.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Iraceminha, 03 de Janeiro de 2022.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

# Irani

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2022

Publicação Nº 3519503

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2022 - OUTRAS MODALIDADES Nº 001/2022 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022 - O Município de Irani torna público, que se encontra aberta CHAMADA PÚBLICA para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar rural e do empreendedor rural familiar, destinados a compor a alimentação das unidades de ensino (escolas e creches) da rede municipal, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Alimentação de Creches - PNAC, para o PRIMEIRO semestre do ano de 2022. Recebimento de Envelopes: até às 08h30min do dia 03/02/2022. Abertura: às 09h00min do dia 03/02/2022. Informações complementares: Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados na home page [www.irani.sc.gov.br](http://www.irani.sc.gov.br), link "Licitações". E demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani - Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, pelo telefone: (049) 3432-3214, ou ainda pelo e-mail [licitacao@irani.sc.gov.br](mailto:licitacao@irani.sc.gov.br). Irani, SC, 04 de janeiro de 2022. Maria Inez De Bastiani - Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

### DECRETO 289/2021, DE 22 DEZEMBRO DE 2021. "DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO DECRETO 186/2021

Publicação Nº 3521276

DECRETO 289/2021, DE 22 DEZEMBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO DECRETO 186/2021".

VANDERLEI CANCI, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA,

Art. 1º Fica revogado o disposto no Decreto 186/2021, considerando que a mesma já existe na Lei Orgânica do Município.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 22 de dezembro de 2021.

VANDERLEI CANCI

Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão 22/12/2021

ALUISIO DELINO BAVARESCO

Secretario de Administração e Gestão



**DECRETO 290/2021, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021 "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação Nº 3521277

**DECRETO 290/2021, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021****"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".**

**VANDERLEI CANCI**, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1939, de 15/10/2020, em seu artigo 27, § 2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1943 de 24/11/2020 em seu artigo 5º, inciso II:

**DECRETA,**

**Art. 1º** Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)** no orçamento vigente para o exercício de 2021, do Fundo Municipal de Saúde, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01.10	Saúde			
03.01.10.301	Atenção Básica			
03.01.10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE			
03.01.10.301.1001.2.56	PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE			
3.1.90.00.00.00.00.003185	Aplicações Diretas		7.500,00	7.500,00
<b>TOTAL</b>			<b>7.500,00</b>	<b>7.500,00</b>

**Art. 2º.** Para cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação na fonte 3185 – AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE, pela importância de **R\$ 7.500,00 (quarenta e cinco mil e duzentos reais)**.

**Art. 3º.** Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 29 de Dezembro de 2021.

**VANDERLEI CANCI**  
Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 29/12/2021.

**ALUISIO DELINO BAVARESCO**  
Secretário de Administração e Gestão

**DECRETO 291/2021, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021. "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação Nº 3521278

**DECRETO 291/2021, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021.****"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".**

**VANDERLEI CANCI**, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1939, de 15/10/2020, em seu artigo 27, § 2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1943 de 24/11/2020 em seu artigo 5º, inciso I:

**DECRETA,**

**Art. 1º** Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)** no orçamento vigente para o exercício de 2021, do Fundo Municipal de Saúde, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01.10	Saúde			
03.01.10.301	Atenção Básica			
03.01.10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE			
03.01.10.301.1001.2.57	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL			
3.3.90.00.00.00.00.01002	Aplicações Diretas	1.500,00		1.500,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.500,00</b>		<b>1.500,00</b>

**Art. 2º.** Para cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação da dotação abaixo especificada pela importância de **R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)**.

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01.10	Saúde			
03.01.10.301	Atenção Básica			
03.01.10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE			
03.01.10.301.1001.2.57	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL			
3.1.90.00.00.00.00.01002	Aplicações Diretas	1.500,00		1.500,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.500,00</b>		<b>1.500,00</b>

**Art. 3º.** Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 29 de Dezembro de 2021.

**VANDERLEI CANCI**

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 29/12/2021.

**ALUISIO DELINO BAVARESCO**

Secretário de Administração e Gestão

**DECRETO 292/2021, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021. "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação Nº 3521279

**DECRETO 292/2021, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021.****"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".**

**VANDERLEI CANCI**, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1939, de 15/10/2020, em seu artigo 27, § 2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1943 de 24/11/2020 em seu artigo 5º, inciso I:

**DECRETA,**

**Art. 1º** Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** no orçamento vigente para o exercício de 2021, do Fundo Municipal de Saúde, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01.10	Saúde			
03.01.10.301	Atenção Básica			
03.01.10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE			
03.01.10.301.1001.2.56	PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE			
3.3.90.00.00.00.00.0064	Aplicações Diretas		3.500,00	3.500,00
<b>TOTAL</b>			<b>3.500,00</b>	<b>3.500,00</b>

**Art. 2º.** Para cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação da dotação abaixo especificada pela importância de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)**.

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01.10	Saúde			
03.01.10.301	Atenção Básica			
03.01.10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE			
03.01.10.301.1001.2.56	PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE			
3.1.90.00.00.00.00.00064	Aplicações Diretas		3.500,00	3.500,00
<b>TOTAL</b>			<b>3.500,00</b>	<b>3.500,00</b>

**Art. 3º.** Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 29 de Dezembro de 2021.

**VANDERLEI CANCI**

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 29/12/2021.

**ALUISIO DELINO BAVARESCO**

Secretário de Administração e Gestão

**DECRETO 293/2021, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021. "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação Nº 3521281

**DECRETO 293/2021, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021.****"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".**

**VANDERLEI CANCI**, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1939, de 15/10/2020, em seu artigo 27, § 2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1943 de 24/11/2020 em seu artigo 5º, inciso I:

**DECRETA,**

**Art. 1º** Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)** no orçamento vigente para o exercício de 2021, do Fundo Municipal de Saúde, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01.10	Saúde			
03.01.10.301	Atenção Básica			
03.01.10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE			
03.01.10.301.1001.2.30	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE			
3.1.90.00.00.00.00.01002	Aplicações Diretas		14.000,00	14.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>14.000,00</b>	<b>14.000,00</b>

**Art. 2º.** Para cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação da dotação abaixo especificada pela importância de **R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)**.

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01.10	Saúde			
03.01.10.301	Atenção Básica			
03.01.10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE			
03.01.10.301.1001.2.30	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE			
3.3.90.00.00.00.00.001002	Aplicações Diretas		14.000,00	14.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>14.000,00</b>	<b>14.000,00</b>

**Art. 3º.** Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 29 de Dezembro de 2021.

**VANDERLEI CANCI**

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 29/12/2021.

**ALUISIO DELINO BAVARESCO**

Secretário de Administração e Gestão

**DECRETO Nº 294, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021. DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR ESTIAGEM, COBRADE- 1.4.1.1.0, CONFORME IN 36/2020**

Publicação Nº 3521282

DECRETO Nº 294, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR ESTIAGEM, COBRADE- 1.4.1.1.0, CONFORME IN 36/2020.

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 104, da Lei Orgânica do Município de Irani,

CONSIDERANDO que o Município de Irani-SC, está sofrendo com a estiagem em função da redução das precipitações pluviométricas, que atingem o Município desde a primeira quinzena de novembro de 2021 até o presente momento e sem perspectiva de melhora nos índices em curto prazo, com critério de agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário socioeconômico, aliado aos prejuízos nos serviços de abastecimento de água, comprometendo as reservas hidrológicas, a capacidade de armazenamento, captação e distribuição de abastecimento de água, gerando ao Município a necessidade de adotar medidas emergenciais que minimizem tais problemas; CONSIDERANDO danos humanos, prejuízo no abastecimento e na economia do município; CONSIDERANDO o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre e favorável à declaração de situação de emergência;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica declarada situação de emergência nas áreas do município.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 107/2021.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

VANDERLEI CANCI

Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 29/12/2021.

ALUISIO DELINO BAVARESCO

Secretário de Administração e Gestão

## Irineópolis

## PREFEITURA

## ATA RP PROC 03/2021 FMAS

Publicação N° 3519616

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRINEÓPOLIS  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PROCESSO LICITATORIO N° 03/2021  
 PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2021  
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°	12/2021 – FMAS
PROCESSO LICITATÓRIO N°	03/2021
PREGÃO PRESENCIAL N°	03/2021
EMPRESA VENCEDORA:	JR & FILHOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA FORNECIMENTO NO PROGRAMA "CIDADE LIMPA E SOLIDÁRIA" DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, AS QUAIS SERÃO FORNECIDAS COMO COMPENSAÇÃO PELOS SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS PRESTADOS POR CIDADÃOS E CIDADÃS DO MUNICÍPIO, PARA MANTER A CIDADE E INTERIOR LIMPOS E ORGANIZADOS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 1.770/2014, LEI MUNICIPAL N° 1844/2015 E DECRETO MUNICIPAL N° 4.094/2021.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	14 DE OUTUBRO DE 2021
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

Item	Qtd	Unidade	Descrição dos Alimentos que devem constar na cesta	Marca
01	01	Pacote	<b>Açúcar Refinado Especial</b> <b>Características Técnicas:</b> Produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração, misturas e peso insatisfatório; <b>Embalagem:</b> Deve estar <u>intacta</u> , acondicionada em embalagens de 5kg. <b>Prazo de Validade:</b> Mínimo de 12 meses. <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 60 dias. <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Alto alegre
	01	Caixa	<b>Amido de milho</b> <b>Características técnicas:</b> produto amiláceo extraído do milho. Deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. <b>Embalagem:</b> Deve estar <u>intacta</u> , embalagem de <b>500g</b> . Deve conter sua formulação, indicação para preparo, e prazo de validade. <b>Prazo de Validade:</b> mín 10 meses. <b>Data de Fabricação:</b> máx 60 dias. <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Italy
	02	Pacote	<b>Arroz Parboilizado amarelo Tipo I</b> <b>Características Técnicas:</b> Grupo: Parboilizado. Classe: Longo Fino - Tipo I. O produto não deve apresentar grãos disformes percentual de impurezas acima de 5% (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). <b>Embalagem:</b> Deve estar <u>intacta</u> , acondicionada em pacotes de 5kg, em embalagens de polietileno transparente; <b>Prazo de Validade:</b> Mínimo de 06 meses. <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 60 dias. <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Sabor sul
	01	Quilo	<b>GORDURA SUÍNA 100% NATURAL – EMBALAGEM COM MINIMO 1,5 KG</b>	Pamplona
	01	Pacote	<b>Biscoito doce sortido</b> <b>Embalagem:</b> Deve estar intacta, em pacotes de polietileno com peso mínimo de 670g. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação. <b>Prazo de Validade:</b> Mínimo de 6 meses. <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 45 dias. <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Parati
	01	Pacote	<b>Frango Congelado – Coxa e Sobre-coxa:</b> <b>Característica Técnicas:</b> Coxa e sobre-coxa de frango congelado. A ave deve estar firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara, aderente, sem odores; Deverão ser transportados de acordo com as normas da Vigilância Sanitária; <b>Embalagem:</b> Deve estar <u>intacta</u> . O produto deve estar acondicionado em bandejas ou sacos de polietileno leitoso ou transparente de 3 Kg. <b>Prazo de Validade:</b> Mínimo de 60 dias. <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Levo

01	Pacote	<b>CARNE SUÍNA CONGELADA SEM TEMPERO – EMBALAGEM COM 03 KG</b>	<b>Ana Rosa</b>
01	Caixa	<b>CREME DE LEITE UHT – 200 gr.</b> <b>Características técnicas:</b> Teor de gordura de 17 %. Produto registrado no Ministério da Agricultura S.I.F. <b>Embalagem:</b> Acondicionados em embalagem Tetra Pak, peso líquido de 200 gr. <b>Prazo de validade:</b> mínimo de 06 meses. <b>Data de fabricação:</b> máximo de 30 dias.	<b>Piracanjuba</b>
01	Pote	<b>Doce de Frutas diversos sabores</b> <b>Ingredientes:</b> Polpa de fruta, açúcar, glicose de milho, conservante sorbato de potássio e ácido cítrico. <b>Embalagem:</b> Potes de polietileno atóxico, com peso líquido de 400G. <b>Prazo de Validade:</b> mínimo de 12 meses. <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 60 dias. <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	<b>Italy</b>
01	Pote	<b>Doce de leite pastoso</b> <b>Ingredientes:</b> leite, açúcar, xarope de glicose, amido modificado, bicarbonato de sódio, citrato de sódio/estabilizante e sorbato de potássio/conservante. <b>Embalagem:</b> Potes de polietileno atóxico, com peso líquido de no mínimo 400 gramas. <b>Prazo de Validade:</b> mínimo de 12 meses. <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 60 dias. <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	<b>Piá</b>
01	Caixa	<b>Chá mate tostado</b> <b>Características:</b> para infusão, tostado <b>Embalagem:</b> Deve estar <i>intacta</i> , embalagem de 500g. <b>Prazo de Validade:</b> Mínimo de 6 meses. <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 30 dias. <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	<b>Capimar</b>
01	Lata	<b>ERVILHA – EM CONSERVA – 200 GR.</b> <b>Características técnicas:</b> Preparado com ervilhas previamente debulhadas, envasadas, praticamente cruas, reidratadas ou pré-cozidas, imersas em líquido de cobertura apropriada, submetida a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados nos recipientes utilizados a fim de evitar sua alteração. <b>Embalagem:</b> Embalagem contendo 200 g. <b>Prazo de validade:</b> mínimo de 12 meses. <b>Data de fabricação:</b> máximo de 60 dias.	<b>Oderich</b>
01	Sache	<b>Extrato de Tomate</b> <b>Características técnicas:</b> Concentrado. O extrato de tomate deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e sem sementes. O produto deve estar isento de fermentações. Sem aditivos e conservantes. <b>Ingredientes:</b> Tomate, sal e açúcar. <b>Embalagem:</b> embalagem sachê de no mínimo 1 kg <b>Prazo de Validade:</b> Mínimo de 12 meses. <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 60 dias. <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	<b>Quero</b>
01	Pacote	<b>Farinha de milho branca biju</b> <b>Características técnicas:</b> Farinha de milho em flocos branca, granulação média, isenta de impurezas, sem sujidades e bolores, com concentração de flocos inteiros <b>Embalagem:</b> Acondicionadas em embalagens plastificadas de 1kg <b>Prazo de validade:</b> mínimo de 6 meses <b>Data de fabricação:</b> máximo de 45 dias <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	<b>Paiol</b>
02	Pacote	<b>Farinha de Trigo Especial</b> <b>Características técnicas:</b> Farinha de trigo <b>ESPECIAL</b> , tipo I, de cor <b>BRANCA</b> , enriquecida com ferro e ácido fólico. <b>Embalagem:</b> Deve estar <i>intacta e ser resistente</i> . Acondicionada em embalagens de 5kg. <b>Prazo de Validade:</b> Mínimo de 6 meses. <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 45 dias. <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do	<b>Claríssima</b>



		produto.	
03	Pacote	<b>Feijão preto</b> <b>Características técnicas:</b> – preto Tipo I, novo, de primeira qualidade, constituído de grãos inteiros e sãos, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados. <b>Embalagem:</b> deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 1kg. <b>Prazo de validade:</b> mínimo de 06 meses <b>Data de fabricação:</b> máximo de 30 dias <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	<b>Broto saboroso</b>
01	Pote	<b>Fermento em Pó Químico</b> <b>Características técnicas:</b> fermento químico em pó, para confecção de bolos. Isento de mofo e qualquer substância nociva. <b>Embalagem:</b> pote plástico em polietileno de alta densidade, com tampa de rosca em polietileno de alta densidade, contendo 100g do produto. <b>Prazo de Validade:</b> Mínimo de 12 meses. <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 60 dias. <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	<b>Apti</b>
01	Unidade	<b>Fermento em Pó Biológico</b> <b>Características técnicas:</b> fermento biológico, seco, instantâneo, para pão. Isento de mofo e substâncias nocivas. <b>Embalagem:</b> hermeticamente fechada (vácuo), contendo 100g em envelopes aluminizados. <b>Prazo de Validade:</b> Mínimo de 12 meses. <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 60 dias. <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	<b>Apti</b>
01	Pacote	<b>Fubá de milho pré-cozido enriquecido com ferro e ácido fólico</b> <b>Embalagem:</b> pacote plástico transparente, contendo 1 kg. Com identificação do produto <b>Prazo de Validade:</b> mín 12 meses. <b>Data de Fabricação:</b> máx 60 dias <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	<b>Sinhá</b>
02	Caixa	<b>GELATINA EM PÓ- DIVERSOS SABORES – 30 GR.</b> <b>Características técnicas:</b> produto diluível em água. Colorido e aromatizado artificialmente. Não contém adoçantes artificiais. <b>Embalagem:</b> embalagem externa em caixa e interna em pacote, contendo no mínimo 30 gr. <b>Prazo de validade:</b> mínimo de 06 meses. <b>Data de fabricação:</b> máximo de 45 dias.	<b>Italy</b>
01	Caixa	<b>LEITE CONDENSADO – 395 GR.</b> <b>Características técnicas:</b> composto de leite concentrado, açúcar, e lactose. Produto registrado no Ministério da Agricultura S.I.F. <b>Embalagem:</b> acondicionados em embalagem Tetra Park, peso líquido 395 gr. <b>Prazo de validade:</b> mínimo de 06 meses. <b>Data de fabricação:</b> máximo de 30 dias.	<b>Tirol</b>
02	Pacote	<b>Leite em pó Integral de fabricação nacional</b> <b>Ingredientes:</b> Leite fluido integral, vitaminas A e D e emulsificante: lecitina de soja (INS 322) O leite em pó deverá apresentar textura homogênea, coloração própria, preparado com matérias - primas sãs, limpas, isentas de parasitos e de qualquer substância contaminante. Lípidios 26% (mínimo), Índice de Solubilidade (ml)1,0 (máximo), Umidade 3,5% (máximo), Proteína total 25% (mínimo). <b>Característica Organolépticas</b> (odor, sabor e cor) próprias do produto <b>Rendimento:</b> 1Kg do produto deverá render no mínimo 8 litros de leite natural. <b>Embalagem:</b> pacotes resistentes de 400g. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação. <b>Prazo de Validade:</b> mín 10 meses. <b>Data de Fabricação:</b> máx 45 dias. <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	<b>Santa Clara</b>
01	Pacote	<b>MACARRÃO – TIPO PARAFUSO OU ESPAGUETE – 01 KG.</b> <b>Características Técnicas:</b> macarrão com ovos. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. <b>Embalagem:</b> deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 01 kg. <b>Prazo de validade:</b> mínimo de 06 meses. <b>Data de fabricação:</b> máximo de 60 dias.	<b>Nordeste</b>

01	Pote	<p><b>Maionese</b>  <b>Ingredientes:</b> Água, óleo vegetal, amido modificado de milho (geneticamente modificado a partir de <i>Bacillus thuringiensis</i> e/ou <i>Streptomyces viridochromogenes</i> e/ou <i>Agrobacterium tumefaciens</i> e/ou <i>Zea mays</i>), açúcar, ovos pasteurizados, sal, vinagre, acidulantes: ácido láctico e ácido cítrico, estabilizantes: goma guar e goma xantana, conservador sorbato de potássio, aromatizantes, sequestrante EDTA - cálcico dissódico, corante páprica e antioxidantes: BHT e BHA. Não contém glúten.  <b>Embalagem:</b> acondicionada em potes de 500g.  <b>Prazo de Validade:</b> Mínimo de 06 meses;  <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 60 dias.  <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Italy
02	Pote	<p><b>Margarina com sal</b>  <b>Características técnicas:</b> com no mínimo de 80% de gordura total.  <b>Embalagem:</b> Embalagem de plástico, atóxico, individual, deve conter peso líquido de 500kg, de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada.  <b>Prazo de Validade:</b> Mínimo de 06 meses;  <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 30 dias.  <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Doriana
01	Lata	<p><b>Milho verde em Conserva</b>  <b>Ingredientes:</b> milho, água, e sal, sem conservantes.  <b>Embalagem:</b> lata de 200g.  <b>Prazo de Validade:</b> Mínimo de 12 meses.  <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 60 dias.  <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Bonare
03	Frasco	<p><b>Óleo de Soja</b>  <b>Ingredientes:</b> Óleo de soja 100% natural.  <b>Embalagem:</b> Deve estar <i>intacta</i>, em embalagens transparentes atóxicas tipo pet não apresentando amassamento ou vazamento, apresentando conteúdo de 900 ml. Óleo obtido de matéria-prima vegetal em bom estado sanitário. Deve estar isento de substâncias estranhas à sua composição e isento de impurezas à 25°C, ter aspecto límpido, cor e odor característicos.  <b>Prazo de Validade:</b> Mínimo de 12 meses.  <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 60 dias.  <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Cocamar
01	Quilo	<p><b>Salsicha (vina) congelada – embalagem com 1 kg</b>  <b>Características técnicas:</b> Produto cárneo industrializado, obtido de uma emulsão das carnes.  <b>Embalagem:</b> Embalados em isopor contendo especificados o local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de vencimento.  <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Pif Paf
01	Unidade	<p><b>Café torrado e moído com selo (tradicional)</b>  <b>Características técnicas:</b> Café torrado e moído com selo.  <b>Embalagem:</b> a VÁCUO 500g  <b>Prazo de validade:</b> mínimo de 10 meses  <b>Data de fabricação:</b> máximo de 60 dias  <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Caboclo
02	Pacote	<p><b>Canjiquinha de Milho Amarelo – quirera</b>  <b>Características técnicas:</b> Canjiquinha de milho amarela/Xerém fina.  <b>Embalagem:</b> Acondicionada em pacotes de 500kg, livre de violações.  <b>Prazo de validade:</b> mínimo de 10 meses  <b>Data de fabricação:</b> máximo de 60 dias  <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Sinhá
01	Pacote	<p><b>SUCO EM PÓ – DIVERSOS SABORES – 350G</b>  <b>Características técnicas:</b> Produto não fermentado, não alcoólico. Produto com cor, sabor e aroma característicos. Bom rendimento e qualidade.  <b>Embalagem:</b> mínima de 350G em bom aspecto.  <b>Prazo de validade:</b> mínimo de 10 meses.  <b>Data de fabricação:</b> máximo de 60 dias.</p>	Atalaia
01	Pacote	<p><b>Sagú - fécula de mandioca</b></p>	Prata

			<b>Ingredientes:</b> sagu: fécula de mandioca (formato pérola), sem adição de glúten; mistura sabor de uva: açúcar, ácido cítrico (INS330), aroma natural de uva, corante natural de clorofila (INS 140i) e corante natural de carmim (INS 120), sem adição de glúten. <b>Embalagem:</b> Polietileno leitoso ou transparente de 500 gramas. <b>Prazo de Validade:</b> Mínimo de 6 meses. <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 60 dias. <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	
01	Pacote		<b>Sal refinado iodado</b> <b>Ingredientes:</b> Sal iodado. <b>Embalagem:</b> Polietileno leitoso ou transparente de 1kg. <b>Prazo de Validade:</b> Mínimo de 6 meses. <b>Data de Fabricação:</b> Máximo de 60 dias. <b>Entrega:</b> O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	<b>Apolo</b>
01	Pacote		<b>Sabão em pó:</b> <b>Composição:</b> Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonatode sódio. embalagem de 1Kg	<b>Girando Sol</b>
01	Pacote		<b>Sabão em barra com glicerina neutro</b> aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	<b>Assim</b>
<b>Valor de cada cesta R\$ 423,83 (quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos)</b>				
<b>Valor total das 540 cestas R\$ 228.868,20 (duzentos e vinte e oito mil oitocentos e sessenta e oito reais e vinte centavos)</b>				

IRINEÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2022.

LADEMIR FERNANDO ARCARI - PREFEITO MUNICIPAL

**ATA RP PROC 03/2021 HMBJ**

Publicação Nº 3519601

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS IRINEÓPOLIS  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PROCESSO LICITATORIO Nº 03/2021  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021  
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	04/2021 HMBJ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	03/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº	02/2021
EMPRESA VENCEDORA:	OXIGÊNIO JOAÇABA COMÉRCIO DE GASES ATMOSFÉRICOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL EM METROS CÚBICOS OU CARGA COMPLETA, PARA USO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, COM ENTREGA PARCELADA.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	08 DE OUTUBRO DE 2021
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

Item	Unidade	Quantidade	Produto	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	M³	1.500	Gás Oxigênio Medicinal - carga para cilindro com capacidade de 10 m³ - MESSER	145,00	217.500,00
02	M³	1.500	Gás Oxigênio Medicinal - carga para cilindro com capacidade de 07 m³- MESSER	95,00	142.500,00
03	M³	1.300	Gás Oxigênio Medicinal - carga para cilindro com capacidade de 3,0 m³- MESSER	102,00	132.600,00
04	M³	1.500	Gás Oxigênio Medicinal - carga para cilindro 01 m³- MESSER	110,00	165.000,00
VALOR TOTAL R\$ 657.600,00 (seiscentos e cinquenta e sete mil e seiscentos reais)					

IRINEÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2022.

LADEMIR FERNANDO ARCARI - PREFEITO MUNICIPAL

## ATA RP PROC 45/2021

Publicação Nº 3519611

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº 45/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2021  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	49/2021 – PM
PROCESSO LICITATORIO Nº	45/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº	21/2021
EMPRESA VENCEDORA:	MARCIO SCHOLL ME
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O NÚCLEO ESCOLAR PRESIDENTE ADOLFO KONDER.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	15 DE OUTUBRO DE 2021
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

ITEM	QT	DESCRIÇÃO	Marca	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
02	13	<b>MESA REDONDA PARA ESTUDO COM CADEIRAS:</b> mesa para biblioteca com 06 cadeiras, mesa medindo no mínimo de 1,00 de diâmetro x 0,75 de altura com tampo de 25mm de espessura confeccionado em MDF, cadeiras com no mínimo 0,38 de altura, assento 0,34 x 0,34m, encosto 0,34 x 0,18m. Capacidade: Múltiplos usuários. Mesa: com tampo em MDF de no mínimo 18 mm revestido em fórmica cinza, acabamento em perfil de PVC tipo T. Pés com 6 arcos em tubo 7/8 p.0,90 unidos por solda especial tipo mig. com Pintura eletrostática a pó. Cadeira: Cadeira escolar 04 pés com reforço, confeccionado em tubo de no mínimo 3/4 parede 0,90 mm com ponteiros externos para os pés em polipropileno de alta resistência tipo bola; assento/encosto em compensado semi-anatômico com no mínimo 10 mm revestido em fórmica lisa brilhante coloridas. Fixação das estruturas por meio de 07 rebites de alumínio maciço de 5 mm cabeça lentilha. Todos os metais são soldados através do processo tipo mig, tratados por banho de imersão anti-ferrugem e pintura epóxi pó na cor preto semi-brilho.	Brinquedos Parana	2.680,00	34.840,00
22	01	<b>POLTRONA AMAMENTAÇÃO:</b> Poltrona individual estofada, revestida em couro sintético, dotada de apoio de braços. Dimensões mínimas: Profundidade útil do assento: mínima 470 mm / máxima 490 mm; Largura útil do assento: mínima 530 mm/máxima 570mm; Altura (h) da superfície do assento: mínima 420 mm; Extensão vertical (h) útil do encosto: mínima 440 mm; Largura útil do encosto: mínima 530 mm; Inclinação da superfície do assento (em relação à horizontal): entre -2º e -7º; Ângulo do encosto (em relação ao plano do assento): mínimo 90º; Altura do apoio de braços (em relação ao assento): mínima 160 mm; Largura do apoio de braços: mínima 100 mm. CARACTERÍSTICA: Estrutura confeccionada em perfis tubulares de aço carbono, com seção retangular, com dimensões mínimas de 20x40mm, e espessura de parede mínima de 1,5mm. Pintura em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza. Pés metálicos aparentes, cromados ou em aço inox, com seção circular com diâmetro mínimo de 2", com ponteiros ajustáveis metálicos e partes em contato como piso em plástico injetado. Base de sustentação do assento e do encosto em percintas elásticas. Laterais (braços), suporte do assento e suporte do encosto, de formato prismático. Cada um destes elementos deve ser inteiramente revestido em couro sintético, exceto a parte inferior do assento que deve ser revestida de tecido não tecido (TNT) de gramatura mínima de 70g/m². As superfícies revestidas em couro sintético devem receber camadas internas de espuma laminada (espessura mínima de 10 mm), de modo que toda a superfície do móvel seja almofadada. No apoio de braços (parte superior das laterais) a espuma deverá ser de no mínimo 30 mm de espessura e possuir densidade mínima D-23. Almofada do assento confeccionada em espuma de densidade D-33, com mínimo de 100 mm de espessura, revestida com couro sintético, dotada de uma subcamada de tecido não tecido (TNT). Almofada do encosto confeccionada em espuma de densidade D-26 com mínimo de 100 mm de espessura, revestida com couro sintético, dotada de uma subcamada de tecido não tecido (TNT). As almofadas deverão ser fixadas de forma permanente, mas não devem apresentar áreas em suas laterais que possam acumular sujidades. Couro sintético para os revestimentos, texturizado, atóxico, laminado internamente com tecido de poliéster, com gramatura acima de 500g/m² e espessura mínima de 0,8mm, de odor neutro, na cor cinza, padrão PANTONE 16-1406 TPX.	Sonho de Criança	973,50	973,50
24	10	<b>COLCHONETE:</b> Colchão infantil em espuma flexível de poliuretano. Dimensões Mínimas: Altura: 120 mm; Largura e comprimento: devem ser tais que o espaço entre o colchão e as laterais, e, entre o colchão e as cabeceiras, não exceda a 30 mm. Características: Espuma de poliuretano flexível com densidade D18, integral (tipo "simples"), revestido em uma das faces e nas laterais em tecido Jacquard, costurado em matelassé (acolchoado), com fechamento perimetral tipo viés, e com acabamento da outra face do colchão plastificado. Tratamento antialérgico e antiácaro.	Sonho de Criança	134,00	1.340,00
25	01	<b>COLCHONETE PARA TROCADOR:</b> Colchonetes de espuma flexível de poliuretano. Dimensões mínimas - Comprimento: 1000 mm; Largura: 600 mm; Altura: 40 mm. Características: Espuma de poliuretano flexível com densidade D20, integral (sem colagem horizontal), revestido em material têxtil plastificado (corino), atóxico, na cor azul real, impermeável, com costura simples e acabamento em cadaço impermeável.	Sonho de Criança	53,00	53,00
26	01	<b>GELADEIRA LINHA BRANCA FROSTFREE 240L:</b> Refrigerador vertical combinado, linha branca, sistema de refrigeração "frostfree" (degelo automático) com capacidade mínima de 240 litros. Dimensão condicionada ao projeto de arquitetura, no que diz respeito ao espaço disponível para a instalação do equipamento. Largura máxima: 750 mm; Capacidade total: mínima de 240 litros. Gabinete tipo "duplex" com duas portas (freezer e refrigerador). Refrigerador vertical combinado, linha branca. Sistema de refrigeração "frostfree". Gabinete externo do tipo monobloco e portas revestidas em chapa de aço com acabamento em pintura eletrostática (em pó), na cor branca. Partes internas revestidas com painéis plásticos moldados com relevos para suporte das prateleiras internas deslizantes. Conjunto de prateleiras removíveis e reguláveis, de material resistente para acondicionamento de frutas, verduras ou legumes. Sistema de fechamento hermético. Batentes das portas dotados de sistema antitranspirante. Dobradiças metálicas. Sapatas niveladoras. Sistema de controle de temperatura ajustável. Sistema de degelo "frostfree". Gás refrigerante R600a ou R134a. Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. Voltagem: 220V. Cordão de alimentação (rabo) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem.	Continental	2.383,00	2.383,00
30	02	<b>QUADRO DE AVISOS EM METAL:</b> DESCRIÇÃO: Quadro em metal para fixação de avisos. Dimensões mínimas: Largura: 1500 mm; Altura: 900 mm; CARACTERÍSTICAS: Moldura com cantos arredondados em alumínio anodizado fosco; Fundo confeccionado em MDF 10mm; Acabamento em chapa de aço branca magnética; Sistema de fixação invisível permitindo instalação na vertical ou horizontal.	Quadro Sul	935,00	1.870,00
32	01	<b>EQUIPAMENTO PSICOMOTRICIDADE DEGRAUS E RAMPAS:</b> DESCRIÇÃO: Circuito contendo quatro peças, sendo uma escada, um puff, uma rampa e um tapete. Tem por objetivo proporcionar o estímulo da percepção sensorial e visual ao se locomover por diferentes trajetos com formatos variados e uso de cores fortes. Dimensões mínimas: Largura: 1200 mm; Profundidade: 1200 mm; Altura: 250 mm. CARACTERÍSTICAS: Preenchimento em espuma de densidade mínima 28 e máxima 33; Revestimento em couvin; Produto impermeável; Peças multicoloridas; Não tóxico.	Sonho de Criança	1.795,00	1.795,00
37	06	<b>TELAS MOSQUITEIRAS PARA JANELAS E PORTAS REMOVÍVEL PARA LIMPEZA.</b> Com armação em alumínio galvanizado: conforme medidas: • 01 Porta: 2,10 altura x 1,63 largura; • 01 porta: 2,10 altura x 1,58 largura; • 01 porta: 2,10 altura x 0,89 largura; • 01 janela: 1,34 altura x 2,49 largura; • 01 janela: 0,42 altura x 2,27 largura;	Rabox	343,00	2.058,00

		• 01 janela : 0,92 altura x 4,98 largura.			
39	03	<b>MANGUEIRA:</b> Mangueira de jardim para água fria 100 metros cada unidade. Mangueira antitorção com engates rápidos e esguicho em PVC.	Raplast	102,50	307,50
40	02	<b>BEBEDOURO INDUSTRIAL:</b> Descrição: Bebedouro elétrico industrial com duas torneiras com capacidade de refrigeração de no mínimo 25l/h, para instalação no piso. Dimensões e capacidade: Altura: 1300 mm; Largura: 550mm; Profundidade: 500 mm; Fornecimento mínimo de água gelada: 25 l/h. Características: Termostato com regulação de temperatura; Sistema de filtragem que inclua retenção de partículas (PIII) e Redução de cloro (Cl). Corpo em aço inox polido. Duas torneiras em metal cromado para copo tipo lavatório (ou similar), reguláveis e de fácil acionamento pelos usuários previstos: crianças em escolas e creches. Reservatório de água em material resistente, atóxico e de fácil limpeza (polipropileno ou aço inox). Serpentina interna em aço inox. Isolamento em EPS. Gás refrigerante R600a ou R134a. Previsões para limpeza, higienização e dreno. Mangueiras atóxicas e adaptador para conexão com a rede hidráulica. Baixo consumo de energia, com termostato para controle automático da temperatura da água. Dreno para limpeza da cuba. Sapatas niveladoras em borracha ou nylon. Não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes de modo a não causar acidentes. A cuba, as torneiras e o(s) filtro(s) devem fazer parte integral do equipamento, não podendo considerá-las como itens adicionais. Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. Voltagem: 220V. Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem.	Karina Bebedouros	3.297,00	6.594,00
44	01	<b>CARRINHO DE CARGA E DESCARGA:</b> Descrição: Carro Armazém; Medidas: 1500 x 500 x 360 mm; Rodagem: com rodas pneumáticas; Capacidade de carga: 500 kg.	Bagnara	882,00	882,00
45	02	<b>TELEFONE SEM FIO:</b> Telefone sem fio de mesa 01 Ramal - com Identificador de Chamadas, Preto.	Panasonic	387,00	774,00
52	01	<b>Tela para o Auditório:</b> Tela de Projeção Motorizada Tensionada High Contrast 200 Polegadas 16:9, Área Visual - A x L - 249,0 x 442,0 cm Área Total - A x L - 279,0 x 472,0 cm Caixa Metálica da Tela - 14,0 x 14,0 x 500,0 cm. Tela de Projeção Retrátil Motorizada com acionamento por Controle Remoto sem fio Radio Frequência com alcance até 100 metros. Acionamento também por botões localizados no módulo receptor do controle remoto, em caso de perda ou quebra do emissor do controle remoto a tela pode ser acionada manualmente. Ponto de parada automático ou controlado pelo usuário com o controle remoto. Motor elétrico tubular interno silencioso com no mínimo 20Nm de torque e 19 rpm. Sistema de controle de temperatura do motor com desligamento automático de segurança. Ajuste de parada, fim e começo de curso, regulável no motor. Película tensionada nas laterais, através de fios de nylon que esticam a tela ao desenrolar, deixando a superfície da tela 100% plana. Possui bordas pretas nas laterais, 15 cm de cada lado, e a faixa preta superior tem altura de 30 cm. Possui barra de metal estabilizadora na extremidade inferior da tela para deixar o tecido totalmente esticado. Película Vinílica Cinza fator de ganho 0,8 com verso preto. Película avançada para projeção em 3D, HD, Full HD e 4k. Caixa em aço em pintura eletrostática na cor branca. Suporte em L integrado ao estojo metálico para fixação em parede ou teto, com fácil instalação. Deve acompanhar buchas e parafusos para fixação, Manual de instalação e operação. Voltagem – 220V.	Multilazer	1.673,80	1.673,80
<b>RS 55.543,80 (cinquenta e cinco mil quinhentos e quarenta e três reais e oitenta centavos)</b>					

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	50/2021 – PM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	45/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº	21/2021
EMPRESA VENCEDORA:	MAXIMA ATACADISTA EIRELI EPP
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O NÚCLEO ESCOLAR PRESIDENTE ADOLFO KONDER.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	15 DE OUTUBRO DE 2021

## VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:

Item	Qtd	Descrição	Marca	Valor Unitário RS	Valor total RS
03	01	<b>ARMÁRIO 03 PORTAS COM 04 PRATELEIRAS INTERNAS.</b> Dimensões mínimas: 1200x475x1800mm. Cor cinza claro. Características: Corpo confeccionado em chapa de MDP contínuo, revestido com filme melamínico texturizado de baixa pressão nas duas faces, com no mínimo 25mm de espessura para o tampo e 18mm para o fundo vertical e demais partes. Fita de bordo para o revestimento e acabamento das bordas planas do MDP, confeccionada em fita de PVC na cor e padrão do revestimento, com resistência a impactos e termicamente estável. Fixada ao substrato pelo processo de colagem com adesivo hotmelt. Com no mínimo 2mm de espessura para o tampo e 1mm para as demais partes. Sistema de fixação por meio de tambor de giro confeccionado em ZAMAK com no mínimo Ø15mm, parafuso de montagem rápida M6, do mesmo material, e tampas plásticas de acabamento confeccionadas em polietileno Ø18mm. Pinos plásticos para apoio e sustentação das prateleiras com no mínimo Ø6mm confeccionados em polipropileno com encaixe resistente e respectivas furações nas laterais para regulação de altura. Dobradiças confeccionadas em ZAMAK com abertura em ângulo de 270°, proteção para remoção involuntária e ajuste de altura (+2mm/-2mm). Sistema de chaveamento do tipo Crenona, com fechadura posicionada no puxador e duas hastes verticais de travamento. Puxadores do tipo perfil, com secção transversal medindo no mínimo 18x35mm, situados no topo superior no mesmo plano das frentes das portas de forma que não fiquem salientes. Sem arestas vivas, garantindo maior segurança ao usuário. Confeccionados em alumínio extrudado com acabamento acetinado, fixados por meio de encaixe com sistema isento de sulcos ou cola de forma que nenhum parafuso permaneça aparente após a montagem do conjunto mesmo se observado pela parte interna do móvel. Com tampas laterais planas de fechamento, confeccionadas em ZAMAK no mesmo padrão de acabamento, fixadas nos topos do perfil por meio de encaixe resistente. Base de sustentação confeccionada em tubo de aço AISI 1020 com secção quadrada de no mínimo 20x20mm e 1,2mm de espessura. Sapatas niveladoras com base confeccionada em polipropileno injetado, medindo no mínimo 30mm de diâmetro, fixada a estrutura por meio de barra rosca de 5/16" x 1", perfazendo uma altura de 15mm do piso após sua instalação. Tratamento superficial: Deve conferir aos componentes uma resistência mínima à corrosão de 240 horas em ensaios de Salt spray (Névoa Salina) e espessura mínima final da pintura é de 30 micrômetros. Acabamento das estruturas de aço em pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster. O móvel deste item deverá possuir certificado de conformidade com a norma ABNT NBR 13961:2010. Cor: cinza claro.	M. Mobile	4.490,00	4.490,00
05	02	<b>CONJUNTO ARMÁRIO DISPENSA COM PORTAS</b> – Armário em MDF com frentes duplas, dividido em duas partes, a primeira com no mínimo 275x90x50cm e a outra com no mínimo 80x180x50cm. Puxadores em alumínio e dobradiças em aço zincado com sistema de amortecimento. Cor: Cinza Claro.	M. Mobile	4.350,00	8.700,00
06	01	<b>BALCÃO - NICHOS SALA DE AULA:</b> Confeccionado em MDF, com bordas arredondadas, comprimento de no mínimo 1,10m x 0,40m de largura x 0,70m altura, com 06 nichos. Espessura da estrutura de no mínimo 25mm e repartições de 20mm. Cor: Cinza Claro. Possuir 08 rodízios sendo 04 com trava.	M. Mobile	1.490,00	1.490,00
13	03	<b>ARQUIVO EM AÇO 04 GAVETAS:</b> Arquivo deslizante em aço com quatro gavetas montadas sobre trilhos telescópicos que permitam abertura total. Dimensões mínimas: Altura: 1330 mm +/- 10 mm; Largura: 470 mm +/- 10 mm; Profundidade: 710 mm +/- 10 mm; Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrômetros / máximo 100 micrômetros. Características mínimas: Corpo e estrutura interna em aço chapa 22 (espessura 0,75mm) na cor gelo; Gavetas em chapa 24 (0,60mm); Trilhos telescópicos e guias	RCH	1.640,00	4.920,00



		zincados em chapa 18 (1,20mm) ou superior; Haste de travamento de gavetas em chapa 16 (1,50mm); Fechamento inferior (junto ao piso) em chapa 24 (0,60mm). Puxadores em zamac no acabamento steel de 96mm. Fechadura de tambor cilíndrico (mínimo 4 pinos) com sistema de travamento simultâneo das gavetas. Chaves em duplicata. Compressores para pastas em todas as gavetas. Porta-etiquetas estampado ou sobreposto, sendo este último exclusivamente de liga metálica não ferrosa cromado ou niquelado. Gavetas dotadas de trilhos telescópicos compostos por guias lineares com rolamentos de esferas de aço, com capacidade de carga vertical mínima de 45kg e mecanismo contra escape. Sapatas niveladoras em metal cromado com base de polipropileno injetado. Pintura em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor gelo.			
14	01	<b>ARMÁRIO SOB MEDIDA PARA SECRETARIA.</b> Dimensões mínimas: 1,10 altura x 3,20 comprimento x 0,50 profundidade. 04 divisórias vertical internas, prateleiras alternadas conforme o desenho <b>08 portas</b> 0,40 cm cada, não possuir travessão vertical entre a abertura das portas. Tampo superior 0,60 cm largura, parte traseira do mesmo material do corpo do armário COR GELO. Características: Corpo confeccionado em chapa de MDP contínuo, revestido com filme melamínico texturizado de baixa pressão nas duas faces, com no mínimo 25mm de espessura. Fita de bordo para o revestimento e acabamento das bordas planas do MDP, confeccionada em fita de PVC na cor e padrão do revestimento, com resistência a impactos e termicamente estável. Fixada ao substrato pelo processo de colagem com adesivo hotmelt. Com no mínimo 2mm de espessura para o tampo e demais partes. Sistema de fixação por meio de tambor de giro confeccionado em ZAMAK com Ø15mm, parafuso de montagem rápida M6, do mesmo material, e tampas plásticas de acabamento confeccionadas em polietileno Ø18mm. Pinos de metal para apoio e sustentação das prateleiras com Ø6mm confeccionados em polipropileno com encaixe resistente e respectivas furações nas laterais para regulagem de altura. Dobradiças confeccionadas em ZAMAK com abertura em ângulo de 270°, proteção para remoção involuntária e ajuste de altura (+2mm/-2mm). Sistema de chaveamento do tipo Cremona, com fechadura posicionada no puxador e duas hastes verticais de travamento. Puxadores do tipo perfil, com seção transversal medindo no mínimo 18x35mm, situados no topo superior no mesmo plano das frentes das portas de forma que não fiquem salientes. Sem arestas vivas, garantindo maior segurança ao usuário. Confeccionados em alumínio extrudado com acabamento acetinado, fixados por meio de encaixe com sistema isento de sulcos ou cola de forma que nenhum parafuso permaneça aparente após a montagem do conjunto mesmo se observado pela parte interna do móvel. Com tampas laterais planas de fechamento, confeccionadas em ZAMAK no mesmo padrão de acabamento, fixadas nos topos do perfil por meio de encaixe resistente. Base de sustentação confeccionada em tubo de aço AISI 1020 com seção quadrada de 20x20mm e 1,2mm de espessura. Sapatas niveladoras com base confeccionada em polipropileno injetado, medindo aproximadamente 30mm de diâmetro, fixada a estrutura por meio de barra rosca de 5/16" x 1", perfazendo uma altura de 15mm do piso após sua instalação. Tratamento superficial: Deve conferir aos componentes uma resistência mínima à corrosão de 240 horas em ensaios de Salt spray (Névoa Salina) e espessura mínima final da pintura é de 30 micrômetros. Acabamento das estruturas de aço em pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster. O móvel deste item deverá possuir certificado de conformidade com a norma ABNT NBR 13961:2010.	M. Mobile	2.488,00	2.488,00
15	02	<b>CONJUNTO DE PRATELEIRA</b> – Prateleira de MDF CINZA TX com no mínimo 15mm com frentes duplas, estrutura principal 30mm reforçada, com 350x156x30cm.	M. Mobile	3.780,00	7.560,00
18	11	<b>CONJUNTO COLETIVO 01 MESA COM 04 CADEIRAS:</b> Conjunto coletivo para crianças com altura compreendida entre 0,93 e 1,16m, composto de uma mesa e quatro cadeiras. Mesa com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, e na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão (BP), montado sobre estrutura tubular de aço. Cadeira empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montados sobre estrutura tubular de aço; Dimensões mínimas da mesa: Largura: 800 mm; Profundidade: 800 mm; Altura: 460 mm; Espessura: 25,8 mm. Características da Mesa: Tampo em MDP ou MDF, dimensões mínimas: espessura de 25mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor cinza, cantos arredondados. Revestimento na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão - BP, na cor branca. Topos encabeçados com fita de bordo termoplástica extrudada, confeccionada em PVC (cloreto de polivinila); PP (polipropileno) ou PE (polietileno), com "primer" na face de colagem, acabamento de superfície texturizado, na cor laranja, coladas com adesivo "Hot Melting". Estrutura da mesa composta de: Pés confeccionados em tubo de aço carbono, laminado a frio, com costura, seção circular diâmetro de 38mm (1 1/2"), em chapa 16 (1,5mm); Travessas em tubo de aço carbono, laminado a frio, com costura, seção retangular de 20 x 40mm, em chapa 16 (1,5mm). Fixação do tampo à estrutura através de parafusos rosca máquina polegada, diâmetro de 1/4" x comprimento 2", cabeça chata, fenda simples. Sapatas em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor laranja, fixadas à estrutura através de encaixe. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso. Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza. Dimensões Mínimas da Cadeira: Largura do assento: 340 mm; Profundidade do assento: 260 mm; Espessura do assento: 7,2 mm a 9,1mm; Largura do encosto: 350 mm; Altura do encosto: 155 mm; Espessura do encosto: 7,0 mm a 9,3 mm; Altura do assento ao chão: 260 mm. Características da Cadeira: Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor laranja. Alternativamente o assento e o encosto poderão ser fabricados em compensado anatômico moldado a quente, contendo no mínimo cinco lâminas internas, com espessura de 1,5mm cada. Quando fabricado em compensado, o assento deve receber revestimento na face superior de laminado melamínico de alta pressão, 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor laranja. Revestimento da face inferior em lâmina de madeira faqueada de 0,7mm, com acabamento em selador, seguido de verniz poliuretano, inclusive nos bordos. Quando fabricado em compensado, o encosto deve receber revestimento nas duas faces de laminado melamínico de alta pressão, 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor laranja. Bordos em selador seguido de verniz poliuretano. Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro mínimo de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm). Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. Fixação do assento em compensado moldado à estrutura através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 16mm. Fixação do encosto em compensado moldado à estrutura através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 18mm. Ponteiras e sapatas, em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor laranja, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anti-ferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi/ Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima 40 micrometros, na cor cinza.	M. Mobile	1.679,00	18.469,00
19	02	<b>ARMÁRIO ROUPEIRO – (AM2):</b> Roupeiro em aço na cor cristal, confeccionados em chapa de aço de no mínimo "22" (0,75mm), constituído por 12 portas. As portas devem possuir venezianas para arejamento e possuir pitão para cadeado; Não será aceito ondulações, ressaltos, rebarbas ou imperfeições no acabamento dos roupeiros; Devem ser tratados contra oxidação com fosfato de zinco e pintados com tinta especial na cor platina com secagem em estufa; Após o processo acima descrito o produto deve seguir para uma estufa de alta temperatura para receber a pintura pelo processo eletrostático de pintura a pó, consolidando a superfície do produto com 50 micra de espessura de tinta, no mínimo. Possuir dobradiças internas para evitar arrombamentos com abertura de 135°, pés removíveis com sapatas plásticas niveladoras 3/8". Dimensões mínimas: Altura: 1945 mm; Largura: 900 mm; Profundidade: 400 mm.	RCH	1.750,00	3.500,00
23	01	<b>NICHO AÉREO CRECHE:</b> Confeccionado em MDF, com bordas arredondadas, medidas mínimas: comprimento de 1,60m x 0,50m de largura x 1,60m altura, com 16 nichos. Espessura da estrutura de 25mm e repartições de 40mm. Cor: branco.	M. Mobile	4.470,00	4.470,00
42	02	<b>ESCALADA MULTIUSO.</b> Escada Alumínio 05 Degraus. Dobrável e fácil de guardar, cinco degraus com estrutura e chapas em alumínio, material super leve, durável e com peças plásticas em polipropileno de alta resistência. Pés antiderrapantes e travamento automático na plataforma superior. Até 120 Kg. Características: Alumínio. Dimensões mínimas do produto Altura: 161cm, Largura: 10,5cm, Comprimento:	MOR	275,00	550,00

		43cm, Peso líquido aproximado 3,6kg.			
43	03	<b>ESCALADA MULTIUSO:</b> Escada Alumínio 07 Degraus. Dobrável e fácil de guardar, 06 degraus com estrutura e chapas em alumínio, material super leve, durável e com peças plásticas em polipropileno de alta resistência. Pés antiderrapantes e travamento automático na plataforma superior. Até 120 Kg. Características: Alumínio. Dimensões mínimas do produto altura (CM): 200 Largura (CM): 49 Profundidade (CM): 11,2, Dobrável: Sim.	MOR	480,00	1.440,00
47	02	<b>ARMÁRIO CARTOLINA:</b> dimensões mínimas: altura 160 cm x largura 100 cm x profundidade 56 cm. Armário Cartolina com 09 Gavetas e 02 Portas: 02 portas de 58cm com fechadura e acompanha 2 chaves 09 gavetas com 9,5 cm de altura e 50 cm de profundidade Com uma prateleira interna removível. Confeccionado em MDP 20mm. Cor Gelo.	M. Mobile	1.485,00	2.970,00
48	02	<b>CÔMODA TROCADOR:</b> Descrição: cômoda em MDF laqueada branca com corrediças telescópicas com travas, com um colchão em tecido próprio para limpeza contínua. Sendo 02 portas e 02 gavetas. COR: Branco fosco, dimensões mínimas: altura 90 cm, largura 80cm, profundidade: 75 cm.	M. Mobile	890,00	1.780,00
49	01	<b>ARMÁRIO ALTO EXECUTIVO SEMI ABERTO:</b> Fabricado em MDP ou MDF, estrutura mínima de 20mm e prateleira com 25mm. Composto por 02 portas, puxadores em Aço, fechadura frontal na porta. O Armário é dividido em duas partes, separados por um sub-tampo, sendo aberto na parte superior com 02 prateleiras e 01 divisória para liberação prática de documentos e a parte inferior fechada com 01 prateleira interna para armazenamento. Matérias-primas de qualidade, durabilidade e resistência. COR: branco fosco. Medidas mínimas: 90 (L) x 180 (A) x 45 (P) cm.	M. Mobile	980,00	980,00
50	02	<b>ESCRIVANINHA MULTIUSO 01 GAVETA:</b> 01 gaveta abaixo do tampo com chave. Corrediças telescópicas. Material: MDF. Cor: Branco Fosco. Tampo com no mínimo 25mm de espessura e estrutura com 30mm. Fechado atrás em meia altura com uma prateleira com profundidade mínima de 20cm. Dimensões mínimas: Altura: 75 cm. Largura: 93 cm. Profundidade: 52cm	M. Mobile	688,00	1.376,00
51	03	<b>MESA PARA ESCRITÓRIO EM L:</b> dimensões mínimas 1,50m x 1,40m, Espessura do tampo: 50,0 mm Engrossurado, estrutura pés 25mm, confeccionado em MDF acetinado revestido de laminado melamínico. Com 01 gaveteiro fixo com 02 gavetas. Acabamento/Revestimento: BP Acetinado. Fita de borda: PVC. Cantos arredondados. Gavetas: 02, sendo 01 com chave. Corrediças: Metálicas. Puxadores: metálicas. Medidas mínimas: Comp: 1,50m x 1,40m. Prof: 0,70m / Alt: 0,75m.	M. Mobile	1.100,00	3.300,00
<b>Valor Total R\$ 68.483,00 (sessenta e oito mil quatrocentos e oitenta e três reais)</b>					

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	51/2021 – PM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	45/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº	21/2021
EMPRESA VENCEDORA:	PAULINEIA LOTTERMANN REIS ME
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O NÚCLEO ESCOLAR PRESIDENTE ADOLFO KONDER.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	15 DE OUTUBRO DE 2021
<b>VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:</b>	

Item	Qtd	Descrição	Marca	Valor Unitário RS	Valor total RS
27	01	<b>MESA REFEIÇÃO MATERNAL 05 LUGARES:</b> Mesa com tampo confeccionado multilaminado de madeira MDF de no mínimo 18 mm de espessura, revestido na face superior em laminado melamínico de baixa pressão na cor ovo. Bordas longitudinais com acabamento em PVC ergosoft, tipo post-forming 180°, flexível colorido. Formato do tampo arredondado modelo tipo aquarela medindo 1350x1840, com curvatura interna na parte frontal do tampo de 35°, permitindo uma melhor aproximação do professor. Com 05 assentos retangular medindo 290x360 com bordas arredondadas, acabamento em PVC ergosoft tipo post-forming flexível colorido, com distanciamento entre eles de 31cm, dentro dos padrões de ergonomia. Em cada vão deverá conter uma cadeira. Assento e encosto confeccionado em compensado multi laminado de 06 mm, monobloco, estofada com espuma soft D 35 , acabamento em PVC modelo Francis colorido, revestida em couro sintético com superfície em resina de PVC, com base 50% poliéster e 50% algodão de alta resistência , permitindo uma melhor manutenção de limpeza contra líquidos. Deverão conter para cada assento um cinto de fiação, confeccionado em cadarço de nylon 30 mm, permitindo que a criança permaneça acomodado de forma correta na cadeira. Estrutura de sustentação das cadeiras confeccionada em tubo de aço industrial ATC 1010/1020, com secção retangular 16x30, com espessura 1.50 mm Estrutura da mesa em tubo de aço industrial ATC 1010/1020, com secção circular 2", com espessura 1.20 mm, Topos de fechamento da tubulação com ponteiros acopladas em polipropileno 100% injetadas, com deslizadores, e regulagem de altura. Acabamento com banho desengraxante a quente e tratamento antiferruginoso de proteção. Pintura com tinta epóxi pó, híbrida, eletrostática, na cor prata ou ovo, polimerizada em estufa a 180° C, com espessura mínima da película de 40 microns. Soldagem: os componentes que formam o conjunto deverão ser ligados entre si através de solda pelo processo MIG. Cor das cadeiras e PVC de acabamento: 01 amarela, 01 verde, 01 vermelha, 01 azul e 01 laranja.	Reiflex	3.390,00	3.390,00
28	05	<b>CONJUNTO PARA REFEITÓRIO - MESA COM 02 BANCOS:</b> Confeccionado em MDF, mesa com bordas arredondadas, com medidas mínimas : comprimento de 2,75m x 0,75m de largura x 0,60m altura, com 02 (dois) bancos cada, medindo 2,75m comprimento x 0,30m de largura x 0,32 de altura, cor: bege (ovo). Espessura de 20 mm. Possuir estruturas retangulares em aço 60x40mm O tampo será confeccionado em MDF de 30mm com re-engrosso de 30mm, revestido em sua face superior em laminado melamínico pós formável de 0,6mm de espessura na cor bege (ovo). Acabamento de superfície texturizado e encabeçamento de fita de bordo em PVC preto/ bege (ovo). A fixação do tampo será por meio de parafusos auto-atarrachantes de 2 ½" x 3/16". A estrutura em aço receberá pintura eletrostática com tinta epóxi em pó, com antiferrugem na cor preta fosca, polimerizada em estufa. Ponteiros de acabamento em polipropileno, fixado à estrutura através de encaixe.	Reiflex	2.480,00	12.400,00
29	17	<b>CONJUNTO PARA REFEITÓRIO - MESA COM 02 BANCOS:</b> Tampo confeccionado em MDF, com bordas arredondadas, medidas mínimas: comprimento de 2,75m x 0,75m de largura x 0,80m altura, com 02 (dois) bancos cada, medindo 2,75m comprimento x 0,30m de largura x 0,40 de altura, cor: bege (ovo). Espessura de 20 mm. Possuir estruturas retangulares em aço 60x40mm O tampo será confeccionado em MDF de 25/30mm com re-engrosso de 15mm, revestido em sua face superior em laminado melamínico pós formável de 0,6mm de espessura na cor bege (ovo). Acabamento de superfície texturizado e encabeçamento de fita de bordo em PVC preto/ bege (ovo). A fixação do tampo será por meio de parafusos auto-atarrachantes de 2 ½" x 3/16". A estrutura em aço receberá pintura eletrostática com tinta epóxi em pó, com antiferrugem na cor preta fosca, polimerizada em estufa. Ponteiros de acabamento em polipropileno, fixado à estrutura através de encaixe.	Reiflex	2.480,00	42.160,00
38	04	<b>MESA PARA COMPUTADOR UNITÁRIA:</b> Mesa em MDF para computador com suporte para teclado. Medidas mínimas: Altura 74 cm Largura 81 cm Profundidade 55 cm. Estrutura com espessura de 25mm. Cor: grafite.	Reiflex	282,00	1.128,00
46	140	<b>CADEIRAS PARA O AUDITÓRIO - COM O SLOGAN PREFEITURA MUNICIPAL.</b> Cadeira diretor universitária para auditório, cadeira para salas de convenções, com encosto anatômico, que ocupa toda a região lombar e das costas, sendo estrutura com base fixa , espuma anatômica injetada com espessura mínima de 60 mm no assento e encosto, com espuma no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, proporcionando mais conforto e ergonomia. Revestimento do assento e encosto em tecido ou Corvin/vinil. Peso suportado até 120 kg. Poltronas com espuma anatômica injetada proporcionando conforto aos seus usuários, com no mínimo 60 mm de espessura de espuma no assento e encosto, proporcionando mais conforto, ergonomia . Base fixa. Características: Poltrona para auditório com assento rebatível. Dimensões mínimas: Assento:	Reiflex	495,00	69.300,00



		L49 x P48, Encosto: L46 x A48. Altura do encosto: 840mm, Altura do assento: 470mm, Profundidade do assento: 480mm, Profundidade com assento armado: 690mm, Largura : 600mm. Peso aproximado do produto: 30kg. COR GRAFITE.			
Valor total R\$ 128.378,00 (cento e vinte e oito mil trezentos e setenta e oito reais)					

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	52/2021 – PM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	45/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº	21/2021
EMPRESA VENCEDORA:	MONARCA COMERCIAL LTDA
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O NÚCLEO ESCOLAR PRESIDENTE ADOLFO KONDER.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	15 DE OUTUBRO DE 2021
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

Item	Qtd	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	11	<b>MESA PARA 03 COMPUTADORES COM LOCAL PARA CPU:</b> Comprimento de no mínimo 2,75 x 0,75 altura x 0,70 de profundidade. Local para CPU com largura mínima 0,20 x 0,50 altura x 0,70 de profundidade e abaixo do porta CPU espaço para estabilizador. Confeccionado em MDF com espessura mínima de 30mm e estrutura mínima de 20mm em cor cinza claro, revestido em sua face superior em laminado melamínico pós formável de no mínimo 0,6mm de espessura.	Micanto	3.600,00	39.600,00
09	01	<b>MESA PARA ESCRITÓRIO EM L:</b> mínimo de 1,50m x 1,45m – Espessura do tampo: 50,0 mm +/- 0,6 mm Engrossado, estrutura/ pés 25mm, confeccionado em MDF acetinado revestido de laminado melamínico. Com 01 Gaveteiro Fixo C/02 Gavetas e 01 Mesa de Apoio. Acabamento / Revestimento: BP acetinado. Fita de borda: PVC. Gavetas: 02 com chave. Corrediças: Metálicas. Puxadores: metálicos. Medidas mínimas Comp: 1,50m x 1,40m. Prof: 0,70m / Alt: 0,75m. Suporte para CPU no canto do meio embaixo da mesa. Cor: Grafite.	Micanto	1.085,00	1.085,00
10	02	<b>ARMÁRIO BAIXO PARA ESCRITÓRIO 02 PORTAS E 04 GAVETAS –</b> Produzido com materiais de alta qualidade como MDP BP ou MDP de no mínimo 15/20 mm, Eucaprint, tampo 25mm, quatro prateleiras internas, duas portas com puxadores externos e fechadura com chaves, três gavetas com corrediças metálicas e gavetão com corrediças telescópicas, base fechada. Mínimos de Largura: 47 cm – Altura: 83 cm – Comprimento: 142/145 cm. Cor: Grafite.	Micanto	1.960,00	3.920,00
11	02	<b>MESA PARA ESCRITÓRIO EM L:</b> 1,50m x 1,45m – Espessura do tampo: 50,0 mm +/- 0,6 mm Engrossado, estrutura/ pés 25mm, confeccionado em MDF acetinado revestido de laminado melamínico. Com 01 Gaveteiro Fixo C/03 Gavetas e 01 Mesa de Apoio. Acabamento / Revestimento: BP Acetinado. Fita De Borda: Pvc. Cantos arredondados. Gavetas: 03 com chave. Corrediças: Metálicas. Puxadores: metálicas. Medidas - Comp: 1,50m x 1,40m. Prof: 0,70m / Alt: 0,75m. Suporte para CPU no canto do meio embaixo da mesa. Cor: Gelo.	Micanto	693,00	1.386,00
17	17	<b>ARMÁRIO PARA SALA DE AULA, ALTO 02 PORTAS:</b> Com 02 (duas) portas em MDF de no mínimo 20mm, 03 dobradiças em cada. Comprimento do armário de 0,80m x 0,40m de profundidade x 1,70m altura. Confeccionado em MDF, com espessura de 25mm. Acabamento feito em MDP 20mm. Contendo 04 Prateleiras com acabamento em MDF de 25mm. Dimensões mínimas do produto: Altura 170 cm; Largura 80 cm; Profundidade 42 cm. Dobradiça confeccionada em aço de alta resistência, automática, que permite fechamento suave da porta. Sistema de travamento das portas com fechadura frontal e chave para porta direita com alma interna em aço de alta resistência, com capa plástica externa de proteção. Cor: 16 UNIDADES CINZA E 01 UNIDADE BRANCO FOSCO.	Micanto	1.259,00	21.403,00
20	03	<b>BALCÃO – NICHOS SALA DE AULA:</b> Confeccionado em MDF e MDP, com bordas arredondadas, medidas mínimas: comprimento de 1,10m x 0,40m de largura x 0,70m altura, com 03 nichos. Espessura da estrutura de 25mm e repartições de 20mm. Cor: branco. Possuir 06 rodízios sendo 03 com trava.	Micanto	1.184,00	3.552,00
21	02	<b>ARMÁRIO 12 NICHOS COM 12 CAIXAS</b> - Armário com doze nichos e com 12 caixas organizadoras, confeccionado em MDF 15 mm cor branca, acabamento das bordas em perfil PVC 02 mm colado com hot-melt. Base metálica em tubo de no mínimo 20 X 20 chapa 18 (1.2 mm) com rodas de silicone para locomoção. Medidas mínimas: 950 X 113 X 450 mm.	Micanto	2.780,00	5.560,00
34	01	<b>ARMÁRIO AÉREO (ÁREA DE LIMPEZA):</b> Medidas mínimas: Comprimento 220cm x 130cm Altura x 45cm Profundidade. Contendo uma prateleira na altura de 65cm com 15mm de espessura. Contendo 04 divisórias, sendo 01 com 87 cm e outras 03 com 44cm. Armário Aéreo com 05 Portas, tem estrutura em MDP/MDF com revestimento em BP resultando em um acabamento resistente, estrutura com 15mm a 20mm. Acabamento: Melamina BP. Escala de Brilho: Fosco. Cor: branco. Tipo de Porta: Convencional. Material da Porta: MDP. Tipo de Puxador: Cromados PVC. Dobradiças metálicas (02 em cada porta). Com fixadores de metal resistente para mínimo 80 kg, parafusos e buchas.	Micanto	3.960,00	3.960,00
35	01	<b>CONJUNTO DE ARMÁRIO GUARDA-LOUCAS (laterais 02 peças) –</b> armário com portas de correr na lateral da parede, em MDF branco TX 15mm com frentes duplas, com medidas mínimas 265 altura x 176 x 50cm. Puxadores em alumínio, sistema de trilhos de portas com regulagem inteligente (para que as portas fiquem enroscando uma na outra) e trilho inferior com amortecimento anti-descarrilhamento. Contendo 05 prateleira com duas divisórias. Armário central guarda-louças – armário central com maior profundidade para panelas e bacias grandes em MDF branco TX 15mm com frentes duplas. Com medidas mínimas de 265 altura x 126 x 70cm. Puxadores em alumínio e dobradiças em aço zincado com sistema de amortecimento.	Micanto	4.570,00	4.570,00
36	01	<b>ARMÁRIO PARA COZINHA:</b> armário com 02 portas, 04 gavetas em MDF branco TX 15mm com frentes duplas, com medidas mínimas: 1,30 altura x 1,50 comprimento x 50cm. Puxadores em alumínio, Contendo 02 prateleiras com duas divisórias. Cor: Branco.	Micanto	4.900,00	4.900,00
VALOR TOTAL R\$ 89.936,00 (oitenta e nove mil novecentos e trinta e seis reais)					

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	53/2021 – PM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	45/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº	21/2021
EMPRESA VENCEDORA:	OPEN OFFICE MOBILIÁRIO CORPORATIVO EIRELI ME
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O NÚCLEO ESCOLAR PRESIDENTE ADOLFO KONDER.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	15 DE OUTUBRO DE 2021
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

Item	Qtd	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
------	-----	-----------	-------	--------------------	-----------------

04	44	<b>CADEIRA ALMOFADADA SIMPLES:</b> dimensões mínimas: Altura: 85 cm. Largura do assento: 500 mm +/- 50 mm. Profundidade do assento: 460 mm +/- 10 mm. Altura do assento: 430 mm +/- 10 mm. Largura do encosto: 400 mm +/- 10 mm (medida no ponto mais saliente do apoio lombar). Extensão vertical do encosto: 350 mm +/- 10 mm. Espessura da espuma do assento: mínima de 40 mm. Espessura da espuma do encosto: mínima de 30 mm. Tolerâncias dimensionais para tubos conforme ABNT NBR 6591. Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros. Assento e encosto confeccionados em compensado anatômico moldado a quente, contendo no mínimo sete lâminas internas, com espessura de 1,5 mm cada. Estofamento do assento e do encosto em espuma de poliuretano expandido, colada à madeira e revestida com tecido, na cor preta, dotado de proteção com produto impermeabilizante hidro-repelente. Faces inferior do assento e encosto revestidas com capas de plástico injetado, na cor preta e posterior revestida em JSerrano. Fixação do assento e do encosto à estrutura por meio de parafusos com rosca métrica e porcas de cravar. Estrutura constituída de 04 pés, confeccionada em tubo de aço com costura, laminado a frio, secção circular mínima 22,3 mm (7/8"), com espessura mínima de 1,5 mm (chapa 16). Acabamento das partes metálicas em pintura em pó, brilhante, na cor preta. Terminações de tubos em plástico injetado, na cor preta, fixadas através de encaixe. Estas não devem poder ser retiradas sem o uso de ferramentas. Sapatas articuladas para garantir o nivelamento em relação às variações do piso. Todos os encontros de tubos ou uniões de partes metálicas devem receber solda em toda a extensão da união. Material Assento/Encosto: Assento encosto de espuma laminada, assento de no mínimo 30mm e encosto 25mm, revestida em JSerrano. Altura: 85 cm. Altura encosto: 36 cm. Largura assento: 43 cm. Profundidade assento: 39 cm. Capacidade de no mínimo 120 Kg. Cor: cinza escuro.	Metalcad	223,50	9.834,00
07	02	<b>CADEIRAS COM ALTURA REGULÁVEL (DIRETORIA E SECRETARIA).</b> Serão fornecidas cadeiras giratórias com braços, espaldar médio, assento e encosto em compensado multilaminado anatômico, espuma de poliuretano injetada em densidade de no mínimo 40 a 50kg/m³, com apoio dorso lombar, com capa de polipropileno anti-alérgico em alta resistência a propagação de rasgos além de baixa deformação. Solidez à luz classe 05, pilling padrão 05, peso 280/290g/m, mecanismo relax com bloqueio e regulagem permanente-gás, base em aço com 05 hastes, pintura em epóxi pó na cor preta, encosto em 07 posições na altura, rodízio duplos em nylon, revestimento em tecido preto, fogo retardante. Braços reguláveis com alma de aço e apoia braços em poliuretano com regulagem em cinco posições. Medidas de no mínimo 580 mm de largura x 580 mm de profundidade x 900/1000 mm de altura. Devem ter a certificação da ABNT 13.962.	Plax metal	1.096,50	2.193,00
08	03	<b>CADEIRA ESCRITÓRIO PRESIDENTE:</b> Cadeira em Tela Mesh - TCE11, cadeira giratória, preta. Base giratória em aço cromado com cinco rodinhas. Ajuste de altura por pistão a gás. Sistema de reclinamento com trava no ponto inicial e ajuste de pressão. Encosto com cinta de apoio lombar revestida em tela mesh (nylon), assento com estrutura com estofamento revestida em tela mesh e material sintético e braços em polipropileno com detalhes em aço cromado. Capacidade de no mínimo 150 Kg. Altura mínima do assento até o chão: 40cm. Encosto de no mínimo: 76 x 48 cm. Assento de no mínimo: 51 x 50 cm. Braços de no mínimo: 12 x 3 cm.	Bulk	915,00	2.745,00
12	02	<b>ARMÁRIO BAIXO PARA ESCRITÓRIO 02 PORTAS 04 GAVETAS –</b> Produzido com materiais de alta qualidade como MDP BP ou MDP com no mínimo 15/20 mm, Eucaprint, tampo 25mm, quatro prateleiras internas, duas portas com puxadores externos e fechadura com chaves, três gavetas com corredeiras metálicas e gavetão com corredeiras telescópicas, base fechada. Mínimos de Largura: 47 cm – Altura: 83 cm – Comprimento: 142/145 cm. Cor: 01 unidade cor gelo e 01 unidade cor madeira.	Centermoveis	1.929,50	3.859,00
16	03	<b>CONJUNTO DE PRATELEIRA CENTRAL PARA BIBLIOTECA –</b> Com divisórias para os dois lados em MDF CINZA TX com no mínimo 15mm, estrutura principal 30mm, com frentes duplas e prateleiras para livros coluna lateral, com 350x191x50cm.	Centermoveis	8.053,50	24.160,50
31	02	<b>SOFÁ:</b> Sofá de 03 lugares em material lavável e pés em alumínio. Dimensões Mínimas: Largura: 1250 mm; Profundidade: 750 mm; Altura: 730 mm. CARACTERÍSTICAS: Revestimento superior em laminado de PVC com reforço em manta (Korino) CV 20; Acabamento inferior em Tela de Ráfia; Estrutura: Madeira de pinus e eucalipto proveniente de reflorestamento com imunização contra mofo, cupim e microorganismos. Sustentação do assento e encosto com cintas elásticas de alta resistência. Travamento da estrutura com grampos fixados com grampeadores pneumáticos. Espumas de poliuretano: Assento: Densidade D-23 - Braço: Densidade D-20- Encostos: Densidade D-20. COR GRAFITE.	Dermaç	2.496,00	4.992,00
<b>VALOR TOTAL R\$ 47.783,50 (quarenta e sete mil setecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)</b>					

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	53/2021 – PM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	45/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº	21/2021
EMPRESA VENCEDORA:	UNICLASSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O NÚCLEO ESCOLAR PRESIDENTE ADOLFO KONDER.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	15 DE OUTUBRO DE 2021
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

Item	Qtd	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
33	04	<b>CONJUNTO MESA PROFESSOR:</b> Conjunto para professor composto de uma mesa e uma cadeira. Mesa com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior com chapa de balanceamento, painel frontal em MDP ou MDF, revestido nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), montado sobre estrutura tubular de aço.- Cadeira empilhável, com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montados sobre estrutura tubular de aço. Dimensões mínimas da mesa: Largura: 1200 mm; Profundidade: 650 mm; Altura: 760 mm; Espessura: 19,4 mm. CARACTERÍSTICAS DA MESA: Tampo em MDP ou MDF, com espessura mínima de 18mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor cinza, cantos arredondados. Revestimento na face inferior em chapa de balanceamento (contra placa fenólica) de 0,6mm. Aplicação de porcas garra com rosca métrica M6 e comprimento 10mm. Painel frontal em MDP ou MDF, com espessura de 18mm, revestido nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão – BP, acabamento frost, na cor cinza. Dimensões acabadas de 1117mm (largura) x 250mm (altura) x 18mm (espessura). Topos encabeçados com fita de bordo termoplástica extrudada, confeccionada em PVC (cloreto de polivinila), PP (polipropileno) ou PE polietileno), com "primer" na face de colagem, acabamento de superfície texturizado, na cor cinza, colada com adesivo "Hot Melting". Estrutura composta de: Montantes verticais e travessa longitudinal confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção semi-oblonga de 25mm x 60mm, em chapa 16 (1,5 mm). Travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de "C", com secção circular, diâmetro 31,75mm (1 1/4"), em chapa 16 (1,5mm). Pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular, diâmetro de 38mm (1 1/2"), em chapa 16 (1,5mm). Fixação do tampo à estrutura através de 06 porcas garra rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm); 06 parafusos rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm), comprimento 47mm, cabeça panela, fenda Phillips. Fixação do painel à estrutura através de parafusos auto-atarraxantes 3/16" x 5/8", zincados. Aletas de fixação do painel confeccionadas em chapa de aço carbono em chapa 14(1,9 mm). Fixação das sapatas (frontal e posterior) aos pés através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. Ponteiros e sapatas em polipropileno copolímero virgem isento de cargas minerais, injetadas na cor cinza. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso. Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi/Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada	Movesco	990,00	3.960,00

		em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza. Dimensões mínimas da cadeira: Largura do assento: 400 mm; Profundidade do assento: 430 mm; Espessura do assento: 9,7 mm a 12mm; Largura do encosto: 396 mm; Altura do encosto: 198 mm; Espessura do encosto: 9,6 mm a 12,1 mm; Altura do assento ao chão: 460 mm. Características da cadeira: Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem isento de cargas minerais, injetados na cor cinza. Alternativamente o assento e o encosto poderão ser fabricados em compensado anatômico moldado a quente, contendo no mínimo sete lâminas internas, com espessura máxima de 1,5mm cada. Quando fabricado em compensado, o assento deve receber revestimento na face superior de laminado melamínico de alta pressão, de 0,6mm a 0,8 mm de espessura, acabamento texturizado, na cor cinza. Revestimento da face inferior em lâmina de madeira faqueada de 0,7mm, com acabamento em selador, seguido de verniz poliuretano, inclusive nos bordos. Quando fabricado em compensado, o encosto deve receber revestimento nas duas faces de laminado melamínico de alta pressão, de 0,6mm a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor cinza. Bordos revestidos com selador seguido de verniz poliuretano. Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm). Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. Fixação do assento em compensado moldado à estrutura através de rebites de repuxo, diâmetro de 4,8mm, comprimento 19mm. Fixação do encosto em compensado moldado à estrutura através de rebites de repuxo, Diâmetro 4,8mm, comprimento 22mm. Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem isento de cargas minerais, injetadas na cor cinza, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso, Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima 40 micrometros, na cor cinza.			
41	30	<b>CONJUNTO ALUNO:</b> carteira e cadeira azul – tamanho 06. Altura do aluno de 1,59m a 1,88m.	Movesco	860,00	25.800,00
<b>VALOR TOTAL R\$ 29.760,00 (vinte e nove mil setecentos e sessenta reais)</b>					

IRINEÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2022.

LADEMIR FERNANDO ARCARI- PREFEITO MUNICIPAL

**ATA RP PROC 46/2021 PM/FMS/FMAS/HMBJ**

Publicação Nº 3519615

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº 46/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2021  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	55/2021 – PM/FMS/FMAS/HMBJ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	46/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº	22/2021
EMPRESA VENCEDORA:	R J FLEITH & CIA LTDA
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS, FERRAMENTAS, PINTURA, LIMPEZA, PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, COM ENTREGA PARCELADA.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	19 DE OUTUBRO DE 2021
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	50	Unidade	Adesivo plástico 17 G	Tigre	5,20	260,00
02	50	Unidade	Adesivo plástico 75gr	Tigre	11,50	575,00
03	200	Unidade	Argamassa ACII/ACIII interno e externo 20Kg	Quartzolit	43,90	8.780,00
04	90	Quilo	Arame galvanizado	Franz	32,40	2.916,00
05	90	Quilo	Arame recozido	Franz	28,40	2.556,00
06	200	Lata	Aguarrás 900 ml	Eucatex	14,20	2.840,00
07	10	Unidade	Alicate de pressão	Mister	52,90	529,00
08	10	Unidade	Alicate corta vergalhão	Vonder	282,00	2.820,00
09	225	Unidade	Barra de ferro 4,2mm com 12 metros	HLS	21,90	4.927,50
10	225	Unidade	Barra de ferro 5/16mm com 12 metros	HLS	64,90	14.602,50
11	225	Unidade	Barra de ferro 3/8mm com 12 metros	HLS	96,90	21.802,50
12	225	Unidade	Barra de ferro 5/8mm com 12 metros	HLS	203,40	45.765,00
13	225	Unidade	Barra de ferro 1/4mm com 12 metros	HLS	41,90	9.427,50
14	20	Unidade	Batente de porta em madeira	Salete	179,00	3.580,00
15	100	Unidade	Bandeja para pintura	Roma	8,95	895,00
16	900	Saco	Cimento 50kg	Votoran	33,90	30.510,00
17	210	Saco	Cal fino – 20kg	Pavin	19,90	4.179,00
18	675	Saco	Cal hidratado -20kg	Pavin	14,40	9.720,00
19	225	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 5mm	Eternit	56,90	12.802,50
20	225	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 6mm	Eternit	66,90	15.052,50
21	225	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 1,22 x 1,10 x 6mm	Eternit	43,90	9.877,50

22	90	Unidade	Chapa de compensado naval 10mm	Santa Catarina	99,90	8.991,00
23	20	Unidade	Carrinho de mão de metal - reforçado	Tramontina	334,90	6.698,00
24	225	Unidade	Caibro 3 x 4 x 3m de pinheiro	Senn	38,45	8.651,25
25	225	Unidade	Caibro 2 x 4 x 4m de pinheiro	Senn	39,90	8.977,50
26	50	Unidade	Coluna de ferro 7X14	HLS	189,00	9.450,00
27	5000	Unidade	Chapa de compensado naval 250X160cm, mínimo 15mm espessura	Santa Catarina	129,00	645.000,00
28	50	Unidade	CAP PVC Soldável 25 mm	Krona	1,29	64,50
29	50	Unidade	CAP PVC Soldável 75 mm	Krona	19,90	995,00
30	360	Saco	Cal pronto para pintura – saco com 08 kg	Krona	12,90	4.644,00
31	45	Unidade	Cabo para pá	Pandolfo	14,40	648,00
32	45	Unidade	Cabo para enxada	Pandolfo	14,40	648,00
33	1.500	Metro	Corda 15mm	Arteplas	4,32	6.480,00
34	300	Metro	Corda 10mm	Arteplas	2,22	666,00
35	20	Unidade	Cadeado E-30	Stam	21,70	434,00
36	20	Unidade	Cadeado E-35	Stam	29,20	584,00
37	20	Unidade	Cortadeira com cabo em madeira	Pandolfo	43,30	866,00
38	20	Unidade	Cadeado 45mm	Stam	31,70	634,00
39	225	Unidade	Caibro 3 x 4 x 5m de pinheiro	Senn	41,90	9.427,50
40	10	Unidade	Caixa d'água 500L	Fortlev	229,90	2.299,00
41	10	Unidade	Caixa d'água 1000L	Fortlev	394,90	3.949,00
42	10	Unidade	Caixa de descarga	Cipla	40,40	404,00
43	500	Unidade	Canaleta com fita dupla face com no mínimo 02 metros de comprimento	Alumbra	10,40	5.200,00
44	10	Unidade	Colher de pedreiro	Atlas	24,90	249,00
45	20	Unidade	Desingripante	Vonder	9,90	198,00
46	30	Unidade	Disco de corte 4 polegadas	Vonder	6,74	202,20
47	30	Unidade	Disco de corte 2 polegadas	Vonder	5,74	172,20
48	45	Unidade	Disjuntor trifásico 60A	Soprano	134,90	6.070,50
49	100	Unidade	Dobradiça 3,5 polegadas	Ecoffer	4,22	422,00
50	20	Unidade	Dispenser sabonete líquido com reservatório	Nobre	49,90	998,00
51	75	Lata	Espuma expansiva 500ml	Tytan	27,40	2.055,00
52	75	Unidade	Enxada com cabo	Pandolfo	34,90	2.617,50
53	45	Unidade	Enxada sem cabo	Pandolfo	20,70	931,50
54	50	Rolo	Fita sinalizadora zebra 200m	Vonder	16,20	810,00
55	100	Unidade	Fita veda rosca 18mmX50m	Krona	8,49	849,00
56	2000	Metro²	Forro PVC	Real	29,90	59.800,00
57	2000	Metro²	Forro de madeira - pinus	Gasparin	29,90	59.800,00
58	2.250	Metro	Fio flexível 1,5mm – preto	RCM	1,52	3.420,00
59	2.250	Metro	Fio flexível 1,5mm – azul	RCM	1,52	3.420,00
60	2.250	Metro	Fio flexível 1,5mm – verde	RCM	1,52	3.420,00
61	2.250	Metro	Fio flexível 1,5mm – vermelho	RCM	1,52	3.420,00
62	2.250	Metro	Fio flexível 2,5mm – preto	RCM	2,39	5.377,50
63	2.250	Metro	Fio flexível 2,5mm – azul	RCM	2,39	5.377,50
64	2.250	Metro	Fio flexível 2,5mm – verde	RCM	2,39	5.377,50
65	2.250	Metro	Fio flexível 2,5mm – vermelho	RCM	2,39	5.377,50
66	2.250	Metro	Fio flexível 6,0mm – preto	RCM	5,42	12.195,00
67	2.250	Metro	Fio flexível 6,0mm – azul	RCM	5,42	12.195,00
68	2.250	Metro	Fio flexível 6,0mm – verde	RCM	5,42	12.195,00
69	2.250	Metro	Fio flexível 10 mm – preto	RCM	10,24	23.040,00
70	2.250	Metro	Fio flexível 10 mm – azul	RCM	10,24	23.040,00
71	2.250	Metro	Fio flexível 10 mm – verde	RCM	10,24	23.040,00
72	2.250	Metro	Fio flexível 10 mm – vermelho	RCM	10,24	23.040,00
73	30	Rolo	Fita isolante 10 metros	Enerbras	4,99	149,70
74	50	Rolo	Fita isolante 20 metros	Enerbras	6,49	324,50
75	225	Unidade	Fixador de cal	Juntalider	1,09	245,25
76	20	Rolos	Fita crepe adesiva 18mmx50m	Adere	9,59	191,80
77	20	Unidade	Faço para mato em aço carbono 18 polegadas com cabo de polipropileno	Tramontina	35,25	705,00
78	10	Unidade	Fechadura para banheiro	Soprano	30,49	304,90
79	30	Unidade	Fechadura externa de metal	Soprano	45,90	1.377,00
80	50	Unidade	Fechadura interna de metal	Soprano	32,20	1.610,00
81	50	Rolo	Fita crepe adesiva escura, larga, mínimo de 48mmx50m	Adere	10,49	524,50

82	50	Unidade	Fita crepe adesiva branca, larga, mínimo de 48mmx50m	Adere	12,50	625,00
83	2.250	Unidade	Goiva de barro de 1ª qualidade	Canelinha	4,99	11.227,50
84	50	Unidade	Goiva de fibrocimento 6mm	Eternit	63,90	3.195,00
85	90	Unidade	Interruptor sobrepor	Mec-Tronic	7,49	674,10
86	90	Unidade	Interruptor 1 tecla	Mec-Tronic	8,49	764,10
87	90	Unidade	Interruptor 2 teclas	Mec-Tronic	12,49	1.124,10
88	90	Unidade	Interruptor + tomada embutir	Mec-Tronic	13,22	1.189,80
89	225	Unidade	Joelho soldável 25mm	Krona	1,04	234,00
90	90	Unidade	Joelho 100mm esgoto	Krona	6,59	593,10
91	90	Unidade	Joelho 50mm esgoto	Krona	3,49	314,10
92	90	Unidade	Joelho 150mm esgoto	Krona	38,22	3.439,80
93	90	Unidade	Joelho LRM 25x1/2	Krona	5,99	539,10
94	90	Unidade	Joelho soldável 45º 25mm	Krona	1,74	156,60
95	90	Unidade	Joelho soldável 50mm	Krona	4,99	449,10
96	200	Unidade	Lápis carpinteiro	Faber Castel	2,99	598,00
97	100	Unidade	Lamina de serra de aço flexível com 24 dentes, 12□	Nichelson	5,49	549,00
98	5000	Metro²	Lona plástica preta, grossa, mínimo 200 micra	Blumenau	2,19	10.950,00
99	225	Unidade	Lâmpada econômica 25w	Manplex	21,70	4.882,50
100	225	Unidade	Lâmpada econômica 40w	Manplex	37,95	8.538,75
101	225	Unidade	Lâmpada econômica 60w	Manplex	69,90	15.727,50
102	450	Unidade	Lâmpada fluorescente 40w	Manplex	17,95	8.077,50
103	450	Unidade	Lâmpada Led tubular 18w	Manplex	17,95	8.077,50
104	90	Unidade	Luva 100mm esgoto	Krona	7,54	678,60
105	50	Unidade	Lima para motosserra	Nichelson	22,45	1.122,50
106	90	Unidade	Luva de esgoto de 50mm	Krona	3,99	359,10
107	90	Unidade	Luva soldável 25mm	Krona	1,24	111,60
108	25	Caixa	Massa para calafetar 350g	Pulvitec	9,99	249,75
109	2000	Metro	Meia cana de PVC	Real	5,99	11.980,00
110	2000	Metro	Meia cana de madeira - pinus	Gasparin	9,99	19.980,00
111	100	Lata	Massa corrida 3,6L	Eucatex	28,99	2.899,00
112	100	Lata	Massa corrida 900ml	Eucatex	18,99	1.899,00
113	20	Unidade	Martelo de unha com cabo de madeira – 27mm	Monfort	37,99	759,80
114	10	Unidade	Marreta 2kg	Monfort	49,99	499,90
115	12	Unidade	Machado com cabo em madeira	Pandolfo	77,40	928,80
116	200	Unidade	Malha de ferro 4.2 tamanho mínimo de 02m X 03m	HLS	175,30	35.060,00
117	135	Pacote	Prego 17 x 27 - kg	TXT	18,90	2.551,50
118	135	Pacote	Prego 18 x 36 - kg	TXT	20,49	2.766,15
119	135	Pacote	Prego 22 x 42 - kg	TXT	19,90	2.686,50
120	10	Pacote	Prego 13x15 – 1kg	TXT	18,90	189,00
121	10	Pacote	Prego 15x21 – 1kg	TXT	22,74	227,40
122	10	Pacote	Prego 18x33 – 1kg	TXT	21,49	214,90
123	10	Pacote	Prego 25x72 – 1kg	TXT	23,90	239,00
124	135	Pacote	Prego telheiro com 01 kg – 18 x 30	TXT	25,90	3.496,50
125	500	Metro	Pestana	SENN	19,90	9.950,00
126	20	Unidade	Porta de madeira almofadada – interna	SALETE	274,90	5.498,00
127	1000	Metro²	Piso P14	Incopisos	26,90	26.900,00
128	200	Unidade	Plafon de PVC C/Soquete de Porcelana	Perlex	7,49	1.498,00
129	68	Unidade	Pincel nº 2"	Roma	5,24	356,32
130	68	Unidade	Pincel nº 3"	Roma	12,73	865,64
131	900	Unidade	Parafuso bitola 6mm, com bucha	Mister	0,64	576,00
132	900	Unidade	Parafuso bitola 8mm, com bucha	Mister	0,89	801,00
133	900	Unidade	Parafuso bitola 10mm, com bucha	Mister	1,24	1.116,00
134	2.250	Unidade	Parafuso telheiro	TXT	1,24	2.790,00
135	75	Unidade	Pá quadrada com cabo	Pandolfo	45,49	3.411,75
136	68	Unidade	Pá com cabo reforçado	Pandolfo	54,90	3.733,20
137	45	Unidade	Picareta com cabo	Pandolfo	60,40	2.718,00
138	10	Unidade	Pé de cabra em ferro 60cm	Monfort	54,90	549,00
140	10.000	Unidade	Parafuso para forro	Mister	0,39	3.900,00
141	10	Unidade	Pneu com aro e câmara para carrinho de mão	Blumenau	85,90	859,00
142	20	Unidade	Porta papel toalha	Nobre	41,90	838,00
143	900	Metro	Ripa 1 x 2 de pinheiro	Senn	2,99	2.691,00
144	1000	Metro	Ripa 2,5 x 5 de pinheiro	Senn	5,99	5.990,00
145	1000	Metro	Ripão 5 x 5 de pinheiro	Senn	9,99	9.990,00
146	105	Unidade	Reator 2 x 40v	Taschibra	44,90	4.714,50



147	68	Unidade	Rolo de lã 10cm com cabo	Roma	11,99	815,32
148	68	Unidade	Rolo de lã 15cm com cabo	Roma	21,90	1.489,20
149	68	Unidade	Rolo de lã 18cm com cabo	Roma	23,99	1.631,32
150	68	Unidade	Rolo de lã 23cm com cabo	Roma	26,20	1.781,60
151	68	Unidade	Rolo de espuma 18cm com cabo	Roma	9,24	628,32
152	1000	Metro	Sarrafo de pinheiro	Senn	1,19	1.190,00
153	200	Unidade	Soquete cebolinha	Manplex	1,49	298,00
154	90	Unidade	Sifão para pia	Censi	9,90	891,00
155	200	Lata	Solvente para tintas e vernizes 900 ml	Eucatex	16,99	3.398,00
156	45.000	Unidade	Tijolo 6 furos tamanho 9 x 14 x 24 – grande	Fortaleza	0,89	40.050,00
157	225	Unidade	Tabua 0,20 x 3,00m de pinheiro	Senn	28,59	6.432,75
158	225	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinheiro	Senn	39,59	8.907,75
159	225	Unidade	Tabua 0,30 x 4,00m de pinheiro	Senn	51,49	11.585,25
160	225	Unidade	Tabua 0,30 x 4,00m de pinus	Senn	33,79	7.602,75
161	225	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinus	Senn	25,99	5.847,75
162	225	Unidade	Tabua 0,25 x 3,00m de pinus	Senn	23,99	5.397,75
163	10000	Unidade	Telha romana	Canelinha	2,49	24.900,00
164	200	Metro	Tela mosquiteiro 1,2m X 0,50m	Blumenau	5,49	1.098,00
165	90	Unidade	Tomada + 1 chave embutir	Mec-Tronic	13,99	1.259,10
166	90	Unidade	Tomada + 2 chaves embutir	Mec-Tronic	15,74	1.416,60
167	90	Unidade	Tomada embutir 10A	Mec-Tronic	9,99	899,10
168	90	Unidade	Tomada para telefone	Mec-Tronic	9,99	899,10
169	90	Unidade	Tomada simples de embutir 20A	Mec-Tronic	10,99	989,10
170	90	Unidade	Tomada sobrepor	Mec-Tronic	13,74	1.236,60
171	540	Metro	Tubo de PVC 25mm	Krona	4,24	2.289,60
172	150	Metro	Tubo de PVC 50mm	Krona	13,55	2.032,50
173	300	Metro	Tubo de PVC 75mm esgoto	Krona	14,19	4.257,00
174	300	Metro	Tubo de PVC 50mm esgoto	Krona	10,09	3.027,00
175	300	Metro	Tubo de PVC 100mm esgoto	Krona	14,24	4.272,00
176	60	Unidade	T 100mm	Krona	8,99	539,40
177	750	Lata	Tinta acrílica semi brilho com 3,6L	Eucatex	67,40	50.550,00
178	750	Lata	Tinta acrílica semi brilho com 18L	Eucatex	349,00	261.750,00
179	750	Lata	Tinta esmalte sintético com 3,6L	Eucatex	79,99	59.992,50
180	750	Lata	Tinta óleo com 3,6L	Eucatex	77,49	58.117,50
181	100	Lata/balde	Tinta para demarcação viária 18L	Eucatex	279,00	27.900,00
182	100	Unidade	Tomada sistema X 10A	Mec-Tronic	8,24	824,00
183	20	Unidade	Trena 5m	Vonder	20,99	419,80
184	20	Unidade	Trena 7,5m	Vonder	28,99	579,80
185	10	Unidade	Tesoura para poda e jardinagem, mínimo de 32 cm comprimento, cabo de madeira	Tramontina	57,20	572,00
186	1.000	Metro	Tela soldada arame, com no mínimo 2,3mm, altura de 1,5m e malha 10x5cm	Franz	39,99	39.990,00
187	90	Unidade	Vassoura para grama com no mínimo 18 dentes e cabo de madeira	Trapp	27,99	2.519,10
204	100	Unidade	CAPA DE CHUVA – FEITO COM PVC COMPOSTO DE CAPUZ COM FORRO POLIÉSTER MANGA LONGA, FECHAMENTO FRONTAL, COM BOTÕES PLÁSTICOS DE PRESSÃO. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Nove54	17,70	1.770,00
210	30	Unidade	GARRAFAO TÉRMICO – 05 LITROS, MANTENDO QUENTE OU GELADO. DIMENSÕES: 30CM(A) X 19CM(L). CAPACIDADE PARA 05 LITROS COM COPO INDIVIDUAL, NAS CORES LARANJA OU VERMELHO.	Soprano	49,20	1.476,00

Valor total R\$ 2.148.763,92 (dois milhões cento e quarenta e oito mil setecentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	56/2021 – PM/FMS/FMAS/HMBJ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	46/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº	22/2021
EMPRESA VENCEDORA:	MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS, FERRAMENTAS, PINTURA, LIMPEZA, PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, COM ENTREGA PARCELADA.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	19 DE OUTUBRO DE 2021

## VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
188	30	Unidade	CAPACETE - CAPACETE CLASSE B, ABA FRONTAL, COM SUSPENSÃO E JUGULAR, SISTEMA DE AJUSTE FAST TRACK, CASCO AMARELO. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Camper CA34414	36,42	1.092,60
189	100	Unidade	COLETE REFLETIVO - COLETE DE SINALIZAÇÃO DE ALTA VISIBILIDADE, COM 4 BOLSOS, CONFECCIONADO EM TECIDO FLUORESCENTE 100% POLIÉSTER, COMBINADO COM FAIXAS RETRORREFLETIVAS REPELENTES DE ÁGUA EM X, COM PARALELAS HORIZONTAIS NAS COSTAS, VERTICAIS E HORIZONTAIS NA PARTE FRONTAL, FECHAMENTO FRONTAL EM ZÍPER. COR LARANJA DEVE ATENDER A NBR 15292. TAMANHOS M/G/XG/XXG. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Supersafety	33,55	3.355,00
190	255	PAR	LUVA VAQUETA – LUVA DE PROTEÇÃO, CONFECCIONADA EM VAQUETA INTEGRAL, MODELO PETROLEIRA, COURO MACIO, ACABAMENTO DO PUNHO EM VIÉS (TECIDO ALGODÃO). POSSUI ELÁSTICO DE AJUSTE NO DORSO. COSTURADA COM LINHA DE NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO E AO CALOR. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Calseg CA15467	12,89	3.286,95
192	420	PAR	LUVA MULTITATO – LUVA DE SEGURANÇA TRICOTADA EM FIOS DE POLIAMIDA (NYLON); SEM REVESTIMENTO INTERNO; RECOBERTA DE POLIURETANO NA PALMA E DEDOS; DORSO DESCOBERTO; PUNHO TRICOTADO COM ELÁSTICO. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Volk CA 30916	4,88	2.049,60
193	150	PAR	LUVA LATEX, COR AMARELA, COM ANTIDERRAPANTE NA PALMA E DEDOS, FORRO EM FLOCOS DE ALGODÃO. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Medix CA 44541	4,84	726,00
194	100	PAR	LUVA NITRILICA – LUVA EM BORRACHA NITRÍLICA, COR VERDE COM FORRO EM FLOCOS DE ALGODÃO ATENDENDO A EN 374 [3640]. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Volk CA 40570	29,55	2.955,00
195	255	PAR	LUVA BANHO LATEX – LUVA DE SEGURANÇA DE ALGODÃO, BANHADA EM LÁTEX VERDE, PALMA ANTIDERRAPANTE CORRUGADA E BANHO PARCIAL NO DORSO, PUNHO EM MALHA COM ELÁSTICO. POSSUI RESISTÊNCIA MECÂNICA E ADERÊNCIA. ATENDENDO A EN 388 [1131]. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Supersafety CA 31895	9,23	2.353,65



199	200	PAR	BOTINA – BOTINA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM COURO, FECHAMENTO ELÁSTICO NAS LATERAIS, PALMILHA DE MONTAGEM EM EVA, SOLADO EM PU BIDENSIDADE BICOLOR COM SISTEMA DE ABSORÇÃO DE IMPACTO. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Crival CA 30257	66,40	13.280,00
200	30	PAR	BOTINA – BOTINA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM COURO FECHAMENTO ELÁSTICO NAS LATERAIS PALMILHA DE MONTAGEM EM EVA SOLADO EM PU BIDENSIDADE BICOLOR COM SISTEMA DE ABSORÇÃO DE IMPACTO E COM BIQUEIRA DE AÇO. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Cartom CA 15079	66,40	1.992,00
201	30	Unidade	BONE BRIM COM PROTEÇÃO NA NUCA – BONÉ COM PROTEÇÃO NA NUCA 20 CM, EM BRIM, COM PROTETOR FACIAL E TELA 8P. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Tecmater CA 17135	46,40	1.392,00
202	100	PAR	BOTA PVC – BOTA EM CANO LONGO, COM CABEDAL NA COR AZUL E SOLADO NA COR AMARELA, ACESSÓRIO AMARRA NA COR AMARELA, IMPERMEÁVEL, SOLADO ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A ÓLEO COMBUSTÍVEL, DE USO PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM POLICLORETODE VINILA (PVC), INJETADA EM UMA PEÇA SÓ ACABAMENTO INTERIOR 100% POLIÉSTER. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Genova CA 39184	98,65	9.865,00
203	50	CONJ	CONJUNTO DE CHUVA – CONJUNTO IMPERMEÁVEL COMPOSTO DE CALÇA E JAQUETA, CONFECCIONADO EM NYLON TECIDO DE POLIAMIDA DE 190 FIOS COM BASE DE POLIVINIL CLORETO – PVC, COM ESPESURA TOTAL DE 0,20MM, EMBORRACHADO EXTERNAMENTE, FECHAMENTO COM COSTURAS DUPLAS USANDO LINHA 100% POLIÉSTER Nº 60, BATIDO COM MÁQUINA RETA E ACABAMENTOS EM MÁQUINA DE COSTURA OVERLOQUE, IMPERMEABILIZADO INTERNAMENTE COM FITA DE VEDAÇÃO E APLICADA COM MÁQUINA DE ALTA FREQUÊNCIA. JAQUETA COM PALA DE VENTILAÇÃO, CONSTITUÍDA POR FUROS CIRCULARES DE 10MM COBERTOS COM PALA, CONFECCIONADO COM O MESMO MATERIAL. FECHAMENTO FRONTAL COM UM ZÍPER Nº 5 E UM VELCRO, COM CAPUZ EMBUTIDO. PUNHOS AJUSTADOS COM ELÁSTICO 15 MM DE LARGURA, COM VELCRO. COM FAIXA REFLETIVA DE 50MM. FAIXAS REFLETIVAS NAS PERNAS DAS CALÇAS, PUNHO DA JAQUETA, TÓRAX E COSTAS. FECHAMENTO NAS PERNAS EM ZÍPER. COR: AMARELO. TAMANHOS: M, G, GG E XGG. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Delta Plus	107,95	5.397,50

205	60	Unidade	OCULOS DE PROTEÇÃO – ÓCULOS DE PROTEÇÃO FORMATO AMPLA VISÃO, INCOLOR COM TRATAMENTO ANTI RISCO, LENTES EM POLICARBONATO, ANTIEMBAÇANTE, COM PROTEÇÃO UVA E UVB, ACABAMENTO INTERNO EM BORRACHA MALEÁVEL, VENTILAÇÃO INDIRETA COM DEZ FENTAS NA PARTE SUPEIOR E OITO NA PARTE INFERIOR TIRANTE ELÁSTICO COM AJUSTE DE TAMANHO. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Kalipso CA 11285	11,89	713,40
206	200	Unidade	OCULOS DE PROTEÇÃO – ÓCULOS DE PROTEÇÃO CONSTITUÍDOS DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR, COM APOIO NASAL INJETADO DO MESMO MATERIAL ASTES TIPO ESPÁTULA FIXAS ATRAVÉS DE PARAFUSO METÁLICO. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Delta Plus CA 19176	4,89	978,00
207	200	Unidade	OCULOS DE PROTEÇÃO - ÓCULOS DE PROTEÇÃO CONSTITUÍDOS DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO CINZA, COM APOIO NASAL INJETADO DO MESMO MATERIAL ASTES TIPO ESPÁTULA FIXAS ATRAVÉS DE PARAFUSO METÁLICO. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Delta Plus CA 19176	16,85	3.370,00
208	100	Unidade	RESPIRADOR DESCARTÁVEL – MODELO PFF1 TIPO CONCHA PARA PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS E NÉVOAS NUMA CONCENTRAÇÃO MÁXIMA DE 10 VEZES O LIMITE DE TOLERÂNCIA DO CONTAMINANTE, TAIS COMO POEIRA DE GRÃOS, CIMENTO PORTLAND, FIBRAS TÊXTEIS, GRAFITE, PÓ DE MADEIRA, CARVÃO, PEDRAS. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Grazia CA 39052	2,55	255,00
209	250	Unidade	RESPIRADOR DESCARTÁVEL – MODELO PFF2 (S) TIPO CONCHA CONSTITUÍDO POR UMA CONCHA INTERNA DE SUSTENTAÇÃO – COMPOSTA DE NÃO-TECIDO MOLDADO EM FIBRAS SINTÉTICAS POR UM PROCESSO SEM RESINA. SOBRE ESTA CONCHA É MONTADO O MEIO FILTRANTE COMPOSTO POR MICROFIBRAS TRATADAS ELETROSTATICAMENTE. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Camper CA 38942	2,55	637,50
211	200	PAR	PERNEIRA DE PROTEÇÃO EM COURO COM FECHAMENTO EM VELCRO E TRÊS TALAS DE PROTEÇÃO EM PVC. (CA – DEVE ESTAR VÁLIDO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).	Marseg CA 44234	40,65	8.130,00

VALOR TOTAL R\$ 61.829,20 (sessenta e um mil oitocentos e vinte e nove reais e vinte centavos)

IRINEÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2022.

LADEMIR FERNANDO ARCARI- PREFEITO MUNICIPAL

**ATA RP PROC 61/2021 PM**

Publicação Nº 3520049

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº 61/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2021

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	01/2022 – PM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	61/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº	28/2021
EMPRESA VENCEDORA:	MICHAEL KOBILANSKI NEVES – ME
OBJETO:	LOCAÇÃO DE ONIBUS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, POR QUILOMETRO RODADO, CONFORME A NECESSIDADE.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	04 DE JANEIRO DE 2022
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	100.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros, para viagens esporádicas municipais	6,00	600.000,00
02	100.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 28 (vinte e oito) passageiros, para viagens esporádicas municipais	6,00	600.000,00
VALOR TOTAL R\$ 1.200.000,00 (UM MILHÃO, DUZENTOS MIL REAIS)					

IRINEÓPOLIS, 04 JANEIRO DE 2022.

LADEMIR FERNANDO ARCARI- PREFEITO MUNICIPAL

## CONTRATO Nº 01/2022 - PM

Publicação Nº 3519897

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8ED5B94F5E6B85211F326FB5EA37C95B763D486F

CONTRATO Nº 01/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 04/2018

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 40/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS/SC E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, com sede à Rua Paraná nº.200 – Centro – Irineópolis / Santa Catarina CEP: 89440-000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, neste ato representada pelo Senhor Rodrigo Antonio Jurck, brasileiro, solteiro, no exercício do Cargo de Secretário da Administração e Finanças, residente e domiciliado na localidade de Campo do Meio, interior do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 089.370.669-80 e portador da cédula de identidade nº 5.064.770-SSP/SC, de acordo com a Portaria nº 057/2021 de 25 de janeiro de 2021, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri, inscrita sob a CNPJ nº 83.052.191/0001-62, situada na Rodovia Admar Gonzaga nº 1347, no bairro Itacorubi, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, empresa pública, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por Daniel Uba, inscrito no CPF sob o nº 564.862.199-04, e portador da Carteira de Identidade nº 322314-SSP-SC, Gerente Regional da Epagri de Canoinhas, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0012-15, com endereço à BR 280 Km 219,5, no Bairro Campo da Água Verde, Canoinhas – SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 24/2018; Inexigibilidade de Licitação 04/2018, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

## CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Sétima do Contrato de Prestação de Serviços nº 40/2018 - Processo de Licitação nº 24/2018, Inexigibilidade nº 04/2018, de acordo com o Ofício nº 582/2021 de 05 de agosto de 2021, do Senhor Rodrigo Antonio Jurck, Secretário de Administração e Finanças, e deferido em 11 de agosto de 2021 pelo Senhor Lademir Fernando Arcari – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de vigência a partir de 01.01.2022 até 31.12.2022.

## CLÁUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto ora ADITIVADO, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor de R\$ 76.119,31 (setenta e seis mil cento e dezenove reais e trinta e um centavos), a serem repassados em 11 (onze) parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 6.343,28 (seis mil trezentos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos) e 01 (uma) parcela de 6.343,23 (seis mil trezentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos), referente ao período de janeiro a dezembro de 2022, conforme discriminação abaixo:

Parc.	Valor	ISSQN/reter 5%	IR a reter (1,5%)	Valor Líquido
1ª	6.343,28	317,16	95,15	5.930,97
2ª	6.343,28	317,16	95,15	5.930,97
3ª	6.343,28	317,16	95,15	5.930,97
4ª	6.343,28	317,16	95,15	5.930,97
5ª	6.343,28	317,16	95,15	5.930,97
6ª	6.343,28	317,16	95,15	5.930,97
7ª	6.343,28	317,16	95,15	5.930,97
8ª	6.343,28	317,16	95,15	5.930,97
9ª	6.343,28	317,16	95,15	5.930,97
10ª	6.343,28	317,16	95,15	5.930,97
11ª	6.343,28	317,16	95,15	5.930,97
12ª	6.343,23	317,16	95,15	5.930,92

**CLAUSULA TERCEIRA**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 04 de janeiro de 2022.

Daniel Uba GERENTE REGIONAL EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI	RODRIGO ANTONIO JURCK Secretário de Administração e Finanças
Testemunhas:	
Nome: Andressa Teska CPF: 089.370.669-80	Nome: Josilaine Montoski CPF: 081.276.439-04

**CONTRATO Nº 02/2022 - PM**

Publicação Nº 3520217

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 542FFF5348B7DD7A355AE9FF54937DE9DC67E498

CONTRATO Nº 02/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

7º Termo Aditivo ao Contrato de fornecimento nº 92/2017, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Michael Kobilanski Neves ME.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Rodrigo Antonio Jurck, brasileiro, solteiro, no exercício do Cargo de Secretário de Administração e Finanças, residente e domiciliado na localidade de Campo do Meio, interior do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 089.370.669-80 e portador da cédula de identidade nº 5.064.770-SSP/SC, de acordo com a Portaria nº 057/2021 de 25 de janeiro de 2021, a seguir denominada Contratante, e a empresa Michael Kobilanski Neves - ME, estabelecida na rua Joaquim Linhares de Lacerda, nº 1748, Bairro Alto da Cruz, Município de Lapa, Estado do Paraná, CNPJ nº 07.049.948/0001-80, pelo seu representante, Sr. Michael Kobilanski Neves, sob nº de CPF 044.378.739-55 e RG 8.105.489-4, a seguir denominada Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 50/2017, modalidade Pregão Presencial nº. 26/2017, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Vigésima do Contrato de Prestação de Serviços nº 92/2017 - Processo de Licitação nº 50/2017, Pregão Presencial nº 26/2017, bem como Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo - Contrato nº 92/2017, de acordo com o Ofício nº 582/2021, do Senhor Rodrigo Antonio Jurck, Secretário de Administração e Finanças, deferido em 11 de agosto de 2021 pelo Senhor Lademir Fernando Arcari, Prefeito Municipal.

Parágrafo Primeiro - O Transporte de Alunos do Ensino Fundamental, perfaz um total de 1.341,09 km diários, 200 dias letivos - total de 268,218 km. Assim sendo, o valor total do presente Termo Aditivo é de R\$ 1.609.308,00 (um milhão seiscentos e nove mil trezentos e oito reais), conforme abaixo discriminado:

Linha/Veículo Ano/Modelo/ Capacidade Mínima	Trajetos	Períodos	Quilometragem	Primeiro/ Último - Aluno
--	----------	----------	---------------	--------------------------

01	Saída às 6:20 horas inicia o trajeto na casa do motorista em Santo Antonio 2, passa por Rio Vermelho, na entrada do Ivo Denk faz a volta, retornando por Rio Vermelho, (Ressaca), passando pela Creche do Rio Vermelho, indo até o Núcleo Educacional Guilherme Bossow.	Manhã	31,52	2,30 km
Veículo Ano/Modelo igual ou superior a 1996	Saída às 11:45 horas, inicia o trajeto no Núcleo Educacional Guilherme Bossow, retorno inverso, não passando por Santo Antonio 2, chega no Núcleo Educacional Guilherme Bossow.	Meio Dia	27,64	-----
Capacidade Mínima 52 lugares	Saída às 17:00 horas, sai do Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passa por Rio Vermelho, Ressaca, vai até a entrada dos Michowski e retorna a casa do motorista no Santo Antonio 2	Tarde	22,49	9,57 km
Total			81,65	

Linha/Veículo Ano/Modelo/ Capacidade Mínima	Trajetos	Períodos	Quilometragem	Primeiro/ Último - Aluno
02	Saída às 5:25 horas da casa do motorista em Santo Antonio 2, passa por Rio Branco, vai até a Escola do Bom Sossego, faz a volta, vai até o João Zvares, faz a volta, passando pelos pontos do Elio Castanho, Claudio Froguel, Vilmar Baze, Porfirio, vindo até o Núcleo Educacional Guilherme Bossow.	Manhã	63,43	23,66 km
Veículo Ano/Modelo igual ou superior a 1996	Saída do Bom Sossego II, até São José e vice versa	Meio Dia	39,38	-----
Capacidade Mínima 42 lugares	Saída às 11:45 horas, sai do Núcleo, passa pela Escola de Boa Vista, faz a volta no João Zvares e desce para o Bom Sossego I e II, faz a volta no Bom Sossego 2 e volta ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow.	Tarde	16,70	6,60 km
	Saída às 17:00 horas, sai do Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passa pela escola de Santo Antonio 2, até a entrada da Serra Chata, retorna até, a casa do motorista no Santo Antônio II.			
Total			119,51	

Linha/Veículo Ano/Modelo/ Capacidade Mínima	Trajetos	Períodos	Quilometragem	Primeiro/ Último - Aluno
03	Saída às 05:15 horas da casa do motorista , passando em Colônia Franconia, indo até o Taquarizal, faz a volta, entra nos Nunes, faz a volta, passa pela Igreja de São Roque, São José do Timbózinho, entrada dos Maia, chega no Núcleo Educacional Guilherme Bossow.	Manhã	37,65	5,90 km
Veículo Ano/Modelo igual ou superior a 1996	Saída às 11:45 horas do Núcleo Educacional Guilherme Bossow, retorno inverso vem até o taquarizal e o ônibus fica na casa do motorista.	Meio Dia	39,06	-----
Capacidade Mínima 52 lugares	Sai da casa do motorista, vai até o local do ônibus, segue para a Creche de São José, passando pelo N.E.G.B, vai até os Nunes, volta, e segue para a casa do motorista	Tarde	46,04	
Total			122,75	

Linha/Veículo Ano/Modelo/ Capacidade Mínima	Trajetos	Períodos	Quilometragem	Primeiro/ Último - Aluno
04	Saída às 06:40 horas da casa do motorista , passando pela comunidade do Tokarski, Pé da Serra até a entrada de Barra Mansa, segue para a creche de Pedra Branca, retornando para o N. E. Guilherme Bossow.	Manhã	25,36	2,92 km
Veículo Ano/Modelo igual ou superior a 1996	Saída às 11:45 horas do Núcleo Educacional Guilherme Bossow, Pedra Branca, Santo Antônio I, entra no Travessão (1 Km), Santo Antônio II, até a escola. N. E. Guilherme Bossow.	Meio Dia	23,79	-----
Capacidade Mínima 42 lugares	Saída às 17:00 horas do N.E. Guilherme Bossow, passando pelo Tokarski, indo para Pedra Branca, Santo Antonio I, até a entrada da Serra Chata e terminada na casa do Motorista.	Tarde	19,93	8,10 km
Total			69,08	

Linha/Veículo Ano/Modelo/ Capacidade Mínima	Trajetos	Períodos	Quilometragem	Primeiro/ Último - Aluno
05	Saída às 6:35 horas da casa do motorista, segue para a comunidade de Santo Antonio I, Pedra Branca, entra para Barra Mansa, faz a volta no Melniski, passa pelo Tokarski, e vai até o N. E. Guilherme Bossow.	Manhã	24,29	5,16km
Veículo Ano/Modelo igual ou superior a 1996	Saída às 11:45 horas da escola, Rio Branco, Tokarski, Pé da Serra, (entrada Barra Mansa), Pedra Branca, entrada do Loni e retorna para o N. E. Guilherme Bossow.	Meio Dia	31,34	-----
Capacidade Mínima 45 lugares	Saída às 17:00 horas, Retorno inverso da linha das 11:45 horas.	Tarde	30,69	8,65 km
Total			86,32	

Linha/Veículo Ano/Modelo/ Capacidade Mínima	Trajetos	Períodos	Quilometragem	Primeiro/ Último - Aluno
06	Saída às 6:00 horas da garagem, passa pelo Km 05, Colônia Escada, Serrinha, passa pela Igreja da Serra Grande, entra no Bom Retiro, passando pelas Escolas, Dalmo Edson Sfair, E.E.B. Horácio Nunes, retorna a garagem.	Manhã	38,23	13,65km
Veículo Ano/Modelo igual ou superior a 2001	Saída às 11:45 horas, retorno inverso.	Meio Dia	37,97	13,61
Capacidade Mínima 60 lugares				
Total			76,20	

Linha/Veículo Ano/Modelo/ Capacidade Mínima	Trajetos	Períodos	Quilometragem	Primeiro/ Último - Aluno
07	Saída às 6:20 horas da garagem, vai até Poço Preto passando pela campina grande e secador do Rogério Magalhaes, sai na BR 280, entra no acesso secundário para Irineópolis, passa pelo E.E.B Horácio Nunes, CEI Nossa Senhora Aparecida, G.E. Dalmo Edson Sfair e G.E Zelia Milles retornando a garagem.	Manhã	33,60	6,70km
Veículo Ano/Modelo igual ou superior a 2001	Saída às 11:45 horas, retorno inverso, passando na volta no CEI Nossa Senhora Aparecida, E.E.B Horácio Nunes, G.E Dalmo Edson Sfair, G.E Zelia Milles e garagem.	Meio Dia	36,20	-----
Capacidade Mínima 56 lugares	Saída às 16:45 horas, passando no G.E Zelia Milles, CEI Nossa Senhora Aparecida, E.E.B Horácio Nunes, segue até Poço Preto pela BR 280 e volta pela estrada de chão chegando a garagem.	Tarde	33,70	6,71 km
Total			103,50	

Linha/Veículo Ano/Modelo/ Capacidade Mínima	Trajetos	Períodos	Quilometragem	Primeiro/ Último - Aluno
08	Sai do Marcelo Konkel, vai até a casa do Onadir Zientara, faz o retorno e segue até o Grupo Escolar Dalmo Edson Sfair, E.E.B. Horácio Nunes, passando pelo Areial, vai até o Preisler, vai até o Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder, e em seguida volta para a garagem	Manhã	53,39	200 m
Veículo Ano/Modelo igual ou superior a 2001	Saída às 11:30 horas, sai da garagem, vai até o Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder segue para a E.E.B. Horácio Nunes, depois segue até os Km`s, até o Onadir Zientara, faz a volta, vai até o Onadir Zientara, faz a volta e vai até a Serra Chata, até o Marcelo Konkel.	Meio Dia	52,54	-----
Capacidade Mínima 50 lugares	Saída às 16:30 horas, vai até o Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder pela BR 280, retorna pela estrada de chão, passando pela E.E.B. Horácio Nunes até a garagem Entrada do Zientara , até KM 16	Tarde	28,53	-----
Total			134,46	

Linha/Veículo Ano/Modelo/ Capacidade Mínima	Trajetos	Períodos	Quilometragem	Primeiro/ Último - Aluno
---	----------	----------	---------------	--------------------------



9	Saída as 6:10hrs da casa do Augusto Kozowski, segue até o Rodolfo Meirelles, faz a volta, vai até a família Bay, faz a volta, vai até o trevo dos Pinheiros, faz a volta e segue até a Igreja de Aparecida dos Pardos e segue até o N.E. Presidente Adolfo Konder, depois segue pela BR 280 ate a E.E.B Horácio Nunes e vai ate a garagem.	Manhã	36,83	-----
Veículo Ano/Modelo igual ou superior a 2001	Saída às 11:30 horas da garagem, vai pela BR 280 ate o N.E. Presidente Adolfo Konder, segue para Aparecida dos Pardos, faz a volta em Pinheiros e segue para a garagem.	Meio Dia	52,00	23,18 km
Capacidade Mínima 50 lugares	Saída às 16:30 horas, passa na E.E.B Horacio Nunes, vai ate o Km 07, São Pascoal, ate Pinheiros, faz a volta e retorna a casa do Augusto Kozowski onde fica o ônibus.	Tarde	38,66	-----
Total			127,49	

Linha/Veículo Ano/Modelo/ Capacidade Mínima	Trajetos	Períodos	Quilometragem	Primeiro/ Ultimo - Aluno
10	Saída 11:20 horas da garagem, km 7, 13, Serra Chata. Km 18, Pinheiros, entrada dos Bay, Ap. dos Pardos, São Pascoal, G.E. Presidente Adolfo Konder e retorna para a garagem	Meio Dia	62,56	7,11 km
Ano/Modelo igual ou superior a 2001	Saída 16:35 horas da garagem , vai até o N.E. Presidente Adolfo Konder , segue por São Pascol, Aparecida dos Pardos, Serra Chata, faz a volta no Marcelo Konkel e retorna a garagem.	Tarde	56,03	21,54 km
Capacidade Mínima 30 lugares				
Total			118,59	

Linha/Veículo Ano/Modelo/ Capacidade Mínima	Trajetos	Períodos	Quilometragem	Primeiro/ Ultimo - Aluno
11	Saída da casa do motorista em São Pascoal, pega os primeiros alunos em São Pascoal, CTG, Colônia Litikoski, Rio Preto, Porto Veloso, Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder, Areal, E.E.B. Horácio Nunes, retorna a garagem	Manhã	36,24	11,58 km
Ano/Modelo igual ou superior a 2001	Saída 11:30 horas, inicia o trajeto na garagem passando pela E.E.B. Horácio Nunes, Areal, Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder, sai na BR 280, faz a volta e vai até a entrada da Colônia Litikoski, passa pelo CTG, Colônia Litikoski, Rio Preto, Porto Veloso, Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder.	Meio Dia	35,54	-----
Capacidade Mínima 60 lugares	Saída 16:40 horas do N.E. Presidente Adolfo Konder e vai para Porto Veloso, Rio Preto, Colônia Litikoski, e termina na casa do motorista	Tarde	17,47	3,36 km
Total			89,25	

Linha/Veículo Ano/Modelo/ Capacidade Mínima	Trajetos	Períodos	Quilometragem	Primeiro/ Ultimo - Aluno
12	Saída 6:40 horas da garagem, Km 5, vai pela BR 280 até o Travessão de Colônia Escada, Igreja de Colônia Escada, entra na estrada ao lado da Igreja, BR 280 Km 7, Km 4, G.E. Dalmo Edson Sfair, CEI Nossa Senhora Aparecida, E. E. B. Horácio Nunes, Zélia Milles, retornando a garagem.	Manhã	31,10	8,65 km
Veículo Ano/Modelo igual ou superior a 2001	Saída 11:50 horas, retorno inverso, sem passar pelo CEI Nossa Senhora Aparecida e G.E. Dalmo Edson Sfair	Meio Dia	23,28	8,35 km
Capacidade Mínima 54 lugares				
Total			59,38	

Linha/Veículo Ano/Modelo/ Capacidade Mínima	Trajetos	Períodos	Quilometragem	Primeiro/ Ultimo - Aluno
13	Saída 6:40 horas da garagem, Serrinha, Trevo Vila Nova, descendo pela comunidade da Campina dos Pintos, São Roque, São José do Timbozinho, Rio Branco, N. E. Guilherme Bossow.	Manhã	36,65	17,49 km
Veículo Ano/Modelo igual ou superior a 2001				
Capacidade Mínima 30 lugares				
Total			36,65	



Linha/Veículo Ano/Modelo/ Capacidade Mínima	Trajetos	Períodos	Quilometragem	Primeiro/ Último - Aluno
14				
Utilizando o mesmo veículo da Linha 13				
Veículo Ano/Modelo igual ou superior a 2001	Saída do N. E. Guilherme Bossow, segue para o Timbózinho, passando pelo Kubiak, passa pelo Germano Gelinski, entra nos Nunes, segue até a casa de Mateus Novakoski da Colonia Franconia e retorna para o N.E. Guilherme Bossow.	Meio Dia	37,56	-----
Capacidade Mínima 30 lugares				
Total			37,56	

Linha/Veículo Ano/Modelo/ Capacidade Mínima	Trajetos	Períodos	Quilometragem	Primeiro/ Último - Aluno
15				
Veículo Ano/Modelo igual ou superior a 2001	Sai do N. E. Guilherme Bossow, segue para o Bom Sossego,, passa pelo Porfírio Ferreira, vai até o João Zvares, segue pela SC 120 e vai até a Escola do Bom Sossego, retornando para o N.E. Guilherme Bossow.	Meio Dia	39,35	17,49 km
Capacidade Mínima 30 lugares	Mesmo trajeto do meio dia	Tarde	39,35	
Total			78,70	
Total Geral			1.341,09	

## CLAUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 04 de janeiro de 2022.

RODRIGO ANTONIO JURCK	MICHAEL KOBILANSKI NEVES ME
Secretário de Administração e Finanças	MICHAEL KOBILANSKI NEVES
Contratante	Contratada
Testemunhas:	

Nome: Andressa Teska  
CPF: 080.738.539-57

Nome: Josilaine Montoski  
CPF: 081.276.439-04

## CONTRATO Nº 03/2022 - PM

Publicação Nº 3520386

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E54D9BDB86D6642E2AF2525A0DB98B1365BD28F1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 03/2022

Contratante – Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada – Controller Tecnologia e Sistemas de Informação Ltda - EPP

Objeto – O presente instrumento tem por objetivo a contratação da Escola Via Net – Sistema de Gestão Educacional, sendo a implantação de um sistema próprio para uso da Administração Escolar das escolas da Rede Municipal de Ensino.

Valor – R\$ R\$ 15.087,32 (quinze mil oitenta e sete reais e trinta e dois centavos).

Vigência – 01/01/2022 a 31/12/2022.

Base Legal – Art. 1º, da Lei Federal nº 14.065/2020, de 30 de setembro de 2020, e Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 04/2022 - PM**

Publicação Nº 3520927

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F33C64191773D239654F0A31506915B44DB02364

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 04/2022

Contratante – Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado – José Sarnoski

Objeto – Cessão de parte de um imóvel rural, com área de 690,0 m<sup>2</sup> (seiscentos e noventa metros quadrados), localizado próximo a sede do Município, de propriedade do COMODANTE, cadastrado no INCRA sob o nº 816.035.010.588-0, e devidamente matriculado sob o n.º 1.903, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União – SC.

Valor – R\$ 4.485,72 (quatro mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos)

Vigência – 01/01/2022 a 31/12/2022.

Base Legal – Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal

**DECRETO 4.162/2021, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021**

Publicação Nº 3520977

Decreto 4.162 de 29 de dezembro de 2021

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 2.088 de 12 de novembro de 2020.

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas no orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

02. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.05 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRINEÓPOLIS - FMEI		
0012.0361.0042.2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.1.90.00.00.00.00.0193 (40)	Aplicações Diretas	R\$ 202.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.0205 (49)	Aplicações Diretas	R\$ 73.576,68
0012.0365.0041.2.011 - Manutenção do Ensino Infantil - Pré Escola		
3.3.1.90.00.00.00.00.0193 (67)	Aplicações Diretas	R\$ 66.400,00
0012.0365.0041.2.067 - Manutenção do Ensino Infantil - Creche		
3.3.1.90.00.00.00.00.0193 (78)	Aplicações Diretas	R\$ 66.600,00

Art. 2º - Para dar face aos créditos suplementares citados no art. 1º serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação nas fontes de recursos 01.18.0193 e 01.62.0205.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 29 de dezembro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal

**DECRETO 4.163/2021, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021**

Publicação Nº 3519881

Decreto 4.163 de 29 de dezembro de 2021

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 2.088 de 12 de novembro de 2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada no orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

02. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
0004.0122.0007.2002 – Manutenção da Secretaria de Administração		
3.3.3.90.00.00.00.00.0100 (9)	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar citado no art. 1º serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação na fonte

de recursos 01.00.0100.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 29 de dezembro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 4.164, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520919

DECRETO Nº 4.164, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

DEFINE O VALOR MÁXIMO DO SUBSÍDIO MUNICIPAL NO PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Irineópolis (SC), cidadão JOSÉ JULIO NOGARA, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica definido por este Decreto o valor máximo do subsídio Municipal no Programa "Porteira Adentro" para o exercício de 2022, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 1.700/2013.

Art. 2º O beneficiário terá direito a usufruir até o subsídio máximo de R\$ 518,00 (quinhentos e dezoito reais) anualmente, respeitando-se o limite máximo de horas (h), quilômetros (km) ou metros cúbicos (m3) de cada tipo de serviço.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 04 de Janeiro de 2022.

JOSÉ JULIO NOGARA  
Prefeito Municipal em Exercício.

## **ERRATA A PORTARIA Nº 573/2021**

Publicação Nº 3520097

A Coordenadoria de Serviços Gerais, pela presente,  
Admite erro material e retifica a redação da Portaria nº 573/2021, publicada no DOM/SC Edição nº 3715, do dia 20/12/2021, pag. 1704, para que,

Onde se lê: ... Irineópolis, 15 de Dezembro de 2021.

Leia-se: ... Irineópolis, 16 de Dezembro de 2021.

Irineópolis, 04 de Janeiro de 2022.

IVETE CARDOSO FRONCZAK  
Coordenadora do Setor de Serviços Gerais.

## **EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 61/2021**

Publicação Nº 3520045

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B1FCE6B505BDDD2197CE41A4067DE2D0B358A9EB

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 61/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2021

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Michael Kobilanski Neves – ME.

Irineópolis, 04 de janeiro de 2022.

Lademir Fernando Arcari  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 573/2021 - REPUBLICAÇÃO**

Publicação Nº 3520105

PORTARIA Nº 573/2021.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 061/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º PRORROGAR por 60 (sessenta) dias a contar de 29/10/2021, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo, instaurado através da Portaria nº 061/2021 de 25/01/2021, com trabalhos reiniciados em 29/09/2021, conforme Portaria nº 443/201, que tem como indiciada a servidora Juliana Patrícia Alves.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29/10/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 16 de Dezembro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI  
Prefeito Municipal.

**RESOLUÇÃO CMI N° 01/2021**

Publicação N° 3519641

**CMI- Conselho Municipal do Idoso**

Rua Guanabara, 288, Centro - Cep 89440-000 – Fone (47) 3625.1852

[www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br) - E-mail: [gessica@irineopolis.sc.gov.br](mailto:gessica@irineopolis.sc.gov.br)

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

**RESOLUÇÃO N° 01/2021**

Dispõe sobre o Plano de Ação e aplicação Financeira dos recursos do Fundo Municipal do Idoso do ano de 2022.

**O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO**, na forma da Lei Municipal n°1.778/2014 de 27 de fevereiro de 2014, em reunião extraordinária no dia 16 de dezembro de 2021, ata n° 04/2021, nos usos de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação e aplicação Financeira dos recursos do Fundo Municipal do Idoso do ano de 2022, como segue:

### CMI- Conselho Municipal do Idoso

Rua Guanabara, 288, Centro - Cep 89440-000 – Fone (47) 3625.1852  
[www.iritneopolis.sc.gov.br](http://www.iritneopolis.sc.gov.br) - E-mail: [gessica@iritneopolis.sc.gov.br](mailto:gessica@iritneopolis.sc.gov.br)  
 IRINEOPOLIS – SANTA CATARINA



#### PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA – VIGÊNCIA 2022

META	AÇÕES	RECURSOS	PRAZO	RESPONSÁVEL
<b>TEMA: CAPACITAÇÃO</b> Capacitar conselheiros sobre suas atribuições e temas pertinentes ao conselho e a política pública.	Deliberar sobre a utilização de recursos do fundo para este fim – palestras, capacitações, cursos, som, entre outros. Levantamento de prioridades, necessidades e demandas do Conselho e rede de atendimento; Identificação de facilitadores e profissionais formadores; Promoção das capacitações durante o ano extensivo aos atores na proteção e defesa dos Idosos.	R\$1.300	Fevereiro a Dezembro	Conselho Municipal do Idoso em conjunto com a Prefeitura Municipal
<b>TEMA: INTERVENÇÃO SOCIAL SOBRE O SEGMENTO DE IDOSOS</b> Identificar entidades e outras iniciativas que desenvolvem ações voltadas para o bem estar dos idosos.	Realizar levantamento e cadastrar junto ao Conselho entidades e outras iniciativas envolvidas no atendimento à garantia de direitos para os idosos. Publicizar e manter por meio de imprensa, campanhas e Fóruns de Entidades, a importância de ter cadastro ao CMI, para conhecimento das ações desenvolvidas junto aos idosos conforme preceitua a legislação.	R\$ 0,00	Fevereiro a Dezembro	Conselho Municipal do Idoso



### CMI- Conselho Municipal do Idoso

Rua Guanabara, 288, Centro - Cep 89440-000 – Fone (47) 3625.1852  
[www.iriopolis.sc.gov.br](http://www.iriopolis.sc.gov.br) - E-mail: [gessica@iriopolis.sc.gov.br](mailto:gessica@iriopolis.sc.gov.br)  
 IRIEOPOLIS – SANTA CATARINA

<b>TEMA: REDE ATENDIMENTO</b>  Fortalecer a rede de atendimento.	Atualizar e publicar o fluxograma operacional da rede de atendimento local e regional e do diagnóstico da terceira idade.	R\$ 1.200,00	Fevereiro a dezembro	Conselho Municipal do Idoso em conjunto com a Prefeitura Municipal
	Divulgar as ações das entidades governamentais e não governamentais que atuam no segmento da terceira idade.  Desenvolver campanhas para o reconhecimento da rede de atendimento pela comunidade.  Realizar capacitações para os profissionais que atuam com idosos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social.			
<b>TEMA – AÇÕES VOLTADAS A TERCEIRA IDADE</b>	Aplicar os recursos do FUNDO para a realização de palestras, campanhas, cursos, materiais de divulgação entre outros, voltados para a terceira idade.	R\$ 1.000	Fevereiro a dezembro	Conselho Municipal do Idoso





### CMI- Conselho Municipal do Idoso

Rua Guanabara, 288, Centro - Cep 89440-000 – Fone (47) 3625.1852  
[www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br) - E-mail: [gessica@irineopolis.sc.gov.br](mailto:gessica@irineopolis.sc.gov.br)  
 IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

<b>TEMA: MEIOS DE COMUNICAÇÃO</b> Ampliar divulgação sobre a política da terceira idade e suas intervenções.	<b>RECURSOS E FUNDOS</b> Campanhas para Conscientização e incentivo de doações ao FMID.	Divulgar ações e campanhas do sistema de garantia de direitos; Divulgar os contatos para acesso aos serviços e recursos do sistema de garantias de direitos;	R\$0,00	Fevereiro a dezembro	CMI e Assessoria de Comunicação (Prefeitura Municipal)
		Realizar campanha e prestação de contas.	R\$ 500,00	Fevereiro a dezembro	CMI
		Articular a implantação de sistema para emissão de boleto para arrecadação.			
<b>TEMA: CONTROLE SOCIAL</b> Acompanhar e fiscalizar as ações		Realizar ações de controle social	R\$605,71	Fevereiro a dezembro	CMI
		Aquisição de Plataforma para reuniões, capacitações;			
		Contratação de Palestrante (deslocamento, hospedagem, refeição).			
		Conferência Municipal do Idoso(CONFORME ORIENTAÇÕES)			
		Materiais.(pastas,blocos,canetas, EPI'S (álcool gel, entre outros)			



## CMI- Conselho Municipal do Idoso

Rua Guanabara, 288, Centro - Cep 89440-000 – Fone (47) 3625.1852  
[www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br) - E-mail: [gessica@irineopolis.sc.gov.br](mailto:gessica@irineopolis.sc.gov.br)  
 IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

TEMA: Intersetorialidade institucional da gestão municipal	Articular a intersectorialidade dos entes governamentais e conselhos envolvidos diretamente com políticas públicas para idosos (saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, segurança pública);	R\$0,00	Fevereiro a dezembro	CMI
TEMA: DIAGNOSTICO DA SITUAÇÃO DOS IDOSOS EM IRINEÓPOLIS	Atualizar o Diagnóstico sobre a situação dos idosos, do sistema de garantia de direitos, da rede socioassistencial e fluxograma.	Não se aplica		CMI

Conforme saldo do dia 23 de novembro de 2021: R\$ 4.605,71

Irineópolis, 17 de dezembro de 2021.

Rosana Márcia Perciak Pereira  
 Presidente do CMI

# Itá

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2021

Publicação Nº 3519595

ATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2021 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 010/2021, DO MUNICIPIO DE ITÁ. Às 08h30min do dia quatro do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se a presidente e a membros da comissão permanente de licitações designados pelo Decreto nº 175 de 01 de setembro de 2021, sob a Presidência da Senhorita Silvine Carla Mertins, membros Delso Minski e Marta Inês Bender Sartoretto, para o ato de recebimento dos envelopes de documentação e proposta e abertura do documento de habilitação, referentes à Tomada de Preços nº 010/2021 Processo Licitatório nº 130/2021, para contratação de empresa para elaboração de projetos de pavimentação asfáltica para vários trechos de estradas municipais; Entregou tempestivamente, os envelopes Documentação e Proposta, a empresa: GEOVIAS ENGENHARIA LTDA; A empresa não enviou representante; A Presidente, em prosseguimento, verificou a inviolabilidade dos envelopes de documentação e proposta, passando à abertura do envelope de documentação, cujos documentos foram numerados, rubricados e examinados pela comissão de licitação. Dá análise da documentação restou em inabilitar a empresa, por deixar de cumprir o item 5.5.1 do edital (não apresentou notas explicativas); diante do fato e de acordo com o item 7.11 do edital abre-se o prazo de 08 (oito) dias úteis para que sejam sanadas as irregularidades apontadas. O envelope "proposta" foi rubricado pela comissão. Intima-se o licitante da decisão. Em nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pela presidente, membros da Comissão. Esta Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios, na página do Município na internet [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br).

Silvine Carla Mertins  
Presidente

Delso Minski  
Membro

Marta Inês Bender Sartoretto  
Membro

### EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS

Publicação Nº 3520781

Aditivo Nº ..... : 1AD 51/2021 - Contrato Nº: 51/2021  
Contratante...: MUNICIPIO DE ITÁ  
Contratada...: FABIO JEAN D AVILA DOS SANTOS 91505364949  
Valor ..... : 19.800,00 (dezenove mil oitocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 01/01/2022 Término: 31/12/2022  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2021  
Objeto ..... : Aditivo de prazo e valor para prestação de serviço no ano de 2022.  
CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI - PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 1AD 78/2021 - Contrato Nº: 78/2021  
Contratante...: MUNICIPIO DE ITÁ  
Contratada...: RODODUDA - TRANSPORTES LTDA -ME  
Valor ..... : 12.000,00 (doze mil reais)  
Vigência ..... : Início: 01/01/2022 Término: 31/12/2022  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2021  
Objeto ..... : Aditivo de prazo e valor para prestação de serviço no ano de 2022.  
CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI - PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 886/2021

Publicação Nº 3519322

PORTARIA Nº 869/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.  
RESOLVE:

CONCEDER 30 dias férias à servidora DEONIR AUGUSTINHO DALLE LASTE, ocupante do cargo permanente de Motorista, Matrícula: 51296, pelo período aquisitivo de 24/07/2020 à 23/07/2021, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 á 01/02 /2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 887/2021**

Publicação Nº 3519326

PORTARIA Nº 888/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.  
RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ROSMERI TERESINHA CÊ KOTTWITZ, ocupante do cargo permanente de Professor Séries Iniciais, Matrícula: 74270, pelo período aquisitivo de 24/07/2020 a 23/07/2021, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 888/2021**

Publicação Nº 3519333

PORTARIA Nº 888/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.  
RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ROSMERI TERESINHA CÊ KOTTWITZ, ocupante do cargo permanente de Professor Séries Iniciais, Matrícula: 74270, pelo período aquisitivo de 24/07/2020 a 23/07/2021, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 889/2021**

Publicação Nº 3519331

PORTARIA Nº 889/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.  
RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ROSMERI TERESINHA CÊ KOTTWITZ, ocupante do cargo permanente de Professor Séries Iniciais, Matrícula: 76180, pelo período aquisitivo de 14/02/2021 a 13/02/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

### **PORTARIA Nº 890/2021**

Publicação Nº 3519335

PORTARIA Nº 890/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.  
RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ANDREIA PARAVIZI, ocupante do cargo permanente de Professor Séries Finais, Matrícula: 77547, pelo período aquisitivo de 23/03/2021 a 22/03/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

### **PORTARIA Nº 891/2021**

Publicação Nº 3519342

PORTARIA Nº 891/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.  
RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ANDREIA PARAVIZI, ocupante do cargo permanente de Professor Séries Finais, Matrícula: 78820, pelo período aquisitivo de 19/03/2021 a 18/03/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

### **PORTARIA Nº 892/2021**

Publicação Nº 3519340

PORTARIA Nº 892/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.  
RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora NELCI MARIA STROEHER MOCELLIN, ocupante do cargo permanente de Auxiliar de Classe, Matrícula: 78370, pelo período aquisitivo de 03/02/2021 a 02/02/2022, sendo usufruídos no período de 27/12/2021 a 25/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 893/2021**

Publicação Nº 3519344

PORTARIA Nº 893/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ROSELAINE DE OLIVEIRA GASPAR, ocupante do cargo permanente de Zelador, Matrícula: 79836, pelo período aquisitivo de 01/08/2020 a 31/07/2021, sendo usufruídos no período de 20/12/2021 a 18/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 894/2021**

Publicação Nº 3519347

PORTARIA Nº 894/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora VIVIANE LUVIZON DE LIMA, ocupante do cargo permanente de Zelador, Matrícula: 79840, pelo período aquisitivo de 01/08/2020 a 31/07/2021, sendo usufruídos no período de 10/01/2022 a 08/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 895/2021**

Publicação Nº 3519349

PORTARIA Nº 895/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 20 dias de férias à servidora JUSARA RODRIGUES, ocupante do cargo temporário Diretor de Departamento, Matrícula: 79310, pelo período aquisitivo de 04/01/2021 a 03/01/2022, sendo usufruídos no período de 05/01/2022 a 24/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 896/2021**

Publicação N° 3519351

PORTARIA N° 896/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora NOELI FATIMA SALVI, ocupante do cargo permanente Professor de Educação Infantil, Matrícula: 71894 pelo período aquisitivo de 13/01/2021 a 12/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 897/2021**

Publicação N° 3519354

PORTARIA N° 897/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora NOELI FATIMA SALVI, ocupante do cargo permanente Professor de Educação Infantil, Matrícula: 71354 pelo período aquisitivo de 03/05/2021 a 02/05/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 898/2021**

Publicação N° 3519355

PORTARIA N° 898/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ROSÂNGELA RITA COLPANI DO AMARAL, ocupante do cargo permanente Professor de Educação Infantil, Matrícula: 71024 pelo período aquisitivo de 03/05/2021 a 02/05/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda



**PORTARIA N° 899/2021**

Publicação N° 3519358

PORTARIA N° 899/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ROSÂNGELA RITA COLPANI DO AMARAL, ocupante do cargo permanente Professor de Educação Infantil, Matrícula: 74432 pelo período aquisitivo de 15/02/2021 a 14/02/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 900/2021**

Publicação N° 3519359

PORTARIA N° 900/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora EUNILCE SALETE PORN ZAMBONI, ocupante do cargo permanente Professor de Educação Infantil, Matrícula: 70103 pelo período aquisitivo de 06/06/2021 a 05/06/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 901/2021**

Publicação N° 3519363

PORTARIA N° 901/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora SONIA REGINA MAZZOLENI PINTO, ocupante do cargo permanente Professor de Educação Infantil, Matrícula: 73627 pelo período aquisitivo de 14/02/2021 a 13/02/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 902/2021**

Publicação N° 3519365

PORTARIA N° 902/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora MÁRCIA ALVES DOS SANTOS CALVI, ocupante do cargo permanente Professor Séries Finais, Matrícula: 79246 pelo período aquisitivo de 05/05/2021 a 04/05/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 903/2021**

Publicação N° 3519366

PORTARIA N° 903/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora EDIONE MARIA PETRY HOFF, ocupante do cargo permanente Professor Educação Infantil, Matrícula: 71349 pelo período aquisitivo de 02/05/2021 a 01/05/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 904/2021**

Publicação N° 3519368

PORTARIA N° 904/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora EDIONE MARIA PETRY HOFF, ocupante do cargo permanente Professor Educação Infantil, Matrícula: 74287 pelo período aquisitivo de 24/07/2021 a 23/07/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 905/2021**

Publicação Nº 3519371

PORTARIA Nº 905/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ADELAIDE FATIMA FEDRIZZI, ocupante do cargo permanente Professor Educação Infantil, Matrícula: 71849 pelo período aquisitivo de 13/01/2021 a 12/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 906/2021**

Publicação Nº 3519372

PORTARIA Nº 906/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ELOANE MARIA KURMANN BAROTTO, ocupante do cargo permanente Professor Educação Infantil, Matrícula: 72130 pelo período aquisitivo de 01/02/2021 a 31/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 907/2021**

Publicação Nº 3519374

PORTARIA Nº 907/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ADILES CELESTA CERUTTI DALLE LASTE, ocupante do cargo permanente Professor Educação Infantil, Matrícula: 72058 pelo período aquisitivo de 16/01/2021 a 15/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 908/2021**

Publicação Nº 3519375

PORTARIA Nº 908/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora BRUNA CARLA RECH, ocupante do cargo permanente Auxiliar de Classe, Matrícula: 78427 pelo período aquisitivo de 03/02/2021 a 02/02/2022, sendo usufruídos no período de 27/12/2021 a 25/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 909/2021**

Publicação Nº 3519376

PORTARIA Nº 909/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 20 dias de férias ao servidor DANIEL JUAREZ KOHLER, ocupante do cargo permanente Zelador, Matrícula: 78058 pelo período aquisitivo de 01/11/2020 a 31/10/2022, sendo usufruídos no período de 27/12/2021 a 15/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 910/2021**

Publicação Nº 3519379

PORTARIA Nº 910/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 20 dias de férias a servidora CLARETE MARIA BOAROLI ocupante do cargo permanente Auxiliar Administrativo, Matrícula: 30187 pelo período aquisitivo de 01/10/2020 a 30/09/2021, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 22/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 911/2021**

Publicação N° 3519380

PORTARIA N° 911/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 20 dias de férias ao servidor AGUINALDO ELIAS SCHAPARINI, ocupante do cargo temporário Secretário de Escola, Matrícula: 79355 pelo período aquisitivo de 11/01/2021 a 10/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 22/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 912/2021**

Publicação N° 3519389

PORTARIA N° 912/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 20 dias de férias a servidora ELIZABETE JOSEFINA SCALABRIN SGARBOSSA, ocupante do cargo permanente de Orientadora Educacional, Matrícula: 77478 pelo período aquisitivo de 19/03/2020 a 18/03/2021, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 22/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 913/2021**

Publicação N° 3519394

PORTARIA N° 913/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 15 dias de férias ao servidor ANDREI FERNANDO STENZLER, ocupante do cargo temporário de Diretor de Escola, Matrícula: 79333, conforme período aquisitivo de 11/01/2021 a 10/01/2022, sendo usufruídos no período de 27/12/2021 a 10/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 914/2021**

Publicação Nº 3519397

PORTARIA Nº 914/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 15 dias de férias a servidora LUCIANA CLAUDIA HENTZ KOCHER, ocupante do cargo temporário de Secretário de Escola, Matrícula: 79344, conforme período aquisitivo de 11/01/2021 a 10/01/2022, sendo usufruídos no período de 27/12/2021 a 10/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 915/2021**

Publicação Nº 3519400

PORTARIA Nº 915/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 20 dias de férias a servidora INÊS FERREIRA DE FREITAS, ocupante do cargo permanente de Zelador, Matrícula: 76564, conforme período aquisitivo de 09/03/2020 a 08/03/2021, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 22/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 916/2021**

Publicação Nº 3519401

PORTARIA Nº 916/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 10 dias de férias a servidora BETEMARI REGINA BIANCHI, ocupante do cargo temporário de Coordenador de Projetos Pedagógicos, Matrícula: 78453, conforme período aquisitivo de 10/02/2021 a 09/02/2022, sendo usufruídos no período de 17/01/2022 a 26/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 917/2021**

Publicação N° 3519403

PORTARIA N° 917/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 10 dias de férias a servidora ROSELAINE FATIMA HOLBERMANN, ocupante do cargo permanente em Técnico Higiene Bucal, Matrícula: 94533, conforme período aquisitivo de 11/01/2020 a 10/01/2021, sendo usufruídos no período de 12/01/2022 a 21/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 918/2021**

Publicação N° 3519407

PORTARIA N° 918/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 10 dias de férias a servidora SANDRA MARIA LOCATELLI CORDEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo permanente em Técnico em Enfermagem, Matrícula: 94387, conforme período aquisitivo de 01/06/2020 a 31/05/2021, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 12/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 919/2021**

Publicação N° 3519419

PORTARIA N° 919/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 10 dias de férias a servidora ADRIANA VERZELETTI, ocupante do cargo permanente Odontólogo 20horas, Matrícula: 90541, conforme período aquisitivo de 02/05/2020 a 01/05/2021, sendo usufruídos no período de 12/01/2022 a 21/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda



**PORTARIA N° 920/2021**

Publicação N° 3519420

PORTARIA N° 920/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 20 dias de férias a servidora IZABEL CRISTINA PAVAO DALCIN, ocupante do cargo permanente Médico 20horas, Matrícula: 94549, conforme período aquisitivo de 11/01/2020 a 10/01/2021, sendo usufruídos no período de 10/01/2022 a 29/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 921/2021**

Publicação N° 3519422

PORTARIA N° 921/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 20 dias de férias a servidora RAQUEL DENISE ROMAN MOCELLIN ocupante do cargo permanente Enfermeira, Matrícula: 94342, conforme período aquisitivo de 01/06/2020 a 31/05/2021, sendo usufruídos no período de 24/01/2022 a 12/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 922/2021**

Publicação N° 3519423

PORTARIA N° 922/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 20 dias de férias a servidora TATIANA RODRIGUES DE MOURA HARTMANN, ocupante do cargo permanente Zelador, Matrícula: 71323, conforme período aquisitivo de 11/02/2020 a 10/02/2021, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 22/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 923/2021**

Publicação Nº 3519427

PORTARIA Nº 923/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias ao servidor EDERSON MARCOS ROSA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo permanente Operador, Matrícula: 51451, conforme período aquisitivo de 03/06/2020 a 02/06/2021, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 924/2021**

Publicação Nº 3519428

PORTARIA Nº 924/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias ao servidor IVONEI GOLO, ocupante do cargo permanente Operador de Trator de Pneus, Matrícula: 60185, conforme período aquisitivo de 02/02/2020 a 01/02/2021 sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 925/2021**

Publicação Nº 3519429

PORTARIA Nº 925/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias ao servidor ARI BAVARESCO, ocupante do cargo permanente Operador, Matrícula: 51580, conforme período aquisitivo de 09/12/2020 a 08/12/2021 sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 926/2021**

Publicação Nº 3519441

PORTARIA Nº 926/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 20 dias de férias ao servidor JONAS TADEU SARTORETTO HUGUE, ocupante do cargo permanente Agente Administrativo, Matrícula: 51453, conforme período aquisitivo de 10/05/2020 a 09/05/2021 sendo usufruídos no período de 27/12/2021 a 15/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 927/2021**

Publicação Nº 3519442

PORTARIA Nº 927/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 20 dias de férias a servidora JOSECLEIA BLANKL, ocupante do cargo permanente Auxiliar de Enfermagem, Matrícula: 90024, conforme período aquisitivo de 18/03/2020 a 17/03/2021, sendo usufruídos no período de 17/01/2022 a 05/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 928/2021**

Publicação Nº 3519444

PORTARIA Nº 929/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 20 dias de férias a servidora DELSI DA COSTA, ocupante do cargo permanente de Zelador, Matrícula: 72105, conforme período aquisitivo de 23/01/2020 a 22/01/2021, sendo usufruídos no período de 10/01/2022 a 29/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 929/2021**

Publicação Nº 3519445

PORTARIA Nº 929/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 20 dias de férias a servidora DELSI DA COSTA, ocupante do cargo permanente de Zelador, Matrícula: 72105, conforme período aquisitivo de 23/01/2020 a 22/01/2021, sendo usufruídos no período de 10/01/2022 a 29/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 930/2021**

Publicação Nº 3519450

PORTARIA Nº 930/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora DANIELA NADIA FERREIRA, ocupante do cargo permanente de Auxiliar de Creche, Matrícula: 78126, conforme período aquisitivo de 02/01/2021 a 01/01/2022, sendo usufruídos no período de 27/12/2021 a 25/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 931/2021**

Publicação Nº 3519451

PORTARIA Nº 931/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora GABRIELA WANLAR, ocupante do cargo permanente de Auxiliar de Classe, Matrícula: 78416, conforme período aquisitivo de 03/02/2021 a 02/02/2022, sendo usufruídos no período de 27/12/2021 a 25/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 932/2021**

Publicação Nº 3519452

PORTARIA Nº 932/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora HEDI WATERMANN ANDRIOLLI, ocupante do cargo permanente de Professor Séries Finais, Matrícula: 71958, conforme período aquisitivo de 12/01/2021 a 11/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 933/2021**

Publicação Nº 3519453

PORTARIA Nº 933/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ENRIETE ANGELA DE FREITAS CANAL, ocupante do cargo permanente de Professor Séries Finais, Matrícula: 76092, conforme período aquisitivo de 14/02/2021 a 13/02/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 934/2021**

Publicação Nº 3519457

PORTARIA Nº 934/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias ao servidor ADRIANO FAVERO BEDIN, ocupante do cargo permanente de Professor Séries Finais, Matrícula: 72630, conforme período aquisitivo de 22/02/2021 a 21/02/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 935/2021**

Publicação Nº 3519459

PORTARIA Nº 935/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora CLEIDEMARA FATIMA SCHONS, ocupante do cargo permanente de Professor Séries Iniciais, Matrícula: 71785, conforme período aquisitivo de 11/01/2021 a 10/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 936/2021**

Publicação Nº 3519462

PORTARIA Nº 936/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora CLEIDEMARA FATIMA SCHONS, ocupante do cargo permanente de Professor Séries Iniciais, Matrícula: 74308, conforme período aquisitivo de 24/07/2020 a 23/07/2021, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 937/2021**

Publicação Nº 3519464

PORTARIA Nº 937/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ELIS CRISTINA DANNER GRITTI, ocupante do cargo permanente de Professor de Educação Infantil, Matrícula: 71795, conforme período aquisitivo de 11/01/2021 a 10/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 938/2021**

Publicação Nº 3519472

PORTARIA Nº 938/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ELIANE SALETE SCHAPARINI BRAND, ocupante do cargo permanente de Auxiliar de Classe, Matrícula: 78405, conforme período aquisitivo de 03/02/2021 a 02/02/2022, sendo usufruídos no período de 27/12/2021 a 25/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 939/2021**

Publicação Nº 3519479

PORTARIA Nº 939/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora SILVANA MARIA BRAND, ocupante do cargo permanente de Professor de Educação Infantil, Matrícula: 72149, conforme período aquisitivo de 01/02/2021 a 31/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 940/2021**

Publicação Nº 3519482

PORTARIA Nº 940/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora MARCIA DINNEBIER PORN, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Iniciais, Matrícula: 72012, conforme período aquisitivo de 16/01/2021 a 15/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda



**PORTARIA Nº 941/2021**

Publicação Nº 3519483

PORTARIA Nº 941/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora LUCIANE FATIMA FANTINELLI, ocupante do cargo permanente de Professor de Educação Infantil, Matrícula: 71803, conforme período aquisitivo de 11/01/2021 a 10/01/2022, sendo usufruídos no período de 27/12/2021 a 25/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 942/2021**

Publicação Nº 3519485

PORTARIA Nº 942/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora VANESSA ALVES PEREIRA, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais, Matrícula: 77511, conforme período aquisitivo de 01/02/2021 a 31/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 943/2021**

Publicação Nº 3519502

PORTARIA Nº 943/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias ao servidor GIOVANI MACEDO, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais, Matrícula: 78484, conforme período aquisitivo de 03/02/2021 a 02/02/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 944/2021**

Publicação Nº 3519504

PORTARIA Nº 944/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias ao servidor CLARI BERTICELLI, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais, Matrícula: 73653, conforme período aquisitivo de 14/02/2021 a 13/02/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 945/2021**

Publicação Nº 3519509

PORTARIA Nº 945/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora JUSTINA INES BRESIANI TAFFAREL, ocupante do cargo permanente de Auxiliar de Classe, Matrícula: 78396, conforme período aquisitivo de 03/02/2021 a 02/02/2022, sendo usufruídos no período de 27/12/2021 a 25/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 946/2021**

Publicação Nº 3519510

PORTARIA Nº 946/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora SIMONE PATRICIA SALVI KLEIN, ocupante do cargo permanente de Professor de Educação Infantil, Matrícula: 72030, conforme período aquisitivo de 16/01/2021 a 15/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 947/2021**

Publicação Nº 3519512

PORTARIA Nº 947/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora GELISA HAACH GOLO, ocupante do cargo permanente de Professor de Educação Infantil, Matrícula: 72076, conforme período aquisitivo de 16/01/2021 a 15/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 948/2021**

Publicação Nº 3519513

PORTARIA Nº 948/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora GELISA HAACH GOLO, ocupante do cargo permanente de Professor de Educação Infantil, Matrícula: 73564, conforme período aquisitivo de 14/02/2021 a 13/02/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 949/2021**

Publicação Nº 3519515

PORTARIA Nº 949/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora MARILETE DALLELASTE, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais, Matrícula: 71539, conforme período aquisitivo de 01/02/2021 a 31/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 950/2021**

Publicação N° 3519521

PORTARIA N° 950/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora MARISA LURDES DE OLIVEIRA , ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Iniciais, Matrícula: 70696, conforme período aquisitivo de 04/01/2021 a 03/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 951/2021**

Publicação N° 3519523

PORTARIA N° 951/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora MARISA LURDES DE OLIVEIRA , ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Iniciais, Matrícula: 74350, conforme período aquisitivo de 24/07/2020 a 23/07/2021, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 952/2021**

Publicação N° 3519526

PORTARIA N° 952/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar n° 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora CACIANA CAUDURO, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais, Matrícula: 71949, conforme período aquisitivo de 13/01/2021 a 12/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 953/2021**

Publicação Nº 3519529

PORTARIA Nº 953/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora CACIANA CAUDURO, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais, Matrícula: 78486, conforme período aquisitivo de 03/02/2021 a 02/02/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 954/2021**

Publicação Nº 3519531

PORTARIA Nº 954/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ANDRESSA PESSOA DE CHAVES, ocupante do cargo permanente de Auxiliar de Classe, Matrícula: 78361, conforme período aquisitivo de 03/02/2021 a 02/02/2022, sendo usufruídos no período de 27/12/2021 a 25/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 955/2021**

Publicação Nº 3519536

PORTARIA Nº 955/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora PATRICIA BIEZUS, ocupante do cargo permanente de Professor Séries Finais, Matrícula: 77503, conforme período aquisitivo de 23/03/2020 a 22/03/2021, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 956/2021**

Publicação Nº 3519540

PORTARIA Nº 956/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora MARELISA MICHAELSEN SCHWARZ, ocupante do cargo permanente de Professor de Educação Infantil, Matrícula: 74324, conforme período aquisitivo de 24/07/2021 a 23/07/2022, sendo usufruídos no período de 03/02/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 957/2021**

Publicação Nº 3519541

PORTARIA Nº 957/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora MARELISA MICHAELSEN SCHWARZ, ocupante do cargo permanente de Professor de Educação Infantil, Matrícula: 71876, conforme período aquisitivo de 13/01/2021 a 12/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/02/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 958/2021**

Publicação Nº 3519544

PORTARIA Nº 958/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora GEMIR ANTONIO GEHLEN, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais, Matrícula: 74345, conforme período aquisitivo de 24/07/2021 a 23/07/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 959/2021**

Publicação Nº 3519545

PORTARIA Nº 959/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora MARILISE FATIMA GRITTI HOCHWART, ocupante do cargo permanente de Professor de Educação Infantil, Matrícula:71732, conforme período aquisitivo de 02/01/2021 a 01/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 960/2021**

Publicação Nº 3519549

PORTARIA Nº 960/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora GEMIR ANTONIO GEHLEN, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais, Matrícula: 77462, conforme período aquisitivo de 23/03/2021 a 22/03/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 961/2021**

Publicação Nº 3519551

PORTARIA Nº 961/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora MARILISE FATIMA GRITTI HOCHWART, ocupante do cargo permanente de Professor de Educação Infantil, Matrícula: 71141, conforme período aquisitivo de 19/03/2020 a 18/03/2021, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda



**PORTARIA Nº 962/2021**

Publicação Nº 3519552

PORTARIA Nº 962/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora JULIANE SALETE CANAL, ocupante do cargo permanente de Professor de Educação Infantil, Matrícula: 71994, conforme período aquisitivo de 01/08/2020 a 31/07/2021, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 963/2021**

Publicação Nº 3519563

PORTARIA Nº 963/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora JANETE TERESINHA KRINDGES CAUMO, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais, Matrícula: 73669, conforme período aquisitivo de 02/02/2021 a 01/02/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 964/2021**

Publicação Nº 3519564

PORTARIA Nº 964/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora KELLY PRISCILLA TREVISOL, ocupante do cargo permanente de Psicóloga, Matrícula: 79669, conforme período aquisitivo de 10/06/2020 a 09/06/2021, sendo usufruídos no período de 21/12/2021 a 19/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 965/2021**

Publicação Nº 3519566

PORTARIA Nº 965/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora LUANA MATTIELLO, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais, Matrícula: 79892, conforme período aquisitivo de 12/08/2021 a 11/08/2022, sendo usufruídos no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 966/2021**

Publicação Nº 3519568

PORTARIA Nº 966/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora TANIA CARLA FREYER, ocupante do cargo permanente de Auxiliar de Classe, Matrícula: 78417, conforme período aquisitivo de 03/02/2021 a 02/02/2022, sendo usufruídos no período de 27/12/2021 a 25/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 967/2021**

Publicação Nº 3519569

PORTARIA Nº 967/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora JANETE INES PRIGOL GEHLEN, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Iniciais, Matrícula: 71985, conforme período aquisitivo de 13/01/2021 a 12/01/2022, sendo usufruídos no período de 03/02/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 968/2021**

Publicação Nº 3519570

PORTARIA Nº 968/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora JANETE INES PRIGOL GEHLEN, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Iniciais, Matrícula: 71066, conforme período aquisitivo de 03/05/2020 a 02/05/2021, sendo usufruídos no período de 03/02/2022 a 01/02/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI

Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 969/2021**

Publicação Nº 3519573

PORTARIA Nº 969/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 61 da Lei Complementar nº 35/06, de 11 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

CONCEDER 30 dias de férias à servidora ALINE RAQUEL MACHRY, ocupante do cargo permanente de Auxiliar de Classe, Matrícula: 78383, conforme período aquisitivo de 03/02/2021 a 02/02/2022, sendo usufruídos no período de 27/12/2021 a 25/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI

Secretária de Administração e Fazenda

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N. 004/2022 TIAGO BERGAMASCHI, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA, COM FULCRO NA LEI N. 8.666/93, RESOLVE: ART. 1º PARA DAR CONFORMIDADE AO ENUNCIADO ART. 6º, INC. XVI DA LEI 8.666/93, DESIGNA PRESIDENTE DA COMISSAO DE LICITAÇÕES, PARA CONDUZIR OS CERTAMES**

Publicação Nº 3519960

PORTARIA N. 004/2022

TIAGO BERGAMASCHI, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, com fulcro na Lei n. 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º Para dar conformidade ao enunciado Art. 6º, inc. XVI da Lei 8.666/93, DESIGNA PRESIDENTE DA COMISSAO DE LICITAÇÕES, para conduzir os certames licitatórios do Poder Legislativo do Município de Itá-SC, a servidora Silvane Maria Bergamaschi Prigol, tendo como EQUIPE DE APOIO seguintes membros:

- 1) Silvana Colossi
- 2) Diléia Marta Scheffler Cerutti

Art. 2º O Presidente da Comissão e a equipe de apoio designados pelo artigo 1º desta Portaria, têm como base a Lei de Licitações nº 8.666/93 a qual cita:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

XVI - Comissão - comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes”.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itá, Santa Catarina, 04 de janeiro de 2022.

TIAGO BERGAMASCHI  
Presidente Câmara Vereadores

Registrado e Publicado no DOM

**PORTARIA N. 006/2022 DETERMINA HORÁRIO DE EXPEDIENTE DE SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 3519971

PORTARIA N. 006/2022

determina horário de expediente de servidor do poder legislativo municipal e dá outras providências

TIAGO BERGAMASCHI, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, com fulcro na legislação em vigor, e;

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado o horário de expediente da Servidor CASSIANO PELIZZA, matrícula nº 93, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR JURÍDICO, a saber:

- I. Nas segundas-feiras, o expediente se dará das 13h00m às 19h00m;
- II. Nas terças e quintas-feiras, o expediente se dará das 13h00m ao 17h00m;
- III. Nas sextas-feiras, o expediente se dará das 08h00m às 12h00.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Itá, Santa Catarina, 04 de janeiro 2022.

TIAGO BERGAMASCHI  
Presidente Câmara Vereadores ITÁ-SC

Registrado e Publicado no DOM

**PORTARIA Nº 005/2022 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 3519966

PORTARIA Nº 005/2022

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE servidor público MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

TIAGO BERGAMASCHI, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, com fulcro na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor CASSIANO PELIZZA, inscrito no CPF nº 100.097.749-80, Advogado inscrita na OAB/SC nº 60.219 para o cargo de Assessor Jurídico, do quadro de pessoal de provimento em comissão do Poder Legislativo de Itá SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itá, Santa Catarina, 04 de janeiro de 2022.

TIAGO BERGAMASCHI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e Publicado no DOM e Mural Público

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2020

Publicação Nº 3520701

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8029066DE063385914206ED7A959AD78835374C6

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2020

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE ITAIÓPOLIS

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: O prazo de vigência do contrato nº 02/2020, fica prorrogado até 31 de dezembro de 2022, a contar de 1º de janeiro de 2022.

VALOR TOTAL: R\$ 19.952,16

Itaiópolis, 20 de dezembro de 2021

CAROLINA GAIO

Presidente

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2020

Publicação Nº 3520805

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2020

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE ITAIOPOLIS - IPMI

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: O prazo de vigência do contrato nº 02/2020, fica prorrogado até 31 de dezembro de 2022, a contar de 1º de janeiro de 2022.

VALOR TOTAL: R\$ 12.611,28

Itaiópolis, 20 de dezembro de 2021

MARSOEL SCREPEC

Presidente

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2021

Publicação Nº 3519398

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 21DDB32FE23F7E3662BAB50A3290CCE69C9A052A

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.

TERMO ADITIVO: 2º

CONTRATO Nº 07/2021

CONTRATADA: Baluci Transportes Ltda. ME

LINHAS: 15, 20, 25 e 26

ACRÉSCIMO: linha nº 15 – MOEMINHA - de 55 Km para 59,5 Km ida e volta.

linha nº 20 – CONTAGEM SCHADEK - de 53 Km para 58 Km ida e volta.

linha nº 25 - CONTAGEM WORELL - de 116 Km para 122,3 Km ida e volta.

linha nº 26 – CONTAGEM SCHADEK - de 79 Km para 87,4 Km ida e volta.

REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.

VALOR TOTAL: R\$ 242.875,77

PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.

VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022

Itaiópolis, 17/12/2021

Mozart José Myczkowski

Prefeito Municipal

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2021

Publicação Nº 3519414

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0A6C4D1483B3185A2AB0B788CE6C59BCB653E38C

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.

TERMO ADITIVO: 2º

CONTRATO Nº 08/2021

CONTRATADA: Comércio e Transportes Adamek Ltda. EPP

LINHAS: 17, 19, 29 e 31  
SUPRESSÃO: linha nº 29 – RIO DO COURO - de 93 Km para 88 Km ida e volta.  
linha nº 37 – ITAIÓ – Turno: noturno – exclusão total da linha.  
ACRÉSCIMO: linha nº 17 – LOMBA DO MEIO - de 57 Km para 61,6 Km ida e volta.  
linha nº 19 – FAZENDA WINIARSKI - de 134 Km para 148,4 Km ida e volta.  
REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.  
VALOR TOTAL: R\$ 269.722,68  
PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.  
VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022  
Itaiópolis, 17/12/2021  
Mozart José Myczkowski  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2021**

Publicação Nº 3519505

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5982AD102667B74447095D708A11DAF3AFE57A07

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019  
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.  
TERMO ADITIVO: 2º  
CONTRATO Nº 12/2021  
CONTRATADA: Luis Felipe Pinotti ME  
LINHAS: 04, 05 e 34  
SUPRESSÃO: linha nº 04 – POÇO CLARO – Turno: matutino e vespertino - de 182 Km para 181 Km ida e volta.  
linha nº 34 – VILA NOVA - de 46 Km para 44,6 Km ida e volta.  
ACRÉSCIMO: linha nº 05 – MOEMINHA - de 68 Km para 89,2 Km ida e volta.  
REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.  
VALOR TOTAL: R\$ 211.032,72  
PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.  
VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022  
Itaiópolis, 17/12/2021  
Mozart José Myczkowski  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2021**

Publicação Nº 3519518

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7A96586945EE558043E23B90F39EFF3A8EEE2688

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019  
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.  
TERMO ADITIVO: 2º  
CONTRATO Nº 13/2021  
CONTRATADA: Maria Isabel Sedorack MEI  
LINHA: 18  
ACRÉSCIMO: linha nº 18 – MONTAURY - de 48 Km para 50,8 Km ida e volta.  
REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.  
VALOR TOTAL: R\$ 39.923,21  
PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.  
VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022  
Itaiópolis, 17/12/2021  
Mozart José Myczkowski  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2021**

Publicação Nº 3519562

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 22B14CB4F85C3C0D37F19F5C996711B5302A2C2C

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019  
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.  
TERMO ADITIVO: 2º  
CONTRATO Nº 15/2021



CONTRATADA: Rafaél Grosse ME  
LINHA: 33  
REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.  
VALOR TOTAL: R\$ 23.718,40  
PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.  
VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022  
Itaiópolis, 17/12/2021  
Mozart José Myczkowski  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2021**

Publicação Nº 3519577

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7A77858F733BA4FD2B271AA4AB16549CA85112B9

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019  
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.  
TERMO ADITIVO: 2º  
CONTRATO Nº 16/2021  
CONTRATADA: Soetur Turismo Eireli  
LINHA: 28  
ACRÉSCIMO: linha nº 28 – NOVA ESPERANÇA - de 216 Km para 236 Km ida e volta.  
REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.  
VALOR TOTAL: R\$ 198.449,76  
PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.  
VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022  
Itaiópolis, 17/12/2021  
Mozart José Myczkowski  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2021**

Publicação Nº 3519587

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AE94EC8E78FEE7273F5CF094CD86EB1AC45B138E

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019  
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.  
TERMO ADITIVO: 2º  
CONTRATO Nº 17/2021  
CONTRATADA: Stylus Transportes Coletivos Ltda.  
LINHAS: 07, 21, 22 e 23  
SUPRESSÃO: linha nº 21 – SÃO JOÃO - de 73 Km para 58,3 Km ida e volta.  
linha nº 22 – CONTAGEM RANK - de 95 Km para 73 Km ida e volta.  
linha nº 23 – CONTAGEM RANK/CAMPO DA ESTIVA - de 149 Km para 99,4 Km ida e volta.  
ACRÉSCIMO: linha nº 07 – BONSUCESSO - de 152 Km para 172 Km ida e volta.  
REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.  
VALOR TOTAL: R\$ 307.423,17  
PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.  
VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022  
Itaiópolis, 17/12/2021  
Mozart José Myczkowski  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2021**

Publicação Nº 3519608

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D8D40242D16F632E129F9A5CA8C19984BAFA3245

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019  
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.  
TERMO ADITIVO: 2º  
CONTRATO Nº 19/2021  
CONTRATADA: Transebo Alziro Schlocobier MEI  
LINHA: 32

SUPRESSÃO: linha nº 32 – SÃO LOURENÇO DOS VANESKI - de 61 Km para 57,6 Km ida e volta.  
REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.  
VALOR TOTAL: R\$ 47.590,27  
PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.  
VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022  
Itaiópolis, 17/12/2021  
Mozart José Myczkowski  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2021**

Publicação Nº 3519620

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 074ADCCA36AAA385E6C43BB4DA562891DD879C6F

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019  
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.  
TERMO ADITIVO: 2º  
CONTRATO Nº 20/2021  
CONTRATADA: Valdir Jatzombek Transportes MEI  
LINHA: 12  
SUPRESSÃO: linha nº 12 – XAVIER DA SILVA - de 75 Km para 68,7 Km ida e volta.  
REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.  
VALOR TOTAL: R\$ 62.751,95  
PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.  
VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022  
Itaiópolis, 17/12/2021  
Mozart José Myczkowski  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2021**

Publicação Nº 3519643

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7372528BC2AEA37BFFD1A5A4E4B1BF4BC6F24C19

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020  
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede de Ensino do Município de Itaiópolis.  
TERMO ADITIVO: 2º  
CONTRATO Nº 22/2021  
CONTRATADA: Stylus Transportes Coletivos Ltda.  
LINHA: 40  
SUPRESSÃO: linha nº 40 – CAMPO DA ESTIVA/RODOVIA BR 116 - de 86,4 Km para 82,3 Km ida e volta.  
REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.  
VALOR TOTAL: R\$ 76.340,66  
PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.  
VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022  
Itaiópolis, 17/12/2021  
Mozart José Myczkowski  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2021**

Publicação Nº 3519469

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4FD383EA7537B89CA3896DD8E57CD44AA317872E

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019  
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.  
TERMO ADITIVO: 3º  
CONTRATO Nº 10/2021  
CONTRATADA: H'Ana Tur Viagens e Turismo Ltda. ME  
LINHAS: 11, 14 e 24  
ACRÉSCIMO: linha nº 11 – CAPELA NOSSA SENHORA APARECIDA - de 114 Km ida e volta para 137 Km ida e volta.  
linha nº 24 – UVARANEIRA - de 102,08 Km para 124,4 Km ida e volta.  
REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.  
VALOR TOTAL: R\$ 234.344,58  
PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.

VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022  
Itaiópolis, 17/12/2021  
Mozart José Myczkowski  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2021**

Publicação Nº 3519493

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 66F294E03ED0466241B71ACE77F2EC90F13912B5

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019  
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.  
TERMO ADITIVO: 3º  
CONTRATO Nº 11/2021  
CONTRATADA: Ilário Casal Mendes MEI  
LINHA: 10  
REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.  
VALOR TOTAL: R\$ 64.362,54  
PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.  
VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022  
Itaiópolis, 17/12/2021  
Mozart José Myczkowski  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2021**

Publicação Nº 3519598

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B34D7CBE5873E536A56A45C7171BCE721F1007BA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019  
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.  
TERMO ADITIVO: 3º  
CONTRATO Nº 18/2021  
CONTRATADA: Trans Pinotti Ltda. EPP  
LINHAS: 01, 02, 06, 13 e 38  
SUPRESSÃO: linha nº 38 – COSTA CARVALHO - de 111 Km para 75 Km ida e volta.  
ACRÉSCIMO: linha nº 01 – LEONEL - de 69 Km para 77 Km ida e volta.  
REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.  
VALOR TOTAL: R\$ 296.088,69  
PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.  
VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022  
Itaiópolis, 17/12/2021  
Mozart José Myczkowski  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2021**

Publicação Nº 3519632

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 487AFAB62B186E304BE1BE663B11ED345BF316C8

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019  
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.  
TERMO ADITIVO: 3º  
CONTRATO Nº 21/2021  
CONTRATADA: Vitoriatur Transportes Ltda. ME  
LINHAS: 36 e 39  
REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.  
VALOR TOTAL: R\$ 125.886,28  
PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.  
VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022  
Itaiópolis, 17/12/2021  
Mozart José Myczkowski  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 43/2020**

Publicação Nº 3520659

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AA53EA7A6169DD98F7CCAD99A3A13EE62F9DD9E1

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: O prazo de vigência do contrato nº 43/2020, fica prorrogado até 31 de dezembro de 2022, a contar de 1º de janeiro de 2022. Fica suprimido o subitem: 3.13 (APP - Aplicativo ANDROID e IOS - PMI) da cláusula terceira do contrato. Tal módulo, atualmente não é utilizado.

VALOR TOTAL: R\$ 264.762,67

Itaiópolis, 20 de dezembro de 2021

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

**EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2021**

Publicação Nº 3519432

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2F692E48E960F81698FF3B5D92C4CF0724F0A6BD

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.

TERMO ADITIVO: 5º

CONTRATO Nº 09/2021

CONTRATADA: Erivaldo Kuhl ME

LINHAS: 27 e 35

SUPRESSÃO: linha nº 35 – SÃO LOURENÇO DOS HENING - de 52 Km para 48,8 Km ida e volta.

ACRÉSCIMO: linha nº 27 – RIO DA LOUZA - de 172 Km para 196 Km ida e volta.

REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.

VALOR TOTAL: R\$ 188.673,77

PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.

VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022

Itaiópolis, 17/12/2021

Mozart José Myczkowski

Prefeito Municipal

**EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2021**

Publicação Nº 3519543

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C1EE0ABBE97A57A369CBF179F9CA5D61783BA69F

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.

TERMO ADITIVO: 5º

CONTRATO Nº 14/2021

CONTRATADA: Melnik e Kovalhczuk Ltda. ME

LINHAS: 08 e 30

ACRÉSCIMO: linha nº 08 – RIO ANTINHA/RIO BONITO - de 121,2 Km ida e volta para 134 Km ida e volta.

linha nº 30 – ALTO SERRA DA BAÍA - de 86,56 Km para 95,06 Km ida e volta.

REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.

VALOR TOTAL: R\$ 153.770,07

PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.

VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022

Itaiópolis, 17/12/2021

Mozart José Myczkowski

Prefeito Municipal

**EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 51/2021**

Publicação Nº 3520746

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4A30232CAA9DCA1679B797EBB78AFD8ECB059237

Nº ADITIVO: 5º

Nº CONTRATO: 51/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

CONTRATADA: J S M VERSÁTIL – NEGÓCIOS E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado o prazo do contrato nº 51/2021 até 07/01/2022, iniciando-se em 08 de dezembro de 2021.

Itaiópolis, 07 de dezembro de 2021  
MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2021**

Publicação Nº 3519381

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4CACF28115F09DD2589D8C14087641163B515015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis.

TERMO ADITIVO: 3º

CONTRATO Nº 06/2021

CONTRATADA: Adilson Tomporowski ME

LINHAS: 03, 09 e 16

SUPRESSÃO: linha nº 03 – LINHA VONTROBA - de 95 Km para 82,2 Km ida e volta.

ACRÉSCIMO: linha nº 16 – SÃO PEDRO VELHO - de 117 Km para 120,4 Km ida e volta.

REAJUSTE DE VALOR: 14,33% o quilômetro rodado.

VALOR TOTAL: R\$ 227.734,36.

PERÍODO: 07/02/2022 a 15/07/2022.

VIGÊNCIA: 01/01/2022 a 31/07/2022

Itaiópolis, 17/12/2021

Mozart José Myczkowski

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 002/2022**

Publicação Nº 3519554

PORTARIA Nº 002, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

JULMAR MARCOS ZERGER, Prefeito Municipal em Exercício de Itaiópolis, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, conforme disposto na Lei Complementar nº 033, de 24 de abril de 2015 e;

Considerando o Ofício nº001/2022/DRH/FHMSA, de 03 de janeiro de 2022, protocolado junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Itaiópolis, em 03 de janeiro de 2022;

RESOLVE

Fazer o enquadramento, a contar de 1º de janeiro de 2022, no regime de trabalho 12 X 36 horas, previsto no artigo 1º; inciso I, da Lei Complementar nº 033, de 24 de abril de 2015, da servidora pública municipal IVONETE APARECIDA NISS BUENO VEIGA, SERVENTE DE LIMPEZA, junto a Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio.

Itaiópolis, 03 de janeiro de 2022.

JULMAR MARCOS ZERGER

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 003/2022**

Publicação Nº 3519556

PORTARIA Nº 003, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

JULMAR MARCOS ZERGER, Prefeito Municipal em Exercício de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, Prefeito Municipal de Itaiópolis, e com base na Lei nº 762, de 15 de agosto de 2017 e;

Considerando o conteúdo do Ofício nº 001/2022, de 03 de janeiro de 2022:

RESOLVE

Designar CAMILA MICTA RUSKE, Técnica em Enfermagem para, a contar de 03 de janeiro de 2022, realizar suas funções em regime de sobreaviso na Vigilância Epidemiológica do Município de Itaiópolis, podendo permanecer nesta condição em período máximo de 320 horas mensais, distribuídas conforme disposto no Art. 3º, da Lei Municipal nº 762, de 15 de agosto de 2017.

Itaiópolis, 03 de janeiro de 2022.  
JULMAR MARCOS ZERGER  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 004/2022**

Publicação Nº 3519560

PORTARIA Nº 004, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

JULMAR MARCOS ZERGER, Prefeito Municipal em Exercício de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX e artigo 72 da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990;

Considerando a Lei Federal nº 14.151, de 12 de março de 2021, que dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo Coronavírus;

Considerando o art. 2º, parágrafo 2º, do Decreto nº 2569, de 13 de outubro de 2021, que dispõe sobre o afastamento da servidora gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo Coronavírus e;

Considerando a apresentação do Ofício nº 001/2022 JB, oriundo da Secretaria Municipal da Saúde, junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Itaiópolis, em 03 de janeiro de 2022:

**RESOLVE**

Designar a servidora KARINA ORIBKA, TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, para a contar de 03 de janeiro de 2022, atuar temporariamente na Estratégia de Saúde da Família – ESF Integração Central, enquanto pendurar o afastamento da servidora gestante Luciane Politelo.

Itaiópolis, 03 de janeiro de 2022.  
JULMAR MARCOS ZERGER  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 005/2022**

Publicação Nº 3519565

Portaria nº 005/22, de 03 de Janeiro de 2022

Institui Comissão Especial para Execução, Análise, e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022.

Julmar Marcos Zerger, Prefeito em exercício do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigos 71, incisos VII e IX e 72, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, e na forma da Lei Municipal nº 052, de 14 de dezembro de 1994:

**RESOLVE**

Art. 1º Constituir Comissão de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022 para proceder à execução, análise e julgamento do processo seletivo destinado ao preenchimento de vagas excepcionalmente temporárias e formação de cadastro de reserva para o cargo de Médico para atuação na Secretaria Municipal de Saúde, ficando designados para sua composição os seguintes servidores:

I – Juliana Bona, Enfermeira, matrícula nº 4757, como Presidente;

II – Ana Carolina Vicznevski, Chefe do Departamento de Administração das Unidades Sanitárias, matrícula nº 8735, como Secretária;

III – Keli Paula de Oliveira, Técnica em Administração, matrícula nº 4440, como Membro;

IV – Jaíne Aparecida Medeiros, Chefe do Departamento de Pessoal, matrícula nº 8709/1, como Membro.

Parágrafo único. O processo seletivo mencionado no caput deverá ser concluído dentro do prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez desde que devidamente justificado.

Art. 2º A Comissão ora constituída baixará instruções especiais sobre o Processo Seletivo e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itaiópolis, 03 de janeiro de 2022.

Julmar Marcos Zerger  
Prefeito em exercício

**PORTARIA Nº 006/2022**

Publicação Nº 3520888

PORTARIA Nº 006, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA EXECUÇÃO, ANÁLISE, E JULGAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2022.

JULMAR MARCOS ZERGER, Prefeito Municipal em Exercício de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigos 71, incisos VII e IX e 72 da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990 e na forma da Lei Municipal nº 052, de 14 de dezembro de 1994:



**RESOLVE**

Art. 1º Constituir Comissão de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022 para proceder à execução, análise e julgamento do processo seletivo destinado ao preenchimento de vagas excepcionalmente temporárias e formação de cadastro de reserva para o cargo de COZINHEIRA e LAVADEIRA para atuação na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antonio, ficando designados para sua composição os seguintes servidores:

- I – Ana Carolina Vicznevski, Chefe de Departamento matrícula nº 8735, como Presidente;
- II – Carla Ariane Grochowski, Nutricionista, matrícula nº 8585, como Secretária;
- III – Rubiane Kuhl, Recepcionista, matrícula nº 8629, como Membro.

Parágrafo único. O processo seletivo mencionado no caput deverá ser concluído dentro do prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez desde que devidamente justificado.

Art. 2º A Comissão ora constituída baixará instruções especiais sobre o Processo Seletivo e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria 1.149, de 08 de dezembro de 2021. Itaiópolis, 04 de janeiro de 2022.

JULMAR MARCOS ZERGER

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 007/2022**

Publicação Nº 3520891

PORTARIA Nº 007, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

JULMAR MARCOS ZERGER, Prefeito Municipal em Exercício de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 71, incisos VII e IX e 72 da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, nos termos do artigo 12, inciso II da Lei Complementar nº 001, de 1º, de março de 1992, e Lei Complementar nº 17, de 03 de abril de 2012, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 059, de 19 de setembro de 2017:

**RESOLVE**

Fazer cessar, a contar de 21 de janeiro de 2022, os efeitos da Portaria nº 434, de 05 de abril de 2021, devendo a servidora pública municipal VALÉRIA COSTA, ocupante do cargo da categoria funcional PROFESSORA, matrícula nº 1216, para a contar da data supra, retornar ao exercício de suas funções junto à Escola Municipal Bom Jesus.

Itaiópolis, 04 de janeiro de 2022.

JULMAR MARCOS ZERGER

Prefeito Municipal em Exercício

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 3520911

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 67C61F14283702969A4CA9ACBB90328823D6210  
Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato 10/2021. Objeto: Divulgação de matérias institucionais, eventos, campanhas educativas e informativas, e programa de Governo de interesse público. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Fundação João XXIII – Rádio Nova Sintonia FM. CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Prazo. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato até 31/12/2022, iniciando-se em 1º de Janeiro de 2022. Valor: 14.595,36. Itaiópolis, 04/01/2022. Araci Gelbcke Wielewski – Secretária Municipal da Saúde.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 3520886

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 822349AF265093EFB9CAC1C1048CFD8D0EE8508B  
Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato 09/2021. Objeto: Divulgação de matérias institucionais, eventos, campanhas educativas e informativas, e programa de Governo de interesse público. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda. CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Prazo. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato até 31/12/2022, iniciando-se em 1º de Janeiro de 2022. Valor: 14.595,36. Itaiópolis, 04/01/2022. Araci Gelbcke Wielewski – Secretária Municipal da Saúde.



# Itapema

## CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2022 - APROVADOS CONCURSO 2020

Publicação Nº 3520201

#### EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2022

Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 001/2020, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CAMARA DE VEREADORES DE ITAPEMA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei,

#### R E S O L V E

Art. 1º Ficam convocados os aprovados para os cargos de **Motorista, Assistente Administrativo, Recepcionista, Advogado, Analista Legislativo e Contador**, no concurso público de provas e de provas e títulos de que trata o Edital nº. 001/2020, conforme Anexo I deste Edital.

Art. 2º O convocado por este Edital, deverá comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste, a Secretaria da Administração da Câmara de Vereadores de Itapema, sito a Rua 120, nº. 423, centro, nesta Cidade, para apresentar os documentos no seguinte horário: das 12:30 às 18:30hs.

Art. 3º O aprovado no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação no prazo estabelecido para efeito de nomeação e posse:

#### I - Documentos Pessoais:

- a) Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- b) Documento de quitação de obrigação militar, quando couber;
- c) Comprovante de inscrição no cadastro de pessoa física (CPF) da Receita Federal;
- d) Comprovante da formação exigida no Edital 001/20 e registro no órgão regulamentador da profissão conforme necessidade de cada cargo;
- e) Certidão de nascimento ou casamento;
- f) Certidão de nascimento dos filhos, quando couber;
- g) Atestado de aptidão física/saúde;
- h) Atestado que não tenha sido condenado em sentença penal transitada em julgado;
- i) Carteira de Trabalho;
- j) Comprovante de Residência;
- k) Carteira de Identidade;
- l) Declaração de bens;
- m) Declaração não acumulativa de cargo público;

Art. 4º O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente, sendo chamado o próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

Art. 5º A posse dos candidatos convocados será formalizada pelo Presidente da Câmara, mediante portaria específica em até 30 (trinta) contados do recebimento da documentação.

Parágrafo único. O aprovado somente será empossado mediante o cumprimento de todas as exigências contidas neste Edital, obedecido ao prazo fixado pelo art. 2º deste.

Art. 6º Serão estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude do concurso público de provas ora convocados, nomeados e empossados na forma da lei, conforme prevê o art. 41 da Constituição Federal.

Art. 7º Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocado o próximo candidato da relação de classificação.

Art. 8º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE.  
CUMPRA-SE.

Itapema, em 04 de janeiro de 2022.

CARLOS ALEXANDRE  
DE SOUZA  
RIBEIRO:0490069690  
0

Assinado de forma  
digital por CARLOS  
ALEXANDRE DE SOUZA  
RIBEIRO:04900696900  
Dados: 2022.01.04  
14:02:14 -03'00'

**Carlos Alexandre de Souza Ribeiro**  
**Presidente**

#### **Anexo I**

<b>Cargo</b>	<b>Chamado</b>	<b>Inscrição</b>
Motorista	Fabiano Zampiere	091330
Assistente Administrativo	Fabiano de Oliveira	092714
Recepcionista	Ana Paula Sandri Soares	092910
Advogado	Diego Buligon	086898
Analista Legislativo	Guido Winter Junior	087975
Contador	Kelly Patricia Thomazini Caceres	090673

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE CREDENCIAMENTO E CHAMAMENTO DE FORNECEDORES Nº 05/2022

Publicação Nº 3520629

#### EDITAL DE CHAMAMENTO

#### CHAMAMENTO DE FORNECEDORES Nº 05/2021

O MUNICIPIO DE ITAPIRANGA, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que está realizando INSCRIÇÕES PARA NOVOS FORNECEDORES e ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO para os fornecedores já cadastrados, junto ao Setor de Compras e Licitações desta Prefeitura Municipal, para fins de habilitação em qualquer modalidade de Contratação ou Licitação.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fones (49) 3678-7714, (49) 3678-7700.

Itapiranga – SC, 04 de janeiro de 2022.

Alexandre Gomes Ribas  
Prefeito

### DECRETO Nº 04, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519898

#### DECRETO Nº 04, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE PARA OS AGENTES DE ENDEMIAS ALOCADOS NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VII do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal c/c o Art. 40 da Lei Complementar nº 39, de 12 de julho de 2011,

- Decreta:
- Art. 1º Fica estabelecido horário de expediente para os servidores municipais ocupantes dos cargos de Agentes de Endemias alocados na Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, para, durante o mês de janeiro de 2022, realizar horário de trabalho das 06:30hrs às 11:30hrs e das 13h00min às 16h00min.
- Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.
- Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2022.

Itapiranga/SC, 03 de janeiro de 2022.

ALEXANDRE GOMES RIBAS  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Artêmio Antônio Scalon  
Secretaria Municipal de Administração

### EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2021

Publicação Nº 3519622

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B2165B59B4FBD6841D41D5B5F9B6568B51C12D8F

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 005/2021  
Aditivo Nº: 2 T.A 005/2021  
Tipo Aditivo: Outros  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A  
Licitação: Inexigibilidade 185/2019  
Objeto: ALTERÇÃO DA RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA, NO PROCESSO PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL PARA PRESTAR SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NO PADRÃO CONVÊNIO FEBRABAN, ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS E/OU CONVENIADAS, EM ABRANGÊNCIA NACIONAL, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS.

Vigência: Início: 04/01/2022 Término: 31/12/2022

Assinatura: 04/01/2022

Valor R\$: 115.624,00 (Cento e Quinze Mil e Seiscentos e Vinte e Quatro Reais)

Itapiranga, 04 de janeiro de 2022

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2022

Publicação Nº 3519589

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 50BD5AEE6EACCDAEFB6AB416F0E811885FF9BC93

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 001/2022

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: CONSORCIO INTERM.DE DESENVOLV. REGIONAL - CONDER

Licitação: Dispensa de Licitação 1/2022

Objeto: RATEIO DAS DESPESAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, ENTRE OS CONSORCIADOS NOS TERMOS DO ART. 8º DA LEI Nº 11.107/05 E LEI MUNICIPAL Nº 3.211/2019 E DO PROGRAMA "GESTÃO AMBIENTAL", CONSOANTE DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL Nº 3.267/2019.

Vigência: Início: 04/01/2022 Término: 31/12/2022

Assinatura: 04/01/2022

Valor R\$: 66.621,00 (Sessenta e Seis Mil e Seiscentos e Vinte e Um Reais)

Dotação: 1 - 14.001.2052.33171700100000000000.01001000

Dotação: 2 - 11.001.1033.33171700100000000000.01001000

Dotação: 50 - 14.001.2052.33371700100000000000.01001000

Dotação: 51 - 11.001.1033.33371700100000000000.01001000

Dotação: 162 - 14.001.1039.34471700100000000000.01001000

Dotação: 163 - 11.001.1033.34471700100000000000.01001000

Itapiranga, 04 de janeiro de 2022

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2022 - FMS

Publicação Nº 3520402

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C04DC1D88BCB177AA031B52A7DA3B483FEF6222E

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 001/2022

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada: INSTITUTO SANTE

Licitação: Inexigibilidade 24/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIAGNOSTICO PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA PARA O ANO DE 2022.

Vigência: Início: 04/01/2022 Término: 31/12/2022

Assinatura: 04/01/2022

Valor R\$: 60.000,00 (Sessenta Mil Reais)

Itapiranga, 04 de janeiro de 2022

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2022

Publicação Nº 3519677

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DAAE39E15EE8628EF9B0D0A4BD6CE3A2E0311992

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 002/2022

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: CONSORCIO INTERM.DE DESENVOLV. REGIONAL - CONDER

Licitação: Dispensa de Licitação 1/2022

Objeto: RATEIO DAS DESPESAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, ENTRE OS CONSORCIADOS NOS TERMOS DO ART. 8º DA LEI Nº 11.107/05 E LEI MUNICIPAL Nº 3.211/2019 E DO PROGRAMA "GESTÃO AMBIENTAL", CONSOANTE DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL Nº 3.267/2019.

Vigência: Início: 04/01/2022 Término: 31/12/2022

Assinatura: 04/01/2022

Valor R\$: 25.085,88 (Vinte e Cinco Mil, Oitenta e Cinco Reais e Oitenta e Oito Centavos)

Dotação: 1 - 14.001.2052.3317170010000000000.01001000

Dotação: 2 - 11.001.1033.3317170010000000000.01001000

Dotação: 50 - 14.001.2052.3337170010000000000.01001000

Dotação: 51 - 11.001.1033.3337170010000000000.01001000

Dotação: 162 - 14.001.1039.3447170010000000000.01001000

Dotação: 163 - 11.001.1033.3447170010000000000.01001000

Itapiranga, 04 de janeiro de 2022

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2022

Publicação Nº 3520344

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 91F56AF5689B20E8D4A9A93BEE372FDC20FACC97

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 003/2022

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: AGREENGE ENGENHARIA CIVIL LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 135/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA PARA O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS.

Vigência: Início: 04/01/2022 Término: 25/04/2022

Assinatura: 04/01/2022

Valor R\$: 24.800,00 (Vinte e Quatro Mil e Oitocentos Reais)

Dotação: 69 - 04.001.2012.3339039050000000000.01001000

Itapiranga, 04 de janeiro de 2022

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2022

Publicação Nº 3520887

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8FD77A0EE89A2C4C57CEA4B597C0D4EABF847A0B

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 004/2022

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: CILIA TECNOLOGIA LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 3/2022

Objeto: LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA VIA WEB, POSSIBILITANDO A CONFERÊNCIA DE PREÇOS DE PEÇAS DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DESTA MUNICIPALIDADE, AUXILIANDO NA AUDITORIA CONTRA FRAUDE ATRAVÉS DA CONFERÊNCIA DE PREÇO DE PEÇAS, CÓDIGO E TEMPO DE REPARAÇÃO

Vigência: Início: 04/01/2022 Término: 04/01/2023

Assinatura: 04/01/2022

Valor R\$: 5.900,00 (Cinco Mil e Novecentos Reais)

Dotação: 53 - 03.001.2007.3339040010000000000.01001000

Itapiranga, 04 de janeiro de 2022

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2022/RH

Publicação Nº 3519879

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2022/RH

PARTES: Município de Itapiranga e DEBORA LORENZON VOGT

ORIGEM: Processo Seletivo nº 08/2021.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Médico Veterinário.

Nível salarial: 528

Classe - Referencia: A-01

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 31/12/2022.

Itapiranga – SC, 03 de janeiro de 2022

Alexandre Gomes Ribas – Prefeito

## PORTARIA Nº 03/2022

Publicação Nº 3521029

Portaria nº 03, de 04 de janeiro de 2022

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as férias por motivo de superior interesse público, da servidora CLAIR MARIA HECK HEINEN matrícula nº 7709/01, a partir do dia 06/01/2022.

Art. 2º - O saldo das férias, que corresponde a dez dias lhe serão concedidos conforme nova programação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 04 de janeiro de 2022.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Adriana Arnhold

Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 04/2022

Publicação Nº 3520189

Portaria nº 04, de 04 de janeiro de 2022.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora municipal FRANCIELI ALVES DOS SANTOS, matrícula nº 15438/02 para substituir as férias de Adriana Arnhold, matrícula nº 14104/06, ocupante do cargo de Diretora de Recursos Humanos, no período 05/01/2022 até 19/01/2022.

Parágrafo único. A designação prevista no caput deste artigo acarretará ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 04 de janeiro de 2022.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Adriana Arnhold

Diretora de Recursos Humanos

## PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE FOMENTO N. 01/2022

Publicação Nº 3521018

**ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPIRANGA**  
**Itapiranga/SC**  
**78.483.641/0001-31**



## Plano de Trabalho 1/2021

**1. Identificação do Processo**

Processo: 0009/2021 Chamamento Público: Inexigível Tipo Instrumento: Termo de Fomento  
 Concedente: Município de Itapiranga

**2. Identificação do Proponente**

Nome: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPIRANGA CPF/CNPJ: 78.483.641/0001-31  
 Inscrição Municipal: IE:  
 Natureza Jurídica: Associação Privada Telefone: (49) 3677-0881/ (49) 3677-0400  
 E-mail: ecoeste@ecoeste.com.br CEP: 89.896-000  
 Endereço: Rua do Cometa  
 Complemento: Nº: 205  
 Bairro: Jardim Bela Vista Cidade: Itapiranga Estado: SC

**Responsável pela Organização**

CPF: \*\*\*.244.159.\*\* Nome: ANDREA FOLLMANN  
 Município: Itapiranga/SC Endereço: -  
 E-mail: lisandre@ecoeste.com.br Telefone:

**CNAE**

Primário: Sim Descrição: Atividades de associações de defesa de direitos sociais  
 Primário: Não Descrição: Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte  
 Primário: Não Descrição: Atividades associativas não especificadas anteriormente

**Área atuação****Mandato**

Mandato: Período: -

**Dados Bancários**

Agência: 0798-6 Banco: Banco do Brasil Número: 31643-1

**3. Identificação da Proposta**

Nome: Termo de Fomento APAE  
 Número Proposta: 1/2021 Data Inclusão Proposta: 08/11/2021 Duração: 12 meses  
 Previsão Execução : 2022  
 Valor Contrapartida: 0,00 Valor Repasse: 120.000,00 Valor Global: 120.000,00

**Responsável pelo projeto**

CPF: \*\*\*.244.159.\*\* Nome: ANDREA FOLLMANN  
 Endereço:  
 Telefone: Email: lisandre@ecoeste.com.br

**Objeto**

Promover a habilitação e reabilitação nas diferentes faixas etárias e níveis de que a escola dispõe, atendendo as necessidades e demandas das pessoas com deficiência intelectual ou associada ou com atraso no desenvolvimento global, contempladas nas várias áreas do conhecimento.

**Público Alvo**

O público alvo de todas as ações desenvolvidas na Instituição são as pessoas com deficiência Intelectual e múltipla do município de Itapiranga/SC e suas famílias, os quais estão regularmente matriculados na Escola de Educação Especial Irene Schroeder, totalizando 73 alunos.

**Descrição da Realidade**

Em 24 de setembro de 1986, com a iniciativa de lideranças educacionais, políticas e sociais do município de Itapiranga e região, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no município de Itapiranga, hoje inscrita no CNPJ 78.483.641/0001-31, objetivando o atendimento de pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

A APAE de Itapiranga é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas da assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Itapiranga disponibiliza de muitos atendimentos de habilitação e reabilitação, bem como educacional, a alunos com deficiência intelectual e ou múltipla da zona urbana e rural do nosso município.

Neste contexto solicita a formalização da parceria, visando à manutenção destes serviços e atendimentos com o pagamento de 04



**ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPIRANGA**  
**Itapiranga/SC**  
**78.483.641/0001-31**



22/12/2021 16:26  
 Página 2 de 4

### Plano de Trabalho 1/2021

(quatro) funcionários da APAE (um motorista, duas serventes e uma merendeira) e seus encargos, assim como a compra de gêneros alimentícios para lanche dos alunos e pagamento de combustível para o transporte dos mesmos, bem como materiais de limpeza, material de escritório e expediente.

Ao longo do ano letivo, serão desenvolvidas as mais variadas atividades, as quais só são possíveis com o auxílio de todos os profissionais da Escola Especial - APAE, pois o desempenho de suas funções é imprescindível para efetivação destas ações. Haja vista que nenhum convênio contempla com recursos o pagamento desses profissionais relacionados e nem mesmo as despesas solicitadas neste plano de trabalho.

As atividades desenvolvidas por estes funcionários acontecerão durante todos os dias que estiverem trabalhando e cumprindo sua carga horária, conforme seus contratos de trabalho, a fim de permitir a execução dos nossos objetivos enquanto APAE e desta forma viabilizando o que está programado para o ano letivo de 2022.

#### Capacidade Técnica

A APAE de Itapiranga possui uma ampla estrutura física para atender a atual demanda de alunos, assim como diversos profissionais qualificados na área da saúde e pedagógica, ambos com experiência e formação adequada.

#### Experiência Prévia

Em sua trajetória de 35 anos de existência a APAE de Itapiranga vem evoluindo na organização de seus serviços e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla e suas famílias, embora encontre ainda inúmeras dificuldades e limitações, para as quais, paulatinamente vão sendo buscados meios e formas de superação e avanço em todas as suas áreas de atuação.

#### Resultados Esperados

Os impactos das atividades e atendimentos desenvolvidos na APAE tem abrangência social enorme e de grande relevância para a comunidade local, o acolhimento aos alunos matriculados e suas famílias, o acesso às informações sobre os direitos e benefícios, autonomia e independência dos alunos, melhora da qualidade de vida e bem estar, convivência com o coletivo, atividade de cultura, lazer, esporte e etc.

### 4. Metas

#### 1ª Meta

**Acesso aos direitos sociais e assistenciais, bem como a melhoria da qualidade de vida familiar e fortalecimento de vínculos, promovendo autonomia e inclusão social e sua articulação com os serviços de políticas públicas.**

#### 1ª Ação

Descrição: Pagamento de folha e encargos de quatro funcionários (merendeira, motorista e duas serventes).

Objetivo: Atender e oferecer atendimentos qualificados de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência contribuindo assim para o desenvolvimento social, físico, intelectual e emocional dos alunos da APAE.

Forma de realização: Pagamento mensal da folha e encargos dos quatro funcionários (merendeira, motorista e duas serventes) que são imprescindíveis para a manutenção e prestação destes serviços.

Tipo Despesa: Pessoal e Encargos      Mês Inicial: 1      Mês Final: 12      Un. Medida: UNIDADE  
 Ocorrência: 1      Quantidade: 1,000      Qtd. Total: 1,000      Valor Unt.: 97.401,330      Valor Total: 97.401,33  
 Responsáveis:

Mês	Valor Repasse	Valor Contrapartida	Total
1º	97.401,33	0,00	97.401,33

#### 2ª Ação

Descrição: Pagamento de Combustível

Objetivo: Atender e oferecer atendimentos qualificados de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência contribuindo assim para o desenvolvimento social, físico, intelectual e emocional dos alunos da APAE.

Forma de realização: Aquisição de combustível (gasolina e óleo diesel) de acordo com a necessidade e demanda para o transporte dos alunos da APAE.

Tipo Despesa: Material de Consumo      Mês Inicial: 1      Mês Final: 12      Un. Medida: UNIDADE  
 Ocorrência: 1      Quantidade: 1,000      Qtd. Total: 1,000      Valor Unt.: 13.000,000      Valor Total: 13.000,00  
 Responsáveis:

Mês	Valor Repasse	Valor Contrapartida	Total
1º	13.000,00	0,00	13.000,00

#### 3ª Ação

Descrição: Gêneros Alimentícios

Objetivo: Atender e oferecer atendimentos qualificados de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência contribuindo assim para o desenvolvimento social, físico, intelectual e emocional dos alunos da APAE.



**ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPIRANGA**  
**Itapiranga/SC**  
**78.483.641/0001-31**

22/12/2021 16:26  
 Página 3 de 4

### Plano de Trabalho 1/2021

Forma de realização: Os alimentos serão adquiridos de acordo com a demanda e necessidade. Os mesmos serão preparados e oferecidos no lanche dos alunos.

Tipo Despesa: Material de Consumo      Mês Inicial: 1      Mês Final: 12      Un. Medida: UNIDADE  
 Ocorrência: 1      Quantidade: 1,000      Qtd. Total: 1,000      Valor Unt.: 4.000,00      Valor Total: 4.000,00  
 Responsáveis:

Mês	Valor Repasse	Valor Contrapartida	Total
1ª	4.000,00	0,00	4.000,00

#### 4ª Ação

Descrição: Material de Limpeza.

Objetivo: Atender e oferecer atendimentos qualificados de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência contribuindo assim para o desenvolvimento social, físico, intelectual e emocional dos alunos da APAE.

Forma de realização: Aquisição será conforme a necessidade. Estes materiais de limpeza serão utilizados para a limpeza e higienização de todos os espaços escolares.

Tipo Despesa: Material de Consumo      Mês Inicial: 1      Mês Final: 12      Un. Medida: UNIDADE  
 Ocorrência: 1      Quantidade: 1,000      Qtd. Total: 1,000      Valor Unt.: 3.000,00      Valor Total: 3.000,00  
 Responsáveis:

Mês	Valor Repasse	Valor Contrapartida	Total
1ª	3.000,00	0,00	3.000,00

#### 5ª Ação

Descrição: Material de Expediente

Objetivo: Atender e oferecer atendimentos qualificados de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência contribuindo assim para o desenvolvimento social, físico, intelectual e emocional dos alunos da APAE.

Forma de realização: O material de expediente será utilizado pelos professores, alunos e secretaria da escola e principalmente para confecções de materiais pedagógicos e atividades realizadas em sala de aula. Os mesmos serão adquiridos conforme necessidade.

Tipo Despesa: Material de Consumo      Mês Inicial: 1      Mês Final: 12      Un. Medida: UNIDADE  
 Ocorrência: 1      Quantidade: 1,000      Qtd. Total: 1,000      Valor Unt.: 2.598,670      Valor Total: 2.598,67  
 Responsáveis:

Mês	Valor Repasse	Valor Contrapartida	Total
1ª	2.598,67	0,00	2.598,67

### Indicadores

Descrição	Quantidade
Proporcionar qualidade de vida aos 73 alunos com deficiência da APAE e sua integração à vida comunitária e suas respectivas famílias.	1,00

### 5. Plano Aplicação de Recursos

Descrição	Duração	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
Pagamento de folha e encargos de quatro funcionários (merendeira, motorista e duas serventes).	12	UNIDADE	1,000	97.401,330	97.401,33
Pagamento de Combustível	12	UNIDADE	1,000	13.000,000	13.000,00
Gêneros Alimentícios	12	UNIDADE	1,000	4.000,000	4.000,00
Material de Limpeza.	12	UNIDADE	1,000	3.000,000	3.000,00
Material de Expediente	12	UNIDADE	1,000	2.598,670	2.598,67

### 6. Desembolso

#### Pessoal e Encargos

Mês	Valor Repasse	Valor Contrapartida	Total
1ª	97.401,33	0,00	97.401,33
<b>Total</b>	<b>97.401,33</b>	<b>0,00</b>	<b>97.401,33</b>

#### Material de Consumo

Mês	Valor Repasse	Valor Contrapartida	Total
1ª	22.598,67	0,00	22.598,67
<b>Total</b>	<b>22.598,67</b>	<b>0,00</b>	<b>22.598,67</b>

#### Totalizador por mês

ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPIRANGA  
Itapiranga/SC  
78.483.641/0001-31



22/12/2021 16:26  
Página 4 de 4

### Plano de Trabalho 1/2021

Mês	Valor Custeio	Valor Capital	Valor Repasse	Valor Contrapartida	Total
1º	120.000,00	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
<b>Total Geral</b>	<b>120.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>120.000,00</b>

#### 7 - Observação

Observação não informada.

#### 8 - Declaração

Venho submeter à apreciação de V.Sas. o presente Plano de Trabalho, tendo em vista repasse de recursos através de **Termo de Fomento**.

ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPIRANGA  
ANDREA FOLLMANN  
CPF: \*\*\*.244.159-\*\*

Itapiranga/SC, 22/12/2021.

Verifique autenticidade do documento em <https://gerr.com.br/validadordocumento/gerr.php?h=828212080001361b7b7880c38f618e415c95a735cbeece>



Autenticação Eletrônica 5 de 5  
Data e Horários em GTM -03:00 Brasília  
Identificação: 3e6af2fca47e71a99869787dc34ec5874d4d0cc1a43b55ec79a55a259c4fd93a

## Página de Assinaturas

*ANDREA FOLLMANN*

ANDREA FOLLMANN  
\*\*\*.244.159.\*\*  
lisandre@ecoeste.com.br

## HISTÓRICO

Documento Criado  
22/12/2021 16:26:15  
Documento Assinado  
22/12/2021 16:26:35

O documento foi criado por \*\*\*.244.159.\*\* - ANDREA FOLLMANN (ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPIRANGA - Itapiranga/SC) na data de 22/12/2021 16:26:15  
O documento foi assinado por \*\*\*.244.159.\*\* - ANDREA FOLLMANN na data de 22/12/2021 16:26:35 por meio do IP 168.196.45.99 em Itapiranga, Santa Catarina, Brasil.

Verifique autenticidade do documento em <https://gerr.com.br/validadordocumento/gerr.php?h=828212080001361b7b7880c38f618e415c95a735cbeece>



Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento.  
Hash SHA256 do PDF original  
3e6af2fca47e71a99869787dc34ec5874d4d0cc1a43b55ec79a55a259c4fd93a  
Município de Itapiranga



**TERMO DE FOMENTO N. 01/2022**

Publicação Nº 3521024

**TERMO DE FOMENTO N. 01/2022**

O **MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**, inscrito no CNPJ sob n. 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, 200, Itapiranga-SC, representado pelo Prefeito Sr. **ALEXANDRE GOMES RIBAS**, brasileiro, portador do CPF n. 927.322.919-00, doravante simplesmente designado de **MUNICÍPIO** e do outro lado a **APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPIRANGA - SC** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua do Cometa, 205 - Bairro Jardim Bela Vista - Itapiranga - SC inscrita no CNPJ n.º 78.483.641/0001-31, representada neste ato pela Presidente Sra. **ANDREA FOLLMANN**, brasileira, portadora do CPF n. 947.244.159-91 e RG n. 2.948.408 doravante designada simplesmente de **OSC - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, conforme as condições adiante estabelecidas, decorrente da Lei Municipal n. 3.493/2021 e INEXIGIBILIDADE de CHAMAMENTO PÚBLICO n. 09/2021, observadas as normas e disposições estabelecidas na Lei Federal n.º 13.019/2014, e demais normas pertinentes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O Presente Termo de Fomento, tem por objeto o estabelecimento de ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município e a **APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, visando a realização do Projeto "Atendimento aos alunos que frequentam a Escola Especial Irene Schroeder" conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo a este instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 - O MUNICÍPIO de Itapiranga repassará à OSC - Organização Social Civil a quantia de **R\$ 120.000,00** (cento e vinte mil reais).

2.2 - As despesas decorrentes deste TERMO correrão por conta do orçamento, conforme segue:

06.07 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Educação Especial

2033 - Manutenção da Educação Especial

33350.0000000000 1000 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos no valor de R\$ 120.000,00

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO E DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

3.1 - Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

3.2 - Os recursos financeiros relativos ao repasse da Administração Pública Municipal serão depositados na conta corrente junto ao Banco do Brasil, **Agência n. 0798-6, Conta Corrente n. 31.643-1**.

3.3 - Os recursos serão liberados em parcela única, conforme constante no Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Fomento, ficando condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019/2014.

3.4 - Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

3.5 - Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Fomento e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da OSC e anuência prévia da Administração Pública



Município de  
**Itapiranga**  
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC  
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36  
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br  
Site: itapiranga.atende.net  
Fone: 49.3678-7700

1

Municipal, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

3.6 - Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 - O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de doze meses, contados a partir da publicação deste termo, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:

I - mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública Municipal.

II - de ofício, por iniciativa da Administração Pública Municipal quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado;

III - a prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Fomento, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela Administração Pública Municipal, considerando as seguintes situações:

- a) Alteração do Plano de Trabalho sugeridos pela Administração Pública Municipal para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e
- c) ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

5.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá propor ou autorizar a alteração do Plano de Trabalho, desde que preservado o objeto, mediante justificativa prévia, por meio de termo aditivo ou termo de apostilamento.

5.2 - Será celebrado termo aditivo nas hipóteses de alteração do valor global da parceria e em outras situações em que a alteração for indispensável para o atendimento do interesse público.

5.2.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA providenciará a publicação do extrato de termo aditivo no Diário Oficial dos Municípios.

5.2.2 - Caso haja necessidade de termo aditivo com alteração do valor global da parceria, sua proposta deve ser realizada com antecedência mínima de trinta dias, devendo os acréscimos ou supressões atingir no máximo vinte e cinco por cento do valor global.

5.2.2.1 - O percentual poderá ser superior caso se configure situação excepcional em que o administrador público ateste que a alteração é indispensável para o alcance do interesse público na execução da parceria.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

6.1 - São obrigações dos partícipes:

##### I - DA OSC – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

a) Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária. Transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do Termo de Fomento de titularidade da OSC. **Quando o prazo previsto para utilização for superior a 30 (trinta) dias, os recursos devem ser obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo lastreado em títulos da dívida pública federal.**



Município de  
**Itapiranga**  
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC  
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36  
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br  
Site: itapiranga.atende.net  
Fone: 49.3678-7700

2

- b) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública Municipal, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014, e no Decreto Municipal nº 21/2017;
- c) com relação aos pagamentos efetuados com os recursos provenientes deste Termo, observar o disposto no artigo 53, § 1º, da Lei Federal n. 13.019/2014;
- d) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Fomento;
- e) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Fomento, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;
- f) na realização das compras e contratações de bens e serviços, adotar métodos usualmente utilizados pelo setor privado, zelando pela observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência, apresentando no mínimo três orçamentos;
- g) não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45 da Lei n. 13.019/2014;
- h) apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;
- i) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle;
- j) submeter previamente à Administração Pública Municipal qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- k) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;
- l) realizar todos os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e demais informações, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado;
- m) estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Termo de Fomento, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;
- n) garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- o) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;
- p) facilitar a supervisão e a fiscalização da Administração Pública Municipal, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Fomento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;
- q) permitir o livre acesso de servidores da Administração Pública Municipal e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- r) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos



Município de  
**Itapiranga**  
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC  
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36  
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br  
Site: itapiranga.atende.net  
Fone: 49.3678-7700

3



utilizados na execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

s) **dar ampla publicidade divulgando em seu sítio eletrônico, redes sociais, placa/banner exposta no evento constando a parceria celebrada, contendo o objeto, nº do termo, nome do órgão responsável pela parceria e valores recebidos e assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da Administração Pública Municipal em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Fomento e, apor a marca da Administração Pública Municipal nas placas, painéis e outdoors de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo, conforme modelo-padrão identificado no Anexo I;**

t) manter a Administração Pública Municipal informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização;

u) permitir à Administração Pública Municipal, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Fomento;

v) ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;

w) garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades;

x) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

y) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas.

## II - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

a) transferir os recursos à OSC, de acordo com a programação orçamentária e financeira estabelecida no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

b) acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Fomento, comunicando à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) prorrogar de “*ofício*” a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa à atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014;

d) publicar, no Diário Oficial dos Municípios, extrato do Termo de Fomento;

e) analisar as prestações de contas parciais e final relativas a este Termo de Fomento, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma proposta nos arts. 66 e 67 da Lei 13.019/2014; e

f) em cumprimento do disposto na alínea “h” do artigo 35 da Lei n. 13.019/2014, designar a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para o monitoramento e avaliação da presente parceria;



Município de  
**Itapiranga**  
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC  
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36  
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br  
Site: itapiranga.atende.net  
Fone: 49.3678-7700

4

- g) analisar a prestação de contas relativa a este Termo de Fomento, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma proposta nos arts. 66 e 67 da Lei 13.019/2014;
- h) orientar a OSC quanto a prestação de contas;
- i) apreciar as solicitações apresentadas pela OSC no curso da execução da parceria; e
- j) emitir ofício ao Banco de Brasília S/A solicitando a abertura de conta bancária, isenta de tarifa, conforme art. 51 da Lei nº 13.019/2014, para o recebimento dos recursos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA OSC - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

7.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, a Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo.

7.2 - As despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a empregados da OSC no desempenho dos serviços para o cumprimento deste termo, ficando ainda o MUNICÍPIO, isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

#### **DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

7.3 - Acompanhar a execução do termo zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DA DESPESA**

8.1 - O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

I - É vedado à **OSC**:

- a) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;
- b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) efetuar pagamento de despesas que tenham fato gerador anterior ao início de vigência deste termo;
- d) pagamento de juros, multas e correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, salvo quando as despesas tiverem sido causadas por atraso da administração pública na liberação de recursos;
- e) despesas com publicidade, salvo quando previstas no Plano de Trabalho como divulgação ou campanha de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e
- f) efetuar pagamento de despesa em data posterior ao término da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante a vigência do termo de fomento.

8.2 - Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie.

8.3 - Caso os recursos transferidos não sejam utilizados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o Termo de Fomento deverá ser rescindido, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pela Administração Pública Municipal.



Município de  
**Itapiranga**  
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC  
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36  
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br  
Site: itapiranga.atende.net  
Fone: 49.3678-7700

5

**CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

9.1 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

9.2 - Os recursos a serem restituídos na forma do *caput* incluem:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada;

III - o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da OSC ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.

9.3 - A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

9.4 - Os débitos serão apurados mediante atualização monetária, observado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescidos de juros de mora calculados nos termos do Código Civil.

9.4.1 - Nos casos em que for comprovado dolo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA quanto ao prazo de análise de contas.

9.4.2 - Nos demais casos, os juros serão calculados a partir da data de término da parceria, com subtração de eventual período de inércia da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA quanto ao prazo de análise das contas.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

10.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.2 - Os partícipes são responsáveis somente pelas obrigações do período em que efetivamente vigorou a parceria.

10.3 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá rescindir unilateralmente este instrumento quando houver inexecução do objeto ou o descumprimento do disposto na Lei nº 13.019/2014, no Decreto nº 21/2017 que implicar prejuízo ao interesse público, garantida à OSC a oportunidade de defesa.

10.4 - A rescisão enseja a imediata adoção das medidas cabíveis ao caso concreto, tais como a aplicação de sanções previstas neste instrumento, a notificação para devolução de recursos e a instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, conforme a peculiaridade dos fatos que causaram a necessidade de rescisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

11.1 - Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;



Município de  
**Itapiranga**  
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC  
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36  
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br  
Site: itapiranga.atende.net  
Fone: 49.3678-7700

6

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração Pública Municipal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

11.2 - É facultada a defesa do interessado antes de aplicação da sanção, no prazo de dez dias a contar do recebimento de notificação com essa finalidade.

11.3 - A sanção de advertência tem caráter educativo e preventivo e será aplicada quando verificadas irregularidades que não justifiquem a aplicação de penalidade mais severa.

11.4 - A sanção de suspensão temporária deverá ser aplicada nos casos em que verificada fraude na celebração, na execução ou na prestação de contas da parceria, quando não se justificar imposição da penalidade mais severa, considerando a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos.

11.5 - As sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade são de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

11.6 - Da decisão administrativa sancionadora cabe recurso administrativo, no prazo de dez dias, contado da data de ciência da decisão, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos da aplicação da penalidade.

11.6.1 - No caso da sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

11.7 - A situação de impedimento permanecerá enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja providenciada a reabilitação perante a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, devendo ser concedida quando houver ressarcimento dos danos, desde que decorrido o prazo de dois anos.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

12.1 - A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública Municipal por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, devendo ser registradas na prestação de contas.

12.2 - As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

12.3 - A Administração Pública Municipal realizará visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas, hipótese em que a OSC deverá ser previamente notificada, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita.

12.4 - Sempre que houver visita técnica *in loco*, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica *in loco*, e enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da Administração Pública Municipal.

12.5- A visita técnica *in loco* não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela Administração Pública Municipal, pelos órgãos de controle interno e externo.



Município de  
**Itapiranga**  
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC  
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36  
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br  
Site: itapiranga.atende.net  
Fone: 49.3678-7700

7

12.6 - As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas, tais como rede sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos que permitam verificar os resultados da parceria.

12.5 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação homologará o relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pelo gestor da parceria, que conterá:

- descrição sumária do objeto e análise das atividades realizadas, com foco no cumprimento das metas e no benefício social da execução do objeto;
- valores transferidos pela administração pública municipal; e
- seção sobre achados de auditoria e respectivas medidas saneadoras, caso haja auditorias pelos órgãos de controle interno ou externo voltadas a esta parceria

#### **CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - GESTOR DA PARCERIA**

13.1 O agente público responsável pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, designado em Portaria publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 23/12/2021, será Sra. Cíntia Taíza Klein, servidora efetiva, matrícula n. 14.776/09, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

#### **CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

14.1 - A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, para a Administração Pública Municipal.

14.2 - A prestação de contas observará as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei 13.019/2014, além das cláusulas constantes deste Termo de Fomento e do Plano de Trabalho.

14.3 - A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam a Administração Pública Municipal concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

14.4 - A OSC deverá realizar prestação de contas, perante a administração Municipal, em até 90 (noventa) dias após o término da vigência do Termo de Fomento, prorrogável por até 30 (trinta) dias mediante solicitação justificada.

**14.5 - A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada de forma digital através do Sistema de Gestão de Recursos Repassados - GERR com os seguintes documentos:**

I - execução financeira através do Relatório de Execução Financeira, assinado pelo representante legal da OSC, acompanhada da documentação fiscal que comprova a despesa, conforme disposto na Instrução Normativa n. 14/2012 do TCE/SC e IN n. 03/2015 do CI ou outras que vierem a substituí-las que deverá conter:

- a) balancete contendo a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b) comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c) extrato da conta bancária específica;
- d) cópia digitalizada das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor, indicação do produto ou serviço, **bem como a identificação / referência a este Termo de Fomento;**
- e) cópia digitalizada dos orçamentos feitos pela OSC para a realização da despesa;
- f) comprovante bancário dos pagamentos realizados.

II - Relatório de execução do objeto que deverá conter:



Município de  
**Itapiranga**  
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC  
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36  
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br  
Site: itapiranga.atende.net  
Fone: 49.3678-7700

8



I - descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto, para demonstrar o alcance das metas e dos resultados esperados;

II - comprovação do cumprimento do objeto, por documentos como listas de presença, fotos, depoimentos, vídeos e outros suportes;

III - documentos sobre o grau de satisfação do público alvo, que poderão consistir em resultado de pesquisa de satisfação realizada no curso da parceria ou outros documentos, tais como declaração de entidade pública ou privada local, ou manifestação do conselho setorial.

14.6 - O parecer técnico da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA sobre o relatório de execução do objeto, considerando o teor do relatório técnico de monitoramento e avaliação, consistirá na verificação do cumprimento do objeto, podendo o gestor da parceria:

- concluir que houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial com justificativa suficiente quanto às metas não alcançadas; ou

- concluir que o objeto não foi cumprido e que não há justificativa suficiente para que as metas não tenham sido alcançadas, o que implicará emissão de parecer técnico preliminar indicando glosa dos valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

14.7 - A análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal ocorrerá no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da apresentação e será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

I - os relatórios finais de execução do objeto;

II - os relatórios finais de execução financeira;

III - relatório de visita técnica *in loco*, quando houver;

IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação.

14.7.1 - O prazo poderá ser prorrogado pro igual período, mediante decisão motivada.

14.7.2 - O transcurso do prazo sem que as contas tenham sido apreciadas não impede que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL participe de chamamentos públicos ou celebre novas parcerias, nem implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas ao ressarcimento do erário.

14.8 - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

14.9 - O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, forem constatados impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

14.10 - A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

14.11 - A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.



Município de  
**Itapiranga**  
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC  
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36  
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br  
Site: itapiranga.atende.net  
Fone: 49.3678-7700

9

14.12 - Exaurida a fase recursal, a Administração Pública Municipal deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, notificar a OSC as causas das ressalvas; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

14.13 - O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

14.14 - No caso de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

#### **CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

15.1 - A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública Municipal.

15.1.1 - A OSC deverá realizar três orçamentos para execução da despesa desta parceria.

15.2 - A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.

15.3 - Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas ou comprovantes fiscais, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço.

#### **CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

16.1 - Será de responsabilidade do MUNICÍPIO, providenciar a publicação deste Termo por extrato, nos termos da legislação vigente, a contar da data de sua assinatura.

16.2 - O Plano de Trabalho, nos termos previstos no artigo 22 e seus incisos, c/c parágrafo único do artigo 42, ambos da Lei Federal n. 13.019/2014, constará como anexo ao presente termo, sendo dele parte integrante e indissociável.

#### **CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1 - Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016; Lei Municipal nº 3.493/2021 e Decreto Municipal nº 21/2017.

#### **CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO**

18.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Fomento.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, os partícipes, a seguir, firmam o presente Termo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.



Município de  
**Itapiranga**  
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC  
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36  
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br  
Site: itapiranga.atende.net  
Fone: 49.3678-7700

1



Itapiranga(SC), 03 de janeiro de 2022.

Alexandre Gomes Ribas  
Prefeito  
Município de Itapiranga

Andreia Follmann  
Presidente  
APAE - Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais

Testemunhas:

Nome: Maciel Welter  
CPF: 023.267.359-43

Nome: Maridaine Silva Ribeiro  
CPF: 072.804.019-02

Visto pela Assessoria Jurídica:

Arlei Eidt  
Advogado Assessor Geral do Município  
OAB/SC 41.136



Município de  
**Itapiranga**  
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC  
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36  
E-mail: [itapiranga@itapiranga.sc.gov.br](mailto:itapiranga@itapiranga.sc.gov.br)  
Site: [itapiranga.atende.net](http://itapiranga.atende.net)  
Fone: 49.3678-7700

1

**ANEXO I**  
**MODELO PLACA/BANNER**

**ESSA OSC RECEBE RECURSOS PÚBLICOS**

**Valor do repasse financeiro anual:**

**R\$ 120.000,00**

**Objetivo do repasse: efetivar a realização do  
Projeto “Atendimento aos alunos que  
frequentam a Escola Especial Irene  
Schroeder”**

**Termo de Fomento nº: 01/2022**

**OSC: APAE - Associação de Pais e Amigos  
dos Excepcionais**

Esta OSC recebe recursos públicos do Município  
de Itapiranga para a consecução do objetivo  
social. Você cidadão, é responsável pela  
fiscalização da correta aplicação desses  
recursos. Denuncie qualquer desvio de sua  
finalidade.

Brasão do Município



Município de  
**Itapiranga**  
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC  
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36  
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br  
Site: itapiranga.atende.net  
Fone: 49.3678-7700

1.

**ANEXO II**  
**PLANO DE TRABALHO**



Município de  
**Itapiranga**  
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC  
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36  
E-mail: [itapiranga@itapiranga.sc.gov.br](mailto:itapiranga@itapiranga.sc.gov.br)  
Site: [itapiranga.atende.net](http://itapiranga.atende.net)  
Fone: 49.3678-7700

1

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA SESSÃO PÚBLICA - CONCORRÊNCIA Nº 20/2021

Publicação Nº 3519439

#### ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE PROPOSTA

Data	04/01/2022	Horário início: 08h30min
Licitação /Modalidade	CONCORRÊNCIA PÚBLICA PROCESSO	Nº 20/2021 Nº 91/2021

**OBJETO:**  
Contratação de empresa na área de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para ADEQUAÇÕES A SEREM FEITAS NA NOVA SEDE DA E. M. ARCO IRIS, construída na Rua Caranjuru, nº 301, Balneário Brandalize, bairro Pontal do Norte, para atender a demanda crescentes de matrículas para a Educação Infantil nesta localidade compreendendo a execução de 2.498m³ de aterro, construção de 173m de muro com gradil e serviços de pavimentação em contratação em concreto e paver, cujas áreas são de respectivamente 120,6m² e 86,6m². No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 5144/2021, a fim de julgar e analisar as propostas de preço das empresas habilitadas no certame em epígrafe, conforme Notificação nº 41/2021, publicada em 17/12/2021. Iniciada a sessão foram abertos os envelopes de proposta de preço os quais se encontravam devidamente lacrados. As propostas das empresas foram achadas conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Class.	Empresa	Porcentagem de desconto aprox.	Porcentagem da proposta aprox.	Valor Total
1º	JOTAS CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	11,55%	88,45%	R\$ 365.553,77
2º	MW AMAZÔNIA E SERVIÇOS LTDA	0%	100%	R\$ 413.301,79

A CPL baixou diligência ao art. 48, §1º, alínea "b" da Lei nº 8.666/93, in verbis:

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
- valor orçado pela administração

Sendo assim, a Lei nº 8.666/93 trata como inexequíveis propostas inferiores a 70% do valor orçado pela administração OU pela média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do valor orçado pela administração. No certame atual, as proponentes apresentaram proposta acima de 70% do valor orçado pela administração. Portanto a empresa JOTAS CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA foi vencedora dessa licitação com o valor total de R\$ 365.553,77 (trezentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos). Observando que o valor total estimado para esta licitação foi de R\$ 413.301,79 (quatrocentos e treze mil, trezentos e um reais e setenta e nove centavos). Tendo em vista o Decreto Estadual nº 1.578/2021, Decreto Municipal nº 5253/2021 e a Resolução 001/2021, as propostas serão escaneadas e disponibilizadas no Site Oficial do Município para acesso aos interessados. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Os recursos deverão ser protocolados formalmente através do site itapoa.atende.net ou pelo e-mail licitacoes@itapoa.sc.gov.br até o dia 12/01/2022, em horário de expediente da Prefeitura, das 07:30h às 13:30h. As empresas que quiserem declinar do seu direito de recurso deverão fazer através de protocolo no site <https://itapoa.atende.net/> ou pelo e-mail [licitacoes@itapoa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@itapoa.sc.gov.br). Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes às 08:50m.

ISABELA RAICK DUTRA POHL RISSI 1ª PRESIDENTE-ADJUNTA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
ANDRÉ ALBINO DE SOUSA MEMBRO TÉCNICO ENGENHEIRO CIVIL	RICARDO LASTRA MEMBRO TÉCNICO CONTADOR

**CLASSIFICAÇÃO FINAL EDITAL Nº 052/2021**

Publicação Nº 3521535

**HOMOLOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL  
EDITAL Nº 052/2021**

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Profissional de VETERINÁRIO.

CLASSIFICAÇÃO	PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
1.	25032/2021	ÉVERTON LEONARDO FUNCK DA SILVA	187
2.	25020/2021	GUILHERME SÉRGIO GONÇALVES	116
3.	24899/2021	MARIA JÚLIA VELLASCO JUDSON	113
4.	25015/2021	JORDANA COSTA NEVES	112
5.	24925/2021	RENATA ARAÚJO SOLETTI	16

Itapoá - SC, 05 de janeiro de 2022

Valério Pacheco  
PresidenteSirlei Aparecida Westphal  
SecretáriaAdalberto Geraldo Lupatelli  
Membro**CONCORRÊNCIA Nº 34/2021 - PAVIMENTAÇÃO MARIA LOURDES DE SANCHES**

Publicação Nº 3519906

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
Preâmbulo (Art. 40, caput)

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 500DCB79F444B1A69851B2FD35BFCF36C336637E

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 04/02/2022 às 09h:00min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 08h:30min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, o que ocorrerá na sede administrativa da Prefeitura Municipal, sita à Rua Mariana Michels Borges, nº201. Além disso, os interessados poderão acompanhar a sessão pública ao vivo pelo link: <https://www.youtube.com/channel/UCtdJ7at3UHmoh9nAN26blCA> da Licitação, na modalidade Concorrência nº 34/2021 - Processo nº134/2021, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM BLOCO INTERTRAVADO 16 FACES DA RUA MARIA LOURDES DE SANCHES COM ÁREA DE 1.594,52 M2, NESTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO, GEOMÉTRICO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO, TERRAPLANAGEM, ACESSIBILIDADE, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. O Edital e seus Anexos poderão ser retirados no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), extrato consultado no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e para retirada na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração/Setor de Licitações e Contratos, será cobrada uma taxa de R\$ 14,36 (quatorze reais e trinta e seis centavos). O horário disponível para retirada é das 07h30min às 13h30min.

Itapoá, 04 de janeiro de 2022.

ANGELA MARIA PUERARI  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO  
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018STÉFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR  
SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2022 PROCESSO SELETIVO Nº 048/2021 ALUNOS ESTAGIÁRIOS**

Publicação Nº 3519405

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2022  
PROCESSO SELETIVO Nº 048/2021  
ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Jonecir Soares, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) relacionado(s) abaixo, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos seguintes documentos, originais e cópias:

- Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

- Número de inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência;
- Declaração de matrícula ou frequência regular, na área pretendida;
- Inscrição no CIEE;
- Conta corrente no Banco do Brasil.

CANDIDATO	NÍVEL
GABRIELLA REGINA DE OLIVEIRA	ENSINO MÉDIO

OBSERVAÇÃO: O HORÁRIO DE TRABALHO SERÁ CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA CORRESPONDENTE.

Itapoá, 03 DE JANEIRO DE 2021

Jonecir Soares  
Secretário de Administração

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2021 PROCESSO SELETIVO Nº 044/2020 ENGENHEIRO CIVIL**

Publicação Nº 3519651

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2021  
PROCESSO SELETIVO Nº 044/2020  
ENGENHEIRO CIVIL

A(s) Secretária(s) abaixo assinada(s), representante(s) do Município de Itapoá, no uso de suas atribuições legais CONVOCAM os(as) candidatos(as) abaixo relacionados para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

Classificação	Candidato
30º	SUELEN YOSHIDA
31º	DOUGLAS GULAK

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
- Título de Eleitor (cópia e original);
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – diploma (cópia e original);
- Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário de SC e dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
- Certidão de regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br)
- Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
- Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico, apto para o trabalho e não pertencer ao grupo de risco para o COVID19;
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração);
- Quitação Militar.

Itapoá, 04 de Janeiro de 2022

JOÃO MÁRCIO FALIGURSKI  
Secretário de Turismo e Cultura

STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIA  
Secretária de Obras e Serviços Públicos

# Ituporanga

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO FINAL CHAMADA PÚBLICA 24/2021

Publicação Nº 3521128

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CHAMADA PÚBLICA Nº 24/2021

CLASSIFICAÇÃO FINAL

VAGA: AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Colocação	Candidato	Tempo de Experiência
1º lugar	Walter Agostinho Goetten de Souza	24 anos, 7 meses e 18 dias

Ituporanga, 05 de janeiro de 2022.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

GERSON WALTER KRAEMER  
Secretário da Administração

### DECRETO Nº 005, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519332

DECRETO Nº 005, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Prorroga o prazo vencimento Alvará de Funcionamento.

O PREFEITO DE ITUPORANGA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com o art. 35, 42 § único e 49 da Lei Complementar nº 007/2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até 31.03.2022 o prazo de vencimento do Alvará de Funcionamento concedido no exercício de 2021 com vencimento em 31.12.2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, em 03 de janeiro de 2022.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

GERSON WALTER KRAEMER  
Secretário da Administração

NILSON WERTER  
Secretário da Fazenda

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01 – CHAMADA PÚBLICA Nº 22/2021

Publicação Nº 3521118

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01 – CHAMADA PÚBLICA Nº 22/2021

Considerando a ordem de classificação dos candidatos da Chamada Pública 23/2021;  
Considerando a necessidade de substituição do servidor Anderson Junckes, vinculado a Secretaria de Agricultura, devido ao gozo do banco de horas e gozo de férias;  
Considerando o pedido de exoneração do servidor Luciano de Lima Barcellos, vinculado a Secretaria de Saúde, em 25/10/2021; e  
Considerando a existência de vaga criada por Lei para o cargo de Motorista.  
CONVOCAM-SE os seguintes candidatos para apresentar-se no departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde, no



prazo de 48h (quarenta e oito horas), fim de dar seguimento ao processo de chamada pública, conforme item 2.3 do edital:

Cargo: MOTORISTA

Classificação	Nome
1º	Airton Muniz
2º	Marco Antônio Vavassori

O referido candidato deverá apresentar-se a partir das 8h no departamento de RH para apresentação dos documentos, a partir da próxima quinta-feira, dia 06 de janeiro de 2022.

A inércia na apresentação dos documentos no prazo assinalado caracteriza desistência, autorizando a Administração a chamar o próximo classificado em cada listagem.

Ituporanga, 04 de janeiro de 2022.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

GERSON WALTER KRAEMER  
Secretário da Administração

ALINE DE ABREU POSTAIS  
Secretária da Saúde

SANDRA BEZERRA LOFFI PETRY  
Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01 – CHAMADA PÚBLICA Nº 23/2021

Publicação Nº 3521193

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01 – CHAMADA PÚBLICA Nº 23/2021

Considerando a Chamada Publica nº 23/2021;

Considerando a ordem de classificação dos candidatos da Chamada Pública 23/2021;

Considerando as convocações e as desistências dos candidatos classificados nos Editais de Chamadas Públicas nº 01/20201, 05/2021, 06/2021 e 08/2021, para os cargos de Médico e Enfermeiro-EP;

Considerando a existência de vaga criada por Lei para os cargos de Médico e Enfermeiro-EP;

Considerando o pedido de exoneração da servidora Verenicia Aparecida Debarba Buss, conforme Portaria 1.667/2021;

Considerando a necessidade de garantir a Equipe Multiprofissional nas equipes Saúde da Família – ESFs e Centro de Enfrentamento COVID 19; e

Considerando as contratações de Médicos credenciados para prestar atendimento nas Estratégias Saúde da Família;

CONVOCAM-SE os seguintes candidatos para apresentar-se no departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), fim de dar seguimento ao processo de chamada pública, conforme item 2.3 do edital:

Cargo: ENFERMEIRO

Colocação	Candidato	Tempo de Experiência
1º lugar	Antonio de Fátima Coutinho	8 anos, 4 meses e 24 dias

Cargo: MÉDICO

Colocação	Candidato	Tempo de Experiência
1º lugar	Marina Mees Kuster	6 dias
2º lugar	Alessandra Cristina Bini	Não apresentou

O referido candidato deverá apresentar-se a partir das 8h no departamento de RH para apresentação dos documentos, a partir da próxima quinta-feira, dia 06 de janeiro de 2022.

A inércia na apresentação dos documentos no prazo assinalado caracteriza desistência, autorizando a Administração a chamar o próximo classificado em cada listagem.

Ituporanga, 04 de janeiro de 2022.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

GERSON WALTER KRAEMER  
Secretário da Administração

ALINE DE ABREU POSTAIS  
Secretária da Saúde

**PORTARIA Nº 001, DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519336

PORTARIA Nº 001, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO DE ITUPORANGA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município.

Considerando o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que institui as normas para licitações e contratos da Administração Pública; e

Considerando a determinação contida no artigo 67º da Lei nº 8.666/93, que submete à Administração Pública realizar o acompanhamento e a fiscalização dos objetos contratados nos processos de licitações e contratos administrativos da Administração Pública.

Considerando o Decreto nº 151, de 20 de outubro de 2021 que Homologa Instrução Normativa nº 004/2021 do Controle Interno.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo como gestor e fiscal respectivamente do Processo Administrativo nº 18/2021 – Pregão Presencial nº 08/2021 - FEXPONACE, tendo como objeto contratação de empresa para fornecimento de uniformes para as categorias de base e adultos da Fundação Promotora de Exposições, feiras e eventos turísticos, culturais e esportivos de Ituporanga/SC.

Paulo Roberto Ribeiro – Gestor

Edson Paul Junior - Fiscal

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ituporanga, 03 de janeiro de 2022.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

GERSON WALTER KRAEMER  
Secretário de Administração

Ciente: \_\_\_\_\_  
Paulo Roberto Ribeiro

Ciente: \_\_\_\_\_  
Edson Paul Junior

**PORTARIA Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521104

PORTARIA Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO DE ITUPORANGA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de conformidade com a Lei Complementar 089, de 23 de junho de 2021, Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007 e Atestado Médico,

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR, SÉRGIO EDUARDO CUNHA ROSA, ocupante do cargo em comissão de Secretário do Desenvolvimento Econômico para responder CUMULATIVAMENTE pelo cargo em comissão de Chefe de Gabinete, em razão férias do Chefe de Gabinete Helio Goss de Oliveira até 12.01.2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 04 de janeiro de 2022.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

GERSON WALTER KRAMER  
Secretário da Administração

**PORTARIA Nº 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521109

PORTARIA Nº 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO DE ITUPORANGA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 089, de 23 de junho de 2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o servidor CLAUDEMIR ROBERTO DA ROSA ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, vinculado na Secretaria

de Planejamento gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 05.01.2022 à 03.02.2022, referente ao período aquisitivo de 12.02.2020 a 11.02.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 04 de janeiro de 2022.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

GERSON WALTER KRAMER  
Secretário da Administração

VILMAR SCHWAMBACH  
Secretário de Planejamento

# Jaborá

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 03/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519804

PORTARIA Nº. 03/2022, de 04 de janeiro de 2022.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLEVSON RODRIGO FREITAS, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias à servidora, referente ao período aquisitivo e de gozo, conforme abaixo relacionado:

Servidor Público	Período aquisitivo	Período de gozo
Marciane Gavazzoni	18/01/2021 à 17/01/2022	03/01/2022 à 01/02/2022

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/01/2022.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2022.

CLEVSON RODRIGO FREITAS  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 05/Janeiro/2022.

RICHARD MORO  
Secretário de Administração

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 74/2021 TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2021**

Publicação Nº 3521182

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7D0D00C418D979F05D50BBF2CF784B62EC99AB60

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORA</b>  CNPJ: 82.939.463/0001-88 Rua Angelo Poyer, 320 C.E.P.: 89677-000 - Jaborá - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 8/2021 - TP</b>  Processo Administrativo: 74/2021 Processo de Licitação: 74/2021 Data do Processo: 23/11/2021
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, CLEVSON RODRIGO FREITAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 74/2021  
b) Licitação Nr.: 8/2021-TP  
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d) Data Homologação: 04/01/2022  
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA, MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA BATISTA POYER, LOCALIZADO NA RUA ÂNGELO POYER, Nº 321, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, PERFAZENDO UMA ÁREA DE 3.796,66 M² DIVIDIDOS EM DOIS LOTES, SENDO O PRIMEIRO CONFORME O CONTRATO DE REPASSE UGU Nº 887922/2019 - OPERAÇÃO 1063880-77 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO - REFORMA DA PRAÇA MUNICIPAL DE JABORÁ 1ª ETAPA, E O SEGUNDO LOTE COM RECURSOS PRÓPRIOS.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**LOTE: 1****BALBINOT CONSTRUÇOES EIRELI (14543)**

1	LOTE 01: REMOÇÕES/DEMOLIÇÕES, TERRAPLENAGEM, PASSEIOS EM CONCRETO E RAMPA DE ACESSIBILIDADE, GUARDA CORPO E CORRIMÃO, E DEMAIS ITENS PREVISTOS COM O CONCOMITANTE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO; - Marca: BALBINOT	Serv.	1,00	0,0000	296.797,45	296.797,45
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>296.797,45</b>

**LOTE: 2****BALBINOT CONSTRUÇOES EIRELI (14543)**

2	LOTE 02: ESTRUTURAS DE CONCRETO, ESTRUTURAS METÁLICAS, ESTRUTURAS EM ALVENARIA, ILUMINAÇÃO GERAL DA PRAÇA, ILUMINAÇÃO DE RAMPA E BANHEIROS, PISOS PALCO E BANHEIROS, FORROS, PISOS EXTERNOS, INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, ESQUADRIAS, DRENAGEM, CHAFARIZ, ACESSIBILIDADE E ACABAMENTOS, E DEMAIS ITENS PREVISTOS, COM O CONCOMITANTE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO. - Marca: BALBINOT	Serv.	1,00	0,0000	820.309,80	820.309,80
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>820.309,80</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>1.117.107,25</b>

Jaborá, 4 de Janeiro de 2022.

PREFEITO MUNICIPAL

# Jaguaruna

## PREFEITURA

### EXTRATO AO CONTRATO Nº 01/2022/PMJ

Publicação Nº 3519337

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E400CD6613D2A9F8AF7030B98C3A762579A5E7ED

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUNA – EXTRATO AO CONTRATO Nº 01/2022/PMJ. OBJETO: "O CONTRATO DE RATEIO TEM POR OBJETO A ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO CONTRATADO. A FINALIDADE É O CUSTEIO DAS DESPESAS DE PESSOAL, CORRENTES E DE CAPITAL DO CONTRATADO, PARA ATENDIMENTO DO TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - TU135/01". O presente instrumento terá vigência a partir da data de assinatura até 31/12/2022. Valor R\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais). CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUNA C.N.P.J nº 82.928.698/0001-74. CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA C.N.P.J nº 12.075.748/0001-32. Lei 8.666/93 e suas demais alterações. Jaguaruna SC, 04 de janeiro de 2022. Laerte Silva dos Santos – Prefeito.

### LEI 2054- ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3520038

LEI Nº 2.054, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAERTE SILVA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, inciso V da Lei Orgânica Municipal,

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

#### Do Orçamento do Município

Art. 1.º O Orçamento Geral do Município de Jaguaruna para o exercício de 2022 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 103.245.380,00 (cento e três milhões, duzentos e quarenta e cinco mil e trezentos e oitenta reais).

#### Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal

Art. 2.º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2022 estima a Receita em R\$ 103.245.380,00 (cento e três milhões, duzentos e quarenta e cinco mil e trezentos e oitenta reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal Municipal em R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e em R\$ 99.245.380,00 (noventa e nove milhões duzentos e quarenta e cinco mil e trezentos e oitenta reais) a Despesa da Prefeitura Municipal.

§ 1.º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1.RECEITAS	103.245.380,00
4.1 RECEITAS CORRENTES	101.384.680,00
4.2 RECEITAS DE CAPITAL	1.860.700,00
TOTAL	103.245.380,00
TOTAL GERL	103.245.380,00

§ 2.º A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02.00 – GABINETE DO PREFEITO	1.579.500,00
03.00 – SECRETARIA MUNIC. DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	13.870.000,00
04.00 – SECRETARIA MUNIC. DA AGRICULTURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E PESCA	1.870.000,00
06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	31.198.350,00
07.00 – SECRETARIA MUNIC. TRANSP. OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	20.762.250,00
08.00 – SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E TURISMO	2.212.500,00
99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
11.00 – FUNDO MUNIC. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE JAGUARUNA	185.000,00
12.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	19.511.400,00
13.00 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.913.380,00
10.00 – SAMAE DE JAGUARUNA	2.313.000,00
01.00 – CAMARA MUNICIPAL DE JAGUARUNA	4.000.000,00
14.00 – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE JAGUARUNA	820.000,00
TOTAL	103.245.380,00
TOTAL GERAL	103.245.380,00

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	4.000.000,00
02 – Judiciária	462.000,00
04 – Administração	14.627.500,00
06 – Segurança Pública	501.500,00
08 – Assistência Social	5.458.380,00
10 – Saúde	19.511.400,00
12 – Educação	31.020.850,00
13 – Cultura	177.500,00
15 – Urbanismo	10.054.500,00
17 – Saneamento	2.313.000,00
18 – Gestão Ambiental	820.000,00
20 – Agricultura	1.870.000,00
23 – Comércio e Serviços	1.250.000,00
25 – Energia	3.056.250,00
26 – Transporte	7.150.000,00
27 – Desporto e Lazer	962.500,00
99 – Reserva de Contingência	10.000,00
TOTAL	103.245.380,00
TOTAL GERAL	103.245.380,00

## III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31 – Ação Legislativa	4.000.000,00
61 – Ação Judiciária	462.000,00
122 – Administração Geral	13.162.500,00
129 – Administração de Receitas	1.355.000,00
131 – Comunicação Social	110.000,00
181 – Policiamento	455.500,00
182 – Defesa Civil	46.000,00
243 – Assistência a Criança e ao Adolescente	545.000,00
244 – Assistência Comunitária	4.913.380,00
301 – Atenção Básica	14.260.700,00
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.030.100,00
303 – Suporte Profilático e Terapêutico	520.500,00
304 – Vigilância Sanitária	409.500,00
305 – Vigilância Epidemiológica	290.600,00
306 – Alimentação e Nutrição	924.350,00



361 – Ensino Fundamental	22.834.000,00
362 – Ensino Médio	362.000,00
364 – Ensino Superior	500.000,00
365 – Educação Infantil	6.250.000,00
366 – Educação de Jovens e Adultos	150.500,00
392 – Difusão Cultural	177.500,00
451 – Infra-Estrutura Urbana	5.500.000,00
452 – Serviços Urbanos	4.554.500,00
512 – Saneamento Básico Urbano	2.313.000,00
541 – Preservação e Conservação Ambiental	820.000,00
606 – Extensão Rural	1.870.000,00
695 – Turismo	1.250.000,00
752 – Energia Elétrica	3.056.250,00
782 – Transporte Rodoviário	7.150.000,00
813 – Lazer	962.500,00
999 – Reserva de Contingência	10.000,00
TOTAL	103.245.380,00
TOTAL GERAL	103.245.380,00

## IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1 – GESTÃO LEGISLATIVA	4.000.000,00
10 – SAÚDE	19.511.400,00
11 – GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.194.780,00
12 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.915.000,00
13 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.803.600,00
14 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	185.000,00
15 – AVANÇANDO EM QUALIDADE PARA O SANEAMENTO BÁSICO	2.313.000,00
16 – MEIO AMBIENTE	820.000,00
2 – GESTÃO ADMINISTRATIVA	15.089.500,00
3 – EDUCAÇÃO	31.020.850,00
4 – ESPORTE, LAZER E TURISMO PARA TODOS	2.212.500,00
5 – ATIVIDADES DE UTILIDADE PÚBLICA	8.112.250,00
6 – TRABALHO, TRANSPARÊNCIA E PROGRESSO	12.650.000,00
7 – EXTENSÃO RURAL E PESCA	1.870.000,00
8 – DIFUSÃO CULTURAL	177.500,00
9 – CONSELHO TUTELAR	360.000,00
9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL	103.245.380,00
TOTAL GERAL	103.245.380,00

## V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	83.444.980,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.367.700,00
3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	55.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.022.280,00
DESPESAS DE CAPITAL	19.790.400,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	17.280.400,00
4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.510.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL	103.245.380,00
TOTAL GERAL	103.245.380,00

## Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jaguaruna

Art. 3.º O Orçamento da Entidade Prefeitura Municipal de Jaguaruna para o exercício de 2022 estima a Receita em R\$ 92.675.200,00 (noventa e dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e duzentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 71.502.600,00 (setenta e um milhões, quinhentos e dois mil e seiscentos reais).

§ 1.º A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	92.675.200,00
4.1 – RECEITAS CORRENTES	92.675.200,00
TOTAL	92.675.200,00
TOTAL GERAL	92.675.200,00

§ 2.º A despesa da entidade Prefeitura Municipal de Jaguaruna será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

02 – Judiciária	462.000,00
04 – Administração	14.627.500,00
06 – Segurança Pública	501.500,00
08 – Assistência Social	360.000,00
12 – Educação	31.020.850,00
13 – Cultura	177.500,00
15 – Urbanismo	10.054.500,00
20 – Agricultura	1.870.000,00
23 – Comércio e Serviços	1.250.000,00
25 – Energia	3.056.250,00
26 – Transporte	7.150.000,00
27 – Desporto e Lazer	962.500,00
99 – Reserva de Contingência	10.000,00
TOTAL	71.502.600,00
TOTAL GERAL	71.502.600,00

## V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	54.907.850,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.190.500,00
3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.667.350,00
DESPESAS DE CAPITAL	16.584.750,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	14.084.750,00
4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.500.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL	71.502.600,00
TOTAL	71.502.600,00

## Do Orçamento do FUNDO MUNIC DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 4.º O Orçamento da Entidade Fundo Munic Direitos da Criança e do Adolescente para o exercício de 2022 estima as Receitas em R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais).

§ 1.º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	10.500,00
4.1 - RECEITAS CORRENTES	10.500,00
TOTAL	10.500,00
TOTAL GERAL	10.500,00

§ 2.º A despesa da Entidade Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaguaruna será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 – Assistência Social	185.000,00
TOTAL	185.000,00
TOTAL GERAL	185.000,00

## V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	175.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	175.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	10.000,00
TOTAL	185.000,00
TOTAL GERAL	185.000,00

## Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAGUARUNA

Art. 5.º O Orçamento da Entidade Fundo Municipal De Saúde de Jaguaruna para o exercício de 2022 estima a Receita em R\$ 6.751.800,00 (seis milhões, setecentos e cinquenta e um mil e oitocentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 19.511.400,00 (dezenove milhões, quinhentos e onze mil e quatrocentos reais).

§ 1.º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	6.751.800,00
4.1 - RECEITAS CORRENTES	5.181.100,00
4.2 - RECEITAS DE CAPITAL	1.570.700,00
TOTAL	6.751.800,00
TOTAL GERAL	6.751.800,00

§ 2.º A despesa da Entidade Fundo Municipal de Saúde de Jaguaruna será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 – Saúde	19.511.400,00
TOTAL	19.511.400,00
TOTAL GERAL	19.511.400,00

## V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	18.129.850,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.590.400,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.539.450,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.381.550,00
4.4.INVESTIMENTOS	1.381.550,00
TOTAL	19.511.400,00
TOTAL GERAL	19.511.400,00

## Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAGUARUNA

Art. 6.º O Orçamento da Entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Jaguaruna para o exercício de 2022 estima a Receita em R\$ 1.253.880,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e três mil e oitocentos e oitenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 4.913.380,00 (quatro milhões, novecentos e treze mil e trezentos e oitenta reais).

§ 1.º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	1.253.880,00
4.1 - RECEITAS CORRENTES	963.880,00
4.2 – RECEITAS DE CAPITAL	290.000,00
TOTAL	1.253.880,00
TOTAL GERAL	1.253.880,00

§ 2.º A despesa da Entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Jaguaruna será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 – Assistência Social	4.913.380,00
TOTAL	4.913.380,00
TOTAL GERAL	4.913.380,00

## V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	3.716.680,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.296.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.420.180,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.196.700,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	1.196.700,00
TOTAL	4.913.380,00
TOTAL GERAL	4.913.380,00

## Do Orçamento do SAMAE DE JAGUARUNA

Art. 7.º O Orçamento da Entidade SAMAE de Jaguaruna para o exercício de 2022 estima a Receita em R\$ 2.313.000,00 (dois milhões, trezentos e treze mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.313.000,00 (dois milhões, trezentos e treze mil reais).

§ 1.º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	2.313.000,00
4.1 – RECEITAS CORRENTES	2.313.000,00
TOTAL	2.313.000,00
TOTAL GERAL	2.313.000,00

§ 2.º A despesa da Entidade SAMAE de Jaguaruna será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

17 – Saneamento	2.313.000,00
TOTAL	2.313.000,00
TOTAL GERAL	2.313.000,00

## V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	2.045.600,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	920.300,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00
3.3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.120.300,00
DESPESAS DE CAPITAL	267.400,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	257.400,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10.000,00
TOTAL	2.313.000,00
TOTAL GERAL	2.313.000,00

## Do Orçamento DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARUNA

Art. 8.º O Orçamento da Entidade Câmara Municipal de Jaguaruna para o exercício de 2022 estima as Transferências Financeiras em R\$ 4.000.000,00 e fixa as Despesas em R\$ 4.000.000,00.

§ 1.º A despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

§ 2.º A despesa da Entidade Câmara Municipal de Jaguaruna será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	4.000.000,00
TOTAL	4.000.000,00
TOTAL GERAL	4.000.000,00

## V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	3.700.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.800.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	900.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	300.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	300.000,00
TOTAL	4.000.000,00
TOTAL GERAL	4.000.000,00

## Do Orçamento do INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE JAGUARUNA

Art. 9.º O Orçamento da Entidade Instituto do Meio Ambiente de Jaguaruna para o exercício de 2022 estima a Receita em R\$ 241.000,00 e fixa as Despesas em R\$ 820.000,00.

§ 1.º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	241.000,00
4.2 – RECEITAS CORRENTES	241.000,00
TOTAL	241.000,00
TOTAL GERAL	241.000,00

§ 2.º A despesa da Entidade Instituto do Meio Ambiente de Jaguaruna será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18 – Gestão Ambiental	820.000,00
TOTAL	820.000,00
TOTAL GERAL	820.000,00

## V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	770.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	570.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	50000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	50000,00
TOTAL	820.000,00
TOTAL GERAL	820.000,00

Art. 10. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUNA  
RESERVA DE CONTINGÊNCIA 10.000,00  
9.9.00.00.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA 10.000,00  
TOTAL 10.000,00

Parágrafo único. A utilização dos recursos de reserva de contingência será feita por ato do chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

Art. 11. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações e recursos na forma da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.

Art. 12. O Executivo poderá abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita estimada para o Orçamento de cada uma das Unidades Gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – Anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

### III – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 13. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinárias só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 14. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 15. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 16. Durante o exercício de 2019 o Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 17. Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o executivo municipal poderá assumir custeio de competência de outros Entes da Federação.

Art. 18. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 19. A presente lei vigorará durante o exercício de 2022, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Jaguaruna, 22 de dezembro de 2021.

LAERTE SILVA DOS SANTOS  
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se.

DANTE MARIGA DE TAUNAY GENTIL  
SECRETÁRIO DE GOVERNO

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 15.690/2021

Publicação Nº 3521246

D E C R E T O Nº 15.690/2022

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.932/2021, de 13/12/2021, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.932/2021, de 13 de dezembro de 2021,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 19.292.156,72 (Dezenove milhões, duzentos e noventa e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.001 - ADMINISTRAÇÃO

15.001.10.122.300.2.650 - Manutenção das atividades do consórcio intermunicipal de saúde

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.001.1 3.1.71 - Transferência a Consórcios Públicos

0.3.02.0002 - SF - Receitas Impostos e

Transferências Impostos - Saúde R\$ 572,72

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.001.2 3.3.71 - Transferências a Consórcios Públicos

0.3.02.0002 - SF - Receitas Impostos e

Transferências Impostos - Saúde R\$ 259,72

15.001.3 3.3.72 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos

0.3.02.0002 - SF - Receitas Impostos e

Transferências Impostos - Saúde R\$ 7.792,08

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de recursos

financeiros à entidades - Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.003.37 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

0.3.02.0002 - SF - Receitas Impostos e

Transferências Impostos - Saúde R\$ 15.604.532,20

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.003.38 4.4.50 - Transferências a Instituições Privadas

s/ Fins Lucrativos

0.3.02.0002 - SF - Receitas Impostos e

Transferências Impostos - Saúde R\$ 979.000,00

15.003.10.302.753.2.705 - Manutenção das atividades de média e alta complexidade - MAC

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.003.43 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.3.02.0002 - SF - Receitas Impostos e

Transferências Impostos - Saúde R\$ 2.700.000,00

TOTAL R\$ 19.292.156,72

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2021, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados às Receitas Impostos e Transferências Impostos - Saúde, no valor de R\$ 19.292.156,72 (Dezenove milhões, duzentos e noventa e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 03 de janeiro de 2022

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito



**DECRETO Nº 15.691/2021**

Publicação Nº 3521394

**D E C R E T O Nº 15.691/2022**

Designa Comissão Permanente de Licitação na Modalidade Pregão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal, e na Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27 de maio de 2005, alterada pelas Leis Municipais Nº s 7.079/2015, de 17/07/2015; 7.384/2017, de 24/05/2017; e 8.142/2019, de 31/10/2019, para atender as exigências da Lei Federal Nº 8.666/93; e;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 524/2021/SEMASH, de 22/12/2021, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação,

DECRETA :

Art.1º FICAM DESIGNADOS os servidores públicos municipais abaixo relacionados para constituir COMISSÃO para as modalidades licitatórias denominadas PREGÃO PRESENCIAL e PREGÃO ELETRÔNICO, do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), na seguinte forma:

I - Pregoeiro:

EDSON WILLIAN PIOTTO, matrícula 9677

II - Equipe de Apoio:

LUANA MURARA RODRIGUES, matrícula 82233

DENISE ABELINO NIELS, matrícula 7288.

Art.2º O mandato dos servidores ora designados é por prazo indeterminado.

Art.3º FICA CONCEDIDO a cada membro da Comissão de que trata o caput do artigo 1º, deste Decreto, um adicional de trabalho técnico correspondente a 3,50 (três vírgula cinquenta) UPM`s (Unidades Padrão Municipal) para o Presidente e de 1,75 (um vírgula setenta e cinco) UPM`s (Unidades Padrão Municipal) para cada um dos demais membros, na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e alterações, vedada a percepção de forma cumulada.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Municipal nº 14.838/2021, de 17 de março de 2021.

Jaraguá do Sul, 04 de janeiro de 2022.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 15.692/2021**

Publicação Nº 3521395

**D E C R E T O Nº 15.692/2022**

Designa Comissão Permanente de Licitações do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal, e na Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, alterada pelas Leis Municipais Nº s 7.079/2015, de 17/07/2015, 7.384/2017, de 24/05/2017, e 8.142/2019, de 31/10/2019, para atender as exigências da Lei Federal Nº 8.666/93; e;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 524/2021/SEMASH, de 22/12/2021, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação,

DECRETA :

Art.1º FICAM DESIGNADOS os servidores públicos municipais Sergio Felipe dos Santos, Matrícula 8916; Sônia Duarte, Matrícula 8752 e Girlei Campestri, Matrícula 7684, para, sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS), pelo período de 03 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente, por força do §4º, do artigo 51, da Lei Federal Nº 8.666/93.

§ 1º Para os casos de ausências e impedimentos do Presidente e/ou membros, a substituta será a servidora pública municipal Crislaine Karolina Herzer Ferrari, Matrícula 82121.

§ 2º Caberá à Comissão Permanente de Licitações ora designada a condução dos processos administrativos de licitação, dos processos de dispensa de licitação e de inexigibilidade de licitação, exceto quando houver necessidade de designação de Comissão Especial, face a especificidade do objeto da licitação.

Art. 2º FICA CONCEDIDO, a partir de 03/01/2022, a cada membro da Comissão de que trata o caput do artigo 1º, deste Decreto, um

adicional de trabalho técnico correspondente a 3,50 (três vírgula cinquenta) UPM`s (Unidades Padrão Municipal) para o Presidente e a 1,75 (hum vírgula setenta e cinco) UPM`s (Unidades Padrão Municipal) para cada um dos demais membros, na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e alterações, vedada a percepção de forma cumulada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Municipal nº 14.659/2021, de 12 de fevereiro de 2021.

Jaraguá do Sul, 04 de janeiro de 2022.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 15.693/2021

Publicação Nº 3521396

D E C R E T O Nº 15.693/2022

Designa Comissão Permanente de Licitações do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 26, do Decreto Municipal Nº 11.528/2017, de 15/09/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 14.633/2021, de 08/02/2021; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 001/2022/SEMASH, de 03/01/2022, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação,

DECRETA :

Art.1º Ficam designadas as servidoras públicas municipais para atuarem como GESTORAS DE PARCERIAS a serem firmadas entre a Administração Municipal ou entes da Administração Indireta com as Organizações da Sociedade Civil, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, conforme dispõe a Lei Federal Nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal Nº 13.204/2015, c/c o Decreto Municipal Nº 11.528/2017, de 15/09/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 14.633/2021, de 08/02/2021:

Gestora de Parcerias: Luana Murara Rodrigues, matrícula 82233;

1ª Suplente: Caroline Lanquevicz Barabax, matrícula 82232;

2ª Suplente: Sônia Duarte, matrícula 8752.

Art. 2º As atividades desenvolvidas na forma deste Decreto são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Municipal Nº 14.712/2021, de 22 de fevereiro de 2021.

Jaraguá do Sul, 04 de janeiro de 2022.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO 367/2021

Publicação Nº 3521254

### EXTRATO DO CONTRATO 367/2021

Processo: Pregão Presencial nº 154/2021; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Vega Brasil Indústria e Comércio Ltda.; Objeto: AQUISIÇÃO SENSOR DE RADAR COM FIO DE MEDIÇÃO CONTÍNUA DE NÍVEL; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 191.400,00 (cento e noventa e um mil e quatrocentos reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Dotação orçamentária: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas do objeto deste contrato correrão por conta do Orçamento de 2021, como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.003.17.122.0300.4402	Manutenção Patrimonial - Samae	3.3.90 - Aplicações Diretas	44	Próprios
25.002.17.122.0300.4402	Manutenção Patrimonial - Samae	3.3.90 - Aplicações Diretas	24	Próprios

Data da assinatura: 20/12/2021; Prazo de Fornecimento: Até 30 (trinta) dias após Autorização de Fornecimento; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Vitor Simi Sabadin.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - Samae

**SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO 378/2021**

Publicação N° 3521255

**EXTRATO DO CONTRATO 378/2021**

Processo: Tomada de Preços nº 081/2021; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Ideal Ambiental Serviços de Engenharia Ltda.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO AMBIENTAL; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 22.260,00 (vinte dois mil, duzentos e sessenta reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Dotação orçamentária: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas do objeto deste contrato correrão por conta do Orçamento de 2021, como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.003.17.512.1400.4406	Manutenção das atividades técnicas e operacionais.	3.3.90. - Aplicações Diretas	58	Próprios

Data da assinatura: 21/12/2021; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2021; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Luiz Guilherme Grein Vieira.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - Samae

# Jardinópolis

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 01/2022 PROCESSO LICITATÓRIO N° 01/2022

Publicação N° 3520872

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D75EEB067A4F7BFED7F46A851D351D5B2782E6AC

Estado de Santa Catarina
Município de Jardinópolis – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. N° 01/2022.
PREGÃO PRESECIAL REGISTRO DE PREÇOS N° 01/2022.
Tipo: Menor preço – POR ITEM.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA POSSÍVEL FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PARA O PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR DO ANO DE 2022.
Entrega dos Envelopes: 08:00hs do dia 01 de fevereiro de 2022.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs do dia 01 de fevereiro de 2022.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: pelo SITE <a href="http://www.jardinopolis.sc.gov.br">www.jardinopolis.sc.gov.br</a> ou <a href="http://jardinopolis.atende.net">jardinopolis.atende.net</a> ou Prefeitura de Jardinópolis localizada na Avenida Getúlio Vargas, 815, nos dias úteis, das Segundas à Sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3337-0004.
Jardinópolis, 04 de janeiro de 2022
MAURO FRANCISCO RISSO PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 02/2022 PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2022

Publicação N° 3520879

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1924DD230A85CE4BB2ACCEA9C686CC9B8886E55F

Estado de Santa Catarina
Município de Jardinópolis – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. N° 02/2022.
PREGÃO PRESECIAL REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2022.
Tipo: Menor preço – POR ITEM.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FUTURO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, CONFORME CONTROLE EM CADA DEPARTAMENTO.
Entrega dos Envelopes: 08:00hs do dia 25 de janeiro de 2022.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs do dia 25 de janeiro de 2022.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: pelo SITE <a href="http://www.jardinopolis.sc.gov.br">www.jardinopolis.sc.gov.br</a> ou <a href="http://jardinopolis.atende.net">jardinopolis.atende.net</a> ou Prefeitura de Jardinópolis localizada na Avenida Getúlio Vargas, 815, nos dias úteis, das Segundas à Sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3337-0004.
Jardinópolis, 04 de janeiro de 2022
MAURO FRANCISCO RISSO PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO NO 6.012/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521303

DECRETO Nº 6.012/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 5.898/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando que a restrição imposta pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no Ofício Circular nº DGCE/DAP/00007/2021 e nas disposições constantes na Lei Complementar Federal nº 173/2021, referente a vedação da concessão da revisão geral anual aos servidores públicos municipais, expirou-se na data de 31 de dezembro de 2021;

Considerando que o Poder Legislativo Municipal não deliberou sobre a matéria – Projetos de Lei Complementar nº 004/2021, nº 005/20021 e nº 006/2021, sendo que todos encontram-se pendentes de análise pelo órgão;

DECRETA:

Art.1º - Fica revogado o Decreto nº 5.898/2021, de 21 de julho de 2021, que concedeu efeito suspensivo as Leis complementar Municipal nº 94/2021, nº 95/2021 e nº 96/2021.

Art. 2º- Com efeito, voltam a vigorar as disposições constantes nas Leis Complementar Municipal n.º 94/2021, de 18 de março de 2021, nº 95/2021, de 18 de março de 2021 e nº 96/2021, de 18 de março de 2021, que Dispõe sobre a revisão geral anual dos servidores públicos Municipais dos poderes Executivo e Legislativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 01 de janeiro de 2022.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 dias do mês de janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra

NILSON JOSÉ ZATTI  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 001/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521304

PORTARIA Nº 001/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal ADRIANA GOMES OSTROWSKI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora de Projetos, 20 horas semanais, matrícula nº 021.228-8/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 18/02/2020 a 17/02/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 002/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521305

PORTARIA Nº 002/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal ARQUIMEDES CAPRINI, ocupante do cargo de provimento em Agente Político de Secretário Municipal, 40 horas semanal, matrícula nº 021.288-1/2, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 02/02/2021 a 01/01/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 003/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521306

PORTARIA Nº 003/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal DIANA MARINS SKOWRONSKI, ocupante do cargo de provimento em Caráter Temporário de Professor de Séries Iniciais, 20 horas semanais, matrícula nº 021.442/6-2, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 10/03/2021 a 09/03/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 004/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521307

PORTARIA Nº 04/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal EDEVANDRA BOLLIS FROZZA, ocupante do cargo de provimento em Caráter Temporário de Professor de Series iniciais, 20 horas semanais, matrícula nº 021.479-5/9, para serem gozadas no período de 02/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 10/03/2022 a 09/03/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 005/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521308

PORTARIA Nº 05/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal IVETE FÁTIMA BRUSTOLIN, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, 40 horas semanais, matrícula nº 021.324-1/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2021.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 03/11/2020 a 02/11/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.



**PORTARIA Nº 006/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521309

PORTARIA Nº 06/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal ELENA LOVATTO PIXININ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor de Creche, 40 horas semanais, matrícula nº 021.458-2/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2021, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2021.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/11/2020 a 31/10/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 007/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521310

PORTARIA Nº 07/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal JOSÉ LUIZ BOENO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, 40 horas semanais, matrícula nº 021.480-9/2, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 02//02/2021 a 01/02/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 008/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521311

PORTARIA Nº 08/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal JÉSSICA CECATTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor de Creche, 40 horas semanais, matrícula nº 021.462-0/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/11/2020 a 31/10/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2021.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 009/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521312

PORTARIA Nº 09/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal SANDRA CARPENEDO KOTTWITZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, matrícula nº 004.686-8/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/07/2018 a 30/06/2019.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 010/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521313

PORTARIA Nº 010/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal FABIANE ENDERLE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, 20 horas semanais, matrícula nº 021.351-9/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01//04/2020 a 31/03/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 011/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521314

PORTARIA Nº 011/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal EDEVANDRA BOLLIS FROZZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, 20 horas semanais, matrícula nº 021.352-7/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01//04/2020 a 31/03/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 012/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521315

PORTARIA Nº 012/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal EVANDRA K.GARCIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Pré-escolar, 40 horas semanais, matrícula nº 003.415-01, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 10//04/2020 a 09/04/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 013/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521316

PORTARIA Nº 013/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal ELIZETE BORTOLOTTTO FARFUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Controle Interno, 40 horas semanais, matrícula nº 003.703-6/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 02//10/2020 a 01/10/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 014/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521317

PORTARIA Nº 014/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal CATIA APARECIDA ANGONESE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, matrícula nº 002.123-7/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2021, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2021.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 31/05/2020 a 30/05/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 015/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521318

PORTARIA Nº 015/21 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal CRISCIANI SEBEM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, 40 horas semanais, matrícula nº 021.181-8/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 02/05/2020 a 01/05/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 016/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521319

PORTARIA Nº 016/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal ADRIANE CABRAL FAVIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, 20 horas semanais, matrícula nº 021.350-0/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/04/2020 a 31/03/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 017/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521320

PORTARIA Nº 017/21 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal ADRIANA ROBERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, matrícula nº 003.221-2/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2021, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2021.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/03/2020 a 28/02/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 018/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521321

PORTARIA Nº 018/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal IVANI MOTERLE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil 20 horas semanais, matrícula nº 021.439-6/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 15/02/2021 a 14/02/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 019/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521322

PORTARIA Nº 019/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal ADILSON LUIZ MARIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Ambulância, 40 horas semanais, matrícula nº 004.162-9/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/08/2020 a 31/07/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.



**PORTARIA Nº 020/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521323

PORTARIA Nº 020/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal ALDAIR LUIZ HOCCHMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, 40 horas semanais, matrícula nº 000.469-3/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 21/01/2020 a 20/01/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 021/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521324

PORTARIA Nº 021/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal ALEX SANDRO BALEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física, 20 horas semanais, matrícula nº 021.451-5/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 14/03/2021 a 13/03/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 022/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521325

PORTARIA Nº 022/22DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

**RESOLVE:**

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal IVANILDE MOTERLE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, matrícula nº 021.434-5/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 05/02/2021 a 04/02/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 023/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521327

PORTARIA Nº 023/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

**RESOLVE:**

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal GILBERTO PAVAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, 40 horas semanais, matrícula nº 004.706.-6/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 05/04/2020 a 04/04/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 024/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521328

PORTARIA Nº 024/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal RONALDO LUIZ TESSARO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Inglês, 20 horas semanais, matrícula nº 021.492-2/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 29/07/2020 a 28/07/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 025/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521329

PORTARIA Nº 025/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal IVANILDE MOTERLE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, 20 horas semanais, matrícula nº 021.357-8/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 02/05/2020 a 01/05/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 026/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521330

PORTARIA Nº 026/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal ISABETE NADALETTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, 40 horas semanais, matrícula nº 021.145-1/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 02/05/2020 a 01/05/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 027/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521331

PORTARIA Nº 027/22 DE 04/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal JOESSI C. HOCHMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Física, 40 horas semanais, matrícula nº 004.010-0/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 22/02/2021 a 21/02/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 028/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521332

PORTARIA Nº 028/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal JONES BALEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, 40 horas semanais, matrícula nº 002.118-0/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 14/02/2020 a 13/02/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 029/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521333

PORTARIA Nº 029/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal JANETE PAVAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, matrícula nº 004.690-6/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/09/2020 a 31/08/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 030/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521334

PORTARIA Nº 030/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal JUREMA CALDERAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, matrícula nº 004.688-4/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/09/2020 a 31/08/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 031/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521335

PORTARIA Nº 031/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal LOIVA CARPENEDO DE MATTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, matrícula nº 004.687-6/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/09/2020 a 31/08/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 032/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521336

PORTARIA Nº 032/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal JUSARA T. CASTALDELLO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Fazendários, 40 horas semanais, matrícula nº 003.918-7/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2021, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/08/2019 a 31/07/2020.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 033/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521337

PORTARIA Nº 033/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal GLAUCIA CLENY ZILLOTTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, 40 horas semanais, matrícula nº 021.275-0/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/01/2019 a 31/12/2019.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.



**PORTARIA Nº 034/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521338

PORTARIA Nº 034/22 DE 04/01/2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal KELLER PROVIN, ocupante do cargo de provimento em Caráter Temporário de Professor de Series iniciais, 40 horas semanais, matrícula nº 021.503-1/4, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 05/04/2021 a 04/04/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 035/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521339

PORTARIA Nº 035/21 DE 04/01/2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal MARITA MARIA KLASSMANN DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, 40 horas semanais, matrícula nº 021.513-2/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2021, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 17/03/2021 a 16/03/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 036/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521340

PORTARIA Nº 036/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal ADELIR PROVIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, 40 horas semanais, matrícula nº 004.309-5/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 15/02/2021 a 14/02/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 037/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521341

PORTARIA Nº 037/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal CRISTINA GREGOLIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor de Creche, 40 horas semanais, matrícula nº 021.429-9/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 05/02/2021 a 04/02/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 038/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521342

PORTARIA Nº 038/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal ANDREIA DE OLIVEIRA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Assessora Especial 40 horas semanais, matrícula nº 021.513-5/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 05/04/2021 a 04/04/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 039/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521343

PORTARIA Nº 039/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal VANIA SOLETTI CITADELLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, 20 horas semanais, matrícula nº 002.102-4/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2021, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 14/02/2020 a 13/02/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 040/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521344

PORTARIA Nº 040/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal VANIA SOLETTI CITADELLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, 20 horas semanais, matrícula nº 002.102-4/2, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 10/04/2020 a 09/04/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 041/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521345

PORTARIA Nº 041/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal REJANE B. G. MARTINELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista, 40 horas semanais, matrícula nº 021.183-4/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 02/05/2020 a 01/05/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 042/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521347

PORTARIA Nº 042/22 DE 03/01/2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal ROVALDO KLASSMANN ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Tributação, 40 horas semanais, matrícula nº 004.703-1/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/03/2020 a 28/02/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 043/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521348

PORTARIA Nº 043/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal TANIA RESTELATTO ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, 40 horas semanais, matrícula nº 021.129-0/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2021, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 07/02/2021 a 06/02/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 044/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521349

PORTARIA Nº 044/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal ROSICLÉIA M. ZUCHINALLI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, 40 horas semanais, matrícula nº 003.001-5/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 17/12/2020 a 16/12/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 045/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521350

PORTARIA Nº 045/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal MARGARETE ALBERTI FRIZON ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, 20 horas semanais, matrícula nº 002.139-3/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 16/05/2020 a 15/05/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 046/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521351

PORTARIA Nº 046/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal MARGARETE ALBERTI FRIZON ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, 20 horas semanais, matrícula nº 002.139-3/2, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 10/04/2020 a 09/04/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 047/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521352

PORTARIA Nº 047/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal MARIZETE MOTERLE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor de Creche, 40 horas semanais, matrícula nº 021.430-2/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 05/02/2021 a 04/02/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.



**PORTARIA Nº 048/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521353

PORTARIA Nº 048/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal EDELCEI MINGOTTI ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil 20 horas semanais, matrícula nº 021.486-8/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 26/06/2019 a 25/06/2020.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 049/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521354

PORTARIA Nº 049/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal MARIVONE PIXININ ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Artes 40 horas semanal, matrícula nº 021.127-3/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 07/02/2020 a 06/02/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 050/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521355

PORTARIA Nº 050/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal LIDIANE CABRAL ALVES ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, 40 horas semanais, matrícula nº 021.249-0/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 12/07/2020 a 11/07/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
01 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 051/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521356

PORTARIA Nº 051/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal JACI LUIZ CREMONINI ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Ambulância, 40 horas semanal, matrícula nº 003.588-2/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/04/2020 a 31/03/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 052/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521357

PORTARIA Nº 052/21 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal ADRIANE CABRAL FAVIN ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, matrícula nº 021.461-2/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/11/2020 a 31/10/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 053/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521358

PORTARIA Nº 053/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal OLGA DE FAVERI ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, matrícula nº 001.161-4/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 11/03/2020 a 10/03/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 054/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521360

PORTARIA Nº 054/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal JOANA DO NASCIMENTO ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, 40 horas semanais, matrícula nº 021.148-6/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 18/05/2020 a 17/05/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 055/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521361

PORTARIA Nº 055/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal MARLI MARIA DETONI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Programas, 40 horas semanal, matrícula nº 021.229-6/2, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 05/04/2021 a 04/04/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 056/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521362

PORTARIA Nº 056/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal EDILES PROVENSE MARIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, 40 horas semanal, matrícula nº 021.500-7/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 31/01/2021 a 30/01/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 057/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521363

PORTARIA Nº 057/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal SUSAMARA MORASKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, 40 horas semanal, matrícula nº 021.500-7/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 10/01/2021 a 09/01/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 058/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521364

PORTARIA Nº 058/21 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal ELENICE CORREIA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Chefe de Setor 40 horas semanal, matrícula nº 021.513-0/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 17/03/2021 a 16/03/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 059/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521365

PORTARIA Nº 059/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal MARGARET MARMENTINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Tributário, 40 horas semanal, matrícula nº 021.435-3/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 03/03/2020 a 02/03/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 060/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521366

PORTARIA Nº 060/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal MARIA MARGARETE P. E MORAIS, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Programas, 40 horas semanal, matrícula nº 021.217-2/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 14/02/2020 a 13/02/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 061/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521367

PORTARIA Nº 061/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal RUBIA CRISTINA MOTERLE, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora de Assuntos Comunitários, 40 horas semanal, matrícula nº 021.426-4/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 05/02/2020 a 04/02/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.



**PORTARIA Nº 062/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521368

PORTARIA Nº 062/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal MARIZA COLETTI TEIXEIRA, ocupante do cargo de provimento Agente Político de Conselheira Tutelar, 20 horas semanal, matrícula nº 021.495-7/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 10/01/2021 a 09/01/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 063/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521370

PORTARIA Nº 063/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal VALMIR FAVIN, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Assessor de Assuntos Comunitários, 40 horas semanal, matrícula nº 021.444-2/5, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 10/03/2021 a 09/03/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 064/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521371

PORTARIA Nº 064/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal FERNANDO ANTONIO BEVILACQUA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Veterinário, 40 horas semanal, matrícula nº 021.186-9/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 02/05/2020 a 01/05/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 065/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521374

PORTARIA Nº 065/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal NADIR CARDOSO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Assessor de Secretaria, 40 horas semanal, matrícula nº 003.682-0/3, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02 de Fevereiro de 2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 05/04/2021 a 04/04/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 de Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 066/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521375

PORTARIA Nº 066/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal CLEBER DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, 40 horas semanal, matrícula nº. 021.187-7/1, para serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/05/2018 a 30/04/2019.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 067/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2025**

Publicação Nº 3521376

PORTARIA Nº 067/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal VANICLER CAPRINI, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Chefe de Setor, 40 horas semanal, matrícula nº. 021.244-0/2, para serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 17/03/2021 a 16/03/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 068/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521377

PORTARIA Nº 068/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora pública municipal LAYANNA PICCININ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, 40 horas semanal, matrícula nº. 021.489-2/1, para serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/07/2019 a 30/06/2020.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 069/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521378

PORTARIA Nº 069/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal VANAMAR SALETE CAPRINI, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Diretora de Projetos 20 horas semanal, matrícula nº. 021.513-3/1, para serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 15/03/2021 a 14/03/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 070/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521379

PORTARIA Nº 070/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal TAIS APARECIDA KUREKE, ocupante do cargo de provimento em Caráter temporário de Nutricionista 30 horas semanal, matrícula nº. 021.512-8/1, para serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 09/03/2021 a 08/03/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 071/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521380

PORTARIA Nº 067/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal EVANDRO LUIZ SERRAGLIO, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Diretor de Departamento, 40 horas semanal, matrícula nº. 021.247/1-6, para serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/03/2021 a 28/02/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 072/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521381

PORTARIA Nº 072/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal CATIANE BACHI, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Diretora de Departamento 40 horas semanal, matrícula nº. 021.220-2/2, para serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 05/04/2021 a 04/04/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,

03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.

Prefeito Municipal.

1

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.

Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 073/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521383

PORTARIA Nº 073/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal ARIBERTO PICCININ ocupante do cargo de provimento em Comissão de Diretor de Projetos 40 horas semanal, matrícula nº. 021.408-6/0, para serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 17/08/2020 a 16/08/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,

03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.

Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.

Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 074/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521384

PORTARIA Nº 074/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal NECIO VIEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Chefe de Programas 40 horas semanal, matrícula nº. 021.466-3/4, para serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/03/2021 a 28/02/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 075/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521385

PORTARIA Nº 075/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal IDA CREMONINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais 40 horas semanal, matrícula nº. 003.200-0/1, para serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/03/2021 a 28/02/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.



**PORTARIA Nº 076/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521386

PORTARIA Nº 076/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal IDIOMAR JOSÉ TESSARO, ocupante do cargo de provimento em efetivo de Assessor de Comunicação 40 horas semanal, matrícula nº. 021.185-0/1, para serem gozadas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 02/05/2019 a 01/05/2020.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 077/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521387

PORTARIA Nº 077/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal AMIR PIXININ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista 40 horas semanal, matrícula nº nº. 003.368-5/1, para serem gozadas no período de 03/01 A 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 18/02/2021 a 17/02/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 078/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521388

PORTARIA Nº 078/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal ROSICLEIA DE OLIVEIRA GONÇALVES BUENO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora de Assuntos comunitários 40 horas semanal, matrícula nº. 021.417-5/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 06/10/2020 a 05/10/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 079/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521389

PORTARIA Nº 079/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal JUSARA VANICE AMANN HACKENHAAR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social 40 horas semanal, matrícula nº. 021.436-1/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 06/02/2019 a 05/02/2020.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2021.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 080/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521390

PORTARIA Nº 080/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal MARINES MOTERLE DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento em Agente Político de Conselheira Tutelar 20 horas semanal, matrícula nº. 021.496-5/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 10/01/2020 a 09/01/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 081/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521391

PORTARIA Nº 081/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal DAIANE CRISTINA TAVARES DE MATTOS, ocupante do cargo de provimento em Agente Político de Conselheira Tutelar 40 horas semanal, matrícula nº. 021.498-1/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 10/01/2021 a 09/01/2022.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 082/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521392

PORTARIA Nº 082/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal JAIR PROVIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas 40 horas semanal, matrícula nº. 003.242-5/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/03/2020 a 28/02/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

**PORTARIA Nº 083/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521393

PORTARIA Nº 083/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 71, IV, XXIV, e o Art. 60 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

01 - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal FRANCIELI FAVARETTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde 40 horas semanal, matrícula nº. 004.691-4/1, para serem gozadas no período de 03/01 a 01/02/2022, devendo retornar a suas funções em 02/02/2022.

02 - As férias ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/09/2020 a 31/08/2021.

03 - Para fazer frente às despesas da aplicação da presente, Portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

04 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

05 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC,  
03 Janeiro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO.  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

# Joaçaba

## PREFEITURA

### CONTRATO 03/2020/FMS - TA 03

Publicação Nº 3521191

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5F7717E84A3A89E01E3D657CEC26F7D38D3A1080



MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Fundo Municipal de Saúde

#### CONTRATO Nº 03/2020/FMS – TA 03

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pelo Vice Prefeito JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº. 205, Edifício Olímpio Trevisan, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **CONTROLLAB CONTROLE DE QUALIDADE PARA LABORATÓRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.511.607/0001-18, estabelecida na Rua Ana Neri, nº. 416, Bairro Benfica, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.911-441, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. ELVANDIR DE ALMEIDA BIASOLI, diretora financeira, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 3981658, inscrita no CPF/MF sob o nº 690.309.877-15, residente e domiciliada na Rua das Palmeiras, nº. 32, apartamento 805, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, resolvem celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 03/2020/FMS, celebrado em 09 de janeiro de 2020, proveniente do o Processo de Licitação nº 20/2019/FMS – Edital PP nº 07/2019/FMS, homologado em 09 de janeiro de 2020, que tem como objeto a prestação de serviço de Controle Externo de Qualidade (CEQ) para laboratório clínico, destinado à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba/SC, mediante os seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de **08/01/2022**, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução do objeto da contratação passa a totalizar **36 (trinta e seis)** meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 04 de janeiro de 2022.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTROLLAB CONTROLE DE QUALIDADE PARA LABORATÓRIOS LTDA  
ELVANDIR DE ALMEIDA BIASOLI  
CONTRATADA



MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Fundo Municipal de Saúde**

\_\_\_\_\_  
(Testemunha 01)

\_\_\_\_\_  
(Testemunha 02)

**CONTRATO 04/2021/FMS - TA 01**

Publicação Nº 3520162

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 650ED61A441CCE415E7F2EDFCA9A0BDF22DBBA24



MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Fundo Municipal de Saúde

**CONTRATO Nº 04/2021/FMS – TA 01**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA/SC, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº. 205, Edifício Olímpio Trevisan, Primeiro Andar, Bairro Centro de Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.594.533/0001-00, representada neste ato pelo Secretário, Sr. VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a empresa **CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.487.212/0001-04, estabelecida na Rua Francisco Lindner, nº. 188, 1º andar, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000 neste ato representada pelo Sr. LUIZ CARLOS BISCAINO PINTO, portador da Carteira de Identidade nº 400754442, inscrito no CPF/MF sob o nº 198.062.210-87, residente e domiciliada na Rua Francisco Lindner, nº. 188, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, doravante denominada **CREDENCIADA**, celebram entre si o presente, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 04/2021/FMS, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações, e o Edital de Credenciamento nº 01/2020/FMS e Anexos, lançado no dia 27/07/2020 – Primeira Alteração em 18/09/2020, Processo de Licitação 32/2020/FMS – Inexigibilidade 15/2020/FMS, homologado no dia 07 de janeiro de 2021.

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 07 de janeiro de 2022, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 04 de janeiro de 2022.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO  
CREDENCIADA  
LUIZ CARLOS BISCAINO PINTO

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_



**CONTRATO 05/2021/FMS TA 01**

Publicação Nº 3520291

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 73C0D489D88C6AAB90C6289CFD43A947FC2F4624



MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Fundo Municipal de Saúde

**CONTRATO 05/2021/FMS TA 01**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA/SC, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº. 205, Edifício Olímpio Trevisan, Primeiro Andar, Bairro Centro de Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.594.533/0001-00, representada neste ato pelo Vice Prefeito JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a empresa **CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.487.212/0001-04, estabelecida na Rua Francisco Lindner, nº. 188, 1º andar, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000 neste ato representada pelo Sr. LUIZ CARLOS BISCAINO PINTO, portador da Carteira de Identidade nº 400754442, inscrito no CPF/MF sob o nº 198.062.210-87, residente e domiciliada na Rua Francisco Lindner, nº. 188, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, doravante denominada **CREDENCIADA**, celebram entre si o presente **TERMO ADITIVO** mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações, e o Edital de Credenciamento nº 06/2018/FMS e Anexos, lançado no dia 18/10/2018, Processo de Licitação 31/2020/FMS – Inexigibilidade 14/2020/FMS, homologado no dia 07 de janeiro de 2021.

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 07 de janeiro de 2022, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 04 de janeiro de 2022.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO  
CREDENCIADA  
LUIZ CARLOS BISCAINO PINTO

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**ERRATA CONTRATO 998/2008 - TA 19**

Publicação Nº 3521176

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CD6A4C4F4CD32BF59EB8EBCA230DEAAFF68D2168

**ERRATA  
PREFEITURA DE JOAÇABA  
CONTRATO 998/2008 – TA 19**

No extrato do Contrato 009/2021/PMJ, publicado no DOM em 29/12/2021, edição 3723.

**ONDE SE LÊ:** “O valor mensal do contrato fica reajustado em 10,958520 % relativos à variação do INPC/IBGE no período de dezembro de 2020 a novembro de 2021 passando para R\$ 4.409,91 (quatro mil quatrocentos e nove reais e noventa e um centavos).

Diante da prorrogação e do reajuste, o valor anual do contrato passa a ser de R\$ 52.918,96 (quarenta e sete mil seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e seis centavos).”

**LEIA-SE:** “O valor mensal do contrato fica reajustado em 10,958520 % relativos à variação do INPC/IBGE no período de dezembro de 2020 a novembro de 2021 passando para R\$ 4.409,91 (quatro mil quatrocentos e nove reais e noventa e um centavos).

Diante da prorrogação e do reajuste, o valor anual do contrato passa a ser de R\$ 52.918,92 (Cinquenta e dois mil, novecentos e dezoito reais e noventa e dois centavos).”

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, 04 de janeiro de 2022.

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 01/2022**

Publicação Nº 3519527

PORTARIA SIMAE JHL –Nº 001 /2022 DE 03/01/2022

Valdirene Aparecida Dorini, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, para apurar os fatos constantes na comunicação interna do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, protocolada sob n. 1040/2021 e demais documentos juntados ao processo, obedecendo ao princípio do contraditório e assegurando a ampla defesa.

Art. 2º DESIGNAR os servidores Andrea Reisdorfer Camaroto, Jean Ribeiro e Carina Daiana Recalcatti, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, devendo promover as diligências necessárias apresentando relatório do que for apurado.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 03 de janeiro de 2022.

Valdirene Aparecida Dorini  
Diretora Adjunta

**PREGÃO 65/2021 SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO**

Publicação Nº 3519662

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 65665DB98FD16B8C40469C92FA59AD09978D2E07

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0090/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0065/2021  
PROTOCOLO JHL 1100/2021

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0065/2021 – Licitação 0090/2021, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de copa, cozinha e limpeza para substituição de servidora em férias e licenças

Da Entrega dos Envelopes: até as 08h 30min do dia 18/01/2022 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 18/01/2022 às 08h 30min, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 05/01/2022 a 18/01/2022.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 03 de janeiro de 2022.

Patrícia Callegari Warken – Diretora-Presidente.

CÓDIGO REGISTRO TCE: 65665DB98FD16B8C40469C92FA59AD09978D2E07

**RESUMO CONTRATO 02/2022**

Publicação Nº 3520748

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 02/2022  
TERMO DO DÉCIMO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº 0136/2020  
PROCESSO: 0045/2018  
CONCORRÊNCIA: 0003/2018  
PROTOCOLO: 1406/2018  
Data: 03/01/2022


Objeto. Com fundamento no artigo 65, § 1º, inciso II da Lei 8666/93, e de acordo com a Cláusula Segunda, item 2.4, do contrato aditado, as partes resolvem realizar aditivo no valor total de 25.570,53 (vinte e cinco mil, quinhentos e setenta reais e cinquenta e três centavos) conforme justificativa do fiscal do contrato apensada ao processo.

Contratado: Construtora Elevação Ltda  
Valdirene Aparecida Dorini- Diretora Adjunta

**HOMOLOGAÇÃO PR 0061/2021 - SIMAE**

Publicação Nº 3519941

Página: 1 / 3

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 61/2021</b>	
<b>CNPJ:</b> 84.591.890/0001-43 <b>Endereço:</b> Rua Tiradentes, 123 - Centro <b>CEP:</b> 89600-000 - Joaçaba	<b>Telefone:</b> (49) 3551-8200	<b>Processo Adm.:</b> 84/2021 <b>Data do Processo:</b> 19/11/2021	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 84/2021  
**b) Nr. Licitação:** 61/2021 - PR  
**c) Modalidade:** Pregão presencial  
**d) Data de Homologação:** 04/01/2022  
**e) Objeto da Licitação:** *Aquisição de materiais em ferro fundido, ferro galvanizado e PEAD para a execução de parte dos recalques das Elevatórias de Esgoto EEL 05 e EEJ 06 e para reposição do estoque do Simae*

**Participante: ANGOLINI & ANGOLINI LTDA.**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CURVA 90° EM FERRO FUNDIDO DUCTIL, C/FLANGES, PN 10 DN 150 - Curva 90° em Ferro Fundido Dúctil, com flanges, DN 150, PN 10, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	4,000	PC	526,00	2.104,00
2	Extremidade bolsa flange em ferro fundido dúctil DN 150, PN 10 - Extremidade Bolsa Flange em Ferro Fundido Dúctil com flanges, DN 150, PN 10, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,000	PC	405,00	405,00
3	Tubo em ferro fundido dúctil, c/flanges, PN 10 DN 150 - Tubo em Ferro Fundido Dúctil com flanges PN 10, classe K-9, DN 150 x L=0,50 m, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	1,000	BAR	855,02	855,02
4	Tubo em ferro fundido dúctil, c/flanges, PN 10 DN 150 - Tubo em Ferro Fundido Dúctil, ponta e flange, classe K9, flange PN 10, DN 150 x L= 1,75 m, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	1,000	BAR	1.478,40	1.478,40
5	REDUÇÃO EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL, COM FLANGES PN 10 DN 80x50 - Redução em Ferro Fundido Dúctil, com flanges PN 10, DN 80 x 50, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	1,000	UNIDA	266,20	266,20
6	REDUÇÃO EM FERRO FUNDIDO DUCTIL, C/ FLANGES PN 10 DN 150x80 - Redução em Ferro Fundido Dúctil, com flanges PN 10, DN 150 x 80, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	1,000	UNIDA	511,50	511,50
7	VALVULA RETENÇÃO EM FERRO FUNDIDO C/FLANGE PN10 DN150 - Válvula de retenção para esgoto, corpo em ferro fundido dúctil, com flanges PN 10 - DN 150, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	1,000	UNIDA	2.777,50	2.777,50
8	Válvula Gaveta em Ferro fundido dúctil PN 10 DN 150 - Válvula gaveta em ferro fundido dúctil, corpo curto, com flanges PN 10, acionamento por cabeçote, DN 150, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	5,000	un.	1.116,00	5.580,00
9	Curva 90° ferro fundido dúctil c/bolsas DN 150 - Curva 90° de ferro fundido dúctil com bolsas DN 150 mm, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	2,000	PC	387,20	774,40
10	Curva 90° em ferro fundido dúctil, c/ bolsas, DN 200 - Curva 90° em Ferro Fundido Dúctil, com bolsas, DN 200, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	2,000	PC	655,60	1.311,20
11	CURVA 90° FOFO COM FLANGES DN 200MM PN 10 - Curva 90° em Ferro Fundido Dúctil, com flanges PN 10, DN 200, CONFORME	5,000	PC	750,00	3.750,00

Página: 2 / 3

## TERMO DE REFERÊNCIA.

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
13	redução concêntrica em ferro fundido dúctil c/flanges DN 200 x DN 100 PN 10 - Redução concêntrica em Ferro Fundido Dúctil, com flanges, DN 200 x dn 100, PN 10, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	2,000	PC	865,00	1.730,00
14	TÊ 90° COM FLANGES PN 10 DN 200 - Tê em Ferro Fundido Dúctil, com Flanges PN 10, DN 200, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,000	PC	1.236,00	1.236,00
15	Tubo c/flanges FoFo DN 200 PN 10 - Tubo em Ferro Fundido Dúctil, classe K-9, flanges PN 10, DN 200 x L= 0,25 m, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,000	UNIDA	833,16	833,16
16	Tubo c/flanges FoFo DN 200 PN 10 - Tubo em Ferro Fundido Dúctil ponta-flange, classe K-9, flange PN 10, DN 200 x L= 0,75 m, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	2,000	UNIDA	1.563,00	3.126,00
17	Tubo c/flanges FoFo DN 200 PN 10 - Tubo em Ferro Fundido Dúctil ponta-flange, classe K9, flange PN 10, DN 200 x L= 1,90 m, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	1,000	UNIDA	1.942,60	1.942,60
18	VÁLVULA DE RETENÇÃO EM FERRO FUNDIDO, PN 10 DN300 - Válvula de retenção para esgoto, corpo em ferro fundido dúctil, com flanges, PN 10, DN 300, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	2,000	UNIDA	3.564,00	7.128,00
19	VÁLVULA GAVETA C/ FLANGES, CABEÇOTE, PN 10 DN 300 - Válvula gaveta em ferro fundido dúctil, corpo curto, acionamento por cabeçote, flanges PN 10, DN 300, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	5,000	un.	2.010,00	10.050,00
20	Flange avulso em ferro fundido dúctil, PN 10, DN 150 - Flange avulso em Ferro Fundido Dúctil, PN 10, DN 150, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	4,000	PC	236,50	946,00
21	FLANGE AVULSO PN10 DN200MM - Flange avulso em Ferro Fundido Dúctil, PN 10, DN 200, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	6,000	PC	291,50	1.749,00
22	PARAFUSO M20 - Parafuso M20 x 100, galvanizado a fogo, fabricado a partir de aço carbono comum ABNT 1020, série métrica (conjunto formado por 01 parafuso, 01 porca e 02 arruelas), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	224,000	un.	21,69	4.858,56
25	JUNTA DE VEDAÇÃO DN 100 - Junta de vedação DN 100, conforme termo de referência.	40,000	PC	17,38	695,20
29	JUNTA DE VEDAÇÃO DN 150 - Junta de Vedação DN 150, conforme termo de referência	30,000	un.	30,80	924,00
<b>Total do Participante:</b>					55.031,74

**Participante: COMERCIAL ATD LIMITADA**

23	TAMPÃO EM FERRO FUNDIDO DN 400 mm - Tampão circular articulado em ferro fundido DN 400 mm, com anel de polietileno – NBR 10160, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	400,000	UNIDA	285,00	114.000,00
<b>Total do Participante:</b>					114.000,00

**Participante: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA**

27	CAPS DE PP PN16 DE 63 - CAP DE COMPRESSÃO EM POLIPROPILENO (PP) DE 63 MM, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	20,000	un.	42,20	844,00
28	Cap PP DE 110 - CAP DE COMPRESSÃO EM POLIPROPILENO (PP) DE 110 MM, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	10,000	PC	246,30	2.463,00
31	TUBO PEAD (MANGUEIRA) 20MM 1 MPA - Tubo PEAD PE 100 DE 20, conforme termo de referência.	1.000,0	M	4,32	4.320,00
<b>Total do Participante:</b>					7.627,00

**Participante: N.B.FALCE & CIA LTDA**

12	REDUÇÃO CONCENTRICA DE FERRO FUNDIDO DN 100 X DN80 - Redução Concêntrica em ferro fundido dúctil, com flanges PN 10, DN 100 x dn 80, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	2,000	PC	284,50	569,00
<b>Total do Participante:</b>					569,00

Página: 3 / 3

Total Geral: 177.227,74

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
----------------------	---------	----------------

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTO	14.001.17.512.0028.1052.4.4.90.00.00	R\$ 121.819,90
---	--------------------------------------	----------------

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
----------------------	---------	----------------

OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE ESGOTO	14.001.17.512.0028.2062.3.3.90.00.00	R\$ 62.000,00
--	--------------------------------------	---------------

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
----------------------	---------	----------------

OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO	14.001.17.512.0028.2061.3.3.90.00.00	R\$ 31.674,51
---	--------------------------------------	---------------

Joaçaba, 04/01/2022

.....  
VALDIRENE APARECIDA DORINI  
Diretora Adjunta

# Lages

## PREFEITURA

### EDITAL PE 223/2021-SMASH

Publicação Nº 3520281

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9CB2B32E97F319E9AF78E5AED8E48A03DEB547AC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 223/2021

Objeto: Registro de Preços para a Aquisição Registro de Preço para aquisição de Utensílios de Copa e Cozinha para utilização nas unidades e setores da Secretaria de Assistência Social e Habitação- SMASH - (DPSB - CRAS I AO VIII, CCI, CadÚnico, DPSEMC - CREAS I AO III, Centro Pop, Centro Dia do Idoso, PETI, DPSEAC - SAICA's I E II, Acolhimento Temporário; DSAN - Cozinha Comunitária, Padaria e Banco de Alimentos; SEDE (setores), Conselho Tutelar e Diretoria de Inclusão e Cidadania.

Abertura: 01/02/2022 às 09:00h

Valor Estimado: R\$ 107.677,67

Da retirada do Edital: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 05 de janeiro de 2022.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

### EDITAL TP 25/2021-PML

Publicação Nº 3519507

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 869BE88FA366314DC361E8C6A42DAE97354855F9

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços nº 25/2021

Objeto: Contratação de Empresa Especializada Para Prestação de Serviços Mecânicos de Manutenção de Motosserras, Podadores, Roçadeiras e Sopradores, Por Hora Cheia Trabalhada, Com Fornecimento de Material e Equipamento, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Meio Ambiente

Abertura: 10/02/2022 às 09:00h

Valor Estimado: R\$ 179.500,00

Da retirada do Edital: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 05 de janeiro de 2022.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda



# Laguna

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 63/2021 - PML

Publicação Nº 3520830

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 63/2021 – PML - REPUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com que estabelece a lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério menor preço por lote para registro de preço para a aquisição de sêmen bovino, luvas e nitrogênio líquido para inseminação artificial em incentivos à produção de gado de corte e a produção leiteira no município de Laguna, no dia 17 de Janeiro de 2022 as 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição, conforme edital disponível no portal [www.laguna.sc.gov.br](http://www.laguna.sc.gov.br), ou solicitação ao e-mail [pmlcompras34@gmail.com](mailto:pmlcompras34@gmail.com), telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à Av. Colombo Machado Salles – 145 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, 04 de Janeiro de 2022.

SAMIR AHMAD

PREFEITO MUNICIPAL

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 120/2021 DE 20/12/2021 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3520381

DECRETO Nº 120/2021

DE 20/12/2021

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANDERSON ELIAS BIANCHI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº 790/2020, de 13/10/2020

DECRETA

Art. 1º - Ficam abertos créditos suplementares no Orçamento Geral do Município no presente Exercício, no montante de R\$ 150.400,00 (cento e cinquenta mil quatrocentos reais) conforme segue:

Unidade Orçamentária 08.001 SECRET. DESENV. RURAL, AGRIC. E MEIO AMBIENTE

Função 20 AGRICULTURA

Sub-função 608 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Programa 2001 ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL

Projeto/Atividade 1056 AMPLIAÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA

Despesa 43

Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS

Elemento 4.4.90.00.00 APLICAÇÃO DIRETA

Fonte 0.1.89.1189 R\$ 150.400,00

TOTAL GERAL SUPLEMENTADO NESTE ARTIGO R\$ 150.400,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos suplementares do Artigo anterior no montante de R\$ 150.400,00 (cento e cinquenta mil quatrocentos reais), serão utilizados o excesso de arrecadação na respectiva fonte de recursos, oriundos de - Alienações de Bens. Conforme a seguir:

Demonstrativo Arrecadação Recursos Alienação de Bens			
Orçado	Média Mensal Orçada	Arrecadada	Excesso 11 meses
R\$ -	R\$ -	R\$ 900.000,00	R\$ 900.000,00

Art. 3º - Ficam abertos créditos suplementares no Orçamento Geral do Município no presente Exercício, no montante de R\$ 32.722,06 (trinta e dois mil setecentos e vinte e dois reais e seis centavos) conforme segue:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAJEADO GRANDE

Unidade Orçamentária 13.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função 10 SAÚDE

Sub-função 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa 1001 SAÚDE COM QUALIDADE

Projeto/Atividade 2031 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Elemento 3.3.93.00.00 APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OP. ENTRE ÓRGÃOS

Fonte 0.1.02.1102 R\$ 32.722,06

TOTAL GERAL SUPLEMENTADO NESTE ARTIGO .....R\$ 32.722,06

Art. 4º - Para cobertura dos créditos suplementares do Artigo anterior será anulado no montante de R\$ 32.722,06 (trinta e dois mil setecentos e vinte e dois reais e seis centavos) na seguinte dotações;

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAJEADO GRANDE

Unidade Orçamentária 13.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função 10 SAÚDE

Sub-função 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa 1001 SAÚDE COM QUALIDADE

Projeto/Atividade 2031 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Elemento 3.1.90.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Fonte 0.1.02.1102 R\$ 32.722,06

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 20 de dezembro de 2021.

Anderson Elias Bianchi  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Nadia Inez Foresti  
Servidora Designada

**LEI Nº 820/2021 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 "DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Publicação Nº 3520394

LEI Nº 820/2021  
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANDERSON ELIAS BIANCHI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º Fica reformulado o Conselho Municipal de Turismo de Lajeado Grande - COMTUR, órgão de caráter deliberativo, consultivo, normativo e de assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico do Município de Lajeado Grande.

Parágrafo único. O COMTUR tem como objetivo criar condições para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da atividade turística do município baseado na sustentabilidade, visando oportunizar a geração de emprego e renda para a comunidade, preservar e proteger o patrimônio natural, cultural e histórico do Município, assim como o bem-estar de seus habitantes e turistas.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Turismo:

- I - Estudar, analisar, elaborar, discutir, promover e aprovar planos, programas e projetos a curto, médio e longo prazo, relativos ao desenvolvimento do turismo de forma sustentável do Município;
- II - Participar da elaboração e da execução de políticas públicas de desenvolvimento sustentável em colaboração com os órgãos públicos municipais, além de cooperar com a administração municipal na implementação de políticas públicas visando o desenvolvimento e fortalecimento do turismo local;
- III - Formular e desenvolver o plano de ação e aplicação de recursos anuais do Departamento de Turismo e Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR;
- IV - Fiscalizar a captação, o repasse e a utilização dos recursos que forem destinados ao e Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR;
- V - Diagnosticar e manter atualizado o inventário turístico, auxiliar na elaboração de produtos turísticos e orientar sobre sua melhor divulgação e publicidade;
- VI - Manter intercâmbio com as diversas entidades de turismo no Município ou fora dele, oficiais ou privadas, com especial ênfase a IGR Grande Oeste - Instância de Governança Regional responsável pelos Programas estabelecidos pelo Ministério do Turismo;
- VII - Propor, desenvolver e executar ações que visem o desenvolvimento do turismo interno e o incremento do fluxo de turistas externos para o Município;
- VIII - Promover e participar de seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para a discussão de temas relativos ao turismo;
- IX - Estabelecer parcerias com instituições de ensino, órgãos governamentais e demais entidades que detenham conhecimento técnico para o desenvolvimento de toda a cadeia da atividade turística permitindo a qualificação dos serviços prestados e alavancando a atividade econômica;
- X - Propor formas e auxiliar na captação de recursos para o desenvolvimento do turismo no Município;
- XI - Elaborar e aprovar seu regimento interno e normas de funcionamento.

Art. 3º Seguindo as diretrizes do Ministério do Turismo, o COMTUR será tripartite, composto por 13 (treze) membros titulares e respectivos suplentes, com a seguinte representação:

I - Representantes Governamentais:

- a) 1 (um) representante do Departamento de Turismo;
- b) 1 (um) representante Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

II - Representantes da Sociedade Civil organizada, representantes de Entidades Representativas e Organizações não governamentais

- a) 1 (um) representante da Epagri local,
- b) 1 (um) representante dos Feirantes;
- c) 1 (um) representante dos Artesãos;
- d) 1 (um) representante da Cultura local;

- e) 1 (um) representante das Rotas e Roteiros locais;
- f) 1 (um) representante do setor de Alimentos e Bebidas;
- g) 1 (um) representante dos Empreendimentos Rurais;
- h) 1 (um) representante dos Empreendimentos Turísticos;
- i) 1 (um) representante do Comércio e Lazer.

Parágrafo único. Seguindo a orientação do Prejulgado no 1425, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 999, os vereadores e seus representantes não podem participar da formação de conselhos Municipais.

Art. 4º A Coordenação do COMTUR será exercida por 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-presidente e 01 (um) Secretário, eleita a cada dois anos com possibilidade de recondução por mais dois anos. Cabe ao Departamento de Turismo dar suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do conselho.

Art. 5º As funções dos membros do COMTUR serão consideradas serviço público de relevância e não serão remuneradas em nenhuma hipótese

Art. 6º O Conselho Municipal de Turismo terá sua organização e funcionamento estabelecidos em seu Regimento Interno, e disporá sobre seu funcionamento, forma de atuação e detalhamento de atribuições, devendo ser aprovado pela maioria absoluta de seus membros e publicado por Decreto Municipal.

Art. 7º Fica criado o Fundo Municipal de Turismo de Lajeado Grande - FUMTUR, de natureza contábil vinculado à Secretaria Municipal de Turismo e Esporte, com o objetivo de captar recursos a serem aplicados de acordo com os artigos da presente lei.

§ 1º É vedada a utilização de recursos do FUMTUR em despesas com pessoal e respectivo encargo, exceto remuneração por serviço de natureza eventual, vinculados a projetos específicos.

§ 2º A Secretaria Municipal de Esporte e Turismo, através do Departamento de Turismo aplicará os recursos do FUMTUR, eventualmente disponíveis, revertendo os mesmos aos seus rendimentos, com referendo do Conselho Municipal de Turismo.

Art. 8º Poderão constituir receitas do FUMTUR:

- I - Os preços de cessão de espaços públicos para eventos de cunho turísticos e de negócio e o resultado de suas bilheterias quando não revertidos a título de cachês ou bilheterias, ou quando não revertidos a títulos de cachês ou direitos;
- II - Taxas de turismo criadas por lei;
- III - Créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;
- IV - Doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- V - Contribuições de qualquer natureza sejam públicas ou privadas;
- VI - Recursos provenientes de convênios que sejam celebrados;
- VII - Produtos de operações de créditos realizados pelo Município, observada pela legislação pertinente e destinadas a este fim específico;
- VIII - Os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis;
- IX - Outras rendas.

Parágrafo único. Os recursos mencionados neste artigo serão depositados em conta específica do FUMTUR e o seu plano de aplicação deverá ser aprovado pelo COMTUR.

Art. 9º As receitas do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, deverão ser processadas de acordo com a legislação vigente, sendo utilizadas em programas e projetos exclusivamente voltados ao turismo, a serem desenvolvidos pelo Departamento de Turismo e Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

Art. 10. Na aplicação dos recursos do FUMTUR observar-se-á:

- I - As especificações definidas em orçamento próprio;
- II - Os planos de aplicação e respectivos demonstrativos de recursos, por origem, observada a legislação orçamentária.

Parágrafo único. O orçamento e os planos de aplicação do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR observarão rigorosamente as diretrizes traçadas pela Secretaria Municipal de Turismo e Esporte em conjunto com o Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11. Os recursos do FUMTUR serão aplicados preferencialmente em:

- I - Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas, de direito público e privado, para a execução de programas e projetos específicos do setor de turismo;
- II - Aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos diretamente ligados ao turismo;
- III - Financiar total ou parcialmente, programas e projetos de turismo, através de convênio e parcerias;
- IV - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de turismo;
- V - Aplicação de recursos em quaisquer projetos turísticos e de eventos de iniciativa do Departamento de Turismo e do Conselho Municipal de Turismo que desenvolvam a atividade turística no Município de Lajeado Grande;

Parágrafo único. A aplicação dos recursos do FUMTUR para quaisquer finalidades fica condicionada ao comprovado atendimento do disposto nos artigos desta Lei.

Art. 12º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as leis 242/1999 de

06/10/1999 e 785/2020 de 18/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina,  
em 14 de dezembro de 2021.

ANDERSON ELIAS BIANCHI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

Nadia Inez Foresti  
Servidora Designada

**LEI Nº 821/2021 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 "REORGANIZA O PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE HORAS MÁQUINAS PARA MELHORIAS NAS PROPRIEDADES RURAIS E URBANAS DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Publicação Nº 3520403

LEI Nº 821/2021  
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

"REORGANIZA O PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE HORAS MÁQUINAS PARA MELHORIAS NAS PROPRIEDADES RURAIS E URBANAS DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANDERSON ELIAS BIANCHI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, autorizado por esta lei a reorganizar o Programa de Subsídio de Horas Máquinas para Melhorias nas Propriedades Rurais e Urbanas, para tanto, efetuando a cobrança de horas máquinas a título de subsídio para a execução dos serviços de caráter particular.

Art. 2º O Programa objetiva atender os munícipes que desempenham atividades agropecuárias, agrícolas, comerciais e industriais que gerem renda, bem como a melhoria urbanística, paisagística e de moradia.

Art. 3º O desenvolvimento dos serviços prestados priorizará a melhoria das propriedades rurais e urbanas através de serviços de máquinas de propriedade do Município ou contratados de terceiros a critério da gerência do programa com supervisão da administração pública municipal.

Art. 4º Os recursos financeiros para realização do Programa serão oriundos do tesouro municipal e parceria com os munícipes beneficiários conforme descrito no artigo 5º desta Lei.

Art. 5º Os subsídios oferecidos pela Administração Pública municipal, como incentivo à melhoria das propriedades e qualidade de vida, tanto para serviços urbanos como para serviços rurais, obedecerão à seguinte tabela:

DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	% DE SUBSÍDIOS ATÉ 05 HORAS POR ANO	Valor da hora até 10h	Valor da hora de 11h à 25h.	Valor da hora a partir da 26h.
ESCAVADEIRA HIDRAULICA	100%	R\$150,00	R\$200,00	R\$250,00
TRATOR DE ESTEIRA	100%	R\$150,00	R\$200,00	R\$250,00
MOTONIVELADORA	100%	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00
RETROESCAVADEIRA	100%	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00
TRATOR DE PNEUS COM E SEM IMPLEMENTOS	100%	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00
CARREGADEIRA	100%	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00
MINI CARREGADEIRA	100%	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00
CAMINHÃO BASCULANTE TRUCK	100%	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00
CAMINHÃO TANQUE (transp. dejetos animais)	100%	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00
CAMINHÃO BASCULANTE TOCO	100%	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00

§ 1º Os valores descritos serão atualizados mediante decreto municipal e poderão sofrer reajustes conforme aumento dos combustíveis, lubrificantes e demais custos veiculares, devidamente justificados.

§ 2º Os valores de subsídios serão válidos para o ano, sendo destinado a cada propriedade/grupo familiar, não tendo valor cumulativo para o ano subsequente, não permitindo qualquer tipo de transferência, doação ou venda entre os beneficiários.

§ 3º As 05 (cinco) horas por grupo familiar/propriedade que serão subsidiadas no percentual de 100% pelo Município, refere-se a apenas um dos equipamentos utilizados na execução dos serviços, a critério do contribuinte, conforme orientação técnica.

§ 4º Os serviços de transportes de água, em época de secas e estiagens terão subsídios de 100% das horas dos equipamentos necessários

à execução das tarefas.

§ 5º Os serviços de terraplanagens para construção de aviários, pocilgas, estábulos para bovinos de corte e leite, bem como, os serviços de máquina para abertura e melhoramento em açudes e depósito de adubo e dejetos suínos terão subsídios de 100% das horas dos equipamentos necessários à execução das tarefas, visando o desenvolvimento do Município.

§ 6º Os serviços de limpeza de aviários e transportes de dejetos de aves realizados pelo Município, terão subsídios de 50% (cinquenta por cento) das horas dos equipamentos necessários à execução das tarefas, desde que o itinerário do transporte esteja dentro do perímetro do Município de Lajeado Grande/SC.

Art. 6º - Os serviços serão executados com a observância dos seguintes critérios:

I - Após a conclusão dos serviços de manutenção e conservação das estradas pelos equipamentos do Município, com exceção dos equipamentos procedentes de programas com termo de permissão de uso exclusivo para o desenvolvimento de programas a que se destina o projeto básico de utilização do equipamento, os quais serão utilizados exclusivamente para o desenvolvimento da atividade a que se destinam;

II - Deve haver disponibilidade dos equipamentos;

III - Vistoria e aprovação do serviço pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agricultura, Fomento e Meio Ambiente;

IV - Estar em dia com o Setor de Tributação e Arrecadação do Município;

V - Análise do movimento econômico do produtor ou empresa, através do bloco de produtor rural ou Declaração Fisco Contábil pelo Departamento de Finanças;

VI - O atendimento será efetuado de acordo com a ordem cronológica de solicitação, mediante autorização de uso assinada pelo servidor responsável em período não superior à 15h (quinze horas) por ano a cada propriedade/grupo familiar, exceto em condições extraordinárias que justifiquem a imperiosa necessidade, devidamente atestadas no procedimento administrativo competente, observado ainda o critério da divisão por região e comunidade em que reside o munícipe beneficiado, motivo pelo qual poderá ocorrer exceção de atendimento pela ordem cronológica de solicitação quando houver mais de um serviço na mesma região;

VII - Serão atendidas todas as solicitações da comunidade ou região, sem interrupção dos serviços, salvo por motivo justificado, sendo que os trabalhos acontecerão o ano todo sendo intensificados nos períodos de entressafra;

VIII - O Município atenderá, preferencialmente, à ordem cronológica de solicitação de atendimento, devendo a relação de ordem de serviço estar permanentemente à disposição para consulta pública, inclusive via portal da transparência, de forma a assegurar a fiscalização e o controle das solicitações.

IX - Mediante procedimento administrativo devidamente numerado, o município dará abertura do procedimento através da solicitação pelo contribuinte, a qual será procedida da ordem de serviço devidamente assinada pelo servidor, na qual constará o nome do solicitante, o endereço, o tipo de serviço, o equipamento a ser utilizado e a quantidade de horas máquinas necessárias, finalizando o procedimento com a juntada ao processo administrativo da planilha de gasto do custo operacional do serviço e o envio para o setor de tributos a fim de recolhimento das horas pelo contribuinte.

X - Para a execução dos serviços tratados na presente lei, o município se compromete a não utilizar, ou permitir que se utilize combustível pago com recursos pessoais do contribuinte, sendo que o custo operacional do maquinário será cobrado mediante cálculo unificado de acordo com o período utilização, na forma do artigo 5º da presente Lei.

Art. 7º O recolhimento das horas será efetuado até 30 dias após a realização dos serviços, com base na ordem de serviço assinada pelo munícipe beneficiado e pelo servidor responsável aonde constará o nome do beneficiário, a discriminação do serviço, o equipamento utilizado, a data da realização do serviço e a quantidade de horas máquina utilizadas.

Parágrafo único. O Setor de Tributação e Arrecadação ficará incumbido da cobrança e do controle dos serviços executados.

Art. 8º O limite mínimo de recolhimento será de uma hora/máquina.

Parágrafo único. O serviço solicitado que não atingir uma hora e/ou carga, para todos os efeitos será considerado como sendo de uma hora/máquina.

Art. 9º Para efeito de contagem de tempo de serviços particulares executados com máquinas da Prefeitura ou contratada de terceiros, terá início quando a mesma estiver à disposição dentro da propriedade do requerente.

Art. 10. Quando for necessária a licença de qualquer órgão ambiental para execução de serviços nas propriedades, à mesma deverá ser providenciada pelo proprietário sob pena de não serem executados os serviços.

Art. 11. Não serão executados trabalhos com máquinas em áreas de preservação permanente e declividade superior a 45º (quarenta e cinco graus).

Art. 12. O beneficiário do Programa deverá permitir a qualquer momento a fiscalização dos serviços pela administração pública municipal.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário, especialmente as Leis nº. 583/2013 de 21/08/2013, 668/2016 de 22/03/2016, 689/2016 de 27/10/2016, 719/2017 de 28/08/2017 e 804/2021 de 24/06/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina,  
em 14 de dezembro de 2021.

ANDERSON ELIAS BIANCHI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume  
Nadia Inez Foresti  
Servidora Designada



**PORTARIA Nº 002/2022 DE 03/01/2022 "NOMEIA LINETE GIROTTO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

Publicação Nº 3521438

PORTARIA Nº 002/2022  
DE 03/01/2022

"NOMEIA LINETE GIROTTO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANDERSON ELIAS BIANCHI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001.

e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

**D E C I D E:**

Art. 1º - Nomear LINETE GIROTTO, para exercer o Cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, Código do Cargo 06.02, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura com vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, a respectiva Servidora que já integra o quadro de servidores municipais em Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 054/2017 de 18/12/2017 e suas alterações, será desvinculada da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e será vinculada a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria n. 008/2021 de 04/01/2021.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 03 de janeiro de 2022.

Anderson Elias Bianchi  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.  
Nadia Inez Foresti  
Servidora Designada

**PORTARIA Nº 003/2022 DE 03/01/2022 "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LINETE GIROTTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 3521442

PORTARIA Nº 003/2022  
DE 03/01/2022

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LINETE GIROTTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANDERSON ELIAS BIANCHI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público LINETE GIROTTO, sendo 10 dias de gozo, de 04 de janeiro de 2022 a 13 de janeiro de 2022, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 04 de janeiro de 2021 a 03 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 03 de janeiro de 2022.

Anderson Elias Bianchi  
Prefeito Municipal



Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Nadia Inez Foresti  
Servidora designada

**PORTARIA Nº 004/2022 DE 04/01/2022 "EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KAUANA CARDOSO RODRIGUES, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 3521445

PORTARIA Nº 004/2022  
DE 04/01/2022

"EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KAUANA CARDOSO RODRIGUES, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANDERSON ELIAS BIANCHI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,  
CONSIDERANDO, o término de contrato.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar a Servidora Pública Municipal KAUANA CARDOSO RODRIGUES da função temporária de Assistente Social 30 horas por término de contrato em 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 04 de janeiro de 2022.

Anderson Elias Bianchi  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Nadia Inez Foresti  
Servidora Designada

**PORTARIA Nº 005/2022 DE 05/01/2022 "HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DIEINI PAULA KOWALSKI RELATIVO AO PERÍODO DE 01/06/2021 E 30/11/2021 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 3521449

PORTARIA Nº 005/2022  
DE 05/01/2022

"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DIEINI PAULA KOWALSKI RELATIVO AO PERÍODO DE 01/06/2021 E 30/11/2021 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANDERSON ELIAS BIANCHI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal DIEINI PAULA KOWALSKI relativo ao período 01/06/2021 e 30/11/2021, APROVADO no segundo semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2022.

Anderson Elias Bianchi  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Nadia Inez Foresti  
Servidora Designada

**PORTARIA Nº 006/2022 DE 05/01/2022 "HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELIANE LORENZON GRASEL RELATIVO AO PERÍODO DE 01/06/2021 E 30/11/2021 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Publicação Nº 3521453

PORTARIA Nº 006/2022  
DE 05/01/2022

"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELIANE LORENZON GRASEL RELATIVO AO PERÍODO DE 01/06/2021 E 30/11/2021 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANDERSON ELIAS BIANCHI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;  
E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal ELIANE LORENZON GRASEL relativo ao período 01/06/2021 e 30/11/2021, APROVADO no segundo semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2022.

Anderson Elias Bianchi  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.  
Nadia Inez Foresti  
Servidora Designada

**PORTARIA Nº 007/2022 DE 05/01/2022 "HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCIELE GASPARIN BERTE RELATIVO AO PERÍODO DE 03/06/2021 E 02/12/2021 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Publicação Nº 3521475

PORTARIA Nº 007/2022  
DE 05/01/2022

"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCIELE GASPARIN BERTE RELATIVO AO PERÍODO DE 03/06/2021 E 02/12/2021 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANDERSON ELIAS BIANCHI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;  
E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal FRANCIELE GASPARIN BERTE relativo ao período 03/06/2021 e 02/12/2021, APROVADO no segundo semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2022.

Anderson Elias Bianchi  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.  
Nadia Inez Foresti  
Servidora Designada

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA LEGISLATIVA N. 001.2022 DE 04.01.2022 "NOMEIA SERVIDORA MAIULI REZENDE DE OLIVEIRA PARA CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR DA CÂMARA DE VEREADORES**

Publicação Nº 3519339

Portaria Legislativa n. 001.2022  
De 04.01.2022

"NOMEIA SERVIDORA MAIULI REZENDE DE OLIVEIRA PARA CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR DA CÂMARA DE VEREADORES"

EDILSON DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica Municipal, e c/c Anexo IV da Lei Complementar 026/2013 e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

DECIDE:

Art. 1º - Fica a Sra. MAIULI REZENDE DE OLIVEIRA, nomeada para o exercício do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar junto a Câmara Municipal de Vereadores, percebendo o vencimento constante no plano de cargos e salários.

Parágrafo Único - Com a nomeação, a referida Servidora passa a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo IV da Lei Municipal Complementar n. 026/2013, com dedicação integral.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,  
em 03 de janeiro de 2022.

EDILSON DA SILVA  
Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DIOGO LUAN THOMÉ ZMIJEVSKI  
Primeiro Secretário

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### **1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 01/2021, CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS E A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ABRIGO INSTITUCIONAL LEONARDO MULLER DEBONI. PROCESSO 003/2020**

Publicação Nº 3520279

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 01/2021, CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS E A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ABRIGO INSTITUCIONAL LEONARDO MULLER DEBONI. PROCESSO 003/2020.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Arthur Barth, nº 300, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.310/0001-88 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Douglas Fernando de Mello, doravante denominado MUNICÍPIO.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ABRIGO INSTITUCIONAL LEONARDO MULLER DEBONI, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na Rua Valdir Ortigari, 140, Centro de Lebon Régis, inscrita no CNPJ sob o nº 05.193.452/0001-50, neste ato representado por seu Representante Legal, Sr. Neri Scheffmacker Carneiro, portador da carteira de identidade nº 385.545.509-00, expedida pelo SSPSC.

OS PARCEIROS celebram este termo aditivo, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº. 13.019/2014 e, em conformidade com Decreto 30/2017 que consolida as normas de parcerias voluntárias no âmbito da administração pública municipal, estabelecem as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da sua Cláusula Sétima, § 1º, do Termo de Fomento nº 01/2021 e Ampliação do Valor Global, cláusula oitava do referido termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogada a vigência do Termo de Fomento nº 01/2021 pelo prazo de até 12 meses, a partir de 01/01/2022 até 31/12/2022.

Parágrafo Único. O Plano de Trabalho e Cronograma de desembolso ficam alterados, conforme aprovação prévia da autoridade competente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO DE RECURSOS

Para o período da prorrogação, o valor da parceria será de R\$ 282.000,00, (duzentos e oitenta e dois mil reais) equivalente ao valor original do Termo de Fomento acrescido de 17,5% por cento no valor de cada parcela/mês. Sendo que o desembolso mensal será de R\$: 23.500,00. (vinte e três mil e quinhentos reais), durante o período de vigência.

Parágrafo Único. As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade- 1 – Município

Órgão Orçamentário: 2000 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 2075-Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 243- Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 26 – Assistência Social Geral

Ação: 2.80 – Manutenção da Casa Lar

Despesa: 34 – 3.3.50.00.00 Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos

#### CLÁUSULA QUARTA- DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Fomento original.

#### CLÁUSULA QUINTA — DA PUBLICAÇÃO

O resumo deste instrumento deverá ser publicado pela Administração Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, à conta do Município, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da assinatura, nos termos do art. 38 da Lei nº 13.019/2014.

Por estarem as partes justas e acordadas firmam este Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Lebon Régis/SC, 22 de dezembro de 2021.

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.

Douglas Fernando de Mello.

Prefeito Municipal.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ABRIGO INSTITUCIONAL LEONARDO MULLER DEBONI.

Neri Scheffmacker Carneiro

Presidente.

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

**1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2021, CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LEBON RÉGIS. PROCESSO 001/2021**

Publicação Nº 3520284

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2021, CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LEBON RÉGIS. PROCESSO 001/2021.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Arthur Barth, nº 300, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.310/0001-88 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Douglas Fernando de Mello, doravante denominado MUNICÍPIO.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LEBON RÉGIS, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na Rod. SC 120, nº 2041, bairro Abraão dos Santos Maciel em Lebon Régis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.497.013/0001-05, neste ato representado por seu Representante Legal, Sr. Luiz Ademir Maitelli, portador da carteira de identidade nº 1.912.820, expedida pelo SSPSC, e inscrito no CPF sob o nº 552.220.729-91.

OS PARCEIROS celebram este termo aditivo, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº. 13.019/2014 e, em conformidade com Decreto 30/2017 que consolida as normas de parcerias voluntárias no âmbito da administração pública municipal, estabelecem as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da sua Cláusula Sétima, § 1º, do Termo de Fomento nº 02/2021.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO**

Fica prorrogada a vigência do Termo de Fomento nº 02/2021 pelo prazo de 12 meses, a partir de 01/01/2022 até 31/12/2022.

**CLÁUSULA TERCEIRA —DA CLASSIFICAÇÃO DE RECURSOS**

Para o período da prorrogação, as despesas deste Termo Aditivo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade- 1 – Município

Órgão Orçamentário: 2000 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 2075-Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 244- Assistência Comunitária

Programa: 26 – Assistência Social Geral

Ação: 2.23 – Contribuições para APAE

Despesa: 229 – 3.3.50.00.00 Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos

**CLÁUSULA QUARTA- DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Fomento original.

**CLÁUSULA QUINTA — DA PUBLICAÇÃO**

O resumo deste instrumento deverá ser publicado pela Administração Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, à conta do Município, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da assinatura, nos termos do art. 38 da Lei nº 13.019/2014.

Por estarem as partes justas e acordadas firmam este Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Lebon Régis/SC, 31 de dezembro de 2021.

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.

Douglas Fernando de Mello.

Prefeito Municipal.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LEBON RÉGIS.

Luiz Ademir Maitelli.

Presidente.

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

**DECRETO Nº 001 DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520009

DECRETO Nº 001 DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

“DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, AS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, AFETADAS POR ESTIAGEM – COBRADE 1.4.1.1.0.”

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e de acordo com o Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012;

CONSIDERANDO ocorrência de estiagem atingindo o município e a região, resultando em danos e prejuízos;

CONSIDERANDO que de acordo com dados do Agroconnect da Epagri – Ciram, o município de Lebon Régis/SC vem registrando índices de precipitação muito abaixo ao esperado, deixando toda região em extrema vulnerabilidade;

CONSIDERANDO critérios agravantes da situação de emergência: o grau de vulnerabilidade do cenário e dos produtores rurais;

CONSIDERANDO a ocorrência de danos em diversas culturas e atividades agrícolas e pecuárias, como bovinocultura de Leite, Lavouras de Trigo, Soja, Milho e Fumo, bem como pomares de frutas, gerando grandes prejuízos na produção;

CONSIDERANDO que a estiagem fez com que o Município, através da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Psicultura e Meio Ambiente, perfurasse poços para consumo Humano e Animal;

CONSIDERANDO o seguro agrícola destinado a cobrir prejuízos decorrentes de fenômenos naturais, que atinjam plantações, bens fixos, semifixos ou semoventes;

CONSIDERANDO o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO que assegura ao produtor rural a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais que atinjam rebanhos e plantações.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência devido à ocorrência de ESTIAGEM no Município de Lebon Régis, classificado e codificado no COBRADE 1.4.1.1.0.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as culturas e atividades agrícolas comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pela EPAGRI.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Registre-se, Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO

Lebon Régis, 04 de janeiro de 2022.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO  
Secretário de Administração e Finanças

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2021 LOCAIS E HORÁRIO DAS PROVAS OBJETIVA E PRÁTICA**

Publicação Nº 3520700

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2021  
LOCAIS E HORÁRIO DAS PROVAS OBJETIVA E PRÁTICA

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a publicação dos LOCAIS E HORÁRIOS DA PROVAS OBJETIVA E PRÁTICA do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2021, conforme segue:

1. A prova objetiva para os cargos de:  
MOTORISTA  
MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR  
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Será realizada no dia 09/01/2022, no período MATUTINO, com duração máxima de 2 horas e duração mínima de 30 minutos, das 9h 45min às 11h 45min, na ESCOLA PRINCESA IZABEL, sito a rua José Custódio, s/n – bairro Centro, na cidade de Lebon Régis – SC

1.1. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 9h e 30 minutos, sob qualquer alegação.

1.2. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

**ATENÇÃO AOS HORÁRIOS DO PERÍODO MATUTINO**

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	9h e 00min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	9h e 30min
Início da prova	9h e 45min
Período mínimo de permanência no local de provas. Até às	10h e 15min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	11h e 45min

2. A prova objetiva para os cargos de:

ASSISTENTE SOCIAL

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

CONTROLE INTERNO

ENFERMEIRO

FARMACÊUTICO

FISCAL DE TRIBUTOS

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

MECÂNICO

MÉDICO

ODONTÓLOGO

OFICIAL ADMINISTRATIVO

PSICÓLOGO

Será realizada no dia 09/01/2022, no período VESPERTINO, com duração máxima de 2 horas e duração mínima de 30 minutos, das 14h 15min às 16h 15min, na ESCOLA PRINCESA IZABEL, sito a rua José Custódio, s/n – bairro Centro, na cidade de Lebon Régis – SC.

2.1. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 14h sob qualquer alegação.

2.2. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

**ATENÇÃO AOS HORÁRIOS DO PERÍODO VESPERTINO**

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	13h e 30min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	14h e 00min
Início da prova	14h e 15min
Período mínimo de permanência no local de provas. Até às	14h e 45min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	16h e 15min

3. A PROVA PRÁTICA para os cargos de MOTORISTA, MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, será realizada com todos os candidatos que realizarem a prova objetiva, no dia 09/01/2022, às 13h30min, na Garagem da Prefeitura Bairro Abraão dos Santos Maciel, situada na rua Vilsom Aprigio Maciel s/n, na cidade de Lebon Régis - SC.

3.2. Será vedado o acesso ao local de prova prática ao candidato que se apresentar após às 13h30min e comparecer sem documento oficial de identificação (com foto) sob qualquer alegação.

3.3. Para os cargos de Motorista, Motorista de Veículo Escolar e Operador de Máquinas Pesadas os candidatos deverão apresentar Carteira Nacional de Habilitação conforme a habilitação mínima do cargo para ter direito a realizar a prova prática.

4. Em virtude da pandemia de Covid-19 e das medidas preventivas necessárias à contenção da disseminação do Coronavírus, todos os candidatos deverão seguir as recomendações abaixo:

- Fazer uso de máscara facial, desde o ingresso no local das provas até a respectiva saída.
- Fazer uso, sempre que necessário, de álcool em gel 70% disponibilizados na entrada do local de provas, na sala destinada a aplicação da prova objetiva e banheiros.
- Manter o afastamento de pelo menos 1,5m (um metro e meio) dos demais candidatos, enquanto adentra aos locais de prova ou aguarda o ingresso em sala de prova.
- Os candidatos que, assim desejarem, poderão adentrar ao local da prova com vasilhame de álcool em gel, desde que em recipientes plásticos transparentes, que não contenham rótulos, impressões ou quaisquer outras identificações.
- Após a realização das provas o candidato deve deixar o local de sua prova imediatamente, não sendo permitidas aglomerações no local de prova, nem mesmo para espera de outros participantes.

Lebon Régis, 04 de janeiro de 2022.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal



**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2021 ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

Publicação Nº 3520664

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2021  
ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a publicação do ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2021, conforme segue:

**ASSISTENTE SOCIAL**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21600	ANDRESSA CAVALHEIRO DE MDEIROS	6883673
21702	DAIANE RIBEIRO DA SILVA	7110367
21529	FABIANA FERREIRA DE SOUZA TIBES	6322414
21573	JUCELE APARECIDA ORTIZ	4369494
21239	LARESSA GABRIELA WEBBER	6322002
21684	MELIZA SABINI DE CARVALHO	5928104

**AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21236	ADRIANA DE SOUZA ZANOTTO	3986316
21434	THAIS SPOCZAK DOS SANTOS	6290706
21758	ZILDA DE OLIVEIRA CARVALHO	4871484

**CONTROLE INTERNO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21661	DIANA NAIARA DALANHOL	6769658
21656	NATÁLIA HEUSSER	4481522

**ENFERMEIRO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21251	ADENILSON GUEDES DOS SANTOS	3947806
21517	ALYSSA OHANA SOARES	6152952
21743	ANA ROSA RODRIGUES DA SILVA	6806535
21186	CAROLINE PADILHA CORDEIRO GONSALVES	6120217
21565	EVA LIDIA CORONETI BANDEIRA	5451450
21332	JAQUELINE BOGO FAQUIM	5477380
21338	JIRLEI PEREIRA DA COSTA	4288665
21325	JOSIANE FERREIRA	5382528
21318	LARISSA DE CASSIA SCHIMITH	4840556
21185	NELY APARECIDA CORRÊA DE SOUZA SPOCZAK	3460070

**FARMACÊUTICO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21632	LAYSY DE SOUZA SIMONETTO	6290468

**FISCAL DE TRIBUTOS**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21280	DAIANE TOLFO PERANZONI	8108634
21574	MATHEUS SCHEFFMACHER DE ANDRADE	7989159
21640	VANESSA LAZZAROTTO	6115520

**FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21316	ALIONA RIBEIRO DA SILVA	4696720

**MECÂNICO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
---------	-----------	----

21383	EDUARDO DE OLIVEIRA GONCALVES	6115525
-------	-------------------------------	---------

**MÉDICO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21747	CAIO TODESCHINI	2028946834
21739	CHRISTIANO TOMASSO SILVEIRA PONZONI	3057861498
21579	KAOMA ANTUNES	6125940

**MOTORISTA**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21724	FABIO JUNIOR OLIVEIRA DE MOURA	5340562
21662	FERNANDO JOÃO RIZZO JUNIOR	6466714
21289	GILBERTO DALLAGNOL	3494932

**MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21240	CLEITON DIOGO MACHADO	4695800
21168	DANIEL OSNI DOS SANTOS	4623986
21331	DIRCEU MEDEIROS DA SILVA	2669238
21667	MAICON ANTONIO GOIS SIQUEIRA	5218894
21386	PEDRO PAULO ROSA	2119240

**ODONTÓLOGO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21580	GILSON FERREIRA DE SOUZA	4423560
21243	HELENA CEOLLA GAUDENCIO	5594287
21361	JOHNYKA AMANDA MIRANDA BEZERRA	1126917
21688	LUCAS WILLIAM ROSA	10116614978
21412	MAIKON PEDRO FABIAN	3887280
21537	MILLENA CRISTINA VERONEZE	5828422
21378	PAULO ROGÉRIO MUELLER	5060291
21368	SARITA DE AZEVEDO RODRIGUES	64670395
21308	WILLIAN SILVEIRA DA COSTA	6104793631

**OFICIAL ADMINISTRATIVO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21355	ALIANDRA RYANNE RIBEIRO DA SILVA DE MORAES	7149339
21641	AMANDA THAIS OLIVEIRA DE SOUZA	7168492
21670	ÉDER RODRIGUES RODIGHIERI	4133962
21220	GABRIEL DE SOUZA	6322339
21372	JULIA RIBEIRO	7138087
21535	KARINE CASTRO DOS SANTOS	6842222
21209	LEANDRO CARLOS DE SOUZA	5673604
21515	LUANA DE FÁTIMA TELES DA COSTA FERREIRA	6466429
21262	MARCOS RAFAEL HOFFMANN	6252902
21750	NIKOLAS DA SILVA RIBEIRO	6917230
21616	THAYS DALANHOL	6769662
21467	VANESSA RODRIGUES DA SILVA	6466489
21309	WESLEI PEREIRA DOS SANTOS	7187487

**OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
---------	-----------	----

21435	ADELAR DE SOUZA	4182666
21337	CLAUDENIR DE FREITAS NORONHA	6152970
21557	GILBERTO DA CHAVES ROSA	5790573
21561	JUCEMIR	5120184
21363	LUAN SIQUEIRA PAULETTI	5585282

**PSICÓLOGO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21665	PÂMELA APARECIDA DE LIMA FERNANDES MELLO	6309802
21677	TAMARA PIRES SOUZA	4237333
21564	VANDERSON DE SOUZA	51633353

Lebon Régis, 04 de janeiro de 2022.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2021 ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS**

Publicação Nº 3520692

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2021  
ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a publicação do ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/202, conforme segue:

**ASSISTENTE SOCIAL**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21615	ADRIANA PEGORARO DONATTI	4369152
21362	ELDA MARLEI LEMOS MORAES	1689997

**AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21327	RUTINEIA BARBOZA	4695162

**CONTROLE INTERNO**

Não há candidatos neste cargo ENFERMEIRO

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21330	ANEBILLY KE CORDEIRO DE FREITAS	5847530
21523	ELISÂNGELA PADILHA	5202802
21676	ISELINE CORREIA DE SOUZA DO VALLE	20192967
21556	MARCOS PAULO DE SOUZA	76710899
21265	MARIA ROZIRENE ALMEIDA ESPÍRITO SANTO	23044071

**FARMACÊUTICO**

Não há candidatos neste cargo FISCAL DE TRIBUTOS

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21647	EDUARDA CARDOSO DOS SANTOS	6466369
21551	EMANUELLY APARECE CONRADI	5327266
21256	LANNA RENATA ANTUNES	7644727

**FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Não há candidatos neste cargo MECÂNICO

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21576	ADEIRDO SCHEFFMACHER JUNIOR	6466439

**MÉDICO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21322	EDUARDO MOIOLI	6863364

21608	KAROLINE DA SILVA CARVALHO	2290663808
21756	SÉRGIO ANTÔNIO DE SOUSA SIROTTEAU CORRÊA	2239122
21695	SULIVAN FRANCISCO DA SILVA	4143623

**MOTORISTA**

Não há candidatos neste cargo MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR

Não há candidatos neste cargo ODONTÓLOGO

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21400	CAROLINE APARECIDA BRANCO	5163537
21413	DIOVANA MACÊDO DA MATA	6803283
21328	JOSÉ LUIS KAIPER	5728071
21149	SYANDRA APARECIDA VARELA	5313455

**OFICIAL ADMINISTRATIVO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21415	ANA PAULA MODETZKI	7453924
21184	ANDRESSA DA LUZ ANTUNES	6068352
21650	ELIZIANE FIUZA NUNES	5738724
21341	LUCIANA DOS SANTOS	7668350
21345	PAULO VILAR LIMA	20161439955
21293	RAFAELLA GOIS DE OLIVEIRA	7390308
21713	RENATTA HELOISA ROSA	6312643
21447	SARIANE ALVES DE MOURA	7993900
21177	SEBASTIÃO VIDAL JÚNIOR	2550199

**OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**

Não há candidatos neste cargo PSICÓLOGO

Não há candidatos neste cargo Lebon Régis, 04 de janeiro de 2022.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2021 EDUCAÇÃO LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA**

Publicação Nº 3520821

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2021

EDUCAÇÃO

LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a publicação do LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2021 EDUCAÇÃO, conforme segue:

1. A PROVA OBJETIVA para todos os cargos será realizada no dia 09/01/2021 no período MATUTINO, com duração máxima de 2 horas e duração mínima de 30 minutos, das 9h 45min às 11h 45min, na ESCOLA PRINCESA IZABEL, sito a rua José Custódio, s/n – bairro Centro, na cidade de Lebon Régis – SC.

1.2 Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 9h e 30 minutos, sob qualquer alegação.

1.3 O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

**ATENÇÃO AOS HORÁRIOS**

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	9h e 00min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	9h e 30min
Início da prova	9h e 45min
Período mínimo de permanência no local de provas. Até às	10h e 15min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	11h e 45min

2. Em virtude da pandemia de Covid-19 e das medidas preventivas necessárias à contenção da disseminação do Coronavírus, todos os candidatos deverão seguir as recomendações abaixo:

- Fazer uso de máscara facial, desde o ingresso no local das provas até a respectiva saída.
- Fazer uso, sempre que necessário, de álcool em gel 70% disponibilizados na entrada do local de provas, na sala destinada a aplicação da prova objetiva e banheiros.
- Manter o afastamento de pelo menos 1,5m (um metro e meio) dos demais candidatos, enquanto adentra aos locais de prova ou aguarda o ingresso em sala de prova.
- Os candidatos que, assim desejarem, poderão adentrar ao local da prova com vasilhame de álcool em gel, desde que em recipientes plásticos transparentes, que não contenham rótulos, impressões ou quaisquer outras identificações.
- Após a realização das provas o candidato deve deixar o local de sua prova imediatamente, não sendo permitidas aglomerações no local de prova, nem mesmo para espera de outros participantes.

Lebon Régis, 04 de janeiro de 2022.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2021 EDUCAÇÃO ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Publicação Nº 3520789

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2021  
EDUCAÇÃO  
ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a publicação do ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2021 EDUCAÇÃO, conforme segue:

### PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (10 A 50 ANOS) - HABILITADO

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21250	ADRIANA APARECIDA DENARDI	5443344
21302	ALESSA CAROLINE TELES	6895843
21274	ANGELA MARIA VIDAL	2551387
21429	ELISABETE RODRIGUES MAEBERG DE MARAFIGO	3986531
21463	FRANCIELI FERNANDES DA SILVA	5673538
21397	GESSICA GABRIELA RIBEIRO	6466375
21312	GILCE MARTINS DIAS	5382241
21637	IRENI DE SOUZA PALHANO	3701355
21181	JOVELI DIAS DE SOUZA SANTOS	5673008
21620	LUCINEIDE PERETTI TERCENIO	4059791
21201	MARIANA CARLIN DOS SANTOS	4616697
21247	MARIZETE FERREIRA DA SILVA	5932245
21235	MICHELE CARLIN DOS SANTOS GRANEMANN DO AMARAL	3411788
21577	ROSELI PEREIRA GOMES	2974096
21272	SOELI MOREIRA DA COSTA ANTUNES	2669475
21411	SUELI APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA	3761515
21722	VANILDA ROSA ROCHA DE SOUZA	3989463

### PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (10 A 50 ANOS) - NÃO HABILITADO

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21323	ELAINE CEREGATTI	3496120
21421	JOCELI DE FÁTIMA RIBEIRO ALVES DOS SANTOS	2976758
21249	LUCIANE RIBEIRO DA COSTA	5738905
21633	NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINA-ZZO	2664530
21658	OLISANDRA DE OLIVEIRA ROSA	6009137
21668	ROSENILDE DO AMARAL SCHEFFMACHER DA SILVA	5023721
21749	SANDRA DE SOUZA BORBA DOS SANTOS	3701012

**PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21432	CRISLAINE REGINA MELO SEBOLD	5304846
21540	DILAMAR MARTINS PINS PSCHIEDT	3946821
21192	ELIZANDRA ROSA DOS SANTOS CARNEIRO	3850115
21496	IEDA MARIA CRIST FELIPUS	3028749
21588	JÉSSICA DO AMARAL BEHRENS	7153340
21176	LUCIANO DE SOUZA BAUER	6128896

**PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21642	GRACIELE APARECIDA OLIVEIRA DA	4942043
21505	JACKSON JUNIOR DE SOUZA	7682279
21165	MÁRCIA ALVES PRETO PIERDONÁ	26692031
21612	SÍLVIA PIRES DE LIMA	5127628

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21681	ANA PAULA SZARNIK MORAIS	5699796

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO**

Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21723	ALINE DO PRADO FRANCA	5847318
21406	ANDRESSA HOFFMANN GRAZZIOTIN	7124399
21696	EDUARDO GABRIEL VIDAL KOCH	6680238
21718	JEAN PIERRE GREIN DOS SANTOS	7052316
21377	JOELMA VICENTINA DOS SANTOS	5615485
21638	MARCIA APARECIDA SCHWENTER MACHADO	3484125
21404	MAURÍCIO MAIBERG DE SOUZA	5907011
21731	SILVANA MARTINS BORBA DE	5340912

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (BERÇÁRIO A PRÉ -ESCOLA) - HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21408	ADRIANA DE FÁTIMA MATTE DA SILVA	79916803
21242	ALESSANDRA RODRIGUES DA SILVA	6466488
21178	ANA CLAUDIA FURTADO	6099768
21349	ANA PAULA RIBEIRO DA SILVA	6268053
21379	ANDREA APARECIDA LUZ	2976558
21384	ANLIELLY DE SOUZA	5340483
21663	BRUNA DOS SANTOS MIRANDA	51639645
21530	CÉLIA KLUGE	4249953
21708	CRISTIANE RIBEIRO PEREIRA	3947800
21697	ELAINE DIAS	5594465
21690	EVANILDES APARECIDA QUERINO MARTINS	2119466
21542	FABIANA PIRES	679680
21333	FERNANDA CARVALHO SCHEFFMACHER	7038461
21380	FRANCIELI ORTIZ DE SOUZA	54673593
21571	GISELE CARLIN DOS SANTOS	4369478
21481	GISELI GARCIA	4942826
21578	IRACENI MEIRELES DA SILVA	1335317

21371	IVANI TERESINHA MELO XAVIER	1422574
21509	IVANIA DE JESUS DA SILVA LARA	5247932
21751	JENIFER APARECIDA DE SOUZA MOREIRA	5202071
21512	JESSICA ALVES RIBEIRO	6034559
21173	JESSICA MOURA FERNANDES	6466358
21259	JOÃO PAULO DE MELO BORGES	6312416
21740	JOSIANA FORMAGINI	51634830
21401	JUCIÉLI MARTA NOGUEIRA	5868987
21223	JUCINEI VIEIRA DE FREITAS	5546780
21193	JÚLIO MATHEUS KOCH DE OLIVEIRA	7915102
21399	KATIUSCIA LUIZ	4616229
21278	MARIZE FERNANDES RIBEIRO DE SOUZA	3113191
21712	RAQUEL DE LIMA GONCALVES	5673640
21359	ROSANA TIBES PERETTI	4616673
21244	SALETE SILVA PINS	2972893
21597	SAMIRA LUANA DA SILVA	5263494
21182	SIMONE APARECIDA ANTUNES	5247568
21352	TATIANE THIBES FLORIANO	5673415
21692	THAÍSE MAIARA FERREIRA DE LIMA	7267387
21486	VERA MÁRCIA ANTUNES	2119383
21534	VERONICA APARECIDA KLUGE POSSENTI	3363500

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (BERÇÁRIO A PRÉ -ESCOLA) - NÃO HABILITADO

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21342	ADRIANE MALLMANN BONETTI	6068658
21214	ALINE AMARO MAEBERG	6869967
21541	ANA PAULA DA SILVA	6676269
21476	ANA PAULA SANTOS DA SILVA	5828291
21370	CRISTIANE DE MELLO KOEHLER	4696527
21575	JAINE DOS SANTOS SELINKA	6466445
21360	JAQUELINE DE SOUZA CORREA	6790714
21572	JAQUELINE QUEIROZ DE OLIVEIRA	7683555
21232	JÉSSICA MARCELINO DE LIMA	7268475
21174	JOSIELE DO ROSARIO DAVE	6099273
21358	KAROLINY PERETTI DE OLIVEIRA	8299805
21587	KELLY LUANA DOS SANTOS	5451512
21646	LAIZ FRANCINE MOREIRA	6924550
21346	LETÍCIA APARECIDA DA LUZ CAMARGO	6268173
21279	NATALIA LIA SOUZA OLIVEIRA PADILHA	7171297
21614	SABRINA PEREIRA	3989615

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21645	VANESSA DOS SANTOS SOUZA	5928505

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Não há candidatos neste cargo PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21171	FLÁVIA GOES DE OLIVEIRA	5202162
21567	GESLAINE GUEDES DOS SANTOS DO VALE	5738164
21566	ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA	4247330



**PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21568	DOUGLAS DE CASTILHO	6312463

**PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21683	ANDERSON PALHANO DOMINGUES	5304892

**PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21436	SABRINA VESARO	5847944

**PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21754	ALINE APARECIDA PIRES	5546767
21161	AMANDA PIRES DA ROCHA	7060169
21287	FRANCIELI MARINS	5673636

**PROFESSOR DE MÚSICA (HABILITADO)**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE MÚSICA (NÃO HABILITADO)**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21621	ELIANE MARTINS DA SILVA COSTA	124635187

**PROFESSOR DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS - HABILITADO**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS – NÃO HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21409	ADEMIR BATISTA COSTA	8240060
21560	JONATHAN DAVID	5163340
21255	VITOR MATEUS RAUEN	5790955

**PROFESSOR DE XADREZ (HABILITADO)**

Não há candidatos neste cargo Lebon Régis, 04 de janeiro de 2022.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2021 EDUCAÇÃO ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS**

Publicação Nº 3520804

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2021

EDUCAÇÃO

ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a publicação do ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2021 EDUCAÇÃO, conforme segue:

**PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (10 A 50 ANOS) - HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21167	THAIANE GABRIELA DA SILVA	4840535

**PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (10 A 50 ANOS) - NÃO HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21276	BIANCA HEINE	6152826
21553	DAINE APARECIDA GOMES DE LIMA	4819552

**PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
---------	-----------	----

21459	VALDEMAR DE CASTRO CORREA	8498585
-------	---------------------------	---------

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21761	HENRIQUE GABRIEL LOCATELLI	6152287
21320	VANESSA HELLEN LUCIANO	6168386

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (BERÇÁRIO A PRÉ -ESCOLA) - HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21175	LILIAN CHAVES ALVES	5546732
21219	MAYARA TEREZINHA BRITO	6128614
21643	REGIANE SCHEFFER	5795213
21218	SAMARA MOREIRA SCHEFFMACHER	5847324

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (BERÇÁRIO A PRÉ -ESCOLA) - NÃO HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21183	JENIFER PIRES DA ROCHA	7060204
21343	SCHEILLA ALVES DOS SANTOS	4133512

**PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21314	JUCELE FURTADO DA SILVA	5738723

**PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21410	FERNANDO JOSÉ LOPES	89217172

**PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21548	PAULA FRANCIELI GROBE BEZ	6128472

**PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - HABILITADO**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21189	MICHELI TOMCHAK GIANELLO PRATES	3986413
21701	SABRINE MONTEIRO ABRÃO SEMANN	4980601

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE MÚSICA (HABILITADO)**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE MÚSICA (NÃO HABILITADO)**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS - HABILITADO**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS - NÃO HABILITADO**Não há candidatos neste cargo **PROFESSOR DE XADREZ (HABILITADO)**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21367	AGUINALDO	2973248

Lebon Régis, 04 de janeiro de 2022.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2021 LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA**

Publicação Nº 3520767

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2021  
LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA**

O Senhor Leoniro Pahl, Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais faz saber a quem possa o LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2021, conforme segue:

1. A PROVA OBJETIVA para todos os cargos será realizada no dia 09/01/2022, no período VESPERTINO, com duração máxima de 2 horas e duração mínima de 30 minutos, das 14h 15min às 16h 45min, na ESCOLA PRINCESA IZABEL, sito a rua José Custódio, s/n – bairro Centro, na cidade de Lebon Régis – SC.

1.2 Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 14h, sob qualquer alegação.

1.3 O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

**ATENÇÃO AOS HORÁRIOS**

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	13h e 30min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	14h e 00min
Início da prova	14h e 15min
Período mínimo de permanência no local de provas. Até às	14h e 45min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	16h e 15min

2. Em virtude da pandemia de Covid-19 e das medidas preventivas necessárias à contenção da disseminação do Coronavírus, todos os candidatos deverão seguir as recomendações abaixo:

- Fazer uso de máscara facial, desde o ingresso no local das provas até a respectiva saída.
- Fazer uso, sempre que necessário, de álcool em gel 70% disponibilizados na entrada do local de provas, na sala destinada a aplicação da prova objetiva e banheiros.
- Manter o afastamento de pelo menos 1,5m (um metro e meio) dos demais candidatos, enquanto adentra aos locais de prova ou aguarda o ingresso em sala de prova.
- Os candidatos que, assim desejarem, poderão adentrar ao local da prova com vasilhame de álcool em gel, desde que em recipientes plásticos transparentes, que não contenham rótulos, impressões ou quaisquer outras identificações.
- Após a realização das provas o candidato deve deixar o local de sua prova imediatamente, não sendo permitidas aglomerações no local de prova, nem mesmo para espera de outros participantes.

Lebon Régis, 04 de janeiro de 2022.

LEONIRO PAHL

Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Régis

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2021 ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

Publicação Nº 3520747

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2021  
ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

O Senhor Leoniro Pahl, Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais faz saber a quem possa o ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2021, conforme segue:

**Assistente Social**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21653	DAIANE OLIVEIRA RIBEIRO	4387354

**Cozinheira**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21669	ALEXSSANDRA NUNES	54512336
21657	CINTIA CRISTINA SUDATTI	53047737

**Enfermeiro Padrão**

Nº INSC	CANDIDATO	RG
---------	-----------	----

21187	CAROLINE PADILHA CORDEIRO GONSALVES	6120217
21452	DULCINEIA DE OLIVEIRA	5546273
21652	EDILAINE LARISSA CAYE LEMOS	6466715
21555	IVONEI APARECIDA GRANEMANN	1916218
21376	JULIANA MARA CAMPOS DA ROCHA KOJIKOSKI	3484063
21224	KAYANE BAUM BAGGENSTOSS	5731707
21191	LUZIA LUCIMAR LEFFER DOS SANTOS	4942820
21237	PATRÍCIA MACHADO DOS SANTOS	567674
21298	ROSANA APARECIDA PEPES	4840492
21727	VANESSA VICENTE	3989070

## Farmacêutico

Não há candidatos neste cargo Fisioterapeuta

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21210	JULIANA THIBES FLORIANO	6034681
21414	LUCAS FELIPE CAMARGO MACHADO	5904743
21334	RODRIGO MAIBERG DE FRANÇA	6290158
21197	SAMUARA DA CRUZ ROSA MOREIRA	5673675

## Fonoaudiólogo

Não há candidatos neste cargo Motorista de Ambulância

Não há candidatos neste cargo Nutricionista

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21737	ANA PAULA LUDWIG DO AMARAL	5782518
21526	ANDREIA KELLEN FRANCISQUINI MOTA	104373976

## Oficial Administrativo

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21207	LILIANE LEFFER DA SILVA GUEDES	7153154

## Psicólogo

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21234	ALESSANDRA DOS SANTOS SELINKA	5847186
21369	CRISTIAN TOMAZI	126566522
21617	DIANA CASTILHO	4616662
21603	IDINEI ALVES GRANEMANN	55467717

## Recepcionista

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21294	ANDRESSA DA LUZ ANTUNES	6068352
21611	BIANCA RODRIGUES	7752548
21281	CAMILA APARECIDA DOS SANTOS	7494524
21226	CLAUDIA DE LIMA DE MEIRA	131484070
21729	CLEITON SEBASTIAO DE SOUZA	5932555
21705	DANIELLE LAZZARETTI	7375999
21730	ELLEN DE LIMA VELOSO DOS SANTOS	6869995
21290	EVELYN CRISTINA DOS SANTOS PEREIRA	8001248
21407	FABIANA SCHEFFMACHER PERETTI	5932261
21698	GEISILA APARECIDA DANALIA	7372641
21366	GRAZIELI DA SILVA CAETANO	6806994
21195	GRAZIELLE SOUZA BATISTA	5376562
21288	JULIANA CARLIN RAMOS	5340119
21593	LIANDRO DE SOUZA KLUG	7052242
21248	MARISTELA ARAUJO DE FREITAS	5738338
21636	MARISTELA BRITO	5790335
21319	NATANAEL HENRIQUE DE SOUZA	7389351

21686	QUEILA PEREGO	5673511
21317	RAQUEL CAMILA DE SOUZA	5907045
21315	REGINA APARECIDA DE SOUZA	4616749

## Servente

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21306	ANA CAROLINA DOMINGUES	7707985
21626	LUZIANE PAES DE MELLO	6152292
21590	MIRIAN JUCEMARA FERREIRA DOS SANTOS	7858693

## Técnico de Enfermagem

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21489	BERNADETE DIAS	4696717
21373	DIANNYFFER ALVES DOS SANTOS MINSKI	5533667
21629	ELOIR FOGUES	1689682
21649	LUCILENE DA ROSA VIEIRA RADECK	5847793
21292	ODAIR GUEDES DA SILVA	2667391
21703	VILMAR JOSE DE MIRANDA	1330022

## Técnico Programa Data-SUS

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21671	CLEVERSON DE SOUZA RODRIGUES	7071012
21329	EMILI JAMINI BILIBIO	8168038
21678	JUNIOR JOSÉ GRANEMANN DE SOUZA	5304642
21357	LUZIA GONÇALVES DOS SANTOS	2936005
21651	NEIDI GONÇALVES LTTES	6152509
21738	RONEY MEDEIROS PEPES	5247050
21324	RAFAELLA GOIS DE OLIVEIRA	7390308
21707	RAFAELLA RIZZO SILVEIRA	6736273
21734	RUBIA SOUZA	6883501
21694	SAMARA DO PRADO	6466593
21664	STEPHANIE ILANA VIPICH	6442275
21726	VASCONCELO CARLIM DA SILVA	3484931

## Vigia

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21170	CLAUDEMIR PAULIK RISELO	7091862
21166	FRANCIELE XAVIER DA CRUZ DE OLIVEIRA	5599626

Lebon Régis, 04 de janeiro de 2022.

LEONIRO PAHL

Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Régis

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2021 ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS**

Publicação Nº 3520756

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2021  
ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

O Senhor Leoniro Pahl, Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais faz saber a quem possa o ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2021, conforme segue:

Assistente Social

Não há candidatos neste cargo Cozinheira

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21699	ANA PAULA NUNES	5599550

## Enfermeiro Padrão

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21299	GISLAINE GONÇALVES RIBEIRO	107665323
21348	JORDANIA TORRES DE ALENCAR VILAR	8500657
21613	MARCELE GUERREIRO ANDRADE	0999947478
21458	MARCOS PAULO DE SOUZA	76710899

## Farmacêutico

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21745	ELDER BRUNO SENA CARVALHO	232367
21326	LETICIA SCOPEL	6682054

## Fisioterapeuta

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21428	ALINE FATIMA SCHULZ PRUSS	5017391
21711	ANDREZA MANGABEIRA DE OLIVEIRA	3794024
21549	RAFAEL SCHIMITH DA SILVEIRA	104060307

## Fonoaudiólogo

Não há candidatos neste cargo Motorista de Ambulância

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21519	MÁRCIO ALEXANDRE MARTINS DE MELO	248270783

## Nutricionista

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21266	DOUGLAS OLIVEIRA VIEIRA	10068511

## Oficial Administrativo

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21150	MATEUS RODRIGO DOS SANTOS	6961272

## Psicólogo

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21321	CAMILA SUELEN TIBOLA DO AMARAL	6879924
21313	DANIELA DA SILVA BAUMGARTEN	1297016378
21431	DÉBORA APARECIDA CARNEIRO	4928032
21680	JAQUELINE ALVES BAMBIL	8094158361

## Recepcionista

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21206	CLAUDIA RODRIGUES DE LIMA	7546145
21160	OK	7687623

## Servente

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21179	ELIANE DIAS DOS REIS	3782628

## Técnico de Enfermagem

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21212	BENTA ELIANE DA SILVA MEDEIROS	2678628
21340	JOSE GABRIEL SODRE ALVES	134530620000
21760	ZILDA DE OLIVEIRA CARVALHO	4871484

## Técnico Programa Data-SUS

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21273	EDSON ROBERTO DUARTE WEREN	9070508685
21188	LÉIA NUNES DE ALMEIDA	5023157

21581	WILLIAN CÍCERO HENRIQUE DE ALMEIDA	505334689
-------	------------------------------------	-----------

## Vigia

Nº INSC	CANDIDATO	RG
21344	ADRIANA BEKER DE SOUZA	4502690
21385	ALEQUESSANDRO ROSA	3460007
21180	LUIZ FERNANDO ALVES DE OLIVEIRA	5247754

Lebon Régis, 04 de janeiro de 2022.

LEONIRO PAHL

Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Régis

**PORTARIA Nº 001/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519963

PORTARIA Nº 001/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR JULIANO RAFAEL PEREGO, para ocupar o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/01/2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de janeiro de 2022.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 002/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519968

PORTARIA Nº 002/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ADAIR DA SILVA MATTOS, para ocupar o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE CONTABILIDADE, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/01/2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de janeiro de 2022.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 003/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519969

PORTARIA Nº 003/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica



do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR ALICE GOMES DA ROCHA, para ocupar o cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/01/2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 03 de janeiro de 2022.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 004/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519970

PORTARIA Nº 004/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

**ALTERA CARGA HORARIA DE FUNCIONÁRIO**

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER, a(o) Servidor(a) GUSTAVO BALESTRIN MORAES, ocupante do cargo de Médico, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, ALTERAÇÃO de carga horária de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/01/2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 03 de janeiro de 2022.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 005/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519972

PORTARIA Nº 005/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

**REDISTRIBUI FUNCIONÁRIO**

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. REDISTRIBUIR a(o) funcionário(a) ADAIR DA SILVA MATTOS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Assessor Especial de Contabilidade, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para ficar responsável pela contabilidade da Secretaria de Saúde e do Hospital Municipal Santo Antonio, ficando o mesmo cedido com ônus para a Secretaria de Saúde, a partir de 03/01/2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 03 de janeiro de 2022.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 006/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519973

PORTARIA Nº 006/22 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR JOSÉ AMANDIO FELICIDADE DA COSTA, para ocupar o cargo de ASSESSOR DE INFRAESTRUTURA, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/01/2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de janeiro de 2022.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 10/2021

Publicação Nº 3520915

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 57BBB58932BD8BF3D64717EEDA7A5905AD68CD71

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL/SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2021 PROCESSO LICITATÓRIO 72/2021

Código registro TCE: 57BBB58932BD8BF3D64717EEDA7A5905AD68CD71

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de treinamento e consultoria na área jurídica para a Câmara de Vereadores

Modalidade: Tomada de Preços.Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas até: as 08h15min do dia 25/01/2022, no setor de compras e licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, Centro, junto ao prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC.

Abertura: dia 25/01/2022 as 08h30min.

Informações complementares: O edital na íntegra esta a disposição dos interessados na home page [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br) e no mural físico do Município.

Lindóia do Sul - SC, 04 de janeiro de 2022 – Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal em exercício

### DECRETO Nº 3.682, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519373

DECRETO Nº 3.682, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município no inciso I do § 4º, do Art. 122 e,

Considerando o disposto no Art. 6º c/c Art. 7º da Lei nº 1.530, de 09 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para 2022 – LOA e dá outras providências,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

10.001 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade: 2.025 – Operacionalização das Estratégias Saúde da Família - ESF

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.3.77.0329–Superávit/Emenda Relatoria-Incremento PAB-Portaria MS 3.665/2020 ..... R\$ 17.000,00

Projeto/Atividade: 2.026 – Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.3.77.0329–Superávit/Emenda Relatoria-Incremento PAB-Portaria MS 3.665/2020 ..... R\$ 39.000,00

Projeto/Atividade: 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.3.77.0329–Superávit/Emenda Relatoria-Incremento PAB-Portaria MS 3.665/2020 ..... R\$ 144.000,00 Fonte de Recursos: 0.3.76.0331–Superávit/Emenda Incremento Custeio Serv. Atenção Básica ..... R\$ 107.462,85

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação nas dotações constantes no art. 1º ocorrerão por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial em 31/12/2021, nas fontes de recursos supracitadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 03 de janeiro de 2022.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO Nº 3.683, DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519382

DECRETO Nº 3.683, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município no inciso I do § 4º, do Art. 122 e,

Considerando o disposto no Art. 6º c/c Art. 7º da Lei nº 1.530, de 09 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para 2022 – LOA e dá outras providências,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade – PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Agricultura e Ambiente

Unidade 002 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.030 – Apoio Administrativo - Funderural

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

0.1.64.0365– Transferência Voluntárias Estado - Enfardadeira ..... R\$ 120.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º correrão por conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso supracitada, em razão de transferência voluntária do Governo do Estado de Santa Catarina, conforme portaria nº 506/SEF de 08/12/2021.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 03 de janeiro de 2022.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO Nº 3.684, DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519386

DECRETO Nº 3.684, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município no inciso I do § 4º, do Art. 122 e,

Considerando o disposto no Art. 6º c/c Art. 7º da Lei nº 1.530, de 09 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para 2022 – LOA e dá outras providências,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Entidade – PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Órgão 04 – Secretaria Mun. Educação, Cultura e Turismo

Unidade 001 – Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 1.005 – Diretoria de Educação – Investimentos Gerais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

0.1.62.0023– Transferências Voluntárias Estado – Tablets ..... R\$ 230.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º correrão por conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso supracitada, em razão de transferência voluntária do Governo do Estado de Santa Catarina, conforme portaria nº 535/SEF de 28/12/2021.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 03 de janeiro de 2022.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO Nº 3.685, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520628

DECRETO Nº 3.685, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município no inciso I do § 4º, do Art. 122 e,

Considerando o disposto no Art. 6º c/c Art. 7º da Lei nº 1.530, de 09 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para 2022 – LOA e dá outras providências,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade – PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Órgão 06 – Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transportes

Unidade 002 – Diretoria de Infra Estrutura e Transporte

Projeto/Atividade 1.004 – Reestruturação da Diretoria de Infra Estrutura

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

0.3.00.0000– Recursos ordinários ..... R\$ 310.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º correrão por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial em 31/12/2021, na fonte de recurso supracitada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 04 de janeiro de 2022.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal em Exercício

**RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 196/2021**

Publicação Nº 3520691

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1AF420FFCD35BBDD639FDF8223CA29346DC23EC1

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 196/2021

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 195/2021

Fica alterado no extrato o prazo de vigência do contrato.

Código registro TCE: 1AF420FFCD35BBDD639FDF8223CA29346DC23EC1

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:

Processo Licitatório 56/2021 Tomada de Preços 06/2021

Contratado: RTM PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual para mais 12 (doze) meses consecutivos.

Vigência: 31 de dezembro de 2022.

Assinatura: 30 de dezembro de 2021.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito Municipal

# Lontras

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 265/2021

Publicação Nº 3520874

**DECRETO Nº 265/2021**

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R\$ 412,70 (quatrocentos e doze reais e setenta centavos)."

O(A) PREFEITO(A) DE LONTRAS, Estado de Santa Catarina, com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na :

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 412,70 (quatrocentos e doze reais e setenta centavos), para reforço no exercício financeiro de 2021 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Secretaria de Infraestrutura e Obras

Unidade Orçamentária: 07.001

Secretaria de Infraestrutura e Obras

Funcional Programática:

07.001.0015.0451.0010.1014

Projeto:Pavimentação de Ruas e Passeios

Elemento de Despesa

Fonte de Recurso

Valor

4490000000 - Aplicacoes diretas

01790003 - Emendas Parlamentares Impositivas  
- Apoio financ. ao mun. para pavim. e obras em  
vias públicas - Dep. Ana Carolina

R\$ 412,70

**VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 412,70**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1321001100 - Remuneração de depósitos bancários - principal da fonte 1790003 - Emendas Parlamentares Impositivas - Apoio financ. ao mun. para pavim. e obras em vias públicas - Dep. Ana Carolina nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 4 de janeiro de 2022.

MARCIONEI HILLESHEIM

PREFEITO MUNICIPAL

# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 3154

Publicação Nº 3520521

DECRETO Nº 3154 de 30 de dezembro de 2021.

“DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO AO SENHOR VANDERLEI HOFSTATTER DE ESPAÇO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, que a permissão de uso é ato administrativo unilateral, discricionário e precário concedido pela Administração Pública ao particular, firmado através de termo administrativo;

CONSIDERANDO, a solicitação apresentada pelo Senhor VANDERLEI HOFSTATTER, para cedência do Campo de Futebol da Escola Municipal São Francisco visando a realização de treinos de futebol, gratuitamente, a meninos de 07 a 17 anos, aos sábados e domingos;

CONSIDERANDO, tratar-se de cidadão que por muitos anos exerceu a atividade de atleta profissional e pretende repassar sua experiência aos jovens;

CONSIDERANDO, o atendimento ao interesse público de proporcionar, gratuitamente treinos de futebol de campo aos jovens do Município de Luzerna;

CONSIDERANDO, que se trata de Permissão de Uso Precária, revogável a qualquer tempo e focada exclusivamente no interesse público, de propiciar mais uma atividade esportiva, envolvendo os jovens;

#### DECRETA:

Art.1º- Fica autorizada a outorga de permissão de uso do Campo de Futebol da ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO, em favor do Senhor VANDERLEI HOFSTATTER, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 007.785.959-60, portador da cédula de identidade nº 3-928.982, residente e domiciliado na Rua Dário Fontana, 192, Bairro São Francisco, neste Município de Luzerna(SC).

Parágrafo Único - A permissão de uso de que trata o presente artigo será feita por meio de Contrato/Termo respectivo, para que o Senhor VANDERLEI HOFSTATTER promova gratuitamente, treinos de Futebol de Campo para meninos de 07 a 17 anos.

Art.2º- A permissão de que trata o artigo anterior será feita mediante as seguintes condições:

I. O permissionário deve zelar pela conservação do imóvel ora permitido e não desvirtuar de sua finalidade, bem como, responsabilizar-se pela segurança dos treinandos;

II. A permissão dar-se-á pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da data de celebração do contrato;

III. A prorrogação de prazo da permissão há de ser requerida pelo permissionário no ano anterior àquele em que se findar a permissão e será feita, com ou sem modificações em suas cláusulas e condições, por iguais períodos, respeitadas as disposições deste Decreto.

Art.3º- A Permissão de Uso do Espaço Público, a título precário, poderá ser cancelada a qualquer momento por interesse público relevante e/ou por descumprimento das condições estabelecidas neste Decreto pelo permissionário, independente de notificação, sem qualquer indenização seja a que título for.

Art. 4º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 30 de dezembro de 2021.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito de Luzerna

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO CAMPO DE FUTEBOL DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC E DE OUTRO LADO O SENHOR VANDERLEI HOFSTATTER.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.613.428-0001/72, com sede administrativa à Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), representado neste ato por seu Prefeito JULIANO SCHNEIDER, doravante denominado PERMITENTE e o Senhor VANDERLEI HOFSTATTER, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 007.785.959-60, portador da cédula de identidade nº 3-928.982, residente e domiciliado na Rua Dário Fontana, 192, Bairro São Francisco, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominada PERMISSIONÁRIO, resolvem celebrar o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO, sujeitando-se às normas regulamentares e mediante as cláusulas e condições ora pactuadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a permissão de uso do Campo de Futebol da Escola Municipal São Francisco, sito na Rua São Francisco, Bairro São Francisco, no Município de Luzerna/SC, conforme Decreto nº 3154 de 30 de dezembro de 2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE



O bem imóvel especificado na Cláusula Primeira somente poderá ser utilizado pelo Permissionário para a finalidade de treinos de futebol de campo, nos sábados e domingos, promovidos gratuitamente, sem qualquer cobrança de mensalidade, a meninos de 07 a 17 anos do Município de Luzerna, como forma de incentivo ao esporte e ao lazer sadio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A presente permissão é concedida, a título precário, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data de assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado a critério do Município.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

I - Constituem Obrigações do Permissionário:

- a) Utilizar o imóvel única e exclusivamente para os fins propostos neste instrumento, não podendo ser alterada a sua finalidade;
- b) Não transferir ou ceder a terceiros o imóvel durante seu prazo de vigência;
- c) Não realizar alterações no imóvel, sem autorização expressa do Permitente;
- d) Manter permanentemente, e em condições adequadas, a higiene, vigilância, conservação e manutenção do espaço objeto desta permissão;
- e) Não colocar letreiros, placas, anúncios, luminosos ou quaisquer outros objetos no imóvel sem prévia e expressa autorização do Município;
- f) Devolver o bem recebido em permissão de uso, ao final da vigência deste instrumento, nas mesmas condições de uso e conservação, ressalvados os desgastes decorrentes do uso natural;
- g) Ao final do prazo estabelecido no inciso I desta Cláusula, todas as benfeitorias por ventura existentes no imóvel serão incorporadas ao patrimônio do Município de Luzerna, sem indenização seja a que título for;
- i) respeitar e cumprir o disposto no Decreto de Permissão.

II - Constituem obrigações do Permitente/Município:

- a) Permitir a utilização do imóvel para a consecução da atividade proposta.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS

Todas as benfeitorias necessárias realizadas na área/imóvel objeto do presente instrumento incorporar-se-ão ao imóvel, ficando a ele pertencente e serão incorporadas ao patrimônio do Município de Luzerna, sem indenização seja a que título for.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

As obrigações previdenciárias e trabalhistas, decorrentes da utilização prevista neste Termo, correrão por conta exclusiva e responsabilidade do Permissionário, não podendo esta, sob qualquer pretexto, repassá-las ao Município.

O Permissionário responsabiliza-se pela segurança e quaisquer acidentes que venham a ocorrer com os meninos em horário de treino, isentando o Município de qualquer responsabilidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

O presente instrumento poderá ser alterado, por meio de Termos Aditivos, vedada a alteração do objeto.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESOLUÇÃO EXPRESSA

Constitui cláusula de resolução expressa, independente de notificação, o descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas pelo Permissionário neste instrumento, extinguindo a presente Permissão de Uso, retornando o imóvel imediatamente ao Município, com todas suas benfeitorias, sem qualquer indenização ao Permissionário seja a que título for.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

Em caso de rescisão da referida permissão de uso por parte do Município de Luzerna, antes do término do prazo fixado na Cláusula Terceira deste instrumento igualmente não ensejará o direito a indenização das benfeitorias realizadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO

A presente Permissão de Uso extinguir-se-á no prazo final do presente instrumento e nos casos de resolução e rescisão acima previstos, bem como, no disposto no Decreto de Permissão, que é parte integrante deste Instrumento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Os casos omissos ou excepcionais, não previstos neste termo, deverão ser submetidos, com brevidade e por escrito, à apreciação das partes e serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações e demais normas regulamentares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Joaçaba(SC), para dirimir quaisquer dúvidas do presente Termo de Permissão de Uso de imóvel público.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de dezembro de 2021.

JULIANO SCHNEIDER  
PREFEITO DE LUZERNA  
Permitente

VANDERLEI HOFSTATTER

Permissionário

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

# Mafra

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 001/2022 – EM 03.01.2022

Publicação Nº 3520965

PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS  
SERVIDORES MUNICIPAIS DE MAFRA - PLASSMA

PORTARIA Nº. 001/2022 – em 03.01.2022.  
NOMEIA ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO.

O Gestor e Diretor Financeiro do Plassma, JOÃO CARLOS LANDOSKI, no uso de suas atribuições, de acordo com o artigo 9º, inciso II da Lei nº 3469 de 02 de Março de 2010.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear HELONEIDA SOUZA DA MATTA, inscrito no CPF nº. 120.276.197-63 e RG nº 215.084.526 através de Concurso Público Nº. 001/2018, para exercer o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, a partir de 03 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, em 03 de janeiro de 2022.

JOÃO CARLOS LANDOSKI  
Gestor e Diretor Financeiro do Plassma

EMERSON MAAS  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 01, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519864

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01, de 03 de janeiro de 2022

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador Vanderlei Peters, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 32, inciso II da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que a saúde é direito social fundamental (CF, art. 6º), garantido mediante a implementação de políticas que, dentre outros objetivos, visem à redução do risco de doença e de outros agravos (CF, art. 196);

CONSIDERANDO a edição da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia; e

CONSIDERANDO a adoção de medidas que visam minimizar as possibilidades de contágio do coronavírus por diversos outros órgãos da Administração Pública em todos os níveis da Federação,

DECRETA:

Art. 1º Este decreto tem por objetivo estabelecer medidas para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Coronavírus (Covid-19) no âmbito do Poder Legislativo de Mafra.

Parágrafo Único. As medidas de que trata este decreto têm caráter temporário, com vigência até disposição em contrário.

Art. 2º Haverá sessão ordinária presencial com todas as medidas de prevenção cabíveis para evitar a proliferação do Novo Coronavírus.

Art. 3º Fica vedado o acesso das pessoas que não estiverem utilizando máscara ou que apresentarem temperatura corporal superior a 37,5º C (trinta e sete vírgula cinco graus celsius) ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais), característicos dos casos suspeitos de infecção pela Covid-19.

Art. 4º As medidas previstas neste ato serão revistas sempre que necessário, caso haja regressão ou evolução da situação de Saúde Pública.

Art. 5º Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência da Câmara.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

Mafra/SC, 03 de janeiro de 2022.

VER. VANDERLEI PETERS  
Presidente  
Câmara Municipal de Mafra

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 02, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519865

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02, de 03 de janeiro de 2022

ESTABELECE DIAS DE FERIADO E PONTO FACULTATIVO NO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 NAS REPARTIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA/SC.

O Vereador Vanderlei, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 32, inciso II da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022 para a Câmara Municipal de Mafra:

- I - 01 de janeiro, sábado, Confraternização Universal (feriado nacional);
- II - 28 de fevereiro, segunda-feira, Véspera de Carnaval (ponto facultativo);
- III - 01º de março, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- IV - 02 de março, quarta-feira, Cinzas (ponto facultativo);
- V - 19 de março, sábado, Dia de São José Padroeiro de Mafra/SC (ponto facultativo);
- VI - 15 de abril, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional);
- VII - 17 de abril, domingo, Páscoa (feriado nacional);
- VIII - 21 de abril, quinta-feira, Tiradentes (feriado nacional);
- IX - 01 de maio, domingo, Dia do Trabalhador (feriado nacional);
- X - 16 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (feriado nacional);
- XI - 17 de junho, sexta-feira (ponto facultativo);
- XII - 07 de setembro, quarta-feira, Independência do Brasil (feriado nacional);
- XIII - 08 de setembro, quinta-feira, Aniversário de Mafra/SC (feriado municipal);
- XIV - 09 de setembro, sexta-feira (ponto facultativo);
- XV - 12 de outubro, quarta-feira, Dia de Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
- XVI - 28 de outubro, sexta-feira, Dia do Servidor Público (ponto facultativo);
- XVII - 02 de novembro, quarta-feira, Finados (feriado nacional);
- XVIII - 14 de novembro, segunda-feira (ponto facultativo);
- XIX - 15 de novembro, terça-feira, Proclamação da República (feriado nacional);
- XX - 19 a 31 de dezembro (recesso legislativo);
- XXI - 25 de dezembro, sábado, Natal (feriado nacional).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 03 de janeiro de 2022.

VER. VANDERLEI PETERS  
Presidente  
Câmara Municipal de Mafra

## RESOLUÇÃO Nº 01, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519867

RESOLUÇÃO Nº 01, de 03 de janeiro de 2022

FIXA CALENDÁRIO DE SESSÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

O Vereador Vanderlei Peters, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 32, inciso II da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixa o Calendário de Sessões Ordinárias para o exercício de 2022, como segue:

- I - Fevereiro: dias 07, 08, 14, 15, 21 e 22;
- II - Março: dias 07, 08, 14, 15, 21, 22, 28 e 29;
- III - Abril: dias 04, 05, 11, 12, 18, 19, 25 e 26;
- IV - Maio: dias 02, 03, 09, 10, 16, 17, 23, 24, 30 e 31;
- V - Junho: dias 06, 07, 13, 14, 20, 21, 27 e 28;
- VI - Julho: dias 04, 05, 11 e 12;
- VII - Agosto: dias 01, 02, 08, 09, 15, 16, 22, 23, 29 e 30;
- VIII - Setembro: dias 05, 06, 12, 13, 19, 20, 26 e 27;
- IX - Outubro: dias 03, 04, 10, 11, 17, 18, 24, 25 e 31;
- X - Novembro: dias 01º, 07, 08, 21, 22, 28 e 29;
- XI - Dezembro: dias 05, 06, 12 e 13.

Art. 2º As sessões terão início às 19 horas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 03 de janeiro de 2022.

VER. VANDERLEI PETERS

Presidente

Câmara Municipal de Mafra

# Major Gercino

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 002, DE 4 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520108

PORTARIA Nº 002, de 4 de janeiro de 2022

“Dispõe Sobre Concessão de Pagamento de Férias e dá outras providências”

VALMOR PEDRO KAMMERS, Prefeito Municipal de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica.

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - CONCEDER, pagamento de férias de 1/3 constitucional, no período de 04/01/2022 a 02/02/2022, ao funcionário DANILO ANTONIO GAMBETA, ocupante do cargo de MOTORISTA e matrícula nº 900356, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Major Gercino/SC, 4 de janeiro de 2022.

VALMOR PEDRO KAMMERS  
Prefeito Municipal

# Major Vieira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1987, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519801

DECRETO Nº 1987, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

ATUALIZA A BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando a necessidade de atualizar anualmente os valores dos tributos municipais, tendo em vista a inflação do período, objetivando compensar a perda de valor da moeda; e;

Considerando que através de decreto o município pode atualizar tributos utilizando percentual igual ou inferior a índice oficial de correção monetária, conforme se extrai da Súmula nº 160 do Superior Tribunal de Justiça e do inciso II e § 2º, ambos do art. 97, do Código Tributário Nacional - Lei nº 5172, de 25 de Outubro de 1966.

O Prefeito do município de Major Vieira, ADILSON LISCZKOVSKI, no uso de suas atribuições legais, DECRETA

Art. 1º Fica atualizada a base de cálculo dos tributos municipais para o exercício de 2022, a partir de 1º de janeiro de 2022, pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/INPC, que registrou no período de novembro de 2020 a novembro de 2022 uma variação de 10,96% (dez vírgula noventa e seis por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de janeiro de 2022, revogando-se as disposições em contrário.

Major Vieira, 04 de janeiro de 2022.

ADILSON LISCZKOVSKI  
Prefeito



# Maracajá

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL 002/2022

Publicação Nº 3521122

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 35B776C07063DBAFAC0FEA1ACA62608D3236B80F

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022

OBJETIVO: Aquisição de alimentos, para atendimento dos departamentos: Paço Municipal, Secretaria do meio Ambiente e Turismo, Rede Municipal de Ensino (E. E. b. Eulália Oliveira de Bem, E. E. b. Maria Libânia Machado, E.E.B. 12 de Maio E C.E.I. Margareth Maria Tomasi Rocha), Centro de Triagem e Resíduos Sólidos, Fundo de Assistência - Cras, Fundo Municipal de Saúde, Convênio Rádio Patrulha e Conselho Tutelar para o ano de 2022. Conforme as especificações destes materiais estão contidas no Termo de Referência e nos termos da Minuta Contratual que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste edital como se aqui estivessem transcritos e demais anexos.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até 18 de janeiro de 2022 às 13h15min.

DATA DE ABERTURA: dia 18 janeiro de 2022 às 13h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br)

Maracajá, 04 de janeiro de 2022.

ANIBAL BRAMBILA  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 239

Publicação Nº 3520050

DECRETO Nº 239 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSO PRÓPRIOS, A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANIBAL BRAMBILA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do Artigo 75 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Municipal nº 1248 de 02 de dezembro de 2020 - e nos termos do Inciso II, do § 1º do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), para suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2021 do Município de Maracajá, como segue:

ÓRGÃO	05	Depto de Educação, Cultura e Esportes	
UNIDADE	01	Depto de Educação, Cultura	
PROJETO/ATIVIDADE	2.012	Manutenção da Educação Infantil	
ELEMENTO	3.1.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	81	Recursos Educação 25%	104
VALOR: R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)			

PROJETO/ATIVIDADE	1.008	Aquisição de Móveis e Equipamentos - Ensino Fundamental	
ELEMENTO	4.4.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	261	FNDE - Salário Educação	101
VALOR: R\$ 130.000,00 (sessenta e três mil reais)			

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 29 de Dezembro de 2021

ANIBAL BRAMBILA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 29 de Dezembro de 2021.

EDILANE ROCHA NICOLEITE

Secretária de Administração

## EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE EDITAL 003/2022

Publicação Nº 3521266

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 232DEA673A341F731DB3268546F688F93CA2CA26

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 003/2022

OBJETO: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural para os agricultores do município de Maracajá, para exercício de 2022.

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI - CNPJ/MF sob o Nº. 83.052.191/0001-62.

VALOR GLOBAL: R\$ 32.940,00 (trinta e dois mil novecentos e quarenta reais), a ser pago em 12 (doze) parcelas de R\$ 2.745,00 (dois mil setecentos e quarenta e cinco reais).

BASE LEGAL: Art. 25, Inciso II, da Lei Nº. 8.666/93 e alterações subsequentes.

RECONHECIMENTO: 03/01/2022, por Jucemar Pedro Gonçalves – Diretor Departamento de Agricultura, Indústria e Comércio.

RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO: 03/01/2022, por Anibal Brambila - Prefeito Municipal.

Maracajá/SC, 03 de janeiro de 2022.

ANIBAL BRAMBILA

Prefeito Municipal

::

**1º ATA TOMADA DE PREÇOS EDITAL Nº 112/2021**

Publicação Nº 3520621

**ATA 01**  
**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

**TOMADA DE PREÇO Nº 112/2021**

**PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ PARA ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 1 e 2 – CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS.**

**OBJETO:** A presente licitação tem por finalidade a seleção da proposta mais vantajosa para futura contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços necessários à pavimentação asfáltica, com drenagem pluvial e sinalização para Rodovia José Jovelino Costa, na localidade de Encruzo, em um trecho de 430m de extensão no Município de Maracajá/SC. Conforme condições, especificações, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, projetos básicos e demais dados técnicos do memorial descritivo, edital e anexos.

Às quatro horas e trinta minutos do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e dois, na Sala de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, bairro Centro, nesta cidade de Maracajá, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações do Município designada pelo Decreto nº 237/2021, para os procedimentos inerentes a abertura dos envelopes Nº. 1 - CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO do edital acima epigrafado. Abertos os trabalhos pela Presidente, **Sra. RENATA RICARDO PEREIRA**, a mesma informou que a empresa **FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI - CNPJ nº 23.155.389/0001-40**, protocolou tempestivamente seu envelopes 1 e 2, lacrados na forma do Edital. Não houve impugnação ao edital e as publicações editalícias respeitaram os prazos legais. Fez presente assim na sessão o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Sr. Matias José Matias, representante da comunidade local. Deu-se em sequência, a abertura do envelopes de nº 1 - "Documentação de Habilitação", para exame e rubrica do presente e pelos Membros da Comissão, ficando a documentação disponível para consulta de interessados. Após análise dos documentos de habilitação verificou-se que a empresa licitante cumpriu rigorosamente as exigências editalícias. Assim, pelos fatos e razões acima expostos, a Comissão, por unanimidade, decidiu HABILITAR no presente certame licitatório a empresa, **FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI - CNPJ nº 23.155.389/0001-40**, e a mesma nos encaminhou via e-mail Termo de Renúncia de prazo para abertura da Proposta continuamente a Presidente da Comissão de Licitação Sr. Renata Ricardo Pereira, informou que não houve nenhuma interposição de recursos.

Ato contínuo, passou-se à abertura do envelope de nº 02, com a proposta de preços da licitante habilitada. Assim, constatou-se o seguinte resultado;

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESAS	VALOR GLOBAL R\$
1º	FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI	R\$ 578.985,56

Após análise e conferência da proposta, verificou-se que a de menor preço ofertado, a da empresa classificada em 1º Lugar, atende a planilha orçamentária oficial do Município e que os preços unitários e global são exequíveis, dentro dos praticados no mercado da região. Desta Forma, a Comissão, por unanimidade, decidiu declarar **VENCEDORA** a empresa **FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI que ofertou o preço global de R\$578.985,56 (Quinhentos e setenta e oito mil e novecentos e oitenta e cinco mil e cinquenta e seis centavos).**

Diante do resultado a Comissão de Licitação abre prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais recursos com as razões devidamente fundamentadas, conforme preconiza o art. 109 e 110 da Lei 8666/93. A empresa será cientificada desta decisão pelo Diário Oficial Eletrônico do Município de Maracajá - DOM,

Começando a contar o prazo a partir do primeiro dia útil subsequente a data de publicação. O processo encontra-se à disposição das licitantes e interessados para vistas (consultas e extração de cópias). Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às 15h22min e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada por mim, Adenauer Espindola Serafim que o secretariei, pela Presidente que dirigiu os trabalhos e pelos demais membros integrantes da Comissão de Licitações. Maracajá, 04 de janeiro de 2021.

**RENATA RICARDO PEREIRA**  
Presidente

**ADENAUER ESPINDOLA SERAFIM**  
Suplente

**EVÂNIO MACALOSSI**  
Membro

**MATIAS JOSÉ MATIAS**  
Presidente da Câmara de Vereadores

**3º ATA TOMADA DE PREÇOS EDITAL Nº 108/2021**

Publicação Nº 3521140

**ATA 03**

**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 108/2021**

**TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ PARA ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 2 – CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS.**

**OBJETO:** A presente licitação tem por finalidade a seleção da proposta mais vantajosa para futura contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços necessários à pavimentação com lajotas sextavadas, drenagem pluvial e sinalização na Rua Pedro José Rocha, Bairro São Cristóvão, no Município de Maracajá/SC. Conforme condições, especificações, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, projetos básicos e demais dados técnicos do memorial descritivo, edital e anexos.

Às dezesseis horas, do dia quatro, do mês de janeiro, do ano de dois mil e vinte e dois, na Sala de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, bairro Centro, nesta cidade de Maracajá, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações do Município designada pelo Decreto nº 237/2021. Abertos os trabalhos pela Presidente da Comissão de Licitação, Sra. **RENATA RICARDO PEREIRA**, para dar continuidade para os procedimentos inerentes a abertura dos envelopes nº 2 – CONTENDO PROPOSTA DE PREÇOS do edital acima epigrafado, o mesmo informou que não houve nenhuma interposição de recursos. Ato contínuo, passou-se à abertura do envelope de nº 02, com a proposta de preços das licitantes habilitadas. Assim, constatarem-se os seguintes resultados por ordem de classificação:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESAS	VALOR GLOBAL R\$
1º	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA	R\$ 132.926,48
2º	BUDNI & BORTOLIM TERRAPLANAGEM LTDA	R\$ 134.441,52
3º	RD CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 135.937,94
4º	INTEGRARE CONSULTORIA E IMOBILIÁRIA	R\$ 153.266,94

Após análise e conferência das propostas, verificou-se que a de menor preço ofertado, a da empresa classificada em 1º Lugar, atende a planilha orçamentária tendo que fazer um ajuste na planilha referente aos itens 3.4 e 3.5, oficial do Município e que os preços unitários e global são exequíveis, dentro dos praticados no mercado da região. Desta Forma, a Comissão, por unanimidade, decidiu declarar **VENCEDORA** a empresa **RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA** que ofertou o preço global de R\$132.926,48 (CENTO E TRINTA E DOIS MIL E NOVECENTOS E VINTE E SEIS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS).

Diante do resultado a Comissão de Licitação abre prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais recursos com as razões devidamente fundamentadas, conforme preconiza o art. 109 e 110 da Lei 8666/93. As empresas serão cientificadas desta decisão pelo Diário Oficial Eletrônico do Município de Maracajá - DOM, começando a contar o prazo a partir do primeiro dia útil subsequente a data de publicação. O processo encontra-se à disposição das licitantes e interessados para vistas (consultas e extração de cópias). Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às 16h28min e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada por mim, Adenauer Espindola Serafim que o secretarici, pela Presidente que dirigiu os trabalhos e pelos demais membros integrantes da Comissão de Licitações. Maracajá, 04 de janeiro de 2022.

**RENATA RICARDO PEREIRA**  
Presidente

**ADENAUER ESPINDOLA**  
Suplente

**EVANIO MACALOSSI**  
Membro

**RUAN CARDOSO DALAZEN**  
RD Construções Ltda

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022**

Publicação Nº 3521135

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 35B776C07063DBAFAC0FEA1ACA62608D3236B80F

**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
[www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br)

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, PARA ATENDIMENTO DOS DEPARTAMENTOS: PAÇO MUNICIPAL, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO, REDE MUNICIPAL DE ENSINO (E. E. B. EULÁLIA OLIVEIRA DE BEM, E. E. B. MARIA LIBÂNIA MACHADO, E.E.B. 12 DE MAIO E C.E.I. MARGARETH MARIA TOMASI ROCHA), CENTRO DE TRIAGEM E RESÍDUOS SÓLIDOS, FUNDO DE ASSISTÊNCIA - CRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA E CONSELHO TUTELAR PARA O ANO DE 2022. CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DESTES ALIMENTOS ESTÃO CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E NOS TERMOS DA MINUTA CONTRATUAL QUE FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE E INSEPARÁVEL DESTE EDITAL COMO SE AQUI ESTIVESSEM TRANSCRITOS E DEMAIS ANEXOS.

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**

1





**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2022**  
**MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022**

O **MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Getúlio Vargas nº 530, Centro, CEP 88.915-000, MARACAJÁ/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro Municipal e sua equipe de apoio, designados pelo **Decreto nº 119/2021**, que realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto está abaixo definido, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e alterações posteriores, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 005, de 27 de janeiro de 2017, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e alterações posteriores, do Decreto Municipal nº 127, de 14 de novembro de 2018 e alterações posteriores, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, bem como as demais legislações pertinentes a matéria e exigências estabelecidas neste Edital.

**1. DA SESSÃO**

- 1.1. Data da sessão: **18/01/2022**.
- 1.2. Horário: **13h30min**.
- 1.3. Local: **Portal de Compras Públicas** no sítio – [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)
- 1.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste.

**2. DO OBJETO**

- 2.1. Aquisição de alimentos, para atendimento dos departamentos: Paço Municipal, Secretaria do meio Ambiente e Turismo, Rede Municipal de Ensino (E. E. b. Eulália Oliveira de Bem, E. E. b. Maria Libânia Machado, E.E.B. 12 de Maio E C.E.I. Margareth Maria Tomasi Rocha), Centro de Triagem e Resíduos Sólidos, Fundo de Assistência - Cras, Fundo Municipal de Saúde, Convênio Rádio Patrulha e Conselho Tutelar para o ano de 2022. Conforme as especificações destes alimentos estão contidas no termo de referência e nos termos da minuta contratual que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste edital como se aqui estivessem transcritos e demais anexos.
  - 2.1.1. Nos valores unitários de todos os itens já devem estar inclusos todos os custos relacionados para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

**3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

- 3.1. O órgão gerenciador será o Departamento de Educação e Cultura e Secretaria de Administração, através de seu setor responsável, a qual será responsável pela regulamentação e desta aquisição e executora do Pregão ELETRÔNICO para o Registro de Preços.

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade desta administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 005, de 27 de janeiro de 2017.
- 4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas,

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.

- 4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo dos quantitativos de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
  - 4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

**5. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

- 5.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
  - 5.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
  - 5.1.2. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 5.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Concórdia, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 6.1. Poderão participar do presente pregão eletrônico as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital, e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)
- 6.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
  - 6.2.1. Para os itens cujo valor for igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a participação é exclusiva as microempresas, empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada em âmbito municipal pelo art.6, do Decreto Municipal nº 127/2018.
- 6.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | [WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR](http://WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR)**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 6.4. O presente edital concede tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, aplicando-se os dispositivos legais previstos na sessão I do capítulo V (acesso aos mercados) da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações posteriores.
- 6.4.1. Aplica-se a este Edital o disposto no art. 48, § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, regulamentado art. 6. do Decreto Municipal nº 127/2018, sendo, portanto, concedido à prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, sediadas em âmbito LOCAL ou REGIONAL, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.
- 6.4.2. Justifica-se a adoção da prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, sediadas em âmbito local ou regional nos termos do fixado no Decreto Municipal nº 127/2018, a implementação da política pública de promoção ao desenvolvimento econômico no âmbito local e regional, visando:
- 6.4.2.1. Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
- 6.4.2.2. Ampliar a eficiência das políticas públicas;
- 6.4.2.3. O incentivo à inovação tecnológica; e
- 6.4.2.4. O fomento do desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais.
- 6.4.3. Para efeitos deste Edital de Pregão Eletrônico, na questão da regionalidade será aplicado os critérios sequenciais, a seguir dispostos:
- 6.4.3.1. Âmbito local - limites geográficos do Município de MARACAJÁ/SC;
- 6.4.3.2. Âmbito regional – uma das alternativas a seguir:
- 6.4.3.3. Limites geográficos da microrregião geográfica a que pertence o próprio Município, definida pelo IBGE para Santa Catarina (Municípios do Extremo Sul Catarinense - AMESC);
- 6.4.3.4. Limites geográficos da mesorregião geográfica a que pertence o próprio Município, definida pelo IBGE para Santa Catarina.
- 6.5. Não se aplica o disposto no **item 6.4.** e subitens, quando:
- 6.5.1. Não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte ou equiparadas sediadas local ou regional e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- 6.5.2. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;
- 6.5.2.1. Para o disposto no **item 6.5.2**, considera-se não vantajosa a contratação quando:
- 6.5.2.2. Resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou
- 6.5.2.3. A natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.
- 6.6. O tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos nos subitens do **item 6.4.2**.
- 6.7. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 6.7.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 6.7.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 6.7.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 6.7.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666, de 1993;
  - 6.7.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
  - 6.7.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
  - 6.7.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
  - 6.7.8. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
  - 6.7.9. Quaisquer interessados que se enquadre nas vedações previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
  - 6.8. A participação nesta Licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.
  - 6.9. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará na inabilitação do licitante.
- 7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- 7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
    - 7.1.1. O valor unitário máximo final aceitável orçado pelo Município para a aquisição do objeto desta licitação encontram-se no Anexo "I" deste Edital.
  - 7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
  - 7.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.
  - 7.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
  - 7.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
  - 7.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
  - 7.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
  - 7.8. **Ocorrendo adendos, erratas e/ou republicações do edital, que acarretem na alteração de data de abertura do certame, cabe às licitantes interessadas a atualização da documentação de habilitação já cadastrada, caso julgar necessário.**
  - 7.9. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da documentação de habilitação e da proposta de preços, contendo marca/modelo, valor unitário e valor total por item, e demais informações necessárias, até o horário previsto no preâmbulo deste Edital.

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 7.9.1. Em não havendo campo específico para digitação do modelo, esse poderá ser digitado no mesmo campo designado para marca.
- 7.9.1.1. A ausência de indicação do modelo não ensejará a desclassificação da proposta, a qual deverá ser sanada na apresentação da proposta atualizada.
- 7.9.2. A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.
- 7.10. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- 7.11. O itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações editalícias, serão desconsiderados.
- 7.12. Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:
- a) Preço unitário de cada item em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo duas casas decimais após a vírgula;
  - b) Marca e especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante as exigências editalícias;
  - c) Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.
- 7.12.1. Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, entregas parceladas que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.
- 7.13. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas:
- 7.13.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização pelos órgãos de controle externo pertinentes e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
- 7.13.1.1. Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da CRFB/88; ou
  - 7.13.1.2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 7.14. Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias consecutivos o prazo de validade das propostas, nos termos do artigo 6º da Lei Federal nº 10.520/2002 o qual será contado a partir da data da sessão de abertura, estabelecida no item 1.1 deste Edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento:
- 7.14.1. A licitante contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.
- 7.15. Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.
- 7.16. Os licitantes poderão participar com uma **única marca por item**, sob pena de desclassificação.
- 7.17. Na proposta obrigatoriamente deverá constar o endereço de e-mail da licitante.
- 7.18. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir, ou criar direitos, sem previsão expressa no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o Edital.

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**8. DA ABERTURA DA SESSÃO**

- 8.1. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à sessão pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta.
- 8.2. O acompanhamento da sessão se dará, única e exclusivamente, por meio eletrônico, no sítio informado no preâmbulo deste edital.

**9. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 9.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
  - 9.1.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
  - 9.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 9.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação
- 9.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**10. FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 10.1. Aberta a etapa competitiva (sessão pública), a licitante deverá encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento e respectivo valor.
- 10.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR POR ITEM, observando-se o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 10.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem menores que o último lance registrado no sistema.
- 10.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.
- 10.5. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.
- 10.6. A disputa de lances se dará no modo **aberto**, sendo que o envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 10.6.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
  - 10.6.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma previsto no subitem 10.6.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.
  - 10.6.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 10.7. Após o encerramento de cada item, caso o vencedor não seja uma empresa beneficiada pela Lei Complementar nº 123/06, e existindo empate com empresas beneficiadas, será enviada uma mensagem para o chat informando a ordem de classificação para o desempate (o intervalo percentual considerado como empate, estabelecido na Lei, é de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço ofertado).

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**





**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

10.7.1. Para cada empresa dentro do limite de empate, será concedido o tempo de 05 (cinco) minutos para ofertas de novos lances ou para a desistência, na ordem de classificação apresentada, sendo enviada mensagem sobre esta situação para o chat. Neste intervalo de tempo, as empresas interessadas em usufruir dos benefícios deverão dar seus lances.

10.8. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.8.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.9. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à licitante que tenha apresentado o lance com menor valor obtido.

**11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

11.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

11.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.;

11.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 11.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 11.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 11.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 11.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 11.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 11.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 12. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº. 02**
- 12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 12.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>)
- 12.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 12.1.3. Cadastro de Sistema Inabilitados e Inidôneos mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/?p=INABILITADO:INIDONEOS>);
- 12.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 12.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- 12.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 12.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 12.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 12.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 12.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 12.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 12.6. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 12.6.1. Relativos à habilitação jurídica:**
- 12.6.1.1. **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 12.6.1.1.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 12.6.1.2. **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br) ;
- 12.6.1.3. **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.6.1.3.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 12.6.1.4. **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 12.6.1.4.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 12.6.1.5. **No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte:** certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;
- 12.6.1.6. **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 12.6.1.6.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 12.6.1.7. **No caso de Sociedade estrangeira:** decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**

10



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**12.6.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- 12.6.2.1.** Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ** (Atualizado);
- 12.6.2.2.** Prova de regularidade perante a **Seguridade Social – INSS, Fazenda Federal e Dívida Ativa da União**, mediante certidão emitida expedida pela **RFB – Receita Federal do Brasil** do Estado onde for sediada a empresa;
- 12.6.2.3.** Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da Lei;
- 12.6.2.4.** Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal** mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa;
- 12.6.2.5.** Prova de regularidade relativa ao **FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 12.6.2.6.** Comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

**12.6.3. Relativos à qualificação técnica:**

- 12.6.3.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
  - 12.6.3.1.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos já executados.

**12.6.4. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

- 12.6.4.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, passada pelo Distribuidor Judicial da sede da proponente.
  - 12.6.4.1.1.** Em se tratando de Certidão Negativa de Falência ou Concordata passada pelo poder judiciário do Estado de Santa Catarina, através do sistema ESAJ, a mesma deverá vir acompanhada de documento de igual teor emitido pelo sistema EPROC no link: <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

**12.7. Deverá apresentar ainda:**

- 12.7.1.** Declaração Unificada conforme modelo. (ANEXO II);
- 12.8.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 12.9.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
  - 12.9.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;
- 12.10.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 12.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 12.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 12.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 12.14. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 12.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**
- 13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 13.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 13.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei Federal nº 8.666, de 1993).
- 13.4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 13.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 13.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 13.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.
- 14. DOS RECURSOS**
- 14.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 14.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 14.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, sendo eles:
- 14.2.1.1. **Sucumbência;**
- 14.2.1.2. **Tempestividade;**
- 14.2.1.3. **Legitimidade;**
- 14.2.1.4. **Interesse; e**
- 14.2.1.5. **Motivação.**
- 14.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 14.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**
- 15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 15.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 17.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.
- 18. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

**19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

19.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.1.1. O prazo fixado o item anterior, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante justificativa apresentada pelo licitante adjudicatário e aceito pela Administração Municipal.

19.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

19.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

19.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**20. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

20.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

20.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.2.1. O prazo fixado o item anterior, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante justificativa apresentada pelo licitante adjudicatário e aceito pela Administração Municipal. 13

20.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

20.2.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

20.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

20.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 1993;

20.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

20.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Federal nº 8.666, de 1993 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

- 20.4. O prazo de vigência da contratação é 12(doze) meses.
- 20.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei Federal nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN:
- 20.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 20.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 20.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 20.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.
- 21. DO REAJUSTAMENTO**
- 21.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 22. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**
- 22.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.
- 23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
- 23.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.
- 24. DO PAGAMENTO**
- 24.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 25. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**
- 25.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, o licitante/adjudicatário que:
- 25.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 25.1.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 25.1.3. Apresentar documentação falsa;
- 25.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 25.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 25.1.6. Não manter a proposta;

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**





**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 25.1.7. Cometer fraude fiscal;
- 25.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.
- 25.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 25.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 25.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 24.1 e subitens ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 25.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 25.4.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 25.4.3. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item 25.4.2 deste edital, aplicada em dobro na reincidência;
- 25.4.4. De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
- 25.4.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 25.4.6. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 25.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 25.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 25.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 25.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 25.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 25.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil. 15
- 25.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784, de 1999.

- 25.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 25.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no cadastro municipal para este fim.
- 25.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
- 25.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 25.16. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

**26. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 26.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 26.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail : [licitacao@maracaja.sc.gov.br](mailto:licitacao@maracaja.sc.gov.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Getúlio Vargas , nº 530, Centro, Maracajá/SC, CEP: 88.915- 000, dirigida ao Setor de Licitações e Contratos Administrativos.
- 26.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 26.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 26.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 26.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 26.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 26.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;
- 26.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 27.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 27.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 27.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 27.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 27.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 27.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 27.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 27.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 27.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 27.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 27.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço PORTAL DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL, que pode ser acessado no sítio [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br), na aba TRANSPARÊNCIA, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço do portal de compras públicas no sítio <https://https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, bem como, no e-mail [licitacao@maracaja.sc.gov.br](mailto:licitacao@maracaja.sc.gov.br) ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos municipais em dias úteis, no horário das 13h00 às 19h00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 27.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 27.12.1. ANEXO I – Termo de Referência;
- 27.12.2. ANEXO II – Modelo de Declaração Unificada;
- 27.12.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 27.12.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

MARACAJÁ/SC, 03 DE JANEIRO DE 2022.

**ANIBAL BRAMBILA**  
Prefeito Municipal

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**

18



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2022**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS P/ COMPRAS**

**1. DO OBJETO**

- 1.1.** Aquisição de alimentos, para atendimento dos departamentos: Paço Municipal, Secretaria do meio Ambiente e Turismo, Rede Municipal de Ensino (E. E. b. Eulália Oliveira de Bem, E. E. b. Maria Libânia Machado, E.E.B. 12 de Maio E C.E.I. Margareth Maria Tomasi Rocha), Centro de Triagem e Resíduos Sólidos, Fundo de Assistência - Cras, Fundo Municipal de Saúde, Convênio Rádio Patrulha e Conselho Tutelar para o ano de 2022. Conforme condições fixadas no edital, obedecendo integralmente às descrições e quantitativos constantes na tabela a seguir:

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	<b>Abacaxi</b> Característica técnica: Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos. Devendo ser somente a classe abacaxi e não ananás. Embalagem: O produto deve ser entregue em monoblocos vazados, e proteção contra lesão mecânica.	Unid.	300	5,93	1.779,00
02	<b>Açafrão da Terra</b> Característica Técnica: Açafrão da terra em pó fino, homogêneo, coloração amarela intensa, pote plástico com 25g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	Pote	100	7,48	748,00
03	<b>Açúcar cristal</b> Característica Técnica: Açúcar cristal, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor e cheiro própria e sabor doce. Embalagens: Deve estar acondicionado em embalagens intacta, resistentes e bem vedadas de 1kg.	Kg	1.200	4,82	5.784,00
04	<b>Açúcar branco refinado</b> Característica Técnica: Açúcar refinado amorfo, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor e cheiro próprio e sabor doce. Embalagens: Deve estar acondicionado em embalagens intactas de 1 kg, atóxicas, resistentes, bem vedadas.	Kg	750	4,15	3.112,50
05	<b>Achocolatado</b> Característica Técnica: Achocolatado enriquecido com vitaminas e minerais. Mistura em pó para o preparo de achocolatado rico em vitaminas e fonte de cálcio e ferro, com redução de açúcar. Embalagens: Deve estar acondicionado em embalagem intacta, atóxicas, resistente, bem vedadas e com peso líquido de 400g.	Unidade	500	6,46	3.230,00
06	<b>Adoçante dietético</b> Característica técnica: Adoçante a base de STÉVIA, embalagem intacta. Conteúdo líquido mínimo de 80 ml.	Unidade	5	14,12	70,60
07	<b>Aipim branco ou amarelo congelado</b> Característica técnica: Deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas. Identificado com rótulo. Deve estar descascado, lavado e congelado. Embalagem: Embalados em sacos de plásticos atóxicos transparente resistentes de 1kg com tamanho de até 10 cm cada aipim.	Kg	170	5,45	926,50
08	<b>Alface lisa ou crespa</b> Característica técnica: Deve apresentar características do cultivar	Unidade	400	3,38	1.352,00

19

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

	bem formadas, tamanho médio, livres de danos mecânicos, pragas, doenças e estar em perfeitas condições de conservação, maturação e livre de sujidades. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagem plástica, flexível, atóxica, resistente, transparente em unidades.				
09	<b>Alho Nobre</b> Característica Técnica: Alho in natura, grão do tipo 6, comum, cabeça inteira, fisiologicamente desenvolvido, com bulbos curados, danos mecânicos ou causados por pragas. Embalagem: Embalados em sacos plásticos atóxicos e resistentes.	Kg	60	32,08	1.924,80
10	<b>Amendoim debulhado</b> Característica técnica: Amendoim com película, "in natura", em embalagem plástica de 400g. O produto deve apresentar selo de qualidade.	Pacote	350	6,14	2.149,00
11	<b>Amido de milho</b> Característica técnica: Fabricado a partir de matérias primas são e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitas, isento de umidade, fermentação e ranço. Ingrediente: amido de milho excelente para preparar mingaus, papas, bolos e cremes. Embalagem: intacta, atóxica, resistente e bem vedada e contendo 500gr.	Unidade	60	9,06	543,40
12	<b>Arroz branco tipo 1</b> Característica técnica: tipo 1, beneficiado. Subgrupo polido, classe longo fino. O produto deve conter no mínimo 80% do peso de grão inteiros. Não deve apresentar grãos disformes, percentuais de impurezas acima de 2,5%. Embalagem: Embalados em embalagem de polietileno transparente de 1 kg, prazo de validade de no mínimo 10 meses da data de fabricação.	Kg	300	4,71	1.413,00
13	<b>Arroz parboilizado tipo 1</b> Característica Técnica: Beneficiado, subgrupo: Parboilizado, Classe: Longo Fino Tipo I. O produto deve conter no mínimo 80% do peso de grão inteiros. Não deve apresentar grãos disformes, percentuais de impurezas acima de 2,5% (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). Embalagem: Acondicionado em embalagem de polietileno transparente de 1 kg, com prazo de validade de no mínimo 10 meses da data de fabricação.	Kg	750	4,47	3.352,50
14	<b>Azeite de oliva</b> Característica Técnica: Azeite de oliva extra virgem com acidez menor que 0,5% para temperar alimentos. Embalagem com 500 ml. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega.	Unidade	300	19,61	5.883,00
15	<b>Banha de porco</b> Característica técnica: Banha de porco sem conservantes. 100% natural. Embalada em recipiente plástico atóxico. Conter rótulo com procedência, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem com 1 kg.	Kg	200	19,61	3.922,00
16	<b>Banana Branca</b> Característica técnica: Deverá ser frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma, apresentar grau máximo de maturação, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades. Não serão permitidos manchas ou defeitos na casca que demonstre deterioração. Embalagem: O produto deve ser entregue em monoblocos vazados, e proteção contra lesão mecânica.	Kg	600	3,45	2.070,00
17	<b>Batata doce</b> Característica técnica: Deve apresentar a característica, do cultivar bem definidas, bem formadas, limpas sem parte de terra aderente à casca. Deverá sem isenta de brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagem plástica, flexível, atóxica, resistente, transparentes em pacotes.	Kg	180	5,23	941,40
18	<b>Batata Inglesa</b> Característica técnica: lavada, deve apresentar características do cultivar bem definidas, estarem bem desenvolvidas, bem formadas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, pragas e doenças	Kg	300	3,03	909,00

20

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

	e estejam em perfeitas condições de maturação e conservação. Deverá ser isenta de brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagem plástica, flexível, atóxica e resistente.				
19	<b>Bergamota</b> Característica técnica: Deverá ser frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, apresentar grau máximo de maturação. Não serão permitidos manchas ou defeitos na casca que demonstre deterioração. Embalagem: O produto deve ser entregue em monoblocos vazados, e proteção contra lesão mecânica suficiente para não prejudicar a qualidade da fruta.	Kg	200	4,98	996,00
20	<b>Beterraba</b> Característica técnica: tamanho médio. Deve apresentar características bem definidas, estarem bem desenvolvidas e bem formadas, limpas, com coloração próprias. Deverá ser isenta de brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagem plástica, flexível, atóxica e resistente.	Kg	250	3,91	977,50
21	<b>Biscoito salgado tipo cream cracker</b> Característica técnica: Biscoito salgado tipo cream cracker, fabricado a partir de matérias primas, sãs e limpas. Serão rejeitados os biscoitos mal cozidos, biscoitos muito quebrados, moles com muita umidade, queimados. Embalagens: plástica transparente interna individual acondicionado em embalagem transparente, em pacote de 400 gramas, com data de validade impressa no rótulo de forma legível.	Pacote	1.000	6,78	6.780,00
22	<b>Biscoito leite tipo rosquinha</b> Característica técnica: Biscoito de leite tipo rosquinha fabricado a partir de matérias primas, sãs e limpas. Serão rejeitados os biscoitos mal cozidos, biscoitos muito quebrados, queimado ou tostado. Embalagens: em pacote de 400 gramas, com data de validade impressa no rótulo de forma legível.	Pacote	700	6,65	4.655,00
23	<b>Biscoito doce tipo Leite</b> Característica técnica: Biscoito doce de leite, fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas. Serão rejeitados os biscoitos que apresentem muita umidade, quebrados, queimados, e de caracteres organolépticos anormais, conforme resolução vigente. Embalagens: plástica transparente interna individual acondicionado em embalagem transparente, em pacote de 400 gramas, com data de validade impressa no rótulo de forma legível.	Pacote	1.000	6,01	6.010,00
24	<b>Biscoito doce tipo Maisena</b> Característica técnica: Fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas. Serão rejeitados os biscoitos que apresentem muita umidade, quebrados, queimados, e de caracteres organolépticos anormais, conforme resolução vigente. Embalagens: Acondicionado em embalagem transparente, em pacote de 400 gramas, com data de validade impressa no rótulo de forma legível.	Pacote	1.000	6,86	6.860,00
25	<b>Biscoito doce tipo maisena SEM LACTOSE</b> Característica técnica: Biscoito tipo maisena sem lactose. Fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas. Serão rejeitados os biscoitos que apresentem muita umidade, quebrados, queimados, e de caracteres organolépticos anormais, conforme resolução vigente. Não poderá conter lactose e corantes artificiais. Embalagem: Acondicionado em embalagem transparente, em pacote de 400 gramas, com data de validade impressa no rótulo de forma legível.	Pacote	350	10,71	3.748,50
26	<b>Biscoito doce tipo SEM LACTOSE E SEM GLUTEN</b> Característica técnica: Biscoito doce sem glúten, nem apresentar traços de glúten e sem lactose. Fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas. Serão rejeitados os biscoitos que apresentem muita umidade, quebrados, queimados, e de caracteres organolépticos anormais, conforme resolução vigente. Embalagem: Acondicionado em embalagem transparente, em pacote de 200 gramas, com data de	Pacote	80	8,14	651,20

21

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000  
FONE: (48) 3523.1111 | [WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR](http://WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR)





**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

	validade impressa no rótulo de forma legível.				
27	<b>Biscoito salgado tipo integral</b> Característica técnica: Biscoito salgado tipo integral, fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas. Serão rejeitados os biscoitos que apresentem muita umidade, quebrados, queimados, e de caracteres organolépticos anormais, conforme resolução vigente. Embalagens: Acondicionado em embalagem transparente, em pacote de 400 gramas, com data de validade impressa no rótulo de forma legível.	Pacote	69	7,19	496,11
28	<b>Café em pó</b> Característica técnica: Apenas café moído na lista de ingredientes. Grãos selecionados torrado e moído de primeira linha, com selo de qualidade e pureza ABIC TRADICIONAL/ EXTRAFORTE OU SUPERIOR Embalagem: Embalado aluminizada, a vácuo, com 500 gramas, validade de 01 (um) ano.	Unidade	1.700	15,34	26.078,00
29	<b>Canela em pó</b> Característica técnica: Canela em pó. Embalagem: Lata de 30g. Validade: pelo menos 12 meses a partir da entrega.	Unidade	10	7,00	70,00
30	<b>Carne Acém de 2ª picada em cubos</b> Característica técnica: Carne bovina acém congelada, sem nervos e sem gordura, cortada em cubos pequenos. Cor: sem escurecimento ou manchas esverdeadas. Odor: característico. Deve ter certificação de inspeção municipal, estadual ou federal. Embalagem: Embalado em embalagem de até 2kg á vácuo.	Kg	1.500	32,71	49.065,00
31	<b>Carne Bovina de 2ª Moída</b> Característica técnica: Carne bovina de acém congelada, sem osso, limpa, sem nervos, sem tendões e teor de gordura máximo 10%. Com coloração característica. Deve ter certificação de inspeção municipal, estadual ou federal. Embalagem: Embalado em pacotes de 1 kg á vácuo.	Kg	1.700	31,90	54.230,00
32	<b>Carne de Suína Paleta em cubos</b> Característica técnica: Carne suína paleta congelada em cubos, sem osso, sem nervos e sem gordura, sem pele cortada em cubos pequenos. Deve ter certificação de inspeção municipal, estadual ou federal. Embalagem: Embalado em embalagem de até 2 kg á vácuo.	Kg	700	22,84	15.988,00
33	<b>Chimichurri</b> Característica técnica: Mistura de temperos secos para preparações das refeições. Sem adição de glutamato monossódico. Pacotes de 30gr.	Pacote	200	4,63	926,00
34	<b>Cebola de cabeça</b> Característica técnica: Cebola de cabeça. Devem apresentar características de cultivar bem definidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: O produto deve ser embalado em sacos resistentes de material atóxico.	Kg	220	2,78	611,60
35	<b>Cenoura</b> Característica técnica: Cenoura. Composição das raízes de 12 a 17 cm de comprimento e 2,5 cm de diâmetro. Devem apresentar as características de cultivar bem definidas, sãs, serem frescas, ter atingido o grau máximo no tamanho. Embalagem: O produto acondicionado em embalagem plástica, flexível, atóxica, resistente, transparente.	Kg	200	3,62	724,00
36	<b>Colorau</b> Característica técnica: Urucum. Obtidos de frutos maduros, grãos sadios, limpos e moídos, de coloração vermelho intenso, com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, isento de materiais estranhos a sua espécie. Embalagem: Acondicionado em embalagens resistentes, atóxico, bem vedada contendo 500 gramas.	Pacote	300	8,33	2.499,00
37	<b>Chuchu</b> Característica técnica: Chuchu. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria. Embalagem: O produto	Kg	150	3,73	559,50

22

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000  
FONE: (48) 3523.1111 | [WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR](http://WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR)





**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

	deve ser embalado em sacos resistentes de material atóxico.				
38	<b>Couve flor</b> Característica técnica: Couve flor. Ótima qualidade, sem defeitos, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Redonda, com talos firmes, cabeça compacta, fechada de cor branca ou creme, sem manchas escuras ou picadas de insetos. Se estiver envolvida pelas folhas, estas devem estar verdes e sem sinais de estarem murcha. Embalagem: O produto deve ser embalado em sacos resistentes de material atóxico.	Unidade	160	5,88	940,80
39	<b>Creme de leite pasteurizado (NATA)</b> Característica técnica: Creme de leite pasteurizado (nata). Obtido da retirada da gordura do leite pasteurizado com todo rigor e atenção para que resulte em um produto de qualidade. Embalagem: 300gramas.	Unidade	200	8,02	1.604,00
40	<b>Creme de leite</b> Característica técnica: Creme de leite. Embalagem tetra pack de 200gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	Unidade	200	4,60	920,00
41	<b>Doce de leite</b> Característica técnica: Doce de leite. Cor amarelada, cheiro próprio, sabor próprio, consistência cremosa ou em pasta. Embalagem: Embalados em pote plásticos resistentes com tampa fechadas com lacre de proteção. Acondicionados em potes de 400gr com registro no ministério da agricultura.	Pote	500	8,52	4.260,00
42	<b>Doce de fruta</b> Característica técnica: Doce de fruta. Cheiro e sabor próprio, consistência cremosa ou em pasta. Sabores: abóbora e banana. Embalagem: Embalados em pote plásticos resistentes com tampa fechadas com lacre de proteção. Acondicionados em potes de 400gr com registro no ministério da agricultura.	Pote	55	6,66	366,30
43	<b>Extrato de tomate</b> Característica técnica: Extrato de tomate. Sem aromatizantes, sem corantes artificiais e sem conservantes, embalagem de 340g.	Lata	180	3,32	597,00
44	<b>Farelo de aveia</b> Característica técnica: Farelo de aveia. Produto sã, sem presença de mofo, insetos ou objetos estranhos, produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação. Embalagem: 200gr.	Unidade	80	6,81	544,80
45	<b>Farinha de mandioca</b> Característica técnica: Farinha de mandioca. Grupo seca, subgrupo fina, classe branca tipo 1. Não deverá apresentar misturas, resíduos, impurezas, odor forte e intenso não característico e coloração anormal. Embalagem: Deve estar acondicionado em embalagem transparente, contendo 1 kg.	Kg	250	5,21	1.302,50
46	<b>Farinha de milho</b> Característica técnica: Farinha de milho fina para o preparo de polenta, apenas com milho. Embalagem: Acondicionada em embalagem transparente, atóxica, intacta e resistente, bem vedada e contendo 1 kg.	Kg	200	4,93	986,00
47	<b>Farinha de trigo especial tipo 1</b> Característica técnica: Farinha de trigo especial tipo 1. Deverá ser fabricada a partir de grãos de trigo, são e limpos, isentos de matéria prima terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação, não podendo estar úmida, fermentada, nem rançosa. Deverá ser enriquecida com ácido fólico e ferro. Embalagem: Deverá ser de papel resistente, intacta, com informações nutricionais, bem vedada, contendo 1 kg.	Kg	300	4,19	1.257,00
48	<b>Feijão preto, novo, tipo 1</b> Característica técnica: Feijão preto, tipo 1. Isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos, danos mecânicos, fisiológicos e doenças, sendo de 1ª qualidade e condições ideais de conservação e maturação. Umidade máxima de 15%. Embalagem: Embalado em saco plástico contendo 1 kg.	Kg	450	7,73	3.478,50

23

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

49	<b>Fermento químico em pó</b> Característica técnica: Fermento químico em pó. Formado de substâncias ou mistura de substâncias químicas que, pela influência do calor e ou umidade, produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas, aumentando-lhes o volume e a porosidade. Embalagens: Acondicionado em embalagem intacta e resistente de 250 gramas.	Unidade	100	7,00	700,00
50	<b>Flocos de milho sem açúcar</b> Característica técnica: Flocos de milho sem adição de açúcar. Ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades ou contaminação. Embalagem 1kg, não violada, resistente.	Kg	800	25,68	20.544,00
51	<b>Granola sem açúcar</b> Característica técnica: Granola sem açúcar em embalagem de 1kg de polietileno atóxico, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, informações nutricionais, fornecedor, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	Kg	800	23,35	18.680,00
52	<b>Iogurte</b> Característica técnica: Iogurte, com polpa de fruta, acondicionado em embalagem primária de polietileno tipo frasco, contendo aproximadamente 900g de volume líquido. O produto deverá apresentar validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega na unidade.	Pacote	600	8,69	5.214,00
53	<b>Iogurte sem lactose</b> Característica técnica: Iogurte sem lactose, com polpa de fruta, acondicionado em embalagem primária de polietileno tipo frasco, contendo aproximadamente 200ml de volume líquido. O produto deverá apresentar validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega na unidade.	Unid.	250	3,51	877,50
54	<b>Laranja tipo Pera</b> Característica técnica: Laranja tipo Pera, tipo especial. Devem apresentar características da variedade bem definida, estarem desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, pragas e doenças. Embalagem: Embalados em embalagens plásticas transparentes atóxicas ou em monoblocos ou sacolas tipo rede.	Kg	500	4,02	2.010,00
55	<b>Laranja tipo Lima</b> Característica técnica: Laranja tipo Lima, grupo I, tipo especial. Devem apresentar características da variedade bem definida, estarem desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, pragas e doenças. Embalagem: Embalados em embalagens plásticas transparentes atóxicas ou em monoblocos ou sacolas tipo rede.	Kg	600	5,00	3.000,00
56	<b>Leite condensado</b> Característica técnica: Leite condensado. Embalagem tetra pack de 395gr, contendo leite pasteurizado e/ou leite em pó, açúcar e lactose, sem gluten, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	Unidade	300	6,42	1.926,00
57	<b>Leite de coco</b> Característica técnica: Leite de coco natural, integral, homogeneizado, pasteurizado, para fins culinários. Embalagem de vidro, contendo 200ml.	Vidro	250	4,31	1.077,50
58	<b>Leite integral longa vida (1 litro)</b> Característica técnica: Leite integral longa vida. Fluido, processado em usina de beneficiamento através do sistema Ultra High Temperature (UHT), embalagem Tetra Pack. Com sabor, cor e odor próprios. Deve ter certificado de Inspeção Municipal, estadual ou Federal. Embalagem: Embalado em caixa de 01 litro.	Litro	7.000	4,01	28.070,00

24

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

59	<b>Leite semi desnatado longa vida zero lactose (1 litro)</b> Característica técnica: Leite semi desnatado Zero Lactose. Ultra High Temperature (UHT) específico para intolerantes a lactose, embalado Tetra Pack. Com sabor, cor e odor próprios. Deve ter certificado de Inspeção Municipal, estadual ou Federal. Embalagem: Embalado em caixa de 01 litro.	Litro	500	4,64	2.320,00
60	<b>Leite semi desnatado zero lactose (500ml)</b> Característica técnica: Leite semi desnatado Zero Lactose. Ultra High Temperature (UHT) específico para intolerantes a lactose, embalado Tetra Pack. Com sabor, cor e odor próprios. Deve ter certificado de Inspeção Municipal, estadual ou Federal. Embalado em caixa de 500ml.	Unidade	200	3,93	786,00
61	<b>Leite de soja líquido</b> Característica técnica: Leite de soja para alunos com alergia à proteína do leite. Embalagem: Embalado em caixa de 1 litro.	Litro	150	6,96	1.044,00
62	<b>Maçã gala</b> Característica técnica: Devem apresentar características próprias do cultivar bem definidas, bem formadas, limpas com coloração própria. Maçã tipo Gala. A variedade a ser entregue dependerá da safra. Embalagem: Embalados em embalagens plásticas transparentes atóxicas e resistentes sacolas tipo rede.	Kg	400	5,92	2.368,00
63	<b>Macarrão comum, tipo espaguete</b> Característica técnica: Macarrão de sêmola de trigo, tipo espaguete. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagens: Acondicionado em embalagem contendo 500g.	Pacote	500	3,58	1.790,00
64	<b>Macarrão comum, tipo parafuso</b> Característica técnica: Macarrão de sêmola de trigo, tipo parafuso. Não deverá apresentar sujidades, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: acondicionada em embalagem resistente, contendo 1kg.	Pacote	500	6,24	3.120,00
65	<b>Macarrão comum, tipo cabelo de Anjo</b> Características técnicas: Macarrão de sêmola de trigo, tipo cabelo de anjo para sopas. Não deverá apresentar sujidades, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: 500g.	Pacote	190	4,89	929,10
66	<b>Macarrão sem glúten e lactose</b> Características técnicas: Macarrão sem glúten e lactose, sendo feito de farinha de arroz ou fécula de batata ou milho, não deverá conter corantes, conservantes e aromatizantes. Não deverá apresentar sujidades, bolor, cheiro de mofo, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: deve estar intacta, bem vedado, em embalagem de 500gr.	Pacote	50	5,58	279,00
67	<b>Mamão formosa</b> Característica técnica: Tamanho médio, pesando entre 1000 e 1500gr a unidade. Devem apresentar características da variedade bem definida, estar fisiologicamente desenvolvido e maduro. Devem estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Embalados caixas de monoblocos com proteção contra danos.	Kg	340	5,68	1.931,20
68	<b>Manga Palmer</b> Característica técnica: Manga Palmer de 1ª qualidade aspecto globoso, acondicionar frutos mistos: verdes e maduros, cor própria, classificada como fruta com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, com boa qualidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, defensivos, parasitas, larvas, sem lesões de origem física e mecânica.	Kg	1000	5,24	5.240,00
69	<b>Margarina vegetal com sal e redução de lipídeos</b> Característica técnica: Margarina cremosa, com redução de gorduras. Deve possuir lacre de proteção e registro do produto no Ministério da Agricultura. Embalagem: Inteira, limpa e com lacre de proteção. Deve estar acondicionada em potes de 500gr.	Unidade	300	7,99	2.397,00
70	<b>Margarina vegetal com sal, SEM LACTOSE</b>	Unidade	150	5,52	828,00

25

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

	Característica técnica: Creme vegetal, enriquecido com vitaminas A, D e E, Ômega 3 e Ômega 6, SEM LACTOSE. Deve possuir lacre de proteção e registro do produto no Ministério da Agricultura. Embalagem: Inteira, limpa e com lacre de proteção. Deve estar acondicionada em potes de 250gr.				
71	<b>Manteiga com sal</b> Característica técnica: Manteiga pura com sal. Embalagem com, no mínimo, 200g, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e/ou Agricultura.	Unidade	150	9,11	1.366,50
72	<b>Manteiga com sal sem lactose</b> Característica técnica: Manteiga pura com sal sem lactose. Embalagem com, no mínimo, 200g, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e/ou Agricultura.	Unidade	50	12,56	628,00
73	<b>Melancia</b> Característica técnica: Devem apresentar características próprias do cultivar bem definidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livre de danos mecânicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Sem necessidade de embalagens.	Kg	200	2,21	442,00
74	<b>Melão Comum</b> Característica técnica: 1ª qualidade, redondo, casca lisa, graúdo, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.	Kg	200	4,60	920,00
75	<b>Milho de pipoca</b> Característica técnica: Grãos íntegros. Embalagem com 500gr, hermeticamente vedada e resistente com data de fabricação e validade.	Pacote	400	3,79	1.516,00
76	<b>Milho verde em conserva</b> Característica técnica: Milho verde com grão inteiro, imerso em líquido, com textura apropriada, tamanho uniforme e sem defeitos, isenta de sujidades e misturas de outra variedade, acondicionados em lata de 200 gramas hermeticamente fechada. A embalagem deve estar íntegra, ausência de ferrugens, sem nenhum dano que altere as características do produto.	Lata	70	3,12	218,40
77	<b>Mingau de aveia</b> Característica técnica: Mingau de aveia. Mistura para preparo instantâneo de mingau de aveia com fontes de vitaminas e minerais. Embalagens: Deve estar acondicionado em embalagem intacta e resistente, bem vedada e contendo 230gr.	Pacote	300	5,56	1.668,00
78	<b>Moranga Cabotia</b> Característica técnica: Moranga cabotia. Devem apresentar características do cultivar bem definida, estar desenvolvida e madura, bem formada, limpa, sadia, com coloração própria, livre de danos mecânicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagem plástica, flexível, atóxica, resistente e transparentes.	Kg	90	3,37	303,30
79	<b>Óleo de Soja tipo 1</b> Característica técnica: Óleo refinado 100% natural. Embalagem: Embalado em embalagem Pet de 900 ml, identificada com rótulo impresso conforme a legislação vigente, com data de validade impressa no rótulo de forma legível.	Unidade	500	8,49	4.245,00
80	<b>Orégano em tempero seco</b> Característica técnica: Orégano tempero, seco, acondicionado em embalagem plástica transparente, contendo 50 gr, com data de validade impressa no rótulo de forma legível.	Pacote	120	6,62	794,40
81	<b>Ovos</b> Característica técnica: Ovos, tipo especial, vermelho, fresco, tipo grande, pesando no mínimo 55 a 60gr por unidade. Deve ter Certificado de Inspeção Municipal, Estadual ou Federal. O produto	Dúzia	400	7,31	2.924,00

26

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000  
FONE: (48) 3523.1111 | [WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR](http://WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR)



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

	não deverá apresentar problemas com coloração. O produto deverá estar intacto. Embalagem: Embalagem primária deve ser descartável, fechada, com capacidade para 01 dúzia identificada com rótulo impresso conforme legislação vigente.				
82	<b>Pão doce com farofa</b> Característica técnica: Pão tipo doce com farofa de 50gr, produzido com menos de 12 horas. Embalagem: Embalado com saco plástico próprio para alimentos, atóxico, constando a data de fabricação e validade e rotulado segundo a legislação vigente.	Kg	1.400	18,10	25.340,00
83	<b>Pão doce tipo hot dog</b> Característica técnica: Pão tipo hot dog de 50gr, produzido com menos de 12 horas. Embalagem: Embalado com saco plástico próprio para alimentos, atóxico, constando a data de fabricação e validade e rotulado segundo a legislação vigente.	Kg	1550	18,78	29.109,00
84	<b>Pão Francês</b> Característica técnica: Pão tipo Francês ou d'água de 50gr, produzido com menos de 12 horas. Embalagem: Embalado com saco plástico próprio para alimentos, atóxico, constando a data de fabricação e validade e rotulado segundo a legislação vigente.	Kg	1.000	11,56	11.560,00
85	<b>Pão francês integral</b> Característica técnica: Pão tipo Francês tipo integral, 50gr, produzido com menos de 12 horas. Embalagem: Embalado com saco plástico próprio para alimentos, atóxico, constando a data de fabricação e validade e rotulado segundo a legislação vigente.	Kg	500	14,55	7.275,00
86	<b>Pão branco fatiado</b> Característica técnica: pão branco fatiado. Para sanduíche, embalagem com 20 fatias, de boa qualidade com miolo branco e casca de cor dourada brilhante e homogênea. Serão rejeitados pães mal assados, queimados, amassados, achatados. Embalagem: Embalado com saco plástico próprio para alimentos, atóxico, 400gr.	Pacote	200	7,23	1.446,00
87	<b>Pão sem glúten e sem lactose fatiado</b> Características: Pão fatiado ISENTO de glúten e lactose. Embalagem: intacta, acondicionada em saco de polietileno transparente, 300 gramas por pacote.	Pacote	50	11,35	567,50
88	<b>Peito de frango sem osso congelado</b> Característica técnica: Peito de frango sem osso congelado. Aspecto rosado, sem escurecimentos ou manchas esverdeadas e odor característicos. Não deve apresentar sinais de descongelamento com grandes cristais embalado, amolecimento do produto ou presença de umidade. Deve ter certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagens: acondicionadas em pacotes de 1 Kg.	Kg	1.800	22,18	39.924,00
89	<b>Pimentão verde</b> Característica técnica: Pimentão verde. Classe média, tipo especial, pesando entre 70 a 140 gramas a unidade, devem apresentar as características do cultivar bem definidas. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagem plástica, flexível, atóxica, resistente e transparentes.	Kg	40	8,04	321,60
90	<b>Presunto cozido resfriado</b> Característica técnica: Presunto Fatiado resfriado, tipo suíno, embalado em saco plástico incolor atóxico - pte 150gr, com registro no Ministério da Agricultura.	Pacote	180	18,77	3.378,60
91	<b>Polpa de suco concentrado de Maracujá</b> Característica técnica: Polpa da maracujá congelada, de ótima qualidade, sabor característico a cada tipo de fruta. Sabores: variados, que estejam em safra. Embalagem: Integra atóxica com informações nutricionais, data de fabricação e validade.	Kg	300	17,33	5.199,00
92	<b>Polpa de suco concentrado de Abacaxi</b> Característica técnica: Polpa de abacaxi congelada, de ótima qualidade, sabor característico a cada tipo de fruta. Sabores: variados, que estejam em safra. Embalagem: Integra atóxica com informações nutricionais, data de fabricação e validade.	Kg	300	17,95	5.385,00
93	<b>Polvilho azedo</b> Característica técnica: Polvilho azedo. Embalagem de 01 kg.	Kg	60	8,66	519,80

27

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

	contendo data de fabricação e validade.				
94	<b>Queijo mussarela fatiado</b> Característica técnica: Queijo tipo mussarela, já fatiado. Deve ter certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Aspecto: liso, resistente, não pegajoso e sem manchas. Embalado em saco plástico atóxico, com data de validade e fabricação.	Kg	100	39,64	3.964,00
95	<b>Refrigerante</b> Característica técnica: Refrigerante. Composto de água gasosa e xarope, vários sabores, embalados em garrafa pet de 2 litros.	Unidade	300	5,94	1.782,00
96	<b>Repolho verde</b> Característica técnica: Repolho verde, com tamanho médio, pesando entre 1.200 e 2.200 gramas a unidade. Não serão permitidos defeitos nas verduras que afetem a sua formação e a sua aparência, estar livre de enfermidades e insetos, sem folhas envelhecidas, não estar danificada por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a aparência. Embalagem: acondicionado em embalagem plástica, flexível, atóxica, resistente e transparentes.	Unidade	200	3,81	762,00
97	<b>Sobrecoxa desossada congelado</b> Característica técnica: Sobrecoxa desossada congelado. Aspecto rosada, sem escurecimentos ou manchas esverdeadas e odor característicos, desossado. Não deve apresentar sinais de descongelamento com grandes cristais embalado. Deve ter certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagens: acondicionadas em pacotes de 1 Kg.	Kg	1.000	18,74	18.740,00
98	<b>Sal refinado</b> Característica técnica: Sal refinado iodado. Não deve apresentar sujidades e misturas inadequadas. Embalagens contendo 1kg.	Kg	400	2,55	1.020,00
99	<b>Salsicha, tipo hot dog</b> Característica técnica: Salsicha tipo hot dog congelada com certificado de inspeção Municipal, Estadual ou Federal. Consistência firme, cor e odor próprio. Não será tolerada a presença de manchas esverdeadas, pardacentas ou coloração sem uniformidade. Embalagem: Embalada em pacote de até 3 kg.	Kg	700	20,64	14.448,00
100	<b>Tempero verde</b> Característica técnica: Tempero verde. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Embalados em sacos plásticos, resistentes, atóxicos.	Maço	160	3,65	584,00
101	<b>Tomate</b> Característica técnica: Tomate. Redondo, maduro, classe média ou grande. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria livres de danos mecânicos, pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturação, livre de umidade externa anormal. Embalagem: Embalados em sacos plásticos, resistentes, atóxicos.	Kg	350	5,84	2.044,00
102	<b>Vinagre de álcool</b> Característica técnica: Vinagre de álcool, acondicionado em embalagem plástica, resistente e transparente de 900 ml, sem corantes e/ou aditivos químicos, em perfeitas condições, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 1 (um) ano.	Unidade	200	2,99	598,00
<b>TOTAL</b>				<b>532.418,01</b>	

- 1.2. As entregas devem ser feitas semanalmente em cada instituição. Porém no C.E.I, o pão hot dog, francês, doce com farofa e pão integral as entregas deverão ser diárias pela manhã.

Escola de Educação Básica Municipal Eulália Oliveira de Bem - End.: Espigão Grande  
Escola de Educação Básica Municipal Nivaldo José Rosa - End.: Centro

28

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**





**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Escola de Educação Básica Municipal Maria Libânia Machado - End.: Encruzo do Barro Vermelho  
C.E.I. Margareth Maria Tomasi Rocha - End.: Centro  
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) - End.: Rua Selda Soares Silveira, 1880, Vila Beatriz  
CRAS - End.: Rua João Pedro Farias, nº 250 . Bairro: Vila Beatriz.  
Prefeitura Municipal de Maracajá - End.: Avenida Getúlio Vargas, 530 - Centro  
Departamento de Saúde - CEMASAS - Avenida João Carradore - Centro.  
Conselho Tutelar - End.: Rua João Carradore, 196 - Centro  
Parque Ecológico - Br-101, Rod. 700 Km 400  
Convênio Rádio Patrulha - Rua José Zilli, s/n, Centro, Maracajá - SC.  
Almoxarifado - Centro, Maracajá - SC

**2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

- 2.1. Os produtos objeto do presente certame licitatório estão em perfeita consonância às exigências do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pois a escolha dos mesmos pode perfeitamente ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, sendo inclusive encontrados facilmente no mercado.
- 2.2. O Município de MARACAJÁ/SC, considerando que na prática do dia-a-dia a opção pela modalidade de pregão ELETRÔNICO, tem invariavelmente imprimido maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade, tem, até o presente momento optado em suas contratações apenas pela adoção do Pregão ELETRÔNICO.
- 2.3. Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão ELETRÔNICO é a que melhor se adequa a aquisição do objeto do certame, pois a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir sobre as modalidades licitatórias.
- 2.4. Diante acima exposto justificamos a opção pela realização de PREGÃO ELETRÔNICO.

**3. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 3.1. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente do Município de MARACAJÁ/SC, com base nas exigências previstas no Edital e anexos, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste Termo Contratual.
- 3.2. O prazo de entrega dos(s) produto(s) é de 02 (dois) dias, contados do(a) pedido, em remessa única ou parcelada.
  - 3.2.1. Para os produtos de origem animal e pães, o prazo de entrega será de até 24(vinte e quatro) horas contado a partir do pedido.
- 3.3. Os(s) produto(s)/material(ais) serão recebidos provisoriamente, pelo(s) responsável (is) pelo seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 3.4. Os(s) produto(s)/material(ais) poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 3.5. O material entregue, que não satisfizer as exigências técnicas contidas nas especificações técnicas mínimas contidas neste edital e anexos, será rejeitado pelo Setor responsável do município de Maracajá, e a empresa fornecedora terá o prazo de 02 (dois) dias, para a substituição do material rejeitado, os quais deverão estar de acordo com as referidas exigências técnicas.
- 3.6. Os(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

29

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**





**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

3.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1. São obrigações da Contratante:

- 4.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 4.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 4.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 4.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

**5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 5.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca e especificações mínimas constantes deste termo, edital e demais anexos;
- 5.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios (defeitos estado de conservação) e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90);
- 5.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.1.5. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos, bem como providenciar a sua comprovação, devendo arcar com as despesas resultantes;
- 5.1.6. Apresentar, sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência dos produtos;
- 5.1.7. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do fornecimento e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas obrigações obrigam-se a atender prontamente;
- 5.1.8. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas nas legislações específicas de

30

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

acidente de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei;

- 5.1.9. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, na execução do objeto contratado;
- 5.1.10. Providenciar a imediata correção das deficiências a pontadas pela CONTRATANTE quanto à execução do objeto contratado;
- 5.1.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.1.13. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

**6. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 6.1. Para o fornecimento dos itens, objeto do presente instrumento, será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o edital de licitação, do Termo de Referência e da Proposta da empresa vencedora.
- 6.2. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir de sua assinatura, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e vantagens para a Administração em sua continuidade, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser alterado, exceto no tocante ao seu objeto.

**7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**9. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

- 9.1. Nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
  - 9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e

31

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 10.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/02, a Contratada que:
- 10.1.1.** Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - 10.1.2.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 10.1.3.** Apresentar documentação falsa;
  - 10.1.4.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 10.1.5.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 10.1.6.** Não manter a proposta;
  - 10.1.7.** Cometer fraude fiscal;
  - 10.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo.
- 10.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 10.2.1.** Advertência.
  - 10.2.2.** Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:
    - 10.2.2.1.** De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, conforme prazos e condições previstas neste Edital e anexos;
    - 10.2.2.2.** De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item **12.2.2.1** deste edital, aplicada em dobro na reincidência;
    - 10.2.2.3.** De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
    - 10.2.2.4.** De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada;
  - 10.2.3.** Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos;
  - 10.2.4.** Declaração de inidoneidade.
    - 10.2.4.1.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 10.3.** Também fica sujeito às penalidades do art. 87, III e IV da Lei Federal nº 8.666/93, a Contratada que:

32

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 10.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.3.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 10.3.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784, de 1999.
- 10.3.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.3.7. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

10.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal.

**11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1. O recebimento do objeto somente se efetivará após inspeção e aprovação do fiscal do contrato.
- 11.2. Após o início da realização dos serviços, não serão permitidas quaisquer alterações quanto as especificações e da execução dos serviços constantes neste Termo de Referência, somente serão permitidas mediante a aprovação da fiscalização do contrato.
- 11.3. Todas e qualquer dano provocado por motivo da execução deste contrato deveram ser restauradas pela CONTRATADA sem custos aos proprietários e ou a CONTRATANTE.

MARACAJÁ/SC, 03 DE JANEIRO DE 2022.

**ANIBAL BRAMBILA**  
Prefeito Municipal

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**

33



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

## ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS P/ COMPRAS

Ao pregoeiro e equipe de apoio  
Prefeitura Municipal de MARACAJÁ/SC  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1. Para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezois anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e alterações posteriores.
2. Para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3. Para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
4. Para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
5. Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
6. Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**
7. Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:  
**E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Telefone: (XX) XXXXXXXXXX**
8. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
9. Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/contrato**, referente ao Pregão Eletrônico nº 002/2022 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração unificada.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

(Assinatura do Responsável Legal e Carimbo da Empresa)

RG nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000  
FONE: (48) 3523.1111 | [WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR](http://WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR)





**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO III  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS P/ COMPRAS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2022

O **MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Getúlio Vargas nº 530, Centro, CEP 88.915-000, MARACAJÁ/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro Municipal e sua equipe de apoio, designados pelo **Decreto nº 119/2021**, que realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto está abaixo definido, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e alterações posteriores, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 005, de 27 de janeiro de 2017, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e alterações posteriores, do Decreto Municipal nº 127, de 14 de novembro de 2018 e alterações posteriores, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, bem como as demais legislações pertinentes a matéria e exigências estabelecidas neste Edital, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

- 1.1.** Aquisição de alimentos, para atendimento dos departamentos: Paço Municipal, Secretaria do meio Ambiente e Turismo, Rede Municipal de Ensino (E. E. b. Eulália Oliveira de Bem, E. E. b. Maria Libânia Machado, E.E.B. 12 de Maio E C.E.I. Margareth Maria Tomasi Rocha), Centro de Triagem e Resíduos Sólidos, Fundo de Assistência - Cras, Fundo Municipal de Saúde, Convênio Rádio Patrulha e Conselho Tutelar para o ano de 2022. Conforme demanda, obedecidos as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão ELETRÔNICO nº 002/2022, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1.** A vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.
- 2.2.** Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

- 3.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social Fornecedor Registrado:							
CNPJ:							
End.:							
Fone:				Fax:			
E-mail:							
Representante:				RG:		CPF:	
Cargo/Função:							
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit.	V. Total	
Valor Total							

**4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS**

- 4.1.** A presente Ata de Registro de preços é destinada ao Departamento de Educação e Cultura.

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 4.1.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade desta administração pública municipal, mediante adesão, mediante autorização pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitada no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993
- 4.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 002/2022, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4.3. A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 002/2022, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, as quais também a integram.
- 5. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO**
- 5.1. O(s) fornecedor(es) detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser (em) convidado(s) a firmar(em) contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no edital e seus anexos.
- 5.2. A(s) contratação(ões) do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) registrado(s) neste instrumento será(ão) efetuada(s) através de contrato administrativo e nota de empenho.
- 5.2.1. Caso a entrega for imediata fica dispensado o termo de contrato, na forma do § 4º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo, neste caso a contratação firmada por intermédio da nota de empenho.
- 5.3. O contrato administrativo juntamente com a nota de empenho será encaminhado ao fornecedor, podendo ser via e-mail ou correspondência com aviso de recebimento, que deverá aceitá-lo e devolvê-lo, podendo ser pelo mesmo modo, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de recebimento.
- 5.3.1. Nos casos de entrega imediata a nota de empenho será encaminhada ao fornecedor, podendo ser via e-mail, ou por correspondência com aviso de recebimento nos casos em que não houver possibilidade de envio por e-mail, que deverá aceitá-lo e devolvê-lo, podendo ser pelo mesmo modo, no prazo de 02 (dois) dias a contar da data de recebimento.
- 5.4. O prazo de entrega do(s) produto(s) é de 02(dois) dias contados do recebimento da autorização de fornecimento, sem interrupção e prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nas quantidades fixadas na autorização de fornecimento.
- 5.4.1. Para os produtos de origem animal e pães, o prazo de entrega será de até 24(vinte e quatro) horas contado apartir do pedido.
- 5.5. Entregues o(s) produto(s) , serão recebidos provisoriamente, pelo(s) responsável(is) pelo seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as suas especificações constantes no termo de referência, no prazo de até 02 (dois) dias.
- 5.6. O(s) produto(s) poderá(ão) ser(em) rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência, devendo ser(em) substituído(s) no prazo de até 02(dois) dias, contados a partir da devolução, às custas do fornecedor, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital e anexos.
- 5.7. O(s) produto(s) será(ão) recebidos definitivamente, no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação de qualidade e quantidade do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado.
- 5.8. Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, será(ão) designado(s) representante(s)/comissão para acompanhar e fiscalizar a entrega do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionada com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 6. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**6.1. São obrigações do fornecedor:**

- 6.1.1. Fornecer o(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) de acordo com as especificações técnicas e as condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- 6.1.2. Cumprir os prazos estipulados para entrega do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s), substituindo-os, às suas expensas, no prazo fixado no edital, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções;
- 6.1.3. Prover todos os meios necessários à garantia do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 6.1.4. A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos ou demais condições estabelecidas;
- 6.1.5. Indicar um preposto, tão logo assinado este instrumento, como contato para todos os atos a serem praticados no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
- 6.1.6. Comunicar imediatamente ao Departamento de Licitações do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros essenciais para o recebimento de correspondência;
- 6.1.7. Manter seus empregados, quando nas dependências de quaisquer dos órgãos desta municipalidade, se for o caso, devidamente identificados;
- 6.1.8. Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o(s) local(is) de entrega;
- 6.1.9. Comunicar imediatamente, ao Departamento de Licitações do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega dos materiais, para adoção de medidas cabíveis, bem como detalhar todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;
- 6.1.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços;
- 6.1.11. Manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**7. DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA GERENCIADORA**

**7.1. São obrigações do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC:**

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo fornecedor, nos termos do edital e da proposta;
- 7.1.2. Pagar o fornecedor o valor resultante do fornecimento do(s) produto(s), na forma estabelecida no Edital e nesta Ata;
- 7.1.3. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes no(s) produto(s), para que sejam substituídos;
- 7.1.4. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais;
- 7.1.5. Permitir ao pessoal do fornecedor acesso ao local de entrega, observadas as normas de segurança;
- 7.1.6. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
- 7.1.7. Respeitar a ordem de classificação dos fornecedores registrados quando se realizarem as contratações;
- 7.1.8. Indicar aos órgãos não participantes os possíveis fornecedores e os respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**7.1.9. Promover a revisão e o cancelamento, quando:**

- 7.1.9.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 7.1.9.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 7.1.9.3.** O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 7.1.9.4.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 7.1.9.5.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
  - 7.1.9.5.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
  - 7.1.9.5.2.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 7.1.9.6.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.1.9.7.** O registro do fornecedor será cancelado quando:
  - 7.1.9.7.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - 7.1.9.7.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - 7.1.9.7.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
  - 7.1.9.7.4.** Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 7.1.9.8.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens **7.1.9.7.1**, **7.1.9.7.2** e **7.1.9.7.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 7.1.9.9.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
  - 7.1.9.9.1.** Por razão de interesse público; ou
  - 7.1.9.9.2.** A pedido do fornecedor.

**8. DO PAGAMENTO**

- 8.1.** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da entrega e recebimento definitivo do(s) produto(s) juntamente com a nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 8.2. Antes do pagamento será verificada a regularidade fiscal do contratado junto ao INSS, FGTS e FAZENDA MUNICIPAL.
- 8.3. O pagamento será efetuado por intermédio de depósito efetuado pela CONTRATANTE em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicados pelo CONTRATADO em sua proposta de preço.
- 8.4. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou decorrente de inadimplência.
- 8.5. A critério da Contratante, poderão ser utilizados parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.
- 8.6. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.
- 8.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 8.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
  - 8.9.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**9. DAS PENALIDADES E SANÇÕES**

- 9.1. Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 9.1.1. Advertência.
  - 9.1.2. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipal, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:
    - 9.1.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, no prazo e condições de entrega estabelecido no Edital e anexos.
    - 9.1.2.2. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item 9.1.2.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência.
    - 9.1.2.3. De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito.
    - 9.1.2.4. De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada.

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 9.1.3. Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;
- 9.1.4. Declaração de inidoneidade.
- 9.2. As sanções previstas nos itens "9.1.1", "9.1.3", e "9.1.4" do subitem 9.1, poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, à penalidade de multa do item "9.1.2".
- 9.3. As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- 9.4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5(cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.
- 9.5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 9.6. No caso das penalidades previstas no item 9.1, itens "9.1.3" e "9.1.4", caberá pedido de reconsideração ao Sr. Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 10. DAS CONDIÇÕES GERAIS**
- 10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.
- 10.2. É permitido efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Araranguá/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.
- 10.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... ( ) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

MARACAJÁ/SC, em xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2021.

**ANIBAL BRAMBILA**  
Prefeito Municipal

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

**ANEXO IV**

**MINUTA CONTRATUAL**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2022**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022**

**CONTRATO Nº 002/2022**

INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA AQUISIÇÃO DE XXXXXXXXXXXX, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, DE OUTRO LADO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, NOS TERMOS DA Lei Federal nº 8.666 DE 21/06/93.

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC, , pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Getúlio Vargas nº 530, Centro, CEP 88.915-000, MARACAJÁ/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Anibal Brambila, brasileiro, casado, portador do CPF nº 274.841.906-59 portador da Carteira de Identidade nº 5045998, residente e domiciliado no Município de MARACAJÁ/SC, doravante denominada CONTRATANTE e, a Empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, com sede a ....., no município de ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representada por ....., Sr. ...., portador do CPF nº ....., residente e domiciliado ....., doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 002/2022 e em observância às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e alterações posteriores, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 005, de 27 de janeiro de 2017, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e alterações posteriores, do Decreto Municipal nº 127, de 14 de novembro de 2018 e alterações posteriores, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022, homologado em, \_\_\_/\_\_\_/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1. Aquisição de alimentos, para atendimento dos departamentos: Paço Municipal, Secretaria do meio Ambiente e Turismo, Rede Municipal de Ensino (E. E. b. Eulália Oliveira de Bem, E. E. b. Maria Libânia Machado, E.E.B. 12 de Maio E C.E.I. Margareth Maria Tomasi Rocha), Centro de Triagem e Resíduos Sólidos, Fundo de Assistência - Cras, Fundo Municipal de Saúde, Convênio Rádio Patrulha e Conselho Tutelar para o ano de 2022, conforme relacionados no Termo de Referência (Anexo I), observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

- 1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1						
2						
...						

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

- 2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de ....., contados do ....., prorrogável na forma do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

42

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**





**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ .....(.....).

3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

4.1 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da entrega e recebimento definitivo do(s) produto(s) juntamente com a nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

4.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.5 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada as devidas consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

4.6 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

4.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

4.10 Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

4.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**5. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

5.1 O preço contratado é fixo e irrevogável.

5.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

43

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**





**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 5.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 5.3.1. É permitido efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 5.3.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
6. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO**
- 6.1 Este Termo Contratual deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
7. **CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA E FORNECIMENTO DO OBJETO**
- 7.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.
- 7.2 Os objetos licitados deverão ser entregues parceladamente mediante requisições e/ou ordens de fornecimento previamente emitidas pelo órgão competente, no prazo de 02 (dois) dias após a retirada e/ou recebimento das mesmas, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de uso.
8. **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**
- 8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.
9. **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
- 9.1 Além das obrigações previstas no Edital, Anexos, Termo de Referência e demais normais legais pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:
- 9.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos materiais, nos termos da legislação vigente e exigências contidas no Termo de Referência, observadas as especificações e outros detalhes;
- 9.1.2. Para o acionamento da garantia levará em consideração por parte da contratante estocagem, o manuseio entre outros, e o uso devido conforme normas e regras estabelecidas em lei.
- 9.1.3. Manter-se durante a execução do contrato, com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.4. São de exclusiva conta e responsabilidade da contratada, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis, as obrigações que se seguem;
- 9.1.5. O material e a mão-de-obra utilizados são de inteira responsabilidade do fornecedor do serviço, devendo o trabalho ser realizado dentro de normas e critérios exigíveis pelo mercado e legislação atual.
- 9.1.6. Ficarão a cargo da CONTRATADA todas as despesas necessárias à prestação dos serviços: combustível, Seguro dos veículos, lubrificante, serviços de manutenção/troca de pneus, manutenção mecânica, troca de lâminas, demais equipamentos/componentes etc.
- 9.1.7. Os motoristas serão disponibilizados pela CONTRATADA, devendo a mesma arcar com salários, encargos sociais e trabalhistas, equipamento de proteção individual, deslocamentos, estadias, alimentação, e quaisquer outras despesas necessárias para o desempenho da função, não existindo qualquer vínculo de solidariedade entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO no que diz respeito a tais obrigações.
- 9.1.8. Responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços, nos termos da legislação vigente e exigências contidas no Termo de Referência, observadas as especificações e outros detalhes;



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 9.1.9. Manter-se durante a execução do contrato, com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, resultantes da execução do contrato;
- 9.1.11. Responder pelos danos causados diretamente ao Município de Balneário Gaivota ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante;
- 9.1.12. A inobservância destas condições implicará recusa do objeto sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da CONTRATADA inadimplente.
- 9.2. Além das obrigações previstas no Edital, Anexos, Termo de Referência e demais normais legais pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:
  - 9.2.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste Contrato.
  - 9.2.2. Aplicar à CONTRATADA penalidades, quando for o caso.
  - 9.2.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato.
  - 9.2.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente.
  - 9.2.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção..
- 10. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
  - 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, o licitante/adjudicatário que:
    - 10.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
    - 10.1.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
    - 10.1.3. Apresentar documentação falsa;
    - 10.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
    - 10.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
    - 10.1.6. Não mantiver a proposta;
    - 10.1.7. Cometer fraude fiscal;
    - 10.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.
  - 10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 10.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 24.1 e subitens ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
    - 10.3.1. Advertência.
    - 10.3.2. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipal, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:

45

**AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000**  
**FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR**



**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 11.3.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, conforme prazos e condições previstas neste Edital e anexos;
- 11.3.2.2. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item 24.3.2.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência;
- 11.3.2.3. De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
- 11.3.2.4. De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada.
- 10.3.3. Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;
- 10.3.4. Declaração de inidoneidade.
- 10.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784, de 1999.
- 10.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.7 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 10.8 As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.
- 11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**
- 11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 11.2 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 11.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 11.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 11.5 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

11.5.3. Indenizações e multas.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES**

12.1 É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.**

13.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

14.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial Municipal, no prazo previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

15.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o Foro da Comarca de Araranguá/SC.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

MARACAJÁ/SC, ..... de xxxxxxxx de 2021.

**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**  
ANIBAL BRAMBILA  
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA


**TESTEMUNHAS:**

Nome: xxxxxxxxxxxxxxxxx  
Secretária de Administração  
CPF: xxxxxxxxxxxxxxxxx

Nome: Andresa Martins dos Santos Pereira  
Chefe de Gabinete  
CPF: 062.423.729-08

**TERMO HOMOLOGAÇÃO 105/2021**

Publicação Nº 3521002

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ</b> CNPJ: 82.915.026/0001-24 AV. GETULIO VARGAS, 530 C.E.P.: 88915-000 - Maracajá - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 105/2021 - PR</b> Processo Administrativo: 64/2021 Processo de Licitação: 105/2021 Data do Processo: 30/11/2021
		Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, ANIBAL BRAMBILA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 105/2021  
 b ) Licitação Nr.: 105/2021-PR  
 c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
 d ) Data Homologação: 03/01/2022  
 e ) Objeto da Licitação: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO REGISTRAR PREÇOS COM A FINALIDADE DE SELECIONAR A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO COM CAÇAMBA BASCULANTE, RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, E PA CARREGADEIRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC, CONFORME QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	<u>Qtd de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 111664 - INGA CAMINHOES LTDA	1	0.0000	635.000,00
	1		635.000,00

Maracajá, 3 de Janeiro de 2022.

ANIBAL BRAMBILA  
 Prefeito Municipal

# Maravilha

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 002/2022

Publicação Nº 3519745

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 91AE44E44FA488F106BAFE16A66EC6F42C6F5649

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 002/2022 Dispensa de Licitação n. 002/2022

Contratada: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS. Valor global: R\$79.563,60. Contrato Administrativo n. 003/2022. Vigência: 31/12/2022. O Senhor Prefeito SANDRO DONATI, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que deflagrou processo de dispensa de licitação para pagamento de prestação de serviços consorciados para o Município de Maravilha - SC, 04 de janeiro de 2022. SANDRO DONATI – Prefeito do Município de Maravilha.

# Marema

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 001/2022

Publicação Nº 3519514

Estado de Santa Catarina

Município de Marema – Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº. 001/2022

Edital: Dispensa de Licitação FMS nº. 001/2022

Fundamento: art. 24, XXVI da Lei 8.666/93.

Objeto: Dispensa de Licitação tem por objetivo a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para Manutenção do Consórcio, adimplemento dos serviços especializados em saúde, de média e alta complexidade ambulatorial, aquisição de medicamentos insumos e correlatos – farmácia básica e psicotrópicos, para o Município de Marema no Exercício de 2022.

Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC

Valor: R\$ 471.200,00 (quatrocentos e setenta e um mil e duzentos reais),

Projeto/Atividade: 2.057 - Manut. das Atividades da Saúde

Dotação Orçamentária: 3 - 3.1.71.70.01

5 - 3.3.71.70.01

8 - 4.4.71.70.01

7 - 3.3.93.39.50

Fonte de Recurso: 0.1.02 - Recursos Ordinários)

Marema - SC, 03 de janeiro de 2022. MAURI DAL BELLO. Prefeito Municipal

### DECRETO Nº003/2022

Publicação Nº 3520828

DECRETO Nº 03/2022

03/01/2022

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2021, DO MUNICÍPIO DE MAREMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURI DAL BELLO, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1240/2021 de 06 de outubro de 2021.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2021 do Município de Marema – Recursos vinculado, com valor de R\$ 222.905,36 (Duzentos e vinte dois mil, novecentos e cinco reais e trinta e seis centavos) e recursos ordinários 70.000,00 (Setenta mil reais), totalizando o valor R\$ 292.905,36 (Duzentos e noventa e dois mil, novecentos e cinco reais e trinta e seis centavos).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º, deste Decreto, ficam Suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Código	Secretaria/departamento			
06.001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
	1.015	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS-INFRAESTRUTURA		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90.00.00	0.3.00	REDUZIDO	56	70.000,00
TOTAL				

Código	Secretaria/departamento			
05.001	SECRETARIA M.DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE/ FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL.			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
	1.009	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS E EQUIP. AGRICULTURA.		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90.00.00	0.3.34	REDUZIDO	43	191.000,00
TOTAL				

Código	Secretaria/departamento			
05.001	SECRETARIA M.DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE/ FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL.			
funcional	Proj./ativ.	descrição		



	2.046	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE DESENV.RURAL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
3.3.90.00.00	0.3.64	REDUZIDO	46	31.905,36
TOTAL				

Art. 4º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Janeiro de 2022

MAURI DAL BELLO

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº004/2022

Publicação Nº 3520845

DECRETO nº004/2022

De 03/01/2022

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2022, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURI DALBELLO, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1240 de 06 de outubro de 2021.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretada a utilização do Provavel Excesso de arrecadação referente recursos advidos do governo Federal para uso junto ao Infraestrutura, valor R\$ 499.000,00 (Quatrocentos e noventa e nove mil reais).

Art. 2º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º, deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Código	Secretaria/departamento			
06.001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
	1.015	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS INFRAESTRUTURA		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90.00.00	0.1.34	REDUZIDO	56	499.000,00
TOTAL				

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 03 de Janeiro de 2022

MAURI DAL BELLO

Prefeito Municipal

## EXTRATO VIII TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2021

Publicação Nº 3519885

Extrato de III Termo aditivo ao Contrato nº 030/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA – SC.

Contratado: OESTE SUL PRESTADORA DE SERVIÇOS GERAIS

Objeto: Contratação de empresa para perfuração de poço e rede adutora, na linha Barra do Golfo, interior no município de Marema, conforme recurso de transferência da Secretaria de Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, visando combater os efeitos da estiagem no Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 3.826,87 (três oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos)

Vinculação: Processo de Licitação n. 036/2021 – Pregão Presencial n. 016/2021.

Aditivo: Oitavo Termo Aditivo de reprogramação de valores e quantitativos, com fundamento no art. 65, I, a, b; II, b e d; e § 1º da Lei 8.666/93 e cláusula sexta do contrato

Foro: Comarca da cidade de Xaxim – SC

Marema/ SC, 03 de janeiro de 2022.

Mauri Dal Bello. Prefeito Municipal

# Matos Costa

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº 2.324/2021

Publicação Nº 3520549

Lei Municipal Nº 2.324/2021 – de 20 de Dezembro de 2021.  
Revoga a Lei Municipal nº 2.318/2021 de 20 de outubro de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO, Prefeito Municipal de Matos Costa, Estado de Santa Catarina faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada integralmente a Lei Municipal 2.318/2021 de 20 de outubro de 2021, que dispõe sobre o Fundo de Reaparelhamento da Câmara de Matos Costa - SC.

Art. º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 20 de dezembro de 2021.

Paulo Bueno de Camargo  
Prefeito Municipal

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM	A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Gabriele Aparecida Bendlin Auxiliar Administrativo	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CREDENCIAMENTO N° 001-2022

Publicação N° 3520000

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 60424F0DD3E86E8CB1CEA946CF6105C5E10FC273

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO N°. 001/2022  
CREDENCIAMENTO POSTOS COMBUSTÍVEIS

O MUNICIPIO DE MELEIRO, através da Prefeitura Municipal, torna público o aviso de chamada pública para CREDENCIAMENTO de Pessoa Jurídica especializada no fornecimento parcelado de combustíveis, sediada no Município de Meleiro, para aquisição de gasolina comum, para atender as demandas de abastecimento da frota municipal, com base no art. 74, inciso IV c/c art. 790, ambos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e art. 32 do Decreto Municipal nº 126/2021, conforme condições e especificações contidas neste edital.

Os interessados deverão procurar o Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Meleiro, sido a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro, das 07:00 as 13:00 horas para retirar o edital ou através do site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br), para maiores informações pelo telefone (48) 3537-8400.

Codigo TCE: 60424F0DD3E86E8CB1CEA946CF6105C5E10FC273

Meleiro/SC, 04 de janeiro de 2022.

PEDRO LUIZ SCHUVARTZ  
Prefeito Municipal em Exercício

# Modelo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 001 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519861

PORTARIA Nº 001/2022 DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1906/2010, 2525/2021 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimentos dos Servidores;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas aos Servidores Públicos Municipais lotados no departamento de Saúde abaixo relacionados, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
CARINE DE ASSIS 2222-5	01.02.2020 a 31.01.2021	24.01.2022 a 12.02.2022 (20 dias)
JULIANA PAVALICINI 1921-6	02.04.2020 a 01.04.2021	24.01.2022 a 12.02.2022 (20 dias)
MARIA C. EISCHLER 2357-4	11.05.2020 a 10.05.2021	10.01.2022 a 29.01.2022 (20 dias)
MAURICIO H. RAUBER 2197-0	01.07.2019 a 30.06.2020	10.01.2022 a 19.01.2022 (10 dias)
NEI ZANCHETT 459-6	03.07.2021 a 02.07.2021	11.01.2022 a 30.01.2022 (20 dias)
PATRICIA DA SILVA PINTO 2603-4	18.01.2021 a 17.01.2022	13.01.2022 a 01.02.2022 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 04 de janeiro de 2022.

DIRCEU SILVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:  
CLEBER EBERHART  
Secretário de Administração e Fazenda

### PORTARIA Nº 143 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação Nº 3519787

PORTARIA Nº 143/2021 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimento da Servidora;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida a Servidora Pública Municipal Ivone Walter ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços gerais internos, matrícula nº 456-1, férias a que faz jus, considerando o período aquisitivo de 30.05.2021 a 29.05.2022 a concessão de 15 dias de férias no período de 03.01.2022 a 17.01.2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 29 de dezembro de 2021.

DIRCEU SILVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:  
CLEBER EBERHART  
Secretário de Administração e Fazenda

**ATO 05 HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES**

Publicação Nº 3519980



Estado de Santa Catarina  
Município de Modelo  
**Processo Seletivo Público 008/2021**

**ATO 05**

O **Município de Modelo**, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Sr. Dirceu Silveira, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

**1. HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES**

**1.1** Não houve interposição de recurso em face da não homologação de inscrição, assim em nada se altera o relatório nominal de candidatos com **inscrições deferidas**, anteriormente divulgado, ficando este ratificado, tornando-se o **Relatório de Inscrições Homologadas**, constante no **Anexo I** deste ato.

**1.2.** O **Anexo II** deste Ato contém o relatório de **inscrições não processadas** (indeferidas) em razão de pagamento não realizado ou realizado em desconformidade com o Edital nº 008/2021.

Modelo, 03 de janeiro de 2022.

**DIRCEU SILVEIRA**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.



Estado de Santa Catarina  
Município de Modelo  
**Processo Seletivo Público 008/2021**

**ANEXO I – INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA - ESF I**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
1	70	FERNANDA DA SILVA FELICIO	DEFERIDO

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA - ESF II**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
2	86	BRUNA KAUANA GONÇALVES BARBOZA SALVATORI	DEFERIDO
3	93	CLAUDINETE DE JESUS SILVA DOS SANTOS	DEFERIDO
4	11	CRISTINA MORAZ BET	DEFERIDO
5	124	FABIANA FREY	DEFERIDO

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNO**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
6	202	CLEUCIR VASIAK	DEFERIDO
7	26	EDENIR DELCI PRIEBE	DEFERIDO
8	166	JANDIR KRAEMER	DEFERIDO
9	234	JOSÉ EVALIRIO SPIEKER	DEFERIDO
10	109	LEONILDO FERREIRA	DEFERIDO
11	110	PEDRO DECKER	DEFERIDO
12	72	ROGERIO PIMEL	DEFERIDO

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNO**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
13	167	ANDREIA VALERA	DEFERIDO
14	41	CAMILA FACCO	DEFERIDO
15	34	FABIANA MOREIRA DA SILVA FELICIO	DEFERIDO
16	36	IVANDRA SCHWAAB DA SILVA	DEFERIDO
17	137	NATALINA BATISTA	DEFERIDO
18	25	VILMAR PEDRO MAZO JUNIOR	DEFERIDO

**AUXILIAR EDUCACIONAL**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
19	227	ALINE LUCIA EHRENBRINK	DEFERIDO
20	74	ANA JULIA DE SOUZA PILATTI	DEFERIDO
21	30	CAMILA MACHADO EUZÉBIO	DEFERIDO
22	195	CLEIDIANE TOMAZELLI	DEFERIDO
23	203	DANIELI SCHNEIDER	DEFERIDO
24	223	FERNANDA GRANZOTO	DEFERIDO
25	31	GABRIELE JULIA JACOBY	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina  
Município de Modelo  
**Processo Seletivo Público 008/2021**

26	46	GISELE BUENO	DEFERIDO
27	233	JOSIANE ELIZETE STRECK	DEFERIDO
28	170	NOELI EBERTZ	DEFERIDO
29	107	OLDA GOBBI DOS SANTOS BIANCHETTO	DEFERIDO
30	207	ROSILENE TRAVERSINI BIRK	DEFERIDO
31	87	SANDRA SILENE DICKMANN	DEFERIDO
32	12	SUELI DE OLIVEIRA	DEFERIDO
33	121	TAÍS ELIZANDRA KAPPAUN	DEFERIDO

#### ENFERMEIRO

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
34	53	ADRIANA BELOLLI PRIOR	DEFERIDO
35	91	ELISANGELA BEATRIZ LINKE	DEFERIDO
36	131	JÉSSICA VANESSA CORRADI DALAZEN	DEFERIDO
37	174	JOSEANE SIMON	DEFERIDO
38	139	MARIANA SBEGHEN MENEGATTI	DEFERIDO
39	19	REGES ANTONIO DEON	DEFERIDO
40	32	SIMONY SILVEIRA	DEFERIDO

#### MOTORISTA

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
41	145	ALDAIR ANDRE RINTZEL	DEFERIDO
42	42	CELSO JACÓ DA SILVA	DEFERIDO
43	8	CRISTIANO BET	DEFERIDO
44	122	FABIO CARLOTTO	DEFERIDO
45	104	ITAMAR RIBOLI	DEFERIDO
46	142	LEOMIR RINTZEL	DEFERIDO

#### OPERADOR DE MÁQUINAS

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
47	54	JOSEMAR VALENTE	DEFERIDO
48	199	RAFAEL ENRIQUE CECATTO	DEFERIDO

#### PROFESSOR DE ARTES

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
49	52	FABIANO JOSÉ MILAN	DEFERIDO
50	80	MARLENE COPATI TOMASONI	DEFERIDO
51	85	PATRICIA CEREZOLLI	DEFERIDO
52	164	RODRIGO KUHN WEBER	DEFERIDO

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA





Estado de Santa Catarina  
Município de Modelo  
**Processo Seletivo Público 008/2021**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
53	194	ALESSANDRA DELAZERE	DEFERIDO
54	130	CAMILA RAFAELE CECON SANSIGOLO	DEFERIDO
55	136	CAROLINE MARIA GRANDO DUARTE	DEFERIDO
56	155	DANRLEI CECATTO	DEFERIDO
57	73	DIANA CHAVES	DEFERIDO
58	133	DIJAVAN AUGSTEN	DEFERIDO
59	95	FABRICIO EBERARDT	DEFERIDO
60	181	FELIPE JUNIOR DALAZEN	DEFERIDO
61	144	GESSICA IRENE DERTZBACHER VIANA	DEFERIDO
62	225	INÊS JACOBY	DEFERIDO
63	71	JAQUELINE PATRÍCIA ALBANI	DEFERIDO
64	147	JARLOM JUNIOR PELENTIR	DEFERIDO
65	206	JOCIMARA GAMBA	DEFERIDO
66	196	LIONE MARIA BIEZUS FICAGNA	DEFERIDO
67	210	LUCIANE CARLA KONRADT	DEFERIDO
68	120	MARIANE DALLA CORTI	DEFERIDO
69	45	MERI CRISTIANE PEREIRA JACOBSEN	DEFERIDO
70	182	MILTON SIMÃO	DEFERIDO
71	190	NATHAN HENRIQUE CARDOZO	DEFERIDO
72	220	ROSANE TEIXEIRA DA SILVA	DEFERIDO
73	228	SILVIO TONON	DEFERIDO
74	78	TAIS LUIZA UTZIG	DEFERIDO
75	29	VANDERLEIA CARLOTTO	DEFERIDO
76	50	VANESSA ARTIGAS DO AMARAL	DEFERIDO
77	101	VINICIUS HENRIQUE PAINI	DEFERIDO

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
78	39	ADRIANA LUIZA DA SILVA	DEFERIDO
79	197	ALESANDRA CAVALHEIRO DA SILVA	DEFERIDO
80	116	ALINE APARECIDA GRAVE	DEFERIDO
81	150	ANDRIELI APARECIDA BARICHELLO	DEFERIDO
82	105	AVANA LUISA RAUBER	DEFERIDO
83	160	CAMILA THAIS FERRONATTO	DEFERIDO
84	163	CARLA DA SILVA	DEFERIDO
85	47	CATIANE APARECIDA BEGNINI	DEFERIDO
86	113	CATIANI STORCK	DEFERIDO
87	22	CIRLENE MARIA SPIER	DEFERIDO
88	204	CLAUDIA JACOBSEN	DEFERIDO
89	98	CRISTIANA MARLI PFEIFER	DEFERIDO
90	49	DAIANE CORRÊA FILIPINI	DEFERIDO
91	176	DÉBORA RINTZEL	DEFERIDO
92	27	DENISE APARECIDA PRAMIO DALL AGNOL	DEFERIDO
93	154	DENISE ROWER QUEVEDO	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina  
Município de Modelo  
**Processo Seletivo Público 008/2021**

94	83	DERLICE TURMINA	DEFERIDO
95	20	DIANA CENTA BERNARDY	DEFERIDO
96	123	DIRLEI MARINS ALLEBRANDT	DEFERIDO
97	151	ELIANA LORENZ	DEFERIDO
98	193	ELIZANGELA DA SILVA	DEFERIDO
99	219	ÉRICA TALIA TUCHTENHAGEN	DEFERIDO
100	152	EVANILDE CANDATEN BOZIN	DEFERIDO
101	14	FRANCINE PACASSA	DEFERIDO
102	208	HELLEN ALVES DE ANDRADE	DEFERIDO
103	186	IVETE REGINA RINTZEL	DEFERIDO
104	43	JANAÍNA SANDMANN RIPKE	DEFERIDO
105	146	JUCIANE APARECIDA DA SILVA	DEFERIDO
106	58	JUCIELI HANAUER	DEFERIDO
107	79	JULIANA WERLANG	DEFERIDO
108	103	JUSSARA ROVEDA	DEFERIDO
109	191	KARISE GRANDO DIAS	DEFERIDO
110	63	KELLY CRISTINA DA CRUZ VALMORBIDA	DEFERIDO
111	59	LARISSA LOREGIAN	DEFERIDO
112	222	LIANE RAUBER FRIGO	DEFERIDO
113	92	LORENI MARLEI HENZ	DEFERIDO
114	184	LUCIANA WEBER SAUSEN	DEFERIDO
115	134	LUCIANE ARGENTA DE ALMEIDA	DEFERIDO
116	16	MARIA LUCIA DE RÉ	DEFERIDO
117	179	MARIA LUCIA FREY	DEFERIDO
118	229	MARILEI ALBANI WEITZEMANN	DEFERIDO
119	111	MARILISE TERESINHA CECATO BARRO	DEFERIDO
120	238	MARILUCE BEATRIZ LAUERMANN CESCO	DEFERIDO
121	127	MARINS ELIANE MICHEL BELUSSO	DEFERIDO
122	89	MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER	DEFERIDO
123	129	NILVA FATIMA ALLEBRANDT	DEFERIDO
124	13	PATRICIA ANDREIA PAULINI	DEFERIDO
125	211	ROSANE CRISTINA JACOBY	DEFERIDO
126	165	ROSANGELA KNORST DEOTTI	DEFERIDO
127	148	ROSANGELA RODRIGUES DA SILVA KASPER	DEFERIDO
128	115	SANDRA FACIOCHI KRIESER	DEFERIDO
129	231	SANDRA LIANI PULTER	DEFERIDO
130	99	SIDRIANA FATIMA BACH METDLER	DEFERIDO
131	48	SÔNIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER	DEFERIDO
132	3	SUSANA ROMANO	DEFERIDO
133	156	TATIANA MAHL	DEFERIDO
134	28	VANDERLEIA CARLOTTO	DEFERIDO
135	51	VANUZA MOREIRA DA SILVA	DEFERIDO
136	201	VIVIANE MASCARELLO RAUBER	DEFERIDO

**PROFESSOR DE INGLÊS**



Estado de Santa Catarina  
Município de Modelo  
**Processo Seletivo Público 008/2021**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
137	2	EDUARDA KEGLER	DEFERIDO

**PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS – 1º A 5º ANO**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
138	40	ADRIANA LUIZA DA SILVA	DEFERIDO
139	117	ALINE APARECIDA GRAVE	DEFERIDO
140	62	ALINE KEITI QUEVEDO	DEFERIDO
141	214	ANDREIA GOMES DE OLIVEIRA	DEFERIDO
142	224	CAMILA ANTUNES	DEFERIDO
143	17	CLEILAMAR BIAZEBETTI	DEFERIDO
144	96	CRISTIANA MARLI PFEIFER	DEFERIDO
145	61	DEISE NARA TALHEIMR PFEIFER	DEFERIDO
146	81	DERLICE TURMINA	DEFERIDO
147	21	DIANA CENTA BERNARDY	DEFERIDO
148	216	DIRLEI MARINS ALLEBRANDT	DEFERIDO
149	192	ELIZANGELA DA SILVA	DEFERIDO
150	15	FRANCINE PACASSA	DEFERIDO
151	143	HELENA FREY WERLANG	DEFERIDO
152	56	HELENA PEREIRA JACOBSEN	DEFERIDO
153	209	HELLEN ALVES DE ANDRADE	DEFERIDO
154	57	JUCIELI HANAUER	DEFERIDO
155	221	JULIANA WERLANG	DEFERIDO
156	102	JUSSARA ROVEDA	DEFERIDO
157	64	KELLY CRISTINA DA CRUZ VALMORBIDA	DEFERIDO
158	94	LORENI MARLEI HENZ	DEFERIDO
159	185	LUCIANA WEBER SAUSEN	DEFERIDO
160	180	MARIA LUCIA FREY	DEFERIDO
161	218	MARIANE ALVES DA SILVA SIMON	DEFERIDO
162	141	MARINÊS ROJAHN	DEFERIDO
163	88	MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER	DEFERIDO
164	66	MOANA MANOELA DOS SANTOS	DEFERIDO
165	212	ROSANE CRISTINA JACOBY	DEFERIDO
166	132	ROSANE VANILDE DA SILVA	DEFERIDO
167	157	ROSANGELA KNORST DEOTTI	DEFERIDO
168	230	ROSANGELA ARCARI	DEFERIDO
169	149	ROSANGELA RODRIGUES DA SILVA KASPER	DEFERIDO
170	55	SALETE ESCHER	DEFERIDO
171	114	SANDRA FACIOCHI KRIESER	DEFERIDO
172	97	SIDRIANA FATIMA BACH METDLER	DEFERIDO
173	217	SOLIANE DE MATTOS	DEFERIDO
174	4	SUSANA ROMANO	DEFERIDO

**TÉCNICO EM ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS**



Estado de Santa Catarina  
Município de Modelo  
**Processo Seletivo Público 008/2021**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
175	226	GIOVANI ANDRÉ KOTTWITZ	DEFERIDO
176	84	TAÍS CRISTINA RONCATO	DEFERIDO

**TÉCNICO EM SAÚDE PÚBLICA**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
177	33	NELI PANDOLFO PEREIRA	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina  
Município de Modelo  
**Processo Seletivo Público 008/2021**

**ANEXO II – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS (NÃO PROCESSADAS)**

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA - ESF I**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
1	9	CRISTINA MORAZ BET	INDEFERIDO
2	18	MARIA HELENA ALVES	INDEFERIDO

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA - ESF II**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
3	205	ANELICE DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
4	75	MERY EMELYN ZORSI REFATTI	INDEFERIDO
5	215	PALOMA YASMIM SCHLOSSER	INDEFERIDO

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNO**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
6	35	GERSON DA SILVA	INDEFERIDO
7	100	VALDIR RINTZEL	INDEFERIDO
8	24	VILMAR PEDRO MAZO JUNIOR	INDEFERIDO

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNO**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
9	153	CLEUCIR VASIAK	INDEFERIDO
10	69	FERNANDA DA SILVA FELICIO	INDEFERIDO

**AUXILIAR EDUCACIONAL**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
11	175	DÉBORA RINTZEL	INDEFERIDO
12	161	DENISE MARIA BERGAMASCHI	INDEFERIDO
13	235	DJENIFER LAIS KRAMER SCAPIN	INDEFERIDO
14	67	IZABEL SPONCHIADO PACHECO DA SILVA	INDEFERIDO

**ENFERMEIRO**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
15	38	ANA LUÍSA STRECK	INDEFERIDO
16	44	BIANCA BATISTA RODRIGUES	INDEFERIDO
17	5	DAIANE CRISTINA WILKE HELFER	INDEFERIDO
18	237	DÉBORA ALESSANDRA DELLAI	INDEFERIDO
19	183	GRACILENE PEREIRA RODRIGUES	INDEFERIDO
20	173	KARINA DE MORAIS SILVESTRE	INDEFERIDO
21	60	LUANA REIS	INDEFERIDO
22	162	MICAEL FRANCO ALVES	INDEFERIDO
23	158	RUTIELLY CAROLINE MANZKE	INDEFERIDO
24	118	SIMONE GONÇALVES DE AZEVEDO	INDEFERIDO

**MOTORISTA**



Estado de Santa Catarina  
Município de Modelo  
**Processo Seletivo Público 008/2021**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
25	125	GEOVANI ROOS	INDEFERIDO
26	77	MERY EMELYN ZORSI REFATTI	INDEFERIDO

**PROFESSOR DE ARTES**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
27	198	CARLA FORNARI VICARI	INDEFERIDO
28	172	ROSANE GOMES	INDEFERIDO

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
29	159	RODRIGO GROSS MEDEIROS	INDEFERIDO
30	65	SILVANE DE SOUZA LEITE	INDEFERIDO

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
31	68	ANA PAULA DOS SANTOS	INDEFERIDO
32	10	DIANE HOLLAS	INDEFERIDO
33	236	DJENIFER LAIS KRAMER SCAPIN	INDEFERIDO
34	200	ELENICE ELECIR PORSCHE	INDEFERIDO
35	106	INGRID ARIELY DE SOUZA MARTINI	INDEFERIDO
36	177	JANETE PRAUSE	INDEFERIDO
37	37	KELIN ALBANI SCHWAAB	INDEFERIDO
38	213	LORENI SEIDER	INDEFERIDO
39	140	MARINÊS ROJAHN	INDEFERIDO
40	23	MIRIÃ BOTH REZENDE	INDEFERIDO
41	168	ROSANE VALENTE FREY	INDEFERIDO
42	112	SOLANGE CORNELIUS KREUZ	INDEFERIDO
43	82	VANICE GAVINESKI	INDEFERIDO
44	187	VERIDIANE DOMINGAS PISTORE	INDEFERIDO

**PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS – 1º A 5º ANO**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
45	171	FRANCINE KREUSCH	INDEFERIDO
46	119	JULIA EMANUELLY FERNANDES	INDEFERIDO
47	169	MARCIA LUIZA ZART PAGLIOCCHI	INDEFERIDO
48	128	MARINS ELIANE MICHEL BELUSSO	INDEFERIDO
49	188	RAFAEL KOCH	INDEFERIDO
50	232	SANDRA LIANI PULTER	INDEFERIDO
51	178	SIRLANE MARIA SCHWARTZ	INDEFERIDO

**TÉCNICO EM SAÚDE PÚBLICA**

Nº	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
52	7	JOCIANE ESTER PEREIRA	INDEFERIDO
53	135	LETÍCIA CASTRO VAQUEIRO	INDEFERIDO
54	108	SANDRA PAZINI GOMES DE MORAES	INDEFERIDO

**ATO 6 - DIVULGAÇÃO DO LOCAL DE PROVA**

Publicação N° 3521406



Estado de Santa Catarina  
Município de Modelo  
**Processo Seletivo Público 008/2021**

**ATO 06**

O **Município de Modelo**, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Sr. Dirceu Silveira, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

**1. DIVULGAÇÃO DO LOCAL DE PROVA**

**1.1. A PROVA OBJETIVA**, para todos os cargos, será aplicada no dia **07/01/2022** (sexta-feira), na **Escola Pública Municipal Prof.ª Griseldi Maria Muller**, situada na Rua Cristóvão Colombo, nº 360, Bairro Centro, no Município de Modelo, conforme horários abaixo:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões	18h30
Fechamento dos portões <i>Após o fechamento dos portões, não será mais permitido o ingresso de qualquer candidato ao local das provas.</i>	20h00
Início da prova	20h30

**1.2.** Para fins de identificação, todos os candidatos ficam convocados a comparecerem na data e local da prova, com antecedência de, pelo menos, uma hora e trinta minutos do horário de fechamento dos portões.

**1.3.** O candidato deve apresentar-se portando:

**a) documento de identidade** original que bem o identifique e que esteja em bom estado de conservação;

**b) caneta** esferográfica de tinta azul ou preta de corpo transparente, ponta grossa;

**c) comprovante de inscrição e pagamento** (boleto bancário devidamente quitado). Esse item poderá ser dispensado desde que esteja comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato no relatório de candidatos inscritos; e

**d) máscara** descartável ou de tecido que deverá usar durante toda a realização da prova.

**1.3.1.** Não será permitido ao candidato realizar a prova se não estiver usando a máscara. A negativa da utilização da mesma no início ou durante a prova ensejará na **ELIMINAÇÃO** do candidato.

**1.3.2.** Serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documento de identidade, como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como





Estado de Santa Catarina  
Município de Modelo  
**Processo Seletivo Público 008/2021**

Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97). Não será aceita cópia do documento de identidade, mesmo que autenticada. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto, avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

**1.3.3.** Não será liberada a utilização de bebedouros, por conta dos protocolos de enfrentamento à Covid-19, devendo o candidato observar as regras do edital no sentido de trazer sua própria garrafa de água de corpo transparente e sem rótulos ou desenhos.

## **2. GABARITO PROVISÓRIO**

**2.1.** O **GABARITO PROVISÓRIO** da Prova Objetiva, será divulgado no dia **08/01/2022**, no *site* [www.wedoservicos.com.br](http://www.wedoservicos.com.br).

**2.2.** Os candidatos interessados em interpor recursos contra o Gabarito Provisório poderão fazê-lo no período de **10/01/2021** às 14h00min à **12/01/2021** às 14h00min. Os recursos deverão ser interpostos por meio do site [www.wedoservicos.com.br](http://www.wedoservicos.com.br), na área do candidato, seguindo as orientações do site.

**2.3.** Somente durante o período de recursos **PROVA OBJETIVA** estará disponível aos candidatos, na área do candidato acessando pelo site [www.wedoservicos.com.br](http://www.wedoservicos.com.br), de forma individual a cada participante, com o seu login e senha, através do item “*mais informações*”.

Modelo, 04 de janeiro de 2022.

**DIRCEU SILVEIRA**  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 03/2022 PREGÃO 03/2022**

Publicação N° 3521486

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A95CA4F9FED199E1AF614BFD510A3876ECDBD51E

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
Aviso de Licitação**Processo N°: **3/2022**Modalidade: **Pregão N° 3/2022**Tipo: **Menor preço - Unitário por Item****Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAR NOS PROGRAMAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA**Entrega dos Envelopes: **08:00** horas do dia **01 de fevereiro de 2022**Abertura dos Envelopes: **08:10** horas do dia **01 de fevereiro de 2022.**

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:00 às 17:00, ou pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)  
Modelo/SC 04/01/22.

Dirceu Silveira  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº01/2021 CONTRATO Nº52/2021**

Publicação Nº 3519522

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO**

CNPJ: 83.021.832/0001-11

**TERMO ADITIVO Nº 01/2021  
CONTRATO Nº 052/2021****TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE  
MODELO E A EMPRESA CLÍNICA MÉDICA BASTOS LTDA PARA PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER A ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA  
FAMÍLIA (ESF) NA UNIDADE DE SAÚDE.**

O **MUNICÍPIO DE MODELO**, pessoa jurídica de direito público, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **DIRCEU SILVEIRA**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO**, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Presidente Vargas, 20, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.511.812/0001-18, neste ato representado por sua Gestora, Senhora **GISELI ELISA DA SILVA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CLÍNICA MÉDICA BASTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 40.841.614/0001-10, com sede na Rua Duque Caxias, 134, sala 02B, centro, na cidade de Modelo (SC), neste ato representada por sua titular Sra. Rosemar Bastos, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**;

Tem de comum acordo e com amparo legal no Artigo 57, II, da Lei 8666/93, resolvem aditar o contrato originário, somente em relação ao prazo, conforme cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO**

Considerando que trata-se de serviço contínuo, bem como por conveniência administrativa, haja vista a manutenção do menor preço encontrado, de comum acordo entre as partes, fica aditado o contrato nº 052/2021, prorrogando-se a vigência do contrato de prestação de serviços em mais 03 (três) meses (contados a partir de 01.01.2022), passando a vigor até **31.03.2022**.

Parágrafo Primeiro: Fica mantida a disposição contida na Cláusula Quarta, “2”, do Contrário Originário.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

O presente termo aditivo decorre de autorização da Diretora Municipal de Saúde, que faz parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal no artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

O valor contratado permanece inalterado, ou seja, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, mensais, totalizando **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Rua do Comércio, nº 1.304, Centro, Modelo/SC, 89.872-000 – Fone: (49) 3365-3137 [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br) Fls. 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE MODELO**

CNPJ: 83.021.832/0001-11

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo nº 052/2021.

**CLÁUSULA QUINTA – DO FORO**

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), 27 de dezembro de 2021.

**MUNICÍPIO DE MODELO**  
**DIRCEU SILVEIRA****CLÍNICA MÉDICA BASTOS LTDA****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO**  
**GISELI ELISA DA SILVA**

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº01/2021 CONTRATO Nº53/2021**

Publicação Nº 3519525

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO**

CNPJ: 83.021.832/0001-11

**TERMO ADITIVO Nº 01/2021  
CONTRATO Nº 053/2021****TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA CLÍNICA SÃO JORGE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO REGULADOR NA UNIDADE DE SAÚDE.**

Termo Aditivo Contratual, que celebram O **MUNICÍPIO DE MODELO**, pessoa jurídica de direito público, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **DIRCEU SILVEIRA**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO**, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Presidente Vargas, 20, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.511.812/0001-18, neste ato representado por sua Gestora, Senhora **GISELI ELISA DA SILVA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CLÍNICA SÃO JORGE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 40.981.858/0001-07, com sede na Rua João Pessoa, 132, bairro Laranjeiras, na cidade de Modelo (SC), neste ato representada por seu titular (procurador), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**;

Tem de comum acordo e com amparo legal no Artigo 57, II, da Lei 8666/93, resolvem aditar o contrato originário, somente em relação ao prazo, conforme cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO**

Considerando que trata-se de serviço contínuo, bem como por conveniência administrativa, haja vista a manutenção do menor preço encontrado, de comum acordo entre as partes, fica aditado o contrato nº 053/2021, prorrogando-se a vigência do contrato de prestação de serviços em mais 12 (doze) meses (contados a partir de 01.01.2022), passando a vigor até **31.12.2022**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

O presente termo aditivo decorre de autorização da Diretora Municipal de Saúde, que faz parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal no artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

O valor contratado permanece inalterado, ou seja, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de **R\$ 3.949,00 (três mil novecentos e quarenta e nove reais)**, mensais, totalizando **R\$ 47.388,00 (quarenta e sete mil, trezentos e oitenta e oito reais)**.

Rua do Comércio, nº 1.304, Centro, Modelo/SC, 89.872-000 – Fone: (49) 3365-3137 [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br) Fls. 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE MODELO**

CNPJ: 83.021.832/0001-11

**CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo nº 053/2021.

**CLÁUSULA QUINTA – DO FORO**

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), 27 de dezembro de 2021.

**MUNICÍPIO DE MODELO  
DIRCEU SILVEIRA****CLÍNICA SÃO JORGE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO  
GISELI ELISA DA SILVA**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**TERMO ADITIVO Nº01/2021 CONTRATO Nº51/2021**

Publicação Nº 3519519

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO**

CNPJ: 83.021.832/0001-11

**TERMO ADITIVO Nº 01/2021  
CONTRATO Nº 051/2021****TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA BRENDA HERMANN BONIFACIO - MEDICINA, OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER A ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) NA UNIDADE DE SAÚDE.**

Termo aditivo que fazem o **MUNICÍPIO DE MODELO**, pessoa jurídica de direito público, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **DIRCEU SILVEIRA**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO**, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Presidente Vargas, 20, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.511.812/0001-18, neste ato representado por sua Gestora, Senhora **GISELI ELISA DA SILVA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **BRENDA HERMANN BONIFÁCIO – MEDICINA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 40.197.918/0001-97, com sede na Rua Otto Radtke, 861, centro, na cidade de Santa Barbara do Sul (RS), neste ato representada por sua titular Sra. Brenda Hermann Bonifácio, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**;

Tem de comum acordo e com amparo legal no Artigo 57, II, da Lei 8666/93, resolvem aditar o contrato originário, somente em relação ao prazo, conforme cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO**

Considerando que trata-se de serviço contínuo, bem como por conveniência administrativa, haja vista a manutenção do menor preço encontrado, de comum acordo entre as partes, fica aditado o contrato nº 051/2021, prorrogando-se a vigência do contrato de prestação de serviços em mais 03 (três) meses (contados a partir de 01.01.2022), passando a vigor até **31.03.2022**.

Parágrafo Primeiro: Fica mantida a disposição contida na Cláusula Quarta, “2”, do Contrário Originário.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

O presente termo aditivo decorre de autorização da Diretora Municipal de Saúde, que faz parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal no artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

O valor contratado permanece inalterado, ou seja, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de **R\$ 19.950,00 (dezenove mil novecentos e cinquenta**

Rua do Comércio, nº 1.304, Centro, Modelo/SC, 89.872-000 – Fone: (49) 3365-3137 www.modelo.sc.gov.br Fls. 1/2





ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

CNPJ: 83.021.832/0001-11

**reais), mensais, totalizando R\$ 59.850,00 (cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta reais).**

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo nº 051/2021.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO FORO**

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), 27 de dezembro de 2021.

**MUNICÍPIO DE MODELO**  
**DIRCEU SILVEIRA**

**BRENDA HERMANN BONIFÁCIO – MEDICINA**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO**  
**GISELI ELISA DA SILVA**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2022 - ALUGUEL MITRA**

Publicação Nº 3519783

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MODELO  
CONTRATO Nº. 001/2022 DE 03.01.2022  
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL  
CONTRATADO: MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ  
CNPJ: 83.314.930/0022-71  
OBJETO: Contratação de serviços de locação de imóvel para o funcionamento da Câmara de Vereadores  
VALOR TOTAL: R\$ 16.380,00  
VIGENCIA DO CONTRATO: 01.01.2022 a 31.12.2022  
Modelo/SC, 03 de janeiro de 2022  
Marcia Teresinha Jacoby  
Presidente

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2022 - MONITORAMENTO INVIOLEVEL**

Publicação Nº 3519831

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MODELO  
CONTRATO Nº. 002/2022 DE 03.01.2022  
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL  
CONTRATADO: MODELO SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA – INVIOLEVEL  
CNPJ: 22.679.673/0001-52  
OBJETO: Contratação de serviços de sistema de alarme e monitoramento eletrônico.  
VALOR TOTAL: R\$ 2.448,00  
VIGENCIA DO CONTRATO: 03.01.2022 a 31.12.2022  
Modelo/SC, 03 de janeiro de 2022  
Marcia Teresinha Jacoby  
Presidente

# Mondaí

## PREFEITURA

### PORTARIA 005/2022

Publicação Nº 3520375

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 005 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. EXONERA A PEDIDO, FABIANE PEREIRA, matrícula nº 4290, servidora desta municipalidade, ocupante do cargo comissionado de CHEFE DE DIVISÃO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 03/01/2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 03 de janeiro de 2022.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal.

GINTHER OTTO DREHER

Secretário Municipal de Saúde.

### PORTARIA 006/2022

Publicação Nº 3520377

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 006 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. EXONERA A PEDIDO, JULIA MÜLLER, matrícula nº 3215, servidora desta municipalidade, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 02/01/2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02 de janeiro de 2022.

Mondaí, SC, 03 de janeiro de 2022.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal.

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH

Secretária Municipal de Educação e Cultura

### PORTARIA 007/2022

Publicação Nº 3520379

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 007 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONVOCAR, PATRÍCIA KLEIN matrícula funcional nº 3457, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com férias registradas para o período de 03 de janeiro a 22 de janeiro de 2022, conforme Portaria nº 601/21, para retornar ao trabalho a partir de 04 de janeiro de 2022, por imperiosa necessidade do serviço público, sendo que os dias restantes serão usufruídos em outro período definido pelo Executivo Municipal, em comum acordo com o servidor.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 03 de janeiro de 2022.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal.

GINTHER OTTO DREHER  
Secretário Municipal de Saúde.

**PORTARIA 008/2022**

Publicação N° 3520371

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA N°. 008 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO POR DOENÇA em decorrência de incapacidade temporária a LUCI MARIA KOCHHANN, matrícula nº 2116, ocupante do cargo de PROFESSOR LICENCIADO, conforme atestado médico emitido em 04/01/2022, pelo período de 180 dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 04 de janeiro de 2022.

VALDIR RUBERT  
Prefeito Municipal de Mondaí

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

# Monte Carlo

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 01/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022 - CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3521283

PORTARIA Nº 01/2022 DE 03 DE JANEIRO DE 2022  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 39, III e 59, II, da Lei Orgânica do Município e no artigo 21, II, do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, pelo período de 20 (vinte) dias, à servidora ANGELITA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de secretária executiva, haja vista o interstício aquisitivo de 03/11/2020 até 02/11/2021.

Art. 2º DETERMINAR o usufruto das férias pelo período de 03/01/2022 até 22/01/2022.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, ficando revogadas disposições em contrário.

Monte Carlo/SC, 03 de janeiro de 2022.

DIRCEU DE SOUZA  
Presidente

# Monte Castelo

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 002/2022-PPMC

Publicação Nº 3520860

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Contrato Nº.: 002/2022  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
Contratada.: LIDERANÇA CONSTRUÇÕES LTDA - EPP  
Valor.: 476.662,42 (quatrocentos e setenta e seis mil seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e dois centavos)  
Vigência.: Início: 04/01/2022 Término: 04/01/2023  
Licitação.: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 23/202  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: 2.10 objeto do presente edital de licitação TOMADA DE PREÇOS é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA NA ESCOLA MUNICIPAL EDSON NAGANO, BAIRRO RIO DAS ANTAS, em conformidade com os Projetos, Plantas e Memoriais Descritivos e nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos.  
Monte Castelo, 4 de Janeiro de 2022

-----

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TP 023/2021**

Publicação Nº 3520684

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO</b>  CNPJ: 83.102.525/0001-65 Rua Alfredo Becker, 385 C.E.P.: 89380-000 - Monte Castelo - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 23/2021 - TP</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 76/2021 Data do Processo: 01/12/2021
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 76/2021  
b ) Licitação Nr.: 23/2021-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 04/01/2022  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação 2.1 O objeto do presente edital de licitação TOMADA DE PREÇOS é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA NA ESCOLA MUNICIPAL EDSON NAGANO, BAIRRO RIO DAS ANTAS, em conformidade com os Projetos, Plantas e Memoriais Descritivos e nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**LIDERANÇA CONSTRUCOES LTDA - EPP (484128)**

1	AMPLIAÇÃO ESCOLA MUNICIPAL EDSON NAGANO	Serv	1,00	0,0000	476.662,42	476.662,42
					<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>476.662,42</b>
					<b>Total Geral:</b>	<b>476.662,42</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.020.4.4.90.00.00.00.00.00 (20), 1.020.4.4.90.00.00.00.00.00 (21), 1.020.4.4.90.00.00.00.00.00 (22)

-----  
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO**CNPJ: 83.102.525/0001-65  
Rua Alfredo Becker, 385  
C.E.P.: 89380-000 - Monte Castelo - SC**TOMADA DE PREÇO****Nr.: 23/2021 - TP**Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 76/2021  
Data do Processo: 01/12/2021

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**-----  
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO 179/2021 PMN

Publicação Nº 3520497

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 179/2021 PMN

AOS 16 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS QUATORZE HORAS, PREGÃO PRESENCIAL, SE REUNIU A PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO, ACOMPANHADO DOS DEMAIS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO, CONFORME PORTARIA Nº 385 DE 14 DE OUTUBRO DE 2021 PARA O ATO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÕES REFERENTES AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 179/2021 PMN, CUJO OBJETO 'PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DESMONTAGEM DE PNEUS POR MEIO DA SECRETARIA DE OBRAS, NA MANUTENÇÃO DE BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. INICIADA A SESSÃO, NENHUMA EMPRESA SE FEZ PRESENTE, NÃO HAVENDO INTERESSADOS. A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO SEGUNDO A LEI DE LICITAÇÕES DECIDE DECLARAR A LICITAÇÃO DESERTA, SUGERINDO REABRIR O CERTAME COM NOVA PUBLICAÇÃO; SENDO POSSÍVEL, MANTIDAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL, A APROPRIAÇÃO DA REGRA DA DISPENSA LICITATÓRIA DO INCISO V DO ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93, DESDE QUE NÃO SE POSSA REPETIR O PROCEDIMENTO SEM PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO. ENCAMINHAM-SE OS AUTOS À APRECIACÃO PARA DELIBERAÇÃO. NADA MAIS HAVENDO A RELATAR, PREGOEIRO ENCERROU A SESSÃO, LAVRANDO-SE A PRESENTE ATA, QUE LIDA E ACHADA CONFORME, VAI ASSINADA.

### CONTRATO 007 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520661

CONTRATO Nº 007/2022.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA, inscrito no CPF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. DITMAR ALFONSO ZIMATH, inscrito no CPF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado GUSTAVO CARNEIRO GOMES inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de FISIOTERAPEUTA, através do Processo Seletivo – Edital 015/2021, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 03/01/2022, e término na data de 06/05/2022, de acordo com a vaga vinculada de ADRIANA DO NASCIMENTO POSSOBON que encontrasse em licença maternidade.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 4.018,67 (quatro mil e dezoito reais e sessenta e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO E LOCAL DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais tendo um total mensal de 150 horas, a serem cumpridas de acordo com a necessidade do serviço, devidamente comprovado pelos meios utilizados para apuração de frequência.

6.2. O local de trabalho do(a) CONTRATADO(A) poderá sofrer alterações, prevalecendo o interesse público.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 03 de janeiro de 2022.

Libardoni Lauro Claudino Fronza  
Prefeito Municipal de Navegantes

Ditmar Alfonso Zimath  
Secretário de Administração

Gustavo Carneiro Gomes  
Contratado

### CONTRATO 008 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520666

CONTRATO Nº 008/2022.

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA, inscrito no CPF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. DITMAR ALFONSO ZIMATH, inscrito no CPF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado EMANOELA DE LOURDES VIEIRA NORDI inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, através do Processo Seletivo – Edital 015/2021, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 03/01/2022, e término na data de 02/01/2023.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.307,82 (um mil e trezentos e sete reais e oitenta e dois centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO E LOCAL DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais tendo um total mensal de 200 horas, a serem cumpridas de acordo com a necessidade do serviço, devidamente comprovado pelos meios utilizados para apuração de frequência.

6.2. O local de trabalho do(a) CONTRATADO(A) poderá sofrer alterações, prevalecendo o interesse público.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 03 de janeiro de 2022.

Libardoni Lauro Claudino Fronza  
Prefeito Municipal de Navegantes

Ditmar Alfonso Zimath  
Secretário de Administração

Emanoela De Lourdes Vieira Nordi  
Contratado

### CONTRATO 010 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520668

CONTRATO Nº 010/2022.

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA, inscrito no CPF sob o nº. 760.675.219-20, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. DITMAR ALFONSO ZIMATH, inscrito no CPF sob o nº. 489.983.039-49, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado GERALDO DE ALMEIDA inscrito no CPF sob o nº 006.737.349-60, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, através do Processo Seletivo – Edital 015/2021, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 03/01/2022, e término na data de 02/01/2023.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.896,52 (um mil oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e dois centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO E LOCAL DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais tendo um total mensal de 200 horas, a serem cumpridas de acordo com a necessidade do serviço, devidamente comprovado pelos meios utilizados para apuração de frequência.

6.2. O local de trabalho do(a) CONTRATADO(A) poderá sofrer alterações, prevalecendo o interesse público.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 03 de janeiro de 2022.

Libardoni Lauro Claudino Fronza  
Prefeito Municipal de Navegantes

Ditmar Alfonso Zimath  
Secretário de Administração

Geraldo De Almeida  
Contratado

**CONTRATO Nº.....:06/086/2017**

Publicação Nº 3520537

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7BF780FBADAEF3A61C648E92FBED0791E255E138

**EXTRATO CONTRATUAL**

Prefeitura Municipal de Navegantes

Contrato Nº ..... :06/086/2017

Contratante ..... : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratada ..... : LUISA ROCHA ROEDEL E ALEXANDRA ROCHA ROEDEL

Vigência ..... : Início: 01/01/2022 Término: 20/04/2022

Licitação ..... : Dispensa Licitação nº 04/2017 FME.

Valor Total ..... : R\$ 21.771,64

Recursos..... : Dotações: 2.060.3390.00.00.00.00

Objeto ..... : O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a alteração do prazo de vigência do contrato original nº 086/2017FME, referente à DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA GRACILIDES COELHO REISER S/N NO BAIRRO DE SÃO DOMINGOS, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 558,72 MT<sup>2</sup> EDIFICADO COM UM GALPAO PRÉ MOLDADO PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES.

Navegantes, 29 de dezembro de 2021.

7BF780FBADAEF3A61C648E92FBED0791E255E138

**CONTRATO Nº.: 02/09/2020 FMS**

Publicação Nº 3521174

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 732AC0DDA6DE31CA10C7FBACBACA6DEC2C30DBC1

**EXTRATO CONTRATUAL**

Prefeitura Municipal de Navegantes

Contrato Nº.: 02/09/2020 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Navegantes

Contratada: Centro de Saúde Felizmed Eireli

CNPJ ou CPF: 12.554.791/0007-76

Proprietário/Responsável...: Raphael Henrique Meneguetti

Vigência: Início: 14/01/2022 Término: 14/01/2023

Licitação: Credenciamento nº 62/2019 FMS

Valor Total: R\$ 220.200,00

Recursos: Dotações: 2.083.3390.00.00.00.00

Objeto ..... : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2020 FMS, REFERENTE AO CREDENCIAMENTO VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS CARDIOLÓGICAS E EXAMES CARDIOLÓGICOS (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE) PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC., QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, E A EMPRESA CENTRO DE SAÚDE FELIZMED EIRELI.

Navegantes, 29 de dezembro de 2021.

**CONTRATO Nº.: 02/10/2020 FMS**

Publicação Nº 3521166

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EE67D3EE8CB72E470182D38BE3613749E99EB1E

**EXTRATO CONTRATUAL**

Prefeitura Municipal de Navegantes

Contrato Nº.: 02/10/2020 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Navegantes

Contratada: Cooperativa Médica Cooper Brasil

CNPJ ou CPF: 31.164.611/0001-07

Proprietário/Responsável...: Luis Augusto Luchtenberg

Vigência: Início: 14/01/2022 Término: 14/01/2023

Licitação: Credenciamento 62/2019 FMS

Valor Total: R\$ 220.200,00

Recursos: Dotações: 2.083.3390.00.00.00.00

Objeto ..... : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2020 FMS, REFERENTE AO CREDENCIAMENTO VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS CARDIOLÓGICAS E EXAMES CARDIOLÓGICOS (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE) PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, E A EMPRESA COOPERATIVA MÉDICA COOPER BRASIL.

Navegantes, 29 de dezembro de 2021.



**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO EDITAL 015-2021 LEANDRO VINICIUS PASSARO BRUNIERI**

Publicação Nº 3520670

Navegantes, 04 de janeiro de 2022

Ilmo Sr.  
LEANDRO VINICIUS PASSARO BRUNIERI

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO – EDITAL 015/2021.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do PROCESSO SELETIVO – EDITAL 015/2021, para o cargo de FARMACÊUTICO. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Nathalia Zabel  
Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

**DECRETO 03-2022**

Publicação Nº 3521253

DECRETO Nº 03/2022

ALTERA A ALÍNEA 'B' DO INCISO III DO ARTIGO 1º DO DECRETO 124, DE 11 DE JUNHO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º Fica alterado a alínea 'b' do inciso III do artigo 1º do Decreto nº 124, de 11 de Junho de 2021, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

(...)

III – Representante com conhecimento na área de trânsito com no mínimo o nível médio:

a) Titular: Lindsei de Fátima Rebelo

b) Suplente: Júlio Sandro Evaristo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

NAVEGANTES, 03 DE JANEIRO DE 2022.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Logística, aos três dias do mês de janeiro de 2022.

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
Secretário de Administração e Logística

**DISTRATO 001 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520673

DISTRATO Nº 001-2022

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado ALANYSON MICHEL ALVES DE FREITAS – CPF XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

**CLÁUSULA ÚNICA\_-DO DISTRATO**

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO DO CONTRATADO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato 1980/2021 de prestação de serviços na função de



FARMACÊUTICO, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 03/01/2022.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 03 de janeiro de 2022.

Libardoni Lauro Claudino Fronza Prefeito do Município de Navegantes	Ditmar Alfonso Zimath Secretário de Administração e Logística  Alanyson Michel Alves De Freitas Contratado
--	--

Testemunhas:

NATHALIA ZABEL

JOSIANI DA SILVA

## DISTRATO 002 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520680

DISTRATO Nº 002-2022

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado ALYSSON VINICIUS VEIGA BECKERT – CPF XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

### CLÁUSULA ÚNICA\_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO DO CONTRATADO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato 1981/2021 de prestação de serviços na função de MÉDICO CLÍNICO GERAL, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 03/01/2022.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 03 de janeiro de 2022.

Libardoni Lauro Claudino Fronza Prefeito do Município de Navegantes	Ditmar Alfonso Zimath Secretário de Administração e Logística  Alysson Vinicius Veiga Beckert Contratado
--	--

Testemunhas:

NATHALIA ZABEL

JOSIANI DA SILVA

## DISTRATO 003 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520683

DISTRATO Nº003-2022

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado IARA MOURA RODRIGUES – 63397603 doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

### CLÁUSULA ÚNICA\_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TÉRMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Aditivo de Contrato nº 1563/2021, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 10/01/2022.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 03 de janeiro de 2022.

Libardoni Lauro Claudino Fronza Prefeito do Município de Navegantes	Ditmar Alfonso Zimath Secretário de Administração e Logística  Iara Moura Rodrigues Contratado
--	--

Testemunhas:

CRISTIANE SCHULTT RIBEIRO

JOSIANI DA SILVA

## DISTRATO 004 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação N° 3520687

DISTRATO N°004-2022

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado BIANCA VITORIA BORBA – 63475702 doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

### CLÁUSULA ÚNICA\_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TÉRMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Aditivo de Contrato nº 1485/2021, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 10/01/2022.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 03 de janeiro de 2022.

Libardoni Lauro Claudino Fronza Prefeito do Município de Navegantes	Ditmar Alfonso Zimath Secretário de Administração e Logística  Bianca Vitoria Borba Contratado
--	--

Testemunhas:

CRISTIANE SCHULTT RIBEIRO

JOSIANI DA SILVA

## DISTRATO 005 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação N° 3520693

DISTRATO N°005-2022

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado JEANINE RONCHI – 63517502 doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

### CLÁUSULA ÚNICA\_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TÉRMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Aditivo de Contrato nº 1210/2021, os quais as partes

concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 21/01/2022.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 03 de janeiro de 2022.

Libardoni Lauro Claudino Fronza Prefeito do Município de Navegantes	Ditmar Alfonso Zimath Secretário de Administração e Logística  JEANINE RONCHI Contratado
--	--

Testemunhas:

CRISTIANE SCHULTT RIBEIRO

JOSIANI DA SILVA

## DISTRATO 006 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520695

DISTRATO Nº 006-2022

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado PAULO AUGUSTO GOELLNER ROEMMLER – CPF XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

### CLÁUSULA ÚNICA\_- DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO DO CONTRATADO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Aditivo 2318/2021 de prestação de serviços na função de MÉDICO CLÍNICO GERAL, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 03/01/2022.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 03 de janeiro de 2022.

Libardoni Lauro Claudino Fronza Prefeito do Município de Navegantes	Ditmar Alfonso Zimath Secretário de Administração e Logística  Paulo Augusto Goellner Roemmler Contratado
--	---

Testemunhas:

NATHALIA ZABEL

JOSIANI DA SILVA

## DISTRATO 2401 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação Nº 3520697

DISTRATO Nº 2401-2021

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado TAINARA DUGGEN FERRETTI – 63409204 doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

### CLÁUSULA ÚNICA\_- DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TÉRMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de

Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Aditivo de Contrato nº 1905/2021, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 23/12/2021.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 16 de dezembro de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza Prefeito do Município de Navegantes	Ditmar Alfonso Zimath Secretário de Administração e Logística  Tainara Duggen Ferretti Contratado
--	--

Testemunhas:

CRISTIANE SCHULTT RIBEIRO

JOSIANI DA SILVA

## DISTRATO 2402 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação Nº 3520702

DISTRATO Nº 2402-2021

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado ELENA ZOZULA BLIND – 63586701 doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

### CLÁUSULA ÚNICA\_- DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TÉRMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 2066/2021, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 23/12/2021.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 16 de dezembro de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza Prefeito do Município de Navegantes	Ditmar Alfonso Zimath Secretário de Administração e Logística  Elena Zozula Blind Contratado
--	---

Testemunhas:

CRISTIANE SCHULTT RIBEIRO

JOSIANI DA SILVA

## DISTRATO 2403 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação Nº 3520705

DISTRATO Nº 2403-2021

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado ZANDY EMANUELE DOS SANTOS – 63579201 doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

### CLÁUSULA ÚNICA\_- DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TÉRMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Aditivo de Contrato nº 1727/2021, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 23/12/2021.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 17 de dezembro de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza Prefeito do Município de Navegantes	Ditmar Alfonso Zimath Secretário de Administração e Logística  Zandy Emanuele Dos Santos Contratado
--	--

Testemunhas:

CRISTIANE SCHULTT RIBEIRO

JOSIANI DA SILVA

### DISTRATO 2404 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação Nº 3520709

DISTRATO Nº 2404-2021

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado RENATA SILVA DE SOUSA – 63363504 doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

#### CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TÉRMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Aditivo de Contrato nº 1674/2021, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 23/12/2021.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 17 de dezembro de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza Prefeito do Município de Navegantes	Ditmar Alfonso Zimath Secretário de Administração e Logística  Renata Silva De Sousa Contratado
--	--

Testemunhas:

CRISTIANE SCHULTT RIBEIRO

JOSIANI DA SILVA

### DISTRATO 2405 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação Nº 3520714

DISTRATO Nº 2405-2021

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado ALINE DO NASCIMENTO – 63472503 doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

#### CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TÉRMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Aditivo de Contrato nº 1456/2021, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 23/12/2021.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 17 de dezembro de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza Prefeito do Município de Navegantes	Ditmar Alfonso Zimath Secretário de Administração e Logística  Aline Do Nascimento Contratado
--	--

Testemunhas:

CRISTIANE SCHULTT RIBEIRO

JOSIANI DA SILVA

## DISTRATO 2406 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação Nº 3520719

DISTRATO Nº 2406-2021

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado CLEONICE ABADI STEINHORST – 63512102, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

### CLÁUSULA ÚNICA\_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO DO CONTRATADO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Aditivo de Contrato nº 1500/2021, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 17/12/2021.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 17 de dezembro de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza Prefeito do Município de Navegantes	Ditmar Alfonso Zimath Secretário de Administração e Logística  Cleonice Abadi Steinhorst Contratado
--	---

Testemunhas:

CRISTIANE SCHULTT RIBEIRO

JOSIANI DA SILVA

## PORTARIA 001 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520723

PORTARIA N º 001 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.  
EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA A PEDIDO , por este ato, do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO, CAROLAYNE EDNA DOS SANTOS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JANEIRO DE 2022.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 002 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520728

PORTARIA N ° 002 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.  
EXONERA SERVIDORA DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA, por este ato, da função de confiança de SUPERVISORA DE ATIVIDADES, DÉBORA DA SILVA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JANEIRO DE 2022.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 003 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520733

PORTARIA N ° 003 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.  
NOMEIA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEIA, por este ato, para o cargo de provimento em comissão de SUPERVISORA DE ATIVIDADES, DAIANE MAZILDA ANACLETO NASCIMENTO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JANEIRO DE 2022.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 006 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520745

PORTARIA N ° 006 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica



**RESOLVE:**

Art. 1º. READAPTAR MARIA LORETI BATISTA, matrícula 4261903, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 12 meses, conforme ofício nº 288/2021 da Junta Médica Oficial dos Municípios, e previsão do art. 34, §§ 1 a 3 da Lei Complementar 7 de 11 de novembro de 2003 - Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03.01.2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JANEIRO DE 2022

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 008 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520752

PORTARIA N º 008 DE 03 DE JANEIRO DE 2022  
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR, A PEDIDO, do cargo PSICÓLOGO DA GESTÃO SUAS, com carga horária 40 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos de Navegantes, MARLON AUGUSTO LAZZAROTTI, matrícula 63343301.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JANEIRO DE 2022

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 015 DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3520757

PORTARIA N º 015 DE 04 DE JANEIRO DE 2022.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a MAIRON ATILIO ARCENO, matrícula 6279101, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de PROCURADOR FUNDACIONAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 03 de janeiro de 2022 a 1º de fevereiro de 2022.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2011/2016.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/01/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2022.

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 016 DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520778

PORTARIA N ° 016 DE 04 DE JANEIRO DE 2022  
CONCEDE AFASTAMENTO GESTANTE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 136 de 25 de junho de 2021, artº nº4 - § 4º.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS a JANAINA DA SILVA matrícula 63465601 ocupante do cargo de RECEPCIONISTA com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 02.01.2022 e retorno em 01.04.2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 02.01.2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2022

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 017 DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520784

PORTARIA N ° 017 DE 04 DE JANEIRO DE 2022  
CONCEDE AFASTAMENTO GESTANTE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 136 de 25 de junho de 2021, artº nº4 - § 4º.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS a BIANCA DE OLIVEIRA SCHNEIDER matrícula 63446402 ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 01.01.2022 e retorno em 31.03.2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 01.01.2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2022

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 018 DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520787

PORTARIA N ° 018 DE 04 DE JANEIRO DE 2022  
CONCEDE AFASTAMENTO GESTANTE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 136 de 25 de junho de 2021, artº nº4 - § 4º.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS a ANDRESSA DA SILVA TRINDADE matrícula 6321702 ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horária de 30 horas semanais, com início do afastamento em 30.12.2021 e retorno em 29.03.2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 30.12.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2022

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 019 DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520792

PORTARIA N° 019 DE 04 DE JANEIRO DE 2022  
CONCEDE AFASTAMENTO GESTANTE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 136 de 25 de junho de 2021, artº nº4 - § 4º.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS a ANA FAGUNDES PINTO DO REGO matrícula 63488202 ocupante do cargo de AGENTE DE EDUCAÇÃO com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 03.01.2022 e retorno em 02.04.2022.  
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 03.01.2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2022

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 020 DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3520795

PORTARIA N° 020 DE 04 DE JANEIRO DE 2022  
CONCEDE AFASTAMENTO GESTANTE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 136 de 25 de junho de 2021, artº nº4 - § 4º.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS a QUEZIA BALBINO LIMA PEDRON matrícula 63413402 ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 04.01.2022 e retorno em 03.04.2022.  
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 04.01.2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2022

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 10-2021**

Publicação N° 3521265

PORTARIA N° 10/2022  
DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO n° 11 de 12 de janeiro de 2021, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, por este ato, o servidor abaixo relacionado, a dirigir os veículos oficiais para a execução de serviços da Administração Pública de Navegantes, observada a habilitação específica na CNH:

1) CLEVERSON CARDOSO DIAS – matrícula n° 63469102.

Art. 2º O servidor público autorizado a dirigir deverá obter autorização específica do Gestor da pasta para utilização do veículo naquele dia, não podendo:

- a) Ceder à direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais deverá cumprir as determinações expressas na Instrução Normativa SGC N° 03/2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NAVEGANTES/SC, 04 de janeiro de 2022.

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 4389 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021**

Publicação Nº 3520814

PORTARIA Nº 4389 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

**RESOLVE:**

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO ELISANGELA MARIA ANACLETO, matrícula 223106 ocupante do cargo de PROFESSOR, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 247 (duzentos e quarenta e sete) dias consecutivos, com início em 20.04.2021 e término em 22.12.2021, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 22.12.2021

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
Secretário de Administração e Logística

### **PORTARIA 4415 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021**

Publicação Nº 3520800

PORTARIA Nº 4415 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021  
CONCEDE AFASTAMENTO GESTANTE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 136 de 25 de junho de 2021, artº nº4 - § 4º.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS a GISELE RAQUEL PEIXER matrícula 2029101 ocupante do cargo de FISIOTERAPEUTA com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 29.12.2021 e retorno em 28.03.2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 29.12.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE DEZEMBRO DE 2021

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 4416 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021**

Publicação Nº 3520810

PORTARIA Nº 4416 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

**RESOLVE:**

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) ADEILDES RODRIGUES DOS SANTOS SOUZA, matrícula 6197801, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 29.12.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 29.12.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE DEZEMBRO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH

Secretario de Administração e Logística

## PORTARIA 4418 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação Nº 3520802

PORTARIA N º 4418 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a LUCIA HELENA DE SOUZA, matrícula 62501, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 27 de dezembro de 2021 a 26 de março de 2022.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2006/2011.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 27/12/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE DEZEMBRO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## RETIFICAÇÃO Nº 2 DO EDITAL DE ABERTURA

Publicação Nº 3521273

RETIFICAÇÃO Nº 2 DO EDITAL DE ABERTURA

O Prefeito Municipal de Navegantes/ SC torna pública a Retificação nº 2 do Edital de Abertura do Concurso Público nº 042/2021, conforme segue:

NA TABELA I DO CAPÍTULO 1. DO CONCURSO PÚBLICO

Onde se lê:

Ensino superior						
Cargo	Total de vagas	Vagas reservadas às pessoas com deficiência	Carga horária	Salário inicial	Requisitos mínimos exigidos	Taxa de inscrição
ASSISTENTE SOCIAL	01	--	40 horas semanais	R\$ 4.018,67	Curso superior completo em Serviço Social e registro no CRESS/SC.	R\$ 28,00

Leia-se:

Ensino superior						
Cargo	Total de vagas	Vagas reservadas às pessoas com deficiência	Carga horária	Salário inicial	Requisitos mínimos exigidos	Taxa de inscrição
ASSISTENTE SOCIAL	01	--	30 horas semanais	R\$ 4.018,67	Curso superior completo em Serviço Social e registro no CRESS/SC.	R\$ 28,00

NO ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO AUDITOR FISCAL

Leia-se como segue e não como constou:

Noções de Direito Tributário: Introdução ao direito tributário. Fontes do direito tributário. Sistema Tributário Nacional. Princípios Gerais. Competência e Limitações do Poder de Tributar. Tributo e sua classificação. Impostos. Taxas. Contribuição de Melhoria. Impostos de Competência da União, Estados e Municípios. Repartição das Receitas Tributárias. Legislação Tributária. Vigência. Aplicação. Interpretação e Integração. Obrigação Tributária. Fato Gerador. Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Responsabilidade Tributária. Crédito Tributário. Constituição.

Suspensão. Extinção. Exclusão. Garantias e Privilégios. Administração Tributária. Fiscalização. Dívida Ativa. Certidões Negativas. Simples Nacional – Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Legislação Federal do ISS: Lei Complementar 116/2003; Lei Complementar 147/2014. Lei Orgânica Municipal. Código Tributário do Município - Lei Complementar Municipal nº 06/2002. Aspectos constitucionais de normas de direito tributário. Lei nº 5.172/66 – Código Tributário Nacional. Contabilidade privada Lei 6.404/76: art. 175 a 250. Lei 333/2017 de Navegantes/SC – Dispõe sobre a carreira de Auditoria Fiscal em Navegantes/SC.

Permanecem inalterados os demais itens do Edital nº042/2021 do Concurso Público para a Prefeito do Município de Navegantes.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital.

Navegantes, 5 de janeiro de 2022.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
Prefeito do Município de Navegantes/SC

## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**

### **QUARTA CHAMADA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 NAVEGANTESPREV**

Publicação Nº 3521235

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2019  
NAVEGANTESPREV

EDITAL DE QUARTA CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O CARGO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O NAVEGANTESPREV – Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, através do Departamento de Recursos Humanos, torna pública a quarta chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público 001/2019 para o provimento da função de TÉCNICO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

#### **1. DA CHAMADA**

1.1. O candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CARGA HORÁRIA
TÉCNICO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	01	40

#### **2 . DAS EXIGÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO**

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 2.4, os seguintes documentos:

- a. Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data de posse;
- b. 01 Foto 3X4
- c. 01 Cópias do documento de identidade;
- d. 01 Cópias do CPF;
- e. 01 Cópia da Situação Cadastral do CPF ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- f. 01 Cópia do Comprovante de Residência;
- g. 01 Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- h. 01 Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);
- i. 01 Cópia do Título de Eleitor e do comprovante da última votação;
- j. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;
- k. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; conforme data a ser agendada pelo NAVEGANTESPREV.
- l. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;
- m. Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo;
- n. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;
- o. 01 Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes;
- p. 01 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;
- q. 01 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 07 (sete) anos;
- r. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezessete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;
- s. 01 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição;
- t. 01 Cópia do Conselho de Registro Profissional;
- u. 01 Cópia do Número de PIS/PASEP;

- v. 01 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia, se Funcionário Público;  
w. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal ([www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br))  
x. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual (no Fórum de sua Cidade);  
y. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)).

2.3. O (a) Candidato (a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

3. Dos candidatos a serem chamados

3.1. Cargo: TÉCNICO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO – 001/2019

CLASSIF.	CANDIDATO
01	Elise Rosa Lima Ribeiro

3. Do agendamento dos exames admissionais:

O agendamento será realizado pelo NAVEGANTESPREV, quando da entrega da documentação.

4. Da entrega de documentos, a partir de 10/01 a 14/01:

TODOS OS CARGOS	DATA	HORÁRIO	LOCAL
	10/01/2022 à 14/01/2022	13:00 às 19:00	NAVEGANTESPREV Av. Cons. João Gaya, nº 295, Centro – Navegantes/SC.

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

5. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação é feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios e no site do NAVEGANTESPREV.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora-Presidente do Instituto.

Navegantes (SC), 05 de janeiro de 2022.

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

Diretora-Presidente



# Nova Erechim

## PREFEITURA

### DECRETO 783-2022 - TURNO ÚNICO SEC DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 3521121

DECRETO Nº 783, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

INSTITUI TURNO ÚNICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO DIA 03/01/2022 ATÉ 14/01/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI CORREA BORGES, Prefeito em exercício do Município de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 61, inciso VII da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONSIDERANDO, que no início do ano a procura pelos serviços prestados na Secretaria de Educação diminuem consideravelmente em decorrência das férias escolares;

CONSIDERANDO, que a jornada única de trabalho reduz despesas sem prejuízo administrativo à população, uma vez que permanecem mantidos a prestação e atendimento dos serviços da referida Secretaria;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído turno único na Secretaria Municipal de Educação do dia 03/01/2022 a 14/01/2022, a ser cumprido no período compreendido entre às 07h30min e 13h30min, de segunda à sexta-feira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim-SC, 03 de janeiro de 2022.

ELOI CORREA BORGES  
Prefeito Municipal em exercício

RENAN CARLOS SOLIVO  
Secretário de Administração

### EDITAL CALENDÁRIO DE EVENTOS 2022

Publicação Nº 3520056

EDITAL SECE Nº 01/2022

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO MUNICIPAL DE EVENTOS 2022.

A Secretária Municipal da Educação, Cultura e Esporte do Município de Nova Erechim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o Art. 37 da Lei nº 462/86, de 08 de dezembro de 1986. Resolve convocar todos os representantes de entidades constituídas do Município de Nova Erechim, para a entrega de propostas de eventos culturais, artísticos, promocionais e de lazer a serem realizados no ano de 2022.

#### DOS OBJETIVOS

O Calendário Municipal de Eventos de Nova Erechim tem por objetivos:

- Fixar datas para eventos artístico-culturais, de lazer e promocionais para o Município de Nova Erechim - SC;
- Promover a organização distributiva dos eventos municipais de modo que nenhuma entidade promova qualquer outro evento, de mesmo cunho, simultaneamente, a menos que haja acordo entre as partes em reunião de elaboração do Calendário de Eventos, ou quando ocorrer a cedência da data por parte de uma entidade;
- Divulgar na região e no Estado a programação prevista;
- Fomentar os movimentos culturais, artísticos e comunitários;
- Difundir a cultura.

#### DOS PARTICIPANTES

Podem apresentar propostas as entidades, grupos ou associações constituídas do Município de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina que promovem, segundo sua constituição própria, eventos de cunho cultural, artístico, de lazer, comunitário e promocional. Também poderão apresentar propostas, pessoas físicas que pretendem organizar eventos com cunho beneficente.

As entidades da sede do Município terão direito a marcar 02 (dois) eventos por ano, e as Entidades do interior 05 (cinco) eventos incluindo todos os grupos, clubes de serviço, esporte e de lazer.

#### DA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser registradas em formulário padrão a ser distribuído pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, através do Setor de Cultura, estando à disposição dos presidentes de comunidades, Clube de Mães, Grupos de Jovens e outras entidades interessadas.

Comunidades do Município tem resguardado, segundo suas tradições locais, as datas que compreendam Festas de Padroeiros, quando for o caso, devendo as mesmas constar nas referidas propostas.

#### DA ENTREGA DAS PROPOSTAS

Após o preenchimento do Formulário de Propostas de Eventos, a entidade, grupo ou associação deverá entregá-lo junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte até o dia 17 de janeiro de 2022, no período de expediente externo.

As entidades que deixarem de entregar o Formulário de Propostas de Eventos e não comparecerem na reunião onde serão tomados conhecimentos da distribuição das datas e resolvidos os casos conflitantes, deverão acatar as decisões tomadas pelos participantes.

#### DA ANÁLISE, COMPOSIÇÃO, AVALIAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

Após a entrega do Formulário de Propostas de Eventos, o Departamento de Cultura disporá de alguns dias úteis para proceder à distribuição das datas propostas no calendário competente e devidas considerações gerais sobre o processo.

No dia 24 de JANEIRO de 2022, com início às 18:30 horas, na sala de Vídeo na Escola Reunida Municipal "Profª Lydia Franzon Dondoni" deverão reunir - se todos os representantes das entidades, grupos ou associações para conhecimento da distribuição de datas e análise feita pelo Departamento de Cultura.

Levando-se em consideração o parecer do Departamento de Cultura, eventuais incompatibilidades de horários serão tratados pelos representantes, juntamente com o Departamento de Cultura e Administração Municipal, a fim de promover a redistribuição das datas conflitantes. Após a composição final avaliada pelo grupo de representantes de entidades/grupos/associações, a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte fará a homologação do Calendário de Eventos - 2022.

#### DA COMPOSIÇÃO E DIVULGAÇÃO

O Calendário de Eventos de Nova Erechim - SC 2022 será composto definitivamente até o dia 28 de janeiro de 2022, quando estará à disposição das entidades/grupos/associações cadastrados e demais interessados, passando a vigorar para eventos propostos a partir do dia 1º de fevereiro de 2022.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Fica reservado o direito da fixação de datas por parte da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, para a realização de eventos de âmbito municipal.

As datas não inclusas no Calendário de Eventos de Nova Erechim - SC 2022 não serão consideradas oficiais, ressalvados os casos de solicitação de datas não ocupadas por ocasião da composição do Calendário, as quais poderão ser autorizadas através de ato próprio da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, por intermédio do Setor de Cultura.

Será enviado um exemplar do Calendário de Eventos para a Delegacia de Polícia, a fim de que o Sr. Delegado possa acompanhar quais as entidades possuem data reservada, para fins de licença, bem como ao Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Nova Erechim, para fins de concessão de Alvará. Por ocasião da entrega das propostas, serão renovados os Cadastros das Entidades do Município, devendo constar dados atualizados da entidade e de sua Diretoria.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Cultura da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

Nova Erechim – SC, 04 de janeiro de 2022.

Ana Paula Girardi  
Diretora de Cultura

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA 047/2022 - AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 037/2022

Publicação Nº 3521472

PORTARIA 047/2022

Retificação

Larissa Battisti, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

RETIFICAR, Portaria nº 037/2022, de 03 de janeiro de 2022, publicada em 03 de janeiro de 2022 no DOM/SC, edição 3727, página 310. Onde se lê: Graciela Darós Piffer, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal), (...)

Leia-se: Larissa Battisti, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal), (...)

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de janeiro de 2022.

Larissa Battisti  
Secretária Municipal de Educação

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

### PORTARIA 048/2022 - AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 039/2022

Publicação Nº 3521479

PORTARIA 048/2022

Retificação

Larissa Battisti, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

RETIFICAR, Portaria nº 039/2022, de 03 de janeiro de 2022, publicada em 03 de janeiro de 2022 no DOM/SC, edição 3727, páginas 311-312-213.

Onde se lê: Graciela Darós Piffer, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determinam o art. 72 da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal) e de acordo com o art. 96 da Lei nº 1668 de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal), (...)

Leia-se: Larissa Battisti, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determinam o art. 72 da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal) e de acordo com o art. 96 da Lei nº 1668 de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal), (...)

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de janeiro de 2022.

Larissa Battisti  
Secretária Municipal de Educação

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

### PORTARIA 049/2022 - AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 042/2022

Publicação Nº 3521481

PORTARIA 049/2022

Retificação

Larissa Battisti, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

**RESOLVE:**

RETIFICAR, Portaria nº 042/2022, de 03 de janeiro de 2022, publicada em 03 de janeiro de 2022 no DOM/SC, edição 3727, página 314. Onde se lê: Graciela Darós Piffer, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal), (...)

Leia-se: Larissa Battisti, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal), (...)

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de janeiro de 2022.

Larissa Battisti  
Secretária Municipal de Educação

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

**PROCESSO Nº 157/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2021 - TEXTO RETIFICADO II**

Publicação Nº 3519678

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Origem: Edital de Licitação nº 157/2021, modalidade Dispensa de Licitação n.º 061/2021 – Fundamentação: fundamentada no artigo 24, inciso XX, da Lei nº. 8.666/93. Homologado em 16/12/2021. Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Trento, pessoa jurídica de direito privado, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, estabelecida à Rua Salvador Gessele, 50, Centro, Nova Trento/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.540.846/0001-01. Objeto: Contratação de prestação de serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde. O preço a ser pago por atendimento será o estipulado na TABELA SUS que poderá ser consultada pelo site <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/procedimento/publicados/consultar>. Sendo o valor total anual contratado no importe de R\$ 96.667,92 (noventa e seis mil seiscentos e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos), para prestar serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde.

Para tanto, os valores serão considerados conforme a tabela acima mencionada e produção mensal apresentada à Secretaria Municipal da Saúde, devendo ser aprovada pelo SUS, até o máximo de R\$ 8.028,16 (oito mil e vinte e oito reais e dezesseis centavos) mensais.

Vigência de 12 meses a partir da homologação.

Nova Trento, 04 de janeiro de 2022.

Tiago Dalsasso  
Prefeito

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### DECRETO DP N.º 001, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520035

DECRETO DP N.º 001, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Exonera o servidor, HÉRITON LUCIANO SANDRINI, nomeado para exercer o cargo em provimento em comissão de Secretário Municipal de Educação – CC1.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.830 de 26 de junho de 2007, Lei 1.986 de 21 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 001 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado o servidor, HÉRITON LUCIANO SANDRINI, nomeado para exercer o cargo em provimento em comissão de Secretário Municipal de Educação – CC1, conforme Decreto DP n.º 027, de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 03 de janeiro de 2022.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 03 de janeiro de 2022.

OSNIR ANGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO DP N.º 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520037

DECRETO DP N.º 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Demite a pedido a servidora, LUCIANE DANIEL FERNANDES, contratada através de Processo Seletivo Público, para atuar no cargo em provimento temporário de Técnico de Enfermagem - ESF.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 2478 de 02 de setembro de 2015, Lei Complementar nº 005 de 09 de dezembro de 2015 e Processo Seletivo Público 002/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitida a pedido a servidora, LUCIANE DANIEL FERNANDES, contratada através de Processo Seletivo Público, para atuar no cargo em provimento temporário emergencial de Técnico de Enfermagem - ESF, conforme Decreto n.º 409, de 23 de novembro de 2018, sendo o último dia trabalhado em 05 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 04 de janeiro de 2022.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 04 de janeiro de 2022.

CÉSAR AUGUSTO PASETTO  
Secretário Municipal de Saúde

**HOMOLOGAÇÃO - CARTA CONVITE N.º 69/2021 - FMS**

Publicação Nº 3519998

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2FF0729910DBF1F9C70ADF592037886CE3706485

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA</b>  CNPJ: 10.485.444/0001-18 TRAVESSA OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	<b>CONVITE</b> <b>Nr.: 69/2021 - CV</b>
	Processo Administrativo: 69/2021 Processo de Licitação: 69/2021 Data do Processo: 22/12/2021

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Rogério José Frigo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 69/2021  
b ) Licitação Nr.: 69/2021-CV  
c ) Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 04/01/2022  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Aquisição de serviço de advocacia para Secretaria Municipal de Saúde de Nova Veneza/SC.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007781 - LUIZ OTAVIO BALDIN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE	1	0,0000	54.000,00
	1		54.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 2.592.800,00

-----  
Prefeito Municipal

**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 198/2021 - PMNV**

Publicação Nº 3519990

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FE1B787378F0833CEB7B4B6E01AC450010EC66B8

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA</b>  CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 198/2021 - PR</b>
	Processo Administrativo: 198/2021 Processo de Licitação: 198/2021 Data do Processo: 08/12/2021

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Rogério José Frigo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 198/2021  
b ) Licitação Nr.: 198/2021-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 04/01/2022  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Contratação para atuar na Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo como Assessor/Instrutor de arte e cultura e auxiliar administrativo, com carga horária de 40 h semanais para o ano de 2022.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtd de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 011328 - LEONARDO HERMES LEMOS 07942393909	1	0,0000	48.000,00
	1		48.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (82) Saldo: 660.000,00

-----  
Prefeito Municipal



**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 199/2021 - PMNV**

Publicação Nº 3519994

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3EC490F59B360F7B05472E4951008099A67DE6B0

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA</b>  CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 199/2021 - PR</b>  Processo Administrativo: 199/2021 Processo de Licitação: 199/2021 Data do Processo: 08/12/2021
---	---

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Rogério José Frigo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 199/2021  
b ) Licitação Nr.: 199/2021-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 04/01/2022  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Aquisição de combustível para os veículos do 4º Grupo de Bombeiros Militar de Forquilha para o ano de 2022.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007115 - AUTO POSTO MONDARDO LTDA	1	0,0000	12.900,00
	1		12.900,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (116) Saldo: 110.000,00

-----  
Prefeito Municipal

**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 67/2021 - FMS**

Publicação Nº 3519995

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ED64615CA82E03334C955EAF95914B43E6B8444A

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA</b>  CNPJ: 10.485.444/0001-18 TRAVESSA OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 67/2021 - PR</b>  Processo Administrativo: 67/2021 Processo de Licitação: 67/2021 Data do Processo: 15/12/2021
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Rogério José Frigo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 67/2021  
b ) Licitação Nr.: 67/2021-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 04/01/2022  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada em saúde pública da atenção primária em saúde (APS), Plano Municipal de Saúde e gerenciamento hospitalar, para realização de assessoria técnica e consultoria presencial mínima de 08 (oito) horas/dia junto ao Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza, SC.

			(em Reais R\$)
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007059 - MGM CONSULT ASSES NAS DE SAÚDE PÚBL. E AMB.	<u>1</u>	0,0000	<u>276.000,00</u>
	1		276.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 2.538.800,00

-----  
Prefeito Municipal

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.841 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519406

DECRETO Nº 2.841, de 03 de janeiro de 2022.

NOMEIA PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO PARA PROCESSAR E JULGAR AS LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DARCI ZAFFARI, Prefeito Municipal em Exercício de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Federal 10.520/2002, com suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada como Pregoeira Oficial do Município o Sra. IDINARA C. MASSUCO, para coordenar, processar e julgar as licitações na modalidade de pregão para o exercício de 2022.

Art. 2º - Fica nomeada a Comissão de Apoio ao Pregoeiro, assim constituída:

SILVANI ZILIO MOSCHEN - Membro

AIMAR FRANCISCO PAVELECINI - Membro

ALESSANDRA F. BRUM - Suplente

Art. 3º - Aos trabalhos realizados pela comissão ora nomeados e pelo pregoeiro não caberão nenhum adicional financeiro, por se tratar de relevantes serviços públicos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,  
em 03 de janeiro de 2022.

-----  
LUIZ DARCI ZAFFARI  
Prefeito Municipal EE

Registre-se e  
Publique-se

Aimar Francisco Pavelecini  
Secretário de Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 2.842 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519410

DECRETO Nº 2.842 de 03 de janeiro de 2022.

NOMEIA COMISSÃO DE REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

LUIZ DARCI ZAFFARI, Prefeito Municipal em Exercício de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 8.666/93, com suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Registro Cadastral de Fornecedores e Prestadores de Serviços junto ao Município de Novo Horizonte, assim constituída:

IDINARA CRISTINA MASSUCO - Presidente

SILVANI ZILIO MOSCHEN – Membro

ILMAR LUIS SALM - Membro

Art. 2º - Aos trabalhos realizados pela comissão ora nomeados não caberão nenhum adicional financeiro, por se tratar de relevantes serviços públicos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,  
em 03 de janeiro de 2022.

-----  
LUIZ DARCI ZAFFARI  
Prefeito Municipal EE

Registre-se e  
Publique-se

Aimar Francisco Pavelecini  
Secretário de Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 2.843 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519413

DECRETO Nº 2.844 de 03 de janeiro de 2022.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS AFETADAS POR ESTIAGEM – COBRADE: 1.4.1.1.0, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA MDR Nº 36 DE 04/12/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DARCI ZAFFARI, Prefeito Municipal em Exercício de Novo Horizonte estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VII, do artigo 55, da Lei Orgânica do Município, pelo Inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de abril de 2012;

### CONSIDERANDO:

- A ocorrência de estiagem, atingindo todo o Município, nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021, conforme Declaração Meteorológica da Epagri/CIRAM, anexo ao presente Decreto (DADOS REPASSADOS PELA EPAGRI, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Banco de dados de variáveis ambientais de Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 2020. 20p. (Epagri, Documentos, 310) - ISSN 2674-9521 (On-line), conforme Protocolo 115065 de 30/12/2021.

- Como consequências desta estiagem prolongada como mostram os quantitativos na Tabela 1 e Relatório de Estimativa de Perdas em anexo a esse Decreto, os danos causados pela falta de chuva trouxeram muitos prejuízos ao nosso município, principalmente no setor agrícola, com a mortalidade das plantações e/ou a perda de produtividade estimada em 52.5%, e uma estimativa de perdas na Pecuária de 20% na produção de leite.

-A grande quantidade de agricultores necessitando de água para consumo humano e animal.

- Que o parecer da COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL-COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública.

### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como ESTIAGEM – COBRADE, conforme Instrução Normativa MDR nº 36 de 04/12/2020, ESTIAGEM 1.4.1.1.0.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL-COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL-COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

III – Conceder auxílio Assistencial com a distribuição de caixas d'água; abertura de fontes; abertura de depósitos de água;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.  
Em 03 de janeiro de 2022.

-----  
LUIZ DARCI ZAFFARI  
Prefeito Municipal EE

Registre-se Aimar Francisco Pavelecini  
Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 2.844 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519384

DECRETO Nº 2.844 de 03 de janeiro de 2022.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS AFETADAS POR ESTIAGEM – COBRADE: 1.4.1.1.0, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA MDR Nº 36 DE 04/12/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DARCI ZAFFARI, Prefeito Municipal em Exercício de Novo Horizonte estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VII, do artigo 55, da Lei Orgânica do Município, pelo Inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de abril de 2012;

**CONSIDERANDO:**

- A ocorrência de estiagem, atingindo todo o Município, nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021, conforme Declaração Meteorológica da Epagri/CIRAM, anexo ao presente Decreto (DADOS REPASSADOS PELA EPAGRI, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Banco de dados de variáveis ambientais de Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 2020. 20p. (Epagri, Documentos, 310) - ISSN 2674-9521 (On-line), conforme Protocolo 115065 de 30/12/2021.

- Como consequências desta estiagem prolongada como mostram os quantitativos na Tabela 1 e Relatório de Estimativa de Perdas em anexo a esse Decreto, os danos causados pela falta de chuva trouxeram muitos prejuízos ao nosso município, principalmente no setor agrícola, com a mortalidade das plantações e/ou a perda de produtividade estimada em 52.5%, e uma estimativa de perdas na Pecuária de 20% na produção de leite.

-A grande quantidade de agricultores necessitando de água para consumo humano e animal.

- Que o parecer da COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL-COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como ESTIAGEM – COBRADE, conforme Instrução Normativa MDR nº 36 de 04/12/2020, ESTIAGEM 1.4.1.1.0.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL-COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL-COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

III – Conceder auxílio Assistencial com a distribuição de caixas d'água; abertura de fontes; abertura de depósitos de água;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.  
Em 03 de janeiro de 2022.

-----  
LUIZ DARCI ZAFFARI  
Prefeito Municipal EE

Registre-se Aimar Francisco Pavelecini  
Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 2.845 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519666

DECRETO Nº 2.845 de 03 de janeiro de 2022.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 e dá outras providências.

LUIZ DARCI ZAFFARI, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal nº 4.320/64 e amparado pela Lei Municipal Nº 644 de 01 de dezembro de 2021.

CONSIDERANDO: Remanejamento de dotação por superávit financeiro no exercício do ano 2021 para dotação insuficiente.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 349.637,46 (Trezentos e quarenta e nove mil seiscientos e trinta e sete reais e quarenta e seis centavos), relativos a recursos ordinários assim consignados:

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 - Manutenção Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.01.0003 aplicações diretas ..... R\$ 211.194,00

Elemento de Despesa – 3.3.93-00.01.0003 aplicações diretas ..... R\$ 36.500,00

Elemento de Despesa – 3.1.90-00.01.0072 aplicações diretas ..... R\$ 101.843,11

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.01.0079 aplicações diretas ..... R\$ 100,35

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 349.637,46

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC  
Em 03 de janeiro de 2022.

-----  
LUIZ DARCI ZAFFARI

Prefeito Municipal EE

Registre-se e AIMAR FRANCISCO PAVELECINI

Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

**EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 004/2022 - MARCELO**

Publicação Nº 3519699

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BB36596539461CE8924BBBF9A1AB1C172A90AC3F

-----  
Contrato Nº.: 004/2022

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada.: MARCELO COAN ME

Valor ..... : 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais)

Vigência ..... : Início: 04/01/2022 Término: 31/12/2022

Recursos ..... : 003-20.01-04.122.0002-2.002-3.3.90.00 – 109 – Manutenção da Administração Superior

Objeto ..... : Prestação de serviços TÉCNICOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

-----  
Novo Horizonte/SC, em 03 de janeiro de 2022 - Luiz Darci Zaffari – Prefeito Municipal, em exercício.

**EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 005/2022 - FAEE**

Publicação Nº 3519874

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1D38ED9E95BC6BFC81BCB482302FAAE641CBCE2B

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 005/2022  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada.: FAEE –Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda-ME  
Valor ..... : .5.420,52 (cinco mil, quatrocentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 04/01/2022 Término: 31/12/2022  
Recursos ..... : 003-20.01-04.122.0002-2.002-3.3.90.00 – 109 - Manutenção da Administração Superior  
Objeto ..... : Prestação de Serviços de locação de software e suporte para implementação do controle interno e apresentação das audiências públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais

Novo Horizonte/SC, em 03 de janeiro de 2022 - Luiz Darci Zaffari – Prefeito Municipal, em exercício.

**EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 006/2022 - S.D. SONORIZAÇÕES**

Publicação Nº 3520119

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 084442A91881B9049DB07F1A4B84C7CA258F6C8C

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 006/2022  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada.: S.D. SONORIZAÇÕES E EVENTOS EIRELI  
Valor ..... : 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2022 Término: 31/12/2022  
Recursos ..... : 063-40.01-13.392.0009-2.018-.3.3.90.00 – 109 - Manutenção da Cultura  
Objeto ..... : contratação da empresa S.D. SONORIZAÇÕES E EVENTOS EIRELI para apresentação de Show artístico na mateada com a BANDA TCHE KAKAREKO, compreendendo sonorização, som, luz, transmissão, despesas com alimentação e demais que se fizerem necessárias, que fará sua apresentação artística no dia 09 de Janeiro de 2.022, durante o MATEADA/show em comemoração as festividades de comemoração ao 30º Aniversário político administrativo do município de Novo Horizonte/SC.

Novo Horizonte/SC, em 03 de janeiro de 2022 - Luiz Darci Zaffari – Prefeito Municipal, em exercício.

**EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 007/2022 - LOGICA**

Publicação Nº 3520877

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 67C4DB84DB4A73EA3DA0E50BA3788CDB1B6DCC12

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 007/2022  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada.: LÓGICA CONSULTORIA ATUARIAL  
Valor ..... : .R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2022 Término: 31/12/2022  
Recursos ..... : 009-30.01-04.122.0003-2.003-3.3.90.00 – 109 - Manutenção da Administração Geral  
Objeto ..... : Contratação da Empresa LÓGICA CONSULTORIA ATUARIAL, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUARIAIS PREVIDENCIÁRIOS PARA REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, CONTEMPLANDO A ELABORAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL – DRAA, NOTA TÉCNICA ATUARIAL, RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL E RELATÓRIO CONSOLIDADO DE TODA A MASSA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

Novo Horizonte/SC, em 03 de janeiro de 2022 - Luiz Darci Zaffari – Prefeito Municipal, em exercício.



**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 001/2022**

Publicação Nº 3519700

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3D897C1EDFA479F229E9D859596A306E25B11155

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 03.01.2022  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: Prestação de serviços TÉCNICOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: MARCELO COAN ME  
Valor ..... :19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais)

DATA: 03.01.2022 – Luiz Darci Zaffari – Prefeito Municipal, em exercício

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 002/2022**

Publicação Nº 3519876

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5C282F32426929E1C3342334F294C84AC4B8B44D

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2022  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 03.01.2022  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: Prestação de Serviços de locação de software e suporte para implementação do controle interno e apresentação das audiências públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: FAEE –Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda-ME  
Valor ..... : 5.420,52 (cinco mil, quatrocentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos)

DATA: 03.01.2022 – Luiz Darci Zaffari – Prefeito Municipal, em exercício

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 003/2022**

Publicação Nº 3520121

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F6CE1A75EDB34BA533F3DC8EC8B7431A399228A2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2022  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2022  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 03.01.2022  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: contratação da empresa S.D. SONORIZAÇÕES E EVENTOS EIRELI para apresentação de Show artístico na mateada com a BANDA TCHE KAKAREKO, compreendendo sonorização, som, luz, transmissão, despesas com alimentação e demais que se fizerem necessárias, que fará sua apresentação artística no dia 09 de Janeiro de 2.022, durante o MATEADA/show em comemoração as festividades de comemoração ao 30º Aniversário político administrativo do município de Novo Horizonte/SC..

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: S.D. SONORIZAÇÕES E EVENTOS EIRELI  
Valor ..... : 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)

DATA: 03.01.2022 – Luiz Darci Zaffari – Prefeito Municipal, em exercício

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 004/2022**

Publicação Nº 3520875

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 09E5A0E2D51D189E537FDBF7F3A24F72CA40C5BD

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2022  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 03.01.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Contratação da Empresa LÓGICA CONSULTORIA ATUARIAL, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUARIAIS PREVIDENCIÁRIOS PARA REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, CONTEMPLANDO A ELABORAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL – DRAA, NOTA TÉCNICA ATUARIAL, RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL E RELATÓRIO CONSOLIDADO DE TODA A MASSA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: LÓGICA CONSULTORIA ATUARIAL

Valor ..... : R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais)

DATA: 03.01.2022 – Luiz Darci Zaffari – Prefeito Municipal, em exercício

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 005/2021**

Publicação Nº 3520194

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 03.01.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM TRATOR DE PNEU, CARRETÃO AGRÍCOLA, ENSILADEIRA E OPERADOR ESPECIALIZADO PARA OPERAR A ENSILADEIRA, PARA ATENDER AO PROGRAMA DE SILAGEM DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE –SC

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: FERNANDO LUIZ COMPANHONI

Valor ..... : 99.750,000 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta reais)

DATA: 03.01.2021 – Luiz Darci Zaffari – Prefeito Municipal, em exercício.

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO PL PM Nº 001/2022 - DL 001/2022**

Publicação Nº 3519702

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C5395CD8357295895BBBDB092C74C5D8559794BD

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2022  
DISPENSA Nº 001/2022  
RATIFICAÇÃO DIA: 03/01/2022

CONTRATADO: MARCELO COAN ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Prestação de serviço de Assessoria de Imprensa e Comunicação à Administração Municipal do município de Novo Horizonte/SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais)

FUNDAMENTO: inciso II, do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

DATA: 03/01/2022 – LUIZ DARCI ZAFFARI – Prefeito, em exercício

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO PL PM Nº 002/2022 - DL Nº 002/2022**

Publicação Nº 3519877

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AECA4FA8AAE21310487EDD5907B75F991D2F2AB0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2022

DISPENSA Nº 002/2022

RATIFICAÇÃO DIA: 03/01/2022

CONTRATADO: FAEE –Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda-ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: : Prestação de Serviços de locação de software e suporte para implementação do controle interno e apresentação das audiências públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.420,52 (cinco mil, quatrocentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos)

FUNDAMENTO: inciso II, do art. 24 da Lei nº 8666/93

DATA: 03/01/2022 – LUIZ DARCI ZAFFARI – Prefeito, em exercício

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO PL PM Nº 003/2022 IL Nº 001/2022**

Publicação Nº 3520116

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DCFC25FF5D5446F909BA2440ED000269CCD9ABDB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2022

INEXIGIBILIDADE Nº 001/2022

RATIFICAÇÃO DIA: 03/01/2022

CONTRATADO: S.D. SONORIZAÇÕES E EVENTOS EIRELI

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: contratação da empresa S.D. SONORIZAÇÕES E EVENTOS EIRELI para apresentação de Show artístico na mateada com a BANDA TCHE KAKAREKO, compreendendo sonorização, som, luz, transmissão, despesas com alimentação e demais que se fizerem necessárias, que fará sua apresentação artística no dia 09 de Janeiro de 2.022, durante o MATEADA/show em comemoração as festividades de comemoração ao 30º Aniversário político administrativo do município de Novo Horizonte/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTO: no art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93

DATA: 03/01/2022 – LUIZ DARCI ZAFFARI – Prefeito, em exercício

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO PL PM Nº 004/2022 DL Nº 003/2022**

Publicação Nº 3520878

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9B7D162C42D9B4DCDB96FEFC8D80B059A8A05745

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2022

DISPENSA Nº 003/2022

RATIFICAÇÃO DIA: 03/01/2022

CONTRATADO: LÓGICA CONSULTORIA ATUARIAL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Contratação da Empresa LÓGICA CONSULTORIA ATUARIAL, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUARIAIS PREVIDENCIÁRIOS PARA REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, CONTEMPLANDO A ELABORAÇÃO DO DEMOSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL – DRAA, NOTA TÉCNICA ATUARIAL, RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL E RELATÓRIO CONSOLIDADO DE TODA A MASSA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais)

FUNDAMENTO: inciso II, do art. 24 da Lei nº 8666/93

DATA: 03/01/2022 – LUIZ DARCI ZAFFARI – Prefeito, em exercício

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº01/2022 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA**

Publicação Nº 3521551

PORTARIA Nº. 01, de 05 de janeiro de 2022.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
VEREADORES DE NOVO  
HORIZONTE/SC.

ROBERTO ANTUNES DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do artigo 18, inciso IV, alínea a, e do artigo 19, inciso II, alínea a;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a Servidora da Câmara Municipal de Vereadores, Lourdes de Macedo, Matrícula nº. 37, ocupante do cargo de Contadora, sendo período aquisitivo de 05/01/2020 a 04/01/2021, e que gozará no período de 10/01/2022 a 24/01/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 05/01/2022.

ROBERTO ANTUNES DE LIMA

Presidente da Câmara de Vereadores.

# Orleans

## PREFEITURA

### PROCESSO Nº1/2022 PREFEITURA

Publicação Nº 3521139

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 01423A962BC69997C8A5B34303D08C35C6A65555

PROCESSO Nº 1/2022

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 1/2022

REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS, PORTAS, VIDROS, RODA PÉ, PISO VINÍLICO, PERSIANAS, PALLET PLÁSTICO E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DAS MESMAS, PARA USO DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 18/01/2022 às 17h30min. Abertura dos Envelopes: dia 19/01/2022, às 13h30min

REGRA GERAL COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.837, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 04 de Janeiro de 2022

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Código registro TCE: 01423A962BC69997C8A5B34303D08C35C6A65555

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2022 PREFEITURA**

Publicação Nº 3520090

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 1 / 6  
Processo Nº 240/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2021

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10 / 2022**

No dia 4 do mês de Janeiro do ano de 2022 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 104/2021, Processo licitatório nº 240/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO COMO (PEDRA BRITA, KIT PADRÃO, KIT CALHA, RUFO CONDUTOR E CURVAS DE ALUMÍNIO), DEVIDO A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DE CASAS POPULARES, PARA USO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
CRISTIANE LUCIANO MARQUES MENDES	5,6,7,8,9

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CRISTIANE LUCIANO MARQUES MENDES	37.705.010/0001-32	VALDECI DE SOUZA MENDES	015.786.129-50

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO COMO (PEDRA BRITA, KIT PADRÃO, KIT CALHA, RUFO CONDUTOR E CURVAS DE ALUMÍNIO), DEVIDO A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DE CASAS POPULARES, PARA USO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: CRISTIANE LUCIANO MARQUES MENDES						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
5	KIT CALHA PARA CASA DE MADEIRA CONTENDO: 16,00M DE CALHAS DE ALUMÍNIO, LIGA 1100 H14, ESPESSURA 0.6 MM, LARGURA 250 MM; 10,00M DE CONDUTOR DE ALUMÍNIO, LIGA 1100 H14, ESPESSURA 0.6 MM, DIÂMETRO 70 MM; 18,00 M DE CONDUTOR DE PVC, DIÂMETRO 75; 06 CURVAS DE ALUMÍNIO, LIGA 1100 H14, ESPESSURA 0.5 MM COM 65° GRAUS E 6 GOMOS, INSTALADOS	KIT	MENDES	40	2550,00	102000,00
6	RUFO, CONTRARRUFO, RUFO-PINGADEIRA E DEMAIS VARIAÇÕES, EM ALUMÍNIO CHAPA 0,50 MM, LARGURA DA LÂMINA 300 MM, LIGA 1100 H14, DESENVOLVIMENTO VARIÁVEL, TIRAR MEDIDAS NO LOCAL, INCLUSO CONFECÇÃO DO MATERIAL, INSTALAÇÃO, VEDAÇÃO POLIURETANO (PU), PARAFUSOS E DEMAIS ACESSÓRIOS UTILIZADOS PARA FIXAÇÃO, INSTALADO.	Metros	MENDES	200	60,00	12000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 2 / 6  
Processo Nº 240/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2021

7	CALHA OU ÁGUA FURTADA, EM ALUMÍNIO, ESPESSURA 0,6 MM, LARGURA 250 MM, TIRAR MEDIDAS NO LOCAL, INCLUSO CONFEÇÃO DO MATERIAL, INSTALAÇÃO, VEDAÇÃO POLIURETANO (PU) CONFORME UTILIZAÇÃO, PARAFUSOS E DEMAIS ACESSÓRIOS UTILIZADOS PARA FIXAÇÃO, INSTALADO.	Metros	MENDES	700	60,00	42000,00
8	CONDUTOR CIRCULAR DE CHAPA DE ALUMÍNIO. ESPESSURA 0,6 MM, DIÂMETRO DE 70 MM, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Metros	MENDES	250	60,00	15000,00
9	CURVAS DE ALUMÍNIO, CHAPA 0,50 MM, LIGA 1100 H14, DIÂMETRO 70 MM, 65°, 6 GOMOS, INSTALADO.	Unidade	MENDES	150	20,00	3000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 3 / 6  
Processo Nº 240/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2021

- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
  - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
  - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
  - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
  - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 6  
Processo Nº 240/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2021

- com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 5 / 6  
Processo N° 240/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N° 104/2021

**CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 4 de Janeiro de 2022

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 6 / 6  
Processo Nº 240/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2021

CRISTIANE LUCIANO MARQUES MENDES  
CNPJ: 37.705.010/0001-32

JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2022 PREFEITURA**

Publicação Nº 3520183

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 1 / 6  
Processo Nº 243/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2021

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11 / 2022**

No dia 4 do mês de Janeiro do ano de 2022 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 107/2021, Processo licitatório nº 243/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE FLORES, MUDAS DE ARVORES, GRAMA EM LEIVA, E INSUMOS PARA ORNAMENTAÇÃO DE PRÉDIOS E VIAS PUBLICAS, DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. , em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
SOLIMAR ESPINDOLA 79596975900	1,2,3,4,5,6,7

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
SOLIMAR ESPINDOLA 79596975900	25.987.531/0001-40	SOLIMAR ESPINDOLA	795.969.759-00

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE FLORES, MUDAS DE ARVORES, GRAMA EM LEIVA, E INSUMOS PARA ORNAMENTAÇÃO DE PRÉDIOS E VIAS PUBLICAS, DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: SOLIMAR ESPINDOLA 79596975900						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	SUBSTRATO	kilograma	CASA DAS FLORES	850	3,57	3034,50
2	AQUISIÇÃO DE FLORES, MUDAS DE ARVORES, GRAMA EM LEIVA, E INSUMOS PARA ORNAMENTAÇÃO DE PRÉDIOS E VIAS PUBLICAS, DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.	Unidade	CASA DAS FLORES E MARTENDAL	2150	36,00	77400,00
3	UREIA..	kilograma	CASA DAS FLORES	300	4,33	1299,00
4	GRAMA EM LEIVA TIPO SEMPRE VERDE E ESMARALDA	metro quadrado	MARTENDAL	2950	18,85	55607,50
5	FLORES DA ÉPOCA CONTENDO 15 MUDAS POR CAIXA, TIPO. AÇUCENA, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, MINI CRISÂNTEMO, CALENDOLA, SÁLVIA COLORIDA, CELÓSIA OU RABO DE GALO, ONZE HORAS, IMPATINS, TORRENIA OU AMOR PERFEITO, VERON, CRAVINEA, TAJETE E VINCA OU RIGUEIRINHA.	Caixa	CASA DAS FLORES	2000	25,00	50000,00
6	ADUBO .	kilograma	CASA DAS FLORES	550	4,15	2282,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 2 / 6  
Processo N° 243/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N° 107/2021

7	FLORES DA ÉPOCA CONTENDO 15 MUDAS POR CAIXA, Caixa TIPO SUNPATIENS.	CASA DAS FLORES	1000	51,00	51000,00
---	--	-----------------	------	-------	----------

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona'.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 3 / 6  
Processo Nº 243/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2021

**CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 6  
Processo Nº 243/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2021

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 5 / 6  
Processo Nº 243/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2021

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 4 de Janeiro de 2022

SOLIMAR ESPINDOLA 79596975900  
CNPJ: 25.987.531/0001-40

JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 6 / 6  
Processo N° 243/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N° 107/2021

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2022 PREFEITURA**

Publicação Nº 3520574

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 1 / 6  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12 / 2022**

No dia 4 do mês de Janeiro do ano de 2022 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 103/2021, Processo licitatório nº 238/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, FLUIDOS PARA FREIOS E RADIADORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. (PROCESSO MULTIENTIDADE), em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
BRAMBILA TRUCK CENTER EIRELI	2,4,5,7,15,16,17,18,19,25,26

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BRAMBILA TRUCK CENTER EIRELI	24.012.349/0001-01	FERNANDO DAL PONT	020.282.909-00

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, FLUIDOS PARA FREIOS E RADIADORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. (PROCESSO MULTIENTIDADE)

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: BRAMBILA TRUCK CENTER EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
2	ÓLEO HIDRÁULICO ATF TIPO A- ÓLEO HIDRÁULICO UTILIZADO PARA TRANSMISSÃO AUTOMOTIVAS E AUTOMÁTICA E SISTEMAS HIDRÁULICOS. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS.	galao	THOR	25	315,00	7875,00
4	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO SAE 10W30 - LUBRIFICANTE DE ALTO DESEMPENHO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS E TRANSMISSÕES, TAIS COMO: MÁQUINAS AGRÍCOLAS, TRATORES E ESCAVADEIRAS. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS.	galao	THOR	60	337,00	20220,00
5	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 20W50 API-SL - LUBRIFICANTE MINERAL PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL OU GNV. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. EMBALAGEM DE UM 1 LITRO.	litro	THOR	114	17,50	1995,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 2 / 6  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

7	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 - LUBRIFICANTE DE ALTO DESEMPENHO PARA DIFERENCIAIS, UTILIZADO EM EQUIPAMENTOS COM MOTORES A DIESEL. COMPOSTO POR ÓLEOS MINERAIS E ADITIVOS DE ÚLTIMA GERAÇÃO. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5 CLASSIFICAÇÃO API GL4. GALÃO DE 20 LITROS.	galao	THOR	42	320,00	13440,00
15	ÓLEO DIFERENCIAL SAE 90W API GL5. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS.	galao	THOR	55	358,00	19690,00
16	FLUÍDO DE FREIO SUPER - DOT4 EMBALAGEM 500ML PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS DE FREIO E EMBREAGENS DE AUTOMÓVEIS E ÔNIBUS.	Unidade	RADIBRAS	235	12,50	2937,50
17	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 85W 140 DE ALTO DESEMPENHO PARA DIFERENCIAIS UTILIZADO EM EQUIPAMENTO COM MOTOR A DIESEL COMPOSTO POR ÓLEO MINERAL E ADITIVOS DE ÚLTIMA GERAÇÃO CLASSIFICAÇÃO API GL4. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5 - GALÃO 20 LITROS.	galao	THOR	75	320,00	24000,00
18	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIFUNCIONAL ESPECÍFICO PARA MÁQUINAS DE TERRAPLANAGEM DESENVOLVIDO PARA USO DE TRANSMISSÃO SISTEMA HIDRÁULICO FREIOS BANHADOS A ÓLEO. COMANDOS FINAIS E SISTEMA DE ARRANQUES. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS.	galao	THOR	35	320,00	11200,00
19	ÓLEO PARA DIFERENCIAL SAE 90W. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	litro	THOR	100	23,75	2375,00
25	ÓLEO LUBRIFICANTE- VISCOSIDADE SAE 40, ORIGINAL PARA CAIXAS DE CÂMBIO(MARCHAS). APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. EMBALAGEM DE 01 LITRO.	litro	THOR	150	25,00	3750,00
26	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 10W40 API-SN - LUBRIFICANTE SEMISINTÉTICO PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL OU GNV. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. EMBALAGEM DE 1 LITRO	litro	THOR	145	20,00	2900,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 3 / 6  
Processo N° 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N° 103/2021

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei n° 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei n° 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 6  
Processo N° 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N° 103/2021

Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 5 / 6  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a, c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 6 / 6  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 4 de Janeiro de 2022

\_\_\_\_\_  
BRAMBILA TRUCK CENTER EIRELI  
CNPJ: 24.012.349/0001-01

\_\_\_\_\_  
JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2022 PREFEITURA**

Publicação Nº 3520578

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANSPágina: 1 / 5  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13 / 2022**

No dia 4 do mês de Janeiro do ano de 2022 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 103/2021, Processo licitatório nº 238/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, FLUÍDOS PARA FREIOS E RADIADORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. (PROCESSO MULTIENTIDADE), em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA	3,8

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA	78.886.579/0001-29	FABIANO MARTINS	454.646.509-20

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, FLUÍDOS PARA FREIOS E RADIADORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. (PROCESSO MULTIENTIDADE)

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
3	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 10W - LUBRIFICANTE DE ALTO DESEMPENHO UTILIZADO EM CAIXAS DE MARCHA, REDUZIDA, DIFERENCIAIS, DIREÇÃO, TRANSMISSÃO E ENGRENAGEM DE MOTONIVELADORA. CLASSIFICAÇÃO API GL5. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5 GALÃO DE 20 LITROS.	galao	LUBRAX	15	395,00	5925,00
8	GRAXA AZUL PARA ROLAMENTOS E MANCAIS À BASE DE LÍTIO, DE ALTA PERFORMANCE EM VARIADA GAMA DE APLICAÇÕES. TAMBOR 200 LITROS.	tambor	TEXACO	7	3479,00	24353,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 2 / 5  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

**CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 3 / 5  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 5  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 5 / 5  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a, c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 4 de Janeiro de 2022

IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA  
CNPJ: 78.886.579/0001-29

JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2022 PREFEITURA**

Publicação Nº 3520582

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANSPágina: 1 / 6  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14 / 2022**

No dia 4 do mês de Janeiro do ano de 2022 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no CPF sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 103/2021, Processo licitatório nº 238/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, FLUÍDOS PARA FREIOS E RADIADORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. (PROCESSO MULTIENTIDADE), em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
MAGRI PECAS AGRICOLAS LTDA - EPP	6,9,10,12,13,21,22

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MAGRI PECAS AGRICOLAS LTDA - EPP	85.133.874/0001-70	LOURIVAL MACHADO LIMAS	375.312.479-68

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, FLUÍDOS PARA FREIOS E RADIADORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. (PROCESSO MULTIENTIDADE)

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: MAGRI PECAS AGRICOLAS LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
6	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 - APRESENTAR FICHA TÉCNICA API CI4- APROVAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 MONTADORAS (CATERPILLER, VOLVO, MERCEDES BENS, RENAULT). APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. TAMBOR 200 LITROS.	tambor	SHELL	15	3980,00	59700,00
9	ÓLEO LUBRIFICANTE 2T API-TC, ÓLEO PARA MOTORES FRASCO DOIS TEMPOS A GASOLINA, COMO: MOTORES DE POPA, MOTOSERRAS, COMPOSTO DE ÓLEO BÁSICO MINERAL E ADITIVOS ANTIOXIDANTE, ANTI DESGASTE, ANTIESPUMANTE, DISPERSANTE E DETERGENTE. APROVAÇÃO JASO: FB E ISSO-L-EGB. EMBALAGEM DE 200ML.	Frasco	LUBRAX	335	6,44	2157,40
10	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO SAE 50 – LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO DE VEÍCULOS PESADOS. APROVAÇÃO: ATENDE AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS.	galao	MONTANA	21	456,00	9576,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 2 / 6  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

12	ADITIVO PARA RADIADOR –CONCENTRADO, COM DILUIÇÃO DE ATÉ 10%(1/10, OU SEJA, UM(1) LITRO DO ADITIVO PARA DEZ(10) LITROS DE ÁGUA), ORGÂNICO, ANTI CONGELANTE, ANTI CORROSIVO, ANTI FERVURA, ANTI BOLHAS, BIODERGRADÁVEL, QUE ATENDA A NORMA ABNT/NBR 13705, QUE PROTEJA TODOS OS COMPONENTES METÁLICOS INCLUINDO "ALUMÍNIO". EMBALAGEM DE 1 LITRO.	litro	PARAFU	461	14,00	6454,00
13	ÓLEO LUBRIFICANTES SAE 20W40 – LUBRIFICANTE MULTIFUNCIONAL ESPECÍFICO PARA MÁQUINAS DE TERRAPLANAGEM. DESENVOLVIDO PARA USO EM TRANSMISSÕES, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS BANHADOS A ÓLEO, COMANDOS FINAIS E SISTEMAS DE ARRANQUE. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS.	galao	LUBRAX	32	560,00	17920,00
21	ÓLEO MINERAL PARA TRANSMISSÃO SAE 75W85 ENGRENAGEM HELICOIDAL COR VERMELHA. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	litro	LUBRAX	50	32,20	1610,00
22	ÓLEO LUBRIFICANTE 5W30 SN/CF SINTÉTICO LUBRIFICANTE DE ALTO DESEMPENHO PARA MOTORES A GASOLINA E FLEX E DIESEL. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	litro	PETRONAS	410	29,00	11890,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 3 / 6  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.  
3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.  
3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 4 / 6  
Processo N° 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N° 103/2021

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 5 / 6  
Processo N° 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N° 103/2021

10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 6 / 6  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.  
E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 4 de Janeiro de 2022

MAGRI PECAS AGRICOLAS LTDA - EPP  
CNPJ: 85.133.874/0001-70

JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2022 PREFEITURA**

Publicação Nº 3520588

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANSPágina: 1 / 6  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15 / 2022**

No dia 4 do mês de Janeiro do ano de 2022 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 103/2021, Processo licitatório nº 238/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, FLUÍDOS PARA FREIOS E RADIADORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. (PROCESSO MULTIENTIDADE), em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI	1,11,20,23,28

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI	14.869.829/0001-30	ANDERSON SERGIO SIMONI	016.713.019-60

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, FLUÍDOS PARA FREIOS E RADIADORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. (PROCESSO MULTIENTIDADE)

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO AW68 - LUBRIFICANTE DE ALTO DESEMPENHO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS, TAIS COMO: MÁQUINAS AGRÍCOLAS, TRATORES E ESCAVADEIRAS. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS	galao	DEITON	180	269,00	48420,00
11	FLUIDO DE FREIO DOT 4. API SAE J 1704 E ABNT/NBR 9292 TIPO 4. FRASCO COM 500 ML	Frasco	RADNAQ	100	13,00	1300,00
20	DESENGRIPANTE LUBRIFICANTE MULTIÚSO SPRAY 400ML	Frasco	RADNAQ	150	9,00	1350,00
23	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 - LINHA LEVE, MULTICOMBUSTÍVEL - (GASOLINA, ETANOL E FLEX) COM AS ESPECIFICAÇÕES: API SN, ACEA A3/B3. PREVENÇÃO CONTRA BORRA, TECNOLOGIA DE LIMPEZA ATIVA, E PREVINHA A SEPARAÇÃO DA ÁGUA. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	litro	DEITON	305	22,70	6923,50



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 2 / 6  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

28	ÓLEO LUBRIFICANTE - VISCOSIDADE 10W40 SEMI SINTÉTICO PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS.	galao	DEITON	16	490,00	7840,00
----	---	-------	--------	----	--------	---------

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 3 / 6  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 6  
Processo N° 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N° 103/2021

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 5 / 6  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 4 de Janeiro de 2022

\_\_\_\_\_  
CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA  
CNPJ: 14.869.829/0001-30

\_\_\_\_\_  
JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 6 / 6  
Processo N° 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N° 103/2021

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2022 PREFEITURA**

Publicação Nº 3520599

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANSPágina: 1 / 5  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16 / 2022**

No dia 4 do mês de Janeiro do ano de 2022 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 103/2021, Processo licitatório nº 238/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, FLUÍDOS PARA FREIOS E RADIADORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. (PROCESSO MULTIENTIDADE), em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
SÃO JOAQUIM AUTO-ELÉTRICO LTDA	24

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
SÃO JOAQUIM AUTO-ELÉTRICO LTDA	73.398.190/0001-10	FABIO SILVA CLEZAR	032.507.799-11

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, FLUÍDOS PARA FREIOS E RADIADORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. (PROCESSO MULTIENTIDADE)

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: SÃO JOAQUIM AUTO-ELÉTRICO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
24	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 - APRESENTAR FICHA TÉCNICA API CI4- APROVAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 MONTADORAS (CATERPILLER, VOLVO, MERCEDES BENS, RENAULT). APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS.	galao	LUBRAX	312	372,00	116064,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 2 / 5  
Processo N° 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N° 103/2021

a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei n° 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 3 / 5  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

- assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
  - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
  - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
  - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
  - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
  - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 5  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 5 / 5  
Processo Nº 238/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2021

- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0.5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2. Enjejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

- 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

- 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 4 de Janeiro de 2022

SÃO JOAQUIM AUTO-ELÉTRICO LTDA  
CNPJ: 73.398.190/0001-10

JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2022 PREFEITURA**

Publicação Nº 3521048

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 1 / 5  
Processo Nº 245/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2021

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17 / 2022**

No dia 4 do mês de Janeiro do ano de 2022 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 109/2021, Processo licitatório nº 245/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEDRAS DE GRANITO COM DIMENSÕES: ALTURA 20CM, LARGURA 20CM E COMPRIMENTO MÍNIMO 50CM (20X20X50) E MÃO DE OBRA PARA COLOCAÇÃO DAS MESMAS PARA USO DOS ÓRGÃOS, ENTIDADES E FUNDOS, VINCULADOS AO MUNICÍPIO DE ORLEANS, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
PIZOLAR - PIZONI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PIZOLAR - PIZONI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	29.212.486/0001-03	DIOGO FAQUIN PIZONI	090.403.089-00

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEDRAS DE GRANITO COM DIMENSÕES: ALTURA 20CM, LARGURA 20CM E COMPRIMENTO MÍNIMO 50CM (20X20X50) E MÃO DE OBRA PARA COLOCAÇÃO DAS MESMAS PARA USO DOS ÓRGÃOS, ENTIDADES E FUNDOS, VINCULADOS AO MUNICÍPIO DE ORLEANS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: PIZOLAR - PIZONI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	AQUISIÇÃO DE PEDRA DE GRANITO. DIMENÇÕES: ALTURA 20CM, LARGURA 20CM, COMPRIMENTO MÍNIMO 50CM (20X20X50) PARA USO DO MUNICÍPIO	metros corridos	PEDRAS SUL	4000	29,80	119200,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 2 / 5  
Processo Nº 245/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2021

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

**CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 3 / 5  
Processo N° 245/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N° 109/2021

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados,

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 5  
Processo N° 245/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N° 109/2021

obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.



# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 5 / 5  
Processo Nº 245/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2021

- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
  - rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- advertência, por escrito, nas faltas leves;
  - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
  - suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;
  - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

- 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

- 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 4 de Janeiro de 2022

\_\_\_\_\_  
PIZOLAR - PIZONI MATERIAIS DE  
CNPJ: 29.212.486/0001-03

\_\_\_\_\_  
JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 238/2021 PREFEITURA**

Publicação Nº 3520571

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

PREFEITURA DE ORLEANS

**CNPJ:** 82.926.544/0001-43 **Telefone:** (48) 3886-0100  
**Endereço:** Rua XV de Novembro, 282 - Centro  
**CEP:** 88870-000 - Orleans

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 103/2021**

**Processo Adm.:** 238/2021  
**Data do Processo:** 26/11/2021  
**Página:** 1/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 238/2021  
b) **Nr. Licitação:** 103/2021 - PR  
c) **Modalidade:** Pregão presencial  
d) **Data de Homologação:** 04/01/2022  
e) **Objeto da Licitação:** AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, FLUÍDOS PARA FREIOS E RADIADORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. (PROCESSO MULTIENTIDADE)

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
<b>BRAMBILA TRUCK CENTER EIRELI</b>				
2 - ÓLEO HIDRÁULICO ATF TIPO A- ÓLEO HIDRÁULICO UTILIZADO PARA TRANSMISSÃO AUTOMOTIVAS E AUTOMÁTICA E SISTEMAS HIDRÁULICOS. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS. - Marca: THOR	GL	25,000	315,0000	R\$ 7.875,00
4 - ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO SAE 10W30 - LUBRIFICANTE DE ALTO DESEMPENHO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS E TRANSMISSÕES, TAIS COMO: MÁQUINAS AGRÍCOLAS, TRATORES E ESCAVADEIRAS. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS. - Marca: THOR	GL	60,000	337,0000	R\$ 20.220,00
5 - ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 20W50 API-SL - LUBRIFICANTE MINERAL PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL OU GNV. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. EMBALAGEM DE UM 1 LITRO. - Marca: THOR	L	114,000	17,5000	R\$ 1.995,00
7 - ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 - LUBRIFICANTE DE ALTO DESEMPENHO PARA DIFERENCIAIS, UTILIZADO EM EQUIPAMENTOS COM MOTORES A DIESEL. COMPOSTO POR ÓLEOS MINERAIS E ADITIVOS DE ÚLTIMA GERAÇÃO. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5 CLASSIFICAÇÃO API GL4. GALÃO DE 20 LITROS. - Marca: THOR	GL	42,000	320,0000	R\$ 13.440,00
15 - ÓLEO DIFERENCIAL SAE 90W API GL5. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS. - Marca: THOR	GL	55,000	358,0000	R\$ 19.690,00

Orleans, 04/01/2022

.....  
**JORGE LUIZ KOCH**  
 Prefeito Municipal

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA DE ORLEANS</b> <b>CNPJ:</b> 82.926.544/0001-43 <b>Telefone:</b> (48) 3886-0100 <b>Endereço:</b> Rua XV de Novembro, 282 - Centro <b>CEP:</b> 88870-000 - Orleans	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 103/2021</b>
	<b>Processo Adm.:</b> 238/2021 <b>Data do Processo:</b> 26/11/2021 <b>Página:</b> 2/4

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	<b>Un.</b>	<b>Quantidade</b>	<b>VI. Unitário</b>	<b>Total dos Itens</b>
16 - FLUÍDO DE FREIO SUPER - DOT4 EMBALAGEM 500ML PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS DE FREIO E EMBREAGENS DE AUTOMÓVEIS E ÔNIBUS. - Marca: RADIBRAS	UN	235,000	12,5000	R\$ 2.937,50
17 - ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 85W 140 DE ALTO DESEMPENHO PARA DIFERENCIAIS UTILIZADO EM EQUIPAMENTO COM MOTOR A DIESEL COMPOSTO POR ÓLEO MINERAL E ADITIVOS DE ÚLTIMA GERAÇÃO CLASSIFICAÇÃO API GL4. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5 - GALÃO 20 LITROS. - Marca: THOR	GL	75,000	320,0000	R\$ 24.000,00
18 - ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIFUNCIONAL ESPECÍFICO PARA MÁQUINAS DE TERRAPLANAGEM DESENVOLVIDO PARA USO DE TRANSMISSÃO SISTEMA HIDRÁULICO FREIOS BANHADOS A ÓLEO, COMANDOS FINAIS E SISTEMA DE ARRANQUES. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS. - Marca: THOR	GL	35,000	320,0000	R\$ 11.200,00
19 - ÓLEO PARA DIFERENCIAL SAE 90W. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. EMBALAGEM DE 1 LITRO. - Marca: THOR	L	100,000	23,7500	R\$ 2.375,00
25 - ÓLEO LUBRIFICANTE- VISCOSIDADE SAE 40, ORIGINAL PARA CAIXAS DE CÂMBIO(MARCHAS). APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. EMBALAGEM DE 01 LITRO. - Marca: THOR	L	150,000	25,0000	R\$ 3.750,00
26 - ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 10W40 API-SN - LUBRIFICANTE SEMISSINTÉTICO PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL OU GNV. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. EMBALAGEM DE 1 LITRO - Marca: THOR	L	145,000	20,0000	R\$ 2.900,00
<b>Total Fornecedor:</b>				<b>R\$110.382,50</b>


**CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI**

1 - ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO AW68 - LUBRIFICANTE DE ALTO DESEMPENHO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS, TAIS COMO: MÁQUINAS AGRÍCOLAS, TRATORES E ESCAVADEIRAS. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS - Marca: DEITON	GL	180,000	269,0000	R\$ 48.420,00
11 - FLUIDO DE FREIO DOT 4. API SAE J 1704 E ABNT/NBR 9292 TIPO 4. FRASCO COM 500 ML - Marca: RADNAQ	FR	100,000	13,0000	R\$ 1.300,00
20 - DESENGRIPANTE LUBRIFICANTE MULTIÚSO SPRAY 400ML - Marca: RADNAQ	FR	150,000	9,0000	R\$ 1.350,00
23 - ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 - LINHA LEVE, MULTICOMBUSTÍVEL - (GASOLINA, ETANOL E FLEX) COM AS ESPECIFICAÇÕES: API SN, ACEA A3/B3. PREVENÇÃO CONTRA BORRA, TECNOLOGIA DE LIMPEZA ATIVA, E PREVINE A SEPARAÇÃO DA ÁGUA. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3,	L	305,000	22,7000	R\$ 6.923,50

Orleans, 04/01/2022

.....

**JORGE LUIZ KOCH**  
 Prefeito Municipal

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA DE ORLEANS</b> <b>CNPJ:</b> 82.926.544/0001-43 <b>Telefone:</b> (48) 3886-0100 <b>Endereço:</b> Rua XV de Novembro, 282 - Centro <b>CEP:</b> 88870-000 - Orleans	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 103/2021</b>	
	<b>Processo Adm.:</b> 238/2021 <b>Data do Processo:</b> 26/11/2021 <b>Página:</b> 3/4	

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
EURO4 OU EURO5. EMBALAGEM DE 1 LITRO. - Marca: DEITON				
28 - ÓLEO LUBRIFICANTE - VISCOSIDADE 10W40 SEMI SINTÉTICO PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS. - Marca: DEITON	GL	16,000	490,0000	R\$ 7.840,00
<b>Total Fornecedor:</b>				R\$65.833,50

**IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA**

3 - ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 10W - LUBRIFICANTE DE ALTO DESEMPENHO UTILIZADO EM CAIXAS DE MARCHA, REDUZIDA, DIFERENCIAIS, DIREÇÃO, TRANSMISSÃO E ENGRENAGEM DE MOTONIVELADORA. CLASSIFICAÇÃO API GL5. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5 GALÃO DE 20 LITROS. - Marca: LUBRAX	GL	15,000	395,0000	R\$ 5.925,00
8 - GRAXA AZUL PARA ROLAMENTOS E MANCAIS À BASE DE LÍTIO, DE ALTA PERFORMANCE EM VARIADA GAMA DE APLICAÇÕES. TAMBOR 200 LITROS. - Marca: TEXACO	TA	7,000	3.479,0000	R\$ 24.353,00
<b>Total Fornecedor:</b>				R\$30.278,00

**MAGRI PECAS AGRICOLAS LTDA - EPP**

6 - ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 - APRESENTAR FICHA TÉCNICA API CI4- APROVAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 MONTADORAS (CATERPILLER, VOLVO, MERCEDES BENS, RENAULT). APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. TAMBOR 200 LITROS. - Marca: SHELL	TA	15,000	3.980,0000	R\$ 59.700,00
9 - ÓLEO LUBRIFICANTE 2T API-TC, ÓLEO PARA MOTORES DOIS TEMPOS A GASOLINA, COMO: MOTORES DE POPA, MOTOSERRAS, COMPOSTO DE ÓLEO BÁSICO MINERAL E ADITIVOS ANTIOXIDANTE, ANTI DESGASTE, ANTIESPUMANTE, DISPERSANTE E DETERGENTE. APROVAÇÃO JASO: FB E ISSO-L-EGB. EMBALAGEM DE 200ML. - Marca: LUBRAX	FR	335,000	6,4400	R\$ 2.157,40
10 - ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO SAE 50 - LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO DE VEÍCULOS PESADOS. APROVAÇÃO: ATENDE AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS. - Marca: MONTANA	GL	21,000	456,0000	R\$ 9.576,00
12 - ADITIVO PARA RADIADOR -CONCENTRADO, COM DILUIÇÃO DE ATÉ 10%(1/10, OU SEJA, UM(1) LITRO DO ADITIVO PARA DEZ(10) LITROS DE ÁGUA), ORGÂNICO, ANTI CONGELANTE, ANTI CORROSIVO, ANTI FERVURA, ANTI BOLHAS, BIODEGRADÁVEL, QUE ATENDA A NORMA ABNT/NBR 13705, QUE PROTEJA TODOS OS COMPONENTES METÁLICOS INCLUINDO "ALUMÍNIO". EMBALAGEM DE 1 LITRO. - Marca: PARAFLU	L	461,000	14,0000	R\$ 6.454,00

Orleans, 04/01/2022

.....

**JORGE LUIZ KOCH**  
**Prefeito Municipal**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

PREFEITURA DE ORLEANS

CNPJ: 82.926.544/0001-43 Telefone: (48) 3886-0100

Endereço: Rua XV de Novembro, 282 - Centro

CEP: 88870-000 - Orleans

**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 103/2021

Processo Adm.: 238/2021

Data do Processo: 26/11/2021

Página: 4/4

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
13 - ÓLEO LUBRIFICANTES SAE 20W40 – LUBRIFICANTE MULTIFUNCIONAL ESPECÍFICO PARA MÁQUINAS DE TERRAPLANAGEM. DESENVOLVIDO PARA USO EM TRANSMISSÕES, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS BANHADOS A ÓLEO, COMANDOS FINAIS E SISTEMAS DE ARRANQUE. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS. - Marca: LUBRAX	GL	32,000	560,0000	R\$ 17.920,00
21 - ÓLEO MINERAL PARA TRANSMISSÃO SAE 75W85 ENGRENAGEM HELICOIDAL COR VERMELHA. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. EMBALAGEM DE 1 LITRO. - Marca: LUBRAX	L	50,000	32,2000	R\$ 1.610,00
22 - ÓLEO LUBRIFICANTE 5W30 SN/CF SINTÉTICO LUBRIFICANTE DE ALTO DESEMPENHO PARA MOTORES A GASOLINA E FLEX E DIESEL. APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. EMBALAGEM DE 1 LITRO. - Marca: PETRONAS	L	410,000	29,0000	R\$ 11.890,00
<b>Total Fornecedor:</b>				R\$109.307,40
<b>SÃO JOAQUIM AUTO-ELÉTRICO LTDA</b>				
24 - ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 - APRESENTAR FICHA TÉCNICA API CI4- APROVAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 MONTADORAS (CATERPILLER, VOLVO, MERCEDES BENS, RENAULT). APROVAÇÃO: ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS EUROPEIAS: EURO2, EURO3, EURO4 OU EURO5. GALÃO DE 20 LITROS. - Marca: LUBRAX	GL	312,000	372,0000	R\$ 116.064,00
<b>Total Fornecedor:</b>				R\$116.064,00
<b>Total geral:</b>				R\$ 431.865,40

Orleans, 04/01/2022

.....

**JORGE LUIZ KOCH**  
Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 240/2021 PREFEITURA**

Publicação Nº 3520086

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

PREFEITURA DE ORLEANS

**CNPJ:** 82.926.544/0001-43 **Telefone:** (48) 3886-0100  
**Endereço:** Rua XV de Novembro, 282 - Centro  
**CEP:** 88870-000 - Orleans

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 104/2021**

**Processo Adm.:** 240/2021  
**Data do Processo:** 29/11/2021  
**Página:** 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 240/2021  
**b) Nr. Licitação:** 104/2021 - PR  
**c) Modalidade:** Pregão presencial  
**d) Data de Homologação:** 04/01/2022  
**e) Objeto da Licitação:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO COMO (PEDRA BRITA, KIT PADRÃO, KIT CALHA, RUFO CONDUTOR E CURVAS DE ALUMÍNIO), DEVIDO A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DE CASAS POPULARES, PARA USO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
<b>CRISTIANE LUCIANO MARQUES MENDES</b>				
5 - KIT CALHA PARA CASA DE MADEIRA CONTENDO: 16,00M DE CALHAS DE ALUMÍNIO, LIGA 1100 H14, ESPESSURA 0.6 MM, LARGURA 250 MM; 10,00M DE CONDUTOR DE ALUMÍNIO, LIGA 1100 H14, ESPESSURA 0.6 MM, DIÂMETRO 70 MM; 18,00 M DE CONDUTOR DE PVC, DIÂMETRO 75; 06 CURVAS DE ALUMÍNIO, LIGA 1100 H14, ESPESSURA 0.5 MM COM 65° GRAUS E 6 GOMOS, INSTALADOS - Marca: MENDES	KIT	40,000	2.550,0000	R\$ 102.000,00
6 - RUFO, CONTRARRUFO, RUFO-PINGADEIRA E DEMAIS VARIAÇÕES, EM ALUMÍNIO CHAPA 0,50 MM, LARGURA DA LÂMINA 300 MM, LIGA 1100 H14, DESENVOLVIMENTO VARIÁVEL, TIRAR MEDIDAS NO LOCAL, INCLUSO CONFEÇÃO DO MATERIAL, INSTALAÇÃO, VEDAÇÃO POLIURETANO (PU), PARAFUSOS E DEMAIS ACESSÓRIOS UTILIZADOS PARA FIXAÇÃO, INSTALADO. - Marca: MENDES	MT	200,000	60,0000	R\$ 12.000,00
7 - CALHA OU ÁGUA FURTADA, EM ALUMÍNIO, ESPESSURA 0,6 MM, LARGURA 250 MM, TIRAR MEDIDAS NO LOCAL, INCLUSO CONFEÇÃO DO MATERIAL, INSTALAÇÃO, VEDAÇÃO POLIURETANO (PU) CONFORME UTILIZAÇÃO, PARAFUSOS E DEMAIS ACESSÓRIOS UTILIZADOS PARA FIXAÇÃO, INSTALADO. - Marca: MENDES	MT	700,000	60,0000	R\$ 42.000,00
8 - CONDUTOR CIRCULAR DE CHAPA DE ALUMÍNIO. ESPESSURA 0,6 MM, DIÂMETRO DE 70 MM, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca: MENDES	MT	250,000	60,0000	R\$ 15.000,00
9 - CURVAS DE ALUMÍNIO, CHAPA 0,50 MM, LIGA 1100 H14, DIÂMETRO 70 MM, 65°, 6 GOMOS, INSTALADO. - Marca: MENDES	UN	150,000	20,0000	R\$ 3.000,00

Orleans, 04/01/2022

.....  
**JORGE LUIZ KOCH**  
 Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

PREFEITURA DE ORLEANS

**CNPJ:** 82.926.544/0001-43 **Telefone:** (48) 3886-0100  
**Endereço:** Rua XV de Novembro, 282 - Centro  
**CEP:** 88870-000 - Orleans

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 104/2021****Processo Adm.: 240/2021****Data do Processo: 29/11/2021****Página: 2/2****f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
			<b>Total Fornecedor:</b> R\$174.000,00

---

**Total geral:** R\$ 174.000,00

Orleans, 04/01/2022

.....  
**JORGE LUIZ KOCH**  
Prefeito Municipal



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 243/2021 PREFEITURA**

Publicação Nº 3520178

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

PREFEITURA DE ORLEANS

**CNPJ:** 82.926.544/0001-43 **Telefone:** (48) 3886-0100  
**Endereço:** Rua XV de Novembro, 282 - Centro  
**CEP:** 88870-000 - Orleans

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 107/2021**

**Processo Adm.:** 243/2021  
**Data do Processo:** 30/11/2021  
**Página:** 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 243/2021  
b) **Nr. Licitação:** 107/2021 - PR  
c) **Modalidade:** Pregão presencial  
d) **Data de Homologação:** 04/01/2022  
e) **Objeto da Licitação:** AQUISIÇÃO DE FLORES, MUDAS DE ARVORES, GRAMA EM LEIVA, E INSUMOS PARA ORNAMENTAÇÃO DE PRÉDIOS E VIAS PÚBLICAS, DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
<b>SOLIMAR ESPINDOLA 79596975900</b>				
1 - SUBSTRATO - Marca: CASA DAS FLORES	KG	850,000	3,5700	R\$ 3.034,50
2 - AQUISIÇÃO DE FLORES, MUDAS DE ARVORES, GRAMA EM LEIVA, E INSUMOS PARA ORNAMENTAÇÃO DE PRÉDIOS E VIAS PÚBLICAS, DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. - Marca: CASA DAS FLORES E MARTENDAL	UN	2.150,000	36,0000	R\$ 77.400,00
3 - UREIA.. - Marca: CASA DAS FLORES	KG	300,000	4,3300	R\$ 1.299,00
4 - GRAMA EM LEIVA TIPO SEMPRE VERDE E ESMARALDA - Marca: MARTENDAL	M2	2.950,000	18,8500	R\$ 55.607,50
5 - FLORES DA ÉPOCA CONTENDO 15 MUDAS POR CAIXA, TIPO. AÇUCENA, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, MINI CRISÂNTEMO, CALENDOLA, SÁLVIA COLORIDA, CELÓSIA OU RABO DE GALO, ONZE HORAS, IMPATINS, TORRENIA OU AMOR PERFEITO, VERON, CRAVÍNEA, TAJETE E VINCA OU RIGUEIRINHA. - Marca: CASA DAS FLORES	CX	2.000,000	25,0000	R\$ 50.000,00
6 - ADUBO . - Marca: CASA DAS FLORES	KG	550,000	4,1500	R\$ 2.282,50
7 - FLORES DA ÉPOCA CONTENDO 15 MUDAS POR CAIXA, TIPO SUNPATIENS. - Marca: CASA DAS FLORES	CX	1.000,000	51,0000	R\$ 51.000,00
<b>Total Fornecedor:</b>				<b>R\$240.623,50</b>
<b>Total geral:</b>				<b>R\$ 240.623,50</b>

Orleans, 04/01/2022

.....  
**JORGE LUIZ KOCH**  
 Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

PREFEITURA DE ORLEANS

**CNPJ:** 82.926.544/0001-43      **Telefone:** (48) 3886-0100  
**Endereço:** Rua XV de Novembro, 282 - Centro  
**CEP:** 88870-000 - Orleans

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 107/2021****Processo Adm.: 243/2021****Data do Processo: 30/11/2021****Página: 2/2**

Orleans, 04/01/2022

.....  
**JORGE LUIZ KOCH**  
Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 245/2021 PREFEITURA**

Publicação Nº 3521046

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

PREFEITURA DE ORLEANS

**CNPJ:** 82.926.544/0001-43 **Telefone:** (48) 3886-0100  
**Endereço:** Rua XV de Novembro, 282 - Centro  
**CEP:** 88870-000 - Orleans

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 109/2021**

**Processo Adm.:** 245/2021  
**Data do Processo:** 01/12/2021  
**Página:** 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 245/2021  
b) **Nr. Licitação:** 109/2021 - PR  
c) **Modalidade:** Pregão presencial  
d) **Data de Homologação:** 04/01/2022  
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEDRAS DE GRANITO COM DIMENSÕES: ALTURA 20CM, LARGURA 20CM E COMPRIMENTO MÍNIMO 50CM (20X20X50) E MÃO DE OBRA PARA COLOCAÇÃO DAS MESMAS PARA USO DOS ÓRGÃOS, ENTIDADES E FUNDOS, VINCULADOS AO MUNICÍPIO DE ORLEANS

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
<b>PIZOLAR - PIZONI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO</b>				
1 - AQUISIÇÃO DE PEDRA DE GRANITO. DIMENÇÕES: ALTURA 20CM, LARGURA 20CM, COMPRIMENTO MÍNIMO 50CM (20X20X50) PARA USO DO MUNICÍPIO - Marca: PEDRAS SUL	MC	4.000,000	29,8000	R\$ 119.200,00
<b>Total Fornecedor:</b>				R\$119.200,00
<b>Total geral:</b>				R\$ 119.200,00

Orleans, 04/01/2022

.....  
**JORGE LUIZ KOCH**  
Prefeito Municipal

# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### AVISO\_DE\_ADJUDICAÇÃO\_HOMOLOGAÇÃO\_PL\_125\_2021

Publicação Nº 3520185

#### AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2021

O MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 75.326.066/0001-75, com sede na Av. Vidal Ramos Junior, 228, na cidade de Otacílio Costa – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Fabiano Baldessar de Souza, CONSIDERANDO o teor do Relatório apresentado pela Comissão de Licitação, relativo ao Objeto: Contratação de empresa para Reforma e Ampliação do Centro de Educação Infantil Alexandrina Schilischting, conforme planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico - Financeiro e Projetos anexos.. CONSIDERANDO, que o certame atendeu aos ditames da Lei de Licitações, respeitando e observando os procedimentos exigidos; CONSIDERANDO, que o processo licitatório foi julgado com observância de critérios e objetivos, sagrando-se vencedora a licitante que ofertou a proposta, observado o critério de menor preço apresentado; CONSIDERANDO, finalmente que foram respeitados todos os prazos legais e que não se verificou nenhuma causa de nulidade do certame, não existindo, portanto, qualquer recurso pendente ao referido Processo Licitatório, resolve: ADJUDICAR à Empresa ASO COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 17.546.329/0001-55, neste certame, perfazendo o valor global de R\$ 395.179,29 (trezentos e noventa e cinco mil e cento e setenta e nove reais e vinte e nove centavos), conforme Ata e Planilhas apenas ao Processo, na forma da Lei. HOMOLOGAR em todos os seus termos a deliberação da COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, para o objeto em pauta, em favor da empresa vencedora do item adjudicado, pelo critério menor preço global.

Otacílio Costa, 13 de dezembro de 2021.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito Municipal.

**EXTRATO\_CONTRATO\_ 146\_2021**

Publicação N° 3520190

**MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato nº.: 146/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

Contratada: **ASO COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME** (CNPJ sob o nº 17.546.329/0001-55).Valor Total: R\$ **395.179,29** (trezentos e noventa e cinco mil e cento e setenta e nove reais e vinte e nove centavos).

Vigência: Início: 22/12/2021 – Término: 22/12/2022.

Licitação: **Processo Licitatório nº 125/2021 – Tomada de Preço nº 011/2021**

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/1993.

Recursos: **Despesa – 22- Dotação – 05.01.1.026.4.4.90.00.00.00.00.00.00.00 Complemento do Elemento : 4.4.90.57.07.00.00.00**Recursos: **Despesa – 23- Dotação – 05.01.1.026.4.4.90.00.00.00.00.00.00.00 Complemento do Elemento : 4.4.90.57.07.00.00.00**Recursos: **Despesa – 47 - Dotação – 05.01.1.004.4.4.90.00.00.00.00.00.00.00 Complemento do Elemento : 4.4.90.57.07.00.00.00**Recursos: **Despesa – 48- Dotação – 05.01.1.004.4.4.90.00.00.00.00.00.00.00 Complemento do Elemento : 4.4.90.57.07.00.00.00**

Objeto: contratação de empresa para reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Alexandrina Schilischting.

Costa/SC, 22 de dezembro de 2021.

# Ouro

## PREFEITURA

### ATAS RP Nº 001/2022 E 002/2022

Publicação Nº 3520410

**PROCESSO LICITATÓRIO n. 0100/2022****PREGÃO PRESENCIAL n. 0057/2022****VALIDADE: até 31/12/2022.****CONTRATANTE:** Município de Ouro**OBJETO:** Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de consertos de pneus e serviços de desmontagem e montagem de pneus, para o exercício de 2022.**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2022****CONTRATADA: JERSON SARTORI MEI**

Item	Lote/Produto	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
2	Conserto pneu de carreta agrícola, caminhão e ônibus, incluindo montagem e desmontagem.	UN	JERSON SARTORI MEI	550	45,00	24.750,00
3	Conserto pneu de máquinas pesadas (retroescavadeira, motoniveladora, trator agrícola, carregadeira etc...) incluindo montagem e desmontagem.	UN	JERSON SARTORI MEI	220	215,00	47.300,00
5	Serviço de desmontagem e montagem de pneu carreta agrícola, caminhão e ônibus.	UN	JERSON SARTORI MEI	650	38,00	24.700,00
6	Serviço de desmontagem e montagem de pneu máquinas pesadas (retroescavadeira, motoniveladora, trator agrícola, carregadeira etc...).	UN	JERSON SARTORI MEI	220	150,00	33.000,00
129.750,00						

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 002/2022****CONTRATADA: POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA – EPP**

Item	Lote/Produto	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
1	Conserto pneu de automóvel utilitário e passeio, incluindo montagem e desmontagem.	UN	POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP	250	28,00	7.000,00
4	Serviço de desmontagem e montagem de pneu automóvel utilitário e passeio.	UN	POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP	300	23,00	6.900,00
13.900,00						

**CONTRATO Nº 001/2022**

Publicação Nº 3519367

Processo Licitatório n. 0106/2021

Inexigibilidade de Licitação n. 0012/2021

CONTRATO N. 001/2022

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS LTDA.

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de exames laboratoriais (coleta e análise) com materiais necessários para a realização de qualquer tipo de coleta (materiais descartáveis) e fornecimento de resultados, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), para atender os pacientes do Município de Ouro.

Vigência: A partir de 04/01/2022 até 31/12/2022.

Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Data de assinatura: 04/01/2022.

**IN Nº 0012/2021 - PASTEUR**

Publicação Nº 3519356

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N 0106/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 0012/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO.

Contratado: G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS LTDA.

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de exames laboratoriais (coleta e análise) com materiais necessários para a realização de qualquer tipo de coleta (materiais descartáveis) e fornecimento de resultados, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), para atender os pacientes do Município de Ouro.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 04/01/2022 até 31/12/2022. Ouro, 04/01/2022, Gabriela Minks Lopes Duarte, Secretária Municipal de Saúde.

**PR Nº 0002/2022**

Publicação Nº 3519774

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N. 0002/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0619824034CA792BC083D89BF6522FFB5603B2E9

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 18/01/2022, às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0002/2022, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0002/2022, menor preço por item, com execução parcelada. Objeto: A presente licitação COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica para manutenção preventiva e curativa nas câmeras de videomonitoramento das vias públicas do município de Ouro/SC, para o exercício de 2022, conforme anexo I do edital. Obtenção do edital: [licitacao2@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacao2@ouro.sc.gov.br); [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br); Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro/SC, 04/01/2022. Denio Cesar Viganó, Secretário Municipal de Urbanismo, Obras e Habitação.

Registro no TCE: 0619824034CA792BC083D89BF6522FFB5603B2E9



# Paial

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 001/2022 - NOMEAÇÃO NAIDES NOLL

Publicação Nº 3521226

PORTARIA N. 001/2022

MARIA HELENA BOSING LUTEREK , Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Paial -SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art 18 alínea "e" do Regimento Interno da Câmara e Lei Complementar n 16 /2005 de 07 de abril de 2005,

#### RESOLVE

Art. 1. NOMEAR a Sra. NAIDES NOLL, do cargo comissionado de Assessora Parlamentar da Câmara Municipal de Piaial – SC com carga horária de quarenta horas.

Art. 2. Revogam-se disposições em contrário.

Art. 3. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores Municipal de Paial – SC em 03 de janeiro de 2022.

MARIA HELENA BOSING LUTEREK  
Presidente da Câmara de Vereadores

### PORTARIA 002/2022 - NOMEAÇÃO RUDIMAR PUHL

Publicação Nº 3521233

PORTARIA N. 002/2022

MARIA HELENA BOSING LUTEREK , Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Paial -SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art 18 alínea "e" do Regimento Interno da Câmara e Lei Complementar n 16 /2005 de 07 de abril de 2005,

#### RESOLVE

Art. 1. NOMEAR a Sr. RUDIMAR PUHL, do cargo comissionado de Secretário da Câmara Municipal de Piaial – SC com carga horária de vinte horas.

Art. 2. Revogam-se disposições em contrário.

Art. 3. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores Municipal de Paial – SC em 03 de janeiro de 2022.

MARIA HELENA BOSING LUTEREK  
Presidente da Câmara de Vereadores

# Palhoça

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 001/2022**

Publicação Nº 3520876



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA**

**PORTARIA Nº 0001, 04 DE JANEIRO DE 2022***Suspende férias coletivas e convoca servidores*

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC**, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa;

*Considerando o art. 5º da Portaria n. 0143 de 30 de Novembro de 2021;*

*Considerando as necessidades de trabalho desta Casa,*

*Considerando o art. 9º da Resolução Administrativa n. 001/2021; resolve,*

**SUSPENDER E CONVOCAR:**

**Art. 1º** Ficam suspensas as férias coletivas concedidas na Portaria n. 0143 de 30 de Novembro de 2021, e assim, convoca os servidores **NEIDLEN HOHENSEE HENRIQUE, PAMELA PEREIRA MARTINS, RUHAN SCHMITT DE SOUZA, ALISSON HANDY GOMES BARBOSA e RODRIGO VALDIR GASPAR**, a partir do dia 04 de Janeiro de 2022, inclusive, considerando as necessidades desta Casa Legislativa.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

**JOEL FILIPE GASPAR**  
Presidente



Rua Joci José Martins, 101 - CEP: 88132-901, Loteamento Pagani,  
Palhoça/SC

Fone: +55 (48) 99188-3981 - E-mail: [camarapalhoca@cmp.sc.gov.br](mailto:camarapalhoca@cmp.sc.gov.br)

Página 1/1

[www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br)

Documento assinado digitalmente por Joel Filipe Gaspar (056.\*\*\*-83)  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cmp.sc.gov.br/ceer> e informe o código: 2201041307562ED11

**PORTARIA Nº 002/2022**

Publicação Nº 3520885

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA****PORTARIA Nº 0002, 04 DE JANEIRO DE 2022***Nomeia Diretor para o Setor de Licitações*

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC**, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, e

Considerando a Lei Complementar n. 145, de 18 de Outubro de 2013, bem como, a Lei Complementar n. 315 de 03 de Janeiro de 2022, que a alterou, resolve,

**DETERMINAR ATRIBUIÇÕES E NOMEAR:**

**Art. 1º** - Fica **NOMEADA** na função gratificada de Diretora do Setor de Licitações, a servidora efetiva **ALINE HILLESHEIM**, lhe competindo as atribuições definidas no art. 16, I da LC 145/2013 (alterada pela LC n. 315 de 03 de Janeiro de 2022), bem como, as atribuições específicas determinadas nesta Portaria.

**Art. 2º** - Fica determinado como atribuições específicas da função gratificada de Diretor do Setor de Licitações, o seguinte rol:

- I - dirigir, conjuntamente com a Comissão Permanente de Licitação, as licitações que forem realizadas por esta Casa Legislativa;
- II - verificar, conferir e rubricar todos os processos licitatórios;
- III - ser responsável solidário com a Comissão Permanente de Licitação, no tocante a escolha de modalidades e demais procedimentos dos processos licitatórios;
- IV - iniciar e dirigir os processos de aditivo prorrogação de prazo contratual e/ou valores, até a assinatura do termo por ambas as partes;
- V - autuar e dirigir os processos de pedido de repactuação/reajuste de valores, até a assinatura do termo por ambas as partes;
- VI - demais funções a serem delegadas verbal ou por escrito, pela Presidência.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

**JOEL FILIPE GASPAR**  
Presidente



Rua Joci José Martins, 101 - CEP: 88132-901, Loteamento Pagani,  
Palhoça/SC

Fone: +55 (48) 99188-3981 - E-mail: [camarapalhoca@cmp.sc.gov.br](mailto:camarapalhoca@cmp.sc.gov.br)

Página 1/1

[www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br)

Documento assinado digitalmente por Joel Filipe Gaspar (056.\*\*\*-83)  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cmp.sc.gov.br/ver> e informe o código: 220104153742F9811

**PORTARIA Nº 003/2022**

Publicação Nº 3520890

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA****PORTARIA Nº 0003, 04 DE JANEIRO DE 2022***Nomeia motorista exclusivo da Presidência*

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC**, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa,

*Considerando a Lei Complementar n. 145, de 18 de Outubro de 2013, bem como, a Lei Complementar n. 315 de 03 de Janeiro de 2022, que a alterou, resolve,*

**DETERMINAR ATRIBUIÇÕES E NOMEAR:**

**Art. 1º** Fica **NOMEADO** na função gratificada de Motorista Exclusivo da Presidência, o servidor **CLEBER DA SILVA**, lhe competindo as atribuições definidas no art. 16, IV da LC 145/2013, (alterada pela LC n. 315 de 03 de Janeiro de 2022), bem como, demais funções a serem delegadas verbal ou por escrito, pela Presidência.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

**JOEL FILIPE GASPAR**  
Presidente



Rua Joci José Martins, 101 - CEP: 88132-901, Loteamento Pagani,  
Palhoça/SC

Fone: +55 (48) 99188-3981 - E-mail: [camarapalhoca@cmp.sc.gov.br](mailto:camarapalhoca@cmp.sc.gov.br)

Página 1/1

[www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br)

Documento assinado digitalmente por Joel Filipe Gaspar (056.\*\*\*-83)  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cmp.sc.gov.br/ver> e informe o código: 220104153821CFC11

**PORTARIA Nº 004/2022**

Publicação Nº 3520896

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA****PORTARIA Nº 0004, 04 DE JANEIRO DE 2022***Nomeia Comissão de Licitação e Pregão.*

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC**, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica nomeada a Comissão de Licitação e Pregão, conforme previsto no art. 16, §3º da Lei Complementar n. 145 de 2013, (alterada pela LC n. 315 de 03 de Janeiro de 2022), com a seguinte composição:

**I - São os membros TITULARES:**

- a) DELEON DE SOUSA – Pregoeiro;
- b) MARCIANO NICOLAU DE MATOS – Membro;
- c) RICARDO VIEIRA – Membro.

**II - São os membros SUPLENTEs:**

- a) CLAUDIO DE BRITO MERTENS;
- b) JEAN PIERRE PATZLAFF.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

**JOEL FILIPE GASPAR**  
Presidente



Rua Joci José Martins, 101 - CEP: 88132-901, Loteamento Pagani,  
Palhoça/SC

Fone: +55 (48) 99188-3981 - E-mail: [camarapalhoca@cmp.sc.gov.br](mailto:camarapalhoca@cmp.sc.gov.br)

Página 1/1

[www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br)

Documento assinado digitalmente por Joel Filipe Gaspar (056.\*\*\*-83)  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cmp.sc.gov.br/ver> e informe o código: 220104153900C5911

**PORTARIA Nº 005/2022**

Publicação Nº 3520907

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA****PORTARIA Nº 0005, 04 DE JANEIRO DE 2022***Nomeia Diretor para o Setor de Expediente*

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC**, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, e

Considerando a Lei Complementar n. 145, de 18 de Outubro de 2013, bem como, a Lei Complementar n. 315 de 03 de Janeiro de 2022, que a alterou, resolve,

**DETERMINAR ATRIBUIÇÕES E NOMEAR:**

**Art. 1º** - Fica **NOMEADA** na função gratificada de Diretora do Setor de Expediente, a servidora efetiva **MARCIANE LOHN**, lhe competindo as atribuições definidas no art. 16, I da LC 145/2013, (alterada pela LC n. 315 de 03 de Janeiro de 2022), bem como, as atribuições específicas determinadas nesta Portaria.

**Art. 2º** - Fica determinado como atribuições específicas da função gratificada de Diretor do Setor de Expediente, o seguinte rol:

- I - dirigir, supervisionar e coordenar as atividades legislativas, organizando o andamento dos projetos e demais proposições protocoladas;
- II - dirigir o trâmite do processo legislativo, junto ao sistema eletrônico;
- III - Abrir e acompanhar chamados (tickets) junto a empresa de sistema eletrônico sempre que necessário;
- IV - dirigir e supervisionar todo e qualquer protocolo referente ao processo legislativo;
- V - despachar a pauta com o Presidente da Casa;
- VI - fazer cumprir pelo setor demais atividades que venham a ser delegadas pela Presidência.
- VII - demais funções a serem delegadas verbal ou por escrito, pela Presidência.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

**JOEL FILIPE GASPAR**  
Presidente



Rua Joci José Martins, 101 - CEP: 88132-901, Loteamento Pagani,  
Palhoça/SC

Fone: +55 (48) 99188-3981 - E-mail: [camarapalhoca@cmp.sc.gov.br](mailto:camarapalhoca@cmp.sc.gov.br)

Página 1/1

[www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br)

Documento assinado digitalmente por Joel Filipe Gaspar (056.\*\*\*-83)  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cmp.sc.gov.br/ver> e informe o código: 22010415422500411

**PORTARIA Nº 006/2022**

Publicação Nº 3520914

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA****PORTARIA Nº 0006, 04 DE JANEIRO DE 2022***Nomeia Diretor para o Setor de Recursos Humanos*

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC**, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, e

Considerando a Lei Complementar n. 145, de 18 de Outubro de 2013, bem como, a Lei Complementar n. 315 de 03 de Janeiro de 2022, que a alterou, resolve,

**DETERMINAR ATRIBUIÇÕES E NOMEAR:**

**Art. 1º** - Fica **NOMEADA** na função gratificada de Diretora do Setor de Recursos Humanos, a servidora efetiva **MARIA JOSÉ DA SILVA SCHUTZ**, lhe competindo as atribuições definidas no art. 16, I da LC 145/2013, (alterada pela Lei Complementar n. 315 de 03 de Janeiro de 2022), bem como, as atribuições específicas determinadas nesta Portaria.

**Art. 2º** - Fica determinado como atribuições específicas da função gratificada de Diretor do Setor de Recursos Humanos, o seguinte rol:

- I - a autuação, organização e guarda de registro de pasta funcional e individual dos servidores;
- II - a autuação, conferência de documentação, organização e guarda de registro de pasta funcional e individual dos Vereadores, bem como, dos suplentes que vierem a assumir;
- III - o registro e a atualização do cadastros dos Vereadores, suplentes e servidores junto ao sistema administrativo;
- IV - a elaboração, conferência e liquidação das folhas de pagamentos dos Vereadores e servidores;
- V - dirigir e supervisionar a elaboração e entrega do relatório e-Social;
- VI - o fornecimento dos dados financeiros e funcionais à confecção de pagamentos;
- VII - demais funções a serem delegadas verbal ou por escrito, pela Presidência.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

**JOEL FILIPE GASPAR**  
Presidente



Rua Joci José Martins, 101 - CEP: 88132-901, Loteamento Pagani,  
Palhoça/SC

Fone: +55 (48) 99188-3981 - E-mail: [camarapalhoca@cmp.sc.gov.br](mailto:camarapalhoca@cmp.sc.gov.br)

Página 1/1

[www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br)

Documento assinado digitalmente por Joel Filipe Gaspar (056.\*\*\*-83)  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cmp.sc.gov.br/ver> e informe o código: 22010415395176411



**PORTARIA Nº 007/2022**

Publicação Nº 3520924

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA****PORTARIA Nº 0007, 04 DE JANEIRO DE 2022***Nomeia Gerente para o Setor de Recursos Humanos*

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC**, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, e

Considerando a Lei Complementar n. 145, de 18 de Outubro de 2013, bem como, a Lei Complementar n. 315 de 03 de Janeiro de 2022, que a alterou, resolve,

**DETERMINAR ATRIBUIÇÕES E NOMEAR:**

**Art. 1º** - Fica **NOMEADA** na função gratificada de Gerente do Setor de Recursos Humanos, a servidora efetiva **FERNANDA HAEMING CARVALHO PEREIRA**, lhe competindo as atribuições definidas no art. 16, II da LC 145/2013, (alterada pela Lei Complementar n. 315 de 03 de Janeiro de 2022), bem como, as atribuições específicas determinadas nesta Portaria.

**Art. 2º** - Fica determinado como atribuições específicas, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 16, da LC 145/2013, (alterada pela Lei Complementar n. 315 de 03 de Janeiro de 2022), a gerência referente ao sistema de ponto, lhe sendo atribuído o seguinte rol:

- I - Fiscalizar o controle de ponto;
- II - Revisar as folhas ponto, cientificando Presidência e Controle Interno quando necessários;
- III - Repassar relatório ao Diretor de RH, contendo horas faltantes dos servidores;
- IV - Dirigir e supervisionar o controle de folga por banco de horas ou férias autorizados pela chefia imediata;
- V - Dirigir e supervisionar o visto da chefia imediata e dos servidores na folha ponto, bem como, seu arquivo;
- VI - Sugerir e elaborar melhorias para o controle de ponto;
- VII - Responder junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- VIII - Demais funções a serem delegadas verbal ou por escrito, pela Presidência.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

**JOEL FILIPE GASPAR**  
Presidente



Rua Joci José Martins, 101 - CEP: 88132-901, Loteamento Pagani,  
Palhoça/SC

Fone: +55 (48) 99188-3981 - E-mail: [camarapalhoca@cmp.sc.gov.br](mailto:camarapalhoca@cmp.sc.gov.br)

Página 1/2

[www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br)

Documento assinado digitalmente por Joel Filipe Gaspar (056.\*\*\*-83)  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cmp.sc.gov.br/ver> e informe o código: 220104154038EA311



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA**



Rua Joci José Martins, 101 - CEP: 88132-901, Loteamento Pagani,  
Palhoça/SC

Fone: +55 (48) 99188-3981 - E-mail: [camarapalhoca@cmp.sc.gov.br](mailto:camarapalhoca@cmp.sc.gov.br)

Página 2/2

[www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br)

Documento assinado digitalmente por Joel Filipe Gaspar (056.\*\*\*.\*\*\*-83)  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cmp.sc.gov.br/ver> e informe o código: 220104154038EA311

**PORTARIA Nº 008/2022**

Publicação Nº 3520933

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA****PORTARIA Nº 0008, 04 DE JANEIRO DE 2022***Nomeia Gerente para o Setor de Compras*

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC**, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, e

Considerando a Lei Complementar n. 145, de 18 de Outubro de 2013, bem como, a Lei Complementar n. 315 de 03 de Janeiro de 2022, que a alterou, resolve,

**DETERMINAR ATRIBUIÇÕES E NOMEAR:**

**Art. 1º** - Fica **NOMEADA** na função gratificada de Gerente do Setor de Compras, a servidora efetiva **IVANETE CLARICE MARTINS**, lhe competindo as atribuições definidas no art. 16, II da LC 145/2013, (alterada pela Lei Complementar n. 315 de 03 de Janeiro de 2022), bem como, as atribuições específicas determinadas nesta Portaria.

**Art. 2º**. – Fica determinado como atribuições específicas da função gratificada de Gerente do Setor de Compras, o seguinte rol:

- I - Receber e dirigir os pedidos de compra direta da Presidência ou da Direção Geral;
- II - Controlar, promover e organizar os pedidos de compras direta, em relação ao saldo das dotações orçamentárias;
- III - Gerar as ordens de compra e envio ao fornecedor, das compras diretas solicitadas pela Presidência ou Direção Geral;
- IV - Gerar as ordens de compra advindas do setor de licitações, tais como, compras através de processo licitatório, aditivo de valores, repactuação/reajuste, entre outros;
- V - Autuar e gerir o processamento de compra direta através de contrato anual, até sua assinatura, publicação e arquivo;
- VI - Receber, gerir e controlar as atas de registro de preço, gerando as devidas ordens de compra quando solicitadas pela Presidência ou Direção Geral;
- VII - Publicar todos os atos finalizados pelo setor de compras, como contratos, termos de aditivos, repactuações/reajuste, entre outros.
- VIII - Demais funções a serem delegadas verbal ou por escrito, pela Presidência.

**Art. 3º**. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

**JOEL FILIPE GASPAS**

Rua Joci José Martins, 101 - CEP: 88132-901, Loteamento Pagani,  
Palhoça/SC

Fone: +55 (48) 99188-3981 - E-mail: [camarapalhoca@cmp.sc.gov.br](mailto:camarapalhoca@cmp.sc.gov.br)

Página 1/2

[www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br)

Documento assinado digitalmente por Joel Filipe Gaspar (056.\*\*\*-83)  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cmp.sc.gov.br/ver> e informe o código: 22010415413441F11



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA**

**Presidente**



Rua Joci José Martins, 101 - CEP: 88132-901, Loteamento Pagani,  
Palhoça/SC

Fone: +55 (48) 99188-3981 - E-mail: [camarapalhoca@cmp.sc.gov.br](mailto:camarapalhoca@cmp.sc.gov.br)

Página 2/2

[www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br)

Documento assinado digitalmente por Joel Filipe Gaspar (056.\*\*\*.\*\*\*-83)  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cmp.sc.gov.br/ver> e informe o código: 22010415413441F11

# Palma Sola

## PREFEITURA

### DECRETO 001/2022

Publicação Nº 3520520

Decreto 001/2022 de 03 de janeiro de 2022.

Atualiza o valor da UFRM em conformidade com o Art. 1º, da Lei Complementar 058/2021, de 06 de outubro de 2021, que alterou o Art. 107 da Lei Complementar n. 002/2002, de 18 de dezembro de 2002 e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do município,

Decreta:

Art. 1º. Fica atualizada a expressão monetária UFRM com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), para vigência a partir do primeiro dia do ano de 2022.

Art. 2º. A expressão monetária UFRM, passa a vigorar com uma atualização de 10,74% (dez vírgula setenta e quatro por cento), constituindo um valor real de R\$ 417,30 (quatrocentos e dezessete reais e trinta centavos).

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2022.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 03 de janeiro de 2022.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº . 005 - PICCOLI

Publicação Nº 3519935

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 05 - AO CONTRATO Nº. 112/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: IVAN PICCOLI,

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL

VALOR MENSAL R\$: 1.605,73

VALOR TOTAL R\$: 19.268,76

INICIO DA VIGÊNCIA: 03/01/2022

FIM DA VIGÊNCIA: 31/12/2022

Palma Sola, SC, 23 de dezembro de 2021

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001 - BIGGER**

Publicação Nº 3519921

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 027/2021  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: CRISTIANO BIEGER

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPORTIVOS NA MODALIDADE DE FUTSAL.

VALOR MENSAL R\$: 4.030,89

VALOR TOTAL R\$: 48.370,68

INICIO DA VIGÊNCIA: 03/01/2022

FIM DA VIGÊNCIA: 31/12/2022

Palma Sola, SC, 23 de dezembro de 2021

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001 - ROSANE**

Publicação Nº 3519923

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 026/2021  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: ROSANE FÁTIMA GOETZ DALLE LASTE

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPORTIVOS NA MODALIDADE DE HANDEBOL

VALOR MENSAL R\$: 4.030,89

VALOR TOTAL R\$: 48.370,68

INICIO DA VIGÊNCIA: 03/01/2022

FIM DA VIGÊNCIA: 31/12/2022

Palma Sola, SC, 23 de dezembro de 2021

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 002 - APAE**

Publicação Nº 3519918

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 02 - AO CONTRATO (termo de fomento nº. 001/2020)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMA SOLA" (APAE)

OBJETO: Manutenção do repasse financeiro para o atendimento de pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, bem como alimentação, manutenção da Instituição com materiais de expediente, didático, pedagógico e utensílios em geral.

VALOR MENSAL R\$: 13.322,82

VALOR TOTAL R\$: 159.873,84

INICIO DA VIGÊNCIA: 03/01/2022

FIM DA VIGÊNCIA: 31/12/2022

Palma Sola, SC, 23 de dezembro de 2021

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 003 - SETI**

Publicação Nº 3519928

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 026/2021  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: SETI SEGURANÇA E TECNOLOGIA NA INTERNET LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA, SOFTWARE DE FIREWALL.  
VALOR MENSAL R\$: 675,85

VALOR TOTAL R\$: 8.110,20

INICIO DA VIGÊNCIA: 03/01/2022

FIM DA VIGÊNCIA: 31/12/2022

Palma Sola, SC, 23 de dezembro de 2021

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DOS CONTRATOS Nº. 001 E 002/2022 - CONDER**

Publicação Nº 3519948

CONTRATO Nº. 001/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 001/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2022  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER

OBJETO: RATEAR AS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

VALOR MENSAL: 1. 416,04  
VALOR TOTAL R\$: 16.992,48  
INICIO DA VIGÊNCIA: 04/01/2022

FIM DA VIGÊNCIA: 31/12/2022

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

CONTRATO Nº. 002/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 002/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2022  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER

OBJETO: RATEAR AS DESPESAS NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA GESTÃO AMBIENTAL

VALOR MENSAL: 3.143,00  
VALOR TOTAL R\$: 37.716,00  
INICIO DA VIGÊNCIA: 04/01/2022



FIM DA VIGÊNCIA: 31/12/2022

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 02 2022 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR**

Publicação Nº 3521015

**PORTARIA Nº 02/22, DE 04 DE JANEIRO DE 2022****CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PALMA SOLA**, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o inciso II, do artigo 37 da Constituição federal, combinado com o inciso XVIII, do artigo 39 do Regimento Interno desta Câmara,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Sr. **CLETO ANDRÉ MARODIN**, Assessor Jurídico, Nível CPE 10, conforme Resolução nº 001/2006, de 17 de outubro de 2006, com 10 horas semanais, referentes aos períodos de trabalho de 01/11/2019 à 31/10/2020, que será usufruída de 10/01/2022 até 30/01/2022, tendo o mesmo 20 (vinte) dias de gozo e 1/3 (um terço) convertido em pecúnia, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 106, da Lei nº 909/91, no período de 31/01/2022 à 09/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Palma Sola, em 04 de janeiro de 2022.

**CLAIR JOSÉ MUNARO**  
Presidente da Mesa Diretora

**PUBLICADO E REGISTRADO:**  
Em 04 de Janeiro de 2022.

**ROSALINO SIQUEIRA**  
1º Secretário da Mesa Diretora

**PORTARIA 01 2022 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR**

Publicação Nº 3520979

**PORTARIA Nº 01/22, DE 04 DE JANEIRO DE 2022****CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PALMA SOLA**, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o inciso II, do artigo 37 da Constituição federal, combinado com o inciso XVIII, do artigo 39 do Regimento Interno desta Câmara,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Férias a Sra. **MARIA EDUARDA BALBOENA LUNKES**, Agente Administrativo, CBO nº 351105, com 40 horas semanais, referentes aos períodos de trabalho de 21/01/2020 à 20/01/2021, que será usufruída de 10/01/2022 até 30/01/2022, tendo a mesma 20 (vinte) dias de gozo e 1/3 (um terço) convertido em pecúnia, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 106, da Lei nº 909/91, no período de 31/01/2022 à 09/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Palma Sola, em 04 de janeiro de 2022.

CLAIR JOSÉ MUNARO  
Presidente da Mesa Diretora

PUBLICADO E REGISTRADO:  
Em 04 de Janeiro de 2022.

ROSALINO SIQUEIRA  
1º Secretário da Mesa Diretora

# Palmeira

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 0069 FÉRIAS CLAUDETE APARECIDA DA COSTA

Publicação Nº 3521284

PORTARIA Nº 0069/2022

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, CLAUDETE APARECIDA DA COSTA, brasileira, portadora do CPF de nº 828.908.469-20, ocupante do cargo EFETIVO de ZELADOR, lotado na Secretaria de Obras, referente ao período aquisitivo de 01/09/2020 a 31/08/2021 no período de 10/01/2022 a 08/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 09/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

### PORTARIA Nº 0070 FÉRIAS MARIA MADALENA DE OLIVEIRA

Publicação Nº 3521285

PORTARIA Nº 0070/2022

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, brasileira, portadora do CPF de nº 049.289.589-93, ocupante do cargo EFETIVO de ZELADOR, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/09/2020 a 31/08/2021 no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 02/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

**PORTARIA Nº 0071 FÉRIAS LUCINDA RIBEIRO DE ANDRADE**

Publicação Nº 3521286

PORTARIA Nº 0071/2022

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, LUCINDA RIBEIRO DE ANDRADE, brasileira, portadora do CPF de nº 032.454.799-48, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 05/05/2020 a 04/05/2021 no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 02/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

**PORTARIA Nº 0072 FÉRIAS VALDIRENE CARNEIRO DE MARAFIGO SCHLICHTING**

Publicação Nº 3521287

PORTARIA Nº 0072/2022

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, VALDIRENE CARNEIRO DE MARAFIGO SCHLICHTING, brasileira, portadora do CPF de nº 767.508.509-44, ocupante do cargo EFETIVO de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 19/04/2020 a 18/04/2021 no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 02/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

**PORTARIA Nº 0073 FÉRIAS DILAIR RODRIGUES DA SILVA**

Publicação Nº 3521288

PORTARIA Nº 0073/2022

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, DILAIR RODRIGUES DA SILVA, brasileira, portadora do CPF de nº 075.310.129-79, ocupante do cargo COMISSIONADO de ASSESSOR DE SERVIÇOS EXTERNOS, lotado na Secretaria de Administração, referente ao período aquisitivo de 01/02/2020 a 31/01/2021 no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 02/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

### **PORTARIA Nº 0074 FÉRIAS ANA PAULA DE ANDRADE**

Publicação Nº 3521289

PORTARIA Nº 0074/2022

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, ANA PAULA DE ANDRADE, brasileira, portadora do CPF de nº 064.648.169-00, ocupante do cargo COMISSIONADO de DIRETOR DE FARMÁCIA, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 02/01/2020 a 01/01/2021 no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 02/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

### **PORTARIA Nº 0075 FÉRIAS CLEONICE MARCELINO**

Publicação Nº 3521290

PORTARIA Nº 0075/2022

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, CLEONICE MARCELINO, brasileira, portadora do CPF de nº 067.516.319-60, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 04/01/2021 a 03/01/2022 no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 02/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

## **PORTARIA Nº 0076 FÉRIAS CÍNTIA EGER SÁ**

Publicação Nº 3521291

PORTARIA Nº 0076/2022

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, CÍNTIA EGER SÁ, brasileira, portadora do CPF de nº 050.794.569-73, ocupante do cargo EFETIVO de TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 13/07/2020 a 12/07/2021 no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 02/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

## **PORTARIA Nº 0077 FÉRIAS CRISTIANA ALMEIDA ARAULO DE ANDRADE**

Publicação Nº 3521292

PORTARIA Nº 0077/2022

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, CRISTIANA ALMEIDA ARAULO DE ANDRADE, brasileira, portadora do CPF de nº 042.141.759-56, ocupante do cargo EFETIVO de ZELADOR, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 09/04/2020 a 08/04/2021 no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 02/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal



Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

**PORTARIA Nº 0078 FÉRIAS MARCOS AURÉLIO VALENTE DOS SANTOS**

Publicação Nº 3521293

PORTARIA Nº 0078/2022

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias ao servidor, MARCOS AURÉLIO VALENTE DOS SANTOS, brasileiro, portador do CPF de nº 023.232.829-30, ocupante do cargo EFETIVO de MOTORISTA, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 12/02/2020 a 11/02/2021 no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 02/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

**PORTARIA Nº 0079 FÉRIAS PAULO CESAR ACHCAR JUNIOR**

Publicação Nº 3521294

PORTARIA Nº 0079/2022

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias ao servidor, PAULO CESAR ACHCAR JUNIOR, brasileiro, portador do CPF de nº 043.129.189-61, ocupante do cargo EFETIVO de FISIOTERAPEUTA, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 08/02/2020 a 07/02/2021 no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 02/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

**PORTARIA Nº 0080 FÉRIAS DIEGO ARNUTI DUARTE**

Publicação Nº 3521295

PORTARIA Nº 0080/2022

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias ao servidor, DIEGO ARNUTI DUARTE, brasileiro, portador do CPF de nº 757.352.700-44, ocupante do cargo EFETIVO de ODONTÓLOGO, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 10/02/2020 a 09/02/2021 no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 02/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

**PORTARIA Nº 0081 FÉRIAS KELVIN GANDIN FARIAS**

Publicação Nº 3521296

PORTARIA Nº 0081/2022

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias ao servidor, KELVIN GANDIN FARIAS, brasileiro, portador do CPF de nº 099.535.389-13, ocupante do cargo CO-MISSIONADO de SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS, lotado na Secretaria de Finanças, referente ao período aquisitivo de 02/01/2021 a 01/01/2022 no período de 10/01/2022 a 08/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 09/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

**PORTARIA Nº 0082 FÉRIAS APARECIDA CARBONERA DE LIMA**

Publicação Nº 3521297

PORTARIA Nº 0082/2022

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, APARECIDA CARBONERA DE LIMA, brasileira, portadora do CPF de nº 023.410.379-50, ocupante do cargo EFETIVO de MOTORISTA, lotado na Secretaria de Administração, referente ao período aquisitivo de 09/03/2020 a 08/03/2021 no período de 10/01/2022 a 08/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 09/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

### **PORTARIA Nº 0083 FÉRIAS CASSIANA SARDA DE SOUZA OLIVEIRA**

Publicação Nº 3521298

PORTARIA Nº 0083/2022

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, CASSIANA SARDA DE SOUZA OLIVEIRA, brasileira, portadora do CPF de nº 005.618.819-60, ocupante do cargo EFETIVO de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotado na Secretaria de Administração, referente ao período aquisitivo de 03/09/2020 a 02/09/2021 no período de 10/01/2022 a 08/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 09/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

### **PORTARIA Nº 0084 FÉRIAS GISELLE DEFREYN DE ANDRADE**

Publicação Nº 3521299

PORTARIA Nº 0084/2022

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, GISELLE DEFREYN DE ANDRADE, brasileira, portadora do CPF de nº 053.509.429-99, ocupante do cargo EFETIVO de TELEFONISTA, lotado na Secretaria de Administração, referente ao período aquisitivo de 01/02/2020 a 31/01/2021 no período de 10/01/2022 a 08/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 09/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

#### **PORTARIA Nº 0085 FÉRIAS LUCIANA SANDRI XAVIER DE ANDRADE**

Publicação Nº 3521300

PORTARIA Nº 0085/2022

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, LUCIANA SANDRI XAVIER DE ANDRADE, brasileira, portadora do CPF de nº 046.823.699-62, ocupante do cargo EFETIVO de MERENDEIRA, lotado na Secretaria de Administração, referente ao período aquisitivo de 25/04/2020 a 24/04/2021 no período de 10/01/2022 a 08/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 09/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

#### **PORTARIA Nº 0086 FÉRIAS NEIDE LOURENÇO DE SOUZA**

Publicação Nº 3521301

PORTARIA Nº 0086/2022

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, NEIDE LOURENÇO DE SOUZA, brasileira, portadora do CPF de nº 039.760.319-33, ocupante do cargo EFETIVO de ZELADOR, lotado na Secretaria de Administração, referente ao período aquisitivo de 17/02/2020 a 16/02/2021 no período de 10/01/2022 a 08/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 09/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

**PORTARIA Nº 0087 FÉRIAS PAULO HEPSEN**

Publicação Nº 3521302

PORTARIA Nº 0087/2022

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias ao servidor, PAULO HEPSEN, brasileiro, portador do CPF de nº 789.943.909-44, ocupante do cargo EFETIVO de CARPINTEIRO, lotado na Secretaria de Obras, referente ao período aquisitivo de 12/09/2020 a 11/09/2021 no período de 10/01/2022 a 08/02/2022, com retorno ao seu trabalho no dia 09/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de janeiro de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de janeiro de 2022.

# Paraíso

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº01/2022

Publicação Nº 3520773

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3775E1AF39DCEE166FEF2925E5BD81929B0ECE88

**MUNICÍPIO DE PARAÍSO**

Compras e Contratos

Aviso de Licitação

Pág 1 / 1

Ano - Minuta - Licitação: 2022 Número - Minuta - Licitação: 1 Entidade - Processo Administrativo -  
Minuta - Licitação: 2176 Aviso de Licitação(1618) - Sequência: 1

<b>AVISO DE LICITAÇÃO</b>	Dispensa de Licitação - 1/2022
	Processo Administrativo: 1/2022

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A comissão de Licitação da MUNICÍPIO DE PARAÍSO, nomeada pelo(a) Decreto - 2470/2021, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 3 de janeiro de 2022, às horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO, Rua Alcides Zanin, Nº 593, Centro - Paraíso/SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 1/2022, na modalidade de Dispensa de Licitação.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.

**Finalidade:**

LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, PARA O FUNCIONAMENTO DO SETOR DE ESPORTES E TAMBÉM SALA E LABORATÓRIO PARA A MÉDICA VETERINÁRIA DE PARAÍSO/SC.

Paraíso - SC, 3 de janeiro de 2022

CLADES DIESEL KONZEN  
Presidente

**AVISO DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº01/2022**

Publicação Nº 3521268

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C778CA2717C514CC067E930E59CAAF6FF0A5F2B7

**MUNICÍPIO DE PARAÍSO**

Compras e Contratos

Aviso de Licitação

Pág 1 / 1

Ano - Minuta - Licitação: 2022 Número - Minuta - Licitação: 2 Entidade - Processo Administrativo -  
Minuta - Licitação: 2176 Aviso de Licitação(1618) - Sequência: 1

<b>AVISO DE LICITAÇÃO</b>	Inexigibilidade - 1/2022
	Processo Administrativo: 2/2022

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A comissão de Licitação da MUNICÍPIO DE PARAÍSO, nomeada pelo(a) TEXTO JURÍDICO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NÃO CADASTRADO., no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 3 de janeiro de 2022, às horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO, Rua Alcides Zanin, Nº 593, Centro - Paraíso/SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 1/2022, na modalidade de Inexigibilidade.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.

**Finalidade:**

CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A BANDA FLAVIO DALCIN E BANDA OURO REPRESENTADO PELA EMPRESA FLAVIO DALCIN EIRELI CNPJ: 36.671.381/0001-88, PARA PROGRAMAÇÃO ALUSIVA DO 30º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, A SER REALIZADO NO DIA 08 DE JANEIRO DE 2022.

Paraíso - SC, 3 de janeiro de 2022



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº01/2022**

Publicação Nº 3520788

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2B7B96310928AB4A2300773E906E8220C8F92FB0

**MUNICÍPIO DE PARAÍSO**

Compras e Contratos

Pág 1 / 1

Termo Homologação - Termo de Homologação- Paraíso

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2176 Ano - Minuta - Licitação: 2022 Número -  
Minuta - Licitação: 1 códigoCliente: 2176 anoMinuta: 2022 cotaCredenciamento: Não**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Dispensa de Licitação  
Para Contratação de Serviços  
1/2022  
Processo Administrativo: 1/2022**

Ao Sr(a). tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 2470/2021.

**Homologo**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa de Licitação nº. 1/2022, o(s) participante(s):

18503 - ISOLDI TEREZINHA KONZEN						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, PARA O FUNCIONAMENTO DO SETOR DE ESPORTES E TAMBÉM SALA E LABORATÓRIO PARA A MÉDICA VETERINÁRIA.	MES		24	R\$500,00	R\$12.000,00
Total do Fornecedor:						R\$12.000,00

Paraíso, 3 de janeiro de 2022.

---

MARLENE FURLAN GIACOMINI  
Prefeita Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº01/2022**

Publicação Nº 3521269

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4143A0FB10E3C5EDA29840073F706DBD6279C378

**MUNICÍPIO DE PARAÍSO**

Compras e Contratos

Pág 1 / 1

Termo Homologação - Termo de Homologação- Paraíso

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2176 Ano - Minuta - Licitação: 2022 Número -  
Minuta - Licitação: 2 códigoCliente: 2176 anoMinuta: 2022 cotaCredenciamento: Não**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Inexigibilidade  
Para Contratação de Serviços  
1/2022  
Processo Administrativo: 2/2022**

Ao Sr(a), tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela TEXTO JURÍDICO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NÃO CADASTRADO..

**Homologo**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Inexigibilidade nº. 1/2022, o(s) participante(s):

**115509 - FLAVIO DANCIN EIRELI**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇO ESPECIALIZADO CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO DESTINADA A PROGRAMAÇÃO ALUSIVA AS COMEMORAÇÕES DO 30º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO PARAÍSO/SC.	SERVIÇO		1	R\$12.000,00	R\$12.000,00
Total do Fornecedor:						R\$12.000,00

Paraíso, 3 de janeiro de 2022.

MARLENE FURLAN GIACOMINI  
Prefeita Municipal

**CONTRATO N°01/2022**

Publicação N° 3520820

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B87907E84E576B9C679265990F5AC5BFF133D60D

Contrato N° : 1/2022

Contratante : MUNICÍPIO DE PARAÍSO

Contratada : ISOLDI TEREZINHA KONZEN

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2022

Objeto : LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, PARA O FUNCIONAMENTO DO SETOR DE ESPORTES E TAMBÉM SALA E LABORATÓRIO PARA A MÉDICA VETERINÁRIA DE PARAÍSO/SC.

Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 31/12/2022

Assinatura : 03/01/2022

Valor R\$: 12.000,00 (Doze Mil Reais )

Dotação : 24 - 03.001.2009.3339039990000000000.01000000

Dotação : 115 - 07.001.2038.3339039990000000000.01000000

FISCAL: EUNICE ADRIANA BACIN

**CONTRATO N°01/2022-FMS**

Publicação N° 3521204

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 24CB6A6E47A9616FF5F2C523CE3D4FF5CD8B3BAC

Contrato N° : 1/2022

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO

Contratada : LR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME

Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 1/2021

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ÁREA DA SAÚDE, ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS TREINAMENTOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO SUS OU PARA TÉCNICOS, CONFEÇÃO E ENVIO DE RELATÓRIO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE (EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC.

Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 31/12/2022

Assinatura : 03/01/2022

Valor R\$: 44.400,00 (Quarenta e Quatro Mil e Quatrocentos Reais )

Dotação : 159 - 10.001.2045.3339039050000000000.01670070

FISCAL: VALDECIR SILVEIRA MENEGAIS

**CONTRATO N°02/2022**

Publicação N° 3520971

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 33A0FB6DD2C244F8DBD03F55D9CE32C64789CA15

Contrato N° : 2/2022

Contratante : MUNICÍPIO DE PARAÍSO

Contratada : PARAISO SERVIÇOS RURAIS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 55/2021

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATOR PNEUMÁTICO TRAÇADO, DE NO MÍNIMO 75CV, COM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSOLAGEM, GOBEAÇÃO, ENLEIRADOR, LIMPEZA E CONFEÇÃO DE SILAGEM, PARA ATENDIMENTO AS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC, DE ACORDO COM AS LEIS MUNICIPAIS N° 1.123/2009.

Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 31/12/2022

Assinatura : 03/01/2022

Valor R\$: 868.480,00 (Oitocentos e Sessenta e Oito Mil e Quatrocentos e Oitenta Reais )

FISCAL: VALNEI ANTÔNIO TRENTIN

**CONTRATO N°03/2022**

Publicação N° 3521270

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 03B6A9F6B4BEEAC1E908FD79ECB6CA4B36189816

Contrato N° : 3/2022

Contratante : MUNICÍPIO DE PARAÍSO

Contratada : FLAVIO DANCIN EIRELI

Licitação : Inexigibilidade 1/2022

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A BANDA FLAVIO DALCIN E BANDA OURO REPRESENTADO PELA EMPRESA FLAVIO

DALCIN EIRELI CNPJ: 36.671.381/0001-88, PARA PROGRAMAÇÃO ALUSIVA DO 30º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, A SER REALIZADO NO DIA 08 DE JANEIRO DE 2022.

Vigência : Início: 03/01/2022 Término: 31/01/2022

Assinatura : 03/01/2022

Valor R\$ : 12.000,00 (Doze Mil Reais )

Dotação : 75 - 04.005.2026.3339039230000000000.01000000

FISCAL: GILCI KRUMMENAUER MORESCO

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### TERMO 01 DO CONTRATO 011/2021/FMS

Publicação Nº 3520624

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C6933AD5B93F9FDAA1A1841381463555C9C5F4C3



#### ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

#### TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 011/2021/FMS

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 011/2021/FMS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES** E A EMPRESA **EAGLE CARE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA**

O **MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Mampituba, nº 08 - Centro - Passo de Torres - SC, CNPJ nº 11.634.881/0001-19, e de outro lado a **EAGLE CARE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA**, estabelecida na Avenida Unisinos Nº 950, setor Unitec 2, sala 114, bairro Cristo Rei, São Leopoldo RS, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 36.765.011/0001-00, tem entre si justo e avençado, e celebram o presente Termo Aditivo, tendo em vista o contido nos autos do Processo Licitatório nº 011/2021/FMS, sujeitando as partes as Normas da Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, de acordo com as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

#### Cláusula Primeira – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, com novo vencimento previsto para 30/12/2022.

#### Cláusula segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas no Exercício de 2022.

#### Cláusula terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Passo de Torres/SC, 28 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_  
**Valmir Augusto Rodrigues**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**EAGLE CARE SERV. TECNOLOGIA LTDA**  
**CONTRATADA**

**TERMO ADITIVO 01 DO CONTRATO 012/2021/FMS**

Publicação Nº 3520408

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 653B75A39C832D48CD619F5DC2B4CB3BD156C447

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES****TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 012/2021/FMS**

**TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 012/2021/FMS,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE  
SAÚDE DE PASSO DE TORRES E A EMPRESA  
LABORATÓRIO BAUER LTDA - ME**

O **MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Mampituba, nº 08 - Centro - Passo de Torres - SC, CNPJ nº 11.634.881/0001-19, e de outro lado a empresa **LABORATÓRIO BAUER LTDA - ME**, CNPJ/MF nº 18.204.932/0001-11, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 109, Sala 02, Centro, Passo de Torres/SC, tem entre si justo e avençado, e celebram o presente Termo Aditivo, tendo em vista o contido nos autos do Processo Licitatório nº 012/2021/FMS, sujeitando as partes as Normas da Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, de acordo com as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

**Cláusula Primeira – DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, com novo vencimento previsto para 30/12/2022, bem como o reajuste do valor pago, através de justificativa em anexo, o que corresponde a um acréscimo de 25% passando o valor mensal para R\$ 18.750,00(dezoito mil, setecentos e cinquenta reais)

**Cláusula segunda - DAS DOTAÇÕES**

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas no Exercício de 2022.

**Cláusula terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Passo de Torres/SC, 28 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_  
**Valmir Augusto Rodrigues**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**LABORATÓRIO BAUER LTDA – ME**  
**CONTRATADA**

**TERMO ADITIVO 01 DO CONTRATO 013/202/FMS1**

Publicação Nº 3520913

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 85DC3C3F83D33BE5783F022138864EB9660E3CD4

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES****TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 013/2021/FMS**

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 013/2021/FMS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES** E A EMPRESA **ALEX SANDRO PASSAURA DOS SANTOS**

O **MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Mampituba, nº 08 - Centro – Passo de Torres - SC, CNPJ nº 11.634.881/0001-19, e de outro lado A empresa **ALEX SANDRO PASSAURA DOS SANTOS**, sito a RUA BALBINO DE FREITAS, nº 1005, Bairro CENTRO, Município de TORRES/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.962.650/0001-53, tem entre si justo e avençado, e celebram o presente Termo Aditivo, tendo em vista o contido nos autos do Processo Licitatório nº 013/2021/FMS, sujeitando as partes as Normas da Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, de acordo com as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

**Cláusula Primeira** – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação do prazo contratual por mais 01(um) mês, com novo vencimento previsto para 31/01/2022.

**Cláusula segunda** - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas no Exercício de 2022.

**Cláusula terceira** - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Passo de Torres/SC, 28 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_  
**Valmir Augusto Rodrigues**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**ALEX SANDRO PASSAURA DOS SANTOS**  
**CONTRATADA**



**TERMO ADITIVO 01 DO CONTRATO 08/2021/FMS**

Publicação Nº 3520519

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A8BB42D98D1F40CE71DB82413A0B4203E39ABFD1

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES****TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 08/2021/FMS**

**TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 08/2021/FMS,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE  
SAÚDE DE PASSO DE TORRES E A EMPRESA  
AMANDA ABREU SALAZAR ME**

O **MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Mampituba, nº 08 - Centro - Passo de Torres - SC, CNPJ nº 11.634.881/0001-19, e de outro lado: A empresa **AMANDA ABREU SALAZAR ME**, sito a Rua das Araras, nº 1387, Harmonia, Canoas/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 29.237.822/0001-72, tem entre si justo e avençado, e celebram o presente Termo Aditivo 08/2021/FMS, sujeitando as partes as Normas da Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, de acordo com as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

**Cláusula Primeira – DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, com novo vencimento previsto para 30/12/2022, bem como o reajuste do valor pago, através da justificativa em anexo, o que corresponde a um acréscimo de 25%, passando o valor mensal para R\$ 2.350,00 (dois mil, trezentos e cinquenta reais)

**Cláusula segunda - DAS DOTAÇÕES**

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas no Exercício de 2022.

**Cláusula terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Passo de Torres/SC, 28 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_  
**Valmir Augusto Rodrigues**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**AMANDA ABREU SALAZAR ME**  
**CONTRATADA**

**TERMO ADITIVO 05 DO CONTRATO 001/2019**

Publicação Nº 3520147

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 930F5B288813E85927E39FBFB5F3472D1031236D

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES****TERMO ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO Nº 001/2019**

TERMO ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO DE Nº 001/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES** E A EMPRESA **BETHA SISTEMAS LTDA.**

O **MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Av. Beira Rio, 20, Centro, Passo de Torres - SC, CNPJ nº 95.782.793/0001-54, e de outro lado a empresa **BETHA SISTEMAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 00456865000752, tem entre si justo e avençado, e celebram o presente Termo Aditivo do Contrato nº 001/2019, sujeitando as partes as Normas da Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, de acordo com as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

**Cláusula Primeira** – DO OBJETO

O presente termo aditivo consiste na prorrogação do prazo contratual por mais 03 (três) meses, com novo vencimento previsto para 31/03/2022.

**Cláusula Segunda** - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas no Exercício de 2022.

**Cláusula Terceira** - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem iguais.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Passo de Torres/SC, 27 de dezembro de 2020.

\_\_\_\_\_  
Valmir Augusto Rodrigues  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**BETHA SISTEMAS LTDA**  
**CONTRATADA**

Av. Beira Rio, nº 20 – Centro – CEP: 88980-000 – Passo de Torres/SC – CNPJ: 95.782.793/0001-54

**TERMO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO 05/2021/FMS**

Publicação Nº 3520387

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DCC410F26944056B2E6DB1268B140C124AB852B3

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES****TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 05/2021/FMS****TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 05/2021/FMS,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE  
SAÚDE DE PASSO DE TORRES E A ASSOCIAÇÃO DE  
PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE**

O **MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Mampituba, nº 08 - Centro – Passo de Torres - SC, CNPJ nº 11.634.881/0001-19, e de outro lado a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 07.458.485/0001-00, com sede na Rua Caxias do Sul, nº 162, bairro Passárgada, Passo de Torres/SC, tem entre si justo e avençado, e celebram o presente Termo Aditivo, tendo em vista o contido nos autos do Processo Licitatório nº 05/2021/FMS, sujeitando as partes as Normas da Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, de acordo com as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

**Cláusula Primeira – DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, com novo vencimento previsto para 30/12/2022.

**Cláusula segunda - DAS DOTAÇÕES**

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas no Exercício de 2022.

**Cláusula terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Passo de Torres/SC, 28 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_  
**Valmir Augusto Rodrigues**  
**MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**  
**CONTRATADA**

**Passos Maia****PREFEITURA****TERMO ADITIVO AO CONTRATO 12/2021**

Publicação Nº 3520481

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0012/2021  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2021

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 95.993.085/0001-62, com sede administrativa à Av. Padre João Botero, 485, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Osmar Tozzo, brasileiro, casado. E, FW SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ, sob o Nº: 29.977.065/0001-73, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº: 80E, Sala:402, Bairro Centro, Cidade Chapecó, CEP: 89.802-105, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela sua Diretora, Sra. Alessandra Pompermayer Benelli, inscrita no CPF nº 035.159.439-60, residente e domiciliada na cidade de Chapecó/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA**

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA**

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2022.

**CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR**

No quadro a seguir são especificados o serviço, o período da contratação e o valor mensal a ser pago pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, durante a vigência contratual:

Item	Unid.	Especificação
1	Unid	Contratação de serviços de telefonia móvel com fornecimento de chips pelo período de 12 (doze) meses. Conforme Clausula Sexta do contrato.

Pelos serviços a serem prestados o contratante pagará à contratada a importância total de R\$ 6.719,04 (seis mil setecentos e dezenove reais).

**CLÁUSULA QUINTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 28 de dezembro de 2021.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA Osmar Tozzo Contratante	FW SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI Alessandra Pompermayer Benelli Contratada
--	---

Testemunhas:

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA CMV Nº 001/2022**

Publicação Nº 3519803

PORTARIA CMV Nº 001/2022

“CONCEDE FÉRIAS E CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RENATO JOSÉ LOREGIAN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Art. 27, III, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Resolução nº 004/2010, de 27 de setembro de 2010, e Lei Complementar nº 004/1999, de 31 de agosto de 1999;

CONSIDERANDO, o direito do servidor ao gozo de férias e a conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnia; e

CONSIDERANDO, a solicitação do servidor através de requerimento protocolado em 02 de dezembro de 2021, junto a secretaria da casa.

Art. 1º Conceder férias ao servidor ALVANIR ANTONIO TIRELLI, matrícula nº 9, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo (CPE) Nível 01 Código 1002 de Secretário Executivo, em conformidade com a Resolução nº 004, de 27/09/2010, referentes ao período aquisitivo de 02/03/2020 a 01/03/2021, para serem gozadas a partir de 03/01/2022 a 17/01/2022, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31/08/1999.

Art. 2º Converter 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnia, de 18/01/2022 a 1º/02/2022, ao servidor ALVANIR ANTONIO TIRELLI, referente ao período aquisitivo de 02/03/2020 a 01/03/2021, para serem convertidas na competência de janeiro de 2022, nos termos do Art.72, § 3º, da Lei Complementar nº 004, de 31/08/1999.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia – SC, 03 de janeiro de 2022.

RENATO JOSÉ LOREGIAN  
Presidente

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI  
Secretário Executivo

**Paulo Lopes****PREFEITURA****EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2021**

Publicação Nº 3519991

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AC1177F7B853F12388FFF249C848DD3324595D93

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2021, AC1177F7B853F12388FFF249C848DD3324595D93, conforme Processo Licitatório 22/2021. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada COOPERATIVA DA AGRICULTURA ORGÂNICA E FAMILIAR RECANTO DA NATUREZA - COOPAFREN, CNPJ nº 31.913.313/0001-64. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e execução do contrato nº 10/2021 a partir de 01/01/2022 até 30/04/2022. Data da assinatura: 10/12/2021.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2021**

Publicação Nº 3519999

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F07B2EC38B8F6AA43A82C646B5D557CE77BE7561

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2021, F07B2EC38B8F6AA43A82C646B5D557CE77BE7561, conforme Processo Licitatório 28/2021. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA, CNPJ nº 00.820.854/0001-14. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 16/2021 a partir de 01/01/2022 ATÉ 30/06/2022. Data da assinatura: 27/12/2021.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2020**

Publicação Nº 3519919

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3D5DD5F68A3C3A64CE9466FFD3A6155EB5A6E834

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2020, 3D5DD5F68A3C3A64CE9466FFD3A6155EB5A6E834, conforme Processo Licitatório 40/2020. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, CNPJ nº 09.427.503/0001-12. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 17/2020 a partir de 01/01/2022 até 31/12/2022. Data da assinatura: 10/12/2021.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2020**

Publicação Nº 3520040

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5D97AD8E96FAE0F109D52C7512BA6C4BDB025C2C

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2020, 5D97AD8E96FAE0F109D52C7512BA6C4BDB025C2C, conforme Processo Licitatório 43/2020. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULO LOPES, CNPJ N.º 78.626.330/0001-84. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 24/2020 a partir de 23/12/2021 até 23/12/2022 e restabelecer o valor pactuado através do contrato administrativo, suprimindo o Repasse do Recurso do FNS mensal de R\$ 17.493,30 (dezessete mil e quatrocentos e noventa e três reais e trinta centavos) e anual de R\$ 209.919,60 (duzentos e nove mil e novecentos e dezenove reais e sessenta centavos), passando o valor do Repasse do Recurso do FNS mensal para R\$ 13.617,68 (treze mil e seiscentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos) e anual de R\$ 163.412,16 (cento e sessenta e três mil e quatrocentos e dezessete reais e dezesseis centavos). DATA DA ASSINATURA: 15/12/2021.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2020**

Publicação Nº 3519985

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 05F16B736F8D6107E494026B3AE42682F3D649BB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2020, 05F16B736F8D6107E494026B3AE42682F3D649BB, conforme Processo Licitatório 44/2020. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada MARCIA REGINA PEREIRA LIBERATO, CPF nº 448.765.999-04. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 25/2020 a partir de 01/01/2022 até 21/12/2022. Locação de imóvel destinado para Instalação Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Rua João de Souza, 142, Centro, Paulo Lopes/SC. Data da assinatura: 10/12/2021.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2021**

Publicação Nº 3520011

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AE339432B4DDB154368C47B362C143148843D11E

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2021, AE339432B4DDB154368C47B362C143148843D11E, conforme Processo Licitatório 25/2021 – Dispensa de Licitação Nº 09/2021. Tendo como contratante o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES e contratada ANGELITA SANTOS DE OLIVEIRA, CPF N.º 888.738.629-34. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência ao contrato nº 11/2021 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2022. Locação de imóvel destinado para Funcionamento do Núcleo de Atenção à Saúde da Família – NASF e Almoxarifado para armazenamento dos insumos distribuídos as unidades municipais, situado na Rua José Pereira da Silva, s/n, centro, Paulo Lopes/SC. Data da assinatura: 10/12/2021.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2021**

Publicação Nº 3519997

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 01E753842D7B355A022C906D4145A353E7BBDC6D

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2021, 01E753842D7B355A022C906D4145A353E7BBDC6D conforme Processo Licitatório 29/2021. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada SETEP CONSTRUÇÕES S.A, CNPJ nº 83.665.141/0001-50. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 14/2021 a partir de 01/01/2022 ATÉ 30/06/2022. Data da assinatura: 27/12/2021.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2020**

Publicação Nº 3519932

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7D472413B4F20D7D32D169A1AEA75976D279E452

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2020, 7D472413B4F20D7D32D169A1AEA75976D279E452, conforme Processo Licitatório 35/2020. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada GENTE SEGURADORA S.A, CNPJ nº 90.180.605/0001-02. Objeto: 1.CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente pregão eletrônico tem como objeto Registro de Preço pelo período de 12 meses para contratação de empresa para prestação de serviços de seguro de responsabilidade obrigatório-RCO, para os veículos da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, conforme anexo a este contrato.

**4.CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura de Paulo Lopes, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Órgão: 06	Secretaria de Esportes e Lazer
Unidade: 01	Secretaria de Esportes e Lazer
Atividade: 2022	Apoio ao Esporte Amador
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00	(34) PMPL- Aplicações diretas

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 18/2020, a partir de 01/01/2022 até 31/12/2022.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO**

A prorrogação de prazo de vigência mencionada na cláusula anterior decorre em conformidade ao que disciplina o Inciso II do Artigo 57 da



Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUPRESSÃO DE VEÍCULO**

Nos termos do permissivo estabelecido pela Lei Federal 8.666/93, o presente termo tem a seguinte exclusão/supressão para a frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação de Paulo Lopes, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO
1	Descrição: 711100026RC SEGURO DE RESPOSTA- BILIDADE OBRIGATÓRIA - DANOS CORPORAIS E/OU MATERIAIS AOS PASSAGEI- ROS - para veículos com capacidade até 31 passa- geiros. - VEÍCULO: MICRO MPOLO/VICINO – DIESEL - MARCOPOLO – CHASSI 9BM688272AB735719 - 2010-2010 – PLACA MHV 0851	1	UND	R\$ 3.043,47

Data da assinatura: 16/12/2021.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2019**

Publicação Nº 3519956

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 815BC988759AA7A69B8D5E5B1814808ADD42EF5E

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2019, 815BC988759AA7A69B8D5E5B1814808ADD42EF5E, conforme Processo Licitatório 10/2019. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada ALEX LUIZ DA SILVA-MEI, CNPJ nº 21.690.014/0001-54. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e execução do contrato nº 03/2019 por 12(doze) meses, a partir de 01/01/2022. Data da assinatura: 10/12/2021.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2020**

Publicação Nº 3520001

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 977FB00F985A56757DE0A17C8A12DB9C0634E472

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2020, 977FB00F985A56757DE0A17C8A12DB9C0634E472, conforme Processo Licitatório 37/2020. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada FORMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI, CNPJ nº 23.155.389/0001-40. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 19/2020 a partir de 01/01/2022 ATÉ 30/06/2022. Data da assinatura: 27/12/2021.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2019**

Publicação Nº 3520016

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FDCFE6F1E7224083946904AF0F7A58C0E7A63EE5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2019, FDCFE6F1E7224083946904AF0F7A58C0E7A63EE5, conforme Processo Licitatório 32/2019. Tendo como contratante o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES e contratada OTOVIDA – CLÍNICA DE AUDIÇÃO VOZ FALA E LINGUAGEM, CNPJ/MF nº CNPJ nº 04.045.814/0001-01. Objeto O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 21/2019, a partir de 01/01/2022 até 31/12/2022. Data da assinatura: 10/12/2021.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2020**

Publicação Nº 3520003

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F6D25B8BA288D0DED144CBB57F27BE6DE4C54C10

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2020, F6D25B8BA288D0DED144CBB57F27BE6DE4C54C10, conforme Processo Licitatório 46/2020. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada SETEP CONSTRUÇÕES S.A, CNPJ nº 83.665.141/0001-50. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 23/2020 a partir de 01/01/2022 ATÉ 30/06/2022. Data da assinatura: 27/12/2021.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2019**

Publicação Nº 3520021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CF050D14C21B35B1ABFE71DE87AA555E251FE4B6

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2019, CF050D14C21B35B1ABFE71DE87AA555E251FE4B6, conforme Processo Licitatório 63/2019. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada CENTRO DE IMAGEM SUL LTDA, CNPJ nº 23.218.608/0001-92. Objeto O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 34/2019 a partir de 01/01/2022 até 31/12/2022. Data da assinatura: 10/12/2021.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2019**

Publicação Nº 3519951

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 22A732BB204899B5331744029C7CA697AA5DED64

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2019, 22A732BB204899B5331744029C7CA697AA5DED64, conforme Processo Licitatório 02/2019. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA, CNPJ nº 50.668.722/0019-16. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e execução do contrato nº 04/2019 por 12 (doze) meses, a partir de 01/01/2022. Data da assinatura: 10/12/2021.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2018**

Publicação Nº 3519946

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DEC2DEDC9179EF3307FD80BDEC0ADA73E738D0C3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2018, DEC2DEDC9179EF3307FD80BDEC0ADA73E738D0C3, conforme Processo Licitatório 04/2018. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada RANG TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA-ME, CNPJ/MF nº 19.286.537/0001-98. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 07/2018 a partir de 01/01/2022 até 31/12/2022. Data da assinatura: 10/12/2021.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2020**

Publicação Nº 3520007

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 16CB4FE82FB8B1BD2D88E491614A61E352334EED

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2020, 16CB4FE82FB8B1BD2D88E491614A61E352334EED, conforme Processo Licitatório 17/2020. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada C.A.P CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI, CNPJ nº 01.965.025/0001-92. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 10/2020 a partir de 01/01/2022 ATÉ 30/06/2022. Data da assinatura: 27/12/2021.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2020**

Publicação Nº 3520008

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 93A569E11E7A0A9FB358BB310828686A565DCEC2

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2020, 93A569E11E7A0A9FB358BB310828686A565DCEC2, conforme Processo Licitatório 18/2020. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada C.A.P CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI, CNPJ nº 01.965.025/0001-92. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 11/2020 a partir de 01/01/2022 ATÉ 30/06/2022. Data da assinatura: 27/12/2021.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2018**

Publicação Nº 3520023

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 171725762CB1E70D751E1D7DFFFD24FBD490B8CF

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2018, 171725762CB1E70D751E1D7DFFFD24FBD490B8CF, conforme Processo Licitatório 25/2018. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada VITALAB ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, CNPJ/MF nº 04.888.923/0001-82. Objeto O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e execução do contrato nº 17/2018 a partir de 01/01/2022 até 31/12/2022. Data da Assinatura: 10/12/2021.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2018**

Publicação Nº 3519936

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EE501767150019F77C75A69517C7AF1FA7F84D6C

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2018, EE501767150019F77C75A69517C7AF1FA7F84D6C, conforme CREDENCIAMENTO 02/2018. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada M&F CLINICA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, CNPJ/MF nº 12.021.446/0001-81. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e execução do contrato nº 22/2018 a partir de 01/01/2022 até 31/12/2022. Data da Assinatura: 10/12/2021.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2018**

Publicação Nº 3520024

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4115B07CA30849006577F9A273EAFD9FDD2A3F72

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2018, 4115B07CA30849006577F9A273EAFD9FDD2A3F72, conforme CREDENCIAMENTO 03/2018. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada CENTRO DE IMAGEM SUL LTDA, CNPJ nº 23.218.608/0001-92. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e execução do contrato nº 26/2018 a partir de 01/01/2022 até 31/12/2022. Data de Assinatura: 10/12/2021.

**EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2017**

Publicação Nº 3519988

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B86786BD01F9C58DABE2433B3596CCDDA57766D7

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2017, B86786BD01F9C58DABE2433B3596CCDDA57766D7, conforme Processo Licitatório 19/2017. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada CLARO S.A, CNPJ nº 40.432.544/0001-47. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência ao contrato nº 17/2017 a partir de 01/01/2022 até 03/04/2022. Data da assinatura: 16/12/2021.

**EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2020**

Publicação Nº 3519913

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 71DE2F9B8B16EC3DDA390454567C320330A15361

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2020, 71DE2F9B8B16EC3DDA390454567C320330A15361, conforme Processo Licitatório 41/2020. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 00.456.865/0001-67. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 20/2020 a partir de 04/01/2022 até 04/01/2023. Data da assinatura: 10/12/2021.

**EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/2019**

Publicação Nº 3519959

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4BB51DE5A2F53C46847B6BB1593B0CCB2E796234

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/2019, 4BB51DE5A2F53C46847B6BB1593B0CCB2E796234, conforme Processo Licitatório 65/2019. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada SETEP CONSTRUÇÕES S.A, CNPJ nº 83.665.141/0001-50. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 39/2019 a partir de 01/01/2022 ATÉ 30/06/2022. Data da assinatura: 27/12/2021.

**EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2018**

Publicação Nº 3519975

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A92A2420EEFFDDEE21F1DAA4B6713B108C8088E6

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2018, A92A2420EEFFDDEE21F1DAA4B6713B108C8088E6, conforme Processo Licitatório 07/2018. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, CNPJ nº 83.052.191/0026-10. Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 10/2018 a partir de 01/01/2022 até 31/12/2022. O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (EPAGRI). Data da assinatura: 10/12/2021.

# Penha

## PREFEITURA

### 11º ADITIVO Nº 076/2021 PMP

Publicação Nº 3520245

11º TERMO ADITIVO Nº 076/2021 - PMP  
AO CONTRATO Nº 167/2018 – PMP

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2064F47F5C82C74583870577CDC2D73325CB44C1

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2018 - PMP  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2018

Objeto: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização, desratização, dedetização, limpeza das caixas d'água, limpeza externa aérea, ajardinamento e pequenos reparos nas unidades de responsabilidade do município de Penha/SC, tudo de acordo com as especificações, quantidades e condições estabelecidas no edital e Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA com sede em Joinville, na Rua Dona Leopoldina, nº 26, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.283.065/0001-41, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Ronaldo Benkendorf, CPF nº 751.256.849-53, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

#### CLAUSULA PRIMEIRA

Conforme Cláusula Segunda do Contrato inicial nº 167/2018 PMP, do Processo Licitatório nº 63/2018 PMP, Modalidade Pregão Presencial nº 42/2018, os valores terão reajustes anuais de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor), constante na Cláusula Terceira do Contrato Inicial, o valor mensal atualizado será R\$\_462.324,01 (Quatrocentos e Sessenta e Dois Mil e Trezentos e Vinte e Quatro Reais e Um Centavo).

#### CLAUSULA SEGUNDA

A vigência constante na cláusula 7 º do contrato administrativo nº 167/2018, referente ao processo licitatório nº 63/2018 PMP, fica prorrogada para mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 18 de dezembro de 2021 com término em 18 de dezembro de 2022, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Administração através do Memorando nº 12.960/2021 e Parecer Jurídico nº 210/2021PGM, documentos anexos a este Termo.

#### CLAUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes da execução do fornecimento dos serviços de realização de capacitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Educação

Elemento: 3.3.90.40.01.00.00.00 - (08/2021)

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 3.3.90.40.01.00.00.00 - (36/2021)

Órgão: 12 – Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 3.3.90.00.01.00.00.00 - (34/2021)

Órgão: 90 – Fundação Municipal Cultural de Penha

Unidade: 01- Fundação Municipal Cultural de Penha

Elemento: 2.135 – Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal de Cultura de Penha

Elemento: (5) 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações Diretas

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2021  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
Ronaldo Benkendorf  
CONTRATADA

## TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

## DE ACORDO:

LUIZ EDUARDO BUENO  
Controle Interno

**12º ADITIVO Nº 077/2021 PMP**

Publicação Nº 3520909

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F02454ABB10935FDE8F0C7DF4F484A212AFEEBA7

12º TERMO ADITIVO Nº 077/2020-PMP  
CONTRATO PRINCIPAL Nº 167/2018-PMP

Licitação: Processo nº. 063/2018-PMP- Multientidade, modalidade pregão presencial Nº 042/2018.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização, desratização, dedetização, limpeza das caixas d'água, limpeza externa aérea, ajardinamento e pequenos reparos nas unidades de responsabilidade do município de Penha/SC, tudo de acordo com as especificações, quantidades e condições estabelecidas no edital e Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

Pelo presente instrumento de 9º Termo Aditivo nº 088/2020-PMP, o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA com sede em Joinville, na Rua Dona Leopoldina, nº 26, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.283.065/0001-41, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Ronaldo Benkendorf, CPF nº 751.256.849-53, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA

Conforme Aditivo nº 126/2019 feito acrescentar 1(um) Encarregado com carga horária de 8 horas para período diurno com lotação na Secretaria de Administração para prestar serviços de Limpeza Urbana no Município de Penha. A vigência será acrescida para mais 12 (doze) meses, conforme Parecer Jurídico nº 210/2021PGM que renova o contrato principal, continuamente este aditivo também precisa ser renovado.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2021

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
Ronaldo Benkendorf  
CONTRATADA

## TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

## DE ACORDO:

LUIZ EDUARDO BUENO  
Controle Interno



**13º ADITIVO Nº 032/2021 FMEDUC**

Publicação Nº 3520920

13º TERMO ADITIVO Nº 032/2021-FMEDUC  
AO CONTRATO PRINCIPAL Nº 167/2018-PMP

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 01F63C27B5E0557B98BAA6616BEA9F07CCF58219

Licitação: Processo nº. 063/2018-PMP- Multientidade, modalidade pregão presencial Nº\_042/2018.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização, desratização, dedetização, limpeza das caixas d'água, limpeza externa aérea, ajardinamento e pequenos reparos nas unidades de responsabilidade do município de Penha/SC, tudo de acordo com as especificações, quantidades e condições estabelecidas no edital e Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Rua Prefeito José João Batista, nº 115, inscrita no CNPJ sob nº 30.747.548/0001-60, neste ato representado pela sua Gestora Sra. MARIA JURACI ALEXANDRINO, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG 255785 e inscrita no CPF/MF sob o nº 729.885.339-20, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, nº 689, Centro, Penha/SC – CEP: 88.385-000, nomeada pela Portaria nº 269/2021, doravante denominado simplesmente denominada de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA com sede em Joinville, na Rua Dona Leopoldina, nº 26, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.283.065/0001-41, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Ronaldo Benkendorf, CPF nº 751.256.849-53, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Conforme Aditivo nº 041/2019 feito para acrescentar 2 (dois) Serventes com carga horária de 8 horas para período diurno com lotação para a Unidade de Educação CEI Júlio Corrêa de Mello para os próximos. A vigência será acrescida para mais 12 (doze) meses, conforme Parecer Jurídico nº 210/2021 que renova o contrato principal, continuamente este aditivo também precisa ser renovado.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.  
Penha/SC, 17 de Dezembro de 2021.

MARIA JURACI ALEXANDRINO  
Gestora do Fundo Municipal da Educação  
CONTRATANTE

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
Ronaldo Benkendorf  
CONTRATADO

**TESTEMUNHAS**

Nome: Nome:  
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo Aditivo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO  
Controle Interno

**1º ADITIVO Nº 011/2021 FMAS**

Publicação Nº 3521199

1º TERMO ADITIVO Nº 011/2021 - FMAS  
AO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2020 - FMAS

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 98258A6A0BABF55445A83BE8A12AF9BEF68BDB87

Licitação: Processo Adm. Nº. 011/2020-FMAS. Modalidade: DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020-FMAS - ARTIGO 30, VI, LEI 13.019/2014 E ALTERAÇÕES

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1- O presente Termo de Fomento tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação de parceria com a finalidade de promover atendimentos educacionais especializados aos usuários com deficiência intelectual e/ou múltipla que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades, conforme Plano de Trabalho, que devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria de Educação, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

Os signatários deste instrumento, de um lado, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE PENHA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 73.889.677/0001-04, entidade civil, sem fins lucrativos, estabelecida nesta cidade, na Rua Erechim nº 215, Bairro Centro, neste município, devidamente representada na forma de seu estatuto, pela Presidente Sra. Eudes Beatriz



Tartari Zanin, brasileira, portadora do CPF nº 953.261.709-49, residente e domiciliada na cidade de Penha - SC, no endereço Avenida Itapocoroi, nº 728, Bairro Armação, doravante denominada ASSOCIAÇÃO APAE, e, de outro lado, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.680.072/0001-43, representado por seu Gestor SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE, resolvem entre si e na melhor forma de direito com amparo legal no artigo 55, da Lei Federal n. 13.019/2014 e suas posteriores alterações, prorrogar a vigência do TERMO DE FOMENTO Nº 001/2020 - FMAS, mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### Cláusula Primeira

O prazo previsto na sexta cláusula do Termo de Fomento, fica prorrogado para mais 12 (doze) meses a contar de 25 de novembro de 2021, conforme Parecer Jurídico nº 174/2021/PGM.

As demais cláusulas do Termo de Fomento permanecem inalteradas. E, por estarem assim de acordo, firmam o presente Termo, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 01 de novembro de 2021

SÉRGIO DE MELLO  
Gestor do Fundo de Assistência Social

EUDES BEATRIS TARTARI ZANIN  
ASSOCIAÇÃO APAE

#### TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

CPF: CPF:

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

De acordo:  
LUIZ EDUARDO BUENO  
Controle interno

### 3º ADITIVO Nº 009B/2021 FMAS

Publicação Nº 3521213

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F7CBCF564D1FA370049A2E2D1FB9B63D6DA2C1F7

3º TERMO ADITIVO Nº 009B/2021 - FMAS  
AO CONTRATO Nº 025/2019 - FMAS

Licitação: Processo nº. 005/2019 - FMAS, Modalidade Tomada de Preço 001/2019 – FMAS

Objeto: - O presente termo de contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, conforme condições especificações e normas contidas neste edital e seus anexos.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado por seu Gestor, Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a CESC EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Miguel Matte nº 227, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 01.776.951/0001-10, neste ato representada pelo (a) Sr. Claudio Eurico do Santos Cardoso, inscrita no CPF/MF sob nº 391.129.509-04 e portador da cédula de identidade nº 996.441, denominado simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### Cláusula Primeira

A vigência constante na cláusula segunda do contrato 025/2019 – FMAS e o 2º Termo Aditivo nº 003/2021, fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 12/09/2021, conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social por meio de justificativa e Parecer da Procuradoria Geral do Município nº 113/2021.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 10 de outubro de 2021

SÉRGIO DE MELLO  
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social  
Contratado

CESC EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES  
Claudio Eurico do Santos Cardoso  
Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:  
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DE ACORDO:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

LUIZ EDUARDO BUENO  
Controle Interno

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021 - FMS

Publicação Nº 3520729

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021 - FMS

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 12F4CA7B24DC0FFBEB9C119841E26BE2746AE7D7

Objeto: Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para gestão do serviço de atenção domiciliar no Município de Penha/SC, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme solicitação nº 1149/2021, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e termo de referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 17/01/2022 às 14:00h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Vanessa Andrea da Silva e equipe de apoio.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 3, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12h às 18h.

Penha/SC, 04 de janeiro de 2022.  
Jaylon Jander Cordeiro da Silva  
Secretário de Administração

### EDITAL N.º 01/2022/SEDUC FIXA DATA E ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA O CONCURSO DE REMOÇÃO AOS MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PENHA

Publicação Nº 3520987

EDITAL N.º 01/2022/SEDUC  
FIXA DATA E ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA O CONCURSO DE REMOÇÃO AOS MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PENHA

A Secretaria Municipal de Educação de Penha comunica que estarão abertas as inscrições para o Processo de Remoção para os Membros Efetivos do Magistério Público Municipal de Penha, previsto no artigo 37, inciso X, § 1º da Lei Complementar nº 002/98, alterado pela Lei Complementar nº 007/03 e Decreto nº 166/04.

#### 1 – DO CONCURSO

1.1 - Poderão participar do Concurso de Remoção os Membros Efetivos do Magistério Público Municipal de Penha, das áreas do Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Educação Infantil.

1.2 - A opção do Membro do Magistério Público Municipal de Penha deve ser compatível com o seu regime de trabalho (Carga horária e área de atuação), uma vez que não será permitido alterá-lo através deste concurso.

1.3 - A classificação dos Membros do Magistério Público Municipal de Penha dar-se-á com o tempo de serviço, conforme o seguinte critério de pontuação:

- 01 (um) ponto por mês para o tempo de serviço prestado no Magistério Público Municipal de Penha.

- 1.3.1 - Em caso de empate na soma total dos pontos, dar-se-á preferência:

- O mais idoso;

- Ao que possuir o maior número de dependentes.

1.4 - A classificação dar-se-á a partir do maior número de pontos obtido pelo Membro Efetivo do Magistério Público Municipal de Penha.

1.5 - O resultado do presente concurso será afixado na Secretaria Municipal de Educação no dia 12 de janeiro de 2022.

## 2 - DAS INSCRIÇÕES

2.1 - O período de inscrição será de 05 de janeiro a 10 de janeiro de 2022, no SETOR DE TRIBUTAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, sita na Av. Nereu Ramos.

2.2 - A inscrição constará do preenchimento de requerimento próprio a disposição do candidato no SETOR DE TRIBUTAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA.

2.3 - O requerimento deverá ser preenchido e entregue no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Penha, com os seguintes documentos:

- Atestado de tempo de serviço, expresso em anos, meses e dias, até o dia da inscrição da remoção expedido pelo Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Penha;

- Cópia do decreto que comprove lotação na Unidade Escolar;

2.4 - Não será admitido requerimento condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração específica para o ato.

## 3 – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

3.1- Os candidatos deverão revisar os requerimentos, tornando-se, após a assinatura, responsáveis pelas declarações prestadas.

3.2 - O Concurso de que trata este Edital terá validade restrita ao período de sua realização.

3.3 - O Concurso de Remoção de que trata este Edital será realizada sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Segue em anexo quadro de vaga disponíveis.

Penha, 04 de janeiro de 2022.

Maria Juraci Alexandrino  
Secretária de Educação

**PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL QUADRIÊNIO 2022 - 2025**

Publicação Nº 3520226

**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social**PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****Quadriênio 2022 - 2025****Organização: Gestão da Secretaria Municipal  
de Assistência Social e técnicos dos  
equipamentos****Penha 16 de Novembro de 2021**



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

## **PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### **I- Identificação**

#### **1.1 Plano Municipal de Assistência Social**

Vigência: 2022-2025

Período de elaboração: Julho - Novembro/2021

Responsáveis pela elaboração: Comissão nomeada por meio da PORTARIA 1.269/2021.

Colaboradores: trabalhadores do SUAS de Penha SC

#### **1.2 Prefeitura Municipal**

Município: Penha

Nome do Gestor Municipal: Aquiles José Schneider da Costa

Nível de Gestão: Básica

Porte do Município: PPII

E-mail: gabinete@penha.sc.gov.br

Site: [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)

Endereço: Av. Nereu Ramos, nº 190 - Centro

Telefone: 47-3345-0200

#### **1.3 Secretaria Municipal de Assistência Social**

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Nome do Gestor Municipal: Sérgio de Mello

Avenida: Prefeito Eugênio Krause, 152 Sala Comercial-Centro

Telefone: 47 -3345-3914

E-mail:assistencia.social@penha.sc.gov.br

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/SC - CEP: 88385-000  
Tel: +55 (47) 3345-0200  
[www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)

**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

#### 1.4 Fundo Municipal de Assistência Social

Nome do Gestor do FMAS: Sergio de Mello

Lei de Criação do FMAS: 2545/2012

CNPJ: 11.680.072/0001-43

Fontes de Recursos: (x) Federal (x) Estadual (x) Municipal

#### 1.5 Plano Municipal de Assistência Social

Vigência: 2022-2025

Período de elaboração: Julho/Novembro/2021

Responsáveis pela elaboração: Comissão nomeada por meio da Portaria 1.269/2021.

Colaboradores: trabalhadores do SUAS de Penha SC

Nome	Representação
CAMILA MACHADO	CONTADORA
NATALIA GUILHERMETTI GARCIA	ADVOGADA DO CREAS
NATAN PINTO DO NASCIMENTO	PSICÓLOGO DO CRAS
OLINDA RODRIGUES DA SILVA SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL DA GESTÃO
SERGIO DE MELLO	SECRETÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PENHA

Nome do responsável para contato: Sergio de Mello

Telefone: 47-3345-3914

E-mail:assistencia.social@penha.sc.gov.br

#### 1.6 Conselho Municipal de Assistência Social

Presidente: Merci Terezinha do Nascimento



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

Leis Referentes ao CMAS : 1470/1996, 2497/2011, 2545/201 e 2935/2018

Possui Secretaria Executiva: (X) Sim - Ana Paula da Silva Dionizio

A Secretária Executiva possui nível superior: ( ) Sim (X) Não

Telefone: 47 992037993 - Email: anapauladionizio.sas@gmail.com

<b>Conselheiros Governamentais</b>	
<b>Nome</b>	<b>Secretaria que representa</b>
CAMILA MACHADO - TITULAR	FAZENDA
MARIA ELISA DE SOUZA - TITULAR	EDUCAÇÃO
LUCIMAR TIBURSKI - TITULAR	SAÚDE
CELIMAR GEREMIAS - TITULAR	ASSISTÊNCIA
SUZAN EMANOELI CELISTA BENTO - TITULAR	ADMINISTRAÇÃO
PRISCILA CRISTINY DE ARAUJO SILVA MIRANDA - SUPLENTE	FAZENDA
REGIANE CAROLINE PEREIRA BASSO - SUPLENTE	SAÚDE
LUCAS PAULO CIPRIANO - SUPLENTE	ADMINISTRAÇÃO
CAMILA RIBEIRO - SUPLENTE	EDUCAÇÃO
ELAINE CRISTINA DE SOUZA - SUPLENTE	ASSISTÊNCIA
<b>Conselheiros da Sociedade Civil</b>	
PRISCILA DOS SANTOS GOMES - TITULAR	CMBA
UIVERSON GERONIO - TITULAR	ÁGAPE
REGINA SANTOS DA SILVA - SUPLENTE	CMBA
SARAH CRISTINA FIALHO RODRIGUES - SUPLENTE	AGAPE
MERCI TEREZINHA DO NASCIMENTO - TITULAR	APAE
ROSANA JACINTO DEMETÉ - TITULAR	BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
RONALDO MARQUES PEREIRA - USUÁRIO	USUÁRIO - CREAS
GRACIELE HELENA HERSCHAFT THEIL - SUPLENTE	APAE
CLAUDIA APARECIDA HANSEN SANTOS - SUPLENTE	BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
GRAZIELA TONIOTI MAFRA - USUÁRIA	USUÁRIO - CRAS

O CMAS é a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família:





**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

(X) Sim. Endereço: 'Avenida Prefeito Eugênio Krause 152 - 05 Sala Comercial, bairro Centro - Telefone: (47) 3345-3914

## **2. Metodologia do Processo de Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social**

O Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, aqui apresentado, vem demonstrar o empenho na implantação e concretização da Política Nacional de Assistência Social - PNAS e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS em Penha.

Baseados no conceito de participação, a Secretaria de Assistência Social elaborou o Plano Municipal de Assistência Social e, para tanto, organizou os servidores, representantes da sociedade civil, usuários e conselheiros em reuniões diversas, totalizando dez encontros, para oitiva das demandas e entendimento da realidade de cada serviço, como ponta da execução da Política Socioassistencial.

Articulamos, também, os Conselhos Municipais de Direitos, em reuniões ordinárias ou extraordinárias, para discussão de pontos importantes acerca do controle social, importante mecanismo de fiscalização.

Buscamos, assim, pensar as proteções e seguranças a serem afiançadas à população usuária neste quadriênio.

### **Introdução**

Foi fundamentado nas concepções teóricas, diretrizes e objetivos desta política pública e, na realidade, vivenciada pelas famílias usuárias, elaboramos, inicialmente, um diagnóstico social das vulnerabilidades e riscos externos que atingem a população de Penha. Elaboramos e aplicamos também um diagnóstico interno com os



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

trabalhadores da Assistência Social. Sistematizamos as informações dos dois diagnósticos aliadas às demandas da conferência municipal. Com esse quadro de informações da realidade local, apontamos nossas fraquezas e potencialidades (internas), ameaças e oportunidades (externas). Diante desse panorama começamos a pensar todo o processo para elaboração do nosso plano para os próximos quatro anos, apontando quais serão nossos objetivos, metas, ações e estratégias para melhor efetivação da Política de Assistência Social em nossa cidade.

Dessa forma, elucidamos nossa consciência de que políticas públicas podem e devem ser pensadas, discutidas e elaboradas em conjunto com os diversos segmentos, inclusive intersetoriais, para que o Plano Municipal de Assistência Social possa ser um instrumento conhecido e facilmente monitorado e avaliado por todos.

Durante o processo, trabalhamos no sentido do Plano Municipal de Assistência Social se tornar efetivamente um dos instrumentos de gestão da Política de Assistência Social, e se caracterizar por ser um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social de Penha apresentam, com satisfação, o **Plano Municipal de Assistência Social Quadriênio 2021-2025**, com o compromisso de executá-lo e monitorá-lo para sua efetiva concretização.

### **2.1 Diagnóstico Socioterritorial e/ou conhecimento da Realidade Socioeconômica**

O interesse pela temática dos indicadores sociais e sua aplicação nas atividades ligadas ao planejamento governamental e ao ciclo de



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

formulação e avaliação de políticas públicas vêm crescendo no País, nas diferentes esferas de governo e nos diversos fóruns de discussão dessas questões.

Um dos objetivos da construção do sistema de monitoramento dos programas do MDS foi a instituição de um processo contínuo de acompanhamento do desempenho dos programas em relação às metas, em que resultados podem ser medidos por meio de indicadores produzidos regularmente.

A construção de indicadores de monitoramento e avaliação sobre as políticas e programas de desenvolvimento social é feita a partir da coleta de dados primários sobre os programas, nas várias esferas em que atua a política: órgãos municipais, estaduais e federais provedores de serviços governamentais e não-governamentais, instâncias de controle social, etc.

O fato de os dados primários serem alimentados por fontes tão diversas e sobre as quais a SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação) ou mesmo o MDS (Ministério de Desenvolvimento Social), muitas vezes não tem governabilidade alguma, consiste em um dos nós críticos da produção de indicadores confiáveis, uma das condições para que o monitoramento e a avaliação sejam feitos de forma efetiva. A definição de indicadores requer muita clareza sobre os objetivos e a lógica de cada programa.

A efetiva mensuração das situações de vulnerabilidade social e de violações de direitos requer a utilização de indicadores sociais disponibilizados por organismos oficiais e a construção de indicadores específicos que dimensionem as especificidades locais no campo da



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

Assistência Social é possibilitam análises comparadas com outras localidades, bem como o monitoramento contínuo em espaços de tempo determinados. O conhecimento da realidade, com base em indicadores relevantes, incluindo os indicadores específicos, é condição necessária para ser viabilizada a função de Vigilância Social estabelecida pela PNAS/2004:

(...) produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos, vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal; vítimas de apatidão social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários." (PNAS/04, p. 39,40).

## **2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE DIAGNÓSTICO SOCIAL E INDICADORES DE MONITORAMENTO**

O interesse pela temática dos indicadores sociais e sua aplicação nas atividades ligadas ao planejamento governamental e ao ciclo de formulação e avaliação de políticas públicas vêm crescendo no País, nas diferentes esferas de governo e nos diversos fóruns de discussão dessas questões. Tal fato deve-se, em primeiro lugar, certamente, às mudanças institucionais por que a administração pública tem passado no País, em especial com a consolidação da sistemática do planejamento plurianual, com o aprimoramento dos controles administrativos dos ministérios, com a mudança da ênfase da auditoria dos Tribunais de Contas da avaliação da conformidade legal para a avaliação do desempenho dos programas, com a reforma gerencial da



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

gestão pública em meados dos anos 1990 (GARCIA, 2001. COSTA; CASTANHAR, 2003). Esse interesse crescente pelo uso de indicadores na administração pública também está relacionado ao aprimoramento do controle social do Estado brasileiro nos últimos 20 anos.

Um dos objetivos da construção do sistema de monitoramento dos programas do MDS foi a instituição de um processo contínuo de acompanhamento do desempenho dos programas em relação às metas, em que resultados podem ser medidos por meio de indicadores produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados. Uma característica do sistema de monitoramento é sua alta complexidade e magnitude. Antes da sua elaboração, foi preciso estabelecer uma série de definições quanto aos procedimentos de coleta e fontes utilizadas. A montagem do sistema exigiu a estruturação de uma base de dados, a construção de indicadores dos programas e o desenvolvimento de ferramentas informacionais para o tratamento da informação.

A construção de indicadores de monitoramento e avaliação sobre as políticas e programas de desenvolvimento social é feita a partir da coleta de dados primários sobre os programas, nas várias esferas em que atua a política: órgãos municipais, estaduais e federais provedores de serviços governamentais e não-governamentais, instâncias de controle social, etc.

A definição de indicadores requer muita clareza sobre os objetivos e a lógica de cada programa. Os dados também devem ser produzidos com periodicidade e agregação definidas, para que os indicadores possam ser comparados.





**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que quando se analisa indicadores subjetivos, como condições de moradia, a percepção das famílias avaliadas deve ser considerada, pois podem emitir juízos paradoxalmente mais positivos sobre condição, do que indicadores objetivos de rendimento e infraestrutura domiciliar demonstrariam.

Antigamente os censos eram realizados para computar a população para fins militares e fiscais. A modificação das informações colhidas ao longo dos anos, durante os últimos censos, demonstra a preocupação social com a população e procura caracterizá-la de uma forma mais abrangente, sendo que no censo de 2000, foram mais de 65 quesitos levantados.

No censo de 2017, foi realizado também um detalhamento geográfico, os setores censitários, que possibilitou a formulação de programas sociais mais adequados a cada região. Entretanto, essa informação por setor ainda não foi totalmente explorada pelos gestores de programas sociais, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Ou seja, há muita informação disponível que não tem sido adequadamente utilizada e pode suplementar ações de natureza social para melhoria das condições de vida, principalmente das populações mais vulneráveis.

O CENSO SUAS de 2021 trouxe novos parâmetros à construção de políticas públicas socioassistenciais, vez que veio para diagnosticar as demandas, as vulnerabilidades, as estatísticas e levantar questões importantes, principalmente no que diz respeito ao acesso dos cidadãos às políticas públicas positivas.

Especialmente quanto à realidade socioterritorial do Município de Penha, na atualidade, temos um um latente crescimento populacional,



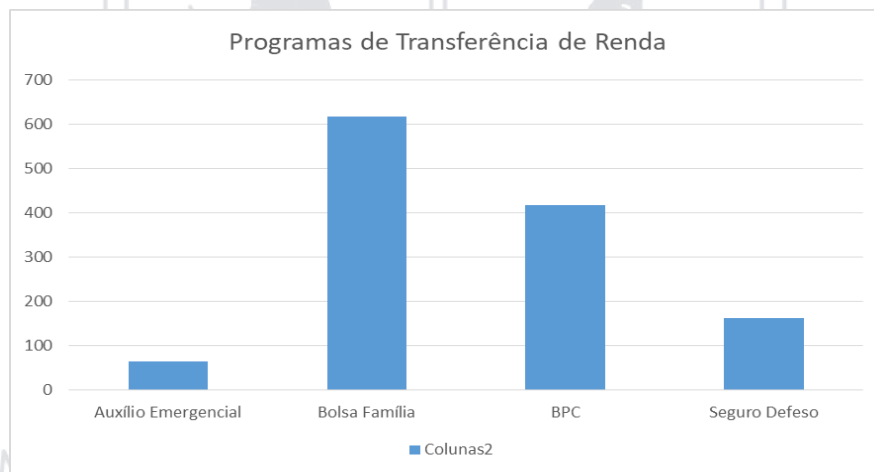
**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

uma vez que nos constituímos enquanto importante polo turístico do Estado.

A ausência de grandes comércios ou empresas torna as relações de trabalho com caráter predominantemente autônomo, na forma de diárias, o que acarreta, por vezes, em vulnerabilidades econômicas, motivo pelo qual a municipalidade foi demasiadamente afetada pela pandemia causada pelo Coronavírus.

Considerando todo o período do corrente ano, referentes aos Benefícios de Transferência de Renda, temos:



Já quanto aos inscritos até o mês de Setembro/2021 no Cadastro Único, temos um total de 2.161 famílias, que se traduzem em 5.334 indivíduos, conforme os critérios de renda que, abaixo, podemos observar:

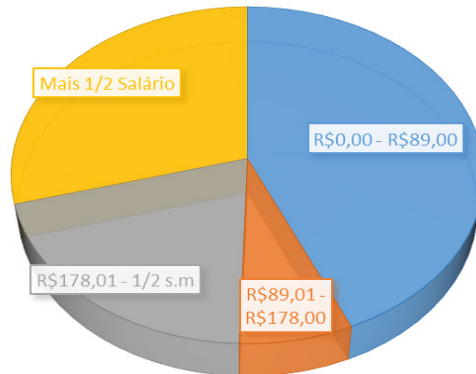




**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

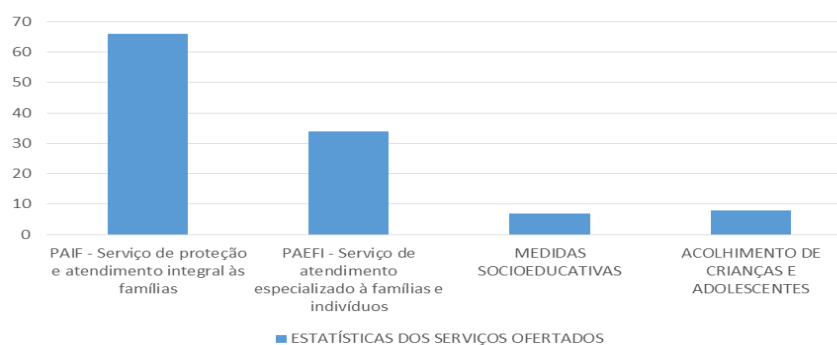
**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

### CADÚNICO - 2.161 FAMÍLIAS



Atualmente, o Município possui Proteção Social Básica, Média e Alta estruturadas, conforme será posteriormente abordado. Entretanto, aqui nos cumpre apresentar os números das famílias acompanhadas pelos serviços:

### ESTATÍSTICAS DOS SERVIÇOS OFERTADOS



Em que pese as referidas estatísticas quanto aos serviços tipificados que são ofertados pelos equipamentos, também houveram



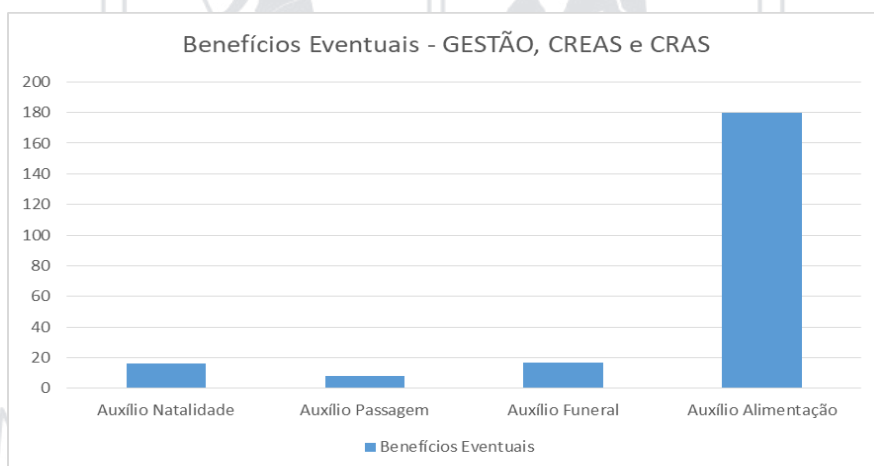
**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

diversos atendimentos individuais e familiares que não acarretaram em inclusão nos serviços de proteção, totalizando:

- CREAS: 1.170 atendimentos (individuais e em grupo) e 159 visitas domiciliares;
- CRAS: 1.256 atendimentos (individuais) e 104 visitas domiciliares.

Ainda, conforme as legislações municipais vigentes, há o fornecimento dos Benefícios Eventuais, tais como os Auxílios Natalidade, Funeral, Passagem e Alimentação, que foram concedidos nos seguintes números:



Sendo assim, traça-se um panorama geral da realidade socioassistencial do Município, que servirá de parâmetro para estipulação das metas, estratégias e objetivos, pelas quais se ordenará o planejamento e a execução da Política Pública de Assistência Social.



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

### 2.3 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PENHA

Penha, cidade litorânea de Santa Catarina, foi elevada à categoria de município, no dia 21 de junho de 1958 e efetivamente instalado em 19 de Julho do mesmo ano.

Os primeiros dados populacionais são de 1840, quando tinha 1.640 habitantes e no século seguinte, em 1920 tinha 4.830 habitantes. Atualmente sua população gira em torno de 34 mil habitantes e chega a passar dos 100 mil durante a temporada de verão.

Seu desenvolvimento turístico teve início na década de 70 e uma nova fase do Município começou a ser vivida com a instalação do Beto Carrero World - maior parque temático da América Latina e quinto do mundo. Penha, em expansão, vê surgir uma infraestrutura na parte de hotelaria e restaurantes, enquanto cresce também a maricultura - cultivo de mariscos.

### 2.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS/POPULACIONAIS

Penha, localizada na microrregião de Itajaí, na Mesorregião do Vale do Itajaí, hoje conta com uma população estimada de 34.022 habitantes, em uma área de 57,72 km<sup>2</sup>, tem uma densidade demográfica de 427,87 hab/km<sup>2</sup>, demonstrando que não há grandes aglomerados no município.

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é composto por três indicadores de desenvolvimento humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda). Nos últimos 20 anos, o IDH brasileiro cresceu 47,5%, mas



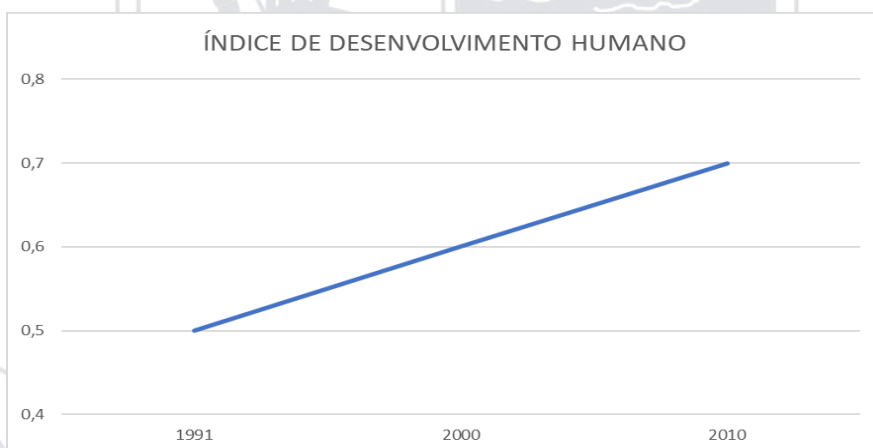
**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

atingiu seu nível mais alto somente em 2013, conforme o disposto no relatório das Nações Unidas.

As regiões Sul e Sudeste têm a maioria dos municípios concentrada na faixa de "alto desenvolvimento humano". Especificamente o estado de Santa Catarina possui o IDH de 0,774, sendo o terceiro colocado dos estados brasileiros.

Como se sabe, a ausência do CENSO do IBGE acarretou em dificuldades de obtenção de dados atualizados, diante da tecnicidade da referida pesquisa. Entretanto, tendo em vista o crescimento populacional da municipalidade desde 1991, podemos constatar que há o acompanhamento do IDH que, em 2010, era de 0,723.

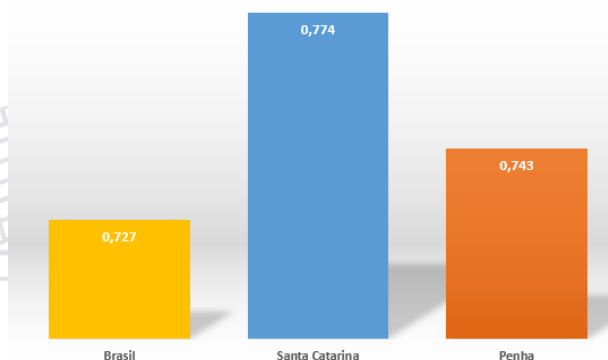


Dessa forma, conforme pode-se observar no Gráfico, é notório o bom desempenho da municipalidade, cujo índice é acima do nacional, mas, ao menos por ora, abaixo da média do índice estadual.



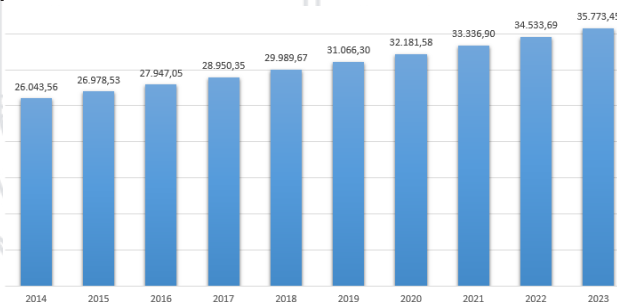
**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social



Índices de desenvolvimento municipal, estadual e federal.

Para entender o reflexo a longo prazo, pode-se observar a projeção demográfica abaixo, que estima o número de habitantes em torno de 35.773,00 mil habitantes em 2023, ou seja um aumento de quase 42,3%. Estima-se, atualmente, que o Município possui 34.022 habitantes.



Projeção Demográfica do município nos próximos 10 anos

O crescimento populacional do Município acaba por tornar as Políticas Públicas Socioassistenciais mais necessárias, de forma que devem ser pensadas de forma a alcançar todos os usuários que necessitem ou que venham a necessitar da Assistência Social. Por isso a análise demográfica e sua projeção é tão importante para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social.

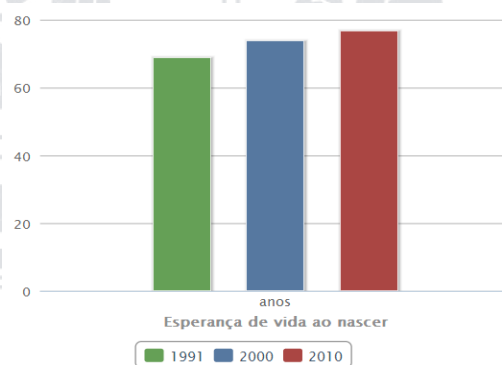


**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

A distribuição da população residente por sexo é de 50,33% do sexo feminino com 49,67% do sexo masculino. Entretanto, segundo informações do IBGE datadas de 2019, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de, somente, 24,8% da população, índices, entretanto, que batem de frente com a realidade da relação de trabalho do Município, que é majoritariamente autônoma.

O índice de envelhecimento aumentou de 5,29%, em 1991, para 5,76%, demonstrando aumento na qualidade e expectativa de vida da população local, evidenciado pelo aumento na dimensão longevidade.



Dessa forma, o Município de Penha possui um alto índice de crescimento populacional, humano e demográfico, o que acarreta na necessidade de construção de políticas públicas efetivas e dispostas a resguardar os direitos dos cidadãos.



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

### 3. O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

A Constituição Federal de 1988, conhecida por Constituição Cidadã, trouxe a Seguridade Social em seu art. 194, prevendo-a enquanto um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade civil, visando assegurar o bem-estar, justiça e amparo social do cidadão, por meio dos direitos à saúde, à previdência e à assistência social.

Nesse ínterim, o SUAS - Sistema Único de Assistência Social vem integrante do chamado tripé da Seguridade Social, composto, também, pela Saúde e Previdência Social.

A partir dele que se organiza a Política de Assistência Social, um direito do povo que dela necessitar. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos, tendo como referência o território onde moram, suas demandas e necessidades.

Os programas e projetos da assistência social no SUAS são organizados em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica (baixa complexidade) e Proteção Social Especial (média e alta complexidade). Assim, todos os serviços, por mais que se difiram em sua competência de atuação, visam o mesmo fim: a prevenção, proteção e enfrentamento das vulnerabilidade e a promoção e defesa de direitos.

**A Proteção Social Básica** tem como objetivo a prevenção, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários





**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

**A Proteção Social Especial** tem por finalidade proteger de situações de risco as famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados ou que já tenha ocorrido rompimento dos laços familiares e comunitários.

Em nosso Município, as ações são desenvolvidas e/ou coordenadas pelas unidades públicas: Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e Abrigo Municipal Anjo Gabriel.

### **3.1 O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS**

É a unidade executora das ações da Proteção Social Básica - Baixa Complexidade. Atualmente, em nosso município, tem-se o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), que visa a prevenção e proteção das situações de vulnerabilidade, trabalhando no desenvolvimento das potencialidades das famílias e indivíduos.

Quanto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, atualmente, é executado somente pela APAE, que o executa junto às pessoas com deficiência e suas famílias. Entretanto, tem-se como meta sua implantação dentro a Proteção Social Básica, vez que o entendemos enquanto fator fundamental de complementação do trabalho social.

### **3.2 O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**

É a unidade executora da Proteção Social Especial de Média Complexidade, atuando quando as famílias e indivíduos já se



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

encontram em situações que são traduzidas como violação de direitos, risco social e pessoal com perda de vínculos afetivos.

Atualmente, o CREAS desenvolve o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI), que visa o apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça e violação de direitos.

Além disso, promove a atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade), determinadas judicialmente.

Por seu turno, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais encaixa na Média Complexidade outros serviços, tais como: Serviço Especializado em Abordagem Social e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Ressalta-se, entretanto, que os mesmos ainda não se encontram devidamente estruturados, sendo uma das metas de execução do presente Plano.

### **3.3 O Abrigo Municipal Anjo Gabriel**

É a unidade executora da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, atuando com Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes em situação de violação de direitos ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família.

Ressalta-se que o afastamento da criança ou do adolescente da família tem caráter de excepcionalidade, aplicada apenas quando há



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

grave risco à integridade física e/ou psíquica. Sendo assim, o serviço visa a preservação e fortalecimento das relações familiares e comunitárias das crianças e dos adolescentes.

### **3.4 Organizações Sociais e Grupos Atuantes**

O município conta com algumas entidades que prestam atendimento na área de assistência social, e, também, em caráter intersetorial com demais políticas públicas. Abaixo, encontra-se a caracterização dessas organizações, com o respectivo público alvo e tipo de atendimento realizado.

**I – APAE:** atua junto às pessoas com deficiências e suas famílias;

**II – Beto Carrero World:** desenvolve serviços com crianças e adolescentes;

**III – CMBA:** desenvolve serviço de acolhida para mulheres e suas crianças, vítimas de violência doméstica;

**IV – ÁGAPE:** entidade referência no atendimento e acolhimento de idosos;

**V – AMAI:** desenvolve serviço aos idosos como fortalecimento de vínculos e convivência;

**VI – CASA DA AMIZADE:** desenvolve serviço aos idosos como fortalecimento de vínculos;

**VII – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS:** desenvolve serviços de atendimento geral as famílias em situação emergência no município;

**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social**VIII - GRUPO DE RESGATE E AÇÃO EM SALVAMENTO**

**COORDENADO:** atua em situações de emergências e calamidades públicas, prestando atendimentos às famílias e indivíduos.

**4. RECURSOS HUMANOS**

As informações sobre Recursos Humanos contidas nos quadros a seguir, aliadas à rede socioassistencial anteriormente apresentada, servirão de base para entender a capacidade de oferta e a cobertura da Assistência Social nos territórios.

**4.1 ÓRGÃO GESTOR**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, está localizada na Avenida Eugênio Krause, 152 - Centro de Penha. E a equipe compõe com os servidores no quadro abaixo:

Servidor	Cargo	Escolaridade
Sergio De Mello	Secretário	Superior Incompleto
Olinda Rodrigues Da Silva Santos	Assistente Social	Superior Completo
Ana Paula Da Silva Dionizio	Diretora	Superior Incompleto
Elaine Cristina De Souza	Assessora De Compras	Médio
Silvanira Rassveller Da Motta	Coordenadora	Superior Completo
Hévily Tamyres Da Silva	Apoio Administrativo	Superior Completo
Regiane Stupp	Apoio Administrativo	Médio



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

Maiara Celista	Apoio Administrativo	Médio
Jessica Damásio      Fernanda	Apoio Administrativo	Médio
Elisangela Idalina Bento	Servente Merendeira /Recepção	Médio Incompleto
Zenaide Weege	Servente Merendeira	Fundamental Incompleto
Felipe Proehlich	Motorista	Superior Incompleto
Francisco Xavier Da Costa	Motorista	Fundamental Incompleto
Vanderlei Da Silva Costa	Agente - Pasta da Igualdade Racial	Médio Incompleto
Vanessa Cristina Ferreira Bernardes	Educadora Infantil	Superior Incompleto
Sonia Aparecida Da Silva Oliveira	Servente Merendeira	Superior Completo

#### 4.2 CRAS

O Centro de Referência da Assistência Social de Penha localiza-se no bairro de Nossa Senhora de Fátima. O equipamento realiza cerca de 120 atendimentos mensais, todavia, considerando o porte de Penha (PP-II), pode referenciar até 3.500 famílias. O CRAS abrange todos os bairros do município. Compõe-se dos seguintes servidores:

Servidor	Cargo	Escolaridade
Aline Ariane Fagundes	Diretora	Ensino Superior Completo



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

Natan Pinto do Nascimento	Psicólogo	Ensino Superior com Especialização
Aruana Boettcher da Costa	Assistente Social	Ensino Superior com Especialização
Maria Bernadete Canuto	Assistente Social	Ensino Superior com Especialização
Eliziane Vergilino Mafra	Recepcionista	Ensino Médio
Márcia Regina dos Santos	Professora – Artes Manuais	Ensino Superior com Especialização
Adriana Bernardino	Profissional da Limpeza	Ensino Fundamental Incompleto
Gabriel André Reiner	Motorista	Ensino Superior Completo

#### 4.3 CREAS

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social localiza-se na região central do município, atualmente acompanha cerca de 80 famílias ao mês, entre todos os serviços e atendimentos oferecidos. A equipe é composta pelos seguintes membros:

Servidor	Cargo	Escolaridade
----------	-------	--------------





**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

Soeli Aparecida Ramalho Alves	Diretora	Ensino Superior Completo
Cláudio de Souza Limeira	Psicólogo	Mestre
Natália Guilhermetti Garcia	Advogada	Ensino Superior com Especialização
Karina da Silva Rocca	Assistente Social	Ensino Superior com Especialização
Francisca Ernestina Costa	Recepcionista	Ensino Superior Completo
Rosani Martins Dias	Educadora Social	Ensino Fundamental
Inês Cansi	Educadora Social	Ensino Superior Competo
Nilda Stiehler	Profissional da Limpeza	Ensino Médio
Jhonatan Giovanni Thibes de Paula	Motorista	Ensino Médio

#### 4.4 ABRIGO MUNICIPAL ANJO GABRIEL





**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

O Abrigo Institucional Anjo Gabriel localiza-se em região sigilosa, com estrutura apta ao recebimento de crianças e adolescentes. A equipe é composta pelos seguintes servidores:

Servidor	Cargo	Escolaridade
Celimar Geremias	Diretora	Ensino Superior Completo
Jéssica Albino	Pedagoga Social	Mestre
Patrícia Isabel dos Santos	Assistente Social	Ensino Superior com Especialização
Adriele de Fátima Fonseca Pereira	Servente/Merendeira	Ensino Médio
Carla Silveira Madruga Chagas	Merendeira	Ensino Médio Incompleto
Márcia Elizabeth Radicheski	Merendeira	Ensino Médio
Elizandra Rodrigues Fernandes	Merendeira	Ensino Superior
Giseli dos Santos Schimidt	Merendeira	Ensino Médio
Lana Cristina de Oliveira Souza	Merendeira	Ensino Superior



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

Sueny da Silva Maria	Merendeira	Ensino Médio
Adelson Santos	Motorista	Ensino Médio

#### 4.5 CONSELHO TUTELAR

É órgão público permanente, autônomo, não jurisdicional, cujo objetivo é zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, vinculado administrativamente ao poder executivo municipal.

Em Penha, localiza-se na região central, onde faz cerca de 260 atendimentos ao mês, entre orientações dos mais diversos temas (guarda, educação, acesso escolar, conflitos familiares) e, também, atuação junto ao Programa de Combate à Evasão Escolar.

Por fim, conta com a seguinte equipe:

Servidor	Cargo	Escolaridade
Márcia Cristina da Silva Lukenchuke	Conselheira Tutelar	Ensino Completo Superior
Marta Nascimento Romão	Conselheira Tutelar	Ensino Completo Superior
Larissa Correa Costa	Conselheira Tutelar	Ensino Completo Superior
Marlene Pereira Siqueira	Conselheira Tutelar	Ensino Completo Superior



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

Marcolina Irene dos Santos	Conselheira Tutelar	Ensino Médio
Arenice de Novaes Bunker	Merendeira	Ensino Médio
Cristina Paula Ortiz	Merendeira	Ensino Fundamental
Oeilson Aparecido Tavares	Motorista	Ensino Médio
Vivian Shumeler Cordova de Souza	Motorista	Ensino Fundamental Incompleto

#### 4.6 ESCOLA ZILDA LUCKI SILVEIRA

Localizada na região central de Penha, oferece cursos manuais e artesanais, visando a profissionalização dos cidadãos. A equipe é composta pelos seguintes servidores.

Servidor	Cargo	Escolaridade
Raquel Hermínia Francez Soares	Professora De Artes Manuais	Superior Completo
Sandra Regina Dos Santos De Borba	Professora De Artes Manuais	Superior Completo
Zilda Cemim	Professora De Artes Manuais	Fundamental Completo
Emilia Maria Duarte	Professora De Artes Manuais	Médio Completo
Adriana Marcolina	Professora De Artes	Médio

**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

Laurenço	Manuais	Completo
Geane De Oliveira	Servente Merendeira	Superior Completo

#### 4.7 ESCOLA ARTE E CULINÁRIA DONA LAURINHA

tem a seguinte composição de servidores:

Servidor	Cargo	Escolaridade
Laura Rodrigues Cunha	Professora de Arte e Culinária	Superior Completo
Sueli Mansk Porto	Servente Merendeira	Fundamental Completo

### 5. OBJETIVOS E DIRETRIZES

De uma maneira geral, objetivamos organizar, regular e nortear a execução da Política Municipal de Assistência Social, por meio da oferta qualificada de serviços, programas e benefícios socioassistenciais às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

#### 5.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Construir, reformar e ampliar os equipamentos públicos de Assistência Social, visando a garantia de acessibilidade e o melhor atendimento à população usuária;
- Ampliar a cobertura de serviços e benefícios socioassistenciais para garantir seu caráter universal a quem deles necessitar, bem como as provisões socioassistenciais;



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

- Aprimorar os procedimentos entre as proteções sociais, primando pela devida articulação da rede socioassistencial;
- Fortalecer a intersetorialidade, aperfeiçoando a comunicação e os processos de trabalho;
- Implementar e implantar ações de qualificação profissional aos usuários dos serviços;
- Garantir aos cidadãos o acesso ao conhecimento dos direitos sociais e órgãos de defesa;
- Sistematizar informações, visando a construção de indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e riscos pessoal e social, que incidem sobre famílias/pessoas, nos diferentes ciclos de vida;
- Implementar a Política de Educação Permanente no SUAS, ampliando ações de capacitação, supervisão, apoio técnico e formação continuada à rede socioassistencial;
- Implantar e aprimorar instrumentos de gestão e monitoramento da execução das ofertas da rede socioassistencial;

## 5.2 DIRETRIZES

A Constituição Cidadã de 1988 e a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, pautaram a Assistência Social enquanto direito de cidadania e dever do Estado, devendo-se, para tanto, primar pela universalização da cobertura e acesso dos serviços, programas e projetos, por meio da organização da rede socioassistencial. Para tanto a organização da Política Pública Assistência Social, deve fundamentar-se prioritariamente nas diretrizes estabelecidas, sendo elas:

*I - Descentralização política administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a*



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

*coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, em como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais; II - Participação da população, por meio de organização representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; IV- Centralização na família para concepção e implemente dos benefícios, serviços, programas e projetos.*

A descentralização político administrativa permite que o Município, dentro do âmbito de sua competência, realize o planejamento de suas ações baseadas no diagnóstico de sua realidade, potencialidades, fragilidades e demandas identificadas e com vistas no aprimoramento da gestão do SUAS, o que compreende:

- Gestão territorial por área de abrangência das unidades, identificando as situações de vulnerabilidades e riscos sociais, bem como as potencialidades;
- Aprimoramento da gestão do SUAS com a organização, padronização e oferta de serviços de toda a rede socioassistencial, objetivando a devida articulação dos serviços programas, projetos e benefícios oferecidos aos usuários;
- Intersetorialidade por meio de ações integradas das diferentes políticas públicas municipais (saúde, educação, segurança pública) e instâncias de controle social, para deliberação, desenvolvimento e acompanhamento das atividades



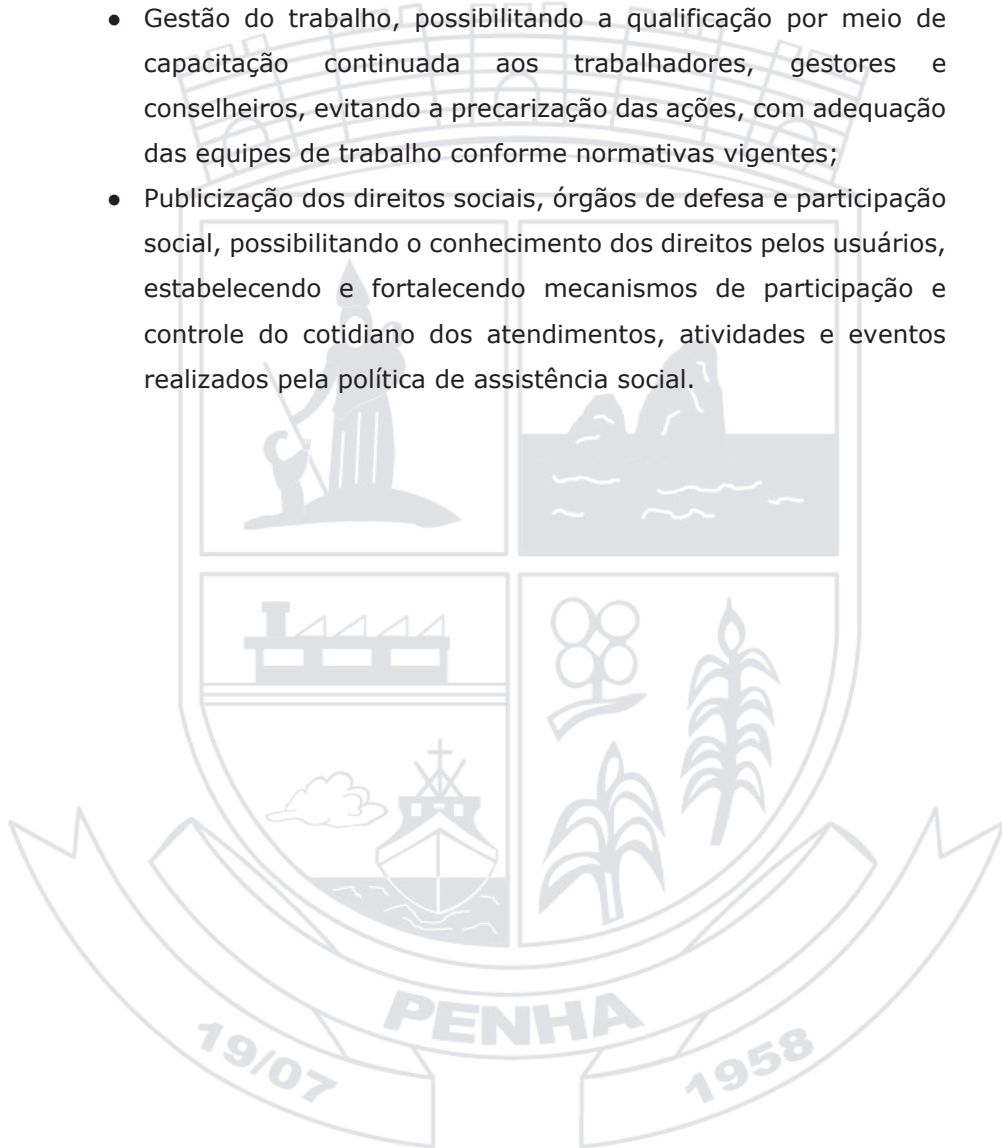


**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

desenvolvidas; possibilitando o atendimento articulado das demandas;

- Gestão do trabalho, possibilitando a qualificação por meio de capacitação continuada aos trabalhadores, gestores e conselheiros, evitando a precarização das ações, com adequação das equipes de trabalho conforme normativas vigentes;
- Publicização dos direitos sociais, órgãos de defesa e participação social, possibilitando o conhecimento dos direitos pelos usuários, estabelecendo e fortalecendo mecanismos de participação e controle do cotidiano dos atendimentos, atividades e eventos realizados pela política de assistência social.







## 6. AÇÕES, ESTRATÉGIAS E METAS CORRESPONDENTES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO

GESTÃO DO SUAS – benefícios eventuais e de transferência de renda, educação permanente, vigilância...

Diretriz	Prioridade	Meta	Ações Estratégicas	Período					Recursos		
				2022	2023	2024	2025	2026	Fe	Est	Mu
ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	100%	CRIAÇÃO LEGISLATIVA DO SERVIÇO, PREVENDO, PARA TANTO, A EQUIPE MÍNIMA, A SER POSTERIORMENTE CONTRATADA POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO, COM MOBILIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	X	X	X	X				X
				X	X	X	X		X	X	X
				X	X	X	X				
ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL	ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL	100%	ALTERAÇÃO LEGISLATIVA DO SERVIÇO, PREVENDO, PARA TANTO, A EQUIPE MÍNIMA, A SER POSTERIORMENTE CONTRATADA POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO, COM MOBILIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	X	X	X	X				X
				X	X	X	X				
				X	X	X	X				



ESTRUTURAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	100%	ALTERAÇÃO LEGISLATIVA DA ALTA COMPLEXIDADE, PREVENDO, PARA TANTO, A EQUIPE MÍNIMA, A SER POSTERIORMENTE CONTRATADA POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO, COM MOBILIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	X						
IMPLANTAÇÃO DE NOVO CRAS OU EQUIPE VOLANTE, VISANDO FACILITAR O ACESSO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM TERRITÓRIOS DISTANTES	100%	REALIZAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE							
criação do serviço de alta complexidade na modalidade abrigo institucional para adultos e famílias	100%	criação legislativa do serviço, prevendo, para tanto, a respectiva equipe mínima, a ser posteriormente contratada por meio de concurso público, a ser vinculado à alta complexidade	X				X		X
AMPLIAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA	100%	CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL PARA A EQUIPE DA GESTÃO POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO	X						
criação de estratégias para agilizar os processos de compra	100%	MELHORIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E ARTICULAÇÃO ENTRE OS SETORES COMPETENTES	X						X
criação de protocolos e fluxos	100%	ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL POR MEIO DE DECRETO PÚBLICO	X						X
COMPRA DE UM VEÍCULO PARA A GESTÃO	100%	LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO, MOBILIZANDO, PARA TAL, A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - GESTÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	X				X	X	X



**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOK	100%	AQUISIÇÃO, POR MEIO DE LICITAÇÃO OU COMPRA DIRETA, COM A DEVIDA MOBILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS COMPETENTES	X	X					X	X
NOVA SEDE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	100%	REFORMAR E AMPLIAR DO PRÉDIO DA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE ZILDA LUCKI SILVEIRA PARA SEDE PRÓPRIA DA SECRETARIA	X	X	X	X	X	X	X	X
COMPRAS DE ACESSÓRIOS DE TECNOLOGIA, MÍDIA PARA COMPUTADOR. COMO: WEBCAM E MICROFONE PARA USO EM REUNIÕES, EQUIPAMENTOS DE MÍDIA (RETROPROJETOR E TELÃO) E DE SOM (CAIXA E MICROFONE)	100%	AQUISIÇÃO POR MEIO DE LICITAÇÃO OU COMPRA DIRETA, COM A DEVIDA MOBILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS COMPETENTES	X	X						X
AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, COMO FORNO, MICROONDAS, FOGÃO, CAFETEIRA, LIQUIDIFICADOR E AR CONDICIONADO, ESTE ÚLTIMO PARA TODAS AS SALAS	100%	AQUISIÇÃO POR MEIO DE LICITAÇÃO OU COMPRA DIRETA, COM A DEVIDA MOBILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS COMPETENTES	X	X	X	X	X	X	X	X
CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE APOIO NO BOLSA FAMÍLIA	100%	CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO	X	X					X	X
ALTERAÇÃO DA LEI DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS E PROMULGAÇÃO DE REGULAMENTOS NORMATIVOS QUE OS DISCIPLINAM	100%	REUNIÕES CONJUNTAS COM OS TÉCNICOS DE REFERÊNCIA, VISANDO A ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTO QUE ABARQUE AS REALIDADES MUNICIPAIS, COM POSTERIOR APROVAÇÃO E PROMULGAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PELO LEGISLATIVO. ALÉM DISSO, ARTICULAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA PARA PUBLICAÇÃO DE DEMAIS INSTRUMENTOS NORMATIVOS PERTINENTES	X	X	X	X	X	X	X	X
criação do benefício eventual de vulnerabilidade temporária - auxílio aluguel	100%	REUNIÕES CONJUNTAS COM OS TÉCNICOS DE REFERÊNCIA, VISANDO OS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO, COM POSTERIOR PROMULGAÇÃO LEGISLATIVA E	X							X



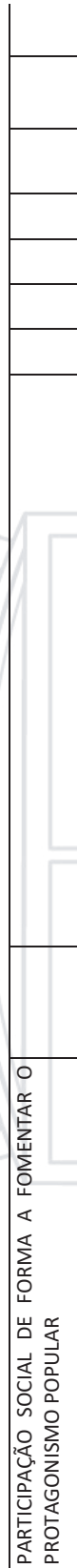
**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

		REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
DESENVOLVIMENTO DE REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	100%	ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO MEDIANTE CONSULTA E APROVAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	X						X
EFEITIVAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS VIA POLÍTICA PÚBLICA	100%	ADEQUAÇÃO LEGISLATIVA E EMPENHO ANTECIPADO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS PARA EVITAR DOAÇÕES ASSISTENCIALISTAS	X	X	X				X
EFEITIVAÇÃO DO BENEFÍCIO EVENTUAL DE ALIMENTAÇÃO NA MODALIDADE CARTÃO SOCIAL	100%	MOBILIZAÇÃO DO SETOR COMPETENTE PARA O PROCEDIMENTO DE COMPRA, BEM COMO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA FISCALIZAÇÃO NO CUMPRIMENTO DE SUAS NORMATIVAS	X						X
CAPACITAÇÃO CONTÍNUA DE TODOS OS SERVIDORES DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS	100%	DESENVOLVIMENTO DE PLANO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE	X	X	X				X
criação de fluxo de atendimento socioassistencial, inclusive com o conselho tutelar e intersetorial	100%	REUNIÕES MENSAIS COM OS SERVIDORES E CONSELHEIROS, VISANDO A PACTUAÇÃO CONJUNTA DO FLUXO, COM POSTERIOR PUBLICAÇÃO POR MEIO DE DECRETO MUNICIPAL	X	X	X				X
Aquisição de sistema informatizado do suas	100%	licitação para aquisição, mobilizando, para tal, a secretaria de assistência social - gestão e secretaria de administração	X	X					X
criação de convênios de alta complexidade, visando o acolhimento de idosos, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência, crianças e adolescentes, bem como pessoas em situação de rua	100%	licitação, mobilizando, para tal, a secretaria de assistência social - gestão e secretaria de administração	X	X	X				X



PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL DOS USUÁRIOS E ADOLESCENTE EM MEDIDAS SOCIO-EDUCATIVAS, PAEFI E PAIF	100%	criação de convênios/elaboração de licitação, mobilizando, para tal, a secretaria de assistência social - gestão e secretaria de administração. articulação com as secretarias de esporte, cultura e educação para integração	X	X	X	X	X	X	X
ADEQUAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE JUSTIFICATIVA DE HORAS EXTRAS, FÉRIAS, LICENÇAS E DEMAIS ASSUNTOS PERTINENTES AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS	100%	articulação com o setor de recursos humanos e a secretaria da administração para a adequação e regulamentação de procedimentos	X						X
PROMOVER A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO ÀS ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES	100%	publicação de editais periódicos de inscrição dos cursos profissionalizantes oferecidos pela escola zilda lucki silveira e escola dona laurinha, uniformizando as oportunidades de matrícula	X	X	X				
GARANTIR QUE AS COORDENAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEJAM OCUPADAS POR SERVIDORES CONCURSADOS E DE NÍVEL SUPERIOR	100%	alteração legislativa com mobilização das secretarias envolvidas e do poder executivo	X						
EQUIPARAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DAS EQUIPES TÉCNICAS	100%	alteração legislativa com mobilização das secretarias envolvidas e do poder executivo	X						
GARANTIR ACESSO À POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS TALS COMO AO TRANSPORTE	100%	transporte interbairros para os usuários	X	X	X	X	X	X	X
PLANEJAR E EXECUTAR PROJETOS DE MOBILIZAÇÃO DOS USUÁRIOS, PARA QUE OPEREM COMO MULTIPLICADORES DAS INFORMAÇÕES ACERCA DOS DIREITOS QUE LHEM COMPETEM, PRECONIZANDO A	100%	as orientações sejam através das equipes técnicas do suas aos usuários multiplicadores no município	X	X	X	X	X	X	X





 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE



IMPLEMENTAR SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)	100%	COLOCAR EM PRÁTICA O PLANEJAMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O SCFV	X	X	X	X	X	X
CRIAR E IMPLEMENTAR ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO DO SERVIÇO COM OS TERRITÓRIOS	100%	PLANEJAMENTO DE AÇÕES QUE SERÃO REALIZADAS JUNTO AOS TERRITÓRIOS; MOBILIZAÇÃO DE LIDERANÇAS E ENTIDADES LOCAIS PARA APOIO ÀS AÇÕES	X	X	X	X	X	X
REALIZAR REUNIÕES INTERSETORIAIS PERIÓDICAS PARA DISCUSSÃO E ESTUDO DE CASOS	100%	MOBILIZAÇÃO DA REDE PARA PARTICIPAÇÃO COM O INTUITO DE FORTALECER A ATUAÇÃO INTERSETORIAL	X	X	X	X	X	
ORGANIZAÇÃO DOS FLUXOS INTERNOS DO CRAS	100%	CONSTRUÇÃO DOS FLUXOS INTERNOS EM CONJUNTO COM A GESTÃO DA SEMAS	X	X				X
AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, COMO Forno, MICROONDAS, FOGÃO, CAFETEIRA, LIQUIDIFICADOR, DENTRE OUTROS, VISANDO EQUIPAR A COZINHA. ALÉM DE AR CONDICIONADO PARA TODAS AS SALAS	100%	AQUISIÇÃO POR MEIO DE LICITAÇÃO OU COMPRA DIRETA, COM A DEVIDA MOBILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS COMPETENTES	X	X	X	X		X
REFORMA DA ESTRUTURA FÍSICA DO CRAS	100%	REALIZAR AS REFORMAS NECESSÁRIAS NA ESTRUTURA FÍSICA DO CRAS PARA GARANTIR QUE OS SERVIÇOS SEJAM PRESTADOS DE FORMA SALUBRE E SEGURA PARA OS USUÁRIOS E EQUIPE	X	X			X	X
ADEQUAR NO EQUIPAMENTO SALA ESPECÍFICA PARA REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS DOS USUÁRIOS CONFORME DIRETRIZES TÉCNICAS	100%	COMPRA, POR PARTE DA SECRETARIA, DOS MATERIAIS E MÓVEIS SOLICITADOS PELA EQUIPE	X				X	X
ACOMPANHAR PELO PAIF FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF QUE APRESENTEM OUTRAS VULNERABILIDADES PARA ALÉM DA INSUFICIÊNCIA DE RENDA	100%	MOBILIZAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA E CRIAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO	X	X	X	X	X	X





ACOMPANHAR PELO PAIF ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF EM FASE DE SUSPENSÃO POR DESCUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES, CUJOS MOTIVOS SEJAM DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	100%	MOBILIZAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA E CRIAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO	X	X	X	X	X	X	X
ACOMPANHAR PELO PAIF FAMÍLIAS COM INTEGRANTES QUE SEJAM BENEFICIÁRIOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E QUE APRESENTEM OUTRAS VULNERABILIDADES PARA ALÉM A INSUFICIÊNCIA DE RENDA	100%	MOBILIZAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA E CRIAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO	X	X	X	X	X	X	X

#### PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS

Diretriz	Meta	Ações Estratégicas	Período					Recursos		
Prioridade			2022	2023	2024	2025	2026	Federal	Estadual	Municipal
EQUIPAR E ADEQUAR NOVA SEDE DO CREAS	100%	CONCLUSÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO DE MOBILIÁRIO COMPLETO, ELABORAÇÃO DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS ERGONÔMICOS	X							X



AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS	100%	COMPUTADORES - NOVOS, NOTEBOOKS, IMPRESSORAS, EQUIPAMENTOS DE MÍDIA (CÂMERA, MICROFONE, HEADPHONE, TELÃO E PROJETOR), TECLADOS E MOUSES.	X							X
AMPLIAÇÃO DE AÇÕES DE GRUPOS E OFICINAS PARA COMUNIDADE E USUÁRIOS DO CREAS	100%	REALIZAÇÃO DE PROJETOS PARA COLETIVIZAR AS DEMANDAS DO SERVIÇO	X	X	X	X	X	X	X	X
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E PROJETOS COMUNITÁRIOS	100%	PROMOVER ARTICULAÇÕES COM INSTITUIÇÕES, SOCIEDADE CIVIL E ENTRE SECRETARIAS MUNICIPAIS	X	X	X	X	X	X	X	X
MANUTENÇÃO E LIMPEZA DO VEÍCULO DO CREAS	100%	criação de convênio/licitação para regularizar a higienização semanal do veículo	X	X	X	X	X	X	X	X
REUNIÕES SISTEMÁTICAS DE PLANEJAMENTO MENSAL (GERAL) E SEMANAL (CREAS)	100%	criação de calendário de reuniões com datas, pautas e objetivos de ações de desenvolvimento humano e alinhamento do processo de trabalho	X	X	X	X	X	X	X	X

#### PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - ABRIGO MUNICIPAL

Diretriz													
Prioridade	Meta	Ações Estratégicas	Período					Recursos					
			2022	2023	2024	2025	2026	Fe	Est	Mu			
			2022	2023	2024	2025	2026	de	ad	nici			
COMPRA DE UM VEÍCULO	100%	LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO, MOBILIZANDO, PARA TAL, A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - GESTÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	X	X	X	X							
													X



AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA PARA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO	100%	MOBILIZAÇÃO DO SETOR COMPETENTE PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS CELULARES, VIA LICITAÇÃO OU COMPRA DIRETA	X						X
CRÉDITO ANUAL PARA COMPRAS EM GERAL	100%	MOBILIZAÇÃO DOS SETORES COMPETENTES PARA AQUISIÇÃO DE CRÉDITO DE COMPRAS ANUAL DE ALIMENTOS, MEDICAMENTOS E ITENS DE HIGIENE	X	X	X	X			X
ESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA A ALTA COMPLEXIDADE	100%	MOBILIZAÇÃO DOS SETORES COMPETENTES PARA OS PROCEDIMENTOS CABÍVEIS, TAIS COMO ORÇAMENTOS, LICITAÇÃO, EVENTUAL COTAÇÃO DE ALUGUÉIS.	X	X					X
CONTRATAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA, QUE ABRANGENDO TODOS OS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS, TAIS COMO: FAMÍLIA ACOLHEDORA, CONVÊNIOS DE ACOLOHIMENTO E ABRIGO INSTITUCIONAL DE INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS	100%	ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL MUNICIPAL, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS, PSICÓLOGO E EDUCADORAS SOCIAIS, POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO	X	X					X
AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, COMO FORNO, MICROONDAS, FOGÃO, CAFETEIRA, LIQUIDIFICADOR, DENTRE OUTROS, VISANDO EQUIPAR A COZINHA. ALÉM DE AR CONDICIONADO PARA TODAS AS SALAS	100%	AQUISIÇÃO POR MEIO DE LICITAÇÃO OU COMPRA DIRETA, COM A DEVIDA MOBILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS COMPETENTES	X	X	X	X	X		X
PAGAMENTO DE HORAS DE SOBREAVISO	100%	ARTICULAÇÃO JUNTO À PASTA COMPETENTE	X						X





## CONTROLE SOCIAL - CMAS

Diretriz											
Prioridade	Meta	Ações Estratégicas		Período					Recursos		
				2022	2023	2024	2025	2026	Fe	Est	M
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS FLUXOS DE ATENDIMENTO, DEFINIÇÃO DE CUMPRIMENTO DA TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS/NOB/RH	100%	CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS E ATUAÇÃO CONSTANTE E EFETIVA POR PARTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		X	X	X	X	X			X
				X	X	X	X	X	X	X	X
SOBRE O MICRO-ÔNIBUS, MODELO VW/NEOBUS TH O, PLACA PBN 8709 ANO DE FABRICAÇÃO 2018, MODELO 2019, DOADO ATRAVÉS DO TERMO DE DOAÇÃO 230/2019, CELEBRADO PELO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E MUNICÍPIO DE PENHA, ATRAVÉS DO DECRETO Nº 3398/2019.	100%	O QUAL ESTÁ APROVADO E EM ATA QUE SERÁ DE USO EXCLUSIVO DOS EQUIPAMENTOS CRAS E CREAS ATÉ 2023 CONFORME TERMO DE DOAÇÃO, E AOS DEMAIS EQUIPAMENTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, SOMENTE APÓS ESSE PERÍODO. ENFIM, TODAS AS DESPESAS DO VEÍCULO SERÁ CUSTEADO ATRAVÉS DOS RECURSOS DO CRAS E CREAS.		X	X				X	X	X
				X	X				X	X	X



CONSELHO TUTELAR										
Diretriz										
Prioridade	Meta	Ações Estratégicas	Período				Recursos			
			2022	2023	2024	2025	Estadual	Federacional	Municipal	
PLACA DE IDENTIFICAÇÃO	100%	SOLICITAÇÃO JUNTO A PASTA	X							X
ELETROELETRÔNICO: CELULAR E IMPRESSORA	100%	SOLICITAÇÃO À PASTA E PROCEDIMENTO DE COMPRA	X							X
CONSTÂNCIA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, EXPEDIENTE E CONSUMO	100%	SOLICITAÇÃO À PASTA E PROCEDIMENTO DE COMPRA	X	X	X	X				X
REAJUSTE SALARIAL E A REVISÃO GERAL ANUAL	100%		X	X						X
CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO EFETIVO	100%	CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO	X	X						X
HORAS DE SOBREAVISO	100%		X							
ESPAÇO KIDS COM ESTRUTURAÇÃO DE EQUIPAMENTO (BRINQUEDOS DIDÁTICOS, MESA, CADEIRA)	100%	LICITAÇÃO	X	X						X



COMPRAS DE CORTINAS	100%	COMPRAR	X	X						X	
CADERINHA DE BEBÊ PARA TRANSPORTE	100%	COMPRAR	X	X						X	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA	100%	LEGISLAÇÃO MUNICIPAL PPA-LOA E CMDCA	X	X				X	X	X	
ARTICULAÇÃO COM A REDE, COM REUNIÕES PERIÓDICAS	100%		X								

## CONTROLE SOCIAL - CMI

Diretriz	Prioridade	Meta	Período					Recursos		
			2022	2023	2024	2025	2026	Fe	Est	M
CENTRO DIA ( IDOSO)		Ações Estratégicas	X	X	X	X	X		X	X
		100%								
		CRIAÇÃO DE SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA								





**SEMAS**  
Secretaria  
Municipal de  
Assistência Social

PROJETO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL PARA ATENDIMENTO AO IDOSO	100%	MEDIAÇÃO PREFEITURA E EMPRESAS DE TRANSPORTE	X	X	X	X	X	X	X
CRIAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA REALIZAÇÕES DE AÇÕES DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO RELACIONADO À PESSOA IDOSA	100%	MÍDIA DA PREFEITURA	X	X	X	X	X	X	X
CRIAÇÃO DE PROJETOS DE REINserÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO E SOCIALIZAÇÃO PARA O IDOSO	100%	MUNICIPAL	X	X	X	X	X	X	X

#### CONTROLE SOCIAL - CMDCA

Diretriz	Período	Recursos
----------	---------	----------





**CONTROLE SOCIAL - COMPED**



Prioridade	Meta	Ações Estratégicas	2022	2023	2024	2025	Fe de ral	Est ad ual	M uni cip al
REATIVAR O CONSELHO	100%	NO INÍCIO DO ANO LETIVO JÁ EM 2022	X	X	X	X		X	X
INTERVENÇÃO JUNTO ÀS EMPRESAS PARA ADAPTAÇÃO NOS TRANSPORTE, AOS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA	100%		X	X	X	X			X
	100%		X	X	X	X	X	X	X
	100%								

## 7. BENEFÍCIOS EVENTUAIS

No Município, os benefícios eventuais foram instituídos por meio da Lei nº 2496/2011, nos seguintes termos:

Benefícios Eventuais		
<b>1. Auxílio Funeral</b>	(x) Pecúnia	( ) Bens materiais
<b>2. Auxílio Natalidade</b>	(x) Pecúnia	( ) Bens materiais
<b>3. Calamidade Pública</b> Existem provisões que podem ser realizadas, mas não tem regulamentado benefícios específicos;		
<b>4. Vulnerabilidade Temporária:</b> Auxílio na obtenção de fotos 3x4; Cesta Básica; Auxílio passagem; Busca de documento;		

Benefícios Eventuais				
Descrição	2022	2023	2024	2025
<b>Auxílio Funeral</b>	X	X	X	X
<b>Auxílio natalidade</b>	X	X	X	X
<b>Calamidade Pública</b> Existe a previsão legislativa de que as provisões podem ser realizadas, entretanto, ainda não há regulamentação específica.				
<b>Vulnerabilidade Temporária</b>				
Cesta básica	X	X	X	X
Fotos para documentação	X	X	X	X
Auxílio passagem	X	X	X	X
Busca de documento	X	X	X	X

## 8. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

A consolidação das metas estabelecidas neste Plano impactará na efetiva garantia de direitos de cidadania aos usuários atendidos pela Política Municipal de Assistência Social da municipalidade, vez que, por consequente, acarretará na ampliação/qualificação dos seus atendimentos, serviços e equipamentos.

Ainda, possibilitará a busca pela autonomia e protagonismo dos usuários e famílias que foram acompanhadas pelos equipamentos de atendimento da Assistência Social do município

Em última instância, a plena execução deste planejamento contribuirá para reduzir desigualdades e iniquidades, ampliando os níveis de cidadania, justiça social e bem-estar em nossa cidade.

## 9. Recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários

### 9.1 Recursos Disponíveis

#### 9.1.1 Humanos

##### 9.1.1.1 Secretaria Municipal de Assistência Social

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Assistente Social	1	-	-
Auxiliar administrativo	1	-	2
Operadores de cadastro único	1	-	-
Secretário	-	-	1
Assessor de compras	-	-	1
Diretora	-	-	1
Coordenadora	-	-	1
Recepcionistas	1	-	-

Motoristas	2	-	-
Servente Merendeira	2		
outros	1	-	-
Total	9		6

#### 9.1.1.2 Proteção Social Básica – CRAS

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Assistente Social	2	-	-
Psicólogo	1	-	-
Orientadores Sociais	-	-	-
Auxiliar administrativo	-	-	-
Coordenador	-	-	1
Estagiários	-	-	-
Recepcionista	1	-	-
Motorista	1	-	-
Outros:	-	-	-
Agente de serviços gerais	-	1	-
Facilitador	-	-	-
Estágio curricular em serviço social	-	-	-
Total	5	1	1

#### 9.1.1.3 Proteção Social Especial de Média Complexidade

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Assistente Social	1	-	-
Psicólogo	1	-	-
Advogado	1	-	-
Orientadores Sociais	-	-	-
Auxiliar administrativo	-	-	-
Coordenador	-	-	1

Estagiários	-	1	-
Recepcionista	1	-	-
Motorista	1	-	-
Outros: Agente de serviços gerais	4	-	-
Pedagoga	-	-	-
Total	9	1	1

#### 9.1.1.4 Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Assistente Social	1	-	-
Psicólogo	-	-	-
Advogado	-	-	-
Orientadores Sociais	-	-	-
Auxiliar administrativo	-	-	-
Coordenador	1	-	-
Estagiários	-	-	-
Recepcionista	-	-	-
Motorista	-	1	-
Outros: Agente de serviços gerais	1	8	-
Pedagoga	1	-	-
Total	4	9	-

### 10. Materiais

#### 10.1 Gestão

1 automóvel, 8 computadores, 2 impressoras alugada, 30 Cadeiras unitárias e 3 de 3 cadeiras na recepção, 6 mesas de escritórios e 1 mesa de reunião

#### 10.2 CRAS

1 automóvel, 5 computadores, 1 notebook, 2 impressoras alugadas, 1 datashow, 2 caixas de som, 1 câmera fotográfica digital, 1 forno, 1 microondas, 1 geladeira, 1 máquina de lavar, 8 armários verticais, 2 armários horizontais, 1 cooktop, 5 mesas de escritório, 1 mesa redonda, 1 mesa de reunião, 1 televisão, 1 dvd, 1 lavadora de alta pressão, 1 aspirador, 4 ar condicionados, 2 gazebs, 4 mesas de plástico, 60 cadeiras

### 10.3 CREAS

01 automóvel, 01 notebook, 04 computadores, 1 impressora alugada

### 10.4 ABRIGO

1 fogão - 1 geladeira - 1 freezer - 1 microondas - 3 computadores - 1 forno - 3 mesas de escritórios - 1 televisão - 1 aparador de vidro - 2 impressoras alugadas - 3 armários

### 10.5 CONSELHO TUTELAR

13 armários arquivos - 1 mesa de reunião com 9 cadeiras - 7 mesa individual com 7 cadeiras - 1 mesa infantil com 6 cadeiras - 1 mesa de cozinha com 3 cadeiras - 1 bebedouro 1 impressora - 1 microondas - 1 geladeira - 1 banco de espera com 3 assentos 2 armários multiuso

### 10.6 ESCOLA ZILDA

3 mesas de 2 metros, 10 máquinas de costuras, 1 geladeira, 60 cadeira de plásticos, 60 cadeiras normal

### 10.7 ESCOLA ARTE E CULINÁRIA

1 geladeira, 1 forno

### 10.8. FINANCEIRO atual da Assistência Social

**R\$ 492.617,39 em 07/12/2021**



**11. Recursos Necessários****11.1 Humanos****11.2 Secretaria Municipal de Assistência Social**

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Assistente Social	<b>2</b>	-	-
Psicólogo	<b>1</b>	-	-
Pedagogo	<b>1</b>	-	-
Orientadores Sociais	-	-	-
Auxiliar administrativo	<b>2</b>	-	-
Operadores de cadastro único	<b>2</b>	-	-
Secretário	-	-	<b>1</b>
Diretores	-	-	<b>1</b>
Gerentes	-	-	-
Coordenadores	-	-	<b>2</b>
Estagiários	-	-	-
Recepcionistas	<b>1</b>	-	-
Telefonistas	-	-	-
Motoristas	<b>1</b>	-	-
Outros	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10</b>	-	<b>4</b>

**11.3 Proteção Social Básica – CRAS**

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Assistente Social	<b>2</b>	-	-
Psicólogo	<b>1</b>	-	-
Orientadores Sociais	<b>4</b>	-	-
Auxiliar administrativo	<b>1</b>	-	-
Coordenador		-	<b>1</b>

Estagiários		-	-
Recepcionista	<b>1</b>	-	-
Motorista	<b>1</b>	-	-
servente	<b>1</b>	-	-
Outros	-	-	-
	-	-	-
Total	<b>11</b>	-	<b>1</b>

#### 11.4 Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Assistente Social	<b>1</b>	-	-
Psicólogo	<b>1</b>	-	-
Advogado	<b>1</b>	-	-
Orientadores Sociais	<b>4</b>	-	-
Auxiliar administrativo	<b>1</b>	-	-
Coordenador	-	-	<b>1</b>
Estagiários	-	<b>1</b>	-
Recepcionista	<b>1</b>	-	-
Motorista	<b>1</b>	-	-
Pedagoga	-	-	-
serventes	<b>1</b>	-	-
Total	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

#### 11.5 Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Acolhimento Institucional)

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Assistente Social	<b>1</b>	-	-
Psicólogo	<b>1</b>	-	-

Orientadores Sociais	<b>1</b>	-	-
Auxiliar administrativo	<b>1</b>	-	-
Coordenador	-	-	<b>1</b>
Estagiários	-	-	-
Recepcionista	-	-	-
Motorista	<b>1</b>	-	-
Outros	<b>8</b>	-	-
Serventes	<b>2</b>	-	-
Total	<b>15</b>	-	<b>1</b>

## 12. Mecanismos e fontes de financiamento

### 12.1 Planejamento orçamentário da Assistência Social

ANO	Planejamento orçamentário do município (em reais)	Orçamento da Assistência Social (em reais)	Percentual da Assistência Social em Relação ao Orçamento do Município
2022	139.634.518,92	3.288.750,00	2,36%
2023	144.737.292,75	3.390.551,21	2,34%
2024	149.995.924,25	3.485.841,28	2,32%
2025	155.415.857,10	3.586.660,51	2,31%

### 12.2 Planejamento Orçamentário da Assistência Social

Planejamento Orçamentário (em reais)
Fundo Municipal de Assistência Social
Despesas Correntes

Fonte	2022	2023	2024	2025
(Municipal,	993.000,00	1.016.396,00	1.026.902,86	1.049.488,46
Estadual,	93.495,64	96.484,25	99.619,99	102.857,65
Federal)	130.315,58	134.070,84	138.980,08	143.950,44
<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 1.216.811,22</b>	<b>R\$ 1.246.951,09</b>	<b>R\$ 1.265.502,93</b>	<b>R\$ 1.296.296,55</b>
<b>Despesas de Capital</b>				
Fonte	2022	2023	2024	2025
(Municipal,	91.000,00	94.200,00	95.372,75	96.567,36
Estadual,	39.600,00	40.937,00	42.267,45	43.641,14
Federal)	17.088,78	20.000,00	20.000,00	20.000,00
<b>Total Geral</b>	<b>147.688,78</b>	<b>155.137,00</b>	<b>157.640,20</b>	<b>160.208,50</b>
<b>Total Geral</b>				
Fonte	2022	2023	2024	2025
(Municipal,	1.084.000,00	1.110.596,00	1.122.275,61	1.146.055,82
Estadual,	133.095,64	137.421,25	141.887,44	146.498,79
Federal)	147.404,66	154.070,84	158.980,08	163.950,44
<b>Total Geral</b>	<b>1.364.500,00</b>	<b>1.402.088,09</b>	<b>1.423.143,13</b>	<b>1.456.505,05</b>

**12.3 Orçamento Mensal do Governo Federal destinado ao Município.**

Incentivo	Teto Financeiro
IGD- Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa Família	2.740,43
IGD – Índice de Gestão SUAS	500,00
Proteção Social Básica	
Piso Básico Variável	0,00
Piso Básico Fixo – CRAS	5.665,66
Projovem Adolescente	0,00
Proteção Social Especial	
Piso	Valor
Piso Fixo de Média Complexidade – CREAS	3.220,46
Piso de Transição de Média Complexidade	281,20

**12.4 Orçamento Anual de Repasse de Recursos do Governo do Estado (SC)**

Proteção Especial de Média Complexidade	
Piso	Valor
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	
Equipamento	Valor

Abrigo Municipal Anjo Gabriel	38.265,30
Benefícios Eventuais	
Tipo	Valor
Benefícios Eventuais	89.285,70

### 13. Cobertura da rede prestadora de serviços

#### 13.1 Equipamentos Públicos

Equipamento – Proteção Social Básica		Nº de Famílias Atendidas e/ou Acompanhadas Mensalmente
CRAS		120
Equipamento – Proteção Social Especial de Média Complexidade		Nº de Famílias Atendidas e/ou Acompanhadas Mensalmente
CREAS		80
Equipamento – Proteção Social Especial de Alta Complexidade		Nº de Famílias Atendidas e/ou Acompanhadas Mensalmente
Acolhimento Institucional		02

#### 14. Aprovação do CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Penha/SC - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei Federal nº. 12.435 de 06 de julho de 2011, pela Lei Municipal nº. 2545, de 09 de abril de 2012, considerando,

1. As informações referentes à apresentação do Plano Municipal de Assistência Social 2022 - 2025:

1. A deliberação de Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 8 de dezembro de 2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar na sua totalidade, o Plano Municipal de Assistência Social para o município de Penha.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Data da ATA de deliberação: 08 de dezembro de 2021 - ATA 015/2021

Número da Resolução: 019/2021

Nome do Presidente: Merci Terezinha do Nascimento

Assinatura:

#### Referências Bibliográficas Do Plano Municipal de Assistência Social de Penha SC.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Documento base – Fichas de Serviços**. Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social–2004**. Brasília, 2004.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Norma Operacional Básica–Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO. **Orientações para a elaboração do plano municipal de assistência social, quadriênio 2010-2013**. Santa Catarina, 2010. Site: [www.sst.sc.gov.br](http://www.sst.sc.gov.br)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA. **Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração**, Capacitasuas Volume 3, Brasília, 2008



**QUADRO DE VAGA PARA REMOÇÃO - 2022**

Publicação Nº 3521008

**QUADRO DE VAGA PARA REMOÇÃO - 2022****Inglês**

Unidade Escolar	Período	Atuação	Carga Horária
Em Antônio Joaquim	Mat/Vesp	Ed.Infantil E Anos Iniciais	20h
Em Horacina Soares	Mat/Vesp	Ed.Infantil E Anos Iniciais	20h
Gem Raquel Figueredo	Matutino	Ed.Infantil E Anos Iniciais	20h
	Vespertino		
Gem Antônio José Tiago	Vespertino	Ed.Infantil E Anos Iniciais	20h
Ebm Rubens João De Souza	Vespertino	Anos Iniciais	20h
Cei João Batista da Cruz	Mat/Vesp	Educação Infantil	20h
Ebm Rubens João De Souza	Vespertino	Anos Iniciais	20h
Ebm Rubens João De Souza	Vespertino	Anos Finais	20h

**Arte**

Unidade Escolar	Período	Atuação	Carga Horária
Cei Mara Lucia De Souza	Matutino	Educação Infantil	20h
Cei Mara Lucia De Souza	Vespertino	Educação Infantil	20h
Cei Simone Reis De Souza	Matutino	Educação Infantil	20h
	Vespertino	Educação Infantil	20h
Cei João Batista Da Cruz	Mat/Vesp	Educação Infantil	20h
Cei Dona Belinha	Vesp	Educação Infantil	20h
Cei Orlandina Bento Mendes	Matutino	Educação Infantil	20h
Cei Orlandina Bento Mendes	Vespertino	Educação Infantil	20h
Ebm Rubens João De Souza	Mat/Vesp	Anos Finais	20h
Em Antônio Joaquim	Mat/Vesp	Ed.Infantil E Anos Iniciais	20h

**Educação Física**

Unidade Escolar	Período	Atuação	Carga Horária
Cei Mara Lucia De Souza Melo	Matutino	Educação Infantil	20h
	Vespertino	Educação Infantil	20h
Cei João Batista Da Cruz	Matutino	Educação Infantil	20h
	Vespertino	Educação Infantil	20h
Cei Dona Belinha	Matutino	Educação Infantil	20h
Cei Anjos Do Itapocoroi	Matutino	Educação Infantil	20h
	Vespertino	Educação Infantil	20h
Cei Orlandina Bento Mendes	Vespertino	Educação Infantil	20h

**Anos Iniciais**

Unidade Escolar	Período	Atuação	Carga Horária	
Em Horacina Soares	Vespertino	Anos Iniciais	20h	1º Ano
Gem Antônio José Tiago	Matutino	Anos Iniciais	20h	3º Ano C
Gem Antônio José Tiago	Vespertino	Anos Iniciais	20h	3º Ano C
Gem Antônio José Tiago	Vespertino	Anos Iniciais	20h	3º Ano D
Em Cipriano Silvino	Vespertino	Anos Iniciais	20h	4º Ano

**Educação Infantil**

Unidade Escolar	Período	Turma	Atuação	Carga Horária
Cei Mara Lucia De Souza Melo	Vespertino	Maternal A	Educação Infantil	20h
Cei Orlandina Bento	Vespertino	Berçário I	Educação Infantil	20h
Cei Simone Aparecida Reis	Matutino	Berçário II	Educação Infantil	20h
Cei Simone Aparecida Reis	Vespertino	Berçário II	Educação Infantil	20h

**Anos Iniciais E Finais**

Unidade Escolar	Período	Atuação	Disciplina	Carga Horária
Ebm Rubens João De Souza	Vespertino	Anos Finais	Matemática	20h
Ebm Rubens João De Souza	Matutino	Anos Iniciais	Ensino Religioso	10h
Ebm Rubens João De Souza	Vespertino	Anos Iniciais	Ensino Religioso	10h
Ebm João Batista Da Cruz	Mat/Vespertino	Anos Finais	Ciências	20h
Ebm Rubens João De Souza	Mat/Vespertino	Anos Finais	Língua Portuguesa	20h

**Especialista**

Unidade Escolar	Período	Carga Horária
Cei Mara Lucia De Souza Melo	Mat/Vesp	40h
Cei João Batista Da Cruz	Mat/Vesp	40h
Cei Orlandina Bento Mendes	Mat/Vesp	40h
Em Antônio Joaquim Tavares Em São Nicolau	Mat/Vesp	40h
Gem Antônio José Tiago	Mat/Vesp	40h
Ebm Rubens João De Souza	Mat/Vesp	40h
Ebm João Batista Da Cruz	Mat/Vesp	40h

**EDITAL Nº 001/2022 - CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA O USO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO/ESTUDANTIL PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022**

Publicação Nº 3520187

**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO****EDITAL Nº 001/2022****CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA O USO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO/ESTUDANTIL PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022.**

A Secretaria Municipal da Administração, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento de interessados abertura das inscrições de cadastramento e novos cadastros ao transporte universitário/estudantil para o primeiro semestre de 2022. O benefício será oferecido para os munícipes que estudam nas instituições descritas no **Item 1**, bem como os respectivos turnos.

**1. DAS INSTITUIÇÕES E TURNOS OFERECIDOS PARA O TRANSPORTE****1.1 Navegantes – NOTURNO:**

- **SINERGIA** – Av. Prefeito Cirino Adolfo Cabral, 199 - São Pedro, Navegantes - SC, 88370-053
- **UNIASSELVI** – Av. Conselheiro João Gaya, 1300 - Centro, Navegantes - SC, 88370-472

**1.2 Itajaí – MATUTINO:**

- **FISIOMAR** – R. Fiuza Lima, 387 - São Judas, Itajaí - SC, 88303-240;
- **GERAÇÃO** – R. Felipe Schmidt, 480 - Centro, Itajaí - SC, 88301-040;
- **IFSC** – Av. Ver. Abrahão João Francisco, 3899 - Ressacada, Itajaí - SC, 88307-303;
- **SENAC** – R. Brusque, 257 - Centro, Itajaí - SC, 88302-000;
- **UNIASSELVI** – R. Modesto Fernandes Viêira, 01 - Dom Bosco, Itajaí - SC, 88303-396;
- **UNIVALI** – R. Uruguai, 458 - Centro, Itajaí - SC, 88302-901;

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000  
Tel.: +55 (47) 3345-0200  
[www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

### 1.3 Itajaí – NOTURNO:

- **CNEC/IFES** – R. Alfredo Trompovski, 153 - Vila Operaria, Itajaí - SC, 88304-140;
- **FISIOMAR** – R. Fiuza Lima, 387 - São Judas, Itajaí - SC, 88303-240;
- **GERAÇÃO** – R. Felipe Schmidt, 480 - Centro, Itajaí - SC, 88301-040;
- **IFSC** – Av. Ver. Abrahão João Francisco, 3899 - Ressacada, Itajaí - SC, 88307-303;
- **SENAC** – R. Brusque, 257 - Centro, Itajaí - SC, 88302-000;
- **UNIASSELVI** – R. Modesto Fernandes Viêira, 01 - Dom Bosco, Itajaí - SC, 88303-396;
- **UNIVALI** – R. Uruguai, 458 - Centro, Itajaí - SC, 88302-901;
- **UNOPAR** – R. Camboriú, N 891 - Fazenda, Itajaí - SC, 88301-451;

### 1.4 Balneário Camboriú – NOTURNO

- **UNIAVAN** – Av. Marginal Leste, 3600 - Estados, Balneário Camboriú - SC, 88339-125;
- **UNIVALI** – 5ª Avenida, 1100 - Municípios, Balneário Camboriú - SC, 88337-300.

## 2. CRITÉRIOS E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

2.1 Comprovante de matrícula no curso universitário/técnico, fora do município de Penha, comprovados através de atestado emitido pelo estabelecimento de ensino, identificando o período cursado, a modalidade (remota ou presencial), a duração do curso e dias de frequência semanal.

2.2 Residir no Município de Penha, cuja comprovação se dará pela apresentação original dos seguintes documentos:

2.2.1 Contrato de aluguel do imóvel, autenticado em tabelionato; ou

2.2.2 Faturas de energia elétrica, água, telefone ou condomínio, onde reside (atualizado);

2.3.1 Fotocópia de documentos de identificação, sendo aceito como documentos de identificação:

2.3.2 Célula de Identidade (RG); ou

---

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000  
Tel.: +55 (47) 3345-0200  
[www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

- 2.3.3 Carteira Nacional de Habilitação (CNH); ou
- 2.3.4 Passaporte; e/ou
- 2.3.5 Carteira de Trabalho Previdência Social (CTPS).
- 2.4 Foto 3x4 para emissão da Carteirinha de Identificação do Universitário.
- 2.5 Serão aceitos documentos apresentados em nome dos responsáveis legais do estudante, com comprovação de parentesco, se for Pai e/ou Mãe.
- 2.6 Não será concedido o benefício ao estudante que perder o prazo de entrega dos documentos; e ou não estiver com a documentação completa em mãos.
- 2.7 Não será concedido o benefício ao estudante que não comprovar o estudo na modalidade presencial.
- 2.8 Os documentos deverão ser anexados no Formulário de Cadastro de Usuário Para Transporte Universitário, entre os dias 31/01/2022 e 06/02/2022, no seguinte link:  
**<https://forms.gle/XJnvdGaT5C1RNQFXA>**

### **3. DO BENEFÍCIO**

- 3.1 Serão disponibilizados veículos com o itinerário PENHA X ITAJAÍ; PENHA X NAVEGANTES; e PENHA X BALNEÁRIO CAMBORIÚ.
- 3.2 A escolha dos contemplados com o presente benefício, se dará por ordem cronológica de cadastro e que possuam toda a documentação necessária.

Penha, 04 de janeiro de 2022.

**JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA**  
Secretário de Administração

---

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000  
Tel.: +55 (47) 3345-0200  
[www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)

# Peritiba

## PREFEITURA

### DECRETO 03/2022

Publicação N° 3520471

DECRETO N.º 03/2022

NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR EM SUBSTITUIÇÃO AO PERÍODO DE FÉRIAS DE CONSELHEIRO TITULAR DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE PERITIBA – CMDCA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

Considerando o disposto no parágrafo único, III do art. 16 da lei complementar nº 47 de 25/09/2013, sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a eleição para o cargo de Conselheiros Tutelares realizada em data de 06 /10/2019;

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada a Conselheira Tutelar Sra. SIMONE ISAURA STREIT, para o período de 11/01 a 12/05/2022 para compor o Conselho Tutelar Municipal de Peritiba, em substituição as FÉRIAS das Conselheiras Tutelares.

Art. 2.º Será concedida remuneração mensal ao Conselheiro de acordo com o art. 24 da LC n.º 47/2013.

Art. 3.º O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 03 de janeiro de 2022.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 03/janeiro/2022	
---	--

IVETE FRANCISCA FINGER

Secretaria de Administração e Finanças

### DECRETO 04/2022

Publicação N° 3520478

DECRETO N.º 04/2022

FIXA CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS  
PARA O ANO DE 2022

PAULO JOSÉ DEITOS, Prefeito do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1.º O rol dos feriados, nos termos da legislação Federal, Estadual e Municipal vigente, e pontos facultativos para os servidores do Município de Peritiba, no curso do ano de 2022, ficam assim constituídos:

I- 16 de maio - Kerbfest - segunda-feira;

II- 17 de junho - após feriado de Corpus Christi, ponto facultativo - sexta-feira;

III- 15 de agosto - Dia do Município - segunda;

IV- 28 de outubro - Dia do Servidor Público, ponto facultativo - sexta-feira;

V- 14 de novembro - véspera do feriado da Proclamação da República, ponto facultativo - segunda-feira;

VI- 08 de dezembro - Nossa Senhora da Conceição, ponto facultativo - quinta-feira;

Art. 2.º Nas datas fixadas no art. 1º deste Decreto, os serviços públicos considerados essenciais devem garantir o atendimento por meio de escala de serviço ou plantão.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.



CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 04 de janeiro de 2022.

PAULO JOSÉ DEITOS  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Em 03/janeiro/2022

IVETE FRANCISCA FINGER  
Secretaria de Administração e Finanças

## DECRETO 05/2022

Publicação N° 3520480

DECRETO N.º 05/2022

EXCLUI TEMPORARIAMENTE A COBRANÇA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ÁGUA COM CAMINHAO PIPA E TRATOR PNEU DO MUNICÍPIO.

PAULO JOSÉ DEITOS, Prefeito do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009, c/c § 1º e § 2º, art.12 da Lei Municipal nº 2097 de 30 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica excluída, a contar de 03/01/2022, a cobrança de preços público na prestação de servidos de transportes de água com caminhão pipa e trator pneu, enquanto em vigência o Decreto nº 01/2022 que DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ESTIAGEM, podendo ser revogado a qualquer momento.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 04 de janeiro de 2022.

PAULO JOSÉ DEITOS  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Em., 04/janeiro/2022.

IVETE FRANCISCA FINGER  
Secretária de Administração e Finanças

## DECRETO 06/2022

Publicação N° 3520484

DECRETO N.º 06/2022

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS FISCAIS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este Município; e

CONSIDERANDO a necessidade de oferecer subsídios aos fiscais para exercerem suas atribuições;

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados para atuarem como fiscais nos contratos administrativos exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na IN CI 15/2020, de 14 de fevereiro de 2020, e atendendo as exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, os seguintes servidores municipais:

Secretaria de Administração e Finanças – 49 3453 1122 ou 1132  
GEISE GROSS – contabilidade@peritiba.sc.gov.br  
DANIEL JOCELIO FANTIN – engenharia@peritiba.sc.gov.br  
LIZIANE KLEIN GAERTNER – liziane@peritiba.sc.gov.br  
LUAN PICININ SARTORI – engenharia02@peritiba.sc.gov.br  
GILDO GIL DE OLIVEIRA - tributacao@peritiba.sc.gov.br  
IVETE FRANCISCA FINGER – prefeitura@peritiba.sc.gov.br  
CRISTIANE TURATTO – gabinete@peritiba.sc.gov.br  
ADRIANO JOSÉ KRINDGES – informatica@peritiba.sc.gov.br  
MARCI MARGARIDA GERHARDT – prefeitura@peritiba.sc.gov.br

Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente – 49 3453 1122 ou 1132  
ADEMAR GRAVE – agricultura@peritiba.sc.gov.br  
MOISES J. HAUPPENTHAL CERVELIN – operador.maquina@peritiba.sc.gov.br  
NESTOR JOSÉ BOLL – viceprefeitonestor@peritiba.sc.gov.br  
GIOVANI TIAGO DAMETTO – garagem@peritiba.sc.gov.br

Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social – 49 34531104 ou 1536  
ALINE COLLING SCHNEIDER – farmacia@peritiba.sc.gov.br  
MARLO DANIEL FINGER – postosaude@peritiba.sc.gov.br  
JULIANA AP. DA SILVA THOMAZ – enfermagem.juli@peritiba.sc.gov.br  
EDILSON ROBERTO FRAUENDORF – frotas@peritiba.cs.gov.br  
SIMONE SORDI – enfermagem@peritiba.sc.gov.br  
MARCIANE DAISE W. FINGER – enfermagemtecnico@peritiba.sc.gov.br  
MARCELLY C. DEITOS VICINI – epidemiologia@peritiba.sc.gov.br  
VALERIA SCALON – odonto@peritiba.sc.gov.br  
IZABEL CRISTINA BOURSCHEIDT – izabel@peritiba.sc.gov.br  
NADIA TEREZINHA KUHN PIASSA – nadia.cras@peritiba.sc.gov.br  
MARCIO MARASCHINI – vigilancia@peritiba.sc.gov.br  
NÉRCIA MÉRI SGANDERLA – cras@peritiba.sc.gov.br

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo 49 3453 1249  
CRISTIANE S. HOFFMANN DA COSTA – cepjaw@peritiba.sc.gov.br  
LUCIANA NILSON – educacao@edu.peritiba.sc.gov.br  
MARILUCI SORDI KLEIN – coordenacaopedagogica@peritiba.sc.gov.br  
CLEONILDE TEREZA THOMAS – ceimateuspetter@peritiba.sc.gov.br  
ANGELA LUCIA S. SPIELMANN – ceimateuspetter@peritiba.sc.gov.br  
CLÁUDIA CAMILLO MIOZZO – merendeira@edu.peritiba.sc.gov.br  
ROSA RAUBER – ceimateuspetter@peritiba.sc.gov.br  
NÁDIA MARIA SCHNEIDER KLEBER – cultura@peritiba.sc.gov.br  
ELISÂNGELA CICHOTTA – nutricao@peritiba.sc.gov.br

Secretaria de Serviços Municipais  
DARCISIO SCHMIDT – paisagismo@peritiba.sc.gov.br  
ROSANGELA ALVES DUTRA – rodutra173068@gmail.com  
EDER LUIZ KRINDGES – obras@peritiba.sc.gov.br  
DARCI FORTE DAROS – paisagismo@peritiba.sc.gov.br  
LODIVIO FINGER – dner@peritiba.sc.gov.br  
VALDIR GOMES DAMACENO – obras@peritiba.sc.gov.br

Art. 2.º Fica designado o Servidor DANIEL JOCELIO FANTIN e LUAN PICININ SARTORI, profissional de Engenharia Civil do Município para fiscalização de obras públicas e reforma.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 127/2021.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 04 de janeiro de 2022.

PAULO JOSÉ DEITOS  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Em., 04/janeiro/2022.

IVETE FRANCISCA FINGER  
Responsável pela publicação

**DECRETO 07/2022**

Publicação Nº 3520490

DECRETO N.º 07/2022

REGULAMENTA O PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, TAXAS DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, E IMPOSTO SOBRE SERVIÇO – ISS PARA O ANO DE 2022.

PAULO JOSÉ DEITOS, Prefeito do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Os tributos e Taxas terão os seguintes vencimentos, conforme as parcelas:

**IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO**

Parcela	Vencimento
Parcela Única	10/06
1ª Parcela	10/06
2ª Parcela	11/07
3ª Parcela	10/08

**ALVARÁ - ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO E DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Parcela	Vencimento
Parcela Única	31/03

**ISS RETIDO OU HOMOLOGADO – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA**

Parcela	Vencimento
Parcela Única	15 do mês seguinte

**ISS FIXO – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA**

Parcela	Vencimento
Parcela Única	15/02

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 04 de janeiro de 2022.

PAULO JOSÉ DEITOS  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Em., 04/janeiro/2022.

IVETE FRANCISCA FINGER  
Secretária de Administração e Finanças

**EXTRATO DA ADJUDICAÇÃO PL Nº 123/2021 IL Nº 16/2021**

Publicação Nº 3521229

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO**

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de sistema de ensino composto de livros didáticos integrados, aprende brasil digital, assessoria pedagógica, avaliação externa de aprendizagem e sistema de monitoramento educacional do Brasil, para alunos da rede de ensino do município de Peritiba.

EDITORA APRENDE BRASIL LTDA, CNPJ nº 79.719.613/0001-33 R\$ 114.205,30 (Cento e quatorze mil, duzentos e cinco reais e trinta centavos).

Paulo José Deitos, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhes são conferidas, resolve ADJUDICAR o objeto Processo de Licitação nº 123/2021 – Inexigibilidade de Licitação nº 16/2021.

Peritiba – SC., 30 de dezembro de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ADJUDICAÇÃO PL Nº 124/2021 DL Nº 18/2021**

Publicação Nº 3521232

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO**

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos.

PÚBLICA TECNOCOLGIA LTDA, CNPJ nº 95.836.771/0001-20, VALOR R\$ R\$ 17.700,00 (Dezessete mil e setecentos reais).

Paulo José Deitos, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhes são conferidas, resolve ADJUDICAR o objeto Processo Licitatório nº 124/2021, Dispensa de Licitação nº 18/2021.

Peritiba – SC., 30 de dezembro de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO PL Nº 123/2021 IL Nº 16/2021**

Publicação Nº 3521230

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Paulo José Deitos, Prefeito Municipal, comunica a homologação do Processo Licitatório nº 123/2021, Inexigibilidade de Licitação nº 16/2021.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de sistema de ensino composto de livros didáticos integrados, aprende brasil digital, assessoria pedagógica, avaliação externa de aprendizagem e sistema de monitoramento educacional do Brasil, para alunos da rede de ensino do município de Peritiba.

EDITORA APRENDE BRASIL LTDA, CNPJ nº 79.719.613/0001-33 R\$ 114.205,30 (Cento e quatorze mil, duzentos e cinco reais e trinta centavos).

Peritiba – SC., 30 de dezembro de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO PL Nº 124/2021 DL Nº 18/2021**

Publicação Nº 3521234

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Paulo José Deitos, Prefeito Municipal, comunica a homologação do Processo Licitatório nº 124/2021, Dispensa de Licitação nº 18/2021.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos.

PÚBLICA TECNOCOLGIA LTDA, CNPJ nº 95.836.771/0001-20, VALOR R\$ R\$ 17.700,00 (Dezessete mil e setecentos reais).

Peritiba – SC., 30 de dezembro de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 186/2021**

Publicação Nº 3521195

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório Processo Licitatório nº 19/2021, Pregão Presencial nº 15/2021.

Objeto: Prorrogar até 31/12/2022 o prazo de vigência do contrato Original nº 62/2021 que tem por objeto a contratação de empresa, com profissional especializado, para conduzir oficinas de violino.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 186/2021  
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2021.  
Contratada: ANDERSON CLAIR SCHRANCK 03200542926.  
CNPJ: 23.971.166/0001-50.  
Valor: R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).  
Data de Vigência: 30/12/2021 até 31/12/2022.

Município de Peritiba – SC., em 30 de dezembro de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 187/2021**

Publicação Nº 3521196

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório Processo Licitatório nº 45/2021, Pregão Presencial nº 27/2021.

Objeto: Prorrogar até 31/12/2022 o prazo de vigência do contrato Original nº 89/2021, item nº 2, que tem por objeto a contratação de empresa, com profissional com formação de músico, registro na Ordem dos Músicos do Brasil – OBM ou Licenciatura em música, que domine instrumentos de sopro, percussão e bateria, para regência da Banda Municipal, para ministrar as oficinas musicais de teclado, acordeom (gaita), guitarra e contrabaixo e para ministrar a oficina de música, flauta doce, violão e vocal no SCFV Aquarela disponibilizando práticas voltadas ao fazer musical desenvolver habilidades, promover conhecimentos, disciplina, coordenação, seguindo os percursos: identidade musical, diversidade, teoria musical, ritmos, desenvolvimento de talentos.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 187/2021  
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 89/2021.  
Contratada: D.M PRODUÇÕES LTDA.  
CNPJ: 10.326.119/0001-02.  
Valor: R\$ 48.500,00 (Quarenta e oito mil reais).  
Data de Vigência: 30/12/2021 até 31/12/2022.

Município de Peritiba – SC., em 30 de dezembro de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 188/2021**

Publicação Nº 3521197

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório Processo Licitatório nº 54/2021, Pregão Presencial nº 28/2021.

Objeto: Prorrogar até 30/06/2022 o prazo de vigência do contrato Original nº 99/2021 que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria em comunicação.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 188/2021  
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 99/2021.

Contratada: ALEX PACHECO 00467411948.  
CNPJ: 40.523.867/0001-46.  
Valor: de R\$ 10.140,00 (Dez mil, cento e quarenta reais).  
Data de Vigência: 30/12/2021 até 30/06/2022.

Município de Peritiba – SC., em 30 de dezembro de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 189/2021

Publicação Nº 3521200

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório Processo Licitatório nº 123/2021, Inexigibilidade de licitação nº 16/2021.

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada no fornecimento de sistema de ensino composto de livros didáticos integrados, aprende brasil digital, assessoria pedagógica, avaliação externa de aprendizagem e sistema de monitoramento educacional do brasil, para alunos da rede de ensino do município de Peritiba.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 189/2021.  
Contratada: EDITORA APRENDE BRASIL LTDA.  
CNPJ: 79.719.613/0001.  
Valor: R\$ 114.205,30 (CENTO E QUATORZE MIL, DUZENTOS E CINCO REAIS E TRINTA CENTAVOS).  
Data de Vigência: 30/12/2021 até 31/12/2022.

Município de Peritiba – SC., em 30 de dezembro de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2021 - FMS

Publicação Nº 3521190

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 01/2018, Dispensa de Licitação nº 01/2018.

Objeto: Prorrogar até 31/12/2022 o prazo de vigência e alterar o CNPJ e o endereço da pessoa jurídica do contrato original nº 01/2018 que tem por objeto a prestação de serviços de locação e assessoria técnica do sistema GEMUS – Gestão Municipal de Saúde concedido por parte da CONTRATADA, que foi implantado na Secretaria Municipal de Saúde de Peritiba para fins e controle do cadastro de usuários, atendimentos e produção ambulatorial, agendamento de consultas, emissão e controle das autorizações de exames, controle de estoque de medicamentos da farmácia básica, transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio (TFD), controle de benefícios, Prontuário médico eletrônico, controle dos atendimentos odontológicos, controle de imunizações (vacinas) controle de HIV's (CTA) e consulta geral por paciente, sistema integrado funcional por meio eletrônico, com treinamento e capacitação para os técnicos do Município responsáveis para cadastro e controle.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2021  
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2018.  
Contratado: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO EIRELI.  
CNPJ nº: 00.867.301/0002-06.  
Valor: R\$ 8.573,04 (Oito mil, quinhentos e setenta e três reais e quatro centavos).  
Data de Vigência: 28/12/2021 a 31/12/2022.

Município de Peritiba – SC em 28 de dezembro de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2021 - FMS**

Publicação Nº 3521192

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 18/2018 Credenciamento Universal nº 06/2018 e Processo de Licitação 07/2019 Inexigibilidade de Licitação nº 06/2019.

Objeto: Prorrogar até 31/12/2022 o prazo de vigência do contrato original nº 06/2019 que tem por objeto para fornecimento de passagens de ônibus, através de serviço de transporte coletivo regular intermunicipal de passageiros, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do Município de Peritiba e/ou conforme demanda do Fundo de Assistência Social de Peritiba - FMAS, para atendimento à população do Município conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município de Peritiba, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e/ou conforme demanda do Fundo de Assistência Social de Peritiba - FMAS.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2021  
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2019.

Contratado: REUNIDAS TRANSPORTE S/A.

CNPJ nº: 04.176.082/0001-80.

Valor para efeitos contábeis: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)

Data de Vigência: 30/12/2021 a 31/12/2022.

Município de Peritiba – SC em 30 de dezembro de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS  
Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 0001/2022**

Publicação Nº 3519696

**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 0001/2022**

Concede férias a Geovane Petter

Darlan Rech Gerhardt, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Peritiba, usando das atribuições previstas no art. 64, II da Lei Orgânica, e no artigo 38, XXX do Regimento Interno desta Casa,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias ao servidor Geovane Petter, ocupante de cargo efetivo de Contador, no período de 07 de janeiro de 2022 a 26 de janeiro de 2022, referente ao período aquisitivo de 04/01/2021 a 03/01/2022, com abono pecuniário de dez dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 04 de janeiro de 2022.

**Darlan Rech Gerhardt**  
**Presidente**



**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 0002/2022**

Publicação Nº 3519704

**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 0002/2022**

Concede férias a César Claudir da Silva

Darlan Rech Gerhardt, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Peritiba, usando das atribuições previstas no art. 64, II da Lei Orgânica, e no artigo 38, XXX do Regimento Interno desta Casa,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias ao servidor César Claudir da Silva, ocupante de cargo efetivo de Técnico Legislativo, no período de 05 de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2022, referente ao período aquisitivo de 04/01/2021 a 03/01/2022, com abono pecuniário de dez dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 04 de janeiro de 2022.

**Darlan Rech Gerhardt**  
**Presidente**

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 23/2021 PMPB – PRAZO DE VIGÊNCIA

Publicação Nº 3521569

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 23/2021 PMPB – PRAZO DE VIGÊNCIA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA - CNPJ nº 16.780.795/0001-38

CONTRATADA: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA – CNPJ Nº. 07.797.967/0001-95 PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 50/2021 PMPB  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 02/2021 PMPB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA PARA ASSINATURA ANUAL DO SISTEMA BANCO DE PREÇOS PARA UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA DE PESQUISAS, ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA, CONSOLIDAÇÕES E COMPARAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BANCO DE PREÇOS E SISTEMA INTELIGENTE DE PESQUISAS DE PREÇOS.

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2022

DATA DE ASSINATURA DO TERMO: 01/12/2021

# Petrolândia

## PREFEITURA

### 1 ADITIVO CONTRATO 01 2021 - CIM AMAVI

Publicação N° 3519480

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DF17A1787453C6385CAFBB3D6341CFC16F78AE56

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 01/2021

1º Termo Aditivo ao Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Agricultura e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI – CIM-AMAVI, inscrito no CNPJ: 14.695.989/0001-00. Objeto: ORIENTAÇÃO E ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA ANIMAL DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES DA SANIDADE AGROPECUÁRIA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIM-AMAVI, DENTRO DOS PADRÕES E NORMAS TÉCNICAS DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA - SUASA. Data: 30/12/2021. Vigência: 03/01/2022 a 30/12/2022. Petrolândia, 05 de janeiro de 2022. Irone Duarte – Prefeito Municipal.

### CONTRATO 01 2022 - CIM AMAVI RATEIO

Publicação N° 3519465

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1D670849ACBB05B534C7AD5A815340EA70A81FA2

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO N° 01/2022

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Agricultura e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI – CIM-AMAVI, inscrito no CNPJ: 14.695.989/0001-00. Objeto: RATEIO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO CIM-AMAVI PARA EXECUÇÃO DAS FINALIDADES PREVISTAS NO CONTRATO DE PROGRAMA CIM-AMAVI, FORMALIZADO NO MUNICÍPIO COMO CONTRATO N° 01/2021. Data: 03/01/2022. Vigência: 30/12/2022. Valor: R\$ 8.400,00. Petrolândia, 05 de janeiro de 2022. Irone Duarte – Prefeito Municipal.

### CONTRATO 03 2022 - PONTOGOV SISTEMAS LTDA

Publicação N° 3520881

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F3996692DAA07AC7646EE7C620DB6144C6D502B6

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO N° 03/2022

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA, inscrita no CNPJ: 09.209.146/0001-16. Objeto: LICENCIAMENTO DE SOFTWARE SISTEMA GOVGESTÃO, MÓDULOS GERAÇÃO DE SICONFI, SIOPS E SIOPE. Data: 04/01/2022. Valor: R\$ 7.840,80. Vigência: 04/01/2022 a 30/12/2022. Petrolândia, 05 de janeiro de 2022. Irone Duarte – Prefeito Municipal.

### COTRATO 01 2022 - CIS AMAVI RATEIO

Publicação N° 3519416

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F279C741BE57FFB1DAAE71DF4D63750C5064C90C

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO N° 01/2022

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Saúde e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ – CIS-AMAVI, inscrito no CNPJ: 09.069.217/0001-22. Objeto: RATEIO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL DO CIS-AMAVI PARA EXECUÇÃO DAS FINALIDADES PREVISTAS NO CONTRATO DE PROGRAMA CIS-AMAVI, FORMALIZADO NO MUNICÍPIO COMO CONTRATO N° 01/2021. Data: 03/01/2022. Valor dos Serviços: R\$ 8.400,00. Vigência: 30/12/22. Petrolândia, 05 de janeiro de 2022. Irone Duarte – Prefeito Municipal.

# Pinhalzinho

## PREFEITURA

### ATA ÚNICA - TOMADA DE PREÇO 012/2021 - REDE ADUTORA

Publicação Nº 3520170

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2021 - PMP  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2021 - PMP

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Obras e Serviços de Engenharia, objetivando as "EXECUÇÃO DE OBRA DE SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA) DE REDE ADUTORA E CONJUNTO ELETRO MECÂNICO DE 04 (QUATRO) POÇOS ARTESIANOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, SISTEMA DE BOMBEAMENTO, REDE ADUTORA E SISTEMA DE RESERVAÇÃO NAS COMUNIDADES DE LINHA SÃO PAULO, LINHA SANTA LÚCIA, LINHA VOLTA GRANDE E LINHA ANTA GORDA." de acordo com os Projetos e anexos do Edital.

#### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

##### Ata Única

Ao quarto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, reuniu-se a Pregoeira Sra. Valquiria Astrigi e sua Equipe de apoio, constituída pelos servidores Sr. Gabriele Johnner, designados pelo Decreto nº 254/2021, com a finalidade de efetuar o recebimento dos envelopes e julgamento da Licitação em epígrafe. Registramos a presença do Representante da Equipe Técnica, Engenheiro Sr. Juliano Kolankiewicz.

#### DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para protocolização dos envelopes de Proposta de Preços e Habilitação conforme item 4 do Edital, em que se credenciaram as empresas: OESTE SUL PRESTADORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA; AGUA BRANCA POÇOS ARTESIANOS LTDA; L&G POÇOS ARTESIANOS LTDA – ME E J. DOS SANTOS EIRELI.

#### DO CREDENCIAMENTO DE "ME" E "EPP"

O Pregoeiro declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para o credenciamento de "ME" e "EPP", (item 5.3 do Edital) de acordo com a lei complementar 123/06, artigo 48, inciso i da lei complementar 147/2014 e artigo 6º do decreto municipal nº 193/2012 de 09 de novembro de 2012. Credenciaram-se as empresas: OESTE SUL PRESTADORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA; AGUA BRANCA POÇOS ARTESIANOS LTDA; L&G POÇOS ARTESIANOS LTDA – ME E J. DOS SANTOS EIRELI.

DA CONSULTA AO PORTAL TRANSPARÊNCIA E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA Foram consultados no Portal Transparência (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>) e Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) as empresas participantes da presente licitação e sócios majoritários, não tendo sido constatada nenhuma irregularidade.

#### DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

Os envelopes de Habilitação e Propostas de Preços foram rubricados pela CPL e pelo representante credenciado, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado no subitem 1.2 desta Tomada de Preços. Ato contínuo a CPL e o Representante da Equipe Técnica procedeu à abertura do Envelope de Habilitação, e atendendo ao disposto no item 9 do Edital convocatório, analisou a documentação apresentada pelas empresas acima mencionadas e foram constatadas as ocorrências:

A empresa OESTE SUL PRESTADORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA foi desclassificada, pois, o responsável técnico é o mesmo que fez o projeto. A empresa AGUA BRANCA POÇOS ARTESIANOS LTDA foi desclassificada pois não apresentou atestado de capacidade técnica.

#### DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

A CPL, atendendo o que dispõem no item 8 e 10 do Edital Convocatório, procedeu a abertura das embalagens lacradas, contendo os envelopes de preços das licitantes:

DA CLASSIFICAÇÃO: De consequência foi apurado o seguinte resultado:

lote	Fornecedor	Preço Total
Único	J. DOS SANTOS EIRELI	R\$ 227.565,90

DOS RECURSOS: Encerrada a etapa de julgamento das propostas e de habilitação, a Pregoeira declarou o vencedor e oportunizou ao licitante para, querendo, manifestassem motivadamente a intenção de recorrer.

#### DO ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pelos membros da CPL.

Valquiria Astrigi Presidente da CPL	Gabriele Johner Membro CPL
OESTE SUL PRESTADORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA	Juliano Kolankiewicz. Eng. Prefeitura Municipal Equipe Técnica
AGUA BRANCA POÇOS ARTESIANOS LTDA.	
L&G POÇOS ARTESIANOS LTDA – ME	

J. DOS SANTOS EIRELI.

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.580, DE 05 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3521518

DECRETO Nº 5580, DE 05 DE JANEIRO DE 2022  
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor no valor de R\$ 350.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Orçamentária: 6 – Sistema de Assistência Médica Hospitalar aos Servidores Pinheiro Preto -SIMASP

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 244 Assistência Comunitária

Programa: 7– Assistência Médica a Segurados

Ação: 2.28 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA A SEGURADOS

Despesa 262

3.3.90.00.00 Aplicações Direta

Fonte de Recurso: 300 - Recursos Ordinários Ex. Anteriores 0.1.00 R\$ 350.000,00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta Lei, decorre de Superavit Financeiro da FR 100 – Recursos Ordinários – R\$ 350.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 05 DE JANEIRO DE 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 010, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3521434

PORTARIA Nº 010 de 04 DE Janeiro de 2022.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Vanessa Cristina da Silva.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Protocolo 2.323/2021;

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Vanessa Cristina da Silva, ocupante do cargo efetivo de Professor de Creche, 10 (dez) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 16/09/2020 a 15/09/2021, cujo gozo se dará de 03/01/2022 a 12/01/2022, devendo retornar a suas atividades em 13/01/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 011, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521436

PORTARIA Nº 011 de 04 DE Janeiro de 2022.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR Fabio Zuanazzi.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Protocolo 2.030/2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao servidor Fabio Zuanazzi, ocupante do emprego público de Médico, 12 (doze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 13/07/2020 a 12/07/2021, cujo gozo se dará de 03/01/2022 a 14/01/2022, devendo retornar a suas atividades em 17/01/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 012, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521439

PORTARIA Nº 012 de 04 DE Janeiro de 2022.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR Helio Brocardo.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Protocolo 2.310/2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao servidor Helio Brocardo, ocupante do cargo efetivo de Motorista, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 19/01/2019 a 18/01/2020, cujo gozo se dará de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas atividades em 02/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 013, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521441

PORTARIA Nº 013 de 04 DE Janeiro de 2022.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Ivonete Cristina Schmit Cordeiro.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Protocolo 2.141/2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora Ivonete Cristina Schmit Cordeiro, ocupante do emprego público de Agente Comunitária de Saúde, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/07/2020 a 30/06/2021, cujo gozo se dará de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas atividades em 02/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 014, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521443

PORTARIA Nº 014 de 04 DE Janeiro de 2022.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Rosania Ines Rossatto Zago.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Protocolo 2.322/2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora Rosania Ines Rossatto Zago, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora de Ensino Fundamental, 12 (doze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 08/02/2021 07/02/2022, cujo gozo se dará de 03/01/2022 a 14/01/2022, devendo retornar a suas atividades em 17/01/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 015, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521444

PORTARIA Nº 015 de 04 DE Janeiro de 2022.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Roseli Baldissera Mazutti.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Protocolo 2.377/2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora Roseli Baldissera Mazutti, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora de Educação Infantil, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 08/02/2021 07/02/2022, cujo gozo se dará de 03/01/2022 a 17/01/2022, devendo retornar a suas atividades em 18/01/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 016, DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521447

PORTARIA Nº 016 de 04 DE Janeiro de 2022.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Taise Aparecida Berwanger.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Protocolo 1.986/2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora Taise Aparecida Berwanger, ocupante do emprego público de Enfermeira, 19 (dezenove) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 28/04/2020 a 27/04/2021, cujo gozo se dará de 03/01/2022 a 21/01/2022, devendo retornar a suas atividades em 24/01/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 017, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3521448

PORTARIA Nº 017 de 04 de Janeiro de 2022.  
Concede Licença prêmio Ao Servidor Público Claudir Zanella.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92, e

Considerando o protocolo 1.476/2021;

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público Claudir Zanella, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, 01 (um) mês de LICENÇA PRÊMIO, referente ao período aquisitivo de 01/10/2008 a 30/09/2013, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 03/01/2022 a 01/02/2022 devendo retornar a suas atividades em 02 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 018, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3521450

PORTARIA Nº 018, DE 04 DE Janeiro DE 2022.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Gilberto Chiarani, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Memorando nº 3.128/2021 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, cujo gozo dar-se-á no período de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, devendo retornar a suas atividades em 02/02/2022, conforme relação abaixo:

Servidor	CARGO	Período aquisitivo
Ana Paula Bosi Bertelli	Professor	03/02/2021 a 02/02/2022
Angela Maria Mazureck Rabuske	Professor	07/07/2020 a 06/07/2021
Danielli Possera	Professor	03/02/2021 a 02/02/2022
Evandro Rabuske	Professor	22/02/2021 a 21/02/2022
Francielle Possera Ribeiro	Professor	06/05/2021 a 05/05/2022
Idimara Samistraro	Professor	03/02/2021 a 02/02/2022
Jussara Fatima Trevisol Einsweiler	Professor	18/02/2021 a 17/02/2022
Leonice Ana Cantu Pellicoli	Professor	14/02/2021 a 13/02/2022
Luciana Menegola	Professor	19/02/2021 a 18/02/2022
Mari Angela Voidaleski	Professor	01/02/2021 a 31/01/2022
Marinez Beal Partyka	Professor	14/02/2021 a 13/02/2022
Mauro Nei Osmarin	Professor	23/02/2021 a 22/02/2022
Rosana dos Santos	Professor	18/02/2020 a 17/02/2021
Rosana dos Santos	Professor	03/02/2021 a 02/02/2022
Rosana Misturini Bogoni	Professor	14/02/2021 a 13/02/2022
Rosana Misturini Bogoni	Professor	12/04/2021 a 11/04/2022
Rosangela Lidvina Gallas	Professor	02/04/2021 a 01/04/2022
Solange Aparecida Batista Manica	Professor	14/02/2021 a 13/02/2022

Veroni de Fatima Borsoi Martelli	Professor	13/05/2021 a 12/05/2022
Veronice Fritzen	Professor	02/04/2020 a 01/04/2021

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

Gilberto Chiarani  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 019, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521452

PORTARIA Nº 019, DE 04 de janeiro de 2022.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A karina chiarani Faccin

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Protocolo 2.378/2021;

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora karina chiarani Faccin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (EXERCENDO A FUNÇÃO DE SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE), 07 (sete) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/02/2021 a 31/01/2022, cujo gozo se dará de 03/01/2022 a 09/01/2022, devendo retornar a suas atividades em 10/01/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 020, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521454

PORTARIA Nº 020, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA JURACI da silva.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Protocolo 1.948/2021;

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora JURACI da silva, ocupante do cargo efetivo de Servente, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 23/09/2020 a 22/09/2021, cujo gozo se dará de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas atividades em 02/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 021, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521456

PORTARIA Nº 021 de 04 DE Janeiro de 2022.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA leidi dayane bressan.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Protocolo 2.305/2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora leidi dayane bressan, ocupante do cargo efetivo de Fonoaudióloga, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/02/2020 a 31/01/2021, cujo gozo se dará de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas atividades em 02/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 022, DE 04 JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521458

PORTARIA Nº 022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR AURÉLIO JOÃO MARTINS NETO

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Protocolo 2.284/2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao servidor AURÉLIO JOÃO MARTINS NETO, ocupante do cargo efetivo de ADVOGADO do IPREPI, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/10/2020 a 30/09/2021, cujo gozo se dará de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas atividades em 02/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 023, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521463

PORTARIA Nº 023, DE 04 de janeiro DE 2022.

Contrata rudi bandiera PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO de médico.

Gilberto Chiarani, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com a Lei Complementar nº 194/2013 e Processo Seletivo nº 003/2021,

Considerando o Memorando 3.210/2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar a partir de 03 de janeiro de 2022, rudi bandiera, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 066.143.329-37, para exercer a função em caráter temporário de médico, Lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2022.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 04 de janeiro de 2022.

Gilberto Chiarani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 024, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521468

PORTARIA Nº 024 de 04 DE Janeiro de 2022.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Ana Paula Pereira Montebianco.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Protocolo 2.357/2021;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Ana Paula Pereira Montebianco, ocupante do cargo efetivo de Servente, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 16/03/2021 a 15/03/2022, cujo gozo se dará de 04/01/2022 a 18/01/2022, devendo retornar a suas atividades em 19/01/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 04/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 025, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519667

PORTARIA Nº 025, DE 04 DE JANEIRO DE 2022  
NOMEIA MEMBROS PARA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDORES.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Complementar 142/2008;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para comporem a Comissão de Avaliação de Servidores:

I – Ana Laine, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Recursos;

II - Janete de Souza, ocupante do cargo efetivo de técnica de enfermagem;

III – Maira Mattana Mariani, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Cadastro Geral.

Art. 2º - As servidoras designadas passarão a receber a Função Gratificada estipulada na Lei Complementar 182, de 10 de abril de 2012.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

Pinheiro Preto – SC, 04 de janeiro de 2022

Gilberto Chiarani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 05 DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521422

PORTARIA Nº 05 DE 04 DE Janeiro DE 2022.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Gilberto Chiarani, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando os Protocolos 2.207/2021, 2.221/2021, 2.075/2021, 2.199/2021, 2.319/2021 e 2.324/2021;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, cujo gozo dar-se-á no período de 03 de janeiro de 2022 a 27 de janeiro de 2022, conforme relação abaixo:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Aline Bordignon Martins	Merendeira	03/02/2021 a 02/02/2022	03/01/2022 a 27/01/2022
Andressa Neis	Auxiliar de Copa e Cozinha	03/02/2021 a 02/02/2022	03/01/2022 a 27/01/2022
Tayna Gabrielli Nunes	Auxiliar de Copa e Cozinha	03/02/2020 a 02/02/2021	03/01/2022 a 27/01/2022
Patricia Hack da Silva	Atendente de Biblioteca	01/02/2020 a 31/01/2021	03/01/2022 a 27/01/2022
Ivone Zanferrari	Servente	26/01/2021 a 25/01/2022	03/01/2022 a 27/01/2022
Lorete Hack Rabuske	Servente	01/04/2021 a 31/03/2022	03/01/2022 a 27/01/2022

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

Gilberto Chiarani  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 06, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3521427

PORTARIA Nº 06, DE 04 DE Janeiro de 2022.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Gislene Correa.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Protocolo 2.388/2021;

### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Gislene Correa, ocupante do cargo efetivo de Professor de Creche, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 11/01/2021 a 15/09/2022, cujo gozo se dará de 03/01/2022 a 17/01/2022, devendo retornar a suas atividades em 18/01/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 07, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3521429

PORTARIA Nº 07 de 04 DE Janeiro de 2022.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Ingrid Aparecida Thibes de Moraes.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Protocolo 2.204/2021;

### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Ingrid Aparecida Thibes de Moraes, ocupante do cargo efetivo de Secretaria Centro Educacional, 20 (vinte) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 11/01/2021 a 10/01/2022, cujo gozo se dará de 03/01/2022 a 22/01/2022, devendo retornar a suas atividades em 24/01/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 08, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521431

PORTARIA Nº 08 DE 04 DE Janeiro de 2022.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Neila Regina Bonadiman Nora.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Protocolo 2.259/2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora Neila Regina Bonadiman Nora, ocupante do cargo efetivo de Servente, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 13/02/2020 a 12/02/2021, cujo gozo se dará de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas atividades em 02/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 09, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521433

PORTARIA Nº 09 de 04 DE Janeiro de 2022.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR Sergio Luiz Burik.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Protocolo 1.934/2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao servidor Sergio Luiz Burik, ocupante do cargo efetivo de Motorista, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 26/08/2019 a 25/08/2020, cujo gozo se dará de 03/01/2022 a 01/02/2022, devendo retornar a suas atividades em 02/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2022.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2022.

GILBERTO CHIARANI

Prefeito Municipal



# Piratuba

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO SERVIDOR

Publicação Nº 3520320

Extrato da Convocação nº 37/2021 – SMEE Piratuba, 28 de dezembro de 2021

Prezado(a) Senhor(a) JAQUELINE BANDEIRA

Diante do resultado da Seleção para Preenchimento de Cargo do Processo Seletivo Nº 01/2021 do Município de Piratuba, cujo resultado foi homologado pelo Decreto Nº 1.541/2021, de 12 de abril de 2021 e prorrogado pelo Decreto No 1634/2021, de 12 de novembro de 2021: tem o presente, a finalidade de CONVOCAR Vossa Senhoria, classificado em 6º lugar, para tomar posse, no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS com carga horária de 40 hrs a partir do dia 03 de janeiro de 2022 até 02 de fevereiro de 2022.

O Candidato deverá apresentar na Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento Econômico, cópia dos documentos, acompanhados dos originais, para autenticação, quando for o caso, conforme prazo estabelecido pelo Edital.

• Edital do Processo Seletivo 01/2021 – 13.5: “O prazo que o candidato terá para manifestar interesse na vaga e apresentar documentação será de 2(dois) dias úteis”.

A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato, sendo assim o candidato será eliminado do Processo Seletivo.

A desatenção à presente convocação, sem justa causa, presume na desistência do direito à posse, conforme a classificação determinada pelo resultado do Processo Seletivo 001/2021.

Atenciosamente,

EVANDO ANTONIO AZEREDO

Secretário Municipal da Cidade e Desenvolvimento Econômico

### EXTRATO TERMO COLABORAÇÃO 001-2022

Publicação Nº 3520341

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO nº 001/2022.

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE IPIRA - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 02.402.602/0001-09, com sede na rua Alexandre Walter Roesler, n.197, centro, Ipira - SC, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

RESUMO: Termo de Colaboração com a APAE de IPIRA-SC.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.”

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos. Nesta ótica a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE IPIRA - SC, desenvolve há mais de 20 anos, atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

E grande parte dos alunos matriculados na APAE residem no interior dos dois municípios abrangidos (Ipira, Piratuba), localidades, muitas vezes, de difícil acesso, cujas famílias possuem baixo poder aquisitivo, sendo que a escola é de certa forma o único meio de inclusão social. Atualmente estão matriculados 65 alunos/pacientes oriundos dos municípios de Ipira, Piratuba e Peritiba.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a APAE de IPIRA-SC, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Colaboração.

Piratuba (SC), 03 de Janeiro de 2022.

COMISSÃO TÉCNICA

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Piratuba (SC), 03 de Janeiro de 2022.

Celso Felipe Bordin – Assessor Jurídico

**AUTORIZAÇÃO**

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Publicada o presente extrato da Dispensa do Chamamento Público 001/2022, aos 05 dias do mês de Janeiro de 2022.

# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### DECRETO-2170-2022- ROL DE INSCRITOS

Publicação Nº 3521326

DECRETO Nº 2170/2022

PUBLICA A LISTA DOS INSCRITOS INDEFERIDOS E DEFERIDOS, E DIVULGA LOCAL DA PROVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI ALVES WOLINGER, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 81, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - O Prefeito Municipal torna público, a lista dos inscritos indeferidos e deferidos e divulga local da prova do Processo Seletivo Simplificado n. 005/2021, para cadastro de reserva no cargo de Professor.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 04 de janeiro de 2022.

ARI ALVES WOLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente decreto aos quatro dias do mês de janeiro de 2022, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Antonio Carlos Brocardo  
Secretario de Planejamento, Administração e Finanças

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 003/2022

Publicação Nº 3520985

DECRETO Nº 003/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

“NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. EDINA GUGEL, matrícula 6293, portadora da Carteira de Identidade n. 4.615.431 e do CPF 003.103.991-06, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, com 40 horas semanais, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Padrão “CC”, Nível “01”, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE JANEIRO DE 2022.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 702/2021

Publicação Nº 3520949

DECRETO Nº 702/2021, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2021.

“NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, Lei Municipal Complementar n. 022/2002, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 081/2007 e suas alterações:

CONSIDERANDO classificação e aprovação em 2º lugar no Concurso Público 001/2018 para o cargo de Agente de Tributação;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a Sra. PAMELA GASPARINI DE JESUS portadora do RG n. 5.791.133 SSP – SC, e do CPF n. 086.672.969-02 para exercer o cargo efetivo de AGENTE DE TRIBUTAÇÃO com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 723/2021

Publicação Nº 3520715

DECRETO Nº 723/2021 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da

legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. ANDRE LUIZ PANIZZI, ocupante do cargo de CONSULTOR JURÍDICO, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Administração e Fazenda, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 18/01/2021 a 17/01/2022, para serem gozadas de 17 de janeiro de 2022 a 31 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 724/2021**

Publicação N° 3520721

DECRETO N° 724/2021 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021.

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR"**

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. IVAN HOECKLER, ocupante do cargo de CONTROLADOR INTERNO, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Administração e Fazenda, por um período de 16 dias, referente ao período aquisitivo de 15/09/2018 a 14/09/2019, para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 18 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 735/2021**

Publicação N° 3520331

DECRETO N° 735/2021 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021.

**"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO."**

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerado a partir de 23 de dezembro de 2021, o servidor Sr. DOUGLAS SILVEIRA, ocupante do cargo de OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 736/2021**

Publicação Nº 3520398

DECRETO Nº 736/2021 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, por um período de 30 dias, e que serão gozadas de 03 de Janeiro de 2022 a 01 de Fevereiro de 2022.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
768	ALEXANDRE LUIZ DALLALIBERA	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR	02/01/2021 A 01/01/2022
6446	MATEUS JUNIOR VICENSI	OPERADOR DE RETRO-ESCAVADEIRA	08/06/2020 A 07/06/2021
6452	NERI FOGAÇA DE LIMA	OPERADOR DE ESCAVADEIRA-HIDRÁULICA	01/07/2020 A 30/06/2021

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 738/2021**

Publicação Nº 3520727

DECRETO Nº 738/2021 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. GILBERTO FRIGHETTO, ocupante do cargo ADMINISTRADOR, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde, por um período de 05 dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2017 a 01/01/2018 para serem gozadas de 10/01/2022 a 14/01/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 739/2021**

Publicação Nº 3520737

DECRETO Nº 739/2021 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. PATRICIA FRANZEN, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 15 dias, sendo 09 dias referente ao período aquisitivo de 22/03/2017 a 21/03/2018 e 06 dias referente ao período aquisitivo de 22/03/2020 a 21/03/2021 para serem gozadas de 21/12/2021 a 04/01/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 744/2021**

Publicação Nº 3520114

DECRETO Nº 744/2021 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"**

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. SILVANA APARECIDA ALLEBRANDT, ocupante do cargo de DIRETOR, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 04/01/2021 a 03/01/2022 para serem gozadas de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 745/2021**

Publicação Nº 3520117

DECRETO Nº 745/2021 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"**

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. PERLA SUZANE MARTINS, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 01/09/2018 a 31/08/2019 para serem gozadas de 29/12/2021 a 12/01/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



**DECRETO 746/2021**

Publicação Nº 3520120

DECRETO Nº 746/2021 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. MIRIAN SALETE CARNIEL MORANDI, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 12/12/2020 a 11/12/2021 para serem gozadas de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 747/2021**

Publicação Nº 3520124

DECRETO Nº 747/2021 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,  
CONSIDERANDO o pedido de exoneração da servidora.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora Sra. ROSENILDA MONTEIRO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 748/2021**

Publicação Nº 3520126

DECRETO Nº 748/2021 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,  
CONSIDERANDO o pedido de exoneração do servidor.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir de 08 de dezembro de 2021 o servidor Sr. VINICIUS TESTA DE GODOY, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## **DECRETO 750/2021**

Publicação N° 3520129

DECRETO N° 750/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. TIAGO TEIXEIRA, ocupante do cargo de MECÂNICO, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 09/10/2019 a 08/10/2020, interrompidas através do Decreto nº 008/2021 de 04 de Janeiro de 2021, para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 751/2021**

Publicação N° 3520130

DECRETO N° 751/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. JANETE FELIPINI DE QUEIROZ, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2021 a 01/01/2022 para serem gozadas de 04 dias de 08 de dezembro de 2021 a 11 de dezembro de 2021 e 26 dias 03 de janeiro de 2022 a 28 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 752/2021**

Publicação Nº 3520133

DECRETO Nº 752/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. CIANA APARECIDA BERTE DE ABREU, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 01/12/2018 a 30/11/2019 para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 17 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 753/2021**

Publicação Nº 3520141

DECRETO Nº 753/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. ANDREIA CORDEIRO, ocupante do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com 40 horas semanais, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 03/02/2021 a 02/02/2022 para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 17 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 754/2021**

Publicação Nº 3520144

DECRETO Nº 754/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,  
CONSIDERANDO o pedido de exoneração da servidora.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora Sra. IVETE THEODORO, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40 horas semanais, sendo 20 horas efetiva e 20 horas alteração de carga horária, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## DECRETO 755/2021

Publicação Nº 3520401

DECRETO Nº 755/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por um período de 30 dias, e que serão gozadas de 03 de Janeiro de 2022 a 01 de Fevereiro de 2022.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
5719	CENAIR DA CRUZ DAVID	AGENTE DE CONSTRUÇÃO	04/10/2020 03/10/2021
6338	GINOMAR ALVES PEREIRA	OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA	01/01/2020 A 13/01/2021
907	LAUDEMIR XAVIER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/01/2021 A 31/12/2021

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 756/2021

Publicação Nº 3520741

DECRETO Nº 756/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados a partir de 31 de dezembro de 2021 os servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos:

MATRICULA	NOME	CARGO
1925	CRISTIAN LEONARDO AZEREDO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
1863	FERMINO PALHANO DE FREITAS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
1866	MELANIA CORDEIRO TELLES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 757/2021**

Publicação Nº 3520145

DECRETO Nº 757/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 30 de dezembro de 2021 a servidora Sra. ADRIANA RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 758/2021**

Publicação Nº 3520149

DECRETO Nº 758/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. KELY CRISTINA BERTE BOTTOLI, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/01/2020 a 31/12/2020 para serem gozadas de 12 de dezembro 2021 a 11 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 759/2021**

Publicação Nº 3520150

DECRETO Nº 759/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2021 a servidora Sra. FRANCIELE DE QUEIROZ, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## **DECRETO 760/2021**

Publicação Nº 3520151

DECRETO Nº 760/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 23 de dezembro de 2021 a servidora Sra. MARLI CORREIA RIBAS, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## **DECRETO 761/2021**

Publicação Nº 3520152

DECRETO Nº 761/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 30 de dezembro de 2021 a servidora Sra. FERNANDA JANTARA DE MORAIS, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## **DECRETO 762/2021**

Publicação Nº 3520154

DECRETO Nº 762/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 17 de dezembro de 2021 a servidora Sra. PAOLA NAJARA TANELLO PALHANO, ocupante do cargo de MONITOR, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 763/2021**

Publicação N° 3520156

DECRETO N° 763/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2021 a servidora Sra. TAIS ERECINA ACUNHA GOMES PEDROSO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 764/2021**

Publicação N° 3520159

DECRETO N° 764/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. JURACI MARIA LODI, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2021 a 31/01/2021 para serem gozadas de 17 de janeiro de 2022 a 31 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



**DECRETO 765/2021**

Publicação Nº 3520238

DECRETO Nº 765/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. MARIZA LOPES PIMENTEL, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 06 dias, referente ao período aquisitivo de 01/12/2017 a 30/11/2018 para serem gozadas de 10 de janeiro de 2022 a 15 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 766/2021**

Publicação Nº 3520163

DECRETO Nº 766/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. MERCIS APARECIDA RODRIGUES, ocupante do cargo de MONITOR, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 04/09/2019 a 03/09/2020 para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 767/2021**

Publicação Nº 3520165

DECRETO Nº 767/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. PAULINNE LANGARO, ocupante do cargo de PSICOLOGA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/08/2020 a 31/07/2021 para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 768/2021

Publicação Nº 3520174

DECRETO Nº 768/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. IVANDRA BISATTO, ocupante do cargo em comissão de ASSESSORA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2021 a 31/01/2022 para serem gozadas de 17 de janeiro de 2022 a 15 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 769/2021

Publicação Nº 3520750

DECRETO Nº 769/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. SILVANA SUTIL, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 05/02/2020 a 14/02/2021 para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 770/2021**

Publicação Nº 3520179

DECRETO Nº 770/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. LETICIA MARIA RIBAK RODRIGUES PIMENTEL, ocupante do cargo de MONITOR, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 23/02/2021 a 22/02/2022 para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 771/2021**

Publicação Nº 3520181

DECRETO Nº 771/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. MAIELI APARECIDA LAMP, ocupante do cargo de MONITOR, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2021 a 28/02/2022 para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 772/2021**

Publicação Nº 3520186

DECRETO Nº 772/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. ROSANI ZENATTI PALHA, ocupante do cargo de MONITOR, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2021 a 01/01/2022 para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 773/2021**

Publicação Nº 3520754

DECRETO Nº 773/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. JAQUELINE CHILANTI CARVALHO PETTINI, ocupante do cargo em comissão de ASSESSORA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Administração e Fazenda, por um período de 10 dias, referente ao período aquisitivo de 11/01/2021 a 10/01/2022 para serem gozadas de 17 de janeiro de 2022 a 26 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 774/2021**

Publicação Nº 3520200

DECRETO Nº 774/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. MARILENE FATIMA RIBAK DALLA VECCHIA, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 10 dias, sendo 05 dias referente ao período aquisitivo de 01/07/2016 a 30/06/2017 e 05 dias referente ao período aquisitivo de 01/07/2017 a 30/06/2018, para serem gozadas 03 de janeiro de 2022 a 12 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 775/2021**

Publicação Nº 3520761

DECRETO Nº 775/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 22 de dezembro de 2021, a servidora Sra. ELIZANDRA VIEIRA DE JESUS, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 10 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## **DECRETO 776/2021**

Publicação Nº 3520203

DECRETO Nº 776/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. JULIANA VIEIRA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2021 a 31/01/2022, para serem gozadas 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 777/2021**

Publicação Nº 3520204

DECRETO Nº 777/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. MARCIO JOSE FERREIRA BARBOSA, ocupante do cargo de PSICÓLOGO, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 15/05/2020 a 14/05/2021, para serem gozadas de 17 de janeiro de 2022 a 15 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 778/2021**

Publicação Nº 3520205

DECRETO Nº 778/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. VANESSA REGINA SANAMBAIA DE OLIVEIRA PIMENTEL, ocupante do cargo de DIRETORA DE DEPARTAMENTO, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Administração e Fazenda, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 04/01/2021 a 03/01/2022, para serem gozadas 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 779/2021**

Publicação Nº 3520206

DECRETO Nº 779/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,  
CONSIDERANDO o pedido de exoneração da servidora.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 21 de dezembro de 2021, a servidora Sra. CHEILA VALSOLER DE OLIVEIRA, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 780/2021**

Publicação Nº 3520208

DECRETO Nº 780/2021, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Complementar n. 174/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido 30 dias integrais de Licença Prêmio a Funcionária Pública Municipal Sra. VANESSA MARIA OLTRAMARI, ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 06/03/2017 a 06/03/2020, para serem gozadas de 05 de janeiro de 2022 a 03 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 781/2021**

Publicação Nº 3520211

DECRETO Nº 781/2021 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. JOSE JACIR PEDROZO, ocupante do cargo de MOTORISTA, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/01/2021 a 31/12/2021, para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 782/2021**

Publicação Nº 3520231

DECRETO Nº 782/2021 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 23 de Dezembro de 2021 a servidora Sra. MORGANA MARIA GONÇALVES DE AZEVEDO, ocupante do cargo de ESTAGIÁRIA, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## DECRETO 783/2021

Publicação Nº 3520406

DECRETO Nº 783/2021 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura, por um período de 30 dias, e que serão gozadas de 03 de Janeiro de 2022 a 01 de Fevereiro de 2022.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
6814	AGUIAR ANDRE SCHWEIKART	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	20/02/2020 A 19/02/2021
5769	NELSON GASPERINI	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	30/08/2020 A 29/08/2021

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 784/2021

Publicação Nº 3520862

DECRETO Nº 784/2021 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados a partir do dia 21 de dezembro de 2021, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargo de PROFESSOR, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

MATRICULA	NOME
1880	ADAIR RENAN SOARES DE OLIVEIRA
1877	ALINE PAULA TODESCATT
1977	ALISSON LUIZ MORAIS
1871	ANDRIELI FERNANDA DA SILVA
1920	BRUNA COMUNELLO
1933	CAMILA APARECIDA FERRAZ JOHANN
1867	CAMILA PAGLIA
1888	CECILIA BORF ALVES PEREIRA
1868	CLAUDIA DO AMARAL LUBACHEVSKI
1946	CLAUDIA MARIA SECHIN
1876	EDILCE DE FATIMA VENTURIN APOLINARIO
1980	GILVANA XAVIER JOOVANASE
1956	HELENA MARIA DE SOUZA FIDELIS
1940	JESSICA MORGANA CARVALHO
1973	JOVANI KOHL
1869	KATIA REGINA DE MORAIS
1949	LICIANE LAVARDA

1968	MARIETE ANGELA VOZNIK PAIN
1938	MARLI FRANCISCA DE MELO
1908	MATEUS DE MACEDO
1923	MAURICIO IVAN TOBIAS
1939	MORGANA IZBELA BERTE
1906	RITA DE CASSIA GODOY DA SILVA COSTA
1966	ROSELI FATIMA DE OLIVEIRA
1963	SAIONARA DALLALIBERA JOHANN
1874	SIDIANE LOURDES PAGLIA
1945	SOLANGE CADORI

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 785/2021**

Publicação Nº 3520232

DECRETO Nº 785/2021 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 21 de dezembro de 2021, a servidora Sra. FERNANDA AMPEZZO, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 787/2021**

Publicação Nº 3520241

DECRETO Nº 787/2021 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 21 de dezembro de 2021, a servidora Sra. MIRIAN TESSARO, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## DECRETO 788/2021

Publicação Nº 3520243

DECRETO Nº 788/2021 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 21 de dezembro de 2021, a servidora Sra. RUBIA MARA VIEIRA, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## DECRETO 789/2021

Publicação Nº 3520868

DECRETO Nº 789/2021 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados a partir do dia 21 de dezembro de 2021, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

MATRICULA	NOME
1935	ALMIRA DE FATIMA PEREIRA
1969	CARINA DOS SANTOS
1909	EDINA SILMARA RIBEIRO LEMOS
1943	ELISANGELA APARECIDA MORAIS
1893	FABIANE APARECIDA ZANCHET DE MACEDO
1884	GEISA KAUANE FERREIRA BARBOSA FORNARI
1889	GISELE CERINO
1964	HOSANA JAREIDI DA SILVA DE OLIVEIRA
1896	JOELMA MAGRI
1872	JUSSARA DE RAMOS
1864	MAGDA MAXIMO DE OLIVEIRA FILIPPINI
1981	MARISTELA DE OLIVEIRA DA SILVEIRA
1974	MARIZETE DE MATOS
1982	MARIZETE PIMENTEL
1883	REGIANE TEREZINHA DA COSTA
1962	SAMARA DONIN PEREIRA
1887	SILVANA CASTRO ARAUJO
1881	SIMONE GONÇALVES DE MELO

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 790/2021**

Publicação Nº 3520247

DECRETO Nº 790/2021 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

"EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados a partir do dia 21 de dezembro de 2021, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargo de AGENTE EDUCACIONAL II, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

MATRICULA	NOME
1907	MARCIA DOS SANTOS DIAS
1912	MARIA HELENA BRUXEL DE MATOS
1919	MARISTELA NASCIMENTO DA CONCEIÇÃO
1897	SILVANA APARECIDA FELCK CARIPUNA

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 791/2021**

Publicação Nº 3520255

DECRETO Nº 791/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Sra. ARILDO ANTONIO AMADORI, ocupante do cargo de MOTORISTA DE AMBULANCIA, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado é por tempo definitivo a partir do dia 06 de dezembro de 2021, sendo que o servidor irá passar pela perícia médica do INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, produzindo efeito retroativo a partir do dia 06 de dezembro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 792/2021**

Publicação Nº 3520258

DECRETO Nº 792/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. JANICE DE FATIMA FARIAS, ocupante do cargo em comissão de ASSESSORA, com 40 horas semanais,

lotada na Secretaria de Agricultura, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/09/2019 a 31/08/2020, para serem gozadas 24 de janeiro de 2022 a 22 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 793/2021**

Publicação Nº 3520260

DECRETO Nº 793/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. CAMILA GUIDINI, ocupante do cargo em comissão de ASSESSORA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 03/05/2021 a 02/05/2022, para serem gozadas 17 de janeiro de 2022 a 31 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 794/2021**

Publicação Nº 3520264

DECRETO Nº 794/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. ANDREIA FERRARI, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 20 dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2020 a 01/01/2021, para serem gozadas 03 de janeiro de 2022 a 22 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 795/2021**

Publicação Nº 3520268

DECRETO Nº 795/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. DAIANE APARECIDA BASI, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 20 dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2020 a 01/01/2021, para serem gozadas 03 de janeiro de 2022 a 22 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 796/2021**

Publicação Nº 3520271

DECRETO Nº 796/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. NADIA MARIANI BERTE, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 39 dias, sendo 09 dias referente ao período aquisitivo de 02/01/2018 a 01/01/2019, para serem gozadas de 13/12/2021 a 31/12/2021, e 30 dias referente ao período aquisitivo de 02/01/2019 a 01/01/2020, para serem gozadas de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 797/2021**

Publicação Nº 3520274

DECRETO Nº 797/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. KRISLEY ENISA KARCH, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Administração e Fazenda, por um período de 30 dias, sendo 15 dias referente ao período aquisitivo de 16/09/2019 a 15/09/2020, e 15 dias referente ao período aquisitivo de 16/09/2020 a 15/09/2021, para serem gozadas de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 798/2021

Publicação Nº 3520282

DECRETO Nº 798/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. ANTONIO RIBEIRO, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR E DE GABINETE, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 18/01/2021 a 17/01/2022, para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 799/2021

Publicação Nº 3520285

DECRETO Nº 799/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 21 de dezembro de 2021, a servidora Sra. CAROLINE BRUXEL BARBIERO, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## DECRETO 800/2021

Publicação Nº 3520290

DECRETO Nº 800/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR”



ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. EDSON PAVAN BAZI, ocupante do cargo de PROFESSOR, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 37 dias, sendo 07 dias referente ao período aquisitivo de 15/02/2020 a 14/02/2021, e 27 dias referente ao período aquisitivo de 15/02/2021 a 14/02/2022 para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 14 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 801/2021**

Publicação Nº 3520976

DECRETO Nº 801/2021, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

**“NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO”**

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, Lei Municipal Complementar n. 022/2002, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 081/2007 e suas alterações:

CONSIDERANDO classificação e aprovação em 3º lugar no Concurso Público 001/2018 para o cargo de Engenheiro Civil.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a partir de 13 de dezembro de 2021 a Sra. BRUNA BENATTI MAIER, portadora do RG n. 12.777.801-9 SSP – PR, e do CPF n. 089.194.839-22 para exercer o cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, nível “111” Referencia “A”, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 802/2021**

Publicação Nº 3520292

DECRETO Nº 802/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

**“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.**

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Sra. LUCIANA GOMES, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - O benefício n. 6357953192 foi concedido até o dia 17 de dezembro de 2021, podendo a servidora se sentir incapacitada para retornar ao trabalho, requerer novo exame médico pericial.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, produzindo efeito retroativo ao dia 07/12/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 804/2021**

Publicação N° 3520293

DECRETO N° 804/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. LUCIANA HAEFLIGER, ocupante do cargo de DIRETORA DE ESCOLA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/01/2021 a 31/12/2021, para serem gozadas de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 805/2021**

Publicação N° 3520294

DECRETO N° 805/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. KARINE APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de DIRETORA DE CEI, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 19/09/2020 a 18/09/2021, para serem gozadas de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 806/2021**

Publicação N° 3520296

DECRETO N° 806/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

“REDUZ LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da

legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde do Sr. JOZIEL RODRIGUES, ocupante do cargo de MOTORISTA, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - O benefício n. 69372409414 foi indeferido pela perícia médica do INSS pelo motivo da de não possuir incapacidade por mais de quinze dias consecutivos.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, produzindo efeito retroativo a partir do dia 07 de dezembro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 807/2021**

Publicação N° 3520297

DECRETO N° 807/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Sra. ALINI DE OLIVEIRA LUZ, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 30 (trinta) dias contados a partir do dia de 02/12/2021.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito retroativo ao dia 02/12/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 808/2021**

Publicação N° 3520298

DECRETO N° 808/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, e que serão gozadas de 03 de Janeiro de 2022 a 01 de Fevereiro de 2022.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
6364	CINTHIA ALVES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/03/2021 a 28/02/2022
5734	EVA APARECIDA PADILHA PEREIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	16/11/2020 a 15/11/2021
5751	MALGARETE INEZ SANTIN ARCARI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/12/2020 a 30/11/2021
5749	MARIA DE LOURDES FRANZEN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/12/2020 a 30/11/2021
5716	MELANIA TEREZINHA DE OLIVEIRA FONTANA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	17/01/2020 a 16/01/2021
1608	MONICA APARECIDA VARELLA URBANO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	15/02/2021 a 14/02/2022

5764	NELI APARECIDA INACIO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/12/2020 a 30/11/2021
5746	NELI CALIARI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/12/2020 a 30/11/2021
5804	ROSALINA IZABEL DOS SANTOS LEMOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	02/01/2021 a 01/01/2022
5706	TATIANE CANDIDO DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	08/09/2020 a 07/09/2021

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 809/2021

Publicação Nº 3520315

DECRETO Nº 809/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, e que serão gozadas de 03 de Janeiro de 2022 a 01 de Fevereiro de 2022.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
5799	JECE DE RAMOS	MOTORISTA	01/01/2021 A 31/12/2021
1640	JEFFERSON LUIS FELTRIN	MOTORISTA	16/03/2021 A 15/03/2022
6335	MAICON FRIGHETTO	MOTORISTA	02/04/2020 A 01/04/2021
5800	ROBERTO BARBOSA	MOTORISTA	01/02/2021 A 31/01/2022
5700	SERGIO ANTONIO DEITOS	MOTORISTA	02/09/2020 A 01/09/2021
5817	JUARES FRIGHETTO	MOTORISTA	02/01/2021 A 01/01/2022

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 810/2021

Publicação Nº 3520321

DECRETO Nº 810/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. ODIR FILIPINI, ocupante do cargo em comissão de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 12/08/2020 a 11/08/2021, para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 811/2021**

Publicação Nº 3520323

DECRETO Nº 811/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. RENATO HARMATA DOS SANTOS, ocupante do cargo de AGENTE DE INFORMÁTICA, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 04/10/2020 a 03/10/2021, para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 812/2021**

Publicação Nº 3520324

DECRETO Nº 812/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. RONALDO HARMATA DOS SANTOS, ocupante do cargo de AGENTE DE INFORMÁTICA, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 30/11/2020 a 29/11/2021, para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 813/2021**

Publicação Nº 3520980

DECRETO Nº 813/2021, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

“NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, Lei Municipal Complementar n. 022/2002, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 081/2007 e suas alterações:

CONSIDERANDO classificação e aprovação em 18º lugar no Concurso Público 001/2018 para o cargo de motorista;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado a partir de 14 de dezembro de 2021 o Sr. PAULO JUNIOR PAIN portador do RG n. 5.003.442 SSP – SC, e do CPF n. 057.230.829-90 para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 814/2021**

Publicação N° 3520327

DECRETO N° 814/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

“DETERMINA RETORNO DE SERVIDOR AO CARGO EFETIVO”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinado que a partir do 21 de dezembro de 2021, a Sra. DRIANE SALETE SPESSATTO, matrícula 5703, atualmente ocupante do cargo em comissão de DIRETORA DE ESCOLA, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, retorna ao cargo de efetivo de MONITORA, com 40 horas semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 815/2021**

Publicação N° 3520764

DECRETO N° 815/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinado que a partir do dia 20 de dezembro de 2021 o servidor EZEQUIEL SANTOLIN ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, com 40 horas semanais, passará a ser lotado na Secretaria Municipal de SAÚDE.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 816/2021

Publicação N° 3520329

DECRETO N° 816/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO o requerimento do pedido de exoneração da servidora;

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 21 de dezembro de 2021 a servidora Sra. DRIANE SALETE SPESSATTO, ocupante do cargo efetivo de MONITORA, com 40 horas semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## DECRETO 817/2021

Publicação N° 3520766

DECRETO N° 817/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Sra. SILMARA BASI, ocupante do cargo de PROFESSORA, 40 horas semanais, sendo 20hs semanais efetiva e 20hs semanais alteração de carga horária, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 05 (cinco) dias contados a partir do dia de 14/12/2021.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito retroativo ao dia 14/12/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 818/2021

Publicação N° 3520770

DECRETO N° 818/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Complementar n. 174/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido 15 dias de Licença Prêmio ao Funcionário Público Municipal Sr. GELSO JOSE ANSELMÍ, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 05/05/2015 a 04/05/2018, para serem gozadas de 17 de janeiro de 2022 a 31 de janeiro de 2022.



Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 819/2021

Publicação Nº 3520811

DECRETO Nº 819/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. FABIANA SCUSSIATO PEROSA, ocupante do cargo em comissão de ASSESSORA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Administração e Fazenda, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 11/01/2021 a 10/01/2022, para serem gozadas de 17/01/2022 a 31/01/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 820/2021

Publicação Nº 3520819

DECRETO Nº 820/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. LUZIANE MARQUES DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 15/02/2020 a 14/02/2021, para serem gozadas de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 821/2021**

Publicação N° 3520822

DECRETO N° 821/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. JAIR ANTONIO FERREIRA MACHADO, ocupante do cargo de MOTORISTA, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/04/2019 a 31/03/2020, para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 822/2021**

Publicação N° 3520823

DECRETO N° 822/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. ELIANE TERESINHA LAMP GOLDONI, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/01/2021 a 31/12/2021, para serem gozadas de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 823/2021**

Publicação N° 3520825

DECRETO N° 823/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

"EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 17 de dezembro de 2021, a servidora Sra. ELIZIA RAPOSO DA SILVA, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 824/2021**

Publicação N° 3520840

DECRETO N° 824/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 21 de dezembro de 2021, a servidora Sra. ERENILDA DE OLIVEIRA DA SILVEIRA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 825/2021**

Publicação N° 3520842

DECRETO N° 825/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

“REDUZ CARGA HORARIA DE SERVIDORA ”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica reduzida a partir do dia 01 de dezembro de 2021 a carga horária da servidora pública municipal Sra. ELIZANDRA VIEIRA DE JESUS, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 30:00 horas semanais para 10:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito retroativo ao dia 01/12/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 826/2021**

Publicação N° 3520844

DECRETO N° 826/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. ELIANE GONÇALVES DE MEIRA CASON, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2021 a 31/01/2022, para serem gozadas de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 827/2021**

Publicação N° 3520847

DECRETO N° 827/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. MARLY ANA FRANZEN, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2021 a 31/01/2022, para serem gozadas de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 828/2021**

Publicação N° 3520849

DECRETO N° 828/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. ROSANGELA PASQUALI FILIPINI, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2021 a 31/01/2022, para serem gozadas de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 829/2021**

Publicação N° 3520333

DECRETO N° 829/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. BRUNA GABRIELI RESNER, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 04/01/2021 a 03/01/2022, para serem gozadas de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 830/2021**

Publicação N° 3520336

DECRETO N° 830/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. ANDRINHA LUCIMARA LAMP FALCHETTI, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 04/01/2021 a 03/01/2022, para serem gozadas de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 831/2021**

Publicação N° 3520851

DECRETO N° 831/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir de 30 de dezembro de 2021, o servidor Sr. DHIEGO HENRIQUE PEREIRA, ocupante do cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## DECRETO 832/2021

Publicação N° 3520852

DECRETO N° 832/2021 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 21 de dezembro de 2021, a servidora Sra ELIANE MARIA DE SOUZA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## DECRETO 835/2021

Publicação N° 3520340

DECRETO N° 835/2021, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021.

□DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS□.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2418, de 01 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2021 no valor de R\$ 442.000,00 (Quatrocentos e Quarenta e Dois Mil Reais), destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE SERRADA

Unidade: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE SERRADA

10.301.1001.2036 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SAÚDE

Modalidade de Aplicação: 31.90.00.00

Fonte de Recursos: 0.1.11.1102.00 – 4 – 82.000,00

Órgão: 05.001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Unidade: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.365.1201.2.047 - MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES

Modalidade de Aplicação: 31.90.00.00

Fonte de Recursos: 0.1.18.1118.00 –39 – 265.000,00

Órgão:09.001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 09.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.846.2800.2.034 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 0.1.11.1102.00 –92 – 15.000,00

28.846.2800.2.035 - AMORTIZAÇÃO DE PRECATÓRIOS

Modalidade de Aplicação: 31.90.00.00

Fonte de Recursos: 0.1.11.1101.00 –94 – 80.000,00

Art. 2º. Para abertura do crédito de até \$ 442.000,00 (Quatrocentos e Quarenta e Dois Mil Reais), que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos do provável excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

## DECRETO 837/2021

Publicação Nº 3520853

DECRETO Nº 837/2021 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Sra. ROSIMARA TERESINHA DIBERTI, ocupante do cargo de AGENTE EDUCACIONAL II, 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6368406961 foi indeferido pela perícia médica do INSS em 04 de novembro de 2021, sendo que o resultado não foi apresentado pela servidora no setor competente.

Art. 3º - O período do novo atestado médico é de 60 (sessenta) dias a contar do dia 03 de novembro de 2021, apresentado no setor de RH no dia de hoje, dia 21 de dezembro de 2021.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 838/2021

Publicação Nº 3520855

DECRETO Nº 838/2021 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,  
CONSIDERANDO, o pedido de exoneração da servidora.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2021, a Sra. ADRIANA PAVELSKI, ocupante do cargo em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com 40 horas semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.



**DECRETO 840/2021**

Publicação Nº 3520348

DECRETO Nº 840/2021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Sra. MARILENE DA COSTA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 15 (quinze) dias a partir de 17 de dezembro de 2021.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito retroativo ao dia 17/12/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 841/2021**

Publicação Nº 3520351

DECRETO Nº 841/2021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. MARISTELA MARIA SANTIN LUVISON, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40 horas semanais, sendo 20 horas efetiva e 20 horas alteração de carga horária, lotada na Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 21 dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2021 a 01/01/2022, para serem gozadas de 03/01/2022 a 23/01/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 842/2021**

Publicação Nº 3520354

DECRETO Nº 842/2021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. JOSE SILMAR DE AZEREDO, ocupante do cargo de MOTORISTA, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, sendo 15 dias referente ao período aquisitivo de 08/04/2020 a 07/04/2021 e 15 dias referente ao período aquisitivo de 08/04/2021 a 07/04/2022 para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 843/2021**

Publicação Nº 3520356

DECRETO Nº 843/2021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. ROBERVAL CRISTIANO SARTORI, ocupante do cargo de MOTORISTA, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Assistência Social, por um período de 15 dias referente ao período aquisitivo de 09/04/2019 a 08/04/2020 para serem gozadas de 23 de dezembro de 2021 a 06 de janeiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 844/2021**

Publicação Nº 3520358

DECRETO Nº 844/2021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. CLAUDIA DE FATIMA PADILHA DE QUEIROZ, ocupante do cargo de AGENTE DA DEFESA CIVIL, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Meio Ambiente, por um período de 08 dias, referente ao período aquisitivo de 01/09/2019 a 31/08/2020, para serem gozadas de 27/12/2021 a 03/01/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 845/2021**

Publicação Nº 3520359

DECRETO Nº 845/2021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. MARIA TERESINHA CARDORI, ocupante do cargo de TECNICA EM ENFERMAGEM, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, por um período de 08 dias, referente ao período aquisitivo de 05/03/2019 a 04/03/2020, para serem gozadas de 17/01/2022 a 24/01/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 846/2021**

Publicação N° 3520362

DECRETO N° 846/2021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 30 de dezembro de 2021 a servidora Sra. GENEVANDIA CAMPOS COSTA, ocupante do cargo de FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 847/2021**

Publicação N° 3520364

DECRETO N° 847/2021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 30 de dezembro de 2021 a servidora Sra. IONE NUNES DE ALMEIDA, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 848/2021**

Publicação N° 3520367

DECRETO N° 848/2021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 30 de dezembro de 2021 a servidora Sra. IVONETE FERREIRA MACHADO MARCONSINI, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 849/2021**

Publicação N° 3520368

DECRETO N° 849/2021, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. JANDIRA APARECIDA BARBIERI, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 850/2021**

Publicação N° 3520370

DECRETO N° 850/2021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. JOSMAR DE ALMEIDA, ocupante do cargo de ODONTÓLOGO, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 07/02/2021 a 06/02/2022 para serem gozadas de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 851/2021**

Publicação Nº 3520373

DECRETO Nº 851/2021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 30 de dezembro de 2021, a Sra. MARIA FERNANDA DIAS, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 852/2021**

Publicação Nº 3520378

DECRETO Nº 852/2021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 30 de dezembro de 2021, a Sra. ROSANE DA CRUZ DAVID LAMP, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 853/2021**

Publicação Nº 3520384

DECRETO Nº 853/2021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 30 de dezembro de 2021, a Sra. SONIA CLARINES ARCARI, ocupante do cargo de FISCAL DA VIGI-LÂNCIA SANITÁRIA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 854/2021**

Publicação N° 3520393

DECRETO N° 854/2021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. PATRICIA GUIMARAES, ocupante do cargo de FISCAL FAZENDARIO, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Administração e Fazenda, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/12/2020 a 01/12/2021, para serem gozadas de 03/01/2022 a 01/02/2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 855/2021**

Publicação N° 3520396

DECRETO N° 855/2021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

“EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerado o servidor Sr. RICARDO POLETTI DE SOUZA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**PORTARIA 026/2021**

Publicação Nº 3520539

PORTARIA 026/2021, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção dos serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO que no processo seletivo 001/2021 não houve número de aprovados que suprissem a necessidade em determinados cargos;

CONSIDERANDO que o município licitará contratação de empresa para realização de novo processo seletivo para o próximo ano;

CONSIDERANDO o parecer jurídico;

RESOLVE:

Artigo. 1º - Prorrogar o contrato de trabalho temporário dos servidores Celso Carlos Vieira, Paulo Guilherme Kopcky ocupantes do cargo de Agentes de Serviços Gerais (limpeza de ruas, logradouros, roçadas e jardinagens) lotados na Secretaria de Serviços Urbanos, nomeados através da Chamada Pública n. 004/2021.

Artigo. 2º - O prazo de prorrogação será de 120 (cento e vinte) dias.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 23 de Dezembro de 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 027/2021**

Publicação Nº 3520545

PORTARIA 027/2021, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção dos serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO o parecer jurídico;

RESOLVE:

Artigo. 1º - Prorrogar o contrato de trabalho temporário do servidor Fernando Pereira de Souza, ocupante do cargo de vigia, da Chamada Pública n. 017/2021.

Artigo. 2º - O prazo de prorrogação será de 30 (trinta) dias.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 23 de Dezembro de 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 028/2021**

Publicação Nº 3520555

PORTARIA 028/2021, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO



ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção dos serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO que no processo seletivo 001/2021 não houve aprovados na vaga de agente de endemias;

CONSIDERANDO que o município licitará contratação de empresa para realização de novo processo seletivo para o próximo ano;

CONSIDERANDO o parecer jurídico;

**RESOLVE:**

Artigo. 1º - Prorrogar o contrato de trabalho temporário dos ocupante do cargo de Agente de Endemias nomeada através da Chamada Pública n. 004/2021.

Artigo. 2º - O prazo de prorrogação será de 120 (cento e vinte) dias.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 23 de Dezembro de 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 1/2022 ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA EPP**

Publicação Nº 3520906

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8AC3265BCB9040F4CFB0AF5879DA9CE84CD48539

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 125/2021  
TOMADA DE PREÇOS N. 125/2021****CONTRATO N. 1/2022****CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL À  
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

O Município de Ponte Serrada, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 82.777.236/0001-01, com sede na Rua Madre Maria Theodora, n. 264, Centro, Ponte Serrada/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ALCEU ALBERTO WRUBEL**, portador da Cédula de Identidade RG n. Cédula de Identidade RG n. 1306106 e inscrito no CPF n. 469.966.309-59, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a EMPRESA **ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 17.031.930/0001-88, estabelecida na Rua da Consolação, n. 317, Bairro Matinho, Sala 03, no Município de Xanxerê/SC, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **REINALDO VALENTINI**, RG n. 1.780.388-8 e CPF n. 584.236.729-72, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato que se rege pela lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, proposta da **CONTRATADA**, Edital de Licitação da Modalidade de **Pregão Presencial n. 125/2021**, homologado em 22 de dezembro de 2021 e pelas condições que estipula a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Contratação da empresa especializada para prestação de serviços de consultoria contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, visando manter a eficiência nos registros dos atos e fatos do município, através de orientações aos servidores municipais que atuam nestas áreas, com vistas a implementação e atendimento das novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP), compreendendo:

**1.2. Receita pública**

Como estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), qualquer perda de receita deve ensejar a adoção de medidas compensatórias, tanto na receita (quando possível) ou redução, na mesma proporção, das despesas correspondentes levando a uma inevitável redução da oferta de bens e serviços à população.

Além dos procedimentos contábeis, os serviços de consultoria nas receitas deverão levar em conta estudos prospectivos da sua efetiva realização como condição necessária para dar suporte às despesas, principalmente, as despesas de natureza permanente e de caráter continuado, detectar as perdas e a possibilidade de déficits futuros, e qual o impacto das perdas em termos de fornecimento de bens e serviços.



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### **1.3. Despesa pública**

Os serviços deverão compreender as orientações necessárias ao cumprimento dos preceitos e requisitos legais da despesa pública: utilidade; possibilidade contributiva; discussão pública; oportunidade; legitimidade e legalidade, objetivando evitar possíveis sanções administrativas e penais à Administração Municipal.

### **1.4. Créditos Orçamentários**

A proponente vencedora deverá promover as orientações necessárias para o correto controle dos créditos orçamentários previstos na Lei Orçamentária para a realização de despesas, o cumprimento à Lei nº 4.320/64 e demais determinações do Tribunal de Contas do Estado.

### **1.5. Lançamentos contábeis**

A proponente vencedora deverá promover as orientações necessárias para o registro dos lançamentos contábeis de acordo com o Plano de Contas vigente para o Estado de Santa Catarina, promovendo ainda as orientações necessárias para o correto registro dos fatos contábeis, através de lançamentos contábeis estejam suportados em documentação hábil e idôneo. Todas as orientações de lançamentos contábeis deverão estar em conformidade com as Normas da Contabilidade Pública, devendo a empresa contratada responsabilizar-se por eventual ajuste ou correção em casos de alterações.

### **1.6. Início e encerramento de exercícios**

A proponente vencedora deverá orientar aos técnicos da municipalidade de maneira a atender à legislação nacional no que diz respeito ao cumprimento das normas financeiras estabelecidas, em especial pela Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, como também primar pela execução financeira, orçamentária e patrimonial de forma eficiente e responsável, possibilitando maior transparência nas informações e procedimentos contábeis adotados.

Os serviços de consultoria objetivam a transferência de conhecimentos não somente sobre os aspectos inerentes ao encerramento do exercício, como também outros importantes tópicos de execução orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo disposições que se relacionem ao do exercício, consolidação e análise das contas públicas e elaboração de relatórios legais.

### **1.7. Apoio na elaboração dos balancetes mensais**

A proponente vencedora deverá promover o acompanhamento e orientação na elaboração dos balancetes mensais, bem como documentos e informações necessárias ao Tribunal de Contas e demais organismos da esfera Municipal, Estadual e Federal quando solicitados.

Além do acompanhamento formal (documental) dos balancetes acima mencionados, a vencedora deverá dar suporte na remessa de informações contábeis do município ao Tribunal de Contas do Estado, via sistema e-Sfinge.

### **1.8. Elaboração do balanço geral**



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A consultoria deverá orientar quanto à preparação das peças que compõem o balanço geral dos exercícios, segundo a Lei 4.320/64 e demais instruções emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

### **1.9. Relatórios da execução orçamentária e gestão fiscal**

A proponente vencedora deverá promover orientações aos técnicos municipais, quando pertinente, sobre os aspectos que podem influenciar a elaboração, correção e prazos para publicações dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal no âmbito municipal.

### **1.10. Planejamento orçamentário**

Para esta atividade, a consultoria deverá discutir em conjunto com a equipe técnica as Finanças Públicas à luz das necessidades do Município, destacando a importância do planejamento com enfoque na elaboração do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

### **1.11. Atos administrativos**

O serviço de consultoria deverá auxiliar e orientar a Administração visando promover a correta execução dos atos administrativos que tratam de matéria orçamentária e contábil, frente à Legislação vigente.

Alimentação e manutenção dos dados atinentes às Normas Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP:

A consultoria deverá contemplar SEMPRE orientações inerentes a contabilidade aplicada ao setor público, além de orientações específicas para manutenção, de forma orientativa, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, contribuindo para o atendimento de todas as normas legais.

Os serviços deverão ser prestados por empresa com registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e que possua profissional de nível superior graduado em Ciências Contábeis, com inscrição no respectivo conselho (CRC).

A empresa contratada prestará suporte técnico nas seguintes modalidades:

#### **- PRESENCIAL (*in loco*):**

Nas dependências da Prefeitura, através de um dos responsáveis técnicos, indicados na equipe técnica da licitante, de no mínimo 30 (trinta) horas mensais, em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

O suporte técnico presencial deverá ser realizado no mínimo 04 (Quatro) visitas mensais.

Em caso excepcional o suporte técnico presencial poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo Município, que deverá comunicar a empresa contratada com um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para comparecimento junto a Prefeitura.

#### **- À DISTÂNCIA:**

A empresa contratada deverá efetuar suporte técnico através de telefone, fax, e-mail, sem limite de consultas, de segunda a sexta-feira, emitindo parecer técnico quando solicitado, em no máximo, 48 (quarenta e oito) horas contadas da solicitação.



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Deverá ainda efetuar suporte técnico por meio de acesso remoto aos sistemas informatizados do Município, durante o horário de funcionamento da Prefeitura, sempre que solicitado, imediatamente, visando assim maior eficiência na prestação dos serviços públicos municipais.

Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços licitados, devendo a contratada manter-se atualizada perante os órgãos superiores de controle e fiscalização.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE.**

2.1 - O Contratante pagará ao Contratado o valor mensal cotado pelo licitante vencedor, em moeda corrente, **até o 10º (décimo) dia útil do mês** subsequente ao da prestação dos serviços, mediante entrega de relatório circunstanciado e de nota fiscal correspondente ao valor de R\$ 12.700,00 (doze mil e setecentos reais) mensais.

2.2 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação.

2.3 - O pagamento será efetuado através de depósito bancário contra a instituição bancária indicada pela Contratada.

2.4 - O Contratante, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

3.1. Observar todos os dispositivos contidos na legislação federal, estadual, resoluções e demais atos do Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos de controle relacionados à Administração Municipal;

3.2. Comprometer-se conforme impõe a ética profissional a não revelar o conteúdo dos dados a que seus prepostos tiverem acesso;

3.3. Planejar e organizar as atividades inerentes ao objeto do presente contrato para que se verifique a necessária eficiência/eficácia na realização;

3.4. Manter integral interação entre os prepostos da CONTRATADA e o servidores públicos municipais com atuação nas áreas objeto do presente contrato, comunicando imediatamente ao Prefeito Municipal qualquer fato ou necessidade de adoção de providências;

3.5. Comprovar documentalmente, sempre que for requerido pelo CONTRATANTE, que em seu quadro funcional mantém/possui profissionais qualificados devidamente habilitados, com responsabilidade técnica e registro nos respectivos conselhos.

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1. O Contratante obriga-se dispor das dependências, dos documentos necessários e dos servidores lotados nas respectivas áreas para a perfeita execução dos serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

presente contrato, bem como, ao pagamento do valor mensal estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas de mais cláusulas do presente contrato;

4.2 Fiscalização dos Serviços.

### CLÁUSULA QUINTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

5.1 As despesas decorrentes da presente Contrato correrão por conta dos recursos constantes no orçamento para o exercício financeiro de 2022

### CLÁUSULA SEXTA – PRAZO

6.1 - O presente contrato terá vigência 12 (doze) meses contados da data da sua publicação, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses no interesse do CONTRATANTE, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei 8.666-93, observados os preceitos e condicionantes legais.

6.2 - O contrato poderá ser reajustado anualmente mediante acordo entre as partes, pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em caso de extinção do referido índice, será aplicado aquele que vem a substituí-lo.

### CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;
- b) por ato unilateral e escrito da administração se assim o interesse público exigir;
- c) amigavelmente, por acordo entre as partes;
- d) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei n. 8.666/93.

### CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO:

8.1 Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art.65 da Lei n. 8.666/93, sempre através de Termo Aditivo, numerado e, ordem crescente.

### CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO:

9.1 Incumbirá á Contratante providenciar a publicação deste contrato por extrato, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, designa como:

a) **Gestor e Fiscal deste Contrato**, Sr. Cezar Augusto Cazella, **Secretário de Administração** da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização da entrega e instalação dos Equipamentos, devendo registrar todas as ocorrências e as





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

As exigências e a atuação da fiscalização pelo **MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES**

11.1. Pela recusa em promover a execução do objeto do presente contrato dentro do prazo estabelecido, a contratada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

11.2. À contratada que não mantiver as obrigações ora contratadas, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, deste contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados:

a) advertência;

b) multa, sendo:

b.1) de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 15 (quinze) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

b.2) de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

b.3) de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 03 (três) anos.

OBS: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

c) Demais penalidades cabíveis e previstas em Lei.

d)

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

12.1. A execução do objeto do presente contrato será feita mediante a prestação dos serviços contratados pela empresa vencedora do certame exclusivamente.

12.2. Qualquer alteração na forma da prestação do serviço será sempre observado o edital e a comunicação entre as partes relativas ao presente contrato será formalizada por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais vistas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

12.3. A fiscalização e o controle por parte do Contratante, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratado do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- FORO COMPETENTE**

13.1 Fica Eleito o Foro da Comarca de Ponte Serrada-SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 2(duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas e será arquivado na Secretaria Geral da Administração da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, conforme dispõe o art. 60 da Lei n. 8.666/93.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Ponte Serrada/SC, 4 de janeiro de 2022.

ALCEU ALBERTO

WRUBEL:46996630959

Atribuído da forma digital por ALCEU ALBERTO WRUBEL:46996630959  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC, ou=SOLUT, ou=Ponte Serrada, ou=828597000167,  
ou=Ponte Serrada, ou=Cartão de Identificação, ou=ALCEU ALBERTO  
WRUBEL:46996630959  
Data: 2022.01.04 10:32:00 -03'00'

Alceu Alberto Wrubel  
**Município de Ponte Serrada**  
Contratante

**Reinaldo Valentini**  
**ASCENCE CONSULTORES**  
**ASSOCIADOS LTDA**  
Contratado

**Testemunhas:**

Nome: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Analísado e Aprovado por:


André Luiz Panizzi  
OAB/SC N. 23.051

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO Nº 132/2021 HORA MÁQUINA**

Publicação Nº 3520836

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 813280D3EC4DFD59DA7B9C4EA5ECDD3C60B2E0B5

Página: 1 / 1

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  <b>CNPJ:</b> 82.777.236/0001-01 <b>Telefone:</b> (49) 3435-0600 <b>Endereço:</b> Rua Madre Maria Theodora, 264 - Centro <b>CEP:</b> 89683-000 - Ponte Serrada	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 132/2021</b>
	<b>Processo Adm.: 132/2021</b> <b>Data do Processo: 23/11/2021</b>

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 132/2021  
**b) Nr. Licitação:** 132/2021 - PR  
**c) Modalidade:** Pregão presencial  
**d) Data de Homologação:** 04/01/2022  
**e) Objeto da Licitação:** *REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE HORA MÁQUINA, TRATOR SOB ESTEIRAS E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM OPERADOR DE MÁQUINA E COMBUSTÍVEL, CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS.*

**Participante: AGUIA TERRAPLENAGEM LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE HORA MÁQUINA, TRATOR SOB ESTEIRAS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: POTÊNCIA DE 140 HP, PESO DE 18 TONELADAS - (HR), COM OPERADOR E COMBUSTÍVEL. - LOCAÇÃO DE HORA MÁQUINA, TRATOR SOB ESTEIRAS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: POTÊNCIA DE 140 HP, PESO DE 18 TONELADAS - (HR), COM OPERADOR E COMBUSTÍVEL.	600,000	HR	360,00	216.000,00
<b>Total do Participante:</b>					216.000,00

**Participante: PASQUALI TERRAPLANAGEM LTDA**

2	LOCAÇÃO DE HORA MÁQUINA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: POTÊNCIA DE 95 HP, PESO DE 22 TONELADAS - (HR), COM OPERADOR E COMBUSTÍVEL. - LOCAÇÃO DE HORA MÁQUINA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: POTÊNCIA DE 95 HP, PESO DE 22 TONELADAS - (HR), COM OPERADOR E COMBUSTÍVEL.	600,000	HR	309,00	185.400,00
<b>Total do Participante:</b>					185.400,00
<b>Total Geral:</b>					401.400,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUT. DEPTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	08.001.26.782.2601.2027.3.3.90.00.00	R\$ 456.000,00

Ponte Serrada, 04 de Janeiro de 2022

Assinatura do Responsável

**Porto Belo****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2022 - FMEDUCA**

Publicação N° 3520391

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 05DC6B201F093F77EB613F36F7B91FF12185CC74

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão N° 001/2022 - Pregão Eletrônico N° 001/2022 - FMEDUCA

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de plataforma interativa para atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Até às 08h30min do dia 17/01/2022, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, n° 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 237.

Porto Belo, 04 de janeiro de 2022

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2022 - PMPB**

Publicação N° 3520454

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4C0BEFDB4EF110AD152D7E085CA7B62789E728D0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

MULTIENIDADES

Modalidade de licitação: Pregão 002/2022 - Pregão Eletrônico N° 002/2022 - PMPB

Tipo de licitação: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza rios, valas e córregos do município de Porto Belo, reduzindo os riscos de danos ocasionados por inundações e alagamentos, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Até às 08h30min do dia 17/01/2022, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, n° 265, Centro, Porto Belo/SC. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 237.

Porto Belo, 04 de janeiro de 2022

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

**PORTARIA N°: 007/2022**

Publicação N° 3519474

Portaria N°: 007/2022

"Exonera Servidora Pública Municipal Senhora Karoline Pohlenz do cargo de Professor de Educação Infantil do Município de Porto Belo e dá outras providências".

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o requerimento da Servidora Pública Municipal Senhora Karoline Pohlenz, no qual solicita a sua exoneração do cargo de Professor de Educação Infantil.

Resolve:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal Senhora Karoline Pohlenz, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº: 5023589 e inscrita no CPF sob o nº: 044.026.659-90, para ocupar o cargo público efetivo de Professor de Educação Infantil do Município de Porto Belo, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 452/2021, a partir do dia 03 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 03 dias do mês de janeiro de 2022.

EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito de Porto Belo

## **PORTARIA Nº: 008/2022**

Publicação Nº 3519476

Portaria Nº: 008/2022

“Exonera Servidor Público Municipal Senhor Dievan Bisognin da Silva do cargo de Diretor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do Município de Porto Belo e dá outras providências”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Comunicado do Secretario Executivo do Município de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal Senhor Dievan Bisognin da Silva, brasileiro, solteiro, portador de Cédula de Identidade nº: 7087735952 e inscrito no CPF sob o nº: 009.186.330-95, do cargo em comissão de Diretor de Regularização, Controle, Avaliação e Auditoria, Nível – N2- CC2/FG2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a partir do dia 03 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 03 dias do mês de janeiro de 2022.

EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito de Porto Belo

## **PORTARIA Nº: 009/2022**

Publicação Nº 3519481

Portaria Nº: 009/2022

“Exonera Servidor Público Municipal Senhor Valter Jose Pavesi do cargo de Diretor de Unidades de Saúde do Município de Porto Belo e dá outras providências”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Comunicado do Secretario Executivo do Município de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal Senhor Valter Jose Pavesi, brasileiro, brasileiro, solteiro, portador de Cédula de Identidade nº: 23470356 e inscrito no CPF sob o nº: 734.246.259-49, do cargo público em comissão de Diretor das Unidades de Saúde, Nível – N2- CC2/FG2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a partir do dia 03 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 03 dias do mês de janeiro de 2022.

EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito de Porto Belo

**PORTARIA Nº: 010/2022**

Publicação Nº 3519484

PORTARIA Nº: 010/2022

“Nomeia o Senhor Valter Jose Pavesi para o cargo de Diretor de Manutenção de Unidades do Município de Porto Belo e dá outras providências”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica, e em conformidade com a Lei nº: 3085/2021, de 08 de dezembro de 2021;

Resolve:

Art. 1º Nomear em comissão, na forma do inciso II, do artigo 9º, da Lei Municipal nº: 718, de 31 de maio de 1993, o Senhor Valter Jose Pavesi, brasileiro, casado, portador de Cédula de Identidade nº: 23470356 e inscrito no CPF sob o nº: 734.246.259-49, para assumir o cargo em comissão de Diretor de Manutenção de Unidades, Nível – N2- CC2/FG2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a partir do dia 03 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 03 dias do mês de janeiro de 2022.

EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito de Porto Belo

**PORTARIA Nº: 011/2022**

Publicação Nº 3519488

PORTARIA Nº: 011/2022

“Nomeia o Senhor Dievan Bisognin da Silva para o cargo de Diretor de Planejamento em Saúde do Município de Porto Belo e dá outras providências”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica, e em conformidade com a Lei nº: 3085/2021, de 08 de dezembro de 2021;

Resolve:

Art. 1º Nomear em comissão, na forma do inciso II, do artigo 9º, da Lei Municipal nº: 718, de 31 de maio de 1993, o Senhor Dievan Bisognin da Silva, brasileiro, solteiro, portador de Cédula de Identidade nº: 7087735952 e inscrito no CPF sob o nº: 009.186.330-95, para assumir o cargo em comissão de Diretor de Planejamento em Saúde, Nível – N1- CC1/FG1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a partir do dia 03 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 03 dias do mês de janeiro de 2022.

EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito de Porto Belo

**PORTARIA Nº: 019/2022**

Publicação Nº 3519489

PORTARIA Nº: 019/2022

“Nomeia Servidor para cargo efetivo e dá outras providências”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Resolve:

Art. 1º Nomear a Senhora Nubia Dias Wood, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº: 7505401 e inscrita no CPF sob o nº: 947.142.800-25, para ocupar o cargo público efetivo de Monitor do Município de Porto Belo, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, a partir do dia de 03 de janeiro de 2022.

Art. 2º A nomeação acima mencionada se dá em decorrência da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital nº: 002/2019.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente correrão por conta das despesas próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 03 dias do mês de janeiro de 2022.

EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito de Porto Belo

## **PORTARIA Nº: 020/2022**

Publicação Nº 3519491

PORTARIA Nº: 020/2022

“Nomeia Servidor para cargo efetivo e dá outras providências”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Resolve:

Art. 1º Nomear a Senhora Marivania da Silva Florencio, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº: 6748479 e inscrita no CPF sob o nº: 098.115.979-60, para ocupar o cargo público efetivo de Monitor do Município de Porto Belo, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, a partir do dia de 03 de janeiro de 2022.

Art. 2º A nomeação acima mencionada se dá em decorrência da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital nº: 002/2019.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente correrão por conta das despesas próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 03 dias do mês de janeiro de 2022.

EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito de Porto Belo

## **PORTARIA Nº: 021/2022**

Publicação Nº 3519494

PORTARIA Nº: 022/2022

“Nomeia Servidor para cargo efetivo e dá outras providências”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Resolve:

Art. 1º Nomear a Senhora Poliana Dienifer de Souza, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº: 1099433061 e inscrita no CPF sob o nº: 013.000.560-61, para ocupar o cargo público efetivo de Monitor do Município de Porto Belo, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, a partir do dia de 03 de janeiro de 2022.

Art. 2º A nomeação acima mencionada se dá em decorrência da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital nº: 002/2019.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente correrão por conta das despesas próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 03 dias do mês de janeiro de 2022.

EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito de Porto Belo

**PORTARIA Nº: 022/2022**

Publicação Nº 3519499

PORTARIA Nº: 022/2022

“Nomeia Servidor para cargo efetivo e dá outras providências”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Resolve:

Art. 1º Nomear a Senhora Poliana Dienifer de Souza, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº: 1099433061 e inscrita no CPF sob o nº: 013.000.560-61, para ocupar o cargo público efetivo de Monitor do Município de Porto Belo, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, a partir do dia de 03 de janeiro de 2022.

Art. 2º A nomeação acima mencionada se dá em decorrência da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital nº: 002/2019.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente correrão por conta das despesas próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 03 dias do mês de janeiro de 2022.

EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito de Porto Belo

**PORTARIA Nº: 023/2022**

Publicação Nº 3519500

PORTARIA Nº: 023/2022

“Nomeia Servidor para cargo efetivo e dá outras providências”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Resolve:

Art. 1º Nomear o Senhor Lucas Tadeu Andrade, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº: 6276167 e inscrito no CPF sob o nº: 038.269.479-16, para ocupar o cargo público efetivo de Monitor do Município de Porto Belo, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, a partir do dia de 03 de janeiro de 2022.

Art. 2º A nomeação acima mencionada se dá em decorrência da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital nº: 002/2019.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente correrão por conta das despesas próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 03 dias do mês de janeiro de 2022.

EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito de Porto Belo

**PORTARIA Nº: 570/2021**

Publicação Nº 3519467

PORTARIA Nº: 570/2021

“Cede Servidor Público Municipal Senhor Rafael Holst ao Departamento de Defesa Civil do Município de Porto Belo e dá outras providências”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Memorando nº: 118/2021/ FAMAP, do Presidente da Fundação do Meio Ambiente do Município de Porto Belo, no qual solicita



a cessão do Servidor Público Rafael Holst para o Departamento de Defesa Civil deste município pelo período de 01 (um) ano;

Considerando a necessidade na prestação de serviços de Analista Ambiental IV no Departamento de Defesa Civil de Porto Belo;  
Considerando o interesse e a necessidade da Administração Pública na execução de seus serviços;  
Considerando a Lei Municipal nº: 718/93, de 31 de maio de 1993, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Resolve:

Art. 1º Ceder o Servidor Público Municipal Senhor Rafael Holst, brasileiro, união estável, portador de Cédula de Identidade nº: 7078256844 e inscrito no CPF sob o nº: 817.934.990-04, ocupante do cargo efetivo de Analista Ambiental IV, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 01/2002, Portaria nº: 49/2017, ao Departamento de Defesa Civil do Município de Porto Belo-SC, pelo período de 14/12/2021 até 14/12/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos ao dia 10 de maio de 2021.

Porto Belo – SC, aos 14 dias do mês de dezembro de 2021.

EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito de Porto Belo

## **PORTARIA Nº: 571/2021**

Publicação Nº 3519471

Portaria Nº: 571/2021

“Exonera o Servidor Público Municipal Senhor Rodrigo Truffa da Costa do cargo de Diretor Financeiro do Município de Porto Belo e dá outras providências”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica, e em conformidade com a Lei nº 2.722 de 15 de janeiro de 2019;

Considerando o requerimento do Servidor Público Senhor Rodrigo Truffa da Costa, no qual solicita a sua exoneração do cargo de Diretor Financeiro.

Resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal Senhora Rodrigo Truffa da Costa, brasileiro, solteiro, portador de Cédula de Identidade nº: 5.990.309 e inscrito no CPF sob o nº: 015.906.325-67, do cargo em comissão de Diretor Financeiro, Nível – N2- CC2/FG2, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 31 de dezembro de 2021.

Porto Belo – SC, aos 21 dias do mês de dezembro de 2021.

EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito de Porto Belo

# Porto União

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 001/2022 - RH

Publicação Nº 3520051

PORTARIA Nº 001, de 03 de janeiro de 2022.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a partir 29 de dezembro de 2021, referente ao período aquisitivo de abril/2014 a abril/2019, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora MARIA CLAUDETE ROZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de dezembro de 2021.

Porto União (SC), 03 de janeiro de 2022.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### PORTARIA Nº 002/2022 - RH

Publicação Nº 3520052

PORTARIA Nº 002, de 03 de janeiro de 2022.

Dispõe sobre Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001 e alterações que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO em se tratar de serviço público essencial e indispensável;

CONSIDERANDO que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Médico Clínico Geral se esgotou;

#### RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de janeiro de 2022 a 02 de janeiro de 2023, ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001 e alterações, SINEI DA ROCHA RODRIGUES, para exercer as funções do cargo de Médico Clínico Geral, com carga horária de cinco (05) horas semanais, com vencimentos na Classe "11", Referência "A" previsto nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, para atender a demanda junto a Unidade Básica de Saúde – Bela Vista, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades, junto a Unidade Básica de Saúde – Bela Vista, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de janeiro de 2022.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 003/2022- RH**

Publicação Nº 3520053

PORTARIA Nº 003, de 03 de janeiro de 2022.  
Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;  
CONSIDERANDO em se tratar de serviço público essencial e indispensável;  
CONSIDERANDO a Comunicação Interna RH/SMS nº 463/2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado SINEI DA ROCHA RODRIGUES, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, de 5 (cinco) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de janeiro de 2022 a 02 de janeiro de 2023, ou até a realização de concurso público municipal, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, para atender a demanda junto a Unidade Básica de Saúde – Bela Vista, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de janeiro de 2022.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 001/2022 DE 03/01/2022 - CONCEDE REPOSIÇÃO ANUAL RELATIVO AO ANO DE 2015/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3520686

DECRETO Nº 001/2022 de 03/01/2022

Concede reposição anual relativo ao ano de 2015/2016, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, e conforme Lei nº 2.702/2018 de 15/05/2018 e suas alterações.

CONSIDERANDO os incisos II e III, do art. 1º da Lei 2.702/2018;

CONSIDERANDO o teor do §1º, do art. 2º da Lei 2.702/2018;

CONSIDERANDO haver disponibilidade financeira e orçamentária;

CONSIDERANDO que o índice de comprometimento da folha, acumulado nos últimos 12 meses, está em 42,58%, estando, portanto, abaixo do limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a reposição anual relativo ao ano de 2015/2016, no importe de 5,4% (cinco vírgula quatro por cento), a todos os servidores municipais do quadro de efetivos, comissionados, Secretários Municipais, estagiários, bolsistas e temporários.

§ 1º - Ficam excluídos da presente reposição salarial, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Agente de Controle de Endemias (ACE) e Conselheiros Tutelares.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de janeiro de 2022.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 172/2021 DE 20/12/2021 - DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3519621

DECRETO Nº 172/2021 de 20/12/2021

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01. GABINETE DO PREFEITO

Funcional: 04.122.0009.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

(2) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 24.202,09

Órgão: 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 01. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Funcional: 12.361.0018.2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

(46) 3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 01. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Funcional: 12.365.0018.2.012 – Manutenção do Ensino Infantil

(76) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 178.921,76

Órgão: 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 01. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Funcional: 12.365.0018.2.012 – Manutenção do Ensino Infantil

(79) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 30.052,41

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Funcional: 04.122.0009.2.003 - Manutenção Da Secretaria de Administração

(9) 3.3.93.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.087,62

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 03 DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E FAZENDA PUBLICA

Funcional: 04.123.0009.2.004 - Manutenção Da Secretaria de Finanças

(16) 3.1.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 120.000,00

TOTAL ..... R\$ 506.263,88

Art. 2º - O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01. GABINETE DO PREFEITO

Funcional: 04.122.0009.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 24.202,09

Órgão: 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 01. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Funcional: 12.361.0018.2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

(47) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 01. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Funcional: 12.365.0018.2.012 – Manutenção do Ensino Infantil

(74) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 208.974,17

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

Unidade: 01 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Funcional: 04.122.0009.2.003 - Manutenção Da Secretaria de Administração

(6) 3.3.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.087,62

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

Unidade: 03 DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E FAZENDA PUBLICA

Funcional: 04.123.0009.2.004 - Manutenção Da Secretaria de Finanças

(17) 3.3.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 120.000,00

TOTAL ..... R\$ 506.263,88

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de dezembro de 2021.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 173/2021 DE 20/12/2021 - DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 3519626

DECRETO Nº 173/2021 de 20/12/2021

Dispõe sobre a suplementação por provável excesso de arrecadação, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município.

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.305.0025.2.050 - Manutenção das Transferências SUS- Vigilância em Saúde

(25) 3.1.90.00.00.00.00.00.0136 - Aplicações Diretas ..... R\$ 9.000,00

TOTAL ..... R\$ 9.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de dezembro de 2021.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 174/2021 DE 20/12/2021 - DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 3519645

DECRETO Nº 174/2021 de 20/12/2021

Dispõe sobre a suplementação por provável excesso de arrecadação, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município.

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Unidade: 01. FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Funcional: 12.365.0018.2.052 – Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil

(190) 3.1.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 01. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Funcional: 12.365.0018.2.012 – Manutenção do Ensino Infantil

(74) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 140.000,00

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01. GABINETE DO PREFEITO

Funcional: 04.122.0009.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

Funcional: 04.121.0106.2.005 - Manutenção do Depto de Planejamento

(23) 3.1.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00

TOTAL ..... R\$ 210.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de dezembro de 2021.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

# Praia Grande

## PREFEITURA

### CONTRATO 34/2018 - PREFEITURA - 05º ADITIVO

Publicação Nº 3520036

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2018

CONTRATO Nº 34/2018 – 05º ADITIVO

CONTRATADA: INOVA ASSESSORIA EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do CONTRATO PRIMITIVO Nº 34/2018 de 01 de Janeiro de 2022 até 31 de Dezembro de 2022, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, até o total de 60 (sessenta) meses, conforme a Cláusula Segunda.

DO VALOR: R\$ 32.528,58

DA VIGENCIA: 01/01/2022 À 31/12/2022.

PRAIA GRANDE - SC, 20 DE DEZEMBRO DE 2021.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL.

### LEI MUNICIPAL Nº 2597

Publicação Nº 3519534

LEI MUNICIPAL Nº 2.597/2021

ALTERA O ART. 4º DA LEI ORDINÁRIA Nº LEI Nº 2.461, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ELISANDRO PEREIRA MACHADO, Prefeito Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que conferem o Art.83, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 4º da Lei Ordinária Municipal nº 2.461, de 05 de novembro de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Conselho Municipal do Idoso é composto de forma paritária entre o Poder Público Municipal e a sociedade civil, e será constituído:

I - por representantes de cada um dos seguintes órgãos da Administração Pública Municipal:

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Secretaria Municipal de Educação.

II - por três representantes de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, com atuação na promoção e defesa dos direitos ou no atendimento da pessoa idosa no Município de Praia Grande, objetivando garantir a participação popular, condicionada à regularidade da entidade não governamental que representam.

§ 1º Cada membro do Conselho Municipal do Idoso terá um suplente.

§ 2º No caso dos representantes de organizações da sociedade civil, titular e suplente poderão ser de entidades distintas.

§ 3º Todos os membros do Conselho Municipal do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

§ 4º Os membros do Conselho terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§ 5º O título de órgão ou entidade governamental indicará seus representantes, que poderão ser substituídos, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

§ 6º Caberá às organizações da sociedade civil a indicação de seus representantes ao Conselho Municipal do Idoso, que encaminhará expediente ao Prefeito, solicitando a nomeação e/ou substituição do respectivo membro.

§ 7º A ausência de regularidade e existência formal de associação da sociedade civil com vaga no Conselho do Idoso, imporá em sua substituição.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º Fica revogado as alíneas a), b) e c) do inciso II do art.4, da Lei nº 2.461, de 05 de novembro de 2014, Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Idoso e do Fundo Municipal do Idoso e dá outras providências.

Gabinete do Prefeito Municipal de Praia Grande/SC,  
03 de janeiro de 2022.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

FILIPPE MORAES LIMA  
Secretário de Adm. e Finanças

## LEI MUNICIPAL Nº 2598

Publicação Nº 3519539

LEI MUNICIPAL Nº 2.598/2021

Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Cessão de Uso de Imóvel pertencente ao Município com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Elisandro Pereira Machado, Prefeito Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que conferem o Art. 83, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder pelo prazo de 30 (trinta) anos, mediante celebração de Termo de Cessão de Uso e para posterior doação definitiva, um imóvel urbano de propriedade do Município, sem benfeitorias, localizado na Rodovia Manoel Justino (SC-290), KM 01, no município de Praia Grande – SC, com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), pertencente a uma área de 992,89m² (novecentos e noventa e dois metros e oitenta e nove centímetros quadrados), matriculado sob o nº 12.296, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º O bem cedido terá como finalidade a construção pelo Estado de Santa Catarina, por intermédio da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, de sede própria para abrigar a Organização Policial Militar – OPM, local.

Art. 3º Fica a cessonária proibida de locar ou ceder o bem objeto desta cessão de uso para terceiros e/ou mudança de finalidade.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Praia Grande/SC,  
03 de janeiro de 2022.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

FILIPPE MORAES LIMA  
Secretário de Adm. e Finanças

## LEI MUNICIPAL Nº 2599

Publicação Nº 3519547

LEI MUNICIPAL 2.599/2021

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RUA LAURY BARTOLOMEU ROCHA, NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE – SANTA CATARINA.

Art. 1º Fica denominada de “LAURY BARTOLOMEU ROCHA”, a Rua Projetada (015 – 100 – E), conforme mapa em anexo, com início na travessa com a Rua Alfredolina de Oliveira Pinto à travessa com a Rua Wenceslau Domingos Coelho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Praia Grande/SC,  
03 de janeiro de 2022.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

FILIPPE MORAES LIMA  
Secretário de Adm. e Finanças

**LEI MUNICIPAL N° 2600**

Publicação N° 3519754

LEI MUNICIPAL 2.600/2021

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RUA BENTO MANOEL DELFINO, NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE – SANTA CATARINA.

Art. 1º Fica denominada de "BENTO MANOEL DELFINO", a Rua com as coordenadas: 6.770.330,11 (N) 601.005,00 (E), localizado no Bairro Harmonia (conforme mapa em anexo), com área total de pista de rolamento de : 2.692,00m² e área de passeio: 1.578,00 m².

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Praia Grande/SC,  
03 de janeiro de 2022.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

FILIPE MORAES LIMA  
Secretário de Adm. e Finanças

**CHAMADA PÚBLICA N.º 03/2021 - CREDENCIAMENTO LEILOEIROS N.º 02/2021 - TERMO DE REVOGAÇÃO**

Publicação N° 3520363



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE**  
Rua Irineu Bornhausnen, 320 - Centro  
Praia Grande - SC - CEP 88690-000  
Fone: (48) 35320132

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**CHAMADA PÚBLICA N.º 03/2021**  
**CREDENCIAMENTO LEILOERO N.º 02/2021**

**TERMO DE REVOGAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ n.º 82.913.211/0001-80, localizado a Rua Irineu Bornhausnen, 320, centro, PRAIA GRANDE/SC, representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas prerrogativas legais, torna público que **REVOGA** a Chamada Pública n.º 03/2021, CREDENCIAMENTO LEILOEIROS N.º 02/2021, para o CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PESSOAS FÍSICAS) PARA REALIZAREM, MEDIANTE CONTRATO ESPECÍFICO, LEILÕES DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS EM DESUSO (VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E OUTROS) E IMÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC, por interesse público, diante de incerteza jurídica de prosseguir com o certame, tendo em vista inúmeros pedidos de impugnações, recursos administrativos, recursos judicializados, etc.

Praia Grande/SC, 04 de janeiro de 2021

**Elisandro Pereira Machado**  
**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS N. 09/2021 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Publicação Nº 3521477

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE</b>  CNPJ: 82.913.211/0001-80 Rua Irineu Bornhausen, 320 C.E.P.: 88990-000 - Praia Grande - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 9/2021 - TP</b>  Processo Administrativo: 113/2021 Processo de Licitação: 113/2021 Data do Processo: 01/12/2021
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, ELISANDRO PEREIRA MACHADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 113/2021  
b ) Licitação Nr.: 9/2021-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 05/01/2022  
e ) Data da Adjudicação: 05/01/2022 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação SELECIONAR A MELHOR PROPOSTA PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRECHO DA RODOVIA PGR 405 - ACESSO FORTALEZA, EM PRAIA GRANDE/SC, CONFORME LOCALIZAÇÃO, CONDIÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO BÁSICO CONTIDAS NO ANEXO AO EDITAL

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**FORMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI (10001)**

- |  |    |      |        |              |              |
|--|----|------|--------|--------------|--------------|
| 1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRECHO DA RODOVIA PGR 405 - ACESSO FORTALEZA, EM PRAIA GRANDE/SC, CONFORME LOCALIZAÇÃO, CONDIÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO BÁSICO CONTIDAS NO ANEXO I DESTE EDITAL - Marca: FORMULA PAVIMENTAÇÃO | un | 1,00 | 0,0000 | 2.499.997,97 | 2.499.997,97 |
|--|----|------|--------|--------------|--------------|

**Total do Fornecedor: 2.499.997,97**

**Total Geral: 2.499.997,97**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.014.4.4.90.00.00.00.00.00 (106), 1.014.4.4.90.00.00.00.00.00 (214)

Praia Grande, 5 de Janeiro de 2022.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO - PREFEITO

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022

Publicação Nº 3520420

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A2E2099C5DE602C115564FB2E7042EC4EF720343

#### EXTRATO

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações e Decreto nº 5.450/05, leva ao conhecimento de quem possa interessar que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO, no dia 19 de janeiro de 2022, às 09:00 (nove horas), através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br/18/](http://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/) com objeto de contratação de empresa especializada para a aquisição de máquinas agrícolas, destinadas a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, através de Convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e Desenvolvimento Rural nº 2021TR001091, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br).

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 04 DE JANEIRO DE 2022.

TARCILIO SECCO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Quilombo

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR N° 167/2022 - DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação N° 3520237

#### LEI COMPLEMENTAR N° 167/2022 – DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

#### DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI COMPLEMENTAR N° 032/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER**, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Fica incluído o §3º no Artigo 5º, da Lei Complementar nº 32/2001 de 05 de Dezembro de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Quilombo, contendo a seguinte redação:

**Art. 5º** São requisitos básicos para investidura em cargo público:

(...)

**§ 3º** O menor de 18 anos e maior que 16 anos, poderá ingressar no serviço público municipal, desde que, o mesmo esteja legalmente emancipado.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 04 de janeiro de 2022.

**SILVANO DE PARIZ**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022.

Lei Municipal nº 1087/1993

Luciana Lima  
Servidora Designada

**LEI COMPLEMENTAR Nº 168/2022**

Publicação Nº 3520254

**LEI COMPLEMENTAR Nº 168/2022 – DE 04 DE JANEIRO DE 2022.****DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 133/2018, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER**, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O valor do vale alimentação, previsto no art. 2º da Lei Complementar nº 133/2018 e alterações posteriores, passará a vigorar com os seguintes valores:

- I -** R\$ 300,00 (trezentos reais), apenas para a competência de janeiro de 2022;
- II -** R\$ 130,00 (cento e trinta), a partir da competência de fevereiro de 2022;

**Art. 2º** As despesas decorrentes da presente lei ficarão por conta do orçamento vigente.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da competência de janeiro de 2022.

Gabinete do Executivo Municipal, em 04 de janeiro de 2022.

**SILVANO DE PARIZ**

Prefeito

Registrado e Publicado

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022.

Lei Municipal nº 1087/1993

Luciana Lima

Servidora Designada



**LEI COMPLEMENTAR Nº 169**

Publicação Nº 3520462

**LEI COMPLEMENTAR Nº 169, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.****DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR N. 031/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**SILVANO DE PARIZ**, Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica alterado o vencimento base e o nível do cargo constante do Anexo II da Lei Complementar n. 031, de 05 de dezembro de 2001, conforme especificado abaixo:

<b>CÓD.</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DO CARGO</b>	<b>Nº. DE VAGAS</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>VENCIMENTO R\$</b>
06.02	Contador Geral	01	CC-8	40h semanais	R\$ 6.455,73 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos)

**Art. 2º** Ficam criados os itens 6.6 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES, 6.7 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA, 6.8 CONDIÇÕES PARA INGRESSO e 6.9 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, no Anexo X da Lei Complementar n. 031, de 05 de dezembro de 2001, conforme segue:

**6.6 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES**

As atribuições do cargo de Contador Geral serão as seguintes:

- Planejar e conduzir plano e programa de análise sobre o funcionamento correto dos controles financeiros e contábeis, transações, normas, rotinas e procedimentos no sentido de salvaguardar os interesses, bens e recursos da Prefeitura Municipal;
- Corrigir a escrituração dos livros contábeis, atentando para transcrição correta dos dados contidos nos documentos originais, utilizando sistema manual e mecanizado, a fim de cumprir as exigências legais;
- Elaborar e assinar balancetes, balanços e outras demonstrações contábeis, aplicar técnicas apropriadas, apresentar resultado parcial e total da situação patrimonial da Prefeitura;
- Efetuar conciliação de contas, detectar erros para assegurar a correção da operação contábil;
- Examinar o fluxo de caixa durante o exercício considerado, verificar documentos quanto a correção dos lançamentos;
- Organizar relatório contábil referente a situação global do órgão, transcrever dados estatísticos;
- Orientar, supervisionar e efetuar cálculo de reavaliação do ativo e de depreciação de bens, baseando-se por índices adequados a cada caso;
- Coordenar e participar da elaboração de programa contábil, calculando e especificando receitas e custos durante o período considerado;
- Assessorar os órgãos em assuntos de sua competência;

- Emitir parecer sobre assunto de sua especialidade;
- Desempenhar outras atividades afins determinadas pelo Prefeito e/ou pela direção administrativa, sob pena de enquadramento nas proibições capituladas no Estatuto dos Servidores do Município e respectivas penalidades.

#### 6.7 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA

Estatutário/Dedicação integral.

#### 6.8 CONDIÇÕES PARA INGRESSO

Nomeação pela autoridade competente, nos termos desta lei.

#### 6.9 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

É requisito essencial para ocupar o cargo de Contador Geral, formação em Técnico em Contabilidade ou Curso Superior em Ciências Contábeis e possuir registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

**Art. 3º** Ficam alterados os cargos comissionados de Assessor de Secretaria Municipal e Chefe de Setor, constantes do Anexo II da Lei Complementar n. 031, de 05 de dezembro de 2001, passando a vigorar conforme especificado abaixo:

CÓD.	IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	Nº. DE VAGAS	NÍVEL	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO R\$
06.04	Assessor	10	CC-9	40h semanais	R\$ 5.053,59 (cinco mil e cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos)
06.08	Chefe de Setor	15	CC -2	40h semanais	R\$ 1.619,95 (um mil, seiscentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos)

**Art. 4º** Ficam criados os cargos em comissão com os respectivos vencimentos, níveis salariais e carga horária, os quais passam a integrar o Anexo II da Lei Complementar n. 031, de 05 de dezembro de 2001, conforme especificado abaixo:

CÓD.	IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	Nº. DE VAGAS	NÍVEL	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO R\$
06.13	Secretário Adjunto	05	-----	Dedicação integral	R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais)
06.14	Gerente Executivo	15	CC-6	40h semanais	R\$ 3.574,62 (três mil, quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos)
06.15	Assessor de Diretoria e Gerência	15	CC-3	40h semanais	R\$ 1.856,32 (um mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos)

§ 1º As atribuições do Secretário Adjunto são:

**I** - Substituir o Secretário Municipal, em seus impedimentos e ausências, inclusive na vacância da chefia do órgão, até seu preenchimento, bem como assessorá-lo diretamente em suas atribuições;

**II** - Coordenar a atuação administrativa da Secretaria correspondente, distribuindo, em consonância com orientação do Secretário, os feitos entre os subordinados e supervisionando o respectivo acompanhamento;

**III** - Coordenar as estratégias necessárias à gestão da Secretaria, propondo medidas e estabelecendo grupos de atuação para agilização dos procedimentos;

**IV** - Promover a uniformização de procedimentos e a cooperação entre os diversos setores da Secretaria;

**V** - Propor ao Secretário medida que entenda necessária à melhoria dos serviços afetos à Secretaria;

**VI** - Expedir, quando autorizado pelo Secretário, atos normativos do interesse da Secretaria;

**VII** - Requisitar das autoridades municipais competentes, certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

**VIII** - Exercer outras atribuições correlatas que lhe sejam determinadas pelo Secretário, desde que compatíveis com suas atribuições legais e necessárias para a defesa do interesse público;

**IX** - Assinar juntamente com o Secretário as requisições de compras da Secretaria.

§ 2º As atribuições descritas no Anexo X, da Lei Complementar nº 031/2001, de 05 de dezembro de 2001, passam a vigorar também para os cargos de Assessor Executivo, Gerente Executivo e Assessor de Diretoria e Gerência.

**Art. 5º** Fica extinto o cargo comissionado de Diretor de Projetos, constantes do Anexo II da Lei Complementar n. 031, de 05 de dezembro de 2001.

**Art. 6º** O Anexo IV da Lei Complementar n. 031, de 05 de dezembro de 2001, que trata do Quadro de Funções de Confiança passa a vigorar, conforme especificado abaixo:

DENOMINAÇÃO	Nº. DE VAGAS	NÍVEL	VALOR
DIREÇÃO	09	FC-1	10% À 150% SOBRE O NÍVEL 11
COORDENAÇÃO	09	FC-2	10% À 100% SOBRE O NÍVEL 11
ASSESSORAMENTO	10	FC-3	10% À 100% SOBRE O NÍVEL 11
DESIGNAÇÃO PARA OUTRA ATIVIDADE	30	FC-4	10% À 100% SOBRE O NÍVEL 11
CHEFIA	10	FC-5	10% À 100% SOBRE O VENCIMENTO BASE DO CARGO

COORDENAÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE	04	FC-6	10% À 100% SOBRE O NÍVEL 11
DIRETOR CLÍNICO DE UNIDADE SANTÁRIA	05	FC 7	10% A 30% SOBRE O VENCIMENTO BASE DO CARGO
COORDENADOR DE PROGRAMA DE EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (BUCAL)	02	FC 8	10% A 30% SOBRE O VENCIMENTO BASE DO CARGO

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria prevista nos orçamentos vigentes e futuros.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor em 1º de fevereiro de 2022, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2022.

**SILVANO DE PARIZ**

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022.

Lei Municipal nº 1087/1993

Luciana Lima

Servidora Designada

**LEI COMPLEMENTAR Nº 170**

Publicação Nº 3520472

**LEI COMPLEMENTAR Nº 170, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.****DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR N. 030/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**SILVANO DE PARIZ**, Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica alterado o Quadro de Funções de Confiança constante no Anexo IV da Lei Complementar n. 030, de 05 de dezembro de 2001, passando a vigorar conforme especificado abaixo:

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE VAGAS	% SOBRE O VALOR DO VENCIMENTO
DIRETOR DE ESCOLA	FC-1	10	10 À 100
COORDENADOR	FC-2	10	10 À 70
CHEFE DE SECRETARIA	FC-3	10	10 À 50
ASSESSOR DE SECRETARIA	FC-4	10	10 À 50

**Art. 2º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria prevista nos orçamentos vigentes e futuros.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor em 1º de fevereiro de 2022, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2022.

**SILVANO DE PARIZ**

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022.  
Lei Municipal nº 1087/1993

Luciana Lima  
Servidora Designada

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 001-2022**

Publicação Nº 3520032

PORTARIA Nº 001/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUILOMBO SC DO DIA 04 AO DIA 14 DE JANEIRO DE 2022 EM TURNO ÚNICO.

LEILA DIONE S. CONCI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e Regimentais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar o horário de expediente da Câmara Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina do dia 04 ao dia 14 de janeiro de 2022 em turno único conforme segue:

Das 12h00min às 18h00min

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 4 de janeiro de 2022.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo,  
Estado de Santa Catarina, em 03 de janeiro de 2022.LEILA DIONE S. CONCI  
Presidente

Registrada e Publicada em data supra.

Jovino Cambri  
Funcionário designado**PORTARIA Nº 002-2022**

Publicação Nº 3520034

PORTARIA Nº 002/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIA AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL DA CÂMARA DE VEREADORES, SENHOR JOVINO CAMBRI, CONJUNTAMENTE COM A SENHORA PRESIDENTE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEILA DIONE S. CONCI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e Regimentais, em especial as que lhe são conferidas pelo Art. 38, inciso XXX do Regimento Interno, e de acordo com a Lei Complementar nº 119/2015 de 23 de dezembro de 2015.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Delegada competente autorização ao Servidor Público Municipal do Poder Legislativo, Senhor JOVINO CAMBRI para conjuntamente com a Senhora Presidente LEILA DIONE S. CONCI: EMITIR CHEQUES, REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES, RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS, SUSTAR/CONTRA ORDENAR CHEQUES, CANCELAR CHEQUES, BAIXAR CHEQUES, EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO, SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRÔNICO e outras atividades bancárias necessárias e afins.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 03 de janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 04/2021 de 14 de janeiro de 2021.

Sala de sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo,  
Estado de Santa Catarina, em 03 de janeiro de 2022.LEILA DIONE S. CONCI  
Presidente

Registrada e Publicada em data supra.

Jovino Cambri  
Funcionário designado

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### PORTARIA 012-2022 CONCEDE FERIAS MAURÍCIO GUERRA ALVES

Publicação N° 3521144

PORTARIA N° 012/2022  
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 18 (dezoito) dias de FÉRIAS de 04 a 21 de janeiro de 2022, a MAURÍCIO GUERRA ALVES, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Rancho Queimado, em 04 de janeiro de 2022.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

### PORTARIA 013-2022 CONCEDE FERIAS JOÃO ALFEU DA VEIGA

Publicação N° 3521145

PORTARIA N° 013/2022  
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 30 (trinta) dias de FÉRIAS de 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2022, a JOÃO ALFEU DA VEIGA, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Rancho Queimado, em 04 de janeiro de 2022.

CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

### PORTARIA 014-2022 CONCEDE FERIAS VALICIANE SCHAFFER

Publicação N° 3521167

PORTARIA N° 014/2022  
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 30 (trinta) dias de FÉRIAS de 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2022, a VALICIANE SCHAFFER, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Rancho Queimado, em 04 de janeiro de 2022.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

### PORTARIA 015-2022 CONCEDE FERIAS ROSINETE SCHAFFER KUSTER

Publicação N° 3521171

PORTARIA N° 015/2022  
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 30 (trinta) dias de FÉRIAS de 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2022, a ROSINETE SCHAFFER KUSTER, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Rancho Queimado, em 04 de janeiro de 2022.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal



**PORTARIA 017-2022 CONCEDE LICENÇA P ACOMPANHAR O CÔNJUGE OU COMPANHEIRO JEMMY BROERING**

Publicação N° 3521177

PORTARIANº 017/2022  
CONCEDE LICENÇA  
PARA ACOMPANHAR O CÔNJUGE OU COMPANHEIRO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE CONCEDER, a pedido, 01 (um) ano de Licença para Acompanhar o Cônjuge ou Companheiro, de 03 de janeiro a 02 de janeiro de 2023, a Servidora Efetiva JEMMY BROERING, conforme processo administrativo nº 01/2022, podendo haver a revogação do ato em caso de necessidade com a consequente convocação para o exercício do cargo ou prorrogação do prazo ora concedido em caso de manutenção dos requisitos legais.

Rancho Queimado, em 04 de janeiro de 2022.

CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

# Rio das Antas

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO DE FINANCIAMENTO 40.00069-9

Publicação Nº 3521407

Extrato contrato de Financiamento

N.40/00069-9

Financiado- Município de Rio das Antas- SC

Financiador- Banco do Brasil S.A

Valor total – R\$ 1.637.000,00 (Um Milhão, seiscentos e trinta e sete mil reais)

Prazo Carência- 6 (seis) meses

Forma pagamento- 60 (sessenta) meses em parcelas mensais

Data início pagamentos – 10/08/2022

Data vencimento do contrato: 10/01/2027

Encargos financeiros 220% do CDI

Data assinatura -30/12/2021

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### 005 PORTARIA Nº 005 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA JAMILE JENIFER SCHWARZ

Publicação Nº 3519749

Portaria nº. 005, de 04 de Janeiro de 2022.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora JAMILE JENIFER SCHWARZ”.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir do dia 03 de janeiro de 2022, a servidora JAMILE JENIFER SCHWARZ, nomeada através da Portaria nº 233, de 08 de março de 2021 COORDENADOR DO EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS), 20 horas semanal, nível CC-04, anexo I – Quadro geral de cargos comissionados, lei nº 1.755 de 17 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03 de janeiro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

Vidal Balak  
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo  
Secretária de Administração e Finanças

### 006 PORTARIA Nº 006 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FERIAS AO SERVIDOR VALDEMIRO FUCK

Publicação Nº 3519820

Portaria nº. 006, de 04 de Janeiro de 2022.

“Concede Férias ao Servidor  
VALDEMIRO FUCK”.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994.

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor VALDEMIRO FUCK, Matrícula 33479-2, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 27/03/2020 a 26/03/2021, o período de gozo 05 de janeiro de 2022 a 03 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

Vidal Balak  
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo  
Secretária de Administração e Finanças

### 007 PORTARIA Nº 007 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FERIAS AO SERVIDOR ODAIR PAIANO

Publicação Nº 3519870

Portaria nº. 007, de 04 de Janeiro de 2022.

“Concede Férias ao Servidor  
ODAIR PAIANO”.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994.

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor ODAIR PAIANO, matrícula 33821-3, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 16/11/2018 a 15/11/2019, o período de gozo 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 03 de janeiro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

Vidal Balak  
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo  
Secretária de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 4.394 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3521050

DECRETO Nº 4.394 DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

“Altera o decreto nº4.247, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente dá outras providências”.

VIDAL BALAK, Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas nos incisos III e VII, do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com os incisos I e II, artigo 6º da Lei Municipal nº 1.021/95, de 10 de outubro de 1995,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Rio do Campo, a saber:

I - Organizações Governamentais – OG:

a) Representação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

...

b) Representação da Secretaria Municipal de Saúde.

...

c) Representação da Secretaria Municipal de Educação.

...

II - Organizações Não Governamentais – ONG:

a) Representação da APAE.

Titular- Débora Helena Hellmann

Suplente- João Frederico Mueller

...

b) Representação das APPs.

c) Representação da Associação Cultural e Beneficente São José.

...

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

.

Vidal Balak  
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo  
Secretária de Administração e Finanças

**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO 01 2022 INFODIGITALLE**

Publicação Nº 3520953

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01-2022**

A CAMARA MUNICIPAL DE VERADORES DE RIO DO CAMPO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua 29 de dezembro, 70, Sala 01, Centro, Rio do Campo, CNPJ sob o nº 07.776.936/0001-58, Inscrição Estadual Isenta, neste ato, representada pelo Sr. MARIELTE VAVASSORI RAFAELLI, Residente e domiciliada na Rua João Garlini, nº 57, Taiozinho, município de Rio do Campo, inscrito no CPF sob nº 732.644.589-34, Vereadora/Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa INFO DIGITALLE, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Ernesto Prada, nº 280, bairro Vila Nova na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 86.731.494/0001-08, neste ato representada pelo Senhor José da Silva, portador da cédula de identidade 942.337 e inscrito no CPF sob o nº 383.850.079-20, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – Sistema de informática GEDOC (Administrativo LE) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Certidões, Contratos, Convênios, Ofícios / Correspondências enviadas e recebidas, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Lei Orgânica, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Proposição / Pedido de Providências, Projetos de Lei / Leis, Portarias, Protocolo, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital;

1.2 – Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet LE) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos, Portarias, Resoluções e Atas no Servidor Web da CONTRATADA, as Indicações, Moções, Pedidos de Informação e Requerimentos serão publicadas apenas com a Base de dados e as devidas redações, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio [www.legislacaomunicipal.com](http://www.legislacaomunicipal.com) e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

§ 1º – O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA referente ao item 1.2 é limitado a 4000Mb (quatro mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a parte conforme tabela de valores vigente.

1.3 – Sistema de Informática GEDOC CAMERA - Locação do Sistema de informática GEDOC CAMERA (gerenciador da câmera robotizada e transmissão das sessões) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao controle de câmeras robotizadas (PTZ - speed dome) focando todos os vereadores ao mesmo tempo ou cada vereador independente, gerando vídeos de alta qualidade (HD ou Full HD) com opções de legendas, sobreposição de imagens e integração e licenciamento (caso seja necessário) com softwares livres para Gravação ou Transmissão ao Vivo no facebook ou youtube com aspecto profissional juntamente com uma câmera IP PTZ – speed dome com zoom óptico de até 15x e computador com placa de vídeo dedicada apto a receber as imagens da câmera;

1.3.1 – Locação de equipamentos de gravação e transmissão de vídeo com as seguintes características;

a) Câmera Full HD robotizada com posicionamento pré-definido e controle PTZ digital através de software;

b) Microcomputador completo (gabinete, fonte, memória, hd, placa de vídeo dedicada com no mínimo 1gb de memória, teclado e mouse), com capacidade para receber, gravar e transmitir as sessões;

1.4 – Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1 – O presente contrato terá sua vigência até 31/12/2022, contados a partir da data da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 14.538,00 (quatorze mil quinhentos e trinta e oito reais) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 1.211,50 (hum mil duzentos e onze reais e cinquenta centavos), sendo R\$ 420,73 pelo item 1.1, R\$ 83,36 pelo item 1.2 e R\$ 707,41 pelo item 1.3 da cláusula primeira deste contrato.

3.2 – Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção (Cláusula Oitava deste contrato), será pago o valor de R\$ 117,00 (cento e dezessete reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 1,17 (um real e dezessete centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 166,00 (cento e sessenta e seis reais) ao dia, quando exigir a presença do técnico por mais de 5 horas.

3.3 – O pagamento deverá ser efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante emissão e apresentação da nota fiscal respectiva.

3.4 – Em caso de atraso, incidirão sobre o valor das locações multa de 1% (um por cento), mais juros de 2% (dois por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

3.5 – Os valores contratados referentes aos itens do objeto serão corrigidos anualmente de acordo com o IPCA acumulado no período de 12 (doze) meses, tendo como referência o mês de novembro.

§ 1º – Caso o contrato vigente não seja automaticamente renovado, ficam valendo para fins de reajuste para a elaboração de um novo contrato os valores tabelados e praticados no estado de Santa Catarina pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 – As despesas decorrentes da Locação do Sistema objeto do presente contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2021 e terão a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 01-00 – PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Unidade: 01-01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VERADORES

Funcional: 04.122.0002.2.001 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO PODER LEGISLATIVO

Compl. Elemento: 3.3.90.40.01 – Locação de Equipamentos e Softwares

**CLÁUSULA QUINTA – DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA****5.1 – DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA**

5.1.1 – O sistema gedoc é de propriedade da CONTRATADA, que concede à CONTRATANTE o direito de uso do Sistema, objeto deste contrato, que pode ser instalado em 01 (um) único computador/servidor e em até 03 (três) computadores conectados em rede.

5.1.2 – É vedada a cópia ou distribuição do sistema gedoc e do Banco de Dados, exceto para fins de backup. O sistema está protegido pela legislação de direitos autorais. A lei federal nº. 9.609/98 prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, e indenização para cada cópia instalada ilegalmente.

5.1.3 – É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do software contratado a outros usuários, assim como também é vedada a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do referido sistema.

5.1.4 – Responsabilidade por danos indiretos: Em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar o referido Sistema, ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES****6.1 – Caberá à CONTRATANTE:**

a) Efetuar o pagamento pela locação do Sistema objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado, assim como, todas as despesas de correio e/ou transportadora referente ao envio de mercadorias como, software, manuais e afins, bem como o custo de CDs ou DVDs;

b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções;

c) Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes;

d) Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações dos sistemas;

e) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema licenciado, incluindo:

- assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas;

- manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina;

- dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

**6.2 – Caberá a CONTRATADA:**

a) Instalar o sistema gedoc, objeto deste contrato.

b) Disponibilizar o treinamento de utilização do sistema a CONTRATANTE conforme Cláusula Sétima.

c) Prestar suporte somente na operacionalização do sistema gedoc, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.

d) Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

e) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias no Sistema gedoc, causadas por problemas originados dos fontes do mesmo.

f) Tratar como confidenciais informações e dados contidos no Sistema da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO TREINAMENTO**

7.1 – O treinamento de utilização do software ao(s) usuário(s) deverá ser realizado em até 07 (sete) dias úteis após sua instalação, tendo duração de no máximo 4 (quatro) horas e obedecer aos seguintes critérios:

a) A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados;

b) Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento em uma única etapa, sem obrigação de repetir;

c) O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de todos os procedimentos em nível de usuário;

d) O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

**CLÁUSULA OITAVA – DA MANUTENÇÃO**

8.1 – Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Objeto:

a) Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento do mesmo;

b) Alteração de sistema em função de mudanças legais, alteração de legislação federal, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica do sistema.

c) Manutenção Remota através de software específico cedido pela CONTRATADA.

§ 1º – Sempre que a manutenção remota for feita por um dos técnicos credenciados da CONTRATADA, uma sessão de vídeo da manutenção será gravada e ficará arquivada no servidor da Info Digitalle. O vídeo é gravado no formato padrão do Sistema de manutenção Remota usado pela CONTRATADA e servirá de prova de que o acesso foi feito e a manutenção efetuada. A CONTRATANTE poderá solicitar uma cópia do mesmo sempre que julgar necessário. O Vídeo ficará a salvo nos arquivos da CONTRATADA por um período de 60 dias após a efetivação da manutenção remota.

**CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

9.1 – A prestação de serviços, não cobertas pela manutenção, será cobrada à parte, entendendo-se:

a) Mudanças no programa descrito no Objeto para atender às necessidades específicas da CONTRATANTE;

b) Elaboração de novos programas solicitados pela CONTRATANTE;

c) Alterações do sistema em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica do sistema;

d) Substituição do sistema por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional;

e) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos;

f) Treinamento de pessoal da CONTRATANTE na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, exonerações, mudanças de cargos, etc.

§ 1º – As solicitações de manutenção presencial e ou manutenção remota nos softwares instalados na CONTRATANTE serão enviadas pela mesma, através de pessoa ou área responsável à CONTRATADA, via sistema online disponível no website <http://suporte.infodigitalle.com.br>, acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após confirmação da solicitação, já de posse do código de autorização gerado pelo sistema, a CONTRATANTE entrará em contato com a CONTRATADA por telefone, para que as providências e as soluções necessárias sejam executadas.

§ 2º – A eventual prestação de serviço realizado por técnicos da contratada de forma remota através da WEB (Manutenção Remota) será

cobrada à parte, conforme valores fracionados da hora técnica dispostos no item 3.2 deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 – A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – Caso ou quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

11.2 – A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso. Tendo a CONTRATADA o prazo legal de 30 dias para aviso prévio do mesmo, que poderá ser feito por Correspondência Impressa ou por e-mail;

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Rio do Campo - SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Campo (SC), em 01 de janeiro de 2022.

Câmara de Vereadores de Rio do Campo MARILETE VAVASSORI RAFAELLI Contratante/Presidente		Info Digitalle Contratada - José da Silva
Testemunha 1: DARCI WEBER Cpf: 763.186.059-91		Testemunha 2: Cpf:



# Rio Negrinho

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 14625 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3521271

#### FIXA JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do art. 96 da Lei Orgânica Municipal e na forma do disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 016 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio Negrinho e considerando que a jornada especial não afetará os serviços essenciais para comunidade e que é imprescindível para encerramento contábil e financeiro do exercício de 2021;

#### DECRETA

Art. 1º - Fica fixada a jornada especial de trabalho das 7h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, no período de 04 a 21 de janeiro de 2022, dos servidores públicos municipais lotados nas repartições públicas municipais da administração direta e indireta, a seguir mencionadas: Assessoria de Imprensa, Consultoria Jurídica, Controladoria Geral, Gabinete do Prefeito, PROCON, Secretaria de Administração e Recursos Humanos, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Finanças, Secretaria de Habitação e Promoção Social e Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente.

Parágrafo único - O horário para atendimento externo no edifício sede da Prefeitura Municipal, será de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h00min.

Art. 2º - O horário para atendimento do CIS será de segunda a sexta-feira das 07h00min às 19h00min e da Secretaria de Saúde (Setor Administrativo) das 7h30min às 13h30min.

Art. 3º - Permanece inalterada e em vigor a atual jornada de trabalho dos servidores lotados e com atuação nos órgãos municipais não abrangidos no artigo 1º deste Decreto, especialmente do SAMAE, Secretaria de Ações Gov. e Serviços Públicos, Secretaria de Educação (Administrativo), dos Centros Municipais de Educação Infantil que estão com atendimento, Divisão de Transportes da Secretaria de Saúde, Subprefeitura do Distrito de Volta Grande, Secretaria de Assistência Social e CREAS que estão com atendimento centralizado no CRAS, Conselho Tutelar, Abrigo Institucional (Casa Lar), vigias municipais e dos serviços essenciais e inadiáveis ao bom andamento de cada órgão ou entidade da Administração Pública Municipal.

Art. 4º - Fica reduzido em 50% (cinquenta por cento) o vale transporte dos servidores abrangidos pelo horário especial estabelecido neste Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Rio Negrinho, 03 de janeiro de 2022.

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no átrio desta Prefeitura Municipal.

# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.498, DE 5 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3521487

DECRETO Nº 4.498, DE 5 DE JANEIRO DE 2022

	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	JUAREZ FURTADO, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei, DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 615.905,00 (Seiscentos e quinze mil, novecentos e cinco reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

06.01– Departamento de Educação	
12.365.0011.1.006000 – Construção de Centro Infantil	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	96.104,00
Fonte: 336 – Superávit Recursos Salário Educação	

06.03– Departamento de Esportes	
27.812.0014.1.008000 – Execução de Reforma do Ginásio Municipal de Esportes	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	80.000,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

07.01– Departamento de Agricultura	
20.606.0016.1.009000 – Aquisição de Retroescavadeira para o Depto de Agricultura	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	136.600,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

08.02– Departamento de Urbanismo	
15.451.0019.1.013000 – Execução de Pavimentação com Pedras Irregulares	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	165.000,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

08.02– Departamento de Urbanismo	
15.451.0019.1.014000 – Execução de Pavimentação Asfáltica	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	138.201,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

Art. 2º. - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, no valor de R\$ 615.905,00 (Seiscentos e quinze mil, novecentos e cinco reais), são provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2021, apurado no Anexo 14 – Balanço Patrimonial, conforme discriminação a seguir:

Fonte	Descrição	Valor
300	Superávit Recursos Próprios	519.801,00
336	Superávit Salário Educação	96.104,00
	Total	615.905,00

Art. 3º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

06.01– Departamento de Educação	
12.361.0011.1.026000 – Aquisição de Veículo para o Depto de Educação	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	100.00,00
Fonte: 162 – Transferências Voluntárias – Estado/Educação	

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior são provenientes do Excesso de Arrecadação a ser apurado na Fonte de Recursos 162 – Transferências Voluntárias – Estado/Educação, especificamente recursos de Transferência Especial do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

08.02– Departamento de Urbanismo	
15.451.0019.1.014000 – Execução de Pavimentação Asfáltica	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	125.000,00
Fonte: 164 – Transferências Voluntárias – Estado/Outros	

Art. 6º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior são provenientes do Excesso de Arrecadação a ser apurado na Fonte de Recursos 164 – Transferências Voluntárias – Estado/Outros, especificamente recursos de Transferência Especial do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 197.000,00 (Cento e noventa e sete mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

06.01– Departamento de Educação	
12.365.0011.1.006000 – Construção de Centro Infantil	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	197.000,00
Fonte: 162 – Transferências Voluntárias – Estado/Educação	

Art. 8º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior são provenientes do Excesso de Arrecadação a ser apurado na Fonte de Recursos 162 – Transferências Voluntárias – Estado/Educação, especificamente recursos de Transferência Especial do Estado de Santa Catarina.

Art. 9º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

06.03– Departamento de Esportes	
27.812.0014.2.030000 – Manutenção das Atividades do Depto de Esportes	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte: 164 – Transferências Voluntárias – Estado/Outros	

Art. 10 - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior são provenientes do Excesso de Arrecadação a ser apurado na Fonte de Recursos 164 – Transferências Voluntárias – Estado/Outros, especificamente recursos de Transferência Especial do Estado de Santa Catarina (Processo Fesporte 1192/2021)

Art. 11 - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.495/2021 de 09 de novembro de 2021.

Art. 12 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13– Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 05 de janeiro de 2022.

JUAREZ FURTADO

Prefeito Municipal de Romelândia

Publicado o presente Decreto em data supra.

Maiara Francieli Haas - Secretária de Administração e Fazenda

**EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2022 - PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO MAGISTÉRIO MUNICIPAL**

Publicação Nº 3520996

EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2022  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Secretário Municipal de Educação de Romelândia, no uso de suas atribuições legais, comunica os interessados, que se encontram abertas às inscrições para Progressão por Curso de Aperfeiçoamento, para o membro que atua no Magistério Público Municipal Efetivo.

**I – DO OBJETO**

O objeto do presente Edital consiste na concessão de Progressão por Curso de Aperfeiçoamento do membro do Magistério Público Municipal que tenha frequentado cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de atuação em que desempenhe suas atividades profissionais.

**II – DO REGIME JURÍDICO**

A progressão por curso de aperfeiçoamento se fará de acordo com os artigos 17 a 19 da lei complementar 003/2009.

**III – DAS INSCRIÇÕES**

- O período de inscrições será durante o mês de janeiro de 2022 junto ao setor de Recursos Humanos, no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Romelândia.
- A inscrição será através de requerimento, juntamente com os devidos certificados, originais e cópias.
- O candidato deverá fazer sua inscrição pessoalmente.

**IV – DA DOCUMENTAÇÃO**

Para fazer jus à progressão, o profissional do Magistério deverá atender o que dizem artigos 17 a 19 da Lei Complementar 003/2009.

**V – DO RESULTADO**

Após análise dos certificados e comprovação dos mesmos, será concedida a progressão, através de Portaria Municipal.

**VI – DO VENCIMENTO**

Para cada referência, serão atribuídos valores de 2% (dois por cento) sobre o salário base da Categoria Funcional.

**VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Os recursos de casos omissos serão resolvidos pela assessoria jurídica da Prefeitura Municipal de Romelândia juntamente com a Secretaria Municipal de Educação.

Romelândia/SC, 04 de janeiro de 2022.

ELISANDRO SCHLINDWEIN  
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 020/2022**

Publicação N° 3519676

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 020/2022****PROCESSO SELETIVO N° 001/2021**

O Prefeito Municipal de Romelandia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, aprovado pelo PROCESSO SELETIVO N° 001/2021, homologado em 18/06/2021, para que no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar desta convocação, compareça no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Romelândia, munido dos documentos comprobatórios e necessários para proceder aos atos de cadastramento, registro e posterior posse no cargo público, conforme segue:

<b>NOME DO CANDIDATO</b>	<b>CARGO/EMPREGO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>CLASSIF</b>
GREICI QUELI BONFANTI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40 h/s	10ª
LUCIANE APARECIDA WEBER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40 h/s	11º
DANIELA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40 h/s	12º
EUNICE ALVES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40 h/s	13º
PEDRO DE FARIAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40 h/s	14º

O candidato aprovado que não se apresentar no Departamento de Recursos Humanos do Município de Romelândia/SC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados desta convocação, comprovando todas as condições e exigências dispostas no item 2.4 do Edital do Processo Seletivo 001/2021, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não tiver interesse na vaga será realocado para o fim da fila dos aprovados, sendo convocado o seguinte na ordem de classificação (item 2.6 do Edital).

Solicita-se ao candidato que não tiver interesse em assumir a vaga dirija-se ao Departamento de Recursos Humanos ou envie e-mail para [pessoal@romelandia.sc.gov.br](mailto:pessoal@romelandia.sc.gov.br), desistindo da mesma.

Demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município ou pelo telefone (49) 3624 -1000 e (49) 3624-1019 em horário de expediente.

Romelandia – SC, em 04 de janeiro de 2022.

**Juarez Furtado**  
**Prefeito Municipal**

## FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ADMISSÃO (Art. 10)

Anexo XI da IN 11/2011

II - DOCUMENTOS RELATIVOS AOS DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS	
1. Nacionalidade brasileira;	
2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;	
3. Certidão de Casamento ou Nascimento;	
4. Carteira de Identidade;	
5. CPF;	
6. Regularidade CPF;	
7. Número do PIS/PASEP e da CTPS	
8. Gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor);	
9. Certidão relativa à quitação eleitoral (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);	
10. Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;	
11. Declaração com tipo sanguíneo, fator RH, raça/cor, sexo, endereço, telefone e e-mail caso tiver;	
12. Certidão criminal e cível (1º Grau); inclusive do sistema e-SAJ e eproc;	
13. Atestado médico de aptidão para o trabalho (agendado pelo município);	
14. Foto 3x4 ;	
15. Comprovante de escolaridade e da formação exigida no edital para o cargo/emprego;	
16. Carteira de registro no órgão fiscalizador e certidão de quitação de suas obrigações perante o referido órgão;	
17. Qualificação cadastral para o e-social, obtida no site <a href="http://portal.esocial.gov.br">http://portal.esocial.gov.br</a> – consulta qualificação cadastral	
18. Declaração de que não estará acumulando cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;	
19. Declaração de que recebe ou não recebe proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou exercício de função pública ou de regime próprio, nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;	
20. Em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, na forma disposta nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, informar o cargo, órgão ao qual pertence e carga horária;	
21. Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares;	
22. Declaração de bens.	
23. Declaração de ter filhos ou não ter filhos (Comprovar com Certidão de Nascimento com <b>CPE</b> , Carteira de vacinação dos filhos menores de 14 anos; Atestado de Frequência Escolar dos filhos);	
24. Declaração Nepotismo;	
25. Conta bancária.	

**PORTARIA 10644/2022**

Publicação Nº 3520837

PORTARIA Nº 10644/2022

CONTRATA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL  
QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**JUAREZ FURTADO**, PREFEITO MUNICIPAL DE  
ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA,  
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE  
ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Contratar a Servidora Pública Municipal, **Sra. LURDES MAGRO EBERT**, para exercer as funções de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 40 horas semanais, conforme aprovação no Processo Seletivo nº 001/2021, com vigência a partir de 04 de janeiro de 2022.

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia, 04 de janeiro de 2022.

Juarez Furtado  
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Jean Marcelo do Prado Badia  
Agente de Recursos Humanos



**PORTARIA 10645/2022**

Publicação N° 3520988

PORTARIA N° 10645/2022

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL,  
QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**JUAREZ FURTADO**, PREFEITO MUNICIPAL DE  
ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA,  
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE  
ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

**Art. 1º - EXONERAR**, a Servidora Pública Municipal **Sra. ELENICE ELECIR PORSCH**, cargo de **DIRETOR ADJUNTO**, 40 horas semanais, a partir desta data.

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia, 04 de janeiro de 2022.

Juarez Furtado  
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Jean Marcelo do Prado Badia  
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 10645/2022

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL,  
QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**JUAREZ FURTADO**, PREFEITO MUNICIPAL DE  
ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA,  
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE  
ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

**Art. 1º - EXONERAR**, a Servidora Pública Municipal **Sra. ELENICE ELECIR PORSCHE**, cargo de **DIRETOR ADJUNTO**, 40 horas semanais, a partir desta data.

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia, 04 de janeiro de 2022.

Juarez Furtado  
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Jean Marcelo do Prado Badia  
Agente de Recursos Humanos

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 73/2020**

Publicação Nº 3519390



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 73/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA E A EMPRESA SANEOSTE INSTALADORA DE POÇOS EIRELI, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.**

O **MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA SC**, com sede à Rua 12 de Outubro, 242, centro, Romelândia SC. CEP: 89908-000, inscrito no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **JUAREZ FURTADO**, residente e domiciliado no município de Romelândia SC, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **SANEOSTE INSTALADORA DE POÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob n. 07.928.342/0001-15, doravante denominada de **CONTRATADA**, de conformidade com o inc. IV do Art. 57 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, resolvem de comum acordo, celebrar o presente **Termo Aditivo ao Processo Licitatório 1788/2020, Contrato 73/2020**, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

O presente instrumento está fundamentado no Art. 57, incisos II e V, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Fica alterada a Cláusula Oitava do Contrato n. 73/2020 para prorrogar o prazo de vigência até 31/12/2022.

As demais cláusulas e condições do Contrato Original permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo, assinam este instrumento em três (3) vias iguais, com as testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Romelândia SC, 30/12/2021

**JUAREZ FURTADO**  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

**UBALDO**  
**SCHMOLLER:4464**  
**6143968**

Assinado de forma digital por  
UBALDO  
SCHMOLLER:44646143968  
Dados: 2021.12.30 13:00:12  
-03'00'

**UBALDO SCHMOLLER**  
SANEOSTE INSTALADORA DE POÇOS EIRELI  
CONTRATADO

[www.romelandia.sc.gov.br](http://www.romelandia.sc.gov.br)

Rua 12 de Outubro, 242 - Fone 49. 3624.1000 | CNPJ 82.821.182/0001-26 | 89908-000 ROMELÂNDIA - SC

# Salto Veloso

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 055/2022**

Publicação Nº 3521500



Estado de Santa Catarina

## Prefeitura Municipal de Salto Veloso

**PORTARIA Nº. 055 DE 05 DE JANEIRO DE 2022.**

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA  
SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

**NEREU BORGIA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC**, usando da  
competência da Legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 120 dias de Licença Maternidade, no período compreendido de 26 de dezembro de 2021 a 24 de abril de 2022, à servidora **CAMILA EMILIANE FROELICH**, de acordo com atestado médico, parte integrante desta portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 26/12/2021, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 05 de janeiro de 2022.

**NEREU BORGIA**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 056/2022**

Publicação Nº 3521509



Estado de Santa Catarina

**Prefeitura Municipal de Salto Veloso****PORTARIA Nº 056 DE 05 DE JANEIRO DE 2022.**

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR DO QUADRO  
DE PESSOAL.

**NEREU BORG**A, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 68 da Lei nº 570/91;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 15 dias de Férias, no período compreendido de 05 de janeiro de 2022 a 19 de janeiro de 2022, totalizando 15 dias de férias ao servidor **ANDERSON LEOBET** do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 15/01/2021 a 14/01/2022, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 05 de janeiro de 2022.

**NEREU BORG**A  
Prefeito Municipal

Travessa das Flores, 58 • Salto Veloso – SC – 89.595-000 • Fone/Fax – 49 3536.0146 • CNPJ 82.827.353/0001-24 •

**PORTARIA Nº 057/2022**

Publicação Nº 3521511



Estado de Santa Catarina

**Prefeitura Municipal de Salto Veloso****PORTARIA Nº 057 DE 05 DE JANEIRO DE 2022.**

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA DO  
QUADRO DE PESSOAL.

**NEREU BORG**A, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 68 da Lei nº 570/91;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 10 dias de Férias, no período compreendido de 05 de janeiro de 2022 a 14 de janeiro de 2022, totalizando 10 dias de férias à servidora **CÉLIA REGINA DE BORTOLI** do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 15/01/2021 a 14/01/2022, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 05 de janeiro de 2022.

**NEREU BORG**A  
Prefeito Municipal

Travessa das Flores, 58 • Salto Veloso – SC – 89.595-000 • Fone/Fax – 49 3536.0146 • CNPJ 82.827.353/0001-24 •

**PORTARIA Nº 058/2022**

Publicação Nº 3521514



Estado de Santa Catarina

**Prefeitura Municipal de Salto Veloso****PORTARIA Nº 058 DE 05 DE JANEIRO DE 2022.**

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA  
DO QUADRO DE PESSOAL.

**NEREU BORGA**, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 68 da Lei nº 570/91;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de janeiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2022, totalizando 30 dias de férias à servidora **DAIANI SCHWANTZ PAGANINI SONEGO** do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 05/03/2020 a 04/03/2021, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 03/01/2022, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 05 de janeiro de 2022.

**NEREU BORGA**  
Prefeito Municipal

Travessa das Flores, 58 • Salto Veloso – SC – 89.595-000 • Fone/Fax – 49 3536.0146 • CNPJ 82.827.353/0001-24 •



**PORTARIA Nº 059/2022**

Publicação Nº 3521516



Estado de Santa Catarina

**Prefeitura Municipal de Salto Veloso**

**PORTARIA Nº 059 DE 05 DE JANEIRO DE 2022.**

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA EFETIVA  
DO QUADRO DE PESSOAL.

**NEREU BORGA**, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 68 da Lei nº 570/91;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 05 de janeiro de 2022 a 03 de fevereiro de 2022, totalizando 30 dias de férias à servidora **LUCELIA DO CARMO PEREIRA DE BASTIANI** do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 17/02/2020 a 16/02/2021, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 05 de janeiro de 2022.

**NEREU BORGA**  
Prefeito Municipal

Travessa das Flores, 58 • Salto Veloso – SC – 89.595-000 • Fone/Fax – 49 3536.0146 • CNPJ 82.827.353/0001-24 •

**PORTARIA Nº 061/2022**

Publicação Nº 3521521



Estado de Santa Catarina

**Prefeitura Municipal de Salto Veloso**

**PORTARIA Nº 061 DE 05 DE JANEIRO DE 2022.**

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA EFETIVA  
DO QUADRO DE PESSOAL.

**NEREU BORGA**, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 68 da Lei nº 570/91;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 05 de janeiro de 2022 a 03 de fevereiro de 2022, totalizando 30 dias de férias à servidora **SEBASTIANA ALVES PERÃO PEDROSO** do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 13/02/2021 a 12/02/2022, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 05 de janeiro de 2022.

**NEREU BORGA**  
Prefeito Municipal

Travessa das Flores, 58 • Salto Veloso – SC – 89.595-000 • Fone/Fax – 49 3536.0146 • CNPJ 82.827.353/0001-24 •

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 532.757-14**

Publicação Nº 3520048

Grau de sigilo  
#PÚBLICO**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº  
532.757-14, QUE ENTRE SI FAZEM A  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O(A)  
MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, NA  
FORMA ABAIXO.**

**I – AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06.03.70, regendo-se pelo estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, em Brasília-DF, inscrita sob CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo(a) Gerente Geral da Agência Videira, Sr. Marco Fernando de Oliveira Farias, CPF: 688.520.379-34 RG nº 1333529, SSP/SC, brasileiro, doravante designada simplesmente **CAIXA**.

**II – TOMADOR - MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO/SC**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 82.827.353/0001-24, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Nereu Borga, CPF nº. 521.836.379-00, RG nº. 4.499.752 expedido pelo órgão emissor SSP/SC, brasileiro, representado neste ato pelo abaixo assinado, doravante designado **TOMADOR**.

**CAIXA e TOMADOR**, isoladamente, também podem ser designados **PARTE** e, quando considerados em conjunto **PARTES**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente instrumento tem por objetivo alterar ANEXO II – Cronograma de Desembolso do Contrato de Financiamento nº 0532.757-14, de 02/09/2020:

**ANEXO II – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

CT nº	Estado/Município/Distrito Federal	UF
2623. 532.757-14/2019	Município de SALTO VELOSO	SC
1.1.1 Programa	1.1.2 <b>TOMADOR</b>	
<b>FINISA</b>	MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO/SC	
Data da Primeira Amortização	Valor do Financiamento	
20/10/2021	R\$ 1.650.000,00	
Periodicidade dos desembolsos		
TRIMESTRAL		
<b>Total por Exercício</b>		
Ano	Valor (R\$)	
2020	R\$ 1.271.819,18	
2021	R\$ 378.180,82	

que passa a vigorar com a seguinte redação:

## ANEXO II – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CT nº	Estado/Município/Distrito Federal		UF
2623. 532.757-14/2019	Município de SALTO VELOSO		SC
1.1.3 Programa		1.1.4 <b>TOMADOR</b>	
<b>FINISA</b>		MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO/SC	
Data da Primeira Amortização		Valor do Financiamento	
20/10/2021		R\$ 1.650.000,00	
Periodicidade dos desembolsos			
TRIMESTRAL			

### Total por Exercício

Ano	Valor (R\$)
2020	R\$ 1.271.819,18
2021	R\$ 259.588,40
2022	R\$ 118.592,42

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Ficam ratificadas os demais termos, cláusulas e condições do contrato ora aditado, ficando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Obriga-se o **TOMADOR** a comprovar à **CAIXA**, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do presente instrumento de alteração contratual, a averbação deste ADITIVO à margem dos registros do contrato especificado na CLÁUSULA PRIMEIRA, sob pena de se tornar sem efeito o presente ADITIVO.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente em 04 vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo subscritas.

Salto Veloso \_\_\_\_\_ 03 de JANEIRO de 2022  
Local/Data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
AGENTE FINANCEIRO  
Nome: MARCO FERNANDO DE  
OLIVEIRA FARIAS  
CPF: 688.520.379-34

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO  
TOMADOR  
Nome: NEREU BORGHA  
CPF: 521.836.379-00

### TESTEMUNHAS

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

# Santa Helena

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 0221/2022**

Publicação Nº 3519917

**PORTARIA Nº 0221/2022**

**EXONERA ASSESSOR JURIDICO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SANTA HELENA, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**PORTARIA Nº 0221/2022**

**EXONERA ASSESSOR JURIDICO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SANTA HELENA, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**CLAUDEMIR GONCHOROSKI**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e o Regimento Interno da Câmara Municipal e a Lei nº 934/2016 e a Lei nº 949/2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º - **EXONERAR** o Advogado **DANIEL STASIAC**, advogado devidamente inscrito nos quadros da OAB/SC nº 36.088, qual ocupava até a presente data o Cargo de **ASSESSOR JURÍDICO** da Câmara Municipal de Vereadores do município de Santa Helena – SC, Cargo de Provimento em Comissão, com carga horária de 20 horas e com vencimento de R\$ 4.540,93 (quatro mil quinhentos e quarenta reais e noventa e três centavos), nos termos da Lei nº 934/2016 e a Lei nº 949/2017 e enquadrado de forma subsidiária no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Santa Helena/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA  
Em 03 de janeiro de 2022.

**CLAUDEMIR GONCHOROKI**  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Registrada e Publicada a  
Presente em data supra.

**Claudemir Gonchoroski**  
Vereador

**PORTARIA Nº 0222/2022**

Publicação Nº 3519926

**PORTARIA Nº 0222/2022**

**NOMEIA ASSESSOR JURIDICO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SANTA HELENA, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**PORTARIA Nº 0222/2022**

**NOMEIA ASSESSOR JURIDICO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SANTA HELENA, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**CLAUDEMIR GONCHOROSKI**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e o Regimento Interno da Câmara Municipal e a Lei nº 949/2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º - **NOMEIA** o Advogado **TIAGO FRANCISCON**, advogado devidamente inscrito nos quadros da OAB/SC nº 61214, para ocupar o Cargo de **ASSESSOR JURÍDICO** da Câmara Municipal de Vereadores do município de Santa Helena – SC, Cargo de Provimento em Comissão, com carga horária de 20 horas semanais e com vencimento de R\$ 4.540,93 (quatro mil quinhentos e quarenta reais e noventa e três centavos), nos termos da Lei nº 949/2017 e enquadrado de forma subsidiária no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Santa Helena - SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA  
Em 04 de janeiro de 2022.

**CLAUDEMIR GONCHOROSKI**  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Registrada e Publicada a  
Presente em data supra.

**Claudemir Gonchoroski**  
Vereador

**PORTARIA N° 0223/2022**

Publicação N° 3520882

**PORTARIA N° 0223/2022****CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.****PORTARIA N° 0223/2022****CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

CLAUDEMIR GONCHOROSKI, Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com o art. 100, parágrafo 2º da Lei Complementar nº 042/2002.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a MARLENE FEYH FLACH, Servidora Pública do Município de Santa Helena/SC, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com carga horaria 40 horas semanais, inscrita no Quadro de Pessoal sob matrícula nº 11, em exercício na Câmara municipal conforme a Lei Complementar nº 027/2008 e a Portaria nº 002/2009, férias no período de 20 dias a partir do dia 05 de Janeiro de 2022, relativas ao período aquisitivo de 09 de setembro de 2020 a 09 de setembro de 2021, convertendo um terço (1/3) em moeda corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA, Em 04 de janeiro de 2022.**

**CLAUDEMIR GONCHOROSKI**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

**Registrada e Publicada a**  
**Presente em Data supra**

**Claudemir Gonchoroski**  
**Vereador**



# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### PORTARIA 010/2022

Publicação Nº 3521478

PORTARIA Nº010/2022

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO EXCEPCIONAL DE SERVIDORA PARA REPONDER PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Designada a Servidora ANDRESSA GRANDI, matrícula nº13081/02 ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria de Educação, para responder cumulativamente pela Secretaria de Educação, enquanto perdurar as férias da Gesiane Maria Secco.

Art. 2º. A remuneração a ser percebida pela Servidora permanecerá aquela fixada em Lei para o cargo de Assistente Administrativo, sem acumulação de subsídio pelo cargo de Secretaria de Educação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2022.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC, em 04 de janeiro de 2022.

MARCIA DETOFOL

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

### PORTARIA 011/2022

Publicação Nº 3521480

PORTARIA Nº 011/2022

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias ao servidor público municipal senhor ALVARO ULISSES VIGANO, matrícula nº 13167/01, lotado na Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico, ocupante do cargo de GERENTE DE L. E CONTRATOS. Período aquisitivo de 21/01/2021 a 20/01/2022 período de gozo de férias de 10/01/2022 a 24/01/2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 04 de janeiro de 2022.

MARCIA DETOFOL

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra

### TERMO DE SUPRESSÃO 06/2022BETHA FMS

Publicação Nº 3521088

TERMO DE SUPRESSÃO Nº. 06/2022 AO TERMO ADITIVO 05/2021 REF. CONTRATO Nº 69/2018.

CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E PELA EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS.

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.847/0001-90, com sede à Av. Tancredo Neves, nº 337, Centro, Santa Terezinha do Progresso, estado de Santa Catarina, CEP 89.983-000, representado

pela Prefeita. Sra. MARCIA DETOFOL, brasileira, solteira, portador do CPF nº 051.289.169-95, e RG nº4.748.388 residente e domiciliado nesta cidade, Centro, Santa Terezinha do Progresso, estado de Santa Catarina, e a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67 representada pelo Sr. Alexandre Paloschi, doravante denominado CONTRATADA, fazem entre si o presente termo de CONTRATO mediante as cláusulas e condições que aceitam, retificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada no documento constitutivo da empresa.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo de Supressão nº 06/2022 ao Termo aditivo 05/2021 referente contrato administrativo nº 69/2018 de 03 de setembro de 2018, decorrente do Processo Licitatório nº 74/2018, Pregão Presencial nº 54/2018, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

#### DO OBJETO E VIGÊNCIA

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente termo a Supressão de valores e de prazos ao termo aditivo nº 05/2021, realizado no dia 28/12/2021. Passando a vigência de 01/01/2022 a 31/08/2022.

#### JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente termo de supressão, devido a equívoco realizado no termo aditivo 05/2021, onde a vigência seria até o dia 31/12/2022, sendo que o presente contrato administrativo 69/2018, poderá ser prorrogado por 48 meses assim encerra-se a sua eficácia no dia 30/08/2022. Assim realizado a supressão para registro corretamente.

#### VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor total Suprimido do presente termo é de R\$ 3.174,60(Três mil cento e setenta e quatro reais com sessenta centavos).

Descrição	Valor mês
Compras	R\$ 218,78
Contabilidade	R\$ 356,09
Tesouraria	R\$ 218,78
TOTAL	R\$ 793,65

Total suprimido 04(quatro) meses R\$ 3.174,60

Parágrafo único – A eficácia do presente termo quanto à prorrogação de valor e do prazo de vigência fica condicionada à efetiva disponibilidade orçamentária para atender a despesa no exercício de 2022.

#### DA DESPESA

CLÁUSULA QUARTA – As despesas com este termo aditivo, no exercício de 2022, serão alocadas à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, na respectiva Lei Orçamentária Anual.

#### DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA – Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

#### DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CLÁUSULA SEXTA – A alteração contratual de que trata este instrumento está prevista no edital do processo licitatório que antecedeu ao contrato original e, é baseada no arts. 5º, §1º, 40, XI, 55, III, e 65, § 8º da Lei nº 8.666/93.

#### DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA – O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/1993.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santa Terezinha do Progresso/SC, aos 03 de janeiro de 2022.

Município de Santa Terezinha do Progresso Marcia Detofol Contratante		Betha Sistemas LTDA Alexandre Paloschi Contratada

#### Testemunhas:

Nome: LUCIMARA DA SILVA	Nome: ÁLVARO ULISSES VIGANÓ
CPF: 090.729.109-07	CPF: 079.030.779-02

**TERMO DE SUPRESSÃO 07/2022 BETHA PREF**

Publicação Nº 3521093

TERMO DE SUPRESSÃO Nº. 07/2022 AO TERMO ADITIVO 06/2021 REF. CONTRATO Nº 68/2018.

CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E PELA EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS.

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.847/0001-90, com sede à Av. Tancredo Neves, nº 337, Centro, Santa Terezinha do Progresso, estado de Santa Catarina, CEP 89.983-000, representado pela Prefeita. Sra. MARCIA DETOFOL, brasileira, solteira, portador do CPF nº 051.289.169-95, e RG nº4.748.388 residente e domiciliado nesta cidade, Centro, Santa Terezinha do Progresso, estado de Santa Catarina, e a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67 representada pelo Sr. Alexandre Paloschi, doravante denominado CONTRATADA, fazem entre si o presente termo de CONTRATO mediante as cláusulas e condições que aceitam, retificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada no documento constitutivo da empresa.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo de Supressão nº 07/2022 ao Termo aditivo 06/2021 referente contrato administrativo nº 68/2018 de 03 de setembro de 2018, decorrente do Processo Licitatório nº 74/2018, Pregão Presencial nº 54/2018, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

**DO OBJETO E VIGÊNCIA**

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente termo a Supressão de valores e de prazos ao termo aditivo nº 06/2021, realizado no dia 28/12/2021. Passando a vigência de 01/01/2022 a 31/08/2022.

**JUSTIFICATIVA**

Justifica-se o presente termo de supressão, devido a equívoco realizado no termo aditivo 06/2021, onde a vigência seria até o dia 31/12/2022, sendo que o presente contrato administrativo 68/2018, poderá ser prorrogado por 48 meses assim encerra-se a sua eficácia no dia 30/08/2022. Assim realizado a supressão para registro corretamente.

**VALOR**

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor total Suprimido do presente termo é de R\$ 35.525,44(Trinta e cinco mil quinhentos e vinte e cinco reais com quarenta e quatro centavos).

Descrição	Valor mês
Tesouraria	R\$ 325,84
Tributos	R\$ 814,59
eNota Fly	R\$ 446,86
Merenda Escolar	R\$ 58,19
Transporte Escolar	R\$ 58,19
Professores	R\$ 174,55
Pais e Alunos	R\$ 174,55
eSocial	R\$ 478,29
Livro Eletrônico	R\$ 244,38
Educação	R\$ 197,83
Ponto	R\$ 644,69
Fatura	R\$ 628,39
Folha	R\$ 872,77
Recursos Humanos	R\$ 465,48
Patrimônio	R\$ 267,65
Transparência Fly	R\$ 259,51
Cidadão Web Tributos	R\$ 232,74
Frotas	R\$ 267,65
Compras	R\$ 814,59
Planejamento	R\$ 349,11
Contabilidade	R\$ 1.105,51
TOTAL	R\$ 8.881,36

Total suprimido 04(quatro) meses R\$ 35.525,44

Parágrafo único – A eficácia do presente termo quanto à prorrogação de valor e do prazo de vigência fica condicionada à efetiva disponibilidade orçamentária para atender a despesa no exercício de 2022.

**DA DESPESA**

CLÁUSULA QUARTA – As despesas com este termo aditivo, no exercício de 2022, serão alocadas à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, na respectiva Lei Orçamentária Anual.

**DA RATIFICAÇÃO**

CLÁUSULA QUINTA – Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

#### DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CLÁUSULA SEXTA – A alteração contratual de que trata este instrumento está prevista no edital do processo licitatório que antecedeu ao contrato original e, é baseada no arts. 5º, §1º, 40, XI, 55, III, e 65, § 8º da Lei nº 8.666/93.

#### DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA – O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/1993.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santa Terezinha do Progresso/SC, aos 03 de janeiro de 2022.

Município de Santa Terezinha do Progresso Marcia Detofol Contratante		Betha Sistemas LTDA Alexandre Paloschi Contratada

#### Testemunhas:

Nome: LUCIMARA DA SILVA	Nome: ÁLVARO ULISSES VIGANÓ
CPF: 090.729.109-07	CPF: 079.030.779-02

### CÂMARA MUNICIPAL

#### PORTARIA 01/2022

Publicação Nº 3521158

PORTARIA N. 01, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Nomeia Servidor Público Municipal e dá outras providências.

JOÃO CARLOS DE SOUZA CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei complementar n. 09, de 16 de dezembro de 2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Senhorita PAULA TAISA COSTA, brasileira, Advogada, inscrito no CPF sob o n. 093.381.339-23 e RG n. 4.552.443, OAB/SC 54624, para desempenhar as atribuições do cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta do orçamento vigente, em cada exercício.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de nomeação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 04 de Janeiro de 2022

JOÃO CARLOS DE SOUZA CAMPOS  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Registrado e publicado em data supra:

ALICE CLAIR STAUDT  
CONTADORA

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº005/2022 – DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520511

DECRETO Nº005/2022 – DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Fixa o Valor da Hora Máquina para o Exercício de 2022, e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de acordo com o disposto no Artigo 2º, da Lei Municipal nº278/2005, de 16 de maio de 2005; Lei Municipal n. 451/2009 de 10 de julho de 2009 e Lei Municipal nº 514/2010 de 29 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Ficam corrigidos em 17,78% (dezessete e setenta e oito por cento), para os valores da Hora Máquina para o exercício de 2022, constantes da Lei Municipal nº 278/2005, de 16 de maio de 2005, e alterações posteriores e demonstrado no Anexo II do presente Decreto, referente IGP-M acumulado no exercício de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de Janeiro de 2022.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de janeiro de 2022.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

#### ANEXO II

DESCRIÇÃO	VALOR HORA/MÁQUINA EM R\$
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	150,64
TRATOR DE ESTEIRA	150,64
MOTONIVELADORA	150,64
PÁ-CARREGADEIRA	150,64
RETRO-ESCAVADEIRA, TRACÇÃO 4X4	117,17
RETRO-ESCAVADEIRA, TRACÇÃO 4X2	82,09
ROLO COMPACTADOR	150,64
TRATOR DE PNEUS	100,43
CAÇAMBA – POR KM RODADO	2,77
CAÇAMBA – POR HORA MÁQUINA	100,43
CULTIVADOR MOTORIZADO COM ROÇADEIRA CENTRAL	41,06
MINICARREGADEIRA	82,09

### DECRETO Nº006/2022 – DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520512

DECRETO Nº006/2022 – DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Fixa Índice para Correção das Tarifas e Serviços do Sistema Municipal de Abastecimento de Água para o Exercício de 2022 e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 884/2017, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica corrigido em 17,78% (dezessete e setenta e oito por cento), o valor das Tarifas e Serviços constantes no Anexo I da Lei Municipal nº 884/2017, de 05 de dezembro de 2017 (Sistema Municipal de Abastecimento de Água), referente o IGP-M acumulado exercício de 2021, conforme anexos I e II do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Janeiro de 2022.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de janeiro de 2022.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

#### ANEXO I

#### TABELA DE VALORES PARA CALCULO DA TARIFA DE ÁGUA E SERVIÇOS

##### FAIXA DE CONSUMO- CATEGORIA "A" (PERÍMETRO URBANO)

##### RESIDENCIAL SEM LIMITE DE CONSUMO

Até 7 m3 ..... = R\$ 41,86  
De 8 a 15 m3 ..... = + R\$ 6,69 p/m3 excedente de 7 m3  
De 16 a 20 m3 ..... = + R\$ 8,36 p/m3 excedente de 15 m3  
De 21 a 30 m3 ..... = + R\$ 10,03 p/m3 excedente de 20 m3  
Acima de 31 m3 ..... = + R\$ 10,96 p/m3 excedente de 30 m3

##### OUTROS SERVIÇOS :

##### 01-REESTABELECIMENTO DE ÁGUA

Serviço de ligação e/ou colocação de hidrômetro = R\$ 25,11  
Por falta de pagamento = R\$ 41,86

##### 02-DESLIGAMENTO

por solicitação do usuário ..... = R\$ 25,11

##### 03-CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS CONGENERES.

Custo fixo até 15 dias ..... = R\$ 133,92  
Custo fixo acima de 15 dias ..... = R\$ 251,10

##### 04-AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS

Por solicitação do usuário ou Município....= R\$ 25,11

##### 05-LIGAÇÃO DE ÁGUA COM FORNECIMENTO DE HIDROMETRO COM CAIXA DE PROTEÇÃO CONDIÇÕES VALOR DA PRESTAÇÃO

A vista = R\$ 251,10  
02 pgts = R\$ 125,55  
03 pgts = R\$ 83,70

##### 06- HIDROMETRO

A vista = R\$ 125,55  
02 pgts = R\$ 62,78  
03 pgts = R\$ 41,86

##### 07 - CAIXA DE PROTEÇÃO

A vista = R\$ 125,55  
02 pgts = R\$ 62,78  
03 pgts = R\$ 41,86

Santiago do Sul, SC, 03 de janeiro de 2022.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

**DECRETO N°008/2022 – DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3521127

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO N°008/2022 – DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Contratação do Servidor Público Municipal JEFERSON GUIDINI, Aprovado em Processo Seletivo N° 004/2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal N°677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo N°004/2021,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica contratado a partir desta data, o Servidor JEFERSON GUIDINI, para ocupar o Cargo Temporário de OPERADOR DE MÁQUINAS I, Grupo 02 (Serviços Operacionais - SOP), Nível 27, Código 02.07, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, da Lei Municipal N°782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Processo Seletivo nº 004/2021, com carga horária de 40 Horas Semanais, com vigência de 04 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, em decorrência do pedido de exoneração do cargo em que ocupava o Servidor Efetivo VALDECIR JOSÉ LORENZETTI.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**DECRETO N°009/2022 – DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3521132

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO N°009/2022 – DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Contratação do Servidor Público Municipal SIDMAR DOS SANTOS GUERREIRO, Aprovado em Processo Seletivo N° 004/2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal N°677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo N°004/2021,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica contratado a partir desta data, o Servidor SIDMAR DOS SANTOS GUERREIRO, para ocupar o Cargo Temporário de MOTORISTA, Grupo 02 (Serviços Operacionais - SOP), Nível 26, Código 02.06, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da Lei Municipal N°782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Processo Seletivo nº 004/2021, com carga horária de 40 Horas Semanais, com vigência de 04 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, em acordo com o inciso V, Art.2º da Lei Municipal 677/2013 de 16 de maio de 2013.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de janeiro de 2022.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

## JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - Nº 001/2022

Publicação Nº 3519658

### JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - Nº 001/2022

REFERÊNCIA	Inexigibilidade de chamamento público – TERMO DE FOMENTO
BASE LEGAL	Art. 31 e 32 da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PROPONENTE:	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE QUILOMBO/SC
CNPJ Nº	72.393.747/0001-68
ENDEREÇO:	Rua Papa Pio XII, 1040, Quilombo/SC, CEP 89850-000
OBJETO PROPOSTO	Atendimento de pessoas com deficiência intelectual e múltipla.
PERÍODO:	01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022
TIPO DE PARCERIA	TERMO DE FOMENTO
JUSTIFICATIVA	Este Acordo de Cooperação se justifica por ser um instrumento legal disposto na Lei Federal 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, além da necessidade do município estabelecer parcerias com entidades que possuam experiência reconhecida na execução do objeto e também pela ENTIDADE ser a única instituição da Comarca além da autorização Legislativa, Lei Municipal 900/2018
Santiago do Sul/SC, 04 de janeiro de 2022.	JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI PREFEITO MUNICIPAL

# Santo Amaro da Imperatriz

## PREFEITURA

### DECRETO 7510-2022- CPL

Publicação Nº 3520579

DECRETO Nº 7.510, de 03 de JANEIRO de 2022.

NOMEA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações,

DECRETA:

Art. 1º - A Comissão Permanente de Licitação, com a incumbência de analisar e julgar a habilitação preliminar, a inscrição no registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, e as propostas de preços resultantes de procedimento licitatórios realizados pela Administração Direta do Município e seus Fundos, com base na Lei 8.666/93 e suas alterações, fica assim constituída:

Presidente: LIDIANE ALVES ESPINDOLA OSELAME (CPF 029.528.739-09)

a) Membros: CAMILA DE SOUZA (CPF 072.378.609-76)  
PEDRO FELIPE SCHWINDEN RACHADEL (CPF 051.308.869-50)

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2022.

Registrado e Publicado na data supra.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 17734-2022- PREGÃO

Publicação Nº 3520597

PORTARIA Nº 17.734, de 03 de janeiro de 2022.

Designa Pregoeiro e Equipe de Apoio para os atos de Pregão do Município de Santo Amaro da Imperatriz.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

D E S I G N A R:

Sabrina Duarte Fortunato, para operar em processo licitatório, modalidade Pregão Presencial na qualidade de Pregoeiro Municipal, Luciana de Oliveira e Ana Paula Kuhnert Martins para compor a equipe de apoio, com as atribuições e competência definidas pela Lei 10.520/02, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

Registre-se e Publique-se

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N° 01, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação N° 3521169

**PORTARIA N° 01, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

**Art. 1º** O Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o Art. 3º do Regimento Interno, divulga o Calendário de Sessões Ordinárias do Primeiro Semestre de 2022, as quais realizar-se-ão às 19h, nas datas a seguir especificadas:

**FEVEREIRO**

TERÇA - FEIRA: 01 - 08 - 15 - 22

QUINTA - FEIRA: 03 - 10

**MARÇO**

TERÇA - FEIRA: 08 - 15 - 22 - 29

QUINTA - FEIRA: 03 - 10

**ABRIL**

TERÇA - FEIRA: 05 - 12 - 19 - 26

QUINTA - FEIRA: 07 - 28

**MAIO**

TERÇA - FEIRA: 03 - 10 - 17 - 24 - 31

QUINTA - FEIRA: 05

**JUNHO**

TERÇA - FEIRA: 07 - 14 - 21 - 28

QUINTA - FEIRA: 02 - 09

**JULHO**

TERÇA - FEIRA: 05 - 12

QUINTA - FEIRA: 07

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, em 04 de janeiro de 2022.

**NILTO LEHMKUHL**

Presidente

**TERMO DE COMPROMISSO DA PRESIDÊNCIA - CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Publicação Nº 3520525

**TERMO DE COMPROMISSO DA PRESIDÊNCIA**

No primeiro dia do mês de janeiro do ano de 2022, eu, Nilto Lehmkuhl, na forma do inciso I, §6º do art. 9º do Regimento Interno, com redação da Resolução nº 04/2013, firmo o compromisso de bem desempenhar as funções do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, ora em vacância, em face da renúncia supra.

Santo Amaro da Imperatriz, em 01 de janeiro de 2022.

NILTO LEHMKUHL

**TERMO DE RENÚNCIA DO CARGO DE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Publicação Nº 3520522

**TERMO DE RENÚNCIA DO CARGO DE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Aos 31 dias do mês de dezembro do ano de 2021, eu, Ricardo Passig Turnes, comunico à Mesa Diretora a minha renúncia ao cargo de Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz.

Santo Amaro da Imperatriz, em 31 de dezembro de 2021.

RICARDO PASSIG TURNES

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 317/2021

Publicação Nº 3519835

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 17999740A033DA61EFC551E6602A19879B87747C

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 317/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEÇAS GENUÍNAS PARA APLICAÇÃO NAS MOTONIVELADORAS CATERPILLAR 120-K ANO 2011, Nº 343 E Nº 344 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 17/01/2022

Início da sessão: dia 17/01/2022, às 09h00min no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [saobentodosul.atende.net](http://saobentodosul.atende.net). Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)36316032.

São Bento do Sul, 04 de janeiro de 2022.

JAIRSON SABINO

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

DANIELE CELESKI WOJAKIEWICZ

Pregoeira Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 327/2021

Publicação Nº 3520075

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 327/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A RETROESCAVADEIRA VOLVO BL 70B, ANO 2013, Nº DE SÉRIE VCE-0B70BK02326228, Nº 378 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 19/01/2022

Início da sessão: dia 19/01/2022, às 09h00min no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [saobentodosul.atende.net](http://saobentodosul.atende.net). Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)36316032.

São Bento do Sul, 04 de janeiro de 2022.

JAIRSON SABINO

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

DANIELE CELESKI WOJAKIEWICZ

Pregoeira Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2021 FMS

Publicação Nº 3520213

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8B31A454F85042B5C6CFB9C6A92C71FA964FB312

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2021 - FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO/MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ELEVADOR PARA PLENO FUNCIONAMENTO DO MESMO, INSTALADO NAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE SÃO BENTO DO SUL - SC.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 20/01/2022

Início da sessão: dia 20/01/2022, às 09h00min no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [saobentodosul.atende.net](http://saobentodosul.atende.net). Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do telefone (47)3631-6032.

São Bento do Sul, 04 de janeiro de 2022.  
CARMEN REGINA BINOTTO  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde  
DANIELE CELESKI WOJAKIEWICZ  
Pregoeira Municipal

**DECRETO Nº 1209/2022**

Publicação Nº 3520413

DECRETO Nº 1209, DE 4 DE JANEIRO DE 2022.

**DESIGNA COMISSÃO**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Avelino Comin, Jocemari Telma Teixeira, Lisane Krisz Ilg, Elvis Wigando Baum e Priscila Kollross, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 330/2021, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 25 de janeiro de 2022, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete		
---	--	--	--

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**DECRETO Nº 1210/2022**

Publicação Nº 3520604

DECRETO Nº 1210, DE 4 DE JANEIRO DE 2022.  
Exonera Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 4 de janeiro de 2022, SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, do cargo de Diretora de Planejamento Estratégico Urbano, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS  
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 2900/2022**

Publicação Nº 3520419

PORTARIA Nº 2900, DE 4 DE JANEIRO DE 2022.  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Autorizar JOSÉ HOFFMANN MARTINS, ocupante do cargo de Chefe de Divisão do Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Desportos - FMD, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Renault/Symbol, placas MKL 7991.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS  
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 2901/2022**

Publicação Nº 3520426

PORTARIA Nº 2901, DE 4 DE JANEIRO DE 2022.  
Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4203/2019,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 5 de janeiro de 2022, VALDINEI GILCIMAR GRANDE, no cargo de Chefe de Divisão de Defesa Civil, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete		
---	--	--	--

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 2902/2022**

Publicação Nº 3520593

PORTARIA Nº 2902, DE 5 DE JANEIRO DE 2022.  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Autorizar VALDINEI GILCIMAR GRANDE, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Defesa Civil, no Gabinete do Prefeito, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/Celta, placas MKQ 5492;
- GM/Celta, placas ARO 6234;
- Fiat/Palio, placas MHI 8923;



- GM/Cobalt, placas MKK 4628.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 5 de janeiro de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete		
---	--	--	--

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

## RETIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO 09/2021

Publicação Nº 3520337

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 009/2021

RETIFICAÇÃO Nº 001

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei RESOLVE, promover adequações do edital de Processo Seletivo nº 009/2021.

Torna público a retificação ao Edital nos seguintes termos:

1. O dispositivo 2.1.3 do CAPÍTULO II, passa a vigorar com a seguinte redação:

2.1.3 Os cargos, as vagas, habilitação profissional, a jornada semanal de trabalho e o valor do vencimento inicial estão relacionados e detalhados no quadro:

CARGO	ESCOLARIDADE MÍNIMA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO (R\$)	VAGAS
Agente Comunitário de Saúde - Serra Alta	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente Comunitário de Saúde - Centenário	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente Comunitário de Saúde - Cruzeiro	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente Comunitário de Saúde - Alpino	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente Comunitário de Saúde - Urca	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente Comunitário de Saúde - Boehmerwald	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente Comunitário de Saúde - Vila São Paulo	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente Comunitário de Saúde - Mato Preto	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR

Agente Comunitário de Saúde - 25 de Julho	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente Comunitário de Saúde - Lençol	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente Comunitário de Saúde - Progresso	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente Comunitário de Saúde - Bela Aliança	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente Comunitário de Saúde - Vila Pilz	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente Comunitário de Saúde - Central	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente Comunitário de Saúde - 1º de Maio	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente Comunitário de Saúde - Rio Vermelho Estação	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente Comunitário de Saúde - Rio Vermelho Povoado	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial.	40 h	1.550,00	1 +CR
Agente de Endemias	Ensino Médio Completo e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial. Possuir Carteira Nacional de Habilitação, na categoria AB.	40 h	1.550,00	1 +CR

CR = Cadastro de Reserva.

2. Os demais itens do edital seguem inalterados.

São Bento do Sul/SC, 05 de janeiro de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

## RETIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO 10/2021

Publicação Nº 3520468

RETIFICAÇÃO 001

EDITAL Nº 010/2021- PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O município de São Bento do Sul-SC, através da empresa Caetano, fiscalizada pela Comissão Especial do Processo Seletivo, constituída pela Portaria nº. 2777/2021 - no uso de suas atribuições legais, por meio deste, vem retificar o Edital Nº 010/2021- Processo Seletivo Simplificado no que se refere ao:

I. ANEXO I – QUADRO DE VAGAS na coluna e na linha referentes aos “Requisitos Mínimos” para a função “Auxiliar de Serviços” onde se lê “Ensino Fundamental Completo”.

Leia-se:  
“Ensino Fundamental Incompleto”.

Permanecem inalterados os demais itens do Edital 010/2021 do Processo Seletivo Simplificado.

São Bento do Sul – SC, 04 de janeiro de 2021.

Equipe Caetano.

## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**

### **ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DO IPRESBS, GESTÃO 2019 / 2021, REALIZADA DIA 15 DE DEZEMBRO DOIS MIL E VINTE UM**

Publicação Nº 3519953

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DO IPRESBS, GESTÃO 2019 / 2021, REALIZADA DIA 15 DE DEZEMBRO DOIS MIL E VINTE UM.

Às quatorze horas do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte um, na Sede da Câmara dos Vereadores, localizada na rua Vigando Koch, nº69, Centro de São Bento do Sul, reuniram-se os Conselhos Deliberativo e Fiscal do IPRESBS. Do Conselho Deliberativo presentes: Vera Lucia Kuzawski, Iracema Bayer Rosa, Margareth Bayerl Keiser, Luciane Scatolon nessa reunião assumindo como titular pela ausência da Sra. Roseli Rosenscheck Schlogl, Ines Marilda Rosseto Wagner e sua suplente Josiane Ferreira de Lima, e Emília Guzsack. Do Conselho Fiscal presentes: Carlos Roberto Gonçalves dos Anjos, Marcos Gertler e Leonete Miczewski e a Conselheira representante do Sindicato dos Servidores Municipais a Sra. Irene Galkoski e do IPRESBS o Diretor Presidente Clifford Jelinsky e ainda do IPRESBS a Diretora Financeira, a Sra. Lucilene Zélia dos Santos Haidar Barbosa e Altair Hardt (gravação) Nilva Luz (ata) e o Consultor financeiro da SMI, Sr. Eduardo Barão. O Diretor Presidente do IPRESBS, Sr. Clifford Jelinsky abriu a reunião cumprimentando a todos, em seguida passou para a pauta do dia.

**PRIMEIRO ASSUNTO:** Eduardo apresentou o relatório de Investimentos do IPRESBS, falou sobre o cenário econômico global, disse que o ano está difícil para os investimentos. A realidade dos outros países também não está fácil. A crise energética, devido a uma forte dependência do petróleo, gás natural e esses produtos estão passando por escassez, preço elevado. Eduardo relata que há um forte descompasso entre oferta e demanda e isso pode se prorrogar no decorrer do próximo ano. Eles também estão com a inflação um pouco mais elevada, especialmente os EUA. Conjuntura interna, a principal questão para o Brasil são as eleições para presidente da República em 2022, o melhor para o mercado seria a opção de uma terceira via mais ponderada. A crise hídrica, desemprego e inflação elevada. Os riscos apontados são: a piora da situação fiscal com o estouro do teto de gastos, e para o câmbio a desvalorização do real. O cenário está muito incerto e com muitas preocupações e o mercado financeiro reage aumentando os juros o que é prejudicial a todos, inclusive a carteira de Investimentos do IPRESBS. A carteira de Investimentos do IPRESBS no ano está com rendimentos positivo de 0,13% de retorno até novembro, Eduardo comenta que a grande maioria dos RPPS na atualidade já estão com retornos negativos. Segundo o mesmo a Carteira do IPRESBS está bem adequada e diversificada para o momento e cumprindo a legislação vigente, e para o futuro as perspectivas também são de incertezas e dificuldades. Gustavo se colocou a disposição para esclarecimentos de dúvidas e não houve questionamentos. Segundo o Sr. Clifford explicou que em relação ao Comitê de Investimentos e da Assessoria da SMI, manteve uma certa cautela nos investimentos, no entanto não deixando de buscar novas alternativas para a Carteira.

**SEGUNDO ASSUNTO: POLÍTICA DE INVESTIMENTO PARA 2022, CONFORME NOVA RESOLUÇÃO** – Eduardo apresentou as alterações referentes a nova política de investimentos falando que esse modelo de PI 2022 não sofreu grandes alterações na sua estrutura, pois a nova Resolução 4.963, na Subseção II - Art. 4, não ocorreram mudanças para montagem da PI;– Lembrando que os arquivos e relatórios foram enviados previamente para todos os Conselheiros analisarem a mesma, Eduardo apresentou os pontos da Política de Investimentos da carteira do IPRESBS para 2022. A Política de Investimentos visa a proteção do patrimônio, priorizando liquidez, transparência, solvência, risco e segurança. O período de vigência da Política é de 01 de janeiro 2022 a 31 de dezembro de 2022. A Política está visando um período de três a cinco anos. Em relação a meta foi elaborada com olhar para a duração do passivo do Instituto e a Secretaria tem uma tabela onde o Instituto se encaixa e para o Instituto a duração do passivo no cálculo atuarial é de 17,0744652837 e a taxa de juros parâmetro é de 4,87%. A Gestão dos investimentos do Instituto é própria, com a sugestão da Consultoria para aplicações em fundos. As responsabilidades e funções de cada membro está escrita nesta Política. A Política possui critérios de investimentos e desinvestimentos, onde os fundos são acompanhados através do radar de fundos e a consultoria também faz esse acompanhamento. Com relação aos Limites e Estratégias alvo da Política, foram colocados os limites inferior de investimento e cada um dos artigos foi zerado e no limite superior foi colocado o máximo permitido pela Secretaria da Previdência para cada segmento. A estratégia alvo, está alinhada com a expectativa de um ambiente de muitas incertezas para 2022. O total aplicado em cada inciso e alínea deverão respeitar os limites de enquadramento constante na Política de Investimentos para o ano de 2022. Em relação a riscos são acompanhados o VaR e a VOL de cada fundo, a VOL com limite máximo de 9% e a VAR com limite máximo de 12%. Observando o risco de crédito, risco de liquidez e stress test. O plano de contingência é o acompanhamento dos limites da VOL e VaR, e acompanhar o mercado. A Transparência e Segurança, fazer o credenciamento das Instituições e fundos, onde esta parte é feita pela Consultoria e disponibilizar os resultados dos Investimentos. Em seguida o Sr. Clifford informou que o Comitê de Investimentos já havia analisado esta política e solicitou a aprovação da Política de Investimentos e a mesma foi aprovada por unanimidade pelo Conselho.

**TERCEIRO ASSUNTO – PASEP – O Sr, Marcos presidente do Conselho Fiscal e a Sra. Lucilene** falaram novamente aos conselheiros sobre o Processo nº 11516.723380/2019-89 sofrido pelo IPRESBS referente ao não recolhimento do PASEP. Lucilene informou que o processo está em análise na Receita Federal e explicou a necessidade do Instituto contratar um Advogado especialista neste assunto para defender o IPRESBS neste processo, pois o Instituto não possui assessoria jurídica própria. Lucilene informou que a ASSIMPASC E A ANEPREM já debateram várias vezes este assunto do PASEP em Congressos e também concordam sobre o não recolhimento deste imposto e a grande maioria dos RPPS não fazem o recolhimento, estas associações estão trabalhando para conseguir esta isenção. Marcos também comentou que a Lei do PIS/PASEP é anterior a criação dos RPPS e que como a Instituição Privada de Pensões são isentas deste recolhimento e mesma ótica serviria para os RPPS. Lucilene ainda informou aos Conselheiros que está em tramitação no congresso o projeto de Lei nº 4809, que altera a Lei 9.715 sobre o PASEP para os RPPS.

**OUTRAS DELIBERAÇÕES** Clifford apresentou aos conselheiros a agenda para as reuniões dos conselhos para o ano de 2022 e a mesma foi aprovada. Assim, nada mais havendo a tratar, esta foi declarada por encerrada, da qual, para constar, eu, Nilva Aparecida Cardoso da Luz fui nomeada pela Presidente a lavrar a presente ata. São Bento do Sul – Santa Catarina, quinze de dezembro de dois mil e vinte um .....

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 03/2022**

Publicação Nº 3519746

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8EE5BCFF0ADA90EA89F0B84F014B7FC61AF2436B

OBJETO: A aquisição de Materiais em ferro fundido e PVC, destinado para início da duplicação do sistema de abastecimento de água na Rua Augusto Wunderwald, devido a revitalização desta rua.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 17/01/2022

Início da sessão: dia 17/01/2022, às 09h00min no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [www.samaesbs.sc.gov.br](http://www.samaesbs.sc.gov.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Divisão de Estratégias para Inovação de Materiais – do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul, situado à Rua João Wenceslau Pscheidt, 811, Bairro Brasília, das 07h30 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do telefone (47)3631-3918.

São Bento do Sul, 03 de janeiro de 2022.

JONAS ALVES

DIRETOR PRESIDENTE INTERINO DO SAMAE

EDELSON ILG

PREGOEIRO

# São Bernardino

## PREFEITURA

### CONTRATO TEMPORÁRIO 01/2022

Publicação Nº 3519695

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 001/2022

Instrumento de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO de EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS, por excepcional interesse público, no qual são partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº 01.612.812/0001-50, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, situada na Rua Verônica Scheid nº 1.008, centro, nesta cidade, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. DALVIR LUIZ LUDWIG, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado o Sr. DANIEL CECATTO, brasileiro, Solteiro, inscrito no CPF nº107.247.739-40, R.G. 6.016.303, com endereço na Linha Santa Maria, Interior s/n em São Bernardino SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

#### CONSIDERANDO:

1. O disposto na Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;
2. A Lei Complementar nº 049/2014 de 18/12/2014, que trata das contratações temporárias no Município;
3. Que o Município de São Bernardino – SC, encontra-se com necessidade de contratar por tempo determinado, Operador I, para substituição de Servidor efetivo afastado no INSS na Secretaria de Infraestrutura, visando dar continuidade a prestação do serviço público;
4. Que a necessidade de contratação foi fato imprevisível e deverá ser transitória;
5. O excepcional, urgente e relevante interesse público na referida contratação;

Têm entre si, como justo e contratado, na melhor forma de direito o presente instrumento de contrato mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS:

O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços de OPERADOR I, a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Agricultura, com uma jornada semanal de 40 (quarenta) horas.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - O REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO

Execução direta, na modalidade mensal, por tempo certo e determinado e em caráter de excepcional interesse público.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

A remuneração mensal paga à contratada será de R\$ 1.721,29 (um mil setecentos e vinte e um reais e vinte e nove centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - OS PRAZOS:

Este contrato tem como prazo de vigência o período compreendido:

PRAZO DE INÍCIO: 04 de Janeiro de 2022

PRAZO DE CONCLUSÃO: 30 de dezembro de 2022, podendo ser rescindido antecipadamente em caso de nomeação de candidato aprovado em concurso público para o referido cargo.

#### CLÁUSULA QUINTA - OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS:

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO (A) – Executar os serviços pessoais em favor da municipalidade, conforme sua formação, durante o prazo de vigência deste instrumento, empenhando esforços no desempenho dos trabalhos realizados, prestando serviços de Operador I OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE – Disponibilizar todos os meios necessários para a execução dos serviços.

O CONTRATADO (A) tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O CONTRATADO (A), não poderá subcontratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

O CONTRATANTE fica no direito que lhe confere, modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos em lei e, fiscalizar a execução do contrato.

O CONTRATANTE não poderá alterar as cláusulas econômico-financeiras sem prévia concordância do CONTRATADO (A).

O presente contrato poderá sofrer alterações com as devidas justificativas – Unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando houver modificações do projeto ou das especificações dos serviços aos seus objetivos, e quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto; e poderá ser alterado o presente contrato, por acordo entre ambas as partes, quando necessária à modificação do regime de execução dos serviços ou fornecimento, em face de originários e, quando necessária

modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes.

Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços.

O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as suas obrigações assumidas.

**DAS PENALIDADES** – O contratado (a) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei.

Além das condições estabelecidas neste instrumento contratual, as partes ajustarão condições, obrigações e responsabilidades recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

#### CLÁUSULA SEXTA - OS CASOS DE RESCISÃO E DE EXTINÇÃO:

São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE; o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 10 (dez) dias antecedente ao último.

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

O tempo de serviço prestado por força da presente contratação será contado para todos os fins e efeitos.

#### CLAUSULA SETIMA - A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DESTES CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS:

Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

Aos casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente o CONTRATANTE, e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

O foro do presente contrato é o da Comarca de Campo Erê/SC, para dirimir possíveis casos omissos, dúvidas e as questões incidentes oriundas da avença.

#### CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Assim, na melhor forma de direito, sendo livres, capazes e conscientes as partes, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, forma e espaço, sendo cada via composta de laudas digitadas e impressas, na presença de duas testemunhas que conhecem o teor do mesmo e que também assinam, para maior validade jurídica.

Município de São Bernardino/SC, em 03 de Janeiro de 2022.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

DANIEL CECATTO  
CONTRATADO

#### TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



**CONTRATO TEMPORÁRIO 02/2022**

Publicação Nº 3519701

**CONTRATO ADMINISTRATIVO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 002/2022**

Instrumento de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO de EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS, por excepcional interesse público, no qual são partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº 01.612.812/0001-50, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, situada na Rua Verônica Scheid nº 1.008, centro, nesta cidade, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. DALVIR LUIZ LUDWIG, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado o Sr. JUNIOR FORESTER, brasileiro, Solteiro, inscrito no CPF nº 032.520.209-55, R.G. 4.600.915, com endereço na Linha São João Do Pesqueiro, Interior s/n em São Bernardino SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

**CONSIDERANDO:**

1. O disposto na Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;
2. A Lei Complementar nº 049/2014 de 18/12/2014, que trata das contratações temporárias no Município;
3. Que o Município de São Bernardino – SC, encontra-se com necessidade de contratar por tempo determinado, MOTORISTA, para suprir necessidade da Secretaria da Educação, de Assistência Social e secretaria municipal Saúde visando dar continuidade a prestação do serviço público;
4. Que a necessidade de contratação foi fato imprevisível e deverá ser transitória;
5. O excepcional, urgente e relevante interesse público na referida contratação;

Têm entre si, como justo e contratado, na melhor forma de direito o presente instrumento de contrato mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS:**

O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços de MOTORISTA, a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Educação, Assistência Social e secretaria municipal Saúde, com uma jornada semanal de 40 (quarenta) horas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - O REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO**

Execução direta, na modalidade mensal, por tempo certo e determinado e em caráter de excepcional interesse público.

**CLÁUSULA TERCEIRA - O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

A remuneração mensal paga à contratada será de R\$ 1.351,55 (mil trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - OS PRAZOS:**

Este contrato tem como prazo de vigência o período compreendido:

PRAZO DE INÍCIO: 03 de janeiro de 2022

PRAZO DE CONCLUSÃO: 30 de dezembro de 2022, podendo ser rescindido antecipadamente em caso de nomeação de candidato aprovado em concurso público para o referido cargo.

**CLÁUSULA QUINTA - OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS:**

**OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO (A)** – Executar os serviços pessoais em favor da municipalidade, conforme sua formação, durante o prazo de vigência deste instrumento, empenhando esforços no desempenho dos trabalhos realizados, prestando serviços de Operador II **OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE** – Disponibilizar todos os meios necessários para a execução dos serviços.

O CONTRATADO (A) tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O CONTRATADO (A), não poderá subcontratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

O CONTRATANTE fica no direito que lhe confere, modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos em lei e, fiscalizar a execução do contrato.

O CONTRATANTE não poderá alterar as cláusulas econômico-financeiras sem prévia concordância do CONTRATADO (A).

O presente contrato poderá sofrer alterações com as devidas justificativas – Unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando houver modificações do projeto ou das especificações dos serviços aos seus objetivos, e quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto; e poderá ser alterado o presente contrato, por acordo entre ambas as partes, quando necessária à modificação do regime de execução dos serviços ou fornecimento, em face de originários e, quando necessária modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes.

Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços.



O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as suas obrigações assumidas. DAS PENALIDADES – O contratado (a) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei. Além das condições estabelecidas neste instrumento contratual, as partes ajustarão condições, obrigações e responsabilidades recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

#### CLÁUSULA SEXTA - OS CASOS DE RESCISÃO E DE EXTINÇÃO:

São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE; o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 10 (dez) dias antecedente ao último. O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes; O tempo de serviço prestado por força da presente contratação será contado para todos os fins e efeitos.

#### CLAUSULA SETIMA - A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS:

Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

Aos casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente o CONTRATANTE, e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

O foro do presente contrato é o da Comarca de Campo Erê/SC, para dirimir possíveis casos omissos, dúvidas e as questões incidentes oriundas da avença.

#### CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Assim, na melhor forma de direito, sendo livres, capazes e conscientes as partes, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, forma e espaço, sendo cada via composta de laudas digitadas e impressas, na presença de duas testemunhas que conhecem o teor do mesmo e que também assinam, para maior validade jurídica.

Município de São Bernardino/SC, em 03 de janeiro de 2022.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

JUNIOR FORESTER  
CONTRATADO

#### TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### CONTRATO TEMPORÁRIO 03/2022

Publicação Nº 3519705

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 003/2022

Instrumento de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO de EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS, por excepcional interesse público, no qual são partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº 01.612.812/0001-50, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, situada na Rua Verônica Scheid nº 1.008, centro, nesta cidade, neste

ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. DALVIR LUIZ LUDWIG, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado o Sr. ITAMAR RIBEIRO DOS SANTOS, brasileiro, Casado, inscrito no CPF nº 072.521.449-09, R.G. 5.583.217, com endereço na Linha Serra Alta, Interior s/n em São Lourenço Do Oeste SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

**CONSIDERANDO:**

1. O disposto na Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;
2. A Lei Complementar nº 049/2014 de 18/12/2014, que trata das contratações temporárias no Município;
3. Que o Município de São Bernardino – SC, encontra-se com necessidade de contratar por tempo determinado, MOTORISTA, para suprir necessidade da Secretaria da Educação, Assistência Social e secretaria municipal Saúde, visando dar continuidade a prestação do serviço público;
4. Que a necessidade de contratação foi fato imprevisível e deverá ser transitória;
5. O excepcional, urgente e relevante interesse público na referida contratação;

Têm entre si, como justo e contratado, na melhor forma de direito o presente instrumento de contrato mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS:**

O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços de MOTORISTA, a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Educação, Assistência Social e secretaria municipal de Saúde com uma jornada semanal de 40 (quarenta) horas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - O REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO**

Execução direta, na modalidade mensal, por tempo certo e determinado e em caráter de excepcional interesse público.

**CLÁUSULA TERCEIRA - O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

A remuneração mensal paga à contratada será de R\$ 1.351,55 (mil trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - OS PRAZOS:**

Este contrato tem como prazo de vigência o período compreendido:

PRAZO DE INÍCIO: 03 de janeiro de 2022

PRAZO DE CONCLUSÃO: 30 de dezembro de 2022, podendo ser rescindido antecipadamente em caso de nomeação de candidato aprovado em concurso público para o referido cargo.

**CLÁUSULA QUINTA - OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS:**

**OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO (A)** – Executar os serviços pessoais em favor da municipalidade, conforme sua formação, durante o prazo de vigência deste instrumento, empenhando esforços no desempenho dos trabalhos realizados, prestando serviços de Operador II **OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE** – Disponibilizar todos os meios necessários para a execução dos serviços.

O CONTRATADO (A) tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O CONTRATADO (A), não poderá subcontratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

O CONTRATANTE fica no direito que lhe confere, modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos em lei e, fiscalizar a execução do contrato.

O CONTRATANTE não poderá alterar as cláusulas econômico-financeiras sem prévia concordância do CONTRATADO (A).

O presente contrato poderá sofrer alterações com as devidas justificativas – Unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando houver modificações do projeto ou das especificações dos serviços aos seus objetivos, e quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto; e poderá ser alterado o presente contrato, por acordo entre ambas as partes, quando necessária à modificação do regime de execução dos serviços ou fornecimento, em face de originários e, quando necessária modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes.

Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços.

O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as suas obrigações assumidas.

**DAS PENALIDADES** – O contratado (a) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei.

Além das condições estabelecidas neste instrumento contratual, as partes ajustarão condições, obrigações e responsabilidades recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

**CLÁUSULA SEXTA - OS CASOS DE RESCISÃO E DE EXTINÇÃO:**

São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE; o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 10 (dez) dias antecedente ao último. O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes; O tempo de serviço prestado por força da presente contratação será contado para todos os fins e efeitos.

#### CLAUSULA SETIMA - A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS:

Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37. Aos casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente o CONTRATANTE, e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

O foro do presente contrato é o da Comarca de Campo Erê/SC, para dirimir possíveis casos omissos, dúvidas e as questões incidentes oriundas da avença.

#### CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Assim, na melhor forma de direito, sendo livres, capazes e conscientes as partes, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, forma e espaço, sendo cada via composta de laudas digitadas e impressas, na presença de duas testemunhas que conhecem o teor do mesmo e que também assinam, para maior validade jurídica.

Município de São Bernardino/SC, em 03 de janeiro de 2022.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

ITAMAR RIBEIRO DOS SANTOS  
CONTRATADO

#### TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### CONTRATO TEMPORÁRIO 04/2022

Publicação Nº 3519708

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 004/2022

Instrumento de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO de EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS, por excepcional interesse público, no qual são partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº 01.612.812/0001-50, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, situada na Rua Verônica Scheid nº 1.008, centro, nesta cidade, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. DALVIR LUIZ LUDWIG, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado o Sr. EDIVAN MARTINS DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 096.139.719-55, R.G. 6.656.279, com endereço na Linha Coxilha Rica, Interior s/n em São Bernardino S/C, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

#### CONSIDERANDO:

1. O disposto na Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;
2. A Lei Complementar nº 049/2014 de 18/12/2014, que trata das contratações temporárias no Município;
3. Que o Município de São Bernardino – SC, encontra-se com necessidade de contratar por tempo determinado, MOTORISTA, para suprir

necessidade da Secretaria de Agricultura, visando dar continuidade a prestação do serviço público;

4. Que a necessidade de contratação foi fato imprevisível e deverá ser transitória;

5. O excepcional, urgente e relevante interesse público na referida contratação;

Têm entre si, como justo e contratado, na melhor forma de direito o presente instrumento de contrato mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS:

O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços de MOTORISTA, a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Agricultura, com uma jornada semanal de 40 (quarenta) horas.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - O REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO

Execução direta, na modalidade mensal, por tempo certo e determinado e em caráter de excepcional interesse público.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

A remuneração mensal paga à contratada será de R\$ 1.351,55 (mil trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - OS PRAZOS:

Este contrato tem como prazo de vigência o período compreendido:

PRAZO DE INÍCIO: 03 de janeiro de 2022

PRAZO DE CONCLUSÃO: 30 de dezembro de 2022, podendo ser rescindido antecipadamente em caso de nomeação de candidato aprovado em concurso público para o referido cargo.

#### CLÁUSULA QUINTA - OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS:

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO (A) – Executar os serviços pessoais em favor da municipalidade, conforme sua formação, durante o prazo de vigência deste instrumento, empenhando esforços no desempenho dos trabalhos realizados, prestando serviços de Motorista, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE – Disponibilizar todos os meios necessários para a execução dos serviços.

O CONTRATADO (A) tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O CONTRATADO (A), não poderá subcontratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

O CONTRATANTE fica no direito que lhe confere, modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos em lei e, fiscalizar a execução do contrato.

O CONTRATANTE não poderá alterar as cláusulas econômico-financeiras sem prévia concordância do CONTRATADO (A).

O presente contrato poderá sofrer alterações com as devidas justificativas – Unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando houver modificações do projeto ou das especificações dos serviços aos seus objetivos, e quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto; e poderá ser alterado o presente contrato, por acordo entre ambas as partes, quando necessária à modificação do regime de execução dos serviços ou fornecimento, em face de originários e, quando necessária modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes.

Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços.

O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as suas obrigações assumidas.

DAS PENALIDADES – O contratado (a) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei.

Além das condições estabelecidas neste instrumento contratual, as partes ajustarão condições, obrigações e responsabilidades recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

#### CLÁUSULA SEXTA - OS CASOS DE RESCISÃO E DE EXTINÇÃO:

São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE; o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 10 (dez) dias antecedente ao último.

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

O tempo de serviço prestado por força da presente contratação será contado para todos os fins e efeitos.

#### CLAUSULA SETIMA - A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS:

Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais

instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37. Aos casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente o CONTRATANTE, e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

O foro do presente contrato é o da Comarca de Campo Erê/SC, para dirimir possíveis casos omissos, dúvidas e as questões incidentes oriundas da avença.

#### CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Assim, na melhor forma de direito, sendo livres, capazes e conscientes as partes, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, forma e espaço, sendo cada via composta de laudas digitadas e impressas, na presença de duas testemunhas que conhecem o teor do mesmo e que também assinam, para maior validade jurídica.

Município de São Bernardino/SC, em 03 de janeiro de 2022.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

EDIVAN MARTINS DA SILVA  
CONTRATADO

#### TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### CONVOCAÇÃO Nº 01/2022

Publicação Nº 3519687

#### CONVOCAÇÃO

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito do município de São Bernardino, no uso de suas atribuições, CONVOCO o Sr. DANIEL CECATTO, classificado em 1º (primeiro) lugar no Processo Seletivo nº 01/2021, para o cargo de OPERADOR I - Temporário, para tomar posse do cargo no prazo de 30 (trinta) dias, sendo necessário apresentar neste prazo os documentos necessários para a contratação, conforme legislação vigente e vinculada ao Processo Seletivo nº 01/2021.

São Bernardino/SC, em 03 de Janeiro de 2022.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO Nº 02/2022

Publicação Nº 3519688

#### CONVOCAÇÃO

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito do município de São Bernardino, no uso de suas atribuições, CONVOCO o Sr. JUNIOR FORESTER, classificado em 1º (primeiro) lugar no Processo Seletivo nº 01/2021, para o cargo de MOTORISTA - Temporário, para tomar posse do cargo no prazo de 30 (trinta) dias, sendo necessário apresentar neste prazo os documentos necessários para a contratação, conforme legislação vigente e vinculada ao Processo Seletivo nº 01/2021.

São Bernardino/SC, em 03 de janeiro de 2022.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO N° 03/2022**

Publicação N° 3519689

**CONVOCAÇÃO**

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito do município de São Bernardino, no uso de suas atribuições, CONVOCO o Sr. ITAMAR RIBEIRO DOS SANTOS, classificado em 2º (segundo) lugar no Processo Seletivo n° 01/2021, para o cargo de MOTORISTA - Temporário, para tomar posse do cargo no prazo de 30 (trinta) dias, sendo necessário apresentar neste prazo os documentos necessários para a contratação, conforme legislação vigente e vinculada ao Processo Seletivo n° 01/2021.

São Bernardino/SC, em 03 de janeiro de 2022.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO N° 04/2022**

Publicação N° 3519690

**CONVOCAÇÃO**

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito do município de São Bernardino, no uso de suas atribuições, CONVOCO o Sr. OSMAR DE FREITAS DE JESUS, classificado em 3º (terceiro) lugar no Processo Seletivo n° 01/2021, para o cargo de MOTORISTA - Temporário, para tomar posse do cargo no prazo de 30 (trinta) dias, sendo necessário apresentar neste prazo os documentos necessários para a contratação, conforme legislação vigente e vinculada ao Processo Seletivo n° 01/2021.

São Bernardino/SC, em 03 de janeiro de 2022.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO N° 05/2022**

Publicação N° 3519691

**CONVOCAÇÃO**

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito do município de São Bernardino, no uso de suas atribuições, CONVOCA o Sr. EDIVAN MARTINS DA SILVA, classificado em 4º (quarto) lugar no Processo Seletivo n° 01/2021, para o cargo de MOTORISTA - Temporário, para tomar posse do cargo no prazo de 30 (trinta) dias, sendo necessário apresentar neste prazo os documentos necessários para a contratação, conforme legislação vigente e vinculada ao Processo Seletivo n° 01/2021.

São Bernardino/SC, em 03 de janeiro de 2022.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 088/2022**

Publicação N° 3519681

PORTARIA N° 088/2022 DE 03/01/2022

	HOMOLOGA DESISTENCIA DE VAGA DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 01/2021, DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Lei Orgânica Municipal, Lei 04/1997;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Homologar a desistência de vaga do Sr. OSMAR DE FREITAS DE JESUS, referente a nomeação para o cargo de Motorista – Temporário pelo Decreto 008/2022 de 03/01/2021, conforme declaração de desistência de vaga em anexo.



Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina, em 03 de janeiro de 2022.	

DALVIR LUIZ LUDWIG  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL  
Sec. Adm. e Fazenda

## PORTARIA 089/2022

Publicação Nº 3519682

PORTARIA Nº 089/2021 DE 04/01/2022

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal, Sr. ADENILSON GARCIA, ocupante do cargo de Operador II, matrícula nº 256/02 - 40hs semanais, no período de 17/01/2022 a 31/01/2022 (15 dias), referente ao período aquisitivo de 18/12/2020 a 17/12/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/01/2022.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino/SC, em 04 de Janeiro de 2022.
--	---

DALVIR LUIZ LUDWIG  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL  
Sec. Municipal da Administração e Fazenda

## PORTARIA 090/2022

Publicação Nº 3519683

PORTARIA Nº 090/2022 DE 04/01/2022

	DETERMINA A TRANSFERÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	---



DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica determinada a transferência do Servidor Público Municipal Sr. LACIR DOMINGOS PIAIA, matrícula nº 1215/01, ocupante do cargo de Motorista, do atual local de trabalho (Secretaria Municipal de Educação), para o cumprimento de sua jornada de trabalho junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, com as responsabilidades e atribuições inerentes ao cargo e local de trabalho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/01/2022.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino/SC,  
em 04 de Janeiro de 2022.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL  
Sec. Adm. e Fazenda

**PORTARIA 091/2022**

Publicação Nº 3519685

PORTARIA Nº 091/2021 DE 04/01/2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 122, 123 e 124 da Lei Municipal nº 004/97 de 06/01/1997.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Sem Remuneração para tratamento de interesses particulares ao Servidor Público Municipal, Sr. ADEMIR GOES DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 428/02 - 40hs semanais, pelo período de 14/01/2022 a 13/01/2023 (01 ano).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/01/2022.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino/SC,  
em 04 de Janeiro de 2022.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL  
Sec. Municipal da Administração e Fazenda

**PORTARIA 517/2021**

Publicação N° 3520176

PORTARIA N° 517/2021 DE 29/12/2021

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal, de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 115 da Lei Municipal nº 004/97;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde em pessoa da família, à Servidora Pública Municipal Sra. ROSILENI MARIA KUHN, matrícula 474/01, ocupante do cargo de Agente Auxiliar de Creche- Efetiva, 40 horas semanais, no período de 13/12/2021 à 21/12/2021, conforme atestado médico do Dr. Ricardo M. A. Filipak (CRM-SC 8148), em anexo e Parecer Jurídico nº 066/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13/12/2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, em 29 de Dezembro de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL  
Sec. Adm. e Fazenda

# São Bonifácio

## PREFEITURA

### LEI 1540.2021 - HOMOLOGA O PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA

Publicação Nº 3520167

**Lei nº 1540/2021.**

Homologa o Plano Municipal de Contingência  
e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO,

Faço saber a todos os habitantes deste município,  
que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica HOMOLOGADO na íntegra o PLANO MUNICIPAL DE  
CONTINGÊNCIA para Enchentes/Enxurradas do município de São Bonifácio/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.  
São Bonifácio, 16 de dezembro de 2021.

Laurino Peters  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na  
data supra.

Luis Rohling  
Chefe de Gabinete

## **PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA**

---

Enchentes / Enxurradas

SÃO BONIFÁCIO-SC

## **1 INTRODUÇÃO**

### **1.1 DOCUMENTO DE APROVAÇÃO**

O Plano de Contingência para enchentes e enxurradas do município de São Bonifácio-SC, estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes desastres naturais.

O presente plano foi elaborado e aprovado pelos órgãos e instituições integrantes do sistema municipal de proteção e defesa civil de São Bonifácio, identificados na página de assinaturas, os quais assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência que lhes é conferida, bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias com vistas ao desempenho previsto nas atividades e responsabilidades contidas neste Plano.

[illegible]

[illegible]



**1.4 REGISTRO DE CÓPIAS DISTRIBUÍDAS**

Número	Órgão	Data	Assinatura
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			
11.			
12.			
13.			
14.			
15.			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			

## 1.5 SUMÁRIO

### Sumário

2 FINALIDADE .....	9
3 SITUAÇÃO E PRESSUPOSTOS .....	9
3.1 SITUAÇÃO .....	9
3.2 CENÁRIOS DE RISCO .....	10
3.3 PRESSUPOSTO DO PLANEJAMENTO .....	11
SISTEMA DE GERENCIAMENTO DOS DESASTRES OPERAÇÃO E CONTROLE .....	12
4 OPERAÇÕES .....	12
4.1 OPERAÇÃO: O CONCEITO APLICADO EM SITUAÇÕES ADVERSAS .....	12
4.2 CRITÉRIOS E AUTORIDADE .....	13
4.2.1 ATIVAÇÃO .....	14
4.2.1.1 CRITÉRIOS .....	14
4.2.1.2 AUTORIDADE .....	14
4.2.1.3 PROCEDIMENTO .....	14
4.2.2 DESMOBILIZAÇÃO .....	14
4.2.2.1 CRITÉRIOS .....	14
4.2.2.2 AUTORIDADE .....	15
4.2.2.3 PROCEDIMENTO .....	15
4.3 ETAPAS .....	15
4.3.1 PRÉ-IMPACTO .....	15
4.3.1.1 MONITORAMENTO .....	15
4.3.1.2 ALERTA .....	15
4.3.1.3 ACIONAMENTO DOS RECURSOS .....	16
4.3.1.4 MOBILIZAÇÃO E DESLOCAMENTO DOS RECURSOS .....	16
4.3.2 AÇÕES INICIAIS PÓS-DESASTRE .....	16
4.3.2.1 INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE COMANDO .....	16
4.3.2.2 IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS .....	16
4.3.2.3 DIMENSIONAMENTO DO EVENTO E DA NECESSIDADE DE RECURSOS .....	16
4.3.2.4 CONSOLIDAÇÃO DO PRIMEIRO RELATÓRIO .....	17
4.3.2.5 ORGANIZAÇÃO DA ÁREA AFETADA .....	17
4.3.3 RESPOSTA AO DESASTRE .....	17
4.3.3.1 AÇÕES DE SOCORRO .....	17

4.3.3.2 ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS .....	18
4.3.3 REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS.....	18
4.3.4 DESMOBILIZAÇÃO.....	18
4.4 ATRIBUIÇÕES.....	18
4.4.1 ATRIBUIÇÕES GERAIS.....	19
4.4.2 ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS.....	19
4.4.2.1 ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL.....	19
4.4.2.2 ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC.....	20
4.4.2.3 ATRIBUIÇÕES EQUIPE DE COORDENAÇÃO DOS ABRIGOS.....	22
4.4.2.3.1 COORDENADOR .....	22
4.4.2.3.2 VICE-COORDENADOR .....	23
4.4.2.3.3 SETOR DE ALIMENTAÇÃO .....	23
4.4.2.3.4 SETOR DE CADASTRO .....	24
4.4.2.3.5 SETOR DE ALOJAMENTO .....	24
4.4.2.3.6 SETOR DE HIGIENE E LIMPEZA .....	25
4.4.2.3.7 SETOR DE GUARDA DE PERTENCES.....	25
4.4.2.3.8 SETOR DE TRANSPORTES.....	26
4.4.2.3.9 ORIENTAÇÕES AOS DESABRIGADOS .....	27
4.4.3 SECRETARIA DE OBRAS .....	28
4.4.4 SECRETARIA DE SAÚDE .....	28
4.4.5 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL .....	29
4.4.6 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....	29
4.4.7 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO .....	29
5 COORDENAÇÃO, COMANDO E CONTROLE.....	30
5.1 MODELO .....	30
5.1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE RESPOSTA.....	30
5.1.2 COMANDO .....	31
5.1.3 ASSESSORIA DO COMANDO .....	32
5.1.4 SEÇÕES PRINCIPAIS .....	32
5.1.5 SEÇÃO DE PLANEJAMENTO.....	32
5.1.6 SEÇÃO DE OPERAÇÕES .....	32
5.1.7 SEÇÃO DE LOGÍSTICA.....	33
5.1.8 SEÇÃO DE FINANÇAS .....	33
5.2 PROTOCOLO DE COORDENAÇÃO .....	33

ANEXO I - CHEIAS CONFORME CURVAS DO RIO.....Erro! Indicador não definido.

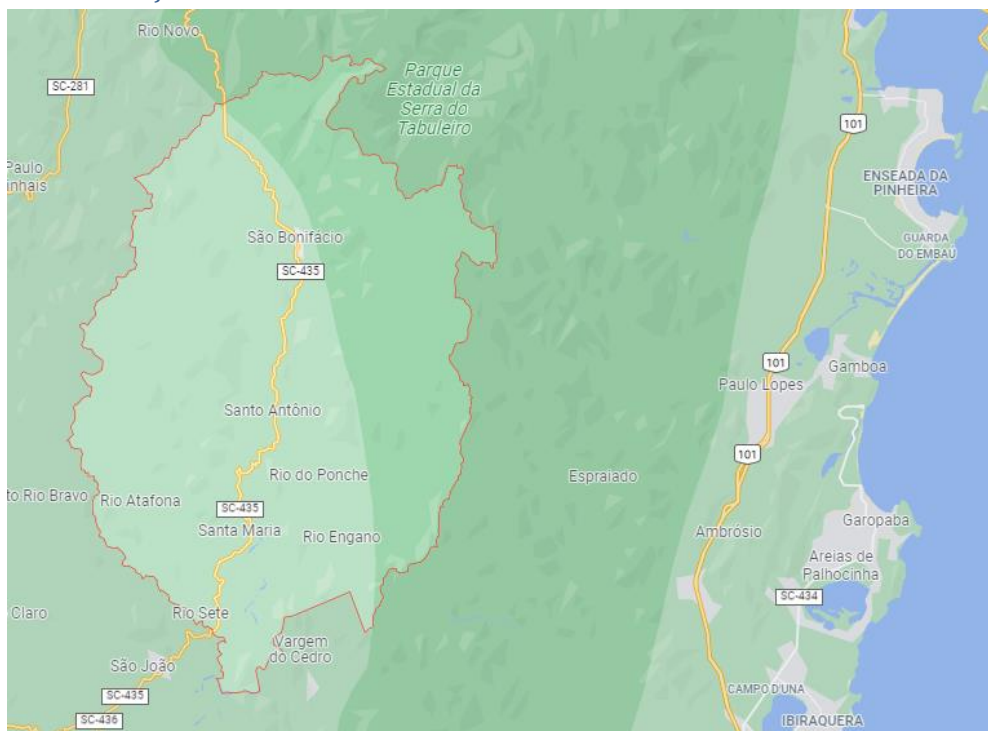
## 2 FINALIDADE

O Plano Municipal de Contingência — PLAMCON para enchentes e enxurradas do município de São Bonifácio-SC estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes desastres naturais, recomendando e padronizando a partir da adesão dos órgãos signatários os aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta, incluindo as ações de socorro, ajuda humanitária e reabilitação de cenários. Neste sentido o trabalho a seguir é resultado do planejamento de um plano de contingência a fim de minimizar os impactos decorrentes da situação de vulnerabilidade à desastre.

## 3 SITUAÇÃO E PRESSUPOSTOS

O Plano Municipal de Contingência — PLAMCON - para enchentes e enxurradas do município de São Bonifácio, foi desenvolvido a partir da análise das avaliações e mapeamentos de risco efetuados e dos cenários de risco identificados como prováveis e relevantes caracterizados como hipóteses de desastres. Levou ainda em consideração alguns pressupostos para o planejamento, que são premissas adotadas para o plano e consideradas importantes para sua compreensão e utilização.

### 3.1 SITUAÇÃO



**DADOS DO MUNICÍPIOS**

Microrregião: Microrregião da Grande Florianópolis

Secretaria regional: Florianópolis

Área: 461,301 km²

Data de criação distrito: 23/09/1918

Data de instalação município: 29/12/1962

Data comemoração: 29/12

Município de origem: Palhoça

Altitude: 410 m acima do nível do mar.

Latitude: 27° 54' 03" S

Longitude: 48° 55' 44" O

População: População: 2814 habitantes (fonte: IBGE/2019)

PIB: R\$ 71.441.300,00 (fonte: IBGE/2018)

IDH: 0,731 (fonte: PNUD 12000)

Clima: subtropical úmido, com temperatura média de 17,3°C

Cidades limítrofes: Águas Mornas, Anitápolis, Paulo Lopes, Santa Rosa de Lima, Santo Amaro da Imperatriz e São Martinho

O município de São Bonifácio, conhecido como capital catarinense das cachoeiras está localizada a cerca de 80 km da capital Florianópolis, em uma região privilegiada, composta por muitos rios e morros.

São Bonifácio, Município de origem alemã, sendo a maioria proveniente da região da Westphália - Alemanha, por volta de 1863. Inicialmente instalaram-se na Colônia de Teresópolis e posteriormente no Vale do Rio Capivari, hoje São Bonifácio. Em 23 de setembro de 1918 tornou-se Distrito de Palhoça, através da Lei Municipal nº 271 e em 23 de agosto de 1962, através da Lei nº 840 foi elevado à categoria de Município, sendo que sua instalação ocorreu em 29 de dezembro de 1962

A economia baseia-se na agricultura, pecuária de leite e corte, apicultura, avicultura, beneficiamento de madeira, indústrias de laticínios e turismo, com forte vocação voltada ao turismo ecológico.

### 3.2 CENÁRIOS DE RISCO

Levando-se em consideração os aspectos geográficos do município de São Bonifácio, além dos aspectos inerentes à sua colonização, percebeu-se ao longo dos anos que o principal cenário de risco à população está no bairro do Centro junto ao Rio Capivari.



A Rio Capivari, ao atingir o nível de 3,0m representa o início do estágio de atenção.

### 3.3 PRESSUPOSTO DO PLANEJAMENTO

Para a utilização deste plano, admite-se que as seguintes condições e limitações estarão presentes.

Vejamos:

- A capacidade de resposta dos órgãos de emergência sofre alterações significativas nos períodos noturnos, de feriados e de final de semana, sendo que todos os órgãos dependerão de um plano de chamada para sua mobilização nos períodos fora do horário comercial.
- O tempo de mobilização de todos os órgãos envolvidos neste plano é variável, uma vez que o município é bastante extenso e possui em grande maioria estradas não pavimentadas.
- A mobilização dos órgãos estaduais de emergência também é variável pois o Corpo de Bombeiros mais próximo se localiza no município de Santo Amaro da Imperatriz, a 52 km do centro de São Bonifácio
- O monitoramento deverá ser capaz de estabelecer as condições para um alerta indicando a possibilidade de ocorrências com 12 horas para enxurradas e enchentes.
- Os sistemas de telefonia celular e rádio comunicação não serão afetados pelos eventos descritos nos cenários acidentais.



- O acesso aos bairros será limitado ou interrompido devido à vulnerabilidade das pontes conforme volume de água, monitorado pelo CIRAM / Epagri.
- A disponibilidade inicial de recursos financeiros será definida pela Secretaria de Administração e Finanças conforme a necessidade e disponibilidade a partir da decretação da Situação de Emergência.

## SISTEMA DE GERENCIAMENTO DOS DESASTRES OPERAÇÃO E CONTROLE

### 4 OPERAÇÕES

#### 4.1 OPERAÇÃO: O CONCEITO APLICADO EM SITUAÇÕES ADVERSAS

- A resposta a ocorrências de enchentes e enxurradas no município de São Bonifácio será desenvolvida nas diferentes fases do desastre: No pré-desastre, no desastre propriamente dito e na desmobilização.
- Na fase do pré-desastre, o monitoramento será feito por meio do acompanhamento de boletins meteorológicos, níveis de rio, precipitação em estações específicas pela Epagri/CIRAM.
- Sempre que uma situação caracterizada como alerta for identificada, esta notificação será repassada à Prefeitura Municipal e COMDEC, por meio do telefone e ou e-mail.
- O alerta poderá ser determinado pelo Prefeito Municipal e ou Presidente da COMDEC, e quando necessário será realizado e atualizado por meio de telefone, SMS e e-mail para outros órgãos de resposta e de ligações de telefone, SMS, radio comunitária, sistema de som da torre da igreja, carro de som, e-mail e redes sociais para as comunidades afetadas.
- O alarme poderá ser determinado pelo Prefeito Municipal e ou Presidente da COMDEC, e quando necessário será realizado e atualizado por meio de telefone, SMS e e-mail para outros Órgãos de resposta e de ligações de telefone, SMS, radio comunitária, sistema de som da torre da igreja, carro de som, e-mail e redes sociais para as comunidades afetadas.
- O plano poderá ser ativado pelo Prefeito Municipal e ou Presidente da COMDEC, e quando necessário será atualizado e transmitido por meio de telefone, SMS e e-mail para outros órgãos de resposta e de ligações de telefone, SMS, radio comunitária, sistema de som da torre da igreja, carro de som, e-mail e redes sociais para as comunidades afetadas.
- A coordenação da resposta na fase do pré-desastre será realizada pelo Prefeito Municipal e ou Presidente da COMDEC.

- Na fase do desastre, os primeiros recursos serão mobilizados logo após o impacto pela COMDEC.
- A mobilização adicional de recursos durante as fases seguintes será feita por meio do Prefeito Municipal em contato com a Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria de Estado da Defesa Civil e Ministério da Integração Nacional/Secretaria Nacional de Defesa Civil.
- A solicitação de recursos de outros municípios e do nível estadual ou federal será feita por meio do Prefeito Municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional
- A estrutura de operações de resposta será organizada de acordo com a matriz das funções de suporte a desastres, estabelecendo ações para:
  - ✓ Socorro: salvamento, atendimento pré-hospitalar, evacuação.
  - ✓ Assistência às vítimas: abrigo, doações, assistência médica, atendimento ambulatorial e hospitalar, etc.
  - ✓ Reabilitação de cenários: desobstrução das vias, restabelecimento da energia elétrica, fornecimento de água potável, etc.
- O suporte às operações de resposta será realizado primeiramente pelos próprios Órgãos envolvidos, passando a ser realizado de forma integrada nas questões relativas à socorro, assistência às vítimas e reabilitação de cenários, utilizando recursos físicos e mecânicos das secretarias municipais, corpo de bombeiros, polícia militar, polícia civil e SAMU.
- Os procedimentos administrativos e legais decorrentes da situação de anormalidade serão de responsabilidade do Prefeito, que contará com o apoio do Presidente da COMDEC
- A coordenação da resposta na fase do desastre será realizada pela COMDEC.
- A desmobilização será feita de forma organizada e planejada, priorizando os recursos externos e mais impactados nas primeiras operações.
- A desmobilização deverá ordenar a transição da reabilitação de cenários para a reconstrução sem que haja solução de continuidade no acesso da população aos serviços essenciais básicos.
- A coordenação da resposta na fase de desmobilização será realizada pela COMDEC.

#### 4.2 CRITÉRIOS E AUTORIDADE

#### 4.2.1 ATIVAÇÃO

##### 4.2.1.1 CRITÉRIOS

O Plano Municipal de Contingência será ativado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:

- Quando o nível do Rio Capivari, junto às coordenadas 704095.00 m E, 6912189.00 m S se elevar até 3,0 metros.
- Quando a ocorrência de enxurradas e enchentes for identificada por meio da Epagri/CIRAM e COMDEC.

##### 4.2.1.2 AUTORIDADE

O Plano Municipal de Contingência poderá ser ativado pelas seguintes autoridades:

Prefeito Municipal e/ou Presidente da COMDEC.

##### 4.2.1.3 PROCEDIMENTO

Após a decisão formal de ativar o Plano Municipal de Contingência as seguintes medidas serão desencadeadas:

- O Prefeito Municipal e/ou Presidente da COMDEC ativará o plano de chamada, o posto de comando e a compilação das informações.
- Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível da ativação (atenção, alerta, alarme, resposta).

#### 4.2.2 DESMOBILIZAÇÃO

##### 4.2.2.1 CRITÉRIOS

O Plano Municipal de Contingência será desmobilizado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que descaracteriza um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela não confirmação da ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:

- Quando o nível do Rio Capivari, junto às coordenadas 704095.00 m E, 6912189.00 m S estiver inferior à cota de 3,0 metros
- Quando a ocorrência de enxurradas e enchentes não forem confirmadas por meio da Epagri/CIRAM e COMDEC.

#### 4.2.2.2 AUTORIDADE

O Plano Municipal de Contingência poderá ser desmobilizado pelas seguintes autoridades:

Prefeito Municipal e/ou Presidente da COMDEC.

#### 4.2.2.3 PROCEDIMENTO

Após a decisão formal de desmobilizar o Plano de Contingência as seguintes medidas serão desencadeadas:

- Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível da desmobilização (total ou retorno a uma situação anterior).
- O Prefeito Municipal e/ou Presidente da COMDEC desmobilizará o plano de chamada, o posto de comando e a compilação das informações.

### 4.3 ETAPAS

#### 4.3.1 PRÉ-IMPACTO

##### 4.3.1.1 MONITORAMENTO

Em caso de intensas precipitações o Presidente da COMDEC fará o monitoramento do nível dos rios através de visitas in loco das margens dos mesmos baseando-se também nas informações repassadas pelo corpo de bombeiros.

##### 4.3.1.2 ALERTA

O aviso dos riscos será repassado pela COMDEC, através de telefones, mensagens e internet, e quando possível avisado in loco, através da Prefeitura Municipal, Polícia, Bombeiros e Secretaria de Obras.

#### 4.3.1.3 ACIONAMENTO DOS RECURSOS

Será devidamente acionado pelo Presidente da COMDEC/Prefeito Municipal, o qual determinará/solicitará que os órgãos a serem envolvidos acionem os seus recursos de material e pessoal conforme a proporção do evento e ainda dentro de seus protocolos de funcionamento.

#### 4.3.1.4 MOBILIZAÇÃO E DESLOCAMENTO DOS RECURSOS

A mobilização e Deslocamento dos recursos se darão tão somente quando houver uma solicitação expressa ao coordenador da COMDEC que determinará ao responsável pelo recurso que o disponibilize e o desloque até o local do evento.

### 4.3.2 AÇÕES INICIAIS PÓS-DESASTRE

#### 4.3.2.1 INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE COMANDO

O comando será feito pelo Prefeito Municipal na sede da Prefeitura, em contato direto com a Coordenação regional e municipal de defesa civil, corpo de bombeiros, polícia militar e civil, dispondo de todos os recursos necessários; telefone fixo e móvel, computadores com internet, veículos para deslocamento, além de recursos humanos das diversas secretarias municipais que serão acionados conforme a necessidade.

#### 4.3.2.2 IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

Os riscos identificados em nosso município são principalmente de enxurradas e enchentes, as áreas estão devidamente identificadas em mapeamento.

A Defesa Civil, com seus engenheiros, bombeiros e setor de obras, quando possível irá in loco com a finalidade avaliar os danos, mapear a área de risco e áreas não habitáveis.

#### 4.3.2.3 DIMENSIONAMENTO DO EVENTO E DA NECESSIDADE DE RECURSOS

Todo e qualquer recurso que se faça necessário para o atendimento da demanda, só poderá ser efetivado com ordem/conhecimento do Prefeito Municipal/Presidente da COMDEC e o conhecimento do responsável pelo recurso a ser disponibilizado.

#### 4.3.2.4 CONSOLIDAÇÃO DO PRIMEIRO RELATÓRIO

Todas as Informações que chegarem até a sala de situação, após ser devidamente planilhadas, serão disponibilizadas aos órgãos de imprensa em geral através da assessoria de comunicação que será exercida pela Secretária de Comunicação, com o aval do Prefeito Municipal.

#### 4.3.2.5 ORGANIZAÇÃO DA ÁREA AFETADA

Caberá ao Presidente da COMDEC a organização da cena, para:

- Posto de Comando; Sede COMDEC;
- Área de espera; Prefeitura;
- Áreas de evacuação; As descritas no Mapeamento;
- Rotas de fuga; saídas sentido norte e sul;
- Pontos de encontro; Garagem Municipal;
- Abrigos; Ginásio de Esportes e escola Estadual, Creche e Escola Municipal.

#### 4.3.3 RESPOSTA AO DESASTRE

##### 4.3.3.1 AÇÕES DE SOCORRO

- Salvamento:
  - Corpo de Bombeiros: Viatura, Botes.
  - Polícia Militar: Helicóptero.
  - Trilheiros: Motocicletas.
- Atendimento pré-hospitalar:
  - SAMU: Ambulância.
  - Corpo de Bombeiros: Viatura.
  - Secretaria de Saúde: Ambulância e Equipes de ACS.
- Evacuação;
  - Secretaria de Obras e Transportes: Caminhões, máquinas pesadas.
  - Corpo de Bombeiros: Viatura, botes.
  - Polícia Militar: Viatura, helicóptero.

#### 4.3.3.2 ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS

- Cadastro; Secretaria de Assistência Social e Habitação e CRAS;
- Abrigo: CRAS, Ginásio de Esportes e Escola Estadual, Escola e Creche Municipal.
- Recebimento organização e distribuição de doações: Secretaria de Assistência Social e Habitação, Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;
- Atendimento médico/hospitalar: Hospital São Bonifácio
- Manejo de mortos; Polícia Civil, Bombeiros
- Atendimento aos grupos com necessidades especiais (crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiência física): Conselho Municipal do Idoso, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

#### 4.3.3 REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS

- Avaliação de danos: COMDEC, Secretaria de Obras e Transportes, Secretaria de Agricultura, EPAGRI e CIDASC;
- Decretação de S.E ou E.C.P e elaboração dos documentos: Presidente da COMDEC e Secretaria de Administração e Finanças;
- Recuperação da infraestrutura: Secretaria de Obras e Transportes e Secretaria de Agricultura;
- Restabelecimento dos serviços essenciais: Secretaria de Obras e Transportes, CASAN, Cooperzem, Secretaria Municipal de Saúde;
- Segurança pública: Polícia Militar, Civil e exército quando necessário;
- Atendimento ao cidadão e à imprensa (informações sobre os danos, desaparecidos, etc.): Presidente da COMDEC e Assessoria de Imprensa Municipal.

#### 4.3.4 DESMOBILIZAÇÃO

O Presidente da COMDEC através das diversas secretarias municipais coordenará e executará a desmobilização de todas as ações de resposta ao desastre.

#### 4.4 ATRIBUIÇÕES



#### 4.4.1 ATRIBUIÇÕES GERAIS

São responsabilidades gerais dos envolvidos no Plano Municipal de Contingência:

- Manter um plano de chamada atualizado do pessoal de sua organização ou departamento com responsabilidade pela implementação do plano;
- Desenvolver e manter atualizados os procedimentos operacionais padronizados necessários para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano;
- Preparar e programar os convênios e termos de cooperação necessários para a participação de sua agência na implementação do plano;
- Identificar e suprir as necessidades de comunicação para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano;
- Identificar fontes de equipamento e recursos adicionais para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano;
- Prover meios para a garantia da continuidade das operações de sua organização ou departamento, incluindo o revezamento dos responsáveis por posições chave;
- Identificar e prover medidas de segurança para as pessoas designadas para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano.

#### 4.4.2 ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

##### 4.4.2.1 ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL

**Fases de prevenção e preparação.**

- Acompanhar o planejamento intervindo quando necessário.

**Fase de Resposta.**

**a. Subfase Atenção:**

- Receber informações sobre a situação e sua possível evolução.

**b. Subfase Prontidão:**

- Estabelecer o gabinete de crise;
- Convocar integrantes dos órgãos que farão parte do gabinete de crise;
- Declarar conforme a intensidade do evento situação de emergência - SE ou estado de calamidade pública-ECP;

- Abrir crédito extraordinário, nestas situações, ordenando as despesas das atividades de defesa civil;
- Solicitar o apoio em meios de transportes suprimento e recursos financeiros aos governos estaduais e federais;
- Requisitar por decreto, os bens próprios particulares úteis ao apoio às missões de socorro, quando necessário.

#### **Fase de Reconstrução**

- Coordenar os Projetos de reconstrução a serem desenvolvidos pelos diversos órgãos da administração, de acordo com suas competências;
- Nomear uma comissão especial composta por representantes das secretarias municipais assessoria jurídica e COMDEC, visando o levantamento dos danos causados às instalações onde funcionarão os abrigos e nos equipamentos requisitados;
- Estabelecer uma comissão responsável pela reconstrução determinando um coordenador geral o nomeando através de uma portaria.

#### **4.4.2.2 ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC**

##### **Fases de Prevenção e Preparação**

- Manter o plano atualizado e difundi-lo à continuidade;
- Realizar exercícios de mobilização e treinamento;
- Inspeccionar os abrigos existentes;
- Manter contato com o Centro de Operações do Sistema de Alerta;
- Formar as equipes de coordenação dos abrigos, dando-lhes o devido treinamento;
- Cadastrar entidades e voluntários;
- Executar a manutenção preventiva dos equipamentos da Defesa Civil;
- Realizar campanhas educativas junto à população vulnerável sobre como proceder antes, durante e depois do evento adverso;
- Desenvolver programas específicos na área de fiscalização, reduzindo as construções em regiões impróprias.

##### **Fase de Resposta**

###### **a. Subfase Atenção**

- Informar ao prefeito da situação e sua possível evolução;
- Manter plantão permanente;
- Preparar as instalações para fazer frente à situação de emergência;
- Contatar o Centro de Operações do Sistema de Alerta, sobre previsão do tempo e nível do rio;

**b. Subfase Alerta**

- Informar ao prefeito da situação e sua possível evolução;
- Convocar telefonistas;
- Elaborar Boletins Oficiais (BO) e enviá-los à Secretaria de Comunicação Social;
- Contatar os coordenadores dos abrigos, informando-os da situação e alertando-os para uma possível mobilização;

**c. Subfase Prontidão**

- Manter o prefeito informado da situação;
- Montar o Sistema de Comando em Operações — SCO;
- Manter contato permanente sobre níveis, previsões e condições meteorológicas;
- Elaborar Boletins Oficiais (BO) e enviá-los à Secretaria de Comunicação Social;
- Preencher a Notificação Preliminar de Desastres — NOPRED e enviar à Secretaria Estadual de Defesa Civil;
- Cobrar da Secretaria de Assistência Social o levantamento em cada abrigo, ao final de cada jornada, sobre o número de desabrigados, alimentação disponível, medicamentos necessários e demais necessidades;
- Elaborar a FIDE (Formulário de Informação de Desastres), alimentando o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID;

**Fase de Reconstrução**

- Permanecer em prontidão, desmobilizando-se paulatinamente, à medida do retorno à normalidade;
- Apoiar a desmobilização dos abrigos, orientando suas equipes de coordenação;
- Montar processos de auxílio, enviando-os ao órgão competente;
- Organizar com a Secretaria de Obras e Educação a estrutura especial de transporte para o retorno dos desabrigados aos seus lares;
- Apoiar a Secretaria de Assistência Social na organização e na execução da distribuição dos Donativos a população afetada;

- Recolher dos abrigos todo o material pertencente a COMDEC. Antes de guardá-lo efetuar sua manutenção;
- Cobrar dos Órgãos competentes dados dos desabrigados e dos bens atingidos;
- Providenciar com o Prefeito o envio de ofício de agradecimento aos principais colaboradores e voluntários.

#### 4.4.2.3 ATRIBUIÇÕES EQUIPE DE COORDENAÇÃO DOS ABRIGOS

##### 4.4.2.3.1 COORDENADOR

###### **a. Fases de Prevenção e Preparação**

- Cooperar com a COMDEC, visando à escolha e o treinamento dos responsáveis e colaboradores dos diversos setores do abrigo e o estabelecimento de normas e diretrizes quanto à (aos):
  - Organização, disciplina e segurança das instalações e dos trabalhos; e
  - Procedimentos nas diversas situações de calamidade.
- Participar dos treinamentos.

###### **b. Fase de Resposta**

- Ativar o abrigo, mediante ordem do GRAC (Grupo de Ações Coordenadas)
- Convocar os responsáveis pelo diversos setores e voluntários;
- Contatar se for o caso, o responsável pelas instalações do abrigo, visando à sua utilização;
- Segurança das instalações e dos trabalhos, contando com integrantes do Exército, Polícia Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros;
- Comunicações, estabelecendo os postos de radioamadores (RA);
- Dirimir quaisquer dúvidas, consultando o COMDEC;
- Solicitar a autorização do COMDEC para fazer requisição de material, se necessário;
- Número de desabrigados que foram atendidos e os que ainda permanecem ocupando o abrigo;
- Quantidade e espécie de gêneros armazenados;
- Salvamentos realizados;
- Ocorrências no Setor de Saúde.

- Relacionar os desabrigados da área de abrangência do seu abrigo.

#### **c. Fase de Reconstrução**

- Cooperar, no sentido de recuperar bens, pertences e de fazer retomar aos seus lares os desabrigados;
- Desmobilizar, segundo determinação do GRAC, de maneira gradual, as atividades do seu abrigo;
- Elaborar o relatório final.

### **4.4.2.3.2 VICE-COORDENADOR**

#### **a. Fases de Prevenção e Preparação**

- Participar dos treinamentos, assessorando o coordenador do abrigo, conhecendo sua missão e os demais integrantes da equipe de coordenação.

#### **b. Fase de Resposta**

- Substituir o coordenador do abrigo nos seus afastamentos eventuais;
- Ser o responsável pela coleta de dados para compor o relatório final das atividades desenvolvidas.

#### **c. Fase de Reconstrução**

- Substituir o coordenador do abrigo nos seus afastamentos eventuais.

### **4.4.2.3.3 SETOR DE ALIMENTAÇÃO**

#### **a. Fases de Prevenção e Preparação**

- Participar dos treinamentos a fim de conhecer sua missão, seu abrigo e demais integrantes da equipe de coordenação.

#### **b. Fase de Resposta**

- Receber os locais e instalações destinadas à cozinha e ao depósito de gêneros;
- Verificar os meios disponíveis para a instalação da cozinha (manter o relatório do abrigo atualizado);
- Solicitar pessoal para compor a sua equipe de cozinheiros, auxiliares de cozinha e faxineiros;
- Relacionar tipo e quantidade dos gêneros alimentícios, mantendo o seu controle;
- Responsabilizar-se pelo preparo e distribuição da alimentação aos desabrigados e aos membros que participam.

#### **c. Fase de Reconstrução**

- Cooperar, com o coordenador do abrigo, na desmobilização das atividades do seu abrigo;
- Recolher toda sobra de gêneros e informar ao COMDEC;
- Responsabilizar-se pela entrega das instalações do abrigo, sob sua responsabilidade, limpas e arrumadas.

#### 4.4.2.3.4 SETOR DE CADASTRO

##### **a. Fases de Prevenção e Preparação**

- Participar dos treinamentos, a fim de conhecer sua missão, seu abrigo e demais integrantes equipe de coordenação.

##### **b. Fase de Resposta**

- Receber as instalações destinadas ao seu serviço;
- Solicitar elementos para compor a sua equipe de trabalho;
- Adotar quanto aos desabrigados, as seguintes medidas:
  - Cadastrá-los;
  - Orientá-los a localizar os demais setores do abrigo;
  - Divulgar as normas de utilização do abrigo.
- Fornecer, ao Setor de Alojamento e ao Setor de Alimentação, o número de pessoas a alojar e a alimentar;
- Manter atualizado o controle desse efetivo e repassa à COMDEC, quando solicitado, para elaboração de boletins;
- Informar, ao coordenador do abrigo, os dados sobre as atividades desenvolvidas pelo seu setor, para a elaboração do relatório final.

##### **c. Fase de Reconstrução**

- Cooperar com o coordenador do abrigo na desmobilização das atividades;
- Responsabilizar-se pela entrega das instalações do abrigo, sob sua responsabilidade, limpas e arrumadas.

#### 4.4.2.3.5 SETOR DE ALOJAMENTO

##### **a. Fases de Prevenção e Preparação**

- Participar dos treinamentos, a fim de conhecer sua missão, seu abrigo e demais integrantes da equipe de coordenação.

##### **b. Fase de Resposta**

- Receber as instalações destinadas ao seu serviço;

- Solicitar pessoal para compor a sua equipe de trabalho;
- Verificar, junto ao Setor de Cadastro, a quantidade de desabrigados que irão pernoitar no abrigo;
- Adotar quanto aos alojamentos às seguintes medidas:
  - Separar os desabrigados por famílias;
  - Manter rigorosa limpeza; e
  - Estabelecer, na medida do possível, o espaço de 3m<sup>2</sup> (três metros quadrados) por pessoa.

#### **c. Fase de Reconstrução**

- Cooperar com o coordenador do abrigo na desmobilização das atividades;
- Responsabilizar-se pela devolução do material usado nos alojamentos às suas origens. O que foi esquecido deve ser entregue ao Setor de Guarda de Pertences;
- Responsabilizar-se pela entrega das instalações do abrigo, sob sua responsabilidade, limpas e arrumadas.

### **4.4.2.3.6 SETOR DE HIGIENE E LIMPEZA**

#### **a. Fases de Prevenção e Preparação**

- Participar dos treinamentos, a fim de conhecer sua missão, seu abrigo e demais integrantes da equipe de coordenação.

#### **b. Fase de Resposta**

- Receber o local destinado à guarda de seu material;
- Solicitar pessoal para compor a sua equipe de trabalho;
- Relacionar tipo e quantidade do material que lhe foi destinado;
- Dividir, em setores de limpeza, a área das instalações do abrigo;
- Colaborar no racionamento da água potável. Usar se necessário, nos sanitários, a água da chuva ou da própria inundação;

#### **c. Fase de Reconstrução**

- Cooperar com o coordenador do abrigo na desmobilização das atividades;
- Responsabilizar-se pela entrega das instalações do abrigo, sob sua responsabilidade, limpas e arrumadas.

### **4.4.2.3.7 SETOR DE GUARDA DE PERTENCES**

#### **a. Fases de Prevenção e Preparação**



- Participar dos treinamentos, a fim de conhecer sua missão, seu abrigo e demais integrantes da equipe de coordenação.

#### **b. Fase de Resposta**

- Receber o(s) local(ais) destinado(s) a Guarda de Pertences;
- Solicitar pessoal para compor suas equipes de trabalho (auxiliares e guardas);
- Relacionar todos os pertences que devam ser recolhidos. Nessas relações devem constar o proprietário e tipo do material;
- Recolher os pertences, mantendo-os sob estreito controle e vigilância — só devolvê-los mediante recibo;
- Não permitir que as dependências do depósito sejam utilizadas para outros fins.

#### **c. Fase de Reconstrução**

- Cooperar com o coordenador do abrigo, na desmobilização das atividades;
- Informar à Assistência Social todos os pertences não recolhidos pelos desabrigados;
- Responsabilizar-se pela entrega das instalações do abrigo, sob sua responsabilidade, limpas e arrumadas.

### **4.4.2.3.8 SETOR DE TRANSPORTES**

#### **a. Fases de Prevenção e Preparação**

- Participar dos treinamentos, a fim de conhecer sua missão, seu abrigo e demais integrantes da equipe de coordenação.

#### **b. Fase de Resposta**

- Receber os veículos e barcos destinados ao transporte das mudanças e de pessoas;
- Solicitar pessoal para compor as suas equipes de trabalhos;
- Colaborar com o coordenador do abrigo no levantamento das necessidades de transporte;
- Entrar em contato com o Setor Guarda de Pertences para a verificação dos lugares de recolhimento e guarda do material;
- Coordenar as atividades e os meios de transporte (viaturas e canoas), mantendo um rigoroso controle.

#### **c. Fase de Reconstrução**

- Cooperar com o coordenador do abrigo na desmobilização das atividades.

#### 4.4.2.3.9 ORIENTAÇÕES AOS DESABRIGADOS

Os abrigos de Defesa Civil serão regidos pelas presentes normativas, sendo que os desabrigados obrigam-se a cumpri-las.

##### **a) São deveres dos desabrigados:**

1. Fornecer os dados cadastrais solicitados pela coordenação do abrigo;
2. Alojarse no espaço que lhe for destinado pelo setor de alojamento;
3. Zelar pela ordem, segurança, solidez, asseio, limpeza e conservação do espaço comum e coletivo, bem como reparar os danos e prejuízos que venham a causar às áreas comuns;
4. Economizar água potável, utilizando-a somente para consumo e para banho;
5. Auxiliar nas atividades coletivas essenciais, nos setores de alimentação, limpeza, e outros a serem definidas pela coordenação do abrigo;
6. Respeitar os horários de entrada, saída e de refeições estabelecidos pela coordenação;
7. Limpar seu espaço, e jogar todos os resíduos no lixo, especialmente quando utilizar a cozinha, banheiro, corredores, lavação ou demais áreas;
8. Responsabilizar-se pelos seus dependentes, bem como pelos atos por esses praticados;
9. Colaborar na desmobilização das atividades do abrigo.

##### **b) É proibido ao desabrigado:**

1. Consumir bebida alcoólica ou outras drogas ilícitas nas instalações do abrigo, bem como entrar ou permanecer no abrigo, sob efeito destas substâncias;
2. Fumar cigarro, charutos, ou produtos do gênero em locais fechados;
3. Uso de equipamentos de som ou volume excessivo de ruídos em horários impróprios;
4. Adentrar ou transitar no abrigo sem camisa;
5. Práticas de comércio dentro do abrigo;
6. Adentrar ou transitar com animais no interior do abrigo, reservando-se um espaço adequado para os mesmos;
7. Acender incenso dentro das instalações do abrigo;
8. Utilizar a água potável para limpeza de seus bens;
9. Momentos conjugais que afetem a convivência mútua.

- Os portões dos Abrigos de Defesa Civil permanecerão fechados das 22:00 horas até as 06:00 horas, sendo que o acesso ao mesmo, no referido período, somente ocorrerá com autorização da coordenação do abrigo.

#### 4.4.3 SECRETARIA DE MUNICIAPL DE TRANSPORTRES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

##### a. Fase de prevenção e preparação

- Designar um representante junto ao GRAC que será o elo entre o Grupo de ação e a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;
- Participar das reuniões do GRAC;
- Elaborar planejamento específico, visando à mobilização e a distribuição de seu efetivo pessoal e matéria conforme necessidade e determinação do GRAC.

##### b. Fase de resposta

- Manter-se informado sobre a situação e sua possível evolução;
- Distribuir efetivos equipamentos conforme demanda da situação;
- Dentro de sua competência, manter atualizado os dados da demanda e confeccionar o relatório final de suas atividades.

#### 4.4.4 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

##### a. Fase de prevenção e preparação

- Designar um representante junto ao GRAC que será o elo entre o Grupo de ação e a Secretaria Municipal de Saúde;
- Participar das reuniões do GRAC;
- Elaborar planejamento específico, visando a mobilização e a distribuição de seu efetivo pessoal e matéria conforme necessidade e determinação do GRAC.

##### b. Fase de resposta

- Manter-se informado sobre a situação e sua possível evolução;
- Distribuir efetivos equipamentos conforme demanda da situação;
- Fazer os devidos encaminhamentos, quando necessário, das vítimas que necessitem de atendimento especializado fora do município.
- Dentro de sua competência, manter atualizado os dados da demanda e confeccionar o relatório final de suas atividades.

#### 4.4.5 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

##### **a. Fase de prevenção e preparação**

- Designar um representante junto ao GRAC que será o elo entre o Grupo de ação e a Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Participar das reuniões do GRAC;
- Elaborar planejamento específico, visando a mobilização e a distribuição de seu efetivo pessoal e matéria conforme necessidade e determinação do GRAC.

##### **b. Fase de resposta**

- Manter-se informado sobre a situação e sua possível evolução;
- Distribuir efetivos equipamentos conforme demanda da situação;
- Nomear pessoas para coordenar as ações de cadastro da vítimas, de recebimento de doativos, de entrega de doativos, e planilha dos matérias/donativos inservíveis e a efetiva destinação destes;
- Dentro de sua competência, manter atualizado os dados da demanda e confeccionar o relatório final de suas atividades.

#### 4.4.6 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

##### **a. Fase de prevenção e preparação**

- Designar um representante junto ao GRAC que será o elo entre o Grupo de ação e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- Participar das reuniões do GRAC;
- Elaborar planejamento específico, visando à mobilização e a distribuição de seu efetivo pessoal e matéria conforme necessidade e determinação do GRAC.

##### **b. Fase de resposta**

- Manter-se informado sobre a situação e sua possível evolução;
- Distribuir efetivos equipamentos conforme demanda da situação;
- Nomear pessoas para colaborar nas ações de cadastro das vítimas, de recebimento de doativos, de entrega de doativos e nomear merendeiras para a confecção dos alimentos conforme seus protocolos, planilha dos materiais/donativos inservíveis e a efetiva destinação destes;
- Dentro de sua competência, manter atualizado os dados da demanda e confeccionar o relatório final de suas atividades.

#### 4.4.7 ASSESSORIA DE IMPRENSA

##### **a. Fase de prevenção e preparação**

- Designar um representante junto ao GRAC que será o elo entre o Grupo de ação e a Assessoria de Imprensa;
- Participar das reuniões do GRAC;
- Elaborar planejamento específico, visando a mobilização e a distribuição de seu efetivo pessoal e matéria conforme necessidade e determinação do GRAC.

#### **b. Fase de resposta**

- Manter-se informado sobre a situação e sua possível evolução, assessorar o GRAC na feitura das notas que serão emitidas á imprensa assessorando o Prefeito Municipal nas informações a serem repassadas;
- Nomear pessoas para secretariar o GRAC na sala de situação;
- Dentro de sua competência, manter atualizado os dados da demanda e confeccionar o relatório final de suas atividades.

## **5 COORDENAÇÃO, COMANDO E CONTROLE**

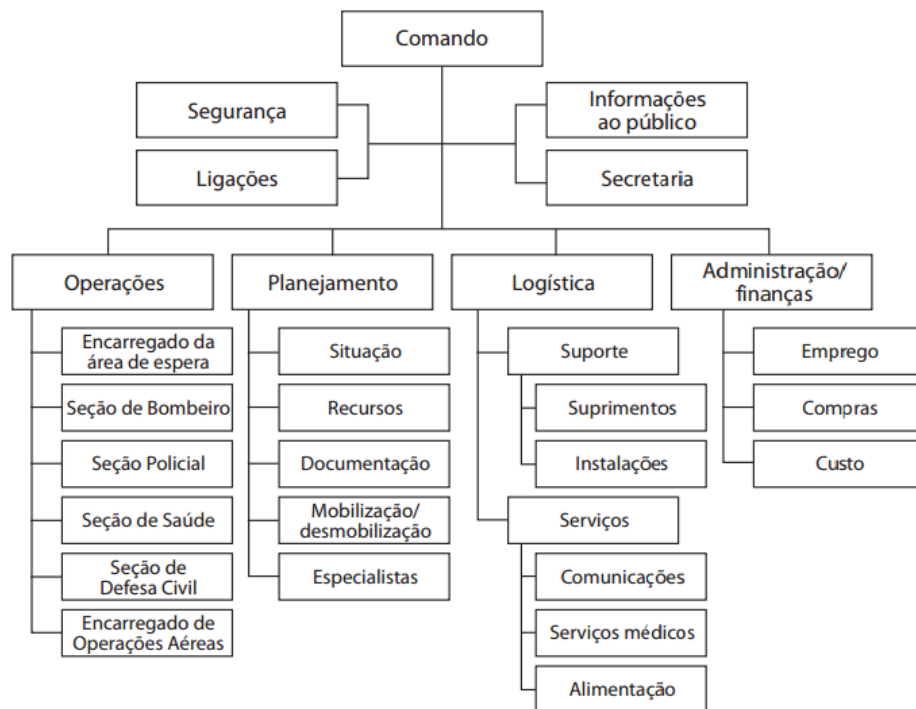
### **5.1 MODELO**

A coordenação das operações previstas no Plano Municipal de Contingência — PLAMCON - utilizara o modelo estabelecido pelo SCO (Sistema de Comando em Operações).

#### **5.1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE RESPOSTA**

Para a adoção do plano será adotada a seguinte estrutura organizacional:

#### **Primeira Resposta:**



### 5.1.2 COMANDO

O Comando será unificado, com representantes dos seguintes órgãos e instituições:

- Prefeito Municipal;
- Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;
- Secretário Municipal de Saúde;
- Secretário Municipal de Assistência Social;
- Chefe de Gabinete; (Comunicação);
- Secretário Municipal de Administração;
- Secretário Municipal de Finanças;
- Membro do Corpo de Bombeiros;
- Membro da Polícia Militar;
- Secretário Municipal de Educação e Cultura.

### 5.1.3 ASSESSORIA DO COMANDO

A assessoria do comando será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador de Ligações: Assessoria de Imprensa
- Coordenador de Segurança: Assessoria de Imprensa
- Coordenador de Informações ao Público: Assessoria de Imprensa
- Coordenador da Secretaria: Assessoria de Imprensa

### 5.1.4 SEÇÕES PRINCIPAIS

As seções principais serão integradas, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador de planejamento: Chefe de Gabinete
- Coordenador de operações: Presidente da COMDEC
- Coordenador de logística: Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
- Coordenador de Finanças: Secretário Municipal de Finanças

### 5.1.5 SEÇÃO DE PLANEJAMENTO

A estrutura de planejamento será integrada, com representantes dos seguintes Órgãos:

- Coordenador da unidade de situação: Presidente da COMDEC;
- Coordenador da unidade de recursos: Presidente da COMDEC;
- Coordenador da unidade de documentação: Assessoria de Imprensa;
- Coordenador da unidade de especialistas: Presidente da COMDEC.

### 5.1.6 SEÇÃO DE OPERAÇÕES

A estrutura da seção de operações será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Encarregado da área de espera: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;
- Coordenador de operações aéreas: Corpo de Bombeiros;
- Coordenador da subseção de socorro: Corpo de Bombeiros;
- Coordenador da subseção de assistência: Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Coordenador da subseção de reabilitação: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços urbanos;



- Coordenador da subseção de decretação: Secretária Municipal de Administração.

#### 5.1.7 SEÇÃO DE LOGÍSTICA

A estrutura da seção de logística será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador da subseção de suporte: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços urbanos;
- Coordenador da unidade de suprimentos: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços urbanos;
- Coordenador da unidade de instalações: Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Coordenador da unidade de apoio operacional: Presidente da COMDEC;
- Coordenador da subseção de serviços: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços urbanos;
- Coordenador da unidade de alimentação: Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Coordenador da unidade de médica: Secretaria Municipal de Saúde;
- Coordenador da unidade de comunicação: Assessoria de Imprensa.

#### 5.1.8 SEÇÃO DE FINANÇAS

A estrutura da seção de finanças será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador da unidade de emprego de recursos: Secretaria Municipal de Finanças;
- Coordenador da unidade de compras e contratações: Setor de Compras;
- Coordenador da unidade de custos: Setor Contabilidade;
- Coordenador da unidade de indenizações: Secretaria Municipal de Administração.

#### 5.2 PROTOCOLO DE COORDENAÇÃO

Ao ser acionado o SCO, imediatamente cabe ao comando:

- Avaliar a situação preliminarmente e implementar as ações voltadas para segurança da operação e obtenção de informações, levando em consideração os procedimentos padronizados e planos existentes;
- Instalar formalmente o SCO (Sistema de Comando em operações) e assumir formalmente a sua coordenação (via rádio, telefone, e-mail ou pessoalmente com as equipes envolvidas).
- Estabelecer um Posto de Coordenação e comunicar aos recursos e superiores envolvidos sobre sua localização.

- Estabelecer uma área de espera e designar um encarregado, comunicando aos recursos a caminho sobre o local.
- Verificar a aplicação do Plano de Contingência, implementando ações e levando em consideração:
  - Cenário identificado.
  - Prioridades a serem preservadas.
  - Metas a serem alcançadas.
  - Recursos a serem utilizados (quem, o quê, onde quando, como e com que recursos).
  - Organograma modular, flexível, porém claro.
  - Canais de comunicação.
  - Período Operacional (Horário de Início e Término).
- Solicitar ou dispensar recursos adicionais conforme a necessidade identificada no Plano.
- Verificar a necessidade de implementar instalações e definir áreas de trabalho.
- Verificar a necessidade de implementar funções do SCO para melhorar o gerenciamento.
- Iniciar o controle da operação no posto de comando, registrando as informações que chegam e saem do comando.
- Considerar a transferência do comando ou instalação do comando unificado, se necessário.
- Realizar uma avaliação da situação, verificando se as ações realizadas e em curso serão suficientes para lidar com a situação e, se necessário, iniciar a fase seguinte, elaborando um novo Plano de Ação antes do fim do período operacional que estabeleceu.

# São Carlos

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2021 - ADM

Publicação Nº 3520706

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Nº do Registro	REGISTRO DE PREÇOS 049/2021 – ADM
Processo ADM. nº:	124/2021 - ADM
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2021 – ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas.:	ROTA CERTA AGENCIA DE VIAGENS LTDA
Objeto ..... :	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, CANCELAMENTO, REMARCAÇÃO, E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS, E CORRELATOS, PARA ATENDIMENTO DE TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS/SC
Valor ..... :	R\$ 0,00 (ZERO REAIS) TAXA DU
Vigência ..... :	31/12/2022
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: ORÇAMENTO ANUAL 2022.
SAO CARLOS/SC, 04 DE JANEIRO DE 2022.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

## CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO - 2022

Publicação Nº 3519487

Pag 1 / 2

**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**  
Prestação de Contas  
Cronograma de Desembolso



Entidade	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
<b>CAMARA DE VEREADORES DE SÃO CARLOS</b>													
<b>01000000 - Recursos Ordinários</b>													
Previsão	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	170.000,00	170.000,00	200.000,00	1.890.000,00
<b>MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS</b>													
<b>01000000 - Recursos Ordinários</b>													
Previsão	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00	1.640.000,00	2.852.000,00	19.792.000,00
<b>01010001 - Recolitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Educação</b>													
Previsão	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	335.000,00	335.000,00	335.000,00	360.100,00	335.000,00	400.000,00	535.000,00	590.000,00	4.425.100,00
<b>01071007 - Contribuição - CIDE</b>													
Previsão	1.000,00	0,00	1.746,71	1.173,04	0,00	0,00	0,00	3.644,54	0,00	4.049,54	2.374,43	261,74	14.250,00
<b>01081008 - Contribuição - COSIP</b>													
Previsão	53.000,00	53.000,00	53.000,00	53.000,00	53.000,00	53.000,00	53.000,00	53.000,00	53.000,00	53.000,00	53.000,00	53.250,00	636.250,00
<b>01091009 - FIA - Importo de Renda</b>													
Previsão	0,00	0,00	59.561,59	0,00	3.673,84	0,00	0,00	2.240,29	10.951,31	64.477,54	0,00	5.195,43	146.100,00
<b>01111011 - Convênio de Trânsito - Civil</b>													
Previsão	4.649,05	1.172,99	3.569,65	1.169,54	3.562,73	855,37	1.882,58	1.621,10	1.108,64	2.467,39	1.307,77	393,19	23.750,00
<b>01121012 - Convênio Trânsito - Prefeitura</b>													
Previsão	1.970,00	1.970,00	1.970,00	1.970,00	1.970,00	1.970,00	1.970,00	1.970,00	1.970,00	1.970,00	0,00	0,00	23.650,00
<b>01181018 - Transferências do FUNDEB - 70%</b>													
Previsão	433.333,26	433.333,34	433.333,34	433.333,34	433.333,34	433.333,34	433.333,34	433.333,34	433.333,34	433.333,34	433.333,34	433.333,34	5.200.000,00
<b>01191019 - Transferências do FUNDEB - 30%</b>													
Previsão	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	300.000,00
<b>01321032 - Transferência de Convênios - União/Educação</b>													
Previsão	1.989,62	0,00	0,00	3.039,79	0,00	0,00	412,42	1.500,00	0,00	0,00	3.546,96	1.511,21	12.000,00
<b>01341034 - Transferência de Convênios - União/Outros</b>													
Previsão	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	125.000,00	195.000,00
<b>01351035 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União</b>													
Previsão	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	13.160,00	134.160,00
<b>01361036 - Salário Educação</b>													
Previsão	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	68.800,00	453.800,00
<b>01371037 - Outras Transferências do FNDE</b>													
Previsão	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	23.100,00	210.100,00
<b>01391039 - Fundo Especial do Petróleo - FEP</b>													
Previsão	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	26.500,00	169.500,00
<b>01431043 - Recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE</b>													
Previsão	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	20.500,00	141.500,00
<b>01441044 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE</b>													
Previsão	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	8.100,00	87.300,00
<b>01451045 - Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE</b>													
Previsão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.356,87	2.593,13	4.950,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Nat - WPR v2013.01

Identificador: WPR1431102-086-ZHPYVHSHQK-K-5 - Emitido por: LEONARDO LUIS MARTINS

04/01/2022 08:18:32 -03:00

**MUNICÍPIO DE SAO CARLOS**  
Prestação de Contas  
Cronograma de Desembolso



Entidade	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
<b>MUNICÍPIO DE SAO CARLOS</b>													
01621062 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
01641064 - Transferências de Convênios - Estado/Outros	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	23.000,00	203.000,00
01651065 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	94,37	1.963,08	1.248,11	1.036,50	11.866,18	16.694,25	23.100,13	9.402,92	21.503,62	28.021,86	21.399,31	1.869,67	138.200,00
01661066 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	21.666,63	21.666,67	21.666,67	21.666,67	21.666,67	21.666,67	21.666,67	21.666,67	21.666,67	21.666,67	21.666,67	21.666,67	280.000,00
01830083 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01890089 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.392,80	0,00	0,00	0,00	10.293,63	59.003,34	45.910,23	157.600,00
<b>FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO CARLOS</b>													
01020002 - Receltas de Impostos e de Transferência de Imposto - Saúde	475.000,00	475.000,00	475.000,00	475.000,00	475.000,00	475.000,00	475.000,00	475.000,00	475.000,00	475.000,00	475.000,00	948.000,00	6.173.000,00
01381038 - Atenção Básica - Transferência do SUS - União	173.000,00	173.000,00	173.000,00	173.000,00	173.000,00	173.000,00	173.000,00	173.000,00	173.000,00	173.000,00	173.000,00	174.150,00	2.077.150,00
01381138 - Atenção a Média e Alta Complexidade - Transferências do SUS - União	95.000,00	95.000,00	95.000,00	95.000,00	95.000,00	95.000,00	95.000,00	95.000,00	95.000,00	95.000,00	95.000,00	145.000,00	1.190.000,00
01381238 - Vigilância em Saúde - Transferências do SUS - União	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	15.000,00	125.000,00
01381338 - Assistência farmacêutica - Transferências do SUS - União	18.750,00	0,00	0,00	18.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.750,00	0,00	0,00	18.750,00	75.000,00
01671067 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	37.900,00	37.900,00	37.900,00	37.900,00	37.900,00	37.900,00	37.900,00	37.900,00	37.900,00	37.900,00	37.900,00	37.900,00	454.800,00
<b>FUNDACAO CULTURAL DE SAO CARLOS</b>													
01000000 - Recursos Ordinários	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	58.000,00	58.000,00	107.000,00	655.000,00
<b>Total Geral</b>	3.445.552,93	3.422.206,08	3.505.196,07	3.474.238,88	3.553.162,76	3.594.012,43	3.892.798,14	3.910.911,86	3.919.716,58	4.061.712,97	4.275.421,69	6.325.229,61	47.380.160,00

Data Emissão: 04/01/2022 Hora de emissão: 08h e 18m

LEONARDO LUIS MARTINS  
Contador CRC/RS 098103/O-6 T-SC

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito

## Publicação Nº 3519490

Mês: Todos Grau a Listar: 3 Previsto Atualizado: Não

<b>Data Emissão:</b>	04/01/2022	<b>Hora de emissão:</b>	08h e 20m
----------------------	------------	-------------------------	-----------

**RUDI MIGUEL SANDER**  
Prefeito

Identificador: WPR1081101-086-TDORFGQBDFQVF-4 - Emitido por: LEONARDO LUIS MARTINS

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 124/2021 - ADM**

Publicação Nº 3520694

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8FC72E4D412F33AF94EF38195139927C89AB2D0C

**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Compras e Contratos

Termo Homologação - Demais Modalidades

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 530 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 124 códigoCliente: 530 anoMinuta: 2021 cotaCredenciamento: 0

Pág 1 / 1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão**  
**Para Contratação de Serviços**  
**46/2021**  
**Processo Administrativo: 124/2021**

O(a) Prefeito(a), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

**HOMOLOGAR**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 46/2021, o(s) participante(s):

457418 - ROTA CERTA AGENCIA DE VIAGENS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	TAXA DE REPASSE A TERCEIROS (DU) - PASSAGENS AÉREAS	SERVIÇO		1	R\$0,00	R\$0,00
Total do Fornecedor:						R\$0,00

São Carlos, 4 de janeiro de 2022.

**RUDI MIGUEL**  
**SANDER:86811**  
**924934**

Assinado de forma digital  
por RUDI MIGUEL  
SANDER:86811924934  
Dados: 2022.01.04  
15:46:09 -03'00'

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito



# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 534 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação Nº 3519974

DECRETO Nº 534, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Carina Tamanho, para exercer o cargo de Coordenador de Programa, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.07, Nível CC-06, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada, a partir do dia 03 de janeiro de 2021.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 29 de dezembro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcos André Morschheiser  
Secretário de Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 535 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação Nº 3519976

DECRETO Nº 535, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Diogo Ottoni Ferrari, para exercer o cargo de Coordenador de Programa, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.07, Nível CC-06, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada, a partir do dia 03 de janeiro de 2021.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 29 de dezembro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcos André Morschheiser  
Secretário de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 324 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519950

PORTARIA Nº 324, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Designa servidora pública municipal para responder temporariamente pela Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 66/11/12 atualizada;

- Considerando a concessão de férias ao Secretario Municipal de Saúde Designado, Gustavo Bortoli Valgói;
- Considerando a necessidade da continuidade dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica designada temporariamente a servidora Marli Piceti Grosbelli, ocupante do cargo de Consultor Técnico, para responder, sem acréscimo de remuneração, pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo para tanto assinar e despachar documentos pertinentes a referida Secretaria a partir do dia 03 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 03 de janeiro de 2022.

Márcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Marcos André Morschheiser  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVO 144.2-19 DL. 186-2019 SANÁUTICA COM. E IMPORTAÇÃO LTDA

Publicação Nº 3519486

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE ADITIVO

ADITIVO Nº 144.2-19

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: SANÁUTICA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.

Processo licitatório DISPENSA Nº 186/2019, datado de 31/10/2019

OBJETO: Contratação de 180(cento e oitenta horas) de serviço de manutenção preventiva e corretiva de embarcações com motores de popa, motos aquáticas e quadriciclos da frota do corpo de bombeiros militar, com aquisição de peças necessárias, pelo período de 12(doze) meses", prorroga por mais 12(doze) meses à partir da data de vencimento, ou seja, de 01 de Novembro de 2021 até o 31 de Outubro de 2022.

VALOR: R\$ 86.000,00 (Oitenta e seis mil reais) , sendo R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil), para peças e R\$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil reais) para mão de obra.

São Francisco do Sul, 01 de Novembro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

### PE 001-2022

Publicação Nº 3520014

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

LICITAÇÃO Nº 001/2022

O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria Nº 17.492 de 16 de agosto de 2021, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO LOTE conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

#### 1. DA LICITAÇÃO

##### 1.1 – DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de Material de Expediente, Gêneros Alimentícios em Geral, Material de Higiene e Limpeza, Material de Copa e Cozinha, Gás Engarrafado, Água Mineral, Kit Primeiros Socorros, Jogos e Brinquedos Lúdicos, Material Elétrico e de Processamento de Dados, para manutenção do Conselho Tutelar, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço do lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), UASG 988319

##### 2.2. Referência de Tempo

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

##### 2.3. Data e horário para início da entrega das propostas:

Data e horário: 05 de janeiro de 2022 às 08h.

##### 2.4 - Data e horário limite para entrega das propostas:

Dia 17 de janeiro de 2022 às 08h30.

##### 2.5. Início da Sessão de Disputa de Preços

Data/Hora: 17 de janeiro de 2022 às 09h.

2.6. Modo de Disputa: "aberto e fechado" O intervalo mínimo de diferença de valores entre lances será de 1% (um por cento)

2.7. Término da Sessão Principal  
15 minutos após o início da sessão de disputa.

2.8. Término do Período Adicional  
Encerrado o prazo previsto no item 2.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

2.9. Da Execução da Licitação  
A Unidade de Processos, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a Secretaria requisitante.

2.10 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as constantes do Edital.

### 3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Eletrônico

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR POR LOTE nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste Edital correrão a expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	12.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Projeto Atividade	2032 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania
Elemento de Despesa	33903016 – Material de Expediente 33903017 – Material de Processamento de Dados 33903007 – Gêneros Alimentícios 33903022 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização 33903021 – Material de Copa e Cozinha 44905242 – Mobiliário em Geral 44905212 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33903026 – Material Elétrico e Eletrônico 33903004 – Gás Engarrafado 33903019 – Material de Acondicionamento e Embalagem 33903036 – Material Hospitalar 33903028 – Material de Proteção e Segurança
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos ordinários

### 4. DOS ANEXOS

Anexos I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;  
Anexo II – Minuta de Contrato

### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 8h às 14h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br), <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> no link PREGÕES E LICITAÇÕES e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br) [licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes da data fixada para abertura da sessão pública;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.2. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br) <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

6.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

7.2. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), observando a data e o horário limite estabelecido no item 01 deste Edital.

7.3. O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital.

7.5. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.8. O proponente deverá comunicar imediatamente ao [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.9. Não poderão participar desta licitação os interessados:

7.9.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.9.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.9.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.9.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

7.9.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

7.9.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

7.10 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

- Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

- Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- Que a proposta foi elaborada de forma independente;
  - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 7.11 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Chaves Publicas – ICP - Brasil

8.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelos telefones 08009789001

8.2. O credenciamento da licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.2.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

8.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.6. Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

8.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

## 9 – DO ENVIO DA PROPOSTA PELO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances

## 10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário e total do item e lote:

10.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e



quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

#### 11 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

11.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1.0% (um por cento).

11.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

11.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

11.22.1 No país;

11.22.2 Por empresas brasileiras;

11.22.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.22.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.23 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.



11.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.24.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.24.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

12.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

12.1.2 . Para fins do disposto no item acima, o valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

12.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

12.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

12.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

12.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 13 DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante consulta.

13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

13.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.2.3. O descumprimento do item acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

13.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena

de inabilitação.

13.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.7. Ressalvado o disposto no item 9.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.8. Habilitação jurídica:

13.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);

13.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

13.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

13.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.10. Qualificação Econômico-Financeira.

13.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

13.11. Qualificação Técnica

13.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item/lote pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.11.2. Alvará de localização e Funcionamento.

13.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.1.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat"

a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item/lote, que estiver concorrendo em outro item/lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item/lote em que venceu às do item/lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

#### 14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

14.2 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2.1 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.3.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

14.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

#### 15. DOS RECURSOS

15.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.1 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.1.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.1.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.1.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.2 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.3 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

#### 16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

#### 17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### 18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

#### 19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.4. O prazo e condições de entrega é o previsto no termo de referência (Anexo I).

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

19.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## 20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## 22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## 23. DO PAGAMENTO

23.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

24.1.3. Apresentar documentação falsa;

24.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.6. Não manter a proposta;

24.1.7. Cometer fraude fiscal;

24.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

24.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

24.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

24.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

24.4.2. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato sobre o valor estimado do(s) item(s)/lote(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

24.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

24.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, poderá ser cobrado o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

24.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## 25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja



comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br), <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>, [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no setor de licitações e contratos sito à Praça Getúlio Vargas, 01 – bairro Centro, neste município nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

25.11.2. ANEXO II – Minuta de Contrato

São Francisco do Sul, 04 de janeiro de 2022.

SANDRO MAIER CARDOSO

Secretário Municipal de Assistência Social

#### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. OBJETO

Aquisição de Material de Expediente, Gêneros Alimentícios em Geral, Material de Higiene e Limpeza, Material de Copa e Cozinha, Gás Engarrafado, Água Mineral, KIT Primeiros Socorros, Jogos e Brinquedos Lúdicos, Material de Elétrico e de Processamento de dados para manutenção das atividades do Conselho Tutelar.

##### 2. FINALIDADE

Aquisição de Material de Expediente, Gêneros Alimentícios em Geral, Material de Higiene e Limpeza, Material de Copa e Cozinha, Gás Engarrafado, Água Mineral, KIT Primeiros Socorros, Jogos e Brinquedos Lúdicos, Material de Elétrico e de Processamento de dados para manutenção das atividades do Conselho Tutelar.

##### 3. JUSTIFICATIVA

Faz-se necessária a aquisição de Material de Expediente, Gêneros Alimentícios em Geral, Material de Higiene e Limpeza, Material de Copa e Cozinha, Gás Engarrafado, Água Mineral, KIT Primeiros Socorros, Jogos e Brinquedos Lúdicos, Material de Elétrico e de Processamento de dados para manutenção das atividades do Conselho Tutelar, pelo período de 60 (sessenta) dias para os lotes 01,02,03,04,05,06,08,09 e 10 e pelo período de 06 (seis) meses para o item do lote 07.

##### 4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

LOTE 01 - MATERIAL DE EXPEDIENTE				
ITEM	PRODUTO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Agenda permanente tamanho 145x210mm, na cor preta espiral.	6	R\$ 30,87	R\$ 185,20
2	Bateria Alcalina 9V – Jogo com 02 Unidades	3	R\$ 34,87	R\$ 104,60
3	Bloco Autoadesivo Post-it 76x76 sortido com 90 fls 3M PT	10	R\$ 15,60	R\$ 156,00
4	Borracha branca	6	R\$ 2,60	R\$ 15,60
5	Caderno Universitário com 200 FLS, Capa Dura 10 matérias Espiral	5	R\$ 17,60	R\$ 88,00

6	Caneta Esferográfica, tampa ventilada, ponta média de cobre de 1MM com esfera de tungstênio, com tampa indicando cor da tinta azul, tubo transparente hexagonal, com respiro no meio da caneta, 1ª qualidade, caixa com 50 unidades.	2	R\$ 57,63	R\$ 115,27
7	Caneta Esferográfica, tampa ventilada, ponta média de cobre de 1MM com esfera de tungstênio, com tampa indicando cor da tinta preto, tubo transparente hexagonal, com respiro no meio da caneta, 1ª qualidade, caixa com 50 unidades	1	R\$ 56,33	R\$ 56,33
8	Caneta Esferográfica, tampa ventilada, ponta média de cobre de 1MM com esfera de tungstênio, com tampa indicando cor da Tinta Vermelha, tubo transparente hexagonal, com respiro no meio da caneta, 1ª qualidade, caixa com 50 unidades.	1	R\$ 53,95	R\$ 53,95
9	Caneta marca texto cor amarelo – caixa com 12 unidades	1	R\$ 23,97	R\$ 23,97
10	Caneta para quadro branco – azul	4	R\$ 8,17	R\$ 32,67
11	caneta para quadro branco – preta	4	R\$ 8,33	R\$ 33,33
12	Capa transparentes para encadernação A4 - plástico, características Capa para encadernação PP (polipropileno), cor: transparente, Formato: A4 (21x297mm), Tolerância: 0,2% pacote com 100 unidades - Capa	1	R\$ 72,17	R\$ 72,17
13	Clips Nº 0 com 500G - Caixa	2	R\$ 12,90	R\$ 25,80
14	Clips Nº 2 com 500G - Caixa	2	R\$ 13,77	R\$ 27,53
15	Clips Nº 6 com 500G - Caixa	1	R\$ 12,90	R\$ 12,90
16	Cola Branca Líquida - Frasco com 90 Gramas	1	R\$ 3,90	R\$ 3,90
17	Cola em bastão, atóxica, com fundo rosqueado sob pressão, frasco com 36 gramas para papéis tecido	8	R\$ 6,12	R\$ 48,93
18	Contracapa preta para encadernação A4 - Plástico, características capa para encadernação PP poli-propileno, Cor: PRETO, Formato A4 (21x297mm), Tolerância: 0,2% pacote com 100 unidades - contracapa	1	R\$ 71,63	R\$ 71,63
19	Corretivo em fita 5mmx6m	6	R\$ 8,21	R\$ 49,26
20	Envelope 229x324 Kraft Natural – caixa com 100 unidades	1	R\$ 49,38	R\$ 49,38
21	Fita adesiva Transparente – 12mmX50m	3	R\$ 2,70	R\$ 8,10
22	Fita adesiva lisa transparente para empacotamento – rolo – 45x45	6	R\$ 6,16	R\$ 36,96
23	Giz de cera jumbo caixa com 12 cores	6	R\$ 12,05	R\$ 72,30
24	Grampeador de mesa médio com estrutura metálica, utiliza grampos 26/6, capacidade para no mínimo 20 folhas	1	R\$ 42,23	R\$ 42,23
25	Grampo para grampeador 26/6 – caixa	2	R\$ 7,87	R\$ 15,73
26	Grampo trilho plástico para pasta suspensa	100	R\$ 14,05	R\$ 1.405,00
27	Lápis de cor aquarelável atóxico caixa com 24 cores	4	R\$ 31,85	R\$ 127,40
28	Limpador para quadro branco 60ml super líquido Spra - Frasco	3	R\$ 14,45	R\$ 43,35
29	Livro ATA com 100 folhas numeradas	2	R\$ 14,44	R\$ 28,89
30	Massa de modelar - não tóxica - Certificada INMETRO - Caixa com 12 cores	6	R\$ 4,30	R\$ 25,80
31	Organizador de mesa - caixa correspondência Tripla - 3 andares em acrílico	2	R\$ 66,88	R\$ 133,75
32	Papel KRAFT	25	R\$ 1,68	R\$ 42,07
33	Pasta para arquivo morto – caixa box-azul	15	R\$ 15,73	R\$ 235,95
34	Pasta suspensa – com visor – embalagem com 50 unidades	2	R\$ 97,73	R\$ 195,47
35	Pastas transparente com elástico tamanho médio	4	R\$ 6,14	R\$ 24,55

36	Percevejo Nº 4 Latonado dourado - Caixa com 100 unidades	5	R\$ 9,65	R\$ 48,25
37	Perfurador de papel 02 furos, capacidade para furar 50 Folhas de papel 75g/m², estrutura em metal	1	R\$ 100,70	R\$ 100,70
38	Pilhas Palito AAA – Jogo com 02 unidades	10	R\$ 13,40	R\$ 134,00
39	Prancheta ofício de acrílico Fumê, com prendedor de folhas	5	R\$ 14,51	R\$ 72,55
40	refil para FLIP CHART 63X81 CM com 50 Folhas	2	R\$ 42,40	R\$ 84,80
41	Régua Poliestireno Tamanho 30CM - Espessura 3mm	5	R\$ 2,32	R\$ 11,62
42	Resma de papel A4 com 500 unidades	50	R\$ 24,90	R\$ 1.245,00
43	Suporte para Bloco de Adesivo de recado – Grande	6	R\$ 49,90	R\$ 299,40
44	Suporte para Fita Adesiva Fina Grande em acrílico de mesa	1	R\$ 39,95	R\$ 39,95
45	Tesoura profissional 25,3cm, Características do Produto, Lâmina em aço inox 10, Cabo em polipropileno, dimensões: C:330mm, Tamanho: 13mm	5	R\$ 14,93	R\$ 74,65
VALOR TOTAL			R\$ 1.211,80	R\$ 5.774,87

## LOTE 02 - MOBILIÁRIO EM GERAL

ITEM	PRODUTO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Quadro branco com moldura em alumínio - 1,20MX1,00M	1	R\$ 179,65	R\$ 179,65
2	Quadro Mural magnético 60X90CM - Fotos e Avisos + KIT 20 Imãs	1	R\$ 180,70	R\$ 180,70
VALOR TOTAL			R\$ 360,35	R\$ 360,35

## LOTE 03 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL

ITEM	PRODUTO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Açúcar Refinado - pacote de 05 kg	4	R\$ 17,30	R\$ 69,19
2	Adoçante líquido - frasco de 200 ml	2	R\$ 5,99	R\$ 11,98
3	Biscoito amanteigado nos sabores: amendoim, chocolate, coco e nata - pacote 400 g	12	R\$ 5,64	R\$ 67,68
4	Biscoito recheado waffer nos sabores chocolate e morango - pacote com aproximadamente 145 g	12	R\$ 2,70	R\$ 32,36
5	Biscoito salgado água e sal - pacote com 400 gramas	12	R\$ 5,18	R\$ 62,16
6	Café moído de 1ª qualidade embalado a vácuo - pct. de 500 gramas	24	R\$ 11,36	R\$ 272,72
VALOR TOTAL			R\$ 48,17	R\$ 341,91

## LOTE 04 - MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA

ITEM	PRODUTO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Água Sanitária Frasco de 05 L	6	R\$ 12,31	R\$ 73,86
2	Álcool etílico hidratado em gel - 500 ml	12	R\$ 10,24	R\$ 122,92
3	Álcool Líquido Etílico Hidratado 70º INPM - INCO-LOR - Frasco de 01 litro	12	R\$ 7,10	R\$ 85,16
4	Balde 20 Litros	1	R\$ 39,30	R\$ 39,30
5	Desinfetante Frasco de 02 l	24	R\$ 7,32	R\$ 175,76
6	Detergente Líquido Lava Louças - frasco 500 ml	24	R\$ 1,84	R\$ 44,24
7	Esponja de lã de aço - pct com 60 gr	3	R\$ 4,93	R\$ 14,78
8	Esponja de Louça - 110 X 75 X 23 MM - Dupla face - pct com 03 unid	5	R\$ 6,45	R\$ 32,25
9	Fósforos Palitos Longos - caixa com 240 palitos	2	R\$ 6,11	R\$ 12,23
10	Filtro de café descartável 103 cx com 30 unidades	20	R\$ 3,70	R\$ 73,93
11	Inseticida aerossol para baratas e insetos - frasco de 400 ml	2	R\$ 10,18	R\$ 20,35



12	Limpa vidros - frasco 500 ml	4	R\$ 10,25	R\$ 41,01
13	Pano de Chão Cru - unidade	12	R\$ 11,01	R\$ 132,16
14	Pano de prato - pacote com 07 unidades	2	R\$ 9,81	R\$ 19,63
15	Pano para Limpeza - pacote com 03 unidades	4	R\$ 11,58	R\$ 46,32
16	Papel Higiênico - rolo de 30 metros - folha dupla - branco - fardo com 08 rolo	36	R\$ 15,51	R\$ 558,24
17	Papel Toalha interfolhadas 2 dobras branco – fardo com 1.000 folhas	23	R\$ 6,10	R\$ 140,22
18	Pedra sanitária com suporte plástico - unidade	24	R\$ 3,76	R\$ 90,24
19	Rodo com e cabo em madeira - unidade	2	R\$ 20,29	R\$ 40,58
20	Sabão em pó - caixa de 01 kg - de 1ª qualidade	6	R\$ 8,58	R\$ 51,46
21	Sabonete liquido 1 Litro	10	R\$ 11,06	R\$ 110,60
22	Saco para lixo 100 litros resistente - pacote com 10 unidades	20	R\$ 17,86	R\$ 357,27
23	Saco para lixo 15 litros resistente - rolo com 20 unidades	10	R\$ 12,13	R\$ 121,30
24	Saco para lixo 30 litros resistente - pacote com 10 unidades	10	R\$ 12,26	R\$ 122,63
25	Saco para lixo 50 litros resistente - pacote com 10 unidades	15	R\$ 17,80	R\$ 266,95
26	Saponáceo cremoso - frasco 300 ml	5	R\$ 8,46	R\$ 42,30
27	Vassoura de nylon com cabo - unidade	4	R\$ 19,83	R\$ 79,32
VALOR TOTAL			R\$ 305,77	R\$ 2.915,01

## LOTE 05 – MATERIAL DE COPA E COZINHA

ITEM	PRODUTO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Copo descartável transparente 180 ML com 100 unidades	25	R\$ 5,97	R\$ 149,33
2	Guardanapos brancos pequenos pacote com 100 unidades	6	R\$ 1,86	R\$ 11,18
VALOR TOTAL			R\$ 7,84	R\$ 160,51

## LOTE 06 - BOTIJÃO DE GÁS (CASCO) COM CARGA DE GÁS (GÁS ENGARRAFADO)

ITEM	PRODUTO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Botijão de gás engarrafado (carga + casco)	3	R\$ 296,80	R\$ 890,39

## LOTE 07 - ÁGUA MINERAL GALÃO DE 20 LITROS

ITEM	PRODUTO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Água Mineral com garrafão (bombona) de 20 litros	50	R\$ 27,10	R\$ 1.354,75

## LOTE 08 – KIT PRIMEIROS SOCORROS

ITEM	PRODUTO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Água oxigenada 10 volumes - frasco de 100ml	1	R\$ 7,95	R\$ 7,95
2	Algodão 50 gramas	1	R\$ 1,35	R\$ 1,35
3	Curativos Antisséptico cor da pele caixas com 40 unidades	1	R\$ 6,03	R\$ 6,03
4	Esparadrapo 10 X 4,5 branco	1	R\$ 8,48	R\$ 8,48
5	Gazes – compressa 7,5x7,5 13 fios pct com 500 unidades	2	R\$ 35,77	R\$ 71,53
6	Máscara descartável tripla com elástico	150	R\$ 0,38	R\$ 57,42
7	Porta medicamentos, primeiros socorros tamanho médio 37x19	1	R\$ 137,55	R\$ 137,55
8	Termômetro Infravermelho Digital	1	R\$ 137,45	R\$ 137,45
VALOR TOTAL			R\$ 334,97	R\$ 427,77

LOTE 09 – JOGOS E BRINQUEDOS EDUCATIVOS INFANTIL				
ITEM	PRODUTO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Tapete Bichos 10 placas encaixáveis de EVA	1	R\$ 70,00	R\$ 70,00
2	Livro animais domésticos - 140x140cm em EVA - Contém 10 figuras e 10 cores diferentes	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00
3	Livro meios de transportes - 140x140cm em EVA - Contém 10 figuras e 10 cores diferentes	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00
4	Livro profissões - 140x140cm em EVA - Contém 10 figuras e 10 cores diferentes	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00
5	Placas numerais, sinais e porcentagem em EVA 290x210x8mm	1	R\$ 6,00	R\$ 6,00
6	Quebra cabeça numeral e quantidade - 10 placas em EVA 120x240x8mm com 85 peças	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00
7	Alfabeto móvel 76 peças em EVA - 26 consoantes, 20 vogais, 20 numerais e 10 sinais	1	R\$ 18,00	R\$ 18,00
8	Jogo ludo - 1 tabuleiro em MDF 300x300x4mm e 16 peças em EVA e 1 dado de napa	1	R\$ 18,50	R\$ 18,50
9	Jogo da velha - 1 tabuleiro em MDF medindo 300x300x4mm e 9 peças em EVA	1	R\$ 17,00	R\$ 17,00
10	Jogo trilha - 1 tabuleiro em MDF medindo 300x300x4mm e 18 peças em EVA	1	R\$ 17,00	R\$ 17,00
11	Dominó meios de transportes - MDF 28 peças - medindo 75x35x3mm - caixa de madeira 165x95x42mm	1	R\$ 26,20	R\$ 26,20
12	Memória Alfabetização em MDF com 40 peças medindo 50x50x3mm (cada)	1	R\$ 30,70	R\$ 30,70
13	Caixa tátil em MDF - 1 peça medindo 235x235x122mm com 8 pares de textura diferentes	1	R\$ 92,20	R\$ 92,20
VALOR TOTAL			R\$ 435,60	R\$ 435,60

## LOTE 10 - MATERIAL ELÉTRICO E DE PROCESSAMENTOS DE DADOS

ITEM	PRODUTO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Adaptador de 3 pinos	2	R\$ 25,90	R\$ 51,80
2	Adaptador em T	3	R\$ 25,90	R\$ 77,70
3	Caixa de som para computador – entrada USB	1	R\$ 53,25	R\$ 53,25
4	Estabilizador bivolt	1	R\$ 179,95	R\$ 179,95
5	Extensão de 5 metros	1	R\$ 47,05	R\$ 47,05
6	Microfone para computador	6	R\$ 69,90	R\$ 419,40
7	Mouse optico USB	2	R\$ 27,40	R\$ 54,80
8	Pen drive 64Gb	2	R\$ 89,90	R\$ 179,80
9	Repetidor de sinal WI-FI	1	R\$ 129,90	R\$ 129,90
10	Teclado ABNT preto – entrada USB	2	R\$ 41,20	R\$ 82,40
11	Aparelho telefônico sem fio	1	R\$ 161,15	R\$ 161,15
12	Tinta para impressora canon BK G-190 Colorido	4	R\$ 149,90	R\$ 599,60
13	Tinta para Impressora Canon BK G-190 Preto	4	R\$ 149,90	R\$ 599,60
VALOR TOTAL			R\$ 851,50	R\$ 2.636,40

## 5. FORMA DE PAGAMENTO:

Mensal, por empenho, 30 dias após a entrega e apresentação da nota fiscal.

## 6. FORMA DE ENTREGA:

Entrega única dos Lotes 01,02,03,04,05,06,08,09 e 10, de acordo com a solicitação do setor responsável da Secretária Municipal de Assistência Social. A entrega deverá ser efetuada em no máximo 48 horas após a solicitação para que não ocorra transtornos e atrasos nos trabalhos realizados pelos servidores aos usuários.

Entrega parcial referente o Lote 07 (Água Mineral – Galão de 20 litros), de acordo com a solicitação do setor responsável da Secretaria Municipal de Assistência Social. A entrega deverá ser efetuada em no máximo 48 horas após a solicitação para que não ocorra transtornos

e atrasos nos trabalhos realizados pelos servidores aos usuários.

O pedido de prorrogação de prazo de entrega, concedido em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada, em conformidade com o Art. 57, §1, da Lei nº 8.666/93.

#### 7. LOCAL DA ENTREGA:

Sede do Conselho Tutelar, situada na Rua Sete de Setembro, Nº 19 – Centro – São Francisco do Sul – SC, das 08:00 às 12:00 horas, 14:00 às 18:00 horas de segunda a sexta-feira.

#### 8. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

8.1 De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei n.8.666/1993.

8.2 A aceitação se dará mediante recebimento do objeto:

8.3 Independente da aceitação, a contratada garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia.

#### 9. DEVERES DO CONTRATANTE

Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.

#### 10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1 O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregado.

10.2 O contrato é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

#### 11. SANÇÕES PELO INADIMPLENTE

De acordo com os artigos 87 e seguintes da Lei n. 8.666/1993 A Secretaria Municipal de Assistência Social designará servidor responsável pelo setor de compras para acompanhar a execução do contrato.

#### 12. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão – 12

Unidade Orçamentária – 001

Programa - 10

Projeto/Atividade – 2032

- Elemento de Despesa – 339030-16 - (Material de Expediente)

339030-17 - (Material de Processamento de Dados)

339030-07 - (Gêneros Alimentícios)

339030-22 - (Material de Limpeza e Produtos de Higiene)

339030-21 - (Material de Copa e Cozinha)

449052-42 - (Mobiliário em Geral)

449052-12 - (Aparelhos e Utensílios Domésticos)

339030-26 – (Material Elétrico e Eletrônico)

339030-04 – (Gás engarrafado)

339030-19 – (Material de acondicionamento e embalagem)

339030-36 – (Material Hospitalar)

339030-28 - (Material de Proteção e Segurança)

- Vínculos – 10.000

VALOR TOTAL R\$ 15.297,56

#### 13. FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização será exercida por meio de servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social e Colegiado do Conselho Tutelar. A fiscalização se reserva o direito de recusar os materiais entregues, caso estes não atendem as especificações estabelecidas. A contratada fica obrigada a fornecer os materiais relacionados neste termo de referência respeitando as especificações, não se admitindo qualquer modificação sem prévia autorização da fiscalização.

#### 14. PERÍODO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

O período de execução e vigência do contrato será por 60 (sessenta) dias para os itens dos lotes 01,02,03,04,05,06,08,09 e 10 e o período de execução e vigência do contrato será por 06 (seis) meses para o lote 07 (Água Mineral – Galão de 20 litros).

SANDRO MAIER CARDOSO

Secretário Municipal de Assistência Social

**ANEXO II**  
**MINUTA DE CONTRATO****CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.**

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Godofredo Gomes Moreira Filho, brasileiro, casado, portador do RG n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx n.º /2022, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de Material de Expediente, Gêneros Alimentícios em Geral, Material de Higiene e Limpeza, Material de Copa e Cozinha, Gás Engarrafado, Água Mineral, Kit Primeiros Socorros, Jogos e Brinquedos Lúdicos, Material Elétrico e de Processamento de Dados, para manutenção do Conselho Tutelar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto: XXX

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo é (conforme Termo de Referência), prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, contados de sua assinatura.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... ( ..... ).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária	12.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Projeto Atividade	2032 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania
Elemento de Despesa	33903016 – Material de Expediente 33903017 – Material de Processamento de Dados 33903007 – Gêneros Alimentícios 33903022 – Material de Limpeza e Produtos de Higiene 33903021 – Material de Copa e Cozinha 44905242 – Mobiliário em Geral 44905212 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33903026 – Material Elétrico e Eletrônico 33903004 – Gás Engarrafado 33903019 – Material de Acondicionamento e Embalagem 33903036 – Material Hospitalar 33903028 – Material de Proteção e Segurança
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos ordinários

**5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O pagamento dar-se-á mensalmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os produtos serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

## 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Receber provisoriamente os produtos, disponibilizando local, data e horário;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia do produto;

- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- d) Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- i) Outras obrigações previstas no Termo de Referência.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;



b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ..... de ..... de 20 .....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:1- 2-

## PORTARIA Nº 17.698/2021

Publicação Nº 3519431

PORTARIA nº 17.698, de 3 de janeiro de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear SABRINA SANTOS DE OLIVEIRA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 108.164.479-69, para exercer o cargo em comissão de Assessor I do Departamento de Comunicação Interna, nível CC03, da Gerência de Comunicação, da Secretaria Municipal de Governo, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 3 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 3 de janeiro de 2022.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

## PORTARIA Nº 17.699/2021

Publicação Nº 3519434

PORTARIA nº 17.699, de 3 de janeiro de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar DOUGLAS AURÉLIO VANOLLI, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 105.338.929-96, do cargo em comissão de Assessor II da Divisão de Apoio Administrativo, nível CC04, da Coordenadoria Geral de Integração Administrativa, do Gabinete do Prefeito, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 3 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 3 de janeiro de 2022.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.



**PORTARIA Nº 17.707/2022**

Publicação Nº 3520019

PORTARIA nº 17.707, de 4 de janeiro de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear VINICIUS DE ASSIS CORRÊA VOICHIKOSKI, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 085.326.739-10, para exercer o cargo em comissão de Assessor II da Divisão de Apoio Administrativo, nível CC04, da Coordenadoria Geral de Integração Administrativa, do Gabinete do Prefeito, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 4 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 4 de janeiro de 2022.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO  
Prefeito Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 19/2021 - FUCISF**

Publicação Nº 3520158

PORTARIA nº 0019, de 03 de janeiro de 2022.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - FUCISF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1.702, de 12 de dezembro de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER licença prêmio pelo período abaixo relacionado aos servidores da FUCISF, conforme segue:

Nome	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
Adailton Luiz Schetz	2006/2011	03/01/2022 a 02/04/2022	90
Eunice da Silva França Schetz	2013/2018	10/01/2022 a 23/02/2022	45

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 03 de janeiro de 2022.

MARIANNA CORRÊA  
Diretora Presidente da FUCISF

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - AUTO DE INFRAÇÃO 1895-2021 - PAULO GORNIACK - PAF LT 366 (FISCAL SILVINO)**

Publicação Nº 3520065

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

**AUTO DE INFRAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento no artigo 62 da Lei nº 604 de 26 de abril de 1976 e suas alterações e Lei Municipal 1829/2016, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele PAULO GORNIACK que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda com a apresentação de DEFESA referente ao AUTO DE INFRAÇÃO nº 1895/2021 de 03/12/2021 referente ao limpeza de terreno, não efetuada, de terreno de sua propriedade, lote situado na rua Rondônia, bairro Enseada, de inscrição imobiliária 02.05.099.0017, nesta municipalidade, conteúdo do processo administrativo fiscal LT 366, conforme determinam as Leis Municipais.

São Francisco do Sul, 4 de janeiro de 2022.

Tiago Furlan Lemos  
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração

**RESULTADO EDITAL 004 VIVER SÃO CHICO**

Publicação Nº 3519911

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2021 PARA CADASTRAMENTO DE EXPOSITORES PARA A FEIRA CULTURAL - VIVER SÃO CHICO**

A Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul – Fucisf torna público o resultado das inscrições para a Feira Cultural Viver São Chico, conforme condições e exigências contidas no Edital de Cadastro nº 004/2021.

Os cadastrados habilitados poderão participar das edições do Viver São Chico a partir de janeiro de 2022.

Os credenciados que tiveram suas inscrições indeferidas poderão entrar com recurso para participação a partir da sexta edição, ou procurar a sede da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul para retificar a inscrição, e participar a partir da quinta edição, em janeiro/2021, desde que estejam de acordo com as prerrogativas do edital.

**INSCRIÇÕES HABILITADAS/DEFERIDAS**

Categoria	Cadastrado
Artesanato	1. João Pedro das Neves Machado

São Francisco do Sul, 03 de janeiro de 2022.

Marianna Corrêa  
Diretora Presidente  
Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul

**IPRESF - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL****ATA Nº 07 CONSELHO ADM**

Publicação Nº 3519415



1-4

**CONSELHO ADMINISTRATIVO IPRESF BIÊNIO 2019/2021  
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC LEI Nº. 72/2015****ATA Nº 007/2021 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPRESF**

**LOCAL:** Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de São Francisco do Sul – IPRESF; **DATA:** 20/09/2021; **HORÁRIO:** 09h30min

**1. PARTICIPANTES****1.1. CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES**

- Abelard Helbling Junior (Secretaria de Obras);
- Flávia Regina Celestino (Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF);
- Idelson Alves Porto (Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF);
- Ricardo Luiz Fernandes (Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF);
- Yara de Oliveira Marcomini (Secretaria Municipal de Educação);

**2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

**2.1.** A reunião ordinária do Conselho Administrativo teve início, às 09h30min e término às 11h45min, sob a coordenação da Presidente srta. Flávia Regina Celestino, com os Conselheiros Abelard Helbling Junior, Idelson Alves Porto, Ricardo Luiz Fernandes e Yara Marcomini.

**3. PAUTA DA REUNIÃO**

- 3.1.** Análise e aprovação da prestação de contas de julho/2021;
- 3.2.** Análise de pedidos de recurso acerca de indeferimentos de aposentadorias;
- 3.3.** Assinaturas da ata anterior;
- 3.4.** Assuntos Diversos;

**4. DOCUMENTOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS****4.1. DOCUMENTOS EXPEDIDOS**

- Ofício para Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, quanto a aprovação e parecer jurídico do Projeto de Lei Complementar, posteriormente sancionada como Lei Complementar nº. 068/2014 que dispõe sobre o plano de carreira dos servidores ocupantes dos cargos de fiscais de obras e posturas da Prefeitura de São Francisco do Sul;

(47) 3449-0384

(47) 98491-7382

ipresf@ipresf.sc.gov.br

[www.ipresf.sc.gov.br](http://www.ipresf.sc.gov.br)

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, 3º andar – Centro  
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000  
CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

**2-4**

- Ofício solicitando cópia do Parecer Jurídico da Prefeitura de São Francisco do Sul, quanto ao Projeto de Lei Complementar, posteriormente sancionada como Lei Complementar n.º 068/2014 que dispõe sobre o plano de carreira dos servidores ocupantes dos cargos de fiscais de obras e posturas da Prefeitura de São Francisco do Sul;
- Ofício à Procuradoria Geral do Município solicitando opinião jurídica;
- Ofício ao Jurídico do IPRESF acerca da legalidade de solicitar parecer do Sindicato dos Servidores Públicos de São Francisco do Sul;

**4.2. DOCUMENTOS RECEBIDOS**

- Recurso administrativo do servidor matriculado sob n.º 421057, protocolado no dia 03 de setembro de 2021 quanto ao indeferimento para o pedido de aposentadoria requerida sob protocolo IPRESF n.º 014/2020;
- Recurso administrativo do servidor matriculado sob n.º 4229890, protocolado no dia 09 de setembro de 2021 quanto ao indeferimento para o pedido de aposentadoria requerida sob protocolo IPRESF n.º 015/2020;

**5. ASSUNTOS TRATADOS****5.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO IPRESF DO MÊS DE JULHO/2021**

A Presidente fez a leitura da 21ª Ata, e o 33º Parecer do Conselho Fiscal sobre a prestação de contas do IPRESF do mês de julho/2021, onde consta o parecer favorável sem ressalvas. Os membros deste Conselho Administrativo analisaram a prestação de contas apresentada, considerando também o parecer do Conselho Fiscal, aprovando as referidas prestações de contas.

**5.2. ASSUNTOS DIVERSOS**

O conselheiro Abelard perguntou ao Sr. Idelson (que faz parte da comissão para implantação de Previdência Complementar), sobre o andamento dos trabalhos da comissão. O sr. Idelson explicou que ao Projeto de Lei de criação da Previdência Complementar está em análise no departamento jurídico da Prefeitura de São Francisco do Sul, e que a comissão já está trabalhando no edital de chamamento para credenciamento e seleção da instituição que vai gerir o referido fundo de Previdência. Explicou também que esta Lei determinara a criação de um corpo técnico para acompanhar a gestão do fundo. A presidente srta. Flávia sugeriu que o Conselho Administrativo acompanhe o cronograma até a conclusão dos trabalhos.

**5.3. RECURSO POR INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE APOSENTADORIA**

(47) 3449-0384



(47) 98491-7382



ipresf@ipresf.sc.gov.br

www.ipresf.sc.gov.br





FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL


Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, 3º andar – Centro  
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000  
CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

3-4

A Presidente que já havia apresentado via e-mail ao Conselho Administrativo os Recursos administrativos quanto ao indeferimento para o pedido de aposentadoria requerida sob protocolos IPRESF nº. 014 e 15/2020, ambos de servidores estatutários ocupantes do cargo de fiscal de obras e posturas. A presidente srta. Flávia questionou ao conselheiro sr. Ricardo se ele detinha algum conhecimento dos casos já que ocupou anteriormente o cargo de Diretor Financeiro e de Previdência do IPRESF, o mesmo explicou que não estava à frente da pasta Previdenciária na data do protocolo das aposentadorias, mas que considerando o parecer jurídico do procurador do IPRESF, e o despacho da Diretora Financeira e de Previdência do IPRESF, percebe-se que a primeiro esbarro encontrado em ambos os processos de aposentadoria, está na Lei Complementar Municipal nº 068/2014 de 22 de dezembro de 2014, que dispôs sobre o plano de carreira dos servidores ocupantes dos cargos de fiscais de obras e posturas da Prefeitura de São Francisco do Sul. A referida Lei amplia para o nível superior a escolaridade como critério de entrada em concurso público para os cargos de fiscais de obras, tributos e sanitário, assim como ajusta a remuneração dos já ocupantes do referido cargo. Desta forma desenquadrando os atuais ocupantes dos cargos de fiscais, pois a referida Lei não prevê diferenciação remuneratória para os ocupantes que prestaram concurso a nível médio. A lei ainda não prevê em seu texto “fiscais de nível médio”, ou seja, entende-se que os cargos de nível médio deveriam ser colocados em extinção. A srta. Flávia fez uma breve explanação dos procedimentos realizados após a concessão da aposentadoria, e mencionou o envio e análise do processo ao Tribunal de Contas do Estado, e todos entenderam que o caso poderia gerar inconsistência, com risco até mesmo não ser homologado pelo referido órgão fiscalizador, logo o procedimento posterior que é solicitação de Compensação Previdenciária também ficaria comprometido, pois a homologação do Tribunal de Contas é parte da exigência para transferência das contribuições em favor do RPPS. A conselheira sra. Yara perguntou aos demais membros qual seria a alternativa mais adequada para este caso. O sr. Idelson comentou que desde janeiro/2021, tentou incansavelmente com a Prefeitura encontrar meios de regularizar essa questão para que o a concessão pudesse ser realizada de forma que não deixasse riscos de esbarro nos procedimentos posteriores, porém sem sucesso. A srta. Flávia sugeriu solicitar a presença da Diretora de Previdência, sra. Sandra para uma explanação mais detalhada sobre o caso, para maior entendimento de tudo que ocorreu desde a solicitação até o indeferimento dos pedidos. Dando continuidade à reunião, a sra. Sandra iniciou sua fala esclarecendo que os servidores possuem requisitos como idade e tempo de contribuição para aposentar-se, porém o enquadramento parece esbarrar na Constituição Federal, o que gerou a paralisação do processo. Confirmou o envio de cartas de exigências e ofícios para o executivo bem como para o controle interno a fim de buscar manifestação acerca da regularidade do enquadramento. Em resposta a Procuradoria do Município entendeu não haver legalidade de manifestação quanto a matéria apresentada. O controle interno manifestou opinião similar ao da Procuradoria Geral do Município. Desta forma a busca por manifestações e respostas esgotaram-se e a referida Lei Complementar nº 68/2014 não foi formalmente declarada inconstitucional. Informou ainda ter realizado diligência ao Tribunal de Contas do Estado o que assegurou sua decisão. A srta. Flávia questionou

 (47) 3449-0384

 (47) 98491-7382

 ipresf@ipresf.sc.gov.br

[www.ipresf.sc.gov.br](http://www.ipresf.sc.gov.br)

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, 3º andar – Centro  
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000  
CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

4-4

qual seria a alternativa ou medida necessária para regularizar ambos os processos de aposentadoria, e a sra. Sandra respondeu que compete ao Poder Executivo revisar/adequar ou alterar a legislação que concedeu o referido enquadramento. O conselheiro sr. Ricardo fez alguns questionamentos: caso eles fossem reenquadrados para o nível médio, o cargo fosse colocando em extinção, se afetaria a remuneração dos fiscais, a sra. Sandra respondeu que tudo dependerá das medidas adotadas pelo Executivo. Os conselheiros optaram por solicitar mais análises técnicas sobre os dois casos, considerando que o Procurador do IPRESF, a Diretora de Financeira e de Previdência e Controle Interno já emitiram parecer opinando pelo indeferimento. Optou-se por oficiar a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul solicitando informações/cópia quanto ao parecer jurídico da Casa Legislativa referente a aprovação do Projeto de Lei, que gerou sancionamento da Lei Complementar n.º 068/2014, solicitar ao Gabinete do Prefeito cópia dos documentos relativos (base jurídica) a elaboração do referido Projeto de Lei e seu respectivo envio a Câmara de Vereadores. Solicitar parecer da Procuradoria Geral do Município sobre o caso. Há também a opção de solicitar opinião do Sindicato dos Servidores Públicos de São Francisco do Sul sobre o caso, mas para isso precisará ser verificado se juridicamente é possível fazer isso e se a opinião pode ser levada em consideração, optou-se pela orientação jurídica do IPRESF para verificar se esse procedimento respeita a legalidade. Tendo sido realizados os procedimentos mencionados, o Conselho Administrativo colocará o assunto novamente em pauta fazendo um balanço de todas as pareceres/opiniões para que sua decisão seja norteada.

**5.6. PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA**

A presidente sugeriu que a próxima reunião seja realizada no dia 30/09/2021.

**7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Srta. Flávia Regina Celestino, encerrou a reunião, e lavrou a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos demais Conselheiros presentes.

Flávia Regina Celestino  
Presidente

Yara de Oliveira Marcomini  
Vice Presidente

Abelard Helbling Júnior  
Secretário

Idelson Alves Porto  
Conselheiro

Ricardo Luiz Fernandes  
Conselheiro

(47) 3449-0384

(47) 98491-7382

ipresf@ipresf.sc.gov.br

www.ipresf.sc.gov.br

**ATA N° 08 CONSELHO ADM**

Publicação N° 3519425



1-4

**CONSELHO ADMINISTRATIVO IPRESF BIÊNIO 2019/2021  
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC LEI N°. 72/2015****ATA N° 008/2021 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPRESF**

**LOCAL:** Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de São Francisco do Sul - IPRESF

**DATA:** 30/09/2021

**HORÁRIO:** 10h00

**1. PARTICIPANTES****1.1. CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES**

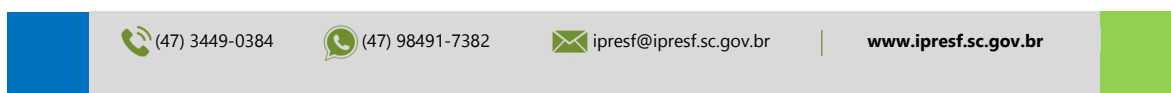
- Abelard Helbling Junior (Secretaria de Obras);
- Flávia Regina Celestino (Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF);
- Idelson Alves Porto (Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF);
- Ricardo Luiz Fernandes (Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF);
- Yara de Oliveira Marcomini (Secretaria Municipal de Educação);

**2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

A reunião ordinária do Conselho Administrativo teve início, às 10h00 e término às 11h00, sob a coordenação da Presidente Srta. Flávia Regina Celestino, com os Conselheiros Abelard Helbling Junior, Idelson Alves Porto, Ricardo Luiz Fernandes e Yara Marcomini.

**3. PAUTA DA REUNIÃO**

- 3.1.** Análise e aprovação da prestação de contas de agosto/2021;
- 3.2.** Assinaturas da ata anterior;
- 3.3.** Análise e aprovação da abertura de crédito orçamentário suplementar ao ano corrente 2021;
- 3.4.** Análise e aprovação da LOA (Lei Orçamentaria Anual) para o ano de 2022;







FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, 3º andar – Centro  
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000  
CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

2-4

### 3.5. Assuntos Diversos;

## 4. DOCUMENTOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS

### 4.1. DOCUMENTOS EXPEDIDOS

- Não houveram;

### 4.2. DOCUMENTOS RECEBIDOS

- Ata e parecer da reunião do Conselho Fiscal (24/09/2021);
- **Ofício IPRESF n.º 153/2021 - LOA;**
- **Ofício IPRESF n.º 159/2021 - CRÉDITO SUPLEMENTAR;**

## 5. ASSUNTOS TRATADOS

### 5.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO IPRESF DO MÊS DE AGOSTO/2021

Os membros realizaram as devidas assinaturas na ata anterior. Na sequência a Presidente fez a leitura da 22ª Ata, e o 34º Parecer do Conselho Fiscal sobre a prestação de contas do IPRESF do mês de agosto/2021, onde consta o parecer favorável sem ressalvas. Os membros deste Conselho Administrativo analisaram a prestação de contas apresentada, considerando também o parecer do Conselho Fiscal, aprovando as referidas prestações de contas.

### 5.2. ANÁLISE E APROVAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO SUPLEMENTAR AO ANO CORRENTE 2021

O IPRESF solicitou a este conselho a aprovação da abertura de o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais), ao orçamento do corrente exercício (2021), conforme a Lei Municipal nº 2.372, de 18 de dezembro de 2020, que aprovou o orçamento para o exercício de 2021. Considerando insuficiência orçamentária para que fosse garantido o pagamento das pensões do decorrente ano (2021), considerando os requerimentos de pensões existentes em iminência de concessão, a Gestão do IPRESF solicitou a este conselho a aprovação desta suplementação orçamentária. Os conselheiros analisaram a justificativa apresentada, assim como o valor

(47) 3449-0384

(47) 98491-7382

ipresf@ipresf.sc.gov.br

[www.ipresf.sc.gov.br](http://www.ipresf.sc.gov.br)



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, 3º andar – Centro  
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000  
CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

3-4

proposto pela gestão do Instituto dado através de levantamento dos processos em andamento com seus respectivos cálculos de proventos a serem concedidos, e tratando-se de assunto de importância e urgência a fim de o Instituto não falhar com seus compromissos de pagamentos de proventos de pensão e não havendo ressalvas, os conselheiros deferiram o pedido para que o mesmo fosse encaminhado ao Setor de Planejamento e Orçamento da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul para as devidas providências.

### 5.3. ANÁLISE E APROVAÇÃO DA LOA (LEI ORÇAMENTARIA ANUAL) PARA O ANO DE 2022

A gestão do IPRESF solicitou a este conselho a deliberação e aprovação da proposta da Lei Orçamentária Anual - LOA para o ano de 2022. Os conselheiros analisaram a projeção proposta pela gestão do Instituto, considerando o aumento de inativos e pensionistas, considerando as despesas correntes com folha de pagamento e contratos de fornecedores. Não havendo ressalvas, os conselheiros deferiram o pedido para que o mesmo fosse encaminhado ao Setor de Planejamento e Orçamento da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul para as devidas providências.

### 5.4. ASSUNTOS DIVERSOS

A Presidente agradeceu aos conselheiros pelo apoio e comprometimento durante o biênio corrente tornando o ano de 2021 muito produtivo, e mesmo apesar das dificuldades condicionadas pela pandemia o conselho adaptou-se e manteve o quórum nas reuniões de forma presencial ou por vídeo “a distância”. A conselheira Yara agradeceu a todos pela oportunidade, pois foi um período de muito aprendizado no desenvolvimento dos trabalhos, e que cada conselheiro possui aptidões diferenciadas, divergindo, concordando e direcionando as decisões para o melhor caminho possível levando em detrimento os interesses dos segurados. O Conselheiro Abelard agradeceu também a oportunidade de participar do Conselho Administrativo, e que se colocou à disposição sempre que o Instituto precisar. O Conselheiro Ricardo agradeceu a gestão a oportunidade de participar estes últimos nove meses, relatou ter sido uma experiência de muito aprendizado, e que mesmo com opiniões diferentes o respeito e o equilíbrio sempre prevaleceram. O Sr. Idelson

(47) 3449-0384

(47) 98491-7382

ipresf@ipresf.sc.gov.br

[www.ipresf.sc.gov.br](http://www.ipresf.sc.gov.br)



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, 3º andar – Centro  
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000  
CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

4-4

agradeceu ao empenho e dedicação de todos, e frisou que a gestão estará sempre à disposição do Conselho Administrativo buscando o desenvolvimento e o crescimento do Instituto. Informou ainda que a definição de data da próxima reunião, bem como posse dos novos membros do Conselho Biênio 2021/2023 está condicionada ao resultado do processo eleitoral para Conselheiros do IPRESF realizado no ano de 2021.

#### 5.5. PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

Será definida pela nova composição do Conselho Administrativo Biênio 2021/2023.

#### 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Srta. Flávia Regina Celestino, encerrou a reunião, e lavrou a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos demais Conselheiros presentes.

Flávia Regina Celestino  
Presidente

Abelard Helbling Junior  
Secretário

Idelson Alves Porto  
Conselheiro

Ricardo Luiz Fernandes  
Conselheiro

Yara de Oliveira Marcomini  
Conselheira

(47) 3449-0384

(47) 98491-7382

ipresf@ipresf.sc.gov.br

www.ipresf.sc.gov.br

**ATA Nº. 09 CONSELHO ADM**

Publicação Nº 3519430



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
CONSELHO ADMINISTRATIVO  
Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

**SÃO FRANCISCO DO SUL – SC LEI Nº. 72/2015  
CONSELHO ADMINISTRATIVO – IPRESF  
BIÊNIO 2021/2023**

**ATA Nº 009/2021 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO  
ADMINISTRATIVO DO IPRESF**

**LOCAL:** Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de  
São Francisco do Sul - IPRESF

**DATA:** 22/10/2021

**HORÁRIO:** 10h40min

**1. PARTICIPANTES**

**1.1. CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES**

- a) Flávia Regina Celestino (Presidente);
- b) Gerson José Horbucz – (Vice-Presidente);
- c) Ricardo Luiz Fernandes (Secretário);
- d) Idelson Alves Porto (Membro);
- e) Beatris Dircélha dos Santos (Membro);

**1.2. OUVINTE**

- a) Alexandre do Rosário (Servidor Segurado Ativo)

1 de 4  
Ata  
CADMI/JPRESF  
009/2021  
Biênio 2021-2023

**2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

**2.1.** A reunião ordinária do Conselho Administrativo teve início, às 10:40hs e término às 12:30hs, sob a coordenação do Diretor do IPRESF Sr. Idelson Alves Porto, com os Conselheiros Beatris Dircélha dos Santos, Flávia Regina Celestino, Gerson José Horbucz e Ricardo Luiz Fernandes.

**3. PAUTA DA REUNIÃO**

- 3.1.** Posse dos novos membros do Conselho Administrativo Biênio 2021/2023;
- 3.2.** Apresentação sobre a estrutura organizacional e situação financeira do IPRESF;
- 3.3.** Votação da mesa diretora, e indicação dos membros representantes ao Comitê de Investimentos;



(47) 3449-0384



(47) 3449-0384



conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

| [www.ipresf.sc.gov.br](http://www.ipresf.sc.gov.br)



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
CONSELHO ADMINISTRATIVO  
Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

#### 4. DOCUMENTOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS

##### 4.1. DOCUMENTOS EXPEDIDOS

- a) Resolução n.º 014/2021 – Composição da Mesa Diretora do Conselho Administrativo IPRESF para o Biênio 2021/2023, conforme item I, Artigo 2º de seu Regimento Interno;
- b) Resolução n.º 015/2021 – Indicação de 02 (dois) membros ao Comitê de Investimentos, conforme item XIX, Artigo 2º do seu Regimento Interno;

##### 4.2. DOCUMENTOS RECEBIDOS

- a) Portaria n.º 17.566/2021 da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul com nomeação dos membros eleitos e indicados ao Conselho Administrativo biênio 2021-2023;

#### 5. ASSUNTOS TRATADOS

##### 5.1. POSSE DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO BIÊNIO 2021/2023;

O Diretor do Instituto sr. Idelson Alves Porto agradeceu a presença de todos, parabenizando eleitos e indicados pela iniciativa e comprometimento com o Instituto, pois temos o dever de cuidar do que é nosso, e enfatizando que a Gestão do IPRESF está à disposição dos Conselhos para contribuir e trabalhar para a melhoria e crescimento do nosso Instituto. A conselheira Beatris pediu a palavra, e esclareceu quanto ao pedido de recurso feito contra a conselheira Flavia após o resultado das eleições, que o referido não possuía cunho pessoal, mas que estava apenas prezando pelo IPRESF. A conselheira Flávia aproveitou a oportunidade para reafirmar seu compromisso com o Conselho já que sua vaga é de membro eleito, que assumiu o mesmo cargo em igual situação na gestão anterior, o que nunca foi questionado e tão pouco foi problema já que não existe histórico de comportamento inidôneo em seu mandato, reafirmou ainda o zelo pelo Instituto por se tratar do seu futuro e a sua preocupação e cuidado ser igual à dos demais membros.

2 de 4  
Ata  
CADMIIPRESF  
009/2021  
Biênio 2021-2023

##### 5.2. APRESENTAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA DO IPRESF



(47) 3449-0384



(47) 3449-0384



conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

www.ipresf.sc.gov.br



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
CONSELHO ADMINISTRATIVO  
Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

Sr. Idelson juntamente com sua diretoria administrativa procederam com a apresentação aos membros sobre a estrutura organizacional, financeira e previdenciária do IPRESF. Na apresentação constavam dados como: Leis que regem o Instituto, formação e atribuições na estrutura organizacional, controle do número de aposentadorias e pensões concedidas, bem como processos em andamento para novas concessões, taxa de administração (base de cálculo e destinação), quadro de custeio do Instituto, carteira de investimentos, detalhamento sobre base contribuições previdenciárias, procedimentos e números de compensação previdenciária, equilíbrio financeiro e atuarial, despesas com folha de pagamento e manutenção da área administrativa. Sra. Sandra (Diretora Financeira e de Previdência) foi convidada para explanar quanto a parte financeira e previdenciária do Instituto. Informou aos conselheiros sobre a quantidade de aposentados, o PL (Patrimônio Líquido do Instituto), e que o cálculo atuarial para 2022 já está em fase de contratação da empresa especializada e em paralelo está ocorrendo a realização do levantamento de dados para o mesmo através do Recadastramento Obrigatório Anual 2021. Relatou também a necessidade de segregar a pasta financeira e previdenciária, pois esta apresenta grandes volumes e demandas distintas de trabalho, o que sobrecarrega a pasta. A conselheira Beatris questionou se o cálculo atuarial seria apresentado, os demais membros concordaram que esta apresentação poderia ficar para as próximas reuniões, considerando que o novo cálculo está em desenvolvimento e que havia sido recentemente apresentando aos antigos Conselheiros, bem como para o Executivo Municipal e sua equipe. A conselheira Beatris complementou "afirmando já ter visualizado o estudo disponível no site oficial do IPRESF"; o que levou o Conselho a não requerer a apresentação na reunião corrente em virtude do horário já estar bem avançado e que o novo cálculo já tem seu procedimento iniciado.

3 de 4  
Ata  
CADMIIPRESF  
009/2021  
Biênio 2021-2023

### 5.3. VOTAÇÃO DA MESA DIRETORA

Dando continuidade à reunião sr. Idelson indagou aos membros quanto a disposição e interesse de cada um para composição da nova mesa. A conselheira Flávia manifestou interesse em continuar na presidência para novo biênio, a conselheira Beatris alegou não haver interesse e já os demais membros consideraram utilizar o método da gestão passada, eleger o servidor com maior número de votos no



(47) 3449-0384



(47) 3449-0384



conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

www.ipresf.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

processo eleitoral. Desta forma foi eleita srta. Flavia Regina Celestino como Presidente. O sr. Gerson José Horbucz manifestou interesse na vice-presidência, o que foi aceito pelos demais conselheiros, e Sr. Ricardo Luiz Fernandes aceitou o cargo de Secretário. Assumindo a presidência da sessão a srta. Flávia iniciou o processo de votação para indicação dos membros para ocupação das 02 (duas) cadeiras no Comitê de Investimentos. De forma unanime o Conselho optou por manter os atuais membros, sendo assim foram indicados para o Comitê de Investimentos os srs. Gerson e Ricardo.

**5.4. PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA**

A próxima reunião ficou para ser realizada conforme nova convocação emitida pela Presidência do Conselho.

**6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

6.1. Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Srta. Flávia Regina Celestino, encerrou a reunião, e lavrou a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos demais Conselheiros presentes.

4 de 4  
Ata  
CADM/IPRESF  
009/2021  
Bienio 2021-2023\_\_\_\_\_  
Flávia Regina Celestino  
Presidente\_\_\_\_\_  
Gerson José Horbucz  
Vice-Presidente\_\_\_\_\_  
Ricardo Luiz Fernandes  
Secretário\_\_\_\_\_  
Beatris Dircélha dos Santos  
Membro\_\_\_\_\_  
Idelson Alves Porto  
Membro

(47) 3449-0384



(47) 3449-0384



conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

www.ipresf.sc.gov.br



**ATA Nº. 10 CONSELHO ADM**

Publicação Nº 3519433



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
CONSELHO ADMINISTRATIVO  
Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

**SÃO FRANCISCO DO SUL – SC LEI Nº. 72/2015**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO – IPRESF**  
**BIÊNIO 2021/2023**

**ATA Nº 010/2021 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPRESF**

**LOCAL:** Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de São Francisco do Sul - IPRESF

**DATA:** 16/11/2021

**HORÁRIO:** 11:00 horas

**1. PARTICIPANTES****1.1. CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES**

- a) Flávia Regina Celestino (Presidente);
- b) Gerson José Horbucz – (Vice-Presidente);
- c) Ricardo Luiz Fernandes (Secretário);
- d) Idelson Alves Porto (Membro);
- e) Beatris Dircélha dos Santos (Membro);

**2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS:** A reunião ordinária do Conselho Administrativo teve início às 11h00 e término às 13h45min, sob a coordenação da Presidente srta. Flávia Regina Celestino, com os Conselheiros Beatris Dircélha dos Santos, Gerson José Horbucz, Idelson Alves Porto e Ricardo Luiz Fernandes.

1 de 6  
Ata  
CADM/IPRESF  
010/2021  
Biênio 2021-2023

**3. PAUTA DA REUNIÃO**

- 3.1. Leitura, discussão e aprovação do ato anterior da ata anterior;
- 3.2. Análise, discussão e aprovação das contas do IPRESF do mês de setembro/2021;
- 3.3. Apresentação, discussão e aprovação da Política de Investimentos para o ano 2022;
- 3.4. Leitura e discussão do ofício emitido pela Comissão Eleitoral nomeada pela Portaria Municipal n.º 17.495/2021;
- 3.5. Recursos administrativos quanto aos indeferimentos de pedidos de aposentadorias de servidores ocupantes do cargo de fiscais de obras e posturas;
- 3.6. Leitura do ofício n.º 659/2021 oriundo da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul em resposta ao ofício CADM n.º 008/2021 que solicitava documentação acerca dos trâmites do projeto de lei complementar n.º 020/2014;
- 3.7. Assuntos Diversos;

**4. DOCUMENTOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS**

(47) 3449-0384

(47) 3449-0384

conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

[www.ipresf.sc.gov.br](http://www.ipresf.sc.gov.br)



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
CONSELHO ADMINISTRATIVO  
Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

#### 4.1. DOCUMENTOS EXPEDIDOS

- a) Resolução n.º 016/2021 – Aprovação das Demonstrações Financeiras e Contábeis da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, referentes ao mês de setembro de 2021;
- b) Resolução n.º 017/2021 – Aprovação da Política de Investimentos que estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros, as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF;

#### 4.2. DOCUMENTOS RECEBIDOS

- a) Minuta da Política de Investimentos para o ano de 2022;
- b) Ata da 1ª Reunião do Conselho Fiscal Biênio 2021-2023 realizada no dia 10 de novembro de 2021;
- c) Ofício n.º 659/2021 da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul;
- d) Ofício Circular n.º 001/2021 da Comissão Eleitoral dos Conselhos nomeada pela Portaria Municipal n.º 17.495/2021;

### 5. ASSUNTOS TRATADOS

#### 5.1. LEITURA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 009/2021: O

secretário sr. Ricardo solicitou novo prazo para elaboração da ata da reunião anterior em virtude do aumento na demanda de trabalho no período de recadastramento obrigatório anual do ano de 2021 na sede do IPRESF, o que dificultou a elaboração do documento, somado ao fato de ter que apurar o assuntos tratados de forma mais minuciosa já que quando nomeado secretário a reunião já havia transcorrido em boa parte tendo que juntar as anotações de todos os participantes, desta ficando estabelecido que as atas das reuniões ordinárias n.ºs 009 e 010 serão encaminhadas por endereço eletrônico para análise e serão lidas e aprovadas na próxima reunião.

2 de 6  
Ata  
CADMIIPRESF  
010/2021  
Bênio 2021-2023

#### 5.2. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E VOTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2022: A

Presidente da mesa srta. Flávia Regina Celestino agradeceu a presença de todos, e passou a palavra para Sra. Sandra Heloisa de Biasi (Diretora Financeira e de Previdência) que apresentou a Política de Investimentos do IPRESF para o ano de 2022. A diretora ressaltou que todos os membros receberam previamente uma cópia eletrônica da minuta da política a ser votada para que assim, a apresentação pudesse ser mais objetiva e dinâmica possível, e informou que referente a Secretaria da Previdência não havia emitido nenhuma alteração até o momento, mas caso houvesse alguma modificação nas normas até o fim do ano corrente, algo propício a ocorrer, a política deverá ser revisada e desta forma passar novamente pelo crivo do Conselho Administrativo do IPRESF. A conselheira srta. Beatris questionou sobre a inclusão da ALM (gestão dos investimentos com foco no passivo atuarial) a diretora srta. Sandra respondeu que para os Institutos que estão no Pró-Gestão “Nível 2” o caráter é



(47) 3449-0384



(47) 3449-0384



conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

www.ipresf.sc.gov.br


**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro

São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000

CNPJ 23.017.093/0001-62

obrigatório, mas no manual do Pró Gestão hoje em vigor, o RPPS não precisa cumprir os 100% das ações para obter a certificação, ressaltou ainda que a Comissão do Pró gestão irá proceder uma revisão no manual ainda este ano para e possivelmente essa exigência do estudo de ALM deixará de ser item obrigatório, pois há uma expectativa de uma resolução da Secretaria de Previdência sobre o assunto. Caso não haja remoção da exigência será procedida a contratação do estudo a fim de garantir o nível de certificação do Pró- Gestão. Dando continuidade à apresentação a sra. Sandra elencou e explanou sobre os seguintes pontos da Política de Investimentos: **a) META DE RENTABILIDADE** - Taxa de juros retorno esperado (%): Estabelece como meta a taxa de 4,91%, decorrente da atual Taxa Básica de juros da economia (SELIC), da inflação para 2022 e a necessidade de maior exposição aos ativos de risco. **b) MODELO DE GESTÃO** - o IPRESF adota o modelo de GESTÃO PRÓPRIA, em conformidade com o inciso I, parágrafo 1º, artigo 15º da Resolução CMN nº 3.922/2010. **c) COMPETÊNCIAS DOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DOS RECURSOS** - Gestor/Diretor/Gerente Financeiro, Conselho de Administração/Administrativo/Deliberativo, Comitê de Investimentos, Consultoria de Investimentos, Gestor/Administrador/Distribuidor. **d) ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS** - Embora o RPPS busque investimentos que atendam suas necessidades atuariais no longo prazo, e para isso poderá se utilizar de um embasamento provido pelo ALM, os gestores poderão realizar movimentos com objetivo de obter retorno financeiro de curto prazo, procurando distorções de preços em excessos de valorização ou desvalorização dos ativos financeiros. **e) VEDAÇÕES E RECOMENDAÇÕES**-Não houveram. **f) LIMITES DE ALOCAÇÕES**:

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	RESOLUÇÃO 3.922/2010	LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
<b>ARTIGO 7º - RENDA FIXA</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>	<b>68,5%</b>	<b>100%</b>
TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN - ART. 7º, I, A	100%	0%	10,0%	100%
FI 100% TÍTULOS TN - ART. 7º, I, B	100%	0%	38,0%	100%
ETF - 100% TÍTULOS PÚBLICOS - ART. 7º, I, C	100%	0%	0,5%	100%
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS - ART. 7º, II	5%	0%	0,0%	5%
FI RENDA FIXA "REFERENCIADO" - ART. 7º, III, A	70%	0%	3,0%	70%
ETF - RENDA FIXA "REFERENCIADO" - ART. 7º, III, B	70%	0%	0,5%	70%
FI RENDA FIXA - GERAL - ART. 7º, IV, A	50%	0%	11,5%	50%
ETF - DEMAIS INDICADORES DE RF - ART. 7º, IV, B	50%	0%	0,5%	50%
LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS - ART. 7º, V, B	20%	0%	0,0%	20%
CDB - CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO - ART. 7º, VI, A	15%	0%	0,0%	15%
POUPANÇA - ART. 7º, VI, B	15%	0%	0,0%	15%
FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS - COTA SÊNIOR - ART. 7º, VII, A	10%	0%	0,5%	10%
FI RENDA FIXA "CRÉDITO PRIVADO" - ART. 7º, VII, B	15%	0%	3,5%	15%
FI DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA - ART. 7º, VII, C	10%	0%	0,5%	10%
<b>ARTIGO 8º - RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>40%</b>	<b>0%</b>	<b>21,5%</b>	<b>40%</b>
FI DE AÇÕES - ÍNDICES C/ NO MÍNIMO 50) - ART. 8º, I, A	40%	0%	1,0%	40%
ETF - ÍNDICE DE AÇÕES (C/ NO MÍNIMO 50) - ART. 8º, I, B	40%	0%	2,5%	40%
FI DE AÇÕES - GERAL - ART. 8º, II, A	30%	0%	13,0%	30%
ETF - DEMAIS ÍNDICES DE AÇÕES - ART. 8º, II, B	30%	0%	0,0%	30%
FI MULTIMERCADO - ABERTO - ART. 8º, III	10%	0%	3,5%	10%
FI EM PARTICIPAÇÕES - ART. 8º, IV, A	5%	0%	0,5%	5%
FI IMOBILIÁRIOS - ART. 8º, IV, B	10%	0%	0,5%	10%
FI "AÇÕES - MERCADO DE ACESSO" - ART. 8º, IV, C	5%	0%	0,5%	5%
<b>ARTIGO 9º - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>	<b>10%</b>	<b>0%</b>	<b>10,0%</b>	<b>10%</b>
FUNDO DE RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA - ART. 9º-A, I	10%	0%	1,0%	10%
FI - SUFIXO INVESTIMENTO NO EXTERIOR - ART. 9º-A, II	10%	0%	4,5%	10%
FI DE AÇÕES - BDR NÍVEL 1 - ART. 9º-A, III	10%	0%	4,5%	10%

3 de 6  
Ata  
CADMIPRESF  
010/2021  
Bênio 2021-2023

(47) 3449-0384

(47) 3449-0384

conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

[www.ipresf.sc.gov.br](http://www.ipresf.sc.gov.br)



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
CONSELHO ADMINISTRATIVO  
Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

ENQUADRAMENTO	LIMITE SOMATÓRIO
ART. 7º, III, A	70%
ART. 7º, III, B	
ART. 7º, IV A	50%
ART. 7º, IV B	
ART. 7º, VI A	15%
ART. 7º, VI B	
ART. 8º	40%
ART. 9º	10%

g) GESTÃO DE RISCO; h) ACOMPANHAMENTO DE DESEMPENHO; i) PLANO DE CONTINGÊNCIA; j) POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA; k) CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS; l) ABERTURA DAS CARTEIRAS E DO RATING DOS ATIVOS; m) DISPONIBILIZAÇÃO DOS RESULTADOS; n) CENÁRIO ECONÔMICO; Ao final da apresentação a presidente da mesa abriu para questionamentos, se houvessem sobre a nova Política de investimento para 2022, considerando que todos já haviam recebido antecipadamente o documento a nova Política de Investimentos foi aprovada sem ressalvas.

### 5.3. RECURSOS ADMINISTRATIVOS ACERCA DE INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE APOSENTADORIA DE 02 (DOIS) SERVIDORES OCUPANTES DO CARGO DE FISCAIS DE OBRAS E POSTURAS:

A Presidente iniciou o assunto explanando sobre os procedimentos realizados desde o recebimento dos recursos protocolados ainda aos cuidados do Conselho Biênio 2019-2021. Os pedidos de recurso administrativo tratam-se de 02 (dois) requerimentos de aposentadoria com concessão indeferida pelo IPRESF, ambos os processos possuem apontamentos similares, como enquadramento que foi estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº. 68/2014, o que suscitou dúvidas com relação constitucionalidade dos pedidos perante aos critérios estabelecidos pela Constituição Federal e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, fato que altera as remunerações e desenquadra os servidores que prestaram concurso para os cargos a nível médio. A mencionada Lei não é específica quanto aos cargos de nível médio e tão pouco os coloca em extinção. Buscando maiores esclarecimentos sobre a elaboração e aprovação da referida lei, este conselho enviou ofício a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul solicitando cópia integral dos documentos relacionados ao trâmite para aprovação do Projeto de Lei Complementar n.º 020/2014, que posteriormente teve a Lei sancionada sob o nº. 068/2014. Após explanação da Presidente da mesa, a nova composição do Conselho Administrativo convidou e solicitou a sra. Sandra ocupante do cargo de Diretora de Previdência do IPRESF, que explanasse sobre o assunto para que os novos membros do Conselho Administrativo pudessem ter uma visão mais ampla do procedimento que levou ao indeferimento dos pedidos de aposentadoria. A Diretora de Previdência informou que antes de indeferir os pedidos, esgotou todas as possibilidades para solucionar os apontamentos juntos aos órgãos envolvidos. Devido à complexidade dos processos, ficou determinado que será emitido um

4 de 6  
Ass  
CADMIIPRESF  
01/01/2021  
Biênio 2021-2023

(47) 3449-0384

(47) 3449-0384

conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

www.ipresf.sc.gov.br



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
CONSELHO ADMINISTRATIVO  
Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

ofício aos segurados informando que os requerimentos seguem em análise, agora sob posse da nova composição do Conselho Administrativo, que deverá decidir sobre o deferimento ou indeferimento das solicitações nas próximas reuniões. A presidente afirmou que disponibilizará de forma digital e integral toda a documentação relativa aos requerimentos, para análise mais detalhada por parte dos novos conselheiros.

**5.4. LEITURA DO OFÍCIO N.º 659/2021 ORIUNDO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL:** O documento da mencionada Casa Legislativa contém a resposta ao ofício CADM n.º 008/2021 quanto a solicitação de cópia integral dos documentos relacionados ao trâmite para aprovação do Projeto de Lei Complementar n.º 20/2014, que posteriormente teve a Lei sancionada sob o n.º. 068/214. Foi constatado que o projeto tramitou pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, Comissão de Finanças e Orçamento, tramitou também junto a Assessoria Jurídica daquela Casa. O Projeto de Lei foi analisado, votado e aprovado sem ressalvas.

**5.5. ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS CONTAS DO IPRESF DO MÊS DE SETEMBRO/2021:** A presidente Flávia iniciou o assunto informando que o Conselho Fiscal enviou uma cópia da 1ª ata assinada onde consta em sua redação a aprovação das contas do mês de setembro de 2021, mas que não entregou documento específico em formato de parecer. A conselheira Beatris questionou sobre o formato de envio da documentação do Conselho Fiscal, a presidente informou ter notificado via endereço eletrônico ao referido Conselho quanto aos documentos pós reunião necessários a serem enviados ao Conselho Administrativo. Na Ata da reunião do Conselho Fiscal ficou estabelecido também que o número de relatórios será reduzido, e que será feita uma única impressão para tramitar entre os conselhos evitando o desperdício de papel e insumos; A presidente informou que quanto a impressão, o procedimento já havia sido adotado pela gestão dos Conselhos anteriores. Na Ata houve também questionamento sobre o valor de Compensação Previdenciária acumulado referente a entrada nas contas bancárias do Instituto. O senhor Idelson informou que o pagamento acumulado é referente aos meses de julho, agosto e setembro/2021; ressaltou ainda que o motivo do acúmulo da Compensação Previdenciária foi em virtude da Certidão Federal desatualizada do Ente, situação que logo que constatada foi corrigida. Esclarecidas as dúvidas o Conselho Fiscal foi favorável em sua ata quanto a aprovação das contas do mês de setembro/2021. Beatris acrescentou que fosse pedido ao Conselho Fiscal que os próximos documentos sejam encaminhados por meio de ofício, a presidente informou que o pedido também foi registrado na notificação enviada de forma eletrônica já mencionada anteriormente. Não havendo mais dúvidas as contas de setembro/2021 foram aprovadas.

5 de 6  
Ata  
CADM/IPRESF  
010/2021  
Bênio 2021-2023

**5.6. LEITURA OFÍCIO EMITIDO PELA COMISSÃO ELEITORAL:** A presidente fez a leitura do ofício n.º 001/2021 da Comissão Eleitoral instituída pela Portaria n.º 17.495/2021, onde consta anexo a Ata de encerramento contendo diversas proposições de melhoria no processo eleitoral dos conselhos para as próximas eleições:



(47) 3449-0384



(47) 3449-0384



conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

www.ipresf.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

- (a) Que as eleições ocorram com no mínimo 03 meses de antecedência;
- (b) Que a Administração forneça meios para a realização do pleito de forma digital;
- (c) A revisão da Lei 72/2015, de forma detalhar e esclarecer o impedimento de participação de ocupantes de cargo em comissão da Diretoria Executiva do IPRESF como candidatos aos pleitos dos conselhos fiscal e administrativo, devido ao pedido de impugnação;
- (d) Revisar o Edital de convocação, com a previsão das penalidades no caso de campanhas extemporâneas;
- (e) Revisar a Lei Complementar nº72/2015 quanto a quantidade de Conselheiros Eleitos;
- (f) Que previamente ao lançamento do processo eleitoral seja promovida "Educação Previdenciária" aos segurados;
- (g) Que haja melhor divulgação no processo eleitoral;
- (h) Que a comissão seja formada, no mínimo por representantes das seguintes secretarias municipais: Obras, Saúde, Educação, Administração, Gestão de Pessoas, IPRESF e SAMAE;

O Conselho acatou as recomendações, estudará os itens mencionados e dará prioridade as alterações que tangem a Lei Complementar nº. 72/2015. Quanto aos itens que são de responsabilidade da prefeitura foi solicitado que a gestão acompanhe melhor os procedimentos e prazos no período pré-eleitoral,

**5.7. ASSUNTOS DIVERSOS**

Quanto as próximas reuniões, ficou estabelecido que será mantido o calendário atual que foi aprovado na Ata 002/2021 deste Conselho, e que no ano de 2022 será estabelecido um novo calendário.

**5.8. PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA**

A próxima reunião está programada para o dia 30 de novembro de 2021.

6 de 6  
Ata  
CADM/IPRESF  
010/2021  
Bênênio 2021-2023

**6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nada mais havendo a tratar, a Presidente srta. Flávia Regina Celestino, encerrou a reunião e lavrou a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos demais Conselheiros presentes.

Flávia Regina Celestino  
Presidente

Gerson José Horbucz  
Vice-Presidente

Ricardo Luiz Fernandes  
Secretário

Beatris Dircêlha dos Santos  
Membro

Idelson Alves Porto  
Membro

(47) 3449-0384

(47) 3449-0384

conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

www.ipresf.sc.gov.br

**ATA Nº. 11 CONSELHO ADM**

Publicação Nº 3519437



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
CONSELHO ADMINISTRATIVO  
Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

**SÃO FRANCISCO DO SUL – SC LEI Nº. 72/2015  
CONSELHO ADMINISTRATIVO IPRESF  
BIÊNIO 2021/2023**

**ATA Nº 011/2021 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPRESF**

**LOCAL:** Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de São Francisco do Sul - IPRESF

**DATA:** 06/12/2021

**HORÁRIO:** 09h00

**1. PARTICIPANTES**

**1.1. CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES**

- a) Flávia Regina Celestino (Presidente);
- b) Gerson José Horbucz – (Vice-Presidente);
- c) Ricardo Luiz Fernandes (Secretário);
- d) Idelson Alves Porto (Membro);
- e) Beatris Dircélha dos Santos (Membro);

**2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

**2.1.** A reunião ordinária do Conselho Administrativo teve início às 09:00hs e término às 10:45hs, sob a coordenação da Presidente Flávia Regina Celestino, com os Conselheiros Beatris Dircélha dos Santos, Gerson José Horbucz, Idelson Alves Porto e Ricardo Luiz Fernandes.

1 de 6  
Ata  
CADMI/IPRESF  
011/2021  
Biênio 2021-2023

**3. PAUTA DA REUNIÃO**

**3.1.** Leitura, discussão e aprovação da Ata da Reunião Extraordinária (Posse), realizada no dia 22/10/2021 (adiada);

**3.2.** Leitura, discussão e aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária realizada no dia 16/11/2021 (adiada);

**3.3.** Análise, discussão e aprovação das contas do IPRESF referente ao mês de outubro de 2021;

(47) 3449-0384



(47) 3449-0384



conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

[www.ipresf.sc.gov.br](http://www.ipresf.sc.gov.br)





FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
CONSELHO ADMINISTRATIVO  
Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

**3.4.** Discussão dos recursos administrativos impetrados por 02 (dois) servidores efetivos ocupantes do cargo de “Fiscal de Obras e Posturas” acerca de indeferimento de seus respectivos requerimentos de aposentadoria;

**3.5.** Leitura, discussão e votação do Projeto de Lei que regulamenta o desconto e o repasse de contribuições previdenciárias, permitindo o parcelamento de dívidas;

**3.6.** Assuntos diversos;

#### **4. DOCUMENTOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS**

##### **4.1. DOCUMENTOS EXPEDIDOS**

- a) Ofícios n.º 012/2021 e 013/2021 remetidos aos servidores autores dos recursos administrativos citados no item 3.4;
- b) Resolução n.º 018/2021 – Despacho de Decisão de Recursos Administrativos de Indeferimentos de Requerimentos de Aposentadoria protocolados sob n.º 014 e 015/2020.

##### **4.2. DOCUMENTOS RECEBIDOS**

- a) Ofício n.º 194/2021 do IPRESF, que encaminha o Projeto de Lei que regulamenta o desconto, parcelamento e repasse de contribuições previdenciárias;

2 de 6  
Ata  
CADMIIPRESF  
011/2021  
Bênio 2021-2023

#### **5. ASSUNTOS TRATADOS**

**5.1. LEITURA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS N° 09 E 10/2021:** A presidente Flávia iniciou a reunião informando não ter havido tempo hábil para revisão das atas mencionadas e consequentemente não houve os seus respectivos envios para pré análise dos demais conselheiros. A conselheira Beatris pediu que constasse nesta ata que se sente desconfortável em assinar as atas anteriores sem a leitura na reunião para possíveis apontamentos, a presidente explicou que o envio da minuta da ata por endereço eletrônico é justamente para esta finalidade, ou seja, “apontamentos e correções”, sendo passível de alterações através de sugestões em resposta eletrônica ou em reunião de leitura e aprovação. Desta forma ficou estabelecido que as minutas das atas serão enviadas previamente de forma eletrônica e sofrerão alterações (se necessário) durante reunião agendada posteriormente com o referido tema colocado em pauta.

**5.2. ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS CONTAS DO IPRESF REFERENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 2021:** Quanto a análise das contas do IPRESF referente ao mês



(47) 3449-0384



(47) 3449-0384



conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

www.ipresf.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL****CONSELHO ADMINISTRATIVO**Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

outubro de 2021 foi constatado que estava pendente a ata e o parecer do Conselho Fiscal, mas o fato não impede a análise e aprovação do Conselho Administrativo. A conselheira Beatris informou que tem ressalvas e apontamentos para fazer quanto as contas analisadas, sendo elas quanto às despesas com ressarcimento de alimentação e ressarcimentos de despesas com passagens aéreas. A conselheira alegou que estas despesas deveriam ser empenhadas previamente e não no formato de ressarcimento. Relatou ainda que considera as despesas irregulares, que reprova a forma como se procedeu, que estas despesas devem ser devolvidas, e que a responsabilidade é do Presidente do Instituto, o qual deve fazer o ressarcimento. O Sr. Idelson informou que não houve dolo e nem má fé, pois as despesas foram devidamente pagas com toda a documentação comprobatória necessária para liquidar o pagamento, e que no caso das passagens aéreas, o Instituto não possui contrato vigente com agência para fornecimento do objeto, além de o evento ter sido remarcado 2 (duas) vezes em virtude da pandemia o que também gerou remarcação das passagens e custos extras para a operação, que foram pagas com recursos próprios dos servidores e desta forma solicitaram o referido ressarcimento. A sra. Beatris continuou os apontamentos e mencionou ter havido pagamento de abono de férias aos servidores do IPRESF, o que em seu entendimento é vedado pela Lei Federal 173/2020 e que os valores também deveriam ser devolvidos pelo responsável, no caso o Diretor Presidente do IPRESF. Sr. Idelson informou que serão apurados esses pagamentos e caso tenha havido alguma irregularidade estas serão justificadas. A conselheira sra. Beatris apontou também que não identificou nos relatórios as "Receitas Intra" e o fato de já estarmos no mês de dezembro a prefeitura já deveria ter efetuado o ressarcimento dos valores pagos a servidores cedidos ao IPRESF, conforme preconiza a Lei Complementar n.º 72/2015. Respondendo ao questionamento o sr. Idelson explicou que o Ente já repassou os valores correspondentes de janeiro a julho de 2021 e que as solicitações de ressarcimento não são realizadas de forma mensal. A sra. Beatris concordou, pois na gestão anterior em que estava gestora do Instituto a mesma também não o fazia as solicitações de ressarcimento de forma mensal. Continuando o assunto o sr. Idelson solicitou a sua Diretora Financeira que apresentasse os comprovantes, a conselheira Beatris disse que não havia necessidade, mas que gostaria apenas que os valores aparecessem no relatório mensal. A presidente da mesa srta. Flávia esclareceu que isto não seria possível, pois as contas analisadas na presente reunião são do mês de outubro de 2021 e os pagamentos foram efetuados em agosto/2021. Retornando ao assunto de pagamento de abono de férias o sr. Ricardo questionou sobre o início da vigência da

3 de 6  
Ata  
CADMIIPRESF  
01/1/2021  
Bênio 2021-2023

(47) 3449-0384



(47) 3449-0384



conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

| [www.ipresf.sc.gov.br](http://www.ipresf.sc.gov.br)



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
CONSELHO ADMINISTRATIVO  
Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

mencionada Lei 173/2020; o conselheiro sr. Gerson informou que passou a vigorar a partir de 27 de maio de 2020. O sr. Idelson informou que os pagamentos seguiram os mesmos procedimentos do ano anterior, e não havia existido questionamento, apontamento de irregularidade ou impedimento até então, inclusive por parte da equipe de gestão do IPRESF em 2020. O sr. Gerson comentou que seria mais esclarecedor se pudesse ser chamado o contador do IPRESF para tirar algumas dúvidas; chamado para a reunião o contador do IPRESF foi questionado se houve empenho prévio para as despesas de ressarcimento ou se esse procedimento era adotado em anos anteriores, o mesmo relatou que não havia possibilidade de efetuar empenho prévio, que o empenho é realizado mediante solicitação do servidor, com comprovação da despesa e autorização do responsável competente para que seja realizado o ressarcimento, informou ainda que o procedimento foi o mesmo adotado nos anos anteriores para a mesma situação. O contador sugeriu que se faça no início de cada ano um empenho prévio global que poderia ser usado para arcar com pequenas despesas emergenciais. A presidente mencionou que deve existir um valor limite para esse procedimento e que provavelmente supriria a questão de alimentação, porém não abrangeria despesas maiores, como no caso das passagens aéreas. Ressaltou que o que deve ser observado é a necessidade de contratação de empresa especializada para fornecimento de passagens aéreas. Continuando sua fala comentou que como membro do conselho anterior não recorda de empenhamento prévio para ressarcimento de passagens e que o procedimento foi o mesmo adotado no ano de 2018, 2019 e 2021. Mencionou ainda que o pagamento de abono de férias vem sendo realizado desde 2020. O conselheiro Gerson comentou que se a Lei 173/2020 já estava vigorando em 27 de maio de 2020, sugeriu abertura de processo administrativo desde esta data para apurar possíveis pagamentos irregulares. A sra. Beatris disse que não seria necessário, que gostaria de atenção especial a questão do ressarcimento das passagens. O conselheiro Ricardo recomendou que fosse solicitado um parecer jurídico para o Procurador do IPRESF sobre o procedimento de todas estas despesas, a conselheira Beatris mencionou não ser necessário solicitação do parecer jurídico, solicitou apenas que conste em ata seu questionamento e que seja verificada a legalidade dos procedimentos.

4 de 6  
Ata  
CADMIIPRESF  
01/1/2021  
Bênio 2021-2023

**5.3. LEITURA E VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE REGULAMENTA O DESCONTO E O REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, PERMITINDO O PARCELAMENTO DE DÍVIDAS:** O sr. Idelson apresentou o Projeto de Lei para tratar dos descontos e repasses das contribuições previdenciárias permitindo seus parcelamentos. A



(47) 3449-0384



(47) 3449-0384



conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

www.ipresf.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

presidente Flávia comentou que o objetivo de ter enviado o Projeto de Lei por endereço eletrônico aos conselheiros, foi para que pudesse ser agilizado o processo de análise do projeto, havendo assim tempo hábil para enviar a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, considerando o recesso de final de ano o que pode trazer morosidade na aprovação. A conselheira Beatris mencionou que recorda que seria feita apenas uma alteração de um adverbio, o “não”, do projeto que já tramitava naquela casa legislativa e que quanto ao e-mail contendo o Projeto de Lei informou não ter lido previamente o documento, pois não observou ter recebido a correspondência eletrônica. O sr. Gerson comentou que o e-mail já havia sido enviado com duas semanas de antecedência, e que o efeito proposto neste projeto Lei é o mesmo do projeto já tramitando, sendo apenas mais abrangente e detalhado quanto a contribuições. O sr. Idelson informou que em consulta feita ao procurador do IPRESF, o mesmo respondeu através da CI n° 095/2021/PROC, que *“considera inviável retirar o Projeto de Lei já tramitando na Câmara de Vereadores e que sua retirada para encaminhamento de substitutivo poderia gerar atrasos na apreciação daquela demanda, a qual ainda é urgente”*. Desta forma elaborou-se outro Projeto de Lei específico quanto a repasse de contribuições conforme complementado pelo sr. Gerson. Pela falta de apreciação prévia da conselheira sra. Beatris a votação do projeto foi adiada para a próxima reunião.

**5.4. DISCUSSÃO ACERCA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS IMPETRADOS POR 2 (DOIS) SERVIDORES EFETIVOS OCUPANTES DO CARGO DE “FISCAL DE OBRAS E POSTURAS”:**

Sobre estes dois recursos, os conselheiros concordaram que diante dos fatos, e considerando todos os Pareceres do Controle Interno da PMSFS, e Procuradoria Jurídica do IPRESF, juntamente com Despacho de Decisão da Diretoria Financeira e Previdência, e consultas realizadas junto a legislação votada e tramitada na Câmara de Vereadores, também consultas realizadas no TCE-SC sobre casos similares, os conselheiros INDEFEREM o pedido dos solicitantes e emitirão uma resolução sobre esta decisão.

**5.5. ASSUNTOS DIVERSOS:** **a) Senso Previdenciário** - Sobre a contratação de empresa para senso previdenciário o sr. Idelson comentou que está sendo analisada uma parceria junto a UNIVILLE para que seja firmado contrato para realização deste trabalho através de Dispensa de Licitação por se tratar de Instituição Comunitária da Educação Superior. **b) Horário das Reuniões** - Sr. Ricardo pontuou a necessidade de estabelecer horário de início e fim para as reuniões, para que os assuntos pautados sejam estritamente cumpridos, não atrasando o andamento dos trabalhos, proporcionado mais dinamismo e objetividade nas reuniões, e que se necessário seja agendada uma reunião extraordinária para tratar de

5 de 6  
Ata  
CADMIIPRESF  
01/1/2021  
Bênio 2021-2023

(47) 3449-0384



(47) 3449-0384



conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

www.ipresf.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL****CONSELHO ADMINISTRATIVO**

Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

assuntos fora da pauta. **c) Pontuação de Constrangimento** – o sr. Gerson externou seu descontentamento com a Sra. Beatris quanto ao fato de mencionar em todas as reuniões que optou em participar do Conselho Administrativo como eleita para que pudesse ter voz e poder apontar e opinar sem represálias, fazendo alusão de que os Conselheiros indicados não tenham essa liberdade; afirmou ainda que todos estão no mesmo plano, e que todos temos o mesmo direito de voz, e esse tipo de fala repetida é muito constrangedora; solicitou que deste ponto em diante não haja diferenciação entre conselheiros eleitos ou indicados. O sr. Idelson mencionou que de forma alguma a gestão cercearia a voz de nenhum conselheiro. A srta. Flávia relatou que também é eleita e mesmo fazendo parte da gestão do IPRESF se sente em total liberdade para fazer quaisquer apontamentos, críticas ou sugestões ao Diretor, seja em reunião do CADM ou em questões ordinárias do dia a dia. A conselheira Beatris desculpou-se pela colocação e explicou que não era sua intenção de causar constrangimentos e sim de deixar claro seu posicionamento perante o Conselho; informou que o termo não seria mais utilizado. A situação foi esclarecida e o assunto encerrado.

**5.6. PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA:** A próxima reunião ficou estabelecida para o dia 10 de dezembro de 2021.

**6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Srta. Flávia Regina Celestino, encerrou a reunião, e lavrou a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos demais Conselheiros presentes.

6 de 6  
Ata  
CADM/IPRESF  
01/1/2021  
Bênício 2021-2023

Flávia Regina Celestino  
Presidente

Gerson José Horbucz  
Vice-Presidente

Ricardo Luiz Fernandes  
Secretário

Beatris Dircélha dos Santos  
Membro

Idelson Alves Porto  
Membro

(47) 3449-0384



(47) 3449-0384



conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

[www.ipresf.sc.gov.br](http://www.ipresf.sc.gov.br)

**ATA Nº. 12 CONSELHO ADM**

Publicação Nº 3519901



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
CONSELHO ADMINISTRATIVO  
Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

**SÃO FRANCISCO DO SUL – SC LEI Nº. 72/2015  
CONSELHO ADMINISTRATIVO IPRESF  
BIÊNIO 2021/2023**

**ATA Nº 012/2021 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO  
ADMINISTRATIVO DO IPRESF**

**LOCAL:** Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de  
São Francisco do Sul - IPRESF

**DATA:** 10/12/2021

**HORÁRIO:** 08h00

**1. PARTICIPANTES**

**1.1. CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES**

- a) Flávia Regina Celestino (Presidente);
- b) Gerson José Horbucz – (Vice-Presidente);
- c) Idelson Alves Porto (Membro);
- d) Beatris Dircélha dos Santos (Membro);

1 de 5  
Ata  
CADMI/IPRESF  
012/2021  
Biênio 2021-2023

**2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

**2.1.** A Reunião Extraordinária do Conselho Administrativo teve início às 08h00 e término às 9h10min, sob a coordenação da Presidente Flávia Regina Celestino, com os Conselheiros Beatris Dircélha dos Santos, Gerson José Horbucz e Idelson Alves Porto.

**3. PAUTA DA REUNIÃO**

**3.1.** Alteração da Política de Investimentos aprovada na Reunião Ordinária n.º 10/2021, realizada no dia 16/11/2021;

**3.2.** Leitura, discussão e aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária realizada no dia 16/11/2021;

**3.3.** Análise, discussão e aprovação das contas do IPRESF referente ao mês de outubro e novembro de 2021;

(47) 3449-0384

(47) 3449-0384

conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

[www.ipresf.sc.gov.br](http://www.ipresf.sc.gov.br)



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
CONSELHO ADMINISTRATIVO  
Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

**3.4.** Leitura, discussão e votação do Projeto de Lei que regulamenta o desconto e o repasse das contribuições previdenciárias, permitindo o parcelamento de dívidas;

#### **4. DOCUMENTOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS**

##### **4.1. DOCUMENTOS EXPEDIDOS**

**a)** Resolução n.º 019/2021 – Aprovação da alteração da Política de Investimentos para o ano de 2022 que estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros, as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF.

##### **4.2. DOCUMENTOS RECEBIDOS**

- a)** Proposta para alteração da Política de Investimentos para o ano de 2022;
- b)** Relatórios Contábeis dos meses de outubro e novembro de 2021;

#### **5. ASSUNTOS TRATADOS**

**5.1. ALTERAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:** A Presidente iniciou a reunião informando sobre a ausência do conselheiro Ricardo que apresentou atestado médico, tendo desta forma a falta justificada. Na sequência passou a palavra para sra. Sandra, Diretora Financeira e de Previdência. A mesma agradeceu a presença de todos e iniciou a sua fala informando que a SMI (assessoria de investimentos contratada pelo IPRESF) recomendou ao Instituto que efetuasse a alteração da Política de Investimentos para o ano de 2022 até a data de 03/01/2022. A diretora informou ainda, que o Comitê de Investimentos do IPRESF se reuniu em 09/12/2021 em plataforma online para revisar e aprovar as pequenas alterações realizadas na Política devido a Resolução n.º. 4.963/2021 (Conselho Monetário Nacional). As alterações da resolução foram a readequação dos limites de alguns segmentos, como fundos imobiliários e a criação do segmento empréstimo consignado. A conselheira Beatris disse ter muitas dúvidas com relação a empréstimos consignados; A sra. Sandra informou que os recursos investidos para empréstimo consignado possui regras bem criteriosas para serem utilizados, mas

2 de 5  
Ass  
CADMI/JPRESF  
012/2021  
Bênicio 2021-2023



(47) 3449-0384



(47) 3449-0384



conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

[www.ipresf.sc.gov.br](http://www.ipresf.sc.gov.br)




**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro

São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000

CNPJ 23.017.093/0001-62

que no momento não há planejamento para ser executado, ficando o limite inferior e estratégia alvo com índices zerados neste segmento. A sra. Sandra explicou também que a resolução criou os artigos nº.s 10, 11 e 12 de forma a detalhar melhor cada segmento, alterando assim a distribuição dos limites de alocação. A sra. Beatris manifestou-se desconfortável com relação ao tempo disponibilizado para a análise da alteração da Política de Investimentos, a diretora Sandra informou que a urgência se deu em atenção ao pedido do Diretor do Instituto sr. Idelson que justificou a situação considerando o período recesso programado para o fim do ano de 2021. Para melhor compreensão a sra. Sandra apresentou os limites de alocação da Política de Investimentos atualizados em conformidade a Resolução nº. 4.963/2021 (CMN).

**a) Limites de alocação atualizado conforme Resolução nº. 4.963/2021:**

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	RESOLUÇÃO 4.963/2021	LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
<b>ARTIGO 7 - SEGMENTO DE RENDA FIXA</b>			<b>68,50%</b>	
I, a - TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100%	0%	<b>10,00%</b>	100%
I, b - FI 100% TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100%	0%	<b>38,00%</b>	100%
I, c - ETF - 100% TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100%	0%	<b>0,50%</b>	100%
II - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	5%	0%	<b>0,00%</b>	5%
III, a - FI RENDA FIXA - GERAL	70%	0%	<b>15,00%</b>	70%
III, b - ETF - ÍNDICES DE RENDA FIXA - GERAL	70%	0%	<b>0,50%</b>	70%
IV - ATIVOS DE RF DE EMISSÃO DE INST. FINANC. BANCÁRIAS	20%	0%	<b>0,00%</b>	20%
V, a - FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS - COTA SÊNIOR	10%	0%	<b>0,50%</b>	10%
V, b - FI RENDA FIXA "CRÉDITO PRIVADO"	10%	0%	<b>3,50%</b>	10%
V, c - FI DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA	10%	0%	<b>0,50%</b>	10%
<b>ARTIGO 8 - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL</b>			<b>16,50%</b>	
I, a - FI AÇÕES	40%	0%	<b>14,00%</b>	40%
I, b - ETF - ÍNDICES DE AÇÕES	40%	0%	<b>2,50%</b>	40%
<b>ARTIGO 9 - SEGMENTO DE INVEST. NO EXTERIOR</b>			<b>10,00%</b>	
I - FUNDO DE RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA	10%	0%	<b>1,00%</b>	10%
II - FI - SUFIXO "INVESTIMENTO NO EXTERIOR"	10%	0%	<b>4,50%</b>	10%
III - FI DE AÇÕES - BDR NÍVEL 1	10%	0%	<b>4,50%</b>	10%
<b>ARTIGO 10 - SEGMENTO DE INVEST. ESTRUTURADOS</b>			<b>4,50%</b>	
I, a - FI MULTIMERCADO - ABERTO	10%	0%	<b>3,50%</b>	10%
I, b - FI EM PARTICIPAÇÕES	5%	0%	<b>0,50%</b>	5%
I, c - FI "AÇÕES - MERCADO DE ACESSO"	5%	0%	<b>0,50%</b>	5%
<b>ARTIGO 11 - SEGMENTO DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS</b>			<b>0,50%</b>	
FI IMOBILIÁRIOS	10%	0%	<b>0,50%</b>	10%
<b>ARTIGO 12 - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO</b>			<b>0,00%</b>	
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	10%	0%	<b>0,00%</b>	10%

3 de 5  
Ata  
CADMIIPRESF  
012/2021  
Bênício 2021-2023

(47) 3449-0384

(47) 3449-0384

conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

[www.ipresf.sc.gov.br](http://www.ipresf.sc.gov.br)


**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

CONSELHO ADMINISTRATIVO

 Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
 São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
 CNPJ 23.017.093/0001-62

**b) Limites de Alocação anterior a Resolução nº4.963/2021:**

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	RESOLUÇÃO 3.922/2010	LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
<b>ARTIGO 7º - RENDA FIXA</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>	<b>68,5%</b>	<b>100%</b>
TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN - ART. 7º, I, A	100%	0%	10,0%	100%
FI 100% TÍTULOS TN - ART. 7º, I, B	100%	0%	38,0%	100%
ETF - 100% TÍTULOS PÚBLICOS - ART. 7º, I, C	100%	0%	0,5%	100%
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS - ART. 7º, II	5%	0%	0,0%	5%
FI RENDA FIXA "REFERENCIADO" - ART. 7º, III, A	70%	0%	3,0%	70%
ETF - RENDA FIXA "REFERENCIADO" - ART. 7º, III, B	70%	0%	0,5%	70%
FI RENDA FIXA – GERAL - ART. 7º, IV, A	50%	0%	11,5%	50%
ETF - DEMAIS INDICADORES DE RF - ART. 7º, IV, B	50%	0%	0,5%	50%
LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS - ART. 7º, V, B	20%	0%	0,0%	20%
CDB - CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO - ART. 7º, VI, A	15%	0%	0,0%	15%
POUPANÇA - ART. 7º, VI, B	15%	0%	0,0%	15%
FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS - COTA SÊNIOR - ART. 7º, VII, A	10%	0%	0,5%	10%
FI RENDA FIXA "CRÉDITO PRIVADO" - ART. 7º, VII, B	15%	0%	3,5%	15%
FI DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA - ART. 7º, VII, C	10%	0%	0,5%	10%
<b>ARTIGO 8º - RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>40%</b>	<b>0%</b>	<b>21,5%</b>	<b>40%</b>
FI DE AÇÕES - ÍNDICES C/ NO MÍNIMO 50) - ART. 8º, I, A	40%	0%	1,0%	40%
ETF - ÍNDICE DE AÇÕES (C/ NO MÍNIMO 50) - ART. 8º, I, B	40%	0%	2,5%	40%
FI DE AÇÕES – GERAL - ART. 8º, II, A	30%	0%	13,0%	30%
ETF - DEMAIS ÍNDICES DE AÇÕES - ART. 8º, II, B	30%	0%	0,0%	30%
FI MULTIMERCADO – ABERTO - ART. 8º, III	10%	0%	3,5%	10%
FI EM PARTICIPAÇÕES - ART. 8º, IV, A	5%	0%	0,5%	5%
FI IMOBILIÁRIOS - ART. 8º, IV, B	10%	0%	0,5%	10%
FI "AÇÕES - MERCADO DE ACESSO" - ART. 8º, IV, C	5%	0%	0,5%	5%
<b>ARTIGO 9º - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>	<b>10%</b>	<b>0%</b>	<b>10,0%</b>	<b>10%</b>
FUNDO DE RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA - ART. 9º-A, I	10%	0%	1,0%	10%
FI - SUFIXO INVESTIMENTO NO EXTERIOR - ART. 9º-A, II	10%	0%	4,5%	10%
FI DE AÇÕES – BDR NÍVEL 1 - ART. 9º-A, III	10%	0%	4,5%	10%

 4 de 5  
 Ata  
 CADMI/PPRESF  
 012/2021  
 Biênio 2021-2023

Após a apresentação a sra. Beatris reiterou o seu pedido de acesso ao Sistema SIGA – SMI; O sr. Idelson informou que o acesso ainda não foi concedido devido a senha de acesso ser única e com perfil de administrador. A sra. Sandra comprometeu-se em verificar com a SMI Assessoria, a criação de um perfil de acesso apenas para consultas, e estando o acesso pronto será disponibilizado aos conselheiros. A presidente Flávia iniciou a votação tendo sido a alteração da Política de Investimentos aprovada por todos os membros. Houve ressalva da conselheira Beatris que aguarda



(47) 3449-0384



(47) 3449-0384



conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

www.ipresf.sc.gov.br



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
CONSELHO ADMINISTRATIVO  
Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 303, 3º andar - Centro  
São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000  
CNPJ 23.017.093/0001-62

o acesso aos relatórios da SMI para fazer a análise mais detalhada da distribuição da carteira.

**5.2. LEITURA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA N° 010:** Aprovada;

**5.3. ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS CONTAS DO IPRESF REFERENTE AOS MESES DE OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2021:** Discussão e votação adiada para a próxima reunião;

**5.4. LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE REGULAMENTA O DESCONTO E O REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, PERMITINDO O PARCELAMENTO DE DÍVIDAS:** Discussão e votação adiada para a próxima reunião;

## 6. PRÓXIMA REUNIÃO

A próxima reunião ordinária já está estabelecida no calendário de reuniões e está agendada para o dia 21 de dezembro de 2021.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nada mais havendo a tratar a Presidente srta. Flávia Regina Celestino, encerrou a reunião, e lavrou a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos demais Conselheiros presentes.

5 de 5  
Ata  
CADMI/IPRESF  
012/2021  
Bienio 2021-2023

Flávia Regina Celestino  
Presidente

Gerson José Horbucz  
Vice-Presidente

Beatris Dircélha dos Santos  
Membro

Idelson Alves Porto  
Membro

(47) 3449-0384

(47) 3449-0384

conselhoadministrativo@ipresf.sc.gov.br

[www.ipresf.sc.gov.br](http://www.ipresf.sc.gov.br)

# São João Batista

## PREFEITURA

### DECRETO FUNCIONAL Nº 01/2022

Publicação Nº 3519805

DECRETO FUNCIONAL 001/2022

Exoneração a pedido

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada MARIBEL VEFAGO BORGES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 001/2003 - Estatuto dos Servidores do Município de São João Batista.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício.			

### DECRETO FUNCIONAL Nº 02/2022

Publicação Nº 3519806

DECRETO FUNCIONAL Nº 002/2022

Nomeia aprovado em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 02/2017, homologado em 17 de janeiro de 2018, decreta:

Art. 1º - Fica nomeada a seguinte pessoa aprovada e habilitada para o seguinte cargo:

Cargo: MONITOR ESCOLAR

Classificação	Candidato:
147	IZABEL CRISTINA DA SILVA MATHIAS

Art. 2º - Fica convocada a nomeada a tomar posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 03/02/2022, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, no horário das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º - A aprovada deverá apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópias dos seguintes documentos:

- Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- Comprovante do Nível de Escolaridade;
- Documento Oficial de identificação com foto;
- Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- Comprovante de residência atualizado;
- Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento se casado;
- Cópia da CTPS
- Título de Eleitor e comprovante de voto da última eleição;
- Comprovante de Serviço Militar (para homens);
- Certidão de Nascimento ou RG e nº do CPF dos filhos menores de 21 anos;
- Uma foto 3x4 recente;
- Conta Salário ou conta corrente na Caixa Econômica Federal;
- Atestado de Saúde Admissional, fornecido pela junta médica oficial do Município (agendar junto ao RH da Prefeitura)
- Declaração de Acúmulos de cargos;
- Declaração de Bens;
- Declaração de não ter sofrido penalidades da função pública;

- q) Atestado de Antecedentes Criminais.  
r) Qualificação cadastral (eSocial)

Art. 4º - Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer  
Prefeito Municipal em Exercício

## DECRETO FUNCIONAL N° 03/2022

Publicação N° 3519809

DECRETO FUNCIONAL N° 003/2022

Nomeia aprovado em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 005/2017, homologado em 03 de março de 2018, decreta:

Art. 1º - Fica nomeada a seguinte pessoa aprovada e habilitada para o seguinte cargo:

Cargo: BIÓLOGO

Classificação	Candidato:
002	DIRCE LEIMI KOMURA

Art. 2º - Fica convocada a nomeada a tomar posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 03/02/2022, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, no horário das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º - A aprovada deverá apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópias dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- b) Comprovante do Nível de Escolaridade;
- c) Documento Oficial de identificação com foto;
- d) Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- e) Comprovante de residência atualizado;
- f) Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento se casado;
- g) Cópia da CTPS
- h) Título de Eleitor e comprovante de voto da última eleição;
- i) Comprovante de Serviço Militar (para homens);
- j) Certidão de Nascimento ou RG e nº do CPF dos filhos menores de 21 anos;
- k) Uma foto 3x4 recente;
- l) Conta Salário ou conta corrente na Caixa Econômica Federal;
- m) Atestado de Saúde Admissional, fornecido pela junta médica oficial do Município (agendar junto ao RH da Prefeitura)
- n) Declaração de Acúmulos de cargos;
- o) Declaração de Bens;
- p) Declaração de não ter sofrido penalidades da função pública;
- q) Atestado de Antecedentes Criminais.
- r) Qualificação cadastral (eSocial)

Art. 4º - Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer  
Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO FUNCIONAL Nº 04/2022**

Publicação Nº 3519810

**DECRETO FUNCIONAL Nº 004/2022**

Nomeia aprovado em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 01/2017, homologado em 16 de fevereiro de 2018, decreta:

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas aprovadas e habilitadas para o seguinte cargo:

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Candidato:
157	RITA DE CASSIA DOS SANTOS
158	ROSELITA SOARES

Art. 2º - Ficam convocadas as nomeadas a tomarem posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 03/02/2022, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, no horário das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º - As aprovadas deverão apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópias dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- b) Comprovante do Nível de Escolaridade;
- c) Documento Oficial de identificação com foto;
- d) Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- e) Comprovante de residência atualizado;
- f) Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento se casado;
- g) Cópia da CTPS
- h) Título de Eleitor e comprovante de voto da última eleição;
- i) Comprovante de Serviço Militar (para homens);
- j) Certidão de Nascimento ou RG e nº do CPF dos filhos menores de 21 anos;
- k) Uma foto 3x4 recente;
- l) Conta Salário ou conta corrente na Caixa Econômica Federal;
- m) Atestado de Saúde Admissional, fornecido pela junta médica oficial do Município (agendar junto ao RH da Prefeitura)
- n) Declaração de Acúmulos de cargos;
- o) Declaração de Bens;
- p) Declaração de não ter sofrido penalidades da função pública;
- q) Atestado de Antecedentes Criminais.
- r) Qualificação cadastral (eSocial)

Art. 4º - Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer  
Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO FUNCIONAL Nº 05/2022**

Publicação Nº 3519811

**DECRETO FUNCIONAL 005/2022****Exoneração**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerado JOÃO MARCOS SILVEIRA, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE EVENTOS E CERIMONIAL, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

## DECRETO FUNCIONAL N° 06/2022

Publicação N° 3519812

DECRETO FUNCIONAL 006/2022

### Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada ELIANE GAMBETTA PONCIO, ocupante da Função de Confiança de CHEFE DE ORÇAMENTO E CUSTOS, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

## DECRETO FUNCIONAL N° 07/2022

Publicação N° 3519813

DECRETO FUNCIONAL 007/2022

### Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada NARA LISIANE DE VARGAS PEREIRA, ocupante da função de confiança de CHEFE DE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EPI-DEMIOLÓGICA, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

## DECRETO FUNCIONAL N° 08/2022

Publicação N° 3519814

DECRETO FUNCIONAL 008/2022

### Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerado JAIRO PEREIRA, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE VIGILANCIA SANITÁRIA, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			



**DECRETO FUNCIONAL N° 09/2022**

Publicação N° 3519815

DECRETO FUNCIONAL 009/2022

**Exoneração**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada DANIELA CRISTINA LOPES, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTE, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

**DECRETO FUNCIONAL N° 10/2022**

Publicação N° 3519818

DECRETO FUNCIONAL 010/2022

**Exoneração**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada TATIANE ALESSANDRA YANAZE, ocupante da Função de Confiança de CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE BUCAL, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

**DECRETO FUNCIONAL N° 11/2022**

Publicação N° 3519819

DECRETO FUNCIONAL 011/2022

**Exoneração**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada JANIFER OTTO, ocupante da Função de Confiança de CHEFE DE DIVISÃO DO NASF – SEC. DE SAÚDE, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

**DECRETO FUNCIONAL N° 12/2022**

Publicação N° 3519821

DECRETO FUNCIONAL 012/2022

**Exoneração**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada DANIELA SILVEIRA, ocupante do cargo em comissão de COORDENADORA DE CONTENCIOSO, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

## DECRETO FUNCIONAL N° 13/2022

Publicação N° 3519823

DECRETO FUNCIONAL 013/2022

Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerado ELIAS GERMANO MAFEÇOLI, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

## DECRETO FUNCIONAL N° 14/2022

Publicação N° 3519824

DECRETO FUNCIONAL 014/2022

Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada MARIANE DE SOUZA, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA GERAL DE EDUCAÇÃO, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

## DECRETO FUNCIONAL N° 15/2022

Publicação N° 3519826

DECRETO FUNCIONAL 015/2022

Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada TATIANI APARECIDA PEIXER, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

**DECRETO FUNCIONAL N° 16/2022**

Publicação N° 3519827

## DECRETO FUNCIONAL 016/2022

## Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada LIDIA VARGAS PEIXER, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

**DECRETO FUNCIONAL N° 17/2022**

Publicação N° 3519828

## DECRETO FUNCIONAL 017/2022

## Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerado GUSTAVO ANGELI, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO OPERACIONAL, com lotação na Secretária Municipal de Educação, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

**DECRETO FUNCIONAL N° 18/2022**

Publicação N° 3519829

## DECRETO FUNCIONAL 018/2022

## Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada MARIANE DUARTE HOFFMANN, ocupante do cargo em comissão de COORDENADORA DE ARTICULAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

**DECRETO FUNCIONAL N° 19/2022**

Publicação N° 3519832

## DECRETO FUNCIONAL 019/2022

## Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada TELMA SOARES, ocupante do cargo em comissão de COORDENADORA DE ARTICULAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

## DECRETO FUNCIONAL N° 20/2022

Publicação N° 3519833

DECRETO FUNCIONAL 020/2022

### Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada ELANE CRISTINA DE ASSIS, ocupante do cargo em comissão de COORDENADORA DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

## DECRETO FUNCIONAL N° 21/2022

Publicação N° 3519836

DECRETO FUNCIONAL 021/2022

### Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada MICHELLE SIMARA VARGAS, ocupante do cargo em comissão de COORDENADORA DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

## DECRETO FUNCIONAL N° 22/2022

Publicação N° 3519837

DECRETO FUNCIONAL 022/2022

### Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Ficam exonerados do cargo de DIRETOR DE UNIDADE DE ENSINO os servidores abaixo nominados:

Andréa de Souza Mário
Bruna Thais da Silva Ribeiro
Cátia Suzana Sartori Montibeller
Cristiane de Araújo
Daniela Pezzini
Esther do Couto Azeredo Gonçalves

Ezequiel Martins de Oliveira
Juliana Peixer
Luis Fernando da Silva Ribeiro
Marinete Richter
Rafaela Tamanini
Sabrina Lima de Souza
Tamara Kenya Kavihioni
Vagner Fagundes
Wellington Jacó Messias

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

## DECRETO FUNCIONAL Nº 23/2022

Publicação Nº 3519839

DECRETO FUNCIONAL 023/2022

Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Ficam exonerados do cargo de DIRETOR ADJUNTO DE UNIDADE DE ENSINO os servidores abaixo nominados:

Elias Coelho
Nadir Rover Cassaniga

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

## DECRETO FUNCIONAL Nº 24/2022

Publicação Nº 3519841

DECRETO FUNCIONAL 024/2022

Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada MARCIA GISELLE AMORIM, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

**DECRETO FUNCIONAL N° 25/2022**

Publicação N° 3519842

DECRETO FUNCIONAL 025/2022

**Exoneração**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerado PETERSON ALEXANDRE, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

**DECRETO FUNCIONAL N° 26/2022**

Publicação N° 3519843

DECRETO FUNCIONAL 026/2022

**Exoneração**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada JOCASTA MAÇANEIRO, ocupante do cargo em comissão de COORDENADORA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

**DECRETO FUNCIONAL N° 27/2022**

Publicação N° 3519844

DECRETO FUNCIONAL 027/2022

**Exoneração**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada NALDIR DA SILVA ALEXANDRE, ocupante do cargo em comissão de COORDENADORA DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

**DECRETO FUNCIONAL N° 28/2022**

Publicação N° 3519846

DECRETO FUNCIONAL 028/2022

**Exoneração**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada LARISSA SOARES, ocupante do cargo em comissão de COORDENADORA DE PROGRAMAS E CONVÊNIOS, com exercício na Secretária Municipal de Assistência Social, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

## DECRETO FUNCIONAL N° 29/2022

Publicação N° 3519847

DECRETO FUNCIONAL 029/2022

Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerado IVANIO PIZZI, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

## DECRETO FUNCIONAL N° 30/2022

Publicação N° 3519848

DECRETO FUNCIONAL 030/2022

Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerado JOFRE MELZI, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE ESPORTES, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

## DECRETO FUNCIONAL N° 31/2022

Publicação N° 3519852

DECRETO FUNCIONAL 031/2022

Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada FERNANDA DOS SANTOS, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, com exercício na Fundação Municipal de Cultura e Juventude, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			



**DECRETO FUNCIONAL N° 32/2022**

Publicação N° 3519853

DECRETO FUNCIONAL 032/2022

Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada ANDREZA DIAS, ocupante do cargo em comissão de COORDENADORA DE CULTURA, JUVENTUDE, POLÍTICAS RACIAIS E DIVERSIDADE, com exercício na Fundação Municipal de Cultura e Juventude, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

**DECRETO FUNCIONAL N° 33/2022**

Publicação N° 3519854

DECRETO FUNCIONAL 033/2022

Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerado JULIANO JEFERSON DOS SANTOS, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, com exercício no Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal, a contar de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício			

**DECRETO FUNCIONAL N° 34/2022**

Publicação N° 3519856

DECRETO FUNCIONAL 034/2022

Exoneração a pedido

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerada JULIANA MELIM, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA DE CRECHE, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 03 de janeiro de 2022.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 48 da Lei Complementar n° 001/2003 - Estatuto dos Servidores do Município de São João Batista.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da exoneração.

São João Batista, 04 de janeiro de 2022.

Almir Peixer			
Prefeito Municipal em Exercício.			

**SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 027/FMS/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO 022/FMS/2021**

Publicação N° 3519717

DESPACHO DE SUSPENSÃO

Processo Licitatório 027/FMS/2021 – Pregão Eletrônico 022/FMS/2021

CONSIDERANDO a impugnação interposta pela empresa Medlevensohn Comercio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda, através

do processos administrativo 0020.0000020/2022.

RESOLVE o Pregoeiro e equipe de apoio SUSPENDER a sessão pública de licitação que se realizaria no dia 07 de janeiro de 2021, às 8h30min, para readequação ao edital.

A nova data da sessão pública será oportunamente divulgada.

São João Batista 04 de janeiro de 2022.

Augusto Correia Junior  
Pregoeiro Municipal

**DECRETO Nº 4391/2021**

Publicação Nº 3520548

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**DECRETO Nº 4391/21**

O PREFEITO MUNICIPAL DE São João Batista - SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 004013/20 de 15 de Dezembro de 2020.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica suplementado no valor de R\$ 10.600,09 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

**03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO****03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.550,00

**04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO****04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 5.571,36

**05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA****05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 405,93

**18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE****18.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente**

18.541.0006.2.103 - Manut. da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 2.225,46

18.541.0006.2.103 - Manut. da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 847,34

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO****03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.550,00

**04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO****04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 5.000,00

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.91.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 394,00

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.91.00.00.00.00.00.0001 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos

Valor - 177,36

**05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA****05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.3.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos

Valor - 47,13

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 358,80

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

## **DECRETO Nº 4391/21**

### **18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

18.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

18.541.0006.2.103 - Manut. da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 3.072,80

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 29 de Dezembro de 2021**

**PEDRO ALFREDO RAMOS**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 29/12/2021

---

**Assessoria de Comunicação**

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2021

Publicação Nº 3520854

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2022

PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Laboratório Castanheda LTDA ME

ORIGEM: Processo Licitatório nº 37/2021 Inexigibilidade de licitação nº 12/2021

OBJETO: Objetivando o chamamento público para credenciamento de Pessoas jurídicas, privadas ou Públicas, lucrativas ou não, para execução de exames laboratoriais e coleta de material para envio ao LACEN, para pacientes da Secretaria Municipal da Saúde, conforme Decreto Municipal nº 103/16, para o ano de 2022.

VALOR: R\$ 200.000,00

PRAZO: 05.01.2022 até 31.12.2022

São João do Oeste – 05 de janeiro de 2022

Genésio Marino Anton – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 161/2021 PP 80/2021 AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA DISTRIBUIDOR E PERFURADOR

Publicação Nº 3519957

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2021 e CONTRATO 05/2022

PARTES: Município de São João do Oeste e ALGOR METALURGICA LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 80/2021

OBJETO: "Aquisição de Retroescavadeira, Distribuidor de Calcário e Adubo Orgânico Seco e Perfurador de Solo para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São João do Oeste."

Valor: R\$ 64.900,00

Prazo: 05.01.2022 até 05.03.2022

São João do Oeste – 05 de janeiro de 2022

Genésio Marino Anton – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2021 e CONTRATO 06/2022

PARTES: Município de São João do Oeste e VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 80/2021

OBJETO: "Aquisição de Retroescavadeira, Distribuidor de Calcário e Adubo Orgânico Seco e Perfurador de Solo para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São João do Oeste."

Valor: R\$ 434.600,00

Prazo: 05.01.2022 até 05.03.2022

São João do Oeste – 05 de janeiro de 2022

Genésio Marino Anton – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2021 e CONTRATO 07/2022

PARTES: Município de São João do Oeste e TERRAMAQ INSUMOS AGRICOLAS EIRELI

ORIGEM: Pregão Presencial nº 80/2021

OBJETO: "Aquisição de Retroescavadeira, Distribuidor de Calcário e Adubo Orgânico Seco e Perfurador de Solo para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São João do Oeste."

Valor: R\$ 10.990,00

Prazo: 05.01.2022 até 05.03.2022

São João do Oeste – 05 de janeiro de 2022

Genésio Marino Anton – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 163/2021 PP 81/2021 SALGADOS E LANCHES

Publicação Nº 3520250

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2021

PARTES: Município de São João do Oeste e MARCIA CRISTINA DA SILVA SCHNEIDER 30682842877

ORIGEM: Pregão Presencial nº 81/2021

OBJETO: "Registro de preços para futura e eventual aquisição de salgados e demais itens para as diversas secretarias do município de São

João do Oeste, para o ano 2021/2022.”  
Valor: R\$ 33.820,00  
Prazo: 05.01.2022 até 05.01.2023  
São João do Oeste – 05 de janeiro de 2022  
Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 005/2022**

Publicação Nº 3519680

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 005 DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 885 de 02 de dezembro de 2005.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. ELIANE DEWES SCHNEIDER, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 3.526.513, inscrita no CPF sob nº 022.990.089-50, para o exercício de cargo de provimento comissionado de CHEFE DE SERVIÇOS GERAIS, pelo Regime Jurídico Estatutário Próprio e Regime Geral de Previdência Social, com fulcro do Art. 5º da Lei Municipal Nº 1.155/08 de 23 de dezembro de 2008.

Art. 2º. Autoriza o servidor ora nomeado, a conduzir veículos da municipalidade.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de janeiro de 2022.

GENÉSIO MARINO ANTON  
Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2021

Publicação Nº 3520273

#### ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO LOTEAMENTO RENATA, EM SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

#### EMPRESAS HABILITADAS:

- CORAL E VILPERT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA;
- DMS ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA;
- RVC CONSTRUTORA LTDA ME.

#### ANÁLISE DA COMISSÃO

Em análise às propostas apresentadas pelas empresas habilitadas, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações foram plenamente atendidas pelas empresas, decidindo assim:

#### CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- CORAL E VILPERT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA;
- DMS ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA;
- RVC CONSTRUTORA LTDA ME.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

1ª Classificada: CORAL E VILPERT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA: R\$ 66.693,44 (sessenta e três mil, seiscentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos).

2ª Classificada: DMS ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA: R\$ 88.073,34 (oitenta e oito mil, setenta e três reais e trinta e quatro centavos).

3ª Classificada: RVC CONSTRUTORA LTDA ME: R\$ 105.504,46 (cento e cinco mil, quinhentos e quatro reais e quarenta e seis centavos).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 03 de janeiro de 2022.

Paulo Dutra	Humberto Alcino da Silva
PRESIDENTE DA CPL	MEMBRO DA CPL
Eliane Teresinha Souza	Iriberto Antônio M. Junior
MEMBRO DA CPL	MEMBRO DA CPL
Izauro Pinto	Adriana Silva Pacheco Pedro
MEMBRO DA CPL	MEMBRO DA CPL

### ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2021

Publicação Nº 3520263

#### ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE BENFEITORIAS NO CEM INTERATIVO, EM SÃO JOSÉ/SE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.



**EMPRESAS HABILITADAS:**

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELIL;
- SMD EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E COMÉRCIO EIRELI.

**ANÁLISE DA COMISSÃO**

Em análise às propostas apresentadas pelas empresas habilitadas, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações foram plenamente atendidas pelas empresas, decidindo assim:

**CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS**

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELIL;
- SMD EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E COMÉRCIO EIRELI.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

1ª Classificada: SMD EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E COMÉRCIO EIRELI: R\$ 903.883,78 (novecentos e três mil, oitocentos e oitenta e três reais e setenta e oito centavos).

2ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES EIRELIL: R\$ 906.173,84 (novecentos e seis mil, cento e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

2ª Classificada: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA: R\$ 1.093.438,63 (um milhão, noventa e três mil, quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e três centavos).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 03 de janeiro de 2022.

Paulo Dutra		Humberto Alcino da Silva
PRESIDENTE DA CPL		MEMBRO DA CPL
Eliane Teresinha Souza		Iriberto Antônio M. Junior
MEMBRO DA CPL		MEMBRO DA CPL
Izauro Pinto		Adriana Silva Pacheco Pedro
MEMBRO DA CPL		MEMBRO DA CPL

**ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA TOMADA DE PREÇOS N° 023/2021**

Publicação N° 3520234

**ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) SÃO JOSÉ II, EM SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

**EMPRESAS HABILITADAS:**

- CORAL E VILPERT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA;
- DMS ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA;
- RVC CONSTRUTORA LTDA ME.

**ANÁLISE DA COMISSÃO**

Em análise às propostas apresentadas pelas empresas habilitadas, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações foram plenamente atendidas pelas empresas, decidindo assim:

**CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS**

- CORAL E VILPERT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA;
- DMS ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA;
- RVC CONSTRUTORA LTDA ME.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

1ª Classificada: CORAL E VILPERT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA: R\$ 59.225,00 (cinquenta e nove mil, duzentos e vinte e cinco reais).

2ª Classificada: DMS ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA: R\$ 70.829,35 (setenta mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta e cinco centavos).

3ª Classificada: RVC CONSTRUTORA LTDA ME: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 03 de janeiro de 2022.

Paulo Dutra		Humberto Alcino da Silva
PRESIDENTE DA CPL		MEMBRO DA CPL
Eliane Teresinha Souza		Iriberto Antônio M. Junior
MEMBRO DA CPL		MEMBRO DA CPL
Izauro Pinto		Adriana Silva Pacheco Pedro
MEMBRO DA CPL		MEMBRO DA CPL

## ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA TOMADA DE PREÇOS N° 024/2021

Publicação N° 3520218

### ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) APAM, EM SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

#### EMPRESAS HABILITADAS:

- CORAL E VILPERT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA;
- DMS ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA;

#### ANÁLISE DA COMISSÃO

Em análise às propostas apresentadas pelas empresas habilitadas, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações foram plenamente atendidas pelas empresas, decidindo assim:

#### CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- CORAL E VILPERT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA;
- DMS ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA;

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

1ª Classificada: CORAL E VILPERT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA: R\$ 91.403,35 (noventa e um mil, quatrocentos e três reais e trinta e cinco centavos).

2ª Classificada: DMS ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA: R\$ 109.023,90 (cento e nove mil, vinte e três reais e noventa centavos).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 03 de janeiro de 2022.

Paulo Dutra		Humberto Alcino da Silva
PRESIDENTE DA CPL		MEMBRO DA CPL
Eliane Teresinha Souza		Iriberto Antônio M. Junior
MEMBRO DA CPL		MEMBRO DA CPL
Izauro Pinto		Adriana Silva Pacheco Pedro
MEMBRO DA CPL		MEMBRO DA CPL

**CONTRATO N° 200/2021**

Publicação N° 3520318

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: n° 200/2021 – DL N° 209/2021 – Processo n.º 477/2021 – Proc. Adm. 5083/2021 – Contratado: MULTIBAN LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS EIRELI. Objeto: "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS E LAVATÓRIOS MÓVEIS, PARA SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC". Valor do Contrato: O valor do presente contrato é R\$ 57.880,00 (cinquenta e sete mil, oitocentos e oitenta reais). Prazo de Vigência: 02 (dois) meses, contados a partir da sua assinatura. Data da Assinatura: 21 de dezembro de 2021.

**DECRETO N° 15793/2021**

Publicação N° 3520376

DECRETO N° 15793/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ALEXANDRA ROZAR para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO N° 15794/2021**

Publicação N° 3520380

DECRETO N° 15794/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora DAIANA ZAMBIASI para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15795/2021**

Publicação Nº 3520382

DECRETO Nº 15795/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LICE ANA CHITOLINA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21, § 1º e Artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15797/2021**

Publicação Nº 3520390

DECRETO Nº 15797/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARIA HELENA LOCKS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21, § 1º e Artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15798/2021**

Publicação Nº 3520392

DECRETO Nº 15798/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora PRISCILA REBELLO MARTINS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15799/2021**

Publicação Nº 3520395

DECRETO Nº 15799/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora REGINA CLAUDIA BARBOSA DE ASSUNÇÃO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15800/2021**

Publicação Nº 3520397

DECRETO Nº 15800/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora SAMANTHA ANICETO DE OLIVEIRA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15801/2021**

Publicação Nº 3520399

**DECRETO Nº 15801/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LISIANE MARIA DA SILVA MACEDO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15802/2021**

Publicação Nº 3520400

**DECRETO Nº 15802/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora PRISCILA ROSE DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo



21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 15803/2021

Publicação Nº 3520404

DECRETO Nº 15803/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora RHIANNE KLEINJOHANN VITORINO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 15804/2021

Publicação Nº 3520407

DECRETO Nº 15804/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ROSEMARI DE OLIVEIRA LETTI RODRIGUES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação



ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15805/2021**

Publicação Nº 3520409

DECRETO Nº 15805/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora SIRLENE DE MELO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21, § 1º e Artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15806/2021**

Publicação Nº 3520412

DECRETO Nº 15806/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora VANESSA REGINA FERNANDES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21, § 1º e Artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15807/2021**

Publicação Nº 3520414

DECRETO Nº 15807/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ALECIA DE KACIA CASTRO FERREIRA SOUZA para exercer o cargo efetivo de Orientador Educacional, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-OE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XV da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21, § 1º e Artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15808/2021**

Publicação Nº 3520415

DECRETO Nº 15808/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ARIELLE DE SOUZA FERREIRA para exercer o cargo efetivo de Orientador Educacional, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-OE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XV da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21, § 1º e Artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15809/2021**

Publicação Nº 3520416

DECRETO Nº 15809/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CLAUDIA TELES DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Orientador Educacional, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-OE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XV da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15810/2021**

Publicação Nº 3520418

**DECRETO Nº 15810/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora DAIANA ANTUNES DE OLIVEIRA para exercer o cargo efetivo de Orientador Educacional, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-OE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XV da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15811/2021**

Publicação Nº 3520422

**DECRETO Nº 15811/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JULIANE DA CRUZ DE CASTRO para exercer o cargo efetivo de Orientador Educacional, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-OE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XV da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo

21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 15812/2021

Publicação Nº 3520424

DECRETO Nº 15812/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora KATIA APARECIDA OLIVEIRA BERNERT para exercer o cargo efetivo de Orientador Educacional, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-OE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XV da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 15814/2021

Publicação Nº 3520427

DECRETO Nº 15814/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora VANESSA SOUZA PEREIRA para exercer o cargo efetivo de Orientador Educacional, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-OE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XV da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15815/2021**

Publicação Nº 3520428

DECRETO Nº 15815/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JUZELIA DE MORAES SILVEIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15816/2021**

Publicação Nº 3520429

DECRETO Nº 15816/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LUCIANA FINCO MENDONÇA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15817/2021**

Publicação Nº 3520430

DECRETO Nº 15817/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora BEATRIZ PEREIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15818/2021**

Publicação Nº 3520431

DECRETO Nº 15818/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LARISSA ZANCAN RODRIGUES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15819/2021**

Publicação Nº 3520432

DECRETO Nº 15819/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,



**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeado o senhor MOISES UBIRATA SCHMITZ NUNES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 09 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15820/2021**

Publicação Nº 3520434

**DECRETO Nº 15820/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ALINE DOS SANTOS SCHURHAUS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15821/2021**

Publicação Nº 3520436

**DECRETO Nº 15821/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeado o senhor ANDREI SILVEIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo



21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15822/2021**

Publicação Nº 3520437

DECRETO Nº 15822/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor VICTOR DE ABREU AZEVEDO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15823/2021**

Publicação Nº 3520439

DECRETO Nº 15823/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor THIAGO QUIRINO DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15824/2021**

Publicação Nº 3520441

DECRETO Nº 15824/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor ARNALDO DE ARAUJO RIBEIRO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15825/2021**

Publicação Nº 3520442

DECRETO Nº 15825/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CRISTINA COVELLO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15826/2021**

Publicação Nº 3520443

DECRETO Nº 15826/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor ALFREDO CAMPOS RANZAN para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15827/2021**

Publicação Nº 3520444

DECRETO Nº 15827/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor CHRYSTIAN WILSON PEREIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15828/2021**

Publicação Nº 3520445

DECRETO Nº 15828/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CLARISSA GRAHL DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15829/2021**

Publicação Nº 3520447

DECRETO Nº 15829/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CRISTIANE MEDIANEIRA AVILA DIAS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15830/2021**

Publicação Nº 3520448

DECRETO Nº 15830/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeado o senhor ARTHUR VINICIUS ANOROZO NUNES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo

21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 15831/2021

Publicação Nº 3520450

DECRETO Nº 15831/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora DANIELA MARIA IOPRI para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 15832/2021

Publicação Nº 3520451

DECRETO Nº 15832/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LAURA MAZZITELLI VARGAS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15833/2021**

Publicação Nº 3520452

DECRETO Nº 15833/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARA SIMONE BONFANTI REMOR para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15834/2021**

Publicação Nº 3520453

DECRETO Nº 15834/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARINA BERNARDES COELHO RIOS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15835/2021**

Publicação Nº 3520455

DECRETO Nº 15835/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor PAULO THIAGO PIAZZA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15836/2021**

Publicação Nº 3520457

DECRETO Nº 15836/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor GABRIEL DA SILVA WAGNER para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15837/2021**

Publicação Nº 3520459

DECRETO Nº 15837/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,



**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GISELE ANDREIA HERMANN para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15838/2021**

Publicação Nº 3520460

**DECRETO Nº 15838/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MAYARA TEIXEIRA SOUZA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15839/2021**

Publicação Nº 3520466

**DECRETO Nº 15839/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeado o senhor RENATO GAMBA TORRES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo

21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15840/2021**

Publicação Nº 3520469

DECRETO Nº 15840/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ANA CAROLINE CZERNER VOLKART para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15841/2021**

Publicação Nº 3520474

DECRETO Nº 15841/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GRAZIELLE HELENA SCHEIDT para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15843/2021**

Publicação Nº 3520477

DECRETO Nº 15843/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MIRIAN CARLA BARBOSA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15844/2021**

Publicação Nº 3520479

DECRETO Nº 15844/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora RAFAELLA MACHADO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15845/2021**

Publicação Nº 3520483

DECRETO Nº 15845/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora SUZY ZAPAROLI para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/12/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15846/2021**

Publicação Nº 3520485

DECRETO Nº 15846/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor EDERSON NUNES DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15847/2021**

Publicação Nº 3520487

DECRETO Nº 15847/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora KESIA VENSON para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15848/2021**

Publicação Nº 3520489

**DECRETO Nº 15848/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeado o senhor VITOR DA SILVA GONÇALVES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15849/2021**

Publicação Nº 3520491

**DECRETO Nº 15849/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ANA PAULA ARAUJO MORAES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 15850/2021

Publicação Nº 3520492

DECRETO Nº 15850/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor EDUARDO RODRIGO MACIEL para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 15851/2021

Publicação Nº 3520495

DECRETO Nº 15851/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LARISSA LEPRI para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 15852/2021**

Publicação Nº 3520498

DECRETO Nº 15852/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ADRIANA DE QUADROS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15853/2021**

Publicação Nº 3520499

DECRETO Nº 15853/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ADRIELE DE SOUZA TABORDA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15854/2021**

Publicação Nº 3520500

DECRETO Nº 15854/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,



**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ALESSANDRA DE SOUZA DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15855/2021**

Publicação Nº 3520502

**DECRETO Nº 15855/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ANA CAROLINE DE PAULA DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15856/2021**

Publicação Nº 3520503

**DECRETO Nº 15856/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ANDREIA STEINER SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo

21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15857/2021**

Publicação Nº 3520504

DECRETO Nº 15857/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ARIELA ROSE WERLICH para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15859/2021**

Publicação Nº 3520507

DECRETO Nº 15859/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CARINA ALEXANDRE BRITTO BENATO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15860/2021**

Publicação Nº 3520509

DECRETO Nº 15860/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CAROLINE MULLER FRANCA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15861/2021**

Publicação Nº 3520531

DECRETO Nº 15861/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora DAIANE HINKEL para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15862/2021**

Publicação Nº 3520533

DECRETO Nº 15862/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ELIZAMA MEIRELES DO NASCIMENTO LUIZ para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15863/2021**

Publicação Nº 3520534

DECRETO Nº 15863/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora FERNANDA MANCHEIN para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15864/2021**

Publicação Nº 3520536

DECRETO Nº 15864/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora FRANCIELE ROECKER para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15865/2021**

Publicação Nº 3520540

**DECRETO Nº 15865/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GABRIELA REGINA MACHADO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15866/2021**

Publicação Nº 3520541

**DECRETO Nº 15866/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GRACIANE QUADROS ROSA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo

21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 15867/2021

Publicação Nº 3520542

DECRETO Nº 15867/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora HELENA APARECIDA VIEIRA SEBERINO PEREIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 15868/2021

Publicação Nº 3520544

DECRETO Nº 15868/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora IZABEL CRISTINA QUINTINO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15869/2021**

Publicação Nº 3520546

DECRETO Nº 15869/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JOSIANE WEBER LUCRECIO FACCHI para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15870/2021**

Publicação Nº 3520547

DECRETO Nº 15870/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora KAMILLA SOUZA SCHNEIDER LONGEM para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 15871/2021**

Publicação Nº 3520550

DECRETO Nº 15871/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LEILA DAIANA HOFFMANN DA ROSA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15872/2021**

Publicação Nº 3520553

DECRETO Nº 15872/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor LUCAS KAMERS DE AGUIAR para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15873/2021**

Publicação Nº 3520556

DECRETO Nº 15873/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LUCI FERNANDA BEBER para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15874/2021**

Publicação Nº 3520557

**DECRETO Nº 15874/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARIA EDUARDA SOUZA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15875/2021**

Publicação Nº 3520558

**DECRETO Nº 15875/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MICHELLE POLETTI para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo

21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15876/2021**

Publicação Nº 3520562

DECRETO Nº 15876/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MONICA TERESINHA MARÇAL para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15877/2021**

Publicação Nº 3520564

DECRETO Nº 15877/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora PAMELA ADALEIA LUCIO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15878/2021**

Publicação Nº 3520565

DECRETO Nº 15878/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora SAMANTRA BRANGER para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15879/2021**

Publicação Nº 3520566

DECRETO Nº 15879/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora THAYS MAYARA MENDES SILVERIO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15880/2021**

Publicação Nº 3520568

DECRETO Nº 15880/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora VERIDIANA LOPES RAMOS COELHO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15881/2021**

Publicação Nº 3520580

DECRETO Nº 15881/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ZILMA TEREZINHA BALDI DE OLIVEIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15882/2021**

Publicação Nº 3520583

DECRETO Nº 15882/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LAIS DELLA GIUSTINA para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15883/2021**

Publicação Nº 3520585

**DECRETO Nº 15883/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LUCIANA MACEDO SILVA MACEDO para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15884/2021**

Publicação Nº 3520587

**DECRETO Nº 15884/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARIANA HECK SILVA para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.



Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 15885/2021

Publicação Nº 3520591

DECRETO Nº 15885/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MELISSA DEL REI DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 15886/2021

Publicação Nº 3520595

DECRETO Nº 15886/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora PATRICIA MAURILIA DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 15887/2021**

Publicação Nº 3520596

DECRETO Nº 15887/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ROSA CANDIDA BATISTA MAIO para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21, § 1º e Artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15889/2021**

Publicação Nº 3520601

DECRETO Nº 15889/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora SCHEILA GEHRKE PINHEIRO para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21, § 1º e Artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15890/2021**

Publicação Nº 3520603

DECRETO Nº 15890/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora TATIANE CAROLINE WALTRICK GOETEN para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15891/2021**

Publicação Nº 3520605

DECRETO Nº 15891/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor GILMAR JOSÉ FAVA para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15892/2021**

Publicação Nº 3520606

DECRETO Nº 15892/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JEANICE SCHMIDT BULIK para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 15894/2021

Publicação Nº 3520609

DECRETO Nº 15894/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CAROLINA CARPES COELHO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 15895/2021

Publicação Nº 3520611

DECRETO Nº 15895/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CLAUDIA LUZIA PORTO MENDES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15896/2021**

Publicação Nº 3520612

DECRETO Nº 15896/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora DANIELA LUZ ANDRADE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15897/2021**

Publicação Nº 3520613

DECRETO Nº 15897/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora INGRID DE SOUZA RODRIGUES DE LIMA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15898/2021**

Publicação Nº 3520614

DECRETO Nº 15898/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora IRENE DE FATIMA NOVAK GALVAN para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15899/2021**

Publicação Nº 3520615

**DECRETO Nº 15899/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JAMILLE BLEYER DEMENECK para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15900/2021**

Publicação Nº 3520616

**DECRETO Nº 15900/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JULIANA FERREIRA CORREA VIEIRA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo

21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15901/2021**

Publicação Nº 3520626

DECRETO Nº 15901/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora NAIARA LENI ROMANO VIANNA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15902/2021**

Publicação Nº 3520627

DECRETO Nº 15902/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora PRISCILA ROSE DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação



ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15903/2021**

Publicação Nº 3520631

DECRETO Nº 15903/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ROCHELLE APARECIDA GODINHO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21, § 1º e Artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15904/2021**

Publicação Nº 3520632

DECRETO Nº 15904/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora SUZANA PEREIRA DE JESUS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21, § 1º e Artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 15905/2021**

Publicação Nº 3520633

DECRETO Nº 15905/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ALESSANDRA SIMÕES TRINDADE para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15906/2021**

Publicação Nº 3520652

DECRETO Nº 15906/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ANA CRISTINA RADTKE VARGAS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15907/2021**

Publicação Nº 3520656

DECRETO Nº 15907/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ANDREIA REGINA GALDINO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15908/2021**

Publicação Nº 3520657

**DECRETO Nº 15908/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora BRUNA SANTANA ANASTACIO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15909/2022**

Publicação Nº 3520660

**DECRETO Nº 15909/2022**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CARLA PACHECO CASTILHO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo

21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15910/2021**

Publicação Nº 3520663

DECRETO Nº 15910/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CRISTIANE DOS SANTOS MOTA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15911/2021**

Publicação Nº 3520677

DECRETO Nº 15911/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CRISTIANE VIANA TEODOSIO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15912/2021**

Publicação Nº 3520681

DECRETO Nº 15912/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora DAIANA BARTH para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15913/2021**

Publicação Nº 3520712

DECRETO Nº 15913/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora DANIELLE REGINA ROSA DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15914/2021**

Publicação Nº 3520716

DECRETO Nº 15914/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora FERNANDA DAYANE SOUZA VAZ para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15915/2021**

Publicação Nº 3520718

DECRETO Nº 15915/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora FERNANDA SCUSSEL FERREIRA LIMA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15916/2021**

Publicação Nº 3520720

DECRETO Nº 15916/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora FRANCIELLE ARAUJO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15917/2021**

Publicação Nº 3520722

**DECRETO Nº 15917/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GIORDANA ORIGE para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15918/2021**

Publicação Nº 3520724

**DECRETO Nº 15918/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GIZELLE QUINTELLA MARQUES SEDANO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo



21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15920/2021**

Publicação Nº 3520726

DECRETO Nº 15920/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora IEDA MARIA TOMAZ CHAVES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15921/2021**

Publicação Nº 3520730

DECRETO Nº 15921/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora INGRID BENTO MEDEIROS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação



ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15922/2021**

Publicação Nº 3520732

DECRETO Nº 15922/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JANICE NUNES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15923/2021**

Publicação Nº 3520736

DECRETO Nº 15923/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JANIELE RAMOS RODRIGUES BARBOSA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15924/2021**

Publicação Nº 3520738

DECRETO Nº 15924/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JESSICA MARIA HULLER SIQUEIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15925/2021**

Publicação Nº 3520740

DECRETO Nº 15925/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JOSEANE BURG WEINGARTNER para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15926/2021**

Publicação Nº 3520744

DECRETO Nº 15926/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeado o senhor JULIO JOSE LIBANIA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15927/2021**

Publicação Nº 3520749

**DECRETO Nº 15927/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LILIANE DA CONCEIÇÃO PARADEDA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15928/2021**

Publicação Nº 3520753

**DECRETO Nº 15928/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MANUELLA SAMPAIO ALVES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo

21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15929/2021**

Publicação Nº 3520759

DECRETO Nº 15929/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor MARCOS LEVI POERSCH DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pelo nomeado, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15930/2021**

Publicação Nº 3520760

DECRETO Nº 15930/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARIA DO CARMO GOMES DE SOUZA SANTOS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15931/2021**

Publicação Nº 3520765

DECRETO Nº 15931/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARIANA VIRTUOSO DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15932/2021**

Publicação Nº 3520768

DECRETO Nº 15932/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora NICOLE PACHECO BARBIERI para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15933/2021**

Publicação Nº 3520769

DECRETO Nº 15933/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora PATRICIA MARA DE OLIVEIRA GODINHO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15934/2021**

Publicação Nº 3520771

DECRETO Nº 15934/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora PATRICIA SCHAPPO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15935/2021**

Publicação Nº 3520775

DECRETO Nº 15935/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,



**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora RENATA TRILHA VIEIRA ROSENBROCK para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15936/2021**

Publicação Nº 3520776

**DECRETO Nº 15936/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora SILVANA MACHADO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15937/2021**

Publicação Nº 3520779

**DECRETO Nº 15937/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora TANIA MARA RAULINO GODINHO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo



21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15938/2021**

Publicação Nº 3520783

DECRETO Nº 15938/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora URSULA DA SILVA VIEIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 15939/2021**

Publicação Nº 3520785

DECRETO Nº 15939/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora VENI CINARA OLIVEIRA LUMMERTZ para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15940/2021**

Publicação Nº 3520786

DECRETO Nº 15940/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ALINE PAIANO para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21, § 1º e Artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15941/2021**

Publicação Nº 3520794

DECRETO Nº 15941/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ANA PAULA OURIQUES VIEIRA para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21, § 1º e Artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 15942/2021**

Publicação Nº 3520797

DECRETO Nº 15942/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CLAUDIA TELES DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº15796/2021**

Publicação Nº 3520389

**DECRETO Nº15796/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LUANA SCHUSLER para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº15813/2021**

Publicação Nº 3520425

**DECRETO Nº15813/2021**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a senhora PATRICIA SALM HORN para exercer o cargo efetivo de Orientador Educacional, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-OE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XV da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo

21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº15842/2021**

Publicação Nº 3520476

DECRETO Nº15842/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARIANY TERESINHA RICARDO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº15858/2021**

Publicação Nº 3520505

DECRETO Nº15858/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ARIELY ELI COELHO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21,§ 1º e Artigo 23,§ 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº15888/2021**

Publicação Nº 3520600

DECRETO Nº15888/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora SABRINA MIRANDA para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21, § 1º e Artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº15893/2021**

Publicação Nº 3520608

DECRETO Nº15893/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora AMANDA VIEIRA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 010/2018, datado de 23/10/2018, com resultado homologado em 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21, § 1º e Artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº15919/2021**

Publicação Nº 3520725

DECRETO Nº15919/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GRAZIELE MACHADO WEBBER para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 001/2020, datado de 31/01/2020, com resultado homologado em 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas do Artigo 21, § 1º e Artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2021.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN  
Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA FUNESJ/PMSJ Nº031/2021**

Publicação Nº 3520496

PORTARIA FUNESJ/PMSJ nº 031, dia 19 de novembro de 2021.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO DE FORNECIMENTO - DISCRIMINANDO NA INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidora, Daniela Nascimento Santana Pinto – Matrícula nº433459-0 para efetuar a fiscalização do Contrato de Fornecimento - Discriminado na Inexibilidade de Licitação nº 041/2021, decorrentes do Processo Administrativo nº 4322/2021, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência da servidora designada no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor, Claiton Ribeiro – Matrícula nº 432558-3, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.



Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO DAVID GARCIA

Superintendente de Esporte e Lazer

## RETIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 180/2021

Publicação Nº 3520180

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 180/2021 – IN Nº 012/2021 – Processo n.º 086/2021 – Proc. Adm. 1047/2021 – Contratado: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI. Objeto: "INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANA CATARINA – EPAGRI, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO NO SETOR PRIMÁRIO, NOS SEGMENTOS DE PESCA, MARICULTURA, PECUÁRIA E AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO". Valor do Contrato: O valor do presente contrato é R\$ 82.346,04 (oitenta e dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e quatro centavos). Prazo de Vigência: 18 (dezembro) meses, contados a partir da sua assinatura. Data da Assinatura: 07 de dezembro de 2021.

## AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV

## DECRETO 15658/2021

Publicação Nº 3520236

DECRETO Nº 15658/2021

CONCEDE PENSÃO POR MORTE NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 004795/2021 e com base no artigo 40, §7º, II, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder Pensão por Morte, pelo Fundo Previdenciário, a Sra. SARAH EVEN OLIVEIRA BARBOSA FERNANDES, filha do ex-servidor ERLON CHARLES KWIATKOVSKI FERNANDES, matrícula 31.758-6, falecido em 31/10/2021, no valor correspondente a totalidade dos seus proventos, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31/10/2021.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de novembro de 2021.

VERA SUELY DE ANDRADE

Presidente da São José Previdência

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

## DECRETO 15689/2021

Publicação Nº 3520276

DECRETO Nº 15689/2021

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 004856/2021 e com base no artigo 40º §1º, inciso II, da CF e Lei complementar nº 152/2015,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria compulsoriamente, pelo fundo financeiro, para a servidora CLEUSA DE MACEDO, matrícula 13.599-2, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, com proventos proporcionais a 59,38% (cinquenta e nove vírgula trinta e oito por cento), da média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo, dessa forma, direito à paridade.



Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de outubro de 2021.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de dezembro de 2021.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Presidente da São José Previdência

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 15694/2021**

Publicação Nº 3520244

DECRETO Nº 15694/2021  
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 003288/2021 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, pelo Fundo Financeiro, para a servidora JANE APARECIDA MATOS, matrícula 1317-0, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de horas normais, quinquênio e adicional de pós-graduação, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de dezembro de 2021.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Presidente da São José Previdência

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 15695/2021**

Publicação Nº 3520246

DECRETO Nº 15695/2021  
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 000806/2021 e com base no artigo 40º §1º, inciso III, alínea "b" da CF, e art 25. da Lei Complementar nº 05/2002,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por idade, pelo fundo financeiro, para o servidor IVAN HENRIQUE SOUZA, matrícula 16.511-5, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria de Educação, com proventos proporcionais a 47,86% (quarenta e sete vírgula oitenta e seis por cento), da média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo, dessa forma, direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de dezembro de 2021.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Presidente da São José Previdência

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO 15696/2021**

Publicação Nº 3520248

DECRETO Nº 15696/2021

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 003813/2021 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, pelo Fundo Financeiro, para a servidora KARINA MULLER COSTA, matrícula 1.673-0, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Infraestrutura, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de horas normais, quinquênio, gratificação de desempenho, promoção vertical e licença prêmio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de dezembro de 2021.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de dezembro de 2021.

VERA SUELY DE ANDRADE

Presidente da São José Previdência

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

**DECRETO 15697/2021**

Publicação Nº 3520251

DECRETO Nº 15697/2021

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 003465/2021 e com base no artigo 40º §1º, inciso III, alínea "b" da CF, e art 25. da Lei Complementar nº 05/2002,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por idade, pelo fundo financeiro, para a servidora JORGETE MARIA CHAVES NEVES, matrícula 11.557-6, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, com proventos proporcionais a 91,12% (noventa e um vírgula doze por cento), da média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo, dessa forma, direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03 de dezembro de 2021.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de dezembro de 2021.

VERA SUELY DE ANDRADE

Presidente da São José Previdência

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

**DECRETO 15698/2021**

Publicação Nº 3520256

DECRETO Nº 15698/2021

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 004442/2021 e com base no artigo 6º c/c §5, da Emenda Constitucional nº 41/2003,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, pelo Fundo Financeiro, para a servidora SILVANI DE SOUZA, matrícula 10.850-2, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de horas normais, quinquênio, adicional de pós-graduação e gratificação de regência,

sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo, dessa forma, direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de dezembro de 2021.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de dezembro de 2021.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Presidente da São José Previdência

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

## DECRETO 15709/2021

Publicação Nº 3520266

DECRETO Nº 15709/2021  
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 000066/2021 e com base no artigo 40º §1º, inciso II, da CF e Lei complementar nº 152/2015, e com base na sentença proferida nos autos nº 5022521-75.2021-8-24.0064

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria compulsoriamente, pelo fundo financeiro, para o servidor MAURINO PEDRO DA SILVA, matrícula 3.370-7, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria de Saúde, com proventos proporcionais a 63,99% (sessenta e três vírgula noventa e nove por cento), da média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo, dessa forma, direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de novembro de 2021.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de dezembro de 2021.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Presidente da São José Previdência

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 001/2022

Publicação Nº 3520068

PORTARIA Nº 001/2022

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, artigo 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do artigo. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 004/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Marisa Mayer, para exercer o cargo de Monitor de Creche, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste município, no período de 03 a 14 de janeiro de 2022, para a substituição dos monitores que estão de férias neste período;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de janeiro de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE  
Prefeito

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon  
Departamento Pessoal

### PORTARIA Nº 002/2022

Publicação Nº 3520073

PORTARIA Nº 002/2022

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, artigo 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do artigo 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 004/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Márcia Fátima Hefle, para exercer o cargo de Monitor de Creche, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste município, no período de 03 a 14 de janeiro de 2022, para a substituição dos monitores que estão de férias neste período;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de janeiro de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE  
Prefeito

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon  
Departamento Pessoal

**PORTARIA Nº 003/2022**

Publicação Nº 3520083

## PORTARIA Nº 003/2022

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, artigo 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do artigo 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 004/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Daiana Kamila Zanatta Zartori, para exercer o cargo de Monitor de Creche, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste município, no período de 03 a 31 de janeiro de 2022, para a substituição dos monitores que estão de férias neste período;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de janeiro de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE  
Prefeito

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon  
Departamento Pessoal

**PORTARIA Nº 004/2022**

Publicação Nº 3520096

## PORTARIA Nº 004/2022

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, artigo 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do artigo 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 004/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, CINDIA CAROLINA DALMAGRO, para exercer o cargo de Professor Nível II, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na área da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste município, no período de 03 a 14 de janeiro de 2022, para a substituição dos professores que estão de férias neste período;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de janeiro de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE  
Prefeito

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon  
Departamento Pessoal

**PORTARIA Nº 005/2022**

Publicação Nº 3520106

PORTARIA Nº 005/2022

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, artigo 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do artigo 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 004/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Susana Camicia, para exercer o cargo de Professor Nível II, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na área da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste município, no período de 03 a 31 de janeiro de 2022, para a substituição dos professores que estão de férias neste período;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de janeiro de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE

Prefeito

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon

Departamento Pessoal

**PORTARIA Nº 006/2022**

Publicação Nº 3520113

PORTARIA Nº 006/2022

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, artigo 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do artigo 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 004/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Marinez Salete Justen, para exercer o cargo de Professor Nível II, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na área da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste município, no período de 03 a 31 de janeiro de 2022, para a substituição dos professores que estão de férias neste período;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de janeiro de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE

Prefeito

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon

Departamento Pessoal

**PORTARIA Nº 007/2022**

Publicação Nº 3520123

## PORTARIA Nº 007/2022

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 004/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Eliane da Silva Sertório, para exercer o cargo de Professor Nível II, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na área da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste município, no período de 03 a 31 de janeiro de 2022, para a substituição dos professores que estão de férias neste período;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de janeiro de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE  
Prefeito

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon  
Departamento Pessoal

**PORTARIA Nº 008/2022**

Publicação Nº 3520128

## PORTARIA Nº 008/2022

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, artigo 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do artigo 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 004/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Leila Britsche, para exercer o cargo de Professor Nível II, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na área da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste município, no período de 03 a 31 de janeiro de 2022, para a substituição dos professores que estão de férias neste período;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de janeiro de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE  
Prefeito

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon  
Departamento Pessoal



**PORTARIA Nº 009/2022**

Publicação Nº 3520134

PORTARIA Nº 009/2022

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, artigo 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do artigo 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 004/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Rozeli Pinheiro Wronski, para exercer o cargo de Professor Nível II, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na área da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste município, no período de 03 a 31 de janeiro de 2022, para a substituição dos professores que estão de férias neste período;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de janeiro de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE  
Prefeito

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon  
Departamento Pessoal

**PORTARIA Nº 010/2022**

Publicação Nº 3520146

PORTARIA Nº 010/2022

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, artigo 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do artigo 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 004/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Sandra Zanotelli Martinelli, para exercer o cargo de Monitor de Creche, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste município, no período de 03 a 31 de janeiro de 2022, para a substituição dos monitores que estão de férias neste período;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de janeiro de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE  
Prefeito

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon  
Departamento Pessoal

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519709

PORTARIA Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal MICHELLE VALDUGA AVER, matrícula nº 1587/10, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2022, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2022.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022.

### PORTARIA Nº 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519739

PORTARIA Nº 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art.1º Altera o Art.1º da Portaria nº 1.609 de 09 de dezembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal HELOISA LIBARDONI MICHANOSKI, ocupante do cargo de Diretor de Planejamento Institucional, matrícula nº 3769/01, de 03 a 17 de dezembro de 2021."

Art. 2º As demais disposições da Portaria nº 1.609 de 09 de dezembro de 2021 permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2022.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022.

### PORTARIA Nº 004, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519878

PORTARIA Nº 004, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal JOSILENE CASAGRANDE SUTTILI, matrícula nº 1657/02, ocupante do cargo de Arquiteto e Urbanista, no período de 24 de janeiro a 07 de fevereiro de 2022, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2022.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022.

## **PORTARIA Nº 005, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519892

PORTARIA Nº 005, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal MANOELA CRISTINA GALEAZZI, ocupante do cargo de Gerente de Coordenação, Controle e Avaliação, matrícula nº 1833/12, de 04 a 13 de janeiro de 2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de Janeiro de 2022.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022.

## **PORTARIA Nº 006, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521408

PORTARIA Nº 006, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2021, de 06 de Outubro de 2021, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 7.659/2021, do Sistema 1Doc,

### **RESOLVE:**

Art.1º Remover 20 horas semanais vespertino, da EBM São Roque para a EBM São Francisco, da servidora pública municipal LUANA MURARO, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, carga horária 40 horas semanais, matrícula nº 3116/07, ficando 40 horas semanais, matutino/vespertino na EBM São Francisco.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2022.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022.

**PORTARIA Nº 007, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521409

PORTARIA Nº 007, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2021, de 06 de Outubro de 2021, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 7.659/2021, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Remover 20 horas semanais matutino, da EBM Santa Maria Goretti para a EBM Santa Inês, da servidora pública municipal GENILSE FOPPA ROMAN, ocupante do cargo efetivo de Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, carga horária 40 horas semanais, matrícula nº 3031/01, ficando 20 horas semanais matutino na EBM Santa Inês, e 20 horas semanais vespertino na EBM São Roque.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2022.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022.

**PORTARIA Nº 008, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521411

PORTARIA Nº 008, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2021, de 06 de Outubro de 2021, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 7.659/2021, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Remover 10 horas semanais matutino/vespertino, da EBM Irmã Cecília para a EBM Santa Maria Goretti, do servidor público municipal RENATO CAVASINI, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ciências, carga horária 40 horas semanais, matrícula nº 3401/01, ficando 40 horas semanais matutino/vespertino na EBM Santa Maria Goretti.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2022.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022.

**PORTARIA Nº 009, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521412

PORTARIA Nº 009, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2021, de 06 de Outubro de 2021, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 7.659/2021, do Sistema 1Doc,

**RESOLVE:**

Art.1º Remover 20 horas semanais matutino/vespertino, da EBM Irmã Neusa para o CEIM Mundo Colorido, da servidora pública municipal ANGELA MARIA GIOTTO, ocupante do cargo efetivo de Professor de Artes, carga horária 20 horas semanais, matrícula nº 3052/06, ficando 20 horas semanais matutino/vespertino no CEIM Mundo Colorido.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2022.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022.

**PORTARIA Nº 010, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521413

PORTARIA Nº 010, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e com base no o Edital de Chamamento Público nº 001/2021, de 06 de outubro de 2021;

**RESOLVE:**

Art.1º Remover por permuta 20 horas semanais matutino, da EBM Santa Catarina para a EBM São Francisco, partir de 02 de fevereiro de 2022, da servidora pública municipal GICELI BASTEZINI WEIRICH, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, carga horária 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 1484/14. Ficando 40 horas, matutino/vespertino na EBM São Francisco. A permuta de 20 horas foi feita com a Professora Caroline de Andrade Machado.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de Janeiro de 2022.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022. \_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 011, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521414

PORTARIA Nº 011, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e com base no o Edital de Chamamento Público nº 001/2021, de 06 de outubro de 2021;

**RESOLVE:**

Art.1º Remover por permuta 20 horas semanais vespertino, da EBM São Francisco para a EBM Santa Catarina, partir de 02 de fevereiro de 2022, da servidora pública municipal CAROLINE DE ANDRADE MACHADO, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, carga horária 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 3024/01. Ficando 40 horas, matutino/vespertino na EBM Santa Catarina. A permuta de 20 horas foi feita com a Professora Giceli Bastezini Weirich.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de Janeiro de 2022.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022. \_\_\_\_\_

## **PORTARIA Nº 012, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521417

PORTARIA Nº 012, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Artigo 15 da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007, e Edital de Chamamento Público nº001/2021 de 06/10/2021;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Lotar, a partir de 02 de fevereiro de 2022 a Servidora Pública Municipal ALINE VERISSIMO FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Pedagógico, matrícula nº 3794/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matutino/vespertino no CEIM Mundo Colorido.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2022.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022.

## **PORTARIA Nº 013, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521418

PORTARIA Nº 013, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Artigo 15 da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007, e Edital de Chamamento Público nº001/2021 de 06/10/2021;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Lotar, a partir de 02 de fevereiro de 2022 a Servidora Pública Municipal IVONE MARTA TRENTTO, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, matrícula nº 3799/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vespertino no CEIM Mundo Colorido.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2022.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022.

**PORTARIA Nº 014, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521435

PORTARIA Nº 014, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Artigo 15 da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007, e Edital de Chamamento Público nº001/2021 de 06/10/2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Lotar, a partir de 02 de fevereiro de 2022 a Servidora Pública Municipal PRISCILA FANTE SZADY, ocupante do cargo efetivo de Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, matrícula nº 3517/03, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vespertino na EBM São Lourenço.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2022.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022.

**PORTARIA Nº 015, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521437

PORTARIA Nº 015, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Artigo 15 da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007, e Edital de Chamamento Público nº001/2021 de 06/10/2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Lotar, a partir de 02 de fevereiro de 2022 a Servidora Pública Municipal CAMILA VIERO, ocupante do cargo efetivo de Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, matrícula nº 3176/13, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vespertino na EBM Nossa Senhora de Lourdes.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2022.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022.

**PORTARIA Nº 016, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521440

PORTARIA Nº 016, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Artigo 15 da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007, e Edital de Chamamento Público nº001/2021 de 06/10/2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Lotar, a partir de 02 de fevereiro de 2022 a Servidora Pública Municipal JASSANA DE ARAUJO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Professor de Matemática, matrícula nº 3861/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, matutino/vespertino na EBM Santa Maria Goretti.



Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2022.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022.

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 3520575

#### EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2022

#### 01. PREÂMBULO

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ sob o n. 01.679.363/0001-68, com sede na Rua Duque de Caxias, 522, centro, na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Adilson Sperança, comunica que está promovendo o Processo Licitatório n. 01/2022, na Modalidade Dispensa de Licitação 01/2022, conforme dispõe a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação vigente pertinente à matéria.

#### 02. OBJETO

Fornecimento de serviço de link de acesso a rede mundial de computadores - Internet Banda Larga através de cabos de fibra óptica, com velocidade Contratada de 100 Mbps com garantia de banda de 5% (cinco por cento; disponibilidade de 01IP Público Fixo e Plano de Telefone Fixo Empresarial.

#### 03. EMPRESA CONTRATADA E VALORES

Contratada: LAZARIN INTERNET EIRELI, nome fantasia HELPNET TELECOM, inscrita no CNPJ 212427340001-57  
Valor: R\$ 325,00 mensais

#### 04. VIGÊNCIA

I - A vigência é de 04 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, nos termos do art. 57, IV da Lei nº 8.666/93.

#### FUNDAMENTO LEGAL

Artigo 24, II da Lei nº 8.666/93 e art. 37 da CF/88.

São Lourenço do Oeste, 04 de janeiro de 2022

Adilson Sperança  
Presidente da Câmara de Vereadores

# São Ludgero

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2021 - FMSL

Publicação N° 3519697

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 697B08E7577E7EB847CA0FC3E45FB8EB540447A9

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO

Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 046/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

N° PROCESSO P/ MODALIDADE: N° 036/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022.

Data da Abertura do Processo Licitação: 20/01/2022

Horário da Abertura do Processo Licitação: 09h00min

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min. as 11h30min. e das 13h00min as 17h00min, site: [www.saoludgero.sc.gov.br](http://www.saoludgero.sc.gov.br) ou pelo telefone (48) 3657-8800.

São Ludgero (SC), 04 de Janeiro de 2022.

Morgana Rech da Silva

Secretária Municipal de Saúde

Código registro TCE: 697B08E7577E7EB847CA0FC3E45FB8EB540447A9

### PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2021 - FMSL

Publicação N° 3520216

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BF9831D53D13984640A9082FDEEBCF5965DFE916

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO

Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 047/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

N° PROCESSO P/ MODALIDADE: N° 037/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022.

Data da Abertura do Processo Licitação: 21/01/2022

Horário da Abertura do Processo Licitação: 09h00min

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min. as 11h30min. e das 13h00min as 17h00min, site: [www.saoludgero.sc.gov.br](http://www.saoludgero.sc.gov.br) ou pelo telefone (48) 3657-8800.

São Ludgero (SC), 04 de Janeiro de 2022.

Morgana Rech da Silva

Secretária Municipal de Saúde

Código registro TCE: BF9831D53D13984640A9082FDEEBCF5965DFE916

**SAMAE - SÃO LUDGERO****HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2021 - CONVITE Nº 06/2021**

Publicação Nº 3519989

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2257226F04228375C6E24F356635B8221A9E0911

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE DE SÃO LUDGERO  
HOMOLOGAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 22/2021 - Convite Nº 06/2021

Objeto da Licitação: Aquisição de combustíveis para o abastecimento da frota e equipamentos do SAMAE, durante o ano de 2022.

Empresa Vencedora (Menor Preço por Item): POSTO DE COMBUSTIVEIS SAO MARCOS S.L. LTDA – CNPJ: 05.289.705/0001-94.

Item 1: R\$ 41.650,00 (quarenta e um mil seiscentos e cinquenta reais).

Total do Participante: R\$ 41.650,00 (quarenta e um mil seiscentos e cinquenta reais).

Empresa Vencedora (Menor Preço por Item): POSTO LEAO DO TREVO LTDA – CNPJ: 76.816.842/0005-01.

Item 2: R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais).

Item 3: R\$ 9.840,00 (nove mil oitocentos e quarenta reais).

Total do Participante: 58.840,00 (cinquenta e oito mil oitocentos e quarenta reais).

Total Geral: R\$ 100.490,00 (cem mil quatrocentos e noventa reais).

Data Homologação: 03/01/2022.

Maiores informações: Setor de Compras e Licitações do SAMAE de São Ludgero, telefone (48)3657-1444 das 8:30 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, e/ou e-mail:compras@samaesl.sc.gov.br.

São Ludgero (SC), 04 de janeiro de 2022.

Judite Peters Schurohff  
Diretora do SAMAE

**RESUMO DE RESCISÃO DE CONTRATO NO. 55/2021**

Publicação Nº 3519743

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE DE SÃO LUDGERO  
RESUMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 55/2021

Contratante.: SAMAE DE SÃO LUDGERO

Contratada.: CASA DO INOX COMERCIO E SERVICOS LTDA

CNPJ: 34.954.237/0001-23

Valor ..... : R\$ 178.000,00 (Cento e setenta e oito mil reais)

Vigência ..... : Início: 26/08/2021 Término: 24/11/2021.

Data da assinatura: 25/08/2021

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2021

Recursos ..... : Dotação: 1.071.4.4.90.00.00.00.00 (3)

Objeto ..... : Fornecimento de guarda corpo pultrudado, com barras verticais nr-18, com fixação por sapatas de acordo com projeto e memorial descritivo.

Processo PBS Nº 336/2021. Solicitação Nº 336/2021.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Diante das justificativas contidas nos autos do processo 336/2021 decido negar o pedido de prorrogação de prazo e o pedido de reajuste de preços formulado pela Contratada e, com fundamento no art. 79, inc. I, c/c o art. 78, incs. I, III e IV, da Lei n.º 8.666/93, c/c o disposto no item 11.1.1, alínea "a", declarar formalmente rescindido o Contrato n.º 55/2021, celebrado com a empresa Casa do Inox Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ 34.954.237/0001-23), e consequentemente determinar o cancelamento da Nota de Empenho n.º 795/2021.

São Ludgero, 04 de janeiro de 2021.

Judite Peters Schurohff  
Diretora do SAMAE

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### EXTRATO FINAL PROCESSO 14/2021 FMS - DESERTO

Publicação Nº 3520054



## Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



### EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO

#### MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2021 FMS - Modalidade: Pregão Presencial

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, para **AQUISIÇÃO DE VEICULO AUTOMOTOR NOVO, 0KM, TIPO AMBULÂNCIA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC**, não houve empresas interessadas, restando a mesma DESERTA. São Miguel da Boa Vista/SC, em 04 de janeiro de 2022.

**VANDERLEI BONALDO**

Prefeito Municipal

Rua São Luiz, 210, Centro - Fone/Fax: (49) 3667-0050 - Cep: 89879-000  
CNPJ: 80.912.124/0001-82 – Site: [www.saomigueldaboavista.sc.gov.br](http://www.saomigueldaboavista.sc.gov.br)

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO 233/2021 - PRFEITURA

Publicação N° 3519346

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 233/2021  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
Contratada.: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
Valor ..... : R\$ 1.820.000,00 (um milhão e oitocentos e vinte mil reais) a receber  
Vigência ..... : Início: 29/12/2021 Término: 29/12/2026.  
Licitação ..... : PROCESSO LICITATÓRIO N° 219/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 26/2021  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OU COOPERATIVA DE CRÉDITO AUTORIZADA NA FORMA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE DO BANCO CENTRAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS, COMO FOLHA DE PAGAMENTO, EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO, RECEBIMENTO DAS RECEITAS ARRECADADAS DIRETAMENTE PELO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, CONFORME ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 03 de janeiro de 2022.

### PORTARIA 004 - DESIGNA FISCAL DANIELA APARECIDA MENEGAT - PL 229.2021

Publicação N° 3520212

PORTARIA N° 004/2022  
DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega ao Secretário Adjunto de Administração as atribuições dos Incisos VIII, XIII, XIV, XVI, XVII, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações, e,

CONSIDERANDO o Ofício protocolado sob nº 2.166/2021, o qual indica servidor para fiscalização de contrato.

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora DANIELA APARECIDA MENEGAT, portadora da matrícula funcional nº 21946301, ocupante do cargo de Diretora de Desenvolvimento de Pessoas, para fiscalizar e acompanhar a execução da contratação de empresa para prestação de serviço de realização de processo seletivo e concurso público para o Município de São Miguel do Oeste/SC, para suprir vagas de servidores por tempo determinado e indeterminado, conforme anexo I, termo de referência do Edital, oriundo do seguinte processo licitatório:

I - Processo Licitatório nº 0229/2021, Dispensa de Licitação nº 0027/2021, Contrato nº 0230/2021.

Art. 2º A servidora ora designada trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da Lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.  
Em, 04 de janeiro de 2022.

[assinado digitalmente]  
THAÍS JALINE SIPPert COSTA  
Secretária Municipal Adjunta de Administração

[assinado digitalmente]  
Luísa Cassol  
Advogada Assessora

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

**PORTARIA 005 - DESIGNA FISCAL MARCOS ALBERTO BORTOLANZA PL 005.2021**

Publicação Nº 3520863

PORTARIA Nº 005/2022

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega ao Secretário Adjunto de Administração as atribuições dos Incisos VIII, XIII, XIV, XVI, XVII, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações, e,

CONSIDERANDO o Memorando protocolado sob nº 29.438/2021, o qual indica servidor para fiscalização de contrato.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor MARCOS ALBERTO BORTOLANZA, portador da matrícula funcional nº 22000401, ocupante do cargo de Enfermeiro, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento para contratação de empresa para prestação de serviços de transporte diário de material biológico coletado no Município de São Miguel do Oeste/SC e encaminhado para análise no Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN) em Florianópolis/SC, oriundo do seguinte processo licitatório:

I – Processo Licitatório nº 0005/2021, Dispensa de Licitação nº 0004/2021, Contrato nº 0006/2021.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e fica revogada a Portaria nº 0257, de 24 de agosto de 2021.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da Lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.  
Em, 04 de janeiro de 2022.

[assinado digitalmente]  
THAÍS JALINE SIPPET COSTA  
Secretária Municipal Adjunta de Administração

[assinado digitalmente]  
Luísa Cassol  
Advogada Assessora

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO 1/2022**

Publicação Nº 3519905

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 41C1B403D8D60798611A3818594076B7192F249B

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2022

O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade de Dispensa de Licitação para prestação de serviços de locação de tenda de cobertura para proteger os munícipes da chuva e demais intempéries climáticas e permitir o distanciamento enquanto aguardam para vacinação do COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.979/2020, do município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.

Contratado: P.I. MALLMANN E CIA LTDA

CNPJ nº 03.427.621/0001-44

Valor total de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Márcilio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste /SC, 04 de janeiro de 2022.

DAIANA SARA SIRTOLI  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2022/ SAÚDE

Publicação Nº 3519752

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone: 48-32770122 R: 206/225  
www.pmspa.sc.gov.br – saude@pmspa.sc.gov.br

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2022/ saúde

A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, o Edital de Chamada Pública Nº 01/2022 para seleção de 01 (um) AGENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, com carga horária de 40 horas semanais para atender junto a secretaria de saúde do município de São Pedro de Alcântara para início imediato até a data de retorno da servidora efetiva afastada de licença para tratamento de saúde, caso não retorne até 28/02/2022 será considerada esta data como término de contrato não podendo haver prorrogação para o ano de 2022.

§ 1º - Tal edital se fez necessário devido a necessidade da contratação de um(a) profissional na área de vigilância epidemiológica por consequência do afastamento para tratamento de saúde da servidora efetiva no cargo, conforme quadro de vaga anexo a este edital.

Art. 2º - Os/as profissionais da área interessados (as), deverão realizar a entrega da documentação na Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, no dia 07 de janeiro de 2022, às 15hs, portando a seguinte documentação:

- I. Cópia Identidade;
- II. Cópia CPF;
- III. Cópia Diploma de Técnico em enfermagem
- IV. Cópia Registro em conselho da classe (COREN)
- V. Certidão negativa de débitos com COREN
- VI. Cópia PIS PASEP;
- VII. Cópia da Carteira de Trabalho;
- VIII. Cópia Título de Eleitor;
- IX. Quitação Eleitoral;
- X. Cópia Certificado de Reservista (masculino);
- XI. Cópia do comprovante de escolaridade;
- XII. Cópia Certidão de Casamento;
- XIII. Cópia Certidão Filhos menores de 14 anos e CPF;
- XIV. Atestado de Saúde Admissional (Médico do Trabalho)\_ este será cobrado no ato da contratação;
- XV. 01 Foto 3 x 4 atual;
- XVI. Cópia Comprovante de Residência atual (mínimo 03 últimos meses);
- XVII. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;

§ 1º - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderá ser retirada no Setor de Recursos Humanos, localizada no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento 8h às 12h e das 13h às 17h ou através do telefone (48) 32770122 ramal 221.

Art. 3º - Havendo mais de um candidato (a) interessado pela vaga serão adotados os seguintes critérios de desempate:

I – Maior tempo de experiência profissional na área em Vigilância Epidemiológica, comprovada.

- a) Entidade Pública: Declaração/Certidão de Tempo de Serviço em papel timbrado e assinado por profissional competente.
- b) Entidade Privada: Registro na Carteira de Trabalho (CTPS), Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato de Trabalho.

II - Havendo empate no critério acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

Art. 4º - Os habilitados e classificados na chamada pública serão admitidos sob o regime Celetista.

Art. 5º - A validade deste chamamento público será até 28/02/2022.

§ 1º A aprovação na chamada pública não gera o direito à admissão, mas credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade.

§ 2º Taxa de inscrição: isento;



Agente de Vigilância Epidemiológica	40H	Segundo grau completo, com habilitação em auxiliar ou técnico de Enfermagem	R\$ 1.554,52 + Insalubridade R\$ 220,00 + Vale Alimentação R\$460,00
-------------------------------------	-----	---	--

São Pedro de Alcântara, 03 de janeiro de 2022.

JOSELAINE CRISTINA STEIN

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

## PORTARIA Nº 483/2021

Publicação Nº 3520640

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 483/2021

Exonera GISELE PLATEN do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar GISELE PLATEN do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 024/2021.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

## PORTARIA Nº 552/2021

Publicação Nº 3520576

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 552/2021

Concede férias à servidora JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 03/01/2022 a 01/02/2022, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA Nº 553/2021**

Publicação Nº 3520586

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 553/2021  
Concede férias à servidora MARIA LUIZA COELHO.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA LUIZA COELHO, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 03/01/2022 a 01/02/2022, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA Nº 554/2021**

Publicação Nº 3520590

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 554/2021  
Concede férias à servidora MARILENE PETRY.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora MARILENE PETRY, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 03/01/2022 a 01/02/2022, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA Nº 555/2021**

Publicação Nº 3520594

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 555/2021

Concede férias à servidora NARA SILVERIO COELHO.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora NARA SILVERIO COELHO, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 03/01/2022 a 01/02/2022, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

## PORTARIA Nº 556/2021

Publicação Nº 3520598

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 556/2021

Concede férias ao servidor OSMAR EGER.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor OSMAR EGER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 03/01/2022 a 01/02/2022, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

## PORTARIA Nº 557/2021

Publicação Nº 3520602

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 557/2021

Concede férias à servidora PATRÍCIA PETRY LAURENTINO.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora PATRÍCIA PETRY LAURENTINO, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 03/01/2022 a 01/02/2022, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

## **PORTARIA Nº 558/2021**

Publicação Nº 3520572

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 558/2021  
Concede férias à servidora ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO, ocupante do cargo de Secretária da Educação, Cultura e Desporto, férias por 30 dias que gozará a partir de 03/01/2022 a 01/02/2022, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

## **PORTARIA Nº 559/2021**

Publicação Nº 3520567

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 559/2021  
Concede férias à servidora SCHEILA CRISTINA SCHMITZ.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora SCHEILA CRISTINA SCHMITZ, ocupante do cargo de professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 03/01/2022 a 01/02/2022, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

## **PORTARIA Nº 560/2021**

Publicação Nº 3520563

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 560/2021  
Concede férias à servidora SUELI MARIA STAHELIN.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora SUELI MARIA STAHELIN, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 03/01/2022 a 01/02/2022, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

## **PORTARIA Nº 561/2021**

Publicação Nº 3520554

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 561/2021  
Concede férias à servidora TEREZINHA VILMA DA CUNHA KUHN.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora TEREZINHA VILMA DA CUNHA KUHN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 03/01/2022 a 01/02/2022, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA N° 562/2021**

Publicação N° 3520526

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 562/2021  
Concede férias ao servidor WAGNER JOSÉ JUNCQUES.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor WAGNER JOSÉ JUNCQUES, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 03/01/2022 a 01/02/2022, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA N° 598/2021**

Publicação N° 3520643

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 598/2021  
Autoriza a disposição da servidora MÁRCIA HELENA NEVES para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 12, § I, da Lei 19/97,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Autorizar a disposição da servidora MÁRCIA HELENA NEVES para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

§1º - A servidora permanecerá a disposição durante o ano de 2022.

§2º - O ônus caberá ao Órgão de origem, mediante ressarcimento, cessando caso haja rompimento do pagamento.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA Nº 599/2021**

Publicação Nº 3520645

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 599/2021

Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de 01/01/2022, para que a Administração possa analisar e dar continuidade no processo de aposentadoria.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA Nº 600/2021**

Publicação Nº 3520648

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 600/2021

Exonera ALESSANDRA MANDALOUFAS do cargo de Médico Clínico Geral do Programa Saúde da Família - ESF.

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ALESSANDRA MANDALOUFAS do cargo de Médico Clínico Geral do Programa Saúde da Família - ESF, contrato de trabalho nº. 095/2021.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.



**PORTARIA Nº 601/2021**

Publicação Nº 3520650

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 601/2021

Exonera THAYNARA KAROLINE DE SOUZA PEREIRA do cargo de Médico Clínico Geral.

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar THAYNARA KAROLINE DE SOUZA PEREIRA do cargo de Médico Clínico Geral, contrato de trabalho nº. 098/2021.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.781/2022, DE 3 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519698

#### DECRETO Nº 5.781/2022, DE 3 DE JANEIRO DE 2022

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2022.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.553/2021 de 8 de novembro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.007.326,00 (um milhão, sete mil e trezentos e vinte e seis reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### **02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

##### **02.04 - DIRETORIA MUNICIPAL DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON)**

02.04.04.125.0002.2.013 - Manutenção do PROCON

3.3.90.34.00.00.00.00 - 00.01.1110 - Outras Desp.de Pessoal Dec.de Contratos de Terc. .... R\$ 10.000,00

#### **03 - SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS**

##### **03.01 - DIRETORIA DE FINANÇAS**

03.01.04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.40.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur. .... R\$ 75.000,00

#### **05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

##### **05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

05.02.12.122.0003.2.009 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura

3.3.90.40.00.00.00.00 - 00.03.0036 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur. .... R\$ 57.526,00

##### **05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

05.04.12.361.0003.2.024 - Manutenção Ensino Fundamental - FUNDEB

3.3.90.34.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Outras Desp.de Pessoal Dec.de Contratos de Terc. .... R\$ 530.000,00

05.04.12.365.0003.2.025 - Manutenção Centro de Educação Infantil - FUNDEB

3.3.90.34.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Outras Desp.de Pessoal Dec.de Contratos de Terc. .... R\$ 195.000,00

05.04.12.365.0003.2.027 - Manutenção Jardins - FUNDEB

3.3.90.34.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Outras Desp.de Pessoal Dec.de Contratos de Terc. .... R\$ 100.000,00

05.04.12.367.0003.2.017 - Manutenção da Educação Especial

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0036 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica .... R\$ 16.800,00

#### **06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

##### **06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO**

06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica .... R\$ 23.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### **02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

##### **02.04 - DIRETORIA MUNICIPAL DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON)**

02.04.04.125.0002.2.013 - Manutenção do PROCON

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.1110 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil .... R\$ 10.000,00

**03 - SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS****03.01 - DIRETORIA DE FINANÇAS**

03.01.04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 75.000,00

**05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA****05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

05.04.12.361.0003.2.024 - Manutenção Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 530.000,00

05.04.12.365.0003.2.025 - Manutenção Centro de Educação Infantil - FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 195.000,00

05.04.12.365.0003.2.027 - Manutenção Jardins - FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 100.000,00

**06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS****06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO**

06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo ..... R\$ 23.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do  
Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 3 de Janeiro de 2022.

**FELIPE VOIGT**

Prefeito Municipal

**DENILSON WEISS**

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

**BÁRBARA CAROLINE PIANEZZER**

Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 5.782/2022, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521503

**DECRETO Nº 5.782/2022, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2022.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.553/2021 de 8 de novembro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 100,00 (cem reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SCHROEDER****11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SCHROEDER**

11.01.16.482.0015.2.063 - Manutenção do Fundo Municipal de Habitação  
3.3.90.40.00.00.00.00 - 0101 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur. .... R\$ 100,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SCHROEDER****11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SCHROEDER**

11.01.16.482.0015.2.063 - Manutenção do Fundo Municipal de Habitação  
3.3.90.32.00.00.00.00 - 0101 - Material de Distribuicao Gratuita ..... R\$ 100,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 3 de Janeiro de 2022.

**FELIPE VOIGT**  
Prefeito Municipal

**DENILSON WEISS**  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

**BÁRBARA CAROLINE PIANEZZER**  
Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 5.783/2022, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521507

**DECRETO Nº 5.783/2022, DE 3 DE JANEIRO DE 2022**

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2022.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.553/2021 de 8 de novembro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 103.720,00 (cento e três mil setecentos e vinte reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

09.02.08.244.0015.2.065 - Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0051 - Material de Consumo .....	R\$	1.240,00
--	-----	----------

09.02.08.244.0015.2.066 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....	R\$	100.000,00
---	-----	------------

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0220 - Material de Consumo .....	R\$	2.480,00
--	-----	----------

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

09.02.08.244.0015.2.066 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil .....	R\$	30.000,00
--	-----	-----------

3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Distribuição Gratuita .....	R\$	70.000,00
--	-----	-----------

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 3 de Janeiro de 2022.

**FELIPE VOIGT**

Prefeito Municipal

**DENILSON WEISS**

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

**BÁRBARA CAROLINE PIANEZZER**

Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças

**Seara****PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2022**

Publicação Nº 3519938

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2022  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2021

MUNICÍPIO DE SEARA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPNJ sob o nº 83.024.505/0001-13, com sede na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Centro, Município de Seara/SC – CEP 89.770-000; representado pelo Chefe do Poder Executivo, CONVOCA o candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2021, conforme relação abaixo, com vistas à nomeação e posse do respectivo cargo de provimento efetivo, para apresentar a documentação exigida para a nomeação, em até 30 (trinta) dias, com fundamento nos termos do Edital (item 9 – do provimento das vagas, e seus respectivos subitens) ou, não havendo interesse, apresentar sua carta de desistência, sendo que a ausência de manifestação do convocado dentro do prazo indicado é entendida como renúncia tácita.

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO – 40H		
Nº INSC	CANDIDATO	POSIÇÃO
2091882	Maycon Benetti	1º

A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da expedição deste ato convocatório, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado. Será tornado sem efeito o ato de provimento, se a posse não ocorrer no prazo legalmente previsto.

As informações sobre a documentação necessária para a posse e demais atos deverão ser buscadas perante o Departamento de Recursos Humanos, com endereço na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, Seara/SC – CEP 89770-000, telefone (49) 3452-8313, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17h30, de segunda a sexta-feira.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2022.

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em 04 de janeiro de 2022.

Dirlei Giombelli Wildner  
Secretária da Administração

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2022**

Publicação Nº 3519940

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2022  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

MUNICÍPIO DE SEARA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPNJ sob o nº 83.024.505/0001-13, com sede na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Centro, Município de Seara/SC – CEP 89.770-000; representado pelo Chefe do Poder Executivo, CONVOCA o candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2018, conforme relação abaixo, com vistas à nomeação e posse do respectivo cargo de provimento efetivo, para apresentar a documentação exigida para a nomeação, em até 30 (trinta) dias, com fundamento nos termos do Edital (itens 9.1 a 9.7 e seus respectivos subitens) ou, não havendo interesse, apresentar sua carta de desistência, sendo que a ausência de manifestação do convocado dentro do prazo indicado é entendida como renúncia tácita.

CARGO: TÉCNICO DE COMPRAS – 40H		
Nº INSC	CANDIDATO	POSIÇÃO
1295687	Jean Paulo Caus	1º

A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da expedição deste ato convocatório, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado. Será tornado sem efeito o ato de provimento, se a posse não ocorrer no prazo legalmente previsto.

As informações sobre a documentação necessária para a posse e demais atos deverão ser buscadas perante o Departamento de Recursos Humanos, com endereço na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, Seara/SC – CEP 89770-000, telefone (49) 34528313, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17h30, de segunda a sexta-feira.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2022.

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em 04 de janeiro de 2022.

Dirlei Giombelli Wildner  
Secretária da Administração

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2022**

Publicação Nº 3519942

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2022

PROCESSO SELETIVO Nº 156/2021

MUNICÍPIO DE SEARA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPNJ sob o nº 83.024.505/0001-13, com sede na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Centro, Município de Seara/SC – CEP 89.770-000; representado pelo Chefe do Poder Executivo, CONVOCA o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 156/2021, conforme relação abaixo, com vistas à contratação do respectivo cargo em caráter temporário, para apresentar a documentação exigida para a contratação, em até 03 (três) dias, com fundamento nos termos do Edital (item 7 – do preenchimento das vagas, e seus respectivos subitens) ou, não havendo interesse, apresentar sua carta de desistência, sendo que a ausência de manifestação do convocado dentro do prazo indicado é entendida como renúncia tácita.

CARGO: ATENDENTE DE UNIDADE SANITÁRIA – 40H		
Nº INSC	CANDIDATO	POSIÇÃO
01	Mônica Carla Farias Bento	2º
Prazo de Contrato: Para substituir servidora titular legalmente afastada do trabalho presencial até o término da licença maternidade.		

O candidato que não assumir no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao desta convocação, automaticamente será desclassificado, sendo chamado o próximo candidato da lista, salvo pedido de prorrogação do prazo devidamente justificado, que deve ser requerido ao Secretário Municipal da Saúde, não podendo ultrapassar a 3 (três) dias corridos. Mediante o interesse da Secretaria Municipal Saúde poderá ser deferido ou indeferido o requerimento de prorrogação de prazo.

As informações sobre a documentação necessária para a contratação e demais atos deverão ser buscadas perante o Departamento de Recursos Humanos, com endereço na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, Seara/SC – CEP 89770-000, telefone (49) 3452-8313, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17h30, de segunda a sexta-feira.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2022.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 04 de janeiro de 2022.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2022**

Publicação Nº 3521148

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2022

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

MUNICÍPIO DE SEARA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPNJ sob o nº 83.024.505/0001-13, com sede na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Centro, Município de Seara/SC – CEP 89.770-000; representado pelo Chefe do Poder Executivo, CONVOCA o candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2018, conforme relação abaixo, com vistas à nomeação e posse do respectivo cargo de provimento efetivo, para apresentar a documentação exigida para a nomeação, em até 30 (trinta) dias, com fundamento nos termos do Edital (itens 9.1 a 9.7 e seus respectivos subitens) ou, não havendo interesse, apresentar sua carta de desistência, sendo que a ausência de manifestação do convocado dentro do prazo indicado é entendida como renúncia tácita.

CARGO: AUXILIAR DE CRECHE – 40H		
Nº INSC	CANDIDATO	POSIÇÃO
1267130	Andressa Lucia Lecardelli	32º
1279118	Kelin Cristina dos Santos	33º

A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da expedição deste ato convocatório, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado. Será tornado sem efeito o ato de provimento, se a posse não ocorrer no prazo legalmente previsto.

As informações sobre a documentação necessária para a posse e demais atos deverão ser buscadas perante o Departamento de Recursos Humanos, com endereço na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, Seara/SC – CEP 89770-000, telefone (49) 34528313, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17h30, de segunda a sexta-feira.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2022.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 04 de janeiro de 2022.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2022**

Publicação Nº 3521152

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2022  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2021

MUNICÍPIO DE SEARA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPNJ sob o nº 83.024.505/0001-13, com sede na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Centro, Município de Seara/SC – CEP 89.770-000; representado pelo Chefe do Poder Executivo, CONVOCA o candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2021, conforme relação abaixo, com vistas à nomeação e posse do respectivo cargo de provimento efetivo, para apresentar a documentação exigida para a nomeação, em até 30 (trinta) dias, com fundamento nos termos do Edital (item 9 – do provimento das vagas, e seus respectivos subitens) ou, não havendo interesse, apresentar sua carta de desistência, sendo que a ausência de manifestação do convocado dentro do prazo indicado é entendida como renúncia tácita.

CARGO: MÉDICO – 40H		
Nº INSC	CANDIDATO	POSIÇÃO
2096234	Ana Flávia Paludo Kafer	3º

A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da expedição deste ato convocatório, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado. Será tornado sem efeito o ato de provimento, se a posse não ocorrer no prazo legalmente previsto.

As informações sobre a documentação necessária para a posse e demais atos deverão ser buscadas perante o Departamento de Recursos Humanos, com endereço na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, Seara/SC – CEP 89770-000, telefone (49) 3452-8313, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17h30, de segunda a sexta-feira.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2022.

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em 04 de janeiro de 2022.

Dirlei Giombelli Wildner  
Secretária da Administração

**PORTARIA 23**

Publicação Nº 3520969

PORTARIA Nº 23, de 04 de janeiro de 2022

Altera Portaria nº 563/2021, que Determina a instauração de Sindicância para apuração de fato envolvendo ato relacionado ao desempenho das atribuições de servidor municipal, nomeia comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica do Município e artigo 181 da Lei Complementar nº 18/2006, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a alínea “a”, do inciso II do Art. 2º da Portaria nº 563/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ...

II - ...

a) Mário Élio Sendtko – Membro.

....

Art. 2º As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 04 de janeiro de 2022

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 04 de janeiro de 2022

Dirlei Giombelli Wildner  
Secretária de Administração

**PORTARIAS Nº 024/2022 E Nº 025/2022**

Publicação Nº 3521157

Portaria nº. 024, de 04 de janeiro de 2022. O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos do art.123, da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e das outras providências, RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Fabiula Pereira - matrícula 1966-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias consecutivos, referentes ao quinquênio de 01/09/2013 a 30/08/2018 e que será usufruída no período de 05 de janeiro a 03 de fevereiro de 2022.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC., em 04 de janeiro de 2022.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 04 de janeiro de 2022.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 025, de 04 de janeiro de 2022. O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo de vigência da Portaria nº. 005/2021, que contrata Jaqueline Wilke, em caráter temporário, para exercer a função de Nutricionista, constante no Anexo I – Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 180, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara – SC, Lei Complementar 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de janeiro de 2022 a 03 de janeiro de 2023, para substituir nutricionista titular, Nivia Schneider Krause, legalmente afastada em licença para estudos.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2022.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 04 de janeiro de 2022.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 1/2021**

Publicação Nº 3521187

PORTARIA Nº 1/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Designa servidores para fiscalização de Contratos

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo identificados para acompanhamento e fiscalização de Contratos, conforme seguem:

I - Adriana de Camargo - matrícula 2

Nº Contrato original	Nº contrato Aditivo	Contratada:
02/2019	12/2021 - Aditivo 03	Lancer Soluções em Informática Ltda EPP
10/2018	13/2021 - Aditivo 05	MHNET Telecomunicações EIRELI EPP
01/2019	14/2021 - Aditivo 3	Agenor Rosa
01/2020	16/2021 - Aditivo 3	Pinturas Cerutti LTDA
10/2020	17/2021 - Aditivo 2	Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA
04/2021	21/2021 - Aditivo 01	CLIC Sistemas para transmissão ao vivo

II - Marinês Miranda - matrícula 5

Nº Contrato original	Nº contrato Aditivo	Contratada:
18/2020	11/2021 - Aditivo 1	Berlin Finance Meios de Pagamentos LTDA
02/2021	20/2021 - Aditivo 1	Editora Belos Montes LTDA ME
09/2020	15/2021 - Aditivo 2	PKS Serviços LTDA
03/2019	18/2021 - Aditivo 4	Rádio Belos Montes de Seara Ltda

III - Adriana de Camargo e Marinês Miranda

Nº Contrato original	Nº contrato Aditivo	Contratada:
03/2021	22/2021 - Aditivo 02	Laiane Karine de Castro Sgarbossa

## IV - Marisa Scussel - matrícula 46

Nº Contrato original	Nº contrato Aditivo	Contratada:
01/2021	19/2021 - Aditivo 01	Geneci Maciel dos Santos Bloss

## V - Lésio Luvisa - matrícula 1

Nº Contrato Original	Nº Contrato Aditivo	Contratada:
09/2021	-	IPM Sistemas Ltda

Art. 2º Os servidores não receberão nenhuma remuneração extra, sendo que a prestação do serviço será considerada relevante.

Art. 3º Os efeitos desta Portaria cessam, com o encerramento da vigência dos Contratos, inclusive suas possíveis alterações e prorrogações.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 4/2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELISEU AREND (Fonso)
Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 2/2021**

Publicação Nº 3521188

PORTARIA Nº 2/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Institui o calendário do pagamento da remuneração dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Seara e dá outras providências

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o calendário do pagamento da remuneração dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Seara, ativos e inativo, para o exercício de 2022, conforme segue:

Competência	Data do pagamento
Janeiro	1º de fevereiro
Fevereiro	2 de março
Março	1º de abril
Abril	2 de maio
Maio	1º de junho
Junho	1º de julho
Julho	1º de agosto
Agosto	1º de setembro
Setembro	3 de outubro
Outubro	1º de novembro
Novembro	1º de dezembro
Dezembro	28 de dezembro

§ 1º O pagamento do 13º salário será efetuado, em parcela única, no dia 16 de dezembro de 2022.

§ 2º A efetiva disponibilização dos recursos na conta dos servidores poderá ocorrer até o primeiro dia útil da data do pagamento.

§3º As datas previstas poderão ser alteradas, se justificadas e autorizadas pelo Presidente da Mesa.

Art. 2º O subsídio dos vereadores será pago na mesma data ou após a realização das quatro Sessões Ordinárias do mês.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELISEU AREND (Fonso)
Presidente da Mesa

# Serra Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 061/2021- SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Publicação N° 3520343

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 94BD13363EAA4561481BE377D3B3DA5F3B33484F

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO:

Código Registro (e-Sfinge): 94BD13363EAA4561481BE377D3B3DA5F3B33484F

PROCESSO LICITATÓRIO N° 061/2021

PREGÃO PRESENCIAL N° 061/2021 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição pelo Município de Serra Alta/SC, através de suas unidades gestoras, de combustíveis do tipo: Gasolina, Óleo Diesel S-10 e S-500, para uso nos veículos, máquinas e equipamentos rodoviários dos departamentos, Secretarias e do Fundo Municipal de Saúde do Município de Serra Alta/SC, objetivando a manutenção de suas atividades no decorrer do ano de 2022.

Prorrogação Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 21 de Janeiro de 2022.

Prorrogação Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 21 de Janeiro de 2022.

O Edital encontra-se disponível no site do Município [serraalta.atende.net](http://serraalta.atende.net) e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15 horas.

SERRA ALTA/SC, 04 de janeiro de 2022.

RAFAEL MARIN

PREFEITO MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL

LICITAÇÃO 01/2022

Publicação Nº 3521425

## MUNICIPIO DE SERRA ALTA

## TRIBUTAÇÃO/SEC MUN DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

## ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Nº 003/2022

## PROPRIETÁRIO:

NOME: MUNICIPIO DE SERRA ALTA

CPF/CNPJ: 80.622.319/0001-98

## AUTOR DO PROJETO:

NOME: DAVID LUIZ KREUZ

CREA (CAU) nº: 163389-2-SC/ ART (RRT) PROJETO: 8066440-1

## RESPONSÁVEL TÉCNICO:

NOME:

CREA (CAU) nº: / ART (RRT) OBRA:

## CONSTRUTORA OU RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA OBRA:

NOME: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA

CPF/CNPJ: 17.165.981/0001-20

Tendo em vista o constante no processo nº 003/2022, fica concedida a licença para execução do projeto aprovado em 04/01/2022, a obra denominada de REFORMA INTERNA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES EM ALVENARIA, a ser executada no endereço: RUA 8 DE MAIO, ESQ. RUA MENOTTI CEREZOLLI, N°130, LT-17 e 18, Q-98, Matrícula R.I. nº6.212, no Bairro: LOTEAMENTO NASCER DO SOL, SERRA ALTA-SC.

## Dados da obra:

## Áreas principais

Categoria	Destinação	Tipo de Obra	Área (m²)
Existente	Comercial salas e lojas	Alvenaria	415,65
Reforma	Comercial salas e lojas	Alvenaria	113,90
Área Resultante			415,65
Área Liberada			113,90

Área total da obra: 415,65 m²

**Especificação:** EXECUÇÃO DE REFORMA DE PARTES INTERNAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES C/ ÁREA TOTAL DE 415,65M² EM ALVENARIA, CFE. DETALHAMENTO EM PROJETO APROVADO E MEMORIAL DESCRITIVO.

**Observações:** Edificação existente em alvenaria c/ área total de 415,65m². Características da reforma: remoção e alteração de pisos e rodapés, janela e abertura p/ inst. porta de correr; remoção de fileira de bancos; ampliação palco c/ preenchimento e nivelamento; inst. de soleira, escada de palco, corrimões....

SERRA ALTA - SC, em 04 de Janeiro de 2022.



Assinado eletronicamente por:  
PAULO CEZAR BITTARELLO  
732.850.219-34  
04/01/2022 08:43:15

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/01/2022 08:43:03-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://ic.atende.net/tp61d43201fe2>.



**LICITAÇÃO 01/2022**

Publicação N° 3521432

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**Processo Digital  
Guia de Encerramento - Sintético

Pág 1 / 1

**COMPROVANTE DE ENCERRAMENTO****Observação de Encerramento**

Processo de emissão do Alvará de Construção efetuado. Alvará de Construção anexado.  
Para finalização do processo e recebimento do Habite-se, favor efetuar solicitação através de um novo protocolo após finalização da reforma.

**Data de Encerramento:** 04/01/2022**Processos**


Apenso	Número/Ano	Requerente	Assunto	Subassunto	Data Abertura	Data Previsão
Não	1/2022	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA	ENGENHARIA	ENGENHARIA - PROJETO DE EDIFICAÇÕES (EXCETO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR )	03/01/2022	02/02/2022

PAULO CEZAR BITTARELLO  
*Funcionário(a)*

04/01/2022 08:45:01 -03:00


Identificador: WPT831102-063-VFFTRNFVSXJYNS-0 - Emitido por: PAULO CEZAR BITTARELLO

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPT v:2013.01



Assinado eletronicamente por:  
PAULO CEZAR BITTARELLO  
732.850.219-34  
04/01/2022 08:45:08

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/01/2022 08:45 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p61d4336521d64>.



**LICITAÇÃO 01/2022**

Publicação N° 3521423



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF N° 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

**EDITAL TOMADA DE PREÇOS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA****PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2022****MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N° 01/2022****1 - PREÂMBULO**

- 1.1 – A Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n°. 17.165.981/0001-20, com sede a Rua Oito de maio n° 130 – Loteamento Nascer do Sol, CEP: 89871-000, Serra Alta/SC, por meio de seu Presidente, Senhor ALCIDES NELSO MARTINELLI torna público o Processo de Licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS PARA OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** do tipo **MENOR PREÇO/PREÇO GLOBAL**, para execução de obras na CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei n° 8.666/93, e suas posteriores alterações e demais legislações aplicáveis.
- 1.2 - O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO e 02 – PROPOSTA contendo, respectivamente a documentação de habilitação e a proposta de preço dos interessados, dar-se-á até às 8:15 horas do dia 20 de janeiro de 2022. Caso não houver expediente nesta data será no primeiro dia útil subsequente.
- 1.3 - O início da abertura dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às **8:30 horas** do mesmo dia 20 de janeiro de 2022, no mesmo endereço indicado no subitem 1.1. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia (modelo constante do anexo "III" desta Tomada de Preços), proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas de preço dos proponentes habilitados.

**2 – OBJETO**

2.1 A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE REFORMA PARCIAL DO AUDITÓRIO, COM TOMBAMENTO E MELHORIAS NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA DE VEREADORES. CONTRATAÇÃO QUE COMPREENDE A MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA LISTA DE ITENS DO MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS DE ENGENHARIA E SEUS ANEXOS.

**3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

3.1 - Poderão participar do presente certame, empresas interessadas, cadastradas na correspondente especialidade junto à Câmara Municipal de Vereadores, ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

3.1.1 - Todos os atos perante esta licitação deverão ser praticados pelo seu representante legal da proponente ou pessoa com poderes delegados por este fim.

3.2 - Não poderão participar da presente licitação pessoas:

3.2.1 - Que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações;

3.2.2 - Com falência ou insolvência decretada;

3.2.3 - O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

3.2.4 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

3.2.5 - Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

#### **4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES 01 E 02 E DO CREDENCIAMENTO**

4.1 - Os Envelopes 01 e 02, contendo respectivamente a documentação e a proposta de preços, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, devidamente fechados, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

**ENVELOPE N°. 01**

**DA: (EMPRESA)**

**A: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC.**

**Depto de Compras**

**PROCESSO N°. 01/2022 – TOMADA DE PREÇO**

**ABERTURA: às 8:30 HORAS DO DIA 20/01/2022.**

**ENVELOPE “HABILITAÇÃO”**

**ENVELOPE N°. 02**

**DA: (EMPRESA)**

**A: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC.**

**Depto de Compras**

**PROCESSO N° 01/2022 – TOMADA DE PREÇO**

---

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

### **ABERTURA: às 08:30 HORAS DO DIA 20/01/2022 ENVELOPE “PROPOSTA”**

4.2 - Caso a proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma Carta de Credenciamento, conforme modelo sugestivo constante do **anexo “II”** deste Edital, a qual deverá ser entregue aos Membros da Comissão de Licitações para processar a licitação na data de abertura dos Envelopes 01, ou através de procuração.

4.3 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido nos **subitens 1.2 e 1.3** deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta e a Comissão Permanente de Licitações não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro dos prazos estabelecidos nos **subitens 1.2 e 1.3** deste Edital, no Setor de Protocolo Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC.

4.4 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento, o Registro expedido pela Junta Comercial do Estado, comprovando seu enquadramento, e em se tratando de Sociedades Simples, Certidão expedida pelo Cartório de Registro de Pessoa Jurídica, sob pena da perda dos privilégios estabelecidos na Lei Complementar nº. 123/06. Este (s) documento (s) deverá (ão) ser apresentado (s) obrigatoriamente fora do envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO.

### **5 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO**

O Envelope nº 01 deverá conter os documentos necessários à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-Financeira como segue:

#### **5.1 - Habilitação Jurídica e Fiscal**

5.1.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da última eleição e posse de seus administradores. No ato constitutivo deverão estar contempladas, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades compatíveis com a natureza e objeto da licitação.

5.1.2 - Inscrição no órgão competente, do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

5.1.3 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

5.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através de Certidão Conjunta, para com a Fazenda Estadual, e Municipal, mediante apresentação das respectivas Certidões Negativas, expedidas pelos órgãos competentes.

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

5.1.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através de Certidões Negativas de Débito, demonstrando o regular recolhimento dos encargos sociais instituídos por lei.

5.1.6 - Declaração do licitante de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei, constante do Anexo VI.

5.1.7 - Declaração do licitante de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, em cumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, constante no Anexo IV.

5.1.8. - Registro/Inscrição Na Entidade Profissional Competente – CREA/CAU válido na data de abertura do certame.

5.1.9 – CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.1.10 - **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EM PRAZO NÃO SUPERIOR A 30 (TRINTA) DIAS** da data designada para a apresentação do documento;

5.1.11 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis de último exercício social, já exigíveis, apresentados e publicados (quando for o caso) na forma da lei, apresentados por cópia ou fotocópia extraída do Livro Diário – devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente – inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, que comprovem a boa situação financeira da LICITANTE, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação do IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha a substituir. A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), cujos índices deverão ser superiores a 1,0 (um inteiro):

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

5.1.12 - Prova de registro da empresa e de seus respeitáveis técnicos no CREA ou CAU (Certidão de pessoa jurídica e pessoa física) da jurisdição da sede da proponente, com visto ou registro no Estado de Santa Catarina, com habilitação para si e seus responsáveis para a execução de serviços semelhantes ao objeto deste edital.

5.1.13 – Comprovação que a Proponente possui, em seu quadro permanente, profissional de nível superior detentor de atestado ou anotação de responsabilidade técnica para execução de obra ou serviço, que poderá ser comprovado através de cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o profissional indicado pertence ao quadro permanente da empresa.

5.1.14 - **CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTOS** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;

5.1.15 - A empresa licitante deverá comprovar possuir capital social mínimo de 10% do valor estimado da obra, até a data de entrega dos envelopes, devendo a comprovação ser feita relativamente à data de apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data através de índice oficiais.

5.1.16 - Declaração comprometendo-se a não subcontratar e nem sub-empregar a obra objeto da presente licitação.

5.1.17 - Cópia autenticada da cédula de identidade do representante legal da empresa proponente;

5.2 - Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelionato ou pelo Servidor Designado pela Câmara Municipal de Vereadores, mediante conferência da cópia com o original, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

5.3 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida, mesmo que os documentos **relativos à regularidade fiscal**, apresentem alguma restrição.

5.4 – Declaração que tomou pleno conhecimento da natureza e condições e locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada qualquer reclamação ou reivindicação fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

---

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

## 6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - O licitante deverá apresentar sua proposta da seguinte forma:

6.1.1 - Em papel timbrado;

6.1.2 - Datilografada ou impressa por meio eletrônico em língua portuguesa;

6.1.3 - Datada;

6.1.4 - Rubricada em todas as páginas e assinada na última página, constando o nome e o cargo da pessoa juridicamente habilitada para assinar;

6.1.5 - Em envelope fechado e identificado, na forma do item 4.1.

6.2 - Na proposta deverão ficar perfeitamente definidos:

6.2.1 – Cronograma físico-financeiro;

6.2.2 - Prazo de entrega proposto;

6.2.3 - Prazo de validade da proposta, no mínimo de 30 dias;

6.2.4 - Preços unitários em algarismos e o preço global, em algarismos e por extenso, em moeda corrente; com indicação se os preços são fixos ou reajustáveis (nos moldes dos ofertados por este órgão no **(Anexo I)** com a composição dos preços unitários ofertados, relação ordenada dos insumos considerados (curva ABC) e composição do BDI adotado.

**Na elaboração da proposta não poderá haver alteração da discriminação dos itens nem dos quantitativos indicados na Planilha do Orçamento (disponível em arquivo do Excel).**

**A licitante deverá incluir no preço global proposto para obra, além do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, todos os custos necessários para a realização do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços;**

6.2.5 - Declaração de pleno conhecimento do projeto básico, do local de obra e de suas especificações, assinado pelo responsável técnico do proponente, inscrito no CREA/CAU.

---

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
**CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20**  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

6.2.6-Declaração que examinou convenientemente as especificações constantes dos memoriais descritivos e projetos, que os mesmos são suficientes para realização da obra, inclusive para fazer frente às despesas referentes aos encargos sociais trabalhistas e taxas devidas em função da realização da obra aos serviços federais, estaduais e municipais, sendo os eventuais acréscimos de inteira responsabilidade da firma proponente.

6.2.7-Declaração do licitante comprometendo-se, caso seja o vencedor a utilizar na obra, somente material de primeira qualidade, sujeitando-se ao pagamento das despesas necessárias ao eventual ensaio visando aferir a qualidade do material, bem como seguir as orientações da fiscalização da Câmara Municipal de Vereadores.

6.2.8. A empresa participante poderá apresentar sua proposta em até 25% (vinte e cinco por cento) a menos, do valor máximo do presente Edital, caso ocorra proposta acima desse percentual a empresa proponente da presente Licitação Tomada de Preços será desclassificada.

## **7 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO**

7.1 - O presente Edital será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

7.2 - No dia, local e hora designados no preâmbulo, na presença dos licitantes ou de seus representantes legais que comparecerem no ato, a Comissão Designada para processar a licitação iniciará os trabalhos, examinando os envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO e 02 – PROPOSTA, os quais serão rubricados pelos seus membros e representantes presentes, procedendo-se a seguir à abertura dos envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO.

7.3 - Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 5 deste Edital, ou que apresentarem documentos rasurados ou com prazo de validade vencido. Caso forem apresentados documentos rasurados ou vencidos, o proponente poderá providenciar mediante a reimpressão via online.

7.4 - Os envelopes nº 02 – PROPOSTA, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

7.5 - Serão abertos os envelopes 02 – PROPOSTA, contendo a proposta de preço dos proponentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, através da assinatura na Ata, ou Termo de Renúncia ou após o julgamento dos recursos interpostos.

7.6 - Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no

---

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC





ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

item 6 deste instrumento convocatório, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis com os requisitos deste Edital.

7.7 - Será efetuado o julgamento e a classificação das propostas de acordo com o estabelecido no item 8 deste Edital.

7.8 - Se todas as propostas forem desclassificadas, a Câmara Municipal poderá fixar aos licitantes o prazo de 3 (três) dias úteis para reapresentação de outras, escoimadas das causas que ensejaram a desclassificação.

## 8 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 - As propostas dos proponentes considerados habilitados, serão classificadas pela ordem crescente dos preços apresentados, considerando-se vencedor aquele que apresentar o **MENOR PREÇO/PREÇO GLOBAL**.

8.2 - Havendo empate entre duas ou mais propostas a classificação se fará por sorteio, em ato público, no ato de abertura dos envelopes 02 - PROPOSTA.

8.3 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Apresentarem preços considerados excessivos, conforme Planilha Orçamentária, o preço global da proposta superior a **R\$ 30.539,82 (trinta mil, quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e dois centavos)**
- b) Não atenderem às exigências contidas neste instrumento e seus anexos.

8.4 – Após a divulgação do vencedor se esse não for uma ME ou EPP, e se houver proposta apresentada por ME ou EPP igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 – A ME ou EPP mais bem classificada e em seu direito a preferência, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, por escrito, possuindo para tanto o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a convocação formal (sendo esta realizada na própria sessão ou por ofício ou ainda pela publicação no Diário Oficial) situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

8.4.2 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 8.3 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.5 – As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) que apresentaram restrição na comprovação da regularidade fiscal, terão o prazo máximo

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

de 4 (quatro) dias úteis, após intimação, a contar da declaração de vencedor, se uma EPP ou ME for declarada vencedora, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.5.1 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.4 deste edital, implicará decadência à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação, ou revogação da licitação.

8.6 – A CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC, se reserva o direito de pedir novos detalhes em consequência das propostas apresentadas, assim como revogar ou anular a licitação em parte ou no todo, ou transferi-la a seu critério, sem que por esse motivo os concorrentes tenham direito a qualquer indenização ou reclamação.

8.7.- Homologada a licitação e assinatura contrato, será emitida nota de fornecimento ou documento autorizando a execução dos serviços, ficando o fornecedor ou executor obrigado a cumpri-los de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em sua proposta.

## 9 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA

9.1 – O prazo de execução da obra é de 25 (vinte e cinco dias) contados a partir da assinatura do contrato.

9.2 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

9.3 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

9.4 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

## 10 – DA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 - O licitante vencedor será convocado para a assinatura do **CONTRATO** após a Homologação do certame licitatório, mediante aviso pela parte CONTRATANTE.

10.2 - O prazo de assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma só vez, se solicitado pelo licitante vencedor e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC.

10.3 - Não assinado o contrato no prazo fixado ou na prorrogação, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, sofrerá aplicação de multa igual a 5% (cinco por

---

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

cento) do valor da proposta e ficará, temporariamente, suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o MUNICIPIO DE SERRA ALTA/SC., pelo período de 12 (doze) meses.

10.4 - Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC. poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora, mediante atualização dos preços pelo índice previsto no item 11 deste edital.

10.5 No prazo exposto no item 10.1 e no máximo até o momento da assinatura do contrato, o contratado deverá comprovar o recolhimento da garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato podendo optar pela modalidade de garantia: *caução em dinheiro ou título da dívida pública; seguro-garantia, fiança bancária e/ou bens imóveis* (art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93).

10.6 - O valor da garantia será devolvido ao contratado por ocasião do pagamento da última parcela referente à obra, desde que não haja nenhuma penalidade aplicada ao contratado, oportunidade em que a garantia poderá ser utilizada na eventualidade de cobrança de multa.

10.7 - Não será admitida a subcontratação do objeto desta licitação nem a participação de consórcio.

10.8 - Este edital e seus anexos farão parte do contrato a ser celebrado como se nele estivessem transcritos.

10.9 - O Contrato terá vigência de 45 (quarenta e cinco dias) consecutivos, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

## 11 - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

11.1 – O pagamento da obra será efetuado com ordem bancária, mediante BOLETIM DE MEDIÇÃO, apresentação de nota fiscal e guias de recolhimento do INSS correspondentes a obra, com recursos próprios.

11.2. O valor contratado não sofrerá reajustes, nem atualização de valores.

11.3 - As despesas decorrentes da execução da obra, objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento Municipal do exercício de 2022, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO 01 – CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC.

---

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

**UNIDADE 01 – CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC.  
PROJETO ATIVIDADE – 1.002 – AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS EDIFICAÇÕES  
COMP. ELEMENTO – 4.4.90.00.00.00.00.00 3071 – Aplicações Diretas –  
EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

11.4- A CÂMARA não efetuará pagamento através de cobrança bancária, os pagamentos serão efetuados na modalidade de ordem de pagamento bancária, devendo o proponente indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.

**12 - DOS RECURSOS**

12.1 - Aos proponentes é assegurado o direito de interposição de Recurso Administrativo, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos, salvo caso as empresas efetuarem por escrito a desistência da mesma.

**13 - PENALIDADES**

13.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, acarretará na suspensão de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Municipal por pelo menos 12 (doze) meses.

13.2 - No caso de atraso na execução do Contrato, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

- a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela mensal, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma de entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos a empresa mediante requerimento.
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços.

13.3 - No caso de rescisão contratual, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

- a) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, por inexecução total;
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor não executado do contrato, por inexecução parcial;
- c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 meses;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 -Dar-se-á rescisão administrativa, independentemente de qualquer procedimento judicial quando:

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
**CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20**  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

13.5-Constar de Laudo de Vistoria, a comprovação de dolo ou culpa da adjudicada no cumprimento de suas obrigações ajustadas e/ou que constate falhas técnicas ou de qualidade do material aplicado que comprometa a segurança e a utilização da obra.

13.6- Ocorrer falência, dissolução ou liquidação da empresa adjudicada;

13.7-Formalizada a rescisão administrativa a adjudicatária só terá direito das contas ou faturas relativas aos serviços executados até a data da rescisão e em condições de aceitação definitiva, sem prejuízo das sanções que serão revertidas aos cofres do Município.

13.8- As sanções previstas neste título serão cumulativas;

13.9-As multas aplicadas à adjudicatária, deverão ser recolhidas aos cofres do Município, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação da penalidade no serviço oficial.

#### **14 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A contratante será responsável:

- a) Pelas despesas decorrentes da publicação do instrumento contratual;
- b) Pelos pagamentos nos prazos estipulados neste Edital;
- c) Pela realização de Vistoria para o recebimento da obra;
- d) Pela retenção do INSS sobre o valor bruto dos serviços contidos na nota fiscal, fatura ou recibo em nome da contratada em conformidade com as disposições e emanadas da Previdência Social;
- e) Pela fiscalização da execução da obra ora licitada.

#### **15 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A licitante Contratada ficará obrigada a:

- a) Executar os serviços cumprindo rigorosamente os projetos e memoriais, conforme estabelecido neste Edital de Tomada de Preços;
- b) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho;
- c) Não subcontratar e nem sub-empregar o total dos serviços para ela adjudicados;
- d) Fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, os comprovantes de pagamento dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- e) Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor;
- f) Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, devendo os materiais a ser empregados receber prévia aprovação da fiscalização da Câmara Municipal, o qual se reserva o direito de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados;

---

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
**CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20**  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

- g) Fornecer todo o material e equipamentos necessários a perfeita execução dos serviços a serem contratados;
- h) Não retirar qualquer material da obra, usado ou não, exceto entulhos, sem autorização por escrito;
- i) Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- j) Efetuar o pagamento das despesas referente taxas e registros em órgãos públicos e cópias dos projetos necessários a obra;
- k) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou (RRT) do profissional responsável pela obra;
- l) Responder pela instalação e manutenção dos serviços especializados em segurança, higiene e medicina do trabalho, relativo ao número de trabalhadores na obra.

## **16 - DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

16.1- A Comissão Permanente de Licitação competirá:

16.1.1- Verificar se os envelopes contendo a documentação e as propostas atendam as condições estabelecidas neste Edital

16.1.2- Examinar em primeiro lugar, antes da abertura do envelope das propostas, a documentação apresentada, a qual deverá estar de acordo com as exigências deste Edital, o que será feito na presença de todos os licitantes.

16.1.3- Rubricar as propostas e oferece-las à rubrica dos representantes dos concorrentes presentes ao ato.

16.1.4- Lavrar ata circunstanciada na licitação, lê-la, assiná-la e colher assinaturas dos representantes dos concorrentes presentes aos atos.

16.1.5- Proceder o julgamento do mérito das propostas, desclassificando as que não satisfazem as condições e exigências deste Edital.

## **17 - RECEBIMENTO DO OBJETO e DA GARANTIA DA OBRA**

O objeto desta licitação será recebido:

17.1 - Provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 5 (cinco) dias após a comunicação escrita do executante.

17.2 - Definitivamente, por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de 30 (trinta) dias, período

---

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
**CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20**  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

em que será verificada a adequação do objeto aos termos contratuais e verificado se o executante reparou, corrigiu, removeu, reconstituiu, às expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou dos materiais empregados.

17.3 - A Contratada obriga-se a dar garantia da obra pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos, a contar do recebimento definitivo da obra, pela solidez e segurança do trabalho, conforme prevê a Lei 10.406/02, em seu art. 618.

17.4 -O recebimento da obra não eximirá a contratada de sua responsabilidade técnica civil.

## **18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1-O Presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC., poderá até a data da assinatura do contrato, desclassificar licitantes, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a administração tiver notícia fundada de qualquer ato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone sua idoneidade, capacidade financeira, técnica ou administrativa.

18.2-Poderá ainda o Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC. no interesse da Administração, revogar ou anular a presente licitação, sem qualquer direito a indenização ou ressarcimento aos licitantes, ressalvados a estes o direito de reaver as cauções depositadas, mediante requerimento daquele titular.

18.3-A obra licitada não gerará impacto ambiental.

18.4- Não será levada em consideração para efeitos de classificação qualquer oferta ou vantagem não previstas neste Edital ou baseada na proposta dos demais licitantes.

18.5-Ficarão a cargo da proponente todas as despesas com energia elétrica e água, desde a assinatura do contrato até entrega da obra.

18.6-O cronograma a ser apresentado não poderá suprimir nenhuma linha de serviço da Planilha de Quantitativo apresentada.

18.7-Informações complementares julgadas necessárias deverão ser procuradas pelo interessado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC, sita à Rua Oito de maio, 130, Loteamento Nascer do Sol, na cidade de Serra Alta/SC., ou pelo telefone (049) 3364-0112.

## **19 - DOS ANEXOS DO EDITAL**

---

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC





ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

19.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- A) ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA;
- B) ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO;
- C) ANEXO III - MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA;
- D) ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA;
- E) ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.
- F) ANEXO VI - DECLARAÇÃO DO LICITANTE DE QUE NÃO PESA CONTRA SI DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, EXPEDIDA EM FACE DE INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DE CONTRATOS COM OUTROS ENTES PÚBLICOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 87, INCISO IV E ARTIGO 88, INCISO III DA LEI 8.666/93, EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 97 DA REFERIDA LEI.
- G) ANEXO VII – PROJETO DE ENGENHARIA, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS QUANTITATIVA E ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

Serra Alta/SC 05 de janeiro de 2021.

**ALCIDES NELSO MARTINELI**  
Presidente da Câmara de Vereadores

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2022  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

**“ANEXO I”**

### **MODELO DE PROPOSTA**

Proposta deve ser apresentada:

Em papel timbrado;

- Datilografada ou impressa por meio eletrônico em língua portuguesa;

---

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

- Datada;
- Rubricada em todas as páginas e assinada na última página, constando o nome e o cargo da pessoa juridicamente habilitada para assinar;
- Em envelope fechado e identificado, na forma do item 4.1.
- Na proposta deverão ficar perfeitamente definidos:
  - Cronograma físico-financeiro;
  - Prazo de entrega proposto;
  - Prazo de validade da proposta, no mínimo de 30 dias;
- Preços unitários em algarismos e o preço global, em algarismos e por extenso, em moeda corrente; com indicação se os preços são fixos ou reajustáveis, com a composição dos preços unitários ofertados, relação ordenada dos insumos considerados (curva ABC) e composição do BDI adotado.

**Na elaboração da proposta não poderá haver alteração da discriminação dos itens nem dos quantitativos indicados na Planilha do Orçamento e Memorial Descritivo (disponível em arquivo do Excel).**

A licitante deverá incluir no preço global proposto para obra, além do **BDI** - Benefícios e Despesas Indiretas, todos os custos necessários para a realização do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços;

Deverá ser discriminada na proposta o valor GLOBAL, bem como o valor parcial referente à Material e Mão de Obra

Deverá informar nome do Banco, número da Agência e Conta Corrente para se, caso for vencedor ser depositado o valor dos pagamentos.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

---

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
**CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20**  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2022  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

## **ANEXO “II”**

### **CARTA DE CREDENCIAMENTO**

Ao Presidente da Comissão de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta - SC

Pela presente, credenciamos o (a) Sr. (a)....., portador(a) da Cédula de identidade nº ..... e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ....., a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade EDITAL TOMADA DE PREÇOS N 01/2022, PARA EXECUÇÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL, para edificação da sede da Câmara Municipal de Vereadores, instaurado pela Câmara Municipal de Serra Alta - SC

Na qualidade de representante legal de ....., outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2022  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

## **ANEXO “III”**

---

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

### **TERMO DE RENÚNCIA**

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

**À Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta - SC**

### **TERMO DE RENÚNCIA RELATIVO AO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO**

A proponente abaixo assinada, participante da Licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL N.º 01/2022, da Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC., através de seu representante legal, declara na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do Procedimento Licitatório.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2022  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

### **ANEXO "IV"**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE  
PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

### DECLARAÇÃO

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022

....., inscrito(a) no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**)

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2022

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA - SC** E A EMPRESA ....., NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

Contrato que entre si celebram A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na rua Oito de maio nº 130, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 17.165.981/0001-20, neste ato representada por seu Presidente, Senhor **ALCIDES NELSO MARTINELLI**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa ....., com sede estabelecida á rua ....., Estado de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada por seu representante legal Senhor ....., portador do CPF N.º ....., doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 01/2022, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS n. 02/2022, devidamente homologado, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE REFORMA PARCIAL DO AUDITÓRIO, COM TOMBAMENTO E MELHORIAS NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA DE VEREADORES. CONTRATAÇÃO QUE COMPREENDE A MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA LISTA DE ITENS DO MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS DE ENGENHARIA E SEUS ANEXOS.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a **CONTRATADA** declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições e locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela **CONTRATANTE** qualquer reclamação ou reivindicação por parte da **CONTRATADA** fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da **CONTRATADA**, EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022, PARA EXECUÇÃO DA OBRAS E ENGENHARIA, CONFORME PLANILHAS QUANTITATIVAS E ORÇAMENTARIAS E MEMORIAL DESCRITIVO E SEUS PROJETOS DE ENGENHARIA EM ANEXOS, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

3.1 - O objeto do presente contrato será realizado sob o Regime de Execução Indireta.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O presente contrato tem o valor global de R\$. (.....reais).

4.2 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da **CONTRATADA** incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.3 - O pagamento dos serviços (obra) será efetuado com ordem bancária, mediante medição, apresentação de nota fiscal, diários de obra e guias de recolhimento do INSS correspondentes a obra e de acordo com a liberação dos recursos próprios.

4.3.1 – Para o recebimento do pagamento, além da apresentação dos documentos acima, a **CONTRATADA** deverá apresentar a ART de execução e matrícula da obra junto ao INSS.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5.1 - O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a execução dos serviços será reajustado de acordo com o seguinte critério: SEM REAJUSTE.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de execução da obra é de 25 (vinte e cinco dias).

6.1.1 – O presente contrato terá vigência da contar de ...../...../....., data de sua assinatura, até 120 dias consecutivos, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, caso ocorra condições climáticas desfavoráveis para a execução da obra, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

6.2 - O início dar-se-á a partir da assinatura deste instrumento.

6.3 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

6.4 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC





ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

7.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja (s) fonte (s) de recurso (s) tem a seguinte classificação:

ÓRGÃO 01 – CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC.  
UNIDADE 01 – CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC.  
PROJETO ATIVIDADE – 1.000. – AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS EDIFICAÇÕES  
COMP. ELEMENTO – 4.4.90.00.00.00.00.00 3070 – Aplicações Diretas -  
EXECUÇÃO DE OBRAS

### CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO

8.1 - Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 - A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pela **CONTRATANTE** através dos Engenheiro Civil/Arquiteto designado pela Câmara Municipal de Vereadores e/ou através de uma Comissão que será nomeada através de portaria para exercer a fiscalização.

8.3 - A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução deste Contrato.

8.4 - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.5 - A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1 - Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666.

#### 9.1.2 - Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

9.2 - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1- Pela inexecução total ou parcial do contrato a Câmara Municipal poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções.

#### 10.2 - Advertência

10.3 - No caso de atraso na execução do Contrato, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela mensal, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma de entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos a empresa mediante requerimento.

b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços.

10.4 - No caso de rescisão contratual, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, por inexecução total;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor não executado do contrato, por inexecução parcial;

c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 meses;

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5 - Dar-se-á rescisão administrativa, independentemente de qualquer procedimento judicial quando:

10.6 - Constar de Laudo de Vistoria, a comprovação de dolo ou culpa da adjudicada no cumprimento de suas obrigações ajustadas e/ou que constate falhas técnicas ou de qualidade do material aplicado que comprometa a segurança e a utilização da obra.

10.7 - Ocorrer falência, dissolução ou liquidação da empresa adjudicada;

10.8 - Formalizada a rescisão administrativa a adjudicatária só terá direito das contas ou faturas relativas aos serviços executados até a data da rescisão e em condições de aceitação definitiva, sem prejuízo das sanções que serão revertidas aos cofres do Município.

10.9 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada pela Câmara Municipal dos pagamentos eventualmente devidos

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - Rescisão deste Contrato por ato unilateral da **CONTRATANTE**:

11.1.1 - A **CONTRATANTE** poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a **CONTRATADA** sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

a) o não cumprimento pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) o cumprimento irregular pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) o desatendimento pela **CONTRATADA** das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

d) razões de interesse do serviço público.

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

11.1.2 - A **CONTRATANTE** terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da **CONTRATADA**, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a **CONTRATANTE**;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes condições:

- a) a **CONTRATADA** não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a **CONTRATANTE** aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a **CONTRATADA** terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela **CONTRATANTE**, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a **CONTRATANTE**;
- c) em qualquer caso, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais convenientes;
- d) caso a **CONTRATANTE** não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços

---

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a **CONTRATADA** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.2 - Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

a) a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, de obras, serviços ou fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº. 8.666/93;

b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.2.2 - Nestes casos, a **CONTRATANTE**, deverá pagar a **CONTRATADA** os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.3 - Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior:

11.3.1 - Tanto a **CONTRATANTE** como a **CONTRATADA** poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no parágrafo único do artigo 393. do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual.

Neste caso, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

11.3.2 - Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS/OBRAS

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

## E DA GARANTIA DA OBRA

12.1 - Concluídos os serviços/obras objeto do Contrato, em 5 (cinco) dias após a comunicação da **CONTRATANTE** ou resilido este, será efetuado pela fiscalização da **CONTRATANTE** o seu recebimento provisório, após, e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

12.1.1 - O recebimento provisório não isenta a **CONTRATADA** da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, tudo sem ônus para a **CONTRATANTE**, observando o disposto no art. 69, da Lei Nº. 8.666/93.

12.1.2 - Decorridos 30 (trinta) dias consecutivos da data do recebimento provisório, e verificada a correção dos serviços executados, proceder-se-á ao recebimento definitivo, lavrando-se o termo respectivo, que consignará quitação geral, plena e recíproca entre as partes.

12.2 - A Contratada obriga-se a dar garantia da obra pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos, a contar do recebimento definitivo da obra, pela solidez e segurança do trabalho, conforme prevê a Lei 10.406/02, em seu art. 618.

12.3 - O recebimento que trata este item não eximirá a contratada de sua responsabilidade técnica civil.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para-fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

13.1.1 - Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não-recolhimento dos mesmos, por parte da **CONTRATADA**, fica a **CONTRATANTE** desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos a **CONTRATADA**, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

13.2 - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou para-fiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

13.3 - A **CONTRATADA** responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a **CONTRATANTE** e o empregado

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

envolvido, que mantém relação empregatícia com a **CONTRATADA**, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.3.1 - Caso haja condenação da **CONTRATANTE**, inclusive como responsável solidária, a **CONTRATADA**, reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - NOVAÇÃO

14.1 - A não utilização por parte da **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da **CONTRATANTE**, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO

15.1 - A **CONTRATADA** é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato, bem como pelo pagamento de encargos trabalhistas e encargos social de seus empregados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

16.1- A interpretação e aplicação dos termos deste contrato serão regidos pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, ficando eleito o Foro da Comarca de Modelo/SC., o qual terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia do contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em duas (02) vias de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente, por si e seus sucessores em Juízo ou fora dele.

SERRA ALTA/SC ..... DE..... DE de 2022

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC





ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

---

**ALCIDES NELSO MARTINELLI**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA**

---

**CONTRATADA**  
**CNPJ/MF .....**  
**Representado por: .....**  
**CPF:.....**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2022  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

**“ANEXO VI”**

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

---

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
**CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20**  
E-mail: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Site: [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pela Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC., que não fomos declarados inidôneos para licitar com o Poder Público Municipal, em quaisquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

PROponente

---

Rua Oito de Maio, 130 – Loteamento Nascer do Sol - Cep: 89871-000- Serra Alta SC

## LICITAÇÃO 01/2022

Publicação Nº 3521430

Documento Assinado Digitalmente por NEUSA TEREZINHA KEHL. CPF: 25081373915



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**OFÍCIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS, CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS, INTERDIÇÕES E TUTELAS, PESSOAS**  
**JURÍDICAS E TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE MODELO**

Neusa Terezinha Kehl - Oficiala

CPF nº 250.813.739-15

Rua do Comércio, 2491 - Condomínio Modelo - Sala 06 - Centro - CEP 89872-000 - Fone: (49) 3365-3687 - e-mail:

imoveis@crimo.com.br - Horário de Atendimento: 09:00h as 12:00h e das 13:30h as 18:00h

**Certidão de Inteiro Teor**

**CERTIFICO** que, esta é a certidão de Inteiro Teor da Matrícula número 6.212, conforme

imagem abaixo:

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>OFÍCIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS, CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS,</b> <b>INTERDIÇÕES E TUTELAS, PESSOAS JURÍDICAS E TÍTULOS E DOCUMENTOS</b> <b>DA COMARCA DE MODELO</b> <b>Neusa Terezinha Kehl - Oficiala</b> <b>Rua do Comércio, 2491 - Condomínio Modelo - Sala 06 - Centro</b> <b>Fone/Fax: (49) 3365-3687 - e-mail: registrosmodelo@hotmail.com</b> <b>Horário de atendimento: 09:00h as 12:00h e 14:00h as 18:00h</b>		
<b>LIVRO Nº 2</b>	<b>REGISTRO GERAL</b>	<b>FICHA 01</b>
<b>MATRÍCULA Nº 6.212</b>	<b>Data: 24/10/2017</b>	
<p><b>IMÓVEL:</b> OS LOTES URBANOS Nºs. 17 e 18, da quadra nº 98, do Loteamento Nascer do Sol, com as áreas respectivas de 360,00m² e 412,34m², perfazendo a área total de SETECENTOS E SETENTA E DOIS METROS QUADRADOS E TRINTA E QUATRO CENTÉSIMOS DE METROS QUADRADOS (772,34m²), sem edificações, situados na Rua Oito de Maio, esquina com a Rua Menotti Cerezolli, na cidade de Serra Alta, nesta Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, CONFRONTANDO EM CONJUNTO: ao NOROESTE, com o lote urbano nº 19, Matrícula nº 4.172 ORI Modelo, de Odílio Cerizolli e Laureci Terezinha Ferraz Cerizolli, na extensão de 22,23 metros; ao SUDESTE, com a Rua Oito de Maio, na extensão de 29,26 metros; ao NORDESTE, com o lote urbano nº 16, Matrícula nº 5.416, de Ary Benvenuti e Laureta Ana Benvenuti, na extensão de 30,00 metros; ao SUDOESTE, com a Rua Menotti Cerezolli, na extensão de 28,24 metros. Imóveis inscritos no cadastro imobiliário municipal sob nºs. 932 e 933. <b>PROPRIETÁRIO:</b> <b>MUNICÍPIO DE SERRA ALTA</b>, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 80.622.319/0001-98, com sede administrativa na Avenida Dom Pedro II, nº 830, Centro, Serra Alta-SC. <b>REGISTRO ANTERIOR:</b> Matriculado sob nºs. 4.179 e 4.180, neste Ofício. O referido é verdade e dou fé. Modelo-SC, 24 de Outubro de 2017. Protocolo Nº 13.796 de 11 de Outubro de 2017. Emolumentos: Não devidos. Ricardo Henrique Schuh - Escrevente:</p>		

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/01/2022 13:35:03.00-03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p61/d3250d67661>.



Matrícula nº 6.212

Certidão da Matrícula nº: 6.212

Impresso em: 26/11/2021-10:12:36

Página 1/2

3915



Documento Assinado Digitalmente por NEUSA TEREZINHA KEHL. CPF: 25081373915



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**OFÍCIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS, CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS, INTERDIÇÕES E TUTELAS, PESSOAS**  
**JURÍDICAS E TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE MODELO**

Neusa Terezinha Kehl - Oficiala

CPF nº 250.813.739-15

Rua do Comércio, 2491 - Condomínio Modelo - Sala 06 - Centro - CEP 89872-000 - Fone: (49) 3365-3687 - e-mail:

imoveis@crimo.com.br - Horário de Atendimento: 09:00h as 12:00h e das 13:30h as 18:00h

Continuação da certidão de Inteiro Teor da Matrícula 6.212.

**Ano de Abertura da Matrícula:** 04 Anos 1 Mes 3 Dias.

O referido é verdade e dou fé. Modelo-SC, 26 de Novembro de 2021.

[ ] Neusa Terezinha Kehl - Oficiala  
[ ] Mário Kehl - Substituto Legal  
[ ] Débora Stertz - Escrevente Substituta

**Emolumentos:**

01 Certidão de Inteiro Teor..... R\$ 20,12

Selos: R\$ 2,82

ISS: R\$ 0,00

Total: R\$ 22,94

**\*\*CERTIDÃO VÁLIDA POR TRINTA (30) DIAS\*\***

Documento impresso por meio eletrônico. Qualquer rasura ou indício de adulteração será considerado fraude.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 03/01/2022 13:35-03.00-03  
PARA OBTENÇÃO DA CÉDULA DE REGISTRO, ACESSAR: <https://ic.atende.net/p6143250d67661>

NEUSA TEREZINHA KEHL. CPF: 25081373915

**Projeto Aprovado**

Assinado eletronicamente por:  
LOIVO BERTOLDI  
868.872.389-34  
03/01/2022 13:35:06  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

**Assinado eletronicamente por:**

LOIVO BERTOLDI  
868.872.389-34  
03/01/2022 13:35:20  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

Certidão da Matrícula nº: 6.212  
Impresso em: 26/11/2021-10:12:36

Página 2/2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA-SC****Departamento de Análise e Aprovação de Projetos****REQUERIMENTO/AUTORIZAÇÃO**

O **MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 80.622.319/0001-98, proprietário dos Lotes Urbanos nºs 17 e 18, da quadra nº 98, do Loteamento Nascer do Sol, com área total de 772,34m², situados na Rua Oito de Maio, esquina com a Rua Menotti Cerezolli, na cidade de Serra Alta-SC, venho por meio deste declarar que pretende realizar a reforma do palco da Câmara de Vereadores, locado no lote acima descrito.

Para tanto, seguem anexados os projetos arquitetônico, hidrossanitário e elétrico e também os documentos pertinentes para o processo de aprovação.

Autorizo o Engenheiro David Luiz Kreuz, a tramitar o projeto em meu nome, assinando toda a documentação necessária para a análise, aprovação e emissão de alvará de construção.

Sem mais, pedimos referimento do pleito em questão.

SERRA ALTA – SC, 20 de Novembro de 2021.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CNPJ: 80.622.319/0001-98

 **Projeto Aprovado**  
Assinado eletronicamente por:  
LOIVO BERTOLDI  
868.872.389-34  
03/01/2022 13:34:39  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

**DAVID LUIZ KREUZ**  
ENGENHEIRO CIVIL  
CREA/SC: 163389-2

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/01/2022 13:34 - 0300 - 03  
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p61d325a180500>.



**Projeto Aprovado**

Assinado eletronicamente por:

LOIVO BERTOLDI

868.872.389-34

03/01/2022 13:34:11

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

## MEMORIAL DESCRITIVO

=====

**Obra:** Reforma da Câmara de Vereadores de Serra Alta

**Local:** Serra Alta – SC

**Endereço:** Rua 8 de maio, Lote nº 17 e 18

**Responsável:** David Luiz Kreuz

**CREA:** 163389-2

**Proprietário:** Município de Serra Alta

**CNPJ:** 80.622.319/0001-98

**Data:** 20/11/2021

=====

Este memorial descritivo tem por objetivo estabelecer as condições que receberão os usos de materiais, equipamentos e serviços a serem realizados na execução da obra.

**OBS:** Qualquer divergência entre o que está especificado neste memorial e o que está indicado nas pranchas dos respectivos projetos, que porventura venha a acontecer, faz-se prevalecer as especificações indicadas no projeto.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/01/2022 13:34 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/pp61d3258ad2b66>.



ENG. CIVIL DAVID LUIZ KREUZ

Rua Padre Júlio nº 411, centro – Bom Jesus do Oeste – SC

Fone: (49) 9 8407-5349 E-mail: eng.davidkruz@gmail.com

## Descrição do Memorial

<b>1</b>	<b>SERVIÇOS INICIAIS.....</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES .....</b>	<b>3</b>
2.1	ABRIGO DE MATERIAIS (TEMPORÁRIO) .....	3
2.2	LOCAÇÃO DA OBRA.....	3
<b>3</b>	<b>REFORMA .....</b>	<b>3</b>
3.1	PISOS E RODAPÉS.....	3
3.2	SOLEIRA.....	4
3.3	ABERTURAS.....	4
3.4	FIAÇÃO ELÉTRICA .....	4
3.5	TUBO DE LIMPEZA.....	5
<b>4</b>	<b>AMPLIAÇÃO DO PALCO .....</b>	<b>5</b>
4.1	MURETA EM BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL.....	5
4.2	PREENCHIMENTO DO PALCO .....	5
4.3	CONTRAPISO E REVESTIMENTO .....	5
4.4	ESCADARIA E CORRIMÃOS.....	6
<b>5</b>	<b>LIMPEZA .....</b>	<b>6</b>
<b>6</b>	<b>MATERIAIS.....</b>	<b>6</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>7</b>

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/01/2022 13:34 - 03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://ic.atende.net/p61d3258ad2bc6>.





## MEMORIAL DESCRITIVO

### ESPECIFICAÇÕES GERAIS

#### LOCALIZAÇÃO DA OBRA

Obra: Reforma da Câmara de Vereadores de Serra Alta.

Endereço da Obra: Rua 8 de maio, esquina com a rua Menotti Cerezolli, nos lotes urbanos nºs 17 e 18, da quadra nº 98, Serra Alta – SC.

Área da construção: 415,65 m<sup>2</sup>.

#### 1 SERVIÇOS INICIAIS

Será realizada a articulação junto aos órgãos competentes para aprovação dos projetos, bem como o pagamento das taxas, impostos, multas, encargos sociais, indenizações, seguros e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e os envolvidos da mesma, além da Anotação de Responsabilidade Técnica, que serão de total responsabilidade do responsável técnico e do proprietário da obra.

#### 2 SERVIÇOS PRELIMINARES

Antes de iniciar a obra, deve-se realizar os serviços de retirada da mobília (mesas, cadeiras, bancos e peças decorativas), pontos de tomadas e de coleta de água de limpeza.

##### 2.1 ABRIGO DE MATERIAIS (TEMPORÁRIO)

Para maior segurança de equipamentos, documentos, materiais e outros objetos, deverá ser providenciado um local dentro do canteiro, que permita o fácil deslocamento de materiais e de pessoas sem prejudicar o andamento da obra.

##### 2.2 LOCAÇÃO DA OBRA

A locação da obra deverá ser realizada com os devidos instrumentos e de acordo com a planta baixa. O lançamento das medidas será sobre o gabarito, nivelado e executado conforme apresentado no projeto.

Será de responsabilidade da executante a locação correta da obra conforme o projeto, sendo responsável por qualquer erro de alinhamento, cota ou nível.

#### 3 REFORMA

##### 3.1 PISOS E RODAPÉS

O piso existente no palco deverá ser removido com equipamento adequado, de modo a evitar o rompimento de tubulações, eletrodutos e conduítes existentes sob o piso. O material proveniente da retirada do piso e dos rodapés deverão ser aproveitados para o preenchimento do palco a ser ampliado.

Antes do assentamento do novo piso, deverão ser realizados os serviços citados nos itens 3.3 e 3.4, conforme indicado no projeto.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/01/2022 13:34 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://ic.atende.net/p61d3258ad2bc6>.



O piso a ser executado no placo será em porcelanato fosco ou semibrilho, antiderrapante, de cor e dimensões escolhidos pelo Município de Serra Alta, seguindo as recomendações do fabricante quanto ao tipo de argamassa de assentamento, tipo e cor de rejunte e espessura recomendada, bem como ao método de assentamento e nivelamento adequados.

Se necessário, deverá ser reparado o contrapiso para o perfeito assentamento das peças de porcelanato, evitando nichos e apresentando superfície plana e compacta, com o devido cuidado com as cotas de nível, para manter o mesmo nível do piso existente.

O recorte das peças para acabamento do piso e do rodapé devem ser feitos com extremo cuidado e com equipamentos adequados, de modo a evitar falhas e desperdícios.

O porcelanato a ser empregado na obra deverá ser de primeira qualidade. Não serão admitidas peças com falhas, trincas ou outros defeitos. Qualquer desperdício ou erros no assentamento serão de responsabilidade da empresa executante, ficando responsável pela reposição e/ou reparos necessários.

### 3.2 SOLEIRA

Entre o piso do palco e a área de circulação existente, deverá ser instalada uma soleira de granito na dimensão do vão e com largura de pelo menos 20 cm. O Granito deverá ter a mesma cor da soleira existente na porta de acesso de cadeirante.

Deve ser instalado tomando cuidados com nivelamento, assentamento e recorte da peça e sua instalação, de modo a evitar fissuras, trincas e ressaltos.

### 3.3 ABERTURAS

A abertura da porta que dará acesso direto pela garagem deverá ser construída segundo o formato, alinhamento e nível conforme apresentado em projeto.

A janela existente no local deverá ser removida de forma a evitar desperdício ou danos ao material.

A porta a ser implementada deverá ser de madeira ou material equivalente, isenta de defeitos que comprometam sua finalidade e com revestimento de boa qualidade e acabamento em verniz, com todos os acessórios de fixação, trinco e chaves, não sendo aceito trinco de plástico. A porta de madeira receberá pintura com duas demãos em tinta esmalte de primeira qualidade em ambos os lados.

A abertura deverá obedecer rigorosamente as indicações do projeto arquitetônico quanto a sua localização, execução e dimensão, mantendo a largura conforme a largura da janela removida e com altura entre 2,10m e 2,20m, sendo necessária a execução de verga sobre o vão superior e fechamento da alvenaria acima.

### 3.4 FIAÇÃO ELÉTRICA

Após a remoção do piso existente do palco, conforme o item 3.1, deve-se executar um novo traçado dos eletrodutos, distribuídos conforme apresentado no projeto, para instalação de novos pontos de saída da fiação de tomadas e microfones.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/01/2022 13:34 - 03:00 - 03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p61/d3258ad2b66>



A emenda dos cabos deve ser realizada de forma correta por pessoal capacitado e com devido cuidado com a isolação.

Os eletrodutos deverão ser de PVC corrugado ou equivalente, que permita a passagem e a proteção dos cabos, com diâmetro de pelo menos 1 polegada (1"). O diâmetro da fiação deverá estar em conformidade com o projeto elétrico e deverá ser verificado seu funcionamento antes do recobrimento dos eletrodutos com argamassa de contrapiso.

### 3.5 TUBO DE LIMPEZA

Antes da ampliação do palco, deverá ser feita alteração do ralo e da tubulação de limpeza existente, fazendo necessário a abertura de parte do piso onde será estendida a tubulação que se conectará ao novo ralo a ser executado.

O ralo existente deverá ser removido do local, sendo necessário executar a conexão do novo tubo com a tubulação existente. O tubo a ser instalado deverá ser de PVC com diâmetro igual ao diâmetro da tubulação existente. Devem ser tomados todos os cuidados quanto ao método de conexão de modo a evitar vazamentos e deslocamento desta tubulação, além de manter uma inclinação de 2,0%.

O ralo a ser instalado deverá estar em acordo com a indicação em projeto e deverá ser de alumínio ou material equivalente, cromado e com sifão, para evitar saída de gases e de odor.

## 4 AMPLIAÇÃO DO PALCO

O palco a ser ampliado deve ser rigorosamente as indicações e dimensões apresentadas na planta baixa do projeto.

### 4.1 MURETA EM BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL

O fechamento com muretas em blocos de concreto estrutural de dimensões 14x19x39 cm (espessura de 14 cm), com altura conforme indicado no projeto. Os blocos deverão ser de primeira qualidade, obedecendo as posições e dimensões das paredes constantes no projeto arquitetônico e a espessura da argamassa de assentamento será de 1,0 cm. Deverá ter o devido cuidado com a amarração dos blocos e nas emendas com as estruturas e alvenarias existentes, para evitar trincas e rachaduras.

### 4.2 PREENCHIMENTO DO PALCO

Após a execução da mureta de blocos de concreto e sua devida cura, deverá ser realizado o preenchimento da base do palco, realizando o aproveitamento dos resíduos gerados no local da obra e também com material de solo. O material que irá compor a base deverá ser compactado para evitar deslocamento do contrapiso a ser executado.

### 4.3 CONTRAPISO E REVESTIMENTO

Após o preparo da base do palco conforme o item anterior, deverá ser executado o contrapiso e sobre o contrapiso será feita uma camada de regularização de base com

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/01/2022 13:34 - 03:00 - 03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://ic.atende.net/tp61/d3258ad2b66>.



espessura de 3 cm, de maneira a nivelar o piso do palco para recebimento do porcelanato.

A concretagem do contrapiso poderá ser realizada de forma mecânica ou manual, atentando-se ao traço 1:3:3 (latas – cimento, areia grossa e brita) e adensada de forma correta para o perfeito nivelamento e acabamento.

O piso deverá ser executado após a cura completa do contrapiso e deverá estar no mesmo nível do piso alterado conforme o item 3.1. A argamassa para assentamento deverá ser aplicada conforme recomendado pelo fabricante e as peças de porcelanato deverão manter o nível e o afastamento correto entre as peças, sendo recomendado o uso de espaçadores e niveladores de plástico ou equivalentes para a perfeita instalação.

Além do piso, a mureta frontal do palco também receberá as peças de porcelanato, bem como a escada apresentada no item a seguir, devendo manter os mesmos parâmetros e indicações descritos no parágrafo anterior.

#### 4.4 ESCADARIA E CORRIMÃOS

A escada a ser executada no palco ampliada deverá seguir os parâmetros apresentados no projeto, sendo localizada no centro do palco, com largura de 1,50 metros, com degrau de aproximadamente 16,5 cm e patamar de 32 cm, revestida com o mesmo material do piso, com porcelanato fosco ou semibrilho, antiderrapante, de cor e dimensões escolhidos pelo Município de Serra Alta.

Deve atentar-se a correta execução das guias de balizamento, do prolongamento e das dimensões e também para a sinalização dos degraus, conforme indicado no projeto arquitetônico.

Os corrimãos deverão ser instalados em cada um dos lados da escada, com dimensões e especificações conforme indicado em projeto, devendo ser exclusivamente de aço inox, instalado com parafusos e chumbadores para garantir a perfeita fixação e que forneça a devida segurança.

### 5 LIMPEZA

Todas as superfícies aparentes deverão ser limpas e cuidadosamente lavados de modo a não serem danificadas partes das obras por estes serviços de limpeza.

Deverá haver particular cuidado ao remover quaisquer detritos de argamassa endurecida das superfícies e todo o entulho restante da obra que não for aproveitado deverá ser retirado.

Deverá ser procedida cuidadosa verificação quanto as condições de funcionamento e segurança de todas as instalações do local.

### 6 MATERIAIS

A adoção de equivalência dos modelos indicados, as alternativas de padrão e a opção de cores de material ou material de acabamento a serem utilizados na obra, mesmo quando não expressamente declarados neste memorial, são considerados prerrogativas exclusivas do proprietário.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/01/2022 13:34 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p61d3258ad2b66>



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer modificação no projeto deverá ter prévia aprovação do projetista. A empresa executora deverá avisar previamente a Administração Municipal e o responsável pela fiscalização da devida necessidade de alteração, caso não for comunicado e tiver alteração na obra, os custos serão de responsabilidade da empresa executora da obra.

Todos os serviços e materiais utilizados nesta obra deverão ser de primeira qualidade e estar em conformidade com as Normas da ABNT e normas locais.

O profissional responsável pelo projeto não é responsável pela compra de materiais, encargos sociais e fiscalização na execução da obra.

Serra Ata – SC, 20 de Novembro de 2021.

---

David Luiz Kreuz  
Engenheiro Civil  
CREA/SC 163389-2

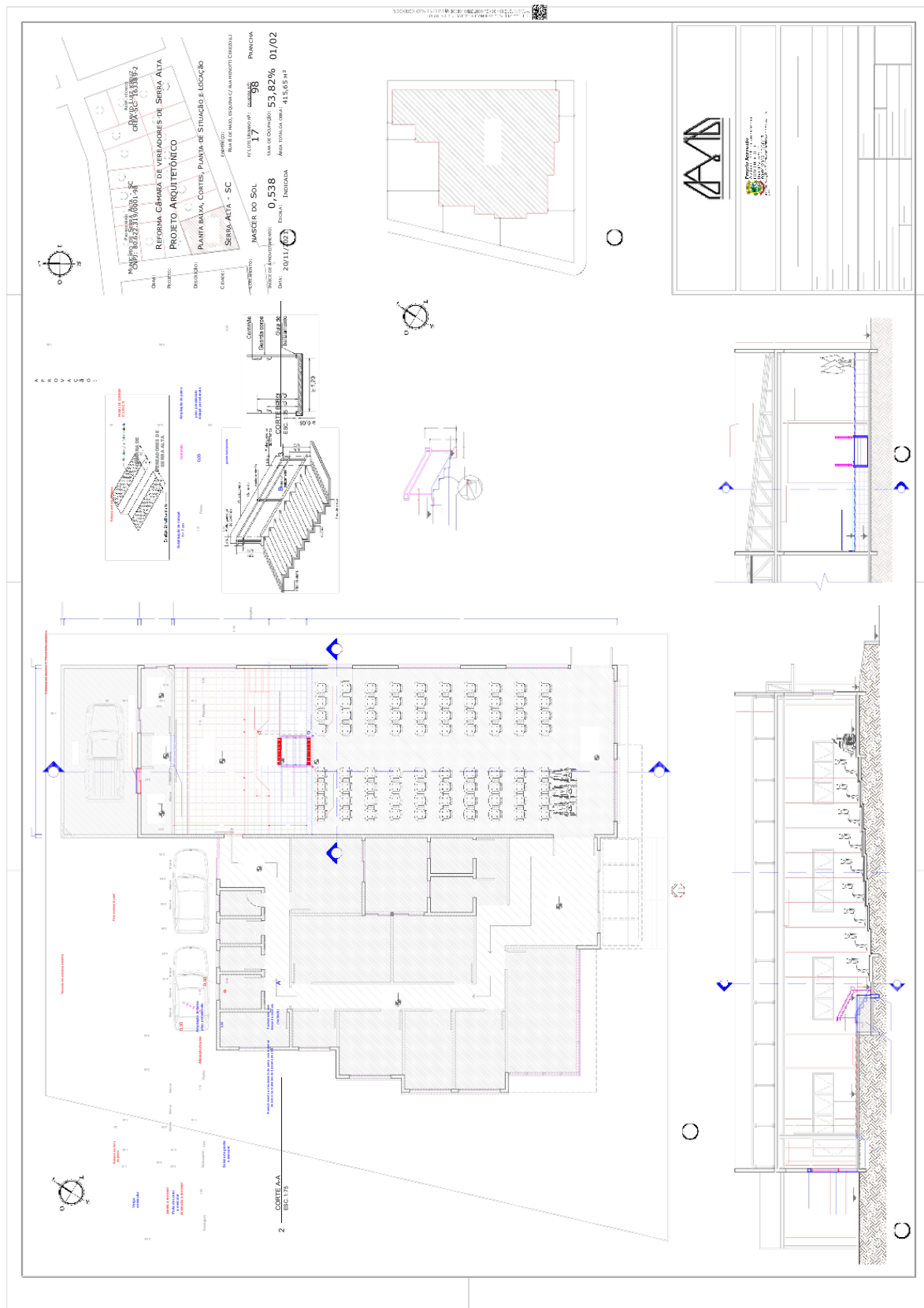
---

Município de Serra Alta  
Prefeito Municipal  
CNPJ: 80.622.319/0001-98

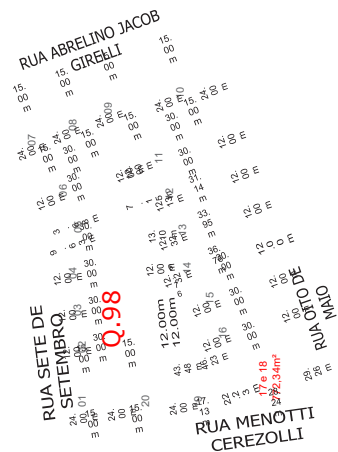
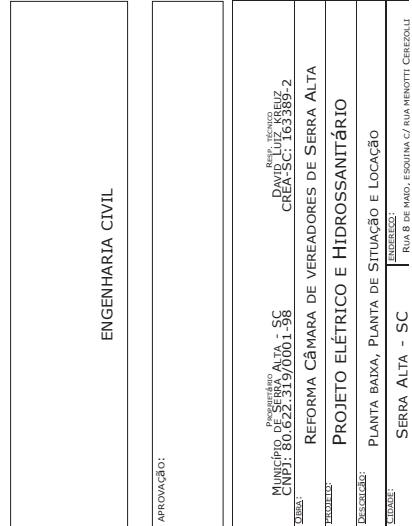
ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/01/2022 13:34 - 03.00 - 03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p61d3258ad2bc6>

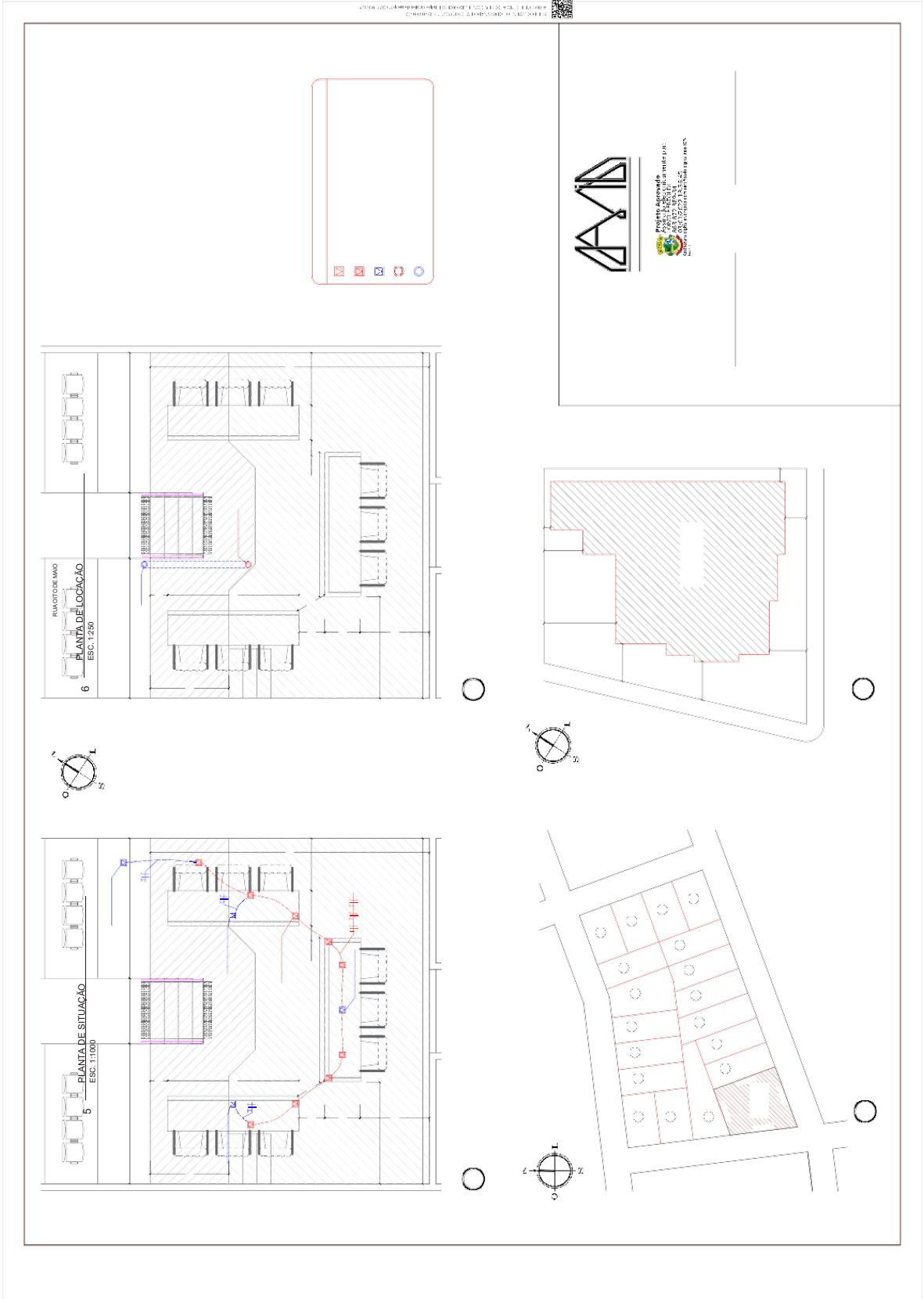












**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA-SC****Departamento de Análise e Aprovação de Projetos****DECLARAÇÃO DE APP**

Eu, **DAVID LUIZ KREUZ**, brasileiro, portador do CPF 088.499.339-67, solteiro, residente na RUA PADRE JÚLIO Nº 411, CENTRO – Bom Jesus do Oeste – SC, declaro para os devidos fins e a quem possa interessar que a edificação a ser reformada, localizada na Rua 8 de maio, esquina com a Rua Menotti Cerezolli, da quadra nº 98, em Serra Alta – SC, não se encontra em área de preservação ambiental, conforme lei nº 12.651/2012.

Segue anexada em projeto, a planta de situação e localização, com as informações necessárias da construção em relação ao mapa do município.

Para clareza firmo o presente.

SERRA ALTA – SC, 20 de Novembro de 2021.

**Projeto Aprovado**

Assinado eletronicamente por:

LOIVO BERTOLDI

868.872.389-34

03/01/2022 13:33:30

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/01/2022 13:33:30 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/jp61d325626247a>.



---

**DAVID LUIZ KREUZ**

Engenheiro Civil

CREA/SC 163389-2



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Receita Federal**  
**CPF**

**CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

**Número de Inscrição**  
**088.499.339-67**

**Nome**  
**DAVID LUIZ KREUZ**

**Nascimento**  
**19/02/1993**



## 1. RG

**FRONT OF THE CARD:**

- REGISTRO GERAL: 6.703.185
- DATA DE EXPEDIÇÃO: 28/ABR/2011
- NOME: DAVID LUIZ KREUZ
- FILIAÇÃO: DARCI THEO KREUZ, CLEISI MARI RAMPI KREUZ
- NATURALIDADE: CUNHA PORÃ SC
- CERT. NASC.: 6018 LV A-13 FL 008 V
- CART. BARTZ-CUNHA PORÃ SC
- DOC. ORIGEM: 088.499.339-67
- CPF: 088.499.339-67
- CHAPÉCO - SC
- DATA DE NASCIMENTO: 19/FEV/1993
- ASSINATURA DO DIRETOR: Neusa Gheno, Papiloscopista - IGP/SC, Mat. 356.755-0
- LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

**BACK OF THE CARD:**

- REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
- ESTADO DE SANTA CATARINA
- SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
- INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
- INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
- POLEGAR DIREITO
- SINATURA DO TITULAR: David Luiz Kreuz
- CARTEIRA DE IDENTIDADE

## 2. Título de eleitor

**FRONT OF THE CARD:**

- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
- TÍTULO ELEITORAL
- IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA
- NOME DO ELEITOR: DAVID LUIZ KREUZ
- DATA DE NASCIMENTO: 19/02/1993
- MUNICÍPIO / UF: BOM JESUS DO OESTE/SC
- DATA DE EMISSÃO: 23/05/2019
- SEÇÃO: 0104
- ZONA: 083
- ASSINATURA DO TITULAR: David Luiz Kreuz
- VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

**BACK OF THE CARD:**

- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
- POLEGAR DIREITO
- SINATURA DO TITULAR: David Luiz Kreuz
- VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
**ESTADO SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE IMÓVEL N° 1475/2021**

Certificamos, a pedido da parte interessada, que após consulta aos nossos registros, referentes a(s) inscrição(ões) imobiliárias abaixo, constatamos que até a presente data não existem débitos relativos a Tributos Municipais.

**DADOS DO PROPRIETÁRIO**

Nome/Razão: 507 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

CNPJ/CPF: 80.622.319/0001-98

Endereço: Avenida Dom Pedro II, 830

Complemento: PRÉDIO

Bairro: Centro

Cidade: Serra Alta - SC

**DADOS DO IMÓVEL URBANO**

Matrícula:

Código do Imóvel:

Insc. Imobiliária:

Quadra:

Lote:

**Finalidade**

**SEM DÉBITOS ATÉ A PRESENTE DATA**

A FAZENDA MUNICIPAL se reserva o direito de cobrar os débitos que venham a ser constatados mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

A certidão tem validade por 90 dias a contar da data de sua expedição.

Serra Alta - SC, 25 de novembro de 2021

Tributação

Secretaria Municipal de Finanças



**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
**ESTADO SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 1473/2021**

**Contribuinte**

**Nome/Razão: 157600 - DAVID LUIZ KREUZ**

CNPJ/CPF: 088.499.339-67

Endereço: Rua eduardo sehnem, 435

Complemento: Esquina Av. Cristo Rei

Bairro: centro

Cidade: Bom Jesus do Oeste - SC

**Finalidade**

--

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
<b>25/11/2021</b>	<b>90 dias</b>

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dividas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do contribuinte abaixo identificado **C E R T I F I C O** que, em nome de **DAVID LUIZ KREUZ** até a presente data não existem, em aberto, débitos de tributos municipais.

Serra Alta - SC, 25 de novembro de 2021

\_\_\_\_\_  
Tributação

\_\_\_\_\_  
Secretaria Municipal de Finanças



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA-SC****Departamento de Análise e Aprovação de Projetos****REQUERIMENTO/AUTORIZAÇÃO**

O **MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 80.622.319/0001-98, proprietário dos Lotes Urbanos nºs 17 e 18, da quadra nº 98, do Loteamento Nascer do Sol, com área total de 772,34m<sup>2</sup>, situados na Rua Oito de Maio, esquina com a Rua Menotti Cerezolli, na cidade de Serra Alta-SC, venho por meio deste declarar que pretende realizar a reforma do palco da Câmara de Vereadores, locado no lote acima descrito.

Para tanto, seguem anexados os projetos arquitetônico, hidrossanitário e elétrico e também os documentos pertinentes para o processo de aprovação.

Autorizo o Engenheiro David Luiz Kreuz, a tramitar o projeto em meu nome, assinando toda a documentação necessária para a análise, aprovação e emissão de alvará de construção.

Sem mais, pedimos referimento do pleito em questão.


SERRA ALTA – SC, 20 de Novembro de 2021.

**Projeto Aprovado**

Assinado eletronicamente por:  
LOIVO BERTOLDI  
868.872.389-34  
03/01/2022 13:32:43  
Assinatura digital e/ou com certificado digital não ICP-  
Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/01/2022 13:32:03-0300-03  
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.atende.net/p61d323722936>.



  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CNPJ: 80.622.319/0001-98

**DAVID LUIZ KREUZ**  
ENGENHEIRO CIVIL  
CREA/SC: 163389-2





**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
**ESTADO SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 1476/2021**

**Contribuinte**

**Nome/Razão:** 507 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

**CNPJ/CPF:** 80.622.319/0001-98

**Endereço:** Avenida Dom Pedro II, 830

**Complemento:** PRÉDIO

**Bairro:** Centro

**Cidade:** Serra Alta - SC

**Finalidade**

--

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
25/11/2021	90 dias

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dividas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do contribuinte abaixo identificado **C E R T I F I C O** que, em nome de **MUNICÍPIO DE SERRA ALTA** até a presente data não existem, em aberto, débitos de tributos municipais.

Serra Alta - SC, 25 de novembro de 2021

\_\_\_\_\_  
Tributação

\_\_\_\_\_  
Secretaria Municipal de Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA-SC

Departamento de Análise e Aprovação de Projetos

### DECLARAÇÃO DE ASSINATURA DIGITAL

Eu, **DAVID LUIZ KREUZ**, brasileiro, portador do CPF 088.499.339-67, solteiro, residente na RUA PADRE JÚLIO Nº 411, CENTRO – Bom Jesus do Oeste – SC, declaro não possuir assinatura digital e desta forma, encaminho os documentos e projetos sem assinatura.

Para clareza firmo o presente, declarando serem verdadeiras as informações apresentadas nos documentos e projetos em anexo.

SERRA ALTA – SC, 03 de Dezembro de 2021.

Escritania de Paz  
Bom Jesus do Oeste-SC

DAVID LUIZ KREUZ

Engenheiro Civil

CREA/SC 163389-2

ESCRIVANIA DE PAZ - BOM JESUS DO OESTE - COMARCA DE MOJOL/SC  
Av. Nossa Senhora de Fátima, 398, centro - Fone: (49) 99943-0080  
RECONHECIMENTO N° 066022 - Reconheço a(s) assinatura(s) por AUTÊNTICA  
de: (1)DAVID LUIZ KREUZ  
Bom Jesus do Oeste, 03 de dezembro de 2021, 09:38:01 - Em test.   
verdade.  
  
Camila Damasceno  
Camila Rafaela Decen Bandoglio Escrivente Substituta  
Emolumento: R\$ 3,62 + Selo: R\$ 2,82 - Total: R\$ 6,44  
Selo Digital de Fiscalização-Selo normal - GGW43888-Y611 -  
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



**LICITAÇÃO 01/2022**

Publicação Nº 3521421



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
SITE: [camaraserraalta.sc.gov.br](http://camaraserraalta.sc.gov.br) E-MAIL: [ctb.camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:ctb.camara@serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

**AVISO DE LICITAÇÃO:****TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA  
Processo Licitatório nº 01/2022****Tipo: Menor Preço/Valor Global**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE REFORMA PARCIAL DO AUDITÓRIO, COM TOMBAMENTO E MELHORIAS NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA DE VEREADORES. CONTRATAÇÃO QUE COMPREENDE A MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA LISTA DE ITENS DO MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS DE ENGENHARIA E SEUS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.

**A entrega dos Envelopes** será até às 08:15 horas do dia 20 de janeiro de 2022. Caso não houver expediente nesta data será no primeiro dia útil subsequente.  
**Abertura dos Envelopes** será no mesmo dia às 08:30 horas.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição no Site oficial da Câmara: [www.camaraserraalta.sc.gov.br](http://www.camaraserraalta.sc.gov.br), no DOM-Diário Oficial dos Municípios ou no endereço sito à Rua Oito de maio 130, nos dias úteis de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas. informações pelo telefone: (49) 3364.0112 no Setor de Compras.

Serra Alta, 05 de janeiro de 2022

**ALCIDES NELSO MARTINELI**  
Presidente da Câmara de Vereadores

---

Rua 8 de Maio nº 130, Bairro Nascer do Sol - Centro - Cep: 89871-000 - Serra Alta SC

## LICITAÇÃO 01/2022

Publicação Nº 3521428



**DAVID LUIZ KREUZ**  
Eng. Civil - CREA/SC: 163389-2

Obra: Reforma da Câmara Proprietário: Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta CUB Calculado com BDI: R\$ 605,92  
 Área: 415,65 m² Área reformada: 50,402m²  
 Local: Rua 8 de Maio, Loteamento Nascer do Sol - Serra Alta - Santa Catarina  
 Referência de Preço: SINAPI/SC - NOV/2021 (desonerado) DEINFRA Jan/2018 BDI Adotado: 100,00%

## Planilha Orçamentária

ITEM	FORNE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. TABELADO	VALOR TOTAL	TOTAL COM BDI
<b>1 SERVIÇOS INICIAIS - REMOÇÃO/ALTERAÇÃO</b>								
<b>1.1 REMOÇÃO DE CERÂMICAS</b>								
1.1.1	SINAPI	97632	Demolição de rodapé cerâmico, de forma manual, sem reaproveitamento	m	15,86	R\$ 2,18	R\$ 34,57	R\$ 69,15
1.1.2	Estimativa	-	Demolição de revestimento cerâmico, de forma manual, sem reaproveitamento	m²	34,67	R\$ 30,00	R\$ 1.040,10	R\$ 2.080,20
<b>1.2 REMOÇÃO DE ALVENARIA</b>								
1.2.1	Estimativa	-	Remoção de janela de alumínio e vidro	m²	1,80	R\$ 100,00	R\$ 180,00	R\$ 360,00
1.2.2	SINAPI	97622	Demolição de alvenaria de blocos furados, de forma manual, sem reaproveitamento	m³	1,50	R\$ 47,39	R\$ 71,09	R\$ 142,17
1.2.3	SINAPI	93188	Verga moldada in loco para portas com até 1,5m de vão	m	1,50	R\$ 75,75	R\$ 113,63	R\$ 227,25
<b>1.3 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>								
1.3.1	SINAPI	91846	Eletroduto corrugado 1" - PVC flexível (fornecimento e instalação)	m	2,50	R\$ 10,44	R\$ 26,10	R\$ 52,20
1.3.2	SINAPI	91927	Cabo de cobre isolamento anti-chama 0,6/1 kV 2,5mm², flexível (fornecimento e instalação)	m	2,50	R\$ 5,74	R\$ 14,35	R\$ 28,70
1.3.3	SINAPI	91941	Caixa PVC 4x2"	und	4,00	R\$ 10,09	R\$ 40,36	R\$ 80,72
<b>1.4 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS</b>								
1.4.1	SINAPI	89712	Tubo de PVC Ø50mm (fornecido e instalado) para limpeza	m	3,00	R\$ 28,29	R\$ 84,87	R\$ 169,74
1.4.2	SINAPI	89518	Joelho 90° Ø50mm	und	1,00	R\$ 15,50	R\$ 15,50	R\$ 31,00
1.4.3	SINAPI	89709	Raio para limpeza	und	1,00	R\$ 13,83	R\$ 13,83	R\$ 27,66
<b>Subtotal item 1</b>						<b>R\$ 1.634,39</b>	<b>R\$ 3.268,79</b>	
<b>2 EXECUÇÃO</b>								
<b>2.1 AMPLIAÇÃO DO PALCO</b>								
2.1.1	SINAPI	87455	Alvenaria de vedação de blocos vazados de concreto estrutural 14x19x39 (e= 14cm)	m²	9,00	R\$ 80,93	R\$ 728,37	R\$ 1.456,74
2.1.2	SINAPI	93204	Cinta de amarração com treliça tg8 concretada	m	9,20	R\$ 59,90	R\$ 551,08	R\$ 1.102,16
2.1.3	SINAPI	96536	Forma de tábuas h= 20 cm para cinta c/ reaproveitamento 4x	m²	7,00	R\$ 69,96	R\$ 489,72	R\$ 979,44
2.1.4	SINAPI	96995	Preenchimento da base (aterro manual) e apiloamento com soquete	m³	10,35	R\$ 43,29	R\$ 448,05	R\$ 896,10
2.1.5	SINAPI	101747	Piso em concreto traço 1:3 para regularização	m²	28,30	R\$ 67,66	R\$ 1.915,34	R\$ 3.830,69
2.1.6	SINAPI	87263	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato	m²	56,60	R\$ 109,51	R\$ 6.198,27	R\$ 12.396,53
2.1.7	SINAPI	88650	Execução de rodapés h= 8cm	m	23,65	R\$ 12,39	R\$ 292,08	R\$ 584,16
<b>2.2 ESCADARIA E CORRIMÃO</b>								
2.2.1	Estimativa	-	Instalação de corrimão aço galvanizado c/ fixação de parafusos e chumbadores (2 lados)	m	3,00	R\$ 300,00	R\$ 900,00	R\$ 1.800,00
<b>2.3 SOLEIRA DE GRANITO</b>								
2.3.1	SINAPI	98671	Instalação de soleira de granito	m²	0,20	R\$ 354,14	R\$ 70,83	R\$ 141,66
<b>2.4 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>								
2.4.1	SINAPI	95780	Instalação de placa de alumínio cromada para saída elétrica de piso	und	4,00	R\$ 31,11	R\$ 124,44	R\$ 248,88
<b>2.5 ABERTURAS</b>								
2.5.1	SINAPI	100700	Instalação de porta de correr 120x210	und	1,00	R\$ 753,93	R\$ 753,93	R\$ 1.507,86
2.5.2	Estimativa	-	Requadro de abertura	m²	1,08	R\$ 35,00	R\$ 37,80	R\$ 75,60
<b>Subtotal item 2</b>						<b>R\$ 12.472,11</b>	<b>R\$ 24.944,21</b>	
<b>3 LIMPEZA</b>								
3.1	DEINFRA	42846	Limpeza geral da obra	m²	142,40	R\$ 8,17	R\$ 1.163,41	R\$ 2.326,82
<b>Subtotal item 3</b>						<b>R\$ 1.163,41</b>	<b>R\$ 2.326,82</b>	

Custo TOTAL da obra (sem BDI): R\$ 15.269,91  
 Custo TOTAL da obra (com BDI): R\$ 30.539,82

OBS: O valor do BDI foi adotado tendo em vista a defasagem do custo de materiais e da mão de obra, considerando a atual situação econômica e da inflação dos preços.

Serra Alta, 31 de Dezembro de 2021.

DAVID LUIZ KREUZ  
Engenheiro Civil  
CREA/SC: 163389-2

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CNPJ: 80.622.319/0001-98



**PORTARIA Nº 01/2022**

Publicação Nº 3519896



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail: camara@serraalta.sc.gov.br  
Fone: (49) 3364.0112

**PORTARIA N.001/2022 DE 04 DE JANEIRO DE 2022****DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS  
PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**ALCIDES NELSO MARTINELI**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC., no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas no Art.40, inciso XXIII do Regimento Interno e em consonância com o art.51 da Lei nº 8.666/93

**DECRETA,**

Art.1º Ficam nomeados os Servidores abaixo relacionados, para integrarem a Comissão Permanente de Licitações – CPL da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC.

PRESIDENTE: ARGENOR BRESOLIN

SECRETÁRIA:SILVANA DE GREGORI

MEMBRO:VERONIKA ALICE RÜDIGER ZANCHETT

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art.3º- Revogam-se às disposições em contrário.

Serra Alta/SC 04 de Janeiro de 2022

**ALCIDES NELSO MARTINELI**  
Presidente da Câmara de Vereadores

**Registrado e  
Publicado na data supra:**

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - Cep: 89871-000- Serra Alta SC



# Siderópolis

## PREFEITURA

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS

Publicação N° 3520421

#### ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS

O **MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS – SC** torna público o Edital de **PROCESSO SELETIVO** destinado a selecionar candidatos para o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS, no quadro de pessoal da Administração Municipal em consonância com o § 4º, Artigo 198 da Constituição Federal de 1998, da Emenda Constitucional n° 51 de 14 de fevereiro de 2006, da Lei Federal n° 11.350/2006 e suas atualizações e da Lei Municipal n° 1843/2009.

#### **DAS REGRAS GERAIS DO PROCESSO SELETIVO**

1. Este **PROCESSO SELETIVO** será realizado de acordo com a legislação específica relacionada à matéria, com as disciplinas constantes neste Edital e será executado pela **FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPEUSUL**.
2. Todas as etapas deste **PROCESSO SELETIVO** serão realizadas no Município de Siderópolis/SC ou, dependendo do quantitativo de inscritos, em outras localidades, a critério exclusivo da entidade organizadora do certame, obedecendo ao cronograma constante no **Anexo I**, do presente edital.
3. O **PROCESSO SELETIVO** constará de avaliação escrita objetiva conforme tabela descritiva no **Anexo II** deste Edital.
4. Será disponibilizada uma **CENTRAL DE ATENDIMENTO** para sanar **dúvidas** a respeito deste **PROCESSO SELETIVO** pelo Telefone/WhatsApp: (48) 3660-0655, em horário de atendimento das 08h30 às 11h30 e das 13h30min às 17h30, em dias úteis, ou, pelo e-mail: [concursos@faepesul.org.br](mailto:concursos@faepesul.org.br).
5. Será disponibilizado, também, 01 (um) **Posto de Atendimento** para atender, presencialmente, os candidatos, no seguinte local:
  - 5.1 **Local:** Prefeitura Municipal de Siderópolis;
  - 5.2 **Telefone:** (48) 3435-8900;
  - 5.3 **Horário:** no horário de funcionamento do Paço Municipal Antônio Feltrin.
6. O Cargo, a carga horária, os vencimentos e os requisitos de escolaridade estão definidos no **Anexo III** deste Edital.
7. As inscrições ocorrerão, conforme cronograma constante no **Anexo I**, e deverão obedecer às regras constantes no **Anexo IV**:
  - 7.1 As **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)** deverão observar as orientações e requisitos constantes no **Anexo V**.
  - 7.2 Os candidatos que necessitarem de atendimento especial para a realização das avaliações deverão seguir as orientações e requisitos constantes no **Anexo V**.
8. A divulgação oficial de todas as etapas referentes a este **PROCESSO SELETIVO** dar-se-á, por meio de avisos publicados, nos locais a seguir mencionados, mantendo-se acessíveis por até **90 (noventa) dias** após a homologação do certame.
  - 8.1 No *site* do Município de Siderópolis/SC: (<http://www.sideropolis.sc.gov.br/>);
  - 8.2 No *site* da FAEPEUSUL: ([www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos)).
9. É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento integral das etapas deste **PROCESSO SELETIVO**, por meio dos órgãos de divulgação oficiais citados neste Edital.
10. Os horários e cronograma aqui estabelecidos poderão sofrer alterações em razão de melhor atendimento aos objetivos do presente certame e essas alterações serão publicadas pelos meios de divulgação oficiais mencionados no **item 8** deste Edital.
  - 10.1 Qualquer alteração em cronograma das fases desse certame não enseja qualquer direito a cancelamento de inscrição e tão pouco a devolução dos valores pagos a título de taxa de inscrição, salvo se houver decisão em sentido contrário estabelecida pela FAEPEUSUL.
11. A interposição de recursos administrativos deverá obedecer às orientações e requisitos constantes no **Anexo VIII**.
12. O **PROCESSO SELETIVO**, para todos os efeitos, terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por até igual período, contados da data de publicação do ato de homologação do resultado definitivo, o qual dar-se-á por meio de Decreto do Executivo e a critério, exclusivo, do Município de Siderópolis/SC.
13. A aprovação neste **PROCESSO SELETIVO** não implica a admissão do candidato. Todavia, o processo admissional do candidato deverá obedecer à ordem de classificação dos aprovados,

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022 – ACS**

sendo que serão chamados à medida que a necessidade funcional assim o permitir, obedecendo aos critérios do Município de Siderópolis/SC.

**14.** Os candidatos aprovados/classificados deverão apresentar todos os documentos admissionais exigidos pelo Município de Siderópolis/SC, constante no **Anexo X** no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**.

**14.1** Caso o candidato **não** providencie a entrega de todos os documentos exigidos, ficará impedido de assumir a vaga.

**15.** Será excluído do **PROCESSO SELETIVO** o candidato que:

**15.1** Promover tumulto, incitar violência ou realizar descortesias com qualquer outro candidato ou membro das equipes encarregadas da aplicação das avaliações.

**15.2** For surpreendido durante a aplicação da avaliação escrita objetiva - ou outra que seja vedado - em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma.

**15.3** For flagrado, fazendo uso de qualquer meio, na tentativa de burlar qualquer avaliação, ou for responsável por falsa identificação pessoal.

**15.4** Afastar-se da sala da avaliação escrita objetiva, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal.

**15.5** Ausentar-se da sala da avaliação escrita objetiva, a qualquer tempo, portando a folha de respostas.

**15.6** Recusar-se a proceder à autenticação digital do cartão-resposta ou de outros documentos, nos termos deste Edital.

**15.7** Recusar-se, em quaisquer das etapas, submeter-se a fiscalização eletrônica e/ou física.

**15.8** Recusar-se a cumprir ou instigar outrem a não cumprir as determinações da equipe responsável do certame.

**15.9** Faltar a qualquer uma das fases do certame.

**15.10** Não pontuar ou não atingir o quantitativo mínimo de pontos na avaliação escrita objetiva.

**15.11** Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital no momento e no prazo da contratação.

**15.12** Deixar de adotar medidas sanitárias, definidas neste Edital, ou em normativa, específica a ser fixada.

**16.** A inscrição dos candidatos implicará na aceitação das condições estabelecidas, no inteiro teor deste Edital, e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

**17.** Fica delegada competência à **FAEPESUL**, para:

**17.1** Receber as inscrições.

**17.2** Receber as taxas de inscrições.

**17.3** Deferir e indeferir as inscrições.

**17.4** Emitir os documentos de confirmação de inscrições.

**17.5** Prestar informações sobre o **PROCESSO SELETIVO**;

**17.6** Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e conduzir a avaliação escrita objetiva deste **PROCESSO SELETIVO**, bem como divulgar seus respectivos resultados.

**17.7** Receber e julgar os recursos previstos neste Edital.

**17.8** Publicar o resultado definitivo do **PROCESSO SELETIVO**.

**18.** Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela comissão do **PROCESSO SELETIVO** constituída pelo Decreto nº 208/2021.

**19.** O Foro para dirimir qualquer questão relacionada a este **PROCESSO SELETIVO** é o da **Comarca de Criciúma/SC**.

Siderópolis/SC, 05 de janeiro de 2022.

**ANGELO FRANQUI SALVARO**  
Prefeito

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS**

**ANEXO I**  
**CRONOGRAMA**

<b>DATAS PREVISTAS</b>	<b>EVENTOS</b>
05/01/2022	Publicação: Extrato Edital e Edital – Imprensa Oficial.
05/01/2022 a 10/01/2022	Período para impugnação das disposições do Edital, exclusivamente na área do candidato.
05/01/2022 a 26/01/2022	Período para: <ul style="list-style-type: none"><li>• Inscrição pela internet.</li><li>• Emissão e remissão do boleto bancário.</li><li>• Recebimento dos requerimentos para Pessoa com Deficiência (PcD).</li><li>• Recebimento dos requerimentos de atendimento de necessidades especiais.</li></ul>
28/01/2022	Data limite para pagamento da taxa de inscrição.
31/01/2022	Publicação: <ul style="list-style-type: none"><li>• Lista das inscrições deferidas.</li><li>• Relação das inscrições indeferidas com respectivos fundamentos.</li></ul>
01/02/2022	Data para interposição de recursos concernentes às inscrições indeferidas, exclusivamente na área do candidato.
03/02/2022	Publicação: <ul style="list-style-type: none"><li>• Extrato do resultado dos recursos administrativos interpostos.</li><li>• Homologação das inscrições e divulgação do horário e local para realização da avaliação escrita objetiva.</li></ul>
<b>06/02/2022</b>	<b>APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA</b>
07/02/2022	Divulgação do gabarito preliminar e do caderno da avaliação escrita objetiva aplicado, exclusivamente na área do candidato.
08/02/2022	Data para interposição de recursos administrativos concernentes às questões e ao gabarito preliminar da avaliação escrita objetiva, exclusivamente na área do candidato.
21/02/2022	Publicação: <ul style="list-style-type: none"><li>• Extrato do resultado dos recursos administrativos interpostos.</li><li>• Resultado preliminar da avaliação escrita objetiva.</li></ul>
22/02/2022	Data para interposição de recursos concernentes ao resultado preliminar da avaliação escrita objetiva, exclusivamente na área do candidato.
23/02/2022	Publicação: <ul style="list-style-type: none"><li>• Extrato resultados recursos administrativos interpostos.</li><li>• Resultado definitivo do <b>PROCESSO SELETIVO</b>.</li></ul>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS**

**ANEXO II**  
**ETAPAS**

FUNÇÃO	ÁREA GEOGRÁFICA	Avaliação Escrita Objetiva
		Classificatória e Eliminatória
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 01	X
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 02	X
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 03	X
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 04	X
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 05	X
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 06	X
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 07	X
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 08	X
	ESF DR. GYRÃO - MA 01	X
	ESF DR. GYRÃO - MA 02	X
	ESF DR. GYRÃO - MA 03	X
	ESF DR. GYRÃO - MA 04	X
	ESF DR. GYRÃO - MA 05	X
	ESF DR. GYRÃO - MA 06	X
	ESF DR. GYRÃO - MA 07	X
	ESF ITALINA PEREGO - MA 01	X
	ESF ITALINA PEREGO - MA 02	X
	ESF ITALINA PEREGO - MA 03	X
	ESF ITALINA PEREGO - MA 04	X
	ESF ITALINA PEREGO - MA 05	X
	ESF ITALINA PEREGO - MA 06	X
	ESF ITALINA PEREGO - MA 07	X
	ESF ITALINA PEREGO - MA 08	X
	ESF ITALINA PEREGO - MA 09	X
	ESF ITALINA PEREGO - MA 10	X
	ESF RIO JORDÃO - MA 01	X
	ESF RIO JORDÃO - MA 02	X
	ESF RIO JORDÃO - MA 03	X
	ESF RIO JORDÃO - MA 04	X
	ESF RIO JORDÃO - MA 05	X
	ESF VILA SÃO JORGE - MA 01	X
	ESF VILA SÃO JORGE - MA 02	X
	ESF VILA SÃO JORGE - MA 03	X
	ESF VILA SÃO JORGE - MA 04	X

1. O não comparecimento do candidato em hora e local determinados para realização da avaliação escrita objetiva implicará na sua **ELIMINAÇÃO** deste **PROCESSO SELETIVO**;

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter **CLASSIFICATÓRIO/ELIMINATÓRIO** de acordo com a forma constante no **Anexo VII**;

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS**

**ANEXO III**  
**CARGO, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS,**  
**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÕES**

1. O nível de escolaridade e as exigências indicadas deverão estar atendidos até a data da contratação. Caso não comprovada a escolaridade e os requisitos mínimos exigidos na tabela constante no **item 9** deste **Anexo**, a contratação não será realizada.
2. As atividades inerentes ao cargo, objeto desta seleção, serão desenvolvidas nas unidades de saúde, dependências, locais ou órgãos do Município de Siderópolis/SC.
3. A carga horária está expressa em tempo semanal de trabalho.
4. O horário/período de trabalho obedecerá à jornada de trabalho do Município, podendo ser diurno ou noturno, bem como poderá ocorrer à prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados.
5. O regime jurídico aplicável aos detentores dos cargos de Agente Comunitário de Saúde é o da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, nos termos da Lei nº 1843/2009, obedecendo também ao disposto na Lei Federal nº 11.350/2006.
6. Os candidatos classificados que não ficarem na quantidade de vagas estabelecidas no item 8 deste Edital, constarão como Cadastro de Reserva – C.R.
7. Caso não haja nenhuma inscrição de Pessoas com Deficiências (PcD), a quantidade reservada voltará a reintegrar a quantidade ofertada.
8. **CARGO, ÁREA GEOGRÁFICA, VAGAS, VAGAS RESERVADAS PCD, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS:**

CARGO	ÁREA GEOGRÁFICA	VAGAS	VAGAS RESERVAS (PcD)	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO R\$
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 01	C.R	-	40	1.550,00
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 02	1 + C.R	-	40	1.550,00
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 03	C.R	-	40	1.550,00
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 04	C.R	-	40	1.550,00
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 05	C.R	-	40	1.550,00
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 06	C.R	-	40	1.550,00
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 07	C.R	-	40	1.550,00
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 08	C.R	-	40	1.550,00
	ESF DR. GYRÃO - MA 01	C.R	-	40	1.550,00
	ESF DR. GYRÃO - MA 02	C.R	-	40	1.550,00
	ESF DR. GYRÃO - MA 03	C.R	-	40	1.550,00
	ESF DR. GYRÃO - MA 04	C.R	-	40	1.550,00
	ESF DR. GYRÃO - MA 05	1 + C.R	-	40	1.550,00
	ESF DR. GYRÃO - MA 06	C.R	-	40	1.550,00
	ESF DR. GYRÃO - MA 07	1 + C.R	-	40	1.550,00
	ESF ITALINA PEREGO - MA 01	1 + C.R	-	40	1.550,00
	ESF ITALINA PEREGO - MA 02	C.R	-	40	1.550,00
	ESF ITALINA PEREGO - MA 03	C.R	-	40	1.550,00
	ESF ITALINA PEREGO - MA 04	C.R	-	40	1.550,00
	ESF ITALINA PEREGO - MA 05	C.R	-	40	1.550,00
	ESF ITALINA PEREGO - MA 06	C.R	-	40	1.550,00
	ESF ITALINA PEREGO - MA 07	C.R	-	40	1.550,00
	ESF ITALINA PEREGO - MA 08	C.R	-	40	1.550,00
	ESF ITALINA PEREGO - MA 09	C.R	-	40	1.550,00
	ESF ITALINA PEREGO - MA 10	C.R	-	40	1.550,00
	ESF RIO JORDÃO - MA 01	C.R	-	40	1.550,00
	ESF RIO JORDÃO - MA 02	C.R	-	40	1.550,00
	ESF RIO JORDÃO - MA 03	1 + C.R	-	40	1.550,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS**

	ESF RIO JORDÃO - MA 04	1 + C.R	-	40	1.550,00
	ESF RIO JORDÃO - MA 05	C.R	-	40	1.550,00
	ESF VILA SÃO JORGE - MA 01	C.R	-	40	1.550,00
	ESF VILA SÃO JORGE - MA 02	C.R	-	40	1.550,00
	ESF VILA SÃO JORGE - MA 03	1 + C.R	-	40	1.550,00
	ESF VILA SÃO JORGE - MA 04	1 + C.R	-	40	1.550,00

**9. CARGO, ÁREA GEOGRÁFICA, NÍVEL DE ESCOLARIDADE, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:**

CARGO	ÁREA GEOGRÁFICA	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 01	MÉDIO	<p>I - residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; II - ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas; III - ter concluído o ensino médio.</p> <p>§ 1º Quando não houver candidato inscrito que preencha o requisito previsto no inciso III do caput deste artigo, poderá ser admitida a contratação de candidato com ensino fundamental, que deverá comprovar a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos.</p>
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 02		
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 03		
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 04		
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 05		
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 06		
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 07		
	ESF DR. ELCIO RAEUN - MA 08		
	ESF DR. GYRÃO - MA 01		
	ESF DR. GYRÃO - MA 02		
	ESF DR. GYRÃO - MA 03		
	ESF DR. GYRÃO - MA 04		
	ESF DR. GYRÃO - MA 05		
	ESF DR. GYRÃO - MA 06		
	ESF DR. GYRÃO - MA 07		
	ESF ITALINA PEREGO - MA 01		
	ESF ITALINA PEREGO - MA 02		
	ESF ITALINA PEREGO - MA 03		
	ESF ITALINA PEREGO - MA 04		
	ESF ITALINA PEREGO - MA 05		
	ESF ITALINA PEREGO - MA 06		
	ESF ITALINA PEREGO - MA 07		
	ESF ITALINA PEREGO - MA 08		
	ESF ITALINA PEREGO - MA 09		
	ESF ITALINA PEREGO - MA 10		
	ESF RIO JORDÃO - MA 01		
	ESF RIO JORDÃO - MA 02		
	ESF RIO JORDÃO - MA 03		
	ESF RIO JORDÃO - MA 04		
	ESF RIO JORDÃO - MA 05		
	ESF VILA SÃO JORGE - MA 01		
	ESF VILA SÃO JORGE - MA 02		
	ESF VILA SÃO JORGE - MA 03		
	ESF VILA SÃO JORGE - MA 04		

**10. São atribuições dos cargos:**

**10.1 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:** I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; III - cadastrar todas as pessoas de sua micro área, bem como manter os cadastros atualizados; IV - coletar os dados designados para orientar o plano Municipal de Saúde,

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS**

bem como par alimentar os sistemas dados de saúde da União, Estado e do Município; V - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; VI - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; VII - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; VIII - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida. IX - executar outras atribuições inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, bem como, aquelas previstas ou advindas do Ministério da Saúde, e pela Lei 11.350/2006;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS**

**ANEXO IV**  
**INSCRIÇÕES**

1. As inscrições para este **PROCESSO SELETIVO** deverão ser realizadas no site da **FAEPESUL**, no seguinte endereço: [www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos).

2. O valor das inscrições será de:

**2.1 Cargos de nível Médio: R\$ 65,00 (sessenta e cinco) reais.**

**2.2 No ato da inscrição, o candidato deverá optar pela vaga discriminada na Área Geográfica, conforme o seu local de residência detalhado no Anexo X;**

3. Não há previsão de concessão do benefício da isenção da taxa de inscrição.

4. Será permitida a inscrição para, no máximo, **01 (um) cargo**.

5. O candidato, após preencher o formulário de inscrição, disponível no endereço eletrônico [www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos), deverá imprimir o respectivo boleto bancário, onde consta o valor da inscrição e efetuar o pagamento no prazo estabelecido no respectivo documento.

**5.1** O pagamento do boleto bancário poderá ser efetuado em qualquer agência bancária ou lotérica, até o dia do vencimento impresso;

**5.2** Não serão aceitas inscrições em que haja divergência de informações entre os dados bancários relacionados à inscrição em decorrência de vírus ou incorreção no pagamento.

6. O sistema de inscrição via internet permite ao candidato a emissão de uma **segunda via** do boleto bancário, este só poderá ser emitido dentro do período de inscrição.

7. Embora o boleto para pagamento da taxa de inscrição possa ser emitido fora do horário bancário, ele deverá ser quitado dentro do prazo de inscrição estabelecido no **Anexo I**.

8. As inscrições somente serão deferidas (confirmadas) após a **FAEPESUL** ser certificada pela instituição financeira responsável pelo recebimento dos boletos bancários.

9. Caso o candidato conste na lista de inscrições indeferidas a ser publicada pela **FAEPESUL** e tenha efetuado o pagamento da taxa de inscrição, deverá protocolizar recurso administrativo no prazo estabelecido no **Anexo I** deste Edital, anexando o respectivo comprovante de pagamento, para fins de regularização administrativa da sua participação no certame e sob pena de ser indeferida a sua inscrição.

**10.** O valor da inscrição, uma vez pago, **não será restituído**, salvo em caso de cancelamento do **PROCESSO SELETIVO**.

**11.** No caso de pagamento da inscrição com cheque, sendo o mesmo devolvido, a inscrição será considerada nula, independente do motivo da devolução, a qualquer tempo.

**12.** É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outro meio não especificado neste Edital.

**13.** A **FAEPESUL** não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica de computadores, falhas na comunicação ou congestionamento de linha de comunicação, bem como outros fatores externos que impossibilitem a transferência de dados.

**14.** A inscrição no presente **PROCESSO SELETIVO** implica conhecimento expresso e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS**

**ANEXO V**  
**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)**  
**CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ATENDIMENTOS ESPECIAIS E**  
**CONDIÇÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO**

1. Das vagas disponíveis para este certame, é reservado o percentual de 5% (cinco por cento) para Pessoas com Deficiência (PcD), em face da classificação obtida.
- 1.1 Sua aceitação estará condicionada à compatibilidade da sua limitação com as atribuições do cargo que serão exercidas.
2. Não havendo Pessoas com Deficiência (PcD) classificadas em números suficientes para preencher as vagas reservadas, estas reverter-se-ão às vagas gerais do **PROCESSO SELETIVO**.
3. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá, dentro do prazo definido no **Anexo I** deste Edital, realizar os seguintes procedimentos:
  - 3.1 No ato da inscrição, declarar-se como: **Candidato com Deficiência**.
  - 3.2 Enviar via *upload*, a imagem (extensão *.jpg* ou *.jpeg*) do laudo médico, emitido nos últimos 12 meses, que deve atestar a espécie e o grau ou nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).
  - 3.3 O envio da imagem do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato, devendo ser atestado inclusive a sua legibilidade e integridade, sob pena de desconsideração.
  - 3.4 A **FAEPESUL** não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada da documentação a seu destino, ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.
  - 3.5 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação original ou cópia autenticada em cartório constante no subitem 3.2 deste **Anexo**. Caso seja solicitado pela **FAEPESUL**, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas em Lei.
4. O Laudo Médico (original ou cópia autenticada) terá validade somente para esta seleção pública e não será devolvido ou fornecida cópia do instrumento ao final do certame.
5. Ao serem aprovadas, no **PROCESSO SELETIVO**, as Pessoas com Deficiência inscritas deverão passar por perícia da Junta Médica do município de Siderópolis/SC.
- 5.1 O candidato será submetido à avaliação médica e de acordo com as atribuições exigidas para o cargo. O laudo médico deverá constar que as atribuições são compatíveis com a deficiência do candidato.
6. O candidato que se declarar deficiente e não conseguir comprovar sua deficiência devidamente para a Junta Médica Oficial do Município de Siderópolis/SC será considerado desclassificado/eliminado das vagas reservadas para Pessoa com Deficiência (PcD) e concorrerão apenas as vagas de ampla concorrência.
7. A apresentação do laudo médico, não eliminará a atuação de uma Junta Médica Oficial do Município de Siderópolis/SC, cuja conclusão terá prevalência sobre qualquer outra.
8. Para efeito deste **PROCESSO SELETIVO**, consideram-se deficiências que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas somente as conceituadas na medicina especializada, concordes com os padrões internacionalmente reconhecidos.
9. A opção de concorrer às vagas reservadas à Pessoa com Deficiência (PcD) é de inteira responsabilidade do candidato.
10. O candidato com deficiência participará do **PROCESSO SELETIVO** em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.
11. Os candidatos que necessitarem de algum atendimento especial, para a realização das avaliações escritas objetivas, deverão declará-lo no formulário de inscrição, no espaço reservado para este fim, para que sejam tomadas as providências cabíveis no prazo delineado no **Anexo I**.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS**

Tal manifestação é de responsabilidade exclusiva do candidato e implica a aceitação imediata da condição especial para realização da avaliação.

**11.1** Caso a solicitação de atendimento especial não seja aceita em virtude da condição ou da causa que o motive, o candidato deverá realizar a avaliação em igualdade de condições com a dos outros candidatos do certame.

**11.2** Serão ofertadas, mediante apresentação de laudo médico (com identificação do profissional e registro no CRM), as seguintes condições especiais:

**11.2.1** Ledor (deficiente visual).

**11.2.2** Prova ampliada (fontes 20, 30 ou 40).

**11.2.3** Auxílio de profissional de Libras.

**11.2.4** Candidato com baixa audição (aparelho auditivo).

**11.2.4.1** Para esta condição especial (baixa audição), o candidato receberá as instruções da avaliação utilizando o equipamento, mas quando do início da aplicação e execução da avaliação deverá colocar o aparelho em local reservado (sem acesso), não podendo utilizar durante a realização das provas, inclusive quando se deslocar ao banheiro.

**11.2.5** Sala de fácil acesso (térreo/rampa).

**11.2.6** Auxílio para gestante.

**11.2.7** Auxílio para candidatas lactantes.

**11.2.8** Utilização de medicação e/ou tratamento durante a avaliação.

**12.** A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da avaliação escrita objetiva, além de solicitar atendimento especial para tal fim (**item 11.2.7**), deverá levar um acompanhante (maior e capaz), que permaneça em local reservado ou na própria coordenação do evento, o qual será o responsável pela guarda e cuidados do infante e declare que não se comunicará com a candidata.

**12.1** A candidata que não atender a essa exigência e vier acompanhada do amamentando não realizará a avaliação.

**12.2** O tempo de amamentação será acrescido no tempo de duração da prova, estando limitado a 30 (trinta) minutos.

**13.** O candidato que necessitar de atendimento especial deverá participar do **PROCESSO SELETIVO** em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.

**13.1** Caso não houver manifesto declarado, conforme disposto acima, o candidato realizará a avaliação escrita objetiva em condições normais com os demais candidatos.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022 – ACS**

**ANEXO VI**  
**CLASSIFICAÇÃO**

1. A classificação deste **PROCESSO SELETIVO** obedecerá às disciplinas constantes neste **Anexo**.
2. A Avaliação Escrita Objetiva terá valor de, no máximo, **10 (dez) pontos**.
3. Para o resultado do certame será realizado pela nota (aplicando os critérios de desempate) da avaliação escrita objetiva.
4. Em caso de empate na nota final dos candidatos não eliminados neste **PROCESSO SELETIVO**, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
  - 4.1 Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste **PROCESSO SELETIVO**, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).
  - 4.2 Obtiver maior número de acertos na prova objetiva de conhecimentos específicos.
  - 4.3 Obtiver o maior número de acertos na prova objetiva de conhecimentos gerais.
  - 4.4 Tiver maior idade.
  - 4.5 Tiver exercido a função de jurado, conforme artigo 440 do Código de Processo Penal.
    - 4.5.1 O candidato que tiver o interesse de ter atribuído este critério de desempate deverá assinalar a opção no momento da inscrição.
    - 4.5.2 Os candidatos a que se refere à função de jurado serão convocados, antes do resultado final do **PROCESSO SELETIVO**, para a entrega da documentação que comprovará o exercício da função declarada.
    - 4.5.3 Para fins de comprovação da função jurado, serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, nos termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008, data da entrada em vigor da Lei nº 11.689/2008.
5. A listagem, com a ordem de classificação dos candidatos da avaliação escrita objetiva, será elaborada com base no número de pontos dos candidatos e apresentada em ordem decrescente de pontuação, e divulgada nos locais de publicações oficiais deste Edital.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS**

**ANEXO VII**

**AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA**

1. A avaliação escrita objetiva terá caráter **CLASSIFICATÓRIO/ELIMINATÓRIO**, tendo como objetivo primordial a avaliação dos conhecimentos do candidato.
2. O horário e os locais de aplicação da avaliação escrita objetiva serão divulgados em data prevista conforme cronograma no **Anexo I**.
3. *Em decorrência da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, pela possibilidade de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) e, nos termos da Portaria SES nº 714, de 18 de setembro de 2020 e Portaria Conjunta SES/SED/DCSC 1.967, de 11 de agosto de 2021, ambas do Estado de Santa Catarina, os candidatos, para ingresso e permanência nos locais de provas, além de outras medidas a ser devidamente respeitada, devem cumprir as seguintes obrigações:*
  - 3.1 *Usar máscaras descartáveis de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão, seguindo as recomendações de uso descritas na Portaria SES 224, de 03/04/2020;*
  - 3.2 *Permitir a aferição da temperatura pela organização local, caso assim seja definido/determinado pela coordenação local, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato;*
  - 3.2.1 *Caso a temperatura aferida seja igual ou maior que 37,8°C, o candidato poderá ser encaminhado para realizar a prova em sala separada;*
  - 3.3 *Realizar a higienização das mãos, com álcool 70% nos locais determinados pela organização local;*
  - 3.4 *Estar ciente, respeitar e cumprir a manutenção de arejamento dos ambientes, com ventilação natural, janelas e portas abertas, e de preferência sem a utilização de aparelhos de ar-condicionado ou climatização de ar central;*
  - 3.5 *Respeitar o distanciamento na entrada do prédio, na entrada das salas, para entrada/saída ao banheiro e nos locais de uso coletivo;*
  - 3.6 *É proibido a utilização de bebedouros com jato inclinado, devendo o candidato trazer a sua bebida, caso assim deseje.*
4. O candidato que não comparecer à etapa de avaliação escrita objetiva será considerado **ELIMINADO** do **PROCESSO SELETIVO**.
5. A avaliação escrita objetiva será composta de **25 (vinte e cinco)** questões, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada questão, havendo apenas 1 (uma) correta.
- 5.1 Quadro de distribuição das questões das avaliações escritas objetivas:

CARGO	CONHECIMENTOS GERAIS		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
	LÍNGUA PORTUGUESA	RACIOCÍNIO LÓGICO	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	10	5	10

6. Cada questão terá o valor conforme abaixo descrito:

QUESTÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
CONHECIMENTOS GERAIS	0,30 (trinta décimos) pontos	4,5 (quatro inteiros e cinco décimo) pontos
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	0,55 (cinquenta e cinco décimos) pontos	5,5 (cinco inteiros e cinco décimo) pontos

7. O resultado da avaliação escrita objetiva será apurado, computando-se o número total de questões respondidas corretamente.
8. A nota mínima, na avaliação escrita objetiva para classificação e, consequente, continuação do candidato nas próximas fases deste certame é de **01 (um) ponto**, independentemente do componente curricular.
9. O candidato que não atingir o quantitativo mínimo de acertos descritos no **item 8** será, automaticamente, **ELIMINADO** do certame.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS**

10. Na hipótese de anulação de questão(ões) da avaliação escrita objetiva, por parte da comissão de coordenação do **PROCESSO SELETIVO**, ela(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente por todos os candidatos.
11. Será entregue, pela equipe de fiscalização, um caderno de provas e um formulário para transcrição das respostas (gabarito).
12. Na avaliação escrita objetiva será considerada com pontuação 0 (zero) a resposta do candidato, transcrita para o cartão de respostas (gabarito) quando:
- 12.1 Conter emenda e/ou rasura, ainda que legível.
- 12.2 Conter mais de uma opção de resposta assinalada.
- 12.3 Não estiver assinalada.
- 12.4 For preenchida fora das especificações contidas nas instruções fornecidas.
- 12.5 Não estiver a opção completamente preenchida para o espaço destinado a opção da questão.
13. O cartão-resposta deverá ser preenchido e assinado pelo candidato com **caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul**.
- 13.1 O candidato que não assinar ou recusar a postar sua assinatura no cartão-resposta, por qualquer motivo, será **ELIMINADO** do **PROCESSO SELETIVO**.
- 13.2 O cartão-resposta será personalizado para cada candidato.
- 13.3 O candidato deverá transcrever as respostas das questões objetivas para o cartão-resposta, que será o único documento válido para a correção dessas questões.
- 13.4 O preenchimento do cartão-resposta será de inteira responsabilidade do candidato.
- 13.5 O cartão-resposta não será substituído.
14. A duração da avaliação escrita objetiva, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta, será de **2h30min. (duas horas e trinta minutos)**.
15. O candidato somente poderá se retirar do local da avaliação escrita objetiva após **1h (uma hora)** do seu início.
16. Para a entrada nos locais de realização das avaliações escritas objetivas, o candidato deverá apresentar, **obrigatoriamente**, documento de identificação e, se solicitado, a confirmação de inscrição.
- 16.1 São considerados válidos os seguintes documentos de identificação: Carteira de Identidade (RG); Carteiras Expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelo Corpo de Bombeiro Militar, pela Polícia Militar, pelos Conselhos e Órgãos Fiscalizadores de Exercício Profissional; Certificado de Reservista; Carteiras Funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, Carteira de Trabalho e Carteira Nacional de Habilitação com foto recente e dentro do prazo de validade.
- 16.2 Não serão aceitos, para ingresso no local de prova (sala), a apresentação de documento virtual/digital.
17. Recomenda-se que o candidato compareça ao local de prova com antecedência mínima de 45 min. (quarenta e cinco minutos) antes do horário previsto para realização da prova.
18. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a avaliação escrita objetiva, nem a possibilidade de realização de prova fora do horário fixado.
19. Durante a realização da avaliação escrita objetiva é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato do **PROCESSO SELETIVO**.
- 19.1 Os materiais e equipamentos mencionados deverão ser entregues aos fiscais de sala, antes do início das avaliações, para serem devolvidos ao seu término.
- 19.2 A **FAEPESUL** não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos.
20. A avaliação escrita objetiva será corrigida por processo optoeletrônico/digital, sendo somente consideradas as respostas transferidas apropriadamente para o cartão-resposta, sendo o único documento válido para a correção da avaliação, desconsiderando-se qualquer marcação que o candidato tenha feito no caderno de questões da prova.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS**

- 21.** O candidato, ao encerrar a avaliação escrita objetiva, entregará ao fiscal de sua sala o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de avaliação, podendo reter para si, apenas, o espaço delimitado na folha do caderno de avaliação, onde consta o rascunho do gabarito.
- 22.** Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala, onde for realizada a avaliação escrita objetiva, somente poderão retirar-se após o último candidato entregar a avaliação, devendo assinar a ata de encerramento da avaliação escrita objetiva.
- 22.1** O candidato que se recusar e/ou criar qualquer embaraço com a obrigação descrita no caput deste item será **ELIMINADO** do certame.
- 23.** O gabarito da avaliação escrita objetiva será divulgado no local indicado no **item 8** deste Edital, conforme cronograma disciplinado no **Anexo I**.
- 24.** Os cadernos de avaliações ficarão disponíveis no site [www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos), a partir da publicação do gabarito, até a homologação final do certame.
- 25.** O conteúdo programático para a avaliação escrita objetiva será assim composto:

**25.1 CONHECIMENTOS GERAIS:**

**25.1.1 LÍNGUA PORTUGUESA:** Análise e interpretação de texto. Vocabulário. Ortografia. Nova ortografia. Usos dos porquês. Pontuação. Acentuação gráfica. Prosódia. Estrutura e formação de palavras. Classes gramaticais: classificação, empregos e flexões. Adjetivos eruditos. Adjetivos pátrios. Conjugação verbal. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Regência verbal e nominal. Crase. Concordância verbal e nominal. Colocação pronominal. Emprego dos pronomes. Pronomes e formas de tratamento. Níveis de linguagem (ou níveis de fala). Funções da Linguagem. Vícios de linguagem. Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração; Termos acessórios da oração. Orações coordenadas. Orações subordinadas. Estilística: figuras de linguagem. Literatura Brasileira.

**25.1.2 RACIOCÍNIO LÓGICO:** Conceitos Básicos da Lógica; Proposições simples e compostas; Álgebra proposicional; Implicação lógica; Equivalência lógica; Propriedades Comutativa, Distributiva e Leis de Morgan; Tautologia, contradição e contingência; Sentenças abertas; Proposições categóricas; Diagramas lógicos; Afirmação e negação; Lógica de argumentação; Analogias; Análise Combinatória: raciocínio multiplicativo, raciocínio aditivo; Combinação, arranjo e permutação; Progressões aritméticas e progressões geométricas; Resolução de problemas de Lógica: Formal e Informal; Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; 19. A lógica no contexto histórico; Operações Lógicas; Tabela Verdade; Raciocínio Analítico.

**25.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**

**25.2.1 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:** Conceito de Agente Comunitário de Saúde; Atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde: Quem é o ACS, Cadastramento e acompanhamento dos dados coletados; Diagnóstico do Meio Ambiente; Micro área e Micro área de risco; Mapeamento; Funções. Higiene, profilaxia e imunidade. Tipos de doença: hereditária, congênita, adquirida e epidemiológica. Fontes de infecção. Doenças causadas por bactérias e vírus. AIDS e Dengue. Principais verminoses humanas. Lei Federal nº 11.350/2006 e alterações.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS**

**ANEXO VIII**  
**INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

1. Caberá interposição de recursos à **FAEPESUL**, conforme definido no Anexo I deste Edital, contados a partir da data de publicação, a respeito de:
  - 2.1 Impugnação deste Edital.
  - 2.2 Revisão do indeferimento de inscrição.
  - 2.3 Revisão de questão e do gabarito da avaliação escrita objetiva.
  - 2.4 Revisão da nota da avaliação escrita objetiva.
2. Os recursos deverão ser interpostos diretamente por meio do site ([www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos)) na área do candidato.
3. O recurso deverá obedecer ao padrão estabelecido pela **FAEPESUL**, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:
  - 3.1 Fundamentar com argumentação lógica e consistente.
  - 3.2 Apresentar recursos individuais para questões diferentes, se for o caso.
  - 3.3 Estar relacionado ao próprio recorrente.
4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão liminarmente indeferidos.
5. Não será aceito pedido de recurso de qualquer natureza, via fax, correios eletrônicos ou apócrifos.
6. Somente será apreciado o recurso que for expresso em termos convenientes e que aponte as circunstâncias que o justifique.
7. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada a data e hora de seu protocolo.
8. As decisões dos recursos estarão disponíveis ao candidato diretamente na sua área do candidato e o resultado na forma de extrato (procedente, improcedente ou parcialmente improcedente), publicado nos locais especificados no **item 8** deste Edital.
9. Caso o exame do recurso resultar a anulação de item integrante de avaliação, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS**

**ANEXO IX**

**DAS EXIGÊNCIAS E DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

1. Homologado o resultado, a municipalidade, havendo necessidade, chamará o candidato classificado para o exercício do cargo, por ordem crescente de classificação, o qual será admitido na forma mencionada neste Edital.
2. São requisitos básicos para a investidura em no cargo público:
  - 2.1 A aprovação neste **PROCESSO SELETIVO**.
  - 2.2 A nacionalidade brasileira.
  - 2.3 O gozo dos direitos políticos.
  - 2.4 A quitação com as obrigações militares, para os homens.
  - 2.5 A quitação com as obrigações eleitorais.
  - 2.6 A idade mínima de 18 (dezoito) anos.
  - 2.7 O nível de escolaridade exigido para o exercício da função.
  - 2.8 Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público.
  - 2.9 **Apresentar o comprovante de residência que esteja vinculada a sua área geográfica de atuação.**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022 – ACS**

**ANEXO X**  
**DAS ÁREAS GEOGRÁFICAS**

ESF	ÁREA GEOGRÁFICA / MICRO-ÁREA
ESF DR. ELCIO RAUEN	MA 01 (Rua 6, 8 e 10);
	MA 02 (Rua 1, 5, 11 e 12);
	MA 03 (Montanhão);
	MA 04 (Sebastiana: Rua Antenor dos Santos, parte da rua Túlio Rodrigues Lopes, parte da Rua Bernardino Neto, parte da Rua Luiz Fernando da Fonseca Giron, parte da Rua Oli Manoel Rodrigues, Rua Luiz da Conceição e parte da área industrial).
	MA 05 (Rua Itaúna, Rua Osny Dalsasso – Vida Nova, Rua Antonio Carminatti, Rua Jaime De Menech, Rua João Carvalho, parte da Avenida Porfírio Feltrin, Rua Adília Fernandes Damásio (trilho), parte da Rua Bernardino Neto, parte da Rua Luiz da Fonseca Giron, parte da Rua Tulio Rodrigues Lopes, parte da Rua Oli Manoel Rodrigues
	MA 06 (Rio Kuntz)
	MA 07 (Loteamento Salvaro, Rua 3, 14, 16, 18, 19 e 30)
	MA 08: Sebastiana: (Rua 109, 107). Vida Nova (Rua 105, 106, 97, 04). Rua 07, Avenida CSN, Rodovia SC 445.
ESF DR. GYRÃO	MA 01 Rua Siderúrgica, Av. 19 de dezembro, Av. Municipal, Rua Arthur Kesting, Rua Diomício Freitas, Rua João Caruso Mac Donald, Rua Eng. Lírio Búrgio, Rua Sebastião Toledo dos Santos (uma parte)
	MA 02 (Rua Hilário Cesa, Rua Padra Anchieta, Rua Manoel Jesuína, Rua General Osvaldo Pinto da Veiga, Rua Melvin Jones (exceto prédio Dom Luiz Orione), Rua Antônio freitas, Rua Zilda Arns, Rua Olindo Lourenço, Rua Mário Moretti)
	MA 03 (Rua Hildo Rovaris, Carlos Chagas, Nelsoli Moraes, Lirio Pasquali, José Bettiol, José Frassetto, modesto Frassetto, Rua 57, uma parte da Rua Plínio Bonassa e uma parte da Av. Dom Luis Orione).
	MA 04 Rua Maria José da Silva, São João, Chapecó, Antônio Emiliano, Gastão Bica de Oliveira, João Caruso Mac Donald, General Osvaldo Pinto da Veiga, José Scarmagnani, Guerino Savaris, Sebastião Toledo dos Santos, Rua da Esperança.
	MA 05 (Cohab, Ulisses Guimarães e parte da Av. Porfírio Feltrin)
	MA 06 (Estrada de Ferro: R Angelo Savi, Tiradentes, Vital Brasil, Maria Barzan, Travessa Fredolino de Oliveira, Urussanga, Domingo Rodrigues, Padre Pedro Pelanda, Edifício Dom Orione, Nossa Senhora da Saúde)
	MA 07 (Renascer, parte da Av. Porfírio Feltrin e Residencial Santorini)
ESF RIO JORDÃO	MA 01 (Jordão Baixo)
	MA 02 (Jordão Alto e Jordão Médio)
	MA 03 (Alto Rio Maina)
	MA 04 (São Martinho Alto)
	MA 05 (Rio Santo Antônio, Linha Alexandre da Boit, São Pedro e Costão da Serra)
ESF ITALINA PEREGO	MA 01 (Rua João Queluz, Rua Lauro Maria da Rosa, Rua Luiz Rossa, Rua Doília Feltrin, Rua Gentile Neoti, Rua Ondina Caldas, Rua Abel Da Soler, Rua João Pescador, Rua Vitor Meirelles, parte da Rua Renato Melilo, parte da Rua Ver. José Feltrin, Rua Calixto de Mattia, parte da Rua José do Patrocínio).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022 – ACS**

	MA 02 Antônio Martins Antunes, Ângelo Forgiarini, Arcangelo Patel, Gastão Bica de Oliveira, Arcangelo Rossa, Linha Macarini, Alcides Jose Dos Santos, Av. Presidente Dutra, Vitório Olivo, Ângelo Nava, Rua das Flores, Roberto Rosso, Rod. SC 445.
	MA 03 (Av. Dom Orione, parte da Rua Renato Melilo, Parte do Rua José do patrocínio, Av. presidente Dutra, Av. Municipal, Rua Treviso, Rua Aládio Venturini, parte da Rua Ver. José Feltrin, Rua Sebastião Toledo dos Santos, Rua Irineu Bonhausen, Rua Luiz de Col, Rua Gastão Bica de Oliveira, Rua Jorge Lacerda).
	MA 04 (Gastão Bica de Oliveira, Benjamin Constant, Arcangelo Rossa, Ramos Silveira, João Olivo, av. Presidente Dutra, Vereador José Feltrin, Angelo Dal Farra, Família Inocencio, Luiz Possoli, João Scaini, Batista Brignoli, Rod. SC 445, Emília Lucia Garcia Martins, Manoel Espíndola, Antônio Comin (até a metade).
	MA 05 Distrito Industrial, Rua Lucinda Delfino, Pedro Paulo Domingos, Roger Francisco, Patrício José Duarte, Travessa N° 126, Rua dos Veteranos, José Antonio Domingos, Hercílio Lima
	MA 06 (Antônio Comin, Lorenzo Tramontin, Luiz De Col, Treviso, João Cesa, Mario Frassetto, Sebastião Toledo D Santos, Anita Garibaldi, Marechal Teodoro da Fonseca, SC 447, Aurelio Pazetto)
	MA 07 (Bom Jesus, Maria José Da Silva, São João, Loteamento Savi, Dario L. Santos, Rua 02, Pedro Paulo Piazzolli, Santa Paulina e Raulino de Araújo).
	MA 09 (Santa Luzia)
	MA 10 (Rio Albina e São Martinho Baixo)
	MA 01 (Monte Negro, Ex-Patrimônio e São Geraldo)
	MA 02 (Ruas: 2, 3, 4, 5, 9, 12, 13, Área Verde, José Agassi, Assunta Carbonara Tasca, Arlindo Magistralli, Osmar Domingo Maciel, José Ramiro Soares, Jardim Flórida, Valmira Salvaro Soares, Manuel Vieira Macedo, Antonio Dal Farra, João Ronchi
ESF VILA SÃO JORGE	MA 03 (RUA Professora Rosalina Comim Teixeira, Pedro Boaventura, Fazenda Bergure, João Locatelli, Pietro, Pietro Ferro e Divisa Com Mina do Toco, Ângelo Luiz Salvaro, Mario Vitali, Pedra ronchi Genunino, Fazenda Cizeski, Albino Neotti, Rua Capão da Cachoeira)
	MA 04 (Ruas: João Ronchi, Antonio Miranda, Domingos Sorato, Esperandino Franscico inácio, Flavio Salvaro, manol Damaceno, Bela Vista).

# Sombrio

## PREFEITURA

### DECRETO 001/2022

Publicação N° 3519927

DECRETO N° 001 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, a Senhora TAIS REGINA MINATO, ocupante do o Cargo de Provimento em comissão de Chefe do Setor de Empenhos, Nível DAI – 01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. Fica Revogado o Decreto nº 052, de 25 de março de 2019, e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio -SC, 03 de janeiro de 2022.

Gislane Dias da Cunha  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

### DECRETO 002/2022

Publicação N° 3519931

DECRETO N° 002 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

" NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO "

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Organica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, combinado com a Lei Complementar nº 039, de 30 de junho de 2015, e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MILENA MONTEIRO RAUPP, para ocupar o Cargo de Provimento em comissão de Chefe do Setor de Empenhos, nível DAI-01, com carga horária de 40 (quarenta) yhoras semanais.

Art. 2º - O ocupante do cargo discriminado no artigo 1º deste Decreto, perceberá as vantagens previstas em Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 04 de janeiro de 2022.

Gislane Dias da Cunha  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

### DECRETO 003/2022

Publicação N° 3519934

DECRETO N° 003 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

" NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO "

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Organica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, combinado com a Lei Complementar nº 039, de 30 de junho de 2015, e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. TAIS REGINA MINATO, para ocupar o Cargo de Provimento em comissão de Diretor de Contabilidade, nível DAI-02, com carga horária de 40 (quarenta) yhoras semanais.

Art. 2º - O ocupante do cargo discriminado no artigo 1º deste Decreto, perceberá as vantagens previstas em Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 04 de janeiro de 2022.

Gislane Dias da Cunha  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2022**

Publicação N° 3520111

**MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 01/2022**

OBJETO: A presente ata tem por objetivo o registro de preços para contratação de serviços de recapagem de pneus dos veículos da frota do Município de Sombrio/SC, conforme especificações e demais condições constantes no Edital, Termo de Referência e demais Anexos do Edital de Pregão Presencial n° 080/2021, que faz parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição Detentor da Ata: **REFORMA PNEU A S LTDA EPP**

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: **R\$ 62.640,00**

Processo Licitatório n° 080/2021 – Pregão Presencial.

Sombrio, 03 de Janeiro de 2022

Gislane Dias da Cunha

Prefeita Municipal



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2022**

Publicação N° 3520118

**MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2022**

OBJETO: A presente ata tem por objetivo o registro de preços para contratação de serviços de recapagem de pneus dos veículos da frota do Município de Sombrio/SC, conforme especificações e demais condições constantes no Edital, Termo de Referência e demais Anexos do Edital de Pregão Presencial n° 080/2021, que faz parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição Detentor da Ata: **TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA**

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: **R\$ 18.400,00**

Processo Licitatório n° 080/2021 – Pregão Presencial.

Sombrio, 03 de Janeiro de 2022

Gislane Dias da Cunha

Prefeita Municipal

**CONTRATO 02/2022**

Publicação N° 3520006

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SOMBRIO****EXTRATO DO CONTRATO N. ° 02/2022****CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC****CONTRATADO: JOSE LUIZ DA SILVA GARCIA****OBJETO: Locação de imóvel localizado no endereço Avenida Nereu Ramos, nº 866, Bairro Centro, no Município de Sombrio/SC, para funcionamento do Departamento Municipal de Trânsito.****VALOR: 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais).****DA VIGÊNCIA: 04/01/2022 a 31/12/2024.****Data da assinatura: 04/01/2022****Gislane Dias da Cunha****Prefeita Municipal**

**CONTRATO 03/2022**

Publicação N° 3520080

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SOMBRIO****EXTRATO DO CONTRATO N. ° 03/2022****CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE SOMBRIO/SC****CONTRATADO: JOSE ANTONIO DA ROSA TEIXIERA ME**

**OBJETO** contratação de empresa especializada para executar serviços gerais de manutenção preventiva e corretiva, reparações e adaptações prédios públicos próprios, locados e conveniados da administração em geral e da rede municipal de ensino, conforme Anexo I.

**VALOR: R\$ 52.500,00 (Cinquenta e dois mil e quinhentos reais).**

**DA VIGÊNCIA:** 04/01/2022 a 31/12/2022.

**Data da assinatura:** 04/01/2022

**Gislane Dias da Cunha**

**Prefeita Municipal**

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 04 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520067

DECRETO Nº. 04, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO JOEL PAGLIARI PARA OCUPAR O CARGO DE ASSESSOR DE TRANSPORTES DO DEPARTAMENTO DE DMER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no art. 9º da Lei Municipal nº 384/2001, de 01 de junho de 2001 e na Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Servidor Público Municipal JOEL PAGLIARI, a partir desta data, para ocupar o cargo em Comissão Assessor de Transportes Nível CC-6, com Lotação na Secretaria de Dmer.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 04 de janeiro de 2022.

MAURILIO OSTROSKI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH  
Diretor de Administração

### DECRETO Nº 05 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520224

DECRETO Nº 05/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

“ DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR DESASTRE NATURAL, FENÔMENO CLIMATOLÓGICO – ESTIAGEM – COBRADE 1.4.1.1.0, CONFORME IN/MI 02/2016”.

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com o disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, a intensificação da baixa precipitação pluviométrica que assola o município de Sul Brasil - SC, inferior ao normal ocasionando insuficiência na recarga dos mananciais, vem comprometendo o armazenamento de água, causando sérios problemas de abastecimento de consumo animal e humano;

CONSIDERANDO, que o Município de Sul Brasil - SC, tem sua maior fonte de economia advinda da agricultura (leite, suíno, avicultura e grãos);

CONSIDERANDO, que em decorrência da falta de chuva e os boletins meteorológicos nada promissores para os próximos meses do corrente ano, e previsão precipitada pluviométrica abaixo da média, está causando danos para o agronegócio, especialmente ao consumo humano, criadores de animais no sistema de integração e agricultura em geral;

CONSIDERANDO, a necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria de Obras e Transportes intervirem na realização da distribuição de água nas propriedades rurais, através de caminhão tanques e pipa a fim de garantir a manutenção do consumo humano e para a produção de aves, suínos e leite;

CONSIDERANDO, o parecer do Conselho Municipal de Defesa Civil, elaborado nesta data, relatando a ocorrência desse desastre, é favorável a declaração da Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 10. Fica declarada Situação de Emergência nas Zonas urbana e rural do município, em virtude do desastre classificado e codificado como Situação de Emergência provocada pela estiagem que provocou a redução sustentada das reservas hídricas existentes no Município – COBRADE/1.4.1.1.0 – Estiagem, conforme IN/MI 36/2020.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilidade de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações em resposta aos desastres, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada, sob a coordenação do Conselho Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da defesa civil, diretamente responsável pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a agirem conforme preconiza a norma constitucional.

I – Contratação de caminhões pipas e outros equipamentos para minimizar o problema de falta de água;

II – Usar de propriedade particular, para carregamento de água.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027/2015, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 04 de janeiro de 2022.

MAURILIO OSTROSKI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA

DIEGO GUSTAVO KIRCH  
Diretor de Administração

# Taió

## PREFEITURA

### PORTARIA 15.780/2022

Publicação Nº 3519378

PORTARIA No 15.780, de 03/01/2022  
CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e, com fundamento no inciso I, do Art. 47 da Lei no 712, de 08 de março de 1972.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob n.º 4/2022.

RESOLVE:

a partir desta, conceder exoneração a servidora pública municipal LUCIMAR GOEDERT SCHWAMBACH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, nomeada através da Portaria no 4.235/2004.

P.R.I.

Taió, 03 de janeiro de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN  
Prefeito

### PORTARIA 15.781/2022

Publicação Nº 3519730

PORTARIA No 15.781, de 04/01/2022  
CONCEDE ALTERAÇÃO DE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob n.º 39/2022.

RESOLVE:

conceder alteração de gozo de férias estabelecidas na Portaria n.º 15.761/2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, do servidor público municipal FLAVIO MOLINARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Técnico I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício no Gabinete do Prefeito, para então serem usufruídas no período de 03/10/2022 a 01/11/2022.

P.R.I.

Taió, 04 de janeiro de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN  
Prefeito

### PORTARIA 15.782/2022

Publicação Nº 3519776

PORTARIA No 15.782, de 04/01/2022

ALTERA EXERCÍCIO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO o Ofício n.º 001/2022/GAB, datado de 03 de janeiro de 2022.

RESOLVE:

a contar de 03 de janeiro de 2022, alterar o exercício do servidor público municipal FLAVIO MOLINARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Técnico I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, do Gabinete do Prefeito para a Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

P.R.I.

Taió, 04 de janeiro de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN  
Prefeito

### **PORTARIA 15.783/2022**

Publicação Nº 3519914

PORTARIA No 15.783, de 04/01/2022  
CONCEDE ALTERAÇÃO DE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob n.º 23/2022.

RESOLVE:

conceder alteração de gozo de férias estabelecidas na Portaria n.º 15.761/2021, referente ao período aquisitivo 2021/2022, do servidor público municipal EMERSON DE FIGUEREDO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico e exercício no Gabinete do Prefeito, para então serem usufruídas no período de 05/09/2022 a 04/10/2022.

P.R.I.

Taió, 04 de janeiro de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN  
Prefeito

### **PORTARIA 15.784/2022**

Publicação Nº 3519993

PORTARIA No 15.784, de 04/01/2022

INTERROMPE GOZO DE FÉRIAS DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município - LOM, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO o Ofício SMS/004/2022, protocolado sob o nº 51/2022.

RESOLVE:

interromper o período de gozo de férias estabelecido na Portaria no 15.761/2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, da servidora pública municipal ROSE CRISTIANE HERMES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, com exercício na Secretaria de Saúde Pública, a contar de 04 de janeiro de 2022, ficando ainda um saldo de 19 (dezenove) dias.

P.R.I.

Taió, 04 de janeiro de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN  
Prefeito

### **PORTARIA 15.785/2022**

Publicação Nº 3519992

PORTARIA No 15.785, de 04/01/2022

INTERROMPE GOZO DE FÉRIAS DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município - LOM, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO o Ofício SMS/004/2022, protocolado sob o nº 51/2022.

RESOLVE:



interromper o período de gozo de férias estabelecido na Portaria no 15.761/2021, referente ao período aquisitivo 2021/2022, da servidora pública municipal JÉSSICA GONÇALVES FARIA PURNHAGEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, com exercício na Secretaria de Saúde Pública, a contar de 04 de janeiro de 2022, ficando ainda um saldo de 29 (vinte e nove) dias.

P.R.I.

Taió, 04 de janeiro de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN  
Prefeito

## **PORTARIA 15.786/2022**

Publicação Nº 3520193

PORTARIA No 15.786, de 04/01/2022  
CONCEDE ALTERAÇÃO DE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob n.º 12453/2021.

RESOLVE:

conceder alteração de gozo de férias referente ao período aquisitivo 2020/2021, a servidora pública municipal MAURA ALVES DE MELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível 3 (vínculo 11), com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas mensais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, para então serem usufruídas no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.

P.R.I.

Taió, 04 de janeiro de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN  
Prefeito

## **PORTARIA 15.787/2022**

Publicação Nº 3520346

PORTARIA No 15.787, de 04/01/2022  
NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fundamento na Lei Complementar no 170/2012, de 29/12/2012 e suas alterações.

CONSIDERANDO o Ofício n.º 297/2021/GAB.

RESOLVE:

nomear ACELINO ZANGHELINI, para exercer o cargo de "Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos", percebendo mensalmente a título de subsídio R\$ 6.104,37 (seis mil cento e quatro reais e trinta e sete centavos).

P.R.I.

Taió, 04 de janeiro de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN  
Prefeito

# Tangará

## PREFEITURA

### **DECRETO N.º 004, DE 04 DE JANEIRO DE 2022. "INSTITUI CALENDÁRIO DE COBRANÇA DE IMPOSTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 3520892

DECRETO N.º 004, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

"INSTITUI CALENDÁRIO DE COBRANÇA DE IMPOSTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

OSCAR ZIMERMANN DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o calendário de cobrança de Impostos Municipais para o exercício de 2022, de acordo com a seguinte escala:

01 DE MARÇO: Parcela única da Taxa de Licença para Localização; Taxa de Fiscalização de Funcionamento Regular de Estabelecimento de Produção, Comércio, Indústria e de Prestação de serviços; Taxa de Atos de Vigilância Sanitária Municipal.

29 DE ABRIL: 1ª (primeira) parcela do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Profissionais Liberais, Autônomos e Sociedade de Profissões.

31 DE MAIO: Parcela única ou 1ª (primeira) parcela do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU; 2ª (segunda) parcela do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Profissionais Liberais, Autônomos e Sociedade de Profissões.

30 DE JUNHO: 2ª (segunda) parcela do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU; 3ª (terceira) parcela do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Profissionais Liberais, Autônomos e Sociedade de Profissões.

29 DE JULHO: 3ª (terceira) parcela do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU; 4ª (quarta) parcela do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Profissionais Liberais, Autônomos e Sociedade de Profissões.

31 DE AGOSTO: 4ª (quarta) parcela do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;

30 DE SETEMBRO: 5ª (quinta) parcela do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

31 DE OUTUBRO: 6ª (quinta) parcela do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

30 DE NOVEMBRO: 7ª (quinta) parcela do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

Art. 2º. Quando o valor do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU for igual ou superior a R\$ 500,00 (quinhentos reais), o seu pagamento será parcelado em 07 (seis) vezes, caso contrário, somente será parcelado em 05 (quatro) vezes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 04 DE JANEIRO DE 2022.

OSCAR ZIMERMANN DOS SANTOS  
PREFEITO MUNICIPAL E.E.

### **DECRETO Nº 002, DE 03 DE JANEIRO DE 2022. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA**

Publicação Nº 3520884

DECRETO Nº 002, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

ALDAIR BIASIOLO Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.581/2021.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER  
Atividade 2020

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.01.01.0401 – Aplicações Diretas...R\$ 60.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Município

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2020

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.01.01.0401 – Aplicações Diretas...R\$ 60.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 03 DE JANEIRO DE 2022.

ALDAIR BIASIOLO

PREFEITO MUNICIPAL

## **DECRETO Nº 140, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA**

Publicação Nº 3520889

DECRETO Nº 140, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

ALDAIR BIASIOLO Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis nº. 2.525/20.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 1.000,00 (um mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Município.

02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE DO PREFEITO

Atividade 2002

Modalidade de Aplicação: 3.3.93.01.00.0149 – Aplicação Direta

Decorrente de Op. Entre Órgãos ..... R\$ 1.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) nas seguintes dotações do atual orçamento do Município

02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE DO PREFEITO

Atividade 2002

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.01.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 770,14

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.01.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 229,86

Art. 3º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Hospital Municipal Frei Rogério.

10 – HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

Atividade 2013

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.01.02.0402 – Aplicações Diretas...R\$ 25.000,00

Art. 4º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Hospital Municipal Frei Rogério.

10 – HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

Atividade 2013

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.01.02.0402 – Aplicações Diretas...R\$ 25.000,00

Art. 5º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 3.437,10 (Três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e dez centavos) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Fundo Municipal Assistência Social.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2014

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.01.00.0400 – Aplicações Diretas...R\$ 3.437,10

Art. 6º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 3.437,10 (Três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e dez centavos) na seguinte dotação do atual orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2014

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.01.00.0400 – Aplicações Diretas...R\$ 3.437,10

Art. 7º. Fica suplementada a importância de R\$ 33.547,83 (Trinta e três mil, quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e três centavos) na seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde com recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.01.02.0402 – Aplicações Diretas...R\$ 33.547,83

Art. 8º. Fica suplementada a importância de R\$ 5.687,94 (Cinco mil, seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e quatro centavos) na seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social com recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2014

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.01.00.0400 – Aplicações Diretas...R\$ 5.687,94

Art. 9º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO 04.01.22

Publicação Nº 3521096

### EXTRATO

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato Administrativo nº 001/2022 Processo Licitatório nº 215/2021 Inexigibilidade de Licitação nº 16/2021 Objeto: CONTRATAÇÃO DE SISTEMA ANTIGRANIZO PARA O MUNICÍPIO DE TANGARÁ COM FUNCIONAMENTO DE 04 GERADORES ANTIGRANIZO NO PERÍODO DE JANEIRO A ABRIL DE 2022 E SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022. Contratante: MUNICÍPIO DE TANGARA Contratado: AGF ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA Valor a total: R\$ 225.068,52 (duzentos e vinte e cinco mil e sessenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) Centro Administrativo, 04 de janeiro de 2022</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço nº 002/2022 Processo Licitatório nº 194/2021 Pregão Presencial nº 070/2021 Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES CRESCER E APRENDER, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANGELA FUGANTI, ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL MARIA LUIZA OZÓRIO ZUMMER E CRECHE JANE MARIA ARCARI FILIPIN Contratante: MUNICÍPIO DE TANGARA – ÓRGÃO GERENCIADOR Contratado: ENIO DELAZERI EIRELI Valor a total: R\$70.202,50(setenta mil e duzentos e dois reais e cinquenta centavos). Centro Administrativo, 04 de janeiro de 2022</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço nº 003/2022 Processo Licitatório nº 194/2021 Pregão Presencial nº 070/2021 Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES CRESCER E APRENDER, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANGELA FUGANTI, ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL MARIA LUIZA OZÓRIO ZUMMER E CRECHE JANE MARIA ARCARI FILIPIN Contratante: MUNICÍPIO DE TANGARA – ÓRGÃO GERENCIADOR Contratado: KATRY - EIRELI Valor a total: R\$55.112,00(cinquenta e cinco mil e cento e doze reais). Centro Administrativo, 04 de janeiro de 2022</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço nº 004/2022 Processo Licitatório nº 194/2021 Pregão Presencial nº 070/2021 Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES CRESCER E APRENDER, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANGELA FUGANTI, ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL MARIA LUIZA OZÓRIO ZUMMER E CRECHE JANE MARIA ARCARI FILIPIN Contratante: MUNICÍPIO DE TANGARA – ÓRGÃO GERENCIADOR Contratado: NC COMERCIAL LTDA Valor a total: R\$125.410,00(cento e vinte e cinco mil e quatrocentos e dez reais). Centro Administrativo, 04 de janeiro de 2022</p>

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço nº 005/2022 Processo Licitatório nº 194/2021 Pregão Presencial nº 070/2021 Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES CRESCER E APRENDER, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANGELA FUGANTI, ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL MARIA LUIZA OZÓRIO ZUMMER E CRECHE JANE MARIA ARCARI FILIPIN Contratante: MUNICÍPIO DE TANGARA – ÓRGÃO GERENCIADOR Contratado: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Valor a total: R\$81.365,00(oitenta e um mil e trezentos e sessenta e cinco reais). Centro Administrativo, 04 de janeiro de 2022</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço nº 006/2022 Processo Licitatório nº 194/2021 Pregão Presencial nº 070/2021 Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES CRESCER E APRENDER, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANGELA FUGANTI, ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL MARIA LUIZA OZÓRIO ZUMMER E CRECHE JANE MARIA ARCARI FILIPIN Contratante: MUNICÍPIO DE TANGARA – ÓRGÃO GERENCIADOR Contratado: PANIFICADORA E CONFEITARIA TANGARÁ LTDA ME Valor a total: R\$25.095,00(vinte e cinco mil e noventa e cinco reais). Centro Administrativo, 04 de janeiro de 2022</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço nº 007/2022 Processo Licitatório nº 194/2021 Pregão Presencial nº 070/2021 Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES CRESCER E APRENDER, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANGELA FUGANTI, ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL MARIA LUIZA OZÓRIO ZUMMER E CRECHE JANE MARIA ARCARI FILIPIN Contratante: MUNICÍPIO DE TANGARA – ÓRGÃO GERENCIADOR Contratado: TATIELLE BUENO ALVES – ME Valor a total: R\$268.526,30(duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos e vinte e seis reais e trinta centavos). Centro Administrativo, 04 de janeiro de 2022</p>	

**RETIFICAÇÃO PR 74/2021**

Publicação Nº 3519789

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ  
Aviso de Retificação  
Processo Licitatório n. 205/2021 Pregão Presencial n. 74/2021

O Município de Tangará, através do Chefe do Poder Executivo, torna público aos interessados em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO do Pregão Presencial cujo objeto é o registro de preço a AQUISIÇÃO DE PERSIANAS VERTICAIS E HORIZONTAIS, ALÉM DE CORTINAS E BLECAUTES PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE, HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, alterando assim a data do certame do dia 06/01/2022 para dia 18 de janeiro de 2022 às 14h00min. Passando a vigorar com a nova redação. Os demais conteúdos ficam inalterados.

Tangará, 04 de janeiro de 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
Prefeito Municipal

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO 338 - INSTRUÇÃO NORMATIVA 07

Publicação Nº 3520046

DECRETO No 338, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

Aprova a Instrução Normativa nº 07 da controladoria interna do Município de Tigrinhos que dispõe sobre as regras básicas a serem observadas para garantir Segurança da Informação e disciplinar o uso dos recursos informáticos no Município de Tigrinhos.

O PREFEITO DE TIGRINHOS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Tigrinhos DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Instrução Normativa Nº 07/2021 da Controladoria Interna Municipal de Tigrinhos, que dispõe sobre as regras básicas a serem observadas por todos os servidores públicos municipais para garantir Segurança da Informação e disciplinar o uso dos recursos de informática no Município de Tigrinhos, na forma do Anexo Único que integra o presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, aos 03 dias do mês de janeiro de 2022.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito

#### ANEXO ÚNICO

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07/2022

Dispõe sobre a Segurança da Informação e do uso dos recursos informáticos no âmbito do Município de Tigrinhos.

A CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 333/2003 e pelo Decreto Municipal nº 35/2009; e

CONSIDERANDO que o Controle Interno Municipal deverá atuar de forma integrada, com vistas ao atendimento dos princípios básicos da Administração Pública, dispostos no artigo 37 da Constituição Federal, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO a importância da segurança da informação para prevenir o uso incorreto, indevido ou irregular de informações e recursos corporativos; e

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o uso adequado das informações no âmbito do Poder Executivo Municipal assegurando a inviolabilidade de direitos constitucionais e infraconstitucionais;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a conservação e o bom uso dos recursos de informática de propriedade do Município

#### RESOLVE

Art. 1º Regular o uso dos recursos de informática por parte dos servidores públicos municipais, independente da natureza do vínculo que possuam com o Poder Público, com vistas a preservação da segurança da informação, da proteção dos dados e também com vistas a preservação e a promoção o bom uso dos recursos de informática disponíveis.

Art. 2º O uso dos equipamentos e recursos de informática observará:

I - aos princípios, objetivos e diretrizes estabelecidos nesta Instrução Normativa, bem como às disposições constitucionais, legais e regimentais vigentes, sobretudo a Lei Nacional n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);

II - o direito individual e coletivo dos usuários dos sistemas garantindo-lhes adequado tratamento de suas informações;

Art. 3º O objetivo da presente Instrução Normativa é, além de garantir a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade das informações produzidas, custodiadas e geridas pelo Município de Tigrinhos, também promover a correta utilização dos recursos de informática disponibilizados para uso dos servidores públicos municipais.

Art. 4º Nesta Instrução Normativa considera-se:

I - informação: conjunto de dados, textos, imagens, métodos, sistemas ou quaisquer formas de representação dotadas de significado em determinado contexto, independentemente do suporte em que resida ou da forma pela qual seja veiculado;

II - segurança da informação: é o conjunto de rotinas e procedimentos que tem como principal foco a proteção de dados em geral e de informações pessoais, sigilosos ou não, bem como o controle da divulgação de informações institucionais, garantindo que as atividades exercidas e desempenhadas pelo Município de Tigrinhos não estejam sujeitas a riscos e ameaças, a si ou terceiros, e maximizando a eficiência e efetividade das ações e rotinas administrativas;

III - recursos informáticos: é o conjunto de software e hardware informáticos, como computadores e seus periféricos, notebooks, impressoras, projetor multimídia, dispositivos de armazenamento, rede de internet e intranet, cabeamento, switches, sistemas, correio eletrônico.

Art. 5º O acesso às informações produzidas ou custodiadas pelo Município de Tigrinhos, que não sejam de domínio público, é limitado às atribuições necessárias ao desempenho das respectivas atividades dos usuários internos ou colaboradores.

§ 1º Qualquer outra forma de uso que extrapole as atribuições necessárias ao desempenho das atribuições dos usuários internos ou



colaboradores necessitará de prévia autorização formal.

§ 2º O acesso, quando autorizado, dos usuários colaboradores ou externos a informações produzidas ou custodiadas pelo Município de Tigrinhos que não sejam de domínio público, é condicionado a aceite a termo de sigilo e responsabilidade.

Art. 6º Cada um dos servidores públicos municipais, independente do vínculo que possuam com a Administração Municipal é responsável pelo equipamento de informática e pelos arquivos aos quais tenha acesso em razão do seu ofício, cabendo-lhe o compromisso de desempenhar suas atividades no estrito cumprimento do seu dever legal sendo-lhes vedado o uso de informações das quais tenha conhecimento para qualquer outra finalidade que não seja especificamente o desempenho do seu trabalho.

Art. 7º Caberá a cada servidor público municipal utilizar o equipamento de informática que se encontra em sua posse para trabalho com responsabilidade, obrigando-se a comunicar ao departamento de informática do Município qualquer intercorrência com os equipamentos que se encontram sob sua guarda.

§ 1º Toda informação disponível nos computadores (arquivos, documentos, e-mails e outros) são considerados confidenciais e seu uso e divulgação são restritos à pessoa com acesso autorizado, de acordo com o cargo e a função por ela desempenhados.

§ 2º Toda informação relevante deve ser armazenada em local seguro e guardadas em backup em mídia distinta.

§ 3º Cada servidor municipal é responsável pela organização e cópia de segurança dos arquivos importantes, sob o risco de perdê-los a qualquer tempo.

§ 4º Os documentos e informações geradas pelos servidores municipais referentes às rotinas de trabalho, no que diz respeito a alterações, gravações e leituras, são de inteira responsabilidade dos usuários dos arquivos.

§ 5º É de responsabilidade do servidor municipal a segurança e manutenção de suas senhas de acesso aos sistemas, e-mails e outros acessos restritos.

§ 6º O servidor municipal, usuário dos sistemas, devem manter sigilo sobre os documentos e informações considerados estratégicos, confidenciais, sensíveis ou de interesse particular da administração pública municipal.

§ 7º O servidor público municipal deve informar ao seu superior imediato quando informações ou aplicações consideradas estratégicas, confidenciais ou sensíveis forem encontradas sem o tratamento de segurança corretos.

§ 8º O acesso ao correio eletrônico (e-mail) será disponibilizado aos usuários com necessidade manifesta de usá-lo como ferramenta de apoio às atividades profissionais.

§ 9º O servidor municipal não deve abrir e-mails com arquivos anexados suspeitos ou que não tenham origem em fontes confiáveis sob o risco de estar infectando seu equipamento com softwares maliciosos (malwares).

§ 10 É recomendável o uso de e-mail institucional para assuntos profissionais, não sendo permitida sua utilização para fins particulares.

§ 11 É proibido participar, criar ou distribuir voluntariamente mensagens indesejáveis, como circulares, manifestos políticos, correntes de cartas, SPAM ou similares que possam prejudicar o trabalho de terceiros, causar excessivo tráfego na rede ou sobrecarregar os sistemas computacionais desnecessariamente.

§ 12 O servidor municipal deverá informar imediatamente ao técnico em informática responsável pelos sistemas sempre que suspeitar que seu computador possa estar infectado por softwares maliciosos (malwares).

§ 13 Não é permitido desfrutar de quaisquer ferramentas para baixar músicas, vídeos ou jogos e outros, exceto se o acesso for necessário para realização de atividades na Secretaria Municipal.

§ 14 É proibido utilizar-se de software peer-to-peer (P2P) tais como BitTorrent, e-Mule e afins, exceto os responsáveis por determinadas atividades das áreas de tecnologia da informação, que podem fazer uso destas ferramentas para baixar softwares abertos ou freewares, desde que relacionados às atividades do setor.

§ 15 É proibido fazer download, distribuir e instalar programas de entretenimento ou jogos, da mesma forma, o uso de jogos ou mesmo o uso dos computadores para serviços particulares de comercialização pela internet.

§ 16 É vedado o uso de redes sociais pessoais para fins particulares no horário de expediente, exceto quando indispensáveis para andamento das atividades do setor.

§ 17 É proibido fazer download, distribuir e instalar softwares ou dados piratas, softwares não licenciados ou softwares não autorizados nos computadores.

§ 18 Todos os certificados de autenticidade, chaves de acesso, chaves seriais de software, mídias de instalação, suas respectivas notas fiscais e demais documentos inerentes aos aspectos técnicos dos recursos de informática, devem ficar sob responsabilidade da Secretaria de Administração, a qual disponibilizará às equipes de controladoria interna e externa, quando solicitadas.

§ 19 É proibida a utilização e quaisquer materiais ou informações, incluindo arquivos, textos, planilhas ou imagens disponíveis na rede corporativa do município, que não respeitem os direitos autorais, marcas registradas, patentes, sigilos comerciais ou outros direitos de



propriedade intelectual de terceiros.

§ 20 Não é permitido ao usuário utilizar-se dos serviços internos de internet do Município desvirtuando sua finalidade.

§ 21 Não é permitido visualizar, criar, postar, carregar ou encaminhar quaisquer arquivos ou mensagens de conteúdos abusivos, obscenos, insultuosos, tendenciosos, pornográficos, ofensivos, difamatórios, agressivos, ameaçadores, vulgares, racistas, de apologia ao uso de drogas, de incentivo à violência ou outro material que possa violar qualquer lei aplicável.

Art. 8º É dever do usuário, em relação aos recursos informáticos:

I - zelar pela sua conservação e correta utilização;

II - informar ao seu superior sinistros eventualmente ocorridos;

III - conservar a configuração dos mecanismos de segurança e de gerenciamento instalados nos equipamentos e sistemas, tais como firewalls e antivírus, sendo proibido quaisquer formas de alteração ou desativação.

Art. 9º. No que se refere às contas de acesso aos recursos e/ou serviços, observar-se-á o seguinte:

I - é do usuário proprietário da conta a responsabilidade por manter o sigilo de suas senhas, respondendo por dano causado ao Município de Tigrinhos e/ou a terceiros através de suas contas de acesso;

II - é vedado utilizar as contas de acesso de terceiros;

III - somente a chefia imediata ou pessoas por ela designadas estão autorizadas a solicitar a criação de contas de acesso aos usuários;

Art. 10. A manutenção, configuração, instalação, desinstalação, alteração e atividades assemelhadas a serem executados em recursos informáticos são de competência exclusiva do setor de TI ou de prestadores de serviço contratados para esse fim.

Art. 11. As solicitações de recursos informáticos deverão ser formalizadas ao setor de TI, conforme determinado por este.

§ 1º Os acessos aos recursos informáticos são cancelados ou bloqueados quando for detectado o uso do recurso em função ou atribuição diferente da que motivou sua liberação.

§ 2º Os recursos informáticos físicos e móveis não poderão ser movimentados dentro ou fora das dependências do Município de Tigrinhos sem a devida autorização do setor de TI, devendo ser transportados de forma segura, em mochilas, malas ou cases adequados.

Art. 12. Os recursos informáticos do Município de Tigrinhos devem estar de acordo com as políticas e normas estabelecidas pelo Órgão Executivo e pelo setor de TI, especialmente quanto à obrigatoriedade do uso de softwares homologados, ferramentas de segurança e configuração da rede interna.

Parágrafo único. Todos os softwares e aplicativos utilizados como recurso informático pelo Município de Tigrinhos devem ser previamente avaliados e homologados pelo setor de TI, que considerará, dentre outros aspectos, os de segurança, legalidade, propriedade de marca e suporte ao usuário.

Art. 13. A infração às normas poderá acarretar a responsabilidade administrativa, civil e/ou penal do infrator.

Art. 14 Todo servidor que tiver conhecimento de um ato ilícito praticado com violação ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados ou no uso dos recursos computacionais deverá comunicar o fato ao Secretário respectivo solicitando a adoção das medidas cabíveis para apuração dos fatos.

Art. 15 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tigrinhos, 03 de janeiro de 2022

LUCIANE PISSATTO  
Controladora Interna

## EXTRATO DE CONTRATO Nº. 011/2022

Publicação Nº 3520131

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B33195ED319E3E71E493FDADCC66B2C9729CF07F

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022  
CONTRATO Nº. 011/2022

O Município de Tigrinhos/SC, com sede administrativa à Av. Felipe Bacinski, nº. 479, centro, pelo Senhor Prefeito Municipal Derli Antonio de Oliveira, Ordenador de Despesa, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 001/2022, DL nº. 001/2022 e, com fulcro no Art. 24, Inciso XXVI, da Lei nº. 8.666/1993, conforme segue:

OBJETO: Rateio das despesas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05, conforme especificações constantes no edital.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

REGIONAL – CONDER, CNPJ Nº 23.773.012/0001-54.

VALOR TOTAL: R\$ 12.159,96 (Doze Mil Cento e Cinquenta e Nove Reais e Noventa e Seis Centavos).

VIGÊNCIA: até 31/12/2022.

Tigrinhos/SC, em 04 de janeiro de 2022.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 012/2022**

Publicação Nº 3520136

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B18F44D2D9743DC1ED6DFBA135ABA8FBF8643500

MUNICIPIO DE TIGRINHOS/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022  
CONTRATO Nº. 012/2022

O Município de Tigrinhos/SC, com sede administrativa à Av. Felipe Bacinski, nº. 479, centro, pelo Senhor Prefeito Municipal Derli Antonio de Oliveira, Ordenador de Despesa, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 001/2022, DL nº. 001/2022 e, com fulcro no Art. 24, Inciso XXVI, da Lei nº. 8.666/1993, conforme segue:

OBJETO: Rateio das despesas necessárias ao desenvolvimento das atividades do programa gestão ambiental, transferindo ao consórcio intermunicipal de desenvolvimento regional - CONDER o exercício parcial das competências de planejamento, gestão e execução dos serviços públicos, nos termos do art. 8º da lei nº.11.107/05.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, CNPJ Nº 23.773.012/0001-54.

VALOR TOTAL: R\$ 20.457,00 (Vinte Mil Quatrocentos e Cinquenta e Sete Reais).

VIGÊNCIA: até 31/12/2022.

Tigrinhos/SC, em 04 de janeiro de 2022.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2022**

Publicação Nº 3520352

MUNICIPIO DE TIGRINHOS/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

O Município de Tigrinhos/SC, com sede administrativa à Av. Felipe Bacinski, nº. 479, centro, pelo Senhor Prefeito Municipal Derli Antonio de Oliveira, Ordenador de Despesa, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 001/2022, DL nº. 001/2022 e, com fulcro no Art. 24, Inciso XXVI, da Lei nº. 8.666/1993, conforme segue:

OBJETO: Rateio das despesas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, entre os CONSORCIADOS, conforme especificações constantes no edital, e, ainda, Rateio das despesas necessárias ao desenvolvimento das atividades do programa gestão ambiental, transferindo ao consórcio intermunicipal de desenvolvimento regional - CONDER o exercício parcial das competências de planejamento, gestão e execução dos serviços públicos, nos termos do art. 8º da lei nº.11.107/05.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, CNPJ Nº 23.773.012/0001-54.

VALOR TOTAL: R\$ 32.616,96 (Trinta e Dois Mil Seiscentos e Dezesesseis Reais e Noventa e Seis Centavos).

VIGÊNCIA: até 31/12/2022.

Tigrinhos/SC, em 04 de janeiro de 2022.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 002/2022**

Publicação Nº 3521410

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CC8998932643AEF9987D3688EAD37FEFA573BCBB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 002/2022  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2022  
LICITAÇÃO EXCLUSIVA MEI/ME/EPP  
Sistema de Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, a fim de Registrar Preços para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS HORAS MÁQUINAS COM MINIESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS (BOBCAT) PARA DAR ATENDIMENTO A LEI Nº. 961/2019 PROGRAMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, pelo prazo de doze meses. O recebimento dos envelopes de propostas e habilitação será até as 08h30min do dia 19/01/2022, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 08h45min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Bacinski nº. 479, Centro, Tigrinhos/SC, fone: (49)36580064, ou pelo site [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br).

Tigrinhos, 05 de janeiro de 2022.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 005/2022**

Publicação Nº 3519327

PORTARIA Nº. 005/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar nº 035/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica concedida Licença Sem Vencimento, para Tratar de Interesses Particulares, a servidora Pública Municipal, Sra. DANIELA LAPAZINI KUHN, efetiva no cargo de Assistente de Administração, 40 horas semanais, cadastrada na Matrícula Nº. 404/01, a partir de 04 de Janeiro de 2022 por tempo indeterminado, para exercer cargo em comissão no Município de Tigrinhos, previsto na Lei Municipal Complementar nº 035/2015, art. 107 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2022.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatro de janeiro de dois mil e vinte dois.

Cleiton Soethe  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

**PORTARIA 006/2021**

Publicação Nº 3519330

PORTARIA Nº. 006/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica Nomeada a Sra. DANIELA LAPAZINI KUHN, brasileira, casada, maior, para exercer o Cargo de Diretor, responsável pela Unidade Conveniada da Secretaria do Estado da Fazenda e Movimento Econômico Agropecuário Municipal, com 20 (vinte) horas semanais, a partir de 04 de Janeiro de 2022, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2022.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatro de janeiro de dois mil e vinte dois.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração  
e Fazenda.

# Tijucas

## PREFEITURA

### **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 001/PMT/2022 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/PMT/21 – TOMADA DE PREÇO Nº 028/PMT/2021**

Publicação Nº 3519495

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 001/PMT/2022 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/PMT/21 – TOMADA DE PREÇO Nº 028/PMT/2021  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DA CMEI MARIA DE LOURDES DE SOUZA, LOCALIZADA NA RUA LUIZ FELLER, BAIRRO: JOAIA, CIDADE DE TIJUCAS – SC, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EMPRESA VENCEDORA: CLARAIZA LTDA

VALOR: R\$ 845.087,91 (Oitocentos e quarenta e cinco mil, oitenta e sete reais e noventa e um centavos).

TIJUCAS/SC, 04 DE JANEIRO DE 2022.

### **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 001/PMT/2022 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/PMT/21 – TOMADA DE PREÇO Nº 028/PMT/2021**

Publicação Nº 3519908

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 001/PMT/2022 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/PMT/21 – TOMADA DE PREÇO Nº 028/PMT/2021  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DA CMEI MARIA DE LOURDES DE SOUZA, LOCALIZADA NA RUA LUIZ FELLER, BAIRRO: JOAIA, CIDADE DE TIJUCAS – SC, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EMPRESA VENCEDORA: CLARAIZA LTDA

VALOR: R\$ 845.087,91 (Oitocentos e quarenta e cinco mil, oitenta e sete reais e noventa e um centavos).

TIJUCAS/SC, 04 DE JANEIRO DE 2022.

### **EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/PMT/2021 - TOMADA DE PREÇO Nº 028/PMT/2021**

Publicação Nº 3519492

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/PMT/21 – TOMADA DE PREÇO Nº 028/PMT/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DA CMEI MARIA DE LOURDES DE SOUZA, LOCALIZADA NA RUA LUIZ FELLER, BAIRRO: JOAIA, CIDADE DE TIJUCAS – SC, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EMPRESA VENCEDORA: CLARAIZA LTDA

VALOR: R\$ 845.087,91 (Oitocentos e quarenta e cinco mil, oitenta e sete reais e noventa e um centavos).

TIJUCAS/SC, 04 DE JANEIRO DE 2022.

**PORTARIA Nº 1223/2021**

Publicação Nº 3520017

PORTARIA Nº 1223, 13 DE SETEMBRO DE 2021.

VILSON NATALIO SILVINO Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de outubro de 2005, de acordo com o art. 177 e 178 da Lei nº 90/57 de 30/11/1957 e demais disposições legais.

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER, Licença Prêmio ao(a) servidor(a) Sr(a). MAMOEL TOLENTINO MARTINS, Auxiliar de Manutenção e Conservação, matrícula nº 333, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, por 06 (seis) meses, com início em 01/09/2021 e término em 27/02/2022, referente ao período aquisitivo de 01/02/2006 a 04/02/2016, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

VILSON NATALIO SILVINO  
Secretário de Obras, Transportes  
e Serviços Públicos

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2021

Publicação Nº 3520191

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Convênio de Cooperação nº 01/2021

Termo de Convênio de Cooperação que entre si celebram o município de Morro Grande/SC e o município de Timbé do Sul, objetivando a pavimentação asfáltica da estrada municipal que liga os dois Municípios.

Objeto: realização, em conjunto, de obras e serviços de engenharia no território do município de Timbé do Sul, visando a pavimentação asfáltica da estrada municipal que liga aquele Município à Morro Grande, com vistas a proporcionar um melhor acesso entre os dois Municípios e, por via de consequência, melhorar o escoamento da produção agrícola, transporte escolar, passagem de pessoas, entre outras necessidades comunitárias, gerando qualidade de vida a população.

Valor: O valor total do presente convênio será de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões), valor este estimado para conclusão total da obra, sendo que cada parte arcará com as despesas referente as suas obrigações.

As partes poderão utilizar recursos financeiros próprios para execução da obra, de acordo com seus orçamentos vigentes. As partes estão cientes de que os recursos financeiros próprios são insuficientes para execução da obra. Assim, irão em comum esforço, buscarem recursos junto aos Governo Federal e Estadual, sendo que, a ausência de recursos financeiros advindos destes Entes, desobrigará as partes de executarem o presente convênio.

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses

Timbé do Sul, 22 de dezembro de 2021.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2021 FMS

Publicação Nº 3520220

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul  
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 23/2021

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul

Contratado: Auto Posto Timbé do Sul Ltda

Objeto: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2022.

Valor: R\$ 365.893,70 (trezentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e três reais e setenta centavos) global estimado

Vigência: de 01/01/2022 a 31/12/2022

Timbé do Sul, 28/12/2021

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 96/2021

Publicação Nº 3520221

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 96/2021

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: P. B. Engenharia Civil Ltda

Objeto: Prestação de serviço de Engenheiro Civil, devidamente inscrito no CREA para atuar junto ao departamento da estrutura organizacional do Município, durante o exercício de 2022.

Valor: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) mensal

Vigência: de 03/01/2022 a 31/12/2022

Timbé do Sul/SC, 28/12/2021

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 97/2021**

Publicação Nº 3520223

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 97/2021

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Auto Posto Timbé do Sul Ltda

Objeto: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, para o exercício de 2022.

Valor: R\$ 958.674,40 (novecentos e cinq-enta e oito mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos) global estimado

Vigência: de 01/01/2022 a 31/12/2022

Timbé do Sul/SC, 28/12/2021

**RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO Nº 51/2021 TP**

Publicação Nº 3521280

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

**RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO****LICITAÇÃO Nº 51/2021 – TOMADA DE PREÇOS**

Objeto: Execução das obras de construção de ponte molhada em concreto armado e tubos de concreto pré-fabricados, com 42,00m de extensão sobre o Rio Figueira na TBS 125/TBS 130 nas localidades de Nova Vicença e Vila Nova no município de Timbé do Sul/SC.

A Comissão de Licitação do município de Timbé do Sul/SC torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas de preços, da Licitação 51/2021 – Tomada de Preços, que resultou na HABILITAÇÃO da empresa FELTRIN & CIA LTDA por não apresentar irregularidades na documentação, estando de acordo com o instrumento convocatório; e INABILITAÇÃO da empresa LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, por apresentar a Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial vencida em 03/01/2022, descumprindo o item 4.1 "s" do edital. A empresa FELTRIN & CIA LTDA, foi CLASSIFICADA em 1º lugar com o valor global de R\$ 446.773,34 (quatrocentos e quarenta e seis mil, setecentos e setenta e três reais e trinta e quatro centavos).

Timbé do Sul/SC, 04 de janeiro de 2022.

Josélia Scot Pezente

Presidente da Comissão de Licitação

**SAMAE - TIMBÉ DO SUL****CONTRATO SAMAE N. 3/2022 - AVANEX**

Publicação Nº 3521491

**EXTRATO CONTRATUAL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 3/20221

CONTRATO N. 3/2022

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE TIMBÉ DO SUL.

CONTRATADO: AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. CNPJ: 78.668.969/0001-22

OBJETO: Constitui objeto deste contrato o fornecimento de 2.400 Kg de (Ácido Fluo silícico) para Utilização no Tratamento de Água durante o Exercício de 2022, no valor de R\$ 4,35 (Quatro reais e trinta e cinco centavos) por quilo, com base na Ata do Certame da Licitação Compartilha CISAM-SUL N. 11/2021, modalidade PE 11/2021.

VALOR CONTRATUAL: Pela aquisição constante na Cláusula Primeira, o contratante pagará à contratada o valor de R\$ 10.440,00 (Dez mil, quatrocentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: 05/01/2022 a 31/12/2022.

**DOTAÇÃO:**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento aprovado para o exercício de 2021, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Órgão: 10 (SAMAE)

Unidade: 1 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 15 (SAMAE Águas Timbeleza)

Subfunção: 512 (Saneamento Básico Urbano)

Recurso: 17 (RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS )

Projeto/Atividade: 2.032



Elemento: (191) 3.3.90.30.11.00.00.00 - Material Químico.

Timbé do Sul/SC, 05 de janeiro de 2022.

Bruno Machado Cesário – Diretor SAMAE de Timbé do Sul

## **CONTRATO SAMAE N. 4/2022 - QUIMITEX**

Publicação N° 3521497

### **EXTRATO CONTRATUAL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 4/2022

CONTRATO N. 4/2022

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE TIMBÉ DO SUL.

CONTRATADO: QUIMITEX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA – ME - CNPJ: 17.571.591/0001-50

OBJETO: Constitui objeto deste contrato o fornecimento de 7.200 Kg de Hipoclorito de Sódio (naClO) para Utilização no Tratamento de Água durante o Exercício de 2022, no valor de R\$ 2,13 (Dois Reais e Treze centavos) por quilo, com base na Ata do Certame da Licitação Compartilha CISAM-SUL N. 11/2021, modalidade PE 11/2021

VALOR CONTRATUAL: Pela aquisição constante na Cláusula Primeira, o contratante pagará à contratada o valor de R\$ 15.336,00 (quinze mil, e trezentos e trinta e seis reais).

VIGÊNCIA: 05/01/2022 a 31/12/2022.

#### **DOTAÇÃO:**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento aprovado para o exercício de 2021, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Órgão: 10 (SAMAE)

Unidade: 1 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 15 (SAMAE Águas Timbeleza)

Subfunção: 512 (Saneamento Básico Urbano)

Recurso: 17 (RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS )

Projeto/Atividade: 2.032

Elemento: (191) 3.3.90.30.11.00.00.00 - Material Químico.

Timbé do Sul/SC, 05 de janeiro de 2022.

Bruno Machado Cesário – Diretor SAMAE de Timbé do Sul

# Timbó Grande

## CÂMARA MUNICIPAL

### AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI ORDINARIA DO EXECUTIVO 072/2021

Publicação N° 3519648

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 072/2021, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021

AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E BAIXA DO PATRIMÔNIO VEÍCULO SINISTRADO pertencente ao município de timbó grande e dá outras providências

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIMBÓ GRANDE, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores de Timbó Grande APROVOU, SEM EMENDAS, o seguinte Projeto de Lei do Executivo:

Art. 1º - Fica autorizada a desafetação da Secretaria Municipal de Assistência Social e baixa do patrimônio público de Timbó Grande, o veículo marca/modelo GM/SPIN MT PREMIER, Placa RDZ3H17, RENAVAL 1237619839, CHASSI 9BGJP7520MB140811, em razão de perda total diante de acidente ocorrido em 24 de novembro de 2021, na Rodovia SC 340 km. 81.850, no Município de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - A desafetação, transferência e baixa do veículo descrito no artigo 1º, tem por fim o recebimento de indenização pela Seguradora Porto Seguro no valor total de R\$ 100.502,00 (cem mil, quinhentos e dois reais), nos termos da Apólice.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbó Grande, em 29 de dezembro de 2021

DANIEL HOFFMANN DE SOUZA

Presidente da Câmara de Vereadores de Timbó Grande

# Três Barras

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2022 – PMTB

Publicação Nº 3519977

#### EXTRATO DO CONTRATO 01/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras – SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI, empresa pública, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do art. 152 da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, neste ato representada em consonância ao art. 38, inc. III e Parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por DANIEL UBA, Gerente Regional da Epagri de Canoinhas, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0012-15, com endereço à BR-280, Km 231, nº 1101 bairro Campo da Água Verde, C.P. 2016, CEP 89460-000, CANOINHAS - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993, alterada pelo Decreto nº 9.412/2018 operando este pelo regime de “Dispensa de Licitações”

Objeto: O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, conforme Plano Anual de Trabalho (2022), anexo inseparável do presente Termo do Contrato.

Vigência: O presente termo terá sua vigência num período de 12 (doze) meses, iniciando em 1º de janeiro de 2022 com término em 31 de dezembro de 2022.

Valor: O CONTRATANTE pagará para CONTRATADA pelos serviços prestados de Assistência Técnica e Extensão Rural o valor total de R\$ 39.482,64 (trinta e nove mil e quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), divididos em 12 (doze) parcelas iguais no valor de R\$ 3.290,22 (três mil e duzentos e noventa reais e vinte e dois centavos).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas a previsão orçamentária específicas da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 27 de dezembro de 2021.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2022 – PMTB

Publicação Nº 3520061

#### EXTRATO DO CONTRATO 02/2022 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras – SC, doravante denominada contratante.

Contratada: TRANSPORTADORA EL-KOUBA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.821.096/0001-09, com sede na Avenida Rigesa, nº 2.000, Bairro João Paulo II, Três Barras – SC, representada por seu sócio SAMIR EL-KOUBA, brasileiro, empresário, portador da CI nº 794.930-SSP-SC, inscrito no CPF sob o nº 432.655.709-59, residente e domiciliado em Três Barras-SC na Rua Victorino Ferreira, nº s/n, Vila Nova, doravante denominado LOCADOR.

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, incisos I e X da Lei nº 8.666/1993, operando este pelo regime de “Dispensa de Licitações”.

Objeto: O objeto do presente contrato é a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL, em alvenaria composto por dois pavimentos totalizando 426m² (quatrocentos e vinte e seis metros quadrados), situado à Avenida Rigesa, s/nº, Bairro João Paulo II, na cidade de Três Barras-SC, objeto da inscrição imobiliária nº 01.04.001.0684.001, registrado no Registro Geral nº 2, Matrícula nº 3.872 do Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Canoinhas para desenvolvimento das atividades do Serviço Social do Transporte – SEST e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT unidade de Três Barras – SC, em conformidade com o Termo de Convênio nº 012/2014 e Lei Municipal nº 3.095/2014, locação a ser efetuada pelo LOCADOR, e que responsabiliza-se o LOCATÁRIO em atender as exigências referenciadas, por prazo certo.

Vigência: O presente Instrumento Contratual terá sua vigência iniciada em 1º de janeiro de 2022 com término previsto para 31 de dezembro de 2022.

Valor: O valor global da locação será de R\$ 42.015,00 (quarenta e dois mil e quinze reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas a previsão orçamentária específicas da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 27 de dezembro de 2021.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2022 – FMS**

Publicação Nº 3520939

**EXTRATO DO CONTRATO 03/2022 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL - FMS**

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 11.491.075/0001-39, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu representante o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras – SC, doravante denominada contratante.

Contratada: ROGÉRIO BIDOS, brasileiro, casado, contador, portador do RG nº 1.793.426, inscrito no CPF sob o nº 552.182.969-53, residente e domiciliado na Rua Vitorino Ferreira, nº 627, Bairro Vila Nova, município de Três Barras – SC, doravante denominada LOCADORA.

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, incisos X da Lei nº 8.666/1993, operando este pelo regime de “Dispensa de Licitações”.

Objeto: O objeto do presente contrato é a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL situado à Av. Santa Catarina, nº 221, composto de uma sala comercial com aproximadamente 114,72 m<sup>2</sup> (cento e quatorze metros e setenta e dois centímetros quadrados), para alocar o POLO DE SAÚDE que executa os SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA, locação a ser efetuadas pela LOCADORA, e que se responsabiliza o LOCATÁRIO em atender as exigências referenciadas, por prazo certo.

Vigência: O presente Instrumento Contratual terá sua vigência iniciada 01 de janeiro de 2022, com término previsto para 28 de fevereiro de 2022.

Valor: O valor global da locação será de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, considerando o orçamento vigente.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 27 de dezembro de 2021.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2022 – PMTB**

Publicação Nº 3520161

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2022 DE LOCAÇÃO****DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO ESCOLAR**

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras – SC, doravante denominada contratante.

Contratada: INTELLIBR SISTEMAS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 08.982.125/0001-76, sito na Avenida Ledio João Martins, nº 711, Sala nº 211, Bairro Kobrassol, cidade de São José, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu administrador, doravante denominada CONTRATADA.

Base Legal: Lei 8.666/1993.

Objeto: Constitui objeto do presente Instrumento Contratual a Prestação de Serviços de Licença de uso do Sistema de Gerenciamento Escolar, com prestação de serviços de manutenção, suporte técnico operacional e fornecimento de licenças para o ano de 2022.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses iniciando em 03 janeiro de 2022 e encerrando em 31 de dezembro de 2022.

Valor: Para execução dos serviços de locação dos softwares, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 5.622,50 (cinco mil e seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 03 de janeiro de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2022 – FMS**

Publicação Nº 3520982

**EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 04/2022 DE PRESTAÇÃO****DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS**

Procedimento Licitatório nº 01/2022

Modalidade “Inexigibilidade de Licitação nº 01/2022”

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 11.491.075/0001-39, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu representante o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras – SC, doravante denominada contratante.

Contratada: MAHARA SHIMONA SHIMOGUIRI, brasileira, solteira, médica, portadora do RG nº 3.113.698 SSP/SC, e inscrita no CPF sob o nº 066.377.119-69, inscrita no Conselho Federal de Medicina sob o nº CRM/SC 22005, residente e domiciliada na Rua Curitiba, nº 253, Centro, na Cidade de CANOINHAS-SC, telefone (47) 99655-4939, doravante denominada CONTRATADA.

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 25 I da Lei nº 8.666/1993, operando este pelo regime de “Inexigibilidade de Licitações”, através do Edital de Credenciamento Universal/Edital de Chamamento Público nº. 003/2021.

Objeto: O presente contrato tem por objeto A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO PLANTONISTA – CLÍNICO GERAL, para, de forma complementar, atender aos SÁBADOS, das 07H00m às 19H00m e aos DOMINGOS, das 08H00m às 12H00m, ATENDER A DEMANDA

LIVRE DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, junto à UNIDADE DE SAÚDE DR. MÁRIO MUSSI, localizada na Av. Abrahão Mussi, s/nº, Distrito São Cristóvão, em Três Barras – SC, de acordo com o quantitativo e o valor correspondente abaixo indicados:

Item	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
03	HORAS	750	R\$ 115,00	R\$ 86.250,00

Vigência: Este contrato terá vigência de iniciada em 01 de janeiro de 2022 com término previsto para 31 de dezembro de 2022.

Valor: O valor global da prestação de serviços será de até R\$ 86.250,00 (oitenta e seis mil e duzentos e cinquenta reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 03 de janeiro de 2022.

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2022 – PMTB

Publicação Nº 3520227

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras – SC, doravante denominada contratante.

Contratada: RUDMAR ALENCAR SILVEIRA 04537024909, nome fantasia STUDIO SILVER, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.112.423/0001-97, com endereço comercial à Yvan José da Costa, 1616, Bairro Bom Jesus, Três Barras – SC, por seu representante, doravante denominado CONTRATADA.

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993, operando este pelo regime de "Dispensa de Licitações".

Objeto: O presente termo tem por objeto, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FORMULAÇÃO/DESENVOLVIMENTO DO CONJUNTO DE PÁGINAS ELETRÔNICAS, denominado simplesmente de "Site", para uso exclusivo na Internet, com informações, notícias e serviços disponibilizados online pela Prefeitura Municipal de Três Barras – SC.

Vigência: O presente Contrato terá sua vigência iniciada em 01 de janeiro de 2022, com término previsto para 31 de dezembro de 2022.

Valor: O presente contrato possui valor total de R\$ 9.354,00 (nove mil e trezentos e cinquenta e quatro reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes desta contratação correrão a conta de dotação orçamentária específica da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 27 de dezembro de 2021.

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2022 – PMTB

Publicação Nº 3520227

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras – SC, doravante denominada contratante.

Contratada: SILVANA DE FÁTIMA MARSCHALK SILVEIRA 006.837.049-07, Empresária Individual, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 36.552.973/0001-80, com sede na Rua Yvan José da Costa, 1616, Sala 02, Bairro Bom Jesus, Três Barras - SC, tendo como nome fantasia: CONNECTA AI INTELIGENCIA TECNOLOGIA, doravante denominado CONTRATADA.

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993, alterada pelo Decreto nº 9.412/2018 operando este pelo regime de "Dispensa de Licitações".

Objeto: O presente termo tem por objeto, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO PROFISSIONAL DE MÍDIAS SOCIAIS da Prefeitura Municipal de Três Barras – SC.

Vigência: O presente Contrato terá sua vigência iniciada em 01 de janeiro de 2022 com término previsto para 31 de dezembro de 2022.

Valor: O presente contrato possui valor total de R\$ 9.279,84 (nove mil e duzentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes desta contratação correrão a conta de dotação orçamentária específica da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 27 de dezembro de 2021.



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2022 – PMTB**

Publicação Nº 3520325

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2022 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL**

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras – SC, doravante denominada contratante.

Contratada: JAMISLEIDY BASTOS NAROK, brasileira, casada, portadora do RG nº 3.119.005-7/SC e inscrita no CPF sob o nº 046.188.999-48, residente e domiciliado na cidade de Três Barras-SC, na Rua Vereador Ricardo de Oliveira s/nº, doravante denominado LOCADOR.

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, incisos X da Lei nº 8.666/1993, operando este pelo regime de “Dispensa de Licitações”.

Objeto: O objeto do presente contrato é a locação de uma sala comercial com área de 116,00 m² (cento e dezesseis metros quadrados), matrícula imobiliária nº 01.02.026.0239.002, imóvel situado à Rua Vereador Ricardo Gonçalves de Oliveira, nº 640, Três Barras – SC para instalações do escritório da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Vigência: O presente Instrumento Contratual terá sua vigência iniciando-se em 1º de janeiro de 2022 com término em 31 de dezembro de 2022.

Valor: O valor total do presente Contrato é R\$ 16.019,84 (dezesseis mil e dezenove reais e oitenta e quatro centavos), pagos em 12 (doze) parcelas iguais no valor de R\$ 1.334,98, somente reajustável após 12 (doze) meses conforme a variação do índice do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específica da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 27 de dezembro de 2021.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2022 – PMTB**

Publicação Nº 3520383

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2022 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL**

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras – SC, doravante denominada contratante.

Contratada: SEVERINO MARIANO DE SANTANA FILHO, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 802.346.158-34, portador do RG nº 9.684.213 SSP/SC, residente e domiciliado na Avenida Abrahão Mussi, nº 3114, Distrito de São Cristóvão em Três Barras – SC, doravante denominado LOCADOR.

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, incisos X da Lei nº 8.666/1993, operando este pelo regime de “Dispensa de Licitações”.

Objeto: O objeto do presente contrato é a locação de uma sala comercial com área de 569,07 m² (quinhentos e sessenta e nove vírgula sete metros quadrados, composto por sala principal, dois banheiros, cozinha e câmara fria, imóvel situado na Avenida Abrahão Mussi, nº 3114, Distrito de São Cristóvão, Três Barras – SC, para utilização e desenvolvimento das atividades do Depósito de Alimentos (Merenda escolar e outros).

Vigência: O presente Instrumento Contratual terá sua vigência iniciando-se em 01 de janeiro de 2022 com término em 31 de dezembro de 2022.

Valor: O valor total do presente Contrato é de R\$ 66.528,72 (sessenta e seis mil e quinhentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específica da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 27 de dezembro de 2021.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2022 – PMTB**

Publicação Nº 3520482

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras – SC, doravante denominada contratante.

Contratada: NILTON EDUARDO PIRES 00524628971, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 35.566.971/0001-88, com sede na Rua Boleslau Polanski, nº 1122, Bairro João Paulo II, cidade de Três Barras – SC, CEP 89.490-000, Telefone: 47 – 99692-9788, tendo como nome fantasia PIRES SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES, doravante denominada de CONTRATADA

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993, operando este pelo regime de “Dispensa de Licitações”, bem como Lei Municipal nº 1.205 de 11 de setembro de 1989, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 4.711 de 05 de janeiro de 2018.

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato a contratação de serviços de APREENSÃO, TRANSPORTE, RECOLHIMENTO, DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE (EQUINOS, MUARES, ASININOS, BOVINOS, ETC.) ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS, LOCAIS DE ACESSO

PÚBLICO OU EM LOCAL INDEVIDO, OU AINDA, ENCONTRADOS EM PROPRIEDADES PARTICULARES SEM CONDIÇÕES MÍNIMAS DE MANTÊ-LOS.

Vigência: O presente termo terá sua vigência num período de 11 (onze) meses, iniciando em 01 de janeiro de 2022, rescindindo em 30 de novembro de 2022.

Valor: O valor global dos serviços prestados será de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas às previsões orçamentárias específicas da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 27 dezembro de 2021.

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2022 – PMTB

Publicação Nº 3520529

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras – SC, doravante denominada contratante.

Contratada: JMAIS JORNALISMO DIGITAL EIRELI, nome de fantasia: JMAIS JORNALISMO DIGITAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.223.878/0001-99, com endereço comercial à Rua Ernestina Cordeiro, nº 41, Bairro Ato da Tijuca, cidade de Canoinhas – SC, e-mail: financeiro@jmais.com.br, fone: (47) 99607-9571, neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. EDINEI JOSÉ WASSOASKI, portador do CPF nº 004.647.569-95 e RG nº 4.073.078, residente e domiciliado na Rua Vitor Soares de Carvalho, nº 827, Bairro Jardim Esperança, Canoinhas-SC, CEP nº 89.460-000, doravante denominado CONTRATADA.

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993, alterada pelo Decreto nº 9.412/2018 operando este pelo regime de “Dispensa de Licitações”.

Objeto: O presente termo tem por objeto, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO ONLINE (PORTAL OU SITE) PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS – SC, PUBLICAÇÃO DE REPORTAGENS PRODUZIDAS PELA ASSESSORIA DE IMPRENSA DO MUNICÍPIO, SEM LIMITE DE POSTAGENS + 1 BANNER DE 300X300 PIXELS, VISÍVEL EM TODAS AS PÁGINAS DO SITE, a saber: programas e campanhas educativas sobre as atividades do Órgão Contratante, Leis, Convênios, Atos Oficiais e Institucionais Administrativos, com a finalidade de dar cumprimento ao princípio constitucional da publicidade e as disposições contidas no § 1º, do art. 37, da Constituição Federal, bem como Lei 12.527/2011, fornecidas pela Assessoria de Imprensa.

Vigência: O presente Contrato terá sua vigência iniciada em 1º de janeiro de 2022, com término previsto para 31 de dezembro de 2022.

Valor: O presente contrato possui valor total de R\$ 9.732,00 (nove mil e setecentos e trinta e dois reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes desta contratação correrão a conta de dotação orçamentária específica da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 27 de dezembro de 2021.

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2022 – PMTB

Publicação Nº 3520617

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA

Processo Licitatório nº 36/2021

Modalidade: “Pregão Presencial nº 33/2021”

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras – SC, doravante denominada contratante.

Contratada: AIRTON JOSÉ DUARTE JUNIOR - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.409.548/0001-83, com endereço à Rua Dr. Oswaldo de Oliveira, nº 502, Bairro km 02, cidade de Três Barras - SC, Telefone: 47- 991832301, por seu representante legal, o Sr. Airton José Duarte Junior, portador do RG nº 2.739.166 e CPF nº 808.172.039-15, doravante denominado CONTRATADA.

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparado legal no Decreto Municipal nº 2.851/2005, Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, alterada pela Lei 8.883/1994, bem como as condições dispostas no Processo Licitatório nº 36/2021, Pregão Presencial nº 33/2021.

Objeto: O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS - PROFISSIONAIS VIGÍAS, destinados a manutenção dos serviços públicos.

Vigência: Este contrato terá vigência iniciada em 01 de janeiro de 2022 com término em 31 de dezembro de 2022.

Valor: O preço global dos serviços prestados será de até R\$ 768.895,50 (setecentos e sessenta e oito mil e oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específicas da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 27 de dezembro de 2021.



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2022 – PMTB**

Publicação Nº 3520655

EXTRATO DO CONTRATO N.º 11/2022 DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA  
Processo Licitatório nº 70/2021

Modalidade: "Pregão Presencial nº 60/2021"

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras – SC, doravante denominada contratante.

Contratada: AIRTON JOSÉ DUARTE JUNIOR – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.409.548/0001-83, com endereço à Rua Dr. Oswaldo de Oliveira, nº 211, Bairro km 02, cidade de Três Barras – SC, Telefone: 47- 991832301, por seu representante legal, o Sr. Airton José Duarte Junior, portador do RG nº 2.739.166 e CPF nº 808.172.039-15, doravante denominado CONTRATADA.

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparo legal no Decreto Municipal nº 2.851/2005, Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, alterada pela Lei 8.883/1994, bem como as condições dispostas no Processo Licitatório nº 70/2021, Pregão Presencial nº 60/2021.

Objeto: O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, PINTOR, CARPINTEIRO, PEDREIRO, ENCANADOR E ELETRICISTA, destinados a manutenção dos serviços públicos.

Vigência: Este contrato terá vigência iniciada em 01 de janeiro de 2022 com término em 31 de dezembro de 2022.

Valor: O preço global dos serviços prestados será de até R\$ 5.363.736,00 (cinco milhões e trezentos e sessenta e três mil e setecentos e trinta e seis centavos).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específicas da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA, SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, INTENDÊNCIA DISTRITAL E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 30 de dezembro de 2021.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2022 – PMTB**

Publicação Nº 3520698

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2022 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras – SC, doravante denominada contratante.

Contratada: MARCELO PERES, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 103.796.258-30, telefone nº (47) 3623-0015, doravante denominado de LOCADOR

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, incisos X da Lei nº 8.666/1993, operando este pelo regime de "Dispensa de Licitações".

Objeto: O objeto do presente contrato é a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL situado à Av. Rigesa, nº 2594, Bairro João Paulo II em Três Barras – SC, com aproximadamente 376,11m<sup>2</sup>, composto de um salão principal e banheiro, sala, ante sala, 2º salão, 3º salão, parte superior, cozinha completa, lavanderia e banheiros, para desenvolvimento das seguintes atividades: Secretaria Municipal de Habitação, Anexo do Almoxarifado Central e atendimento aos cidadãos vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento (Junta de Serviço Militar, Convênio informações Receita Federal, Convênio informações INSS e posto do Sistema Nacional de Emprego – SINE), locação a ser efetuada pela LOCADORA, e que responsabiliza-se o LOCATÁRIO em atender as exigências referenciadas, por prazo certo.

Vigência: O presente Instrumento Contratual terá sua vigência iniciada 3º de janeiro de 2022, com término previsto para 31 de dezembro de 2022.

Valor: O valor global da locação será de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Previsão Orçamentária: Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 03 de janeiro de 2022.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº.79/2021**

Publicação Nº 3519748

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 93/2021.  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2021.**

Interessados: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos 4 dias do mês de janeiro do ano de 2022, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **BUENO TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA ME**, CNPJ nº **20.073.217/0001-39**, com sede e foro na Cidade de Canoinhas-SC, cito a Rua Benjamin Constant, 1660, Boa Vista, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	VIAGENS (IDA E VOLTA) DE TRÊS BARRAS PARA MAFRÁ TRANSPORTANDO PACIENTES ATE O HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULA, ONDE REALIZAM HEMODIALISE, UTILIZANDO VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 23 (VINTE E TRÊS) PASSAGEIROS SENTADOS. O VEICULO DEVERÁ POSSUIR, OBRIGATORIAMENTE AR CONDICIONADO E REGISTRO NO DETER. DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL.	UNIDADE		240,00	R\$855,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 79/2021 – Procedimento Administrativo nº. 93/2021 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 04 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_  
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
BUENO TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE  
VEÍCULO LTDA - ME

Testemunhas

1

\_\_\_\_\_  
Denise Magali Moskvín

2

\_\_\_\_\_  
Luciane Tomczyk

# Treviso

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 09/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519862

PORTARIA Nº 09/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA TEREZINHA CHIES CAMBRUZZI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 608/12 de 14 de março de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2022, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 12 de agosto de 2020 a 11 de agosto de 2021, a servidora TEREZINHA CHIES CAMBRUZZI, ocupante do emprego de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS INTERNOS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 03 de janeiro de 2022.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de janeiro de 2022.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

### PORTARIA Nº 10/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519863

PORTARIA Nº 10/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA HEMELISE BENEDET PIZZOLOTTO PEROVANO.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 608/12 de 14 de março de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2022, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 01 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021, a servidora HEMELISE BENEDET PIZZOLOTTO PEROVANO, ocupante do emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 03 de janeiro de 2022.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de janeiro de 2022.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

### PORTARIA Nº 11/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519866

PORTARIA Nº 11/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS AO SERVIDOR JEAN CARLOS BUOGO.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 608/12 de 14 de março de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2022, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 27 de outubro de 2020 a 26 de outubro de 2021, ao servidor JEAN CARLOS BUOGO, ocupante do emprego de PROFESSOR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 03 de janeiro de 2022.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de janeiro de 2022.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

## **PORTARIA Nº 12/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519868

PORTARIA Nº 12/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA RENATA ROSSI TORAZZI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 608/12 de 14 de março de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2022, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 18 de maio de 2020 a 17 de maio de 2021, a servidora RENATA ROSSI TORAZZI, ocupante do emprego de TELEFONISTA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 03 de janeiro de 2022.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de janeiro de 2022.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

## **PORTARIA Nº 13/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519869

PORTARIA Nº 13/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA ADRIANA STANGHERLIN RUZZA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 608/12 de 14 de março de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2022, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 02 de julho de 2020 a 01 de julho de 2021, a servidora ADRIANA STANGHERLIN RUZZA, ocupante do emprego de AUXILIAR DE BIBLIOTECARIO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 03 de janeiro de 2022.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de janeiro de 2022.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 14/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519872

PORTARIA Nº 14/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA ROZANI MARIANI BORGES.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 608/12 de 14 de março de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2022, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 13 de julho de 2020 a 12 de julho de 2021, a servidora ROZANI MARIANI BORGES, ocupante do emprego de MOTORISTA I.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 03 de janeiro de 2022.

VALERIO MORETTI  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de janeiro de 2022.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 15/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519873

PORTARIA Nº 15/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA ELIANA MARIA BETTIOL SALVADOR.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 608/12 de 14 de março de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2022, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 02 de dezembro de 2020 a 01 de dezembro de 2021, a servidora ELIANA MARIA BETTIOL SALVADOR, ocupante do emprego de TÉCNICA EM ENFERMAGEM.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 03 de janeiro de 2022.

VALERIO MORETTI  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de janeiro de 2022.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 16/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519875

PORTARIA Nº 16/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA RITA VANDERLEIA LORENSON.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 608/12 de 14 de março de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2022, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 04 de agosto de 2020 a 03 de agosto de 2021, a servidora RITA VANDERLEIA LORENSON, ocupante do emprego de PROFESSORA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 03 de janeiro de 2022.

VALERIO MORETTI  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de janeiro de 2022.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 13/2021 EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA (SAÚDE)**

Publicação Nº 3520259

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREVISÓ</b>  CNPJ: 10.461.159/0001-67 RUA PAULO DE LORENZI S/N C.E.P.: 88862-000 - Trevisó - SC	<b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> <b>Nr.: 9/2021 - PE</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 13/2021 Data do Processo: 03/12/2021
Folha: 1/5	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Valerio Moretti, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 13/2021  
b ) Licitação Nr.: 9/2021-PE  
c ) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO  
d ) Data Homologação: 04/01/2022  
e ) Objeto da Licitação: Aquisição de equipamentos de informática para a Unidade Básica de Saúde do Município de Trevisó, conforme a proposta nº 10461.159000/1200-02 do Ministério da Saúde.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

Trevisó, 4 de Janeiro de 2022.

-----  
Valerio Moretti



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREVISO**

CNPJ: 10.461.159/0001-67  
 RUA PAULO DE LORENZI S/N  
 C.E.P.: 88862-000 - Treviso - SC

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nr.: 9/2021 - PE**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 13/2021  
 Data do Processo: 03/12/2021

Folha: 2/5

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**APICEBR COMERCIAL EIRELI (11457)**

1	Computador (desktop-básico). Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Computador desktop com processador no mínimo que possua no mínimo 4 Núcleos, 8 threads e frequência de 3.0 GHz; possuir 1 disco rígido de 1 TB ou SSD 240 GB, memória RAM de 8 GB, em 2 módulos idênticos de 4 GB cada, do tipo SDRAM ddr4 2.133 MHz ou superior, operando em modalidade dual CHANNEL. A placa principal deve ter arquitetura ATX, MICROATX, BTX ou MICROBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no sitio www.formfactors.org, organismo que define os padrões existentes. Possuir pelo menos 1 slot PCI-EXPRESS 2.0 x16 ou superior. Possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete. O adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 1 GB de memória. Possuir suporte ao MICROSOFT DIRECTX 10.1 ou superior. Suportar monitor estendido. Possuir no mínimo 2 saídas de vídeo, sendo pelo menos 1 digital do tipo HDMI, display PORT ou DVI. Unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom. Teclado USB, ABNT2, 107 teclas com fio e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, scroll com fio. Monitor de LED 19 polegadas (widescreen 16:9). Interfaces de rede 10/100/1000 e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n. Sistema operacional Windows 10 pro (64 bits). Fonte compatível e que suporte toda a configuração exigida no item. Gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal. Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor. Todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia de 12 meses. - Marca: COMPUSONIC	UN	10,00	0,0000	3.390,00	33.900,00
---	--	----	-------	--------	----------	-----------

Treviso, 4 de Janeiro de 2022.

-----  
 Valerio Moretti

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREVISO**

CNPJ: 10.461.159/0001-67  
 RUA PAULO DE LORENZI S/N  
 C.E.P.: 88862-000 - Treviso - SC

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nr.: 9/2021 - PE**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 13/2021  
 Data do Processo: 03/12/2021

Folha: 3/5

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**APICEBR COMERCIAL EIRELI (11457)**

2	Computador portátil (notebook). Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Computador portátil (notebook) com processador que possua no mínimo 4 Núcleos, 8 threads e frequência de 3.0 GHz; 1 disco rígido de 500 GB velocidade de rotação 7200 RPM, unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom; memória RAM de 8 GB, em 2 módulos idênticos de 4 GB cada, do tipo SDRAM DDR4 2.133 MHz ou superior, tela LCD de 14 ou 15 polegadas widescreen, suportar resolução 1600 x 900 pixels, o teclado deverá conter todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive ç e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão ABNT2, mouse touchpad com 2 botões integrados, mouse óptico com conexão USB e botão de rolagem (scroll), interfaces de rede 10/100/1000 conector RJ-45 fêmea e WIFI padrão IEEE 802.11a/b/g/n, sistema operacional Windows 10 pro (64 bits), bateria recarregável do tipo ion de lítio com no mínimo 6 células, fonte externa automática compatível com o item, possuir interfaces USB 2.0 e 3.0, 1 HDMI ou display port e 1 VGA, leitor de cartão, webcam FULL HD (1080 p). Deverá vir acompanhado de maleta do tipo acolchoada para transporte e acondicionamento do equipamento. O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia de 12 meses. - Marca: SAMSUNG	UN	1,00	0,0000	5.789,00	5.789,00
3	Impressora laser multifuncional (copiadora, scanner e fax opcional). Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora com tecnologia Laser ou Led; padrão de cor monocromático; tipo multifuncional (imprime, copia, digitaliza, fax); memória 128 MB; resolução de impressão 600 x 600 DPI; resolução de digitalização 1200 x 1200 DPI; resolução de cópia 600 x 600; velocidade de impressão 30 PPM preto e branco; capacidade da bandeja 150 páginas; ciclo mensal 30.000 páginas; fax 33.6kbps opcional; interfaces USB, rede ethernet 10/100 e WIFI 802.11 b/g/n; frente e verso automático. - Marca: XEROX	UN	1,00	0,0000	3.990,00	3.990,00
4	Impressora laser (comum). Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora laser com padrão de cor monocromático; resolução mínima de 1200 x 1200 DPI; velocidade de 35 páginas por minuto PPM; suportar tamanho de papel A5, A4 carta e ofício; capacidade de entrada de 200 páginas; ciclo mensal de 50.000 páginas; interface USB; permitir compartilhamento por meio e rede 10/100/100 ethernet e WIFI 802.11 b/g/n; suportar frente e verso automático; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento garantia de 12 meses. - Marca: XEROX	UN	2,00	0,0000	2.300,00	4.600,00

Treviso, 4 de Janeiro de 2022.

-----  
 Valerio Moretti

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREVISO**

CNPJ: 10.461.159/0001-67  
 RUA PAULO DE LORENZI S/N  
 C.E.P.: 88862-000 - Treviso - SC

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nr.: 9/2021 - PE**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 13/2021  
 Data do Processo: 03/12/2021

Folha: 4/5

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**APICEBR COMERCIAL EIRELI (11457)**

7	Roteador (LAN). Deve estar em linha de produção pelo fabricante. Deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Deverá suportar taxa de transferência de no mínimo 300 Mbps e suportar no mínimo os padrões IEEE 802.11 b/g/n. Mínimo de 4 portas LAN 10/100 Mbps Fast Ethernet MDI/MDXI. Mínimo 1 porta WAN que suporte de endereço IP estático, DHCP client, PPPoE, PPTP e L2TP. Mínimo 1 porta padrão USB 2.0. Deverá suportar no mínimo os padrões de criptografia WPA e WEP. Possuir sistema de segurança de duplo firewall (SPI e NAT). Mínimo de 2 antenas desmontáveis de 3 dBi tipo bipolar. Potência mínima de saída de 17 dBm. Suportar DMZ. Deverá suportar filtro de endereços de MAC e IP. Deverá possuir engenharia de tráfego QoS. Garantia de 12 meses. - Marca: ZIXEL	UN	1,00	0,0000	250,00	250,00
8	Tela de projeção. Deve estar em linha de produção pelo fabricante. Tela projeção com tripé retrátil manual. Área visual de no mínimo 1,78 x 1,78 m. Deve possuir estojo em alumínio com pintura eletrostática resistente a riscos e corrosões. Deve possuir poste central com resistência e sustentação suficiente para atender a especificação da tela. Deve possuir superfície de projeção do tipo matte white (branco opaco) ou similar, que permita ganho de brilho. Deve possuir bordas pretas que permita enquadramento da imagem. O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima de 12 meses. - Marca: NARDELLI NRT003	UN	1,00	0,0000	1.050,00	1.050,00

**Total do Fornecedor: 49.579,00**

**MARILICE KEIL (12043)**

6	Projektor multimídia. Deve estar em linha de produção pelo fabricante, deve possuir tecnologia LCD ou DLP; Resolução mínima nativa de 1920 x 1080; Contraste mínimo de 500:1 Deve possuir, no mínimo, os seguintes tipos de conexão: 01 (uma) VGA, 01 (uma) HDMI; 01 entrada USB. Luminosidade mínima de 3000 lumens; Alto-falante integrado no projetor; Alimentação automática 100-120V, 220-240V; Controle remoto; cabo de alimentação; Cabo VGA; Manual do usuário; Suportar a exibição de arquivos a partir de um pen-drive direto no projetor (sem o uso de pc); O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; Garantia mínima de 12 meses. - Marca: SLIDTEC	UN	0,00	0,0000	2.500,00	2.500,00
---	--	----	------	--------	----------	----------

**Total do Fornecedor: 2.500,00**

Treviso, 4 de Janeiro de 2022.

-----  
 Valerio Moretti

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREVISO**CNPJ: 10.461.159/0001-67  
RUA PAULO DE LORENZI S/N  
C.E.P.: 88862-000 - Treviso - SC**PREGÃO ELETRÔNICO****Nr.: 9/2021 - PE**Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 13/2021  
Data do Processo: 03/12/2021

Folha: 5/5

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****PISON EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA (12041)**

5 No-break (Para computador/Impressora). Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. No-break com potência nominal mínima de 1,2 kVA. Potência real mínima de 600 W. Tensão entrada 115 / 127 / 220 V (em corrente alternada) com comutação automática. Tensão de saída 220v. Alarme audiovisual. Bateria interna selada. Autonomia a plena carga de, no mínimo, 15 minutos considerando consumo de 240 W. Possuir, no mínimo, seis tomadas de saída padrão brasileiro. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia de 12 meses. - Marca: NEW EASY WAY	UN	2,00	0,0000	691,99	1.383,98
--	----	------	--------	--------	----------

**Total do Fornecedor: 1.383,98****Total Geral: 53.462,98**

Treviso, 4 de Janeiro de 2022.

-----  
Valerio Moretti

# Treze de Maio

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATOS - 04-01-2022

Publicação Nº 3520020

Contrato Nº.: 3/2022

Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA

Contratada.: PROVIAS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Valor ..... : 78.000,00 (setenta e oito mil reais)

Assinatura.: 04/01/2022

Vigência ..... : Início: 04/01/2022 Término: 31/12/2022

Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 34/2021

Objeto ..... : Contratação de serviços técnicos de fiscalização de obras de pavimentação asfáltica e/ou com blocos intertravados, terraplanagem, drenagem pluvial, passeios com acessibilidade e sinalização horizontal e vertical de rodovias e ruas no município de Treze de Maio / SC.

CÓDIGO E-SFINGE: 7A73036DEEF6D65559E176D6BFB0C4D163AEFBFF

Contrato Nº.: 2/2022

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE DE MAIO

Contratada.: CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DA REGIAO DA AMUREL

Valor ..... : 379.000,00 (trezentos e setenta e nove mil reais)

Assinatura.: 04/01/2022

Vigência ..... : Início: 04/01/2022 Término: 31/12/2022

Objeto ..... : Definição das responsabilidades econômicas-financeiras por parte do consorciado, bem como, estabelecer a forma de repasse de valores correspondentes à parte de responsabilidade do MUNICIPIO, para realização das despesas do Consórcio Público, inclusive as despesas a serem realizadas com os serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICIPIO.

CÓDIGO E-SFINGE: 447CBAAD5E639786228659310ACD8FA3C26B0F14

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2022 FMS

Publicação Nº 3521170

#### EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2022 FMS

Processo de Licitação 18/2021 CR 11/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: IDELMO MANOEL DA SILVA

OBJETO: O presente tem como objetivo o credenciamento de Pessoas Físicas ou Jurídicas, públicas ou privadas, lucrativas ou não, para a prestação de serviços médicos com conhecimento em ortopedia e traumatologia compreendendo a avaliação médica (exames físicos, elaboração de hipóteses ou conclusão diagnósticas, solicitação de exames complementares, quando necessário, prescrição terapêutica, preenchimento TDF, além dos demais atos inerentes ao atendimento de pacientes) procedimentos não invasivos ou minimamente invasivos, com os valores constantes no (Anexo I).

VALOR: O Valor fixado para a prestação dos serviços será de R\$190,80 por consulta realizada

DOTAÇÃO: As despesas advindas do objeto do presente credenciamento atendidas com as dotações orçamentárias previstas para o exercício de 2022 - 14 - 04.01.2.104.3.3.90.00.00.00.00.00

VIGÊNCIA: O presente termo de credenciamento terá vigência a contar de 01 de janeiro de 2022 até 31/12/2022.

DATA ASSINATURA: 03/01/2022

TREZE TÍLIAS, 03/01/2022

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### PORTARIA 002/22

Publicação Nº 3520456

PORTARIA 002/22 DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

DESABILITA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

HERMELINO PRADA, Vice-Prefeito em Exercício no cargo de Prefeito no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o § 2º do Art. 14 da Lei Complementar 816/90 de 31 de outubro de 1990.

CONSIDERANDO a Portaria 416/21 de 22 de dezembro de 2021, que nomeia servidor em caráter temporário.

CONSIDERANDO a declaração de renúncia de nomeação ao cargo para trabalho em regime de plantão no período de férias, apresentada junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura.

RESOLVE:

Art. 1º - DECLARA e torna público que a Sra. KAUANE FERRARI LUIZ, fora DESABILITADA a assumir o Cargo Funcional em provimento temporário de Auxiliar de Sala.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de janeiro de 2022.

HERMELINO PRADA  
Prefeito em Exercício de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte



# Tunápolis

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 08/2022 FMS

Publicação Nº 3520132

#### CREDENCIAMENTO Nº 08/2022

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pela gestora Sra. Roseli Gabriel Bonaviva, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.826.184 e inscrita no CPF sob nº 02.465.921.924, residente e domiciliada na Linha Felipe Schmidt, S/N, interior, do Município de Tunápolis/ SC, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa CVS CLÍNICA VIDA E SAÚDE S/S LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Chuí, 273, sala 702-centro de São Miguel do Oeste/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.265.111/0001-34, neste ato representado pelo médico ginecologista senhor Fernando Xavier Clavé, portador do CPF 995.200.950-04, e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGISTA PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022, em decorrência do Credenciamento em conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** - O objeto do presente edital é o de credenciar empresas para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGISTA PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022 para pacientes do Município de Tunápolis, conforme segue:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	CONSULTA MÉDICA COM GINECOLOGISTA	unid	500,00	100,00	50.000,00
	TOTAL GERAL			50.000,00	

#### CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos pacientes do FUNDO nos termos e condições previstas neste edital. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar as consultas, no Posto de Saúde de Tunápolis, que disponibilizará de uma sala, em horário e dia, conforme a agenda do Fundo Municipal da Saúde, e nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários, mediante autorização emitida pela Secretaria de Saúde. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei e deste instrumento editalício.

A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde. A pessoa jurídica credenciada deverá realizar as consultas para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A credenciada deverá prestar os nas dependências do Posto de Saúde de Tunápolis, estabelecido na Rua Albino Frantz, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria de Saúde. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas consultas nas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal; deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo.

O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste Edital, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais pacientes.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

4.1. O Município, através do Fundo Municipal de Saúde, efetuará o pagamento em até 8(oito) dias após a emissão da nota fiscal, acompanhado do relatório dos pacientes que fizeram consulta, devidamente assinado pelo Gestor do Fundo. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. A nota fiscal e deverá ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE somente pagará a nota fiscal para a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT), REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). É expressamente vedada à cobrança de qualquer sobretaxa à tabela adotada, em qualquer hipótese, do paciente ou do Município, quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da Tabela de Referência do CIS AME-OSC, na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO** - Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (4) do Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis, do ano de 2022. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### **CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO DESCREDENCIAMENTO**

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

O presente termo entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até dia 31/12/2022, ou até pendurar os saldos das consultas, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

- Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC, 04 de janeiro de 2022.

ROSELI GABRIEL BONAVIDO  
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.  
Fiscal deste Contrato

CVS CLÍNICA VIDA E SAÚDE S/S LTDA  
CONTRATADA

Flávio Marcos Lazarotto.  
Assessor Jurídico Município de Tunápolis  
OAB/SC 31.520

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff                      Sheila Inês Bieger  
CPF: 918.368.409-34                      CPF: 020.226.259.60

## CONTRATO Nº 09/2022 FMS

Publicação Nº 3520138

### CREDENCIAMENTO 09/2022

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representada pela Gestora do Fundo Sra. Roseli Gabriel Bonavigo, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.826.184 e inscrita no CPF sob nº 02.465.921.924, residente e domiciliada na Linha Felipe Schmidt, SN, interior, do Município de Tunápolis/ SC, doravante denominado de CREDENCIADA, e de outro lado, a empresa CLINICA MÉDICA CLINIPED EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Chuí, 273, sala 403, Edf. Centro, professor São Francisco, no Município de São Miguel do Oeste /SC inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.670.598/0001-04, neste ato representada pela sócia administradora senhora Lilian Vieira de Carvalho Silva inscrita no CPF/MF sob nº 199.166.578-40, e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE PEDIATRIA, em decorrência do Credenciamento em conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação nº 47/2021 e credenciamento nº 11/2021, inclusive a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** - O objeto do presente edital é o de credenciar empresas para prestação de SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE PEDIATRIA para pacientes do Município de Tunápolis, conforme segue:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA EM PEDIATRIA	unid	400	100	40.000,00
	TOTAL GERAL			40.000,00	

### CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos pacientes do FUNDO nos termos e condições previstas neste edital. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar as consultas, no Posto de Saúde de Tunápolis, que disponibilizará de uma sala, em horário e dia, conforme a agenda do Fundo Municipal da Saúde, e nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários, mediante autorização emitida pela Secretaria de Saúde. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei e deste instrumento editalício.

A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde. A pessoa jurídica credenciada deverá realizar as consultas para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A credenciada deverá prestar os serviços numa sala Posto de Saúde de Tunápolis,

estabelecido na Rua Albino Frantz, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria de Saúde. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas consultas nas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal; deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo.

O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste Edital, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais pacientes.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

4.1. O Município, através do Fundo Municipal de Saúde, efetuará o pagamento em até 8(oito) dias após a emissão da nota fiscal, acompanhado do relatório dos pacientes que fizeram consulta, devidamente assinado pelo Gestor do Fundo. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. A nota fiscal e deverá ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE somente pagará a nota fiscal para a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT), REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). É expressamente vedada à cobrança de qualquer sobretaxa à tabela adotada, em qualquer hipótese, do paciente ou do Município, quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da Tabela de Referência do CIS AME-OSC, na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (4) do Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis, do ano de 2022.

Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA- DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31/12/2022 podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO** - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC, 04 de janeiro de 2022.

ROSELI GABRIEL BONAVIDO  
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.  
Fiscal deste Contrato

CLINICA MÉDICA CLINIPED EIRELI  
CONTRATADA

Flávio Marcos Lazarotto.  
Assessor Jurídico Município de Tunápolis  
OAB/SC 31.520

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Cleverson Inácio Kerkhoff                      Sheila Inês Bieger  
CPF: 918.368.409-34                      CPF: 020.226.259.60

## CONTRATO Nº 21/2022

Publicação Nº 3520310

CONTRATO Nº 21/2022

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

**CONTRATADO:** A Empresa TRSIS LTDA pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.523.866/0001-30, estabelecida na Av. Dom Pedro II, 684, Centro, no Município de São Videira/SC, considerada doravante CONTRATADA.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 260/2021 e Pregão Presencial nº 141/2021.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.**

1.1 O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA.

Item	Especificação Produto	Und	Qtdade	Vlr Un. R\$	Vlr Total R\$
------	-----------------------	-----	--------	-------------	---------------

1	<p>Locação de SOFTWARE para auxiliar na "Gestão da Produção Primária Municipal" contemplando as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cadastros (produtores primários, compradores, produtos);</li> <li>- Impressão de cabeçalho na Emissão dos blocos de produtor primário;</li> <li>- Baixa/Digitação das notas de produtor primário emitidas;</li> <li>- Geração de arquivo formato texto pra envio à SEF conforme manuais da SEF;</li> <li>- Geração de Relatórios.</li> <li>- Suporte técnico on-line.</li> <li>- Comparativo do Q47 da SEF, permitindo acompanhar se as empresas declararam corretamente as informações da DIME para a SEF considerando Notas digitadas, evitando possíveis prejuízos ao município quanto ao retorno do ICMS.</li> <li>- Base de dados com todas as informações do movimento agropecuário de produtor primário do município desde o ano de 2008.</li> </ul>	UNI	1	3.336,00	3.336,00
TOTAL				3.336,00	

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL E DO REAJUSTE.

2.1. O pagamento de R\$ 3.336,00 (três mil trezentos e trinta e seis reais) será realizado em parcela única via boleto bancário até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, importando os valores conforme a proposta apresentada no processo de licitação, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

2.1.1. O pagamento dos serviços eventuais de suporte técnico ou alterações específicas do órgão licitante, quando contratados, será realizado via boleto bancário em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

2.2. O valor mensal contratado será reajustado e corrigido monetariamente a cada período de 12 (doze) meses, de acordo com o IGPM (FGV) e na falta deste pelo INPC (IBGE) ou outro índice substitutivo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

3.1 O CONTRATADO se obrigará a executar os serviços, objeto deste contrato, e executar o serviço com a qualidade padrão requerida de mercado, no local indicado, e ainda, cumprir e fazer cumprir as exigências técnicas e fiscais previstas em contrato, e inclusive as seguintes:

- Executar os serviços com a qualidade e na forma exigida em Lei e no anexo I do edital e neste contrato, cumprindo as condições e os prazos estabelecidos;
- Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas em relação ao fornecimento;
- Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, a respeito da execução do contrato sempre que for necessário;
- Responder pelos danos causados diretamente a Administração Municipal e/ou a terceiros, decorrentes da culpa ou dolo na execução do objeto.
- Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer ou refazer, prioritária e exclusivamente à sua custa e risco quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos materiais, decorrente de culpa ou dolo da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

- Responsabilizar-se pela solicitação em tempo hábil, da quantidade dos serviços a serem fornecidos;
- Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos serviços e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- Rejeitar, no todo ou em parte os serviços fornecidos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
- Notificar por escrito à contratada, quando da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços;
- Notificar a contratada, por escrito da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUINTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (89) da Prefeitura Municipal de Tunápolis do ano de 2022.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA.

6.1 O presente contrato terá vigência até a partir do dia 04/01/2022, até 31/12/2022, podendo ser prorrogada em até 60 (sessenta) meses, nas condições básicas determinadas no inciso II, art. 57 da Lei 8.666/93, mediante ajuste entre as partes interessadas.

#### CLÁUSULA SETIMA – RESCISÃO CONTRATUAL.

71 O presente contrato poderá ser rescindido:

- Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2 Por acordo entre as partes;

7.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES.**

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

**CLÁUSULA NONA – FORO COMPETENTE.**

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 04 de Janeiro de 2022.

MARINO JOSÉ FREY PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	TRIS LTDA. CONTRATADA
---	--------------------------

DIRCILEI ARENHART  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
Fiscal contrato

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO.  
Assessor Jurídico Município de Tunápolis  
OAB/SC 31.520

**Testemunhas:**

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

**CONTRATO Nº 22/2022**

Publicação Nº 3520742

**CONTRATO Nº 22/2022**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A Empresa IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA –ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Carolina n. 286, Centro, no Município de Bom Jesus do Oeste, Santa Catarina, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.08.546.421/0001-24, considerada doravante contratada.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 262/2021 e Pregão Presencial nº 142/2021.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.**

1.1 O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA.

Item	Especificação Produto	Und	Qtidade	Vlr Un. R\$	Vlr Total R\$
1	Licença de Uso de Software	Mês	12	435,00	5.220,00
2	Serviço de implantação e treinamento de usuários	Un	1	2.000,00	2.000,00
TOTAL					7220,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL E DO REAJUSTE.**

2.1. O pagamento mensal do licenciamento será realizado via boleto bancário até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, importando os valores conforme a proposta, e valores constantes na cláusula primeira deste contrato, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

2.1.1. O pagamento dos serviços eventuais de suporte técnico ou alterações específicas do órgão licitante, quando contratados, será realizado via boleto bancário em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

2.2. O valor mensal contratado será reajustado e corrigido monetariamente a cada período de 12 (doze) meses, de acordo com o IGPM (FGV) e na falta deste pelo INPC (IBGE) ou outro índice substitutivo.



**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.**

3.1 O CONTRATADO se obrigará a executar os serviços, objeto deste contrato, e executar o serviço com a qualidade padrão requerida de mercado, no local indicado, e ainda, cumprir e fazer cumprir as exigências técnicas e fiscais previstas em contrato, e inclusive as seguintes:

- a) Executar os serviços com a qualidade e na forma exigida em Lei e no anexo I do edital e neste contrato, cumprindo as condições e os prazos estabelecidos;
- b) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas em relação ao fornecimento;
- c) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, a respeito da execução do contrato sempre que for necessário;
- d) Responder pelos danos causados diretamente a Administração Municipal e/ou a terceiros, decorrentes da culpa ou dolo na execução do objeto.
- e) Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer ou refazer, prioritária e exclusivamente à sua custa e risco quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos materiais, decorrente de culpa ou dolo da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.**

4.1 Responsabilizar-se pela solicitação em tempo hábil, da quantidade dos serviços a serem fornecidos;

- b) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos serviços e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- c) Rejeitar, no todo ou em parte os serviços fornecidos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
- d) Notificar por escrito à contratada, quando da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- e) Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços;
- f) Notificar a contratada, por escrito da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS**

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (89) da Prefeitura Municipal de Tunápolis do ano de 2022.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA.**

6.1 O presente contrato terá vigência até a partir do dia 04/01/2022, até 31/12/2022, podendo ser prorrogada em até 60 (sessenta) meses, nas condições básicas determinadas no inciso II, art. 57 da Lei 8.666/93, mediante ajuste entre as partes interessadas.

**CLÁUSULA SETIMA – RESCISÃO CONTRATUAL.**

71 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2 Por acordo entre as partes;

7.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES.**

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso idenadimplência.

**CLÁUSULA NONA – FORO COMPETENTE.**

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 04 de Janeiro de 2022.

MARINO JOSÉ FREY PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA –ME. CONTRATADA
---	--

DIRCILEI ARENHART  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
Fiscal contrato

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO.  
Assessor Jurídico Município de Tunápolis  
OAB/SC 31.520

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

**CONTRATO Nº 23/2022**

Publicação Nº 3521504

**CONTRATO Nº 23/2022 TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente **CONCEDENTE**.

**CONTRATADO:** A Empresa A.R.MARMORARIA E GRANITOS-EIRELI -ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rod. SC 493-Km23, Interior do Município de Tunápolis/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 25.006.385/0001-25, neste ato devidamente representado pelo proprietário da empresa, Senhor Rogério Pelissari, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 25.006.385/0001-25, considerada doravante **CONCESSIONÁRIO**.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Vincula-se o presente Contrato com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Municipal nº 1355, de 15 de maio de 2018, nas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº. - Edital de Concorrência 03/2021 e nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

1.1. O objeto do presente contrato consiste na **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DA MUNICIPALIDADE**, objetivando a instalação de Indústria, conforme quantitativos, prazos, encargos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. O Imóvel de que trata este contrato possui uma área de 2.192 m<sup>2</sup> (Dois mil e cento e noventa e dois metros quadrados), registrada sob a matrícula 15.575, e um pavilhão com área de 14mx50m totalizando 700,00m<sup>2</sup>, (que está sendo edificado na referida área pelo Município, com prazo máximo de três meses para conclusão da obra), localizados na Linha Felipe Schmidt, Município de Tunápolis.

1.3. O Prazo da concessão será de 10 (dez) anos, contados da instalação da respectiva indústria, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal 1355, de 15 de maio de 2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA – FINALIDADE DA CONCESSÃO:**

2.1. O imóvel da Concessão deverá ser utilizado exclusivamente para a atividade industrial na processamento de matéria prima primária (mármore e granitos), definida no projeto apresentado pelo licitante vencedor do presente certame, sob pena de rescisão do presente Termo de Concessão e reversão do imóvel concedido, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA terceira – ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA:**

3.1. Sem prejuízo das demais cláusulas deste contrato, a donatário obriga-se cumprir os seguintes encargos:

3.1.1. Gerar e manter no mínimo o número de emprego diretos estipulado na proposta declarada vencedora, já no primeiro ano de funcionamento.

3.1.2. Instalar a respectiva indústria e entrar em funcionamento no prazo de 6 (seis) meses, contados da assinatura do Termo de Concessão de Direito Real de Uso.

3.1.3. Utilizar o imóvel concedido para as finalidades e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

3.1.4. Apresentar anualmente, no final de cada exercício:

3.1.4.1. Declaração de Informação Econômicas e Fiscais - DIEF;

3.1.4.2. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;

3.1.4.3. Relação de empregados;

3.1.4.4. Comprovação do cumprimento das metas de implantação, consolidação e expansão da empresa e de geração e manutenção de empregos.

3.1.5. Adotar todas as medidas e procedimentos necessários e bastantes para a conservação de manutenção do imóvel concedido.

3.1.6 Solicitar autorização do Município para ampliar, modificar ou construir novas instalações sobre o Imóvel, sendo que os custos serão por conta da Concessionária, revertendo ao Município em caso de rescisão entre as partes.

**CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA**

4.1. Sem prejuízos dos encargos assumidos neste Termo de Concessão, a Concessionária compromete-se a:

4.1.1. Manter todas as condições de licenciamento ambiental inerente ao respectivo ramo de atividade.

4.1.2. Adotar todas as medidas e procedimentos necessários para a manutenção e conservação do bem concedido.

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Concedente e/ou terceiros, por sua culpa ou dolo.

4.1.4. Arcar com as despesas de registro e averbação relativamente à concessão.

4.1.5. Adotar todas as medidas necessárias para a conservação e manutenção do imóvel concedido.

4.1.6. Permitir e franquear à Concedente a adoção de todos os procedimentos necessários para a fiscalização da execução da presente Concessão de Direito Real de Uso.

**CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE**

5.1. Sem prejuízo ao cumprimento das demais cláusulas, o Concedente compromete-se a não interferir na utilização do imóvel concedido, desde que observadas, pelo concessionário, as condições estabelecidas na Licitação e no presente instrumento.

**CLÁUSULA sexta – DA VIGÊNCIA**

6.1. O prazo de vigência da presente Concessão será de 10 anos, contados da data do início do funcionamento da indústria, podendo ser

prorrogado uma vez, por igual período, observadas as condições estabelecidas no artigo 2º da Lei Municipal 1355, de 2018.

6.1. A Concessionária não fará jus a qualquer indenização e/ou ressarcimento por benfeitorias e/ou construções realizada no imóvel.

6.2. É vedado a empresa beneficiária transferir, alienar ou oferecer em garantia, os bens oriundos da concessão desta Lei, antes de decorridos 10 (dez) anos do início das operações da empresa em plena capacidade de produção, conforme o projeto do Empreendimento, salvo a anuência expressa e por escrito do cessionário, com ratificação do Legislativo Municipal.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVERSÃO:

7.1. O imóvel objeto da presente concessão reverterá de pleno direito ao Município, livre de quaisquer ônus ou indenização, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, em caso de:

7.1.1. Utilização do imóvel objeto da Concessão para finalidade diversa daquela estabelecida na Lei Municipal nº 1355, de 2018 no Edital de Concorrência 03/2021 e no Presente Termo de Concessão.

7.1.2. Encerramento ou interrupção injustificada da atividade principal da empresa Concessionária.

7.1.3. Descumprimento dos encargos e dos prazos estabelecidos no edital e Termo de concessão.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO:

8.1. O presente Termo de Concessão poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis:

8.1.1. Por acordo ente as partes, observado o interesse público;

8.1.2. Por ato unilateral do Contratante se assim o exigir interesse público;

8.1.3. Por inexecução total ou parcial da concessão.

8.1.4. Pela ocorrência de qualquer uma das vedações estabelecidas na Cláusula Sétima deste Termo de Concessão.

#### CLÁUSULA NONA – FORO:

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Concessão.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de Concessão de Direito Real de Uso, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 05 de janeiro de 2022.

Marino José Frey A.R. MARMORARIA E GRANITOS-EIRELI -ME Prefeito Municipal CONCESSIONÁRIO  
CONCEDENTE Rogério Pelissari- CPF nº 25.006.385/0001-25  
Proprietário e administrador

SÉRGIO LUIS EIDT  
SECRETARIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO  
Fiscal contrato

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO.  
Assessor Jurídico Município de Tunápolis  
OAB/SC 31.520

Testemunhas:  
Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

### CONVENIO 01/2021 - FMS

Publicação Nº 3519383

#### CONVENIO Nº 001/2022 – FMS

TERMO DE CONVENIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua João Castilho, 111, inscrito na CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Marino José Frey, portador da Carteira de Identidade nº 506.483, inscrito no CPF sob nº 345.967.559-49 e a Secretária Municipal de Saúde Roseli Gabriel Bonavigo, portadora da Carteira de Identidade nº 3.381.905-SSP-SC, inscrita no CPF sob nº 017.981.689-60, doravante denominados simplesmente de CONCEDENTE; e, a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS, com sede na Rua Albino Frantz, 148, neste Município, inscrita no CNPJ sob nº 83.428.508/0001-12, representado neste ato pelo seu presidente Vanduir Matias Deters, portador da Carteira de Identidade nº 3.826.184, inscrito no CPF sob nº 024.659.219-24, denominada doravante de CONVENIENTE, resolvem celebrar o presente convênio mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objetivo o atendimento das despesas de manutenção da conveniente, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.213, de 24 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REPASSE FINANCEIRO

A CONCEDENTE repassará mensalmente à CONVENIENTE, a importância de até R\$ 29.752,42 (Vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos), por mês, em conformidade com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do município, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.213, de 24 de dezembro de 2014, com pagamentos previstos para as seguintes datas: 06.01.2022, 03.02.2022, 03.03.2022, 07.04.2022, 05.05.2022, 02.06.2022, 07.07.2022, 04.08.2022, 01.09.2022, 06.10.2022, 03.11.2022 e 01.12.2022.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

I. Os recursos orçamentários para atendimento do presente Convênio serão provenientes do Fundo Municipal de Saúde, a saber:

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.044 - Auxílios Financeiros para Entidades sem Fins Lucrativos

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0002 - Transf. a Instituições Financeiras sem Fins Lucrativos

II. Os recursos financeiros destinados ao atendimento do convênio serão oriundos das transferências efetuadas pelo Município, Estado, União quer de origem direta ou por transferências constitucionais e legais.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe a concedente à fiscalização oportuna dos valores repassados, os quais somente poderão ser aplicados nas despesas de manutenção da Associação Hospitalar de Tunápolis.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quais quer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses futuros dos respectivos recursos financeiros conveniados.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. Mediante acordo entre as partes, o presente convênio poderá ter suas cláusulas e prazo alterado através de Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

O referido convênio poderá ter seus valores reajustados anualmente conforme variação do IGPM acumulado do período.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I. A CONVENIENTE deverá manter conta corrente específica em entidade bancária oficial para receber os recursos oriundos do presente convênio.

II. A CONVENIENTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento dos recursos para comprovação da boa e regular aplicação dos mesmos, sob pena de não concorrência às parcelas seguintes, sendo que, a prestação de contas deverá ocorrer dentro do exercício financeiro, ou seja, até 31/12/2022.

III. O sistema de repasse e prestação de contas obedecerá aos princípios legais constantes da Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações posteriores, bem como, da resolução TC nº 16/94 e demais vigentes.

IV. A prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada em duas vias, instruídos com os seguintes documentos:

a. Ofício encaminhado a Prestação de Contas;

b. Balancete conforme Modelo Padrão;

c. Extrato Bancário de conta específica e conciliação bancária do saldo se houver;

d. Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, folhas de pagamento, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.), bem legíveis, sem rasuras e/ou entrelinhas;

e. Declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita Orçamentária da Entidade.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades, ou ainda, unilateralmente, quando as partes assim desejarem, com notificação prévia, por escrito, com antecedência de 30 (trinta dias).

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo firmamos presente instrumento impresso em três vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, em 04 de janeiro de 2022.

Marino José Frey Vanduir Matias Deters

Prefeito Municipal Presidente da Associação Hospitalar

Roseli Gabriel Bonavigo

Secretária de Saúde e Bem Estar Social

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Jackson Scherer

CPF: 037.348.969-24

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2022**

Publicação Nº 3519727

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2022**

Pelo presente Edital, o Chefe do Poder Executivo, MARINO JOSÉ FREY, Prefeito do Município de Tunápolis – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e para os fins previstos no artigo 145, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.08.1988, dos artigos 81 e 82, da Lei 5.172, de 26.10.1966, Código Tributário Nacional, do Decreto/Lei nº.165/97, artigos 152 à 166 do Código Tributário Municipal de Tunápolis – Lei 097/90 de 14 de dezembro de 1990 e ditames da Lei Complementar nº 10/2005 e Lei Municipal nº 1437/2020 de 02 de setembro de 2020, divulga o presente Edital, demonstrando os custos da obra, com fins de Contribuição de Melhoria, para ressarcimento parcial ao erário, dos valores despendidos com os elementos relativos à obra pública de pavimentação asfáltica e passeio público, haja vista a valorização imobiliária adquirida, de conformidade com os itens a seguir relacionados:

**1 RESPONSABILIDADE PELA OBRA**

A Secretaria Municipal de Transportes e Obras através do Departamento de Urbanismo é unidade administrativa pública, responsável pela elaboração do projeto, pela supervisão da execução da obra e pelo esclarecimento de eventuais dúvidas técnicas sobre o mesmo.

**2 MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO**

O presente memorial descreve normas para execução dos serviços realizados e o emprego dos materiais que fizeram parte das obras de **Pavimentação Asfáltica em CBUQ e Passeios Públicos**, conforme planta em anexo.

Foi fornecido ao empreiteiro um jogo completo e aprovado dos projetos e especificações técnicas dos serviços executados na obra, sendo que o mesmo foi fiscalizado para executar os serviços de perfeito acordo com os projetos e detalhes.

Todo o material empregado na obra recebeu aprovação da fiscalização antes de ser utilizado e estava de acordo com as especificações dos projetos e deste memorial.

Foi fixado em local visível placa de identificação da obra, com dimensões de 1,25 x 2,00 metros em chapa de aço galvanizado fixada em estrutura de madeira pintada.

**2.1. Localização da obra:**

O local onde foi executado o serviço é na Avenida Cerro Largo, iniciando no cruzamento com a Rua Santo Antônio (Lote 48 versus Lote 42) passando pelo cruzamento





## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS**

com a Rua São Lourenço (Lote 45 versus Lote 40; e Lote 441 versus Lote 37) passando pela Avenida em direção à Linha Pitangueira (Lote 43 versus Lote 38), finalizando em parte de testada dos imóveis denominado (Chácara 4 versus Chácara 54), no perímetro urbano do município de Tunápolis, SC.

#### **2.2. Drenagem pluvial**

Antes da execução dos serviços de pavimentação foram executados os serviços de drenagem pluvial que estão de acordo com o projeto em anexo. A drenagem pluvial compreende os serviços de escavação mecânica das valas, assentamento dos tubos, reaterro das valas e a construção das bocas de lobo.

As valas rigorosamente seguiram o projeto no que se refere ao diâmetro dos tubos. Após a abertura das valas foram lançados os tubos com declividade mínima de 0,5% sendo os mesmos aterrados com material cuja capacidade de suporte foi adequada ao fim a que se destina e apiloados em camadas sucessivas de 20,00 centímetros.

As caixas coletoras com boca-de-lobo foram executadas com tijolos de 21 furos, formando parede com espessura de 10,0 centímetros. Foram rebocadas internamente tendo no fundo uma camada de 5,0 centímetros de brita Ø ¾" e camada de 10,0 centímetros em concreto armado, tendo também uma verga construída na parte superior. Para suporte da grade de ferro foi chumbada cantoneira de ferro com perfis de 1 ½" x 3/8". A grade foi com barras de aço de 1 ½" x 3/8" e espaçamento de 4 cm.

O sentido normal das escavações foi sempre de jusante para montante. Quando a coesão do solo foi muito baixa, foi executado o escoramento da vala de maneira a evitar possível desmoronamento. A reposição da terra na vala foi executada da seguinte forma: Foi colocado material de granulometria fina de cada lado dos tubos, o qual foi sendo cuidadosamente apiloado.

#### **2.3. Pavimentação asfáltica sobre o leito natural existente**

A terraplanagem foi executada pela empresa vencedora da licitação. Os aterros necessários foram executados em camadas sucessivas de 20,00 centímetros, devidamente compactadas com rolo para evitar futuros recalques do solo.

A empresa executora realizou os serviços de limpeza e nivelamento da rua. A limpeza consistiu na remoção de toda e qualquer matéria orgânica, com cuidado de permitir o fácil escoamento das águas pluviais. Toda e qualquer camada vegetal nas áreas que receberam aterro também foram retiradas. Coube ainda ao empreiteiro vencedor da licitação a locação no terreno e a posição da caixa de rua e meios-fios, conforme projeto aprovado.



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS**

#### **BASE DE MACADAME HIDRÁULICO**

O material empregado na camada de base foi exclusivamente de produtos de britagem previamente classificados, o índice de Suporte Califórnia foi igual ou superior a 80%.

#### **IMPRIMAÇÃO**

A imprimação consistiu numa pintura ligante e impermeabilizante, que recobre a camada da base. Além disto, tem por função fixar as partículas soltas na superfície da base. O material utilizado para a pintura impermeabilizante é derivado do petróleo, conhecido como asfalto diluído (CM-30); a taxa de aplicação do material foi na ordem de 1,2 L/m<sup>2</sup>. Após a cura do CM-30 (72 horas), aplicou-se a pintura de ligação e posteriormente o C.B.U.Q. O material betuminoso foi aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material, deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor. A área a ser imprimada deve-se encontrar seca ou ligeiramente umedecida. É vedado proceder a imprimação com a superfície molhada ou quando a temperatura do ar seja inferior a 10°C ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis.

#### **2.4. Meio-fio**

O concreto utilizado na confecção do meio fio deverá atender as normas da ABNT, especialmente as seguintes normas:

NBR 6118. Projeto e execução de obras de concreto armado; procedimento.

NBR 12654. Controle tecnológico de materiais componentes do concreto: procedimento.

NBR 12655. Concreto – preparo, controle e recebimento: procedimento.

NBR 5739. Concreto - Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos.

Os meio fios deverão atender aos detalhes do presente projeto e possuir resistência de 15 MPa. Deverão ser apresentados ao departamento de engenharia os laudos de rompimento de corpos de prova do concreto utilizado para a execução do meio fio.

O meio-fio será em concreto simples podendo devendo ser moldado "in loco". As dimensões do meio-fio serão conforme projeto. Deverão estar perfeitamente alinhados.

Nas entradas e saídas de veículos o espelho deverá ter altura máxima de 5,00 centímetros.

Os meio fios terão dimensões de 15 x 30 cm, com embutimento de 15 cm e arredondamento da aresta aparente com diâmetro de 5 cm, conforme detalhe em projeto.

#### **2.5. Pintura**





## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS**

A pintura das faixas de pedestres serão na cor branca-neve, em faixas de 4 metros de comprimento e 0,40 metros de largura, intercaladas a cada 0,40 metros. A tinta será a base de resina acrílica emulsionada em água, aplicada de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas, com películas de cor e largura uniforme. A espessura úmida deverá ser de 0,6 mm, com uma única aplicação. Deverão ser incorporados 250 g de microesferas de vidro, tipo Drop-on, para cada m<sup>2</sup> aplicado.

Deverá ser feita a pintura das faixas horizontais, sendo a faixa de eixo das pistas na cor amarela com largura de 10 cm e a faixa das laterais na cor branca com largura de 10 cm e comprimentos de segmentos conforme padrão existente nas ruas, com pintura em tinta acrílica.

Depois de aplicada a pintura, esta deverá ser protegida até sua secagem.

#### **2.6. Limpeza geral**

A obra foi entregue limpa e com a pista de rolamento em perfeitas condições de tráfego.

#### **2.7. Observações**

- a) Todos os materiais e serviços foram de boa qualidade;
- b) Antes de qualquer execução dos elementos em concreto asfáltico foi comunicado o Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Tunápolis;
- c) Por tratar-se de empreitada global, foram executados todos os serviços previstos no memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos, incluindo-se materiais e mão-de-obra, sem direito de suplementação de recursos nos serviços indicados;
- d) Toda medição foi solicitada no Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Tunápolis;

### **3 ORÇAMENTO E CUSTO DA OBRA**

O custo total dos investimentos feitos na execução pavimentação asfáltica e passeios públicos na Avenida Cerro Largo é R\$ 172.373,70 (cento e setenta e dois mil e trezentos e setenta e três reais e setenta centavos).

### **4 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA**

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com as ruas citadas neste edital, que foram valorizados com a execução da obra, sendo que será cobrado



## **ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS**

25% (vinte e cinco por cento) do custo da pavimentação asfáltica conforme Art. 2º da Lei 1.437/2020 e 100% (cem por cento) do custo do material e o custo referente a mão de obra será arcado pela Prefeitura Municipal com as obras de passeio público conforme Lei Municipal n.º 1.354/2018 de 04/05/2018.

Para fins de efetivação do cálculo da pavimentação asfáltica por lote beneficiado com a melhoria, considera-se a metragem linear de testada do lote multiplicado por 4 (quatro).

Para fins de efetivação do cálculo da área de passeio público será a metragem linear da testada do imóvel beneficiado multiplicado por 2 (dois).

### **5 PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER TRIBUTADA**

O valor a ser ressarcido pelos contribuintes, ao Município, na modalidade Tributária de Contribuição de Melhoria, será de R\$ 46.646,08 (quarenta e seis mil seiscentos e quarenta e seis reais e oito centavos), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do custo da pavimentação asfáltica e 100% (cem por cento) do custo do material utilizado com as obras de passeio público.

Para determinar o valor da Contribuição de cada beneficiário serão efetuados os cálculos conforme modelo de notificação de lançamento de contribuição de melhoria em apenso, quais apresentam os valores devidamente corrigidos até a presente data.

### **6 RELAÇÃO DE IMÓVEIS BENEFICIADOS PELA OBRA**

A relação dos contribuintes, com a identificação dos dados cadastrais e valores do tributo, expressos em reais, encontra-se no Anexo I, disponível no mural da prefeitura, para consulta dos interessados.

### **7 PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A Contribuição de Melhoria será cobrada conforme Art. 8º da Lei Municipal n.º 1.437/2020, nas seguintes formas e condições:

- I - integralmente em 30 (trinta) dias do recebimento do lançamento, com 10% (dez por cento) de desconto, para pagamento à vista;
- II - em 60 (sessenta) dias, do recebimento do lançamento, sem acréscimos e sem descontos;
- III - em até 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas, sem valor mínimo de parcela, vencendo a primeira parcela, 30 (trinta) dias do recebimento do lançamento;



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS**

§ 1º O pagamento em parcelas enseja o acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês, de acordo com o estabelecido no Código Tributário Municipal Lei n.º 097/90 de 14 de dezembro de 1990 e Lei Complementar 023/2010 de 09 de setembro de 2010.

§ 2º Caso o contribuinte opte pelo pagamento parcelado, deverá manifestar a opção através de requerimento dirigido à Autoridade Fazendária, devidamente protocolado no Protocolo Geral do Município, pelo menos 20 (vinte) dias antes do vencimento da primeira parcela. Sendo que no requerimento deverá constar o número de parcelas desejadas.

§ 3º O atraso no pagamento das prestações sujeita o contribuinte aos acréscimos previstos no Art. 185 do Código Tributário Municipal Lei n.º 097/90 de 14 de dezembro de 1990.

§ 4º Para os contribuintes que não comparecerem ao Setor de Tributos em até 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital, visando informar via requerimento a forma desejada de pagamento da Contribuição de Melhoria, o Setor de Tributos fará o lançamento de ofício com vencimento do tributo em 60 (sessenta) dias contados da data de publicação deste Edital, conforme Art. 13 da Lei Municipal n.º 1.437/2020.

#### **8 CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL DE RECEITA**

As receitas provenientes da arrecadação, encargos e cobrança da Contribuição de Melhoria serão classificadas, contabilmente na rubrica 4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00; do Balanço Geral do Município de Tunápolis, de acordo com a Lei 4.320, de 17.03.1964, e demais legislações complementares.

#### **9 DISPOSIÇÕES GERAIS**

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras de que trata o presente Edital, têm prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação do presente Edital, conforme Art. 12 da Lei Municipal 1.437/2020, bem como, Art. 217 do Código Tributário Municipal, para impugnação de quaisquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração Finanças e Planejamento da Prefeitura Municipal através de petição fundamentada, devidamente protocolada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custos da obra e número de prestações e não terá efeito suspensivo da cobrança da Contribuição de Melhoria.



## ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

A falta de impugnação ou pagamento nos prazos estabelecidos sujeitará a inscrição em Dívida Ativa conforme Art. 186, com as incidências legais e Cobrança Judicial, conforme Art. 244 do Código Tributário Municipal Lei n.º 97/1990 de 14 de dezembro de 1990.

### 11 Disposições Finais

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Tunápolis, 04 de janeiro de 2022.

**MARINO JOSÉ FREY**  
Prefeito Municipal

### NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Ilmo.(a) Contribuinte  
**Nome do contribuinte**  
Avenida Cerro Largo, Tunápolis/SC

Com os nossos respeitosos cumprimentos, pelo presente levamos ao conhecimento que fica Vossa Senhoria **NOTIFICADA** DO LANÇAMENTO da Contribuição de Melhoria – **ASFALTO e PASSEIO PÚBLICO** Avenida **Cerro Largo, Perímetro Urbano**, relativa ao Cadastro Imobiliário Municipal n.º Imóvel Lote Urbano n.º assim discriminado:

Imóvel	Área do Imóvel	Testada	Valor p/ m² Asfalto	Valor p/ m² Passeio Público	Data Vencimento	Valor a ser cobrado de Contribuição de Melhoria	Valorização Imobiliária
n.º	m²	m	R\$ 26,555 Anexo VIII Lei n.º 1.437/2020	Anexo IX Lei n.º 1.437/2020	05/02/2022	R\$	R\$

Os valores foram lançados conforme Código Tributário Municipal Lei n.º 097/1990, Art. 165º; Lei Municipal n.º 10/2005, de 23/03/2005 – Contribuições de Melhoria; Lei Municipal n.º 1.437/2020 que autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria; Edital de Contribuição de Melhoria n.º 001/2022 de 04 de janeiro de 2022.

Os Valores foram atualizados conforme variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) no período compreendido da aprovação da Lei até a presente data.

Fórmula de cálculo da Contribuição de Melhoria, conforme Lei n.º 10/2005, de 23 de março de 2005.

Art. 4º O cálculo da contribuição de melhoria utiliza-se a seguinte fórmula:



## ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

CO  
CM = ----- X AIIB  
SAIB

onde:

CM = Valor a ser pago a título de Contribuição de Melhoria; 25% do custo da obra

CO = Custo da Obra, ou se for o caso, parcela do custo da obra a ser financiada pelos contribuintes;

SAIB = Somatório da Área de todos os Imóveis pertencentes à zona Beneficiada;

AIIB = Área Individual de cada Imóvel Beneficiado (testada do imóvel multiplicado por: largura do asfalto 4,00m )

O presente lançamento poderá ser impugnado no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da presente Notificação, conforme Art. 217º, do Código Tributário Municipal Lei n.º 097/1990.

O pagamento poderá ser realizado conforme Código Tributário Municipal, Lei n.º 097/1990, conforme segue:

"Art. 165º - A contribuição de melhoria será lançada cumulativamente e arrecada integralmente em 30 (trinta) dias do recebimento do lançamento, com 10% (dez por cento) de desconto, para pagamento à vista.

Parágrafo Único – Poderá o contribuinte optar pelo pagamento parcelado, incidindo sobre o parcelamento, juros de 1% (um por cento) ao mês, conforme Lei Complementar 023/2010, considerando as seguintes condições:

Conforme Lei Municipal n.º 1.437/2020 de 02/09/2020:

"Art. 8º A Contribuição de Melhoria será cobrada nas seguintes formas e condições:

I - integralmente em 30 (trinta) dias do recebimento do lançamento, com 10% (dez por cento) de desconto, para pagamento à vista;

II - em 60 (sessenta) dias, do recebimento do lançamento, sem acréscimos e sem descontos;

III - em até 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas, sem valor mínimo de parcela, vencendo a primeira parcela, 30 (trinta) dias do recebimento do lançamento."

A falta de impugnação ou pagamento nos prazos estabelecidos sujeitará a inscrição em Dívida Ativa conforme Art. 186º, com as incidências legais: Protesto Judicial, com inscrição em órgãos de proteção ao crédito e registro de devedores – Serasa - autorizado pela Lei Municipal n.º 1.206/2014 de 15/12/2014; Cobrança Judicial - Execução Fiscal, conforme Art. 244º do Código Tributário Municipal Lei n.º 97/1990 de 14 de dezembro de 1990.

Tunápolis, SC, 04 de janeiro de 2022.

**Solange Beatris Melz**  
Responsável pelo setor  
Portaria 5.682/2021

**Jackson Scherer**  
Secretário da Administração  
Finanças e Planejamento

**Marino José Frey**  
Prefeito



# ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

## RELACÃO DE IMÓVEIS E RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS VALOR A SER COBRADO A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Nome Proprietário	Cadastro Imobiliário	Descrição Imóvel Urbano	Testada (m)	Área Imóvel (m²)	Valor m² Asfalto Corrigido	Valor Asfalto Corrigido	Valor Passeio Público Corrigido	Valor total a ser cobrado a título de contribuição de melhoria	Valorização Imobiliária	Valor total a ser cobrado a título de contribuição de melhoria (teto valorização imóvel)
AULICE MARIA KÖHLER EIDT	950	Lote n.º 42-B	26,04	474,07	29,40756	R\$ 3.063,09	R\$ 1.767,94	R\$ 4.831,03	R\$ 5.249,85	R\$ 4.831,03
AURÉLIO ROQUE FLACH	369	Parte Lote 45	35,35	568,00	29,40756	R\$ 4.158,23	R\$ 1.775,85	R\$ 5.934,08	R\$ 6.290,03	R\$ 5.934,08
BRAZ HECK	117	Lote n.º 41	20,10	525,00	29,40756	R\$ 2.364,37	R\$ 1.395,28	R\$ 3.759,65	R\$ 5.813,85	R\$ 3.759,65
CAROLINE LUIZA STRACK	552	Lote 43-B	9,75	341,00	29,40756	R\$ 1.146,89	R\$ 434,29	R\$ 1.581,18	R\$ 3.776,23	R\$ 1.581,18
ÉDER TERNUS	704	Lote 37	28,45	720,00	29,40756	R\$ 3.346,58	R\$ 2.024,39	R\$ 5.370,97	R\$ 7.973,28	R\$ 5.370,97
ERNO ULRICH	334	Lote 46	24,90	1.001,00	29,40756	R\$ 2.928,99	R\$ 1.124,67	R\$ 4.053,66	R\$ 11.085,07	R\$ 4.053,66
EVARISTO ROYER	795	Lote 47-A	12,37	396,00	29,40756	R\$ 1.455,09	R\$ 724,42	R\$ 2.179,51	R\$ 4.385,30	R\$ 2.179,51
EVARISTO ROYER	796	Lote 47	12,37	396,00	29,40756	R\$ 1.455,09	R\$ 724,42	R\$ 2.179,51	R\$ 4.834,60	R\$ 2.179,51
ESPÓLIO DE MAURO LUIZ BAMBERG	798	Lote 441	21,75	592,00	29,40756	R\$ 2.558,46	R\$ 969,55	R\$ 3.528,01	R\$ 6.555,80	R\$ 3.528,01
NERI JOSÉ LUDWIG	447	Lote 40	12,65	521,00	29,40756	R\$ 1.488,02	R\$ 805,39	R\$ 2.293,41	R\$ 5.769,55	R\$ 2.293,41
RENATO PEDRO DILL	450	Lotes n.º 48 e n.º 47-B	5,60	1.646,00	29,40756	R\$ 658,73	R\$ 235,65	R\$ 894,38	R\$ 18.227,80	R\$ 894,38
ROQUE STRIEDER	789	Parte Chácara 4	22,00	3.292,50	29,40756	R\$ 2.587,87	R\$ 978,28	R\$ 3.566,15	R\$ 36.461,14	R\$ 3.566,15
RUI BAMBERG	553	Lote 43-C	3,00	566,00	29,40756	R\$ 352,89	R\$ 139,13	R\$ 492,02	R\$ 6.267,88	R\$ 492,02
VANDUIR SCHERER	172	Lote 43-A	10,15	334,00	29,40756	R\$ 1.193,95	R\$ 523,37	R\$ 1.717,32	R\$ 3.698,71	R\$ 1.717,32
VIVIANE EIDT *	929	Lote n.º 42-A	30,71	448,16	29,40756	R\$ 3.612,42	R\$ 2.085,00	R\$ 5.697,42	R\$ 4.962,92	R\$ 4.962,92
WUNIBALDO NYLAND	705	Lote 38	19,00	619,00	29,40756	R\$ 2.234,97	R\$ 1.342,64	R\$ 3.577,61	R\$ 6.854,80	R\$ 3.577,61

\*Valores de Contribuição de Melhoria Reduzidos ao limite da Valorização Imobiliária



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Custos dos passeios construídos no prolongamento da Avenida Cerro Largo

Proprietário:	<b>Alice Maria Kohler Eidt - 56,75m</b>		
Qtd	Material utilizado		Total
5,67m³	Concreto usinado (315,00)		1.787,62
430pç	Blocos Largos (3,00)		1.290,00
02pç	Malha de Ferro 3x2 (27,00)		54,00
25pç	Lajotas Vermelhas (3,85)		96,25
30m	Treliça (3,50)		105,00
60m	Ferro 8mm (2,44)		146,40
		<b>Total</b>	<b>3.479,27</b>

Proprietário:	<b>Braz Heck – 20,10m</b>		
Qtd	Material utilizado		Total
2,01m³	Concreto usinado (315,00)		633,15
60pç	Blocos Largos (3,00)		180,00
40pç	Blocos Estreitos (2,80)		112,00
25pç	Lajotas Vermelhas (3,85)		96,25
36m	Treliça (3,50)		126,00
24m	Ferro 8mm (2,44)		58,56
02pç	Malha de Ferro 3x2 (27,00)		54,00
		<b>Total</b>	<b>1.259,96</b>

Proprietário:	<b>Renato Pedro Dill - 5,60m</b>		
Qtd	Material utilizado		Total
0,56m³	Concreto usinado (315,00)		176,40
13 pç	Blocos Estreitos (2,80)		36,40
		<b>Total</b>	<b>212,80</b>





# ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Proprietário:	<b>Evaristo Royer – 24,74m</b>		
<b>Qtd</b>	<b>Material utilizado</b>		<b>Total</b>
2,47m³	Concreto usinado (315,00)		779,31
10pç	Malha de Ferro 2x3 (27,00)		270,00
10pç	Blocos Estreitos (2,80)		28,00
60pç	Lajotas Vermelhas (3,85)		231,00
	<b>Total</b>		<b>1.308,31</b>

Proprietário:	<b>Erno Ulrich – 24,90m</b>		
<b>Qtd</b>	<b>Material utilizado</b>		<b>Total</b>
2,49m³	Concreto usinado (315,00)		784,35
27pç	Blocos Largos(3,00)		81,00
25pç	Lajotas Vermelhas(3,85)		96,25
02pç	Malha 3x2 (27,00)		54,00
	<b>Total</b>		<b>1.015,60</b>

Proprietário:	<b>Aurélio Roque Flach – 35,35m</b>		
<b>Qtd</b>	<b>Material utilizado</b>		<b>Total</b>
3,53m³	Concreto usinado (315,00)		1.113,52
02pç	Malha 3x2 (27,00)		54,00
87pç	Blocos Estreitos (2,80)		243,60
50pç	Lajotas Vermelhas (3,85)		192,50
	<b>Total</b>		<b>1.603,62</b>



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Proprietário:	<b>Neri Jose Ludwig - 12,65m</b>		
Qtd	Material utilizado	Total	
1,26m³	Concreto usinado	398,47	
24m	Ferro 8mm (2,44)	58,56	
40pç	Blocos Largos (3,00)	120,00	
25pç	Lajotas Vermelhas (3,85)	96,25	
02 pç	Malha de Ferro 2x3 (27,00)	54,00	
	<b>Total</b>	<b>727,28</b>	

Proprietário:	<b>Eder Ternus - 28,45m</b>		
Qtd	Material utilizado	Total	
2,84m³	Concreto usinado (315,00)	894,60	
02pç	Malha de Ferro 2x3 (27,00)	54,00	
165pç	Blocos Largos (3,00)	495,00	
52pç	Blocos Estreitos (2,80)	145,60	
25pç	Lajotas Vermelhas(3,85)	96,25	
24m	Treliça (3,50)	84,00	
24m	Ferro 8mm (2,44)	58,56	
	<b>Total</b>	<b>1.828,01</b>	

Proprietário:	<b>Wunibaldo Nyland - 19m</b>		
Qtd	Material utilizado	Total	
1,90m³	Concreto usinado (315,00)	598,50	
100pç	Blocos Largos (3,00)	300,00	
33pç	Blocos Estreitos	92,40	
25pç	Lajotas Vermelhas (3,85)	96,25	
12m	Treliça (3,50)	42,00	
12m	Ferro 8mm (2,44)	29,28	
02pç	Malha de Ferro 3x2 (27,00)	54,00	
	<b>Total</b>	<b>1.212,43</b>	



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Proprietário:	<b>Rui Bamberg – 10,15 +3,00 = 13,15m</b>		
<b>Qtd</b>	<b>Material utilizado</b>	<b>Total</b>	
1,31m³	Concreto usinado (315,00)	412,65	
25pç	Blocos Estreitos (2,80)	70,00	
16pç	Lajotas Vermelhas(3,85)	61,60	
02 pç	Malha de Ferro 3x2 (27,00)	54,00	
	<b>Total</b>	<b>598,25</b>	
Proprietário:	<b>Caroline Luiza Strack , - 9,75m</b>		
<b>Qtd</b>	<b>Material utilizado</b>	<b>Total</b>	
0,975m³	Concreto usinado (315,00)	307,12	
18pç	Blocos Estreitos (2,80)	50,40	
09pç	Lajotas Vermelhas(3,85)	34,65	
	<b>Total</b>	<b>392,17</b>	

Proprietário:	<b>Mauro Luiz Bamberg – 21,75m</b>		
<b>Qtd</b>	<b>Material utilizado</b>	<b>Total</b>	
2,17m³	Concreto usinado (315,00)	685,12	
68pç	Blocos Estreitos (2,80)	190,40	
	<b>Total</b>	<b>875,52</b>	

Proprietário:	<b>Roque Strieder- 22,00m</b>		
<b>Qtd</b>	<b>Material utilizado</b>	<b>Total</b>	
2,20m³	Concreto usinado (315,00)	693,00	
68pç	Blocos Estreitos (2,80)	190,40	
	<b>Total</b>	<b>883,40</b>	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2022**

Publicação Nº 3519735

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2022**

Pelo presente Edital, o Chefe do Poder Executivo, MARINO JOSÉ FREY, Prefeito do Município de Tunápolis – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e para os fins previstos no artigo 145, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.08.1988, dos artigos 81 e 82, da Lei 5.172, de 26.10.1966, Código Tributário Nacional, do Decreto/Lei nº.165/97, artigos 152 à 166 do Código Tributário Municipal de Tunápolis – Lei 097/90 de 14 de dezembro de 1990 e ditames da Lei Complementar nº 10/2005 e Lei Municipal nº 1438/2020 de 02 de setembro de 2020, divulga o presente Edital, demonstrando os custos da obra, com fins de Contribuição de Melhoria, para ressarcimento parcial ao erário, dos valores despendidos com os elementos relativos à obra pública de pavimentação asfáltica e passeio público, haja vista a valorização imobiliária adquirida, de conformidade com os itens a seguir relacionados:

**1 RESPONSABILIDADE PELA OBRA**

A Secretaria Municipal de Transportes e Obras através do Departamento de Urbanismo é unidade administrativa pública, responsável pela elaboração do projeto, pela supervisão da execução da obra e pelo esclarecimento de eventuais dúvidas técnicas sobre o mesmo.

**2 MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO**

O presente memorial descreve normas para execução dos serviços realizados e o emprego dos materiais que fizeram parte das obras de **Pavimentação Asfáltica e Passeios Públicos em CBUQ**, conforme planta em anexo.

Foi fornecido ao empreiteiro um jogo completo e aprovado dos projetos e especificações técnicas dos serviços executados na obra, sendo que o mesmo foi fiscalizado para executar os serviços de perfeito acordo com os projetos e detalhes.

Todo o material empregado na obra recebeu aprovação da fiscalização antes de ser utilizado e estava de acordo com as especificações dos projetos e deste memorial.

Foi fixado em local visível placa de identificação da obra, com dimensões de 1,50 x 2,00 metros em chapa de aço galvanizado fixada em estrutura de madeira pintada.

**2.1. Localização da obra:**

O local onde foi executado o serviço é na **Rua 24 de Abril** [iniciando no cruzamento com a Rua Santa Cruz (Lote 95 versus Lote 93-B) passando pelo cruzamento



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS**

com a Rua Santo Cristo (Lote 94 versus Lote 93-A; e Lote 73 versus Lote 89-A) até o cruzamento com a Rua Santo Ângelo (Lote 78 versus Lote 79-B)], no perímetro urbano do município de Tunápolis, SC.

#### **2.2. Drenagem pluvial**

Antes da execução dos serviços de pavimentação foram executados os serviços de drenagem pluvial que estão de acordo com o projeto em anexo. A drenagem pluvial compreende os serviços de escavação mecânica das valas, assentamento dos tubos, reaterro das valas e a construção das bocas de lobo.

As valas rigorosamente seguiram o projeto no que se refere ao diâmetro dos tubos. Após a abertura das valas foram lançados os tubos com declividade mínima de 0,5% sendo os mesmos aterrados com material cuja capacidade de suporte foi adequada ao fim a que se destina e apiloados em camadas sucessivas de 20,00 centímetros.

As caixas coletoras com boca-de-lobo foram executadas com tijolos maciços, formando parede com espessura de 10,0 centímetros. Foram rebocadas internamente tendo no fundo uma camada de 5,0 centímetros de brita Ø ¾" e camada de 10,0 centímetros em concreto armado, tendo também uma verga construída na parte superior. Para suporte da grade de ferro foi chumbada cantoneira de ferro com perfis de 1 ½" x 3/8". A grade foi com barras de aço de 1 ½" x 3/8" e espaçamento de 4 cm.

O sentido normal das escavações foi sempre de jusante para montante. Quando a coesão do solo foi muito baixa, foi executado o escoramento da vala de maneira a evitar possível desmoronamento. A reposição da terra na vala foi executada da seguinte forma: Foi colocado material de granulometria fina de cada lado dos tubos, o qual foi sendo cuidadosamente apiloado.

#### **2.3. Pavimentação asfáltica sobre o leito natural existente**

A terraplanagem foi executada pela empresa vencedora da licitação. Os aterros necessários foram executados em camadas sucessivas de 20,00 centímetros, devidamente compactadas com rolo para evitar futuros recalques do solo.

A empresa executora realizou os serviços de limpeza e nivelamento da rua. A limpeza consistiu na remoção de toda e qualquer matéria orgânica, com cuidado de permitir o fácil escoamento das águas pluviais. Toda e qualquer camada vegetal nas áreas que receberam aterro também foram retiradas. Coube ainda ao empreiteiro vencedor da licitação a locação no terreno e a posição da caixa de rua e meios-fios, conforme projeto aprovado.

**BASE DE MACADAME HIDRÁULICO**



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS**

O material empregado na camada de base foi exclusivamente de produtos de britagem previamente classificados, o índice de Suporte Califórnia deverá ser igual ou superior a 80%.

#### **IMPRIMAÇÃO**

A imprimação consistiu numa pintura ligante e impermeabilizante, que recobre a camada da base. Além disto, tem por função fixar as partículas soltas na superfície da base. O material utilizado para a pintura impermeabilizante é derivado do petróleo, conhecido como asfalto diluído (CM-30); a taxa de aplicação do material foi na ordem de 1,2 L/m². Após a cura do CM-30 (72 horas), aplicou-se a pintura de ligação e posteriormente o C.B.U.Q. O material betuminoso foi aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material, deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor. A área a ser imprimada deve-se encontrar seca ou ligeiramente umedecida. É vedado proceder a imprimação com a superfície molhada ou quando a temperatura do ar seja inferior a 10°C ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis.

#### **2.4. Meio-fio**

O concreto utilizado na confecção do meio fio deverá atender as normas da ABNT, especialmente as seguintes normas:

NBR 6118. Projeto e execução de obras de concreto armado; procedimento.

NBR 12654. Controle tecnológico de materiais componentes do concreto: procedimento.

NBR 12655. Concreto – preparo, controle e recebimento: procedimento.

NBR 5739. Concreto - Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos.

Os meio fios deverão atender aos detalhes do presente projeto e possuir resistência de 20 MPa. Deverão ser apresentados ao departamento de engenharia os laudos de rompimento de corpos de prova do concreto utilizado para a execução do meio fio.

O meio-fio será em concreto simples podendo ser moldado "in loco". As dimensões do meio-fio serão conforme projeto. Deverão estar perfeitamente alinhados.

Nas entradas e saídas de veículos o espelho deverá ter altura máxima de 5,10 centímetros.

Os meio fios terão dimensões de 15 x 30 cm, com embutimento de 15 cm e arredondamento da aresta aparente com diâmetro de 5 cm, conforme detalhe em projeto.

#### **2.5. Pintura**



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS**

A pintura das faixas de pedestres serão na cor branca-neve, em faixas de 4 metros de comprimento e 0,40 metros de largura, intercaladas a cada 0,40 metros. A tinta será a base de resina acrílica emulsionada em água, aplicada de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas, com películas de cor e largura uniforme. A espessura úmida deverá ser de 0,6 mm, com uma única aplicação. Deverão ser incorporados 250 g de microesferas de vidro, tipo Drop-on, para cada m<sup>2</sup> aplicado.

Deverá ser feita a pintura das faixas horizontais, sendo a faixa de eixo das pistas na cor amarela com largura de 10 cm e a faixa das laterais na cor branca com largura de 10 cm e comprimentos de segmentos conforme padrão existente nas ruas, com pintura em tinta acrílica.

Depois de aplicada a pintura, esta deverá ser protegida até sua secagem.

#### **2.6. Limpeza geral**

A obra foi entregue limpa e com a pista de rolamento em perfeitas condições de tráfego.

#### **2.7. Observações**

- a) Todos os materiais e serviços foram de boa qualidade;
- b) Antes de qualquer execução dos elementos em concreto asfáltico foi comunicado o Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Tunápolis;
- c) Por tratar-se de empreitada global, foram executados todos os serviços previstos no memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos, incluindo-se materiais e mão-de-obra, sem direito de suplementação de recursos nas previstos nos serviços indicados;
- d) Toda medição foi solicitada no Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Tunápolis;

### **3 ORÇAMENTO E CUSTO DA OBRA**

O custo total dos investimentos feitos na execução pavimentação asfáltica e passeios públicos na Rua 24 de Abril é R\$ 207.029,80 (duzentos e sete mil e vinte e nove reais e oitenta centavos).

### **4 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA**

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com as ruas citadas neste edital, que foram valorizados com a execução da obra, sendo que será cobrado





## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS**

25% (vinte e cinco por cento) do custo da pavimentação asfáltica conforme Art. 2º da Lei 1.438/2020 e 100% (cem por cento) do custo do material e o custo referente a mão de obra será arcado pela Prefeitura Municipal com as obras de passeio público conforme Lei Municipal n.º 1.354/2018 de 04/05/2018.

Para fins de efetivação do cálculo da pavimentação asfáltica por lote beneficiado com a melhoria, considera-se a metragem linear de testada do lote multiplicado por 4 (quatro).

Para fins de efetivação do cálculo da área de passeio público será a metragem linear da testada do imóvel beneficiado multiplicado por 2 (dois).

#### **5 PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER TRIBUTADA**

O valor a ser ressarcido pelos contribuintes, ao Município, na modalidade Tributária de Contribuição de Melhoria, será de R\$ 69.817,13 (sessenta e nove mil, oitocentos e dezessete reais e treze centavos), correspondendo a 25% (vinte e cinco por cento) do custo da pavimentação asfáltica e 100% (cem por cento) do custo do material utilizado com as obras de passeio público, observado o limite da valoração imobiliária oriunda da Contribuição de Melhoria.

Para determinar o valor da Contribuição de cada beneficiário serão efetuados os cálculos conforme modelo de notificação de lançamento de contribuição de melhoria em apenso, quais apresentam os valores devidamente corrigidos até a presente data.

#### **6 RELAÇÃO DE IMÓVEIS BENEFICIADOS PELA OBRA**

A relação dos contribuintes, com a identificação dos dados cadastrais e valores do tributo, expressos em reais, encontra-se no Anexo I, disponível no mural da prefeitura, para consulta dos interessados.

#### **7 PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A Contribuição de Melhoria será cobrada conforme Art. 8º da Lei Municipal n.º 1.438/2020, nas seguintes formas e condições:

- I - integralmente em 30 (trinta) dias do recebimento do lançamento, com 10% (dez por cento) de desconto, para pagamento à vista;
- II - em 60 (sessenta) dias, do recebimento do lançamento, sem acréscimos e sem descontos;
- III - em até 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas, sem valor mínimo de parcela, vencendo a primeira parcela, 30 (trinta) dias do recebimento do lançamento;



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS**

§ 1º O pagamento em parcelas enseja o acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês, de acordo com o estabelecido no Código Tributário Municipal Lei n.º 097/90 de 14 de dezembro de 1990 e Lei Complementar 023/2010 de 09 de setembro de 2010.

§ 2º Caso o contribuinte opte pelo pagamento parcelado, deverá manifestar a opção através de requerimento dirigido à Autoridade Fazendária, devidamente protocolado no Protocolo Geral do Município, pelo menos 20 (vinte) dias antes do vencimento da primeira parcela. Sendo que no requerimento deverá constar o número de parcelas desejadas.

§ 3º O atraso no pagamento das prestações sujeita o contribuinte aos acréscimos previstos no Art. 185 do Código Tributário Municipal Lei n.º 097/90 de 14 de dezembro de 1990.

§ 4º Para os contribuintes que não comparecerem ao Setor de Tributos em até 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital, visando informar via requerimento a forma desejada de pagamento da Contribuição de Melhoria, o Setor de Tributos fará o lançamento de ofício com vencimento do tributo em 60 (sessenta) dias contados da data de publicação deste Edital, conforme Art. 13 da Lei Municipal n.º 1.438/2020.

#### **8 CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL DE RECEITA**

As receitas provenientes da arrecadação, encargos e cobrança da Contribuição de Melhoria serão classificadas, contabilmente na rubrica 4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00; do Balanço Geral do Município de Tunápolis, de acordo com a Lei 4.320, de 17.03.1964, e demais legislações complementares.

#### **9 DISPOSIÇÕES GERAIS**

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras de que trata o presente Edital, têm prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação do presente Edital, conforme Art. 12 da Lei Municipal 1.438/2020, bem como, Art. 217 do Código Tributário Municipal, para impugnação de quaisquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição fundamentada, devidamente protocolada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custos da obra e número de prestações e não terá efeito suspensivo da cobrança da Contribuição de Melhoria.



## ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

A falta de impugnação ou pagamento nos prazos estabelecidos sujeitará a inscrição em Dívida Ativa conforme Art. 186, com as incidências legais e Cobrança Judicial, conforme Art. 244 do Código Tributário Municipal Lei n.º 97/1990 de 14 de dezembro de 1990.

### 11 Disposições Finais

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Tunápolis, 04 de janeiro de 2022.

**MARINO JOSÉ FREY**  
Prefeito Municipal

### NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Ilmo.(a) Contribuinte  
**Nome do contribuinte**  
Rua 24 de Abril, Tunápolis/SC

Com os nossos respeitosos cumprimentos, pelo presente levamos ao conhecimento que fica Vossa Senhoria **NOTIFICADA** DO LANÇAMENTO da Contribuição de Melhoria – ASFALTO e PASSEIO PÚBLICO Rua 24 de Abril, Perímetro Urbano, relativa ao Cadastro Imobiliário Municipal n.º Imóvel Lote Urbano n.º assim discriminado:

Imóvel	Área do Imóvel	Testada	Valor p/ m² Asfalto	Valor p/ m² Passeio Público	Data Vencimento	Valor a ser cobrado de Contribuição de Melhoria	Valorização Imobiliária
n.º	m²	m	R\$ 27,38 Anexo X Lei n.º 1.438/2020	R\$ 39,77 Anexo X Lei n.º 1.438/2020	05/02/2022	R\$	R\$

Os valores foram lançados conforme Código Tributário Municipal Lei n.º 097/1990, Art. 165º; Lei Municipal n.º 10/2005, de 23/03/2005 – Contribuições de Melhoria; Lei Municipal n.º 1.438/2020 que autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria; Edital de Contribuição de Melhoria n.º 002/2022 de 04 de janeiro de 2022.

Os Valores foram atualizados conforme variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) no período compreendido da aprovação da Lei até a presente data.

Fórmula de cálculo da Contribuição de Melhoria, conforme Lei n.º 10/2005, de 23 de março de 2005.

Art. 4º O cálculo da contribuição de melhoria utiliza-se a seguinte fórmula:



## ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

CO  
CM = ----- X AIIB  
SAIB

onde:

CM = Valor a ser pago a título de Contribuição de Melhoria; 25% do custo da obra

CO = Custo da Obra, ou se for o caso, parcela do custo da obra a ser financiada pelos contribuintes;

SAIB = Somatório da Área de todos os Imóveis pertencentes à zona Beneficiada;

AIIB = Área Individual de cada Imóvel Beneficiado (testada do imóvel multiplicado por: largura do asfalto 4,00m )

O presente lançamento poderá ser impugnado no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da presente Notificação, conforme Art. 217º, do Código Tributário Municipal Lei n.º 097/1990.

O pagamento poderá ser realizado conforme Código Tributário Municipal, Lei n.º 097/1990, conforme segue:

"Art. 165º - A contribuição de melhoria será lançada cumulativamente e arrecada integralmente em 30 (trinta) dias do recebimento do lançamento, com 10% (dez por cento) de desconto, para pagamento à vista.

Parágrafo Único – Poderá o contribuinte optar pelo pagamento parcelado, incidindo sobre o parcelamento, juros de 1% (um por cento) ao mês, conforme Lei Complementar 023/2010, considerando as seguintes condições:

Conforme Lei Municipal n.º 1.438/2020 de 02/09/2020:

"Art. 8º A Contribuição de Melhoria será cobrada nas seguintes formas e condições:

I - integralmente em 30 (trinta) dias do recebimento do lançamento, com 10% (dez por cento) de desconto, para pagamento à vista;

II - em 60 (sessenta) dias, do recebimento do lançamento, sem acréscimos e sem descontos;

III - em até 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas, sem valor mínimo de parcela, vencendo a primeira parcela, 30 (trinta) dias do recebimento do lançamento."

A falta de impugnação ou pagamento nos prazos estabelecidos sujeitará a inscrição em Dívida Ativa conforme Art. 186º, com as incidências legais: Protesto Judicial, com inscrição em órgãos de proteção ao crédito e registro de devedores – Serasa - autorizado pela Lei Municipal n.º 1.206/2014 de 15/12/2014; Cobrança Judicial - Execução Fiscal, conforme Art. 244º do Código Tributário Municipal Lei n.º 97/1990 de 14 de dezembro de 1990.

Tunápolis, SC, 04 de janeiro de 2022.

**Solange Beatris Melz**  
Responsável Setor Tributos  
Portaria 5.682/2021

**Jackson Scherer**  
Secretário da Administração  
Finanças e Planejamento

**Marino José Frey**  
Prefeito



RELACÃO DE IMÓVEIS E RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS  
VALOR A SER COBRADO A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Nome Proprietário	Cadastro Imobiliário	Descrição Imóvel Urbano	Testada (m)	Área Imóvel (m²)	Valor m² Asfalto 25% Custo Corrigido	Valor Asfalto Corrigido	Valor por m² passeio público Materiais Corrigido	Valor Passeio Público Corrigido	Valor a ser cobrado a título de contribuição de melhoria	Valorização Imobiliária	Valor a ser cobrado a título de contribuição de melhoria (limite teto valorização)
CANÍSIO GROTH	402	78	46,65	1432,00	30,32	R\$ 5.657,71	44,041	R\$ 4.109,03	R\$ 9.766,74	R\$ 15.857,97	R\$ 9.766,74
CARLA CRISTINA ULRICH	248	89-B	27,00	538,50	30,32	R\$ 3.274,56	44,041	R\$ 2.378,21	R\$ 5.652,77	R\$ 5.963,34	R\$ 5.652,77
DIONÍSIO SCHORR	320	74	18,80	837,00	30,32	R\$ 2.280,06	44,041	R\$ 1.655,94	R\$ 3.936,01	R\$ 9.268,93	R\$ 3.936,01
EVALDO JUNGES	282	87	20,70	790,00	30,32	R\$ 2.510,50	44,041	R\$ 1.823,30	R\$ 4.333,79	R\$ 8.748,46	R\$ 4.333,79
HARRI ALOÍSIO EIDT	247	88	20,40	795,00	30,32	R\$ 2.474,11	44,041	R\$ 1.796,87	R\$ 4.270,98	R\$ 8.803,83	R\$ 4.270,98
JANDIR WESCHENFELDER	805	79-B	20,27	398,56	30,32	R\$ 2.458,35	44,041	R\$ 1.785,42	R\$ 4.243,77	R\$ 4.413,65	R\$ 4.243,77
SÉRGIO WOLLMANN *	14	93-B	20,38	327,64	30,32	R\$ 2.471,69	44,041	R\$ 1.795,11	R\$ 4.266,80	R\$ 3.628,28	R\$ 3.628,28
JOSE HUGO SCHAAB	312	86	20,00	789,00	30,32	R\$ 2.425,60	44,041	R\$ 1.761,64	R\$ 4.187,24	R\$ 8.737,38	R\$ 4.187,24
LAURINDO BECKER *	887	93-A	20,38	327,64	30,32	R\$ 2.471,69	44,041	R\$ 1.795,11	R\$ 4.266,80	R\$ 3.628,28	R\$ 3.628,28
ODAIR LUIS ULRICH *	644	89-A	23,50	432,50	30,32	R\$ 2.850,08	44,041	R\$ 2.069,93	R\$ 4.920,01	R\$ 4.789,50	R\$ 4.789,50
RICARDO WERLANG	504	77	29,90	1218,00	30,32	R\$ 3.626,27	44,041	R\$ 2.633,65	R\$ 6.259,92	R\$ 13.488,13	R\$ 6.259,92
STELA LÚCIA WERLANG ROHR	319	73	39,60	853,00	30,32	R\$ 4.802,69	44,041	R\$ 3.488,05	R\$ 8.290,74	R\$ 9.446,12	R\$ 8.290,74
TERESINHA HAAS BOURSCHIED	505	79-A	19,53	388,44	30,32	R\$ 2.368,60	44,041	R\$ 1.720,24	R\$ 4.088,84	R\$ 4.301,58	R\$ 4.088,84
VERIDIANA THOMAS TAVARES	253	95	25,25	1102,00	30,32	R\$ 3.062,32	44,041	R\$ 2.224,07	R\$ 5.286,39	R\$ 12.203,54	R\$ 5.286,39
VERIDIANA THOMAS TAVARES	252	94	23,65	1111,00	30,32	R\$ 2.868,27	44,041	R\$ 2.083,14	R\$ 4.951,41	R\$ 12.303,21	R\$ 4.951,41

\* Valores de Contribuição de Melhoria Reduzidos ao Limite da Valorização Imobiliária.

**ERRATA AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2022**

Publicação Nº 3521499

**ERRATA AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2022**

Pelo presente, o Chefe do Poder Executivo, MARINO JOSÉ FREY, Prefeito do Município de Tunápolis – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e para os fins previstos no artigo 145, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.08.1988, dos artigos 81 e 82, da Lei 5.172, de 26.10.1966, Código Tributário Nacional, do Decreto/Lei nº.165/97, artigos 152 à 166 do Código Tributário Municipal de Tunápolis – Lei 097/90 de 14 de dezembro de 1990 e ditames da Lei Complementar nº 10/2005 e Lei Municipal nº 1.290/2016 de 21 de dezembro de 2016, divulga a ERRATA ao Edital de Contribuição de Melhoria n.º 001/2022.

ONDE SE LÊ : Relação de imóveis e respectivos proprietários valor a ser cobrado a título de Contribuição de Melhoria, Rui Bamberg.

LEIA –SE: Relação de imóveis e respectivos proprietários valor a ser cobrado a título de Contribuição de Melhoria, Arline Maria Matthes Schmitt.

Demais itens do referido edital, permanecem inalterados.

Tunápolis, 05/01/2022.

MARINO JOSÉ FREY  
Prefeito Municipal

**O CADASTRAR O REGISTRO NO TCE: PROCESSO: 11/2022; SEQUENCIAL: 9; MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO. CÓDIGO REGISTRO TCE: A3880DB1F3188255C2C1257DE351341F3B2B0021**

Publicação Nº 3521405

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A3880DB1F3188255C2C1257DE351341F3B2B0021

**PROCESSO Nº 11/2022**

ASSUNTO: A presente dispensa de licitação tem por objeto o Pagamento da Inspeção dos veículos PLACA MHD 8166, MLK2254, MGS 9969, MHW 2540, QJQ 7767, REB1 E72, RXK6D39, para finalização da documentação após ajustes solicitados para legalização dos veículos que realizam o Transporte Escolar para o 1º semestre de 2022.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal da Educação Sucesso ao cadastrar o registro no TCE:

Processo: 11/2022;

Sequencial: 9;

Modalidade: Dispensa de licitação.

Código registro TCE: A3880DB1F3188255C2C1257DE351341F3B2B0021.

**ASPECTOS PRELIMINARES DO CASO EM APREÇO**

A pedido da Secretária Municipal da Educação, em face de justificativa apresentada, passamos a analisar as razões de fato e de direito que cercam a solicitação de Contratação de empresa especializada em serviços de inspeção para legalização de veículos.

Trata-se de procedimento de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, inciso II da Lei n.º 8.666/93, com vistas à aquisição da forma acima apresentada.

Os autos foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com todos os documentos necessários à presente análise.

A pedido da Sra. Secretária do município ao passo de buscar orientação no sentido de aquisição dos serviços acima descritos, qual servirá para atendimento a população do município, sobreveio a este setor para análise jurídica.

**DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA**

Referida aquisição deve se dar por meio de Dispensa de Licitação, visto até o presente momento não ter o município investido em contratações desta natureza e tão pouco ter programação para maiores investimentos até o final do exercício que possam ultrapassar os limites legais.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica.

Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

A presente dispensa de Licitação, com a contratação direta, tem previsão legal nos art. 24, inciso II da Lei n.º 8.666/93, que a propósito abaixo reproduzimos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

No caso vertente, pressupõe-se correta a opção pela Dispensa de Licitação, uma vez que presentes os requisitos impostos pela legislação que rege a matéria.

DA ESCOLHA PELA DISPENSA DE LICITAÇÃO - ART. 24, INCISO II DA LEI Nº 8.666, DE 1993

O "caput" do art. 24 da Lei nº 8.666/93 prevê a dispensa de licitação em determinadas situações descritas em seus incisos e dentre elas a possibilidade de compra até o limite de determinado valor, previamente ajustado pela Lei.

O inciso II do dispositivo prevê de forma exemplificativa as hipóteses de dispensa, sendo certo que poderá haver outros casos concretos



enquadráveis no "caput" deste permissivo legal.

Por sua vez, o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, cita especificamente as aquisições objeto do presente processo, ou seja, contratação de empresa especializada em serviços de inspeção veicular, enquadrando-se perfeitamente o presente dentro dos limites impostos pela legislação que rege a matéria.

Diante do exposto, verifica-se que a escolha da Administração pela Dispensa de Licitação, amoldando-se perfeitamente nos ditames legais da Lei das Licitações, sendo tal escolha irrepreensível.

A seguir, passamos ao cotejo entre estas exigências legais e a instrução dos autos, no intuito de verificar a regularidade jurídica do caso em exame, ou, se for o caso, apontar as providências que ainda devem ser adotadas pela Administração.

#### FORMALIDADES LEGAIS PREVISTAS NO ART. 24 DA LEI Nº 8.666/93

Analisa a questão referente à possibilidade de contratação mediante dispensa de licitação, cumpre agora examinar a observância dos requisitos legais necessários para uma melhor operacionalização do processo em tramite.

Mesmo não havendo a exigência esculpida no art. 26 da Lei nº 8.666/93, como aos demais incisos do artigo 24 da mencionada lei, convém aqui uma análise da documentação que compõe os presentes autos.

#### DA JUSTIFICATIVA DO AFASTAMENTO DA LICITAÇÃO

Sobre a justificativa do afastamento da licitação, este item encontra-se presente nos autos, em documento devidamente assinado pela Secretária da Saúde, ocasião em que a mesma demonstra a necessidade de contratação de referidos serviços.

Verifica-se ainda a chancela da autoridade competente à justificativa apresentada encontra-se, de modo que se pode considerar atendida a exigência normativa neste quesito, ao menos no que tange aos seus aspectos jurídico-formais.

É importante lembrar que a teoria dos motivos determinantes preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Até mesmo sua validade dependerá da efetiva existência dos motivos apresentados.

Destarte, quanto à justificativa da contratação, não cabe a Assessoria Jurídica adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais. O papel da Assessoria Jurídica é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação.

Neste item foi cumprida a formalidade legal imposta.

#### DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Sobre a justificativa da escolha do fornecedor, este item encontrasse presente nos autos, em documento devidamente assinado pelo responsável.

A escolha recaiu na contratação de uma empresa, por apresentar disponibilidade para realização imediata dos serviços, para atendimento imediato ao veículo da Secretaria, visto a necessidade assim como o atendimento a legislação que regulamenta o transporte de pacientes.

#### DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Sobre a justificativa do preço, este item encontra-se presente nos autos, em documento devidamente assinado pela empresa a ser contratada, diante de orçamentos apresentados, e sendo o preço praticado de menor valor em detrimento a outras empresas.

Resta regularmente cumprida a exigência legal neste quesito.

#### DA PREVISÃO DE EXISTÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A Lei nº 8.666/93, estabelece que a contratação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes da contratação a ser executada no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

A declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, com indicação de rubrica específica e suficiente encontra-se nos autos, atestando a regularidade do feito neste quesito.

#### DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DA LICITAÇÃO

Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação.

A abertura do processo de dispensa de licitação foi devidamente autorizado como determina a legislação, contendo todas as justificativas previstas na legislação, perfazendo assim os ditames legais que regem a matéria.

No presente caso, tal exigência foi cumprida, estando em conformidade com o estabelecido na legislação vigente.

#### DA DESIGNAÇÃO DOS AGENTES COMPETENTES PARA O PRESENTE FEITO

Para a realização da licitação, ou como no presente caso, dispensa de licitação, a autoridade competente deve designar a Comissão Permanente de Licitações, para elaborar todos os procedimentos relativos as licitações, ou os procedimento pertinentes na hipótese das exceções legais a licitações.

Percebe-se preenchido este requisito quando se verifica a presença nos autos do despacho do chefe do Poder Executivo Municipal.

#### CONCLUSÃO

Assim, conclui-se, quanto à instrução processual, que os requisitos inerentes foram devidamente cumpridos no presente feito, pelo que somos de parecer favorável a compra, via dispensa de licitação.

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateu às questões jurídicas observadas na instrução processual e na Lei nº 8.666/93.

Destarte, não se incluem no âmbito de análise da Assessoria Jurídica os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente do Município de Tunápolis – SC.

Dessa feita e diante do exposto, ponderando pela prova de regularidade fiscal como requisito básico para Contratar com o Poder Público, bem como a completa desnecessidade de mover procedimento licitatório que comportaria ainda em maior ônus a Administração, observando o inteiro teor deste parecer, nosso posicionamento é favorável a Dispensa prevista desde que atendidos todos requisitos aqui mencionados.

É o Parecer.

À consideração superior.

Tunápolis, 04 de janeiro de 2022.



FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO

Assessor Jurídico

OAB/SC 31.520

COMUNICAÇÃO INTERNA

Do: Gabinete do Prefeito

Para: Assessoria Jurídica

Senhor Assessor Jurídico

Tendo em vista a necessidade de contratação de empresa especializada em serviços de Pagamento da Inspeção dos veículos PLACA MHD 8166, MLK2254, MGS 9969, MHW 2540, QJQ 7767, REB1 E72, RXK6D39, para finalização da documentação após ajustes solicitados para legalização dos veículos que realizam o Transporte Escolar para o 1º semestre de 2022, para finalização da documentação após ajustes solicitados para legalização do veículo para o mesmo ser utilizado no transporte de pacientes, ocasião em que, o município busca respeitar devidamente o princípio legal.

Diante da necessidade constatada pela responsável, mostra-se imprescindível a contratação do citado serviço.

Assim submeto a documentação em anexo (Orçamentos, previsão orçamentária e demais requisições) para análise e parecer acerca da modalidade de Licitação a ser adotada no presente caso.

Atenciosamente,

Tunápolis, 04 de janeiro de 2022

MARINO JOSÉ FREY

Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

Do: Prefeito Municipal

Para: Setor de Licitações

Com o presente, solicito de Vossa Senhoria os bons préstimos no sentido de realizar Processo Licitatório de Dispensa de Licitação com fulcro no artigo 24, inc. II da Lei n. 8.666/93, para contratação de empresa especializada em serviços de Pagamento da Inspeção dos veículos PLACA MHD 8166, MLK2254, MGS 9969, MHW 2540, QJQ 7767, REB1 E72, RXK6D39, para finalização da documentação após ajustes solicitados para legalização dos veículos que realizam o Transporte Escolar para o 1º semestre de 2022, para finalização da documentação após ajustes solicitados para legalização do veículo para o mesmo ser utilizado no transporte de pacientes.

Atenciosamente,

Tunápolis, 04 de janeiro de 2022

MARINO JOSÉ FREY

Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

Da: Assessoria Jurídica Municipal

Para: Gabinete do Prefeito Municipal

Senhor Prefeito.

Em atenção a solicitação recebida deste gabinete para expedição de parecer jurídico para a contratação de empresa especializada em serviços de Pagamento da Inspeção dos veículos PLACA MHD 8166, MLK2254, MGS 9969, MHW 2540, QJQ 7767, REB1 E72, RXK6D39, para finalização da documentação após ajustes solicitados para legalização dos veículos que realizam o Transporte Escolar para o 1º semestre de 2022, para finalização da documentação após ajustes solicitados para legalização do veículo para o mesmo ser utilizado no transporte de pacientes, informamos que segue em anexo nossas considerações.

Informamos por oportuno que somos de parecer favorável pela dispensa de licitação da forma melhor fundamentada no parecer que segue em anexo.

Respeitosamente.

Tunápolis, 04 de janeiro de 2022

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO

OAB/SC 31.520

Assessor Jurídico

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

A Comissão de licitação verificou somente que a empresa supramencionada esta com a regularidade fiscal em dia, de acordo com negativas que se encontram anexo ao processo.

Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no valor de 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais), ratifico este processo de dispensa de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados. Publique-se de acordo com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

**DO CONTRATO:**

Será dispensada a celebração de termo Específico de Contrato entre as partes, na forma do disposto no artigo 62 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passando a substituí-lo os seguintes instrumentos:

- a) O edital da Inexigibilidade
- b) A Proposta Escrita
- c) A Nota de Empenho;
- d) Autorização de Fornecimento.

**DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.**

Fica homologado e Adjudicado o presente processo de dispensa de Licitação em favor da empresa OESTE INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, inscrito no CNPJ/ sob nº 29.680.173/0001-80, pessoa jurídica de direito privado, com sede na be 163,nº 1441, interior do Município de São Miguel do Oeste. Assim, por conseq-ência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, com subseq-ente empenho, nos moldes deste documento, depois de cumpridas todas as exigências impostas pela Lei Federal nº. 8.666/93 para a efetivação do mesmo.

Tunápolis, 04 de janeiro de 2022

MARINO JOSÉ FREY	
PREFEITO MUNICIPAL	

**PORTARIA Nº 5798/2022**

Publicação Nº 3519830

PORTARIA Nº. 5.798/2022

Em 05 de Janeiro de 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 064/2021, bem como o Decreto nº 2.006/2018, que homologa o Concurso Público nº 001/2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, GILSON BONHO, para o cargo efetivo de MESTRE EM EDIFICAÇÕES, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, recebendo vencimentos e vantagens, bem como sujeito ao estágio probatório previstos em lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Em 05 de Janeiro de 2022.

MARINO JOSÉ FREY

Prefeito Municipal

SÉRGIO LUÍS EIDT

Responsável RH

Esta portaria foi publicada na

Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 5799/2022**

Publicação Nº 3519838

PORTARIA Nº. 5.799/2022  
Em 05 de Janeiro de 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, com base na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 064/2021, além da Legislação federal vigente;

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, ANGÉLICA WERLANG DA CRUZ, do cargo efetivo de NUTRICIONISTA, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar, neste Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 07 de Janeiro de 2.022.

Prefeitura Municipal de Tunápolis  
Em 05 de Janeiro de 2022.

MARINO JOSÉ FREY  
Prefeito Municipal

SÉRGIO LUÍS EIDT  
Responsável RH  
Esta portaria foi publicada na  
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 01/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 01/2022 REGISTRO DE PREÇOS DATA EMISSÃO: 04/01/2022**

Publicação Nº 3520125

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7F627462EF40AE44B27888FD379A50310BCED33E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS  
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111  
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras  
Processo de Compra Nº.: 01/2022  
Pregão Presencial nº: 01/2022  
Registro de Preços  
Data Emissão: 04/01/2022  
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

- O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, para REGISTRO DE PREÇOS sob regime de entrega e execução parcelada conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 14h30min do dia 24 de janeiro de 2022, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para a eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recapagens, e vulcanizações de pneus, em veículos da Prefeitura Municipal, em conformidade com as especificações dos Anexos.

**ENTREGA E ABERTURA DA LICITAÇÃO:**

Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 14h30min do dia 24 de janeiro de 2022, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Informações do Edital, através do e-mail: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

site do município de Tunápolis:

<https://www.tunapolis.sc.gov.br>

Telefone (0xx49) 3632-1122, ou 49 933004375 Setor de Compras do Município de Tunápolis.

TUNÁPOLIS/SC, 04/01/2022

Marino José Frey  
Prefeito Municipal**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021**

Publicação Nº 3521403

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5EE339CF41F1A37A16CE3ED1D2D9F4A6A96F5056

**1. DO OBJETO**

A presente dispensa de licitação tem por objeto a locação de áreas com fontes de água que são utilizadas para abastecer os sistema de tratamento e abastecimento de água potável do Município, para o exercício financeiro de 2022.

**2. DOS VALORES**

Pela locação o município pagará o valor de R\$ 6.480,96 (seis mil quatrocentos e oitenta reais e noventa e seis centavos) sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 540,08 (quinhentos e quarenta reais e oito centavos) pelo período de janeiro de 2022 até dezembro de 2022, depositado conforme ordem cronológica do setor da tesouraria. O valor foi determinado de acordo com o laudo de avaliação das fontes de água e açudes, emitido pela " Comissão de Avaliação" designados através da Portaria nº 5.216/2019.

**3. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (141) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2022.

**4. DA JUSTIFICATIVA DOS RESPONSÁVEIS**

Considerando que o município deve primar pela manutenção do fornecimento de água potável para abastecimento de pessoas. Considerando que o Município não conta com depósitos e fontes próprias com volume de água suficientes para servirem como pontos de captação para suprir a demanda do sistema de tratamento e abastecimento de água potável aos munícipes.

Considerando que usando o recalque de água do Rio Peperi-guacú, que se encontra a grande distância da ETA (Estação de Tratamento de Água) da sede, faz-se necessário o uso de diversas bombas para o recalque, gerando custos elevados com energia elétrica.

Considerando que as fontes usadas para abastecer as ETAs do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) do Município de Tunápolis estão localizadas em propriedades particulares, e já estão estruturadas com bombas e tubulações adequadas para o recalque até as Estações de Tratamento de Água.

E baseados na Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014, que autoriza pagamento de aluguel dessas áreas conforme avaliação prévia de acordo com a Portaria nº 4.387/2017.

Desta forma, Justificamos o pagamento de aluguel anual aos proprietários das Áreas nas quais estão localizadas as fontes de água.

Tunápolis - SC, 04 de janeiro de 2022.

Ediel Baumgratz  
Coordenadora do SAMAEMaria Fernanda Rodrigues Hierro  
Engenheira Sanitarista  
CREA – SC 129622-3**5. DO DESPACHO**

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o alto e relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso X, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, ratificam este Processo de Dispensa de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados.

**6. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR**

Fica homologada e Adjudicada a presente DISPENSA LICITAÇÃO em favor de Benício Baumgratz, com endereço na Rua Aloísio Baumgratz, Centro, deste Município onde, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento. Tunápolis – SC, em 04 de janeiro de 2022

MARINO JOSÉ FREY  
Prefeito Municipal

Comissão de Licitação:

A Comissão de licitação verificou somente que o senhor Benício Baumgratz esta com a regularidade fiscal em dia, de acordo com negativas que se encontram anexo ao processo.

Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

Processo: 4/2022;

Sequencial: 2;

Modalidade: Dispensa de licitação.

Código registro TCE: 5EE339CF41F1A37A16CE3ED1D2D9F4A6A96F5056

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2022**

Publicação Nº 3521402

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 651CDD2733D55D3ECC322A6B088180F06AFEB62C

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2022

**1. DO OBJETO**

A presente dispensa de licitação tem por objeto a locação de áreas com fontes de água que são utilizadas para abastecer os sistema de tratamento e abastecimento de água potável do Município, para o exercício financeiro de 2022.

**2. DOS VALORES**

Pela locação o município pagará o valor de R\$ 648,24 (seiscentos e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos ) sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 54,02 (cinquenta e quatro reais e dois centavos) pelo período de janeiro de 2022 até dezembro de 2022, depositado conforme ordem cronológica do setor da tesouraria. O valor foi determinado de acordo com o laudo de avaliação das fontes de água e açudes, emitido pela " Comissão de Avaliação" designados através da Portaria nº 5.216/2019, anexo.

**3. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (141) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2022.

**4. DA JUSTIFICATIVA**

Considerando que o município deve primar pela manutenção do fornecimento de água potável para abastecimento de pessoas.

Considerando que o Município não conta com depósitos e fontes próprias com volume de água suficientes para servirem como pontos de captação para suprir a demanda do sistema de tratamento e abastecimento de água potável aos munícipes.

Considerando que usando o recalque de água do Rio Peperi-guacú, que se encontra a grande distância da ETA (Estação de Tratamento de Água) da sede, faz-se necessário o uso de diversas bombas para o recalque, gerando custos elevados com energia elétrica.

Considerando que as fontes usadas para abastecer as ETAs do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) do Município de Tunápolis estão localizadas em propriedades particulares, e já estão estruturadas com bombas e tubulações adequadas para o recalque até as Estações de Tratamento de Água.

E baseados na Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014, que autoriza pagamento de aluguel dessas áreas conforme avaliação prévia de acordo com a Portaria nº 4.387/2017.

Desta forma, Justificamos o pagamento de aluguel anual aos proprietários das Áreas nas quais estão localizadas as fontes de água.

Tunápolis - SC, 04 de janeiro de 2022.

EDIEL BAUMGRATZ      Maria Fernanda Rodrigues Hierro  
Coordenadora do SAMAE   Engenheira Sanitarista  
CREA – SC 129622-3

**5. DO DESPACHO**

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o alto e relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso X, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, ratificam este Processo de Dispensa de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados.

**6. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR**

Fica homologada e Adjudicada a presente DISPENSA LICITAÇÃO em favor de João Carlos de Brito, com endereço na Linha Pitangueira, Interior, deste Município onde, por conseq-ência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento.

Tunápolis – SC, em 04 de janeiro de 2022.

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

Comissão de Licitação:

A Comissão de licitação verificou somente que o senhor João Carlos de Brito esta com a regularidade fiscal em dia, de acordo com negativas que se encontram anexo ao processo.

Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

Sucesso ao cadastrar o registro no TCE:

Processo: 5/2022;

Sequencial: 3;

Modalidade: Dispensa de licitação.

Código registro TCE: 651CDD2733D55D3ECC322A6B088180F06AFEB62C

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2022**

Publicação Nº 3521401

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8843C3C4EE045817B819BA35D85D44E01EAD3AE2

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2022

**1. DO OBJETO**

A presente dispensa de licitação tem por objeto a locação de áreas com fontes de água que são utilizadas para abastecer os sistema de tratamento e abastecimento de água potável do Município, para o exercício financeiro de 2022.

**2. DOS VALORES**

Pela locação o município pagará o valor de R\$ 3.565,08 (Três mil quinhentos e sessenta e cinco reais e oito centavos) sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 297,09 (Duzentos e noventa e sete reais e nove centavos) pelo período de janeiro de 2022 até dezembro de 2022, conforme a ordem cronológica do setor da tesouraria deste Município. O valor foi determinado de acordo com o laudo de avaliação das fontes de água e açudes emitido pela " Comissão de Avaliação" designados através da Portaria nº 5.216/2019.

**3. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (141) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2022.

**4. DA JUSTIFICATIVA**

Considerando que o município deve primar pela manutenção do fornecimento de água potável para abastecimento de pessoas. Considerando que o Município não conta com depósitos e fontes próprias com volume de água suficientes para servirem como pontos de captação para suprir a demanda do sistema de tratamento e abastecimento de água potável aos munícipes. Considerando que usando o recalque de água do Rio Peperi-guacú, que se encontra a grande distância da ETA (Estação de Tratamento de Água) da sede, faz-se necessário o uso de diversas bombas para o recalque, gerando custos elevados com energia elétrica. Considerando que as fontes usadas para abastecer as ETAs do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) do Município de Tunápolis estão localizadas em propriedades particulares, e já estão estruturadas com bombas e tubulações adequadas para o recalque até as Estações de Tratamento de Água. E baseados na Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014, que autoriza pagamento de aluguel dessas áreas conforme avaliação prévia de acordo com a Portaria nº 4.387/2017. Desta forma, Justificamos o pagamento de aluguel anual aos proprietários das Áreas nas quais estão localizadas as fontes de água.

Tunápolis - SC, 04 de janeiro de 2022.

EDIEL BAUMGRATZ	Maria Fernanda Rodrigues Hierro
Coordenador do SAMAE	Engenheira Sanitarista
	CREA – SC 129622-3

**5. DO DESPACHO**

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o alto e relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso X, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, ratificam este Processo de Dispensa de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados.

**6. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR**

Fica homologada e Adjudicada a presente DISPENSA LICITAÇÃO em favor de EDGAR PREIS, com endereço na Linha Tunas S/N Interior, deste Município onde, por conseq-ência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento. Tunápolis - SC, 04 de janeiro de 2022.

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

Comissão de Licitação:

A Comissão de licitação verificou somente que o senhor EDGAR PREIS esta com a regularidade fiscal em dia, de acordo com negativas que se encontram anexo ao processo.

Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

Sucesso ao cadastrar o registro no TCE:

Processo: 6/2022;  
Sequencial: 4;  
Modalidade: Dispensa de licitação.

Código registro TCE: 8843C3C4EE045817B819BA35D85D44E01EAD3AE2



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2022**

Publicação Nº 3521400

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 26B9D5B4F86704B704FC9F497BF832C24F54B5AB

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2022

**1. DO OBJETO**

A presente dispensa de licitação tem por objeto a locação de áreas com fontes de água que são utilizadas para abastecer os sistema de tratamento e abastecimento de água potável do Município, para o exercício financeiro de 2022.

**2. DOS VALORES**

Pela locação o município pagará o valor de R\$ 11.200,44 (Onze mil duzentos reais e quarenta e quatro centavos) sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 933,37 (Novecentos trinta e três reais e trinta e sete centavos) pelo período de janeiro de 2022 até dezembro de 2022, depositado conforme ordem cronológica do setor da tesouraria. O valor foi determinado de acordo com o laudo de avaliação das fontes de água e açudes, emitido pela " Comissão de Avaliação" designados através da Portaria nº 5.216/2019, anexo.

**3. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (141) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2022.

**4. DA JUSTIFICATIVA**

Considerando que o município deve primar pela manutenção do fornecimento de água potável para abastecimento de pessoas.

Considerando que o Município não conta com depósitos e fontes próprias com volume de água suficientes para servirem como pontos de captação para suprir a demanda do sistema de tratamento e abastecimento de água potável aos municípios.

Considerando que usando o recalque de água do Rio Peperi-guacú, que se encontra a grande distância da ETA (Estação de Tratamento de Água) da sede, faz-se necessário o uso de diversas bombas para o recalque, gerando custos elevados com energia elétrica.

Considerando que as fontes usadas para abastecer as ETAs do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) do Município de Tunápolis estão localizadas em propriedades particulares, e já estão estruturadas com bombas e tubulações adequadas para o recalque até as Estações de Tratamento de Água.

E baseados na Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014, que autoriza pagamento de aluguel dessas áreas conforme avaliação prévia de acordo com a Portaria nº 4.387/2017.

Desta forma, Justificamos o pagamento de aluguel anual aos proprietários das Áreas nas quais estão localizadas as fontes de água.

Tunápolis - SC, 04 de janeiro de 2022

EDIEL BAUMGRATZ  
Coordenador do SAMAE

Maria Fernanda Rodrigues Hierro  
Engenheira Sanitarista  
CREA – SC 129622-3

**5. DO DESPACHO**

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o alto e relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso X, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, ratificam este Processo de Dispensa de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados.

**6. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR**

Fica homologada e Adjudicada a presente DISPENSA LICITAÇÃO em favor de Inocêncio Heck, com endereço na Linha Pitangueira, Interior, deste Município onde, por conseq-ência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento.

Tunápolis – SC, em 04 de janeiro de 2022.

MARINO JOSÉ FREY

Prefeito Municipal

Comissão de Licitação:

A Comissão de licitação verificou somente que o senhor Inocêncio Heck esta com a regularidade fiscal em dia, de acordo com negativas que se encontram anexo ao processo.

Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

Sucesso ao cadastrar o registro no TCE:

Processo: 7/2022;

Sequencial: 5;

Modalidade: Dispensa de licitação.

Código registro TCE: 26B9D5B4F86704B704FC9F497BF832C24F54B5AB



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2022**

Publicação Nº 3521399

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BE6E31A087C792FC10CD1D817D8D11069FBBA1BA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2022

**1. DO OBJETO**

A presente dispensa de licitação tem por objeto a locação de áreas com fontes de água que são utilizadas para abastecer os sistema de tratamento e abastecimento de água potável do Município, para o exercício financeiro de 2022.

**2. DOS VALORES**

Pela locação o município pagará o valor de R\$ 20.835,00 (vinte mil oitocentos e trinta e cinco reais) sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 1.736,25 (Um mil setecentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) pelo período de janeiro de 2022 até dezembro de 2022, depositado conforme ordem cronológica do setor da tesouraria. O valor foi determinado de acordo com o laudo de avaliação das fontes de água e açudes, emitido pela " Comissão de Avaliação" designados através da Portaria nº 5.216/2019, anexo.

**3. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (141) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2022.

**4. DA JUSTIFICATIVA**

Considerando que o município deve primar pela manutenção do fornecimento de água potável para abastecimento de pessoas. Considerando que o Município não conta com depósitos e fontes próprias com volume de água suficientes para servirem como pontos de captação para suprir a demanda do sistema de tratamento e abastecimento de água potável aos munícipes. Considerando que usando o recalque de água do Rio Peperi-guacú, que se encontra a grande distância da ETA (Estação de Tratamento de Água) da sede, faz-se necessário o uso de diversas bombas para o recalque, gerando custos elevados com energia elétrica. Considerando que as fontes usadas para abastecer as ETAs do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) do Município de Tunápolis estão localizadas em propriedades particulares, e já estão estruturadas com bombas e tubulações adequadas para o recalque até as Estações de Tratamento de Água. E baseados na Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014, que autoriza pagamento de aluguel dessas áreas conforme avaliação prévia de acordo com a Portaria nº 4.387/2017. Desta forma, Justificamos o pagamento de aluguel anual aos proprietários das Áreas nas quais estão localizadas as fontes de água.

Tunápolis - SC, 04 de janeiro de 2022.

EDIEL BAUMGRATZ  
Coordenador do SAMAE

Maria Fernanda Rodrigues Hierro  
Engenheira Sanitarista  
CREA – SC 129622-3

**5. DO DESPACHO**

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o alto e relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso X, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, ratificam este Processo de Dispensa de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados.

**6. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR**

Fica homologada e Adjudicada a presente DISPENSA LICITAÇÃO em favor de João Guido Kerkhoff, com endereço no Bairro Progresso, centro deste Município onde, por conseq-ência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento. Tunápolis - SC, 04 de janeiro de 2022.

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

Comissão de Licitação:

A Comissão de licitação verificou somente que o senhor João Guido Kerkhoff esta com a regularidade fiscal em dia, de acordo com negativas que se encontram anexo ao processo.

Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

Sucesso ao cadastrar o registro no TCE:

Processo: 8/2022;  
Sequencial: 6;  
Modalidade: Dispensa de licitação.

Código registro TCE: BE6E31A087C792FC10CD1D817D8D11069FBBA1BA

**PROCESSO: 10/2022; SEQUENCIAL: 8; MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO. CÓDIGO REGISTRO TCE: 47646B167E4D1E0C75EAA1ED4042056C8EF3F5E8**

Publicação Nº 3521397

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 47646B167E4D1E0C75EAA1ED4042056C8EF3F5E8

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2022

#### 1. DO OBJETO

A presente dispensa de licitação tem por objeto a locação de áreas com fontes de água que são utilizadas para abastecer os sistema de tratamento e abastecimento de água potável do Município, para o exercício financeiro de 2022.

#### 2. DOS VALORES

Pela locação o município pagará o valor de R\$ 6.480,96 (seis mil quatrocentos e oitenta reais e noventa e seis centavos) sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 540,08 (Quinhentos e quarenta reais e oito centavos) pelo período de janeiro de 2022 até dezembro de 2022, depositado conforme ordem cronológica do setor da tesouraria. O valor foi determinado de acordo com o laudo de avaliação das fontes de água e açudes, emitido pela " Comissão de Avaliação" designados através da Portaria nº 5.216/2019, anexo.

#### 3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (141) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2022.

#### 4. DA JUSTIFICATIVA

Considerando que o município deve primar pela manutenção do fornecimento de água potável para abastecimento de pessoas.

Considerando que o Município não conta com depósitos e fontes próprias com volume de água suficientes para servirem como pontos de captação para suprir a demanda do sistema de tratamento e abastecimento de água potável aos municípios.

Considerando que usando o recalque de água do Rio Peperi-guacú, que se encontra a grande distância da ETA (Estação de Tratamento de Água) da sede, faz-se necessário o uso de diversas bombas para o recalque, gerando custos elevados com energia elétrica.

Considerando que as fontes usadas para abastecer as ETAs do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) do Município de Tunápolis estão localizadas em propriedades particulares, e já estão estruturadas com bombas e tubulações adequadas para o recalque até as Estações de Tratamento de Água.

E baseados na Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014, que autoriza pagamento de aluguel dessas áreas conforme avaliação prévia de acordo com a Portaria nº 4.387/2017.

Desta forma, Justificamos o pagamento de aluguel anual aos proprietários das Áreas nas quais estão localizadas as fontes de água.

Tunápolis - SC, 04 de Janeiro de 2022.

EDIEL BAUMGRATZ Maria Fernanda Rodrigues Hierro  
Coordenador do SAMAE Engenheira Sanitarista  
CREA – SC 129622-3

#### 5. DO DESPACHO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o alto e relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso X, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, ratificam este Processo de Dispensa de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados.

#### 6. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR

Fica homologada e Adjudicada a presente DISPENSA LICITAÇÃO em favor de JOAO TOILLIER, inscrito no CPF nº 760.396.769-49, residente e domiciliado na Linha Raigão Alto, interior da cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina onde, por conseq-ência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento.

Tunápolis - SC, 04 de Janeiro de 2022.

MARINO JOSÉ FREY
------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Comissão de Licitação:

A Comissão de licitação verificou somente que o senhor JOAO TOILLIER esta com a regularidade fiscal em dia, de acordo com negativas que se encontram anexo ao processo.

Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

Sucesso ao cadastrar o registro no TCE:

Processo: 10/2022;

Sequencial: 8;

Modalidade: Dispensa de licitação.

Código registro TCE: 47646B167E4D1E0C75EAA1ED4042056C8EF3F5E8

**PROCESSO: 2/2022; SEQUENCIAL: 1; MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO. CÓDIGO REGISTRO TCE: 9A4E32570A4CC032762B7B631950FCA8AACB8020**

Publicação Nº 3521404

PROCESSO Nº 02/2022

DISPENSA Nº 01/2022

ASSUNTO: Renovação anual – 2022, da licença do software em nuvem ID CLOUD para comunicação remota com os 15 relógios de registro de ponto eletrônico da municipalidade.

Sucesso ao cadastrar o registro no TCE:

Processo: 2/2022;

Sequencial: 1;

Modalidade: Dispensa de licitação.

Código registro TCE: 9A4E32570A4CC032762B7B631950FCA8AACB8020

SOLICITANTE: Secretaria Municipal da Administração

ASPECTOS PRELIMINARES DO CASO EM APREÇO

A pedido do responsável pelo Setor de Recursos Humanos, em face de justificativa apresentada, passaremos a analisar as razões de fato e de direito que cercam a solicitação de Renovação anual da licença do software em nuvem ID CLOUD para comunicação remota com os 15 relógios de registro de ponto eletrônico da municipalidade.

Trata-se de procedimento de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, inciso II da Lei n.º 8.666/93, com vistas à aquisição da forma acima apresentada.

Os autos foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com os seguintes documentos, no que importa à presente análise:

- a) Solicitação de abertura do processo administrativo;
- b) Solicitação da Despesa, com a Manifestação Técnica, a Justificativa da necessidade da contratação, objetivos e distinção finalística/administrativa;
- c) Autorização da autoridade competente para a abertura do procedimento;
- d) Despacho, mencionando a existência de recursos orçamentários;
- e) Designação dos agentes competentes para o presente feito;
- f) Autuação do processo
- g) Justificativas legais exigidas;
- h) Orçamento da empresa;
- i) Negativas necessárias para a efetivação da compra;

A pedido do responsável ao passo de buscar orientação no sentido de aquisição dos itens acima descritos, qual servirá para o controle de ponto dos servidores públicos municipais, sobreveio a este setor para análise jurídica.

**DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA**

Referida aquisição deve se dar por meio de Dispensa de Licitação, visto até o presente momento não ter o município investido em aquisições desta natureza e tão pouco ter programação para maiores investimentos até o final do exercício, visto tal licença ser contratada pelo período de um ano.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica.

Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

A presente dispensa de Licitação, com a contratação direta, tem previsão legal nos art. 24, inciso II da Lei n.º 8.666/93, que a propósito abaixo reproduzimos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

No caso vertente, pressupõe-se correta a opção pela Dispensa de Licitação, uma vez que presentes os requisitos impostos pela legislação que rege a matéria.

**DA ESCOLHA PELA DISPENSA DE LICITAÇÃO - ART. 24, INCISO II DA LEI Nº 8.666, DE 1993**

O "caput" do art. 24 da Lei nº 8.666/93 prevê a dispensa de licitação em determinadas situações descritas em seus incisos e dentre elas a possibilidade de compra até o limite de determinado valor, previamente ajustado pela Lei.

O inciso II do dispositivo prevê de forma exemplificativa as hipóteses de dispensa, sendo certo que poderá haver outros casos concretos enquadráveis no "caput" deste permissivo legal.

Por sua vez, o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, cita especificamente as aquisições objeto do presente processo, ou seja, Renovação anual da licença do software em nuvem ID CLOUD para comunicação remota com os 15 relógios de registro de ponto eletrônico da municipalidade, enquadrando-se perfeitamente o presente dentro dos limites impostos pela legislação que rege a matéria.

Diante do exposto, verifica-se que a escolha da Administração pela Dispensa de Licitação, amoldando-se perfeitamente nos ditames legais da Lei das Licitações, sendo tal escolha irrepreensível.

A seguir, passamos ao cotejo entre estas exigências legais e a instrução dos autos, no intuito de verificar a regularidade jurídica do caso em exame, ou, se for o caso, apontar as providências que ainda devem ser adotadas pela Administração.

**FORMALIDADES LEGAIS PREVISTAS NO ART. 24 DA LEI Nº 8.666/93**

Analisada a questão referente à possibilidade de contratação mediante dispensa de licitação, cumpre agora examinar a observância dos requisitos legais necessários para uma melhor operacionalização do processo em tramite.

Mesmo não havendo a exigência esculpida no art. 26 da Lei nº 8.666/93, como aos demais incisos do artigo 24 da mencionada lei, convém

aqui uma análise da documentação que compõe os presentes autos.

#### DA JUSTIFICATIVA DO AFASTAMENTO DA LICITAÇÃO

Sobre a justificativa do afastamento da licitação, este item encontra-se presente nos autos, em documento devidamente assinado pelo responsável do setor, ocasião em que o mesmo demonstra a necessidade de aquisição do referido software, caso contrário teríamos a inutilização de 15 aparelhos já adquiridos pela municipalidade.

Verifica-se ainda a chancela da autoridade competente à justificativa apresentada encontra-se, de modo que se pode considerar atendida a exigência normativa neste quesito, ao menos no que tange aos seus aspectos jurídico-formais.

É importante lembrar que a teoria dos motivos determinantes preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Até mesmo sua validade dependerá da efetiva existência dos motivos apresentados. Destarte, quanto à justificativa da contratação, não cabe a Assessoria Jurídica adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais. O papel da Assessoria Jurídica é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação.

Neste item foi cumprida a formalidade legal imposta.

#### DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Sobre a justificativa da escolha do fornecedor, este item encontrasse presente nos autos, em documento devidamente assinado pelo responsável.

A escolha recaiu na contratação da uma empresa, por apresentar disponibilidade para entrega imediata do software, para atendimento imediato ao relógios pontos e ainda com sistema compatível com os mesmos, dando assim operacionalidade aos aparelhos.

#### DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Sobre a justificativa do preço, este item encontra-se presente nos autos, em documento devidamente assinado pela empresa a ser contratada, diante de orçamentos apresentados, e sendo o preço praticado igual em todos os municípios da região que trabalham com referido sistema.

Resta regularmente cumprida a exigência legal neste quesito.

#### DA PREVISÃO DE EXISTÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A Lei nº 8.666/93, estabelece que a contratação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes da aquisição a ser executada no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

A declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, com indicação de rubrica específica e suficiente encontra-se nos autos, atestando a regularidade do feito neste quesito.

#### DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DA LICITAÇÃO

Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação.

A abertura do processo de dispensa de licitação foi devidamente autorizado como determina a legislação, contendo todas as justificativas previstas nas normas pertinentes, perfazendo assim os ditames legais que regem a matéria.

No presente caso, tal exigência foi cumprida, estando em conformidade com o estabelecido na legislação vigente.

#### DA DESIGNAÇÃO DOS AGENTES COMPETENTES PARA O PRESENTE FEITO

Para a realização da licitação, ou como no presente caso, dispensa de licitação, a autoridade competente deve designar a Comissão Permanente de Licitações, para elaborar todos os procedimentos relativos às licitações, ou os procedimentos pertinentes na hipótese das exceções legais a licitações.

Percebe-se preenchido este requisito quando se verifica a presença nos autos do despacho do chefe do Poder Executivo Municipal.

#### CONCLUSÃO

Assim, conclui-se, quanto à instrução processual, que os requisitos inerentes foram devidamente cumpridos no presente feito, pelo que somos de parecer favorável a compra, via dispensa de licitação.

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e na Lei nº 8.666/93.

Destarte, não se incluem no âmbito de análise da Assessoria Jurídica os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente do Município de Tunápolis – SC.

Dessa feita e diante do exposto, ponderando pela prova de regularidade fiscal como requisito básico para Contratar com o Poder Público, bem como a completa desnecessidade de mover procedimento licitatório que comportaria ainda em maior ônus a Administração, observando o inteiro teor deste parecer, nosso posicionamento é favorável a Dispensa prevista desde que atendidos todos requisitos aqui mencionados.

É o Parecer.

À consideração superior.

Tunápolis, 04 de janeiro de 2022

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO

Assessor Jurídico

OAB/SC 31.520

## COMUNICAÇÃO INTERNA

Do: Gabinete do Prefeito  
Para: Assessoria Jurídica

Senhor Assessor Jurídico

Tendo em vista a necessidade de Renovação anual da licença do software em nuvem ID CLOUD para comunicação remota com os 15 relógios de registro de ponto eletrônico da municipalidade, da forma apresentada pelo responsável do Setor de Recursos Humanos, ocasião em que, o município busca respeitar devidamente o princípio legal.

Diante da necessidade constatada pela responsável, mostra-se imprescindível a contratação do citado software.

Assim submeto a documentação em anexo (Orçamentos, previsão orçamentária e demais documentação) para análise e parecer acerca da modalidade de Licitação a ser adotada no presente caso.

Atenciosamente,

Tunápolis, 04 de janeiro de 2022

MARINO JOSÉ FREY  
Prefeito Municipal

## COMUNICAÇÃO INTERNA

Do: Prefeito Municipal  
Para: Setor de Licitações

Com o presente, solicito de Vossa Senhoria os bons préstimos no sentido de realizar Processo Licitatório de Dispensa de Licitação com fulcro no artigo 24, inc. II da Lei n. 8.666/93, para Renovação anual da licença do software em nuvem ID CLOUD para comunicação remota com os 15 relógios de registro de ponto eletrônico da municipalidade.

Atenciosamente,

Tunápolis, 04 de janeiro de 2022

MARINO JOSÉ FREY  
Prefeito Municipal

## COMUNICAÇÃO INTERNA

Da: Assessoria Jurídica Municipal  
Para: Gabinete do Prefeito Municipal

Senhor Prefeito.

Em atenção a solicitação recebida deste gabinete para expedição de parecer jurídico para Renovação anual da licença do software em nuvem ID CLOUD para comunicação remota com os 15 relógios de registro de ponto eletrônico da municipalidade, informamos que segue em anexo nossas considerações.

Informamos por oportuno que somos de parecer favorável pela dispensa de licitação da forma melhor fundamentada no parecer que segue em anexo.

Respeitosamente.

Tunápolis, 04 de janeiro de 2022

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO  
OAB/SC 31.520  
Assessor Jurídico

Comissão Permanente de Licitações

A Comissão de licitação verificou somente que a empresa supramencionada esta com a regularidade fiscal em dia, de acordo com negativas que se encontram anexo ao processo.

Sheila Inês Bieger Vanessa Weber Blásio Dill  
Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

## DO DESPACHO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no art. 24, inc. II da Lei n. 8.666/93, ratifico este processo de dispensa e autorizo a efetiva realização da despesa conforme



fundamentado nos atos acima invocados. Publique-se de acordo com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

Fica homologado e Adjudicado o presente processo de Dispensa de Licitação, em favor de ECOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua do Comércio, 675-sala 01 e 103, Centro, Itapiranga/SC, devidamente inscrita sob o CNPJ nº 04.534.792/0001-35. Assim, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, com subseq-ente empenho, nos moldes deste documento, depois de cumpridas todas as exigências impostas pela Lei Federal nº. 8.666/93 para a efetivação do mesmo.

Tunápolis, 04 de janeiro de 2022.

MARINO JOSÉ FREY  
Prefeito Municipal

**PROCESSO: 9/2022; SEQUENCIAL: 7; MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO. CÓDIGO REGISTRO TCE: E0AAA39F2028663D575B445EB8461CDDF97B616**

Publicação Nº 3521398

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2022  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2022

#### 1. DO OBJETO

A presente dispensa de licitação tem por objeto a locação de áreas com fontes de água que são utilizadas para abastecer os sistema de tratamento e abastecimento de água potável do Município, para o exercício financeiro de 2022.

#### 2. DOS VALORES

Pela locação o município pagará o valor de R\$ 8.152,68 (oito mil cento e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos) sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 679,39 (seiscentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos) pelo período de janeiro de 2022 até dezembro de 2022, depositado conforme ordem cronológica do setor da tesouraria. O valor foi determinado de acordo com o laudo de avaliação das fontes de água e açudes, emitido pela " Comissão de Avaliação" designados através da Portaria nº 5.216/2019, anexo.

#### 3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (141) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2022.

#### 4. DA JUSTIFICATIVA

Considerando que o município deve primar pela manutenção do fornecimento de água potável para abastecimento de pessoas. Considerando que o Município não conta com depósitos e fontes próprias com volume de água suficientes para servirem como pontos de captação para suprir a demanda do sistema de tratamento e abastecimento de água potável aos municípios.

Considerando que usando o recalque de água do Rio Peperi-guacú, que se encontra a grande distância da ETA (Estação de Tratamento de Água) da sede, faz-se necessário o uso de diversas bombas para o recalque, gerando custos elevados com energia elétrica.

Considerando que as fontes usadas para abastecer as ETAs do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) do Município de Tunápolis estão localizadas em propriedades particulares, e já estão estruturadas com bombas e tubulações adequadas para o recalque até as Estações de Tratamento de Água.

E baseados na Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014, que autoriza pagamento de aluguel dessas áreas conforme avaliação prévia de acordo com a Portaria nº 4.387/2017.

Desta forma, Justificamos o pagamento de aluguel anual aos proprietários das Áreas nas quais estão localizadas as fontes de água.

Tunápolis - SC, 04 de Janeiro de 2022.

EDIEL BAUMGRATZ Maria Fernanda Rodrigues Hierro  
Coordenador do SAMAE Engenheira Sanitarista  
CREA – SC 129622-3

#### 5. DO DESPACHO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o alto e relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso X, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, ratificam este Processo de Dispensa de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados.

#### 6. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR

Fica homologada e Adjudicada a presente DISPENSA LICITAÇÃO em favor de NESTOR THEISEN, inscrito no CPF nº 960.947.379-20, portador da cédula de identidade nº 13/R-2.941.816, residente e domiciliado na Linha Fátima, na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina onde, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento.

Tunápolis - SC, 04 de Janeiro de 2022.

MARINO JOSÉ FREY  
Prefeito Municipal

Comissão de Licitação:

A Comissão de licitação verificou somente que o senhor NESTOR THEISEN esta com a regularidade fiscal em dia, de acordo com negativas que se encontram anexo ao processo.

Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

Sucesso ao cadastrar o registro no TCE:

Processo: 9/2022;

Sequencial: 7;

Modalidade: Dispensa de licitação.

Código registro TCE: E0AAA39F2028663D575B445EB8461CDDF97B6168



**HOMOLOGAÇÃO Nº 235/2021**

Publicação Nº 3521462

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> PREFEITURA MUNICIPAL TUNÁPOLIS  CNPJ: 78.486.198/0001-52      Telefone: (49) 3632-1122 Endereço: Rua João de Castilho, 111 - Centro CEP: 89898-000 - Tunápolis	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 3/2021</b>
	<b>Processo Adm.: 235/2021</b> <b>Data do Processo: 22/11/2021</b>

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 235/2021  
b) **Nr. Licitação:** 3/2021 - CC  
c) **Modalidade:** Concorrência  
d) **Data de Adjudicação:** 05/01/2022  
e) **Objeto da Licitação:** O objeto da presente licitação consiste na SELEÇÃO DE EMPRESAS DO RAMO PARA TRANSFORMAÇÃO DA MATÉRIA BRUTA EM PRODUTO ACABADO PARA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DA MUNICIPALIDADE, objetivando a instalação de Indústria, conforme quantitativos, prazos, encargos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
<b>A. R. MARMORARIA E GRANITOS - EIRELI</b>				
1 - SELEÇÃO DE EMPRESAS DO RAMO PARA TRANSFORMAÇÃO DA MATÉRIA PRIMA BRUTA EM PRODUTO ACABADO PARA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DA MUNICIPALIDADE - Marca:	UNI	1,000	83,0000	R\$ 83,00
<b>Total geral:</b>				<b>R\$ 83,00</b>

Tunápolis, 05/01/2022

.....  
Marino Jose Frey  
PREFEITO MUNICIPAL

**HOMOLOGAÇÃO Nº 261/2021**

Publicação Nº 3520153

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> PREFEITURA MUNICIPAL TUNÁPOLIS  CNPJ: 78.486.198/0001-52      Telefone: (49) 3632-1122 Endereço: Rua João de Castilho, 111 - Centro CEP: 89898-000 - Tunápolis	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 141/2021</b>
	<b>Processo Adm.: 261/2021</b> <b>Data do Processo: 08/12/2021</b>

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 261/2021  
b) **Nr. Licitação:** 141/2021 - PR  
c) **Modalidade:** Pregão presencial  
d) **Data de Adjudicação:** 03/01/2022  
e) **Objeto da Licitação:** A presente Licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA CONTROLE DO MOVIMENTO AGROPECUÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA com treinamento inicial e suporte técnico.

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
<b>TRIS LTDA</b>				
1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA CONTROLE DO MOVIMENTO AGROPECUÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA - Marca:	MES	12,000	278,0000	R\$ 3.336,00
<b>Total geral:</b>				<b>R\$ 3.336,00</b>

Tunápolis, 03/01/2022

.....  
Marino Jose Frey  
PREFEITO MUNICIPAL

**HOMOLOGAÇÃO Nº 262/2021**

Publicação Nº 3519711

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> PREFEITURA MUNICIPAL TUNÁPOLIS  CNPJ: 78.486.198/0001-52      Telefone: (49) 3632-1122 Endereço: Rua João de Castilho, 111 - Centro CEP: 89898-000 - Tunápolis	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 142/2021</b>
	<b>Processo Adm.: 262/2021</b> <b>Data do Processo: 08/12/2021</b>

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 262/2021  
b) **Nr. Licitação:** 142/2021 - PR  
c) **Modalidade:** Pregão presencial  
d) **Data de Adjudicação:** 03/01/2022  
e) **Objeto da Licitação:** A presente Licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA com treinamento inicial e suporte técnico

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
<b>IMPACTO SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA - ME</b>				
1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA com treinamento inicial e suporte técnico - Marca:	MES	12,000	435,0000	R\$ 5.220,00
<b>Total geral:</b>				<b>R\$ 5.220,00</b>

Tunápolis, 03/01/2022

.....  
Marino Jose Frey  
PREFEITO MUNICIPAL

**HOMOLOGAÇÃO Nº 268/2021**

Publicação Nº 3520826

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> PREFEITURA MUNICIPAL TUNÁPOLIS  CNPJ: 78.486.198/0001-52      Telefone: (49) 3632-1122 Endereço: Rua João de Castilho, 111 - Centro CEP: 89898-000 - Tunápolis	<b>TOMADA DE PREÇOS</b> <b>Nr.: 25/2021</b>
	<b>Processo Adm.: 268/2021</b> <b>Data do Processo: 10/12/2021</b>

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 268/2021  
b) **Nr. Licitação:** 25/2021 - TP  
c) **Modalidade:** Tomada de preços  
d) **Data de Adjudicação:** 03/01/2022  
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, ITENS, E QUANTITATIVOS CONSTANTES EM SEUS ANEXOS, PARTE INTEGRANTE NESTE ATO CONVOCATÓRIO.

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
<b>TRANSPORTES SERNI LTDA</b>				
1 - COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS CONVENCIONAIS (ORGÂNICOS E SIMILARES) EM TODO O PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC. - Marca:	MES	12,000	13.500,0000	R\$ 162.000,00
2 - COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS PROVENIENTES DA COLETA SELETIVA DA CIDADE E INTERIOR (ZONA RURAL) DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC. E SER EXECUTADO DE ACORDO COM O MEMORIAL - Marca:	MES	12,000	11.000,0000	R\$ 132.000,00
<b>Total geral:</b>				<b>R\$ 294.000,00</b>

Tunápolis, 03/01/2022

.....  
Marino Jose Frey  
PREFEITO MUNICIPAL

**HOMOLOGAÇÃO Nº 46/2021**

Publicação Nº 3519793

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TUNÁPOLIS	<b>OUTRAS MODALIDADES</b> <b>Nr.: 10/2021</b>	
	<b>CNPJ:</b> 12.273.240/0001-49 <b>Telefone:</b> (49) 3632-1122 <b>Endereço:</b> Rua Albino Frantz, 67 - Centro <b>CEP:</b> 89898-000 - Tunápolis	<b>Processo Adm.:</b> 46/2021 <b>Data do Processo:</b> 06/12/2021

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 46/2021  
b) **Nr. Licitação:** 10/2021 - OU  
c) **Modalidade:** Outras Modalidades  
d) **Data de Adjudicação:** 04/01/2022  
e) **Objeto da Licitação:** O objeto do presente edital é o de credenciar empresas para prestação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGISTA PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
<b>CVS CLINICA VIDA E SAUDE S/S LTDA</b>				
1 - CONSULTA MÉDICA COM GINECOLOGISTA - Marca:	UN	500,000	100,0000	R\$ 50.000,00
			<b>Total geral:</b>	<b>R\$ 50.000,00</b>

Tunápolis, 04/01/2022

.....  
ROSELI GABRIEL BONAVIGO  
Secretária de Saúde

**HOMOLOGAÇÃO Nº 47/2021**

Publicação Nº 3519797

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TUNÁPOLIS	<b>OUTRAS MODALIDADES</b> <b>Nr.: 11/2021</b>	
	<b>CNPJ:</b> 12.273.240/0001-49 <b>Telefone:</b> (49) 3632-1122 <b>Endereço:</b> Rua Albino Frantz, 67 - Centro <b>CEP:</b> 89898-000 - Tunápolis	<b>Processo Adm.:</b> 47/2021 <b>Data do Processo:</b> 06/12/2021

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 47/2021  
b) **Nr. Licitação:** 11/2021 - OU  
c) **Modalidade:** Outras Modalidades  
d) **Data de Adjudicação:** 04/01/2022  
e) **Objeto da Licitação:** O objeto do presente edital é o de credenciar empresas para prestação de SERVIÇOS MÉDICOS DE PEDIATRIA para pacientes do Município de Tunápolis/SC, para o exercício financeiro de 2022.

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
<b>CLINICA MEDICA CLINIPED EIRELI</b>				
1 - CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA EM PEDIATRIA - Marca:	UN	400,000	100,0000	R\$ 40.000,00
<b>Total geral:</b>				R\$ 40.000,00

Tunápolis, 04/01/2022

.....  
ROSELI GABRIEL BONAVIGO  
Secretária de Saúde

**HOMOLOGAÇÃO Nº 52/2021**

Publicação Nº 3519619

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TUNÁPOLIS  CNPJ: 12.273.240/0001-49      Telefone: (49) 3632-1122 Endereço: Rua Albino Frantz, 67 - Centro CEP: 89898-000 - Tunápolis	<b>OUTRAS MODALIDADES</b> <b>Nr.: 15/2021</b>
	<b>Processo Adm.: 52/2021</b> <b>Data do Processo: 15/12/2021</b>

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 52/2021  
b) **Nr. Licitação:** 15/2021 - OU  
c) **Modalidade:** Outras Modalidades  
d) **Data de Adjudicação:** 04/01/2022  
e) **Objeto da Licitação:** O Município de Tunápolis - SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para ciência dos interessados que iniciará, o processo de credenciamento para Entidades Privadas, Filantrópicas e/ou Sem Fins Lucrativos, Prestadoras de Serviços de Assistência à Saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde conforme deliberação 216/CIB/2019.

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
<b>ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE</b>				
1 - Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, conforme deliberação 216/CIB/2019 - Marca:	AT	6.648,000	17,6700	R\$ 117.470,16
<b>Total geral:</b>				<b>R\$ 117.470,16</b>

Tunápolis, 04/01/2022

.....  
ROSELI GABRIEL BONAVIGO  
Secretária de Saúde



# Turvo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 001 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519924

PORTARIA Nº 001 de 03 de Janeiro de 2022.  
FAZ EXONERAÇÃO, DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 009/11 e 010/11, de 24 de Agosto de 2011, e suas alterações

#### RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a servidora ADAIANE DAROS - CPF n. 999.518.609-82, do cargo de FARMACEUTICO, matrícula n. 3967, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de Janeiro de 2022.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fabio Bardini – Secretário de Administração e Finanças.

### PORTARIA Nº 002, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519925

PORTARIA Nº 002, de 03 de Janeiro de 2022  
NOMEIA PELO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021-PMT SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 009/11, de 24 de Agosto de 2011, e suas alterações

#### RESOLVE

Art. 1º - Admitir, por tempo determinado para atender necessidade temporária excepcional, para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com os vencimentos estabelecidos em Lei:

Nome CPF  
Michele Raquel da Silva 004.771.880-36

Art. 2º - O Prazo final para a presente contratação em caráter temporário, de até 02 de Fevereiro de 2022.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de Janeiro de 2022.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA Nº 003, DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519930

PORTARIA Nº 003, de 03 de Janeiro de 2022.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA,

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias entre o período de 03.01.2022 à 01.02.2022 aos seguintes Servidores:

Período aquisitivo Servidor Matrícula Cargo

27.09.2020 a 26.09.2021 Luiz Felipe Costa 4688 Motorista Socorrista  
02.01.2017 a 01.01.2018 Luci Maragno 1046 Auxiliar de Enfermagem  
23.06.2017 a 22.06.2018 Cassia Panatto Dagostin 1246 Enfermeiro  
02.12.2017 a 01.12.2018 Mauro Cesar dos Reis 1114 Auxiliar de Serviços Gerais II  
11.10.2019 a 10.10.2020 Beatriz Visentin 3965 Agente Comunitário de Saúde  
19.08.2020 a 18.08.2021 Dihessica dos Santos Bozello 4659 Enfermeiro  
23.07.2020 a 22.07.2021 Vanessa Fornaza Silvestre 2137 Agente Comunitário de Saúde  
16.10.2020 a 15.10.2021 Ivonete Marques 3969 Técnico de Enfermagem  
23.06.2018 a 22.06.2019 Laudenir Bendo 602 Auxiliar de Enfermagem  
11.10.2020 a 10.10.2021 Susana Moro de Cand.Felisberto 3964 Agente Comunitário de Saúde  
06.11.2020 a 05.11.2021 Marcia Dandolini Casteller 3986 Técnico de Enfermagem  
19.08.2019 a 18.08.2020 Monique Custodio Mota 4657 Enfermeiro  
23.07.2020 a 22.07.2021 Dalva Meister Possamai 2143 Agente Comunitário de Saúde  
01.10.2020 a 30.09.2021 Mirian Machado Berti Antunes 4720 Agente Comunitário de Saúde  
01.02.2017 a 31.01.2018 Giane Michele Frare Peck 963 Medico  
25.02.2019 a 24.02.2020 Taise Lazzarin Daros 2861 Farmacêutico  
22.07.2020 a 21.07.2021 Joanderson Morgerot Farias 1934 Motorista I  
01.07.2020 a 30.06.2021 Jose Dalcione Casteller 799 Motorista I  
03.09.2018 a 02.09.2019 Claudionor Venceslau Custodio 1029 Operador de Equipamentos  
07.05.2020 a 06.05.2021 Roseli Salvador Tonetto 1877 Auxiliar de Serviços Gerais  
01.03.2019 a 29.02.2020 Gizeli Estevam Baesso 1209 Professor IV Matematica  
28.02.2020 a 27.02.2021 Maria Cladir Dal Pont Favaro 41 Professor III  
01.08.2017 a 31.07.2018 Jose de Oliveira Pinguelo 1019 Motorista II

Período aquisitivo Servidor Matrícula Cargo

01.01.2021 a 31.12.2021 Marizete da Silva Giusti 100 Professor III  
21.02.2019 a 20.02.2020 Marlene da Silva 1057 Professor I  
21.03.2020 a 20.03.2021 Rosa Farias 990 Auxiliar de Ensino da Educação Infantil  
14.11.2020 a 13.11.2021 Roberta Ferreira 187 Agente Administrativo  
01.01.2019 a 31.12.2019 Olindina Pereira dos Reis 81 Professor II  
01.03.2020 a 28.02.2021 Graziela Gabriel Pezente 1207 Professor II  
21.02.2020 a 20.02.2021 Lucilena Zavaris 1310 Professor IV Geografia  
18.10.2019 a 17.10.2020 Roseli Aparecida Figueiredo 453 Auxiliar de Serviços Gerais I  
10.03.2019 a 09.03.2020 Elizabete Ferreira Londero 1216 Professor II  
01.01.2021 a 31.12.2021 Rosangela Serafim Menegaro 122 Professor II  
01.03.2019 a 29.02.2020 Sonia Beatriz Gava Martignago 971 Professor II  
18.02.2020 a 17.02.2021 Elaine Maria Fassini 733 Professor II  
28.12.2019 a 27.12.2020 Bernardete Girardi Warmiling 120 Professor III  
27.05.2020 a 26.05.2021 Sandra Regina Pescador 789 Professor II  
18.02.2019 a 17.02.2020 Veronice Gabriel da Silva 751 Professor II  
01.03.2020 a 28.02.2021 Roseli Carmen Santa Helena Mantovani 1211 Professor III  
01.01.2021 a 31.12.2021 Valdete Bordignon 87 Professor II  
21.02.2020 a 20.02.2021 Zelia de Lima Boeira 1055 Auxiliar de Serviços Gerais I  
01.02.2013 a 31.01.2014 Talis Giovanni Fagundes 664 Motorista I  
31.05.2019 a 30.05.2020 Dino Rogerio Pasini Candido 1098 Motorista I  
02.01.2021 a 01.01.2022 Maria Eliane da Silva 1868 Professor IV de Educação Física  
09.09.2020 a 08.09.2021 Laura Rodrigues Alves 4678 Fisioterapeuta  
01.03.2016 a 28.02.2017 Marlene Maria Manenti Casteller 1119 Auxiliar de Serviços Gerais I  
16.01.2017 a 15.01.2018 Nair Salvador da Silva 1442 Auxiliar de Serviços Gerais I  
02.01.2004 a 01.01.2005 Rogerio Vieira 27 Operador de Equipamentos  
01.05.2017 a 30.04.2018 Nelci Jose Borges 314 Motorista II

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de Janeiro de 2022.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Administração e Finanças.

**EXTRATO.CONT.2.2022-PMT**

Publicação N° 3519760

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 82CDBDABF642BBF22067B3E1104EDE088FEE8256

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 2./2022

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

Contratada.: AUTO POSTO DAMINELLI LTDA

Valor.: 2.171.250,00 (dois milhões cento e setenta e um mil duzentos e cinquenta reais)

Vigência.: Início: 03/01/2022 Término: 31/12/2022

Licitação.: PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 107/2021

Recursos.: Dotação:

Objeto.: Ref.: O presente procedimento licitatório tem por finalidade registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de combustíveis (gasolina comum filtrada, diesel S10 e diesel comum), para máquinas e equipamentos do MUNICÍPIO DE TURVO/SC e seus fundos, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes no Edital e anexos.

Turvo, 3 de Janeiro de 2022

**EXTRATOADIT.2.13.2021-PMT**

Publicação Nº 3521123

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A5D8ACD082B37C91D97A6C5A726529D4718C6145

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Aditivo Nº.....: 2.13/2021 - Contrato Nº: 13/2021

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

Contratada...: T C PEREIRA SELAU

Valor.....: 72.000,00 (setenta e dois mil reais)

Vigência.....: Início: 31/12/2021 Término: 31/12/2022

Licitação.....: Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2021

Recursos.....: Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (10) Saldo:  
1.572.000,00Objeto.....: Contratação de empresa especializada para o  
gerenciamento, elaboração de contratos, planejamento, acompanhamento  
físico e financeiro da execução dos planos e programas de investimentos  
no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal/SIGEF do Governo  
Estadual, durante o exercício de 2021Turvo, 31 de Dezembro de 2021  
-----

# Urupema

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 3/2022-PMU/FMS

Publicação N° 3519707

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 88F81ACD02166BF13546AC2B7055D8E198F7D162

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA  
SETOR DE LICITAÇÕES  
PREGÃO PRESENCIAL N° 3/2022-PMU/FMS

A Prefeitura Municipal de Urupema, SC, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar no dia 24/01/2022, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, à Rua: Artur Pagani, 281, pregão presencial pelo menor preço por item, objetivando contratação de empresa para realizar serviços de lavagem durante o ano de 2022 em veículos e máquinas da frota municipal, nas instalações do fornecedor. Cópia do Edital e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3236-3014 ou [licitacao@urupema.sc.gov.br](mailto:licitacao@urupema.sc.gov.br), das 08h00min as 12h00min e 13h30min as 17h30min ou pelo site <http://urupema.sc.gov.br>

Urupema, 05 de Janeiro de 2022.

EVANDRO FRIGO PÉREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Urussanga

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022/PMU

Publicação Nº 3519777

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 482521D8D8C7509ABEE0EF75D93578283F2614D8

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

#### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022/PMU

Objeto: O presente edital tem por objetivo o registro de preços para prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos e elétricos, para as máquinas pesadas e implementos agrícolas da Secretaria de Agricultura de Urussanga/SC, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica, em conformidade com as determinações previstas neste edital, nos termos da minuta contratual (Anexo) e demais anexos que fazem parte integrante do Edital. Recebimento dos envelopes: até 08h30 do dia 17/01/2022 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h00 do dia 17/01/2022. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES. Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188.

Jair Nandi. Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2022

Publicação Nº 3520671

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5B0969452A9C5D86A4FA1F20977F5296F0EFC832

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
PODER EXECUTIVO

Contrato: 03/2022

Data de Assinatura: 04/01/2022

Processo de Licitação: 70/2021

Concorrência Pública: 02/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC

CNPJ: 82.930.181/0001-10

Contratado: PERO GUINCHO EIRELI

CNPJ/CPF: 32.802.039/0001-19

Quadro de Sócios e Administradores – QSA: Thiago Peraro

Objeto: REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APREENDIDOS OU RECOLHIDOS EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO
01	Remoção de Veículos Leves	R\$ 120,00
02	Remoção de Veículos Pesados	R\$ 50,00
03	Diária de Veículos Leves	R\$ 12,00
04	Diária de Veículos Pesados	R\$ 5,00

Vigência: 05 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

### PORTARIA GP/Nº 07/2022

Publicação Nº 3519421

PORTARIA GP/Nº 07/2022, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

Contrata a servidora AMANDA MACHADO KRAMER, para atuar na vaga de Médico Clínico Geral/ESF – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 2.776, de 27 de setembro de 2016 c/c a Lei nº 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar a servidora AMANDA MACHADO KRAMER, para atuar na vaga de Médico Clínico Geral/ESF – ACT, na Secretaria de Saúde,



atuando 40hs/semanais, a partir de 3 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 3 de janeiro de 2022.

JAIR NANDI  
Prefeito Municipal

ROBERTINA GOULART NUNES  
Secretária Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois e publicada no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

## **PORTARIA GP/Nº 12/2021 - SAMAE**

Publicação Nº 3519807

PORTARIA SAMAE URU - 012/2021 de 07de dezembro de 2021

Filipo de Brida, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de Urussanga-SC, no uso de suas atribuições e conforme Decreto GP/Nº 20, de 02 de janeiro de 2017.

Resolve:

Demitir!

Edson Manoel, ocupante do cargo de Oficial Técnico, padrão 07.01.A, deixara os seus serviços na Autarquia, a partir de 07/12/21, por demissão sem justa causa.

A presente Portaria entrará em vigor a partir desta data revogadas as disposições em contrário.

Urussanga-SC, 07 de dezembro de 2021

Filipo de Brida  
Diretor do SAMAE



# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2022

Publicação N° 3521274

Extrato de EDITAL de Pregão Presencial n° 01/2022

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009, Decreto Municipal n.º 047/2012 e Decreto Municipal n.º 076/2019 de 07 de outubro de 2019 e demais legislações aplicáveis, que realizará no dia 18 de janeiro de 2022 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por LOTE, visando a contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para Campeonatos Municipais de Vargeão, SC, durante o Exercício de 2022, conforme descrição e quantidades contidas no anexo I do Edital de Pregão n° 01/2022. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [compras@vargeao.sc.gov.br](mailto:compras@vargeao.sc.gov.br), fone (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-098/con\\_licitacoes.faces](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-098/con_licitacoes.faces).

Vargeão – SC, 04 de janeiro de 2022.

Celso Gubert

Prefeito Municipal em Exercício

F1D192EEA6DC54B98B8E88184BCA3BC1AE2AC381

### EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2022

Publicação N° 3521275

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2022 - ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que no dia 21 de janeiro de 2022, até às 08h45min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações, estará recebendo as propostas dos interessados nesta licitação, tendo como objetivo a seleção de empresa para a execução de obra pública do projeto de Drenagem pluvial, Pavimentação asfáltica com CBUQ sobre base de brita graduada e sinalização viária na Rua Sete de Setembro, trecho entre a Rua XV de Novembro e Rua Governador Celso Ramos, na cidade de Vargeão/SC, com fornecimento de materiais e mão de obra especializada, ART de execução, com execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [compras@vargeao.sc.gov.br](mailto:compras@vargeao.sc.gov.br), fone fax (0\*\*49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão no link [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-043/con\\_licitacoes.faces](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-043/con_licitacoes.faces) Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, em 04 de janeiro de 2022. Celso Gubert - Prefeito Municipal em Exercício - 30994603F57DE71E48466F8DD6FC324776AA334A

# Vargem

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 1.221/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3520798

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.221/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 873/2021...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 11.01 – SAMAE

Atividade: 2.031 – Manutenção do SAMAE

(3) Modalidade 3.1.71.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 3.072,39

(5) Modalidade 3.3.71.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 1.893,13

(7) Modalidade 4.4.71.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 317,68

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 11.01 – SAMAE

Atividade: 2.031 – Manutenção do SAMAE

(6) Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 5.283,20

Art 2nd. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 – FMS

Atividade: 2.028 – Manutenção dos Serviços de Atenção Básica à Saúde

( 8) Modalidade 3.3.71.00.00.00.00.01.0002 ..... R\$ 1.001,39

(14) Modalidade 3.3.71.00.00.00.00.01.0002 ..... R\$ 1.660,76

(26) Modalidade 3.3.71.00.00.00.00.01.0002 ..... R\$ 1.202,89

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 – FMS

Atividade: 2.028 – Manutenção dos Serviços de Atenção Básica à Saúde

(16) Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0002 ..... R\$ 3.865,04

Art 3rd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 04 de janeiro de 2021.

Milena Andersen Lopes Becher,  
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra  
Danielly Cavalli, Secretária Municipal de Administração e Finanças.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 001/2022**

Publicação Nº 3520762

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO  
VARGEM 003/2022**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 001/2022**  
(Contrato de Programa para Prestação de Serviços de Análises Laboratoriais)  
Processo Administrativo CISAM-MO Nº 002/2022

**DAS PARTES**

1) **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 95.995.130/0001-18, com sede à Rua Benjamin Margotti, 289, Centro, CEP 89638-000, doravante denominada Contratante, neste ato representada por sua Prefeita Municipal, a Sra. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, inscrita no CPF sob nº 005.354.XXX-70 ao final assinado.

2) **CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE**, Consórcio público de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 08.484.353/0001-16, com sede no Acesso à Cidade Alta nº 3.815, Bairro São Cristóvão, Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Nilvo Dorini, CPF nº 482.175.XXX-68, ao final assinado.

CONTRATANTE e CONTRATADO decidem, na melhor forma de direito, celebrar o presente CONTRATO DE PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que reger-se-á pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**DO OBJETO**

**Cláusula Primeira:** O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de análises laboratoriais para controle da qualidade da água bruta, tratada e distribuída, bem como para os efluentes gerados pelo sistema de esgoto sanitário, conforme **Anexo Único – Plano de Análises Laboratoriais**, parte integrante do presente contrato.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**Cláusula Segunda:** O CONTRATANTE deverá: a) estabelecer e entregar ao CONTRATADO, o **Plano de Análises Laboratoriais**, indicando o escopo de parâmetros a serem analisados, quantidades e periodicidade; b) por ocasião das coletas, indicar os locais e designar servidor para acompanhar o amostrador, no processo de coleta das amostras a serem analisadas; c) fornecer ao CONTRATADO todas as informações e detalhes técnicos necessários à perfeita realização do serviço.

**Cláusula Terceira:** O CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento da fatura de prestação do serviço, na forma e condições estabelecidas na cláusula décima segunda.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**Cláusula Quarta:** O CONTRATADO prestará os serviços de acordo com o constante na cláusula décima primeira, devendo:

- a) realizar as coletas e as análises das amostras de água conforme estabelecido no **Plano de Análises Laboratoriais**, Anexo Único, por métodos analíticos legalmente aceitos;
- b) fornecer os respectivos laudos, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis após a data da coleta das amostras, por meio eletrônico, no site do CONTRATADO, em link com acesso individualizado ou através de cópias impressas;

c) fornecer adequados e suficientes materiais de acondicionamento, transporte e preservação de amostras;

**Parágrafo único:** o CONTRATADO poderá subcontratar parcial ou integralmente o objeto contratado.

**Cláusula Quinta:** Serão de responsabilidade do CONTRATADO os meios necessários para viabilizar a prestação de serviço objeto deste instrumento, incluindo equipamentos, licenças de software, local de trabalho, entre outros, salvo as obrigações do CONTRATANTE previstas neste contrato.

**Cláusula Sexta:** O CONTRATADO obriga-se a manter absoluto sigilo sobre as operações, dados, estratégias, materiais, documentos, informações e detalhes técnicos do CONTRATANTE, mesmo após a conclusão dos serviços ou o término da relação contratual.

**Cláusula Sétima:** As amostras, materiais, documentos, informações e dados entregues pelo CONTRATANTE deverão ser utilizados pelo CONTRATADO, por seus funcionários ou prepostos, estritamente para cumprimento dos serviços ora contratados. O CONTRATADO concorda que tais informações devam ser manuseadas com o mesmo grau de cuidado que aplica às suas próprias informações confidenciais e se responsabiliza pelo correto uso de tais informações por parte de seus funcionários e prepostos.

**Cláusula Oitava:** Será de responsabilidade do CONTRATADO todo o ônus trabalhista ou tributário referente aos funcionários utilizados para a prestação do serviço objeto deste instrumento, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer obrigação em relação aos mesmos.

**Cláusula Nona:** O CONTRATADO deverá fornecer os respectivos documentos fiscais, referente aos pagamentos ajustados no presente instrumento.

## DOS SERVIÇOS

**Cláusula Décima:** O CONTRATADO prestará os serviços de análise em conformidade com normas internacionais e métodos analíticos do Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater e da EPA Environmental Protection Agency, de acordo com as descritas no Anexo Único – Plano de Análises Laboratoriais, parte integrante do presente contrato.

**Cláusula Décima Primeira:** O CONTRATADO dará início à prestação no prazo estabelecido na Cláusula Décima Nona e em conformidade com o Anexo Único - Plano de Análises Laboratoriais.

## DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**Cláusula Décima Segunda:** Os serviços de análise objeto deste contrato serão remunerados pelo CONTRATANTE, considerados acumuladamente os serviços realizados no mês, dos quais o CONTRATADO emitirá fatura única, cujo vencimento dar-se-á no dia 10 (dez) do mês subsequente, de acordo com os preços públicos fixados das Tabelas da Resolução CISAM Meio Oeste nº 68/2021, do CONTRATADO; bem como daquela que a vier suceder, os quais, para esta contratação, encontram-se detalhados no anexo único - Plano de Análises Laboratoriais.

**§ 1º:** Para os serviços contratados e constantes do Anexo Único - fica estabelecido o valor de R\$ 6.655,34 (seis mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais, trinta e quatro centavos).

**§ 2º:** As faturas vencidas e não pagas sofrerão acréscimo de multa de 2% (dois por cento), bem como da variação do INPC/IBGE desde a data do vencimento até o efetivo pagamento.

## DO DESCUMPRIMENTO

**Cláusula Décima Terceira:** O descumprimento de qualquer uma das cláusulas por qualquer parte implicará na imediata rescisão deste contrato, não isentando o CONTRATADO de suas responsabilidades inerentes ao zelo para com informações e dados do CONTRATANTE.

**Cláusula Décima Quarta:** Havendo descumprimento de cláusulas deste contrato por parte do CONTRATADO, deverão ser devolvidos os valores referentes aos serviços não executados e que porventura já houverem sido pagos.

**Cláusula Décima Quinta:** No caso de descumprimento de cláusulas deste instrumento por parte do CONTRATANTE, caso os valores referentes à parcela dos serviços realizados ainda não tenham sido inteiramente pagos, o CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento referente a esses valores, de acordo com os prazos estabelecidos na cláusula décima segunda.

## DA RESCISÃO

**Cláusula Décima Sexta:** O presente contrato poderá ser rescindido se ocorrer: **a)** a inexecução total ou parcial do contrato; **b)** o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, planos ou prazos; **c)** o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; **d)** caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato; **e)** qualquer outra das hipóteses previstas no art. 78, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Cláusula Décima Sétima:** A rescisão deste contrato, nos casos previstos em Lei, poderá ser: **a)** determinada por ato unilateral e escrito da Administração; **b)** amigável (administrativa), por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração. Nessa hipótese deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e, **c)** judicial.

**Parágrafo único.** Conforme o disposto no art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/1993, o Contratado reconhece os direitos do Contratante em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do contrato (art. 77, da mesma Lei).

**Cláusula Décima Oitava:** Caso venha ocorrer a rescisão do contrato por qualquer das partes, respeitar-se-á um período mínimo de 30 (trinta) dias, denominado período de encerramento do contrato, no qual deverão ser finalizados e pagos os serviços que já estiverem em andamento.

## DO PRAZO DE VIGÊNCIA

**Cláusula Décima Nona:** Este contrato tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, vigente para o período correspondente ao exercício de 2022, podendo ser renovado por períodos subsequentes, seja contemplado o reajuste dos preços públicos (cláusula décima segunda) conforme a tabela anexa à Resolução nº 068/2021, de 14 de dezembro de 2021.

**Cláusula Vigésima:** Na hipótese de ocorrer o encerramento do contrato, não fica o CONTRATADO isento de seus compromissos éticos no tocante ao zelo para com informações e dados do CONTRATANTE que dispuser.

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Cláusula Vigésima Primeira:** A tolerância, por alguma das partes, em relação ao descumprimento de qualquer termo ou condição aqui ajustado, não será considerada como desistência em

exigir o cumprimento de disposição nele contida, nem representará novação com relação à obrigação passada, presente ou futura, no tocante ao termo ou condição cujo descumprimento foi tolerado.

## DO FORO

**Cláusula Vigésima Segunda:** Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

CAPINZAL (SC), 03 de janeiro de 2022.

Assinado digitalmente por: MILENA ANDERSEN LOPES  
BECHER:00535474970  
O tempo: 04-01-2022 16:59:59

Município de Vargem - Contratante  
Milena Andersen Lopes Becher  
Prefeita

NILVO  
DORINI:48  
217514968

Assinado de forma  
digital por NILVO  
DORINI:48217514968  
Dados: 2022.01.04  
10:30:06 -03'00'

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental –  
CISAM MEIO OESTE – Contratado  
Nilvo Dorini – Presidente

Testemunhas:

LEOMAR  
EGGERS:032  
45236964

Assinado de forma  
digital por LEOMAR  
EGGERS:03245236964  
Dados: 2022.01.04  
10:30:21 -03'00'

Leomar Eggers  
CPF: 032.452.XXX-64

SIDNEI  
PENZO:91912  
563991

Assinado de forma  
digital por SIDNEI  
PENZO:91912563991  
Dados: 2022.01.04  
10:30:38 -03'00'

Sidnei Penzo  
CPF: 919.125.XXX-91

## ANEXO ÚNICO – PLANO DE ANÁLISES LABORATORIAIS

Item	Descrição das Análises (Item correspondente à Resolução CISAM Meio Oeste nº 68/2021)	Sistema	Ponto de Amostragem	Quantidade de Amostras Anual por Sistema	Quantidade Total de Amostras	Mês ou Frequência de realização da Amostragem	Valor Unitário	Valor Total
021	Item 1.5 (Tabela 1) <b>Análise dos Parâmetros relacionados no Artigo 42 Parágrafo 2º da Portaria de Consolidação nº 05/2017</b>	SAA Central	Água Bruta Subterrânea	02	02	Semestral (Abril e Outubro)	R\$ 1.515,83	R\$ 3.031,66
02	Item 1.3.1.01 <b>Coliformes Totais (qualitativa)</b>	SAA Central	Sistema de Distribuição	03	03	Quadrimestral (Abril, Agosto e Dezembro)	R\$ 39,61	R\$ 118,83
03	Item 1.2 (Tabela 1) <b>Anexo 9 – Produtos Secundários da Desinfecção da Portaria de Consolidação nº 05/2017</b>	SAA Central	Sistema de Distribuição	01	01	Anual (Abril)	R\$ 383,23	R\$ 383,23
04	Item 1.8 (Tabela 1) <b>Análise radiológica em amostra de água tratada, de Atividade Alfa Total e Atividade Beta Total, conforme caput do Art. 37 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5/2017 (Atualizada pela Portaria GM/MS nº 888/2021).</b>	SAA Central	Sistema de Distribuição	02	02	Semestral (Abril e Outubro)	R\$ 345,76	R\$ 691,52



Item	Descrição das Análises (Item correspondente à Resolução CISAM Meio Oeste nº 68/2021)	Sistema	Ponto de Amostragem	Quantidade de Amostras Anual por Sistema	Quantidade Total de Amostras	Mês ou Frequência de realização da Amostragem	Valor Unitário	Valor Total
05	Item 1.1 (Tabela 1) <b>Anexo 9 e 11 da Portaria de Consolidação nº 05/2017</b>	SAA Central	Saída do Tratamento	02	02	Semestral (Abril e Outubro)	R\$ 1.215,05	R\$ 2.430,10
TOTAL								R\$ 6.655,34

**CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 31/2021**

Publicação Nº 3520696

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

**CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 31/2021**

(Contrato de Programa/Rateio – Processo Administrativo CISAM-MO nº 0140/2021)

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO  
VARGEM 004/2022**

Municípios de Abdon Batista, Alto Bela Vista, Brunópolis, Capinzal, Campos Novos, Frei Rogério, Herval D' Oeste, Joaçaba, Luzerna, Ouro, Vargem, Videira e Zortéa.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES CONTRATANTES:**

Pelo presente CONTRATO de Rateio, e conforme Cláusula Oitava do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM/MO – oriundo da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado:

**MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA/SC:** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 78.511.XXX/0001-10 com sede à Rua João Santin, 30, Centro, CEP 89636-000, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. JADIR LUIZ DE SOUZA, inscrito no CPF sob nº 018.573.XXX-44;

**MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA/SC:** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 01.614.XXX/0001-60 com sede à Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89730-000, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, a Sr. ELTON MATTES, inscrito no CPF sob nº 015.115.XXX-05;

**MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS/SC,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 01.613.XXX/0001-61, com sede à Rua Armino Leobet, 441, Centro, CEP 89634-000, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. VOLCIR CANUTO, inscrito no CPF sob nº 385.935.XXX-82;

**MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 82.939.XXX/0001-74 com sede à Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, Centro CEP 89620-000, neste ato tendo como seu representante legal e responsável pelas obrigações deste Contrato, a Autarquia Municipal denominada **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.158.XXX/0001-09, com sede à Rua Caetano Carlos, nº 466, Centro, CEP: 89620-000, Campos Novos/SC, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Diretor, Sr. ALEXANDRE KUNEN CPF nº 023.331.XXX-26

**MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 82.939.XXX/0001-07 com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, Centro CEP

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

89665-000, neste ato tendo como seu representante legal e responsável pelas obrigações deste Contrato, a Autarquia Intermunicipal denominada **SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE de CAPINZAL e OURO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.782.XXX/0001-14, com sede à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz, CEP: 89665-000, Capinzal/SC, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Diretor, Sr. SIDNEI PENZO, inscrito no CPF sob nº 919.125.XXX-91;

**MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 01.616.XXX/0001-09, com sede à Rua Adolfo Soletti, 750, Centro, CEP 89530-000, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. JAIR DA SILVA RIBEIRO, inscrito no CPF sob nº 528.389.XXX-34;

**MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 82.939.XXX/0001-38 com sede à Rua Nereu Ramos, 389, Centro CEP 89610-000, neste ato tendo como seu representante legal e responsável pelas obrigações deste Contrato, a Autarquia Intermunicipal denominada **SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna**, pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica, inscrita no CNPJ do MF sob nº 84.591.XXX/0001-43, com sede na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba/SC, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por sua Presidente PATRICIA CALLEGARI WARKEN, inscrita no CPF sob nº 000.178.XXX-05;

**MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 82.939.XXX/0001-99 com sede à Av. XV de Novembro, 378, Centro CEP 89600-000, neste ato tendo como seu representante legal e responsável pelas obrigações deste Contrato, a Autarquia Intermunicipal denominada **SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna**, pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica, inscrita no CNPJ do MF sob nº 84.591.XXX/0001-43, com sede na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba/SC, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por sua Presidente PATRICIA CALLEGARI WARKEN, inscrita no CPF sob nº 000.178.XXX-05;

**MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 01.613.XXX/0001-72 com sede à AV. 16 de Fevereiro, 151, Centro CEP 89609-000, neste ato tendo como seu representante legal e responsável pelas obrigações deste Contrato, a Autarquia Intermunicipal denominada **SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna**, pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica, inscrita no CNPJ do MF sob nº 84.591.XXX/0001-43, com sede na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba/SC, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por sua Presidente PATRICIA CALLEGARI WARKEN, inscrita no CPF sob nº 000.178.XXX-05;

**MUNICÍPIO DE OURO/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 82.777.XXX/0001-57 rua Governador Jorge Lacerda, 1209, Centro CEP 89663-

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

000, neste ato tendo como seu representante legal e responsável pelas obrigações deste Contrato, a Autarquia Intermunicipal denominada **SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE de CAPINZAL e OURO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.782.XXX/0001-14, com sede à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz, CEP: 89665-000, Capinzal/SC, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Diretor, Sr. SIDNEI PENZO, inscrito no CPF sob nº 919.125.XXX-91;

**MUNICÍPIO DE VARGEM/SC** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 95.995.XXX/0001-18, com sede à Rua Benjamin Margotti, 289, Centro, CEP 89638-000, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, a Sra. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, inscrita no CPF sob nº 005.354.XXX-70;

**MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 83.039.XXX/0001-84 com sede à Rua Manoel Roque, 188, Alvorada, CEP: 89562-038, , neste ato tendo como seu representante legal e responsável pelas obrigações deste Contrato, a Autarquia Municipal denominada **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 30.753.XXX/0001-93, com sede à Rua Veneriano dos Passos, nº 430, Centro, CEP: 89560-000, Videira/SC, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Diretor Geral, Sr. SANDRO CAREGNATO, CPF nº 017.839.XXX-01;

**MUNICÍPIO DE ZORTÉA/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 01.612.XXX/0001-08, com sede à Rua Otaviano Oleoni Franceschi, nº 53, Centro, CEP 89633-000, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, o Sra. ROSANE INFELD, inscrito no CPF sob nº 294.893.XXX-91;

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:**

O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio entre os Consorciados, nos termos do art. 8º, da Lei nº 11.107/05, com base na Resolução Orçamentária aprovada pela Assembleia Geral, tendo por fim o efetivo funcionamento da sede administrativa e laboratório do Consórcio; a orientação e apoio técnico/administrativo aos consorciados, para fins de consecução dos objetivos descritos no Contrato de Consórcio Público firmado e no Estatuto Social.

**Parágrafo Único** – Consideram-se despesas do Consórcio, entre outras, os custos despendidos:

- a) conservação de instalações e aquisição de equipamentos para a sede administrativa e o Laboratório CISAM Meio Oeste;
- b) com a aquisição de materiais de consumo para a manutenção das atividades administrativas e do Laboratório;
- c) na remuneração de empregados e respectivos encargos sociais;
- d) com obrigações tributárias;

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

- e) com a aquisição de produtos químicos e outros insumos para análises laboratoriais;
- f) com assessorias e serviços de terceiros necessários ao funcionamento das atividades e projetos executados pelo Consórcio;
- g) com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao Consórcio;
- h) com a realização e apoio em palestras e reuniões sobre saneamento ambiental e outros de interesse do Consorciado, aprovados em assembleia;
- i) na participação de eventos, cursos, treinamentos e supervisão no controle da qualidade da água e efluentes;
- j) com viagens e estadias para eventos que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento dos procedimentos já adotados.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados pelo **Contratado** em sua sede e/ou na sede dos **Contratantes**, dependendo da necessidade e de prévio ajuste entre as partes.

**Parágrafo Único.** No caso de deslocamento de prestadores de serviços à sede dos **Contratantes**, por solicitação, as despesas de locomoção ficarão a cargo dos mesmos.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VINCULAÇÃO:**

O presente contrato fica vinculado ao processo administrativo do **Contratado** nº **140/2021**, bem como às condições estabelecidas na Assembleia Geral Ordinária e das Resoluções nº 22/2021 e 23/2021 do **Contratado**, as quais aprovam o Rateio e Orçamento do mesmo para 2022.

**CLÁUSULA QUINTA – DA SUBORDINAÇÃO:**

O presente contrato subordina-se às normas constantes da Lei nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações, aplicável à execução dos Contratos, e em especial a Lei nº 11.107, de 06.04.2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA:** O presente contrato terá vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 até o dia 31 de dezembro de 2022.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS VALORES A TRANSFERIR:**

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, os **Contratantes** transferirão ao **Contratado** o valor total de **R\$ 388.964,96** (trezentos e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos), referente aos municípios consorciados ao CISAM Meio Oeste, de acordo com a classificação contábil a seguir:

**“Transferências a Consórcios Públicos – CISAM Meio Oeste”**

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	ANUAL (R\$)
3.1.71.70	Pessoal e Encargos Sociais - Rateio	210.237,03



**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

3.3.71.70	Outras Despesas Correntes - Rateio	162.727,93
4.4.71.70	Investimentos - Rateio	16.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>388.964,96</b>

**Desta forma distribuídos:****Município de Abdon Batista:**

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	ANUAL (R\$)
3.1.71.70	Pessoal e Encargos Sociais - Rateio	9.485,10
3.3.71.70	Outras Despesas Correntes - Rateio	7.341,67
4.4.71.70	Investimentos - Rateio	721,86
	<b>TOTAL</b>	<b>17.548,63</b>

**Município de Alto Bela Vista:**

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	ANUAL (R\$)
3.1.71.70	Pessoal e Encargos Sociais - Rateio	9.148,82
3.3.71.70	Outras Despesas Correntes - Rateio	7.081,38
4.4.71.70	Investimentos - Rateio	696,27
	<b>TOTAL</b>	<b>16.926,47</b>

**Município de Brunópolis:**

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	ANUAL (R\$)
3.1.71.70	Pessoal e Encargos Sociais - Rateio	9.387,79
3.3.71.70	Outras Despesas Correntes - Rateio	7.266,35
4.4.71.70	Investimentos - Rateio	714,45
	<b>TOTAL</b>	<b>17.368,59</b>

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

**Município de Campos Novos:**

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	ANUAL (R\$)
3.1.71.70	Pessoal e Encargos Sociais - Rateio	27.871,10
3.3.71.70	Outras Despesas Correntes - Rateio	21.572,82
4.4.71.70	Investimentos - Rateio	2.121,12
	<b>TOTAL</b>	<b>51.565,04</b>

**Município de Capinzal:**

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	ANUAL (R\$)
3.1.71.70	Pessoal e Encargos Sociais - Rateio	20.561,14
3.3.71.70	Outras Despesas Correntes - Rateio	15.914,76
4.4.71.70	Investimentos - Rateio	1.564,80
	<b>TOTAL</b>	<b>38.040,70</b>

**Município de Frei Rogério:**

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	ANUAL (R\$)
3.1.71.70	Pessoal e Encargos Sociais - Rateio	9.172,61
3.3.71.70	Outras Despesas Correntes - Rateio	7.099,80
4.4.71.70	Investimentos - Rateio	698,08
	<b>TOTAL</b>	<b>16.970,49</b>

**Município de Herval D' Oeste:**

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	ANUAL (R\$)
3.1.71.70	Pessoal e Encargos Sociais - Rateio	20.387,60
3.3.71.70	Outras Despesas Correntes - Rateio	15.780,43
4.4.71.70	Investimentos - Rateio	1.551,59
	<b>TOTAL</b>	<b>37.719,62</b>



**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

**Município de Joaçaba:**

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	ANUAL (R\$)
3.1.71.70	Pessoal e Encargos Sociais - Rateio	24.545,10
3.3.71.70	Outras Despesas Correntes - Rateio	18.998,43
4.4.71.70	Investimentos - Rateio	1.867,99
	<b>TOTAL</b>	<b>45.411,52</b>

**Município de Luzerna:**

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	ANUAL (R\$)
3.1.71.70	Pessoal e Encargos Sociais - Rateio	11.180,54
3.3.71.70	Outras Despesas Correntes - Rateio	8.653,98
4.4.71.70	Investimentos - Rateio	850,89
	<b>TOTAL</b>	<b>20.685,41</b>

**Município de Ouro:**

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	ANUAL (R\$)
3.1.71.70	Pessoal e Encargos Sociais - Rateio	12.039,07
3.3.71.70	Outras Despesas Correntes - Rateio	9.318,50
4.4.71.70	Investimentos - Rateio	916,23
	<b>TOTAL</b>	<b>22.273,80</b>

**Município de Vargem:**

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	ANUAL (R\$)
3.1.71.70	Pessoal e Encargos Sociais - Rateio	9.422,39
3.3.71.70	Outras Despesas Correntes - Rateio	7.293,13
4.4.71.70	Investimentos - Rateio	717,08
	<b>TOTAL</b>	<b>17.432,60</b>

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

**Município de Videira:**

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	ANUAL (R\$)
3.1.71.70	Pessoal e Encargos Sociais - Rateio	37.091,13
3.3.71.70	Outras Despesas Correntes - Rateio	28.709,32
4.4.71.70	Investimentos - Rateio	2.822,80
	<b>TOTAL</b>	<b>68.623,25</b>

**Município de Zortea:**

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	ANUAL (R\$)
3.1.71.70	Pessoal e Encargos Sociais - Rateio	9.944,64
3.3.71.70	Outras Despesas Correntes - Rateio	7.697,36
4.4.71.70	Investimentos - Rateio	756,84
	<b>TOTAL</b>	<b>18.398,84</b>

**CLÁUSULA OITAVA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação dos **Contratantes** ou de agente designado pelo mesmo.

**CLÁUSULA NONA – DA TRANSFERÊNCIA:**

A Transferência do valor contratual previsto será feito em até 12 (doze) parcelas vencíveis no último dia útil de cada mês do exercício de 2022, operacionalizando-se por meio de depósito ou boleto bancário emitido pelo **Contratado**.

**Parágrafo Primeiro.** Em caso de atraso na transferência, por parte das **Contratantes**, os valores contratados serão atualizados pela variação do índice INPC/IBGE no período.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:****I - Compete aos Contratantes:**

- Informar ao **Contratado**, por escrito, qualquer inconformidade verificada na realização do objeto do contrato, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato;
- Consignar em sua lei orçamentária anual, os recursos necessários ao cumprimento deste contrato;
- Realizar os repasses financeiros ao **Contratado**, nas condições, prazos e valores constantes do presente contrato;

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

**II - Compete ao Contratado:**

- a) Adotar as providências cabíveis à execução do objeto do presente contrato;
- b) Observar as recomendações emanadas pelos **Contratantes** em cumprimento à legislação e normas de saneamento ambiental vigentes, aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados;
- c) Disponibilizar aos **Contratantes**, os serviços relacionados ao objeto deste contrato, limitado aos recursos pactuados;
- d) Receber e contabilizar os recursos provenientes do rateio, de acordo com as normas de direito financeiro, aplicáveis à contabilidade pública;
- e) Prestar contas e fornecer as informações necessárias, para que sejam consolidadas no município, todas as despesas realizadas com os recursos pactuados, em conformidade com os programas/projetos/atividades atendidos;
- f) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato.

**Parágrafo Único:** As partes obrigam-se a manter, durante toda a execução do contrato, as CND/INSS e do CRF/FGTS vigentes, em conformidade com o disposto no art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:**

A fiscalização da execução dos trabalhos do **Contratado** será exercida pelos **Contratantes**, através de agente por eles designado, o qual poderá, junto ao representante do **Contratado**, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial ao **Contratado**, o qual se submeterá à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

**Parágrafo Único.** As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pelos **Contratantes**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato.

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Primeiro.** A inexecução total ou parcial do contrato, ensejará a sua rescisão, conforme o disposto no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Segundo.** Conforme disposto no art. 55, inc. IX da Lei nº 8.666/93, o **Contratado** reconhece os direitos dos **Contratantes** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da mesma lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES:**

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, o **Contratado** ficará sujeito à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do presente contrato.

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

**Parágrafo Único.** As multas legais e a prevista neste contrato não eximem o **Contratado**, ainda, da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar aos **Contratantes**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS:**

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

**Parágrafo Único.** Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será buscada a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do **Contratado**.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em quatro vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

Capinzal/SC, 13 de dezembro de 2021.

#### **CONTRATANTES**

Assinado digitalmente por: JADIR  
LUIZ DE SOUZA:01857321944  
O tempo: 28-12-2021 08:59:14

**MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA**  
**PREFEITO: JADIR LUIZ DE SOUZA**

Assinado digitalmente por ELTON  
MATTES:01511598905  
DN: C=BR, C=ICP-Brasil, OU=AC  
SOLUTI Múltipla VS,  
OU=07373055000196, OU=Presencial,  
OU=Certificado PF A3, CN=ELTON  
MATTES:01511598905  
Razão: Eu sou o autor deste  
documento  
Localização: sua localização de  
assinatura aqui  
Data: 2021-12-21 17:30:00  
Foxit Reader Versão: 9.7.1

**MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**  
**PREFEITO: ELTON MATTES**

ALEXANDRE  
KUNEN:0233  
3131926  
Digitally signed by  
ALEXANDRE  
KUNEN:02333131926  
Date: 2021.12.22  
10:14:32 -03'00'

**MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS -**  
**Representante Legal: ALEXANDRE KUNEN**

ASSINADO DIGITALMENTE  
VOLCIR CANUTO  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

**MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS**  
**PREFEITO: VOLCIR CANUTO**

SIDNEI  
PENZO:919  
12563991  
Assinado de forma  
digital por SIDNEI  
PENZO:91912563991  
Dados: 2021.12.20  
10:19:19 -03'00'

**MUNICÍPIO DE CAPINZAL**  
**Representante Legal: SIDNEI PENZO**

JAIR DA SILVA  
RIBEIRO:5283  
8978934  
Assinado de forma  
digital por JAIR DA SILVA  
RIBEIRO:52838978934  
Dados: 2021.12.22  
14:48:31 -03'00'

**MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO**  
**PREFEITO: JAIR DA SILVA RIBEIRO**

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

PATRICIA CALLEGARI  
WARKEN:000178949  
05

Assinado de forma digital por  
PATRICIA CALLEGARI  
WARKEN:00017894905  
Dados: 2021.12.21 13:45:42  
-03'00'

**MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE**  
Repr. Legal: PATRICIA CALLEGARI  
WARKEN

PATRICIA CALLEGARI  
WARKEN:000178949  
05

Assinado de forma digital por  
PATRICIA CALLEGARI  
WARKEN:00017894905  
Dados: 2021.12.21 13:46:15  
-03'00'

**MUNICÍPIO DE JOAÇABA**  
Rep. Legal : PATRICIA CALLEGARI  
WARKEN

PATRICIA CALLEGARI  
WARKEN:000178949  
05

Assinado de forma digital por  
PATRICIA CALLEGARI  
WARKEN:00017894905  
Dados: 2021.12.21 13:46:36  
-03'00'

**MUNICÍPIO DE LUZERNA**  
Repr. Legal: PATRICIA CALLEGARI WARKEN

SIDNEI  
PENZO:9191  
2563991

Assinado de forma  
digital por SIDNEI  
PENZO:91912563991  
Dados: 2021.12.20  
10:19:37 -03'00'

**MUNICÍPIO DE OURO**  
Repr. Legal: SIDNEI PENZO

Assinado digitalmente por: MILENA ANDERSEN LOPES  
BECHER:00535474970  
O tempo: 22-12-2021 16:08:57

**MUNICÍPIO DE VARGEM**  
PREFEITA: MILENA ANDERSEN LOPES  
BECHER

SANDRO ANTONIO  
CAREGNATO:01783  
941901

Assinado de forma digital por  
SANDRO ANTONIO  
CAREGNATO:01783941901  
Dados: 2021.12.27 15:08:33 -03'00'

**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**  
Repr. Legal: SANDRO CARAGNATO

ROSANE ANTUNES  
PIRES INFELD:  
90684257904

Assinado digitalmente por ROSANE ANTUNES  
PIRES INFELD:90684257904  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Múltipla  
US, OU=15074920000202, OU=Presencial,  
OU=Certificado PF A3, CN=ROSANE ANTUNES  
PIRES INFELD:90684257904  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2021.12.23 13:34:48-03'00'  
Font Reader Versão: 10.1.1

**MUNICÍPIO DE ZORTÉA**  
PREFEITA: ROSANE INFELD

**CONTRATADO**

NILVO  
DORINI:482175  
14968

Assinado de forma digital  
por NILVO  
DORINI:48217514968  
Dados: 2021.12.20  
10:18:39 -03'00'

**PRESIDENTE CISAM/MO**  
NILVO DORINI

SIDNEI  
PENZO:91912  
563991

Assinado de forma  
digital por SIDNEI  
PENZO:91912563991  
Dados: 2021.12.20  
10:18:56 -03'00'

**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**  
CISAM/MO  
SIDNEI PENZO

**TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 013/2021**

Publicação Nº 3520717

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

**TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 013/2021****TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO****VARGEM 3º ADITIVO CT 054/2019**

Terceira apostila ao Contrato Administrativo nº 13/2019, celebrado entre o CISAM e o município de Vargem/SC, que tem por objeto a regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do município de Vargem/SC.

O CISAM Meio Oeste, neste ato representado pelo Presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 13/2019, com base na Resolução nº 70/2021 e mediante cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Os Preços de Regulação e Fiscalização (PRF), constantes do Contrato nº 13/2019 e Apostilas nº 14/2019 e 12/2020, ficam atualizados monetariamente em 10,9585%, corresponde à variação do INPC (IBGE), referente ao período de dezembro/2020 a novembro/2021.

**Parágrafo Primeiro** - O preço mensal de regulação e fiscalização, com base na Resolução nº 21/2017 que alterou o art. 49 da Resolução nº 06/2013, resulta da multiplicação do valor per capita, estipulado para cada um dos componentes do saneamento básico, pela população do município consorciado.

**Parágrafo Segundo** - Fica fixado em R\$ 0,0999 a título de PRF, em relação aos serviços de abastecimento de água, R\$ 0,0749, a título de PRF, em relação aos serviços de esgoto.

**Parágrafo Terceiro** – A atualização monetária dos preços de regulação e fiscalização incide sobre a população do município, a considerar, as estimativas oficiais realizadas pelo IBGE em dezembro de 2021 e vigorará a partir de janeiro de 2022 (População considerada para base de cálculo do presente instrumento: 2.387 habitantes).

**Parágrafo Quarto** – O valor R\$ 417,25 (quatrocentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos).



**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

### CLÁUSULA SEGUNDA

A vigência do presente apostilamento inicia-se em 01 de janeiro de 2022, com término em 31 de dezembro de 2022.

### CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente informadas por este Termo.

Capinzal/SC, 20 de dezembro de 2021.

**NILVO****DORINI:48****217514968**Assinado de forma  
digital por NILVO

DORINI:48217514968

Dados: 2021.12.22

09:41:35 -03'00'

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste  
Nilvo Dorini – Presidente



# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 020/2021

Publicação Nº 3520261

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C57640F46C71ADACADB7FB29AB9D006182D2D551

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 020/2021, DE 12 DE ABRIL DE 2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA E A EMPRESA G PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA.

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com Sede à Rua Coronel Vitorio, nº 966, Centro, Vargem Bonita - SC, Inscrição no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, através de seu Gestor, Sr. JONAS VESARO MACEDO, portador da Cédula de Identidade nº 5.212.341 SSP/SC e inscrito no CPF-MF sob o nº 054.474.649-00, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa G PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 78.491.172/0006-07, com sede na Rua Duque de Caxias, 707, Centro, Município de Catanduvas, SC, representada neste ato, pelo seu Sócio-gerente, Senhor GLÁUCIO GRANDO GALLI, portador da Cédula de Identidade nº 1.074.687 e inscrito no CPF-MF sob o nº 503.656.819-20, doravante denominada CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Edital de Credenciamento nº 002/2021, Processo Administrativo nº 003/2021 - FMS, Inexigibilidade de Licitação nº 001/2021 - FMS, Contrato Administrativo nº 020/2021 e regido pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CONSIDERANDO o Inciso II, Artigo 57, da Lei Federal Nº 8.666/93, onde a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

Considerando a vigência do Contrato Nº 020/2021;  
Considerando a necessidade de manutenção da saúde e bem estar social dos munícipes usuários do SUS e situações especializadas;  
Considerando que a prestação dos serviços deve atender amplamente a população municipal.

#### PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação de execução, vigência contratual e alteração de valores do teto repassados pelo Fundo Municipal de Saúde para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMA COMPLEMENTAR AO SUS, DE EXAMES COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA (LABORATÓRIO CLÍNICO) A SEREM ATENDIDOS PELA REDE BÁSICA DE SAÚDE, DE ACORDO COM A TABELA DE PROCEDIMENTOS DO SUS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

2.1. Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2022 os prazos de execução e vigência contratual, a contar de 03 de Janeiro de 2022.  
2.2. Fica reajustado o valor total de 120.000,00 (cento e vinte mil reais), que corresponde ao teto repassado pelo Fundo Municipal de Saúde durante a vigência do presente Termo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

3.1. Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato inicial e demais alterações.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Vargem Bonita, SC, 30 de dezembro de 2021.

JONAS VESARO MACEDO		GLÁUCIO GRANDO GALLI
Gestor FMS		Sócia Administradora
CONTRATANTE		CONTRATADO

Fiscal:

ALDACIR SALETE DE OLIVEIRA  
Diretora de Saúde

Testemunhas:

01. Robson Saggin Escriturário	02. Enedir de Almeida Vieira Diretor de Compras
--------------------------------------	---



**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/2021**

Publicação Nº 3520423

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B5309EC3F4F194517CC9FDF67D18E40FFB760A7F

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 024/2021, DE 28 DE ABRIL DE 2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA E A EMPRESA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS IRANI LTDA.

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com Sede à Rua Coronel Vitório, nº 966, Centro, Vargem Bonita - SC, Inscrição no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, através de seu Gestor, Sr. JONAS VESARO MACEDO, portador da Cédula de Identidade nº 5.212.341 SSP/SC e inscrito no CPF-MF sob o nº 054.474.649-00, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS IRANI LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 08.748.750/0001-59, com sede na Rua Valdecir Angelo Zampieri, representada neste ato, pelo seu sócio administrador, Sr. FÁBIO ANTONIO FAVERO, portador da Cédula de Identidade nº 1.780.224 SSP/SC e inscrito no CPF-MF sob o nº 485.461.789-68, doravante denominada CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Edital de Credenciamento nº 002/2021, Processo Administrativo nº 005/2021 - FMS, Inexigibilidade de Licitação nº 002/2021 – FMS, Contrato Administrativo nº 024/2021 e regido pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CONSIDERANDO o Inciso II, Artigo 57, da Lei Federal Nº 8.666/93, onde a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

Considerando a vigência do Contrato Nº 024/2021;  
Considerando a necessidade de manutenção da saúde e bem estar social dos munícipes usuários do SUS e situações especializadas;  
Considerando que a prestação dos serviços deve atender amplamente a população municipal.

**PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação de execução, vigência contratual e alteração de valores do teto repassados pelo Fundo Municipal de Saúde para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMA COMPLEMENTAR AO SUS, DE EXAMES COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA (LABORATÓRIO CLÍNICO) A SEREM ATENDIDOS PELA REDE BÁSICA DE SAÚDE, DE ACORDO COM A TABELA DE PROCEDIMENTOS DO SUS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES**

2.1. Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2022 os prazos de execução e vigência contratual, a contar de 03 de Janeiro de 2022.  
2.2. Fica reajustado o valor total de 120.000,00 (cento e vinte mil reais), que corresponde ao teto repassado pelo Fundo Municipal de Saúde durante a vigência do presente Termo.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**

3.1. Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato inicial e demais alterações.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Vargem Bonita, SC, 30 de dezembro de 2021.

JONAS VESARO MACEDO	FÁBIO ANTONIO FAVERO
Gestor FMS	Sócio Administradora
CONTRATANTE	CONTRATADO

Fiscal:

ALDACIR SALETE DE OLIVEIRA  
Diretora de Saúde

Testemunhas:

01. Robson Saggin Escriturário	02. Enedir de Almeida Vieira Diretor de Compras
--------------------------------------	---

**8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 076/2018**

Publicação Nº 3520589

OITAVO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS E SEGURO EMPRESARIAL PARA PRÉDIOS PÚBLICOS, PARA ATENDIMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA – SC.

Que entre si fazem a MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorino, nº 966 - Centro – inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.187/0001-31, representado neste ato por sua Prefeita Municipal Sra. ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN, portadora do CPF sob o nº 027.421.339-76, residente e domiciliada nesta cidade de Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa GENTE SEGURADORA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02 e Inscrição Municipal nº 14109425, com sede à Rua Marechal Floriano Peixoto, 450, Centro – Porto Alegre - SC., neste ato representada pelo seu Diretor Sr. MARCELO WAIS, inscrito no CPF sob o nº 632.005.380-15 e CI nº 7009036166, doravante denominado CONTRATADO, nos termos do Processo Licitatório nº 062/2018, na modalidade de Pregão nº 046/2018 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O presente Aditivo ao Contrato Administrativo nº 076/2018 tem por objeto o ENDOSSO DE INCLUSÃO VEÍCULOS NA APÓLICE DE SEGURO EM VIGOR da PREFEITURA DE VARGEM BONITA (Seguro Geral – Apólice 01.31.93519 – Seguro Auto)

1.1.1 – Trata da cobertura dos veículos:

- Placa RLP7H29 - Chassi: 9BD281B22NYW77272 - Ano/ Modelo: 2021/2022, final da vigência em 01/01/2023.
- Placa RLP6E79 - Chassi: 9BD281B22NYW86365 - Ano/ Modelo: 2021/2022, final da vigência em 01/01/2023.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO – DA COBERTURA E DO AJUSTE DO CONTRATO**

2.1 - O preço certo e ajustado entre as partes para o presente ADITIVO é o seguinte:

- a) Seguro veículos Placa RLP7H29 – Marca: Fiat – Valor: R\$ 2.295,87 (dois mil duzentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos).
- b) Seguro veículos Placa RLP6E79 – Marca: Fiat – Valor: R\$ 2.295,51 (dois mil duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos).

2.2 – Ficam fixadas as coberturas abaixo para o endosso:

Lote / 04	PREFEITURA MUNICIPAL Rua Cel. Vitorino, 966 – Vargem Bonita CNPJ Nº 95.996.187/0001-31 EMPRESARIAL / FROTA COBERTURAS / ESPECIFICAÇÃO DO BEM	QDE	UN	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
04.1	STRADA EDURANCE CABINE DUPLA –PLACA: RLP7H29 Chassi: 9BD281B-22NYW77272 - Ano/ Modelo: 2021/2022, final da vigência: 01/01/2023.  Danos Materiais R\$ 100.000,00 Danos Corporais R\$ 300.000,00 Danos Morais R\$ 80.000,00 APP – Morte Acidental R\$ 40.000,00 APP – Invalidez Permanente – Total ou Parcial R\$ 40.000,00 APP - Despesas Médicas e Hospitalares R\$ 40.000,00 Franquia: R\$ 4.813,10	01	Apól.	2.295,87	2.295,87
04.2	STRADA EDURANCE CABINE DUPLA –PLACA: RLP6E79 Chassi: 9BD281B-22NYW86365 - Ano/ Modelo: 2021/2022, final da vigência: 01/01/2023.  Danos Materiais R\$ 100.000,00 Danos Corporais R\$ 300.000,00 Danos Morais R\$ 80.000,00 APP – Morte Acidental R\$ 40.000,00 APP – Invalidez Permanente – Total ou Parcial R\$ 40.000,00 APP - Despesas Médicas e Hospitalares R\$ 40.000,00 Franquia: R\$ 4.813,10	01	Apól.	2.295,51	2.295,51
Total ..... R\$					4.591,38

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1 - O pagamento das Ápolices de Seguro serão efetuados em 01 (uma) única parcela.

**CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1 - Os Recursos Orçamentários para fazer frente às despesas deste Contrato são os consignados no Orçamento vigente do Município, previstos nas respectivas dotações orçamentárias aprovadas através de Lei.

4.1.1 – Os Recursos Orçamentários estão previstos na LOA - Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2022, fixados na Lei Municipal nº 1225 de 22 de Dezembro de 2021.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DO CONTRATO

5.1 – Ficam ratificadas as demais Cláusulas Contratuais.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Vargem Bonita, 04 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_  
ROSAMARCIA HETKOWSKI  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
ROMAN MARCELO WAIS  
CONTRATADO

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **001-2022**

Publicação Nº 3519714

PORTARIA Nº 001/2022

“CONTRATAR A SERVIDORA PARA CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA”

ANGELA MARIA RODRIGUES FABRICIO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Casa.

#### RESOLVE:

CONTRATAR, “MONIA KITIANE TONIAL”, brasileira, casada, advogada assessora parlamentar, residente e domiciliado na Linha Agua Claras SN interior, CEP 89670-000 município de Catanduvas - SC, portadora da Carteira de Identidade nº 3.154.787, CPF nº 933.103.869-87, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil(OAB) nº 38.589 para exercer o Cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, nível CC-05, Cargo de Provimento em Comissão do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, conforme Leis Municipais nº 85/2011, 107/2015 e 1.225/2021.

A presente portaria passa a ter efeitos a partir de 03 de janeiro de 2022.

Câmara Municipal de Vereadores de Vargem Bonita-SC, 03 de janeiro de 2022.

ANGELA MARIA RODRIGUES FABRICIO  
Presidente do Poder Legislativo

**Vidal Ramos****PREFEITURA****CONTRATO 01/2022 - FMAS**

Publicação Nº 3521359

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS****CONTRATO Nº. 01/2022****CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE  
ELETRICISTA QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA  
INSTALADORA VIDALENSE LTDA**

**CONTRATANTE:** O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS, localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.567.169/0001-32, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NELSON BACK, inscrito no CPF nº 398.646.509-04, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

**CONTRATADA:** INSTALADORA VIDALENSE LTDA, doravante denominada “Contratada”, estabelecida à AVENIDA JORGE LACERDA, 1091 SALA 01, centro, no município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.295.224/0001-33.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 109/2021, PREGÃO PRESENCIAL nº. 65/2021, homologado em 23 de dezembro de 2021, do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste contrato:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA E CAMINHÃO MUCK PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, E PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE FORMA FRAGMENTADA, CONFORME A NECESSIDADE.

12. Integra o presente Contrato, para todos os efeitos legais, a Proposta de Preços, apresentada neste PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 109/2021, PREGÃO PRESENCIAL nº. 65/2021, homologado em 23 de dezembro de 2021.

1.3. A Contratada obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:**

2.1.O preço para Prestação de Serviços é de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

**LOTE 01 - ELETRICISTA**

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	300	HRS	<b>ELETRICISTA:</b> • Instalar e reparar condutores,	44,00	13.200,00

		<p>acessórios e pequenos equipamentos elétricos, tais como ventiladores, fogões, quadros de distribuição, caixa de fusíveis, pontos de luz, tomadas, interruptores, exaustores, lustres, bem como fixa dispositivos isoladores;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ligar os fios a fonte fornecedora de energia, utilizando alicates, chaves, conectores e material isolante para completar a tarefa de instalação;</li> <li>• Testar a instalação, repetidas vezes, para comprovar a exatidão do trabalho executado;</li> <li>• Testar os circuitos da instalação, utilizando aparelhos de comparação e verificação, elétricos e eletrônicos para detectar as peças defeituosas;</li> <li>• Substituir ou reparar fios ou unidades danificadas, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais, materiais isolantes e soldas, devolvendo a instalação elétrica condições normais de funcionamento;</li> <li>• Fazer a manutenção da rede elétrica de escolas e demais prédios municipais;</li> <li>• Instalar e ligar motores monofásicos, trifásicos, chaves magnéticas e solda terminais;</li> <li>• Levantar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços solicitando os itens faltantes, de forma a evitar atrasos e interrupções nos serviços;</li> <li>• Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;</li> <li>• O Eletricista deverá ter suas ferramentas e equipamentos necessários para executar serviços em rede de alta e baixa tensão.</li> <li>• Executar outras atividades correlatas e/ou determinadas pelo superior imediato.</li> </ul>		
<b>TOTAL</b>				<b>13.200,00</b>

2.2. Não será admitido pagamento adiantado de serviço não realizado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

3.3. Os pagamentos pela prestação de serviços serão devidos, observadas as seguintes condições:

- a) O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.
- b) Efetuar o desconto devido, conforme estabelecido na cláusula 9.3, do presente contrato, quando ocorrer atraso INJUSTIFICADO na entrega dos materiais.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada, correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2022, classificada na dotação: Assistência) 33.90.39.05.00.00.00.00 (3);

**CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:**

5.1. Devidamente justificado, o contrato é alterável, nas condições previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E DA ACEITAÇÃO:**

6.1. O Fundo fiscalizará a execução da Prestação dos Serviços, nos termos do artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, podendo para isto valer-se de assessoria ou consultoria de terceiros.

6.2. A Contratada, quando requisitada, prestará informações e esclarecimentos que demonstrem o efetivo cumprimento do compromisso avençado.

6.3. A fiscalização terá poderes para notificar por escrito a Contratada sobre eventuais irregularidades ou falhas verificadas, exigindo-lhe correção, sem que disso implique aumento de despesa para o Fundo.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

7.1. São de responsabilidade da Contratada:

- a) a reparação de erros ou vícios na Prestação de Serviços num prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas da comunicação do Fundo, sem qualquer ônus adicional;
- b) aceitar acréscimos ou supressões que o Fundo solicitar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- c) responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de leis trabalhistas que digam respeito aos serviços contratados e a concreta aplicação da legislação em vigor, relativo à segurança, higiene e medicina do trabalho;



d) efetuar o pagamento de todos os seguros, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e demais despesas e tributos pertinentes à obra;

e) refazer, a suas expensas, todo e qualquer serviço mal executado, ou trabalho defeituoso, executado de forma insatisfatória ou executado fora das especificações técnicas;

f) manter devidamente registrada em seu quadro de pessoal, todas as pessoas envolvidas nos serviços objeto deste edital, devendo apresentar as guias de INSS e FGTS, quando do recebimento das parcelas devidas pelo Município, sob pena de rescisão de contrato pelo mesmo;

g) informar a Secretaria de Administração, com antecedência mínima de 72 horas, para o caso da necessidade de interrupção nos serviços básicos;

h) pela contratação do pessoal, fornecendo e obrigando o uso de equipamentos de proteção individual a seus empregados e aplicar a legislação referente higiene, segurança e medicina do trabalho;

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

8.1. Fiscalizar o serviço contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a proponente vencedora das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal;

8.2. A Cada Prestação de Serviços a empresa deverá preencher uma ficha (boletim) com data, local, horário de entrada e saída para a prestação dos serviços e assinada pelo setor requisitante, esse documento deverá ser entregue junto com a nota fiscal, além da requisição do setor. A não entrega dessa ficha implicará a não aceitação da nota pelo setor contábil.

8.3. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação;

8.4. Compete também ao Município, solicitar o afastamento de qualquer profissional que não estiver apto às obrigações estabelecidas no contrato ou que não tenha comportamento adequado na prestação de Serviços.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

9.1. À CONTRATADA que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados pelo infrator:

9.1.1. Não mantiver a proposta, lance ou oferta;

9.1.2. Não celebrar o contrato ou instrumento equivalente;

9.1.3. Falhar ou fraudar a execução do contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.

9.2. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

9.3. Multa de 1% (um por cento) por dia, sobre o valor adjudicado, até no máximo de 20% (vinte por cento), quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

9.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total vencido; se a proponente vencedora não entregar o objeto desta licitação;

9.5. Multa de mora, diária de 0,03% (zero vírgula zero três por cento) nos primeiros 05(cinco) dias de atraso na entrega; e de 0,10% (zero vírgula dez por cento) do sexto dia em diante, calculada sobre o valor total da Autorização de Fornecimento, por impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas, exceto se motivada, comprovadamente, por caso fortuito ou motivo de força maior.

9.6. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, conforme estatui o art. 87, inciso III, da lei federal 8.666/93.

9.7. Ter declarada a Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**Parágrafo Primeiro:** a penalidade prevista no ‘*caput*’ deste artigo será imposta após regular procedimento, garantidos a ampla defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

**Parágrafo Segundo:** da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO:**

10.1. Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato às situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

§ 1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo da Administração, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§ 2º - No caso de rescisão do Contrato, a Administração fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 5 (cinco) dias de antecedência.

§ 3º - Na ocorrência da rescisão prevista no ‘*caput*’ desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante, em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do art. 79, da Lei 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRAZOS:**

11.1. A Prestação de Serviços deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção de cada setor, mediante requisição prévia a ser explicada pelo setor competente. Uma vez expedida à realização, a Prestação do serviço

deverá ocorrer imediatamente em regime de prioridade, sem a necessária espera em possíveis filas de atendimento.

11.2. O prazo de duração da prestação dos serviços será de 12 meses a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, através de TERMO ADITIVO a ser firmado entre as partes, até o limite estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:**

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de quaisquer medidas judiciais, pertinentes ao presente contrato.

Por concordarem com os seus termos, este ajuste é assinado pelas partes contratantes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que, igualmente, o assinam.

Vidal Ramos, 03 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS**  
**Nelson Back – Prefeito Municipal**  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**INSTALADORA VIDALENSE LTDA**  
CONTRATADA

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
EDUARDO THECHRIN  
CPF: 083.410.239-03

\_\_\_\_\_  
ADRIANA RECH KAMMERS  
CPF: 008.287.929-09

Fiscal de Contrato:

\_\_\_\_\_  
JAISON BOING  
Coordenador Geral

**CONTRATO 01/2022 - FUNDEMA**

Publicação Nº 3521369

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE VIDAL RAMOS****CONTRATO Nº. 01/2022****CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA INSTALADORA VIDALENSE LTDA.**

**CONTRATANTE:** A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE VIDAL RAMOS, localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.099.537/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NELSON BACK, inscrito no CPF nº 398.646.509-04, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

**CONTRATADA:** INSTALADORA VIDALENSE LTDA, doravante denominada "Contratada", estabelecida à AVENIDA JORGE LACERDA, 1091 SALA 01, centro, no município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.295.224/0001-33.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 109/2021, PREGÃO PRESENCIAL nº. 65/2021, homologado em 23 de dezembro de 2021, do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste contrato:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA E CAMINHÃO MUCK PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, E PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE FORMA FRAGMENTADA, CONFORME A NECESSIDADE.

12. Integra o presente Contrato, para todos os efeitos legais, a Proposta de Preços, apresentada neste PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 109/2021, PREGÃO PRESENCIAL nº. 65/2021, homologado em 23 de dezembro de 2021.

1.3. A Contratada obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:**

2.1.O preço para Prestação de Serviços é de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).

**LOTE 01 - ELETRICISTA**

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	500	HRS	<b>ELETRICISTA:</b> • Instalar e reparar condutores,	44,00	22.000,00

		<p>acessórios e pequenos equipamentos elétricos, tais como ventiladores, fogões, quadros de distribuição, caixa de fusíveis, pontos de luz, tomadas, interruptores, exaustores, lustres, bem como fixa dispositivos isoladores;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ligar os fios a fonte fornecedora de energia, utilizando alicates, chaves, conectores e material isolante para completar a tarefa de instalação;</li> <li>• Testar a instalação, repetidas vezes, para comprovar a exatidão do trabalho executado;</li> <li>• Testar os circuitos da instalação, utilizando aparelhos de comparação e verificação, elétricos e eletrônicos para detectar as peças defeituosas;</li> <li>• Substituir ou reparar fios ou unidades danificadas, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais, materiais isolantes e soldas, devolvendo a instalação elétrica condições normais de funcionamento;</li> <li>• Fazer a manutenção da rede elétrica de escolas e demais prédios municipais;</li> <li>• Instalar e ligar motores monofásicos, trifásicos, chaves magnéticas e solda terminais;</li> <li>• Levantar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços solicitando os itens faltantes, de forma a evitar atrasos e interrupções nos serviços;</li> <li>• Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;</li> <li>• O Eletricista deverá ter suas ferramentas e equipamentos necessários para executar serviços em rede de alta e baixa tensão.</li> <li>• Executar outras atividades correlatas e/ou determinadas pelo superior imediato.</li> </ul>		
<b>TOTAL</b>				<b>22.000,00</b>

**LOTE 02 – CAMINHÃO MUCK**

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
2	200	hrs	Hora de Caminhão Munck para utilização na manutenção elétrica dos prédios da administração e demais serviços requisitados (incluso motorista).	175,00	35.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>35.000,00</b>	

2.2. Não será admitido pagamento adiantado de serviço não realizado.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

3.3. Os pagamentos pela prestação de serviços serão devidos, observadas as seguintes condições:

- a) O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.
- b) Efetuar o desconto devido, conforme estabelecido na cláusula 9.3, do presente contrato, quando ocorrer atraso INJUSTIFICADO na entrega dos materiais.

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada, correrá à conta do orçamento da Fundação, exercício 2022, classificada na dotação: (3) 33.90.39.05.00.00.00.00;

### **CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:**

5.1. Devidamente justificado, o contrato é alterável, nas condições previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E DA ACEITAÇÃO:**

6.1. O Município fiscalizará a execução da Prestação dos Serviços, nos termos do artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, podendo para isto valer-se de assessoria ou consultoria de terceiros.

6.2. A Contratada, quando requisitada, prestará informações e esclarecimentos que demonstrem o efetivo cumprimento do compromisso avençado.

6.3. A fiscalização terá poderes para notificar por escrito a Contratada sobre eventuais irregularidades ou falhas verificadas, exigindo-lhe correção, sem que disso implique aumento de despesa para a Fundação.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

### 7.1. São de responsabilidade da Contratada:

- a) a reparação de erros ou vícios na Prestação de Serviços num prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas da comunicação da Fundação, sem qualquer ônus adicional;
- b) aceitar acréscimos ou supressões que a Fundação solicitar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- c) responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de leis trabalhistas que digam respeito aos serviços contratados e a concreta aplicação da legislação em vigor, relativo à segurança, higiene e medicina do trabalho;
- d) efetuar o pagamento de todos os seguros, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e demais despesas e tributos pertinentes à obra;
- e) refazer, a suas expensas, todo e qualquer serviço mal executado, ou trabalho defeituoso, executado de forma insatisfatória ou executado fora das especificações técnicas;
- f) manter devidamente registrada em seu quadro de pessoal, todas as pessoas envolvidas nos serviços objeto deste edital, devendo apresentar as guias de INSS e FGTS, quando do recebimento das parcelas devidas pela Fundação, sob pena de rescisão de contrato pelo mesmo;
- g) informar a Secretaria de Administração, com antecedência mínima de 72 horas, para o caso da necessidade de interrupção nos serviços básicos;
- h) pela contratação do pessoal, fornecendo e obrigando o uso de equipamentos de proteção individual a seus empregados e aplicar a legislação referente higiene, segurança e medicina do trabalho;

### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

- 8.1. Fiscalizar o serviço contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a proponente vencedora das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal;
- 8.2. A Cada Prestação de Serviços a empresa deverá preencher uma ficha (boletim) com data, local, horário de entrada e saída para a prestação dos serviços e assinada pelo setor requisitante, esse documento deverá ser entregue junto com a nota fiscal, além da requisição do setor. A não entrega dessa ficha implicará a não aceitação da nota pelo setor contábil.
- 8.3. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação;
- 8.4. Compete também ao Fundo, solicitar o afastamento de qualquer profissional que não estiver apto às obrigações estabelecidas no contrato ou que não tenha comportamento adequado na prestação de Serviços.



**CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

9.1. A CONTRATADA que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados pelo infrator:

9.1.1. Não mantiver a proposta, lance ou oferta;

9.1.2. Não celebrar o contrato ou instrumento equivalente;

9.1.3. Falhar ou fraudar a execução do contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.

9.2. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

9.3. Multa de 1% (um por cento) por dia, sobre o valor adjudicado, até no máximo de 20% (vinte por cento), quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

9.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total vencido; se a proponente vencedora não entregar o objeto desta licitação;

9.5. Multa de mora, diária de 0,03%(zero vírgula zero três por cento) nos primeiros 05(cinco) dias de atraso na entrega; e de 0,10%(zero vírgula dez por cento) do sexto dia em diante, calculada sobre o valor total da Autorização de Fornecimento, por impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas, exceto se motivada, comprovadamente, por caso fortuito ou motivo de força maior.

9.6. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, conforme estatui o art. 87, inciso III, da lei federal 8.666/93.

9.7. Ter declarada a Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**Parágrafo Primeiro:** a penalidade prevista no 'caput' deste artigo será imposta após regular procedimento, garantidos a ampla defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

**Parágrafo Segundo:** da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO:**

10.1. Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato às situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

§ 1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo da Administração, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§ 2º - No caso de rescisão do Contrato, a Administração fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 5 (cinco) dias de antecedência.

§ 3º - Na ocorrência da rescisão prevista no 'caput' desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante, em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do art. 79, da Lei 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRAZOS:**

11.1. A Prestação de Serviços deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção de cada setor, mediante requisição prévia a ser explicada pelo setor competente. Uma vez expedida à realização, a Prestação do serviço deverá ocorrer imediatamente em regime de prioridade, sem a necessária espera em possíveis filas de atendimento.

11.2. O prazo de duração da prestação dos serviços será de 12 meses a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, através de TERMO ADITIVO a ser firmado entre as partes, até o limite estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:**

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de quaisquer medidas judiciais, pertinentes ao presente contrato.

Por concordarem com os seus termos, este ajuste é assinado pelas partes contratantes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que, igualmente, o assinam.

Vidal Ramos, 03 de janeiro de 2022

\_\_\_\_\_  
**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE VIDAL RAMOS**  
**NELSON BACK – Prefeito Municipal**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**INSTALADORA VIDALENSE LTDA**  
**CONTRATADA**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
EDUARDO THECHRIN  
CPF: 083.410.239-03

\_\_\_\_\_  
ADRIANA RECH KAMMERS  
CPF: 008.287.929-09

Fiscal de Contrato:

\_\_\_\_\_  
JAISON BOING  
Coordenador Geral

**CONTRATO 01/2022 - FUNDERURAL**

Publicação Nº 3521372

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS****CONTRATO Nº. 01/2022****CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE  
ELETRICISTA QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO DE  
DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS E A  
EMPRESA INSTALADORA VIDALENSE LTDA**

**CONTRATANTE:** O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS, localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NELSON BACK, inscrito no CPF nº 398.646.509-04, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

**CONTRATADA:** INSTALADORA VIDALENSE LTDA, doravante denominada "Contratada", estabelecida à AVENIDA JORGE LACERDA, 1091 SALA 01, centro, no município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.295.224/0001-33.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 109/2021, PREGÃO PRESENCIAL nº. 65/2021, homologado em 23 de dezembro de 2021, do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste contrato:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA E CAMINHÃO MUCK PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, E PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE FORMA FRAGMENTADA, CONFORME A NECESSIDADE.

12. Integra o presente Contrato, para todos os efeitos legais, a Proposta de Preços, apresentada neste PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 109/2021, PREGÃO PRESENCIAL nº. 65/2021, homologado em 23 de dezembro de 2021.

1.3. A Contratada obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:**

2.1.O preço para Prestação de Serviços é de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

**LOTE 01 - ELETRICISTA**

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	200	HRS	<b>ELETRICISTA:</b> • Instalar e reparar condutores,	44,00	8.800,00

		<p>acessórios e pequenos equipamentos elétricos, tais como ventiladores, fogões, quadros de distribuição, caixa de fusíveis, pontos de luz, tomadas, interruptores, exaustores, lustres, bem como fixa dispositivos isoladores;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ligar os fios a fonte fornecedora de energia, utilizando alicates, chaves, conectores e material isolante para completar a tarefa de instalação;</li> <li>• Testar a instalação, repetidas vezes, para comprovar a exatidão do trabalho executado;</li> <li>• Testar os circuitos da instalação, utilizando aparelhos de comparação e verificação, elétricos e eletrônicos para detectar as peças defeituosas;</li> <li>• Substituir ou reparar fios ou unidades danificadas, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais, materiais isolantes e soldas, devolvendo a instalação elétrica condições normais de funcionamento;</li> <li>• Fazer a manutenção da rede elétrica de escolas e demais prédios municipais;</li> <li>• Instalar e ligar motores monofásicos, trifásicos, chaves magnéticas e solda terminais;</li> <li>• Levantar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços solicitando os itens faltantes, de forma a evitar atrasos e interrupções nos serviços;</li> <li>• Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;</li> <li>• O Eletricista deverá ter suas ferramentas e equipamentos necessários para executar serviços em rede de alta e baixa tensão.</li> <li>• Executar outras atividades correlatas e/ou determinadas pelo superior imediato.</li> </ul>		
<b>TOTAL</b>				<b>8.800,00</b>

2.2. Não será admitido pagamento adiantado de serviço não realizado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

3.3. Os pagamentos pela prestação de serviços serão devidos, observadas as seguintes condições:

- a) O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.
- b) Efetuar o desconto devido, conforme estabelecido na cláusula 9.3, do presente contrato, quando ocorrer atraso INJUSTIFICADO na entrega dos materiais.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada, correrá à conta do orçamento do Fundo, exercício 2022, classificada na dotação: Funderural 33.90.39.05.00.00.00.00 (5);

**CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:**

5.1. Devidamente justificado, o contrato é alterável, nas condições previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E DA ACEITAÇÃO:**

6.1. O Fundo fiscalizará a execução da Prestação dos Serviços, nos termos do artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, podendo para isto valer-se de assessoria ou consultoria de terceiros.

6.2. A Contratada, quando requisitada, prestará informações e esclarecimentos que demonstrem o efetivo cumprimento do compromisso avençado.

6.3. A fiscalização terá poderes para notificar por escrito a Contratada sobre eventuais irregularidades ou falhas verificadas, exigindo-lhe correção, sem que disso implique aumento de despesa para o Fundo.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

7.1. São de responsabilidade da Contratada:

- a) a reparação de erros ou vícios na Prestação de Serviços num prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas da comunicação do Fundo, sem qualquer ônus adicional;
- b) aceitar acréscimos ou supressões que o Fundo solicitar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- c) responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de leis trabalhistas que digam respeito aos serviços contratados e a concreta aplicação da legislação em vigor, relativo à segurança, higiene e medicina do trabalho;

d) efetuar o pagamento de todos os seguros, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e demais despesas e tributos pertinentes à obra;

e) refazer, a suas expensas, todo e qualquer serviço mal executado, ou trabalho defeituoso, executado de forma insatisfatória ou executado fora das especificações técnicas;

f) manter devidamente registrada em seu quadro de pessoal, todas as pessoas envolvidas nos serviços objeto deste edital, devendo apresentar as guias de INSS e FGTS, quando do recebimento das parcelas devidas pelo Município, sob pena de rescisão de contrato pelo mesmo;

g) informar a Secretaria de Administração, com antecedência mínima de 72 horas, para o caso da necessidade de interrupção nos serviços básicos;

h) pela contratação do pessoal, fornecendo e obrigando o uso de equipamentos de proteção individual a seus empregados e aplicar a legislação referente higiene, segurança e medicina do trabalho;

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

8.1. Fiscalizar o serviço contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a proponente vencedora das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal;

8.2. A Cada Prestação de Serviços a empresa deverá preencher uma ficha (boletim) com data, local, horário de entrada e saída para a prestação dos serviços e assinada pelo setor requisitante, esse documento deverá ser entregue junto com a nota fiscal, além da requisição do setor. A não entrega dessa ficha implicará a não aceitação da nota pelo setor contábil.

8.3. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação;

8.4. Compete também ao Fundo, solicitar o afastamento de qualquer profissional que não estiver apto às obrigações estabelecidas no contrato ou que não tenha comportamento adequado na prestação de Serviços.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

9.1. Á CONTRATADA que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados pelo infrator:

9.1.1. Não mantiver a proposta, lance ou oferta;

9.1.2. Não celebrar o contrato ou instrumento equivalente;

9.1.3. Falhar ou fraudar a execução do contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.



9.2. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

9.3. Multa de 1% (um por cento) por dia, sobre o valor adjudicado, até no máximo de 20% (vinte por cento), quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

9.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total vencido; se a proponente vencedora não entregar o objeto desta licitação;

9.5. Multa de mora, diária de 0,03%(zero vírgula zero três por cento) nos primeiros 05(cinco) dias de atraso na entrega; e de 0,10%(zero vírgula dez por cento) do sexto dia em diante, calculada sobre o valor total da Autorização de Fornecimento, por impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas, exceto se motivada, comprovadamente, por caso fortuito ou motivo de força maior.

9.6. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, conforme estatui o art. 87, inciso III, da lei federal 8.666/93.

9.7. Ter declarada a Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**Parágrafo Primeiro:** a penalidade prevista no ‘*caput*’ deste artigo será imposta após regular procedimento, garantidos a ampla defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

**Parágrafo Segundo:** da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO:**

10.1. Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato às situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

§ 1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo da Administração, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§ 2º - No caso de rescisão do Contrato, a Administração fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 5 (cinco) dias de antecedência.

§ 3º - Na ocorrência da rescisão prevista no ‘*caput*’ desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante, em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do art. 79, da Lei 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRAZOS:**

11.1. A Prestação de Serviços deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção de cada setor, mediante requisição prévia a ser explicada pelo setor competente. Uma vez expedida à realização, a Prestação do serviço

deverá ocorrer imediatamente em regime de prioridade, sem a necessária espera em possíveis filas de atendimento.

11.2. O prazo de duração da prestação dos serviços será de 12 meses a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, através de TERMO ADITIVO a ser firmado entre as partes, até o limite estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:**

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de quaisquer medidas judiciais, pertinentes ao presente contrato.

Por concordarem com os seus termos, este ajuste é assinado pelas partes contratantes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que, igualmente, o assinam.

Vidal Ramos, 03 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_  
**FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS**  
**Nelson Back – Prefeito Municipal**  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**INSTALADORA VIDALENSE LTDA**  
CONTRATADA

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
EDUARDO THECHRIN  
CPF: 083.410.239-03

\_\_\_\_\_  
ADRIANA RECH KAMMERS  
CPF: 008.287.929-09

Fiscal de Contrato:

\_\_\_\_\_  
JAISON BOING  
Coordenador Geral

**CONTRATO 02/2022 - FMS**

Publicação Nº 3521373

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS****CONTRATO Nº. 02/2022****CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE  
ELETRICISTA QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE  
SAÚDE DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA INSTALADORA  
VIDALENSE LTDA**

**CONTRATANTE:** O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.164.340/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NELSON BACK, inscrito no CPF nº 398.646.509-04, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

**CONTRATADA:** INSTALADORA VIDALENSE LTDA, doravante denominada "Contratada", estabelecida à AVENIDA JORGE LACERDA, 1091 SALA 01, centro, no município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.295.224/0001-33.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 109/2021, PREGÃO PRESENCIAL nº. 65/2021, homologado em 23 de dezembro de 2021, do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste contrato:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA E CAMINHÃO MUCK PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, E PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE FORMA FRAGMENTADA, CONFORME A NECESSIDADE.

12. Integra o presente Contrato, para todos os efeitos legais, a Proposta de Preços, apresentada neste PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 109/2021, PREGÃO PRESENCIAL nº. 65/2021, homologado em 23 de dezembro de 2021.

1.3. A Contratada obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:**

2.1.O preço para Prestação de Serviços é de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).

**LOTE 01 - ELETRICISTA**

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	1000	HRS	<b>ELETRICISTA:</b> • Instalar e reparar condutores,	44,00	44.000,00

		<p>acessórios e pequenos equipamentos elétricos, tais como ventiladores, fogões, quadros de distribuição, caixa de fusíveis, pontos de luz, tomadas, interruptores, exaustores, lustres, bem como fixa dispositivos isoladores;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ligar os fios a fonte fornecedora de energia, utilizando alicates, chaves, conectores e material isolante para completar a tarefa de instalação;</li> <li>• Testar a instalação, repetidas vezes, para comprovar a exatidão do trabalho executado;</li> <li>• Testar os circuitos da instalação, utilizando aparelhos de comparação e verificação, elétricos e eletrônicos para detectar as peças defeituosas;</li> <li>• Substituir ou reparar fios ou unidades danificadas, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais, materiais isolantes e soldas, devolvendo a instalação elétrica condições normais de funcionamento;</li> <li>• Fazer a manutenção da rede elétrica de escolas e demais prédios municipais;</li> <li>• Instalar e ligar motores monofásicos, trifásicos, chaves magnéticas e solda terminais;</li> <li>• Levantar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços solicitando os itens faltantes, de forma a evitar atrasos e interrupções nos serviços;</li> <li>• Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;</li> <li>• O Eletricista deverá ter suas ferramentas e equipamentos necessários para executar serviços em rede de alta e baixa tensão.</li> <li>• Executar outras atividades correlatas e/ou determinadas pelo superior imediato.</li> </ul>	
<b>TOTAL</b>			<b>44.000,00</b>

2.2. Não será admitido pagamento adiantado de serviço não realizado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

3.3. Os pagamentos pela prestação de serviços serão devidos, observadas as seguintes condições:

- a) O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.
- b) Efetuar o desconto devido, conforme estabelecido na cláusula 9.3, do presente contrato, quando ocorrer atraso INJUSTIFICADO na entrega dos materiais.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada, correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2021, classificada na dotação: saúde) 33.90.39.05.00.00.00.00 (5);

**CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:**

5.1. Devidamente justificado, o contrato é alterável, nas condições previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E DA ACEITAÇÃO:**

6.1. O Fundo fiscalizará a execução da Prestação dos Serviços, nos termos do artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, podendo para isto valer-se de assessoria ou consultoria de terceiros.

6.2. A Contratada, quando requisitada, prestará informações e esclarecimentos que demonstrem o efetivo cumprimento do compromisso avençado.

6.3. A fiscalização terá poderes para notificar por escrito a Contratada sobre eventuais irregularidades ou falhas verificadas, exigindo-lhe correção, sem que disso implique aumento de despesa para o Fundo.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

7.1. São de responsabilidade da Contratada:

- a) a reparação de erros ou vícios na Prestação de Serviços num prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas da comunicação do Fundo, sem qualquer ônus adicional;
- b) aceitar acréscimos ou supressões que o Fundo solicitar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- c) responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de leis trabalhistas que digam respeito aos serviços contratados e a concreta aplicação da legislação em vigor, relativo à segurança, higiene e medicina do trabalho;
- d) efetuar o pagamento de todos os seguros, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e demais despesas e tributos pertinentes à obra;

e) refazer, a suas expensas, todo e qualquer serviço mal executado, ou trabalho defeituoso, executado de forma insatisfatória ou executado fora das especificações técnicas;

f) manter devidamente registrada em seu quadro de pessoal, todas as pessoas envolvidas nos serviços objeto deste edital, devendo apresentar as guias de INSS e FGTS, quando do recebimento das parcelas devidas pelo Município, sob pena de rescisão de contrato pelo mesmo;

g) informar a Secretaria de Administração, com antecedência mínima de 72 horas, para o caso da necessidade de interrupção nos serviços básicos;

h) pela contratação do pessoal, fornecendo e obrigando o uso de equipamentos de proteção individual a seus empregados e aplicar a legislação referente higiene, segurança e medicina do trabalho;

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

8.1. Fiscalizar o serviço contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a proponente vencedora das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal;

8.2. A Cada Prestação de Serviços a empresa deverá preencher uma ficha (boletim) com data, local, horário de entrada e saída para a prestação dos serviços e assinada pelo setor requisitante, esse documento deverá ser entregue junto com a nota fiscal, além da requisição do setor. A não entrega dessa ficha implicará a não aceitação da nota pelo setor contábil.

8.3. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação;

8.4. Compete também ao Fundo, solicitar o afastamento de qualquer profissional que não estiver apto às obrigações estabelecidas no contrato ou que não tenha comportamento adequado na prestação de Serviços.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

9.1. Á CONTRATADA que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados pelo infrator:

9.1.1. Não mantiver a proposta, lance ou oferta;

9.1.2. Não celebrar o contrato ou instrumento equivalente;

9.1.3. Falhar ou fraudar a execução do contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.

9.2. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

9.3. Multa de 1% (um por cento) por dia, sobre o valor adjudicado, até no máximo de 20% (vinte por cento), quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

9.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total vencido; se a proponente vencedora não entregar o objeto desta licitação;

9.5. Multa de mora, diária de 0,03% (zero vírgula zero três por cento) nos primeiros 05(cinco) dias de atraso na entrega; e de 0,10% (zero vírgula dez por cento) do sexto dia em diante, calculada sobre o valor total da Autorização de Fornecimento, por impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas, exceto se motivada, comprovadamente, por caso fortuito ou motivo de força maior.

9.6. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, conforme estatui o art. 87, inciso III, da lei federal 8.666/93.

9.7. Ter declarada a Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**Parágrafo Primeiro:** a penalidade prevista no ‘*caput*’ deste artigo será imposta após regular procedimento, garantidos a ampla defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

**Parágrafo Segundo:** da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO:**

10.1. Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato às situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

§ 1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo da Administração, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§ 2º - No caso de rescisão do Contrato, a Administração fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 5 (cinco) dias de antecedência.

§ 3º - Na ocorrência da rescisão prevista no ‘*caput*’ desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante, em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do art. 79, da Lei 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRAZOS:**

11.1. A Prestação de Serviços deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção de cada setor, mediante requisição prévia a ser explicada pelo setor competente. Uma vez expedida à realização, a Prestação do serviço deverá ocorrer imediatamente em regime de prioridade, sem a necessária espera em possíveis filas de atendimento.



11.2. O prazo de duração da prestação dos serviços será de 12 meses a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, através de TERMO ADITIVO a ser firmado entre as partes, até o limite estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:**

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de quaisquer medidas judiciais, pertinentes ao presente contrato.

Por concordarem com os seus termos, este ajuste é assinado pelas partes contratantes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que, igualmente, o assinam.

Vidal Ramos, 03 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS**  
**Nelson Back – Prefeito Municipal**  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**INSTALADORA VIDALENSE LTDA**  
CONTRATADA

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
EDUARDO THECHRIN  
CPF: 083.410.239-03

\_\_\_\_\_  
ADRIANA RECH KAMMERS  
CPF: 008.287.929-09

Fiscal de Contrato:

\_\_\_\_\_  
JAISON BOING  
Coordenador Geral

**CONTRATO 03/2022 - PREFEITURA**

Publicação Nº 3519922

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS**

**CONTRATO Nº. 03/2022**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
DE ELETRICISTA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA  
MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA INSTALADORA  
VIDALENSE LTDA**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominado "Município", localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NELSON BACK, inscrito no CPF nº 398.646.509-04, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

**CONTRATADA:** INSTALADORA VIDALENSE LTDA, doravante denominada "Contratada", estabelecida à AVENIDA JORGE LACERDA, 1091 SALA 01, centro, no município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.295.224/0001-33.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 109/2021, PREGÃO PRESENCIAL nº. 65/2021, homologado em 23 de dezembro de 2021 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste contrato:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA E CAMINHÃO MUCK PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, E PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE FORMA FRAGMENTADA, CONFORME A NECESSIDADE.

12. Integra o presente Contrato, para todos os efeitos legais, a Proposta de Preços, apresentada neste PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 109/2021, PREGÃO PRESENCIAL nº. 65/2021, homologado em 23 de dezembro de 2021.

1.3. A Contratada obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:**

2.1.O preço para Prestação de Serviços é de R\$ 466.000,00 (quatrocentos e sessenta e seis mil reais).

**LOTE 01 - ELETRICISTA**

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO	TOTAL
------	----	-----	-----------	-------	-------

				UNIT.	
1	3000	HRS	<b>ELETRICISTA:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalar e reparar condutores, acessórios e pequenos equipamentos elétricos, tais como ventiladores, fogões, quadros de distribuição, caixa de fusíveis, pontos de luz, tomadas, interruptores, exaustores, lustres, bem como fixa dispositivos isoladores;</li> <li>• Ligar os fios a fonte fornecedora de energia, utilizando alicates, chaves, conectores e material isolante para completar a tarefa de instalação;</li> <li>• Testar a instalação, repetidas vezes, para comprovar a exatidão do trabalho executado;</li> <li>• Testar os circuitos da instalação, utilizando aparelhos de comparação e verificação, elétricos e eletrônicos para detectar as peças defeituosas;</li> <li>• Substituir ou reparar fios ou unidades danificadas, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais, materiais isolantes e soldas, devolvendo a instalação elétrica condições normais de funcionamento;</li> <li>• Fazer a manutenção da rede elétrica de escolas e demais prédios municipais;</li> <li>• Instalar e ligar motores monofásicos, trifásicos, chaves magnéticas e solda terminais;</li> <li>• Levantar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços solicitando os itens faltantes, de forma a evitar atrasos e interrupções nos serviços;</li> <li>• Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;</li> <li>• O Eletricista deverá ter suas ferramentas e equipamentos necessários para executar serviços em rede de alta e baixa tensão.</li> <li>• Executar outras atividades correlatas e/ou determinadas pelo superior</li> </ul>	44,00	132.000,00

			imediato.		
<b>TOTAL</b>				<b>132.000,00</b>	

**LOTE 02 – CAMINHÃO MUCK**

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
2	400	hrs	Hora de Caminhão Munck para utilização na manutenção elétrica dos prédios da administração e demais serviços requisitados (incluso motorista).	175,00	70.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>70.000,00</b>	

**LOTE 03 – MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	3000	HRS	<b>ELETRICISTA:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Serviço de eletricista para manutenção da iluminação pública em todo o Município de Vidal Ramos, sendo na troca de lâmpadas, troca de rele fotoelétrico, chaves de comando, luminárias, instalação de braços e demais manutenções necessárias.</li> <li>O Eletricista deverá ter suas ferramentas e equipamentos necessários para executar serviços em rede de alta e baixa tensão.</li> <li>Executar outras atividades correlatas e/ou determinadas pelo superior imediato.</li> </ul>	48,00	144.000,00
2	800	hrs	Hora de Caminhão Munck sempre tiver a necessidade de utilizar nos serviços de manutenção da iluminação pública (incluso motorista)	150,00	120.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>264.000,00</b>	

2.2. Não será admitido pagamento adiantado de serviço não realizado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

3.3. Os pagamentos pela prestação de serviços serão devidos, observadas as seguintes condições:

- a) O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.
- b) Efetuar o desconto devido, conforme estabelecido na cláusula 9.3, do presente contrato, quando ocorrer atraso INJUSTIFICADO na entrega dos materiais.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada, correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2022, classificada na dotação: Prefeitura: (11, 64, 77) 33.90.39.05.00.00.00.00.00

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:**

5.1. Devidamente justificado, o contrato é alterável, nas condições previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E DA ACEITAÇÃO:**

6.1. O Município fiscalizará a execução da Prestação dos Serviços, nos termos do artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, podendo para isto valer-se de assessoria ou consultoria de terceiros.

6.2. A Contratada, quando requisitada, prestará informações e esclarecimentos que demonstrem o efetivo cumprimento do compromisso avençado.

6.3. A fiscalização terá poderes para notificar por escrito a Contratada sobre eventuais irregularidades ou falhas verificadas, exigindo-lhe correção, sem que disso implique aumento de despesa para o Município.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

7.1. São de responsabilidade da Contratada:

- a) a reparação de erros ou vícios na Prestação de Serviços num prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas da comunicação do Município de Vidal Ramos, sem qualquer ônus adicional;
- b) aceitar acréscimos ou supressões que o Município solicitar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- c) responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de leis trabalhistas que digam respeito aos serviços contratados e a concreta aplicação da legislação em vigor, relativo à segurança, higiene e medicina do trabalho;
- d) efetuar o pagamento de todos os seguros, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e demais despesas e tributos pertinentes à obra;

e) refazer, a suas expensas, todo e qualquer serviço mal executado, ou trabalho defeituoso, executado de forma insatisfatória ou executado fora das especificações técnicas;

f) manter devidamente registrada em seu quadro de pessoal, todas as pessoas envolvidas nos serviços objeto deste edital, devendo apresentar as guias de INSS e FGTS, quando do recebimento das parcelas devidas pelo Município, sob pena de rescisão de contrato pelo mesmo;

g) informar a Secretaria de Administração, com antecedência mínima de 72 horas, para o caso da necessidade de interrupção nos serviços básicos;

h) pela contratação do pessoal, fornecendo e obrigando o uso de equipamentos de proteção individual a seus empregados e aplicar a legislação referente higiene, segurança e medicina do trabalho;

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

8.1. Fiscalizar o serviço contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a proponente vencedora das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal;

8.2. A Cada Prestação de Serviços a empresa deverá preencher uma ficha (boletim) com data, local, horário de entrada e saída para a prestação dos serviços e assinada pelo setor requisitante, esse documento deverá ser entregue junto com a nota fiscal, além da requisição do setor. A não entrega dessa ficha implicará a não aceitação da nota pelo setor contábil.

8.3. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação;

8.4. Compete também ao Município, solicitar o afastamento de qualquer profissional que não estiver apto às obrigações estabelecidas no contrato ou que não tenha comportamento adequado na prestação de Serviços.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

9.1. Á CONTRATADA que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados pelo infrator:

9.1.1. Não mantiver a proposta, lance ou oferta;

9.1.2. Não celebrar o contrato ou instrumento equivalente;

9.1.3. Falhar ou fraudar a execução do contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.

9.2. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

9.3. Multa de 1% (um por cento) por dia, sobre o valor adjudicado, até no máximo de 20% (vinte por cento), quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

9.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total vencido; se a proponente vencedora não entregar o objeto desta licitação;

9.5. Multa de mora, diária de 0,03% (zero vírgula zero três por cento) nos primeiros 05(cinco) dias de atraso na entrega; e de 0,10% (zero vírgula dez por cento) do sexto dia em diante, calculada sobre o valor total da Autorização de Fornecimento, por impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas, exceto se motivada, comprovadamente, por caso fortuito ou motivo de força maior.

9.6. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, conforme estatui o art. 87, inciso III, da lei federal 8.666/93.

9.7. Ter declarada a Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**Parágrafo Primeiro:** a penalidade prevista no ‘*caput*’ deste artigo será imposta após regular procedimento, garantidos a ampla defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

**Parágrafo Segundo:** da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO:**

10.1. Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato às situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

§ 1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo da Administração, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§ 2º - No caso de rescisão do Contrato, a Administração fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 5 (cinco) dias de antecedência.

§ 3º - Na ocorrência da rescisão prevista no ‘*caput*’ desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante, em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do art. 79, da Lei 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRAZOS:**

11.1. A Prestação de Serviços deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção de cada setor, mediante requisição prévia a ser explicada pelo setor competente. Uma vez expedida à realização, a Prestação do serviço



deverá ocorrer imediatamente em regime de prioridade, sem a necessária espera em possíveis filas de atendimento.

11.2. O prazo de duração da prestação dos serviços será de 12 meses a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, através de TERMO ADITIVO a ser firmado entre as partes, até o limite estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:**

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de quaisquer medidas judiciais, pertinentes ao presente contrato.

Por concordarem com os seus termos, este ajuste é assinado pelas partes contratantes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que, igualmente, o assinam.

Vidal Ramos, 03 de janeiro de 2022.

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS**  
**Nelson Back – Prefeito Municipal**  
CONTRATANTE

---

**INSTALADORA VIDALENSE LTDA**  
CONTRATADA

Testemunhas:

---

EDUARDO THECHRIN  
CPF: 083.410.239-03

---

ADRIANA RECH KAMMERS  
CPF: 008.287.929-09

Fiscal de Contrato:

---

JAISON BOING  
Coordenador Geral

**DECRETO Nº. 3.659/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3519937

DECRETO Nº. 3.659/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022  
DISPÕE SOBRE OS FERIADOS MUNICIPAIS DE 2022.

NELSON BACK, Prefeito do Município de Vidal Ramos, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Os feriados municipais do município de Vidal Ramos, terão sua comemoração fixada nas seguintes datas, no ano de 2022:

I – 17 de fevereiro de 2022 – Aniversário do Município

II – 25 de julho de 2022 – Dia do Colono

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Vidal Ramos, 04 de janeiro de 2022.

NELSON BACK  
Prefeito Municipal

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2022**

Publicação Nº 3520252

Prefeitura de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2022  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C5C4608B3ACAE608FF54DED18F27CEFAE9A3553

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar das escolas municipais para o ano de 2022, conforme o termo de referência do presente edital.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, através de seu Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 005/2019 de 08/01/2019, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2022 - PREGÃO PRESENCIAL nº. 01/2022, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto Federal nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº 3.200/2019, de 28 de outubro de 2019 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h00min do dia 19 de janeiro de 2022.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 08h00min do dia 19 de janeiro de 2022, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

A presente licitação é destinada EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, para os itens até R\$ 80.000,00, de acordo com Inciso I, Art. 48 da LC 123/06, com prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente conforme Decreto Municipal nº 3.200/2019, de 28 de outubro de 2019.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderá ser obtido no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@vidalramos.sc.gov.br.

Vidal Ramos (SC), 04 de agosto de 2021.

EDUARDO THECHRIN

Pregoeiro

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 18.574/22

Publicação Nº 3520577

DECRETO Nº 18.574/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

Exonera Diretor de Gabinete.

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 1º de janeiro de 2022, CLARISSE GHELLER ABATI, do cargo comissionado de Diretor de Gabinete, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, lotada no Gabinete do Prefeito, nomeada pelo Decreto nº 15.179/18.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2022.

Videira, 3 de janeiro de 2022.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de janeiro de 2022.

EURO VIECELI

Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

### DECRETO Nº 18.575/22

Publicação Nº 3520560

DECRETO Nº 18.575/22, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.

Altera o Decreto nº 16.788/19, que Regulamenta a Lei nº 3.690/19, que Dispõe sobre o serviço público de estacionamento rotativo controlado pago denominado "Área Azul" e dá outras providências.

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei nº 3.690/19,

#### DECRETA

Art. 1º Fica alterado o caput do art. 5º, do Decreto nº 16.788/19, de 9 de julho de 2019, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O valor a ser pago pelo usuário para a utilização das vagas do Estacionamento Rotativo destinado a veículos será de R\$ 2,00 (dois reais) para o período de 60 (sessenta) minutos de utilização.

(...)"

Art. 2º Fica alterado o §3º, do art. 11, do Decreto nº 16.788/19, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11

(...)

§3º O valor a ser pago pelo usuário para a utilização das vagas do Estacionamento Rotativo destinadas as motocicletas, motonetas e ciclomoteres será de R\$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos) por 60 (sessenta) minutos."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 10 de janeiro de 2022.

Videira, 3 de janeiro de 2022.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de janeiro de 2022.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **DECRETO Nº 18.576/22**

Publicação Nº 3520551

DECRETO Nº 18.576/22, DE 4 DE JANEIRO DE 2022.

Aprova Desmembramento e Unificação de Áreas que especifica e, dá outras providências.

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes;

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 29869/2021, tendo por objeto pedido de desmembramento e unificação de áreas, formulado por Alvaro Kleinjohann Neto e Angelo Kleinjohann;

Considerando que o pedido dos requerentes, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 1 (uma) área, com 600,01 m<sup>2</sup> (seiscentos metros e um decímetros quadrados), de propriedade de Marmoreale Comércio de Mármore e Granitos Ltda, constante da matrícula 17.480 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, com área total de 1.178,54 m<sup>2</sup> (um mil, cento e setenta e oito metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), com área remanescente de 578,53 m<sup>2</sup> (quinhentos e setenta e oito metros e cinquenta e três decímetros quadrados), conforme projeto geométrico e memorial descritivo constante do Processo nº 29869/2021.

Art. 2º Fica aprovado o desmembramento de 2 (duas) área, sendo a área 01 com 262,49 m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta e dois metros e quarenta e nove decímetros quadrados) e área 02 com 375,04 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e cinco metros e quatro decímetros quadrados), de propriedade de Marmoreale Comércio de Mármore e Granitos Ltda, constante da matrícula 17.479 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, com área total de 1.000,00 m<sup>2</sup> (um mil metros quadrados), com área remanescente de 362,47 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e dois metros e quarenta e sete decímetros quadrados), conforme projeto geométrico e memorial descritivo constante do Processo nº 29869/2021.

Art. 3º Fica aprovado o desmembramento de 1 (uma) área, com 375,00 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), de propriedade de Marmoreale Comércio de Mármore e Granitos Ltda, constante da matrícula 17.478 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, com área total de 1.000,00 m<sup>2</sup> (um mil metros quadrados), com área remanescente de 625,00 m<sup>2</sup> (seiscentos e vinte e cinco metros quadrados), conforme projeto geométrico e memorial descritivo constante do Processo nº 29869/2021.

Art. 4º Fica aprovada a unificação de 01 (uma) área com 578,53 m<sup>2</sup> (quinhentos e setenta e oito metros e cinquenta e três decímetros quadrados), área remanescente no artigo 1º, e 01 (uma) área com 362,47 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e dois metros e quarenta e sete decímetros quadrados), área remanescente no artigo 2º, totalizando uma área com 941,00 m<sup>2</sup> (novecentos e quarenta e um metros quadrados).

Art. 5º Fica aprovada a unificação de 01 (uma) área com 262,49 m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta e dois metros e quarenta e nove decímetros quadrados), área 01 desmembrada no artigo 2º, e 01 (uma) área com 625,00 m<sup>2</sup> (seiscentos e vinte e cinco metros quadrados), área remanescente no artigo 3º, totalizando uma área com 887,49 m<sup>2</sup> (oitocentos e oitenta e sete metros e quarenta e nove decímetros quadrados).

Art. 6º Fica aprovada a unificação de 01 (uma) área com 375,00 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), área desmembrada no artigo 3º, 01 (uma) área com 375,04 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e cinco metros e quatro decímetros quadrados), área 02 desmembrada no artigo 2º, e 01 (uma) área com 600,01 m<sup>2</sup> (seiscentos metros e um decímetros quadrados), área desmembrada no artigo 1º, totalizando uma área com 1.350,05 m<sup>2</sup> (um mil, trezentos e cinquenta metros e cinco decímetros quadrados).

Art. 7º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº

2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 4 de janeiro de 2022.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de janeiro de 2022.

EURO VIECELI

Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

Franck Mayer Brandalise

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos

## DECRETO Nº 18.577/22

Publicação Nº 3520543

DECRETO Nº 18.577/22, DE 4 DE JANEIRO DE 2022.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes;

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 31106/2021, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Carmem Inez Giacomini e outros;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 1 (uma) área com 363,89 m² (trezentos e sessenta e três metros e oitenta e nove décimos quadrados), parte integrante de uma área maior com 963,14 m² (novecentos e sessenta e três metros e quatorze décimos quadrados) e área remanescente de 599,25 m² (quinhentos e noventa e nove metros e vinte e cinco décimos quadrados), de propriedade de Carmem Inez Giacomini e outros, constante da matrícula nº 41.084, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 31106/2021.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de janeiro de 2022.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de janeiro de 2022.

EURO VIECELI

Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

Franck Mayer Brandalise

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 003/2022**

Publicação N° 3520861

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 003/2022  
PROCESSO SELETIVO N° 001/2021 – PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionado para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2021 - PMV:

CONVOCADOS	CLASSIF.	CARGO
1.LUANA TURRA	1º	ENFERMEIRO
2.HALLISSON RODRIGUES FONTENELE	2º	ENFERMEIRO
3.CLEIVANIA PELIM	3º	ENFERMEIRO
4.JULIANA CRISTINA PETRY	1º	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
5.AMANDA KARINE MONTEIRO CANALLI	2º	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 04 de janeiro de 2022.

EURO VIECELI  
Secretário Municipal de Administração

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0558/2021**

Publicação N° 3519369

Extrato do Contrato n. 0558/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADA: ERLÉIA CRISTINA GARBIN

CPF: 075.974.709-16

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Saúde e Ação Social, em virtude de lista esgotada em Concurso Público vigente. (Processo Seletivo: 006/2021 - PMV; Classificação da Contratada: 101º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 23 de agosto de 2022, conforme Decreto nº 18.304/21).

VIGÊNCIA: de 02 de outubro de 2021 a 09 de janeiro de 2022

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.131,56 (um mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0575/2021**

Publicação Nº 3519364

Extrato do Contrato n. 0575/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADA: GABRIELA COITO

CPF: 949.509.389-91

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender crianças com necessidades especiais (D. M., S. M. da S. e D. D.), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira. (Processo Seletivo: 005/2021 – PMV (TIT); Classificação da Contratada: 74º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 27 de julho de 2022, conforme Decreto nº 18.252/21).

VIGÊNCIA: de 03 de novembro de 2021 a 22 de dezembro de 2021

FUNÇÃO: Auxiliar Educacional

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.726,99 (um mil, setecentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0576/2021**

Publicação Nº 3519357

Extrato do Contrato n. 0576/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADA: RITA CAROLINE RAMOS PEREIRA

CPF: 115.875.089-74

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender crianças com necessidades especiais (C. A. S. dos S.), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira. (Processo Seletivo: 005/2021 – PMV (TIT); Classificação da Contratada: 72º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 27 de julho de 2022, conforme Decreto nº 18.252/21).

VIGÊNCIA: de 03 de novembro de 2021 a 22 de dezembro de 2021

FUNÇÃO: Auxiliar Educacional

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.726,99 (um mil, setecentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0578/2021**

Publicação Nº 3519353

Extrato do Contrato n. 0578/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADA: SINDY GOMES DE GOIS

CPF: 113.297.249-33

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de substituição a vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria; conforme previsto no art. 2º, III da Lei nº 3.965/21. (Processo Seletivo: 006/2021 - PMV; Classificação da Contratada: 34º lugar (repos); Vigência do Processo Seletivo: até 23 de agosto de 2022, conforme Decreto nº 18.304/21).

VIGÊNCIA: de 08 de novembro de 2021 a 22 de dezembro de 2021

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.131,56 (um mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0579/2021**

Publicação Nº 3519348

Extrato do Contrato n. 0579/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADA: SCHEILA DO NASCIMENTO

CPF: 051.124.189-58

OBJETO: Admissão em substituição a servidora TAHIANA DE OLIVEIRA afastada de sua função em licença para tratamento de saúde conforme perícia médica. (Processo Seletivo: 001/2020; Classificação da Contratada: 19º lugar (Reposicionamento); Vigência do Processo Seletivo: até 07 de dezembro de 2022, conforme Decreto nº 17.683/20).

VIGÊNCIA: de 09 de novembro de 2021 a 22 de dezembro de 2021

FUNÇÃO: Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.764,78 (três mil, setecentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos)



**EXTRATO DO CONTRATO N. 0580/2021**

Publicação Nº 3519343

Extrato do Contrato n. 0580/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADO: PAULO ALEXANDRE PINHEIRO

CPF: 057.743.509-40

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender crianças com necessidades especiais (GABRIEL CARVALHO DE SOUZA), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira. (Processo Seletivo: 005/2021 – PMV (TIT); Classificação do Contratado: 67º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 27 de julho de 2022, conforme Decreto nº 18.252/21).

VIGÊNCIA: de 09 de novembro de 2021 a 22 de dezembro de 2021

FUNÇÃO: Auxiliar Educacional

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.726,99 ( um mil, setecentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0581/2021**

Publicação Nº 3519341

Extrato do Contrato n. 0581/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANE ANDRESSA DA SILVA

CPF: 085.391.329-13

OBJETO: Admissão em substituição à servidora ROSENILDA DE OLIVEIRA, que se encontra em licença saúde, conforme perícia médica. (Processo Seletivo: 006/2021 - PMV; Classificação da Contratada: 67º lugar (Reposicionamento); Vigência do Processo Seletivo: até 23 de agosto de 2022, conforme Decreto nº 18.304/21).

VIGÊNCIA: de 10 de novembro de 2021 a 22 de dezembro de 2021

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.131,56 (um mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos)

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0199/2021**

Publicação Nº 3519435

Extrato do Termo de Rescisão n. 0199/2021

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0146/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELE SILVEIRA

CPF: 071.078.579-83

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 22 de dezembro de 2021

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0203/2021**

Publicação Nº 3519440

Extrato do Termo de Rescisão n. 0203/2021

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0291/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JANETE DE BASTOS

CPF: 019.025.899-39

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 22 de dezembro de 2021

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0207/2021**

Publicação Nº 3519443

Extrato do Termo de Rescisão n. 0207/2021

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0564/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JANETE DE BASTOS

CPF: 019.025.899-39

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 01 de dezembro de 2021

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0211/2021**

Publicação Nº 3519446

Extrato do Termo de Rescisão n. 0211/2021  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0233/2021  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SCHEILE DA COSTA RIETTA ALMEIDA  
CPF: 056.890.649-71  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 22 de dezembro de 2021

**PORTARIA Nº 0001/2022**

Publicação Nº 3520538

PORTARIA nº 0001/2022  
Concede Promoção Vertical a servidora que especifica

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 29370/2021,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, a servidora MIRIAN DE MIRANDA GIRARDI, Professor – Educação Infantil, por ter concluído curso de pós-graduação stricto sensu em nível de Mestrado em “Mestre em Educação Básica”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 3 de janeiro de 2022.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de janeiro de 2022.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 0002/2022**

Publicação Nº 3520532

PORTARIA nº 0002/2022  
Concede Adicional de Pós-Graduação

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 118/11, de 21 de dezembro de 2011, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 28737/2021,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Adicional de Pós-Graduação Lato Sensu, a servidora PATRICIA RAMBO, ocupante do cargo de Enfermeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 3 de janeiro de 2022.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de janeiro de 2022.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## PORTARIA Nº 0003/2022

Publicação Nº 3520528

PORTARIA nº 0003/2022  
Concede Promoção Vertical a servidora que especifica

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 30878/2021,

### RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, a servidora ANA PAULA PONTEL, Professor – Ensino Infantil e Fundamental – Artes, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em “Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em Arte-Educação”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 3 de janeiro de 2022.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de janeiro de 2022.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## PORTARIA Nº 0004/2022

Publicação Nº 3520524

PORTARIA nº 0004/2022  
Concede Promoção Vertical a servidora que especifica

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 30408/2021,

### RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, a servidora ELIANE APPI LEITE, Professor – Educação Infantil, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em “Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 3 de janeiro de 2022.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de janeiro de 2022.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 0005/2022**

Publicação Nº 3520523

PORTARIA nº 0005/2022  
Concede Promoção Vertical a servidora que especifica

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 30747/2021,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, a servidora ROSELI SCHOFFEN, Especialista em Educação, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Gestão Escolar com Ênfase em Orientação Escolar".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 3 de janeiro de 2022.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de janeiro de 2022.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 0006/2022**

Publicação Nº 3520516

PORTARIA nº 0006/2022  
Concede Promoção Vertical a servidora que especifica

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 31044/2021,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, a servidora ANDREIA RIBEIRO BORGES, Professor – Educação Infantil, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em Educação Especial e Práticas Inclusivas".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 3 de janeiro de 2022.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de janeiro de 2022.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 0007/2022**

Publicação Nº 3520514

PORTARIA nº 0007/2022

Concede Promoção Vertical a servidora que especifica

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 30689/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, a servidora MARINA CORNELLI, Professor – Educação Infantil, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Psicopedagogia".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 3 de janeiro de 2022.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de janeiro de 2022.

EURO VIECELI

Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N. 01/2022**

Publicação Nº 3520435

PORTARIA Nº 01/2022

ADOTA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO ANTONIO PEZZINI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições legais, subscreve a presente Portaria:

Art. 1º. Será adotado turno único de expediente, a ser cumprido no horário compreendido das 13:00 às 19:00 horas, com intervalo de 15 minutos.

Parágrafo único. O turno único terá vigência até a data de 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira/SC, 03 de janeiro de 2022.

ROGÉRIO ANTONIO PEZZINI

Presidente

**PORTARIA N. 02/2022**

Publicação N° 3520440

PORTARIA Nº 02/2022

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA JULIANA APARECIDA MUNARETTO CANTÚ

ROGÉRIO ANTÔNIO PEZZINI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias à Servidora Juliana Aparecida Munaretto Cantú, Portaria de Nomeação nº 016/2013, Cargo de Provimento Efetivo de Assessor Jurídico, sendo 10 dias referente ao período aquisitivo 05/08/2019 a 04/08/2020 e 17 dias referente ao período aquisitivo de 05/08/2020 a 04/08/2021, a partir do dia 05 de janeiro de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira/SC, 03 de janeiro de 2022.

ROGÉRIO ANTÔNIO PEZZINI  
Presidente

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 001/2022

Publicação Nº 3520513

Processo de Licitação 001/2022  
Modalidade: Pregão 001/2022  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 42FC3CC8897C757280674142E0680FEED4DC2C31

Modalidade: Pregão Eletrônico

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

Recebimento das propostas: até as 13 h e 30 min do dia 18/01/2022.

Início da Sessão: dia 18/01/2022 as 14 h e 15 min.

Em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 04 de janeiro de 2022.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal



# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2022

Publicação Nº 3520012

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0002/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2022

MUNICÍPIO DE XANXERÊ, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0001/2022, tendo como objeto a Contratação de empresa para a Prestação de Serviços de Reforma e Manutenção dos Parquinhos nas EMEBs e CEMEIs da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê-SC, de acordo com as especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08h45min do dia 21 de janeiro de 2022, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 04 de janeiro de 2022. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2022

Publicação Nº 3520013

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0003/2022– PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2022

EXCLUSIVO PARA ME'S, EPP'S e MEI'S

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0002/2022, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria em turismo para atualização do Inventário da Oferta Turística, Diagnóstico e Prognóstico turístico, Elaboração de Roteiros turísticos, apresentação e difusão dos roteiros elaborados, objetivando atender as regras da Lei Estadual nº 18.208/2021, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 20 de janeiro de 2022, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 04 de janeiro de 2022. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 880/2021

Publicação Nº 3519377

PORTARIA Nº 880/2021

REVOGAR PORTARIA Nº 1091/2020.

CONCEDE INSALUBRIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº JB 2218/96.

RESOLVE

REVOGAR PORTARIA Nº 1091/2020.

CONCEDER, o adicional de Insalubridade, no período de 23.12.2021 A 21.01.2022 conforme NR 15 e NR 16, de Grau Máximo. 40% (quarenta por cento), conforme Lei Municipal nº JB 2218/96, ao Servidor Público Municipal Sr. MARCIANO AGNOLETTI, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Xanxerê/SC, portador da CI nº 3.842.439 e CPF nº 005.396.699-62, nomeado conforme Decreto Municipal Nº 015/2020 no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Esta portaria atende as normas estabelecidas pela Segurança e Medicina do Trabalho, conforme documento datado de 27.12.2021.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Insalubridade a partir de 23.12.2021. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 27 de Dezembro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 881/2021**

Publicação Nº 3519557

PORTARIA Nº 881/2021  
CONCEDE INSALUBRIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº JB 2218/96.

RESOLVE

CONCEDER, o adicional de Insalubridade, conforme NR 15 de Grau Médio. 20% (vinte por cento), conforme Lei Municipal nº JB 2218/96, ao Servidor Público Municipal Sr. RONALDO LUZZI, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Xanxerê/SC, portador da CI nº 4.244.996 e CPF nº 056.279.919-25, nomeado conforme Decreto Municipal Nº BLB 089/2011 no cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Esta portaria atende as normas estabelecidas pela Segurança e Medicina do Trabalho, conforme documento datado de 27.12.2021.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Insalubridade a partir de 01.12.2021. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 27 de Dezembro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO - FINISA 2623.0600.433-45/2021**

Publicação Nº 3521424

Município de Xanxerê/SC

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento Programa Finisa

nº 2623.0600.433-45/2021

Agente Financeiro: Caixa Econômica Federal

Tomador: Município de Xanxerê

Objeto: Empréstimo de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), sob a forma de financiamento concedido pela Caixa Econômica Federal, nas condições do Programa Finisa - Financiamento de despesas de capital, conforme plano de investimento, carência de 24 (meses) meses, amortização de 96 (noventa e seis) meses e taxa de juros 4,39% ao ano.

Cronograma de Desembolso: Fica alterado o cronograma de desembolsos para os anos de 2022 e 2023.

Xanxerê/SC, 03/01/2022.

Oscar Martarello - Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2022 PMXV

Publicação Nº 3520707

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2022 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos das redes municipal e estadual de ensino, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 19/01/2022.

Abertura dos envelopes: no mesmo dia às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas no site (<http://www.xavantina.sc.gov.br> - Link: Transparência – Licitações – Pregão), na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, nº 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 04 de janeiro de 2022.

ARI PARISOTTO  
Prefeito Municipal

### LEI ORDINÁRIA N. 1.812, DE 05 DE JANEIRO DE 2022

Publicação Nº 3519882

#### LEI ORDINÁRIA N. 1.812, DE 05 DE JANEIRO DE 2022.

Autoriza o recebimento de bens móveis em doação e determina a incorporação ao Patrimônio Público Municipal de Xavantina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 101, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona e promulga a seguinte LEI :  
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, sem encargos, os seguintes bens de propriedade da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca:

I – Duas carretas agrícolas basculantes, modelo MFME 6T/2021, série 716, patrimônios 19414 e 19415;

II – Um distribuidor de adubo líquido Ipacol, com capacidade de 6.000 litros, patrimônio 2256;

III – Um distribuidor de adubo líquido Mepel, com capacidade de 4.000 litros, patrimônio 19584.

Art. 2º Fica autorizado o setor competente a proceder aos lançamentos contábeis para a incorporação dos bens ao patrimônio Público Municipal.

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 05 de janeiro de 2022.

ARI PARISOTTO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATAS DE EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0177/2021

Publicação Nº 3520100

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATAS para abertura de edital de pregão presencial nº 0102/2021.

Processo Licitatório nº 0177/2021

Pregão Presencial para Compras e Serviços nº 0102/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada em sistema integrado de gestão pública municipal para fornecimento de solução de software nativamente web mediante locação/licenciamento, e de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento, atualização, manutenção, parametrização, customização, acompanhamento e suporte técnico de sistema para as unidades gestoras Prefeitura Municipal de Xaxim, Fundo Municipal de Saúde de Xaxim e Câmara Municipal de Vereadores de Xaxim incluindo o provimento de DATACENTER (próprio ou locado), solução de mobilidade, licença de direito de uso sem limite de usuários, conforme as exigências deste termo de referência.

Entrega dos envelopes: Até às 08h30 do dia 18 de janeiro de 2022.

Abertura dos envelopes: as 09h do dia 18 de janeiro de 2022.

Maiores informações e consultas com a Pregoeira no HORÁRIO ÚNICO de 07h30min às 11h30min. e das 13h às 17h, no e-mail: fabricia.paz@xaxim.sc.gov.br.

Xaxim/SC, 04 de janeiro de 2022.

EDILSON ANTONIO FOLLE

Prefeito Municipal

### AVISO DE HABILITADOS E CREDENCIADO - PROCESSO - 0150 - 2021

Publicação Nº 3519606

#### AVISO DE HABILITADOS E CREDENCIADOS

CHAMADA PÚBLICA Nº 0008/2021

PROCESSO LICITATORIO Nº 0150/2021

INEXIGIBILIDADE Nº 0009/2021

Objetivando o credenciamento de laboratórios, para prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, compreendendo coleta e análise, ao preço de tabela sus, de baixa e média complexidade, onde foi declarado habilitados e credenciados os seguintes interessados até a data de 04/11/2022:

LABORATÓRIO ANALIC LTDA;

CNPJ: 01.922.311/0006-85.

VERA DALCANALE LTDA;

CNPJ: 76.564.483/0001-19.

LABORATÓRIO PADRÃO LTDA;

CNPJ: 06.056.209/0001-53.

VITAL LABOR ANALISES CLINICA LTDA ME;

CNPJ: 10.541.535/0001-23.

DAIANE VALLER E CIA LTDA – ME;

CNPJ: 21.922.642/0001-18.

LABORATÓRIO FRANCINE E AREUSTE LTDA:

CNPJ: 17.186.433/0001-86

Xaxim/SC, 04 de janeiro de 2022.

Susana Aparecida Danielli de Barros

Presidente da CPL

**AVISO DE HABILITADOS E CREDENCIADOS AO PROCESSO Nº 0159/2021**

Publicação Nº 3519508

**AVISO DE HABILITADOS E CREDENCIADOS**

CHAMADA PÚBLICA Nº 0009/2021  
PROCESSO LICITATORIO Nº 0159/2021  
INEXIGIBILIDADE Nº 0011/2021

Objetivando o Credenciamento de postos de lavagens, borracharia e mecânica, para prestação de serviços de lavagem de veículos, consertos de pneus, geometria/balanceamento, montagem e desmontagem de pneus dos veículos pertencente a frota das secretarias do município de xaxim, onde foi declarado habilitados e credenciados os seguintes interessados até a data de 04/01/2022:

Ordem de classificação:

CLAUDIR SILVESTRE-ME;  
CNPJ: 07.120.320/0001-24

Lote: 1 – Conserto.

Lote: 3 – Lavagem.

FFA COMERCIO DE PNEUS LTDA – ME  
CNPJ: 24.111.507/0001-80

Lote: 1 – Conserto.

Lote: 2 – Geometria/Balanceamento.

IVANETE APPELT PIVOTTO;  
CNPJ: 04.297.102/0001-71

Lote: 1 – Conserto.

SIDNEI LANGE – ME  
CNPJ: 13.017.527/0001-70

Lote: 3 - Lavagem

Xaxim/SC, 04 de janeiro de 2022.  
Susana Aparecida Danielli de Barros  
Presidente da CPL

**EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2022**

Publicação Nº 3520964

Estado de Santa Catarina

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0E9BFE3F62CDF74FB67EB6826DDA6843C4064C49

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 0001/2022  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADA: CONSTRUTORA COLINA LTDA

Objeto: O presente termo de contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na área de engenharia civil Reforma dos banheiros, vestiários e arquibancadas do Ginásio Alberto Ângelo Sordi localizados na Rua Farrapos Bairro Ari Lunardi na cidade de Xaxim/SC incluindo materiais e mão de obra, de acordo com Projeto, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma

Valor do Contrato: R\$ 357.720,80 (trezentos e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte reais e oitenta centavos), sendo R\$ 286.176,80 (duzentos e oitenta e seis mil, cento e setenta e seis reais e oitenta centavos) o valor correspondente a materiais e R\$ 71.544,00 (setenta e um mil, quinhentos e quarenta e quatro reais) correspondente a mão de obra, empregados na sua execução

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16.00.00.00 (50/2021)

Vigência: 04/01/2022 a 04/07/2022

Licitação: Processo de Licitação nº 0182/2021, modalidade Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 0011/2021

Xaxim/SC, 04 de janeiro de 2021. EDILSON ANTONIO FOLLE Prefeito Municipal

**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 0003/2022**

Publicação N° 3520304

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 42CD44B9BEB96F1190308D387BD71B10AABCA9D6

**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL**

**O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica o presente Pregão Presencial, a saber:**

**Processo Licitatório n° 0003/2022**

**Edital:** Pregão Presencial para Compras e Serviços n° 0003/2022.

**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ e emulsão asfáltica RR-2C, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura de Xaxim.

**Entrega dos Envelopes:** até às 13h30min do dia 18 de janeiro de 2021.

**Abertura dos Envelopes:** às 14h do dia 18 de janeiro de 2022.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, n° 347, de Segunda a Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou na página eletrônica do município [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br).

Xaxim – SC, 04 de janeiro de 2022.

**Edilson Antônio Folle** - Prefeito Municipal

# Consórcios

## ARIS

### AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2022

Publicação Nº 3521114

#### AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2022

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização da Consulta Pública nº 001/2022, tendo como objeto o recebimento de contribuições, críticas e sugestões, relativa à minuta da resolução normativa que Estabelece os procedimentos de fiscalização das metas de universalização, de não intermitência, de redução de perdas, de melhoria dos processos de tratamento e de indicadores de desempenho, bem como a aplicação de penalidades.

O regulamento e a documentação objeto da Consulta Pública podem ser obtidos no endereço eletrônico <http://www.aris.sc.gov.br> ou através do e-mail [consultapublica@aris.sc.gov.br](mailto:consultapublica@aris.sc.gov.br) e o prazo final para o envio das contribuições será o dia 19/01/2022.

Os comentários e sugestões, visando à construção e o aprimoramento da referida resolução normativa serão sistematizadas pela equipe da ARIS e enviadas ao Conselho de Regulação, para que este providencie a análise e deliberação da versão final, nos termos do art. 28, II, do Protocolo de Intenções que faz parte do Contrato de Consórcio Público da ARIS.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2022.

Adir Faccio  
Diretor Geral

## CIGA

### EXTRATO DE CONTRATO N. 622 / 2021 - MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Publicação Nº 3519939

EXTRATO DE CONTRATO Nº 622/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Cordilheira Alta

CONTRATANTE: Município de Cordilheira Alta

CNPJ: 95.990.198/0001-04

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 122/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Micro-empresadores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão de Obras - CIGA Obras: direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 8.424,00 (oito mil e quatrocentos e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2022.

Florianópolis, 13 de dezembro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA



**EXTRATO DE CONTRATO N. 622 / 2021 - MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Publicação Nº 3519840

EXTRATO DE CONTRATO Nº 622/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Cordilheira Alta

CONTRATANTE: Município de Cordilheira Alta

CNPJ: 95.990.198/0001-04

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 122/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Micro-empresendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão de Obras - CIGA Obras: direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 8.424,00 (oito mil e quatrocentos e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2022.

Florianópolis, 13 de dezembro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**EXTRATO DE CONTRATO N. 623 / 2021 - CISAMARP-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE**

Publicação Nº 3520173

EXTRATO DE CONTRATO Nº 623/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CISAMARP-Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe

CONTRATANTE: CISAMARP-Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe

CNPJ: 11.023.771/0001-10

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 231/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Sistema de Processo Eletrônico Administrativo ? e-CIGA: Constitui-se de um sistema fornecido como serviço, on-line, que permite ao ente e seus usuários o cadastro de documentos avulsos ou organizados em processos eletrônicos. Colabora na gestão dos documentos, de forma a garantir integridade da informação. Os documentos podem ser assinados com certificado digital de cadeia própria ou certificados da cadeia ICP-Brasil conforme Lei 14.063/2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos. O sistema pode ser parametrizado em caixas individuais ou setori-ais (compartilhada) personalizado pelo contratante, proporcionando a tramitação de documentos ou processos entre setores ou usuários. Dispõe de controle de classificação documental e sua numeração administrado pelo contratante..

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2022.

Florianópolis, 02 de dezembro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**EXTRATO DE CONTRATO N. 634 / 2021 - MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS**

Publicação Nº 3521081

EXTRATO DE CONTRATO Nº 634/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Governador Celso Ramos

CONTRATANTE: Município de Governador Celso Ramos

CNPJ: 82.892.373/0001-89

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 43/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Micro-empresendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma - CIGA SinFAT/SC: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos.

VALOR: R\$ 10.014,55 (dez mil, quatorze reais e cinquenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2022.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 379/2021/CIGA**

Publicação Nº 3521550

TERMO ADITIVO N.º 01/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 379/2021/CIGA, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a VOUSERSERVISTEMAS DE PONTO E ACESSO EIRELI., para a contratação da licença de uso do SOFTWARE PONTO SECULLUM WEB ULTIMATE (denominado neste contrato por SOFTWARE), bem como a prestação de serviços de Software, conforme especificações técnicas estabelecidas no Processo Administrativo n.º 3004/2020/CIGA, da Dispensa de Licitação n.º 20/2020/CIGA e na proposta da CONTRATADA.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, como CONTRATANTE, e a empresa Vouxserv Sistemas de Ponto e Acesso Eireli., com sede à Rua Paulo de Deus Bessa, n.º 349, bairro São Braz, CEP 82300-210, em Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o n.º 30.767.160/0001-21, representada pelo seu Sócio Gerente, Sr. César Martins Cordeiro, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada CONTRATADA firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 379/2020/CIGA, celebrado em 12 de janeiro de 2021, originário do Processo Administrativo n.º 3004/2020/CIGA, de acordo com Ato de dispensa 20/2020/CIGA, o que fazem com fundamento na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA**

O presente Termo Aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 379/2020, nos termos do art. 57, IV, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2022.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo passa a vigor da sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

Dá-se a este contrato, para o período de 2022, o valor total estimado para 12 meses de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), sendo repassado o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por mês de serviço, que corresponde ao valor apresentado na proposta comercial da CONTRATADA.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo

n.º 379/2020.

**CLÁUSULA QUINTA- DA PUBLICAÇÃO**

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, assinado de forma eletrônica de acordo com a Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, Resolução CIGA N.º 195, de 27 de maio de 2021 e Resolução CIGA N.º 206, de 30 de setembro de 2021, para que produzam os devidos efeitos.

Florianópolis – SC, 20 de dezembro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA  
CONTRATANTE

César Martins Cordeiro  
Gerente  
CONTRATADA

**CIMVI****RESOLUÇÃO Nº 526 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

Publicação Nº 3521256

**RESOLUÇÃO Nº 526 DE 03 DE JANEIRO DE 2022**

ESTABELECE, PARA O EXERCÍCIO DE 2022, O VALOR POR TONELADA COBRADA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E ADERENTES AO CONVÊNIO MANTIDO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI E MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, PARA TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO)

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Estabelecer, para o exercício de 2022, o valor por tonelada cobrada dos municípios consorciados e aderentes ao convênio mantido entre o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI e municípios consorciados, para tratamento e disposição final de resíduos sólidos (manutenção de aterro sanitário) nos seguintes moldes:

I – para recebimento, triagem, venda (e/ou reuso) de resíduos sólidos previamente segregados (materiais recicláveis) fica previsto o valor de R\$ 32,27 (trinta e dois reais e vinte e sete centavos) por tonelada; e

II – para recebimento, disposição e tratamento da tonelada de resíduos sólidos do aterro sanitário fica previsto o valor de R\$ 107,57 (cento e sete reais e cinquenta e sete centavos) por tonelada.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 1º de Janeiro de 2022, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó, 03 de janeiro de 2022.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Presidente do CIMVI

A presente Resolução foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 03 de Janeiro de 2022.

PATRICIA BARBARESCO  
Assessora Jurídica  
OAB/SC 48.380

**CINCATARINA****1.DECISÃO CHAMADA PÚBLICA 0009\_2020 BELLENZIER**

Publicação Nº 3517361

**DECISÃO  
ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS**

Trata-se do requerimento para atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, apresentado pela empresa BELLENZIER PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Raymundo Ramos as Costa Almeida Quadra 01 Lote 06, Bairro Brejaru, na cidade de Palhoça- SC, CEP: 88.132-716, inscrita no CNPJ sob o nº 73.730.129/0016-05 em conformidade §§ 1º e 2º do artigo 21 da Resolução do CINCATARINA nº 005 de 16 de março de 2015.

**BENS REQUERIDOS PARA ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE QUE FORAM DEFERIDOS**

Especificações	Marca	Modelo	Código Aprovação Atualização	Chamada Pública	
				item	Edital
PNEU 225/45R17 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PEO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. (CIM9814)	PIRELI	CINTURATO P1 PLUS	9814-1	29	0009/2020

Justificativa: A requerente cumpriu os requisitos formais da Resolução nº 005/2015.

Diante do exposto, decido pela atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, através do e-mail: [licitacoes@cincatarina.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cincatarina.sc.gov.br) ou mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Sede ou da Central Executiva do CINCATARINA.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,  
Florianópolis, 03 de janeiro de 2022

Elói Rönnau  
Diretor Executivo CINCATARINA

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

**AT21CIN1281665-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513478

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281665  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP  
PAL: 015018/2021 - CINCATARINA  
EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281674-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513494

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281674

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281677-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513496

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281677

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281686-MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513506

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281686

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281696-MUNICÍPIO DE OURO VERDE-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513516

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281696

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO VERDE

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281697-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513517

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281697

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281701-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513519

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281701

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1281704-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513293

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281704

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281705-MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513531

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281705

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281711-MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513462

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281711

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1281712-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513312

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281712

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281715-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513461

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281715

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281721-MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513463

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281721

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281722-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513329

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281722

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281733-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513533

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281733

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281734-COCAL DO SUL-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513335

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281734

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281741-AGROLÂNDIA-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513537

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281741

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281745-GUATAMBÚ-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513359

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281745

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281748-MUNICÍPIO DE SALETE-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513549

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281748

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281757-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERD-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513512

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281757

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281769-ANGELINA-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513405

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281769

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANGELINA

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANGELINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281773-FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513401

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281773

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281783-VIDAL RAMOS-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513429

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281783

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281786-LEOBERTO LEAL-JULIANO MEINSCHIN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513367

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281786

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHIN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281787-PETROLÂNDIA-JULIANO MEINSCHIN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513397

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281787

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHIN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281794-TRÊS BARRAS-JULIANO MEINSCHIN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513381

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281794

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHIN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281802-SÃO BERNARDINO-JULIANO MEINSCHIN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513385

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281802

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHIN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281807-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-JULIANO MEINSCHIN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513387

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281807

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHIN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1281808-FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA-JULIANO MEINSCHIN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513398

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281808

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHIN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281813-MIRIM DOCE-JULIANO MEINSCHIN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513408

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281813

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHIN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281814-PLANALTO ALEGRE-JULIANO MEINSCHIN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513439

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281814

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHIN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1281815-QUILOMBO-JULIANO MEINSCHIN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513422

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281815

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE QUILOMBO

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHIN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE QUILOMBO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281820-TROMBUDO CENTRAL-JULIANO MEINSCHIN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513436

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281820

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHIN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281906-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513356

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281906

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281917-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513501

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281917

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281934-MUNICÍPIO DE CAPINZAL-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513263

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281934

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281949-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513524

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281949

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281950-MUNICÍPIO DE PAULO LOPES-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513288

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281950

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281952-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513292

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281952

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281993-AGROLÂNDIA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513542

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281993

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1281994-DONA EMMA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513341

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1281994

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282006-LEOBERTO LEAL-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513370

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282006

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282007-PETROLÂNDIA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513371

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282007

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282015-TAIÓ-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513443

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282015

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TAIÓ

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TAIÓ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282027-SANTA ROSA DO SUL-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513468

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282027

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282062-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-SILVENINA UNIFORMES LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513475

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282062

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: SILVENINA UNIFORMES LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282063-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-SILVENINA UNIFORMES LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513483

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282063

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: SILVENINA UNIFORMES LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282067-CINCATARINA-SILVENINA UNIFORMES LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513456

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282067

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SILVENINA UNIFORMES LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282074-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-SILVENINA UNIFORMES LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513495

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282074

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: SILVENINA UNIFORMES LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1282081-MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS-SILVENINA UNIFORMES LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513507

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282081

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: SILVENINA UNIFORMES LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282090-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-SILVENINA UNIFORMES LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513520

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282090

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: SILVENINA UNIFORMES LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282092-MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SILVENINA UNIFORMES LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513530

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282092

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: SILVENINA UNIFORMES LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1282095-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-SILVENINA UNIFORMES LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513532

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282095

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: SILVENINA UNIFORMES LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282101-MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO-SILVENINA UNIFORMES LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513464

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282101

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: SILVENINA UNIFORMES LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282105-COCAL DO SUL-SILVENINA UNIFORMES LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513535

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282105

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

FORNECEDOR: SILVENINA UNIFORMES LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282109-AGROLÂNDIA-SILVENINA UNIFORMES LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513536

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282109

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: SILVENINA UNIFORMES LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282112-MUNICÍPIO DE SALETE-SILVENINA UNIFORMES LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513548

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282112

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: SILVENINA UNIFORMES LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282120-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE-SILVENINA UNIFORMES LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513513

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282120

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE

FORNECEDOR: SILVENINA UNIFORMES LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282228-TRÊS BARRAS-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513377

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282228

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282236-SÃO BERNARDINO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513393

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282236

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282241-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513386

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282241

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282242-FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513402

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282242

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282247-MIRIM DOCE-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513410

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282247

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282248-PLANALTO ALEGRE-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513521

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282248

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282249-QUILOMBO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513425

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282249

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE QUILOMBO

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE QUILOMBO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282254-TROMBUDO CENTRAL-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513438

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282254

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282376-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513471

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282376

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282381-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513453

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282381

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282383-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513476

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282383

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282384-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513482

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282384

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1282388-MUNICÍPIO DE VIDEIRA-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513486

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282388

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282389-CINCATARINA-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513455

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282389

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282394-MUNICÍPIO DE IRANI-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513487

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282394

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1282397-MUNICÍPIO DE ITÁ-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513490

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282397

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITÁ

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282403-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513493

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282403

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282406-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513497

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282406

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282415-MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513505

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282415

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282424-MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513270

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282424

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282430-MUNICÍPIO DE OURO VERDE-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513514

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282430

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO VERDE

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282431-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513547

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282431

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282436-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513523

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282436

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282440-MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513529

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282440

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282446-MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513459

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282446

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282447-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513313

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282447

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282450-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513460

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282450

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282457-MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513465

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282457

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282458-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513328

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282458

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282693-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513534

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282693

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282694-COCAL DO SUL-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513333

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282694

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282701-AGROLÂNDIA-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513539

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282701

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282705-GUATAMBÚ-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513360

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282705

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1282719-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERD-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513511

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282719

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282732-ANGELINA-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513404

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282732

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANGELINA

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANGELINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282736-FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513399

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282736

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1282747-VIDAL RAMOS-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513428

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282747

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282751-TAIÓ-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513442

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282751

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TAIÓ

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TAIÓ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282763-SANTA ROSA DO SUL-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513467

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282763

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282966-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513451

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282966

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282968-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513477

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282968

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282969-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513255

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282969

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282974-CINCATARINA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513458

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282974

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282979-MUNICÍPIO DE IRANI-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513347

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282979

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282980-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513352

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282980

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282982-MUNICÍPIO DE ITÁ-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513491

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282982

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITÁ

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282988-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513261

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282988

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1282991-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513498

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1282991

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283000-MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513515

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283000

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513508

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283001

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283008-MUNICÍPIO DE CAPINZAL-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513262

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283008

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283009-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513266

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283009

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283011-MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513273

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283011

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283017-MUNICÍPIO DE OURO VERDE-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513283

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283017

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO VERDE

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283018-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513278

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283018

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283023-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513528

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283023

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283024-MUNICÍPIO DE PAULO LOPES-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513287

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283024

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283027-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513277

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283027

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283028-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513480

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283028

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283039-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513353

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283039

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283042-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513256

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283042

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283065-MUNICÍPIO DE PAULO LOPES-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513286

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283065

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283066-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513296

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283066

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283080-MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513314

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283080

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283081-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513319

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283081

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283096-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513338

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283096

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283097-AGROLÂNDIA-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513543

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283097

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283098-DONA EMMA-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513343

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283098

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283109-LEOBERTO LEAL-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513368

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283109

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283113-TRÊS BARRAS-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513383

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283113

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283125-MIRIM DOCE-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513418

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283125

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283126-QUILOMBO-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513423

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283126

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE QUILOMBO

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE QUILOMBO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283131-TROMBUDO CENTRAL-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513440

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283131

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283139-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513449

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283139

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283140-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513252

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283140

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283141-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513473

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283141

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283142-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513253

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283142

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283152-MUNICÍPIO DE IRANI-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513348

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283152

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283153-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513354

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283153

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283156-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513258

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283156

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283161-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513259

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283161

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283173-MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513510

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283173

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283174-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513503

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283174

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283181-MUNICÍPIO DE CAPINZAL-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513264

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283181

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283182-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513265

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283182

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283184-MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513271

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283184

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283190-MUNICÍPIO DE OURO VERDE-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513281

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283190

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO VERDE

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283191-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513280

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283191

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283195-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513525

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283195

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283196-MUNICÍPIO DE PAULO LOPES-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513289

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283196

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283198-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513299

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283198

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283199-MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513302

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283199

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283207-MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513305

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283207

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283212-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513309

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283212

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283217-MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513316

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283217

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283218-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513317

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283218

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283239-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513339

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283239

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283240-AGROLÂNDIA-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513545

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283240

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283241-DONA EMMA-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513346

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283241

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283243-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513294

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283243

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283244-MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513303

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283244

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283252-MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513304

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283252

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283254-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513311

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283254

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283257-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513307

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283257

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283262-MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513323

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283262

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283263-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513321

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283263

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283264-MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513324

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283264

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283265-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513327

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283265

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283274-MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513357

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283274

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283276-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513331

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283276

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283277-COCAL DO SUL-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513332

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283277

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283284-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513336

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283284

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283289-GUATAMBÚ-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513361

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283289

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283292-MUNICÍPIO DE SALETE-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513362

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283292

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283299-PETROLÂNDIA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513372

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283299

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283303-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513415

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283303

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283306-TRÊS BARRAS-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513378

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283306

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283313-SÃO BERNARDINO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513392

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283313

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283315-ANGELINA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513403

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283315

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANGELINA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANGELINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283318-FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513396

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283318

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283324-PLANALTO ALEGRE-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513416

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283324

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283325-QUILOMBO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513427

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283325

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE QUILOMBO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE QUILOMBO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283329-VIDAL RAMOS-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513430

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283329

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283330-TROMBUDO CENTRAL-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513437

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283330

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283333-TAIÓ-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513441

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283333

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TAIÓ

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TAIÓ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283340-ARABUTÃ-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513448

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283340

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283345-SANTA ROSA DO SUL-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513469

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283345

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283393-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513250

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283393

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283394-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513481

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283394

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283406-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513351

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283406

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283417-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513499

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283417

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283434-MUNICÍPIO DE CAPINZAL-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513267

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283434

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283445-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513522

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283445

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283446-MUNICÍPIO DE PAULO LOPES-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513284

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283446

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283448-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513297

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283448

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283473-MUNICÍPIO DE SALETE-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513364

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283473

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283479-LEOBERTO LEAL-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513366

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283479

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283480-PETROLÂNDIA-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513375

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283480

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283484-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513274

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283484

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283487-TRÊS BARRAS-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513380

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283487

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283495-SÃO BERNARDINO-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513391

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283495

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283497-ANGELINA-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513406

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283497

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANGELINA

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANGELINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283500-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513390

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283500

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283501-FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513395

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283501

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283506-MIRIM DOCE-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513413

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283506

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283507-PLANALTO ALEGRE-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513419

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283507

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283508-QUILOMBO-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513420

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283508

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE QUILOMBO

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE QUILOMBO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283512-VIDAL RAMOS-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513432

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283512

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283513-TROMBUDO CENTRAL-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513434

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283513

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283516-TAIÓ-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513444

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283516

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TAIÓ

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TAIÓ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283523-ARABUTÃ-ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513447

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283523

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

FORNECEDOR: ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283570-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513450

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283570

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283572-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513254

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283572

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283577-CINCATARINA-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação N° 3513454

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283577

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283582-MUNICÍPIO DE IRANI-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação N° 3513349

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283582

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283583-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação N° 3513350

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283583

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283618-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513472

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283618

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283629-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513374

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283629

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283632-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513330

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283632

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283639-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513502

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283639

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283654-MUNICÍPIO DE CAPINZAL-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513269

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283654

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283660-MUNICÍPIO DE OURO VERDE-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513282

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283660

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO VERDE

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283661-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513279

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283661

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283665-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513527

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283665

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283666-MUNICÍPIO DE PAULO LOPES-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513291

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283666

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283668-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513295

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283668

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283684-MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513320

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283684

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283685-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513322

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283685

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283688-MUNICÍPIO DE XAVANTINA-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513257

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283688

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAVANTINA

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283700-MUNICÍPIO DE XAVANTINA-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513249

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283700

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAVANTINA

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283718-AGROLÂNDIA-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513538

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283718

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283719-DONA EMMA-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513344

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283719

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283731-LEOBERTO LEAL-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513369

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283731

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283732-PETROLÂNDIA-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513373

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283732

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283739-TRÊS BARRAS-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513382

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283739

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283747-SÃO BERNARDINO-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513384

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283747

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283752-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513388

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283752

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283753-FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513412

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283753

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283758-MIRIM DOCE-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513409

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283758

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283759-PLANALTO ALEGRE-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513417

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283759

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283760-QUILOMBO-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513426

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283760

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE QUILOMBO

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE QUILOMBO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283765-TROMBUDO CENTRAL-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513435

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283765

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283819-MUNICÍPIO DE ITÁ-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513492

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283819

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITÁ

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283823-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513260

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283823

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283834-MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513509

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283834

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283839-MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513272

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283839

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283846-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513526

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283846

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283848-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513300

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283848

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283849-MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513301

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283849

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283853-MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513306

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283853

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283854-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513310

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283854

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283857-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513308

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283857

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283859-MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513315

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283859

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283860-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513318

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283860

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283861-MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513325

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283861

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283862-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513326

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283862

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283870-COCAL DO SUL-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513334

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283870

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283874-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513337

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283874

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283875-AGROLÂNDIA-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513544

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283875

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283877-GUATAMBÚ-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513358

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283877

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283879-MUNICÍPIO DE SALETE-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513363

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283879

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283889-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERD-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513275

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283889

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283891-TRÊS BARRAS-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513379

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283891

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283898-ANGELINA-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513407

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283898

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANGELINA

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANGELINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283904-QUILOMBO-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513421

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283904

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE QUILOMBO

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE QUILOMBO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283907-VIDAL RAMOS-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513431

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283907

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283908-TROMBUDO CENTRAL-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513433

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283908

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283911-TAIÓ-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513445

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283911

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TAIÓ

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TAIÓ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283917-ARABUTÃ-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513446

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283917

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283921-SANTA ROSA DO SUL-REGENSY COMÉRCIO LTDA-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513466

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283921

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

FORNECEDOR: REGENSY COMÉRCIO LTDA

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283944-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513340

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283944

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283945-AGROLÂNDIA-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513541

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283945

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283946-DONA EMMA-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513345

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283946

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283958-LEOBERTO LEAL-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513365

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283958

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283962-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513276

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283962

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283965-TRÊS BARRAS-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513376

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283965

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283971-SÃO BERNARDINO-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513394

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283971

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283976-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513389

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283976

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283977-FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513400

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283977

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283981-MIRIM DOCE-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513411

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283981

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283982-PLANALTO ALEGRE-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513414

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283982

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1283983-QUILOMBO-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513424

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283983

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE QUILOMBO

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE QUILOMBO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1283988-TROMBUDO CENTRAL-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513504

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1283988

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1284036-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513470

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284036

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1284041-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513452

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284041

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN1284043-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513474

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284043

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1284044-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513484

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284044

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1284048-MUNICÍPIO DE VIDEIRA-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513485

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284048

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1284049-CINCATARINA-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513457

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284049

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1284054-MUNICÍPIO DE IRANI-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513488

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284054

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1284057-MUNICÍPIO DE ITÁ-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513489

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284057

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITÁ

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1284063-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-JULIANO MEINSCHEN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513251

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284063

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHEN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

#### **AT21CIN1284064-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-JULIANO MEINSCHEN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513479

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284064

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHEN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

#### **AT21CIN1284076-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-JULIANO MEINSCHEN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513355

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284076

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHEN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1284087-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-JULIANO MEINSCHEN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513500

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284087

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHEN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1284104-MUNICÍPIO DE CAPINZAL-JULIANO MEINSCHEN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513268

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284104

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHEN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1284117-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-JULIANO MEINSCHEN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513518

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284117

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHEN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1284118-MUNICÍPIO DE PAULO LOPES-JULIANO MEINSCHEN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513290

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284118

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHEN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1284120-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-JULIANO MEINSCHEN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513298

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284120

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHEN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1284162-AGROLÂNDIA-JULIANO MEINSCHEN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513546

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284162

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHEN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN1284163-DONA EMMA-JULIANO MEINSCHIN EIRELI-PAL0150182021**

Publicação Nº 3513342

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN1284163

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHIN EIRELI

PAL: 015018/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0070/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/01/2022 a 02/01/2023

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/12/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 29 de dezembro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**CIS/AMARP****CONSULT SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI (CAPINZAL)- 2º ADITIVO**

Publicação Nº 3520342

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CISAMARP**

Rua Manoel Roque nº 99 Térreo – Alvorada, Videira/SC. Fone: (49) 3531-1653

[www.cisamarp.sc.gov.br](http://www.cisamarp.sc.gov.br)[cisamarp@cisamarp.sc.gov.br](mailto:cisamarp@cisamarp.sc.gov.br)**2º TERMO ADITIVO SUPRESSIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 197/2021**

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP**, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque nº 99 Térreo - Alvorada, Videira/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gianfranco Volpato e de outro lado **CONSULT SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI (CAPINZAL)**, CNPJ 19.169.428/0001-90, situado na Rua Aparício Ribeiro nº 107 sala comercial, fundos – Centro, Capinzal/SC neste ato representado pela sua representante legal Andrea Alves de Oliveira, RG 4.975.987-8 e CPF 840.010.209-63, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 197/2021, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

SUPRIMIR da lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, o(s) seguinte(s) procedimento(s):

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	0205020119	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAFIA DE TRANSLUCENCIA NUCAL	1080301307	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA	0205020143	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	0205020151	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA MORFOLOGICA	90026	R\$ 136,50
ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA MORFOLOGICA COM DOPPLER	9016708	R\$ 180,00
ULTRASSONOGRAFIA TRANSFONTANELA	0205020178	R\$ 62,37

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 197/2021, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 03 de janeiro de 2022.

Gianfranco Volpato  
Presidente CISAMARP

Andrea Alves de Oliveira  
Representante Legal



**DENTRON LABORATÓRIO DE PROTESES DENTÁRIAS- 5º ADITIVO**

Publicação Nº 3520948



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP**  
Rua Manoel Roque nº 99 Térreo - Fone: (49) 3531-1653 – Videira/SC.  
[www.cisamarp.sc.gov.br](http://www.cisamarp.sc.gov.br) [cisamarp@cisamarp.sc.gov.br](mailto:cisamarp@cisamarp.sc.gov.br)

**5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 141/2019.**

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP**, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque nº 99 Térreo, Alvorada, Videira/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Wilson Ribeiro Cardoso Junior e de outro lado a **DENTRON LABORATÓRIO DE PROTESES DENTÁRIAS LTDA ME 7793995 (JOAÇABA)\*143**, CNPJ 05.145.739/0001-05, situada na Av. Caetano Natal Branco, Nº 06, Bairro Centro, Joaçaba/SC, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Lindomar Carlos Massucatto, RG 2820215 e CPF 828.398.409-87, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 141/2019, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação o(s) seguinte(s) procedimento(s):

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
PROTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVEL (com moldagem por odontólogo)	1080301396	R\$ 500,00
PROTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL (com moldagem por odontólogo)	1080301397	R\$ 500,00
PROTESE TOTAL MANDIBULAR (com moldagem por odontólogo)	1080301398	R\$ 300,00
PROTESE TOTAL MAXILAR (com moldagem por odontólogo)	1080301399	R\$ 300,00

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 141/2019, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 04 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_  
**Wilson Ribeiro Cardoso Junior**  
Presidente CISAMARP

\_\_\_\_\_  
**Lindomar Carlos Massucatto**  
Representante Legal

Assinado eletronicamente por LINDOMAR CARLOS MASSUCATTO, WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR.  
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cisamarp-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/13732a0d-bda6-43b7-a772-2e2733f54521>.



Assinado eletronicamente por LINDOMAR CARLOS MASSUCATTO, WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR.  
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cisamarp-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/13732a0d-bda6-43b7-a772-2e2733f54521>.

Assinado eletronicamente por:

- \* LINDOMAR CARLOS MASSUCATTO (82839840987)  
em 04/01/2022 15:23:05 com assinatura qualificada (ICP-Brasil)
- \* WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR (93849346900)  
em 04/01/2022 16:29:36 com assinatura qualificada (ICP-Brasil)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.

Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:

<https://cisamarp-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/13732a0d-bda6-43b7-a772-2e2733f54521>



## ISAMA

### TERMO DE POSSE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Publicação Nº 3519395

#### TERMO DE POSSE

Aos 03 dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, às 11 horas, na sede do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, sito à rua Otacílio Vieira da Costa - 112, com a presença dos Excelentíssimos Prefeitos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 10 de dezembro de 2022. Após prestar compromisso legal, tomaram posse para o exercício dos seus cargos os membros do Conselho de Administração do CISAMA, devidamente eleitos, período de 01 de janeiro de 2022 à 31 de dezembro de 2022, e que assinam o presente Termo para gerar seus efeitos legais.

Lages, 03 de janeiro de 2022

Evandro Frigo Pereira  
Prefeito de Urupema  
Presidente Empossado  
Brasileiro, casado  
CPF 018.811.849-78  
RG 3.399.461

João Cidinei da Silva  
Prefeito de Anita Garibaldi  
1º Vice - Presidente Empossado  
Brasileiro, casado  
CPF 827.958.519-20  
RG 270.658-3

Antonio Marcos Cavalheiro Flores  
Prefeito de Painel  
2º Vice-Presidente Empossado  
Brasileiro, divorciado  
CPF 819.274.879-00  
RG 2.897.444

**TERMO DE POSSE CONSELHO FISCAL**

Publicação Nº 3519399

**TERMO DE POSSE**

Aos 03 dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, às 11:00 horas, na sede do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, sito à rua Otacílio Vieira da Costa - 112, com a presença dos Excelentíssimos Prefeitos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 10 de dezembro de 2021. Após prestar compromisso legal, tomaram posse para o exercício dos seus cargos os membros do Conselho Fiscal do CISAMA, devidamente eleitos, período de 01 de janeiro de 2022 à 31 de dezembro de 2022, e que assinam o presente Termo para gerar seus efeitos legais.

Lages, 03 de janeiro de 2022.

**CONSELHEIROS FISCAIS EFETIVOS**

Claudiane Varela Pucci Prefeito de Campo Belo do Sul Conselheiro Empossado Brasileira, casada CPF 035.204.769-08 RG 3293335	Edilson Germiniani dos Santos Prefeito de Correia Pinto Conselheiro Empossado Brasileiro, separado judicialmente CPF 772.053.409-34 RG 2.895.793
--	---

**CONSELHEIROS FISCAIS SUPLENTES**

Edson Julio Wolinger Prefeito de Ponte Alta Conselheiro Empossado Brasileiro, casado CPF 907.743.459-34 RG 2705321	João Eduardo Della Justina Prefeito de Bocaina do Sul Conselheiro Empossado Brasileiro, casado CPF 024.408.869-12 RG 3.706.078
---	---

**TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO**

Publicação Nº 3519402

**TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO**

Aos 03 dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, às 11:00 horas, na sede do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, sito à rua Otacílio Vieira da Costa - 112, com a presença dos Excelentíssimos Prefeitos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 10 de dezembro de 2021, após prestar compromisso legal, assumiu o cargo de Presidente do CISAMA, o Prefeito Municipal de Urupema, Senhor Evandro Frigo Pereira para o período de 01 de janeiro de 2022 à 31 de dezembro de 2022. Do que para contar lavrou-se o presente Termo, que vai assinado pelo Presidente transmitente e pelo empossado.

Lages, 03 de janeiro de 2022

Ademilson Conrado Prefeito de Cerro Negro Presidente Empossado Brasileiro, casado CPF 025.716.469-31 RG 3.422.333	Evandro Frigo Pereira Prefeito de Urupema Presidente Transmitente Brasileiro, divorciado CPF 018.811.849-78 RG 3.399.461
--	---

**CVC****ATA DA 26ª REUNIÃO PE006/2021**

Publicação Nº 3519461

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATORIO "PAL" 008/2021 PREGÃO ELETRÔNICO 006/2021 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

As 08:00 (oito) horas do dia quatro do mês de janeiro do ano de 2022, reuniram-se na sala de reunião do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, sito a rua Iguaçu, 264, Centro, Coronel Freitas – SC, o pregoeiro e a equipe de apoio nomeada através da resolução nº 002/2021 e 007/2021 assim constituída: pregoeira: Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, secretária: Sra. LIAMARA ÁVILA, membro: JURITÂNIA TERESINHA FERREIRA, para apreciação e análise de: PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO do item 130 CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA, apresentado pela empresa GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

A empresa informa que "há mais de 5 meses, não mais se compactua com o valor de mercado, uma vez que conforme será comprovado adiante, o valor cotado na época já custa atualmente no mercado para o item R\$ 0,0793. Assim, ficamos impossibilitados de praticar os preços iniciais contratados com a notoriedade em que se encontram os preços no mercado, bem como alta de custos indiretos, como, por exemplo: transporte, custos financeiros, administrativos, matéria prima entre outros".

Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item, alguns não deram retorno e outros não tiveram interesse em fornecer, sendo que o a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA aceitou o fornecimento do item 130 no valor de R\$ 0,1180.

Assim o item 130 passa de R\$ 0,0840 para R\$ 0,1180.

Não havendo mais nada a relatar a pregoeira declarou encerrada a reunião. E por assim ter sido designado, eu, Gustavo André Foppa, Gerente de Projetos digitei a presente e declaro como autênticos os fatos acima narrados.

**EDITAL N. 001/2022**

Publicação Nº 3519910

Edital de Convocação n. 001/2022

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Sr. Clodoaldo Briancini, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 13 do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC,

Convoca:

Os senhores membros da Diretoria do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como todos os representantes dos municípios associados, para a assembleia geral ordinária, com fundamento no artigo 13 do Protocolo de Intenções do CVC, a ser realizada no dia 20 de janeiro de 2022, na Sede do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, com a seguinte ordem do dia:

Data: 20 de janeiro de 2022 (quinta feira)

Horário: Início às 08:00 (oito horas) em primeira convocação e às 08:30 (oito horas e trinta minutos) em segunda convocação.

Local: Sede do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC

Ordem do dia:

- 1º) Apresentação e aprovação do Relatório de Gestão;
- 2º) Apresentação e aprovação do Balanço do Exercício (2021);
- 3º) Apresentação e aprovação do Orçamento para o Exercício seguinte (2022);
- 4º) Aprovação da indicação do Diretor Executivo;
- 5º) Correção do valor da mensalidade do CVC;
- 6º) Definição do valor mensal do programa da usina de asfalto entre os participantes;
- 7º) Definição de poderes sobre os trâmites da usina de asfalto para os municípios participantes, para definição de sua competência específica, sem participação dos consorciados que não integrem o programa;
- 8º) Definição de percentual do valor arrecadado no programa da usina, que será repassado para o caixa geral do CVC em função de despesas administrativas do programa;
- 9º) Ratificação do Decreto nº 15/2021, o qual dispõe sobre a autorização para suplementar verba por anulação de dotação;
- 10º) Assuntos Gerais.

Coronel Freitas, SC, 04 de janeiro de 2022.

Clodoaldo Briancini  
Presidente do CVC.

**EXTRATO 6º ADITIVO - ATA 85 - PE006/2021**

Publicação Nº 3519466

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC  
6º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2021.  
Contratado: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA INCLUSÃO DO LOTE LISTADO NA TABELA ABAIXO À CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:

Fica incluído o lote abaixo na Tabela da Cláusula Décima Quarta:


14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
130	148490	COMP	CARVEDILOL 6,25MG CARTELA	NOVA QUÍMICA	0,1180

VIGENCIA: 31.07.2022

**CONDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001.2022 - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS SANTO ANJO**

Publicação Nº 3519679

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>CONDER - CONS. INTER. DES. REGIONAL</b> CNPJ: 23.773.012/0001-54      Telefone: (49) 3621-0795 Endereço: Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro CEP: 89900-000 - São Miguel do Oeste / SC	<b>Pregão Presencial</b> <b>1/2021</b>
		<b>Número Processo: 47/2021</b> <b>Data do Processo: 03/12/2021</b>

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2022**

No dia 4 de janeiro de 2022, compareceram de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, representado(a) pelo(a) PRESIDENTE DO CONDER, o(a) Sr(a). CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, inscrito(a) no CPF sob o nº 061.266.679-48, doravante denominada CONSÓRCIO PÚBLICO DE DIREITO PÚBLICO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada DETENTORA DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento do Processo Administrativo nº 47/2021 na modalidade de Pregão Presencial nº 1/2021, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o (a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DESTINADO AO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, de acordo com as condições e especificações constante no presente edital, inclusive em seus anexos, especialmente o Anexo I que vincula o Termo de Referência.

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto do CONDER nº 006/2018 que regulamenta o sistema de registro de preços e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DESTINADO AO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, de acordo com as condições e especificações constante no presente edital, inclusive em seus anexos, especialmente o Anexo I que vincula o Termo de Referência nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços. A presente Ata contempla os municípios consorciados ao CONDER, informados no edital do processo licitatório que gerou esta ata de registro de preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com o respectivo fornecedor ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Participante: 2615 - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS SANTO ANJO LTDA						
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	GASOLINA COMUM		L	6.000	6,470	38.820,00
1	ÓLEO DIESEL S10		L	6.000	5,270	31.620,00
Total Fornecedor:						R\$ 70.440,00
Total Geral:						R\$ 70.440,00


2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e deverá incluir todos e quaisquer ônus, quer seja tributário, fiscal ou trabalhista, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer encargos necessários a execução do objeto do contrato.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do caput e do §5º do art. 65 da lei nº 8.666/93, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de preços, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. O CONDER deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, salvo por motivo de força



	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>CONDER - CONS. INTER. DES. REGIONAL</b> CNPJ: 23.773.012/0001-54 Telefone: (49) 3621-0795 Endereço: Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro CEP: 89900-000 - São Miguel do Oeste / SC	<b>Pregão Presencial</b> <b>1/2021</b>
		<b>Número Processo: 47/2021</b> <b>Data do Processo: 03/12/2021</b>

maior, devidamente justificado no processo.

2.2.3.1. Enquanto não houver o DEFERIMENTO do PRESIDENTE DO CONDER, as empresas ficam obrigadas a fornecer os materiais e/ou serviços pelo valor definido na Ata de Registro de Preços, o pedido de reequilíbrio econômico financeiro não é motivo para não entrega dos materiais e/ou prestação dos serviços pelo valor definido em ata para os municípios consorciados, sendo que o valor somente será reajustado após DEFERIMENTO, consequentemente todas as Autorizações de Fornecimento que forem enviadas antes deste, deverão ser cumpridas pelo valor definido em Ata de Registro de Preços, sob pena das sanções cabíveis.

2.3. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o CONDER se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade ou determinar a negociação.

2.4. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitando a ordem de classificação.

2.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao CONDER promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preço originalmente registrada e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade da negociação.

2.6. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da lei 8.66/93, caso em que o CONDER poderá:

a) Deferir o requerimento, fixando novo preço pactuado sendo consignada em apostila a Ata de registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

b) Indeferir o requerimento mantendo-se assim os preços originais consignados na Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos municípios consorciados ao CONDER e que participaram do certame licitatório, relacionadas no Edital de Licitação.

4.2. Os municípios consorciados - órgãos participantes da Ata de Registro de Preços formalizaram seus pedidos diretamente com os fornecedores, através de Autorizações de Fornecimento, Nota de Empenho, Contrato ou documento equivalente com os preços registrados.

4.3. Os quantitativos dos contratos/autorizações de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos/autorizações de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### **5.1. Compete ao Órgão Gestor:**


5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais ou serviços registrados, para fins de controle e fixador do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da aquisição dos materiais ou prestação dos serviços, o sistema utilizado pelos municípios consorciados indicará os fornecedores e seus respectivos saldos;

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços solicitados pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis,

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>CONDER - CONS. INTER. DES. REGIONAL</b> CNPJ: 23.773.012/0001-54      Telefone: (49) 3621-0795 Endereço: Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro CEP: 89900-000 - São Miguel do Oeste / SC	<b>Pregão Presencial</b> <b>1/2021</b>
		<b>Número Processo: 47/2021</b> <b>Data do Processo: 03/12/2021</b>

salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.5. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação.

## **5.2. Compete aos municípios consorciados participantes:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais ou serviços dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos ou serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

## **5.3. Compete ao Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos ou serviços nas condições estabelecidas no edital, “em especial o Anexo I – Termo de Referência” e seus demais anexos;

5.3.2. Atender todos os pedidos de contratação durante o período de vigência do Registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelos municípios consorciados participantes, constantes na Autorização de Fornecimento;

5.3.3. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.4. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.5. Substituir os produtos ou serviços recusados pelos municípios consorciados participantes, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo definido e estipulado no edital de licitação, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.6. Atender a demanda dos municípios consorciados participantes, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados;

5.3.7. Vincular-se ao novo preço definido pelo Consórcio, resultante do ato de reequilíbrio econômico financeiro;

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços;

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pelo CONSÓRCIO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) a empresa estiver punida com suspensão ou impedimento de licitar ou contratar com a administração pública em decorrência de registros efetuados pelo CONDER ou de qualquer um dos municípios consorciados ao CONDER e participantes do programa LICITAÇÕES COMPARTILHADAS;


f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1.2, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial (Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC e Site Oficial do CONDER).

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preços deverá ser protocolada no CONDER, facultada a esta

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>CONDER - CONS. INTER. DES. REGIONAL</b> CNPJ: 23.773.012/0001-54 Telefone: (49) 3621-0795 Endereço: Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro CEP: 89900-000 - São Miguel do Oeste / SC	<b>Pregão Presencial</b> <b>1/2021</b>
		<b>Número Processo: 47/2021</b> <b>Data do Processo: 03/12/2021</b>

a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá transferir os itens cancelados àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos municípios consorciados participantes do processo licitatório.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante autorização de fornecimento, nota de empenho, contrato ou documento equivalente, formalizado pelos municípios consorciados participantes, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, os dados do processo que gerou este registro de preços, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos ou serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar aos municípios solicitantes, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.

7.4. Solicitações de troca de marca, poderão ser aceitas em casos excepcionais, com justificativa plausível, sendo que está deverá ser solicitada previamente ao faturamento do produto ou serviço.

7.4.1. Para trocas de marcas “pontuais” a determinado solicitante, está pode ser requerida diretamente ao responsável do município solicitante, se está tiver qualidade igual ou superior a marca registrada, sem prejuízos financeiro aos municípios.

7.4.2. Para trocas de marcas que contemplem “alterações para toda a Ata de Registro de Preços” a empresa deverá enviar solicitação ao CONDER, que analisará o deferimento do pedido, se está tiver qualidade igual ou superior a marca registrada, sem prejuízos financeiro aos municípios. Em caso de deferimento tanto a empresa como os municípios consorciados e participantes serão comunicados da decisão.

7.5. A fornecedora classificada ficará obrigada a atender as ordens de fornecimento ou documento equivalente efetuadas dentro do prazo de validade do registro de preços, mesmo se a entrega dos materiais ou serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais ou serviços será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento ou documento equivalente emitido pelos municípios consorciados e participantes.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aquele PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.6. As despesas relativas à entrega dos materiais e/ou serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.7. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais e/ou serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I – Termo de Referência do edital de licitação, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8. No ato de entrega ou imediatamente após a entrega, os produtos e/ou serviços serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável (de cada município consorciado). No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, cada Município terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, notificando a licitante vencedora para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

7.9. Os produtos e/ou serviços deverão ser entregues aos municípios solicitantes pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor lícitado e aprovado, correndo por conta da licitante vencedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.


7.10. A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender rigidamente os dispostos no Termo de Referência – Anexo I do edital de licitação a qual gerou esta Ata.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. Os pagamentos serão efetuados após a entrega dos produtos e/ou serviços e apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, no prazo DEFINIDO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO, em moeda corrente nacional, conforme ordem cronológica de pagamento de cada órgão participante/município.

8.2. O pagamento estará condicionado à entrega dos produtos e/ou serviços, e de todas as condições de habilitação exigidas no edital.

8.3. Os Municípios consorciados não se responsabilizam pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora lícitado, bem como se a contratada agir com imperícia no fornecimento destas. Ainda, quando do não recebimento da respectiva nota fiscal corretamente

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>CONDER - CONS. INTER. DES. REGIONAL</b> CNPJ: 23.773.012/0001-54 Telefone: (49) 3621-0795 Endereço: Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro CEP: 89900-000 - São Miguel do Oeste / SC	<b>Pregão Presencial</b> <b>1/2021</b>
		<b>Número Processo: 47/2021</b> <b>Data do Processo: 03/12/2021</b>

preenchida nos prazos estabelecidos.

8.4. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, nº da Ata de Registro de Preços do CONDER, descrição completa conforme a autorização de fornecimento, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, bem como informar os dados de CNPJ, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) e demais informações solicitadas pelos municípios ou pelo EDITAL DE LICITAÇÃO.

8.5. As notas fiscais deverão ser emitidas PARA RAZÃO SOCIAL E CNPJ DE CADA MUNICÍPIO CONSORCIADO SOLICITANTE, dados estes que serão disponibilizados pelos próprios municípios quando da emissão da Autorização de Fornecimento.

8.6. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelos Municípios e previstas no Edital de Licitação.

8.7. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.8. Os municípios consorciados efetuaram retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à detentora da ata.

#### CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos ou supressão nos quantitativos fixados pela ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão ou acréscimo dos produtos e/ou serviços vinculados a uma Autorização de Fornecimento / Contrato decorrentes deste Registro de Preços, estão regulamentados pelo § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, cabendo aos municípios consorciados os devidos encaminhamentos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos municípios consorciados participantes do certame, pelas dotações dos orçamentos vigentes e constarão nas respectivas autorizações de fornecimento, notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. O licitante vencedor ficará passível da aplicação das sanções e penalidades previstas na Lei Federal nº 10.520/02, e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93, aplicáveis isolada ou conjuntamente, nas seguintes situações:

11.2. Pela não apresentação da documentação de habilitação, proposta de preços e amostras (se solicitadas), pela apresentação de documentação falsa ou pela não manutenção da proposta, por parte do licitante detentor da melhor oferta:

I - Advertência;

II - Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONDER E MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

11.3. Pela oferta de produto e/ou serviço em desacordo com as especificações constantes no Edital:

I - Advertência;

II - Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do item ofertado em desacordo.

11.4. Pela recusa na entrega do objeto e/ou execução dos serviços, dentro no prazo previsto no Edital:

I - Advertência;

II - Multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos itens recusados;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONDER E MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

11.5. Pelo atraso na entrega do objeto e/ou execução dos serviços, além do prazo previsto no Edital:


I - Advertência;

II - Multa diária na razão de 1% (um por cento) sobre o valor total dos itens não entregues, por dia de atraso, a contar do primeiro dia após o término do prazo previsto para entrega do objeto;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONDER E MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

11.6. Pela entrega do objeto e/ou execução dos serviços em desacordo com o solicitado no Edital: I - Advertência;

II - Multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos itens entregues em desacordo, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a efetiva adequação;

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>CONDER - CONS. INTER. DES. REGIONAL</b> CNPJ: 23.773.012/0001-54      Telefone: (49) 3621-0795 Endereço: Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro CEP: 89900-000 - São Miguel do Oeste / SC	<b>Pregão Presencial</b> <b>1/2021</b>
		<b>Número Processo: 47/2021</b> <b>Data do Processo: 03/12/2021</b>

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONDER E MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

11.7. Por causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual:

I - Advertência;

II - Ressarcimento ao erário;

III - Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta;

IV - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONDER E MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

11.8. Nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e do art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/19, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com o CONDER E MUNICÍPIOS CONSORCIADOS e ter cancelado o Registro Cadastral de Fornecedores junto ao CONDER, nos casos de:

a) não assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços;

b) não entregar a documentação exigida no Edital;

c) apresentar documentação falsa;

d) causar o atraso na execução do objeto;

e) não manter a proposta;

f) falhar na execução do Contrato;

g) fraudar a execução do Contrato;

h) comportar-se de modo inidôneo;

i) declarar informações falsas; e

j) cometer fraude fiscal.

11.9. Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o CONSÓRCIO considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.10. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores garantidos o direito ao contraditório e a ampla defesa.

11.11. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

11.12. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a sua assinatura e publicação na imprensa oficial do CONDER (Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC e Site Oficial do CONDER).

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

13.2. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata, que ficará disponível e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC e Site Oficial do CONDER para acesso das partes e demais interessados.

Assinatura do Presidente

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER**

CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:06  
126667948

Assinado de forma digital por  
CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:06126667948  
Dados: 2022.01.04 09:11:48 -03'00'

Assinatura da Empresa

**COMERCIO DE COMBUSTIVEIS SANTO ANJO LTDA**

**PORTARIA 02.2022 - INTERROMPE FERIAS - JOSÉ FRANCISCO MORA - PERÍODO AQUISITIVO 01.10.2020 A 30.09.2021**

Publicação Nº 3519784

**PORTARIA Nº 02/2022**

INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Claudio Junior Weschenfelder**, Prefeito de Guarujá do Sul - SC e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no uso de suas atribuições legais e, em observância ao Estatuto Social, Contrato de Consórcio Públicos e suas alterações e no Regulamento do Quadro de Pessoal e suas alterações, e

CONSIDERANDO a necessidade do retorno as atividades do servidor **José Francisco Mora** junto ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER;

CONSIDERNADO a observância ao Estatuto Social, Contrato de Consórcio Públicos e suas alterações e no Regulamento do Quadro de Pessoal e suas alterações, quanto a possibilidade de interrupção do que o gozo das férias no caso de necessidade de retorno as atividades antes do termino do período concedido;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** **INTERROMPER FÉRIAS** concedidas por meio da portaria nº 34/2021, ao servidor **José Francisco Mora**, ocupante do cargo de **Diretor de Programa** do Consórcio, com carga horaria de 40 horas, a partir de 10/01/2022, ficando em haver 09 (nove) dias de gozo de férias do período aquisitivo 01/10/2020 a 30/09/2021, a ser gozado em oportunidade e planejamento interno.

**Art. 2º** Anote-se a presente à folha funcional do respectivo servidor.

**Art. 3º**- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Art. 4º**- Registre-se, publique-se e comunique-se.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de janeiro de 2022.

CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:06126667948  
667948

Assinado de forma digital por  
CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:06126667948  
Dados: 2022.01.04 09:08:05 -03'00'

**Claudio Junior Weschenfelder**  
Presidente do CONDER/Prefeito de Guarujá do Sul

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM. [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e endereço eletrônico do CONDER – [www.conder.sc.gov.br](http://www.conder.sc.gov.br)

JUSSARA SALETE  
REGINATTO:04405660964

Assinado de forma digital por JUSSARA SALETE  
REGINATTO:04405660964  
Dados: 2022.01.04 09:08:18 -03'00'

**Jussara Reginatto** - Secretária Executiva do CONDER

[www.conder.sc.gov.br](http://www.conder.sc.gov.br) •• [conder@conder.sc.gov.br](mailto:conder@conder.sc.gov.br) •• (49) 3621.0795 •• CNPJ: 23.773.012/0001-54  
CEP: 89900-000 •• R. Osvaldo Cruz, 167, Centro. •• São Miguel do Oeste - SC



**PORTARIA 03.2022 - INTERROMPE FERIAS - CAROLINA GASS - PERÍODO AQUISITIVO 02.01.2021 A 01.01.2022**

Publicação Nº 3519786

**PORTARIA Nº 03/2022**

INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Claudio Junior Weschenfelder**, Prefeito de Guarujá do Sul - SC e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no uso de suas atribuições legais e, em observância ao Estatuto Social, Contrato de Consórcio Públicos e suas alterações e no Regulamento do Quadro de Pessoal e suas alterações, e,

CONSIDERANDO a necessidade do retorno as atividades da servidora **Carolina Gass** junto ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER;

CONSIDERNADO a observância ao Estatuto Social, Contrato de Consórcio Públicos e suas alterações e no Regulamento do Quadro de Pessoal, quanto a possibilidade de interrupção do que o gozo das férias no caso de necessidade de retorno as atividades antes do termino do período concedido;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** **INTERROMPER FÉRIAS** concedidas por meio da portaria nº 35/2021, a servidora **Carolina Gass**, ocupante do cargo de Engenheira Civil a do Consórcio, com carga horaria de 40 horas, a partir de 10/01/2022, ficando em haver 09 (nove) dias de gozo de férias do período aquisitivo 02/01/2021 a 01/01/2022, a ser gozado em oportunidade e planejamento interno.

**Art. 2º** Anote-se a presente à folha funcional do respectivo servidor.

**Art. 3º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Art. 4º** - Registre-se, publique-se e comunique-se.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de janeiro de 2022.

CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:061266  
67948

Assinado de forma digital por  
CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:06126667948  
Dados: 2022.01.04 08:44:17 -03'00'

**Claudio Junior Weschenfelder**  
Presidente do CONDER/Prefeito de Guarujá do Sul

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM. [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e endereço eletrônico do CONDER – [www.conder.sc.gov.br](http://www.conder.sc.gov.br)

JUSSARA SALETE REGINATTO:04405660964

Assinado de forma digital por JUSSARA SALETE  
REGINATTO:04405660964  
Dados: 2022.01.04 08:44:40 -03'00'

**Jussara Reginatto** - Secretária Executiva do CONDER

[www.conder.sc.gov.br](http://www.conder.sc.gov.br) •• [conder@conder.sc.gov.br](mailto:conder@conder.sc.gov.br) •• (49) 3621.0795 •• CNPJ: 23.773.012/0001-54  
CEP: 89900-000 •• R. Oswaldo Cruz, 167, Centro. •• São Miguel do Oeste - SC



**PORTARIA 04.2022 - INTERROMPE FERIAS - JULIANE CRISTINA DASSOW - PERÍODO AQUISITIVO 02.01.2021 A 01.01.2022**

Publicação Nº 3519788

**PORTARIA Nº 04/2022**

INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Claudio Junior Weschenfelder**, Prefeito de Guarujá do Sul - SC e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no uso de suas atribuições legais e, em observância ao Estatuto Social, Contrato de Consórcio Públicos e suas alterações e no Regulamento do Quadro de Pessoal e suas alterações, e,

CONSIDERANDO a necessidade do retorno as atividades da servidora **Juliane Cristina Dassow** junto ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER;

CONSIDERNADO a observância ao Estatuto Social, Contrato de Consórcio Públicos e suas alterações e no Regulamento do Quadro de Pessoal, quanto a possibilidade de interrupção do que o gozo das férias no caso de necessidade de retorno as atividades antes do termino do período concedido;

**RESOLVE:**

**Art. 1º INTERROMPER FÉRIAS** concedidas por meio da portaria nº 36/2021, a servidora **Juliane Cristina Dassow**, ocupante do cargo de Engenheira Sanitarista/Ambiental do Consórcio, com carga horária de 40 horas, a partir de 10/01/2022, ficando em haver 09 (nove) dias de gozo de férias do período aquisitivo 02/01/2021 a 01/01/2022, a ser gozado em oportunidade e planejamento interno.

**Art. 2º** Anote-se a presente à folha funcional do respectivo servidor.

**Art. 3º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Art. 4º** - Registre-se, publique-se e comunique-se.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de janeiro de 2022.

CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:06126667948  
667948

Assinado de forma digital por  
CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:06126667948  
Dados: 2022.01.04 08:52:27 -03'00'

**Claudio Junior Weschenfelder**  
Presidente do CONDER/Prefeito de Guarujá do Sul

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM. [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e endereço eletrônico do CONDER – [www.conder.sc.gov.br](http://www.conder.sc.gov.br)

JUSSARA SALETE  
REGINATTO:04405660964

Assinado de forma digital por JUSSARA  
SALETE REGINATTO:04405660964  
Dados: 2022.01.04 08:52:41 -03'00'

**Jussara Reginatto** - Secretária Executiva do CONDER

**PORTARIA 05.2022 - INTERROMPE FERIAS - MARLISE LOVATEL - PERÍODO AQUISITIVO 02.01.2021 A 01.01.2022**

Publicação Nº 3519790

**PORTARIA Nº 05/2022**

INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Claudio Junior Weschenfelder**, Prefeito de Guarujá do Sul - SC e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no uso de suas atribuições legais e, em observância ao Estatuto Social, Contrato de Consórcio Públicos e suas alterações e no Regulamento do Quadro de Pessoal e suas alterações, e,

CONSIDERANDO a necessidade do retorno as atividades da servidora **Marlise Lovatel**, junto ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER;

CONSIDERNADO a observância ao Estatuto Social, Contrato de Consórcio Públicos e suas alterações e no Regulamento do Quadro de Pessoal, quanto a possibilidade de interrupção do que o gozo das férias no caso de necessidade de retorno as atividades antes do termino do período concedido;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** **INTERROMPER FÉRIAS** concedidas por meio da portaria nº 37/2021, a servidora **Marlise Lovatel**, ocupante do cargo de Engenheira Agrônoma do Consórcio, com carga horaria de 40 horas, a partir de 10/01/2022, ficando em haver 09 (nove) dias de gozo de férias do período aquisitivo 02/01/2021 a 01/01/2022, a ser gozado em oportunidade e planejamento interno.

**Art. 2º** Anote-se a presente à folha funcional do respectivo servidor.

**Art. 3º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Art. 4º** - Registre-se, publique-se e comunique-se.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de janeiro de 2022.

CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:0612  
6667948

Assinado de forma digital por  
CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:06126667948  
Dados: 2022.01.04 08:50:37 -03'00'

**Claudio Junior Weschenfelder**  
Presidente do CONDER/Prefeito de Guarujá do Sul

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM. [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e endereço eletrônico do CONDER – [www.conder.sc.gov.br](http://www.conder.sc.gov.br)

JUSSARA SALETE  
REGINATTO:04405660964

Assinado de forma digital por JUSSARA  
SALETE REGINATTO:04405660964  
Dados: 2022.01.04 08:50:51 -03'00'

**Jussara Reginatto** - Secretária Executiva do CONDER

[www.conder.sc.gov.br](http://www.conder.sc.gov.br) •• [conder@conder.sc.gov.br](mailto:conder@conder.sc.gov.br) •• (49) 3621.0795 •• CNPJ: 23.773.012/0001-54  
CEP: 89900-000 •• R. Osvaldo Cruz, 167, Centro. •• São Miguel do Oeste - SC

**PORTARIA 06.2021 - INTERROMPE FERIAS - RICARDO LUÍS SPANIOL - PERÍODO AQUISITIVO 02.01.2021 A 01.01.2022**

Publicação Nº 3519794

**PORTARIA Nº 06/2022**

INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Claudio Junior Weschenfelder**, Prefeito de Guarujá do Sul - SC e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no uso de suas atribuições legais e, em observância ao Estatuto Social, Contrato de Consórcio Públicos e suas alterações e no Regulamento do Quadro de Pessoal e suas alterações, e,

CONSIDERANDO a necessidade do retorno as atividades da servidora **Ricardo Luís Spaniol**, junto ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER;

CONSIDERNADO a observância ao Estatuto Social, Contrato de Consórcio Públicos e suas alterações e no Regulamento do Quadro de Pessoal, quanto a possibilidade de interrupção do que o gozo das férias no caso de necessidade de retorno as atividades antes do termino do período concedido;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** INTERROMPER FÉRIAS concedidas por meio da portaria nº 38/2021, ao servidor **Ricardo Luís Spaniol**, ocupante do cargo de Biólogo do Consórcio, com carga horaria de 40 horas, a partir de 10/01/2022, ficando em haver 09 (nove) dias de gozo de férias do período aquisitivo 02/01/2021 a 01/01/2022, a ser gozado em oportunidade e planejamento interno.

**Art. 2º** Anote-se a presente à folha funcional do respectivo servidor.

**Art. 3º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Art. 4º** - Registre-se, publique-se e comunique-se.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de janeiro de 2022.

CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:061  
26667948

Assinado de forma digital por  
CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:06126667948  
Dados: 2022.01.04 08:58:39 -03'00'

**Claudio Junior Weschenfelder**  
Presidente do CONDER/Prefeito de Guarujá do Sul

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM. [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e endereço eletrônico do CONDER – [www.conder.sc.gov.br](http://www.conder.sc.gov.br)

JUSSARA SALETE  
REGINATTO:04405660964

Assinado de forma digital por JUSSARA SALETE  
REGINATTO:04405660964  
Dados: 2022.01.04 08:59:03 -03'00'

**Jussara Reginatto** - Secretária Executiva do CONDER

[www.conder.sc.gov.br](http://www.conder.sc.gov.br) •• [conder@conder.sc.gov.br](mailto:conder@conder.sc.gov.br) •• (49) 3621.0795 •• CNPJ: 23.773.012/0001-54  
CEP: 89900-000 •• R. Osvaldo Cruz, 167, Centro. •• São Miguel do Oeste - SC

**PORTARIA 07.2021 - INTERROMPE FERIAS - ROBERTO LUIZ SCHMELING - PERÍODO AQUISITIVO 02.01.2021 A 01.01.2022**

Publicação Nº 3519796

**PORTARIA Nº 07/2022**

INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Claudio Junior Weschenfelder**, Prefeito de Guarujá do Sul - SC e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no uso de suas atribuições legais e, em observância ao Estatuto Social, Contrato de Consórcio Públicos e suas alterações e no Regulamento do Quadro de Pessoal e suas alterações, e,

CONSIDERANDO a necessidade do retorno as atividades da servidora **Roberto Luiz Schmeling**, junto ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER;

CONSIDERANDO a observância ao Estatuto Social, Contrato de Consórcio Públicos e suas alterações e no Regulamento do Quadro de Pessoal, quanto a possibilidade de interrupção do que o gozo das férias no caso de necessidade de retorno as atividades antes do termino do período concedido;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** **INTERROMPER FÉRIAS** concedidas por meio da portaria nº 39/2021, ao servidor **Roberto Luiz Schmeling**, ocupante do cargo de **Engenheiro Sanitarista/Ambiental** do Consórcio, com carga horaria de 40 horas, a partir de 10/01/2022, ficando em haver 09 (nove) dias de gozo de férias do período aquisitivo 02/01/2021 a 01/01/2022, a ser gozado em oportunidade e planejamento interno.

**Art. 2º** Anote-se a presente à folha funcional do respectivo servidor.

**Art. 3º**- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Art. 4º**- Registre-se, publique-se e comunique-se.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de janeiro de 2022.

CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:061266  
67948

Assinado de forma digital por  
CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:06126667948  
Dados: 2022.01.04 09:10:22 -03'00'

**Claudio Junior Weschenfelder**  
Presidente do CONDER/Prefeito de Guarujá do Sul

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM. [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e endereço eletrônico do CONDER – [www.conder.sc.gov.br](http://www.conder.sc.gov.br)

JUSSARA SALETE  
REGINATTO:04405660964  
**Jussara Reginatto** - Secretária Executiva do CONDER

Assinado de forma digital por JUSSARA  
SALETE REGINATTO:04405660964  
Dados: 2022.01.04 09:10:41 -03'00'

**RESOLUÇÃO 07.2022 - CONCESSÃO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

Publicação Nº 3520790

**RESOLUÇÃO Nº 07/2022**

Dispõe sobre a **CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** aos servidores do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e dá outras providências.

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER**, Prefeito de Guarujá do Sul - SC e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** que o contrato de consórcio público do CONDER e suas alterações prevê a possibilidade de concessão de auxílio alimentação aos empregados públicos do consórcio;

**CONSIDERANDO** que na Assembleia Geral Ordinária do CONDER realizada no dia 10/12/2021, registrado sobre Ata de Assembleia nº 07/2021 restou aprovada a alteração do valor do auxílio alimentação dos empregados públicos do consórcio;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - O auxílio alimentação consiste em um benefício de caráter indenizatório destinado a subsidiar despesas com alimentação dos empregados públicos e contratados, em atividade junto ao CONDER, sendo-lhes pago diretamente através de créditos em Cartão Alimentação.

**Parágrafo único.** O auxílio alimentação será pago automaticamente ao empregado público ou contratado, a contar da data de exercício, não havendo necessidade de requerimento.

**Art. 2º - FIXAR**, a partir de 1º de janeiro de 2022, o valor mensal do auxílio alimentação dos empregados públicos efetivos do CONDER em R\$ 1.000,00 (hum mil reais) e dos empregados públicos em comissão e contratados em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

§ 1º - São beneficiários do auxílio alimentação os empregados públicos do CONDER e contratados em efetivo exercício de suas funções.

§ 2º - O auxílio alimentação não é extensivo a estagiários, contratados ou voluntários, que atuem junto ao CONDER.

**Art. 3º** - O valor do auxílio alimentação previsto no artigo anterior, corresponde a empregos públicos com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, devendo ser proporcionalmente adequado a outras cargas horárias eventualmente praticadas.

**Art. 4º** - O auxílio alimentação será concedido por dias úteis trabalhados ou compensados durante o mês, sendo que em casos de faltas, atestados médicos, licenças e/ou férias haverá o desconto proporcional de seu valor.

**Art. 5º** - Para efeito de desconto do auxílio alimentação por dia não trabalhado considerar-se-á a proporcionalidade de 22 (vinte e dois) dias por mês, independentemente da quantidade de dias do mês.

CLAUDIO  
JUNIOR  
WESCHENFELD  
ER:0612666794  
8  
Assinado de forma  
digital por CLAUDIO  
JUNIOR  
WESCHENFELD:061  
26667948  
Dados: 2022.01.04  
15:58:22 -03'00'



§ 1º - Será descontado o auxílio alimentação das diárias a que fizer *jus* o beneficiário, exceto daquelas eventualmente pagas em fins de semana e feriados.

§ 2º - Os dias de ponto facultativo, decretados pelo CONDER serão considerados de efetivo exercício para fins de recebimento do auxílio alimentação.

§ 3º - São considerados dias trabalhados a participação dos empregados em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos ou eventos similares, sem deslocamento da sede.

**Art. 6º** - O auxílio alimentação será pago ao empregado público na forma de créditos eletrônicos, por meio de cartão magnético fornecido por empresa contratada pelo CONDER.

§ 1º - Os créditos mensais não têm prazo de validade e são cumulativos, sendo as novas cargas somadas ao saldo existente no Cartão Alimentação.

§ 2º - O Cartão Alimentação é pessoal e intransferível, sendo o empregado responsável por sua guarda, conservação e utilização.

§ 3º - Em caso de perda, roubo ou dano ao cartão, o empregado deverá comunicar o fato diretamente à empresa fornecedora para as providências pertinentes.

**Art. 7º** - O valor correspondente ao auxílio alimentação será pago até o último dia útil de cada mês e creditado em favor do empregado público em seu Cartão Alimentação no primeiro dia útil do mês subsequente daquele em que os trabalhos foram prestados.

**Art. 8º** - Nos casos em que for identificada a necessidade de acertos decorrentes de concessão equivocada será efetuado o ajuste/desconto dos valores indevidos nos meses subsequentes à apuração da ocorrência.

**Art. 9º** - O benefício do auxílio alimentação detém caráter indenizatório, não integra o salário e não será incorporado, em nenhuma hipótese, ao vencimento, remuneração, provento ou pensão do empregado público.

**Art. 10** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º (primeiro) de janeiro de 2021.

**Art. 11** - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Resolução nº 02/2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de janeiro de 2022

CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:061  
26667948

Assinado de forma digital por  
CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:06126667948  
Dados: 2022.01.04 15:58:39 -03'00'

**Claudio Junior Weschenfelder**  
Presidente do CONDER/Prefeito de Guarujá do Sul

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM. [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e endereço eletrônico do CONDER – [www.conder.sc.gov.br](http://www.conder.sc.gov.br)

www.conder.sc.gov.br •• conder@conder.sc.gov.br •• (49) 3621 0795 •• CNPJ : 23.773.012/0001-54  
CEP: 89900 000 •• R. Osvaldo Cruz, 167, Centro. •• São Miguel do Oeste - SC

**RESOLUÇÃO Nº 01.2022 - EXONERAÇÃO PAULA ROBERTA BACIN**

Publicação Nº 3520257

**RESOLUÇÃO Nº 01/2022**

**Dispõe sobre a EXONERAÇÃO de ACESSORA DE SECRETÁRIA do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e dá outras providências.**

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER** Presidente do CONDER e Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, SC no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções e Alterações Contratuais

**RESOLVE:**

**Art. 1º. EXONERAR, a pedido,** a partir de 04 de janeiro de 2022, a Sra. Paula Roberta Bacin, ocupante do emprego público de confiança de Assessora de Secretaria do CONDER, nomeada através da Resolução nº 10/2021 de 08 de março de 2021.

**Art. 2º.** As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão a conta do orçamento vigente do CONDER.

**Art. 3º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Ficam revogadas eventuais as disposições em contrário em especial a resolução 10/2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de janeiro de 2022.

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER**  
R:06126667948

Assinado de forma digital por  
CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER:06126667948  
Dados: 2022.01.04 13:47:05 -03'00'

**Claudio Junior Weschenfelder**  
Presidente do CONDER/Prefeito de Guarujá do Sul

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM. [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e endereço eletrônico do CONDER – [www.conder.sc.gov.br](http://www.conder.sc.gov.br)

[www.conder.sc.gov.br](http://www.conder.sc.gov.br) •• [conder@conder.sc.gov.br](mailto:conder@conder.sc.gov.br) •• (49) 3621 0795 •• CNPJ.: 23.773.012/0001-54  
CEP.: 89900 000 •• R. Oswaldo Cruz, 167 Centro. •• São Miguel do Oeste - SC



**RESOLUÇÃO Nº 02.2022 - NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÕES 01**

Publicação Nº 3520262

**RESOLUÇÃO Nº 02/2022****DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÃO DO CONDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER** Presidente do CONDER e Prefeito Municipal de Guarujá do Sul/SC no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções e Alterações Contratuais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Instituir Comissão Técnica de Licitações no âmbito do CONDER que será constituída por servidores públicos dos municípios consorciados e que foram indicados pelos entes públicos municipais, a saber:

**- PREGOEIRA:**

- **DAIANY FERNANDA TREVISOL**, brasileira, matrícula funcional nº 3.261, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, servidora do município de São José do Cedro/SC, designada pelo município através da Portaria nº 696/2021.

**- EQUIPE DE APOIO:**

- **IDENES MARIA FIORENTIN SCHENA**, inscrita no CPF sob nº 034.116.669-35, brasileira, matrícula funcional nº 1375, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, designada para o cargo de provimento em comissão de Diretora de Licitações e Contratos, servidora do município de Anchieta/SC, designada pelo município através da Portaria nº 433/2021;

- **JEAN ROBSON WUST**, inscrito no CPF sob nº 050.092.569-08, brasileiro, matrícula funcional nº 3333, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Compras e Licitações, servidor do município de Dionísio Cerqueira/SC, designado pelo município através da Portaria nº 934/2021;

- **MICHELE CRISTIANE KUNZLER**, inscrita no CPF nº 076.616.979-04, brasileira, matrícula funcional nº 1500-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Licitações e Contratos, servidora do município de Princesa/SC, designada pelo município através da Portaria nº 292/2021.

**Art. 2º** - A Comissão Técnica instituída através da presente Resolução atuará nos processos de licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial e Eletrônica, a ser

www.conder.sc.gov.br •• conder@conder.sc.gov.br •• (49) 3621.0795 •• CNPJ: 23.773.012/0001-54  
CEP: 89900-000 •• R. Oswaldo Cruz, 167, Centro. •• São Miguel do Oeste - SC



promovido pelo CONDER aos municípios consorciados, através do Programa Licitações Compartilhadas.

**Art. 3º** – Os membros da Comissão Técnica constituída não receberão - *tanto por parte do CONDER, quanto pelo município consorciado* - qualquer tipo de remuneração, vencimento, horas extras ou gratificação pela respectiva nomeação, bem como não gerará qualquer vínculo empregatício com o Consórcio, pois são servidores dos municípios consorciados e os serviços que serão desenvolvidos junto a Comissão Técnica do CONDER serão SOMENTE dentro do horário de expediente dos servidores.

**Art. 4º** - Eventuais despesas de alimentação dos servidores municipais indicados para compor a Comissão Técnica de Licitações do CONDER, quando no exercício das atribuições para as quais foram nomeados através dessa Resolução, como reuniões, encontros, julgamentos entre outros, serão custeadas pelo consórcio.

**Art. 5º** - A Pregoeira e Equipe de Apoio deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, sendo que, no julgamento das propostas deverão ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

**Art. 6º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de janeiro de 2022.

CLAUDIO JUNIOR Assinado de forma digital por  
WESCHENFELDER CLAUDIO JUNIOR  
:06126667948 WESCHENFELDER06126667948  
Data: 2022.01.04 14:19:28  
+03'00'

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER**  
Presidente do CONDER/Prefeito de Guarujá do Sul-SC.

**RESOLUÇÃO Nº 03.2022 - NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÕES 02**

Publicação Nº 3520265

**RESOLUÇÃO Nº 03/2022****DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÃO DO CONDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER** Presidente do CONDER e Prefeito Municipal de Guarujá do Sul/SC no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções e Alterações Contratuais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Instituir Comissão Técnica de Licitações no âmbito do CONDER que será constituída por servidores públicos dos municípios consorciados e que foram indicados pelos entes públicos municipais, a saber:

**- PREGOEIRA:**

- **JANETE FRANTZ BAUMANN**, brasileira, matrícula funcional nº 11824/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativa, servidora do município de Itapiranga/SC, designada pelo município através da Portaria nº 343/2021.

**- EQUIPE DE APOIO:**

- **INÊS KLEIN**, inscrita no CPF sob nº 094.819.349-26, brasileira, matrícula funcional nº 1264/2021, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Compras e Licitações, servidora do município de São João do Oeste/SC, designada pelo município através da Portaria nº 265/2021;

- **RAFAEL FAVRETTO**, inscrito no CPF sob nº 008.080.889-12, brasileiro, matrícula funcional nº 126904, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo, servidor do município de Barra Bonita/SC, designado pelo município através da Portaria nº 610/2021;

- **RODRIGO CEZAR DIESEL BELLÓ**, brasileiro, matrícula funcional nº 1984-03, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente da Central de Licitações e Contratos, servidor do município de Paraíso/SC, designado pelo município através da Portaria nº 698/2021.

**Art. 2º** - A Comissão Técnica instituída através da presente Resolução atuará nos processos de licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial e Eletrônica, a ser

www.conder.sc.gov.br •• conder@conder.sc.gov.br •• (49) 3621.0795 •• CNPJ: 23.773.012/0001-54  
CEP: 89900-000 •• R. Oswaldo Cruz, 167, Centro. •• São Miguel do Oeste - SC



promovido pelo CONDER aos municípios consorciados, através do Programa Licitações Compartilhadas.

**Art. 3º** – Os membros da Comissão Técnica constituída não receberão - *tanto por parte do CONDER, quanto pelo município consorciado* - qualquer tipo de remuneração, vencimento, horas extras ou gratificação pela respectiva nomeação, bem como não gerará qualquer vínculo empregatício com o Consórcio, pois são servidores dos municípios consorciados e os serviços que serão desenvolvidos junto a Comissão Técnica do CONDER serão SOMENTE dentro do horário de expediente dos servidores.

**Art. 4º** - Eventuais despesas de alimentação dos servidores municipais indicados para compor a Comissão Técnica de Licitações do CONDER, quando no exercício das atribuições para as quais foram nomeados através dessa Resolução, como reuniões, encontros, julgamentos entre outros, serão custeadas pelo consórcio.

**Art. 5º** - A Pregoeira e Equipe de Apoio deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, sendo que, no julgamento das propostas deverão ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

**Art. 6º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de janeiro de 2022.

CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER  
:06126667948

Assinado de forma digital por  
CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:06126667948  
Dados: 2022.01.04 14:20:47  
-03'00'

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER**  
Presidente do CONDER/Prefeito de Guarujá do Sul-SC.

**RESOLUÇÃO Nº 04.2022 - NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÕES 03**

Publicação Nº 3520269

**RESOLUÇÃO Nº 04/2022****DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO  
TÉCNICA DE LICITAÇÃO DO CONDER E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER** Presidente do CONDER e  
Prefeito Municipal de Guarujá do Sul/SC no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo  
Protocolo de Intenções e Alterações Contratuais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Instituir Comissão Técnica de Licitações no âmbito do CONDER que  
será constituída por servidores públicos dos municípios consorciados e que foram indicados  
pelos entes públicos municipais, a saber:

**- PREGOEIRO:**

- **JULIANO GEREMIA**, inscrito no CPF sob nº 028.054.179-17, brasileiro,  
matrícula funcional nº 691, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Compras,  
Licitações e Contratos, servidor do município de Santa Helena/SC, designada pelo município  
através da Portaria nº 5.399/2021.

**- EQUIPE DE APOIO:**

- **MELÂNIA ELISA WRONSKI**, inscrita no CPF sob nº 028.607.989-51,  
brasileira, matrícula funcional nº 308/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de  
Recepcionista/Diretor de Compras e Licitações, servidora do município de Belmonte/SC,  
designada pelo município através da Portaria nº 534/2021;

- **ROBERTO SCALABRIN**, brasileiro, matrícula funcional nº 13862-0,  
ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Especial de Compras e Licitações,  
servidor do município de Iporã do Oeste/SC, designado pelo município através da Portaria nº  
441/2021;

- **SHEILA INÊS BIEGER**, inscrita no CPF sob nº 020.226.259-60,  
brasileira, matrícula funcional nº 164, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de  
Contabilidade, servidora do município de Tunápolis/SC, designada pelo município através da  
Portaria nº 5.789/2021.

- **VINICIUS JOSÉ VIVIAN**, inscrito no CPF sob nº 081.641.419-09,  
brasileiro, matrícula funcional nº 1203/01/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de

www.conder.sc.gov.br •• conder@conder.sc.gov.br •• (49) 3621.0795 •• CNPJ: 23.773.012/0001-54  
CEP: 89900-000 •• R. Oswaldo Cruz, 167, Centro. •• São Miguel do Oeste - SC



Almoxarife, servidor do município de Belmonte/SC, designado pelo município através da Portaria nº 534/2021;

**Art. 2º** - A Comissão Técnica instituída através da presente Resolução atuará nos processos de licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial e Eletrônica, a ser promovido pelo CONDER aos municípios consorciados, através do Programa Licitações Compartilhadas.

**Art. 3º** – Os membros da Comissão Técnica constituída não receberão - *tanto por parte do CONDER, quanto pelo município consorciado* - qualquer tipo de remuneração, vencimento, horas extras ou gratificação pela respectiva nomeação, bem como não gerará qualquer vínculo empregatício com o Consórcio, pois são servidores dos municípios consorciados e os serviços que serão desenvolvidos junto a Comissão Técnica do CONDER serão SOMENTE dentro do horário de expediente dos servidores.

**Art. 4º** - Eventuais despesas de alimentação dos servidores municipais indicados para compor a Comissão Técnica de Licitações do CONDER, quando no exercício das atribuições para as quais foram nomeados através dessa Resolução, como reuniões, encontros, julgamentos entre outros, serão custeadas pelo consórcio.

**Art. 5º** - O Pregoeiro e Equipe de Apoio deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, sendo que, no julgamento das propostas deverão ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

**Art. 6º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de janeiro de 2022.

CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:06  
126667948

Assinado de forma digital por  
CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:06126667948  
Data: 2022.01.04 14:22:46 -03'00'

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER**  
Presidente do CONDER/Prefeito de Guarujá do Sul-SC.

**RESOLUÇÃO Nº 05.2022 - NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÕES 04**

Publicação Nº 3520270

**RESOLUÇÃO Nº 05/2022****DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÃO DO CONDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER** Presidente do CONDER e Prefeito Municipal de Guarujá do Sul/SC no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções e Alterações Contratuais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Instituir Comissão Técnica de Licitações no âmbito do CONDER que será constituída por servidores públicos dos municípios consorciados e que foram indicados pelos entes públicos municipais, a saber:

**- PREGOEIRA:**

- **MARINES FÁTIMA SANSIGOLO**, inscrita no CPF sob nº 617.978.129-04, brasileira, matrícula funcional nº 2704, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Compras, servidora do município de Palma Sola/SC, designada pelo município através da Portaria nº 482/2021.

**- EQUIPE DE APOIO:**

- **ALDO JUSTINO SALVI**, inscrito no CPF sob nº 430.670.189-15, brasileiro, matrícula funcional nº 2599, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Compras e Licitações, servidor do município de Guaraciaba/SC, designado pelo município através da Portaria nº 680/2021;

- **ALEXANDRO RODRIGO TRAMPUSH**, inscrito no CPF sob nº 065.814.969-52, brasileiro, matrícula funcional nº 1382, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Diretor de Compras, Contratos e Licitações, servidor do município de Bandeirante/SC, designado pelo município através da Portaria nº 422/2021;

**Art. 2º** - A Comissão Técnica instituída através da presente Resolução atuará nos processos de licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial e Eletrônica, a ser promovido pelo CONDER aos municípios consorciados, através do Programa Licitações Compartilhadas.

**Art. 3º** – Os membros da Comissão Técnica constituída não receberão - *tanto por parte do CONDER, quanto pelo município consorciado* - qualquer tipo de remuneração,

www.conder.sc.gov.br •• conder@conder.sc.gov.br •• (49) 3621.0795 •• CNPJ: 23.773.012/0001-54  
CEP: 89900-000 •• R. Oswaldo Cruz, 167, Centro. •• São Miguel do Oeste - SC





vencimento, horas extras ou gratificação pela respectiva nomeação, bem como não gerará qualquer vínculo empregatício com o Consórcio, pois são servidores dos municípios consorciados e os serviços que serão desenvolvidos junto a Comissão Técnica do CONDER serão SOMENTE dentro do horário de expediente dos servidores.

**Art. 4º** - Eventuais despesas de alimentação dos servidores municipais indicados para compor a Comissão Técnica de Licitações do CONDER, quando no exercício das atribuições para as quais foram nomeados através dessa Resolução, como reuniões, encontros, julgamentos entre outros, serão custeadas pelo consórcio.

**Art. 5º** - A Pregoeira e Equipe de Apoio deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, sendo que, no julgamento das propostas deverão ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

**Art. 6º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de janeiro de 2022.

CLAUDIO JUNIOR Assinado de forma digital por  
WESCHENFELDER CLAUDIO JUNIOR  
:06126667948 WESCHENFELDER:06126667948  
-03'00' Data: 2022.01.04 14:24:34

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER**

Presidente do CONDER/Prefeito de Guarujá do Sul-SC.

**RESOLUÇÃO Nº 06.2022 - NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÕES 05**

Publicação Nº 3520272

**RESOLUÇÃO Nº 06/2022****DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÃO DO CONDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER** Presidente do CONDER e Prefeito Municipal de Guarujá do Sul/SC no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções e Alterações Contratuais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Instituir Comissão Técnica de Licitações no âmbito do CONDER que será constituída por servidores públicos dos municípios consorciados e que foram indicados pelos entes públicos municipais, a saber:

**- PREGOEIRO:**

- **AFONSO HENRIQUE HENKEL**, brasileiro, matrícula funcional nº 4044, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, servidor do município de Mondaí/SC, designado pelo município através da Portaria nº 546/2021.

**- EQUIPE DE APOIO:**

- **ALCIONE WIEBBELLING**, brasileira, matrícula funcional nº 21946601, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Administrativo, servidora do município de São Miguel do Oeste/SC, designada pelo município através da Portaria nº 0471/2021;

- **CLAUDENICE CARAMORI**, inscrita no CPF sob nº 014.940.979-66, brasileira, matrícula funcional nº PM/0389/EF/SMAF, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Compras, servidora do município de Guarujá do Sul/SC, designada pelo município através da Portaria nº 0403/2021;

- **FELIPE JOSÉ TERNUS**, brasileiro, matrícula funcional nº 3.109, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Secretaria, servidor do município de Descanso/SC, designado pelo município através da Portaria nº 17294/2021;

**Art. 2º** - A Comissão Técnica instituída através da presente Resolução atuará nos processos de licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial e Eletrônica, a ser promovido pelo CONDER aos municípios consorciados, através do Programa Licitações Compartilhadas.

www.conder.sc.gov.br •• conder@conder.sc.gov.br •• (49) 3621.0795 •• CNPJ: 23.773.012/0001-54  
CEP: 89900-000 •• R. Oswaldo Cruz, 167, Centro. •• São Miguel do Oeste - SC



**Art. 3º** – Os membros da Comissão Técnica constituída não receberão - *tanto por parte do CONDER, quanto pelo município consorciado* - qualquer tipo de remuneração, vencimento, horas extras ou gratificação pela respectiva nomeação, bem como não gerará qualquer vínculo empregatício com o Consórcio, pois são servidores dos municípios consorciados e os serviços que serão desenvolvidos junto a Comissão Técnica do CONDER serão SOMENTE dentro do horário de expediente dos servidores.

**Art. 4º** - Eventuais despesas de alimentação dos servidores municipais indicados para compor a Comissão Técnica de Licitações do CONDER, quando no exercício das atribuições para as quais foram nomeados através dessa Resolução, como reuniões, encontros, julgamentos entre outros, serão custeadas pelo consórcio.

**Art. 5º** - O Pregoeiro e Equipe de Apoio deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, sendo que, no julgamento das propostas deverão ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

**Art. 6º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de janeiro de 2022.

CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER:  
06126667948

Assinado de forma digital por  
CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER06126667948  
Dados: 2022.01.04 14:26:01 -03'00'

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER**  
Presidente do CONDER/Prefeito de Guarujá do Sul-SC.

**TERMO HOMOLOGAÇÃO - PROC 47.2021 - PP 01.2021**

Publicação Nº 3519675

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL -  
CONDER**

Pág 1 / 1

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 20074 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 47 códigoCliente: 20074 anoMinuta: 2021 cotaCredenciamento: Não**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão Presencial  
Para Aquisição de Bens  
1/2021****Processo Administrativo: 47/2021**

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Resolução nº 4/2021.

**Homologo**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Presencial nº. 1/2021, o participante:

2615 - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS SANTO ANJO LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ÓLEO DIESEL S10	LITROS		6.000	R\$ 5,27	R\$31.620,00
2	GASOLINA COMUM	LITROS		6.000	R\$ 6,47	R\$38.820,00
Total do Fornecedor:						R\$70.440,00

São Miguel do Oeste/SC, 04 de janeiro de 2022.

CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER  
06126667948Assinado de forma digital por  
CLAUDIO JUNIOR  
WESCHENFELDER; WESCHENFELDER06126667948  
Data: 2022.01.04 09:03:25  
+01'00'CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER  
PRESIDENTE DO CONDER

**CIRSURES****EXTRATO DE TERMO ADITIVO 10/2021**

Publicação Nº 3519516

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES  
Comissão Permanente de Licitação e Julgamento – CPLJ

**EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO**

Contrato: 10/2021 Termo Aditivo nº 24/2020

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Contratado: PIAZZA CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA

CNPJ: 83.198.184/0001-73

Objeto: O presente termo aditivo tem por escopo prorrogar o contrato Administrativo nº24/2020 pelo prazo de 12(doze) meses, conforme previsão contratual em sua "cláusula sétima", bem como disposto no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, fixando-se o termo inicial para o dia 1º de janeiro de 2022 e p final para o dia 31 de dezembro de 2022.

Data da assinatura: 21/12/2021

Urussanga (SC), 04 de janeiro de 2022.